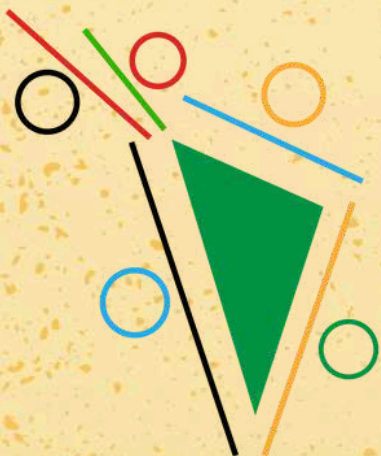




Anais do **2º FISS**

Fórum Internacional
de Serviço Social

Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina

06 a 08 dez. 2023

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja • RS • Brasil

Organizadores
Jaina Raqueli Pedersen
Rosilaine Coradini Guilherme
Monique Bronzoni Damascena
Roberto Barboza Castanho





FICHA TÉCNICA DO LIVRO

Edição e revisão: Jaina Raqueli Pedersen, Rosilaine Coradini Guilherme, Monique Bronzoni Damascena e Roberto Barboza Castanho

Diagramação: Micael Olegário

Capa: Micael Olegário

Identidade visual do evento: Luan Kochann Zubaran

Nota dos editores: Os/as autores/as respondem individualmente e são totalmente responsáveis pelo respectivo conteúdo publicado.

U58s Universidade Federal do Pampa, Brasil

FISS II - Anais: Fórum Internacional de Serviço Social: questão social, neofascismo e as resistências da América Latina [Recurso eletrônico]/
Universidade Federal do Pampa — São Borja, RS: Unipampa, 06 a 08 de dezembro de 2023.

873 p.

ISSN: 2966-2052

Nota: Vários autores

1.Serviço Social. 2.Caderno e Resumos. 3.Fascismo. 4. Neoliberalismo
5.Anais. I.t.

CDU:364

Ficha catalográfica elaborada por Elisângela Mota Pires – CRB10/2314

Obra financiada por recurso prospectado via Edital Fapergs 12/2022 - Auxílio Para Organização de Eventos - AOE

FICHA TÉCNICA DO EVENTO

Comissão científica: Alex Sander Barcelos Retamoso, Andreia Cristina da Silva Almeida, Angela Quintanilha Gomes, Charles Machado Hoepner, Elisângela Maia Pessôa, Edson Romário Monteiro Paniagua, Jaina Raqueli Pedersen, Jocenir de Oliveira Silva, Jorge Alexandre da Silva, Larissa Nunes Cavalheiro, Leonel Del Prado, María Limpia Díaz Ortega, Milena Dorneles Rodrigues, Monique Bronzoni Damascena, Muriel Pinto, Roberto Barboza Castanho, Ronaldo Bernardino Colvero, Rosilaine Coradini Guilherme, Solange Emilene Berwig, Tiago Costa Martins e Vanelise de Paula Aloraldo.

Palestrantes: Inez Rocha Zacarias, Leonel Del Prado, Maicon Cláudio da Silva, Joana das Flores Duarte, María Limpia Díaz Ortega, Carmen Regina Abreu Goncalves, Letícia Chimini, Luana Rodrigues Vieira e Gerson de Lima Oliveira.

Trabalho técnico: Carmen Regina Abreu Goncalves, Yan Santos Loroza, Antônio Kanaan Fassbinder, Jessika Guimarães de Lima, Andriel Ferreira da Rosa Martinez, Henrique Fabre Carvalho, João Paulo Gonçalves de Oliveira Junior, Eduardo Cechin da Silva, Monique Bronzoni Damascena, Rosilaine Coradini Guilherme; Jaina Raqueli Pedersen; Roberto Barboza Castanho e Maurin Jaqueline Andrade Bonatto.

Mediadores: Jaina Raqueli Pedersen, Rosilaine Coradini Guilherme e Monique Bronzoni Damascena.

Comissão organizadora: Jaina Raqueli Pedersen, Rosilaine Coradini Guilherme, Monique Bronzoni Damascena e Roberto Barboza Castanho.

Equipe executora: Jaina Raqueli Pedersen, Rosilaine Coradini Guilherme, Monique Bronzoni Damascena, Roberto Barboza Castanho, Jorge Alexandre da Silva, Solange Emilene Berwig, José Wesley Ferreira, Elisângela Maia Pessoa, Jocenir de Oliveira Silva, Henrique Fabre Carvalho, João Paulo Gonçalves de Oliveira Junior, Eduardo Cechin da Silva, Emanuele Dalbosco, Amanda Tavares Goulart, Bianca Borges Dutra, Erika Dornelles Schifelbein, Fernanda Tavares Goulart, Sharon da Luz Silva, Sara Jane Gomes do Nascimento, Maria Rita Ramborger Dellaglio, Julia Zambeli Barbosa, Ana Vitoria Paiva Emidio, Luiz Fernando Vaz, Lorena Weber Demoro, Julia Nol Valandro, Ana Carolina Monteiro de Menezes Camboim, Emilli Lago Martins, Fernanda Brazeiro Alves, Luana Ramos Novais, Taina Julia da Silva Karsburg e Maurin Jaqueline Andrade Bonatto.

Sumário

Apresentação.....	8
Eixo 1 - Modo de Produção Capitalista, Relações Sociais e América Latina:.....	12
A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO. 13	
À MARGEM DA SOCIEDADE: DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	24
A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CARCERÁRIO PARALELO: DA SITUAÇÃO CARCERÁRIA DOMINADA POR FACÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE PRESÍDIOS DA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE GAÚCHA.....	37
A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: UM OLHAR A PARTIR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	53
ANÁLISE CRÍTICA DO IMPACTO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL SOBRE O SOCIAL.....	65
CAPITALISMO DEPENDENTE E O SERVIÇO SOCIAL: A APREENSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA.....	79
TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL: NOTAS SOBRE O CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL.....	94
CULTURA COMO LÓGICA NORMATIVA DAS RELAÇÕES DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE-NEOLIBERAL.....	106
EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DA POLÍTICA DE COTAS E A TEORIA DO RECONHECIMENTO.....	122
FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: O ARCAICO E MODERNO DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	135
GESTÃO PUNITIVISTA DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA.....	147
IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS À EXPANSÃO CANAVIEIRA EM MINAS GERAIS.....	163
IMPACTOS DO SALTO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA 4.0 NO MUNDO DO TRABALHO.....	176
INDÚSTRIA 4.0: NOTAS DE APROXIMAÇÃO AO TEMA.....	189
LE CAMICIE NERE E OS CAMISAS VERDES: O LEGADO DA INSPIRAÇÃO FASCISTA NO PENSAMENTO POLÍTICO DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA E AS AFRONTAS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	203
MODELOS OSTIANOS DE JUIZ DIANTE ATAQUES ANTIDEMOCRÁTICOS: O CASO DO MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES.....	218
O EXPONENCIAL CRESCIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS COMO UM DOS FATORES RESULTANTES DA POLÍTICA ESTATAL DE ENCARCERAMENTO EM MASSA.....	235
QUESTÃO AGRÁRIA E TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.....	251
Eixo 2 - Transformações societárias e suas repercussões na formação e trabalho	

profissional do/a assistente social:.....	264
A INTERVENÇÃO DO/DA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ADOÇÃO TARDIA.....	265
ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CARTILHA “CONHECENDO A REDE SUAS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA”.....	277
AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	291
ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: COMO GARANTIR OS DIREITOS HUMANOS?.....	306
GRUPOS DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS E A PERSPECTIVA CRÍTICA DO ENVELHECIMENTO ATIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA.....	317
OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E AS PERSPECTIVAS IDEOPOLÍTICAS NO SINDICALISMO DOCENTE: UMA ANÁLISE DOS SINDICATOS DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ.....	333
RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONSTRUÇÃO DA CARTILHA "COMBATE AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA".....	349
SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ADOECIMENTO MENTAL NO SÉCULO XXI.....	364
SERVIÇO SOCIAL E TRANSVERSALIDADE: UM ESTUDO ACERCA DOS TEMAS TRANSVERSAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	375
Eixo 3 - Estado, questão social e políticas de proteção social:.....	390
A (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS E DOS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL AO SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA- RS.....	391
A DESPROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO CREAS E DO CONSELHO TUTELAR.....	408
A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) DE SANTA ROSA - RS.....	421
A FOME E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO DO PROGRAMA LEVE LEITE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO.....	437
A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA.....	453
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA ABRANGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO BRASIL.....	467
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO IMIGRANTE E REFUGIADA NO BRASIL.....	483
A PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E A INFERÊNCIA NEOLIBERAL DAS AGÊNCIAS MULTILATERAIS DO DESENVOLVIMENTO.....	502
ACESSO À JUSTIÇA DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	515
CONTROLE SOCIAL: FERRAMENTAS À DEMOCRACIA E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	531

CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	547
OS RETROCESSOS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL DURANTE GOVERNOS DE DIREITA.....	560
OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA.....	571
PERSPECTIVA TERRITORIAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS: A ABORDAGEM DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	587
POBREZA E AS POLÍTICAS DE (DES)PROTEÇÃO SOCIAL.....	600
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EXPRESSÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	615
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS DE GÊNERO: DEZESSETE ANOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA.....	630
PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	646
PROTEÇÃO SOCIAL DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	658
REDE DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS-SC.....	673
REGIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, RS.....	689
Eixo 4 - Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.....	705
A INFÂNCIA E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA CONTRA O PATRIARCADO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	706
A INTERSECCIONALIDADE NA ANÁLISE ACERCA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: MULHERES BRASILEIRAS, VULNERABILIDADES E RESISTÊNCIA FEMININAS.....	719
ANÁLISE CRÍTICA DO CONCEITO CISGENERIDADE E A RESISTÊNCIA DE TRAVESTIS NEGRAS.....	735
AVANÇOS E ENTRAVES ACERCA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIA+.....	748
COMBATE AO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	762
MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E SUAS REDES FAMILIARES: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	775
RACISMO ESTRUTURAL: SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA.....	792
RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	806
TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	817
VINTE E UM ANOS DE VIOLÊNCIA ARMADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.....	831
VIOLÊNCIA ARMADA NAS ESCOLAS: REFLEXÕES SOBRE SUAS CAUSAS.....	847
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A DOR TAMBÉM TEM COR.....	863

Apresentação

Prezados discentes, docentes, pesquisadores, profissionais da área das ciências sociais aplicadas e áreas afins, comunidade acadêmica da Universidade Federal do Pampa - Unipampa e demais unidades de formação acadêmica em Serviço Social, Programas de Pós-Graduação, Fapergs e entidades político-organizativas da categoria. É com grata satisfação que apresentamos importante produto científico, fruto do 2º Fórum Internacional de Serviço Social: Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina, realizado nos dias 06, 07 a 08 de dezembro de 2023, na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS.

Nesta segunda edição do evento catálogo do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social - sendo que este último proporcionará o ingresso de uma primeira turma de discentes no segundo semestre letivo de 2024 - se elegeu como tema, categorias pertinentes às áreas das Ciências Sociais e Humanas: 'Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina'.

Concretamente, no contexto latino-americano, observa-se experiências de governos ultraconservadores que colocam em questão o campo democrático, além de terem como foco as denominadas contrarreformas das políticas de proteção social, consideradas nesse espectro como desperdício monetário no âmbito do orçamento público. Por outro lado, estas tensões têm rebatimentos no enfrentamento das diversas expressões da questão social, bem como no fortalecimento dos movimentos de resistência, já que abarcam contradições inerentes à sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, o objetivo geral do II FISS consistiu em: consolidar um espaço, na região da fronteira, para a construção do conhecimento a partir de experiências coletivas no âmbito do trabalho e questão social, das políticas sociais e das relações de exploração e opressão, na perspectiva da construção de movimentos de resistência no contexto da América Latina. Quanto aos objetivos específicos do evento, estes visaram a) consolidar espaços de reflexão que permitam o debate e socialização do conhecimento crítico; b) potencializar a Universidade Federal do Pampa como indutora/promotora de reflexões junto à sociedade que contribuam para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural em nível nacional e internacional; c) sistematizar produções acadêmicas que contribuam para a constituição de um mestrado acadêmico na área de Serviço Social como forma efetiva de construção crítica e permanente de conhecimento na cidade, na região, no Rio Grande do sul, no Brasil e na América Latina; d) possibilitar um espaço de construção coletiva do conhecimento a partir do

envolvimento efetivo da comunidade acadêmica de cursos de graduação e pós-graduação, em uma perspectiva multidisciplinar.

O evento abrangeu uma carga horária de trinta e seis (36) horas. Foram criadas linhas temáticas que se agrupam nos seguintes eixos temáticos: Eixo temático 01 - Modo de Produção Capitalista, Relações Sociais e América Latina; Eixo temático 02 - Transformações societárias e suas repercussões na formação e trabalho profissional do/a assistente social; Eixo temático 03 - Estado, questão social e políticas de proteção social; Eixo temático 04 - Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Esta estrutura em eixos temáticos possibilitou a operacionalização do evento nas seguintes modalidades: palestras, minicursos e a submissão/apresentação de trabalhos.

Na abertura do evento, com a presença de pesquisadores/as vinculados/as a Universidades nacionais e internacionais, ocorreu debate proporcionado pela Mesa 1: “Questão Social, Neofascismo e suas repercussões na formação e trabalho profissional do/a assistente social”, com a exposição da Profa. Dra Inez Rocha Zacarias (Ufrgs, Brasil) e Prof. Leonel del Prado (Udelar, Uruguai). No segundo dia do evento, a exposição ficou a cargo do palestrante Me. Maicon Cláudio da Silva (Iela-Ufsc, Brasil), que tratou na Mesa 2 sobre o “Modo de Produção Capitalista e políticas de proteção social na América Latina”. A última mesa ocorreu na data de encerramento do evento e teve como tema “Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades”, sendo a exposição compartilhada pelas Profa. Joana das Flores Duarte (Unifesp, Brasil) e Profa. Me María Limpia Díaz Ortega (Una, Paraguai).

O público do evento pode participar nas condições de ouvintes e/ou apresentadores de trabalhos. Houve a disponibilização do formato híbrido para a transmissão das palestras das quatro mesas, bem como para a apresentação dos trabalhos, sendo que neste caso, a modalidade online era permitida apenas para inscritos que não residiam no estado do Rio Grande do Sul. Importante referir que o evento obteve recursos públicos advindos de Edital da FAPERGS 12/2022 - Auxílio para Organização de Eventos - AOE.

O evento totalizou 60 (sessenta) trabalhos aprovados, sendo distribuídos nos quatro eixos descritos no sumário destes anais. De modo geral, na análise do conjunto dos artigos que compõem a presente publicação, se destaca a característica plural em termos de área de conhecimento dos/as pesquisadores/as, assim como da abordagem crítica das temáticas dos estudos.

Na seção que abrange o Eixo temático 01 - “Modo de Produção Capitalista, Relações Sociais e América Latina”, totalizou 18 (dezoito) trabalhos que apresentaram a

problematização de importantes temas. Nesta seção dos anais, o/a leitor/a poderá acessar estudos críticos sobre: mulheres; pessoas em situação de rua; relações étnico-raciais; racionalidade neoliberal; capitalismo dependente; trabalho informal; superexploração do trabalho; movimento negro; formação social brasileira; punitivismo; impactos ambientais; indústria 4.0; fascismo; extrema direita; ataques antidemocráticos; encarceramento; questão agrária.

Na seção que abarca o Eixo temático 02 - “Transformações societárias e suas repercussões na formação e trabalho profissional do/a assistente social”, totalizou 09 (nove trabalhos) que se debruçaram no recorte da profissão de Serviço Social. Nesta seção, o/a leitor/a dispõe de um conjunto de estudos que contribuem para o pensar da profissão, mediante a problematização de temas pertinentes, tais como: intervenção profissional; acesso e democratização da informação; população LGBTQIAPN+; atribuições e competências profissionais; grupos de convivência da pessoa idosa; sindicalismo docente; combate ao estupro de vulnerável; saúde mental; cursos de graduação e de pós-graduação.

Por sua vez, na seção que reúne estudos do Eixo temático 03 - “Estado, questão social e políticas de proteção social”, houve o total de 21 (vinte e um) trabalhos, os quais abarcam debates acerca da concepção de Estado e de proteção social na sua relação com a questão social. O/a leitor/a acessará nessa seção dos anais estudos que problematizam diversas temáticas: proteção social; saneamento básico; rede de atenção; trabalho análogo ao de escravo; agências multilaterais; controle social; pobreza; saúde pública; Estado capitalista; direito à alimentação; mulheres em privação de liberdade; assistência social; saúde mental; assistência estudantil; população imigrante e refugiada; Lei Maria da Penha.

Ao final, na seção do Eixo temático 04 - “Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades”, que totalizou 12 (doze) trabalhos, se identifica estudos que se baseiam, de forma transversal, na defesa dos direitos humanos. Logo, nessa última seção dos anais, o/a leitor/a poderá acessar diálogos sobre os temas: infância; patriarcado; desigualdade de gênero; vulnerabilidades e resistências; cisgeneridade; travestis negras; LGBTQIA+; racismo; mulheres privadas de liberdade; violência de gênero; violência nas escolas; violência obstétrica.

Com isso, entende-se que o conjunto dos estudos apresentados por docentes, discentes e profissionais das diversas áreas no 2º Fórum Internacional de Serviço Social, representa uma importante contribuição para o campo da produção de conhecimentos. Sendo este um papel crucial das Universidades, ou seja, demarcar a importância da ciência para a transformação da

realidade, além de retroalimentar a relação indissociável entre: teoria e prática e, formação e exercício profissional.

Por fim, desejamos uma ótima leitura, e votos de que essa publicação contribua para impulsionar novos estudos e pesquisa, além de intervenções profissionais!

Universidade Federal do Pampa, São Borja (RS), maio de 2024.

Rosilaine Coradini Guilherme

Jaina Raqueli Pedersen

Roberto Barboza Castanho

Monique Bronzoni Damascena

Eixo 1 - Modo de Produção Capitalista, Relações Sociais e América Latina:

Estado e neofascismo; Capitalismo dependente; Trabalho e questão social; Patriarcado; Questão étnico-racial; e, Territórios, questão agrária e ambiental.

A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

THE (IN)VISIBILITY OF WOMEN IN BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT

Thaliene de Aquino Gonçalves¹

Jaqueline Carvalho Quadrado²

Resumo: Reflete-se acerca da (in) visibilidade das mulheres no pensamento social brasileiro. Questiona-se: Qual a importância de estudar as mulheres no campo do pensamento social? Nesse sentido, o artigo tanto promove a recuperação da produção de intelectuais, cujas pesquisas e abordagens seguem atuais, quanto questiona o cânone sociológico clássico, composto unicamente por autores homens, brancos, cristãos, ricos e da elite. A metodologia adotada consiste na revisão bibliográfica e levantamento de dados qualitativos na ferramenta *Google*. A análise bibliográfica e de dados qualitativos da falta de (in)visibilidade da mulher no pensamento social brasileiro, revela dados preocupantes sobre sua sub-representação e a persistência de estereótipos de gênero. Dentro dos principais resultados obtidos se pode verificar as contribuições das mulheres para a discussão da epistemologia das ciências sociais, isto é, das condições de produção de conhecimento sobre o mundo social e como isso se relaciona com gênero, família, trabalho, relações de poder, e os mais diversos marcadores sociais de exclusão. O estudo demonstra que a figura feminina sempre esteve protagonizando a sociologia com suas obras, porém seus temas acabavam não tendo a mesma visibilidade que os homens, pois os estereótipos de gênero condicionados pela sociedade, onde a figura feminina era vista como um ser marginalizado e submisso. Este condicionamento ocasionado pelas reproduções sociais, que atribuía papéis e padrões ao gênero feminino, acabou se refletindo no campo das ciências sociais. Também, pelo motivo, que por vezes, não abordavam a conjuntura capitalista, mas demais questões da realidade social vivida pelas mesmas.

Palavras-chave: Pensamento social; mulheres; gênero.

Abstract: Reflects on the (in)visibility of women in Brazilian social thought. The question is: How important is it to study women in the field of social thought? In this sense, the article both promotes the recovery of the production of intellectuals, whose research and approaches remain current, and questions the classic sociological canon, composed solely of male, white, Christian, rich and elite authors. The methodology adopted consists of a bibliographic review and qualitative data collection using the Google tool. The bibliographical and qualitative data analysis of the lack of (in)visibility of women in Brazilian social thought reveals worrying data about their underrepresentation and the persistence of gender stereotypes. Among the main results obtained, it is possible to verify the contributions of women to the discussion of the epistemology of social sciences, that is, the conditions for producing knowledge about the

¹ Discente, Universidade Federal do Pampa, Serviço Social, São Borja/Rio Grande do Sul - Brasil.
thalieneaquino.aluno@unipampa.edu.br

² Docente, Universidade Federal do Pampa, Serviço Social, São Borja/Rio Grande do Sul - Brasil.
jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

social world and how this relates to gender, family, work, power relations, and the most diverse social markers of exclusion. The study demonstrates that the female figure has always been at the forefront of sociology with her works, but her themes ended up not having the same visibility as men, due to gender stereotypes conditioned by society, where the female figure was seen as a marginalized and submissive being.

Keywords: social thinking; women; gender

1. INTRODUÇÃO

Este texto está vinculado a um projeto mais amplo intitulado: *Mulheres no Pensamento Brasileiro: contribuições para a leitura do Brasil*. A proposta do projeto é destacar mulheres de diferentes contextos e áreas de atuação (seja da academia ou não), identificando e analisando as contribuições dessas mulheres para o debate do pensamento social brasileiro e, também, da questão regional. Esta iniciativa alinha-se às pesquisas realizadas pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Violência, Gênero e Sexualidade – ATENA, e a disciplina de *Sociologia Brasileira* (lecionada pela professora Jaqueline Carvalho Quadrado, com apoio da monitora Thaliene Aquino, em 2023.2) do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa de São Borja/RS.

O objetivo aqui foi tanto promover a recuperação da produção de intelectuais, cujas pesquisas e abordagens seguem atuais, quanto questionar o cânone sociológico clássico, composto unicamente por autores homens, brancos, cristãos, ricos e da elite. Assim, nossa hipótese de estudo é: a ciência e a história têm sido fundamentadas em estruturas políticas em que a autoridade é exercida pelo homem, por meio de uma abordagem unilateral, manifestada no patriarcalismo capitalista e sexismo. A invisibilidade das mulheres na história está vinculada a construção historiográfica predominantemente masculina e patriarcal, com estreita relação ao modo de produção capitalista, ao trabalho e a divisão sexual do trabalho, além da ideia concebida de uma ciência neutra, objetiva e racional.

O projeto contempla vários períodos de análise, entretanto, devido à dificuldade em garimpar textos no buscador do *google*, pelo motivo que o algoritmo direciona a pensadores clássicos, homens, apresentamos um recorte parcial dos dados coletados, até o momento.

2. APONTAMENTOS INICIAIS

No início do século XVIII a vida da mulher era marcada por aspectos que a configurava como um ser submisso, dócil, frágil e não afeita aos espaços públicos. Os padrões comportamentais eram estabelecidos pela sociedade, onde homem e mulher exerciam papéis sociais bem definidos. Esperava-se que a mulher, branca e rica ou apenas com posição social (filha de...; parente de...) fosse totalmente dedicada a casa, ao marido e especialmente ao cuidado com os(as) filhos(as). A mulher era categorizada como “rainha do lar”, e a família representava o “lugar por excelência do feminino”. Ao homem, era destinado o espaço público (política, negócios). No espaço familiar, desenrolavam-se as funções domésticas, que incluíam a atenção e o cuidado com as crianças, e a socialização primária (aprendizagem de ofícios). Funções, muitas das vezes, compartilhadas ou relegadas totalmente às empregadas (pobres, pretas, pardas) ou a escolas de ofícios, escolas em regime de internato, dentre outras.

Apesar dessa rigidez na definição dos papéis do homem e da mulher, já se observava neste período, sinais de uma transição do papel da mulher no meio social. No contexto europeu, o advento da industrialização e a expansão capitalista levam a mulher, responsável pelos afazeres domésticos, para o chão das fábricas. No Brasil, a realidade é bem diferente: a mulher negra, e as mulheres brancas e pobres, além do trabalho doméstico em suas casas, trabalhavam em outras casas, por isso, sempre estiveram nas ruas (espaço público) trabalhando, como domésticas, quitandeiras, lavadeiras, dentre outras funções. Por isso, quando se fala em mulheres no Brasil, temos que fazer recortes de classe, gênero, etarismo, raça/etnia, dentre outros marcadores sociais.

A história da sociedade a partir da ótica feminina foi muitas vezes invisibilizada em algumas narrativas existentes, e ao refletirem a partir da sua perspectiva feminina, sinalizam a partir da sua produção do conhecimento, categorias como gênero, classe e raça, relacionando as teorias sociais com interpretação da realidade.

Nota-se que, atualmente, o questionamento da figura feminina nas narrativas sociais é mais frequente, mas ainda requer um trabalho de recuperação da vida e da obra de mulheres ativas nos debates iniciais das ciências sociais. As temáticas abordadas, não conseguem desligar-se das temáticas clássicas, pois os olhares sobre sexualidade, raça, desigualdades de

gênero, trabalho, e relações de poder que as autoras transmitem, transpõem a atualidade de fenômenos sociais para os quais os autores clássicos (homens), parecem menos sensíveis, tendo como uma das principais riquezas das autoras, as suas diversidades de abordagens.

Há, ainda, que esses clássicos são todos escritos por homens, brancos, cristãos e da elite brasileira. Esse ponto de partida talvez seja essencial para o debate que se propõe aqui: os clássicos são machistas porque esses autores não conseguem se distanciar de seus valores, princípios e moral, mesmo quando a narrativa é centrada em mulheres.

O cânone do período clássico da sociologia não conta com mulheres entre seus autores. No entanto, ao contrário do que se costuma supor, o século XIX, crucial para a formação das ciências sociais, teve presença significativa de mulheres em diversos círculos políticos e intelectuais. Entre elas, destacam-se a intelectual Harriet Martineau (Reino Unido, 1802-1876) e a socialista franco-peruana Flora Tristan (França, 1803-1844).

Ressalta-se que o gênero, a classe social e, no caso de Martineau, a deficiência, tiveram impactos sobre a forma de pensar, refletir e pesquisar sobre o mundo social dessas autoras. Diferentemente de outros autores da mesma época, que eram considerados a priori intelectuais legítimos, Martineau e Tristan precisaram justificar sua condição atípica de intelectuais mulheres, e isso levou-as a produzir reflexões muito sofisticadas, e permanecem contemporâneas.

A forte presença de mulheres nos debates pioneiros que deram origem à sociologia desmente uma longa tradição de ensino de uma sociologia clássica que se limita ao ensino dos “pais fundadores” — Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim — e negligencia uma ampla produção feita por mulheres. Flora Tristan e Harriet Martineau contam uma história diferente das ciências sociais, demonstrando não apenas que as mulheres participavam ativamente da produção do conhecimento, mas também que o que hoje chamamos de “questões de gênero” sempre esteve presente no pensamento sociológico.

Além disso, é relevante ressaltar que a socialista russa Alexandra Kollontai (1872-1952), uma das figuras centrais da Revolução de 1917, foi uma das primeiras mulheres a ter cargo e frequentar o Comitê Central do Partido Comunista Soviético, tendo uma atuação importante na defesa de direitos para as mulheres trabalhadoras, se interessando também em refletir sobre sexualidade, publicando diversas obras sobre tais temáticas, abordando os

aspectos materiais e subjetivos das relações de gênero. Destacam-se algumas obras: Base social da questão feminina (1908); A nova mulher (1918) e A moral sexual (1921).

Quando se fala em intérpretes do Brasil, facilmente refere-se a autores clássicos homens. São eles, entre os mais citados, mas não únicos, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso Furtado. As mulheres são minoria no pensamento social brasileiro e seus temas são considerados, muitas vezes, minoritários. O pensamento social feminino tem sido eclipsado pelo falocentrismo, não garantindo a alteridade e a diferença das mulheres (Butler, 2003; Segato, 2016).

3. PENSADORAS BRASILEIRAS

Para ser possível compreender a realidade de autoras brasileiras, foi necessário pesquisar bibliografias internacionais que contextualizam a realidade das obras escritas por mulheres. A partir da metodologia utilizada, foi realizado primeiramente um mapeamento de autoras mulheres, que escrevessem sobre temáticas da sociedade, onde a partir disso foi possível identificar que no livro *“Fundadoras de la sociología y la teoría social”* nos anos de 1830 a 1930, já havia teorias sobre a sociedade desenvolvidas por mulheres que abordaram diversas questões centrais da sociedade (trabalho, sexualidade, família, política, cultura, relações raciais e desigualdades) a partir da sua perspectiva e realidade. (Lengermann e Niebrugge, 2019, p. 231).

Com isso, foi possível compreender, a partir do livro “Pioneiras da Sociologia” de Daflon e Campos (2022), que a falta de protagonismo feminino em obras e produções intelectuais está relacionada principalmente pelo fato das suas ideias se conectarem com o conceito “questões de gênero”, onde a Sociologia era voltada para os problemas capitalista e para a problemática da integração social, sendo realizado um processo de exclusão de autoras e obras com temas que não se encaixavam dentro de tal temática (Daflon e Campos, 2022).

No Brasil, foi possível identificar, entre tantas escritoras, a pernambucana Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), a qual se tem poucos registros e notícias da imprensa da época. A mesma teve os jornais como ferramentas de expressão, onde refletia sobre o papel do jornalismo na sociedade, tendo também contribuições acerca dos direitos políticos das

mulheres. Além disso, Daflon e Campos (2022) demonstram que a figura de Josephina Azevedo representa uma geração de mulheres existentes no século XIX que ampliaram oportunidades de participação das mulheres no Brasil, tanto “no mundo das letras, na política, no trabalho ou na cultura, entendida de forma ampla” (Daflon e Campos, 2022, p.192).

A segunda autora brasileira, Elizabeth do Espírito Santo Viana, em uma das suas obras intitulada “Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo” retrata acerca da construção do feminismo negro no Brasil entre as décadas 1970 e 1980, tendo como principal linha de pensamento a da intelectual e ativista Lélia Gonzalez, além de registrar o protagonismo de algumas antecessoras do movimento de mulheres negras, sem invisibilizar as não-negras na história do feminismo no Brasil, trazendo também um papel de destaque para Beatriz Nascimento na luta antirracista e antissexista no Brasil contemporâneo. Viana relata que muitas pessoas que participavam das Semanas Afro-Brasileiras começaram a ter como ponto de referência o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, sendo onde aconteciam os debates enfocando “atos de discriminações” e o “período pré-colonial na África” (Viana, 2010, p. 59).

Viana (2010) sublinha que:

Em 1979, as mulheres associadas ao Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, apresentaram uma proposta de “reunir mulheres que participavam ou tinham participado de várias entidades”, tais como “organizações negras, das organizações de mulheres ou de outras organizações democráticas e progressistas”, não para formar “mais um grupinho”, e sim discutir uma “contra-ideologia” de combate ao racismo e o sexismo (Viana, 2010, p. 57).

Em sua obra, Elizabeth Viana destaca que uma parcela expressiva das mulheres que fundaram o primeiro grupo feminista negro, tinha Lélia Gonzales como referência devido à ativista ter publicações sobre tal temática e era feminista. Viana (2010) ainda ressalta que no processo de redemocratização brasileira em 1982 havia novos sujeitos que “disputavam um pedaço do poder” sendo sujeitos oriundos de movimento social, de negros, de mulheres, de homossexuais, de trabalhadores e de comunidades e das favelas, sendo também esses perfis que estavam na campanha de Lélia Gonzalez a deputada federal, representando para a candidata um cenário histórico para o movimento negro, devido promover a sujeitos que eram

marginalizados socialmente participar de um processo político-partidário, o que dava sentido a diversas reivindicações dos movimentos sociais. Nesse sentido, Viana revela que Lélia entendia que para superar algumas contradições era necessário que uma organização de mulheres negras deveria ter como referência as lutas das mulheres africanas e americanas, “como Nanny, que estaria para Jamaica, assim como Zumbi para o Brasil” (Viana, 2010, p. 58).

Viana comenta que:

As lendas ou narrativas acerca de Nanny – além da sua capacidade de guerrear – demonstraram, para ela, simbolicamente, que a mulher, ou seja, a mulher negra: a) “assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade”, mesmo em condições adversas; b) possui uma “perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas, inesperadas para o inimigo”, cuja fonte está no saber do próprio grupo; e c) e possuiria “uma radicalidade”. Na comparação entre Nanny e Zumbi feita por ela, poderíamos traçar uma analogia com o segundo, como destacou Luiza Bairros, sobre as constantes referências a Zumbi nos escritos de Lélia, não como uma “alusão a um passado longínquo”, mas uma “atualização das demandas do povo negro hoje” (Viana, 2010, p. 60).

A terceira autora, Valéria Andrade Souto-Maior, na sua obra intitulada “O florete e a máscara: Josephina Alvares de Azevedo, dramaturga do século XIX”, fala acerca de um resgate da dramaturgia brasileira sobre a autoria feminina do século XIX, que busca contribuir para a reconstrução do passado histórico das mulheres brasileiras, através da organização de um Índice Bibliográfico de Dramaturgas Brasileiras do Século XIX e da leitura crítica da obra de Josephina Alvares de Azevedo intitulada “O voto feminino”. A autora reflete que existiram diversos obstáculos e restrições sociais a partir do discurso ocidental burguês sobre a “natureza feminina”, que inspirou a tradição estética patriarcal da criação artística ser algo naturalmente masculino. Tal fato retirou por muito tempo o direito das mulheres de desenvolver suas aptidões intelectuais como artistas, tanto na área da literatura, quanto na da música, do teatro, da escultura, da pintura, do cinema, etc. (Souto-Maior, 1995, p. 11).

Souto-Maior (1995) destaca que os empecilhos enfrentados pelas mulheres escritoras são apontados e discutidos por especialistas da literatura, exemplificando o analfabetismo como um desses fatores:

Dentre esses vários obstáculos que barraram a criação artística feminina, por exemplo, na área da literatura, um dos mais fortes foi, sem dúvida, o analfabetismo agudo a que estavam então submetidas as avós de nossas avós. Basta dizer que a primeira legislação brasileira relativa à educação da mulher, datada de 1827, limitava taxativamente a presença de meninas à escola primária (Souto-Maior, 1995, p. 14).

Outrossim, Souto-Maior destaca que o que a fez escolher a obra teatral de Josephina Alvares de Azevedo para que fosse retratada em sua obra, foi que na sua única peça intitulada “O voto feminino” Josephina enfatiza como um texto da luta feminista do país, utilizado ostensivamente por ela como instrumento de propaganda pela emancipação das mulheres, “pode ser encarado como uma poderosa arma política, estrategicamente adequada”. Souto-Maior (1995), ainda ressalta a importância de um estudo que tivesse essa proposta, de revisitar a obra de uma escritora que fosse inserida num contexto sociocultural que historicamente foi marcado pelo preconceito, onde às mulheres só eram permitidas participarem do ambiente teatral como público ou quando fosse de intérprete eram extremamente malvistas e “confundidas” com prostitutas (Souto-Maior, 1995, p. 23).

Segundo Souto-Maior:

[...] o estudo da obra teatral de Josephina Alvares de Azevedo torna possível conhecer os momentos iniciais do processo de elaboração de uma tradição dramática feminina brasileira que, visto de uma perspectiva mais ampla, contribuiu ainda para a ampliação e consolidação do espaço sócio-cultural e político ocupado hoje pelas mulheres brasileiras (Souto-Maior, 1995, p. 25).

Os estudos de Souto-Maior (1995) esclarecem, no decorrer da sua escrita, que a partir das potencialidades teóricas da crítica feminista é possível distinguir duas variedades de sua prática, sendo a primeira tendo a mulher como leitora, onde é possível identificar que a leitura feminista foca nas imagens e estereótipos femininos na literatura, “as omissões e distorções da crítica sobre as mulheres e a análise da figura feminina como símbolo em sistemas semióticos”. Já na investigação da literatura produzida por mulheres, é demonstrada a segunda variedade da crítica feminista, a qual destaca a mulher como escritora, investigando a história, estilo, temática, gêneros e estruturas da literatura escrita por mulheres, além de

abranger também estudos sobre a criatividade feminina, a linguagem, a trajetória de carreiras literárias individuais ou coletivas (Souto-Maior, 1995, p. 27).

Em um dos trechos de sua obra, Souto-Maior reflete sobre o conceito desenvolvido no campo da história social chamado de “cultura feminina”, o qual não difere muito do sugerido por antropólogos culturais por se referir à existência de uma comunidade homogênea de valores partilhados pela experiência feminina, com variantes para os grupos étnicos e sociais, mas que não é entendida como subcultura, mas sim um grupo silenciado com relação à linguagem e poder. Nesse sentido, Souto-Maior (1995) exemplifica que mesmo que não esteja contido no grupo dominante, o grupo silenciado se vê “obrigado a mediar suas crenças e idéias sobre a realidade social”, utilizando de diversas formas da estrutura dominante, a qual controla a articulação do conjunto de ideias geradas por ambos os grupos. Diante disso, a literatura produzida por mulheres se mostra com uma linguagem dupla, “*double-voiced discourse* que se aproxima da linguagem masculina, mas, ao mesmo tempo, dela se distancia” (Souto-Maior, 1995, p. 33).

A quarta autora, Claudia Pons Cardoso (2018) assinala que alguns marcadores sociais como desigualdade, gênero, raça, sexualidade, como promotores de alguns tipos de opressões, entre eles é citado pela autora as discriminações e exclusões sociais, que culminam em diversos tipos de violências. Tais fatos, são abordados pelas mulheres negras a fim de mobilizar diversas situações de empoderamento e questionamento às estruturas de opressão. Nesse sentido, Cardoso (2018) acredita que a interseccionalidade é uma das contribuições que o feminismo negro traz para as pesquisas feministas, devido analisar a realidade social e expondo os processos que permitem as vulnerabilidades às mulheres negras, a partir da compreensão de que a opressão é vivenciada “de um lugar configurado pela forma como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam, em diferentes pontos” (Cardoso, 2018, p. 5).

Cardoso (2018) afirma:

Os coletivos, grupos, associações, organizações e redes têm se constituído nos principais espaços políticos mobilizados pelas mulheres negras para levarem adiante seu projeto de justiça social e para garantir participação na sociedade. Na verdade, historicamente, mulheres negras têm se utilizado dos

espaços formais e informais para assegurar o fortalecimento coletivo (Cardoso, 2018, p. 9).

Além disso, Cardoso (2018) também retrata que o empoderamento é uma maneira de negar as dimensões que compactuam com a objetificação e a desumanização da mulher, tendo a escrita como um espaço seguro de “desafiar as imagens negativas e estereotipadas” e sobre as mulheres negras, sendo possível produzir outras imagens e representações sociais femininas. Dessa forma, as produções das “ciberativistas” sobre os diversos temas são enfrentamento à imposição das classes dominantes, os quais invisibilizam corpos femininos e ocultam as dores que não são mencionadas. Tal fato é exemplificado por Cardoso (2018) como diferentes formas de enfrentar o racismo patriarcal, construindo outros espaços para atuação e de mobilização das mulheres negras contra o racismo patriarcal (Cardoso, 2018, p. 10).

A partir do presente estudo, compreendemos que as autoras apresentam grandes preocupações com o caráter interpretativo das pesquisas, que se associam a um viés descritivo, ressaltando a necessidade de produzir estudos que busquem possíveis respostas para as questões da sociedade, vinculadas às questões já existentes na história. Além disso, também é possível identificar que as autoras tematizam as questões de gênero a partir da sua realidade, como uma forma de contribuir para a legitimação dessa temática como uma questão sociológica, demonstrando que tais fenômenos não são existentes apenas atualmente, mas que são fenômenos que sempre existiram (Daflon e Campos, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, é possível concluir, parcialmente, que os clássicos da sociologia são existentes a partir das inquietações e problemáticas sociais, mas que por muitas vezes anulam algumas problemáticas quando são referidas de uma visão ou realidade feminina, e tal pesquisa demonstra que a figura feminina sempre esteve protagonizando a sociologia com suas obras, mas seus temas acabavam não tendo a mesma visibilidade que os demais, pois, por vezes, não abordavam questões capitalistas. Atualmente, são temáticas que não conseguem desligar-se

das temáticas clássicas, pois os olhares sobre sexualidade, raça, desigualdades de gênero, trabalho, e relações de poder que as autoras transmitem, transpõem a atualidade de fenômenos sociais para os quais os autores clássicos parecem menos sensíveis, tendo como uma das principais riquezas das autoras, as suas diversidades de abordagens.

Reiterar a importância das mulheres na leitura sobre Brasil é uma forma de sair da invisibilidade das mulheres na interpretação da sociedade brasileira, tanto como intérpretes, quanto como sujeitas da história, e reafirmar a questão de gênero como um dos pilares para as análises. Logo, o pensamento social brasileiro, tem uma lacuna histórica a ser reparada.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Claudia Pons. **EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS E O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 10, n. 25, p. 317–328, 2018.

DAFLON, V.T; CAMPOS, L.R. (org.). **Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos Séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022.

LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE, Gillian. **Fundadoras de la sociología y la teoría social**. 1830-1930. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SOUTO-MAIOR, V., A. **O florete e a máscara: Josephina Alvares de Azevedo, dramaturga do século XIX**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, 1995. Disponível em:
<<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76228>> Acesso em: 3 nov. 2023

VIANA, E. do E. S. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 52–63, 2010. Disponível em:
<<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/307>> . Acesso em: 3 nov. 2023

À MARGEM DA SOCIEDADE: DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

ON THE MARGINS OF SOCIETY: CHALLENGES OF SOCIAL WORK IN PROMOTING THE RIGHTS OF HOMELESS PEOPLE

Aíne Pinheiro Rodrigues³
Sara Trindade Vernes⁴
Bárbara Domingues Nunes⁵

Resumo: Este artigo problematiza o trabalho do Serviço Social no atendimento à população em situação de rua, com o objetivo de, através dos dados públicos do município de Porto Alegre, analisar a atuação das políticas sociais relacionadas a esse público, dando visibilidade às pessoas em situação de rua e às dificuldades que enfrentam no acesso aos direitos sociais e à saúde de qualidade. O Serviço Social tem um campo privilegiado de atuação nas políticas sociais; sendo que esse profissional, consequentemente, é influenciado pela dinâmica contraditória entre capital e trabalho e se concentra nas desigualdades resultantes desse conflito. A população em situação de rua no Brasil enfrenta uma série de adversidades, no acesso limitado a serviços essenciais, emprego, bem como enfrenta desafios no âmbito da saúde mental. Para tratar do proposto, torna-se relevante uma abordagem interdisciplinar e a compreensão dos determinantes estruturais que ocasionaram sua sobrevivência nas ruas. O presente estudo possui prevalência qualitativa, com revisão bibliográfica, e fundamentação teórica no materialismo histórico-dialético. Portanto, problematiza e dá visibilidade à temática da população em situação de rua no Brasil, de maneira integrada, considerando os fatores econômicos, sociais e estruturais envolvidos, a fim de promover justiça social e igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: pessoa em situação de rua, políticas sociais, serviço social.

Abstract/Resumen: This article problematizes the role of Social Services in serving the homeless population. The study aims to analyze the provision of social policies to the homeless population using public data from the city of Porto Alegre, giving visibility to black women and the difficulties they face in accessing social rights and quality healthcare. The privileged field of activity of Social Services is social policies. This professional, consequently, is influenced by the contradictory dynamics between capital and labor and

³ Acadêmica do 5º semestre do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: aine.rodrigues@acad.ufsm.br

⁴ Acadêmica do 9º semestre do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: sara.trindade@acad.ufsm.br

⁵ Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PUCRS). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política (PUCRS) e no Programa de Política Social e Direitos Humanos (UCPEL). Docente no curso de graduação em Serviço Social- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: nunesbarbara1@gmail.com.

focuses on the social inequalities resulting from this conflict. The homeless population in Brazil faces a series of adversities, limited access to essential services, unemployment and mental health challenges. And to address this issue, an interdisciplinary approach and an understanding of the structural determinants that led to survival on the streets are essential. The present study has qualitative prevalence, with a bibliographical review, and theoretical foundation in historical-dialectical materialism. Therefore, the article problematizes and gives visibility to the issue of the homeless population in Brazil in an integrated way, considering the economic, social and structural factors involved, in order to promote social justice and equal opportunities.

Keywords/palabras clave: homeless people, social policy, social worker.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social se construiu na relação contraditória entre capital versus trabalho, estando inscrito na divisão sociotécnica deste último, e atuando principalmente com usuários que estão em situação de vulnerabilidades sociais, em sua grande maioria, causadas por essa adversidade. A profissão tem como objeto de intervenção a questão social, apreendida como expressão das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea (IAMAMOTO, 2004), em suas variadas expressões.

A questão social⁶ no Brasil refere-se a uma série de desafios e problemas sociais que afetam a população brasileira, e abrange uma ampla gama de questões relacionadas à pobreza, desigualdade, acesso a serviços básicos, direitos sociais, trabalho, educação, saúde, habitação e outros aspectos que impactam a qualidade de vida das pessoas. Também envolve resistências por parte dos segmentos vulneráveis; nesse ínterim, grupos marginalizados e estigmatizados, bem como movimentos sociais têm se organizado para lutar por seus direitos e combater as desigualdades estruturais. São movimentos que defendem as pautas feministas, lgbtqapn+, questões étnico raciais, pautas indígenas, ambientais, tencionando a visibilidade de suas demandas e reivindicações de políticas públicas mais diversas e inclusivas.

⁶ [...] a questão social como problemas puramente sociais que em nada se relacionam com as determinações da vida orgânica, muito menos com aquelas da esfera inorgânica. Intenciona-se, pois, refletir sobre qual o significado dessas categorias à luz da teoria histórico-crítica (Holanda, 2021, p. 2)

Com o desenvolvimento econômico ocorrido a partir da década de 1930, principalmente na década de 1950, as disparidades sociais que sempre existiram passaram a ser ainda mais evidenciadas (Andrade; Costa; Marquetti, 2014). Apesar dos avanços das políticas sociais na última década, no Brasil, ainda predomina a desigualdade social, uma vez que grande parte da população sobrevive em níveis de subsistência, chegando à manifestação extrema da miséria: a situação de rua.

As funções desempenhadas pelos assistentes sociais, até meados da década de 1960, evidenciavam a preocupação com a integração dos indivíduos e a normalização das suas condutas. Não se discutia a relação com as políticas sociais, as quais não eram igualmente tratadas no plano analítico, tanto pelo Serviço Social como por outras áreas do conhecimento. Questões mais graves com explicações teóricas mais densas não faziam parte do cotidiano profissional. A intervenção convergia aos objetivos institucionais de integração social e redução dos “desvios de conduta”. (Miotto; Nogueira, 2013, p.63).

Contexto no qual se perpetua o pensamento conservador, reacionário que confronta valores democráticos e propõe eliminação de direitos, especialmente dos segmentos mais pobres e subalternizados da sociedade, onde estão as famílias com as quais os assistentes sociais trabalham.

2. SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: INTERFACES E DESAFIOS NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste texto, serão abordados o papel da Igreja Católica e do Serviço Social, a importância do enfoque crítico do Serviço Social, o papel dos assistentes sociais na promoção da justiça social e igualdade de direitos humanos, e a complexidade das políticas sociais no contexto da situação de rua, destacando a necessidade de uma análise interconectada com os fatores econômicos, sociais e culturais que contribuem para essa realidade complexa e diversa.

A Igreja Católica desempenhou um papel central nas atividades de assistência social, destacando-se nas ações das damas de caridade, mulheres devotas que dedicavam-se a auxiliar os necessitados. Serviço Social, inicialmente ligado à Igreja, teve sua regulamentação como profissão em 1936, enfocando inicialmente atividades assistenciais e de

higienização social, em conformidade com as demandas da época, sendo que, ao longo de sua história, passou por várias transformações (IAMAMOTO, 2017).

Compreende-se que a abordagem crítica do Serviço Social é essencial para analisar a questão social em um contexto mais amplo, considerando as dinâmicas do capitalismo e as contradições inerentes ao sistema econômico. Torna-se fundamental compreender as ações dos grupos dominantes e das instituições que representam seus interesses na sociedade, para entender como as políticas sociais são moldadas e implementadas em resposta às demandas sociais. Os assistentes sociais desempenham um papel crucial na promoção da justiça social e igualdade de direitos humanos, além de atuarem como agentes de mudança social.

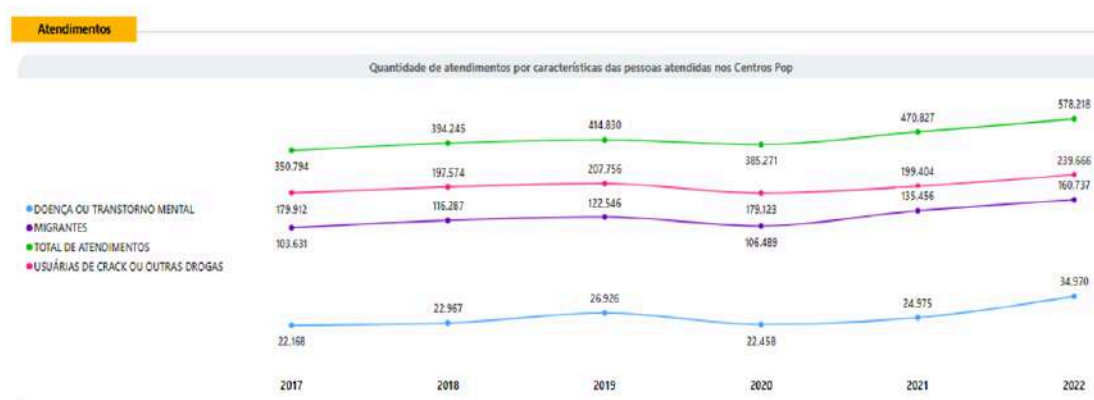
As políticas sociais, longe de serem apenas medidas técnicas, são ações políticas moldadas por escolhas e decisões tomadas em contextos complexos e conflituosos de poder. Sua insuficiência pode ser considerada uma das consequências da violência estrutural, perpetuando desigualdades nas condições de sobrevivência dos sujeitos. A compreensão das complexidades envolvidas na situação de rua requer uma análise interconectada com os fatores econômicos, sociais e culturais que contribuem para essa realidade.

Dentre as políticas públicas, as chamadas sociais estão vinculadas, normalmente, às garantias e direitos fundamentais sociais, conforme positivados na Constituição Federal de 1988 (Art. 6º), como exemplos estão: o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, entre outros. As políticas para a assistência a esses direitos sociais estão regulamentadas por leis específicas e são executadas a partir de setores no aparelhamento do Estado. (BELLINI, 2014, p. 02).

Os referidos elementos não devem ser vistos isoladamente, mas como partes interconectadas de um todo, sendo vital considerar os diversos fatores inter-relacionados que contribuem para essa realidade. A fragilidade dos vínculos familiares é comum entre a população em situação de rua, cujos dilemas muitas vezes têm origem em eventos cotidianos e íntimos como desemprego, separações, maus tratos e perdas familiares, além do abuso de álcool e substâncias psicoativas. (NUNES, 2019)

Essa complexidade da situação de rua é agravada pela fragilidade e adaptação das políticas sociais para enfrentar os desafios emergentes diante das necessidades da população, exigindo uma análise aprofundada das relações e dos fatores que contribuem para essa realidade multifacetada. Como é possível visualizar na seguinte tabela:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil



Fonte: adaptado de MDHC (2023).

Discute-se a evolução do Serviço Social no Brasil desde a década de 1930. Durante esse período, o país passou por transformações sociais e econômicas significativas, incluindo urbanização rápida, industrialização incipiente, aumento da pobreza e desigualdade social, refletindo o envolvimento da igreja nesse campo.

Na década de 1930, o Brasil passava por transformações sociais e econômicas significativas, incluindo a rápida urbanização, industrialização incipiente e um aumento na pobreza e na desigualdade social. Nesse período, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental nas atividades de assistência social, tendo em vista que o Serviço Social surgiu no Brasil a ela vinculada, com destaque nas damas de caridades, as quais foram um exemplo importante desse envolvimento. Eram mulheres brancas devotas que se dedicavam a prestar auxílio aos necessitados como pobres, doentes e órfãos.

[...] o Serviço Social, torna-se necessário analisar, ante o “problema social” e seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade; ações e posicionamentos determinados no quadro mais amplo das contradições geradas pelas formas específicas através das quais se aprofunda internamente o capitalismo e a vinculação da economia ao mercado mundial. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 136).

No que tange ao papel do Serviço Social, faz-se necessária uma análise das relações dos "problemas sociais" dentro de um contexto mais amplo, como por exemplo, as dinâmicas do capitalismo e as contradições geradas por essa estrutura econômica. Enfatiza-se a necessidade de compreender as ações e posicionamentos dos diferentes grupos dominantes e

das instituições que representam seus interesses na sociedade. Essa análise crítica é fundamental para entender como as políticas sociais são moldadas e implementadas em resposta aos problemas sociais. Ao adotar esta perspectiva, os assistentes sociais podem identificar as raízes estruturais das injustiças sociais e trabalhar para criar mudanças sistêmicas. Isso envolve não apenas lidar com as consequências imediatas da questão social, mas também desafiar as políticas e práticas que perpetuam a desigualdade e a exclusão social.

A regulamentação do Serviço Social como profissão no Brasil ocorreu em 1936, com a criação das Escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os assistentes sociais formados nessas escolas foram inicialmente treinados para desempenhar papéis de assistência e higienização social, em consonância com as demandas da época. No entanto, ao longo das décadas, o Serviço Social passou por mudanças e desenvolveu abordagens mais críticas e progressistas, ampliando seu foco para questões estruturais e buscando promover a justiça social e a igualdade de direitos humanos.

O Serviço Social, como profissão, está intrinsecamente ligado a essas dinâmicas, pois trabalha diretamente com as consequências das desigualdades e injustiças sociais. O papel desse profissional no contexto das políticas de assistência social é de indubitável relevância, uma vez que repousa sobre uma base sólida de preceitos teóricos e práticos. No âmbito de sua atuação, é quem assume a responsabilidade de não somente identificar e acompanhar as demandas sociais, mas também de estabelecer um elo essencial entre a sociedade e o Estado, com o objetivo de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à promoção do bem-estar social. Sua atuação encontra fundamentos na perspectiva de assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos, na ascensão da cidadania e na promoção da autonomia do sujeito, empenhando-se ativamente na mitigação das desigualdades e injustiças sociais.

As/os Assistentes Sociais norteiam seus atendimentos pelo Código de Ética da profissão, bem como Lei de Regulamentação da Profissão, sendo imperativo que lutem pela dignidade da pessoa humana. Para além disto, possuem deveres para com os usuários, sendo um deles “contribuir para a criação de mecanismos que desburocratizem a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (CFESS, 2019, p.30).

No escopo das políticas de assistência social, a/o profissional assume um papel multifacetado, abrangendo a acolhida e orientação de indivíduos e suas famílias em situações de vulnerabilidade. Ademais, desempenha um papel de extrema relevância na avaliação das necessidades específicas dos beneficiários e na elaboração de planos de intervenção, fazendo uso dos instrumentos técnicos-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos inerentes ao campo do Serviço Social. Como um agente de mudança social, a/o profissional também assume a função de articular a rede de proteção social⁷, estabelecendo parcerias colaborativas com outros profissionais e instituições, visando assegurar o acesso a serviços de qualidade e promover uma abordagem integrada no atendimento às demandas sociais.

2.1 POLÍTICA SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Aborda a complexidade da política social, as raízes históricas e estruturais da população em situação de rua, os desafios por ela enfrentados e a importância de políticas sociais que se adaptem a essa realidade difícil e vulnerável. A análise das complexidades sociais requer uma compreensão das relações e elementos constitutivos que explicam fenômenos sociais complexos. Deve-se considerar em conjunto para uma compreensão abrangente, considerando que a situação de pessoas em situação de rua envolve dilemas multifacetados que, muitas vezes, têm origem nas relações familiares como separações, maus tratos e perdas. A drogadição também desempenha um papel importante.

Entende-se por política social, Segundo Potyara:

[...] um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de uma mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade [...] ela é identificada como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprio [...] ela também é fruto de escolhas e de decisões definidas nas arenas conflituosas de poder. (2011, p.168).

Destaca-se a complexidade do conceito de política social, tendo em vista que ela vai além da ideia simplista de que o Estado fornece ou aloca recursos de forma unilateral na

⁷ De acordo com as ideias de Bowlby (1988), uma rede de apoio social e afetiva eficiente desempenha um papel crucial na prevenção da violência e no fortalecimento das competências das pessoas. Além disso, ela contribui significativamente para o desenvolvimento do senso de pertencimento e para a melhoria da qualidade dos relacionamentos humanos.

sociedade. Em vez disso, a política social é vista como uma ação política com seu próprio perfil, funções e objetivos específicos. Sendo moldada por escolhas e decisões que ocorrem em contextos complexos e, muitas vezes, conflituosos de poder. Isso implica que as políticas sociais não são apenas medidas e atendimentos técnicos, mas também refletem valores, ideologias e interesses presentes na sociedade. Além disso, são frequentemente influenciadas por fatores econômicos, culturais e sociais, tornando-as intrinsecamente interligadas ao conflito gerado pelo capitalismo.

Pode-se considerar que a fragilidade das políticas sociais caracteriza uma violência de estrutural, que, segundo Minayo (1990, p. 290), é “aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas consequências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora”. Nesse contexto, a ausência ou o insuficiente alcance das políticas sociais pode também ser considerada violência estrutural, pois ela perpetua as desigualdades e agrava as condições de vida das pessoas, especialmente daqueles que já enfrentam desafios econômicos e sociais cotidianamente. A falta ou o precário acesso a serviços de saúde, educação, emprego, moradia adequada e outros direitos básicos pode levar a consequências graves para a qualidade de vida e bem-estar da população.

Na análise das complexidades sociais, a compreensão dos fenômenos e das relações que os permeiam é fundamental para orientar intervenções eficazes e justas. Os elementos que compõem esses fenômenos, sejam eles sociais, econômicos ou políticos, desempenham um papel crucial na explicação e na transformação dessas realidades, que:

[...] podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém ressaltar, no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformam o fenômeno, na perspectiva dialético-crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido. (PRATES, 2016, p. 117).

Ao perceber as relações dialéticas e os elementos constitutivos na análise dos fenômenos sociais complexos, a exemplo das pessoas em situação de rua, nota-se que esses elementos não devem ser vistos isoladamente, mas como partes interconectadas de um todo, sendo essencial considerar os diversos fatores inter-relacionados que contribuem para tal

realidade. Isso inclui questões econômicas como desemprego e condições precarizadas de trabalho e habitação, agravos na saúde mental, abuso de substâncias, violência doméstica, entre outros. Além disso, fatores estruturais, como políticas sociais pontuais e focalizadas e estigmatização social também desempenham um papel significativo.

A história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras [...] as condições histórico estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno na sociedade capitalista são as mesmas que deram origem ao capital e asseguram até hoje a sua acumulação (SILVA, 2009, p. 25).

A maioria das famílias e grupos que atualmente se encontram em situação de rua, anteriormente, não sobreviviam nessa situação, mas se deslocaram para as ruas, onde passaram a desenvolver formas de sobrevivência diária. De acordo com estudo feito por Schor (2015), antes de estarem em situação de rua, a maioria das pessoas (81%) viviam com seus familiares. Entretanto, para que seja abordada a situação das vulnerabilidades presenciadas por essa população, é necessário elucidar alguns aspectos sobre as políticas públicas e como elas estão interligadas com esta questão. De acordo com Santana,

As políticas públicas são ações, programas e atividades desenvolvidas pelo estado para garantir determinado direito de cidadania [...] por exemplo: na Política Nacional para a População em Situação de Rua um dos princípios é a intersetorialidade das ações que garantam igualdade de condições para o acesso à educação, à Saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social e à assistência social. (2016, p. 91).

Conforme destaca Escorel (1999), a precariedade da dimensão sociofamiliar é um elemento comum à maioria desta população. Tendo em vista, que muitas pessoas, antes de transitarem por esta situação, viviam com suas famílias. A população em situação de rua, na capital do Rio Grande do Sul-Porto Alegre, é um fenômeno multifacetado e multidimensional. NUNES (2019) destaca em sua dissertação:

Dilemas vividos que, como no caso dos processos de rualização, podem ter início no convívio das relações primárias, na esfera doméstica e manifestam-se geralmente a partir do desemprego, também em separações e decepções amorosas, maus tratos ou morte na família e/ou no uso de drogas, que pode transformar-se em uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. (NUNES, 2019, p.54).

As complexidades da vida humana muitas vezes se manifestam em dilemas intrincados e multifacetados, que têm raízes profundas nas relações primárias, no âmbito familiar e nas experiências pessoais. Estes dilemas, conforme exemplificados nos processos de rualização⁸, frequentemente, têm sua origem em eventos cotidianos e íntimos, como desemprego, separações afetivas, maus tratos e perdas familiares. Além disso, a drogadição, pode desencadear uma trajetória que culmina no abuso de álcool e outras substâncias. Segundo a pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de acordo com o Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS (UFRGS, 2016, p. 81), “19,1% não gosta de ‘nada’ na rua, recusando inclusive, a possibilidade de haver algo positivo nessa situação”.

Outros dados importantes referem-se ao fato de que 25,2% da população investigada está há menos de 1 ano na rua. [...] Este crescimento aponta para uma maior visibilidade dessas pessoas na cidade e traz desafios importantes para as políticas públicas de sua gestão (UFRGS, 2016, p. 99).

Por conseguinte, ressalta-se a imperatividade da concepção de abordagens pautadas na atenção às necessidades específicas daqueles que recentemente se incorporaram às fileiras dos desabrigados, as quais devem compreender a disponibilização de recursos como abrigos, serviços de assistência social, assistência à saúde e iniciativas voltadas à (re)inserção social. Compreende-se que esta população, além de ser discriminada diariamente, sofre uma violência constante, como é explícito

O preconceito em relação a essa população também é bastante elevado, aparecendo em 79,4% das respostas positivas. Mais da metade, 51,8%, afirmou serem tratados “sem respeito”. Por outro lado, ações como as doações de roupas, alimentos e dinheiro, distribuição de comida, entre outras iniciativas assistenciais e de caridade, por parte de organizações não governamentais, voluntários, igrejas e outras instituições, ajudam a compor o percentual significativo de percepções de “solidariedade”, vivenciadas por 58,2% dos respondentes. (UFRGS, 2016, p.82).

⁸ [...] O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes”. Em Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social (2010), o autor da presente tese apresentou a rualização como expressão da questão social em Gravataí/RS, como processos combinados de “mudanças no mundo do trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais, o que torna cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos centros urbanos do país” (NUNES, 2010, p. 13).

Nesse contexto, os referidos achados reforçam a iniludível relevância da apreensão e do enfrentamento das intrincadas causas subjacentes e dinâmicas associadas à situação de rua; além disso, da adaptação das políticas públicas, de forma a enfrentar os desafios emergentes originados da maior visibilidade e complexidade inerentes a esse contingente social vulnerável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que as desigualdades e resistências não são questões isoladas, mas que se encontram interligadas e enraizadas em estruturas sociais e econômicas mais amplas. Assim, é necessário um enfrentamento contínuo e uma abordagem sistêmica para promover mudanças efetivas e construir uma sociedade mais igualitária e justa.

No contexto apresentado, observa-se uma correlação entre as duas partes do artigo, destacando a existência de famílias que se encontram em situação de rua e famílias que, por diversos motivos, são levadas a habitar nas ruas. É importante ressaltar que a condição de vulnerabilidade social que leva à situação de rua é resultado de um conjunto de fatores complexos, os quais vão além das circunstâncias individuais. Trata-se de um fenômeno que está diretamente relacionado às desigualdades estruturais presentes na sociedade.

As famílias em situação de rua enfrentam uma série de adversidades, incluindo a falta de moradia adequada, acesso limitado a serviços básicos, ausência de emprego e renda estável, e uma série de desafios emocionais e psicossociais. A referida realidade coloca em evidência a fragilidade dos direitos fundamentais dessas famílias, bem como a necessidade de intervenção por parte das políticas públicas.

No entanto, é importante ressaltar que a condição de rua não deve ser vista apenas como uma escolha ou resultado de decisões individuais. Muitas famílias são levadas a essa situação devido a fatores estruturais, como a falta de políticas sociais adequadas, a precariedade do mercado de trabalho, a violência urbana, entre outros.

Diante desse contexto, a atuação do(a) assistente social desempenha um papel relevante, porque busca, por meio de sua intervenção profissional, compreender as demandas e necessidades das famílias em situação de rua, oferecendo acolhimento, orientação e encaminhamento para os serviços e programas sociais disponíveis. A falta de políticas sociais

efetivas se tornou uma forma de violência estrutural que destaca a necessidade de abordar não apenas os efeitos imediatos da pobreza e da exclusão social, mas também as causas subjacentes, que, muitas vezes, estão enraizadas nas estruturas econômicas e sociais. Essa abordagem reforça a importância de lutar por políticas sociais mais abrangentes e igualitárias, a fim de reduzir as desigualdades e de promover a justiça social.

A(o) assistente social, em seu trabalho junto às políticas sociais, busca não apenas garantir a sobrevivência imediata dessas famílias, mas também promover sua inclusão social e autonomia. Isso implica na articulação com outros profissionais e instituições, na busca por soluções habitacionais, na oferta de serviços de saúde, educação e capacitação profissional, visando proporcionar condições para que reconstruam suas vidas de forma digna e sustentável.

Portanto, compreender a complexidade que envolve as famílias em situação de rua é fundamental à formulação e implementação de políticas sociais efetivas, que visem mitigar os efeitos da exclusão social, promovendo a igualdade de oportunidades e a garantia de seus direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamires Durigon; FONSECA da, Laura R. da, S. C. M; PEREIRA, Larissa Ramalho; RODRIGUES, Aíne Pinheiro; SILVA da, Matheus Fabrício. Capítulo 2-Gênero e Marxismo: Debates em Curso no Serviço Social. **HEGEMÔNICAS: Apontamentos sobre gênero, raça, classe e diversidade para o Serviço Social.**, p. 32- 46, 2022.

BELLINI, Maria Isabel Barros et al. Políticas públicas e intersetorialidade em debate. **Anais, 2014, Brasil.**, 2014.

Brasil. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: www.planalto.gov.br

Bowlby, J. (1988). Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes.1988. p.6

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS.O estigma do uso de drogas. série assistente social no combate ao preconceito.
<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno02-OEstigmaDrogas-Site.pdf>.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022).
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. ALIENAÇÃO, PAUPERISMO E “QUESTÃO SOCIAL”. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 1, p. 316-333, 2021.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO Raúl de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica- 35.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 13-38, jan./abr. 2017.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. *Revista Katálisis*, v. 16, p. 61-71, 2013.

NUNES, Rodrigo S. dos; **Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial?** / 149p, 2019 -Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUCRS.

SANTANA, Carmen Lúcia Albuquerque de; ROSA, Anderson da Silva. **Saúde mental das pessoas em situação de rua: conceitos e práticas para profissionais da assistência social**. São Paulo: Epidauros Medicina e Arte, 2016, p. 90- 110.

UFRGS/FASC-PMPA. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. Relatório Final. IFCH/UFRGS. Porto Alegre, dez/2016.

A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CARCERÁRIO PARALELO: DA SITUAÇÃO CARCERÁRIA DOMINADA POR FACÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE PRESÍDIOS DA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE GAÚCHA

LA ORGANIZACIÓN DEL ESTADO CARCELARIO PARALELO: LA SITUACIÓN CARCELARIA DOMINADA POR LAS FACCIÓNES CRIMINALES EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LAS PRISIONES EN LA REGIÓN FRONTERIZA OESTE DE GAÚCHA

Marcielle de Souza Nunes⁹
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno¹⁰

Resumo: O presente artigo possui como temática de pesquisa uma abordagem sobre a ausência do Estado durante a efetivação dos direitos fundamentais dos apenados, e consequentemente, a influência na consolidação das organizações criminosas dentro do sistema prisional brasileiro. Encontrando justificativa nas diversas notícias que circulam em mídias de comunicação, sobre as constantes violações dos Direitos Fundamentais no sistema carcerário e no crescente número de organizações criminosas que atuam dentro do sistema prisional brasileiro. Nesse sentido, possui o objetivo de comprovar que a ausência do Estado durante a efetivação dos direitos fundamentais dos apenados, está diretamente ligada ao fortalecimento das organizações criminosas dentro do sistema prisional brasileiro. A metodologia da pesquisa se baseia em levantamento e análise bibliográfica, utilizando-se do recurso de aprofundamento da leitura do aparato doutrinário, legislativo, jurisprudencial e de textos científicos sobre a temática Direito Penal, em especial da Criminologia e suas implicações no sistema prisional do Brasil, utilizando como essencial metodologia a comparativista entre política carcerárias e situações prisionais em cidades do estado do Rio

⁹ Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito, do campus de São Borja da UNIPAMPA. Estudante-Pesquisadora integrando do Projeto de Pesquisa sobre os *Direitos Fundamentais*: da efetividade e da consolidação dos direitos fundamentais na perspectiva crítica do pensamento jurídico, vinculado ao Grupo de Pesquisas (DGP/CNPq/UNIPAMPA-SB): *Observatório de Direitos Fundamentais* na perspectiva do Constitucionalismo, do Socioambientalismo e da Geopolítica Internacional, ambientado no campus de São Borja da UNIPAMPA. E-mail: marciellenunes.aluno@unipampa.edu.br

¹⁰ Pós-Doutor em Direito pelo *Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Messina* (IIES/Itália); Doutor em Direito (PPGD/UERJ); Mestre em Direito (PPGD/Puc-PR); Mestre em Economia (PPGE/Unisinos-RS); Especialista em Direito e Economia (PPGD-PPGE/UFRGS); Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (UFPI); Especialista em Ciências da Natureza e suas Tecnologias (UFPI); Graduado em Direito (Unisinos-RS). É pesquisador-Líder do “*Observatório de Direitos Fundamentais na perspectiva do Constitucionalismo, do Socioambientalismo e da Geopolítica Internacional*” (UNIPAMPA). Professor Adjunto dos Cursos de Bacharelado em Direito e Licenciatura em Ciências Humanas no campus de São Borja da UNIPAMPA. Professor Permanente credenciado ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologias para Inovação (PROFNIT/UFOB) e Professor Permanente credenciado ao Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS/UFOB). Jurista. E-mail: flaviobruno@unipampa.edu.br

Grande do Sul. Dessa maneira, busca-se refletir sobre a ausência do Estado durante a efetivação dos direitos fundamentais dos apenados, e consequentemente, a influência na consolidação das organizações criminosas dentro do sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: Direito Penal; Criminologia; Direitos Fundamentais; Sistema Prisional; Organizações Criminosas.

Resumén: El presente artículo tiene como tema de investigación un abordaje sobre la ausencia del Estado durante la realización de los derechos fundamentales de los condenados y, en consecuencia, la influencia en la consolidación de las organizaciones criminales dentro del sistema penitenciario brasileño. Encontrando justificación en las diversas noticias que circulan en los medios de comunicación, sobre las constantes violaciones de los Derechos Fundamentales en el sistema penitenciario y el creciente número de organizaciones criminales que operan dentro del sistema penitenciario brasileño. En ese sentido, tiene el objetivo de probar que la ausencia del Estado durante la realización de los derechos fundamentales de los condenados está directamente relacionada con el fortalecimiento de las organizaciones criminales dentro del sistema penitenciario brasileño. La metodología de investigación se basa en el levantamiento y análisis bibliográfico, utilizando el recurso de la lectura en profundidad del aparato doctrinal, legislativo, jurisprudencial y de textos científicos en materia de Derecho Penal, especialmente Criminología y sus implicaciones en el sistema penitenciario brasileño, utilizando un Metodología comparada entre políticas penitenciarias y situaciones penitenciarias en ciudades del estado de Rio Grande do Sul como metodología esencial. De esta manera, se buscan datos e investigaciones que comprueben la ausencia del Estado durante la realización de los derechos fundamentales de los condenados y, en consecuencia, la influencia en la consolidación de las organizaciones criminales dentro del sistema penitenciario brasileño.

Palabras-clave: Derecho penal; Criminología; Derechos fundamentales; Sistema Penitenciario; Organizaciones Criminales.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de Estado é produto de uma grande e constante evolução, que acontece desde os primórdios, sendo que o Estado Democrático de Direito é um modelo de organização política que possui como base o respeito às leis e à Constituição, reverberando assim, na proteção de direitos fundamentais e na participação popular. No entanto, a ausência do Estado na efetivação desses direitos é uma realidade em diversas áreas. Constantemente apresentam-se casos em que as minorias sofrem com a falta do básico em saúde, educação, alimentação e até mesmo moradia. No mesmo sentido, existem diversos relatos de violações

de direitos fundamentais inclusive dentro do sistema prisional. Segundo o “*Relatório Vozes e Dados da Tortura em Tempos de Encarceramento em Massa, da Pastoral Carcerária Nacional*”, de janeiro de 2021 a julho de 2022, foram registradas 116 (cento e dezesseis) denúncias de agressão física e aproximadamente 81 (oitenta e uma) denúncias de formas de tratamento degradantes ou humilhantes (PASTORAL, 2022).

Nesse cenário a população carcerária enfrenta diversas violações de direitos, como a superlotação, a falta de assistência social e jurídica adequada, a falta de acesso a cuidados de saúde e à educação. No mesmo sentido, a violência e a corrupção são comuns nos presídios, o que agrava ainda mais a situação. A falta de investimento em políticas públicas e a corrupção no sistema prisional tornam-se consequências diretas da ausência do Estado na efetivação dos direitos fundamentais dos apenados. Ademais, a cultura punitivista da sociedade é outro fator que favorece que o Estado não priorize a garantia dos direitos dos presos.

O presente artigo busca fazer uma abordagem sobre a ausência do Estado durante a efetivação dos direitos fundamentais dos apenados, e consequentemente, a influência na consolidação das organizações criminosas dentro do sistema prisional brasileiro. Como questão presente no atual estado de discussão acadêmica, teórica e prática sobre o tema, encontra-se o principal questionamento levantado pela pesquisa que este artigo propõe: É possível comprovar que a ausência do Estado durante a efetivação dos direitos fundamentais dos apenados, está diretamente ligada ao fortalecimento das organizações criminosas dentro do sistema prisional brasileiro?

A metodologia da pesquisa se baseia em levantamento e análise bibliográfica, utilizando-se do recurso de aprofundamento da leitura do aparato doutrinário, legislativo, jurisprudencial e de textos científicos sobre a temática Direito Penal, em especial da Criminologia e suas implicações no sistema prisional do Brasil, utilizando como essencial metodologia a comparativista entre política carcerárias e situações prisionais em cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Pretende-se concluir que a ausência do Estado durante a efetivação dos direitos fundamentais dos apenados, está diretamente ligada a consolidação das organizações criminosas dentro do sistema prisional brasileiro.

2. A SITUAÇÃO CARCERÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com Baratta (2002), um renomado criminólogo italiano, ao se analisar a relação entre o direito penal, o sistema carcerário e o Estado, é possível deslumbrar que o sistema penal, em vez de buscar a ressocialização do indivíduo, muitas vezes serve como instrumento de controle social e reprodução das desigualdades existentes na sociedade. Para o referido autor, o sistema carcerário é uma manifestação clara da falência do Estado Democrático de Direito, uma vez que não consegue garantir os direitos fundamentais dos detentos. aponta para a falta de políticas públicas efetivas que promovam a ressocialização e a reinserção social dos presos. Além disso, o importante autor critica a seletividade do sistema penal, que tende a punir com maior rigor indivíduos de classes sociais desfavorecidas, contribuindo para a perpetuação da exclusão social e a superlotação carcerária (BARATTA, 2002).

No mesmo sentido, Foucault (2014), filósofo e historiador francês, analisa a evolução do sistema punitivo ao longo da história, destacando a transição do suplício para a prisão. Argumentando que a prisão, ao invés de ser um instrumento de reabilitação, é um mecanismo de controle e disciplina que visa à normalização dos indivíduos, reforçando assim o poder do Estado. O referido autor critica a forma como o sistema carcerário exerce controle sobre o corpo e a mente dos detentos, através de mecanismos disciplinares como a vigilância constante, a hierarquia e a normalização. Tais práticas anulam a individualidade dos presos, tornando-os sujeitos passivos do poder estatal (FOUCAULT, 2014).

Atualmente o sistema prisional brasileiro, vive um cenário caótico, repleto de falhas, os estabelecimentos prisionais encontram-se sucateados e superlotados. Conforme aborda Novo (2018, p.5),

As prisões que surgiram como forma de humanização das penas na verdade acabaram por se tornar um depósito de lixo humano. A pena continua a ser encarada por todos como mero ato de vingança. Muitos até entendem que a situação ideal seria torná-la até mais rigorosa

Evidentemente, o estado do Rio Grande do Sul apresenta essa realidade, com uma população carcerária que atinge a marca de 42.796 mil apenados, sendo que, segundo dados

do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, atualmente o Estado do Rio Grande do Sul conta com capacidade de 34.123 mil vagas, destarte, ficando inquestionável que o sistema prisional gaúcho se encontra à beira do colapso (MINISTÉRIO..., 2022)

Dentre o número atual de detentos do sistema prisional do Rio Grande do Sul, consoante o mesmo relatório do SISDEPEN, aproximadamente 9.921 mil (MINISTÉRIO..., 2022), ainda não possuem condenação, estando presos de forma preventiva, enquanto aguardam o julgamento do processo. Nesse sentido, conforme leciona Carlo Velho Mais (2022, p.3).

O Rio Grande do Sul é um dos Estados brasileiros que mais cultuam o encarceramento. A visão dos juízes apenas espelha a visão da própria sociedade, que se manifesta na postura adotada pelos órgãos de comunicação. É certo que aqui também existe o fator do medo, explorado comercialmente com grande habilidade pela mídia sensacionalista.

Outro fator que é importante frisar, tem relação com o número de presos em cumprimento de regime fechado, o qual atinge a marca de 16.241 mil apenados, quando se possui a capacidade de 114 estabelecimentos prisionais para abrigar esse contingente. (MINISTÉRIO..., 2022).

Dentre os vários casos de superlotação, podemos citar o recente caso do estabelecimento prisional de Passo Fundo, que conta com uma denúncia da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e que após inspeção dos órgãos responsáveis, constatou-se que *“na oportunidade, foi registrado pelo órgão que existia um revezamento para dormir nas celas. Em uma delas, foram localizadas quatro camas para 17 detentos”*. (MORAES, 2023).

Outro local que chama atenção devido a situação caótica que enfrenta é o Presídio Central de Porto Alegre, responsável por abrigar os detentos da capital e região metropolitana, atualmente o local passa por reformas e assume o nome de Cadeia Pública do Estado, inicialmente possuía o objetivo de ser uma estrutura modelo e referência para as demais unidades prisionais, todavia, desde sua inauguração na década de 1960, esse estabelecimento prisional enfrenta falhas. Conforme estudo da pesquisadora Carla Ruas (2016, p.2), *“o*

governo do estado só conseguiu tirar do papel uma parte do projeto proposto: cinco pavilhões com capacidade total para 660 presos.

Todos esses fatores instigam diretamente a crise carcerária, causando uma superlotação e diversas violações aos Direitos Fundamentais. Segundo narra o jornalista Renato Dorneles (2019 *apud* LEÃO e RODRIGUES, 2019, p.3), “(...) o que se vê é uma “estrutura desumana”, (...) até mesmo a água fornecida aos detentos não é potável, já que as condições do encanamento possibilitam que os pombos façam suas fezes nos tubos”.

Outrossim, o relato do egresso do Presídio Central, Viana (2019 *apud* LEÃO e RODRIGUES, 2019, p.4), afirma que “o esgoto corre nos canos das paredes, não tem azulejo, não tem privada, não tem nada, tem ratos, a comida é mal feita, nem comida chega decente, quem dirá políticas públicas”, portanto, é inquestionável que existem diversas violações aos direitos fundamentais dos apenados.

Assim, conforme afirma Novo (2018, p.5):

Os presos em nosso país são vítimas de incessantes afrontas aos Direitos Humanos. As condições de nossas cadeias e penitenciárias, já de todos, conhecidas, transformam as penas privativas de liberdade em medidas de extrema crueldade. O grau de violência contra acusados de praticar um crime parece ser aceito socialmente ou mesmo encorajado.

Um dos principais direitos que sofrem com as constantes violações, estão relacionados a violência físicas, agressões e torturas. Nesse viés, podemos citar o caso de denúncias de maus tratos, agressões, torturas psíquicas e físicas de apenados e apenadas, inclusive com mulheres lactantes e gestantes no Presídio de Passo Fundo.

Cabe destacar o relato apresentado pelo presidente do Conselho da Comunidade do Sistema Penitenciário de Passo Fundo, Vinícius Francisco Toazza (2022 *apud* MAIA, 2022, p.3), durante debate na Comissão de Direitos Humanos,

O assunto veio à tona por conta de relatos das vítimas e de familiares, como o caso de mulher grávida que estava em prisão preventiva e durante 16 dias foi submetida a atos degradantes, sem alimentação, tendo abortado logo em seguida, conforme consta em laudo médico. Os casos relatados têm depoimentos de mais de 50 apenados e apenadas, alguns deles que foram conduzidos algemados e arrastados pelo corredor da prisão, e jogadas numa escada.

Segundo, Machado *et al* (2023, p.20) “o estado falha em garantir o direito à integridade física dos presos”, o que possibilita a disseminação da violência, visto que existem constantes rebeliões, chacinas e guerras por poder dentro das prisões. Ainda seguindo a linha de pensamento defendida pelos referidos autores, cabe destacar que quando o Estado não consegue garantir a efetivação do básico para os apenados, o crime organizado ganha espaço.

[...] por vezes o indivíduo acaba preso por um determinado crime, e por não ter um apoio estatal dentro da cadeia, acaba tendo que pedir favores às facções, como, às vezes, um simples colchão ou uma manta para dormir. Quando esta pessoa consegue sair da prisão, ela está devendo esse determinado colchão para a facção, que acaba cobrando em forma de um tráfico de drogas, por exemplo. (MACHADO *et al*, 2023, p.20).

Portanto, frente a todas as situações abordadas, resta evidente que o Sistema Prisional Gaúcho, encontra-se em uma realidade cruel, sofrendo com superlotação, violação de direitos humanos, apresentando-se à margem de um colapso iminente.

3. AS DIMENSÕES DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATAIS NOS PRESÍDIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Uma das questões que tem gerado grandes preocupações está relacionada com a ausência de políticas públicas estatais nos presídios do estado do Rio Grande do Sul. A falta de investimento, a cultura punitivista e a negligência do estado nesse âmbito têm promovido uma grande série de consequências negativas, tanto para os detentos quanto para a sociedade como um todo. Dentre as várias consequências da falta de políticas públicas no concerne ao sistema prisional, podemos dar especial ênfase às condições subumanas a que os presos são submetidos, possibilitando a desvalorização da condição humana. Nesse sentido trazemos o defendido por Novo (2018, p. 5).

O modelo de sociedade em que hoje vivemos não valoriza a condição humana e por esse motivo acaba tornando-se também fato gerador de violência [...]. Há os que defendem o endurecimento da lei e que colocam as ideologias humanistas e os defensores dos direitos humanos como elementos contrários ao combate da criminalidade [...]. Se acreditássemos que os rigores positivados da pena e da execução fossem instrumentos eficazes no combate à violência e à criminalidade,

teríamos resolvido alguns de nossos mais terríveis problemas. Na verdade, a violência e a criminalidade são, na realidade, filhas das injustiças sociais.

Ademais, é importante frisar o pensamento defendido por Machado *et al* (2023, p.21) “(...) o sistema carcerário como um todo enfrenta a ausência do estado dentro das unidades prisionais, um descaso até mesmo com produtos básicos de primeira necessidade(...)”, nessa lógica o relatório da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, apresenta que o Estado do Rio Grande do Sul tem um gasto de aproximadamente R\$ 67 milhões de reais com despesas pessoais dos apenados. (MINISTÉRIO...,2023)

Quanto a falta de investimento do estado, frisa-se o defendido por Talon (2017, p.2) “Qualquer solução para o sistema prisional, seja no curto ou longo prazo, depende de investimento e de recursos federais”. A realidade é preocupante, a falta de investimentos em novos estabelecimentos e melhorias dos existentes, leva à falta de espaço adequado para os presos, aumentando o risco de doenças, violência e conflitos entre os detentos. A falta de infraestrutura adequada, como instalações sanitárias e espaços de convivência, agrava ainda mais as condições de vida nos presídios, violando os direitos humanos básicos dos detentos.

No que concerne a falta de investimento em políticas públicas no âmbito da saúde, somos apresentados a uma realidade desumana, destaca-se que conforme dados divulgados no 13º Ciclo INFOPEN - Rio Grande do Sul, dos números totais de estabelecimentos prisionais no Estado, apenas 26 possuem sanitários para os pacientes apenados, ressalta-se também que dentre os 114 estabelecimentos prisionais, somente 36 possuem sala de atendimento clínico multiprofissional, restringindo assim o acesso ao Direito Fundamental à saúde (MINISTÉRIO..., 2022)

Outro ponto que chama muita atenção nos relatórios disponibilizados, diz respeito ao número de profissionais da saúde, sendo que para atender o contingente de presos atual do sistema carcerário gaúcho, possuímos o total de 51 médicos clínico geral. Ademais, salienta-se que no território estadual, temos o total de 70 enfermeiros atuando no atendimento e tratamento de presos doentes. (MINISTÉRIO..., 2022).

Outrossim, merece especial destaque o fato de o sistema estadual possuir o pequeno número de 02 médicas ginecologistas para atender o índice de aproximadamente 2.246 mil mulheres presas. Nessa conjuntura também é importante enfatizar que o Rio Grande do Sul

tem o absurdo número de 03 estabelecimentos prisionais que contam com cela adequada/dormitório para gestante, sendo que o Estado não possui nenhum estabelecimento com berçário e/ou centro de referência materno-infantil. (MINISTÉRIO..., 2022)

Esses dados, deixam evidente que o Estado viola diretamente o elencado no art. 83, § 2º da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), que traz o seguinte,

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

[...]

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

No que tange a falta de investimentos na educação e ressocialização dos apenados, podemos afirmar que o Estado não cumpre o seu papel, uma vez que realidade enfrentada, conta com o número de 71 estabelecimentos prisionais com sala de aula, bem como 66 deles possuem biblioteca e contam com estrutura adequada para o desenvolvimento da educação. No mesmo sentido é imperioso enfatizar que 67 estabelecimentos prisionais não possuem nenhum tipo de oficina permanente de capacitação, tornando inviável o oferecimento de cursos profissionalizantes, para desenvolvimento de competências e também para o trabalho remunerado (MINISTÉRIO..., 2022).

Outra dimensão importante, no tocante à falta de investimento em políticas públicas, diz respeito ao impacto na segurança pública. A ausência de políticas públicas efetivas nos presídios do Estado resultam diretamente no fortalecimento de facções criminosas dentro das prisões, que utilizam esses locais como base para planejar e executar atividades ilícitas, bem como a disseminação da violência.

Conforme dados do INFOPEN, dentro dos presídios, no último ano, foram registrados aproximadamente 19 óbitos criminais e 16 com causas desconhecidas (MINISTÉRIO..., 2022). A falta de controle e monitoramento adequado também pode facilitar a comunicação entre detentos e o mundo exterior, permitindo a continuidade da prática de crimes mesmo estando encarcerados. Assim como possibilita o constante recrutamento de novos afiliados à rede de crimes.

À vista de todos os fatores e dados apresentados, torna-se indiscutível que as dimensões da ausência de Políticas Públicas estatais nos presídios do estado do Rio Grande do Sul são enormes, resultando na violação de diversos Direitos Fundamentais. Assim como fica evidente que influenciam diretamente na consolidação das organizações criminosas dentro do sistema prisional. Portanto, é fundamental que o governo adote medidas urgentes para reverter essa situação caótica que o sistema prisional enfrenta.

4. A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE PRESÍDIOS DA REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE GAÚCHA

Assim como debatido anteriormente, as organizações criminosas utilizam do sistema prisional para se consolidar. Obviamente essa realidade se aplica ao Estado do Rio Grande do Sul. Conforme o autor e jornalista Renato Dornelles (2017. p.13), uma das primeiras organizações criminosas que atuou no território estadual foi a denominada Falange Gaúcha, e surgiu dentro de um prédio anexo ao Presídio Central, durante um motim.

Liderados pelos assaltantes de bancos Vico e pelo traficante carioca - comandante do tráfico de drogas no Morro da Cruz - nove presos se amotinaram no Instituto de Biotipologia Criminal (IBC), anexo ao Presídio Central, em Porto Alegre, em 1987, fazendo 31 reféns. No começo da rebelião, um agente penitenciário e um presidiário morreram em um tiroteio. Oito presos conseguiram fugir. O bando que escapou pretendia, a partir dali, consolidar uma organização criminosa idealizada no início daquela década, nos moldes da Falange Vermelha carioca - que acabou dividida entre Comando Vermelho e o Terceiro Comando - e Serpente Negra paulista. Seria uma espécie de federação de quadrilhas. Extraoficialmente, o grupo passou a ser chamado de Falange Gaúcha.

No mesmo relato, o jornalista aborda com detalhes os acontecimentos da rebelião e as consequências diretas na consolidação das organizações criminosas dentro do Estado, vejamos:

No entanto, no dia 28 de julho do mesmo ano, oito apenados planejaram fuga, mantendo 31 reféns no pavilhão E, impondo exigências para a efetivação do plano. Após horas de negociação, ao anoitecer, foram concedidos dois veículos e durante a fuga todos os reféns foram libertados. O acontecido deixou duas pessoas mortas e inúmeras feridas. Os fugitivos haviam um pacto firmado, aqueles que ganhassem a liberdade de algum modo, deveriam remeter dinheiro para dentro dos presídios, que

seriam utilizados para compra de vantagens, armas e drogas (DORNELLES, 2017. p. 13).

Com o passar dos anos, a Falange Gaúcha perdeu espaço e se dividiu em várias outras organizações de pequeno porte. O Rio Grande do Sul, por possuir uma posição estratégica na fronteira com outros países, enfrenta desafios específicos relacionados às organizações criminosas. A proximidade com países como Uruguai, Paraguai e Argentina facilita o contrabando de armas, drogas e produtos ilegais, o que fortalece diretamente às organizações criminosas na região.

Com a dissolução da Falange Gaúcha, outras organizações lutam pelo território e comando do crime, sendo que uma das principais organizações criminosas que atua no Rio Grande do Sul é o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), o qual tem sua origem em Santa Catarina e desempenha um papel significativo na criminalidade presente no estado vizinho. O PGC está envolvido em diversas atividades criminosas, como o tráfico de drogas, assaltos a bancos, roubos de veículos e homicídios.

Outra organização criminosa que tem forte atuação no território estadual é a denominada “Os manos”, fundada no interior da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), tornou-se uma das mais desenvolvidas, possuindo redes em todas as regiões do Estado. Conforme denúncia realizada pelo Ministério Público Federal, em dezembro de 2020

[...] 18 homens e 09 mulheres associaram-se de forma estável e permanente para adquirir entorpecentes de traficantes radicados no Paraguai. Após a compra, eles internalizaram e distribuem as drogas em território nacional, principalmente em Caxias do Sul, mas também em outros municípios gaúchos. (JUSTIÇA FEDERAL..., 2022. p. 3)

Cabe destacar que dentro do cenário estadual também somos apresentados a organização criminosa “Bala na Cara”, criada no bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre, que, em sua trajetória, já foi de assaltos a joalherias ao tráfico de drogas e braço armado dos Manos, teve sua expansão dentro do Presídio Central e atualmente influencia diversas facções menores, em todas as regiões do Estado.

Em conformidade com o exposto, temos o pensamento de Manso e Dias (2018. p. 234), que afirma que *“O sofrimento compartilhado entre aqueles que vivem esse dia a dia, fomentou a solidariedade e a adesão a uma ideologia do crime, como um credo a pautar comportamentos e “procedimentos”*.

Conforme relato da delegada regional de Rio Grande, Lúcia Furlanetto (2023 *apud* BACKES, 2023. p. 2), durante cumprimento de mandados de busca e apreensão e realização de operação policial para combate ao crime organizado,

É uma facção que tem conexão em diversos municípios da região. Ela se estabelece em uma cidade e tem conexão com outras. A facção alvo da operação de hoje tem base em Jaguarão, mas a investigação identificou conexões com outros municípios, como Pelotas e Rio Grande.

Na região de fronteira oeste do Estado, temos inúmeros municípios no limite fronteiriço, ademais, a existências de “cidades gêmeas”, possibilita a expansão das rotas de tráfico, o que influencia diretamente no desejo das organizações criminosas de expandir e dominar o território. Consequentemente, segundo Cipriani (2016), outro ponto estratégico para o crime organizado diz respeito ao Porto de Rio Grande, responsável pelo fluxo e distribuição dos ilícitos trazidos do Uruguai.

Constantemente, são veiculadas notícias nas mídias sociais, que apontam a apreensão de grande quantia de drogas, que estão diretamente ligadas às organizações criminosas, como por exemplo no caso da Polícia Civil, que por meio da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas – DRACO – de Uruguaiana, prendeu em flagrante um homem por tráfico de drogas, com 61,7 quilos (75 tijolos) de maconha, no bairro Cobec (Porto Seco), em Uruguaiana (POLÍCIA CIVIL..., 2023).

Ademais, destaca-se que o Estado, quando se iniciou os debates e discussões sobre a existência de organizações criminosas no Rio Grande do Sul, como forma de solucionar os problemas, optou pela descentralização dos líderes, enviando as lideranças das organizações para cidades do interior, fato que obviamente não resolveu o problema, pois possibilitou a expansão dos ideais dos grupos criminosos para os mais distintos municípios e formação de acordos com facções e atores menores.

Estabelecimento prisionais, como por exemplo de Uruguaiana, que conta com uma Penitenciária Modulada Estadual, com capacidade para 360 presos, e que abriga atualmente o número de 603 apenados, já Presídio Estadual de Alegrete, está parcialmente interditado, pois possui capacidade de 59 presos, abriga em realidade 101 detentos, acabam se tornando alvos das organizações criminosas, por serem regiões de fronteira com outros países e pela ausência do Estado na garantia e efetivação dos Direitos Fundamentais dos apenados. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA..., 2022)

Portanto, resta claro que as organizações criminosas atuam dentro do sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul, principalmente nos presídios da região metropolitana e região fronteiriça. Ademais, como debatido durante todo presente artigo, a atuação das organizações criminosas são um desafio que demanda uma resposta efetiva por parte do Estado e da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações criminosas representam um grande desafio para o sistema prisional brasileiro, tendo em vista que, a partir deste sistema, em que se consolidam e exercem um poder considerável. É dentro do sistema penitenciário brasileiro que as maiores e mais lucrativas organizações criminosas nasceram. No contexto prisional brasileiro, as organizações criminosas conseguem se estabelecer e fortalecer devido a uma série de fatores, ligados a superlotação e a falta de recursos nas prisões, a ineficiência do sistema prisional de oferecer condições adequadas de encarceramento, que facilita a formação de alianças entre detentos, o que consequentemente cria um ambiente propício para o surgimento e a consolidação dessas organizações.

A falta de políticas públicas eficazes para a ressocialização e reintegração dos detentos também contribui para a consolidação do poder das organizações criminosas no sistema prisional brasileiro. Assim como a ausência de programas de educação, trabalho e capacitação profissional dentro das prisões. As organizações criminosas exercem grande poder dentro do sistema prisional brasileiro, sendo que foi nesse cenário que elas ganharam maior espaço e a

consolidação necessária para desenvolver o próprio mercado interno, a rede de tráfico e crimes existentes no território nacional.

Ainda que o Brasil siga o modelo de Estado Democrático de Direito, que se baseia na ideia de que a democracia e o respeito aos direitos fundamentais devem estar no centro da organização do Estado e da sociedade, com foco em garantir a dignidade humana para todos os cidadãos, inclusive dos apenados. Como explanado durante o presente artigo, o sistema carcerário enfrenta diversas falhas, e vive um cenário caótico. Constantemente somos apresentados a notícias de rebeliões, superlotação, condições subumanas e degradantes, portanto, fica evidente as constantes violações dos direitos fundamentais.

Essa realidade traz consequências graves não apenas para o sistema carcerário, mas também para a sociedade como um todo. Visto que, à medida que o Estado não consegue garantir a segurança e o bem-estar da sociedade, tornou-se rotineiro, que a população de lugares mais desfavorecidos, como algumas favelas, não procurem o Estado para resolver conflitos, delitos e assistência social, mas sim a organização criminosa, que possui seu próprio Estatuto. O qual transmite um sentimento de proteção para seus filiados e familiares

Dessa forma, resta evidente que a ausência do Estado durante a efetivação dos direitos fundamentais dos apenados, está diretamente ligada ao fortalecimento das organizações criminosas dentro do sistema prisional brasileiro. Como forma de combater essa situação, é essencial que o Estado assuma sua responsabilidade e adote medidas efetivas para garantir os direitos fundamentais no cárcere. Para que isso aconteça é necessário que existam investimentos na melhoria das condições estruturais das prisões, na capacitação adequada dos agentes penitenciários e na implementação de programas de ressocialização que promovam a reintegração dos detentos à sociedade.

Ademais, é indispensável fortalecer a atuação do Estado no combate ao crime organizado dentro e fora das prisões, por meio de uma abordagem integrada e coordenada entre as instituições de segurança pública, sendo primordial o enfrentamento do tráfico de drogas, a desarticulação das redes criminosas e a adoção de políticas de prevenção ao crime que ataquem suas causas estruturais. Portanto, somente por meio de uma abordagem abrangente, que combine medidas estruturais, políticas públicas efetivas e uma visão de respeito aos direitos humanos, será possível romper o ciclo de violência e exclusão no sistema

prisional brasileiro. Nesse sentido, torna-se fundamental que o Estado assuma seu papel de garantidor dos direitos fundamentais e trabalhe incansavelmente para construir um sistema carcerário mais justo, seguro e propício à ressocialização dos detentos.

REFERÊNCIAS

- BACKES, Felipe. Dez pessoas são presas em operação contra o tráfico de drogas no sul do RS. **Portal GZH**, 22 de março de 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/03/dez-pessoas-sao-presas-em-operacao-contr-o-trafico-de-drogas-no-sul-do-rs-clfjrjd4n003y0151rugu1s08.html> Acesso em: 23/06/2023.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal (1984)**. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Presidência da República. Diário Oficial da União: Brasília-DF, 11 de julho de 1984.
- CIPRIANI, M. Da "Falange Gaúcha" aos "Bala nos Bala": a emergência das "facções manifestação atual". **Direito & Democracia**, Canoas, v.17, n.1, p. 106-130
- COSTA, Daniela Carvalho Almeida; SANTOS, Ercolis Felipe Alves. Políticas Públicas e a Falência Do Sistema Prisional Brasileiro: Teses Jurídicas 17 E 18 Do Procurador-Geral Da República Pgr, E A Imediata Intervenção Do Poder Judiciário. **Rev. de Pol. Judic., Gest. e Adm. da Jus**, Minas Gerais, v.1, n.2, p. 232-251, 2015.
- DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: O presídio central e a história do crime organizado no RS**. Porto Alegre: Ed. Diadorim. 2017. p.13.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO. Seção de Comunicação Social e Cerimonial. Três líderes da organização “Os Manos” e mais 22 pessoas são condenados por crimes relacionados ao tráfico de drogas. **Portal Unificado da Justiça Federal da 4ª Região**. 13 de outubro de 2022.
- LEÃO, Karolaine; RODRIGUES, Tamires. Presídio Central é o retrato do caos do sistema carcerário brasileiro. **Humanistas**, 24 de outubro de 2019.
- MACHADO, Moike Stredr Ferreira *et al.* **Sistema Penitenciário Gaúcho: superlotação carcerária, direitos sociais e os efeitos da prisionização**. São Paulo: Arche, 2023.

MAIA, Francis. CCDH eleger Papparico Bacchi presidente e acolhe denúncia de tortura em presídio de Passo Fundo. **Agência de Notícias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**, 09 de março de 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN Custo do preso. **Relatório**. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Departamento Penitenciário Nacional Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN 12º Ciclo - INFOPEN Nacional. Relatório**. Brasília, 2022.

MORAES, Matheus. Defensoria Pública pede a interdição do Presídio Regional de Passo Fundo. **Jornal Gaúcha Zero Hora**, 16 de março de 2023.

NOVO, Benigno Núñez. Sistema carcerário brasileiro: problemas e soluções. **Jus**, 30 de abril de 2018.

PATORAL CARCERÁRIA NACIONAL. **Relatório vozes e dados da tortura em tempos de encarceramento em massa**. 2022. Disponível em <https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/pastoral-carceraria-lanca-relatorio-vozes-e-dados-da-tortura-em-tempos-de-encarceramento-em-massa> Acesso em: 24/05/2023.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DPI. Mais de 61 quilos de maconha são apreendidos em Uruguaiana. **Portal de Notícias da DPI**, 03 de março de 2023. Disponível em: <https://www.pc.rs.gov.br/mais-de-61-quilos-de-maconha-sao-apreendidos-em-uruguaiana> Acesso em: 23/06/2023.

RUAS, Carla. Bem-vindo ao inferno do Presídio Central. **Fisca Faca**, 21 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://riscafaca.com.br/comportamento/a-chave-do-casarao/> Acesso em 23/06/2023.

TALON, Evinis. **O colapso da desorganização prisional**. Portal Talon, 08 de setembro, 2017. Disponível em: <http://www.talon.com.br/colapso-da-desorganizacao-prisional/> Acesso em: 23/06/2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Justiça determina interdição do Presídio de Alegrete. **Diretora de Imprensa**, 27 de novembro de 2022.

A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: UM OLHAR A PARTIR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Felipe Silva Lauz 1¹¹
Cristina Kologeski Fraga 2¹²

Resumo: Este artigo aborda o contexto histórico da formação social brasileira, e a necessidade de compreender, de forma crítica, o processo racializado de formação social de classes no capitalismo, bem como seus desdobramentos na estrutura e superestrutura brasileira. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica fundamentada no materialismo histórico e dialético defendido por Marx, bem como nas análises sobre raça, classe e gênero de Clóvis Moura, Jacob Gorender e Lélia Gonzales, buscando evidenciar através de suas obras uma breve revisão sobre a questão racial do povo negro na sociedade capitalista e de que forma era, ou não, a garantia de direitos e a cidadania de sujeitos historicamente marginalizados a partir do mito de democracia Racial. As considerações finais sugerem que o Serviço Social deve entender negras e negros enquanto sujeitos políticos na formação das classes sociais do Brasil.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, Serviço Social, Racismo Estrutural.

Resumen: Este artículo aborda el contexto histórico de la formación social brasileña y la necesidad de comprender críticamente el proceso racializado de formación de clases sociales en el capitalismo, así como sus consecuencias en la estructura y superestructura brasileña. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica basada en el materialismo histórico dialéctico defendido por Marx, así como en los análisis sobre raza y clase de Clóvis Moura, Jacob Gorender y Lélia Gonzales, buscando destacar a través de sus obras una breve revisión de la cuestión racial del negro en la sociedad capitalista y cómo se garantiza o no los derechos y la ciudadanía de sujetos históricamente marginados basándose en el mito de la democracia racial. Las consideraciones finales sugieren que el Trabajo Social debe comprender a los hombres y mujeres negros como sujetos políticos en la formación de clases sociales en Brasil.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales, Trabajo Social, Racismo Estrutural.

¹¹Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria(UFSM), Campus Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil E-mail: lauzfelipe@gmail.com.

¹² Assistente Social, Mestra (PUCRS), Doutora (PUCRS) e Pós-Doutora (Universidade de Coimbra). professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisadora. editora da Revista Sociais e Humanas (RSH) da UFSM, chefe do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais e Humanas/UFSM Campus Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cristina.fraga@ufsm.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9856-2700>.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo enfatiza o contexto histórico da formação social brasileira, e a necessidade de compreender de forma crítica o processo racializado de formação social de classes na sociedade capitalista, bem como seus desdobramentos na estrutura e superestrutura brasileira. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica fundamentada no materialismo histórico e dialético defendido por Marx, bem como nas análises sobre raça e classe de Clóvis Moura, Jacob Gorender e Lélia Gonzales, buscando evidenciar através de suas obras uma breve revisão sobre a questão racial do povo negro na sociedade capitalista e de que forma era, ou não, a garantia de direitos e cidadania de sujeitos historicamente marginalizados a partir do mito de democracia Racial.

Neste Íterim também é abordado como a postura ética de assistentes sociais devem considerar estes elementos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira, e seu peso na luta antirracista da profissão como fundamental para a apreensão da totalidade, compreendendo que ao longo desta trajetória, a população brasileira que se analisa carece de olhar crítico sobre o processo racializado na formulação de tal sociedade.

2. A QUESTÃO RACIAL NA PERSPECTIVA DE CLASSES

As relações entre capital e trabalho no Brasil foram fundadas e pautadas a partir da superexploração da força de trabalho como principal determinante econômico do capitalismo dependente latino-americano. Para tal, serão abordadas, principalmente, as contribuições de Jacob Gorender, Clóvis Moura, Lélia Gonzales, entre outras autorias, de modo a estabelecer um arcabouço teórico voltado à compreensão do racismo estrutural e seu impacto na formação social brasileira. A escolha destes autores se dá pela defesa de que a luta antirracista, vinculada a luta anticapitalista são as únicas formas de superação do racismo e, por conseguinte, da exploração da classe trabalhadora.

O capitalismo tardio e dependente latino-americano tem o racismo como mecanismo estrutural e superestrutural dinamizador desta relação de superexploração da produção e reprodução social. Clóvis Moura e Jacob Gorender, ao observarem a América Latina a partir

do materialismo histórico e dialético de Marx, percebem que o Brasil apresenta processos históricos particulares responsáveis por gestar as atuais relações de produção e reprodução do capital e da força de trabalho de maneira *suis generis*. Tanto Moura, quanto Gorender ao compreenderem a dinâmica social brasileira a partir de relações sociais racializadas, explicitam a centralidade do racismo na formação da estrutura social de classes, salientando em suas obras que a questão racial e o racismo não são apenas expressões da questão social, mas elementos fundantes da relação entre capital e trabalho, bem como suas contradições e desdobramentos.

Para Moura (1994) o racismo é uma ferramenta ideológica com a função de justificar a exploração de um grupo ou nação por outro a partir da dominação de seus territórios e subjetividades, por meio de invasões, saqueamentos e coerção física e mental de forma violenta. De acordo com o mesmo autor, a ideologia foi necessária para justificar os “[...] crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural” (Moura, 1994, p. 28). Conforme Gorender destaca (2016a), durante o escravismo colonial, este processo se deu na totalidade da época a partir da coisificação social do negro, uma adaptação coerciva sobre a subjetividade dos escravizados a partir do cotidiano, expressada de maneiras diversas e impostas pelo modo de produção escravista, de modo que o escravo era um trabalhador “fabricado” e adaptado a sua condição de escravizado dentro do modo de produção, e partir da violência e do racismo, o mesmo era visto socialmente como instrumento submisso. Gorender em sua obra intitulada “A escravidão Reabilitada” expõe sua divergência com Moura em Rebeliões da senzala, Quilombos, insurreições, guerrilhas acerca a subjetividade do negro escravizado, alegando que

O escravo adaptado não era um escravo passivo, conforme pretende Clóvis Moura. Segundo o conhecido historiador, somente o fugitivo, sobre tudo o quilombola, negou a formação social escravista. Os escravos ditos “passivos” – a imensa maioria – teriam consolidado o regime servil e contribuíam para sua manutenção e continuidade. (Gorender, 2016a, p. 52).

De acordo com a perspectiva de Gorender, a adaptação à condição servil não é, e nem deve ser sinônimo de passividade, para ele, a negação da opressão não veio somente dos quilombos, havia negação da opressão também expressa naqueles que “não tiveram alternativa senão a se adaptar ao trabalho sob ameaça constante do relho”(Ibdem, 2016, p.

52), explicando que a resistência à violência e a própria condição servil era intrínseca da adaptação, de forma dialética. Gorender conclui que a resistência a coisificação social “era necessidade incessante para o escravo, como o ar que respirava”(op cit). Só assim impedindo a coisificação social, caso se convertesse em coisificação subjetiva.

Apesar da discordância acerca da subjetividade, Moura e Gorender convergem ao analisarem as formas estruturais da invasão europeia até as vias da revolução abolicionista e formação de um capitalismo dependente no Brasil. Moura na obra denominada de “Dialética Radical do Brasil Negro” (2014), apresenta a dinâmica do sistema escravista, em dois momentos, sendo eles Escravismo Pleno e Escravismo Tardio, enquanto Gorender (2016b) compreende a escravidão colonial como um modo de produção historicamente novo. Ambos demonstram que, sendo esses sistemas fechados, com economia interna fraca devido à baixa dinâmica, quando comparada com a economia da metrópole, em que os escravizados eram vistos pelos escravistas como produto-mercadoria, ao mesmo tempo que produziam mercadorias, ambos discorrem que o modo de produção escravista/economia colonial brasileira, em sua totalidade eram subordinadas aos interesses do monopólio comercial da metrópole.

Nessa relação, o Brasil Colônia participou na gênese do capitalismo mercantil no âmbito da acumulação primitiva de capital, forma embrionária da consolidação e desenvolvimento do modo de produção capitalista europeu. Em suma, a subordinação da sociedade brasileira e das elites nacionais aos interesses da burguesia externa possibilitou quase quatrocentos anos de escravatura, a fim de mudanças sem modificações estruturais e preservar o domínio e interesses das nações da metrópole capitalista mundial.

Anterior a 1888, os movimentos abolicionistas políticos jurídicos que antecederam o 13 de maio foram responsáveis por transacionar a legislação escravista, pela proibição formal do tráfico negreiro e a fomentação da importação da mão de obra imigrante para o vindouro trabalho assalariado. Apesar das mudanças, o *status quo* da dependência econômica em relação à metrópole ainda se mantém por meios legais, legislativos e financeiros como: A Tarifa Alves Branco, A lei de Terras; O endividamento externo com a importação da indústria europeia; A guerra do Paraguai, entre outras. Não cabe a este momento, apontar e discutir todos elementos, dada a sua complexidade e o limite de páginas que se impõe à redação de

um artigo.

A soma deste conjunto de medidas reestruturou, ou melhor, preparou os eixos fundamentais da estrutura societária do Brasil escravista, possibilitando uma reestruturação das forças produtivas do país para a transição do modo de produção escravista para o uso de trabalho do regime de assalariamento, ao mesmo tempo que garantiu os interesses políticos e econômicos das elites brasileiras. No entanto, essa transição ocorreu durante décadas, tendo momentaneamente, escravizados e trabalhadores livres convivido nos mesmos espaços de trabalho e nas lutas políticas e resistências.

Ao fim que, de acordo com Gonçalves em seu artigo, “Quando a questão racial é o nó da questão social”, ao analisar criticamente a abolição da escravatura e a Lei Áurea, percebe-se,

[...] que as correntes formais deixaram de existir, mas o salto para que os(as) trabalhadores(as) negros(as) fossem reconhecidos(as) como parte constitutiva da incipiente nação brasileira tornou-se um longo e intolerável cortejo. O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. Ironia das ironias, finalmente *libertos(as)* e *aptos(as)* a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva (Gonçalves, 2018, p. 515).

A exclusão, de forma proposital do Estado que sucede no Brasil negou, aos negros e as negras, a oportunidade para venderem sua força de trabalho. Os antigos senhores de escravos e agora capitalistas agrários ou industriais, criaram o exército de reserva às custas da imigração principalmente europeia, em detrimento da força de trabalho negra como maneira de dinamizar a economia com baixos salários. Tanto Moura, Gorender e Gonçalves convergem ao afirmar que este processo constitui uma reserva da reserva do exército industrial. Deste modo, a questão racial do negro se caracteriza como fundamento basilar à questão social brasileira. Visto que, a então reserva da reserva, ou franja marginalizada por apresentar disparidades econômicas, políticas e culturais, frutos das relações sociais do modo de produção capitalista e da contradição entre capital e trabalho, marcam a gênese da questão social e suas expressões.

A categoria étnico-racial é central na organização do sistema-mundo capitalista, sendo

a hierarquização da sociedade a partir da raça, que conforme Quijano (2005, p. 117) contextualiza “[...] em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha organizado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados”. Entretanto, em primeira instância, relata: “[...] o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.” (*op cit*). Quijano, ao vincular o conceito moderno de raça/etnia ao processo de colonização, explicita o papel da raça e do racismo, como uma ferramenta capaz de “legitimar” às relações de dominação e escravização colonial das Américas, concluindo que,

[o conceito moderno de] raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (IBDEM, p. 118).

Durante a transição do escravismo colonial para o capitalismo, muitos dos determinantes sociais passam por novas roupagens, dada a necessidade da reorganização das forças produtivas, Quijano (2005) analisa este acontecimento na América Latina a partir da associação na ideia moderna de raça a nova estrutura global do trabalho.

Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (*op.cit*)

A universalização desta nova estruturação racial está diretamente ligada com a globalização do modo de produção capitalista, pelo fato de que, a raça/etnia que, uma vez legitimada, justificava a colonização, passando a legitimar, também, a divisão étnico-racial do trabalho, na estrutura de exploração da força de trabalho do sistema capitalista.

Nesse ínterim, Lélia Gonzalez analisa as condições e o lugar da população negra na sociedade brasileira, incluindo a categoria gênero dentro desta perspectiva, abordando racismo e sexismo na totalidade social de classes como heranças violentas da colonização e do patriarcado, que ainda se expressa sobre a mulher negra, afirmando que dentro da divisão social do trabalho brasileiro, raça, gênero e classe geram uma tripla discriminação responsável por impor forçadamente a ocupação das mulheres negras a condições de trabalhos extremamente precarizados, com salários abaixo da média global voltado

[...] para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. (Gonzalez, 2020, p. 58).

A análise de Gonzalez desmistifica a ideia de que, em algum momento da formação histórico-cultural da sociedade brasileira houve harmonia e igualdade entre raça, classe e gênero. Ao mesmo tempo, a mesma autora demonstra que, a violência contra as mulheres negras também está no cerne da questão social ao interseccionalizar raça, gênero e classe dentro da sociedade brasileira.

3. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O Serviço Social tem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social. Sendo assim, para conceituar a questão social, Iamamoto (2016, p. 27), a define como,

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Ressalta-se a importância da apreensão da questão social à categoria profissional de assistentes sociais, o que implica, necessariamente trazer a lume conteúdos que abordem a questão étnico-racial para conhecer o processo histórico do modo de produção escravista e seu legado ao Estado brasileiro. Estudar para entender, também, o movimento abolicionista de maneira crítica, considerando as movimentações políticas e correlações de forças que influenciaram todo este processo, bem como, a construção do mito da democracia racial, a exclusão social gerada pela abolição sem políticas de inclusão social na sociedade capitalista de forma planejada, e a não indenização pelos séculos de escravidão.

Diante da construção dessa realidade social, torna-se crucial para os e as profissionais em Serviço Social realizar uma reflexão histórico-crítica das relações raciais, bem como o histórico das políticas voltadas, por exemplo, as e aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, aprofundando os elementos da formação econômica e social brasileira. Analisar de

forma ética e balizando intervenções, de acordo com o código de ética da/o assistente social e o projeto ético-político dessa categoria profissional, na execução das medidas socioeducativas, só para exemplificar o mesmo segmento de usuárias e usuários, sob a perspectiva de raça e classe, com vistas a trazer elementos que auxiliem na compreensão da realidade brasileira. Também pode contribuir para intervenções que impactem de forma positiva no sistema socioeducativo, por exemplo, promovendo a reinserção social dos e das jovens e a redução de casos de reincidência criminal. Na perspectiva da totalidade social, a apropriação de o que é raça e etnia enquanto categorias de análise da questão social e suas expressões implica que as explorações de cunho classistas não ocorrem alienados socialmente das opressões de cunho étnico-racial, ambas têm caráter estruturais e dialeticamente estruturantes, pertencentes ao mesmo modo de produção e reprodução da vida social.

Especificamente no Serviço Social, o documento que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) publicou em 2018, intitulado “Subsídios para o debate sobre a Questão Étnico-Racial na formação em Serviço Social”, buscou contribuir e direcionar o debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais. Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto de profissão sustentado por um arcabouço teórico metodológico direcionado pelo esforço de apreensão da realidade sob a orientação do marxismo e uma direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora. (ABEPSS, 2018)

Sendo assim, o Serviço Social brasileiro, ao se autocompreender enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, permeado por contradições, entende que

[...] as transformações societárias em curso incidem diretamente sobre as condições de vida e manutenção da classe trabalhadora. Sendo assim, profissionais e usuários sofrem cotidianamente os impactos do agravamento da questão social [...]. Partindo desta realidade, ampliam-se as tensões e desafios para a profissão, exigindo maior esforço para articular no seu exercício as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para decifrar as artimanhas do tempo presente. (ABEPSS, 2018, p. 16).

O debate em torno da questão étnico-racial dentro da profissão se efetiva, ou deveria se efetivar, de forma mais orgânica, “sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução” (*idem*.p.16), considerando as condições de

estruturais e estruturantes supracitadas, o modo de produção capitalista expõe de forma inequívoca a relação entre racismo e capitalismo forjado desde tempos coloniais. ABEPSS (2018), demonstra essa relação ao criar um diálogo entre Iamamoto (2007, p. 200), que estabelece

O conhecimento criterioso dos processos sociais e da sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos de ações institucionais. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura política democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia.

A consciência crítica das relações étnico-raciais e a desmistificação do racismo enquanto fenômeno isolado ou patologia social possibilita a categoria profissional a possibilidade de analisar e intervir de forma efetiva ao considerar os processos sociais que perpassam o cotidiano de cada sujeito atendido. Neste sentido, Almeida (2008), categoriza o racismo a partir da materialidade e das relações sociais estruturais e superestruturais, mais especificamente, como

[...] uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia. (ALMEIDA, 2008, p. 144)

O debate étnico-racial possui relação direta com a questão social, dadas as suas ligações desde suas gênese, e por esta razão também é objeto de análise e intervenção da profissão. Iamamoto (2007), explica valendo-se de Ianni (1992) que, dentro da totalidade social brasileira, a questão social expressa desigualdades econômicas, políticas sociais públicas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, dispondo significativos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dessa maneira, ao dispor de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta injusta pela cidadania, de

acordo com a mesma autora,

no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

Ademais, o Serviço Social dispõe de subsídios legais para a prática antirracista presentes em seu Código de Ética de 1993, tendo como alguns de seus princípios fundamentais:

- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 23).

O Serviço Social, ao se constituir como uma profissão voltada à intervenção na realidade social, possui um projeto ético-político alicerçado aos fundamentos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, um método que permite o/a profissional agir sobre seu objeto, a questão social e suas expressões, de forma interventiva, a partir da compreensão crítica da realidade e os determinantes sociais que a engendra. Contudo, durante este processo de apreensão das categorias marxianas e o desenvolvimento do método, historicamente foi preciso superar diversos equívocos e más interpretações do materialismo histórico-dialético. Atualmente, utilizando o método crítico-dialético, o Serviço Social tem a possibilidade de compreender a natureza do método marxiano propriamente para interpretar a dinâmica e complexa realidade social do modo de produção capitalista, modo no qual os e as assistentes sociais trabalham no cotidiano do seu exercício profissional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a breve exposição inicial sobre o contexto histórico da formação social brasileira, suas ligações com a questão social e as relações étnico-raciais atuais, se faz necessário relacionar a superexploração da força de trabalho e o racismo estrutural enquanto categorias presentes na gênese do Estado brasileiro e da questão social no Brasil, partindo de caminhos teórico-metodológico que visem compreender as determinações da própria formação sociocultural e econômica. Nesse sentido, a elaboração do presente artigo buscou apontar a necessidade de articular os debates sobre capitalismo, racismo e questão social, bem como seus impactos e desdobramentos no cotidiano, sem desconsiderar a importância das categorias do método crítico-dialético e do materialismo histórico-dialético ao desvelar a totalidade, com objetivo de aprimorar as ferramentas/instrumentos da crítica, sem perder de vista a perspectiva transformadora e ético-política.

A centralidade da raça e das relações étnico-raciais enquanto categorias de análise, bem como, a contribuição de autores como Clóvis Moura, Jacob Gorender, Aníbal Quijano, Lélia Gonzales e tantos outros, vinculados a pautas antirracistas e anticapitalistas, torna-se essencial no entendimento da questão social no Brasil, pois desvela as especificidades vivenciadas no cotidiano, submetidas às determinações de uma classe dominante a partir das relações sociais de produção.

O Serviço Social brasileiro deve entender negras e negros enquanto sujeitos políticos na formação das classes sociais desse país, ativos nas lutas e resistências. Para tanto, o potente pensamento desses autores e dessas autoras que debatem a questão étnico-racial brasileira, trazem à tona as questões estruturais e estruturantes da nossa sociedade, ressaltando a práxis negra desde a rebeldia na senzala, insurgências nos meios urbanos e movimentos sociais que demarcam a história recente.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Brasília, 2018. Disponível em:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 19 Nov. 2023.

Almeida, S. **O que é racismo estrutural**. 1.ed. São Paulo: Pólen, 2019.

CEFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662 de 1993 de Regulamentação da profissão**. 10.ed. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é nó da questão social. **Revista Katálisis**. Florianópolis, n.3, p. 514–522, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em: 19 Nov. 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GORENDER, J. **A ESCRAVIDÃO REABILITADA**. São Paulo: Expressão Popular, 2016a.

GORENDER, J. **O ESCRAVISMO COLONIAL**. São Paulo: Expressão Popular, 2016b.

IANI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2016.

MOURA, C, O Racismo como arma ideológica de denominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n 34, p. 28–38. 1994. Disponível em: https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf. Acesso em: 19 Nov. 2023.

MOURA, C, **A dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

QUIJANO, A; LANDER, E (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. 2005.

ANÁLISE CRÍTICA DO IMPACTO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL SOBRE O SOCIAL

ANÁLISIS CRÍTICO DEL IMPACTO DE LA RACIONALIDAD NEOLIBERAL EN LO SOCIAL

Claudimiro Ramos Moreira¹³

Milena Dorneles Rodrigues¹⁴

Resumo: O presente artigo possui o objetivo de analisar o impacto da racionalidade neoliberal sobre o social, focando na questão da liberdade individual e naquilo que se tem denominado de patologias do social. Para elaboração deste estudo, foram utilizados levantamentos bibliográficos, a partir de publicações da área das ciências sociais e humanas. As reflexões postas encontram-se alicerçadas pela teoria social crítica. No primeiro item, examina-se a questão da liberdade individual sob o neoliberalismo, e como esta tem gerado desconfiança e medo nos indivíduos, contribuindo na justificação de ações autoritárias. No segundo momento, são as patologias sociais resultantes da adesão à racionalidade neoliberal o objeto de análise, esta promove relações baseadas no cálculo econômico, contribuindo para uma subjetividade apática e indiferente à realidade. Em sua totalidade estes pontos acabam obstaculizando o florescimento e consolidação da democracia, e a formação de laços capazes de ultrapassar os limites dos interesses autocentrados e individualistas. Sendo assim, nota-se a urgência de um engajamento social comprometido e crítico com os interesses coletivos acerca da democracia brasileira.

Palavras-chave: Racionalidade Neoliberal; Liberdade Individual; Patologias do Social .

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar el impacto de la racionalidad neoliberal en lo social, centrándose en la cuestión de la libertad individual y en lo que se ha denominado como patologías sociales. Para la elaboración de este estudio, se utilizaron investigaciones bibliográficas a partir de publicaciones en el campo de las ciencias sociales y humanas. Las reflexiones están fundamentadas en la teoría social crítica. En el primer apartado, se examina la cuestión de la libertad individual bajo el neoliberalismo y cómo esto ha generado desconfianza y miedo en los individuos, contribuyendo a la justificación de acciones autoritarias. En el segundo momento, se analizan las patologías sociales resultantes de la adhesión a la racionalidad neoliberal, que promueve relaciones basadas en el cálculo económico, contribuyendo a una subjetividad apática e indiferente a la realidad. En su totalidad, estos puntos obstaculizan el florecimiento y la consolidación de la democracia, así como la formación de vínculos capaces de superar los límites de los intereses autocentrados e

¹³ Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGSS/PUCRS. Porto Alegre/RS. E-mail: crmclaudiomoreiracrm@gmail.com

¹⁴ Assistente Social. Mestra e Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGSS/PUCRS. Porto Alegre/RS – Brasil. Email: milenahdr@hotmail.com

individualistas. Por lo tanto, se observa la urgencia de un compromiso social comprometido y crítico con los intereses colectivos en relación con la democracia brasileña.

Palabras clave: Racionalidad Neoliberal; Libertad Individual; Patologías del Social

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende desenvolver uma análise sobre o impacto da racionalidade neoliberal na concepção de liberdade individual, buscando revelar uma dinâmica complexa e muitas vezes paradoxal, buscará perscrutar criticamente o que se denomina de patologias do social, ou seja, aos aspectos presentes na sociedade contemporânea que, ao formar quadros de anomia social, obstaculizam o florescimento e consolidação daquela forma de democracia. Para elaboração deste estudo, foram utilizados levantamentos bibliográficos, a partir de publicações da área das ciências sociais e humanas. As reflexões postas encontram-se alicerçadas pela teoria social crítica. Dito isto, o presente artigo encontra-se dividido em duas partes, ligadas pela ideia do impacto nocivo da racionalidade neoliberal na totalidade da sociabilidade dos indivíduos, em que pese a diferença do tema de cada uma, elas são complementares entre si e revelam um panorama mais amplo de análise.

A primeira parte desenvolverá uma análise crítica sobre o impacto nocivo da racionalidade neoliberal na concepção de liberdade individual, abordará com a promessa da liberdade negativa, centrada na ausência de obstáculos externos à ação individual, ao invés de promover a autonomia, instaura um clima de desconfiança e medo nas relações sociais, transformando o outro na imagem do invasor potencial. Será dado destaque aos efeitos nocivos dessa liberdade negativa na sociabilidade entre os indivíduos, gerando uma cultura de emergência, paranoia com a segurança, que servirá para justificar a violência e o autoritarismo para preservar a ordem em tempos de crise, dando vazão a pensamentos antidemocráticos e ampliando um horizonte autoritário.

Na segunda parte o estudo dará atenção ao que se denomina de patologias do social, ou seja, aos aspectos presentes na sociedade contemporânea que, ao formar quadros de anomia social, obstaculizam o florescimento e consolidação daquela forma de democracia.

Será tentado desvendar que tais patologias sociais não são apenas desvios das normas, mas a desagregação das forças de reprodução social, resultando em uma vida alienada sob a racionalidade utilitária. Decorrente da adesão à racionalidade neoliberal, focada no benefício econômico que promove relações sociais baseadas no cálculo objetivo dos ganhos, reificando objetos e indivíduos. Deste engajamento, ocorre a internalização do ideal neoliberal potencializada pelo medo da exclusão social, contribuindo para a constituição de uma subjetividade indiferente e apática frente a realidade.

2. A ESPECIFICIDADE DA LIBERDADE INDIVIDUAL SOB RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Tomando como objeto de análise o impacto da racionalidade neoliberal na concepção ou no entendimento, ao nível de senso comum, sobre o que é a liberdade individual, é possível perceber via reflexão crítica um processo de mascaramento da falta de liberdade, ou se assim se desejar, sua vinculação a processos mais refinados de exploração e dominação.

Sob a racionalidade neoliberal a liberdade de tipo de negativo (ausência de obstáculos externos a ação individual) prometida e oferecida como única e verdadeira, visto que um dos seus maiores teóricos Friedrich Hayek vai defender como sendo falsas as liberdades políticas e do interior (controle de si diante das paixões que podem o controlar) (Dardot; Laval, 2016), torna-se algo potencialmente nocivo capaz de causar desagregação social. Isto ocorre porque ela instala no seio das relações sociais a desconfiança e o medo do outro, que passa a ser percebido como possível invasor ou limitador do domínio da liberdade individual. A coerção, como oposto da liberdade, torna-se um termo importante para o pensamento de Hayek, por exemplificar a situação na qual os indivíduos podem ser compelidos a fazer determinadas coisas que estariam em oposição à sua vontade.

Neste estado de coisas eles não são capazes de agir a partir de sua inteligência e conhecimento, lhes restando a atitude de ter que adequar-se ao que é imposto por outrem. Portanto, a coerção pode ser tanto o processo quanto o resultado da submissão do indivíduo a outras pessoas, coletivos, grupos e comunidades, ela revela a existência de restrições exteriores ao desenvolvimento da liberdade e do próprio indivíduo. No nível imediato das relações sociais é estabelecido a guerra de todos contra todos, pois, os indivíduos

encontram-se em estado de alerta para proteger sua privacidade, integridade e propriedade. A liberdade disseminada pelo liberalismo e animada pela racionalidade neoliberal, é indissociável da compreensão do indivíduo com seus sistemas de interesses particulares, com suas fronteiras que devem ser protegidas (Safatle, 2019):

O que pode nos explicar por que a liberdade tal como compreendida em sociedades cujo modelo de inscrição se dá a partir da determinação de sujeitos sob a forma de indivíduos é paga pela definição do outro como uma espécie de “invasor potencial”, como alguém com quem me relaciono preferencialmente através de contratos que definem obrigações e limitações mútuas sob os olhares de um terceiro (Safatle, 2019, p. 17)

Importa reter deste entendimento o efeito nocivo que a liberdade negativa individual possui no âmbito das relações sociais entre indivíduos, pois insere em seu interior o medo como afeto político preponderante. O resultado não poderia deixar de ser uma cultura de emergência e paranoia com a segurança, justificando em alguns casos a violência e o autoritarismo como formas de manter a ordem em momentos de crise que ameaçam a liberdade individual.

Aqui a ação estatal não tem como pretensão impor limites ao poder do mercado, ao contrário ela passa a governar para o mercado. Entre os analistas deste fenômeno, Casara (2021) o denomina como Estado Pós-Democrático, cuja principal característica é a ausência de limites rígidos ao poder, a relativização da soberania popular e confusão entre os poderes político e econômico. Assim, aquele horizonte de autoritarismo, sempre possível, é nutrido pela imagem do invasor, inimigo e concorrente potencial, cada um ao seu modo almeja e busca algo como riqueza, sucesso e status de modo a dificultar um relacionar-se independente de qualquer propósito e interesse.

Isto quer dizer que no capitalismo e ainda mais no neoliberalismo, o estabelecimento de uma amizade desinteressada entre indivíduos é impossibilitada (Han, 2018), pois, se observa o paulatino esgotamento de relações livremente estabelecidas entre os indivíduos. Fala-se em amizade desinteressada, para denotar um tipo de liberdade que só se realizaria na comunidade, na qual o cálculo utilitário não impera, e, portanto, não reduz indivíduos e natureza a meios para o lucro. É interessante notar esta forma de amizade desinteressada e

livre entre indivíduos, coaduna-se com a liberdade pensada por Marx e Engels (1998), que parte de uma relação bem-sucedida com o outro, a qual somente é estabelecida na comunidade.

É visível que seu oposto é essencialmente a liberdade neoliberal, desenvolvida em detrimento dos demais indivíduos, cujos laços devem ser essencialmente rápidos e efêmeros. Portanto, fala-se de um tipo de sociabilidade engaja e interessada, que rejeitaria uma atitude de aceitação da realidade e de seus processos de dominação e exploração advindos desta liberdade individual, que representa em essência a liberdade do capital.

Feita estas considerações, não deixa de surpreender a constatação de que a liberdade, ou como ela se apresenta sob o neoliberalismo, ter sido episódica, um entretanto de conexão entre partes (Han, 2018). Em outras palavras, teria sido um momento de sensação de liberdade até o instante que este mesmo modo de vida se revela como outro tipo de coerção e submissão, agora mais complexo e, por isso mesmo, mais tênue e eficaz:

Hoje, acreditamos que não somos *sujeitos* submissos, mas *projetos* livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente. A passagem do sujeito ao projeto é acompanhada pelo sentimento de liberdade. E esse mesmo projeto já não se mostra tanto como uma figura de coerção, mas sim como uma *forma mais eficiente de subjetivação e sujeição*. O «eu» como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas e das restrições impostas por outros, submete-se agora a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização. Vivemos em um momento histórico particular, no qual a própria liberdade provoca coerções. A liberdade de *poder (Können)* produz até mais coações do que o *dever (Sollen)* disciplinar, que expressa regras e interditos (Han, 2018, 9-10; grifos do autor).

O diagnóstico oferecido é sobre este aspecto aparente de liberdade presa aos limites do capital, por isso, cabe ressaltar que é exatamente este aspecto mais aparente que incide sobre os indivíduos. A transição de indivíduos submissos a projetos livres interliga-se a consolidação do paradigma teórico-ideológico neoliberal e sua incidência no nível do senso comum que, não demandaria um pensamento complexo, somente aceitação.

Assim, o ideário neoliberal mostrou-se significativamente capaz de mobilizá-los e angariá-los a partir de suas sensações e instintos, de seus valores e desejos, mobilizando ideais políticos de dignidade humana e liberdade individual que, segundo a narrativa neoliberal, corriam perigo na época e ainda hoje pelo comunismo, fascismo e determinadas

formas de intervenção estatal (Harvey, 2014) e pela figura do inimigo e concorrentes possíveis.

Para que a passagem da submissão à liberdade dê certo, torna-se importante evidenciar a necessidade de rompimento com aquilo que anteriormente fazia existir a coerção. Em tese, o desligamento do indivíduo a suas diferentes formas resultaria em maior espaço de liberdade e autonomia individual. Autores como Casara (2021), Dardot e Laval (2016), Han (2018), Safatle (2019), chamam atenção para o seguinte resultado: há uma autoexploração a partir da adesão a processos de dominação e exploração capitalista, o problema é que os indivíduos acreditam que estão agindo conforme seus próprios interesses.

É cada vez mais imperioso desenvolver uma adesão ativa dos indivíduos incitadas à dedicação e compromisso com aquilo que não é mais apenas esperado dos executivos, mas do conjunto dos assalariados. Objetivando, formar os indivíduos a uma atividade consigo mesmo de otimização mental. Por isso, o constante aumento dos *workshops* de gestão de pessoal, livros e vídeos motivacionais, crescimento pessoal pela via do desenvolvimento da inteligência emocional. O capitalismo atual explora as tecnologias do eu (Han, 2018).

Como o fazer-se é o mote da sociedade regrada pela racionalidade neoliberal, isto significa não estar preso ao compartilhamento de modos de vida ou de destino coletivo, pois fazer-se se liga ao imperativo da escolha livre de restrições. Diferente de outras esferas, Estado, família, classe social etc. o mercado, de certa forma, liberta o sujeito do imperativo moral do “dever ser” para colocá-lo diante do seja quem quiser “ser”: “Numa ‘sociedade aberta’, todo indivíduo tem o direito de viver como bem entende, escolher o que quiser seguir as modas que preferir” (Dardot; Laval, 2016, p. 360).

Como a lógica é da livre escolha, o resultado disto foi um desenraizamento das pessoas em relação àquelas estruturas sociais que até certo tempo possibilitavam e faziam surgir o sentimento de pertencimento, seja a grupos, comunidades ou à classe. Em suma, é possível observar os paradoxos e as incongruências desta sociedade animada pela racionalidade neoliberal, o horizonte que ela oferece ao indivíduo a partir de seu ideal de liberdade, é torná-lo uma ilha, afastado e com medo de todos.

Mais precisamente, pode-se, então, defender a hipótese que a sociedade atual possui como principal característica produzir patologias no seio das relações sociais, tais como o

desinteresse e a atitude de contemplação e aceitação da realidade tal qual ela é. O resultado deste tipo de comportamento, pode ser a adesão acrítica a regimes autoritários e violentos, mais que isso, a prática ou pura repetição de discursos de atitudes de ódio, como também adesão e defender ideias completamente opostas, esta seria uma das formas que a reificação se manifesta na contemporaneidade. Portanto, torna-se necessário levantar certas considerações sobre este complexo processo.

3. PATOLOGIAS DO SOCIAL E RACIONALIDADE NEOLIBERAL: PRIMEIROS IMPACTOS NA DEMOCRACIA

O debate sobre as patologias do social perpassa, em um primeiro momento, pela compreensão sobre a sociedade, atualmente determinada pela racionalidade neoliberal. Assim, de um lado, a sociedade é definida ou pensada como sistema de normas, valores e regras que estruturam formas de comportamento e interação entre as múltiplas esferas da vida que dota tais forças de adesão de modo a produzir continuamente afetos que fazem os sujeitos assumir certas possibilidades de modos de vida em detrimento de outros, por outro lado, ela define-se pelos modos de sofrimento e quadros patológicos tácita e socialmente aceitos, possibilitando-lhes encaminhar tratamento socialmente admitido: “Dessa forma, a questão fundamental para a reprodução social não é a determinação impositiva da normalidade, mas a organização diferencial das patologias possíveis” (Safatle, 2019, p. 186). Basicamente, há certos aspectos sociais, que apesar de configurarem-se como desvios às normas e regras socialmente aceitos, não se configuram como patologias.

Neste aspecto, Safatle (2008; 2019), lembra que para Émile Durkheim o crime, por exemplo, não se configurava uma patologia. Para o sociólogo, uma sociedade sem crime é impossível, pois, por meio dele, ela pode fortalecer laços de solidariedade, sobretudo daqueles que se sentiram ofendidos. Percebe-se a presença de certa defesa sobre o desenvolvimento da própria sociedade, atrelado ao questionamento e até mesmo violação das normas e regras por ela estabelecidas.

Torna-se evidente, que uma patologia social, não se refere a casos ou fenômenos sociais negativos específicos, cujo aparecimento forçaria a reorganização do corpo social, logo, não pode ser tomada tão somente como desvio à norma. Em um primeiro momento,

patologia social é a desagregação das forças de reprodução social de modo que impedem a realização (plena) da vida (Safatle, 2008). Neste caso, a sociedade, sob a racionalidade neoliberal, faz imperar um modo de vida, para utilizar um termo marxista, reificado e alienado, pois, ajustado a racionalidade utilitária dos meios e fins e do lucro, negando aquela plena realização:

Os sujeitos racionais no interior do capitalismo são aqueles que organizam suas ações tendo em vista sua autoconservação, a manutenção de seus bens, o cálculo econômico de seus esforços e a fruição de formas moderadas de prazer, ou seja, formas de prazer que não nos coloquem fora de nosso próprio domínio. Eles são aqueles que se julgam racionais por sempre submeterem sua efetividade à reflexão sobre a utilidade e a medida. Dessa forma, as relações entre pessoas acabarão por se submeterem à racionalidade instrumental das relações entre coisas (Safatle, 2019, p. 161).

Partindo da premissa de que o termo reificação, na definição de Geörgy Lukács, refere-se a um hábito ou costume de um comportamento (Honneth, 2018) passivo e indiferente frente a realidade, pode-se afirmar que os sujeitos racionais do capitalismo reafirmam a reificação deste sistema quando aderem e ajustam-se a racionalidade utilitária, de modo que a totalidade de suas habilidades inatas e/ou adquiridas passam a estar voltadas inteiramente a valorização do capital, e não no desenvolvimento de uma autonomia própria.

Neste caso, o estabelecimento de relações sociais acaba submetida ao ponto de vista do benefício (econômico) que elas podem garantir aos sujeitos. Portanto, o padrão de comportamento hegemônico é indiferente a outros valores que não o econômico, e é egoísta por tratar os objetos e indivíduos existentes no mundo que o circunda como coisas e/ou meios potencialmente lucrativos. Assim, nas esferas da existência humana sob a determinação da racionalidade neoliberal:

[...] os sujeitos são forçados a se comportar não na qualidade de participantes, mas antes de observadores dos acontecimentos sociais, porque o cálculo recíproco dos possíveis ganhos demandam uma atitude puramente objetiva e a mais neutra possível em relação aos afetos; com essa mudança de perspectiva, introduz-se ao mesmo tempo uma percepção “reificante” de todos os elementos relevantes em uma dada situação, porque os objetos a serem trocados, os parceiros da troca e, por fim, as próprias capacidades pessoais só podem ser conhecidos em suas propriedades quantitativas de valorização; uma tal atitude se torna “segunda natureza” quando transformada em um costume habitual por força dos processos de socialização

correspondentes, de modo que tal atitude determine o comportamento individual de todo o espectro da vida cotidiana; sob tais condições, mesmo quando não estão diretamente envolvidos nos processos de troca, os sujeitos percebem também seu mundo circundante de acordo com o padrão dos dados meramente materiais (Honneth, 2018, p. 36).

A reificação revela-se como patologia social que incide na subjetividade dos sujeitos, de modo a determinar na forma como eles vêem e agem no mundo, como são afetados pelos eventos que ocorrem na sociedade, principalmente aqueles que não os afetam diretamente. Uma subjetividade cuja principal característica é a indiferença, que: “[...]deve significar que o agente não é mais afetado emocionalmente pelos eventos, mas, mesmo ao observar, passa ao largo destes sem envolvimento íntimo” (Honneth, 2018, p. 36).

Com a indiferença, a apatia ou o comportamento contemplativo frente ao mundo aparece como característica da reificação; é como se a subjetividade reificada negasse uma práxis humana originária ativa e cooperativa. É importante notar que tal processo ocorre desde tenra idade, ou seja, os sujeitos são assujeitados a partir de processos de socialização que operam dentro daquela lógica. Isto significaria, entre outras coisas, deslocar a análise crítica das normas de comportamento, como se a reificação fosse deste ou daquele sujeito, e focar na questão do funcionamento da sociedade capitalista.

Ou seja, constata-se que a sociedade regida pela racionalidade neoliberal, que constitui sujeitos de comportamento utilitário, já é em si patológica, pois inseparável da produção e perpetuação de situações de sofrimento. A produção de sofrimento é o quadro normal de funcionamento da sociedade capitalista (Safatle, 2008; 2018) que tende a fazer exigências paradoxais ao sujeito.

Por exemplo, as empresas ou mercado de trabalho desejam uma adesão profunda, aliada a produtividade e a competitividade, no entanto, também, buscam trabalhadores prontos para serem a qualquer momento desligados quando não se tiver mais necessidade deles. Para atender a demanda de ligações flexíveis, há o favorecido de subjetividades fluidas, capazes de simultaneamente mobilizar-se de modo extenuante e desligar-se e desinvestir rapidamente nestas ligações. Se tal tendência é portadora de aspectos negativos e nocivos à sociabilidade, é porque ela tende não somente a naturalizar tal ordem social, mas a produzir normas, regras e valores que definem certo modo de existência:

Graças à internalização desse ideal, o risco de insegurança social produzido pela desregulamentação do trabalho foi suplantado pela promessa de plasticidade absoluta das formas de vida, ou seja, tal desregulamentação se traduziu em liberação da potencialidade de constituir projetos conscientes de formas de vida, da mesma maneira que a intensificação do desempenho e das performances exigida pelo ritmo econômico neoliberal se transformou em peculiar modo subjetivo de gozo (Safatle, 2019, p. 139).

É importante considerar, se os indivíduos internalizam e aderem aquele ideal, e isto lhe causa algum tipo de sofrimento interno, sua resolução não está no reajustamento das normas que o causaram. Portanto, o desenvolvimento destes sentimentos não resulta da distorção ou inadequação dos sujeitos à lógica da sociedade, mas da presença do ajustamento.

As patologias sociais não são somente consequências destas normas e regras que comportam em si grandes doses de irracionalidade, e sim algo intrínseco ao processo social do capitalismo sob a racionalidade neoliberal. Seria o caso de ponderar, se o próprio modo como os indivíduos são constituídos como sujeitos, não seja ele próprio patológico, de modo que eles em sua sociabilidade estabeleçam relações sociais mutiladas (Safatle, 2008) daquela realização plena da vida. Neste caso, a origem do sofrimento é encontrada no processo de internalização (via subjetivação) daquele ideal de risco e insegurança elevado à condição normal de funcionamento da sociedade.

Entretanto, é possível fazer uma objeção e levantar a hipótese de que a adesão e internalização do princípio de flexibilidade, não resulta tão somente a motivações econômicas, como certa predisposição a tal conduta, como defendem os neoliberais. Mais que a presença de uma racionalidade utilitária, que conduziria os sujeitos a aderirem àquele ideal, é a presença do afeto do medo, algo irracional daquele ponto de vista, que potencializa tal adesão.

Este argumento não se contrapõe ao defendido alhures, ao contrário, ele o corrobora, pois, o medo da exclusão social e do desemprego potencializaria a interiorização da racionalidade neoliberal. O medo de não pertencer ao grupo dos úteis a sociedade e adentrar aos tidos como parasitários do Estado, é alimentado pelo receio da falta dos meios necessários à sobrevivência, observa-se ainda que ambos os aspectos deste medo encontram-se relacionados ao sucesso ou fracasso econômico.

Quem não se compota segundo as regras econômicas, hoje em dia raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delineia-se o rebaixamento socioeconômico. Torna-se visível o caminho para o associal, para o criminoso: a recusa de colaboração torna suspeito e expõe à vingança social quem não precisa ainda passar fome e dormir sob as pontes. O medo [*Angst*] de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo (Adorno, 2015, p. 77; grifos do autor).

Portanto, ao interiorizar o ideal do empreendedor neoliberal, os indivíduos estão internalizando também a constante preocupação com a insegurança social. Ao cabo, isto serve a racionalidade neoliberal como estratégia de disciplinamento e controle das condutas dos indivíduos, enquanto consolida suas estruturas de poder (Safatle, 2019).

Pois, paralelo aquela manifestação do medo, há outras tantas produzidas pela racionalidade neoliberal, o medo da violência dos excluídos do jogo da concorrência, alimenta a formação de comunidades fechadas em si mesmas e defensoras de um viés securitário. Este dispositivo, ao mesmo tempo em que impedirá a ação daqueles taxados de criminosos, manterá o jogo da concorrência funcionando para os adequados às normas e à mentalidade neoliberal. Em suma, a racionalidade neoliberal produz um sujeito preocupado mais com seus interesses e pela satisfação de seus desejos, do que possuidor de uma atenção a interesses comuns e laços de solidariedade.

Fica evidente que a racionalidade neoliberal impacta negativamente na democracia, é possível dizer até que em seu funcionamento ela é antidemocrática. Mas, mais do que apenas isso, as patologias do social impedem o desenvolvimento de uma democracia radical e plena, porque o próprio sujeito é mutilado de uma vida plena, e enquanto mais inserido e ajustado aquela racionalidade, mais retroalimenta esta existência precária.

Deste modo, se de um lado, a democracia pode ser um remédio para as patologias produzidas pela racionalidade neoliberal, o contrário é também válido, ou seja, que ela é contaminada por elas. Aqui, é necessário retomar a questão da reificação enquanto comportamento indiferente e contemplativo frente a realidade (Honneth, 2018), pois, este estado seria o resultado, não só da racionalidade neoliberal e dos medos por ela produzidos, mas também fruto uma certa percepção do poder das instituições capitalistas e da impotência

dos indivíduos frente a elas. Em resumo, as patologias do social também são a redução das forças de resistência em cada sujeito dominado e explorado pelo capitalismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu desenvolver uma análise sobre o impacto da racionalidade neoliberal na concepção de liberdade individual, e consequentemente sobre o que se denomina de patologias do social. Para sua consecução foram utilizados levantamentos bibliográficos, a partir de publicações da área das ciências sociais e humanas. As reflexões postas encontram-se alicerçadas pela teoria social crítica.

Dividido em duas partes, na primeira buscou-se analisar o impacto da racionalidade neoliberal na concepção de liberdade individual, abordará com a promessa da liberdade negativa, centrada na ausência de obstáculos externos à ação individual, ao invés de promover a autonomia, instaura um clima de desconfiança e medo nas relações sociais, transformando o outro na imagem do invasor potencial. Foi dado destaque aos efeitos nocivos dessa liberdade negativa na sociabilidade entre os indivíduos, devido ao desenvolvimento de uma cultura de emergência, paranoia com a segurança, que servirá para justificar a violência e o autoritarismo para preservar a ordem em tempos de crise, dando vazão a pensamentos antidemocráticos e ampliando um horizonte autoritário.

Na segunda parte o estudo a atenção foi direcionada ao que se denomina de patologias do social, ou seja, aos aspectos presentes na sociedade contemporânea que, ao formar quadros de anomia social, obstaculizam o florescimento e consolidação daquela forma de democracia. Desvendou-se que tais patologias sociais não são apenas desvios das normas, mas a desagregação das forças de reprodução social, resultando em uma vida alienada sob a racionalidade utilitária. A adesão à racionalidade neoliberal, focada no benefício econômico que promove relações sociais baseadas no cálculo objetivo dos ganhos econômicos, potencializa uma sociabilidade reificada. Portanto, deste engajamento, tem-se a internalização daquele ideal neoliberal, potencializada pelo medo da exclusão social que contribui para a constituição de uma subjetividade indiferente e apática frente a realidade cada vez mais exploradora.

Em suma, pode-se dizer que a racionalidade neoliberal não apenas impacta de modo negativo na liberdade dos indivíduos, mas também produz patologias no interior da sociedade, obstaculizando o florescimento e consolidação relações sociais calcadas na solidariedade, diálogo e interesses comuns, necessários à democracia. Tanto o individualismo exacerbado como a competição, acabam propiciando um horizonte autoritário e conservador como meio de manter a ordem diante de crises sociais, econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W., 1903-1969. Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise / Theodor W. Adorno; tradução Verlaine Freitas. 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CASARA, Rubens. Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário / Rubens Casara. – São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal / Pierre Dardot ; Christian Laval ; tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica : o neoliberalismo e as novas técnicas de poder / Byung-Chul Han ; tradução Marcio Liesen. – 1. ed. – Belo Horizonte : Editora Âyine, 2018.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações / David Harvey ; tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. – 5. ed. -- São Paulo : Edições Loyola, 2014.

HONNETH, Axel. Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento / Axel Honneth; traduzido por Rúrion Melo. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MARX, Karl, 1818-1883. A ideologia alemã / Karl Marx e Friedrich Engels : [introdução de Jacob Gorender] ; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – São Paulo : Martins Fontes, 1998.

SAFATLE, Vladimir. Cinismo e falência da crítica / Vladimir Safatle. - São Paulo : Boitempo, 2008.

SAFATLE, Vladimir. Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In, SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo / Vladimir Safatle. – 2. ed. ver.; 5. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAPITALISMO DEPENDENTE E O SERVIÇO SOCIAL: A APREENSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA

Monique Bronzoni Damascena¹⁵

Laís Duarte Corrêa¹⁶

Ana Carolina Vaz dos Santos¹⁷

Kathiana Pfluck Arend¹⁸

Resumo: Esta pesquisa objetiva apreender como a produção do conhecimento (artigos científicos, teses e dissertações) na área do Serviço Social vem incorporando a temática “capitalismo dependente” na última década (2012 - 2022), no Brasil. Para a elaboração do referencial teórico, realizou-se uma revisão do estado da arte. Como metodologia, utilizando-se do banco de dados do SciELO Brasil e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com o descritor “capitalismo dependente” e “Serviço Social”. Nesse sentido, a pesquisa será mista e bibliográfica. Para o desenvolvimento das reflexões e análises será utilizado o método dialético crítico e como suporte teórico a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Os dados da pesquisa são as produções acadêmicas de artigos, dissertações e teses da área do Serviço Social brasileiro, disponíveis no banco de dados do SciELO Brasil e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente, Serviço Social, Produção do Conhecimento, Superexploração da Força de Trabalho, Questão Social.

Abstract/Resumen: Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo la producción de conocimiento (artículos científicos, tesis y disertaciones) en el área de Servicio Social incorporó el tema “capitalismo dependiente” en la última década (2012 - 2022), en Brasil. Para desarrollar el marco teórico se realizó una revisión del estado del arte. Como metodología, se utilizó la base de datos SciELO Brasil y la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, con los descriptores “capitalismo dependiente” y “Servicio Social”. En este sentido, la investigación será mixta y bibliográfica. Para el desarrollo de reflexiones y análisis se utilizará el método dialéctico crítico y se utilizará como soporte teórico la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD). Los datos de la investigación son producciones académicas de artículos, disertaciones y tesis en el área del Servicio Social Brasileño,

¹⁵ Assistente social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/PUCRS. Professora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Unipampa/campus São Borja. E-mail: moniquedamascena@unipampa.edu.br

¹⁶ Assistente social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/PUCRS. Professora no curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul - UCS. E-mail: ldcorrea@ucs.br

¹⁷ Assistente social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/PUCRS. E-mail: anacarolina.vaz13@gmail.com

¹⁸ Assistente social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/PUCRS. Professora no curso de Serviço Social da FADERGS. E-mail: kathi.parend@gmail.com

disponibles en la base de datos SciELO Brasil y en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones.

Palabras clave: Capitalismo Dependiente, Trabajo Social, Producción de Conocimiento, Sobreexplotación de la Fuerza Laboral, Cuestiones Sociales.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão sobre o capitalismo ao Serviço Social é fundamental, tendo em vista que este é inseparável da questão social (Iamamoto, 2015), “raison d’être” da profissão (Netto, 2001) e seu objeto de trabalho em suas múltiplas expressões. Neste artigo, buscou-se apreender as tendências de estudo que aparecem na bibliografia na área do Serviço Social sobre capitalismo dependente, bem como os autores mais utilizados pela categoria.

Isso porque, é sabido que mesmo que o Serviço Social tenha as teorias marxiana e marxistas como seu fundamento, por conta da chamada renovação conservadora do marxismo na década de 1970, em especial, no Brasil, o debate eurocêntrico prevaleceu em detrimento de autores brasileiros e latino-americanos. Isso, por sua vez, repercutiu diretamente no pouco avanço na apreensão das particularidades da questão social mantendo, assim, “as elaborações sobre a realidade em níveis de abstração geral que não podem explicitá-la no seu movimento concreto” (Souza; Teles, 2021, p.47).

O Serviço Social, inscrito neste contexto, não permanece alheio ao conservadorismo e ao debate eurocêntrico. Isso porque, se às margens dessa renovação conservadora, encontram-se “distintos teóricos marxistas, com produções muito relevantes sobre a particularidade da América Latina, mas que são, ainda, desconhecidos ou pouco entendidos” (Souza, Teles, 2021, p. 47), estes também acabam tendo pouca visibilidade na produção teórica da profissão incidindo no pouco avanço sobre as particularidades da questão social no Brasil.

Além disso, mesmo com o aporte na teoria marxiana e marxistas, a direção teórico-metodológica e ético-política permanece em disputa no âmbito da profissão com o conservadorismo, expressão das ideologias da classe dominante, impulsionado pelo neoliberalismo e sua ideologia pós-moderna. Isso porque, a ruptura com o conservadorismo no âmbito do Serviço Social não foi totalmente concretizada, trata-se de um processo

contínuo e não se reduz a um movimento “interno” da profissão, já que essa é inscrita em um movimento geral determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade (Iamamoto, 2015).

No estado da arte, realizado para a elaboração da pesquisa, a abordagem do capitalismo dependente apareceu em interconexão com as pautas sobre questão racial, questão agrária/urbana, políticas sociais, classes sociais e questão social. São produções que dedicam acumulação capitalista, identificadas nas condições e no modo de vida da população, tais como: a informalidade, o desemprego estrutural, o adoecimento físico e mental, acidentes de trabalho, entre outros, vez mais violentos de precarização/exploração do trabalho de modo funcional à acumulação do capital.

Dessa maneira, percebeu-se no estado da arte, uma significativa articulação da temática - capitalismo dependente - com a categoria superexploração da força de trabalho, a qual constitui-se em uma categoria central para compreender o modo de produção capitalista e a dependência na América Latina. Posto que, para Marini (2000), a essência do Capitalismo Dependente é a superexploração da força de trabalho, uma vez que os países latino-americanos por se inserirem de maneira subordinada no capitalismo mundializado, recorrem a lógica da produção de mais-valia absoluta - por meio de uma maior exploração da força de trabalho - e não a partir do avanço de tecnologias, a exemplo dos países cêntricos de economia capitalista avançada (Marini, 2000). Portanto, a utilização da categoria capitalismo dependente como descritor para o levantamento das produções na área do Serviço Social (artigos, dissertações e teses) terá como intuito aprofundar o debate levantado no estado da arte e realizar uma análise das particularidades do capitalismo na América Latina e às articulações necessárias com o objeto de trabalho profissional.

A justificativa sobre essa necessária articulação se dá porque o Serviço Social brasileiro necessita avançar no debate sobre o capitalismo dependente. Pois, é justamente desse debate sobre capitalismo emergente que se permitirá a apreensão radical da realidade latino- americana para a apreensão das bases constitutivas/fundamentais das expressões da questão social.

Outro resultado preliminar do estado da arte, realizado para a apreensão sobre a discussão da produção do conhecimento na área do Serviço Social sobre capitalismo dependente, que

salienta a importância desta pesquisa, evidenciou uma diminuta produção científica sobre a temática “Capitalismo Dependente” no Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, observa-se a importância da produção de conhecimento sobre as particularidades do modo de produção capitalista na América Latina, que contribui para a apreensão das expressões da questão social nesse território, especialmente, pelas características histórico-estruturais de superexploração da força de trabalho e desigualdades sociais tão determinantes em países de Capitalismo Dependente.

O objetivo geral da pesquisa é *apreender como a produção do conhecimento (artigos científicos, teses e dissertações) na área do Serviço Social vem incorporando a temática “capitalismo dependente” na última década (2012 - 2022), no Brasil*. Para a execução do objetivo da pesquisa se propõe a realização de um estado da arte acompanhado de uma revisão bibliográfica, com a finalidade de explorar e compreender melhor as produções mapeadas. O universo e a amostra da pesquisa perpassam pelo levantamento das produções bibliográficas nas produções acadêmicas do Serviço Social sobre o tema “capitalismo dependente”.

Para o artigo em questão será apresentado o referencial teórico elaborado a partir do estado da arte realizado entre os anos de 2012 e 2022, a partir dos descritores Capitalismo Dependente e Serviço Social. Para tal, foram utilizadas as seguintes fontes de consulta em bancos de dados como: a) banco de dados do SciELO Brasil; e, b) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A estruturação deste artigo está dividida a partir de dois blocos que buscam contemplar o tema proposto, o primeiro bloco do artigo tece considerações a respeito da categoria Capitalismo Dependente, neste item elucida-se os processos de produção e reprodução inerentes e particulares do modo de produção capitalista no território latino- americano. O segundo bloco, trata do debate do Capitalismo Dependente dentro da produção científica recente do Serviço Social, esse item ilustra as principais tendências temáticas de estudo presentes nas produções sobre capitalismo dependente na área do Serviço Social brasileiro coletadas entre os anos de 2012 e 2022. Por fim, encontram-se as considerações finais e referências.

2. O DEBATE SOBRE O CAPITALISMO DEPENDENTE

O capitalismo dependente latino-americano se configura pelo desenvolvimento desigual e combinado pelo qual os países centrais atuam, apropriando-se de forma privada do valor produzido pela periferia do sistema e por ela transferido no sentido de garantir maior acumulação de mais-valia. De acordo com Marini (2000), essa transferência é garantida pela superexploração da força de trabalho que não pode ser apreendida sem a sua relação com o capitalismo dependente, uma vez que é parte constitutiva deste.

A dependência, como afirma Luce (2018, p. 198), na perspectiva de fazer uma síntese crítica do debate, não é sinônimo de: “a) estagnacionismo; b) dependência externa; c) outro modo de produção; d) categoria tautologicamente definida; e) herança colonial; f) insuficiência de capitalismo; g) interdependência; h) fusão com o sistema-mundo; i) reformismo; j) categoria em que a luta de classes é ausente”.

Pelo contrário, a dependência se configura como “o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional” (Traspadini; Stedile, 2005, p. 33), “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2000, p. 4).

A essência da dependência nessas economias reside na superexploração da força de trabalho que acontece por meio da intensificação dos processos de extração de mais-valia nas suas formas relativas absolutas e combinadas. Ainda, segundo análise de Marini (2000), caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação depende mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.

Em outras palavras, a superexploração da força de trabalho se realiza a partir de três

mecanismos: 1) pelo aumento da intensidade¹⁹ do trabalho, 2) pelo prolongamento da jornada de trabalho e 3) pela expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para refazer sua força de trabalho²⁰. As quais configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, em detrimento do desenvolvimento de sua capacidade produtiva (Marini, 2000).

Desse modo, a categoria superexploração da força de trabalho na América Latina fundamenta-se como: a remuneração da força de trabalho a um preço inferior ao seu valor, redimensionada de forma que possibilite aumentar a taxa de exploração através de mecanismos de intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação das condições necessárias ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Que diante disso, recebem remunerações insuficientes para sobreviver sob dadas condições objetivas (Marini, 2000).

No Brasil, as raízes da superexploração da força de trabalho estão fincadas no colonialismo, atravessado pelo escravismo colonial, estrutura da qual emana relações sociais racializadas e sexistas, que “[...] explicitam a imposição da superexploração da força de trabalho e da desigualdade brutal e crescente” (Paiva; Souza; Mariotto, 2021, p. 312) que se perpetua na região latino-americana, uma vez que o processo de reprodução do capital, não viabilizou condições para a superação do colonialismo mesmo após as independências formais visto que este significou:

A globalização da guerra comercial; a exterminação e dominação de povos inteiros, econômica, social e culturalmente; a retomada da prática de escravização e a transformação de homens e mulheres em mercadorias; a fundação de novas formas de organização do trabalho e da produção nos territórios invadidos; a drenagem permanente da riqueza produzida aos países dominadores; a exigência de um sistema protecionista e monopolista (Souza, 2020, p. 47).

¹⁹ “O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva” (Marini, 2011, 147).

²⁰ “[...] o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (Marini, 2011, p. 180).

Essas e outras determinações constituem uma das engrenagens necessárias para a reprodução da acumulação capitalista, que, ao mesmo tempo em que concentra riquezas nas economias centrais, aprofunda a pauperização das economias periféricas, como no Brasil, nas quais a população vive sob intensas e prolongadas jornadas de trabalho, assim como não recebe salários suficientes para dar conta de suas necessidades básicas, principalmente a população negra, e nela, as mulheres negras, afinal, o “racismo e superexploração são gêmeos siameses, nascidos das entranhas do colonialismo e alimentados pela dinâmica da dependência” (Souza, 2020, p. 159).

Elementos que a intelectual latino-americana Lélia Gonzalez, já denunciava sobre a realidade das mulheres *amefricanas* (mulheres negras, indígenas e camponesas) nas particularidades do capitalismo dependente latino-americano, em particular, no Brasil:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca (Gonzalez, 2020, p. 42-43).

Cabe acrescentar que é a população negra que compõe majoritariamente o exército industrial de reserva, criado, conforme Gorender (2016, p. 223), pelos capitalistas agrários e industriais “[...] às custas da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que, ao meu ver, constitui uma reserva da reserva [...], sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados.”

Se em sua análise sobre a economia política Marx (2017) argumenta que o exército industrial de reserva possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada e que “todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (Marx, 2017, p. 716), são os/as trabalhadores negros que constituem a maior parte deste

exército, que transitam entre o emprego/desemprego (flutuante), que migram em busca de emprego (latente) ou que possuem instabilidade e sempre compõem o quadro daqueles que executam atividades temporárias ou sem vínculos fixos (estagnada), ou ainda, invalidada ao trabalho assalariado, ocupando os “porões do mercado de trabalho” (Lara; Maranhão, 2019), o lumpemproletariado.

Sendo assim, tendo por base a Teoria do Valor e toda a argumentação apresentada, posso afirmar, em síntese, que o rebaixamento do valor da força de trabalho da parcela negra e indígena da classe trabalhadora, determinado, também, pelo racismo, impacta na conformação da superexploração do conjunto da classe trabalhadora, rebaixando a média geral da remuneração de todos os trabalhadores/as sob a dinâmica da economia dependente (Souza, 2020, p. 158).

Como dinâmica universal, o exército industrial de reserva possui um papel fundamental na acumulação de capital, uma vez que sua expansão ou contração regula o movimento geral do salário, assim como esses trabalhadores desocupados pressionam os ocupados “a pôr mais trabalho em movimento” ao mesmo tempo em que “sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles” (Marx, 2017, p. 715).

A superexploração gera o esgotamento prematuro da força de trabalho que não consegue mais gerar valor (Marini, 2011). O esgotamento pode ser verificado pelos altos índices de questões relacionadas à saúde mental dos trabalhadores. Desta maneira a sua descartabilidade se torna uma alternativa e justificativa para acessar a vasta gama de trabalhadores que fazem parte do exército industrial de reserva.

3. O ESTADO DA ARTE SOBRE CAPITALISMO DEPENDENTE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL

Ao realizarmos a análise inicial do conteúdo dos resumos das produções selecionados para compor o estado da arte, foi possível evidenciar uma escassa produção acerca dos descritores selecionados (Capitalismo Dependente e Serviço Social) e um transcurso temporal recente, uma vez que as produções estão concentradas, principalmente, a partir do

ano de 2016. Sendo que a maior concentração de produções ocorreu no ano de 2018 com sete publicações, seguida dos anos de 2017, 2019, 2020 e 2021 com três publicações, respectivamente, e os anos de 2012, 2016 e 2022 com apenas uma publicação. Além disso, a maioria destas produções são fruto de artigos, como sintetiza o quadro a seguir:

Quadro 1: Demonstrativo de produções mapeadas sobre Capitalismo Dependente no período de uma década (2012 a 2022)

Tipo de Produção	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Artigos	-	-	-	-	-	01	02	03	03	02	01	12
Teses	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	02
Dissertações	01	-	-	-	-	02	04	-	-	01	-	08
Total de Produções												22

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Outra característica das produções científicas são as fontes consultadas, em sua totalidade surpreendeu não ter sido localizado nenhuma publicação nos demais periódicos da área do Serviço Social para além da Revista Serviço Social e Sociedade e da Revista Katálisis, sendo esta que detém a maior concentração dos artigos com 10 publicações, já a Revista Serviço Social e Sociedade possui duas publicações sobre a temática em questão. No que se refere às duas teses localizadas, estas são oriundas do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As dissertações são majoritariamente do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com seis trabalhos, seguida dos programas de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com uma publicação cada. Assim, tem-se a condensação de teses e dissertações em apenas três instituições de ensino.

Através da tabulação das palavras-chaves das produções aqui observadas, identifica-se pontos de conexão entre elas. Primeiramente, a palavra-chave mais citada

entre as produções analisadas se expressa no “Capitalismo Dependente”, que é referido em 12 das 22 produções. Após, verifica-se que a palavra “Superexploração” sendo citada por 04 dos 22 trabalhos. Verifica-se, em menor incidência, outras palavras-chaves²¹ que foram citadas mais de uma vez entre as produções analisadas, as quais são: Capitalismo Contemporâneo: 02; Questão Social: 02; Racismo: 02; TMD: 02; América Latina: 02; Criminalização: 02; Previdência Social: 02; Brasil: 02; MST: 02; Estado: 02; Assistência Social: 02 e Saúde do Trabalhador: 02.

As palavras-chave destacadas nas teses, dissertações e artigos mostram que há uma infinidade de assuntos que abordam, de alguma forma, o tema do capitalismo dependente na área do Serviço Social, o que pode dar uma visão panorâmica das principais tendências. Nesse sentido, realizamos a análise inicial do conteúdo dos resumos das produções encontradas, para possibilitar o agrupamento por recortes temáticos predominantes, conforme exemplifica o quadro que segue:

Quadro 2: Recorte temático, descrição e quantitativo de produções sobre Capitalismo Dependente na área do Serviço Social no período de 2012 a 2022

Recorte Temático	Descrição	Quantidade de Publicações
1) <i>Lutas Sociais/Classes Sociais</i>	Produções que contemplam problematizações sobre as questões políticas, sociais e ideológicas que perpassam a sociedade de classe da América Latina, em particular, brasileira. Tais como: Cultura Autocrática (uma), Dominação Externa e Capitalismo Dependente (uma), Movimento dos trabalhadores sem-terra no Brasil (uma), Fascismo e Contrarrevolução no Brasil (uma) e Luta de Classes e Democracia Racial (uma).	Três Artigos Duas Dissertações

²¹ Além disso, foi possível evidenciar múltiplas palavras-chaves que foram citadas apenas uma vez em cada artigo, tese ou dissertação. Esse conglomerado expressa o total de 54 palavras. As quais são: Contrarrevolução; Democracia; Reforma Psiquiátrica Brasileira; Saúde Mental; Saúde Coletiva; Rio de Janeiro; Estado Capitalista; Política de Assistência Social; Política Penal; Trabalho; Pessoa com Deficiência; Direito à Cidade; Emancipação Política; Questão Agrária; Migração Temporária; Classes Sociais; Escravidão; Mineração Extrativista; Quadrilátero; Ferrífero; Minas Gerais; Lutas Sociais; Violência; Violações; Fascismo; Nome Social; Banheiros; Universidade; Movimento LGBT; Gênero; Transexuais; Imperialismo; Padrão de Reprodução do Capital; Economia Política da Dependência; Cultura Autocrática; Luta de Classes; Democracia racia; Desenvolvimento capitalista; Pobreza; Brasil Sem Miséria; Dependência; Ruy Mauro Marini; Intercâmbio; Desigual; Superimperialismo; Desenvolvimento Econômico; Revisão Integrativa; Sofrimento Psíquico; Questão Urbana; Acumulação Capitalista; Expropriação; Superexploração da Força de Trabalho; Dominação Externa; Sociedade de Classes e Florestan Fernandes.

2) <i>Superexploração da Força de Trabalho</i>	Compreende os trabalhos que problematizam a categoria superexploração da força de trabalho como a essência da extração de valor no Capitalismo Dependente latino-americano e que determina os processos de vida dos trabalhadores. A temática é mediada em várias áreas, como: trabalhadores da mineração (uma), saúde dos trabalhadores (duas) e trabalhadores com deficiência (uma).	Dois Artigos Uma Dissertação e Uma Tese.
3) <i>Políticas Sociais</i>	Trabalhos que articulam as repercussões do Capitalismo Dependente nas políticas sociais, como Educação (uma), Assistência Social (duas), Saúde Mental (uma).	Dois Artigos Uma Tese Uma Dissertação
4) <i>Questão Agrária</i>	Versa sobre estudos que abordam as determinações da Questão Agrária na dinâmica de produção e reprodução do capital no Capitalismo Dependente latino-americano. Com discussões sobre a migração temporária e superexploração (uma), questão urbana (uma) e o direito à cidade (uma).	Dois Artigos Uma Dissertação
5) <i>Estudos Teóricos Teoria Marxista da Dependência - TMD</i>	Produções teóricas que se debruçam sobre a Teoria Marxista da Dependência (TMD), como expressão da tradição do pensamento marxista no Brasil e na América Latina. Contribuindo para a apreensão das determinações históricas e das condições estruturais que conformam a dinâmica da dependência dos países latino-americanos de Capitalismo Dependente.	Duas Dissertações Uma Tese
6) <i>Questão Social</i>	Estudos que objetivam um debate sobre a Questão Social a partir da interpretação da realidade brasileira como uma economia dependente e subordinada. Articulando reflexões sobre as particularidades do Capitalismo Dependente em interface com a gênese da questão social no Brasil (uma) e suas expressões como racismo (uma).	Dois Artigos
7) <i>Questão Racial</i>	A interlocução entre o racismo e o desenvolvimento e a ascensão do Capitalismo Dependente na formação social brasileira.	Uma Dissertação
		22 Produções

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A partir da caracterização e análise dos resumos das dissertações, teses e artigos um dos elementos que se apresentou foi a articulação da temática capitalismo dependente com a categoria superexploração da força de trabalho (Quadro 3), a qual constitui-se em uma categoria central para compreender o modo de produção capitalista e a dependência na América Latina. Pois, conforme os dados coletados, a categoria superexploração possui

grande incidência de citações nos trabalhos e contempla o debate central de três artigos e uma dissertação.

Quadro 3: Produções mapeadas sobre Superexploração (2012 a 2022).

Autor/a/e	Título	Tipo de Produção/Ano
Muquem, Tássia de Castro	A saúde do trabalhador no âmbito rural de Lavras/MG e região: considerações a partir da economia política do capitalismo dependente	Dissertação/ 2018
Wagner, Adolfo	A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: marcos de uma problemática no contexto do pensamento social brasileiro	Tese/ 2016
Souza, Diego de Oliveira ; Araujo, Ana Maria Moura	Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes.	Revista Katálisis/ 2020
Souza, Cristiane Luíza Sabino de	Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha.	Revista Katálisis/ 2018

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Sua abordagem possui interconexão com as pautas sobre questão racial, questão agrária/urbana, políticas sociais, classes sociais e questão social. São produções que dedicam-se a observar as contradições presentes no território latino-americano decorrentes da lógica de acumulação capitalista, identificadas nas condições e no modo de vida da classe trabalhadora, tais como: a informalidade, o desemprego estrutural, o adoecimento físico e mental, acidentes de trabalho, entre outros. O âmbito rural obteve demarcação nas produções, sobre a superexploração da força de trabalho, a qual contribui significativamente para processos cada vez mais violentos de precarização/exploração do trabalho de modo funcional à acumulação do capital.

Ademais, as contribuições das produções analisadas para o Serviço Social nessa perspectiva, são na direção da apreensão das diferentes dimensões da questão social e seu desenvolvimento na América Latina, elementos esses que são basilar no desvelamento dos fundamentos do objeto de trabalho do Serviço Social “[...] nos seus ritmos, formas e

temporalidades próprias, mediados pela condição dependente e subordinada da economia e todos os desdobramentos internos dessa condição” (Souza; Teles, 2021, p. 57). Pois, são elementos constituintes da questão social latino-americana, inerentes à dinâmica do capitalismo dependente e da formação histórico-estrutural nesse território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises ainda são preliminares, porém, já trazem importantes elementos da realidade e mostram que a produção de conhecimento na área do Serviço Social possui um potente espaço de análise a partir do referencial teórico do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho.

Contudo, apesar da comprovada relevância, os dados destes estudos demonstram uma diminuta produção científica no período recente sobre a temática “Capitalismo Dependente” na área, considerando o mapeamento realizado pela pesquisa e a localização de 22 produções (artigos, teses e dissertações) que compõem a amostra deste estudo. Quando se trata da categoria superexploração, esse quantitativo diminui drasticamente, pois, se tem apenas 04 trabalhos sobre o tema na área. Logo, a necessidade de fomentar pesquisas e a produção de conhecimento acerca da temática, de modo a incrementar o seu debate no Serviço Social.

Posto que, contribui significativamente para apreender as expressões da questão social na realidade concreta da América Latina, em particular, no Brasil; questões raciais, ideopolíticas, sociais, histórico-estruturais, entre outras, articuladas com o modo de produção capitalista. O qual estabelece relações através da subordinação e subserviência no mundo de trabalho, expressando assim, a perversidade da ordem burguesa, particularmente, em países dependentes como é o caso do cenário brasileiro.

Como prospecções cabe destacar que a partir desse estado da arte emergiu a necessidade de uma apreensão mais adensada do objeto de pesquisa. Assim, esse estudo está subsidiando a elaboração de uma proposta de projeto de pesquisa a ser devolvido na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com o objetivo de apreender os estudos sobre “capitalismo dependente” na produção do conhecimento (artigos científicos, teses e dissertações) de assistentes sociais no Brasil, na última década (2013 - 2023) a fim de propor

mediações para a apreensão radical da realidade brasileira e do objeto de trabalho profissional.

Além disso, também contribuiu para fomentar os estudos e debates com os discentes, realizados junto ao componente do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, “Capitalismo Dependente na América Latina”, no ano de 2023. Assim, o presente estudo possibilitou e possibilitará o aprimoramento da pesquisa e a criação de estratégias para o ensino sobre a temática na área do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social. In. SOUZA, Edvânia Â. de; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2019, p.37-60.

LUCE, Mathias S. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, J.P. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis: Brasília, n. 3, 2001.

PAIVA, Beatriz Augusto; SOUZA; Cristiane Luiza Sabino de; MARIOTTO, Cristiano. A luta antirracista como exigência ético-política: reflexões numa perspectiva latino-americana. In. **Questão Social e Direitos Humanos**. Volume IV. (orgs) Paiva, Beatriz Augusto de; SAMPAIO, Simone Sobral. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes da América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. - 1. ed. - São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma Análise Histórico-estrutural da Questão Social no Brasil. In. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>>. Acesso em: 20 nov. de 2023.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Sobre a Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL: NOTAS SOBRE O CRESCIMENTO DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

WORK AND SOCIAL ISSUES: NOTES ON THE GROWTH OF INFORMAL WORK IN BRAZIL

Clívia Alves de Moraes Lira²²

Resumo: O presente trabalho tem como tema trabalho e questão social, com ênfase no trabalho informal. Objetiva contribuir com o debate sobre a temática através de uma breve revisão da literatura sobre o fenômeno. A metodologia consiste em revisão bibliográfica, no que se refere às técnicas de pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa, por sua vez, através de uma análise interpretativa buscamos fornecer elementos essenciais que contribuam com a temática. Concluiu-se que, não é de hoje que a discussão sobre a informalidade tem destaque nos debates acerca das condições de trabalho no país. No entanto, a permanência e até mesmo o aumento das discussões e estudos em torno desse tema só demonstram o quanto é importante compreendermos suas características, alterações e desenvolvimento.

Palavras-chave: Trabalho, Questão Social, Trabalho Informal.

Abstract: This work focuses on work and social issues, with an emphasis on informal work. It aims to contribute to the debate on the topic through a brief review of the literature on the phenomenon. The methodology consists of a bibliographical review, with regard to research techniques, we use the qualitative approach, in turn, through an interpretative analysis we seek to provide essential elements that contribute to the theme. It was concluded that it is not new that the discussion about informality has been highlighted in debates about working conditions in the country. However, the permanence and even increase in discussions and studies around this topic only demonstrate how important it is to understand its characteristics, changes and development.

Keywords: Work, Social Issues, Informal Work.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa científica sobre o debate acerca da economia informal no Brasil é imprescindível para respondermos de maneira adequada às indagações a respeito das condições de trabalho e emprego. Isso porque, ainda hoje, a informalidade se constitui como

²² Mestra, Universidade Federal da Paraíba, Serviço Social, João Pessoa/PB - Brasil. E-mail: professoracliviass@gmail.com

alternativa ao desemprego, tendo em vista que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desocupação dos brasileiros no primeiro trimestre de 2023 cresceu, chegando a 9,4 milhões de pessoas à procura de emprego (IBGE, 2023).

As diferentes formas de informalidade como alternativa ao desemprego parecem demonstrar uma tendência do mercado de trabalho brasileiro. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo central fornecer subsídios para o debate sobre a informalidade através de reflexões iniciais sobre o tema, a fim de contribuir com essa área do conhecimento no âmbito do Serviço Social no Brasil.

Por compreendermos que a temática apresentada possui uma amplitude considerável nas discussões acadêmicas, a metodologia proposta para o presente trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica, a qual “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p. 50). Desse modo, buscamos dialogar com diversos autores que cooperam cientificamente com pesquisas no âmbito dos temas trabalho e questão social.

No que se refere às técnicas de pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa “ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (Minayo, 2015, p. 21). Nesse sentido, procuramos estabelecer essa modalidade para fazer referência aos aspectos específicos do debate na tentativa de capturar os dados significativos presentes na configuração atual da sociedade.

Por sua vez, através de uma análise interpretativa buscaremos fornecer elementos essenciais que contribuam com o tema, pois compreendemos que interpretar é tomar uma posição própria a respeito das ideias apresentadas, “é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor”. (Severino, 2007, p. 59). Por fim, apresentaremos os resultados com as análises e dados obtidos por meio da pesquisa qualitativa.

Esse texto deriva de pesquisas iniciais sobre a informalidade na contemporaneidade, mas parte de um debate mais amplo sobre o mundo do trabalho realizado por meio de projetos

de pesquisa no âmbito da iniciação científica e percorrendo o caminho até resultar no mestrado, nesse sentido, busca também, contribuir com as discussões realizadas na esfera do Serviço Social, de modo a dar continuidade aos estudos sobre o tema e por entendermos que a produção do conhecimento científico na área são importantes e necessários para desvendarmos as novas formas de ser do trabalho, bem como, compreender os desafios postos aos assistentes sociais diante das mudanças em curso na sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

Começaremos refletindo sobre o exercício da cidadania, o qual passa, entre outras coisas, pelo acesso da população aos direitos sociais viabilizados pelas políticas públicas numa sociedade democrática, expressando também a igualdade de direitos entre os indivíduos. Nesse sentido:

O termo cidadania deriva de cidade, originando-se na “*polis*” grega e na “*civitas*” romana e remete para o espaço público e sua administração. Assim como da palavra grega “*polis*” derivou “política”, da palavra latina “*civitas*” derivou “cidadania” cujo significado é, literalmente, governo da cidade e, por extensão, governo da sociedade. Ser cidadão é, então, ser capaz de governar ou de eleger os governantes e controlá-los. É ser sujeito de direitos e deveres, pois, como membro da sociedade cada indivíduo tem não apenas o direito, mas também o dever de participar de sua organização e de sua direção. (Saviani, 2017, p. 654).

Com as modificações advindas do modo como a sociedade capitalista se organiza deliberadamente em torno das relações de consumo, o próprio modo de ser do significado de cidadão têm tomado novos rumos e o cidadão/trabalhador tem dependido cada vez mais do mercado, “transformando-o em um consumidor de serviços e mercadorias pela expropriação de direitos, bens e serviços (educação, saúde, previdência etc) pertinentes à sua condição de cidadão e trabalhador”. (MOTA; TAVARES, 2016, p. 240). Nesse caminho, a condição de cidadão estaria diretamente relacionada à condição de consumidor. De acordo com Matsuo (2009, p. 02) “a falta de um contrato de trabalho, ou de um contrato que proteja totalmente o trabalhador, é considerada uma afronta à cidadania social. Sendo assim, o trabalhador informal deixa de ser visto como cidadão ou como sujeito de direitos”.

As políticas públicas configuram-se como uma das formas de garantir os direitos da população nas mais diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, segurança, lazer, entre outras. São de suma importância para a sociedade e materializadas no cotidiano através de programas e projetos. É primordial destacarmos que essas ações objetivam assegurar os direitos previstos pela Constituição Federal de 1988. Podemos sintetizar o termo política pública como a área do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (Souza, 2006, p.26).

Por conseguinte, variados autores demonstram a importância dessas políticas para a população brasileira e para o exercício da cidadania, tendo em vista que, a história do país é marcada pelas desigualdades sociais. Logo, é fundamental que possamos ancorar nossas análises na base histórica, social e econômica a qual formatou as particularidades da nossa realidade diferenciando-a de outros países, nesse contexto:

A questão social é indissociável da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas. (Iamamoto, 2013, p. 330).

Assim, o Brasil possui uma grande discrepância entre riqueza e pobreza, no entanto, também possui uma importante mobilização social (Guimarães, 1998). Dessa forma as políticas públicas, do mesmo modo, resultam dessa luta por direitos e na contemporaneidade alcançam formatações diversas, as quais não deixam de estar permeadas pelas tensões de cada um dos contextos em que se inserem. Dessa maneira, “as políticas sociais brasileiras estão diretamente relacionadas às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social” (Piana, 2009, p. 34).

Sendo assim, em alguns momentos as políticas públicas se ampliam e em outros são reduzidas, a exemplo, do contexto neoliberal o qual marcou forte presença no Brasil em meados da década de 1990 provocando uma redução da centralidade dos direitos sociais com uma série de “reformas” visando beneficiar o mercado, nesse período houve um desmonte da esfera social representando muitas vezes, uma ausência de responsabilidade do Estado em

relação ao âmbito social.

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Diante dessa lógica, “o Serviço Social lida cotidianamente, nos mais variados espaços profissionais das instituições, com uma das tendências mais reificadoras e típicas das relações sociais capitalistas: a burocratização da vida social” (Maranhão, 2016, p. 177). Desse modo, se impõem ao campo do exercício profissional do Serviço Social as mudanças que influenciam no próprio modo de ser da profissão e requisitam cada vez mais muita clareza teórica e compromisso ético-político e também as mudanças advindas das novas expressões da questão social, as quais sinalizam os impactos das desigualdades sociais presentes no padrão capitalista de produção.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento histórico da nossa categoria profissional permitiu a construção de exitosas formulações teóricas que analisaram a “questão social” e se propuseram a explicar fenômenos como o desemprego, a crescente precarização do trabalho, a regressão de direitos sociais, o crescimento da miséria através de uma teoria social que não se resume à explicação apologética da “pobreza e das desigualdades sociais” existentes, mas, pelo contrário, busca um método de apreensão de suas determinações sociais concretas, para com isso historicizar as relações sociais, tratando-as no solo das vivas disputas de projetos societários. (LARA; MARANHÃO, 2019, p. 37-38)..

A dinâmica do modo de produção capitalista na contemporaneidade tem sido direcionada para novas formas de expropriação da força de trabalho, por isso, não precisamos ir muito longe para identificar condições precárias de trabalho, seja através de vínculos frágeis, jornadas extensivas e direitos previdenciários inexistentes pois, “as novas modalidades de valorização do valor respondem pela centralidade do trabalho precário e pela negação do direito ao trabalho protegido. Ao contrário do período fordista, propagam-se a autonomia do trabalho, o empreendedorismo, etc.” (MOTA; TAVARES, 2016, p. 242).

Conforme levantamento do IBGE (2023) a média anual de trabalhadores sem carteira assinada no Brasil atingiu 12,9 milhões no ano de 2022 e a informalidade atingiu o número de 38, 8 milhões de trabalhadores. Ainda que o trabalho informal não seja um fenômeno novo na sociedade, tem ocupado um lugar central na dinâmica econômica do País e pode apresentar-se de diversos modos, por exemplo: o trabalho temporário, em domicílio, por conta própria, o trabalho dos ambulantes, terceirizados, entre outros. Ainda que sejam formas diferentes de trabalho, elas têm em comum a falta de proteção trabalhista e aparecem como uma alternativa ao desemprego.

De acordo com Costa (2010) os processos de informalidade passaram a ser discutidos por volta das décadas de 1960 e 1970, sobretudo, no âmbito dos debates acerca da conjuntura dos países subdesenvolvidos da América Latina e África. Segundo a autora, “o trabalho informal pode ser conceituado como aquele não-regulamentado pelo ordenamento legal do trabalho no país, sobre o qual, inclusive, a sociedade construiu sua política de seguridade social”. (Costa, 2010, p. 175).

É importante ressaltarmos que a reestruturação do capitalismo se deu por meio dos mercados financeiros e dos movimentos de fusão e de aquisição de multinacionais, nesse período ocorreu um aumento da flexibilização do trabalho (Boltanski; Chiapello, 2020).

As possibilidades de contratação temporária, uso de mão de obra substituta e horários flexíveis, bem como a redução dos custos de demissão desenvolveram-se amplamente no conjunto dos países da OCDE, cerceando aos poucos os dispositivos de proteção instaurados durante um século de luta social. Paralelamente, as novas tecnologias de comunicação, encabeçadas pela temática, possibilitaram gerar encomendas em tempo real em nível planetário, conferindo meios para uma reatividade mundial até então desconhecida. Foi um modelo completo de gestão da grande empresa que se transformou sob esse impulso, para dar origem a uma maneira renovada de obter lucros. (Boltanski; Chiapello, 2020, p. 22-23).

De acordo com Cacciamali (2001, p. 15) a informalidade “reflete, por um lado, a destruição ou corrosão de determinadas relações de produção”. Consequentemente, esse processo se espalha para várias formas de desemprego e também diferenciadas maneiras de inserção no mercado de trabalho. As presentes análises são importantes para que possamos considerar as relações de trabalho no seu desenvolvimento histórico e particularidades sociais. Se anteriormente falamos sobre a importância das políticas públicas e seus nexos com a

cidadania, agora ressaltamos o significado dos desafios que essas relações de trabalho representam para os trabalhadores, os quais precisam se adequar às reconfigurações do mercado cada vez mais.

A reestruturação capitalista iniciada nos anos 1970, “sob o paradigma da flexibilização da produção do trabalho, suscita na esfera laboral a necessidade da afirmação da condição de liderança, com o envolvimento e a inovação se convertendo em fatores centrais de aumento da produtividade do trabalho” (Lima; Oliveira, 2021, p. 907). Assim, conforme as análises dos autores em questão é possível verificarmos as mudanças e desafios na esfera do trabalho e os trabalhadores são demandados a adaptarem-se e a manterem-se empregados independentemente das circunstâncias, seja através de vínculos informais ou não.

São muitas as razões que levam as pessoas à informalidade. Uma das principais surge do descompasso existente entre as exigências do mercado de trabalho formal e as condições de qualificação, de disciplina e de hábitos de parte substancial da mão de obra. Não se pode negar que a impossibilidade de encontrar um emprego formal e/ou a perspectiva de baixos salários condicionam a formação de relações econômicas informais. (Menezes; Dedecca, 2012, p. 15).

Segundo Antunes (2011, p. 408) as formas de ser da informalidade mostram “a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado”. O autor ressalta ainda, que é uma marca da informalidade a ruptura com os laços de contratação e regulação da força de trabalho.

Outra questão que nos chama atenção nesse debate é a utilização do discurso empreendedor como justificativa para os processos de flexibilização e precarização do trabalho, o qual induz à responsabilização individual do trabalhador quanto ao seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho. Esse discurso fomenta uma nova perspectiva de análise do trabalho informal, o qual, nesse contexto, passa a ter uma conotação positiva. (Lima; Oliveira, 2021).

Assim, a persistência do capitalismo, como modo de coordenação dos atos e como mundo vivenciado, não pode ser entendida sem a consideração das ideologias que,

justificando-o e conferindo-lhe sentido, contribuem para suscitar a boa vontade daqueles sobre os quais ele repousa, para obter seu engajamento, inclusive quando- como ocorre nos países desenvolvidos- a ordem na qual eles estão inseridos parece basear-se quase totalmente em dispositivos que lhe são congruentes. (Boltanski; Chiapello, 2020, p. 43).

Também é importante refletirmos sobre as novas modalidades de trabalho baseadas no uso de plataformas digitais, as quais são terrenos férteis para o trabalho informal, conforme estudo de Abílio (2020) a uberização do trabalho é a definição de uma tendência em curso a qual poderá se generalizar pelas relações de trabalho e por diversos setores da economia.

É possível também conceituá-la como um amplo processo de informalização do trabalho, processo que traz mudanças qualitativas para a própria definição de trabalho informal. Mostra-se complexa e poderosa na redefinição das relações de trabalho, podendo ser compreendida como mais um passo no processo de flexibilização do trabalho, ao mesmo tempo que concorre com as terceirizações na forma como conhecemos nas últimas décadas. (Abílio, 2020, p. 112)

Conforme estudo de VAHDAT; BORSARI; LEMOS; RIBEIRO ; BENATTI; CAVALCANTE FILHO; FARIAS (2022, p. 31): os riscos e consequências da informalidade são variados “afetando a vida social contemporânea nas dimensões individual, empresarial, do setor público e do setor econômico”. Portanto, a despeito desses fatores é essencial uma análise comprometida com a busca por uma visão ampla desse fenômeno que é complexo e permeado de diferentes pontos de vista, muitas vezes opostos.

Em síntese, as abordagens sobre o trabalho informal demonstram as particularidades desse fenômeno e as modificações ao longo do tempo, tanto no que se refere aos modos de inserção nos espaços de trabalho, quanto nas novas percepções acerca do tema. Convém ressaltar que existem duas definições quando se trata do trabalho informal nesses estudos, uma se refere a velha informalidade, a qual estaria relacionada com o trabalho domiciliar, em família, entre outros, e a nova informalidade, a qual se relaciona com os contratos flexíveis de trabalho.

As expressões contemporâneas da questão social nos reafirma o que já pontuou Netto (2001, p. 45) o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”. Assim,

presenciamos novas e velhas formas de exploração do trabalho na sociedade brasileira, sobretudo, através das novas formas de valorização do capital. Nesse quadro, é possível apontarmos que a informalidade tem sido uma das formas de ampliação da flexibilização do trabalho, a qual demonstra uma das formas de expressões da questão social nos tempos atuais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o trabalho informal não é um fenômeno novo, mas apresenta-se ainda como uma alternativa ao desemprego no Brasil. Diante disso, os trabalhadores, em contextos de trabalhos com vínculos fragilizados, informais ou precarizados, são capturados por discursos disseminadores do empreendedorismo, os quais são incorporados tanto no âmbito privado, quanto no setor público através de políticas governamentais. Ocorre que esse protagonismo do trabalhador-empREENDEDOR parece camuflar condições de trabalho precárias e desprotegidas juridicamente, o que consequentemente demonstra uma desproteção social para a classe trabalhadora.

Portanto, não é de hoje que a discussão sobre a informalidade tem destaque nos debates acerca das condições de trabalho no país. No entanto, a permanência e até mesmo o aumento das discussões e estudos em torno desse tema só demonstram o quanto é importante compreendermos suas características, alterações e desenvolvimento. São muitos os estudos, pesquisas e debates em torno do tema, os quais acompanham ao longo do tempo as modificações desse fenômeno no País e nos possibilitam elucidarmos as perspectivas teóricas sobre o mesmo. No âmbito do Serviço Social o debate sobre o mundo do trabalho ocupa lugar de destaque na literatura da área e como uma profissão que intervém na realidade social, os processos de trabalhos são esclarecedores dos efeitos do modo de produção capitalista.

Consideramos importante também pontuar que há uma pluralidade de visões quando se trata do tema trabalho informal, as quais não estão expostas no presente artigo devido a amplitude das mesmas e a necessidade de maior aprofundamento e espaço/tempo necessários para expô-las, porém no âmbito da pesquisa científica facilmente encontramos

trabalhos robustos e importantes que dão ênfase para esses fatores e desvelam as nuances da informalidade na sociedade.

Outra questão essencial acerca do assunto se refere às consequências da pandemia da Covid-19 para o trabalho informal, como sabemos, essa foi uma fase em que muitos trabalhadores formais e informais perderam seus empregos, dessa forma, precisamos também desse olhar para as questões do nosso tempo considerando as mudanças em curso nos nossos estudos.

Ressaltamos ainda, que as notas e reflexões sobre o trabalho informal apresentadas neste trabalho partiram de reflexões iniciais sobre a temática e não esgota assim o debate. Visamos fomentar essa discussão compreendendo que a mesma já possui uma base teórica muito forte a qual delineia as nuances dessa modalidade de trabalho ao longo dos anos, com destaque para os estudos no âmbito da Sociologia do Trabalho e também do Serviço Social.

Desse modo, entendemos que os avanços das questões teóricas acerca do trabalho informal, bem como, de outras modalidades flexíveis de trabalho, têm acompanhado as mudanças no âmbito social, econômico e, principalmente, as consequências dessas mudanças para os trabalhadores. Estudos assim são essenciais para a elaboração de programas sociais, políticas públicas e projetos que mobilizem o Estado a intervir em situações nas quais os trabalhadores estão desprotegidos em relação aos seus direitos.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*?** Revista Estudos Avançados, n.34, p.111-126, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Rev. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México.** Pesquisa e Debate, São Paulo, v. 12, n. 1, 2001.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal**: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan/Abr. 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, 1998, n.41, p.109-132).

IAMAMOTO, Marilda. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. Revista Ser Social, Brasília, 2013, v. 15, n. 33, p. 261-384.

IBGE, Instituto de Geografia e Estatística. **Com taxa de 8,8%, desemprego cresce no primeiro trimestre de 2023**. Agência de notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36780-com-taxa-de-8-8-desemprego-cresce-no-primeiro-trimestre-de-2023>. Acesso em: 24 set. 2023.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. **Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social**. In: Trabalho, Questão Social e Serviço Social. SOUZA, Â. de; SILVA, Maria Linduína de Oliveira e. São Paulo: Cortez, 2019.

LIMA, Jacob Carlos; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR, v. 11, n. 3, set.-dez. 2021, pp. 905-932.

MARANHÃO, César. **Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo**. In: Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro. MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela (org.). São Paulo: Cortez, 2016.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2009.

MENEZES, Wilson, F. DEDECCA, Cláudio, S. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: rendimentos e principais características**. Nexos Econômicos, v. 6, n. 2, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOTA, Ana Elisabete; TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho e expropriações contemporâneas**. In: Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro. MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela (org.). São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In: Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. N. 3. Brasília: ABEPSS, 2001.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro : natureza e desenvolvimento**. In : A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo : UNESP, 2009.

SAVIANI, Demerval. **Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro**. Revista Psicologia escolar e educacional. São Paulo, 2017, v. 21, n. 3, p.653-662.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas : uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, 2006, n. 16, p.20-45.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIAS, B. G. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução**. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

CULTURA COMO LÓGICA NORMATIVA DAS RELAÇÕES DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE-NEOLIBERAL

Kathiana Pfluck Arend²³

Resumo: A presente produção é fruto da discussão realizada na tese “As repercussões da dialética da cultura retributiva e da cultura restaurativa na cultura de segurança da indústria de óleo e gás²⁴”, produzida no âmbito do projeto guarda-chuva denominado “Integração de Fatores Humanos e Resiliência para o Fortalecimento da Cultura de Segurança na Indústria de Óleo e Gás – Project Humans Factors HF2”. O método utilizado foi o método dialético-crítico e a partir dele com o intuito de contemplar a análise do objeto da tese, desde a totalidade do real concreto, iniciou-se a discussão pelo trabalho. E, para compreender a cultura como lógica normativa das relações de superexploração do trabalho, não se deve, portanto, sair da estrutura social para examinar a ideologia. Por isso afirmamos categoricamente que o neoliberalismo infere em repercussões particulares na periferia do sistema capitalista. A engrenagem do capitalismo monopolista, na América Latina, tem como seus dentes, os trabalhadores que, ao moverem essa roda, são esmagados repetidamente.

Palavras-chave Cultura; Normatividade; superexploração do trabalho; neoliberalismo.

Resumen: Esta producción es el resultado de la discusión realizada en la tesis "Las repercusiones de la dialéctica de la cultura retributiva y la cultura restaurativa en la cultura de seguridad en la industria de petróleo y gas", producida en el ámbito del proyecto paraguas denominado "Integración de los Factores Humanos y la Resiliencia para el Fortalecimiento de la Cultura de Seguridad en la Industria de Petróleo y Gas - Proyecto Factores Humanos HF2". El método utilizado fue el dialéctico-crítico y, para analizar el objeto de la tesis a partir de la totalidad de la realidad concreta, la discusión partió del trabajo. Y para entender la cultura como lógica normativa de las relaciones de superexplotación del trabajo, no hay que salir de

²³ Doutora em Serviço Social, Professora na Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. E-mail: kathianapfluck@hotmail.com.

²⁴ A tese “As repercussões da dialética da cultura retributiva e da cultura restaurativa na cultura de segurança da indústria de óleo e gás[#]”, produzida no âmbito do projeto guarda-chuva denominado “Integração de Fatores Humanos e Resiliência para o Fortalecimento da Cultura de Segurança na Indústria de Óleo e Gás – Project Humans Factors HF2”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientada pela Professora Beatriz Gershenson. O projeto tinha como objetivo “contribuir para o campo de pesquisa sobre fatores humanos e resiliência na indústria de O&G, e que possam gerar impactos práticos nesta indústria contribuindo para o fortalecimento da sua cultura de segurança” (HF2, 2019 p.i.). O objetivo da tese consistiu em: analisar as contradições da cultura de segurança na indústria de óleo e gás em suas aproximações e distanciamentos com as culturas retributiva e restaurativa, a fim de propor formas de materializar práticas restaurativas em um programa de fatores humanos que contribua para os processos de trabalho mais seguros, equitativos e justos (cultura justa) na cultura de segurança da indústria de óleo e gás. O método utilizado foi o método dialético-crítico e a partir dele, com o intuito de contemplar a análise do objeto de tese, desde a totalidade do real concreto, iniciou-se a discussão pelo trabalho.

la estructura social para examinar la ideología. Por eso afirmamos categóricamente que el neoliberalismo tiene repercusiones particulares en la periferia del sistema capitalista. Los engranajes del capitalismo monopolista en América Latina tienen como dientes a los trabajadores que, al mover esta rueda, son repetidamente aplastados.

Palabras clave: Cultura; Normatividad; sobreexplotación del trabajo; neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

A presente produção é fruto da discussão realizada em tese. Busca-se aqui analisar a cultura como lógica normativa das relações de superexploração do trabalho. Para realizar a análise busca-se alcançar algumas categorias imprescindíveis para a compreensão da realidade. Dentre elas: dependência, neoliberalismo, cultura, ideologia e retribucionismo. Compreende-se, desse modo, a dependência como a forma particular de ser do capitalismo latino-americano, que apresenta a superexploração do trabalho como característica fundamental dessa condição (Traspadini, 2018; Amaral, Carcanholo, 2009). O **neoliberalismo** está ligado, fundamentalmente, à reprodução dos princípios do capital como forma de gestão da classe trabalhadora. A categoria **cultura** capitalista como forma de ensinar, de moldar os trabalhadores. Então, a cultura está, intimamente, ligada aos princípios do **retribucionismo**, que não dirá apenas sobre a justa punição, mas, aliado às estruturas de poder, ajustará os princípios, normas e regras educativas que servem para disciplinar e domesticar. Nesta relação, os dispositivos **ideológicos** trabalharão a serviço da hegemonia e da manutenção de uma determinada forma de cultura que, ao mesmo tempo, é criadora de uma cultura revolucionária em seus termos, utilizada para reivindicar outras formas de vida e questionar o imposto. Nessa mediação, a Cultura Justa, baseada na Justiça Restaurativa, aparece como uma possibilidade de construção de outra forma de fazer justiça no contexto das relações de trabalho regidas pelo capital (este aspecto sinalizado na tese como uma das alternativas à violência).

2. DESENVOLVIMENTO

“Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx, Engels, 2017, p. 95).

O pressuposto geral para compreender a sociedade capitalista, em todas as suas nuances, é o homem de carne e osso, o trabalhador, aquele, cuja consciência é determinada pelas relações de produção capitalistas. Dessa forma, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx, Engels, 2017, p. 95). Portanto, se a estrutura serve para manter as relações de produção e é por elas determinada, para compreender as relações de poder é preciso atentar para as esferas da cultura e da ideologia, pois é por elas que se estabelecem as regras, os modos de viver, a diferença entre certo e errado.

A ideologia, segundo Silva (2017), é uma formação social, ocupa um lugar específico na sociedade, determina-se pela estrutura material da sociedade, o autor entende que a cultura apresenta um papel importante, concebe o homem como caldo de cultivo, transforma-se, então, em algo como a horticultura, ou seja: cultivo ideológico do homem (Silva, 2017).

A cultura implica valores e normas gerais que se impõem em uma sociedade. A partir da cultura e da ideologia, desenrolam-se os processos de incorporação das regras da sociabilidade capitalista. Com isso, é preciso compreender que a superestrutura não é senão uma continuação interna da estrutura social (Silva, 2017).

Figura 1: A dialética entre superestrutura e estrutura



Fonte: a autora, 2022.

Não se deve, portanto, “sair da estrutura social para examinar a ideologia”, não existe uma “história das ideias” separada das relações sociais de produção, elas não flutuam por cima da estrutura social (Silva, 2017). As ideias que moldam e criam a ideologia e a cultura são, portanto, as ideias da classe dominante que são, em cada época, as ideias dominantes (Silva, 2017, p. 47). Compreende-se, então, que as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão das relações materiais dominantes, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante (Marx, Engels, 2017, p. 95).

Essas ideias moldam e transmitem a ideologia e a cultura, a fim de manter e conservar a sua dominação. Para compreender a importância da cultura e da ideologia na produção e na reprodução dessa sociedade, é preciso fazer uma análise relacionada dos dois termos e não de modo dicotômico.

Para Silva (2017), a chamada oficina da produção espiritual, o que Marx chama de produção da consciência, “*se produz uma mais-valia ideológica cuja finalidade é fortalecer e enriquecer o capital ideológico do capitalismo; capital que, por sua vez, tem como finalidade proteger e preservar o capital material*” (Silva, 2017, p. 150). Nesse sentido, o autor explica que as relações de produção capitalista produzem uma determinada ideologia. Com isso, preservam-se as relações sociais de produção, ou seja, tudo começa e termina nas relações

materiais de produção que, não por acaso, são determinantes fundamentais que condicionam o plano da ideologia.

Na fase imperialista, no capitalismo, Coutinho (2012) pondera que o monopólio explicita, de modo contundente, a subordinação do social ao privado, a vida social se vê, dessa forma, regulada pelo movimento das massas centralizado no capital. Segundo o autor, isso significa que o monopólio exacerba a privatização das relações sociais. Conforme Marx (1982), refere-se ao “regime de produção da vida material que condiciona todo o processo da vida social, política e espiritual” (p. 15). Ao fazer a análise, Silva (2017) implica que a cultura produz ideologia.

Assim, a questão da cultura e as suas determinações não podem ser analisadas desconsiderando o real em sua totalidade. Em uma relação dialética, tanto aquilo que se localiza na superestrutura quanto fora dela, tem incidência no imaginário que determina a cultura e em como ela opera na sociedade. A justiça, a economia, as instituições, a ideologia, determinam e são determinados em uma relação essencialmente dialética. Estruturam no imaginário social convenções, normas e condutas que circulam entre o certo e o errado, entre quem é passível ou não de punição. Por isso, é preciso partir das repercussões da dialética da cultura para que se possa explicar os fenômenos sem reduzir-lhes o sentido. É preciso, antes de tudo, considerar os processos, os fenômenos e a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade (Prates, 2012).

Para compreender a cultura de segurança (da indústria de óleo e gás), primeiro, serão examinadas as duas concepções citadas (cultura e ideologia), são conceitos norteadores para compreendê-la em sua totalidade. A primeira concepção a ser trabalhada é a da ideologia. Parte-se de que toda ideologia é determinada pela realidade histórica (Marx, 2007; Silva, 1937). Origina-se, portanto, do homem que atua do processo de vida real, das condições materiais de vida. As ideias não mudam e evoluem por si só, como substâncias separadas, o que muda e evolui são os homens e suas relações materiais e, conseqüentemente, suas ideias. Ao mudar os homens mudam-se também as ideias (Silva, 1937).

Marx escreve que a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e forma de consciência que a ela corresponde, não apresenta sua própria história e nem seu próprio

desenvolvimento, senão os homens que desenvolvem a sua produção material, mudam também ao mudar essa realidade, pensamento e os produtos do seu pensamento.

Silva (1937) pondera que a *ideologia* aparece como a desmaterialização do mundo em que vivemos. *Ela serve para justificar as condições materiais existentes*. Nesse sentido, pondera que o mundo das ideias jurídicas oferece abundantes exemplos. No direito romano o direito não é direito porque é justo, mas é justo porque é direito. Dessa forma, compreende-se uma ideologia dedicada a fazer apologia a certas condições materiais existentes no império. Basta que o direito diga “o escravo é necessário” para que “o escravo seja necessário”.

Então, se a sociedade é uma totalidade tudo que está dentro dela estará determinado pela estrutura social, especificamente nas relações de produção do capitalismo. Não podemos, portanto, explicar a ideologia a partir dela mesma. Não há uma história das ideias paralela e separada à história dos homens em sociedade. Por isso, compreender a ideologia como determinada pelas condições materiais de produção é salutar. Quando se pensa nas transformações e mudanças ideológicas, precisa-se entender que elas não fazem outra coisa senão expressar, no terreno da vida mental, mudanças que têm lugar no terreno da produção²⁵ (Silva, 1937).

A concepção de cultura é entendida como parte da superestrutura ideológica, isto é, cultura e ideologia são expressões das mudanças nas relações materiais. A história, aqui inserimos, o que se denomina como desenvolvimento, que mudam as relações sociais. A transformação da realidade da produção pede a preocupação com a segurança. Essa cultura é, por consequência, expressão dessa transformação. Se por um lado a cultura é a produção e a reprodução de uma lógica normativa, por outro é a produção de resistências.

Essa perspectiva é construída, e constituída, em uma sociedade de classes, onde há necessariamente relação de poder. Na sociedade capitalista, sociedade de classes, há uma relação que é simultaneamente de exploração e de dominação (Osório, 2019). Osório (2019)

²⁵ É a partir daqui que podemos traçar um paralelo com a perspectiva de cultura que precisamos compreender para discutir as bases da cultura de segurança. Foi por meio de mudanças importantes no terreno material de produção que se mudam os pensamentos acerca da importância da segurança, e aqui já inserimos um ponto importante, para a proteção da produção material. Que vai, ao longo do tempo, construindo na e para a cultura de segurança a ideia de trabalhador que nada tem a ver com o trabalhador concreto (ideal de homem. (SILVA, 1937). Cria-se, para a cultura de segurança, representações de um trabalhador ideal, que trabalha em condições ideais e pode, portanto, ser responsável pela segurança.

menção que uma das características da sociedade moderna – aqui definida como capitalista-dependente-neoliberal – a de criar uma organização disciplinar na qual o poder se produz e reproduz na consciência, nos corpos, nos desejos e nas operações sociais. O homem que vive nessa sociedade é alvo de uma vigilância constante, trata-se de uma sociedade carcerária que se inicia, antes de tudo, na consciência dos indivíduos.

Silva (2017) argumenta que as relações de produção capitalista produzem uma determinada ideologia que, por sua vez, preserva as relações de produção. Assim, a cultura também reproduz a alienação. Com isso, é preciso que o trabalhador esteja alienado de algo, do produto do seu trabalho, não se reconheça nele, sendo a concorrência que rege as relações e o trabalhador permaneça fadado ao *status* de mercadoria. Nada lhe pertence, a não ser que seja por ele imediatamente possuído como capital, o que afetará profundamente as relações humanas (Marx, 2010; Mészáros, 2016).

Portanto, a partir do modo como as relações são transmitidas, a cultura e a ideologia ensinam, através do modo como se reproduz o trabalho, o sentimento de temor: teme-se algo, teme-se a punição, teme-se o desemprego. O ensinar perpassa a autovigilância e a autopunição. Em outras palavras, concentra, na esfera da cultura, uma rede de poderes extremamente sólida e potente que, como um amálgama, engendra-se no imaginário social. Por isso, Silva (2017, p.176) pondera: por que não pensar que a ideologia é um reflexo psíquico condicionado pela estrutura social?

A ideia de punição deve assustar, precisa estar presente e fazer o indivíduo vigilante. Isto posto, pode-se afirmar que é pela esfera da cultura e da ideologia que as relações de poder, necessárias à manutenção do sistema capitalista, se produzem e reproduzem.

No capital-dependente-neoliberal, o trabalho superexplorado cria riqueza para o centro do capital ao passo que aumenta a miséria e o sofrimento para os que vivem aqui, trata-se do capitalismo *sui generis*. Sendo assim, a violência do capital é recrudescida pela dominação exercida pelo centro sobre a periferia do capital. Safatle (2021) assevera que os modelos socioeconômicos não apenas criam proposições a respeito do sistema de produção e consumo, mas determinam a configuração dos agentes racionais, definindo um conjunto de comportamentos, modos de avaliação e justificativas que devem ser racionalizadas pelos

indivíduos pertencentes a essa sociedade. Não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo, tem repercussões particulares nos países da periferia.

A América Latina funciona como engrenagem necessária ao funcionamento do capitalismo e no trabalho e na economia apresenta características próprias e necessárias para a reprodução desse modo de funcionamento. Na reprodução ideológico-cultural, há particularidades que definem a forma como atua orientada e condicionada por uma dominação externa: o imperialismo.

Há similaridades, pois se trata de processos hegemônicos, principalmente, no campo da dominação ideológica, alguns determinantes e características são afins. Na periferia do capitalismo, esse processo exige um grau diferente de intervenção nos corações e nas mentes da classe trabalhadora. Observa-se que o neoliberalismo à brasileira se apresenta como um poderoso dispositivo econômico-ideológico-cultural de outorga de uma racionalidade que serve à reprodução dos interesses do capitalismo central.

Precisa-se compreender o que tem de diferente no neoliberalismo frente aos modelos de desenvolvimento anteriores²⁶. Amaral (2012) defende que o neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo, a quarta forma histórica do capitalismo dependente que é caracterizada pela transferência de valor na forma financeira através de pagamento de juros e amortização da dívida, em razão de endividamento externo crescente.

A autora destaca que a fase neoliberal se caracteriza pela dependência, principalmente, a partir da década de 90, porque aprofunda as condições estruturais da dependência, por outro lado assume uma maior face na valorização do capital fictício “que é um tipo de capital que se

²⁶ É possível distinguir três formas históricas da dependência. A primeira delas seria a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. E a terceira, consolidada na década de 1970, seria a dependência tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos, forçando a que estes importem maquinaria e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias e que paguem *royalties* para sua utilização (Dos Santos, 1970) (Amaral, M, s/a, p. 1).

desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo²⁷” (Amaral, 2012, p.).

A nova estratégia de desenvolvimento, imposta pelos países centrais, distingue-se das formas anteriores por conta de um movimento que lhe é peculiar a forte generalização do movimento especulativo do capital (Carcanholo, Nakatani, 1999; Amaral, s/a) ou conforme se convencionou chamar um movimento intenso de financeirização da economia, que torna a lógica especulativa predominante sobre a produtiva ao ponto do capital produtivo se subordinar ao capital financeiro. Isso aprofunda a condição de entrada e de apropriação por parte das empresas estrangeiras (Carcanholo, Nakatani, 1999; Amaral, s/a).

O neoliberalismo, sob a chancela do Consenso de Washington, emerge como uma forma de superação da crise ocorrida nos anos 1970 e que se arrasta pelos anos de 1980. Nos países periféricos encontra terreno fértil para a implementação da nova forma de desenvolvimento e tem no Chile, no período da Ditadura de Pinochet, a sua pioneira experiência de implementação na América Latina.

A ideia de superação da crise estava fundamentada na crença de que os agentes individuais tomam as suas decisões movidas unicamente por interesse próprio, de forma que as decisões individuais são, necessariamente, disseminadas para a coletividade. O lócus de interação entre esses agentes é o mercado que deve estar livre de qualquer intervenção para que a “ordem natural das coisas” mediada pela mão invisível mercado esteja garantida (Carcanholo, 1998; Amaral, s/a). Nessa perspectiva, a globalização é tida como expressão

²⁷A acumulação de capital em tais circunstâncias assume suas próprias características. Em primeiro lugar, ela é caracterizada por profundas diferenças em nível doméstico, no contexto local de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. O resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, é uma violenta exploração da força de trabalho, que se dá justamente como consequência de um intercâmbio desigual entre centro e periferia e dos mecanismos de transferência de valor que ele reforça. Ocorre que o resultado imediato destes mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. E a única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho, “o que implica no acréscimo da proporção excedente / gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho” (Carcanholo, 2004a: 11). Ou seja, a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica necessariamente numa distribuição regressiva de renda e riqueza e em todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo (Amaral, 2012, p. 217).

própria da Modernidade, principalmente, por ser o resultado das “forças do mercado” livres da intervenção nociva do Estado (Amaral, s/a).

Nesse sentido, Marini (2022) criou o conceito de subimperialismo para ajudar a entender como as empresas, instaladas em território latino-americano, exercem um papel complementar na lógica de dominação do imperialismo sobre as nossas economias, riquezas e mercados (Traspadini, Stedile, 2022). Antes de entrar no conceito de Marini (1973, 2022) retorna-se ao conceito de Lenin sobre o imperialismo que é, “pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto já determina o lugar do imperialismo na história, pois o monopólio, que nasce no solo da livre concorrência e precisamente a partir dela, é a transição do capitalismo para uma ordem econômica e social superior” (LENIN, 2012, p. 165). Essa é uma etapa do desenvolvimento em que dominam os monopólios e o capital financeiro.

A partir da implementação das políticas neoliberais, consolidadas pelos principais Estados nacionais do continente, o capital internacional desenvolve uma nova forma de controlar, acumular e se reproduzir de forma ainda mais intensiva e ampliada na América Latina. A partir da lógica do subimperialismo, as empresas transnacionais aqui instaladas podem se utilizar da economia local e do território para ser base de expansão para outros mercados a serem controlados (Lenin, 2012).

Assim, Traspadini e Stedile (2022) discutem que

A tese do subimperialismo latino-americano tem, na atualidade, uma comprovação histórica difícil de ser negada. A América Latina vive, em pleno século XXI, um processo de descaracterização sobre o sentido do nacional e do estatal. As privatizações ocorridas a partir dos anos 1990 e a entrega da produção às principais empresas capitalistas internacionais transformaram o continente, antes subordinado – mas com uma relativa autonomia produtiva –, dado que parte do setor produtivo era estatal, agora em espaço de acumulação sem fronteiras para o capital internacional. Para isso, transformaram, pouco a pouco, o Estado em um mero gerenciador dos interesses do capital internacional (Traspadini; Stedile, 2022, p. 64).

Como um exemplo concreto da lógica de atuação subimperialista, há a forma de atuação mercadológica da Petrobras em que se tem uma política concreta de integração mercadológica e subordinada aos interesses dos grandes (Traspadini; Stedile, 2022). Nessa perspectiva, é importante salientar que à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações se torna

dispensável. Dessa forma, a exploração internacional pode descansar, progressivamente, na reprodução das relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade das nações (Marini, 2022). Essa atuação pode ser observada no tempo presente em que é cada vez mais acirrada e comprometida com a venda de ativos da Petrobras.

As políticas de abertura comercial e financeira, inauguradas no período neoliberal, provocam uma ampliação no nível de vulnerabilidade externa que carregam consequências, principalmente, para a superexploração da força de trabalho para que a acumulação interna de capital possa ser garantida em níveis razoáveis (Amaral, . s/a).

O argumento aqui mostrado gira em torno das mudanças na esfera econômica e produtiva, mas também cultural-ideológicas, que a fase neoliberal do capitalismo dependente produz. Ao definir um conjunto de comportamentos necessários ao sujeito, o neoliberalismo molda o trabalhador ideal para o capitalismo. Este é um mundo reificado, onde tudo é reduzido e deve, portanto, ser tratado como coisa (Casara, 2021).

Essa forma de configuração dos agentes racionais está ligada à criação de uma normatividade. O mundo reificado, de acordo com Casara (2021), é o mundo do egoísmo que leva à destruição dos laços sociais. O autor, ainda, refere que o mundo reificado neoliberal leva à coisificação total para que tudo possa ser tratado a partir de um cálculo econômico. No entanto, não se trata somente de normatizar as relações através de lógicas matemáticas e econômicas. Ao se inserir nas lógicas sociais, políticas econômicas e ao moldar a ideologia e a cultura, a reificação da normatividade neoliberal leva ao não reconhecimento do outro em uma esfera política e social. A busca incessante por lucros coopta a esfera individual e não mais somente a empresarial. A aparência desse fenômeno que, ao normatizar todas as relações, leva a imposição dos limites éticos a serem apagados. O outro é, somente, passível de punição. Apagam-se, nas relações sociais e de trabalho, as possibilidades de reconhecimento do outro enquanto semelhante.

Por isso afirmamos categoricamente que o neoliberalismo infere em repercussões particulares na periferia do sistema capitalista. A engrenagem do capitalismo monopolista, na América Latina, tem como seus dentes, os trabalhadores que, ao moverem essa roda, são esmagados repetidamente.

Seu modo de atuação implica também na necessidade de construir formas de gestão do sofrimento da classe trabalhadora. Nesse sentido, Neves et al, (2021) contam que a história da psiquiatria é indissociável da função de gestão entre os conflitos psíquicos e os conflitos sociais²⁸. Nas instituições os loucos eram submetidos ao trabalho forçado (ideologia do trabalho), como remédio ao mal que lhes acometia. Assim, as instituições nascentes pareciam responder às múltiplas urgências sociais, a partir de um controle físico e de um discurso racional para esse controle (Neves et al, 2021). Nessa lógica, se o trabalho é o remédio para os males, do trabalho ninguém deverá adoecer. Afinal, trata-se de uma atividade dignificante. Para que isso aconteça, Safatle (2021) pondera que é necessário um profundo trabalho de design psicológico, ou seja, devem-se internalizar predisposições psicológicas que visem a produção de uma relação consigo e com os outros, que seja guiada através da generalização dos princípios empresariais de performance, de rentabilidade em todos os sentidos da vida.

As técnicas de *steps*, de foco, de gerenciamento de “capital humano”, de inteligência emocional”, de otimização de performance que tinham sido criadas nas salas de recursos humanos das grandes empresas agora faziam parte dos divãs e consultórios. Nem todos tinham percebido, mas não estávamos falando apenas como empresários de nós mesmos. Estávamos transformando tal forma de organização social em fundamento para uma nova definição de normalidade psicológica. Nesse sentido, tudo que fosse contraditório em relação a tal ordem só poderia ser a expressão de alguma forma de patologia. Patologizar a crítica era simplesmente mais um passo (Safatle, 2021, p. 32).

O autor segue a análise ponderando que essa forma de gestão social implica na reconfiguração completa do que se chama de “gramática do sofrimento psíquico”, pois, para serem completamente internalizadas essas disposições de conduta deveriam também reconfigurar a nossa forma de compreender e de classificar os processos de sofrimento, não somente se calcar em ideais normativos.

Os modelos socioeconômicos, portanto, devem determinar a configuração dos seus agentes racionais, dado que são modos de governo e de gestão social de subjetividades, não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente (Safatle, 2021). Não

²⁸ Em A história da loucura Foucault demonstra que a psiquiatria já nasce como um dispositivo teórico e prático convocado a dar conta daquilo que resiste à nova ordem de trabalho e produção capitalista. Sabe-se que os loucos, no século XVII, eram confinados em centros de internação resultantes de um hibridismo entre instituições carcerárias e hospitalares, destino de diversas figuras da inadaptação à época (Neves, et al, 2021, p. 125).

por acaso, “a ascensão do neoliberalismo é seguida por uma modificação brutal das formas de descrição e categorização do sofrimento psíquico” (Safatle, 2021, p. 34).

É. Eu faço a minha própria terapia, né. Eu faço antes de embarcar ó (mostra algo na orelha, sementinhas), se vocês puderem ver ó, eu faço um dia antes de embarcar, porque, pegando aí o gancho dos colegas, a gente que é muito apegado à família, você ficar cinco dias trancado dentro de um hotel é muito sacrificante. [...] Eu não to aqui pra falar que é uma questão sanitária, quem tem culpa quem não tem culpa, eu não tô pra ver a culpa, eu tô aqui pra falar das consequências. Falar que ninguém ‘tá’ vendo as consequências que a gente ‘tá’ sofrendo, entendeu? Então, quer dizer, as causas teoricamente ‘pra’ mim não interessa, porque pra mim as causas podem ser ‘n’ causas, mas eu posso dizer que já ‘tá’ começando a me afetar psicologicamente. *Eu já comecei, eu já tinha, eu fazia terapia há mais de 5 anos, parei, e retornei tem 4 meses porque eu já tava num estado... já, caótico já, entendeu? Já não tava nem querendo mais vim mais pra trabalhar: já tava buscando um outro trabalho. Mesmo que eu trabalho com um nível salarial bem maior, enfim. Enfim, eu busquei os meus próprios caminhos porque senão eu ia pirar, né. [...]* (GF2C01, 2021, grifos nossos).

Nesta fala podemos ver como, para proteger a produção sobretudo, a empresa age em tempos de crise. Isso não significa que a violência do trabalho só apareça em tempos de crise, pelo contrário. Com essa fala, observa-se que a solução encontrada leva em consideração, somente, o que é melhor para a empresa. Não se questiona sobre as consequências para o trabalhador. Ademais, é visível a necessidade de vigiar e punir o trabalhador, com o discurso da proteção de sua saúde, visto que o isolamento decorre da condição sanitária causada pela COVID-19. Além disso, o sofrimento psíquico do trabalhador tem uma carga moral-punitiva. Em outras palavras, é o trabalhador quem precisa resolver a sua questão de saúde mental (causada pela relação de trabalho), porque ele é responsável pela segurança no/do trabalho e está ciente dessa responsabilidade.

Posto isso, questiona-se: como o trabalhador tem condições de garantir a segurança operacional? Diante desse cenário, a questão salarial tem forte influência na decisão de se manter no trabalho, mesmo que às custas de muito sofrimento. Todas as perspectivas trazidas no trecho da entrevista remetem à análise de Safatle (2021) sobre a gestão do trabalhador.

Em complemento, Dardot e Laval (2016) ponderam que as patologias mentais e o estresse, decorrentes do trabalho, tem estreita relação com a individualização da responsabilidade na realização dos objetivos. Nesse sentido, entendem que, uma vez imerso nessa lógica de avaliação e de responsabilidade, o trabalhador realiza uma auto-coerção e a gestão exige dele completo comprometimento, além do comprometimento integral da sua

subjetividade (Dardot; Laval, 2016), fazendo com que o sujeito trabalhador não exista fora dessa relação, fora do trabalho, o sujeito é uma exterioridade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta discussão, buscou-se demonstrar o modo como o neoliberalismo atua na esfera econômica e na esfera político-ideológica cultural, a fim de manter a dominação dos princípios do centro do capital – a cultura como lógica normativa das relações de superexploração do trabalho. Compreende-se, para tanto, que há uma relação direta com o modo específico de desenvolvimento do capitalismo, repercutindo a necessidade, cada vez maior, de mudar as formas de controle e de punição dos indivíduos. Dessa forma, o imperialismo não precisa mais das forças militares para atuar sobre a periferia do capitalismo (Marini, 1973), o capitalismo, sob a égide neoliberal, não precisa mais se utilizar de forças externas para explorar os trabalhadores. Com isso, o neoliberalismo surge como um modo de governar os indivíduos, “uma nova razão do mundo” (Dardot, Laval, 2016, p. 7), com o intuito de governar mentes e atingir as almas dos trabalhadores.

No que concerne a isso, Safatle (2021) explica que essa relação estabelecida na sociedade, a partir do neoliberalismo, é de uma racionalidade econômica e de mudança que deveria se estabelecer. O neoliberalismo prega a necessidade de intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Destarte, mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo é um método, uma engenharia social (Safatle, 2021). Partindo de tais pressupostos, que explicam e delimitam as funções da cultura nessa sociedade, o trabalho e seus significados têm papel predominante nessa esfera.

REFERÊNCIAS

AMARAL. M.S. **Neoliberalismo na américa latina e a nova fase da dependência**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hvxIN> Acesso em: ago. de 2022.

_____. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do

Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.12.2012.tde-09102012-174024. Acesso em: ago. de 2022.

_____. CARCANHOLO, R. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Rev. katálysis**, Dez 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200011> Acesso em: ago. de 2022.

CASARA, R. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

CARCANHOLO, R. A. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Tab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CARCANHOLO, R.A.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, V. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

_____. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização. In: **III Encontro Nacional de Economia Política**, 1998, Niterói. *Anais do III Encontro Nacional de Economia Política*. Niterói: EdUFF, Vol. I. p. 304-316.

DARDOT, P. LAVAL, C. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**; Tradução de B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas de José Paulo Netto, São Paulo: Boitempo, 2010.

HELLER, A. **La revolución de la vida cotidiana**. Trad. Gustau Muñoz, Enric Pérez Nadal e Iván Tapia. Barcelona: Península, 1982.

LENIN, V. I. **Imperialismo estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARINI, R. M. **A dialética da dependência**. 1ª ed. Trad. Marcelo Carcanholo e Carlos Eduardo Maritins. México: Editora Era, 1973.

_____. **El ciclo del capital en la economía dependiente**. Fuente: Mercado y dependencia, Úrsula Oswald (Coord.), Nueva Imagen, México, 1979, pp. 37-55.

MARX, K. O Capital crítica da economia política: livro I; Trad. Reginaldo Sant'Anna. 35ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri, 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para a crítica da economia política**. Salário, Preço e Lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra**. 9ª ed. 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2021.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Nélio Schneider. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

NEVES, A. et al. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de sei. IN: SAFATLE, V. SILVA JR, N. DUNKER, C. (orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed; 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

OSORIO, J. **O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Trad. Fernando Correa Prado. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos e Contextos**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2012.

SILVA, L. La plusvalia ideológica. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 1937.

SAFATLE, V. SILVA JR, N. DUNKER, C. (orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed; 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

TRASPADINI, R. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito e Práxis**, 2018. DOI: 10.1590/2179-8966/2018/ 36657. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36657> Acesso em: jul. de 2022.

TRASPADINI, R. AMARAL, M. UBER e a superexploração do trabalho. **Outras palavras**. Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Publicado 02/02/2021 às 19:46. Atualizado 02/02/2021 às 20:23. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/uber-e-a-superexploracao-do-trabalho-precariza-do/> Acesso em: ago. de 2022.

EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DA POLÍTICA DE COTAS E A TEORIA DO RECONHECIMENTO

Alan Silva Carvalho ²⁹

Alene Silva da Rosa ³⁰

Marlon da Silva Jara ³¹

Resumo: O presente trabalho busca refletir acerca do acesso à educação superior pela população negra brasileira. Para tanto, buscamos fazer uma breve trajetória sobre a garantia de acesso à política de educação no processo de formação sócio histórica do Brasil a essa parcela majoritária da população. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo identificar a inserção do movimento negro na luta para conquista da política de ações afirmativas e o acesso de pessoas negras no ensino superior, e também analisar essa política pública a luz da teoria do reconhecimento. O estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa exploratória, de revisão bibliográfica e de abordagem qualitativa, orientado pelo materialismo histórico dialético. A partir desse estudo compreendemos que o acesso à educação formal ocidental pela população negra foi conquistado a partir da luta organizada e com ênfase política dos movimentos negros, sendo primordiais para a conquista da política de ações afirmativas. Neste sentido, a construção de uma nova identidade (self negro) a luta por reconhecimento (status) passa a ocupar um lugar central na agenda antirracista, tencionando o Estado e sociedade elaborar políticas públicas que combatam e diminuam a exclusão social vivenciada rotineiramente pela população negra, mas que principalmente garantam igualdade plena na vida societária.

Palavras-chave: Educação; Movimento Negro; Política de Ações Afirmativas; Política de Cotas; Teoria do Reconhecimento.

Abstract: This work seeks to reflect on access to higher education for the black Brazilian population. To this end, we seek to provide a brief trajectory on guaranteeing access to education policy in the process of socio-historical formation in Brazil for this majority of the population. In this sense, this work aims to identify the insertion of the black movement in the struggle to achieve the affirmative action policy and access for black people to higher education, and also to analyze this public policy in the light of the theory of recognition. The study is characterized by being an exploratory research, bibliographical review and qualitative approach, guided by dialectical historical materialism. From this study we understand that access to formal Western education by the black population was achieved through the organized struggle and political emphasis of black movements, being essential for the

²⁹ Mestre em Filosofia, Universidade de Caxias do Sul, Pós-Graduação em Filosofia, Caxias do Sul/RS - Brasil. E-mail: alancarvalhosb@gmail.com

³⁰ Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas/RS - Brasil. E-mail: alenesilva@gmail.com

³¹ Mestre em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: marlonsjara@gmail.com

achievement of the affirmative action policy. In this sense, the construction of a new identity (black self) and the fight for recognition (status) begins to occupy a central place in the anti-racist agenda, with the State and society intending to develop public policies that combat and reduce the social exclusion routinely experienced by the black population, but which mainly guarantee full equality in corporate life.

Keywords: Education; Black Movement; Affirmative Action Policy; Quota Policy; Recognition Theory

1. INTRODUÇÃO

A construção de políticas públicas antirracistas no Brasil insere-se em um contexto de lutas e reivindicações promovidas pelos movimentos sociais, que paulatinamente tensionam o Estado a enfrentar as desigualdades sociais e reconhecer os grupos sociais que foram historicamente violentados, escravizados, assassinados, além de despossuídos de sua humanidade, cultura, religiosidade, negados de acesso a direitos, é nesta esteira que surge a Política de Cotas Raciais a fim de promover o ingresso da população negra e indígena nas instituições de ensino superior. Infelizmente, passados 20 anos de todas as tensões que agitaram o início desse período de inclusão racial nas universidades do Rio de Janeiro e de Brasília, diversos desafios ainda são enfrentados na realidade cotidiana, tais como tentativas de fraudes, falta de recursos, dificuldades de monitoramento dos impactos das políticas em nível nacional, percalços estes (dentre outros) comuns a toda política contra-hegemônica que para se consolidar necessita enfrentar os mais diversos desafios institucionais. Entre os desafios e percalços enfrentados, encontra-se a questão do reconhecimento pela população negra e indígena enquanto digna e detentora de direitos, principalmente após séculos de desumanização.

Nesse ínterim, recorreremos à teoria do reconhecimento, compreendida enquanto um conceito social e filosófico onde a categoria do reconhecimento, transpõe o campo da percepção puramente cognitiva, abordando-o como uma verdadeira necessidade de obter respeito nas relações intersubjetivas. Partindo da concepção hegeliana, onde reconhecimento é uma maneira de se autorreconhecer e de ser reconhecido pelo outro, os filósofos Charles Taylor (canadense) e Axel Honneth (alemão) estabelecem que o

reconhecimento se dá na luta constante travada pelos diferentes indivíduos nas esferas íntimas e públicas de interação social, para terem suas identidades aceitas e reconhecidas.

Para tal o reconhecimento necessita/envolve políticas universais e políticas da diferença, assegurando assim aos indivíduos (e povos) não só condições de se manterem fiéis aos seus próprios valores culturais, mas de desenvolvimento e emancipação plena. Em suma, a teoria do reconhecimento nos mostra que é um meio para conceder identidade aos indivíduos, conferindo à esta última o sentido de liberdade individual e autonomia que só se tornam possíveis no campo da intersubjetividade da interação social. O reconhecimento é, em outras palavras, a força motriz para a emancipação, pois estimula a crítica social (e também individual), possibilitando ações coletivas e transformações no seio da sociedade, é na inconformidade com a negação de reconhecimento que nascem as lutas sociais. Nesse sentido, o presente trabalho busca percorrer o acesso a política de educação pela população negra do Brasil, perpassando pela luta dos movimentos negros na garantia de acesso a educação superior e aprovação da Política de Cotas Raciais, finalizando com a análise dessa política a luz da teoria do reconhecimento.

2. DA ESCRAVIZAÇÃO AO ACESSO A EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA NEGRA NO BRASIL

A escravização de pessoas negras e povos indígenas deixou inúmeras marcas na história de nossa sociedade que repercutem em diversos campos da coletividade no tempo presente, como na área da educação, em especial a superior, o qual este trabalho propõe-se a discutir. Conforme versa o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, no Brasil está assegurado que a educação é um direito de todos e dever do Estado, primando o desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o mundo do trabalho.

No que refere a situação do acesso a educação no Brasil, segundo os últimos dados lançados pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um declínio do analfabetismo no país desde a realização do primeiro levantamento em 2016, quando 6,7% da população não sabiam ler e escrever, quando racializamos o percentual de

analfabetismo, há uma crescente na taxa, onde identificamos que 9,9% da população de negros e pardos não sabem ler e escrever. Ainda conforme os dados do levantamento, há um indicativo de que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação, tendo a oportunidade de serem alfabetizadas ainda na infância, diferentemente da geração dos seus avós, que chegou a velhice sem saber ler e escrever.

Para entendermos o cenário da educação no que tange o acesso da população negra a educação formal ocidental é necessário antes de mais nada, olharmos para o passado de nosso país com vistas a compreender a sua processualidade histórica. Assim como ensina o adinkra Sankofa, frequentemente simbolizado por um pássaro voando para frente e segurando um ovo no bico com a cabeça voltada para trás, em que é necessário voar para frente, mas sem deixar de aprender com o passado, para que possamos entender o presente e prospectar e construir o futuro.

O pouco e desigual acesso à educação no período colonial deixou um legado de exclusão para a população negra. Conforme Freitas (2014), no Brasil, desde a sua primeira Constituição em 1824, a instrução primária é garantida a todos os cidadãos, esse todos se referia na verdade a apenas uma parcela que vivia nesse território. mas importante salientar que nesse período o País ainda vivia em um regime de escravização, e aos negros ainda que alforriados não eram considerados cidadãos, e nesse caso, estavam impedidos ao acesso a educação. Conforme informa Botacini³² (2022), ao trazer os dados do primeiro Censo realizado no Brasil em 1872, a população não alfabetizada no período imperial chegava a 84,2%, de um total de quase 10 milhões de pessoas que viviam no País nessa época.

A obra Casa-Grande e Senzala, Gilberto Freyre (2003) nos dá um panorama importantes do período colonial nos mostrando que os negros e jovens retintos foram excluídos da educação brasileira, contudo a condição de crianças e jovens pardos era consideravelmente mais favorável a entrada em escolas públicas (especialmente na intenção de serem catequizados). No ano de 1878 criou-se escolas noturnas para “livres e libertos”, porém os escravos eram proibidos de participar, pouco depois em 1879, tal proibição foi

32

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/ha-150-anos-1o-censo-nacional-e-unico-do-imperio-contou-livres-e-escravizados.shtml>

revogada, permitindo a participação dos escravos. Todavia, em diversas províncias ainda era proibido o acesso de crianças negras à educação formal, marcando negativamente a experiência dos negros no acesso à educação.

A pretensa “democracia racial brasileira”, construída a partir da obra de Freyre, vendia a ideia (bastante popularizada na década de 1930) de uma transição gentil do processo de colonização, alegando que não existia preconceito racial no Brasil, construindo um imaginário (que perdura até os dias atuais) que nega o racismo estrutural da sociedade contemporânea. Esta conjuntura acabou por marginalizar negros e negras, que encontravam como única opção de sustento e sobrevivência, trabalhos e atividades pouco ou mal remuneradas, com baixo apreço social ou quase nenhuma exigência de educação formal, limitando assim qualquer possibilidade de ascensão social, pois a simples abolição da escravidão, não refletiu na inserção do negro no seio da sociedade brasileira (Cavalcante, 2013).

Um retrato da negação ao acesso à educação formal, e de contínua inserção profissional em trabalhos informais, que limitavam a mobilidade social da população negra, é a história da escritora Carolina Maria de Jesus. Conforme Brasil (2023), a escritora nasceu em 1914 no estado de Minas Gerais, os avós haviam sido escravizados, e a mãe trabalhava como lavadeira, a família não era alfabetizada, mas a menina demonstrava um interesse em aprender a ler e a escrever. Ainda conforme Brasil (2023), aos 07 anos, no ano de 1921 foi matriculada na escola onde estudou apenas até a segunda série do primário, nosso atual ensino fundamental, em virtude de uma mudança da família para a zona rural, a menina precisou sair da escola e posteriormente em 1947, quando chegou em São Paulo, passou a trabalhar como empregada doméstica.

A vida de Carolina de Jesus no início do século XX demonstra como grande parte da população negra, sendo muitos recém libertos de um longo processo de escravização, negação de humanidade e direitos, sobrevivia a um Brasil que permanecia negando a existência dessas pessoas. O negacionismo da desigualdade racial como um problema de dimensões sociais e estrutural, multiplica as dificuldades de crescimento (seja cultural, intelectual e econômico) da população negra, pois diante desta herança, práticas de discriminação e racistas calcificam no seio da rotina social, fazendo os grupos raciais

dominantes se apossarem dos bens socialmente produzidos, sejam materiais; imateriais ou simbólicos (Gonzales; Hasenbalg, 1982).

O campo da educação é um solo fértil para as disputas de manutenção ideológica de um status quo com vistas a garantir a dominação de grupos sociais historicamente explorados, mantendo os privilégios dos grupos dominantes, pois compreendemos que mesmo após o acesso aos espaços formais de educação, outras lutas foram travadas, tendo em vista que a história ensinada era e é a perspectiva do colonizador, e na desumanização do colonizado e escravizado, acrescido do apagamento da identidade, cultura e história.

Essa afirmação nos leva a compreensão da importância da organização coletiva da população negra através de distintos movimentos que foram surgindo na metade do século XX em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outros, que passaram a reivindicar uma melhor qualidade de vida para a população negra, bem como, o acesso a direitos sociais, entre estes o ensino da história e cultura afro-brasileira, acesso à educação superior, e posteriormente a conquista da política de ações afirmativas, temas que daremos destaque a seguir.

3. MOVIMENTO NEGRO E A LUTA POR ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ao estudarmos a história da escravização de pessoas negras do continente africano, desde a sua gênese são encontrados movimentos de resistência e luta contra as violências e violações cometidas pelos invasores e colonizadores, em seus corpos e território. Mesmo após serem traficados nos navios negreiros a luta pela liberdade não deixava de existir no íntimo de cada um, uma herança que marca a vida dos seus descendentes. No Brasil um dos mais conhecidos movimentos de resistência contra a contínua desumanização e escravização das pessoas negras traficadas da África, é a formação de Quilombo de Palmares, liderado por Zumbi de Palmares, um herói negro e inspiração até os dias atuais.

Desde então, a organização coletiva da população negra visando a promoção de acolhimento e cuidado, ou a luta política por meio dos movimentos sociais durante e após o período de escravização no Brasil, podem ser identificados e analisados. A persistente luta pela liberdade, pela sobrevivência, por reconhecimento, e acesso a direitos sociais, parece ser

a essência da vida das pessoas negras que habitam no Brasil, nesse sentido, apoiamo-nos na poesia de Sérgio Vaz que refere que não devemos confundir briga com luta, pois briga tem hora para acabar, luta é para uma vida inteira. Para a população negra a luta parece estar longe de terminar.

Primeiramente então, cabe definir a perspectiva conceitual que adotaremos nesse texto para compreender o que é o movimento negro, corroboramos com a definição elaborada por Domingues (2007)³³, que define enquanto um “movimento de caráter político de mobilização racial (negra)”. O autor ainda ressalta que a partir de 1931 o movimento negro dá um salto qualitativo, dando ênfase a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, que atuava em diversas frentes, chegando a superar a marca de 20 mil associados, e fomentando a criação de grupos homônimos em outros estados, mais tarde no ano de 1936, a FNB se transformaria em partido político.

Conforme Silva e Araújo (2005), as manifestações promovidas pelos movimentos negros nas primeiras décadas do século XX, estavam “permeadas por discursos em prol da valorização do negro, e da ascensão social por meio da educação” (Silva e Araújo, 2005, p.73). Os autores também se referem as iniciativas promovidas pela FNB, e a escola que existia na sede do movimento. A respeito dessa questão Silva e Araújo (2005) trazem alguns trechos de depoimentos de militantes da FNB que estudaram na escola, e relatam a importância do acesso a essa educação, que transcendia os objetivos individuais de vida, mas representava também uma conquista coletiva, pois a educação fornecida na escola da FNB serviu para alfabetizar a população negra para que esta posteriormente tirasse o título de eleitor.

A ação do movimento negro, não só no combate ao racismo, mas também na proposição política de alternativas para a correção das desigualdades raciais, vivenciou uma trajetória histórica de amadurecimento político ao longo do século XX. As organizações negras constituídas a partir do início desse século inspiraram-se no legado de resistência negra deixado pelos africanos e africanas escravizados e seus descendentes. (Gomes, Silva e Brito, 2021, p.3)

Os autores abordam sobre o processo de tomada de consciência acerca da necessidade

³³ <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt>

do acesso à educação superior para a população negra, nesse sentido, Gomes, Silva e Brito (2021), recordam a importância da Convenção Nacional do Negro Brasileiro (1945 e 1946), organizada pelo Teatro Experimental do Negro, e que reivindicava direitos que lhes haviam sido outorgados, através de um “Manifesto à Nação Brasileira”, entre as diversas propostas apresentadas estava sinalizada a necessidade de inserção de pessoas negras na educação superior, e a garantia de bolsa para promoção desse acesso.

Historicamente o primeiro país a adotar política de cotas foi a Índia, ainda nos anos de 1950 através de sua Constituição de Independência, em se tratando do Brasil, tem-se a primeira notícia deste tipo de ação no ano de 1968, com a criação da Lei nº 5.465, que ficou conhecida como a Lei do Boi, que garantia vagas (cotas) destinadas aos filhos de agricultores em curso de graduação em Veterinária e Agricultura (50% das vagas para estudantes oriundos de zonas rurais e 30% para oriundos de zonas urbanas). No ano de 1985, tal lei foi revogada, ao ser constatado desvio de objetivo, ao beneficiar filhos de ricos fazendeiros (Cavalcante, 2013).

A partir dos anos 2000, deram-se inúmeras transformações sociais oriundas de pressões de diversos movimentos sociais e setores da sociedade civil, assim surgem as primeiras iniciativas, como a aprovação do sistema de cotas para ingresso na Universidade Pública Estadual do Rio de Janeiro através da lei nº 4151/2003, seguida pela Universidade de Brasília (UNB), sob a tutela da professora Rita Laura Segato e do professor José Jorge de Carvalho, em que criou-se o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da instituição e em 2004, houve o primeiro vestibular com reserva de vagas para negros e indígenas. Nascia assim, as primeiras experiências em nível estadual e federal de acesso por meio de política de cotas raciais no Brasil.

4. A POLÍTICA DE COTAS E A TEORIA DO RECONHECIMENTO

Na luta por desconstruir essa cultura ilustrada de harmonia social racial, podemos afirmar que as diversas lutas sociais de grupos negros organizados politicamente passam a reenvindicar não só reparação histórica, mas principalmente Reconhecimento mirando o horizonte de uma identidade realmente emancipada, com respeito a sua cultura, crenças,

costumes e formas de expressão. No ínterim, desta caminhada e constante luta, que a Política de Cotas Raciais se apresenta como um importante instrumento de combate ao racismo, mas principalmente, como vetor de promoção e emancipação da população negra.

No seio de sua teoria política, Axel Honneth nos mostra que o reconhecimento engloba toda uma economia e estruturas de aceitação do self (particular/privado) por outros indivíduos, calcando-se em elementos privados da identidade individual, com vistas ao reconhecimento da diferença especialmente centrado no conceito de autoestima. Neste sentido a política de miscigenação, implementada no século XIX no Brasil, com massivo incentivo à imigração europeia, contribuiu (a sua maneira) para a perpetuação do referido mito da democracia racial, pois a partir de uma política de Estado, pretende-se alterar a esfera privada da vida cotidiana nacional, construindo um novo self identitário (branco) a fim de branquear o status da população, em última instância, modificando a autoestima do país frente ao mundo e si mesmo.

Neste contexto, a valorização da miscigenação é alçada como o maior diferencial do povo brasileiro, se dando a partir de um sentimento (privado) de pertencimento, mas sem a efetiva igualdade (de status) entre os diversos grupos societários. Todavia, é bastante equivocado, para não dizer incorreto, presumir que a miscigenação por si só possibilitaria uma esfera privada verdadeiramente democrática, esta política de Estado centrada na esfera privada revela a prentensão de supressão do self negro (não somente, mas de todos aqueles não brancos).

A obra de Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre nos dá elementos para que seja possível vislumbrar a ideia anteriormente elencada, afirmando que

Nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou neste ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços (Freyre, 2003, p. 70)

Assim, o colonizador português “despido” de preconceitos frente a outras raças inclina-se à miscigenação, fenômeno este, que é intrínseco à formação da sociedade brasileira. Todavia na mesma obra ainda é possível encontrar elementos que se opõem a esta concepção “democrática de miscigenação” e que nos parece mais pertinente ao

entendimento da sociedade brasileira, uma vez que inicialmente o esforço colonial português não encontrou riquezas naturais para explorar, necessitou concentrar-se em atividades agrárias de fundo privado, já que tudo foi deixado à iniciativa particular

A colonização deste trecho da América tinha de resolver-se em esforço agrário [...]. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes” (Freyre, 2003, p. 324)

O ideário freyriano, deixa de reconhecer que a empreitada portuguesa de colonização necessitava de um número expressivo de indivíduos para se realizar, e a miscigenação em um primeiro momento surgiu para atender tal necessidade. Esta miscigenação “harmoniosa”, serviu como balaustre de sustento para a criação de mecanismos sutis de mascaramento e perpetuação do racismo e dominação dos negros, o trânsito entre a casa grande e a senzala criou um sistema de atenuamento da escravidão, estabelecendo uma doçura nas relações dos senhores com os escravos domésticos (Freyre, 2003) criando a escravidão boa (Schwarcz, 1998) que dá uma nova configuração a esfera privada da vida familiar brasileira. Na esteira desta forma de pensar a solução para as questões raciais caminhariam no âmbito também privado, livrando assim o Estado de legislar sobre tal tema.

Um outro elemento que pode ser tirado desta análise é que a política de miscigenação, (com vistas a branquear a população como citado outrora) serviu para atribuir uma visão negativa da identidade negra (tudo o que ela representa e contém), onde mesmo com aquisição jurídica de pretensa cidadania pós Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, negros não receberam as condições materiais (e imateriais) para de fato gozarem de uma cidadania plena, continuando a viverem situações de violência e racismo. Neste sentido, a identidade negra ficou subvalorizada, associada a concepções esvaziadas de virtudes, afetando negativamente não só a forma como a sociedade enxerga a população negra, mas também como a própria população negra vê a si mesma.

No ano de 1951, Frantz Omar Fanon, teceu uma importante crítica a Hegel, quando

explicitou que o conceito de Reconhecimento de Si e do Outro (reciprocidade entre sujeitos de igual dignidade) não se mostrava possível quando posto sob a óptica colonialista. Embora Fanon concorde e parta da concepção hegeliana de que a reciprocidade estabelece o fundamento ontológico para aquilo que torna o ser humano em humano, acaba divergindo essencialmente quanto à forma que o Reconhecimento se dá.

Para Fanon (2008), o senhor despreza a consciência do escravo e nega seu status humano, todavia, por tal perda deste status ser fruto de um processo histórico e colonial, pode ser superada ou revertida através da negação prático-sensível realizada pelos próprios colonizados, a partir do resgate do self negro. Neste sentido Honneth fornece um interessante argumento que a partir dos conflitos sociais busca-se o reconhecimento por intermédio de laços afetivos (amor), o reconhecimento jurídico (direito) e reconhecimento a partir do status social (solidariedade), pois

na medida em que se sabe reconhecido por outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular (Honneth, 2003, p. 47)

Tal ideia demonstra que o reconhecimento é realizado no momento em que o sujeito se sabe reconhecido, pois nesse movimento a sua própria identidade particular se consolida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a investigação aqui apresentada, no que tange o acesso da população negra à educação formal, é notório que o espaço da educação (ao longo de muitos anos) constituiu-se como um valioso instrumento de legitimação do poder estatal sobre a sociedade, que se legitima por meio de suas diversas instituições, pautando-se em relações sociais hierárquicas subalternizando alguns e alçando outros a mestres/senhores, processo este marcadamente racial. A (falta de) educação formal, outrora serviu para dificultar ou até mesmo impedir a ascensão social da população negra, como também se materializou enquanto espaço de diferenciação em prol de uma elite branca, rumo a um horizonte de

manutenção de estruturas sociais incentivando, criando e perpetuando valores da classe dominante.

A partir das lutas através dos movimentos organizados que a população negra, clamando por reconhecimento, passa reivindicar direitos específicos a si mesma, visto que a Constituição Cidadã não os contemplava de fato, posto que a igualdade formal não se traduz em igualdade material. É na esteira do exercício de auto reconhecimento que a população negra vai em busca de ser reconhecida enquanto parcela da sociedade, negando-se a permanecer as margens desta. Ao (re)construir um novo self negro, esta população não só passa expressar uma nova identidade, como passa a exigir que seja reconhecida enquanto atora ativa na vida pública (igualdade de status).

Neste sentido as Políticas de Ações Afirmativas e de Cotas Raciais na educação, são ferramentas importantes e de extrema necessidade na luta contra a hierarquização das relações entre brancos e negros e em especial contra as mais diferentes classificações dentro do próprio mundo negro (negro doutor, negro matuto, negro de alma branca, etc). Entender o processo histórico de construção de nosso país, nos dá subsídios para entender (mas principalmente de lutar contra) os mecanismos que promovem a exclusão, o preconceito e o racismo entranhado nas instituições e na sociedade como um todo, mas principalmente, pode ser uma força potente de transformação, construção e afirmação da identidade negra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1998)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

CAVALCANTE, Ana L. S. A constitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras: análise do julgado do Supremo Tribunal Federal na ADPF 186/DF. Monografia (especialização em Direito) - Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Fortaleza, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. p.100-122. v.12, n. 23. In: Tempo. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt#>. Acesso em: 21 out. 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

FANON, F. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Editions du Seuil, 1952.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREITAS, Danielli Xavier. O direito à educação nas Constituições brasileiras. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-direito-a-educacao-nas-constituicoes-brasileiras/144779190>.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL, 1977

_____. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2003

GARCIA, Renísia Cristina. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005* / Renísia Cristina Garcia. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinicius Baptista; BRITO, José Eustáquio. As ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *In* Educação e Sociedade. n.42. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 de out. 2023

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática dos conflitos sociais*. Trad.: Luiz Repa. São Paulo: 34, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004

RODRIGUES, Léo. IBGE releva desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo. *In*: Site Agência Brasil. 07 jun. 2023, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>. Acesso em 19 out. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Pensamento Racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993

_____. *Nem Preto nem Branco, muito pelo Contrário: Cor e Raça na Intimidade*. *IN*: L. M. Schwarcz (org.), *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Geraldo; ARAUJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. p.65-78. *In*:

ROMÃO, Jeruse (org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: O ARCAICO E MODERNO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

BRAZILIAN SOCIAL FORMATION: THE ARCHAIC AND MODERN OF DEPENDENT CAPITALISM

Ricardo Souza Araujo³⁴

Resumo: O presente artigo busca retomar o debate sobre formação social brasileira, baseado nas teses do Desenvolvimento Desigual e Combinado e na Teoria Marxista da Dependência é possível fazer um profundo debate sobre a desenvolvimento capitalista brasileiro. o texto desenvolve sobre a dialética centro-periferia e desdobra as particularidades sobre formação social do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave Capitalismo Dependente, Desenvolvimento Desigual e Combinado, Formação Social Brasileira

Abstract: This article seeks to resume the debate on Brazilian social formation, based on the theses of Unequal and Combined Development and the Marxist Theory of Dependency, it is possible to have a deep debate on Brazilian capitalist development. the text develops the center-periphery dialectic and unfolds the particularities of the social formation of Brazilian capitalism.

Keywords: Dependent Capitalism, Unequal and Combined Development, Brazilian Social Formation

1. INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, cabe registrar que todo e qualquer debate em torno da formação sócio-histórica da região hoje conhecida como América Latina, é marcada pelo colonialismo, escravismo, etnocídio e memoricídio de seus povos originários e de povos sequestrados do continente africano para aqui garantir à acumulação originária de capital para as potências capitalistas européias.

A hegemonia teórico-metodológica do ocidente é um fenômeno objetivo, resultado da dominância do modo de produção capitalista e dentro do próprio campo crítico ela se aplica.

³⁴ Assistente Social na UFCSPA, Bolsista Capes e Doutorando em Serviço Social na PUCRS.

Portanto é um desafio à desconstrução do eurocentrismo aliada uma análise crítica do capitalismo enquanto sistema mundial, reconhecendo as particularidades das periferias do sistema com seus atravessamentos particulares. Segue vigente o “desafio teórico” proposto por Marini (2005) aos marxistas latino-americanos: estudar as formações sociais concretas da América Latina com o propósito de definir as determinações que estão na base da luta de classes e enfrentar a dinâmica do capitalismo dependente

Para dar conta deste desafio é fundamental retomar o processo histórico de formação nacional do Brasil e da América e analisar a estrutura das relações sociais concretamente constituídas no capitalismo dependente, nas quais coexiste o desenvolvimento desigual e combinado, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, o arcaico e o moderno, à dependência e à superexploração da força de trabalho, com profundos impactos nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira, tal como conhecemos hoje.

2. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO ENTRE CENTRO E PERIFERIA

A colonização das Américas cumpre papel fundamental para acumulação originária de capital. (Marx, 2013), marcada pela violência, seja expropriação das terras camponesas na Europa, que gerou o exército de reserva nas cidades; seja pela extração do ouro e da prata por mãos escravizadas dos povos amefricanos, que garantiu a riqueza necessária para concretizar a chamada revolução industrial. Este processo de acumulação e colonialismo gera as bases para o capitalismo moderno que constitui uma divisão internacional do trabalho entre potências imperialistas e periferias dependentes.

Lênin (2012) destaca o avanço do imperialismo, como fase superior do desenvolvimento capitalista, que ganhou corpo com dominação dos monopólios e do capital financeiro. Isto acarretou a “partilha do mundo” entre as potências imperialistas, no qual os países centrais, exportam capitais para as economias periféricas, sejam estes produtos manufaturados, tecnologia, ou simplesmente empréstimos ou aplicações acionárias.

Segundo Trotsky (1977), o capitalismo em sua fase imperialista cria uma economia, cujas forças produtivas extrapolam as fronteiras nacionais no qual opera a lei do

“Desenvolvimento Desigual e Combinado” que consiste no princípio da não linearidade do processo histórico e da coexistência entre moderno e o arcaico em sua unidade contraditória, em que o subdesenvolvimento da periferia fomenta o desenvolvimento da centralidade capitalista. como descreve o autor:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY [1929], 1977, p. 25).

O processo de colonização das Américas e sua transição para o Capitalismo Dependente foram expressões da coexistência entre as formas de produção e reprodução social arcaicas e modernas, produzidas sob novas dinâmicas entre economias dependentes e imperialistas.

Florestan Fernandes (1975), destaca que a condição de capitalismo dependente é a dominação externa associada a autocracia burguesa interna, que estimula a modernização capitalista, mas impede a revolução nacional e uma autonomia real.

Vânia Bambirra (2013), converge com essa perspectiva ao atribuir o ‘atraso’ dos países dependentes como consequência e condição do desenvolvimento das grandes potências capitalistas mundiais, enquanto unidade histórica.

Para Gunder Frank (1973) o subdesenvolvimento dos países da América Latina se dá, justamente determinado pelo desenvolvimento do capitalismo mundial, e não pela falta ou por uma deformação deste, posto que, o subdesenvolvimento e a dependência são funcionais à própria dinâmica central do capital. Nesta divisão internacional do trabalho, coube a América Latina, e neste contexto, ao Brasil cumprir o papel de fornecer matérias primas e alimentos aos países centrais.

Portanto, a **Teoria Marxista da Dependência**, ao sustentar a inexorável relação de dominação centro/periferia, é fundamental para a compreensão da formação econômico-social das economias dependentes na dinâmica internacional do capital. Essa teoria se constitui-se

em um desdobramento da Teoria do Valor em Marx e da teoria do Imperialismo em Lênin (Luce, 2018) para a compreensão da formação econômico-social das economias dependentes na dinâmica internacional do capital

Rui Mauro Marini (2005), destaca que há uma **troca desigual** entre países centrais e dependentes, enquanto aqui exportamos majoritariamente produtos primários; aqueles exportam produtos industrializados extraíndo maior riqueza neste processo, cabendo às elites locais **superexploração da força de trabalho**, como mecanismo de compensação às perdas internacionais de valor em acumulação e apropriação imperialista de capital, de parte da mais-valia produzida pelas economias periféricas.

Este processo acarreta uma tendência ao aumento da jornada de trabalho, ao maior desgaste do trabalhador e a uma remuneração insuficiente para suas necessidades básicas. As consequências políticas da superexploração nos países dependentes: forte concentração de renda e riquezas, um vasto exército reserva de força de trabalho, com níveis elevados de desemprego e subemprego para impor um preço da força de trabalho abaixo de seu valor, além de frágeis democracias representativas, frequentemente interrompidas por golpes e ditaduras para impor este padrão de exploração.

3. FORMAÇÃO SOCIAL DEPENDENTE

Cristiane Sabino Souza (2023) ressalta que nossa história não iniciou com o colonialismo dos europeus, embora pouco se saiba dos diferentes povos que durante séculos habitam nossas terras devido não apenas ao genocídio até hoje operado, mas o etnocídio e o memoricídio imposto pelos colonizadores. Segundo a autora, é necessário um giro teórico-metodológico no estudo da formação social brasileira. Segundo a autora o racismo está dialeticamente vinculado à propriedade latifundiária da terra e à superexploração da força de trabalho., portanto o racismo cria a hierarquia social de desumanização dos povos racializados para legitimar a violência, a dominação e a superexploração..

Roberta Traspadini (2022) nos provoca e (re)conhecer o desconhecido, séculos de história, de relação com a terra, com a natureza, com diferentes formas de relação e organização social. o quanto dessa história apagada segue vivo em nossa cultura, na

experiência e organização popular, buscar estas raízes é um desafio para todos que lutam por uma mudança sistêmica contra a ordem do capital.

Segundo a autora, reconhecer esse desconhecimento e suas implicações é perceber que se trata de um 'vazio forjado'. Para além de séculos de múltiplas violências coloniais, a autora destaca uma dificuldade latente no campo crítico latino-americano de realizar diálogo e rever paradigmas. Esta história é contada em versos de escola de samba no Brasil, no muralismo mexicano e multiplas outras formas culturais.

Souza (2023) reforça que a racialização e a sexualização da força de trabalho cumprem papel objetivo para consolidar a superexploração em nossa formação social historicamente subordinada aos interesses das classes dominantes internas e externas que cria constantes mecanismos de coerção e dominação burguesa.

Segundo Ferreira e Fagundes (2021) o capitalismo impõe uma divisão do trabalho, além de social entre classes e internacional entre centro e periferia, uma divisão racial e sexual do trabalho.

O racismo estrutural e o moderno heteropatriarcado estruturam uma divisão sexual e racial do trabalho como estratégia permanente do capital de ocultamento de trabalho expropriado de rebaixamento do preço do trabalho para abaixo do valor da força de trabalho (FERREIRA E FAGUNDES, 2021, p. 70).

Fica evidente que o racismo é uma poderosa ferramenta ideológica de segmentação da classe e de rebaixamento de salários, seja pela classe trabalhadora racializada ocupar cargos de menor remuneração, seja por compor o exército de reserva de força de trabalho que tende a nivelar o conjunto dos salários.

Segundo Jacob Gorender (2016) houve modo de produção **escravista colonial** brasileiro se estruturou a serviço de um nascente mercado mundial, que buscava sua acumulação primitiva, na qual não bastava compra e venda de mercadorias produzidas por meio da exploração da força de trabalho escravizado, como também à compra e venda dos próprios sujeitos escravizado.

o da escravidão, embora já houvesse luta secular em todas as Américas e no Caribe.

Quanto à divisão sexual do trabalho, o feminismo marxista destaca a sobrecarga de

trabalho reprodutivo historicamente atribuído às mulheres. O tempo de trabalho doméstico extra não remunerado imposto às mulheres, para fins de reprodução da força de trabalho cumpre um papel fundamental para acumulação capitalista. Se a produção e a reprodução da força de trabalho tem seu valor baseado em uma série de bens e o tempo de trabalho reprodutivo historicamente atribuído às mulheres, oculto e expropriado para rebaixar o valor global da força de trabalho.

Saffioti (2004) reforça o caráter estrutural da exploração-dominação de gênero e raça e classe, em um nó dialético, que tem suas raízes concretas desde o colonialismo e se reatualiza no capitalismo dependente Lélia Gonzalez (2020) identifica no desenvolvimento capitalista e da condição o diferenciada da mulher negra na nossa formação social, que torna-se alvo de uma tripla discriminação, pelo capital, pelo patriarcado e pelo racismo, que é atingida de forma mais severa pela superexploração. Como a autora destaca:

o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos.(...)

Tal tipo de coexistência, por um lado, demonstra que esse desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. E, em termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico. Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tripla discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (Gonzalez, 2020, p. 48).

A autora evidencia a coexistência entre o arcaico e moderno em nossa formação social, e que o processo de acumulação capitalista é indissociável de uma divisão internacional, social, racial e sexual do trabalho. Para que se materialize a acumulação capitalista em nossa formação social, mesmo com a generalização da proletarianização há uma maior incidência da exploração sobre certas parcelas da classe, este mecanismo historicamente constitui uma arma ideológica e objetiva de segmentar a classe, instituir a violência como elemento objetivo impor o desemprego e o subemprego, rebaixar o valor da força de trabalho e acumular cada vez mais.

A independência formal e tardia no Brasil não superou séculos de colonização,

escravidão e acumulação primitiva de capital, pelo contrário, aprofundou a dinâmica da dependência perante o mercado mundial que se edificara.

Segundo Fernandes (1975), este processo de independência é contraditório entre o elemento progressivo, com um forte traço conservador de manutenção da estrutura escravista. Segundo Joseane dos Santos(2008) Neste novo país a principal particularidade da questão social é a superexploração da força de trabalho e o apassivamento, seja pela via da repressão ou da cooptação

Demonstra-se uma tendência da burguesia brasileira de evitar rupturas radicais que impliquem mudanças nas instituições políticas ou em possibilidades de conquistas sociais para os trabalhadores. A transição capitalista não veio acompanhada de ideias liberais, oriundos do Iluminismo europeu.

O regime político,pós abolição da escravidão e da monarquia, hoje conhecido como “República Velha”, foi pautado pelo padrão de reprodução agromineiro exportador, hegemônico até a década de 1930. Após a primeira guerra mundial, a economia brasileira transita para o crescimento de uma fração industrial, no período de “substituição de importações”.Nesse contexto organiza-se o operariado fabril que exerce pressão política para o Estado intervir na questão social. Após o golpe encabeçado por Getúlio Vargas, conduziu a segunda fase da Revolução Burguesa, em que se uniram uma nova e velha oligarquia, com segmentos rurais e industriais. O padrão de reprodução industrial passou a ser hegemônico.

Tal tendência se expressa no Estado Novo varguista, que amplia a industrialização e a regulamentação das relações de trabalho por meio da CLT, de modo a inserir os sindicatos no aparelho de Estado,aliando portanto cooptação e repressão

Embora tenham sido positivados direitos trabalhistas, historicamente as relações foram precárias e informais, tanto no período anterior ou durante o fordismo, ou até o período pós-fordista. Santos (2008) destaca que os trabalhadores rurais levaram quase meio século para terem seus direitos equiparados aos trabalhadores urbanos, quando já eram minoria populacional.

Após décadas de desenvolvimentismo, em plena Guerra Fria, temerosas por “reformas de base” ou “novas Cubas” , a classe dominante brasileira impôs uma “contrarrevolução preventiva”, no Golpe civil-militar de 1964. Novamente sob o eixo da

repressão,impuseram um regime de desenvolvimento dependente em parceria com capital estrangeiro, que levou posteriormente a décadas de desindustrialização. O próprio processo de redemocratização, também lento e gradual, foi fruto de amplos movimentos populares.

Segundo Brettas(2017) a reestruturação neoliberal no Brasil não consistiu apenas em uma imposição de organismos estrangeiros com, mas foi explicitamente referendada pela burguesia dependente nacional, ávida a manter sua taxa de lucro. O Capitalismo Dependente em sua fase neoliberal, aplica às contrarreformas como mecanismos cada vez mais sofisticados que combinam com a superexploração e a retirada de direitos.O processo de redemocratização no Brasil coexistiu com um “Ajuste Fiscal Permanente” (BEHRING, 2003) que inviabilizou a existência de amplas políticas públicas de salários sociais indiretos, aliado à uma estrutura tributária regressiva o fundo público remunera o sistema da dívida, em detrimento das necessidades sociais.

Theotônio dos Santos (2018) destaca que, com a passagem do século XX para o XXI, confirma-se a hipótese dependentista: o desenvolvimento industrial da América Latina não resultou na ascensão para o patamar dos países desenvolvidos, pelo contrário, cresceu a distância dos países centrais. O crescimento da automação e da informatização, concentrou capital nos países centrais e ampliou-se a composição orgânica Com advento do neoliberalismo que fica mais evidente o caráter de burguês do Estado brasileiro que passa a cumprir ainda o papel de alimentar as cadeias de pagamento de juros da dívida pública com elevadas taxas de juros, como destaca o autor?

O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região (SANTOS, [1998] 2018, p. 31).

Nesta Nova República que vivemos,por sua vez, sofre hoje sua mais profunda crise. A conquista tardia de um já limitado Estado Social foi seguida de governos neoliberais que implementaram com intensidade a Contrarreforma do Estado e uma série de privatizações a fim de tornar nula as conquistas constitucionais e garantir o “superávit fiscal”, que se converteu em Política de Estado.

Já no século XXI, os governos de conciliação de classes ampliaram os programas sociais de transferência de renda focalizada e o acesso ao consumo, bem como copoptaram lideranças dos movimentos populares. No entanto, mantiveram a política macroeconômica, com destaque para o superávit primário, altas taxas de juros e desmonte de políticas sociais universais.

Com a recessão econômica, após 13 anos de neodesenvolvimentismo, e a necessidade da classe dominante aprofundar o ajuste fiscal (já em curso), deu-se golpe parlamentar (2016), que rompeu explicitamente com a coalizão de classes e retomou o perfil neoliberal ortodoxo, com requintes autoritários de Temer e Bolsonaro. Nessa perspectiva impõe-se uma série de contrarreformas, que restringem de forma significativa os parques direitos sociais, trabalhistas e previdenciários conquistados pela classe trabalhadora.

Não bastou a recente derrota eleitoral da extrema-direita, pois a burguesia mantém uma agenda coesa de ajuste fiscal e retirada de direitos, nivelando para baixo o valor da força de trabalho, disfarçada por uma linguagem tecnocrática. É preciso desvelar a Economia Política por trás da Política Econômica vigente nas últimas décadas, mesmo em diferentes governos, em que o Estado cumpre o papel de comitê gestor dos interesses comuns da classe dominante, em detrimento da população trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Medeiros e Bezerra (2019, p.23) advogam que “o amálgama entre o arcaico e o moderno constitui uma tendência histórico-universal deste modo de produção, e não um aspecto específico das economias de capitalismo dependente”. Nesta lógica, segundo os autores, o desenvolvimento desigual e combinado não se trata de tendência específica do capitalismo dependente, porém se manifesta de forma particular nestas economias, dada à coexistência do arcaico e o moderno em uma mesma totalidade social concreta.

Segundo Pedro Fuentes (2021) aprofunda-se o caráter desigual e combinado do capitalismo, como nunca antes na história, marcada por uma fase do imperialismo de “mundialização neoliberal”, há a nível mundial uma maior concentração de capital em mãos de grandes corporações, alto grau de financeirização a mais mais aguda desigualdade, que

dispara crises multidimensionais.

Se vivenciamos hoje um desenvolvimento desigual combinado e dependente, atravessado pelo imperialismo e pela financeirização por um lado e pela dinâmica nacional particular de colonialismo e autocracia burguesa dependente, é nosso papel desmistificar esses processos e constituir com a correta armação teórica e política à luta de classes no Brasil e América Latina.

O mais moderno mercado internacional coexiste com o mais arcaico extrativismo, assim como a mais moderna informática viabiliza plataforma de trabalho que condiciona ciclistas e motociclistas a jornadas laborais superiores a 12 horas diárias, típicas da primeira Revolução Industrial, além de deploráveis episódios de trabalho análogo à escravidão no país. Mesmo sendo o Brasil campeão na exportação de carne e grão, há milhões de trabalhadores em insegurança alimentar. O avanço das forças produtivas sob o jugo da Lei de Acumulação de Capital, em vez de garantir melhores condições de vida, leva à maior extração de mais-valor do trabalho. As políticas de austeridade concretizam-se de forma desigual no mundo, com maior peso sobre as economias dependentes, que têm as dívidas públicas como principal meio de transferir valor ao centro imperialista.

Atravessamos um período de agravamento do neoliberalismo com requintes autoritários, e o atual governo de conciliação de classes enfrenta dificuldade de reverter retrocessos e retomar direitos. Nosso desafio político é retomar e ampliar a mobilização e auto-organização da classe trabalhadora, que é diversa em termos de gênero, raça, condições e modos de vida. Apenas uma acurada compreensão da dinâmica concreta das relações sociais permitirá a massificação da luta pela superação da superexploração, da expropriação de direitos, da opressão e da condição de capitalismo dependente.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no BRASIL, **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

DOS SANTOS, Theotônio **A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas** 2018
<https://movimentorevista.com.br/2018/02/a-teoria-da-dependencia-balancos-e-perspectivas-capitulo-ii/>

FERNANDES, Florestan **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

FERREIRA, Carla Campos Cecília; FAGUNDES, Gustavo. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 62-76, 2021.

FUENTES, Pedro **O que é sr trotskista no século XXI** Revista Movimento 2021
<https://movimentorevista.com.br/2021/08/trotsky-trotskismo-seculo-xxi/>

GONZALEZ, Lélia. . 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos . Rio Janeiro: Zahar. 3

GORENDER, J. Escravidão Colonial. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GUNDER FRANK, Andre. **América Latina**: subdesarrollo o revolución. México: Ediciones Era, 1973.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Apres. Plínio de Arruda Sampaio Jr. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2011.

LUCE, Mathias. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro, (Orgs). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Evelyne, Lucas. Considerações sobre o Desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo brasileiro. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas. (Org.). **Formação social e serviço social**: a realidade brasileira em debate. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2019. é essa referência? pg 21-41

TRASPADINI, Roberta América Latina e o popular: reflexões (IM)pertinentes Revista Emancipa CRESS-SP 2021
<http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Emancipa-2021-Site.pdf>

SOUZA, C. L. S. de .. (2023). A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 16–35. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SANTOS, Joseane. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado) — Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

TROTSKY, L. **História da revolução russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.

GESTÃO PUNITIVISTA DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E SEUS IMPACTOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

GESTIÓN DEL PUNITIVISMO DE LAS EXPRESIONES DE LA PROBLEMA SOCIAL Y SUS IMPACTOS EN LA POBLACIÓN NEGRA BRASILEÑA

João Victor de Oliveira Araújo³⁵
Franciane da Silva Santos Oliveira³⁶

Resumo: Este estudo aborda a gestão punitivista das expressões da questão social, refletindo sobre os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais à população negra brasileira. Objetivou-se prestar reflexões analítico-críticas sobre os elementos constitutivos da formação sócio-histórica nacional que alicerçou a sociedade de classes brasileira - abordando as categorias estruturais de classe, raça/etnia e gênero - e a gestão político-social do Estado. A abordagem metodológica é de cunho qualitativa, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Tendo referencial teórico do campo materialista histórico e dialético em debate com a teoria social crítica da interseccionalidade. Resultou-se uma reflexão crítica sobre a condição da população negra frente um projeto de nação antinegritude que institucionalizou o racismo como prática-regra na operação de suas políticas sociais e repressivas. Considera-se, por fim, a necessidade de debate ampliado sobre a centralidade e inseparabilidade das categorias analíticas de raça/etnia, classe e gênero, enfatizando a correlação de acirramentos estruturais no capitalismo de fase neoliberal.

Palavras-chave: Questão Social, Questão Étnico-Racial, Racismo Institucional, Punitivismo.

Resumen: Este estudio aborda la gestión punitiva de las expresiones de problemáticas sociales, reflexionando sobre los impactos sociales, económicos, políticos y culturales sobre la población negra brasileña. El objetivo era proporcionar reflexiones analítico-críticas sobre los elementos constitutivos de la formación socio-histórica nacional que sustentaron la sociedad de clases brasileña - abordando las categorías estructurales de clase, raza/etnia y género - y la gestión político-social del Estado. El enfoque metodológico es cualitativo, con técnicas de investigación bibliográfica y documental. Tener un referente teórico desde el campo materialista histórico y dialéctico en debate con la teoría social crítica de la interseccionalidad. El resultado fue una reflexión crítica sobre la condición de la población negra frente a un proyecto de nación anti-negra que institucionalizó el racismo como una regla-práctica en el funcionamiento de sus políticas sociales y represivas. Finalmente, se considera la necesidad de un debate ampliado sobre la centralidad e inseparabilidad de las

³⁵ Graduando em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Serviço Social, Fortaleza/CE – Brasil. joazin.araujo@aluno.uece.br

³⁶ Mestre em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Serviço Social, Fortaleza/CE – Brasil. franciane1920@hotmail.com

categorías analíticas de raza/etnicidad, clase y género, enfatizando la correlación de intensificaciones estructurales en el capitalismo de la fase neoliberal.

Palabras clave: Cuestión Social, Cuestión Étnico-Racial, Racismo Institucional, Punitivismo.

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se este artigo científico no intuito de prestar contribuições à seara formativa do Serviço Social e da categoria profissional das/os Assistentes Sociais, a fim de que estejamos em posse de articulações pertinentes frente ao emaranhado social de relações conflitantes, numa conjuntura de crise cíclica e estrutural do capitalismo mundializado e neoliberal. Assim, coopera-se para o movimento de revisitar nossas abordagens teórico-metodológicas investigativas e potencializar a dimensão técnico-operativa de intervenção na realidade social, resguardando os compromissos ético-políticos historicamente afirmados e consolidados da profissão.

Objetivando de forma geral, investigar acerca da gestão punitivista das expressões da questão social com ênfase aos impactos sociais, econômicos, políticos e culturais à população negra brasileira. Estendendo-se numa revisão da atuação do Estado na operacionalização de políticas sociais e públicas e a institucionalização do racismo como prática-regra, condicionando negros e negras a padrões de abandono e marginalização social. Frente a realidade brasileira de latentes disparidades sociorraciais, é justificável avançar com teorizações que abranjam os elementos determinantes das persistentes desigualdades sociais.

A abordagem metodológica é de cunho qualitativa (Minayo, 2008), buscando os significados e concepções das categorias centrais dialogadas. É fruto de processo investigativo de revisão bibliográfica e documental (Gil, 2008) referentes as categorias analíticas de classe, raça, etnia, gênero e da formação sócio-histórica brasileira. Dispondo também de processo metodológico da interseccionalidade³⁷, fazendo referencia aos saberes frutificados pelo feminismo negro, avançando em direção à consolidação de abordagens decoloniais de leitura social dos fenômenos sociais e relações de poder.

³⁷ “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado [...]” (Akotirene, 2018, p. 14).

Foram construídos três tópicos investigativos e de apresentação dos resultados que trazem discussões a cerca: das bases estruturais da formação sócio-histórica brasileira e sua antinegitude; da questão étnico-racial como raiz latente e estrutural da questão social; e as reatualizações punitivistas da mediação da questão social no Brasil. Culminando em considerações de aprofundamento de reflexão das formas que são estabelecidos os acirramentos sociais de classe, raça, etnia, e gênero.

2. AS BASES ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E SUA ANTINEGRITUDE

É emergente estabelecer uma leitura crítica da realidade que dê conta, analiticamente, das especificidades e particularidades presentes na formação sócio-histórica do país, explorando os elementos históricos, políticos, sociais e culturais que constituíram as relações étnico-raciais, de classe e de gênero vigentes. Para que possamos compreender como as estruturas sociais de raça, etnia, classe e gênero moldaram as relações sociais e de poder, no contexto brasileiro, em um movimento de intersecção na produção e reprodução das desigualdades e discriminações sociais emanantes da sociabilidade (Akotirene, 2018).

O Brasil se constituiu enquanto uma nação fundamentado/a no regime mercantil e econômico da escravização forçada de negros e negras traficados do continente africano e que durou mais de três séculos. Este passado criminoso estabeleceu no país uma marca histórica a qual é necessária ser dimensionada dentro de parâmetros críticos, atentando-se aos processos político-sociais e institucionais que perpassaram negros e negras no período do pós-abolição, assim sendo após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, e da proclamação da república, em 1889. Chamamos atenção a observar de que forma a categoria raça³⁸ ocupa também espaço de centralidade dentro da constituição da sociedade capitalista de classes brasileira, pois:

³⁸ Importante destacar que a categoria raça é trabalhada aqui em seu sentido sociológico e não biológico. Frisando que é uma categoria analítica que se apresenta como socialmente determinante na realidade social a partir de processos históricos ocidentais modernos, onde foi sustentado ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e parte do século XX uma ideia de raça enquanto fator biológico servindo de fundamento para uma hierarquização étnico-racial de supremacia branca e europeia (Guimarães, 2003).

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (Gonzales; Hasenbalg, 1982, p. 89-90).

Nesse sentido, no cenário nacional, a posição de subalternidade aos quais foram condicionados negras e negros no passado criminoso escravista é encorpada à dinâmica de desenvolvimento nacional da sociedade de classes capitalistas e do trabalho “livre”. O momento histórico do pós-abolição não é acompanhado de estratégias sociais e políticas de reparação histórica, cultural e social aos danos profundos do período de escravização. A elite e o Estado brasileiro, temendo e abominando qualquer possibilidade de ascensão e/ou insurgência social da população negra, encabeçou diversas estratégias de continuidade de sua subalternização através principalmente de fatores como: a desqualificação de negros e negras como classe laboriosa, assim impedidos/as de ocupar cargos de trabalho formal e de prestígio reservados ao contingente populacional branco e de imigrantes europeus³⁹; e a criminalização/marginalização da população negra através de repressão legislativa ao que vieram denominar como vadiagem e mendicância, além também de práticas sócio-culturais da negritude como o samba, a capoeira e as expressões de religiosidade de matriz africana (Madeira; Gomes, 2018).

Borjes (2018, p. 57-58), traz importantes considerações acerca desse reposicionamento político-social, executado pelo Estado brasileiro, dos/das negros/as, pois afirma que:

³⁹ O Brasil de muitas formas beneficiou e subsidiou imigrantes europeus através de políticas imigratórias estratégicas para o embranquecimento da nação. Por exemplo, em 1850 foi outorgada a Lei de Terras, que definia a terra como patrimônio adquirido por viés financeiro, sendo assim mercadoria, inacessível à negros e negras em processos de libertação e auferia por falta de condições monetários. Porém, subsidiou imigrantes europeus com hectares de terras e vagas de trabalho já a partir de 1890. A disparidade de acesso às políticas de habitação, renda, educação e de saúde foi delimitada a partir da racialidade (Borges, 2018).

O Estado no Brasil é o que formula, corrobora e aplica um discurso e políticas de que negros são indivíduos pelos quais deve se nutrir medo e, portanto, sujeitos à repressão. A sociedade, imbuída de medo por esse discurso e pano de fundo ideológico, corrobora e incentiva a violência, a tortura, as prisões e o genocídio. Se, por um lado, para a instituição do colonialismo foi utilizada uma filosofia religiosa para a superexploração de corpos negros, por outro, é o estereótipo formulado no período pós-abolicionista que seguirá perpetuando uma lógica de exclusão e consequente extermínio da população negra brasileira. Esse poder sobre corpos negros é exercido em diversas esferas. Seja na total ausência de políticas cidadãs e de direitos, como falta de saneamento básico, saúde integral e empregos dignos; seja pelo caráter simbólico de representação do negro na sociedade como violento, lascivo e agressivo, alimentando medo e desconfiança e culminando em mortes simbólicas, pela aculturação, pela assimilação e pelo epistemicídio, até as mortes.

Os Códigos Penais de 1890 e 1940, já na fase republicana, são legislações reguladoras que enfatizam o caráter de periculosidade da população negra, estando estes desmerecidos/as de qualquer amparo para com políticas sociais de efetivação de direitos sociais básicos para uma condição de vida e reprodução social dignas. As relações institucionais do Estado para com o povo brasileiro perpassam por uma assimilação robusta do racismo como prática-regra, o que desagua nos processos discriminatórios do racismo institucional, ou seja, o tratamento diferenciado por parte do Estado e seu conjunto institucional (entidades e agentes) aos indivíduos a partir de suas racialidades (Almeida, 2018).

Mesmo promovendo imigração em massa de europeus para a formação da classe trabalhadora formal, para desta forma potencializar um possível embranquecimento da população, à medida que excluía e reprimia socialmente negros e negras, as instâncias estatais impetraram por muito tempo no imaginário social o mito de que o Brasil era uma *democracia racial*. Uma ideia de harmonia racial que subsidiava a negação do racismo institucionalizado, cravado na reprodução das relações sociais, e também da necessidade de medidas concretas e objetivas para lidar com uma latente realidade de disparidades sociorraciais. A culpa da posição social desfavorecida, neste caso, foi posta na conta da própria vítima (população negra), mediante a hegemonia ideológica da meritocracia. Cada um ficou largado à sua própria sorte ou azar, dependendo somente de seu esforço individual (*ibid.*).

3. QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL COMO RAIZ LATENTE E ESTRUTURAL DA QUESTÃO SOCIAL

Na constituição da sociedade capitalista de classes brasileira, temos uma condição de abandono social dos negros e negras, ao ponto que estes e estas são enquadrados como perturbadores da ordem social, degenerados/as, marginais, propensos à pobreza e ao crime, categorizados/as como classes perigosas (Flauzina, 2006). Podemos identificar os elementos analíticos que ratificam como a formação da classe se estabelece no país com especificidades étnico-raciais e de gênero. Nesse contexto, a questão social⁴⁰ surge como a expressão da relação conflitante de classes (luta de classes) em seus interesses orgânicos. Como resultando de uma sociabilidade capitalista de exploração, espoliação e opressão dos detentores da força de trabalho para a produção e acumulação da riqueza concentrada nas mãos das elites nacionais e internacionais. De acordo com Gonçalves (2018), “a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (p. 515).

O caráter focalizado das primeiras políticas sociais outorgadas no país, a sua maioria durante a era Vargas, estabeleceu uma diretriz de quem são aqueles que terão acesso a direitos provindos da condição de trabalhador/a formal (Behring; Boschetti, 2011). Ou seja, a população negra, escorraçada dessa modalidade de ocupação laboriosa, não foi alcançada por tais políticas que emergem das lutas político-sociais do operariado brasileiro. A lacuna social vai se alargando, dando tonalidades e contornos às expressões da questão social e diferenciando as formas de gestão do Estado sobre os problemas sociais. Ao que podemos averiguar, as iniciativas postas que abarcam direitos sociais ao povo brasileiro são enviesadas, inicialmente, de forma não universal, com garantias a determinados segmentos da sociedade. O que se fortifica, por outro lado, é uma índole repressiva, autoritária e penal que impele sobre as classes empobrecidas uma vigilância punitiva que a distancia de uma condição de cidadania. Para Borges (2018, p. 84-85):

⁴⁰ Para Yamamoto (2015), a questão social “expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos seguimentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (p. 160).

É a partir dos anos de 1930 que o mito da democracia racial ganha contornos e se sedimenta. A miscigenação, como elemento de degenerescência, passa a ser trabalhada como características e símbolo nacional. A construção de uma narrativa de “brasilidade” fruto da soma de três raças ganha corpo. Se a legislação sobre o negro é limpa do Código de 1940, isso não acontece nas práticas das instituições do Estado brasileiro já impregnadas nas décadas anteriores. Portanto, é uma engrenagem de repressão que segue em forte atuação. Com o passar das décadas, essa criminalização vai se modificando e avançando sobre outras características, inclusive sob o verniz de uma criminalização da pobreza em um esforço de limpar o elemento racial como sustentação do sistema de desigualdades brasileiro.

Deste modo, o Brasil nega escancaradamente o racismo como prática-regra é elemento constitutivo da nação, das relações sociais, institucionais e da reprodução da realidade social. As análises da formação das classes sociais brasileiras e as formas de gerenciamento por parte do Estado das expressões da questão social invisibilizam a questão étnico-racial como fator determinante é preponderante da estruturação das políticas sociais e públicas, desde suas concepções até a efetivação na sociedade em geral. A ideologia eugenista⁴¹, presente inclusive nas protoformas do Serviço Social brasileiro, mesmo tecendo contribuições de tratamento das entidades estatais para com a população negra, ganha pouco espaço no bojo analítico sobre os fundamentos das políticas institucionais brasileiras. Esse cenário, por fim, colabora para um apagamento de relevância da questão étnico-racial enquanto fator que desvenda os motivos da persistência histórica das desigualdades sociais no país (Gonçalves, 2018).

Ademais, é válido ressaltar que essa é uma denúncia de realidade excludente e perversa, bem como de negação do racismo sistêmico e cotidiano no Brasil, pautada recorrentemente nos movimentos de luta da negritude brasileira. A partir dos anos 1970-1980, com a fortificação do Movimento Negro, Teatro Experimental do Negro, movimento feminista negro e etc., é possível enxergar efervescências de luta nas disputas pelas narrativas sociais hegemônicas e pressão sobre o Estado brasileiro para que reconhecesse o racismo e a necessidade de ações concretas de reparação histórica ao silenciamento da questão étnico-racial.

⁴¹ “Eugenia foi a expressão cunhada por Francis Galton para dar nome ao estudo de agentes sob controle social que poderiam melhorar ou piorar as qualidades raciais das futuras gerações. Os teóricos deterministas acreditavam que essa interferência na genética teria resultados diretos na melhoria das relações sociais e no desenvolvimento econômico das sociedades. E essas são teorias de grande relevo no caráter positivista da República que se iniciava no Brasil” (Borges, 2018, p. 81-82).

Pode-se afirmar que, nas últimas décadas do século XX e no início do XXI, organizações do movimento negro diretamente demonstraram os fatos que comprovam o tratamento diferenciado e negativo dispensado à população afrodescendente. Nesse sentido, essas organizações contribuíram decisivamente para a destituição da ideia generalizada de que o Brasil constituía uma democracia racial e da cristalização na mídia da mulher negra em posições de inferioridade e associadas a aspectos negativos e excludentes (Madeira; Medeiros, 2018, p. 2015).

A saída do Brasil da Ditadura Militar no caldo político e social de lutas pela redemocratização, Justiça Social e direitos sociais universais é também palco histórico de atuação dos movimentos de lutas negras, em ações que escancararam as práticas repressivas direcionadas à população negra, que ao mesmo tempo não acessava de forma generalizada os bens e serviços sociais essenciais para a mobilidade e estabilidade social. Dessa forma, o projeto constitucional de nação lançado pela Constituição de 1988 detém fortes colaborações da negritude brasileira na construção de um país mais igualitário e justo.

Assim, com a redemocratização, novos objetivos de consolidação de uma sociedade com dispositivos de conciliação dos interesses de classe, responsabilização social do Estado sobre direitos sociais básicos (Seguridade Social, Educação, Habitação e etc.) e regulação socioeconômica para promoção da equidade social foram dispostos, afim de que o Brasil adentrasse numa dinâmica de bem-estar social. Porém, a elite nacional, alinhada a exigências do mercado financeiro mundializado, além de engatar seus interesses na própria Carta Constitucional, engendrou uma organização político-administrativa sobre o Estado brasileiro com objetivos de proteção de seus privilégios e sumária dissipação das condições materiais objetivas de amparo social universalizado (Behring; Boschetti, 2015).

4. REATUALIZAÇÕES PUNITIVISTAS PARA A MEDIAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O neoliberalismo é estabelecido no Brasil a partir dos anos de 1990 e ativou demandas de supressão das condições políticas, econômicas e sociais de superação das desigualdades sociais, objetivando privilegiar as elites nacionais e internacionais, seus

rendimentos financeiros e hegemonia de dominação ideológica e cultural (Saad Filho; Moraes, 2018). Essa contraditoriedade em que se enquadrou o país, de um lado o projeto constitucional cidadão e do outro as contrarreformas exigidas pelo capital financeiro, apresentou-se como arena de disputa social. Com conquistas sociais para a promoção da igualdade étnico-racial e, em contrapartida, de reatualização do racismo em caráter de repressividade autoritária institucional de bases históricas e políticas já enraizadas. Madeira (2017), atenta para os avanços regimentais e institucionais no período dos governos petistas.

Considerados os avanços institucionais, foi aprovada a Lei nº 10.639 de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), modificada pela Lei nº 11.645 de 2008 (BRASIL, 2008), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura de Africanos, Afro-Brasileiros e Indígenas nos currículos escolares, incluindo o currículo oficial da rede de ensino. Foram criados em 2003 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPir), e elaborado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir). Em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). No âmbito da educação superior, contou-se com a aprovação do sistema de cotas plenas raciais desde o início da década de 2000 em muitas universidades brasileiras, e posteriormente a implantação das cotas sociais e raciais nas universidades federais por meio da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) e das cotas raciais para os concursos públicos (Lei nº 12.990/2014), que reservam 20% das vagas para aqueles que se autodeclararam negro/as (BRASIL, 2014) (Madeira, 2017, p. 27).

Não há como negar que os governos petistas trouxeram consigo uma agenda progressista que, mesmo dentro da fase neodesenvolvimentista de conciliação do processo de neoliberalização nacional (Saad Filho, Moraes, 2018), irrompeu com condições palpáveis de ascensão social da massa mais empobrecida e marginalizada da sociedade brasileira. Políticas de transferência de renda, facilitação na concessão de crédito para consumo massivo, habitação, combate à fome, políticas de promoção da igualdade racial, mesmo que realizadas em modalidade compensatória, apresentaram resultados socioeconômicos inéditos na história do Brasil, dando assim vetores de potencialidade democrática.

Contudo, sendo a sociabilidade brasileira fundamentada no racismo como prática-regra, há carência de tratativas profundas que remexam nas bases de reprodução da realidade social, que enfrente as problemáticas sociais numa convergência radical levando em conta a relação interseccional das estruturas de dominação de classe, etnia, raça e gênero.

Dessa forma, as bases de reatualização do racismo num cenário de conciliação de interesse de classes, mas ainda assim neoliberal (neodesenvolvimentista), continuaram ativas e atuantes, reverberando em violências sistêmicas aos negros e negras brasileiros. Para Borges (2018), o feminismo negro tem estratégica posição de elucidação destes fenômenos e afirma que:

A ascensão de negros e negras a bens de consumo veio casada com um aumento abrupto da violência sofrida por essa parcela da população como uma resposta sistêmica para que as desigualdades baseadas nas hierarquias raciais permaneçam. Nesse sentido, é impossível pensar em qualquer projeto de desenvolvimento nacional sem que a questão racial seja, com a questão de gênero, um pilar essencial e central. A pobreza no Brasil tem cor. Aliás, negros são pobres porque são negros no Brasil. E não são negros porque são pobres. Nesse caso, a ordem dos fatores altera e muito o produto e o entendimento necessário para a produção de políticas e projetos estratégicos que realmente transformem a realidade do país (Borges, 2018, p. 113-114).

A Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) é um dos principais fatores legislativos institucionais que alavancou o teor punitivista de atuação do Estado brasileiro para com as expressões da questão social a índices alarmantes, pois, partindo desta lei vemos o agigantamento das taxas de encarceramento e letalidade por ação policial em todo o território nacional, com o alvo preferencial destas táticas de repressão e violência sendo a população negra. A questão das drogas não se destaca, ou melhor, não é devidamente engajada como um debate relevante de saúde pública, mas sim como caso de polícia. Ao que tange às vítimas desta guerra, é verificável as disparidades em que a letalidade e o encarceramento atingem em maior intensidade a juventude negra, periférica e empobrecida (Ferrugem, 2019). Ainda que não seja uma questão sócio-cultural específica da população negra, é aparente quem são os corpos e territórios atacados e violentados pela política de matabilidade e encarceramento das operações policiais de combate ao tráfico de drogas, que na verdade, se traveste de guerra ao povo negro e política da morte, ditando quem vive e quem morre dentro dessa necropolítica (Mbembe, 2018).

Neste ponto, vale frisar que o contingente de encarceramento, a partir do ano de 2000 até o ano de 2015, mais que triplica de tamanho, superlotando o sistema carcerário de negros e negras com liberdade e direitos negados e relegados a morte social (Borges, 2018). Este fenômeno social das sociedades neoliberais, fortaleceu o punitivismo e a letalidade para com

as classes empobrecidas, com preferência sobre minorias sociais e afrodescendentes. Waquant (2011), observa que, ao mesmo tempo que o neoliberalismo deteriora o Estado de Bem-Estar social, um Estado Punitivista/Penal se ergue como resposta às expressões da questão social.

Porém, o Brasil não chegou a atingir parâmetros de um Estado de Bem-Estar e o neoliberalismo afere suas contrarreformas socioeconômicas e políticas antes mesmo das prerrogativas constitucionais serem ratificadas na realidade social. O que se observa, é que sendo o neoliberalismo “o corolário da reação burguesa à sua própria crise” (Behring; Souza, 2020, p. 133), não há como se esquivar dos aspectos reais que configuram a burguesia brasileira, tanto em uma dimensão de classe, raça, etnia e gênero, na explanação de seus reais objetivos.

Almeida (2018) argumenta sobre o significado do neoliberalismo brasileiro e seu combo de esfacelamento das estruturas de proteção social e dos direitos trabalhistas para a população negra:

O esfacelamento da sociabilidade regida pelo trabalho abstrato e pela “valorização do valor” resulta em terríveis tragédias sociais, haja visto que o movimento da economia e da política não é mais de integração ao mercado – há que se lembrar que na lógica liberal o “mercado” é a sociedade civil. Como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente pelo Estado – um exemplo disso é o corte nos direitos sociais. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos (Almeida, 2018, p. 2017).

Isto é, diante da crise política e econômica de 2016 e a guinada da extrema direita, que aplicou um impeachment/golpe contra a então presidenta Dilma, o neoliberalismo encarna em sua fase mais cruel. Reverberando em drásticas reformas que vão no sentido de obliteração dos direitos sociais e dos aparatos legislativos e institucionais da Seguridade Social e dos direitos trabalhistas. Souza (2017), aponta que o movimento de massa da direita, com início ainda em 2013, é provindo do ranço das elites burguesas e classe média dos governos petistas com os seus superficiais avanços sociais para com as classes empobrecidas, ou seja, da população negra. O ódio e o sentimento de necessidade de mantimento da condição de subserviência de negros e negras é o nicho aglutinador de um movimento massivo para a

ruptura democrática e encabeçamento das reformas ultraliberais, que por sua vez esvaziavam as capacidades institucionais de gestão social efetiva das expressões da questão social, optando-se pelo viés punitivista, moendo corpos e vidas negras com condições precárias de acesso ao amparo social, colocando-os cada vez mais em situações de vulnerabilidades sociais e inumanas.

A eleição de Bolsonaro em 2018 apresentou a direção autoritária para onde estava remando a política brasileira. Sendo este governo a representação das forças de autoritarismo fascista e racista que nunca foram varridas do cenário político, mas sim abrigadas nas instâncias do Estado para que se reconvertessem em protagonistas quando propício. O Estado brasileiro, assim, conserva o germe do racismo institucionalizado nos processos de reprodução social ao passo que perpetuou uma sociabilidade racializada de privilégios e hierarquização racial durante toda sua vigência, impedindo que o país superasse estruturalmente processos históricos de discriminação e desigualdade que não permitiam e não permitirão a ratificação de um dito Estado Democrático de Direito (Schwarcz, 2019).

Retomando em Yamamoto (2015), percebemos o Estado brasileiro condizente à sua atuação numa sociedade capitalista na função de organização societária e preservação do *status quo* burguês, fomentando e reforçando as estruturas de dominação e estratificação da classe trabalhadora. Para a autora:

O Estado tem papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção. O marxismo clássico já estabelece as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem às funções integradoras, destacadas pela análise gramsciana, exercidas pela ideologia e efetivadas por meio da educação, cultura, dos meios de comunicação e categorias do pensamento (Yamamoto, 2015, p. 120).

Desta forma, essa breve análise do saldo da conjuntura apresentada aqui após o golpe de 2016 pode ser verificada nos últimos dados disponibilizados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, que traz dados referentes ao ano de 2022. No caso, verifica-se que das mortes por ação policial ocorridas em 2022, 83,1% das vítimas eram negras, correspondendo a uma seletividade de alvos preferenciais desse projeto antinegro do Estado

capitalista, que criminaliza, extermina e confina esse segmento racial no sistema prisional (Ferrugem, 2019). Podemos constatar nos dados referentes ao encarceramento, que reforçam ainda mais um aspecto quase de apartheid, pois, em 2022 atingimos a marca de 832.295 pessoas encarceradas (a maior da história), e destas, 68,2% são negras.

Essa realidade atual coloca em evidência que não se pode mais ignorar que a questão étnico-racial e o racismo estruturam todas as relações sociais, políticas e econômicas desde a formação dessa sociedade. Essas categorias precisam ter visibilidade e serem debatidas cotidianamente desde a formação ao exercício profissional do Serviço Social. Haja vista que, de acordo com o Conselho Federal do Serviço Social (CFESS, 2022)⁴², no Brasil mais de 50% de Assistentes Sociais se autodeclararam negras/os, além disso, a maioria dos usuários das políticas públicas também são pessoas racializadas. Portanto, quando se pretende lutar e reivindicar a emancipação humana das estruturas de opressão e exploração da sociedade capitalista caminhamos coletivamente, sobremaneira, para romper com os atravessamentos causados pela questão de classe, gênero, raça/etnia e outros marcadores sociais da diferença, para trilhar veredas de vida e do bem viver.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos de uma nação provinda de processos de colonização, que se supriu da escravização e destacou diversas estratégias de exclusão e extermínio social dos indivíduos de racialidade não-branca, estamos falando de uma estruturação social capitalista que se fomenta entranhadamente às estruturas de poder da raça, etnia e gênero. Assim, as transformações sociais que influem trajetórias diversificadas de organização e acirramento da luta de classes, influem acirramento nas relações étnico-raciais e de gênero.

O contexto neoliberal exige compreensão das novas estratégias de dominação, além das reatualizações estruturais basilares constitutivas das relações sociais e institucionais. O Estado concebe a operacionalização de suas políticas perpassando por reflexos das forças político-sociais que o constituíram numa dinâmica social burguesa de luta de classes, racista e

⁴² Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 04 de nov. de 2023.

sexista, o que dita os sujeitos que serão mais afetados em uma elevação da índole punitivista/repressiva.

Não é cabível, desta forma, que o mesmo esteja fora das pressões sociais de enfrentamento, pois é através de seu conjunto institucional que estão as saídas e desaforamentos de uma conjuntura alarmante e emergente. Os movimentos populares de luta são vitais para a consolidação dos direcionamentos reais de desarticulação das estruturas de opressão e exploração, convergindo às possibilidades societárias alternativas de emancipação humana.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENI, Carla. **O Que é Interseccionalidade**. Belo Horizonte (MG): Letramento. 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BEHRING, Elaine Rossetti; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. In: SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo; Polén, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022.

Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 6ª ed., 2008.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *In. R. Katál*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *In. Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e “questão social”**. São Paulo, Cortez, 9º ed. 2015.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Desigualdades Raciais Como Expressão Da Questão Social No Ceará. *In. CUNHA, Aurineida Maria; SILVEIRA, Irma Martins Moroni (Orgs.). Expressões da questão social no Ceará. Fortaleza*, EdUECE, 2014, p. 239-262.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. *In. Argum.*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *In. Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; MEDEIROS, Richelly Barbosa de. Racismo estrutural e desafios dos movimentos sociais negros na contemporaneidade. *In. MACARIO, Eptácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa de. ALEXANDRE, Tainara. (Orgs.). Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. Fortaleza: EdUECE ; Bauru: Canal 6, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Traduzido: Renata Santani. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 27ª ed., 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro; Zuanar, 2º ed. Ampl., 2011.

IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS À EXPANSÃO CANAVIEIRA EM MINAS GERAIS

ENVIRONMENTAL IMPACTS ASSOCIATED WITH CANE EXPANSION IN MINAS GERAIS

Jussara dos Santos Rosendo ¹⁴³

Bruna Aparecida Silva Dias ²⁴⁴

Patrícia Francisca de Matos ⁴⁵

Resumo: Com mais de 900 mil ha cultivados em Minas Gerais, a cana-de-açúcar é o quarto maior produto agrícola do estado. Dada a sua importância nacional e internacional, o setor sucroenergético do estado precisou adaptar-se às exigências do mercado em relação a questão ambiental, uma delas foi a eliminação gradativa do uso do fogo na colheita em razão dos seus impactos ambientais. O principal objetivo do presente trabalho é avaliar a expansão da cana-de-açúcar e os impactos ambientais a ela associados. A justificativa da pesquisa está embasada no fato de que o estado mineiro apresenta elevadas taxas de expansão, que ocorrem por meio da conversão de áreas, tradicionalmente, destinadas à agricultura e pastagem. A metodologia da pesquisa foi de caráter exploratório, que envolveu a análise de dados e documentos relativos ao tema investigado. Os resultados apontaram que o estado de Minas Gerais tem apresentado taxas elevadas da expansão da cana-de-açúcar nos últimos anos, sendo a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a maior produtora de cana-de-açúcar. Os principais impactos ambientais associados ao sistema de manejo da cana queimada têm sido revertidos com a legislação ambiental que a proíbe a prática, todavia, é de se esperar que haja uma redução da empregabilidade do trabalhador rural, visto a sua substituição pela mecanização da lavoura.

Palavras-chave: cana-de-açúcar, impactos ambientais, Minas Gerais, Brasil.

Abstract/Resumen: With more than 900 thousand hectares cultivated in Minas Gerais, sugar cane is the fourth largest agricultural product in the state. Given its national and international importance, the state's sugar-energy sector needed to adapt to market demands in relation to environmental issues, one of which was the gradual elimination of the use of fire in harvesting due to its environmental impacts. The main objective of this work is to evaluate the expansion of sugar cane and the environmental impacts associated with it. The

⁴³ Doutora em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Docente do curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO/UFGO), Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: jussara.rosendo@ufu.br

⁴⁴ Doutora em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: brunadiasgeo@gmail.com

⁴⁵ Doutora em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Docente do curso de Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão/UFGAT, Catalão, Goiás, Brasil. E-mail: patriciafmatos@ufcat.edu.br

justification for the research is based on the fact that the state of Minas Gerais has high rates of expansion, which occur through the conversion of areas traditionally destined for agriculture and pasture. The research methodology was exploratory in nature, which involved the analysis of data and documents related to the topic investigated. The results showed that the state of Minas Gerais has shown high rates of sugarcane expansion in recent years, with the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba region being the largest sugarcane producer. The main environmental impacts associated with the burned sugarcane management system have been reversed with environmental legislation that prohibits the practice, however, it is expected that there will be a reduction in the employability of rural workers, given their replacement by the mechanization of farming.

Keyword/palabras clave: sugarcane, environmental impacts, Minas Gerais, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Os principais subprodutos da cana-de-açúcar são o açúcar e o etanol, este último inserido no mercado em razão da grande instabilidade do petróleo nos anos 1990. Os biocombustíveis surgiram como alternativa sustentável na geração de energia limpa e como forma de reduzir a emissão de poluentes potencializadores do efeito estufa. Nos dados do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários (MMA, 2013) o etanol foi considerado mais eficaz que a gasolina ou diesel em termos de emissão de poluentes (2012), 74% das emissões de monóxido de carbono (CO) eram advindos da gasolina, 14% do diesel, 11% do etanol e apenas 1% do gás natural veicular (GNV). A emissão de óxido de nitrogênio (NOx) pelo diesel representa 91%, da gasolina 7%, do etanol hidratado 1% e do GNV 1%. Quanto ao material particulado 96% provem da combustão do diesel e 4% da gasolina.

O manejo do corte da cana tem reflexo nas questões ambientais, pois a queima da palha (no corte manual) causa vários impactos. As certificações do mercado internacional incentivaram os estados produtores a buscar alternativas à redução da queima, como exemplo cita-se a Deliberação COPAM (133/2009), vigente no estado de Minas Gerais, que prevê a redução do uso do fogo, todavia, tais medidas necessitam monitoramento constante para serem eficazes.

O reconhecimento de que Minas Gerais apresenta elevada produção canavieira

associada as altas taxas de sua expansão, sobre outros usos da terra, tornam as pesquisas para análise espacial de sua ocupação cada vez mais necessárias, visto que as previsões de safra e as estimativas de produção são dados valiosos, podendo servir ao planejamento estratégico do país e à gestão dos subsídios direcionados ao setor.

Desse modo, os produtos de sensoriamento remoto aliados às técnicas de geoprocessamento tornam-se cada dia mais vantajosos quando se leva em consideração a extensão territorial do país e os custos associados às coletas de campo. Quanto ao monitoramento e levantamento de dados relativos à agricultura, tais produtos fornecem soluções consideradas rápidas, confiáveis e de baixo custo, requisitos fundamentais para investigar as mudanças de uso da terra, sendo possível destacar os satélites Landsat, Sentinel, Planet, CBERS, ResourceSat e outros, em razão da resolução espacial adequada à escala do mapeamento.

Diante do exposto, o principal objetivo do presente trabalho é avaliar a expansão da cana-de-açúcar e os impactos ambientais a ela associados, no estado de Minas Gerais. A justificativa da pesquisa está embasada no fato de que o estado mineiro apresenta elevadas taxas de expansão, que ocorrem por meio da conversão de áreas, tradicionalmente, destinadas à agricultura e pastagem.

2. DESENVOLVIMENTO

O reconhecimento de que Minas Gerais apresenta elevada produção canavieira, associada às altas taxas de sua expansão, sobre outros usos da terra, tornam as pesquisas para análise espacial de sua ocupação cada vez mais necessárias, visto que as previsões de safra e as estimativas de produção são dados valiosos, podendo servir ao planejamento estratégico do país e à gestão dos subsídios direcionados ao setor.

Na análise do ranking dos cinco maiores produtores da safra 2022/2023, fica evidente a importância de Minas Gerais para a produção nacional, pois o estado ficou em segundo lugar na produção do açúcar e em quinto na produção de etanol, sendo o terceiro maior produtor de cana no Brasil (Tabela 01).

Tabela 1: *Ranking* dos cinco maiores produtores de cana-de-açúcar da safra 2022/2023

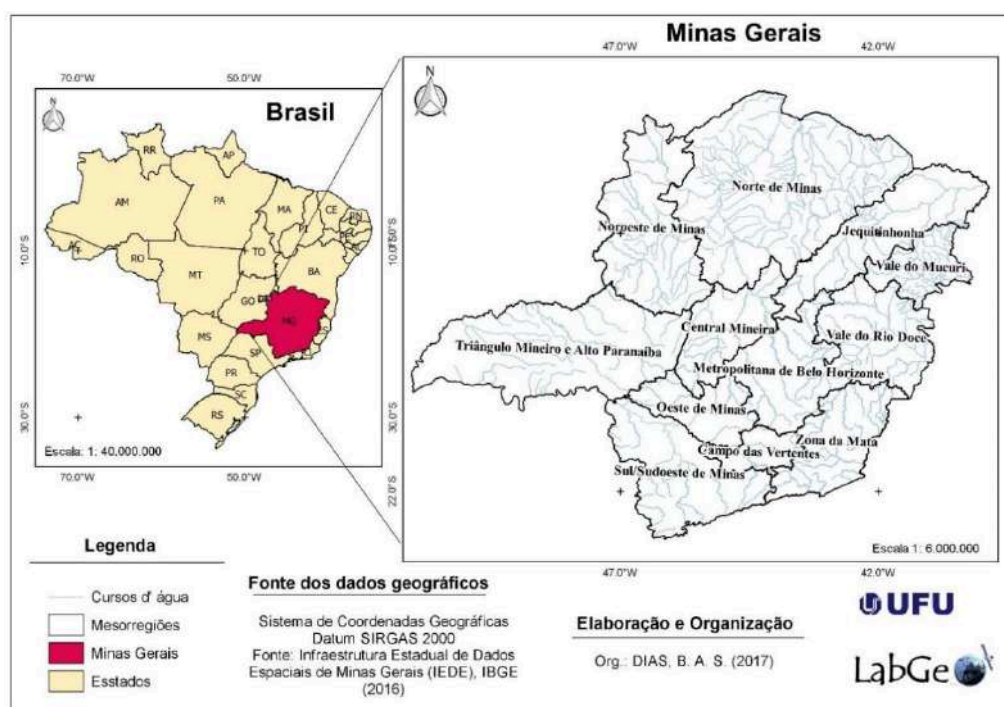
Ranking	Cana-de-açúcar	Etanol	Açúcar
1º	São Paulo	São Paulo	São Paulo
2º	Goiás	Goiás	Minas Gerais
3º	Minas Gerais	Mato Grosso	Paraná
4º	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Goiás
5º	Paraná	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul

Fonte: SIAMIG (2023)

Org.: as autoras (2023)

O estado de Minas Gerais ocupa uma área de 588.528 km², seu território localiza-se entre os paralelos 14°13'58" e 22°54'00"S do Equador e os meridianos 39°51'32" e 51°02'35"W de Greenwich, possui 853 municípios distribuídos em 66 microrregiões e 12 mesorregiões (Figura 01).

Figura 1: Localização do estado de Minas Gerais e suas mesorregiões



O estado mineiro faz divisa com 6 estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia), além do Distrito Federal. Quanto à população, o IBGE

(2018) estimou em aproximadamente 21.226.725 habitantes. Das 12 mesorregiões existentes, a do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) é a que concentra a maior produção da cana-de-açúcar (Figura 02). A análise da Tabela 02 permite concluir que dos anos 2000 até 2020, a área ocupada com cana-de-açúcar quintuplicou em Minas Gerais, quando passou de cerca de 120.000 ha para pouco mais de 700.000 ha.

Tabela 2: Produção canavieira na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG (2000 a 2020).

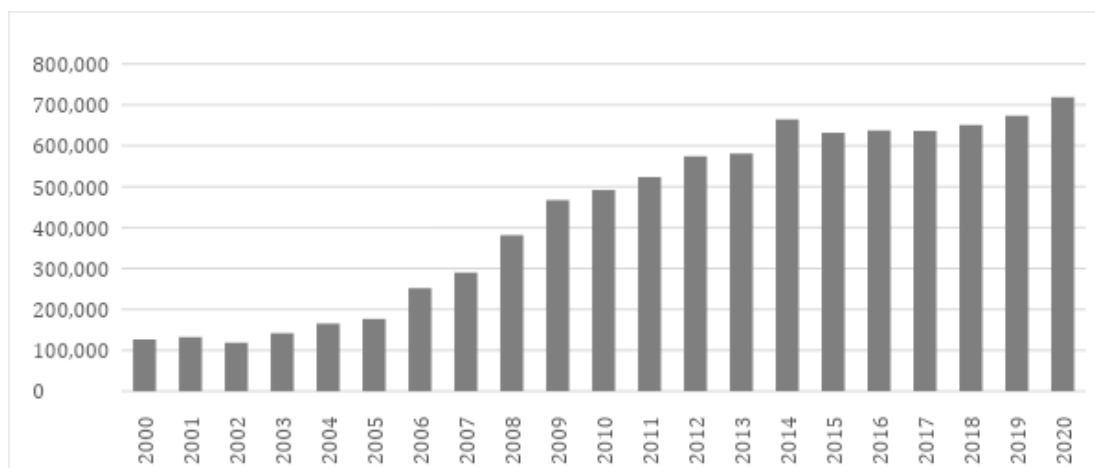
Ano	Área (ha)	Ocupação (%) em relação ao total da mesorregião
2000	126.500	10,30
2001	132.281	10,22
2002	118.636	8,95
2003	141.798	9,78
2004	165.352	10,0
2005	176.791	10,48
2006	251.920	15,21
2007	290.237	18,65
2008	381.804	22,52
2009	467.258	26,70
2010	492.440	27,51
2011	523.693	28,42
2012	573.833	29,74
2013	580.946	28,36
2014	664.735	29,84
2015	632.163	28,57
2016	637.268	27,14
2017	636.872	26,73
2018	651.497	27,12
2019	673.432	26,53
2020	718.611	26,85

Fonte: IBGE – produção agrícola municipal
Org.: as autoras (2023)

O alto nível técnico-operacional pode ter contribuído para o desenvolvimento e o melhoramento agrícola, assim como outros fatores são associados ao crescimento desses números, sendo possível citar os atrativos naturais (disponibilidade hídrica, qualidade dos

solos, clima apropriado e etc.), econômicos e fiscais no estado.

Figura 2: Produção de cana-de-açúcar (hectares) no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG

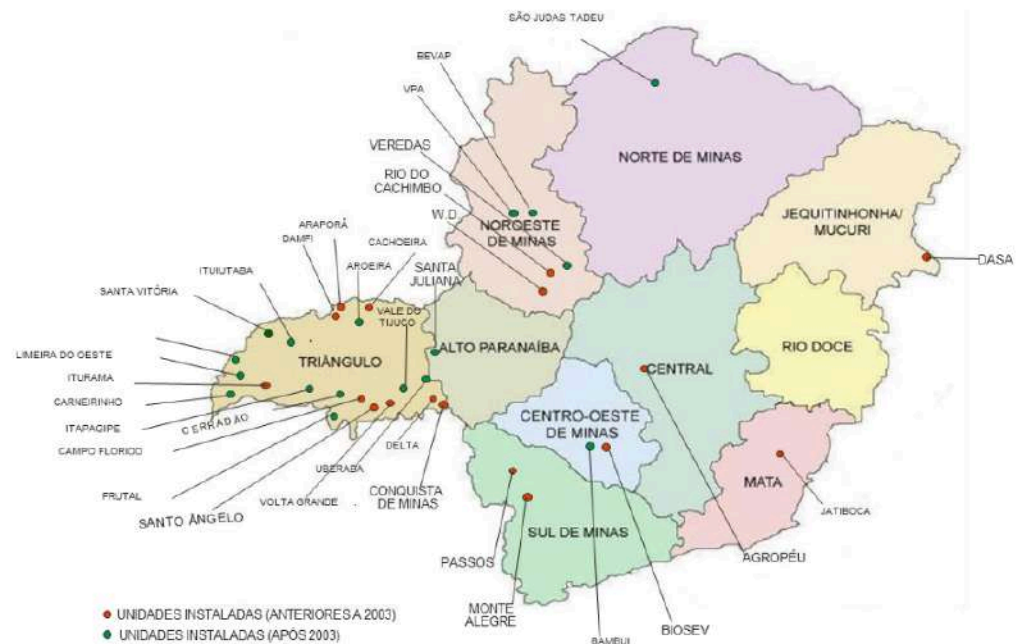


Fonte: as autoras (2023).

Dados do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG), apontam que, atualmente, existem 38 usinas em Minas Gerais, desse total, o Triângulo Mineiro concentra 22 usinas, sendo responsável pela maior parte da produção (SIAMIG, 2023). Quando se analisa a Figura 03, fica evidente a influência dos estados e Goiás e São Paulo quanto à localização das usinas situada do Triângulo Mineiro.

Na comparação da Tabela 01 com a Figura 03 é possível associar a instalação das usinas aos municípios mais produtores, fato que confirma a potencialidade do oeste de Minas Gerais no desenvolvimento econômico da produção de cana. Segundo a CONAB (2014), na safra 2013/2014 as lavouras produtoras de cana-de-açúcar do Centro-Sul receberam mais investimentos, tratos culturais e as novas usinas, em funcionamento, contribuíram para o acréscimo na área em relação à safra anterior. De fato, o número de usinas implantadas no TMAP antes de 2003 era de apenas 9, totalizando 22 após 2003 (SIAMIG, 2015).

Figura 3: Localização das usinas de cana-de-açúcar em Minas Gerais



Fonte: SIAMIG (2023)

Tabela 3: Produção de cana-de-açúcar em (hectares) e (toneladas) nas microrregiões (MRG) que integram o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no ano de 2020

MRG do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Hectares (ha)	Toneladas (t.)
Uberaba/MG	246.967	20.440.647
Frutal/MG	242.205	19.539.704
Ituiutaba/MG	93.420	6.582.160
Uberlândia/MG	69.007	5.947.491
Araxá/MG	66.389	5.449.700
Patos de Minas/MG	474	30.066
Patrocínio/MG	149	6.579
Total	718.611	57.996.347

Fonte: IBGE (2023), Org.: as autoras (2023).

Em Minas Gerais, a expansão do cultivo da cana-de-açúcar tem substituído pastagens e áreas agrícolas. Quando se analisa os dados das Microrregiões inseridas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, verifica-se que a de Uberaba e a de Frutal são as maiores

produtoras (Tabela 03).

Essa substituição tem levantado discussões acerca do aumento das áreas cultivadas com cana, em detrimento à produção de alimentos. Com relação ao assunto, em entrevista concedida ao MST (2013), Viviam Capacle salientou que

que o crescimento da cana-de-açúcar tem ocorrido muito mais em razão da ocupação de novas áreas em relação ao crescimento da produtividade. Dadas essas características, a cana busca novas áreas para ocupar. Como o estado de São Paulo se encontra saturado nessa produção e com terras a preços elevados, a cana, portanto, tem se dirigido às áreas limítrofes. (MST, 2013).

Ainda com relação a este assunto, foi apontado que a “expansão da cana-de-açúcar no Centro-Oeste gera o deslocamento de atividades recorrentes nesses estados para outros. Um exemplo é a migração da pecuária “para áreas mais remotas, muitas das quais sob a influência do bioma Amazônia” (MST, 2013).

À medida que o cultivo de cana-de-açúcar se expande, acontece a inversão com a produção de arroz. Segundo dados do IBGE (2020), em 2000, a região produzia 25.595 hectares de arroz. Ao longo dos anos, o arroz diminuiu, declinando, em 2020, para apenas 84 hectares. O feijão, por sua vez, passou para 40.422 hectares no referido ano. As duas culturas juntas, no ano de 2020, representaram 6% da área ocupada pela cana-de-açúcar.

As áreas de lavouras temporárias somavam 1.50.198 hectares, em 2000. Deste total, apenas 126.500 hectares eram cultivados com cana-de-açúcar; 445.651 hectares, com soja e 337.086 hectares, com milho. Em 2020, a área total foi de 2.434.784 hectares, sendo que 718.611 hectares foram ocupados com cana-de-açúcar; 903.314 hectares, com soja e 470.273 hectares, com milho (Tabela 04). A produção canavieira mostra crescimento a cada período analisado, constituindo, em 2000, cerca de 30% do total de lavouras temporárias.

Tabela 4: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: área plantada (hectares) de lavouras temporárias e permanentes cana-de-açúcar nos dez maiores municípios produtores em 2018.

Municípios	Lavouras temporárias e Permanentes (ha)	Lavouras de cana (ha)	Porcentagem % da área (ha) de cana em relação as lavouras temporárias e permanentes
Uberaba	219.609	84.000	38,24 %
Frutal	98.662	54.200	54,93%
Santa Vitória	43.024	40.000	92,97%
Conceição das Alagoas	114.340	45.000	39,35%
Iturama	40.036	39.000	97,41%
Campo Florido	68.567	36.300	52,94%
Ituiutaba	63.646	26.000	40,85%
Água Comprida	39.487	18.100	45,83%
Limeira do Oeste	41.154	40.000	97,19%
Conquista	37.511	18.200	48,51%

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE (2018). Org: autoras, (2023).

Castillo (2009, p. 2) apontou várias implicações territoriais da expansão da cultura da cana no Brasil, destacando o processo de substituição de culturas e ocupação de áreas de pastagens; a oligopolização do setor, com aquisições e fusões de grupos nacionais e estrangeiros (com centralização de capitais e desconcentração espacial da produção); a política agressiva de arrendamento de terras por parte das usinas (desestabilizando práticas pretéritas de pequenos produtores) e, por fim, um amplo conjunto de políticas públicas que viabiliza a expansão do parque de usinas.

EMBRAPA (2010), analisou os dados de Lima et al. (1999) que comprovaram que a cana-de-açúcar é responsável por cerca de 98% das emissões de gases provenientes da queima de resíduos agrícolas. A queimada do canavial libera para a atmosfera grandes concentrações de gases como dióxido de carbono (CO₂), óxido nitroso (N₂O) e metano (CH₄), o que aumenta o efeito estufa e constitui um dos principais problemas ambientais atuais.

Como consequência desse importante impacto ambiental, muitos estados têm promulgado legislações específicas de combate à queimada da cana-de-açúcar. Como exemplo, citam-se o estado de São Paulo, com a Lei Estadual no 11.241/2002, que dispunha sobre a eliminação do uso do fogo como método despalhador da palha da cana-de-açúcar (RONQUIM, 2010), e o decreto e a Deliberação Normativa COPAM nº 133, de 15 de abril de 2009, que regulamenta a prática da queima de cana-de-açúcar para fins de colheita em Minas Gerais e dá outras providências (COPAM, 2009).

Pode-se inferir, que as queimadas são, o principal impacto ambiental associado a produção canavieira atrelado à alta concentração atmosférica de CO₂. No Brasil, as mudanças de uso da terra contribuíram com 92,1% das emissões (emissão de CO₂) em 2016, decorrentes de processos de queima, e grande parte das áreas queimadas e/ou incendiadas ocorrera em áreas já desmatadas anteriormente, ou foi usada para limpeza e, posteriormente, para dar lugar ao agronegócio (BRASIL, 2019).

De fato, os níveis atuais de aquecimento global estão associados a riscos de escassez de água, erosão do solo, perda de vegetação, danos causados por incêndios, degelo e redução no rendimento das culturas tropicais. É o que aponta o Relatório sobre Mudanças Climáticas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2019). Ainda de acordo com o relatório, a perda de vegetação e danos causados por incêndio corresponde a cerca de 3°C do risco de aquecimento global.

Especificamente, sobre o CO₂, Ronquim (2010) esclareceu que a “liberação de CO₂ durante a queima das folhas da cana para colheita não é considerada pelos especialistas como uma emissão líquida, pois o carbono emitido foi previamente sequestrado pela planta durante seu crescimento”.

De acordo com o autor, a alteração da colheita manual de cana queimada para a colheita mecanizada de cana crua, no que diz respeito às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), tem duas consequências principais:

1. A colheita de cana crua emite os gases CH₄ e N₂O, além de poluir a atmosfera com fumaça e fuligem. Apesar do consumo de combustíveis fósseis da máquina cortadora, a eliminação da queima diminui em quase 80% as emissões totais de GEEs que ocorrem na colheita.
2. A manutenção da palha no terreno preserva os nutrientes, especialmente N e S, mantém bons níveis de umidade e protege a superfície do solo contra a erosão (RONQUIM, 2010, p 18).

Portanto, quando se altera o sistema de manejo do corte da cana queimada, para o corte da cana crua, por meio da mecanização, a qualidade ambiental das áreas das áreas produtoras, com relação aos impactos das queimadas, tende a melhorar. Além destes, a palha da cana tem sido empregada na cogeração de energia nas próprias agroindústrias, gerando economia na matriz energética da empresa.

A mecanização da lavoura de cana, suscita impactos na área social também. Feltre e Tulon (2023) debateram os efeitos da mecanização da cultura da cana sobre os empregos, nas diferentes regiões do Brasil, e seus dados permitiram concluir que

a modernização na cultura da cana-de-açúcar reduziu a necessidade de trabalhadores no campo no Brasil, especialmente em atividades especializadas. Esse processo vem se mostrando persistente, caracterizando uma situação de desemprego estrutural, na qual não se observa reversibilidade ao longo do tempo (FELTRE; TULON, 2023, p. 91).

Os autores explicam que a “intensidade desse processo foi diferente entre as regiões brasileiras”, pois ‘ao analisar o efeito da mecanização sobre o número de empregados, pode-se afirmar que as regiões com início da produção mais recente mostraram-se mais propensas a desempregar trabalhadores rurais, assim como aquelas com maiores possibilidades de financiamento do equipamento de CCT (corte, colheita e transporte) e com maior aptidão à mecanização – Sudeste e Centro-Oeste” (FELTRE; TULON, 2023).

Feltre e Tulon (2023) também fizeram uma importante análise sobre a Região Nordeste, ao demonstrar que “apesar da pequena representatividade na produção nacional, permanece importante geradora de empregos no campo”, em razão da menor propensão à mecanização por fatores associados à “mão de obra barata, soma de terras pouco aptas à mecanização e produtores com baixa capacidade de financiamento”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Minas Gerais tem apresentado taxas elevadas da expansão da cana-de-açúcar nos últimos anos. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba concentra a maior parte da produção canavieira, modificando a paisagem ao substituir usos da terra considerados tradicionais no estado, como a pecuária e a produção de grãos. Os principais impactos ambientais associados ao sistema de manejo da cana queimada têm sido revertidos com a legislação ambiental que a proíbe a prática, todavia, é de se esperar que haja uma redução da empregabilidade do trabalhador rural, visto a sua substituição pela mecanização da lavoura.

A expansão da cana em Minas Gerais, assim como em outros estados, levanta preocupações sobre os riscos para a produção de alimentos, para a pecuária e para os ecossistemas. O enfrentamento às questões ambientais é evidente, principalmente, no solo, água e ar.

4. AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento da pesquisa pelo Edital Universal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Políticas para a Formação e Ações Estratégicas. Coordenação-Geral do Clima. **Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil**. 5. ed. Brasília, 2019.

CASTILLO, R. Região competitiva e circuito espacial produtivo: a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil. **VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE**, Curitiba, 2009. **Anais...** Curitiba, 2009.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar. Safra 2013/14**. Quarto Levantamento, Brasília, v. 4, p. 1-14, abril. 2014.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM). Deliberação normativa número 133, de 15 de abril de 2009. **Regulamenta a prática da queima de cana-de-açúcar para fins de colheita, e dá outras providências**. Gerais Disponível em:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

https://www.udop.com.br/legislacao-arquivos/78/del_copam_133_mg.pdf. Acesso em: 14 nov 2023.

FELTRE, C.; TULON, I, M. Estudo comparativo da mecanização da cultura de cana-de-açúcar sobre o emprego nas regiões brasileiras. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 54, n. 3, p. 78-94, jul./set., 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1394>. Acesso em: 16 nov 2023.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 4 dez 2022.

_____. Dados da produção de cana em Minas Gerais. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 23 abr 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários**. 2013. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/inventario/inventario_Ar/2014-05-27%20inventrio%202013.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Expansão da cana substitui produção de alimentos**. Entrevista à pesquisadora Vivian Capacle. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/10/04/expansao-da-cana-substitui-producao-de-alimentos-diz-pesquisadora/>. Acesso em: 07 nov 2023.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC. **Climate Change and Land**. IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems. 2019. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/4.-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021. Expansão da cana substitui produção de alimentos, diz pesquisadora

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS (SIAMIG). **Capital do Zebu agora é capital da cana**. 2015 Disponível em: <http://www.siamig.com.br/materia_20-06.pdf>. Acesso em: 27 out 2022.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS (SIAMIG). **Estatísticas da cana-de-açúcar**. 2023. Disponível em: <https://www.siamig.com.br/uploads/5fa09c8fcd2a60b7b25441cdb706bb86.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RONQUIM, C. C. **Queimada na colheita da cana-de-açúcar: impactos ambientais, sociais e econômicos**. Embrapa Monitoramento por Satélite, Campinas, SP, 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/878010/1/Doc77.pdf>. Acesso em: 10 nov 2023.

IMPACTOS DO SALTO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA 4.0 NO MUNDO DO TRABALHO

IMPACTOS DEL SALTO TECNOLÓGICO DE LA INDUSTRIA 4.0 EN EL MUNDO DEL TRABAJO

Jorge Alexandre da Silva⁴⁶
Mirian Raquel Rodrigues Vera⁴⁷
Ezequiel Miranda Siqueira⁴⁸
Tiago Eduardo Molina Robalo⁴⁹
Rafaela Betim Gomes⁵⁰

Resumo: O presente artigo analisa como a Indústria 4.0 implica em transformações no mundo do trabalho. É uma pesquisa exploratória que trata das inovações compositivas do que passou a ser considerado como a nova etapa da reestruturação produtiva do capital. A Indústria 4.0 tem suporte tanto nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como nas novas tecnologias digitais e virtuais que tornam as empresas ainda mais flexíveis. Também chamada de Quarta Revolução Industrial, ela se caracteriza pela articulação de processos tecnológicos-organizacionais-informacionais que se baseiam na confluência de tecnologias tais como: interconexão entre objetos remotamente monitorados, novas formas processamento e armazenamento de dados, proteção dos ativos de informação, robótica avançada, sistema integrados de simulação e visualização 3D, fabricação de peças a partir da deposição de material em camadas por meio da chamada Impressão 3D, integração de sistemas que conectam cada etapa do processo produtivo e da cadeia produtiva, sistemas com capacidade para tomada de decisão autônoma, etc.

Palavras-chaves: Indústria 4.0. Reestruturação Produtiva. Mundo do trabalho.

Resumen: Este artículo analiza cómo la Industria 4.0 implica transformaciones en el mundo del trabajo. Se trata de una investigación exploratoria que aborda las innovaciones compositivas de lo que pasó a considerarse como la nueva etapa de la reestructuración productiva del capital. La Industria 4.0 se apoya tanto en las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (TIC) como en las nuevas tecnologías digitales y virtuales que

⁴⁶ Doutor, em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Serviço Social (PUCRS), Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS). Docente do Curso do Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Brasil. E-mail: jorgealexandre@unipampa.edu.br

⁴⁷ Graduanda, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: miriamvera.aluno@unipampa.edu.br

⁴⁸ Graduando, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: ezequielsiqueira.aluno@unipampa.edu.br

⁴⁹ Graduando, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: tiagorobalo.aluno@unipampa.edu.br

⁵⁰ Graduanda, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: rafaelabetim.aluno@unipampa.edu.br

flexibilizan aún más las empresas. También llamada Cuarta Revolución Industrial, se caracteriza por la articulación de procesos tecnológico-organizativos-informativos que se basan en la confluencia de tecnologías como: interconexión entre objetos monitoreados remotamente, nuevas formas de procesamiento y almacenamiento de datos, protección de activos de información, Robótica avanzada, sistemas integrados de simulación y visualización 3D, fabricación de piezas a partir de la deposición de material en capas mediante la denominada Impresión 3D, integración de sistemas que conectan cada etapa del proceso productivo y la cadena de producción, sistemas con capacidad de decisión autónoma. , etc.

Palabras clave: Industria 4.0. Reestructuración Productiva. Mundo de trabajo.

1. INTRODUÇÃO

Klaus Schwab (2016), fez questão de destacar que em seu entendimento, as tecnologias digitais, fundamentadas no computador, software e redes, não são novas, mas estão causando rupturas à terceira revolução industrial, na medida em que se tornaram mais sofisticadas e integradas e, conseqüentemente, transformando a sociedade e a economia global. Ele cita, inclusive, para ilustrar essa realidade, o livro *The Second Machine Age* (A Segunda Era da Máquina), de Andrew McAfee e Erik Brynjolfsson. Segundo o autor, “estes dois professores afirmam que o mundo está em um ponto de inflexão em que o efeito dessas tecnologias digitais irá se manifestar com “força total” por meio da automação e de “coisas sem precedentes” (Schwab, 2016, p. 04).

Apesar de um certo otimismo, por assim dizer, Schwab (2016), faz questão de afirmar que as inovações em curso sustentam o surgimento de uma quarta revolução industrial, por três razões:

- 1) Velocidade: ao contrário das revoluções industriais anteriores, esta evolui em um ritmo exponencial e não linear. Como resultado de um mundo multifacetado e profundamente interconectado as novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas.
- 2) Amplitude e profundidade: baseada na revolução digital ela combina várias tecnologias, levando a mudanças de paradigma sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos.

- 3) Impacto sistêmico: envolve a transformação de sistemas inteiros, seja entre países e dentro deles, em empresas, indústrias e em toda sociedade.

Utilizado pela primeira vez na Feira de Hannover, em 2011, na Alemanha, o termo Indústria 4.0 engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas. A respeito disso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) (2016, p. 11), explica que,

A incorporação da digitalização à atividade industrial resultou no conceito de Indústria 4.0, em referência ao que seria a 4ª revolução industrial, caracterizada pela integração e controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da fusão do mundo real com o virtual, criando os chamados sistemas ciberfísicos e viabilizando o emprego da inteligência artificial.

Essas tecnologias prometem acelerar as transformações do processo produtivo e, por consequência, as condições de acumulação do capital. De acordo com a CNI [2022] a Indústria 4.0 é um fenômeno que gera mudanças, em grande escala, para a automação e troca de dados, bem como para as etapas de produção e os modelos de negócios, por meio do uso de máquinas e computadores. Por sua vez, inovação, eficiência e customização aparecem como palavras-chave do conceito de Indústria 4.0.

Também de acordo com a CNI (2020), as chamadas tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0, são:

1. Internet das coisas: se refere a interconexão entre objetos por meio de infraestrutura habilitadora (eletrônica, software, sensores e/ou atuadores), com capacidade de computação distribuída e organizados em redes, que se comunicam e interagem, e que podem ser remotamente monitorados e/ou controlados para ganhos de eficiência.

2. Big data: é uma abordagem para atuar em dados com maior variedade e complexidade, que chegam em volumes crescentes e com velocidade cada vez maior, usados para resolver problemas de negócios. Trata-se de dados cujo volume não pode ser processado e nem gerenciado pelo software tradicional. As informações relevantes aos negócios são extraídas mediante o uso de técnicas estatísticas e de aprendizagem de máquina, inferências e tendências não possíveis de se obter com uma análise humana.

3. Computação em nuvem: é a distribuição de serviços de computação – servidores, armazenamento, bancos de dados, redes, software, análises, inteligência – pela Internet. Para

tanto, utiliza-se a memória, capacidade de armazenamento e cálculo de computadores e servidores hospedados em Datacenter, proporcionando recursos flexíveis e economia na escala. Isso permite às empresas acessar recursos computacionais abundantes como um serviço e a partir de distintos dispositivos remotos. O objetivo é evitar investimentos altos em equipamentos e equipe de suporte, para que as empresas foquem seus investimentos nas suas atividades principais.

4. Segurança digital: também conhecida como segurança da informação, é um conjunto de infraestruturas de hardware e software voltado à proteção dos ativos de informação, por meio do tratamento de ameaças que põem em risco a informação que é processada, armazenada e transportada pelos sistemas de informação que estão interligados.

5. Robótica avançada: refere-se aos dispositivos que agem em grande parte, ou parcialmente, de forma autônoma e que interagem fisicamente com as pessoas ou seu ambiente, com a capacidade de modificar o comportamento das mesmas, com base em dados de sensores.

6. Manufatura digital: é o uso de um sistema integrado, baseado em computador, que consiste em simulação, visualização 3D, análises e ferramentas de colaboração para criar definições de processos de manufatura e produto simultaneamente. A manufatura digital está baseada em pelo menos três etapas para maximizar resultados de micro e macro processos dentro das indústrias, a saber: planejamento eficiente, simulação em ambiente virtual e a validação dos resultados simulados em relação às metas de produção.

7. Manufatura aditiva: consiste na fabricação de peças a partir de um desenho digital (feito com um software de modelagem tridimensional), por deposição de material em camadas – processo semelhante ao de uma impressora. Podem ser utilizados materiais como plástico, metal, ligas metálicas, cerâmica e areia, entre outros, constituindo o que é chamado de Impressão 3D.

8. Integração de sistemas: surge para conectar cada etapa do processo produtivo e da cadeia produtiva, com a união de diferentes sistemas de computação e aplicações de software física ou funcionalmente, de modo a constituir um todo coordenado que possibilita a troca de informações entre os diferentes sistemas. Desse modo, as informações em tempo real sobre o processo produtivo influenciam a tomada de decisões gerenciais mais rapidamente, bem como

decisões estratégicas sobre o negócio da empresa conseguem ser mais facilmente implantadas na planta de produção.

9. Inteligência artificial: trata-se da aplicação de análise avançada e técnicas baseadas em lógica, incluindo aprendizado de máquina, para interpretar eventos, analisar tendências e comportamentos de sistemas, apoiar e automatizar decisões e realizar ações. Utilizada na logística, produção ou gestão, a IA oferece soluções inovadoras que aumentam a produtividade, eficiência e competitividade, redução de custos, segurança, apoio na tomada de decisão e otimização de processos das empresas.

10. Sistemas de simulação: diz respeito à utilização de computadores e conjunto de técnicas para gerar modelos digitais que descrevem ou exibem a interação complexa entre várias variáveis dentro de um sistema, imitando processos do mundo real. Desse modo, o software é capaz de simular o uso de diferentes tecnologias nos ambientes fabris.

11. Digitalização: consiste no uso de tecnologias digitais para transformar processos de produção, de desenvolvimento de produtos e/ou modelos de negócios, com o objetivo de aumentar a otimização e a eficiência nos processos. Ao mesmo tempo, a digitalização da produção diz respeito à integração das diferentes etapas da cadeia de valor, desde o desenvolvimento do produto até o uso final. Ela se refere tanto ao aumento da produtividade, como às oportunidades de novos modelos de negócio, flexibilização e customização da produção.

De acordo com a CNI, são exemplos de aplicações da Indústria 4.0:

Na unidade de equipamentos eletroeletrônicos da Siemens em Amberg, na Alemanha, as máquinas operam 24 horas por dia, 1.000 variantes diferentes do CLP (Controlador Lógico Programável), que são encomendados automaticamente pelo sistema. A automação extrema leva a um baixíssimo índice de defeitos: 12 peças com defeito a cada um milhão produzido. [...] A fabricante britânica de motores aeronáuticos Rolls-Royce, está se preparando para usar a tecnologia de impressão 3D para produzir componentes para os seus motores. Hoje, a produção de algumas peças pode levar até 18 meses devido ao processo de ferramental envolvido. A tecnologia de impressão 3D pode encurtar este processo consideravelmente e, também, torna possível a fabricação de peças mais leves. [...] No Brasil, a Embraer começou a treinar de forma virtual, em 3D, o que os trabalhadores fariam no chão de fábrica um ano antes do início da produção. O projeto teve 12 mil horas de testes antes das aeronaves decolarem. Defeitos que, normalmente, seriam detectados somente com o avião no ar, foram resolvidos ainda na fase de preparação. Na linha de montagem, os operários usam computadores e tablets com tecnologia de

realidade aumentada e, em caso de dúvida, há sempre um vídeo para explicar como realizar a operação. Com todos os ganhos da digitalização, o tempo de montagem já caiu 25%³. [...] O LABelectron, Laboratório-Fábrica vinculado à Fundação CERTI (Florianópolis – SC) desenvolveu o Sistema de Gerenciamento de Informações de Chão de Fábrica, sistema de arquitetura de software estruturada em 4 módulos (Módulo Serviço de chão de fábrica, Módulo Serviço da Qualidade, Módulo Fábrica Visual e Módulo Mensageiro) implementados para a completa rastreabilidade de processos produtivos através de funcionalidades e controles de manufatura (CNI, 2016, p. 14).

Cabe ainda aqui, mais uma citação da CNI, de modo a contextualizar o modo como as tecnologias citadas anteriormente impactam no modo de ser das indústrias, e nas cadeias produtivas de valor. Para a CNI,

Tais tecnologias permearão todas as áreas da economia, provocando múltiplas transformações econômicas e sociais nos próximos anos. Um número crescente de dispositivos capazes de se comunicarem uns com os outros e coletar dados do ambiente e dos usuários (e.g. smartphones, veículos, eletrodomésticos, sistemas de iluminação), associado às tecnologias de big data, computação em nuvem e novas tecnologias de tratamento de dados, certamente abrirão espaço para a criação de novos modelos de negócios e poderá alterar a forma como as empresas se relacionam com clientes e fornecedores. As tradicionais divisões entre indústria e serviços e as delimitações dos setores industriais serão alteradas. [...] Nessas “indústrias inteligentes”, máquinas e insumos “conversam” ao longo das operações industriais com escala e flexibilidade do processo de fabricação, que, assim, ocorre de forma relativamente autônoma e integrada. Dispositivos localizados em diferentes unidades da empresa, ou mesmo de empresas diferentes, também trocam informações de forma instantânea sobre compras e estoques, permitindo uma otimização logística até então impensável, estabelecendo maior integração também entre os elos de uma cadeia produtiva. O conceito de Indústria 4.0, contudo, vai além da integração dos processos associados à produção e distribuição, envolvendo, também, todas as diversas etapas da cadeia de valor: do desenvolvimento de novos produtos, como projeto, desenvolvimento, testes e até mesmo a simulação das condições de produção, até o pós-venda. [...] Os impactos irão muito além de ganhos de produtividade no chão de fábrica. Essa nova revolução industrial vai envolver o encurtamento dos prazos de lançamento de novos produtos no mercado, a maior flexibilidade das linhas de produção, com aumento da produtividade e da eficiência no uso de recursos (e.g. energia) e, até mesmo, a capacidade das empresas de se integrarem em cadeias globais de valor. [...] O aumento da flexibilidade das linhas de produção, por sua vez, viabiliza a customização em massa: a comunicação instantânea entre diferentes elos da cadeia produtiva e o desenvolvimento de sistemas de automação altamente flexíveis, possibilitando a produção de bens customizados de acordo com as preferências/necessidades de diferentes consumidores em um grau de eficiência que, até pouco tempo, só era possível com a fabricação massificada de bens. A customização em massa é, claramente, uma das novas características da atividade industrial moderna (CNI, 2016, p. 10-12-13).

Em uma síntese, a Indústria 4.0, como observa Alves, facilita a visão e a execução de “Fábricas Inteligentes” com as suas estruturas modulares, os sistemas ciberfísicos monitoram os processos físicos, criam uma cópia virtual do mundo físico e tomam decisões descentralizadas. Com a internet das coisas, os sistemas ciberfísicos se comunicam e cooperam entre si e com os humanos em tempo real, e através da computação em nuvem, serviços internos e intraorganizacionais que são oferecidos e utilizados pelos participantes da cadeia de valor. Em sua análise, embora muitos analistas só observem as mudanças drásticas na indústria propriamente dita, a Quarta Revolução Industrial extrapola essa esfera e diz respeito a mutações tecnológicas na própria organização material do trabalho vivo no comércio e serviços – incluindo administração pública. Há uma “revolução” na prestação de serviços e o comércio dito eletrônico (e-commerce), com smartphones conectados à Internet e plataformas de serviços com aplicativos inteligentes. A nova tecnologia informacional digital e virtual impulsiona aquilo que os autores denominam “economia de compartilhamento”, “economia disruptiva” ou “economia sob demanda” (Alves, 2018).

Alves afirma que desde 1980, na era do capitalismo global, ocorreram pelo menos duas importantes revoluções tecnológicas que alteraram, de modo significativo, a organização do trabalho e a produção social, com impactos disruptivos na cultura, ideologia, lazer, psicologia social, consumo e política. São elas: a revolução informática e a revolução informacional; e ambas as revoluções são “cabeças de ponte” da Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0 do capitalismo do século XXI (Alves, 2018).

2. OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA 4.0 NO MUNDO DO TRABALHO

Com o quadro atual surgem interrogações sobre o futuro do trabalho, ou então, sobre os impactos das novas tecnologias no futuro do mercado de trabalho. Embora a distinção necessária entre essas duas categorias não possa ser tratada aqui - com a atenção que merece -, pode ser dito, ainda que de forma breve, que o trabalho não se reduz ao mercado de trabalho capitalista, nem ao mundo do trabalho erigido sobre o trabalho abstrato.

De fato, estamos longe de apreender o cerne da questão, portanto, são válidas as perguntas feitas por Evangelista (2018,p. 7):

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

Qual será, então, o verdadeiro cenário do mundo do trabalho nos próximos anos? Em uma sociedade onde o avanço tecnológico é tão veloz, iremos competir com os robôs? Seremos multiprofissionais para garantir nosso espaço no mercado e trabalho? Ou estaremos diante do fim do mundo do trabalho?

De alguma forma, o que Schwab (2016) indicou anteriormente, sobre como se daria a velocidade desta quarta revolução industrial, já aparece nas observações de estudiosos que tratam sobre o referido tema. “A avaliação de alguns especialistas da área é que o mercado de trabalho passa por uma grande reestruturação, onde tudo acontece de forma muito rápida: desde 2010, o número de robôs industriais cresce a uma taxa de 9% ao ano, segundo a OIT” (Evangalista, 2018, p. 7). E mais, “as avaliações sobre esse cenário futuro, no entanto, estão longe de ser consensuais” (p.7) .

Perez, considerada uma das especialistas em tecnologia mais otimistas em relação à revolução tecnológica em curso, afirma que todas as tecnologias criam desemprego no início e depois permitem um salto em frente e a melhoria de novas camadas sociais e que estamos no pior momento desta onda tecnológica. De acordo com a autora, a inteligência artificial é uma das formas avançadas da revolução informática. Com ela e com a robótica, muitas indústrias aumentam a produtividade e esta riqueza que cresce servirá de base para expandir a base produtiva numa sociedade em que a qualidade de vida é muito mais definida por bens intangíveis do que por produtos tradicionais (Perez, 2018).

A posição de Menegat aponta para outra direção, e também examina dois momentos das inovações referentes ao que ele chama de Revolução 4.0. No primeiro momento a inovação do processo de produção que a microeletrônica criou, ainda no final do século XX, expulsou do mundo do trabalho um contingente gigantesco de pessoas. No segundo momento, o da inovação de produtos possibilitados por esta técnica, a saber, a produção de computadores, celulares e todo tipo de máquinas da Revolução agora chamada de 4.0, não houve condições para se absorver mais do que uma minúscula fração dessa massa dispensada no momento anterior. Além disso, todos estes produtos novos são fabricados com máquinas que utilizam estas tecnologias superpoupadoras de força de trabalho. O autor destaca que, diferente do fordismo, não pode ser dito que essas criaram mecanismos de compensação capazes de evitar a tendência de crise do capitalismo, abrindo uma longa onda de expansão da

acumulação. Para ele, as distopias de ficções científicas ao estilo de Philip Dick tornaram-se atuais (Menegat, 2018).

Nessa mesma direção segue a análise de Antunes, que afirma que nunca o quadro foi tão desolador no que diz respeito ao futuro do trabalho. Para ele, nenhuma empresa vai criar a internet das coisas para empregar. E afirma: é uma ficção, uma vez que essa massa que vai ser expulsa da chamada indústria 4.0, que não é só indústria, só vai ter um tipo de trabalho, o uberizado em plataformas, sem direito nenhum (Antunes, 2023). De acordo com o autor, na processualidade capitalista em curso, presencia-se simultaneamente o crescimento do trabalho uberizado e a expansão global da Indústria 4.0, propositura que foi concebida para propiciar um novo salto tecnológico no mundo produtivo (em sentido amplo) a partir da ampliação da robótica e das novas tecnologias de informação e comunicação. A implantação da Indústria 4.0 vem acarretando a intensificação ainda maior dos processos produtivos automatizados em toda a cadeia produtiva de valor, de modo que a produção e a logística empresarial se tornam cada vez mais controladas e comandadas digitalmente. Assim, o que estamos presenciando é uma expressiva ampliação do trabalho morto, tendo o maquinário digital como dominante e condutor de todo processo produtivo, com a consequente redução do trabalho vivo, através da substituição das atividades que se tornam supérfluas, por conta do ingresso de novas máquinas automatizadas e robotizadas, sob o comando dos algoritmos. A produção é invadida por mais robôs e máquinas digitais, o que torna possível indicar que estamos adentrando em uma nova fase qualitativamente superior de subsunção real do trabalho ao capital. O mundo informacional-digital passou a controlar, supervisionar e comandar esta nova fase da *cyber* indústria do século XXI, seja por meio da presença da internet das coisas (IoT), inteligência artificial, nuvem, *big data*, impressão 3D, internet 5G, celulares, *tablets*, *smartphones* ou de assemelhados (Antunes, 2018).

Outra análise interessante é a de Braga . Diz o autor:

Com os avanços da robótica, da microeletrônica, da logística, teremos situações nas quais a presença do trabalhador nas linhas de produção nas indústrias tenderia a declinar, e parece que essa é uma tendência real, sem dúvida alguma, do ponto de vista tecnológico [...]. Essa discussão acontece desde que o capitalismo é capitalismo, desde a Revolução Industrial. Do século 19 até hoje, é claro que a tecnologia é acumulativa e a automação sempre avançou. Ainda assim, temos uma classe trabalhadora que é 35 vezes maior se comparada com aquela época. O que provavelmente vai acontecer é um pouco de acomodações, partilhas, redistribuições da carga de trabalho [...]. Claro que vai continuar existindo trabalho e esse trabalho continuará sendo explorado. Da mesma maneira que, de outra perspectiva, podemos incluir as tendências de acumulação por especulação, por exemplo [...] (apud Evangelista, 2018, p. 8).

A análise de Braga de que o trabalho continuará existindo indica uma oposição à tese do “fim do trabalho”, a qual, de forma incansável, Ricardo Antunes tem criticado. A ficção do fim do trabalho parece ganhar novas roupagens em tempos de constituição da Indústria 4.0. Mesmo aqueles que se consideram imediatamente contra o capitalismo podem se perder no encanto dessa tese, ao não apreender o sentido das determinações do trabalho para o ser social. Segundo a posição de Menegat,

O mundo do trabalho só pode ter uma transformação se eliminarmos qualquer possibilidade de o trabalho ser central na existência humana [...]. Temos que ser capazes de elaborar condições de nos tornarmos seres livres, autodeterminados. Se eu quero sair do mundo do capital, preciso ser contra o trabalho e não pelo trabalho. Ou nós transformamos o nosso modo de produção, ou seja, conseguimos de fato superar essa forma sistêmica de vida, ou estamos perdidos [...] (apud Evangelista, 2018, p. 13).

Nos últimos anos, a perda de relevância do debate sobre o fim do trabalho ocorre ao mesmo tempo em que ganham destaque, formulações que pensam o trabalho de forma unilateral e imediatamente o capitalismo e ao trabalho assalariado e abstrato. Com isso, nega-se o trabalho em nome de qualquer esforço de emancipação humana e societal, expressa Antunes (2018). E acrescenta:

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo

proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI (Antunes, 2018, p. 35).

Ademais, a condição de proletariedade que constitui o momento predominante do capital em face do trabalho, é que necessita ser negada junto com aquele, por um salto ontológico que afirme este último como agente da reprodução social, ainda que não exclusivamente, se considerarmos a práxis social no seu conjunto. Mas antes que se possa alcançar esse horizonte, é preciso lidar com o fato de que no presente momento, são disseminadas novas formas de proletarização em que o trabalho informal (outro nome do trabalho precário), se mescla com o desemprego de longa duração, uma das feições do desemprego estrutural que aparece também como desemprego tecnológico.

3. CONCLUSÃO

O trabalho é para o ser social o necessário, enquanto o capital ocupa o lugar de algo historicamente contingente, que se põe, por força de suas determinações como um pseudonecessidade e como pseudoliberdade. Entender que a negação de ambos, capital e trabalho, é o que aponta a saída possível é, no mínimo, um “voo de Ícaro”.

Diante do exposto, é possível observar que as diferentes análises a respeito da Indústria 4.0, a relacionam às inovações tecnológicas geradas pelo capitalismo. Por outro lado, se o que temos de fato, é uma nova fase da reestruturação produtiva que se tornou segundo Antunes (2018, p. 53) um “processo permanente” do capital. Assim, torna-se necessário investigar a fundo, as continuidades e discontinuidades que a Indústria 4.0 apresenta em relação ao toyotismo, se aquela realmente se diferencia deste e em que medida.

A partir da década de 1980, o novo complexo de reestruturação produtiva característico do toyotismo passou a ser introduzido no Brasil, ainda que de forma incipiente, como um processo de reengenharia industrial e organizacional (Antunes, 2012). Desde então, o toyotismo tem operado como inovações sociais interiores e inovações exteriores à produção capitalista, como aponta Alves (2007). Assim sendo, em relação a Indústria 4.0, sua crítica, no sentido ontológico, demanda o conhecimento das inovações que a constituem, bem como de suas determinações.

Dessa forma, uma das questões fundamentais a se responder é: a Indústria 4.0 possui inovações tecnológicas, inovações organizacionais e inovações sócio-metabólicas que a constituem enquanto dimensões de um novo complexo de reestruturação produtiva do capital? Uma vez que essas dimensões são compositivas do toyotismo, é necessário apreender o que Indústria 4.0 apresenta de novo em face daquele ou por via do mesmo. Isso pode contribuir para a análise de como a Indústria 4.0 se relaciona com a crise estrutural do capital e que papel jogará no modo de ser do *salariato precário*, enquanto forma histórica do trabalho abstrato.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho, 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. “Modelo Uber”, autoempreendedorismo e as misérias do trabalho vivo no século XXI: breves notas sobre alienação e auto alienação no capitalismo flexível, In: Moretto, Amilton José et al. (orgs), As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), p. 85-103, 2018.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf>. Acesso em 02 set. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Indústria 4.0: quando a escravidão digital domina o mundo do trabalho (entrevista a Marcelo Menna Barreto), 2023. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2023/05/industria-4-0-quando-a-escravidao-digital-domina-o-mundo-do-trabalho/>. Acesso em 02 ago. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Desafios para a indústria 4.0 no Brasil. Brasília, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Indústria 4.0: Entenda seus conceitos e fundamentos. In: Portal da Indústria. [2022]. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/#o-que-e> . Acesso em: 07 jan. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). A difusão das tecnologias da indústria 4.0 em empresas brasileiras. Brasília, 2020.

EVANGELISTA, Ana Paula. Seremos Líderes ou Escravos da Indústria 4.0? Revista POLI: saúde, educação e trabalho. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, Ano 10, n. 58, jul/ago, p. 6-13, 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/revista-poli/revista-poli-no58>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MENEGAT, Marildo. Impacto destrutivo do capitalismo já é maior do que todas as destruições anteriores da vida no planeta (entrevista a João Vitor Santos), 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580882-impacto-destrutivo-do-capitalismo-ja-e-maior-do-que-todas-as-destruicoes-anteriores-da-vida-no-planeta-entrevista-especial-com-marildo-menegat>. Acesso em 02 ago. 2023.

PÉREZ, Carlota. ¿Estamos ante el fin del trabajo? In: Caras y Caretas, v.18, n 854, p. 26-28, 2018. Disponível em: https://carlotaperez.org/wp-content/downloads/medios/entrevistas/Perez.marzo_2018_entrevista_en_Caras_y_Caretas.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

INDÚSTRIA 4.0: NOTAS DE APROXIMAÇÃO AO TEMA

INDUSTRIA 4.0: NOTAS DE APROXIMACIÓN AL TEMA

Jorge Alexandre da Silva⁵¹

Rosilaine Coradini Guilherme⁵²

Elisangela Amaral Calegari⁵³

Ana Carolina Monteiro de Menezes Camboim⁵⁴

Lorena Weber Demoro⁵⁵

Resumo: O objetivo deste artigo é apreender, de forma aproximativa, os aspectos da constituição da Indústria 4.0. A partir do levantamento bibliográfico realiza-se o diálogo com autores e textos de instituições para conhecer as determinações do que também se tem denominado como Quarta Revolução Industrial. Após situar historicamente as inovações tecnológicas, organizacionais e sócio-metabólicas relacionadas à Terceira Revolução Industrial e ao toyotismo, são analisadas as tecnologias que dão base para a Indústria 4.0, bem como seus impactos no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Indústria 4.0, Inovações Tecnológicas, Mundo do Trabalho

Resumen: El objetivo de este artículo es comprender, aproximadamente, los aspectos de la constitución de la Industria 4.0. A partir del levantamiento bibliográfico se dialoga con autores y textos de instituciones para conocer las determinaciones de la también llamada Cuarta Revolución Industrial. Quiero situar históricamente las innovaciones tecnológicas, organizativas y sociometabólicas relacionadas con la Tercera Revolución Industrial y el toyotismo, analizando las tecnologías que sientan las bases de la Industria 4.0, así como sus impactos en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Industria 4.0, Innovaciones Tecnológicas, Mundo del Trabajo

⁵¹ Doutor, em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Serviço Social (PUCRS), Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS). Docente do Curso do Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Brasil. E-mail: jorgealexandre@unipampa.edu.br

⁵² Doutora em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Política Social (UCPel), Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS). Docente do Curso do Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Brasil. E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br

⁵³ Graduanda, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: elisangelacalegari.aluno@unipampa.edu.br

⁵⁴ Graduanda, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: anacamboim.aluno@unipampa.edu.br

⁵⁵ Graduanda, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: lorenademoro.aluno@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Pensar a Indústria 4.0 no capitalismo brasileiro, no sentido de conhecer o processo de constituição dessa nova fase da reestruturação produtiva, parece prudente, não considerar esse tema como algo desconectado das transformações que historicamente tem ocorrido no mundo do trabalho. A título de resgate, a reestruturação produtiva, ou o chamado capitalismo flexível, que teve início nos anos 70 nos países centrais, nos marcos do surgimento de uma sociedade “informacional”, a partir da Terceira Revolução Industrial - ou em outras palavras - da Revolução Tecnocientífica Informacional em que se observa o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). Ela é, dessa forma,

[...] uma resposta a um determinado padrão de desenvolvimento capitalista que entrou em crise: o fordismo. Situa-se no quadro de redefinição da hegemonia econômica dos EUA em relação ao Japão e Alemanha. E é também parte da redefinição do quadro político internacional, marcado pela crescente fragilidade e crise dos regimes socialistas do leste europeu, que tem seu ponto culminante no final dos anos 80, com a queda do muro de Berlim (Druck, 1996, p. 27).

No Brasil, desde a década de 1980, a reestruturação produtiva teve os seus primeiros impulsos, o que levou as empresas a adotar, inicialmente, de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como novas formas de organização social do trabalho. Isso, analisa Antunes (2012, p. 46), deu início “a utilização da informatização produtiva e do sistema just-in-time; germinou a produção baseada em team work, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica”.

Como consequência, afirma Almeida Neto (2007) um novo perfil de trabalhador passou a ser exigido pelo mercado, com exigência do desenvolvimento de novas competências. “Sob o título amplo de reengenharia, as empresas estão achatando suas tradicionais pirâmides organizacionais e delegando, cada vez mais, a responsabilidade pela tomada de decisão às equipes de trabalho” (Almeida Neto, 2007, p. 18).

A esse respeito, Antunes (2012) destaca o início da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos voltados ao “envolvimento” dos trabalhadores

com os planos das empresas, como aparência das estratégias para a adesão e a sujeição dos mesmos. O autor também demarca que nesse período, a incipiente estruturação no Brasil, do processo de reengenharia industrial e organizacional, se deu em consequência das seguintes determinações:

a) das imposições das empresas transnacionais, que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; [...] b) da necessidade, no âmbito dos capitais e de seus novos mecanismos de concorrência, de as empresas brasileiras prepararem-se para a nova fase, marcada por forte “competitividade internacional”; [...] c) da necessidade de as empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo e das formas de confronto e de rebeldia dos trabalhadores que procuravam estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho, desde as históricas greves da região industrial do abc e da cidade de São Paulo, no pós-1978 (Antunes, 2012, p. 47).

No entanto, foi a partir dos anos 1990 que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, processo que vem se efetivando mediante formas diferenciadas, e que comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores (Antunes, 2012).

Eis aqui, precisamente, onde começa a surgir uma nova tecnologia de produção e de organização do trabalho, o toyotismo, ou produção enxuta (ou flexível), que começa a se reger por uma lógica contrária ao fordismo, permitindo uma adequação muito mais ágil ao novo mercado. A tecnologia de base microeletrônica, unida a uma linha de montagem flexível (just-in-time, kanban), a uma nova intensificação do trabalho multifuncional, participativo, em equipe e a novos arranjos na relação entre as empresas, seria reconhecida como a inflexão que marcaria o início da Terceira Revolução Industrial (Garcia, 1998, p. 85).

A Terceira Revolução Industrial surge em contexto de mudanças no padrão de concorrência, de novas estratégias e formas de gestão e atuação das grandes corporações em para a acumulação de capital, com consequências nos processos produtivos e nas relações de trabalho. Nas décadas de 1950 e 1970, a sua concretização,

[...] com a proliferação e uso dos semicondutores, dos computadores, automação e robotização em linhas de produção, com informação armazenada e processada de forma digital, as comunicações, os telefones móveis e a internet. A terceira revolução industrial trouxe consigo a ideia de automação, com o desenvolvimento da Internet, sensores cada vez mais potentes, com preços cada vez mais acessíveis, softwares cada vez mais sofisticados, capacidade das máquinas em aprender, colaborar e permitir a criação de gigantescas redes de dados e informações. (Lima; Guimarães, 2020, p. 208)

Além disso, com o salto quantitativo e qualitativo das informações, que uns associam a uma terceira Revolução Industrial” (Pinheiro, 2020, p. 1), a chamada revolução da informática, ocorrida nos anos 1980, foi favorecida “pela ampliação sem precedentes da capacidade de gerar, armazenar, acessar e processar informações” (p. 1).

A crise estrutural do capital que se mundializou a partir da década de 1980, instaurou uma nova fase para as economias nacionais, exigindo sua adequação à nova realidade. Os produtores, por sua vez, “utilizaram esse período para reorganizar seus métodos de trabalho e também aproveitaram as novas oportunidades geográficas (constituição de novos espaços industriais) e tecnológicas que lhes foram oferecidas para recuperar os ganhos de produtividade” (Santos, 2015, p. 216) .

O setor produtivo foi afetado pela aceleração da geração e difusão de inovações ancoradas no pacote tecnológico da Terceira Revolução Industrial, que transformaram o setor industrial com uma reestruturação intensiva da produção, propiciando a recuperação da produtividade. Porém, essas transformações repercutiram na constituição dos mercados de trabalho com a incorporação de novas formas de manter seu controle e com a padronização de iniciativas poupadoras de mão de obra nos parques industriais tradicionais (Santos, 2015, p. 216).

Em resumo, esse novo regime combina:

[...] a disseminação do toyotismo como modelo de organização da produção possível para garantir a acumulação por ser mais flexível; a emergência da terceira revolução industrial, calcada nas novas tecnologias; o investimento maciço em inovações; a morfologia estratégica de organização em redes; novas formas de controle do trabalho e novas configurações na divisão internacional do trabalho (Santos, 2015, p. 226).

Como analisam Antunes e Druck (2013) o toyotismo se fundamenta num padrão produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa no pós-guerra, associado ao

avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. E acrescentam:

Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. Mais recentemente, a prática das “metas” e das “competências”, realizada pelos “colaboradores”, tornou-se a regra no ideário empresarial. Reengenharia, lean production, team work, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, envolvimento, terceirização ampliada, tudo isso passa a integrar a pragmática da empresa flexível. Como paralelo, vale a referência: se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa – a era do operário-massa – pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta”, são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade (Antunes e Druck, 2013, p. 22).

Na esteira da Terceira Revolução Industrial, o toyotismo constituirá, como expôs Alves (2007, p. 156), “o verdadeiro espírito do novo complexo de reestruturação produtiva” ou outras palavras, “a ideologia orgânica da produção capitalista sob a mundialização do capital” (p. 156). Enquanto “ideologia orgânica” o autor salienta a amplitude de valores e regras de gestão da produção e de manipulação do trabalho vivo que sustentam uma série de inovações sociais. As inovações interiores a produção capitalista são:

[...] as inovações organizacionais (o toyotismo é, a princípio, uma inovação organizacional, como iremos verificar); as inovações tecnológicas (as novas tecnologias microeletrônicas de produção e as novas tecnologias telemáticas, informacionais e em rede); e as inovações sócio-metabólicas (um aspecto do processo de reestruturação produtiva pouco destacado pela sociologia do trabalho, mas que, com o toyotismo e sua ânsia pela “captura” da subjetividade, tende a assumir uma dimensão crucial) (Alves, 2007, p. 156).

Já, as inovações exteriores à produção capitalista, “são as inovações econômicas e geoeconômicas (a macroeconomia neoliberal e os novos territórios e espaços do mercado

mundial); as inovações político-institucionais (as formas do Estado neoliberal) e as inovações culturais propriamente ditas (o pós-modernismo)” (Alves, 2007, p. 157).

Outro elemento compositivo da Terceira Revolução é a maquinofatura, cujo ponto de partida, diz Alves “não é o revolucionamento da força de trabalho (como na manufatura) nem o revolucionamento da técnica (como na grande indústria), mas sim o revolucionamento do homem-e-da-técnica, ou o revolucionamento da própria relação homem-técnica” (Alves, 2013, p. 237). Para isso, diz o autor, “constituiu-se a ideologia da gestão nas condições da rede informacional”.

Enquanto nova forma tecnológica de produção do capital baseada na rede informacional, a maquinofatura colocou a necessidade da gestão como “captura” da subjetividade do trabalho vivo, nexos essenciais do toyotismo como inovação organizacional. Por outro lado, a gestão como “captura” da subjetividade do homem como trabalho vivo colocou a necessidade da produção como totalidade social (a disseminação do espírito do toyotismo pelas instâncias da reprodução social, loci do processo de subjetivação social) (Alves, 2013, p. 237).

Em síntese: a maquinofatura, tal como as outras formas de produção do capital, a saber, manufatura e grande indústria, implica, uma determinada forma organizacional do trabalho ou gestão e um determinado modo de vida adequado para a reprodução social, como pressuposto da base técnica (Alves, 2013). É com elementos da base técnica constituída no circuito das tecnologias e inovações produzidas pela Terceira Revolução Industrial, com determinantes que se articulam à crise estrutural do capital e a acumulação flexível, que a chamada Indústria 4.0 está sendo erigida.

2. INDÚSTRIA 4.0

O termo Indústria 4.0 (I40) foi apresentado ao público, na Feira de Hanôver de 2011, na Alemanha. Com foco em novas tecnologias industriais e inovações, a respectiva feira é considerada como o evento mais relevante para a indústria alemã. Indústria 4.0 aparece como um movimento para reorganizar a indústria manufatureira, sobretudo no que se refere aos processos produtivos e nas cadeias produtivas de valor.

Além de Industrie 4.0, nomenclatura utilizada na Alemanha, a “Quarta Revolução Industrial”, nos Estados Unidos é chamada de Advanced Manufacturing, pretende ser, nas

palavras de Arbix et al. (2023, p. 31), a expressão do “novo capítulo na trajetória das transformações industriais e prenunciam novas sínteses entre homens, máquinas e a inteligência de softwares e algoritmos” (p. 31). Em estudo sobre a manufatura avançada na Alemanha, China e Estados Unidos, os autores enfatizam a relação da digitalização, conectividade e automação acelerada com os aspectos que determinam a complexidade das mudanças econômicas e sociais profundas em curso. Em outras palavras,

Os sistemas da indústria manufatureira vivem rápido trânsito nos países avançados. Seu destino ainda é incerto, mas suas novas ferramentas e características já contribuíram para reordenar segmentos inteiros da economia, promovendo o reposicionamento das empresas que mais investem em inovação e são mais intensivas em conhecimento. O novo ciclo industrial que está nascendo tem por base sistemas digitais complexos que, ao se integrarem em rede e automatizarem processos, aproximam objetos físicos e virtuais e dão forma a uma produção industrial ainda mais flexível e customizada. Por suas características, as mudanças incidem fortemente sobre os mecanismos industriais, mas também sobre os serviços e agropecuária, com desdobramentos para o conjunto da economia, sem respeitar qualquer linearidade (Arbix et al., 2023, p. 32).

Em seguida acrescenta:

As inovações tecnológicas que modelam a indústria avançada atualmente têm na sua base novos processos digitais, altamente integrados e intensivos em automação. Em torno desse tripé, diferentes tecnologias com origens e funções diversas interagem e se agregam em blocos que podem ser classificados de acordo com suas relações funcionais da seguinte maneira: tecnologias de engenharia de desenvolvimento de produto (design); tecnologias de processo, empregadas na produção propriamente dita; e tecnologias de gestão, que permitem acelerar a comunicação dentro das organizações e ao longo das cadeias de valor (Arbix et al., 2023, p. 33)

Assim, surgem novas condições de acumulação viabilizadas pelas tecnologias digitais interconectadas entre si que possibilitam, na indústria, processos produtivos mais autônomos, com o uso da robótica industrial, combinada com múltiplos processos de flexibilização. Este padrão produtivo tecnologicamente avançado caracteriza a Indústria 4.0 como a nova fase da reestruturação produtiva. São exemplos de tecnologias utilizadas na Indústria 4.0:

1. Internet das coisas: interconexão entre objetos por meio de infraestrutura habilitadora (eletrônica, software, sensores e/ou atuadores), com capacidade de computação distribuída e organizados em redes. [...] 2. Big data: é uma abordagem para atuar em dados com maior variedade e complexidade, que chegam em volumes crescentes e com velocidade cada vez maior, usados para resolver problemas de

negócios. [...] 3. Computação em nuvem: é a distribuição de serviços de computação – servidores, armazenamento, bancos de dados, redes, software, análises, inteligência – pela Internet, com utilização de memória, capacidade de armazenamento e cálculo de computadores e servidores hospedados em Datacenter, proporcionando recursos flexíveis e economia na escala. [...] 4. Segurança digital: é um conjunto Infraestruturas de hardware e software voltado para a proteção dos ativos de informação, por meio do tratamento de ameaças que põem em risco a informação que é processada, armazenada e transportada pelos sistemas de informação que estão interligados. [...] 5. Robótica avançada: dispositivos que agem em grande parte, ou parcialmente, de forma autônoma, que interagem fisicamente com as pessoas ou seu ambiente e que são capazes de modificar seu comportamento com base em dados de sensores. [...] 6. Manufatura digital: é o uso de um sistema integrado, baseado em computador, que consiste em simulação, visualização 3D, análises e ferramentas de colaboração para criar definições de processos de manufatura e produto simultaneamente. [...] 7. Manufatura aditiva: consiste na fabricação de peças a partir de um desenho digital (feito com um software de modelagem tridimensional), sobrepondo finas camadas de material, uma a uma, por meio de uma Impressora 3D. [...] 8. Integração de sistemas: união de diferentes sistemas de computação e aplicações de software física ou funcionalmente, para atuar como um todo coordenado, possibilita a troca de informações entre os diferentes sistemas. [...] 9. Inteligência artificial: aplicação de análise avançada e técnicas baseadas em lógica, incluindo aprendizado de máquina, para interpretar eventos, analisar tendências e comportamentos de sistemas, apoiar e automatizar decisões e realizar ações. [...] 10. Sistemas de simulação: utilização de computadores e conjunto de técnicas para gerar modelos digitais que descrevem ou exibem a interação complexa entre várias variáveis dentro de um sistema, imitando processos do mundo real. [...] 11. Digitalização: consiste no uso de tecnologias digitais para transformar processos de produção, de desenvolvimento de produtos e/ou modelos de negócios, visando a otimização e eficiência nos processos (CNI, 2020, p. 53-54).

Antunes (2018) compreende que a Indústria 4.0 é uma propositura concebida “para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, estruturado a partir das novas TICs que se desenvolvem celeremente” (p. 43). E acrescenta: “Ela significará a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente” (p. 43). Em relação a velocidade da revolução industrial em curso, Schwab segue nessa direção, e traz outros elementos. Diz o autor:

A quarta revolução industrial, no entanto, não diz respeito apenas a sistemas e máquinas inteligentes e conectadas. Seu escopo é muito mais amplo. Ondas de novas descobertas ocorrem simultaneamente em áreas que vão desde o sequenciamento genético até a nanotecnologia, das energias renováveis à computação quântica. O que torna a quarta revolução industrial fundamentalmente diferente das anteriores é a fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos. Nessa revolução, as tecnologias emergentes e as inovações generalizadas são difundidas muito mais rápida e amplamente do que nas anteriores, as quais continuam a desdobrar-se em algumas partes do mundo (Schwab, 2016, p. 20).

Schwab também toca no ponto crucial da questão. “Os desafios criados pela quarta revolução industrial parecem concentrar-se principalmente no lado da oferta — no mundo do trabalho e da produção”, diz ele. E complementa:

[...] os grandes beneficiários da quarta revolução industrial são os provedores de capital intelectual ou físico — os inovadores, os investidores e os acionistas; isso explica o fosso crescente entre a riqueza daqueles que dependem do seu trabalho e aqueles que possuem capital. Isso também é responsável pela desilusão entre tantos trabalhadores, convencidos de que não podem aumentar sua renda real durante a vida e de que seus filhos talvez não tenham uma vida melhor que a deles (Schwab, 2016, p. 24).

Aqui cabe ainda mais uma citação para demarcar a posição de Schwab em relação aos impactos da Quarta Revolução Industrial no mundo do trabalho. No entendimento do autor,

Há cerca de dois campos opostos quando se trata do impacto de tecnologias emergentes no mercado de trabalho: aqueles que acreditam em um final feliz — os trabalhadores deslocados pela tecnologia vão encontrar novos empregos e a tecnologia irá desencadear uma nova era de prosperidade; e aqueles que acreditam que o fato levará a um progressivo Armagedom social e político, criando uma escala maciça de desempregos tecnológicos. A história nos mostra que o resultado provável está em algum lugar médio entre os dois campos. A questão é: O que fazer para promover resultados mais positivos e ajudar aqueles que ficarem presos na transição? [...] Sempre foi o caso de que a inovação tecnológica destrói alguns trabalhos que, por sua vez, são substituídos por novos empregos em uma atividade diferente e possivelmente em outros locais (Schwab, 2016, p. 44).

A posição de Schwab (2016, p. 46) é de que “devemos resistir à tentação de polarizar nossos raciocínios sobre os impactos da tecnologia em relação ao emprego e ao futuro do trabalho”. Nos termos do autor, “a fusão das tecnologias digitais, físicas e biológicas que causa as alterações atuais servirá para aumentar o trabalho e a cognição humana” (p. 46).

Diferente da posição exposta por Schwab, no que diz respeito ao aumento do trabalho sob na Quarta Revolução Industrial, as análises de Antunes (2018, 2022), Araújo (2021) e Frigotto (2019) sobre essa questão, ancoram-se no debate sobre a relação que a acumulação capitalista estabelece com o trabalho vivo e o trabalho morto. Segundo Antunes,

A inteligência artificial, o mundo do algoritmo e, mais amplamente, o chamado projeto da grande burguesia mundial, da Indústria 4.0, robotiza, automatiza, internetiza, ampliando ainda mais o trabalho morto e eliminando tudo o que for possível de trabalho vivo. Já sabendo que a eliminação do trabalho vivo, completa e cabal, é ontologicamente impossível (Antunes, 2022, p. 281).

Antunes considera que ainda é absolutamente atual a tese marxiana: a saber, “Sem trabalho vivo, o capital não se reproduz. O que acontece é que ele pode reduzir ao mínimo o trabalho vivo” (Marx *apud* Antunes, 2022, p. 281). No caso da Indústria 4.0, o autor explica que a ampliação do trabalho morto se deve ao maquinário digital – a “internet das coisas” – como dominante e condutor de todo o processo fabril; enquanto a redução do trabalho vivo ocorre através da substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital (Antunes, 2018).

Araújo também se debruça sobre essas consequências da Indústria 4.0 para o mundo do trabalho. Para ele, “a questão nevrálgica que temos a examinar está situada em como, na Indústria 4.0, o trabalho morto “ganha vida” por meio das máquinas automatizadas, de modo que como uma força autônoma subjuga o trabalho vivo, levando assim à sua progressiva substituição” (2022, p. 23). Araújo, na mesma direção que Antunes, afirma: “isto de modo algum significa a completa eliminação do trabalho vivo em termos do processo de produção global, isto é, tomado em seu conjunto” (p. 23). E complementa:

Afinal, se por um lado, o trabalho vivo é imprescindível para a própria produção de máquinas, por outro, o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que reduz o quantum de trabalho vivo, também cria novos postos de trabalho a partir do surgimento de novas especializações na divisão do trabalho. Não obstante, no saldo final, em termos da produção global, o trabalho vivo sofre progressiva redução, tendo em vista que, quantitativamente, o surgimento das novas especializações não é suficiente para compensar o seu descarte (Araújo, 2022, p. 23).

Para Frigotto (2019), o novo salto tecnológico que se tem denominado de “Revolução 4.0”, permite acelerar o tempo e condensar o espaço e gerar no mundo, não o fim do trabalho, mas a crise estrutural do emprego. O autor explica o motivo da contínua substituição na atividade produtiva do trabalho vivo (força física e mental dos trabalhadores) em trabalho morto (máquinas, computadores, robôs etc.). Na prática, a história mostra que aqueles capitalistas ou grupos que se valem de uma tecnologia obtém vantagens na competição com os demais, pois conseguem, em menos tempo e com menos pessoal, produzir mais e instaurar novas formas de organização e gestão do trabalho e aumento de seus lucros. “A tendência dos demais competidores privados é a de também galgar este mesmo nível” (p. 41).

Nos últimos anos, a retórica empresarial sobre novas tecnologias tem enfatizado a emergência da chamada Indústria 4.0 (ou Quarta Revolução Industrial). Em geral, argumenta-se que ela impõe grandes desafios, mas oferece oportunidades inéditas ao mundo do trabalho. Com o avanço da robótica, da inteligência artificial e das ferramentas de informação e comunicação, haveria grandes riscos aos empregos, mesmo aqueles que não são repetitivos. Segundo essa narrativa, contudo, qualificação permanente e flexibilização do trabalho possibilitariam novos e melhores postos de trabalho e oportunidades de negócios, garantindo um saldo positivo às transformações tecnológicas. Assim como prometido com a 3ª Revolução Industrial nos anos 1980-1990, agora também temos anúncios de empregos que seriam menos pesados e mais criativos, emergindo atividades menos repetitivas, mais complexas e com mais poder sobre a produção para os trabalhadores (Filgueiras, 2022, p. 1).

Aqui cabe outra citação do autor, para embasar o questionamento que vem a seguir:

Desde a Primeira Revolução Industrial, de tempos em tempos ganha destaque o debate sobre a substituição das pessoas, nos processos produtivos, pelos produtos de seu próprio trabalho (tradicionalmente, essa preocupação remete à maquinaria). Isso poderia causar a extinção de postos de trabalho, portanto, do meio de subsistência da maioria da população. Em que pesem as muitas projeções pessimistas ao longo dos séculos, não houve colapso definitivo do emprego nas economias capitalistas. Isso tampouco ocorreu com a chamada Terceira Revolução, a despeito da grande preocupação com a automação. Com a chamada Indústria 4.0, o impacto no mercado de trabalho será diferente? (Filgueiras, 2022, p. 3).

O mesmo autor observa, “que na retórica empresarial, o custo elevado do trabalho empurra as empresas para a compra de tecnologias, pois estas se tornam mais vantajosas que a contratação de trabalhadores” (Filgueiras, 2022, p. 3). Contudo, ele apreende nisso, o

seu caráter de aparência das relações sociais e situa o verdadeiro embate, a saber, entre lucros e salários, o problema que de fato se coloca no mundo real. Dessa forma, sua análise se aproxima em muito do que Frigotto aponta como motivo a contínua substituição na atividade produtiva do trabalho vivo em trabalho morto.

Por definição, o capital tende a aprofundar o uso de novas tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho e os lucros e para ter vantagens na competição; é da sua natureza a inovação, a menos que seja desincentivado por situações como a concorrência espúria. Não se trata de trocar o trabalhador pela máquina, como se fossem concorrentes, mas de tornar o trabalho mais produtivo. A máquina é instrumento de trabalho. Ocorre que o saldo do emprego após a inovação pode ser negativo, pois depende do crescimento total da produção (Filgueiras, 2022, p. 3).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações compositivas do que passou a ser considerado como Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Industrial revelam elementos fundamentais da nova etapa da reestruturação produtiva do capital. Embora o conhecimento das inovações tecnológicas características deste salto no processo produtivo, deve ser acompanhado da apreensão das inovações organizacionais e sócio-metabólicas que o constituem o quadro mais geral da Indústria 4.0, iniciar pelas primeiras é um passo importante, ainda que insuficiente. A combinação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com as novas tecnologias digitais e virtuais possibilitam que as indústrias sejam ainda mais flexíveis e “enxutas”, além do aumento da produtividade do trabalho, com vantagens na concorrência intercapitalista.

Por outro lado, a questão central em relação a Indústria 4.0 diz respeito aos impactos da mesma no mundo do trabalho, com expulsão de trabalhadores e trabalhadoras não apenas na indústria, caracterizando o chamado desemprego tecnológico (outro nome para o desemprego estrutural), jogando uma massa de homens e mulheres no trabalho precário. Ganha centralidade, neste sentido, a interação que o capital realiza entre o trabalho vivo e o trabalho morto, com a redução máxima daquele em face da ampliação deste. Ao mesmo tempo, embora se argumente sobre o surgimento de novos empregos, em face da destruição de outros nesse contexto, a crise estrutural do emprego torna-se algo incontornável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Honor de Trabalho infantil na terceira revolução industrial / Honor de Almeida Neto. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade. Revista Nueva Sociedad, Especial em português, junho de 2012. Disponível em: <www.nuso.org/upload/articulos/3859_1.pdf>. Acesso em 04 de mai. de 2012.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf>. Acesso em 02 set. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Entrevista com Ricardo Antunes [01 julho de 2022]. Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 8, jul/dez 2022. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2022. Entrevista concedida a Aline Miglioli.

ARBIX, Glaucio Antonio Truzzi et al. O Brasil e a nova onda de manufatura avançada: o que aprender com a Alemanha, China e Estados Unidos. Novos Estudos. CEBRAP , v. 36, p. 9-27, 2017.

Araújo, Wecio Pinheiro. Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital. In: Revista Katálisis, 25, 22-32.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). A difusão das tecnologias da indústria 4.0 em empresas brasileiras / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2020.

DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. Caderno CRH (UFBA), Salvador, v. 24-25, 1996, pp. 21-40.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Trabalho, tecnologias da informação e comunicação e condições de vida: tecnologia para que (m)? “Novas” empresas e “velha” exploração do trabalho.

Katálisis, Florianópolis-SC, v. 25, n. 1, p. 1-5, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84365>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Revolução 4.0 e a reedição das lógicas das revoluções burguesas [31 de outubro de 2019]. DMT em debate : Democracia e Mundo do Trabalho. Entrevista concedida a João Vitor Santos.

GARCIA, Delgado, Carlos. Jesus. Negociação Coletiva de Trabalho: do fordismo ao toyotismo. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE, v.12, nº 1, jan/mar, 1998.

LIMA, Felipe Lobo Siqueira; GUIMARÃES, Irce Fernandes Gomes. Indústria 4.0, Made in China 2025 e perspectivas do Brasil para a Manufatura Inteligente: Uma análise preliminar entre três planejamentos e principais conceitos em duas fontes de publicação da engenharia de produção. In: Gestão da Produção em Foco - Volume 43/ Organização Editora Poisson – Belo Horizonte - MG: Poisson, 2020.

MIGLIOLI, Aline Marcondes. Entrevista com Ricardo Antunes. In: Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 8, jul/dez 2022. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2022.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual. Revista IPEA, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Eliane Carvalho dos. A reestruturação produtiva – do fordismo à produção flexível no estado de São Paulo. In: SPOSITO, ES., org. Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 201-245.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

LE CAMICIE NERE E OS CAMISAS VERDES: O LEGADO DA INSPIRAÇÃO FASCISTA NO PENSAMENTO POLÍTICO DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA E AS AFRONTAS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Rafaela Pires Garcia⁵⁶
Ronaldo Bernardino Colvero⁵⁷
Lisianne Pintos Sabedra Ceolin⁵⁸

Resumo: O fascismo é um movimento político e ideológico caracterizado por sua tendência autoritária, nacionalista e antidemocrática. No caso italiano, o fascismo liderado por Benito Mussolini estabeleceu um regime ditatorial que promovia a supremacia do Estado, a supressão de direitos individuais e a exaltação do líder carismático. No Brasil, o integralismo foi um movimento de extrema direita inspirado no fascismo italiano, liderado por Plínio Salgado, que buscava instaurar um Estado autoritário, baseado em princípios nacionalistas e corporativistas. O presente artigo trata de analisar se a inspiração fascista ainda exerce influência sobre a extrema direita brasileira e se isso representa alguma ameaça ao Estado democrático de direito. Para o desenvolvimento deste projeto, foi utilizado o Método Hermenêutico, por meio das técnicas de Heurística, Crítica e Interpretação. Foi constatado que características do fascismo, como o culto ao líder, a deslegitimação de instituições democráticas e a incitação à violência, prevalecem na extrema direita brasileira, representada, por exemplo, por Jair Bolsonaro. Como consequência, tem-se que essa influência ameaça o estado democrático de direito ao minar os princípios fundamentais da democracia, enfraquecer as instituições e promover um clima de polarização, intolerância política e desrespeito aos direitos fundamentais.

Palavras-chave fascismo; integralismo; extrema direita; democracia

Abstract: Fascism is a political and ideological movement characterized by its authoritarian, nationalist, and anti-democratic tendencies. In the Italian case, fascism led by Benito Mussolini established a dictatorial regime that promoted the supremacy of the State, the suppression of individual rights, and the exaltation of the charismatic leader. In Brazil,

⁵⁶ Graduanda em Direito junto ao Curso de Direito, campus de São Borja da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Pesquisadora-discente integrante do Observatório de Direitos Fundamentais na perspectiva do Constitucionalismo, do Socioambientalismo e da Geopolítica Internacional - um Grupo de Pesquisas cadastrado e certificado junto ao DGP/CNPq/UNIPAMPA, campus de São Borja. E-mail: rafaelagarcia.aluno@unipampa.edu.br.

⁵⁷ Atualmente é professor associado na Universidade Federal do Pampa, atuando no curso de Ciências Sociais - Ciência Política e Licenciatura em Ciências Humanas e Direito e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa e de Memória Social e Patrimônio, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br.

⁵⁸ Atualmente, é Professora Associada da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja, atuando no Curso de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (docente permanente). E-mail: lisianneceolin@unipampa.edu.br.

integralism was a far-right movement inspired by Italian fascism, led by Plínio Salgado, which sought to establish an authoritarian state based on nationalist and corporatist principles. This article aims to analyze whether the fascist inspiration still influences the Brazilian far right and whether it poses any threat to the democratic rule of law. For the development of this project, the Hermeneutic Method was employed, using the techniques of Heuristics, Criticism, and Interpretation. It was found that characteristics of fascism, such as the cult of the leader, the delegitimization of democratic institutions, and the incitement to violence, prevail in the Brazilian far right, represented, for example, by Jair Bolsonaro. Consequently, it can be inferred that this influence threatens the democratic rule of law by undermining the fundamental principles of democracy, weakening institutions, and promoting a climate of polarization, political intolerance, and disrespect for fundamental rights.

Keywords: fascism; integralism; far right; democracy.

1. INTRODUÇÃO

De maneira geral, o objetivo do presente trabalho é compreender o que caracteriza um regime fascista, através do estudo do fascismo na Itália (1922), passando pelo estudo do Movimento Integralista Brasileiro (1930), para, então, analisar se tais ideologias ainda prevalecem sobre a extrema-direita no Brasil atual, com vistas à identificação de suas vertentes no território brasileiro, à prevenção de sua propagação e à proteção dos direitos humanos e da democracia.

A relevância do tema, na esfera da universidade, cujo objetivo máximo é a democratização do conhecimento e a formação de indivíduos capazes de analisar criticamente o mundo ao seu redor. No que atine à coletividade, este trabalho tem o condão de contribuir positivamente para a concretização de seu maior anseio: a construção de uma sociedade justa e igualitária. Sendo assim, o estudo do fascismo incentiva o desenvolvimento de cidadãos comprometidos com a defesa da democracia e dos direitos humanos, da mesma maneira em que proporciona uma maior compreensão de como as sociedades se tornam vulneráveis a este regime e, por meio da análise de exemplos passados, possibilita evitar a repetição deste ciclo.

A pesquisa foi realizada por meio das técnicas de Heurística, Crítica e Interpretação, cuja estrutura dá forma ao chamado Método Hermenêutico. Este, em breves palavras, visa compreender aquilo que, em primeira vista, é incompreensível. Inicialmente, nos ocupamos de encontrar as conceituações mais adequadas acerca do fascismo, tanto em relação ao seu

sentido gramatical quanto ao seu sentido histórico. Estudamos o surgimento do fascismo na Itália, considerando o contexto histórico, político e social da época. Durante o estudo, foram delimitados os principais atributos do regime fascista original, o que foi possível por meio da consulta em livros e documentos históricos.

Em seguida, trabalhamos com o movimento integralista brasileiro, seus conceitos e características, utilizando de semelhante procedimento. A seguir, fizemos uma análise entre as características do regime fascista italiano e do integralismo brasileiro, para averiguar até que ponto os dois se parecem e se diferem, se aproximam e se repelem, se inspiram e se denegam.

Ao final, tratamos de investigar, com o auxílio de artigos e acervos disponibilizados online, se o movimento integralista, com todos os seus traços e peculiaridades, ainda exerce influência sobre a extrema-direita no Brasil - visto que esta vertente política está diretamente ligada ao surgimento da Ação Integralista Brasileira -, e como isso representa uma ameaça para a manutenção do Estado democrático de direito.

2. O QUE É O FASCISMO?

Basta um vislumbre da palavra fascismo para que diversas ideias pré-concebidas desfilem à mente de quem a lê. Não é à toa que o objeto deste tópico é chamado de fenômeno, pois, desde a sua concepção, o fascismo vem sendo estudado por diversos profissionais, das mais diversas áreas do conhecimento, tamanha a curiosidade que provocou. Este interesse é justificado pela grande influência que o fascismo exerceu, e ainda exerce, sobre as sociedades, portanto, o seu surgimento deu-se em concomitância com a tentativa de entendê-lo (MANDEL; TROTSKI, 2020).

Silva e Silva (2009), no Dicionário dos Conceitos Históricos, descrevem este fenômeno como um tipo de regime situado territorialmente na Itália e Alemanha do século XX, e diretamente relacionado com a chamada “sociedade de massas”, fazendo alusão à capacidade destes movimentos de exercer influência sobre uma grande parcela da população.

Robert O. Paxton, na obra intitulada *A Anatomia do Fascismo* (2007, p. 14-15), explica que o termo *fascio*, de origem italiana, significa feixe ou maço e remonta ao *fascis* latino, um machado cercado por um feixe de varas que simbolizava autoridade e unidade de

Estado. Inicialmente, o símbolo do fascio foi apropriado por revolucionários italianos de esquerda, que se autointitulavam de os Fasci Siciliani. Ao final de 1914, um grupo de nacionalistas de esquerda, dentre os quais se inseria Benito Mussolini, utilizou o nome Fascio Rivoluzionario d’Azione Interventista. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Mussolini cunhou o termo fascismo, objetivando retratar o espírito do clã que estava reunindo.

É essencial destacar que o fascismo, apesar de ter nascido oficialmente na Itália em abril de 1919, já dava alguns sinais de surgimento antes desta data e, posteriormente, foi um fenômeno que se alastrou por diversas partes da Europa. Um exemplo foi o regime de Adolf Hitler, na Alemanha, que ascendeu ao poder na década de 1930, quando foi convidado pelo presidente Hindenburg ao cargo de Chanceler do país.

Como se pode perceber, o fascismo italiano não foi o único, mas foi o primeiro deles a chegar ao poder. Apesar das diversas facetas do fascismo, vários estudiosos do tema buscaram elencar características que parecem prevalecer, apesar de não serem regra. O filósofo Umberto Eco (2019, p. 44-59) indicou uma lista de atributos daquilo que chamou de “Ur-fascismo”, ou “fascismo eterno”. Resumidamente, são eles: o culto ao tradicionalismo e ao sincretismo; a recusa à modernidade e aos ideais racionalistas; o rito da ação sem prévia reflexão, revelando um desprezo pela cultura e expressão crítica; a não aceitação de críticas ao sincretismo; o medo do diferente e o racismo; o apelo à classe média política e economicamente frustrada; o nacionalismo e a obsessão da conspiração, que muito comumente resultam na prática de xenofobia e antissemitismo; a incapacidade de avaliar a força dos inimigos; o estado de guerra permanente; o elitismo de massa e o desprezo pelos fracos; o culto ao heroísmo e à morte; o machismo; o populismo qualitativo em oposição ao parlamentarismo; e, por fim, a pobreza do vocabulário utilizado, cuja função é limitar o raciocínio crítico da população.

O autor ressalta, ainda, que “é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista” (ECO, 2019, p. 42-43), de modo que a presença de apenas um dos atributos listados é suficiente para caracterizá-lo como tal. Há, portanto, que se ter em mente que o fascismo (em seu sentido amplo) não é fundamentado em uma doutrina fixa e categorizada, e seus interesses se alternam conforme o contexto e interesses locais e territoriais. A seguir, abordaremos o fascismo italiano, o

precursor deste movimento que, até a atualidade, permanece controverso e influente sobre as mais diversas camadas sociais.

3. LA DOTTRINA DEI FASCISMO: O REGIME FASCISTA DE BENITO MUSSOLINI NA ITÁLIA

No contexto italiano, este fenômeno surgiu como uma reação à crise econômica e política que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, junto à ansiedade gerada pela mudança social e política. Mussolini, após ter sido expulso do Partido Nacional Socialista por manifestar abertamente seu apoio à Guerra, impulsionou a criação do *Fasci di Combattimento*, uma associação paramilitar que, entre seus primeiros integrantes, contava com veteranos de guerra, sindicalistas pró-guerra e intelectuais futuristas. O paramilitarismo, portanto, é componente fundamental do fascismo, o que permite afirmar que este “sempre foi um movimento uniformizado, em marcha, perigoso e radicalmente desestabilizador da ordem vigente” (MANN, 2008, p. 31).

O fascismo italiano, além de ser intrinsecamente violento, caracterizava-se também pela ênfase na ação direta e pela crença de que o Estado deveria controlar todos os aspectos da vida pública e privada. Uma vez no poder, Mussolini criou um Estado totalitário que controlava a economia, a imprensa e a sociedade civil. A repressão e perseguição de dissidentes políticos, inclusive com a morte do líder da oposição, bem como a censura da imprensa e aniquilação de partidos e sindicatos foram práticas comuns durante este governo: “a violência era dirigida seletivamente contra os Inimigos da Nação” (PAXTON, 2007, p. 115).

Havia uma idolatria em torno de Benito Mussolini como líder inquestionável, sobretudo porque o próprio autointitulou-se *Duce* (líder) e, assim como outros líderes fascistas e autoritários, exercia sua supremacia por meio de um carisma, que Paxton (2007, p. 209) definiu como “semelhante ao estrelato das celebridades da era da mídia, elevado a uma potência mais alta por sua capacidade de ditar a guerra e a morte”. Além de promover o culto à sua imagem como líder, Mussolini buscava cultivar “o paramilitarismo e a juventude, um culto elitista da liderança e a sua confiança em sua capacidade de manipular as multidões por

meio do mito, dos símbolos e do ritual” (MANN, 2008, p. 136). A camícia nera (camisa preta) e o fasces (feixe de varas) eram símbolos de distinção de seus seguidores. Ainda, eram adotadas diversas referências da Roma antiga, tais como a saudação romana, posteriormente nomeada de saudação fascista - com o braço direito levantado e a mão estendida - e a marcha rítmica, em uma tentativa de resgatar valores da antiguidade e, na visão de Giardina (2008) de torná-las uma especificidade tanto dos fascistas quanto da nação italiana.

Resumidamente, as características que prevaleceram durante a experiência fascista na Itália foram o nacionalismo extremo, a violência por meio de organizações paramilitares armadas, a propaganda, a adoração ao líder, o anticomunismo e antiliberalismo, o totalitarismo, por meio do controle absoluto da sociedade e da economia pelo Estado, a mobilização de massas e, por fim, a ação sem reflexão. Tal como expresso por Mann (2008, p. 187), “os fascistas mataram a democracia e alguns milhares de italianos”. Veremos, a seguir, que as repercussões deste fenômeno estenderam-se até a ótica brasileira, por meio da concepção do movimento integralista.

4. DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: NASCE A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

Alguns anos após a consolidação do regime fascista na Itália, reuniu-se ao líder fascista italiano a figura de Plínio Salgado, que viria a ser chefe do movimento integralista no Brasil. Ao retornar ao país, Plínio, encantado com a política italiana, ocupou-se de uma série de atividades e publicações que culminaram na criação oficial do movimento, por meio do Manifesto Doutrinário de 1932, publicado em 7 de outubro daquele ano, fruto também da ascensão da extrema direita no ano de 1930. O lema do movimento foi declarado no Manifesto de Outubro: “Deus, pátria e família” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 17). Gonçalves e Caldeira Neto (2020) destacam que o lema “Deus, Pátria e Família” se alinhava perfeitamente às diretrizes da doutrina, o que evidenciava o cunho religioso e espiritualista do movimento, bem como o “caráter messiânico estabelecido [...] em torno da imagem de Plínio Salgado, visto como um profeta” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 16).

Os integrantes do movimento, também chamados de camisas-verdes (blusas-verdes, no caso das mulheres), foram atraídos, em grande parte, pelo pânico decorrente da ameaça comunista que rondava o país. Na defesa de ideais como o anticomunismo, anticapitalismo e antissemitismo, utilizando-se de um discurso autoritário e antidemocrático e de uma estrutura nacionalista e conservadora, surgiu, então, o que foi considerado o maior movimento de extrema-direita de inspiração fascista fora da Europa (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 17).

Trindade (1979, p. 226) refere que os inimigos dos integralistas eram o liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas oriundas do judaísmo e da maçonaria. Os camisas-verdes e os comunistas frequentemente enfrentavam-se nas ruas, não restringindo sua inimizade a conflitos verbais. Inspirada pelas milícias paramilitares europeias, a Ação Integralista Brasileira criou a sua própria Milícia Integralista, composta por todos os integrantes homens do movimento com idades entre 16 e 42 anos, que deviam jurar “dar a vida, se necessário, por Deus, pela pátria e pela família” (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 59).

A já citada “camisa-verde”, uniforme utilizado pelos integralistas, era muito valorizada, assim como uma diversidade de outros símbolos, rituais e protocolos. Um dos mais emblemáticos símbolos era o “Anauê!”, uma expressão indígena que significa “você é meu parente!”, e que deveria ser pronunciada em forma de cumprimento, com o braço direito verticalmente estendido, bem ao estilo fascista europeu. A simbologia era incansavelmente empregada, e constituía elemento essencial para a divulgação do movimento e mobilização da massa popular. Nesta perspectiva, é seguro afirmar que a Ação Integralista Brasileira abraçou diversos elementos oriundos da experiência fascista italiana e, até mesmo, da alemã, em modalidades adaptadas e compatíveis com as peculiaridades da sociedade brasileira da época, o que será objeto de debate a seguir.

5. BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO: O LEGADO DA INSPIRAÇÃO FASCISTA NO PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL DOS ADEPTOS DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL

Feito o panorama acerca do surgimento do fascismo, passando pelas suas diversas formas de manifestação e expressão, e chegando até o movimento integralista brasileiro, é possível destacar certas aproximações e distanciamentos entre o fascismo de Benito Mussolini na Itália de 1922 e a Ação Integralista Brasileira de 1930, cujos ideais foram inspirados na ideologia do primeiro.

Dentre as características semelhantes, temos que o fascismo italiano era destacado por seu nacionalismo extremo, que visava legitimar a construção do “cidadão italiano”. No caso do Integralismo, o objetivo era “a construção de uma identidade genuinamente brasileira” (CALDEIRA NETO, 2012, p. 4). Além disso, ambas as ideologias pretendiam a reformulação do Estado, com a crença, no caso do fascismo italiano, de que este deveria controlar todos os aspectos da vida pública e privada, o que evidencia o caráter totalitário e autoritário do governo. No integralismo, a proposta de organização do Estado promovia a defesa da autoridade, a extinção de partidos políticos e a defesa da família conservadora (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). Os integralistas apoiaram o golpe do Estado Novo e a implementação da ditadura de Getúlio Vargas, o que demonstra seu gosto pelo autoritarismo.

A passagem pela história de cada um dos movimentos permitiu a assimilação de seus inimigos em comum. Paxton (2007) refere que os primeiros movimentos fascistas ostentavam, além do ódio aos socialistas, um ânimo anticapitalista e antiburguês. O movimento brasileiro, por sua vez, mantinha fervorosa antipatia pelo liberalismo, socialismo, capitalismo internacional e, ainda, organizações judaicas e maçons (TRINDADE, 1979). Ambos os movimentos eram intrinsecamente violentos, e a violência era exercida sobremaneira por intermédio dos grupos paramilitares: a Milícia Fascista e a Milícia Integralista.

Gonçalves e Caldeira Neto (2020) referem que a liderança de Plínio era exercida de maneira quase “messiânica”, o que se assemelha de forma assustadora à idolatria exercida em torno de Benito Mussolini como líder inquestionável. Assim como a figura do líder, nos dois casos há o emprego abundante de símbolos, tais como as camisas de cores pretas, o fasces, a saudação, as cerimônias ritualísticas e a marcha ritmada, no fascismo, e as camisas verdes, o sigma, a saudação e os rituais no integralismo.

Conforme previamente mencionado, o movimento integralista estava diretamente ligada aos adeptos da extrema-direita brasileira na época de sua criação, e até os dias atuais encontra significativa afinidade a tendência à direita do espectro político brasileiro. Mesmo após a morte do líder Plínio Salgado, os ideais integralistas permaneceram vivos por meio da criação de grupos e organizações chamados de “neointegralistas”, os quais conservam boa parte da influência fascista do movimento (CALDEIRA NETO, 2012).

Atentando-se ao histórico do Integralismo, é inegável que este movimento sempre esteve ligado aos mais diversos grupos de direita no Brasil, perpetuando, assim, o seu legado fascista entre aqueles com que possuía afinidade. Especialmente a partir de 2018, o fascismo despertou grande curiosidade por parte de diferentes camadas da sociedade brasileira, uma vez que este fenômeno passou a ser associado ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Devido à repercussão mundial de sua vitória nas eleições presidenciais, como afirmam Souza e Oliveira (2020), o termo fascismo ou semelhantes como autoritarismo, comportamento antidemocrático, censura, etc., foram incansavelmente utilizados pela mídia para se referirem ao presidente, ao seu governo e aos seus apoiadores.

Melo (2020, p. 3-4) refere que, atualmente, de forma fragmentada, “os neointegralistas compõem um dos muitos movimentos de extrema-direita reunidos em apoio ao governo Bolsonaro, ao lado de monarquistas, tradicionalistas católicos, neonazistas, anarcocapitalistas, fundamentalistas evangélicos, saudosistas da ditadura militar etc”. O autor discorre que “como fenômeno de massas, o bolsonarismo possui uma natureza fascista também por estar tendo capacidade de aglutinação de várias correntes contrarrevolucionárias em apoio ao governo Bolsonaro”.

Nesse sentido, constata-se a primeira herança do fascismo e do integralismo sobre a extrema-direita do Brasil recente: a capacidade de mobilização de massas. A mobilização do eleitorado de Jair Bolsonaro foi exercida, sobretudo, por meio das mídias digitais. Através dessas plataformas, houve a disseminação de mensagens e discursos que conseguiram alcançar um amplo público, rompendo com as barreiras geográficas e permitindo uma rápida e eficiente propagação das ideias e propostas do candidato. A simbologia, assim como no fascismo e no integralismo, foi amplamente aproveitada por Bolsonaro. Quando candidato, durante a campanha de 2018, utilizou os elementos simbólicos associados à pátria, com o

intuito de, na concepção de Simões e Silva (2022) se aproximar de seu eleitorado por meio de um discurso de teor nacionalista e patriótico - Bolsonaro frequentemente utilizava o termo “patriota” para referir-se a si. O slogan da campanha, "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos", expressava um tom evidentemente nacionalista e conservador e foi difundido durante a campanha eleitoral, tendo sido posteriormente adotado também no governo. Os elementos “Deus, Pátria e Família” foram emprestados do Integralismo e passaram a ser mandamentos máximos do bolsonarismo, com muitos de seus apoiadores manifestando o lema em cartazes e publicações.

Outro símbolo, bem característico do fascismo e do movimento integralista e já debatido nesses dois casos, era a adoração em torno da imagem do líder. No caso de Bolsonaro, a sua liderança era celebrada e enaltecida por meio do uso recorrente do adjetivo "Mito". Esta característica foi abordada anteriormente segundo os estudos de Paxton (2007), que revelam como a construção de uma narrativa “mística” em torno do líder é emblemática, pois confere a ele o papel de representante das vontades e do destino do povo, garantindo até mesmo imunidade contra eventuais críticas ao governo. Os discursos de Bolsonaro, por sua vez, foram responsáveis por incitar o ódio e a violência, tanto contra seus “inimigos” quanto às instituições democráticas - colocando em risco, assim, a própria democracia (SIMÕES; SILVA, 2022).

Bolsonaro e seus apoiadores eram/são manifestamente anticomunistas e pró-ditadura militar, tendo sido frequentes as manifestações a favor da intervenção militar no país durante o seu governo. Melo (2020) aduz que a ideologia bolsonarista defende o revisionismo e mesmo o negacionismo histórico da ditadura militar ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985. Nessa perspectiva, Da Silva (2021, p. 44) elucida que, para Bolsonaro os demais defensores do regime, aqueles que “lutaram contra a ditadura eram parte da ‘ameaça comunista’, apresentada como o principal argumento para o golpe que permitiu a tomada de poder pelas forças militares em 1964”. Essa atitude conspiracionista, semelhante àquela experienciada pelos integralistas, somada à descredibilização das instituições democráticas e ataques aos órgãos e representantes da justiça levou até o famigerado 8 de janeiro de 2023 - o dia em que os apoiadores de Bolsonaro, irredimidos com a derrota de seu candidato nas eleições presidenciais ocorridas no ano anterior, invadiram e depredaram as sedes dos três poderes,

alegando fraude nas urnas eletrônicas e reivindicando o golpe e a intervenção militar. Neste dia, o Brasil pôde experimentar, na prática, como a inspiração fascista presente na extrema-direita brasileira é capaz de ameaçar o Estado democrático de direito brasileiro.

6. COMO A INSPIRAÇÃO FASCISTA AFRONTA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

Resgatando as argumentações narradas nos tópicos precedentes, pode-se verificar que a posição dos adeptos da extrema-direita no Brasil recente, no que tange aos ataques às instituições democráticas, defesa da ditadura militar e incitação ao golpe são manifestamente contrários aos elementos basilares do Estado democrático de direito. Ao longo de seu mandato como presidente do Brasil, Jair Bolsonaro adotou uma postura desafiadora em relação aos pilares fundamentais da democracia, como a separação de poderes e o respeito à autonomia das instituições. Tal atitude agrava-se pela sua capacidade de mobilização de massas, muitas vezes por meio da disseminação de informações falsas ou enviesadas, como já abordado no capítulo anterior.

Ademais, a deslegitimação das urnas eletrônicas por Bolsonaro e seu uso estratégico desse tema contribuíram para fragilizar a confiança no sistema eleitoral brasileiro e gerar um ambiente de instabilidade política, colocando em risco os fundamentos democráticos do país. A insegurança face ao sistema eleitoral foi promovida desde, pelo menos, as eleições brasileiras de 2018, em que o então candidato declarou que não aceitaria um resultado diferente de sua eleição, e que o sistema eleitoral utilizado no Brasil não existe em nenhum outro lugar do mundo (BOLSONARO..., 2018).

No ano de 2019, o ex-Chefe de Estado defendeu a implementação do voto impresso como fator essencial à sua eventual reeleição em 2022 e, a partir de 2020, passou sustentar ter provas a respeito da alegada fraude nas eleições presidenciais de 2018. Tais provas nunca foram apresentadas. Em agosto de 2021, após ter sido incluído em uma investigação no Tribunal Superior Eleitoral e no inquérito das fake news Bolsonaro ameaçou “agir fora das quatro linhas da Constituição” (VASCONCELLOS, 2021).

Toda a tensão política acumulada durante estes anos levou ao ataque ocorrido no

Brasil em 8 de janeiro de 2023, que teve como alvo os três poderes do Estado, e promoveu repercussões significativas sobre a estabilidade da democracia do país. Na ocasião, apoiadores extremistas do ex-Presidente invadiram, devastaram e saquearam as sedes do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, atos de caráter golpista pautados pelo questionamento do resultado das eleições de 2022, que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva como presidente. Apesar de seu afastamento, Bolsonaro passou a ser investigado como possível autor intelectual dos ataques aos Três Poderes (AS LIGAÇÕES..., 2023).

Sendo assim, o que o país assistiu naquele dia representou uma clara violação dos princípios fundamentais da democracia, que se baseiam na separação e independência dos poderes. Ao atingir diretamente as instituições democráticas, essas ações minaram a estabilidade política e o funcionamento adequado do sistema democrático. Da mesma forma, em clara antagonia com os pressupostos de direitos humanos e fundamentais previstos na Constituição de 1988, temos a incitação do ódio e da violência por parte do presidente Jair Bolsonaro contra seus opositores políticos.

Nesse sentido, em um país altamente diversificado como o Brasil, a promoção de ideais como ódio e violência aos opositores, ou apenas aos diferentes, pode ser fatal. Diante de tais constatações, portanto, é possível asseverar que os ideais propagados pela extrema direita brasileira encontram-se diametralmente opostos aos conceitos de Estado Democrático garantidor de Direitos Humanos Fundamentais que constituem finalidades máximas em nosso país.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua concepção, o fenômeno do fascismo tem sido objeto de investigação por inúmeros acadêmicos oriundos de uma ampla gama de disciplinas, devido ao considerável fascínio que suscitou. Tal interesse encontra justificativa na significativa influência que o fascismo exerceu e continua exercendo sobre as estruturas sociais, resultando na necessidade simultânea de compreender a sua origem. Por tal motivo, uma grande preocupação dos autores foi estabelecer uma linha do tempo apta a situar o leitor na contextualização do tema.

Ocupamo-nos de construir a narrativa histórica, não para esgotar o conteúdo, mas para delinear o conjunto de circunstâncias que culminaram nos eventos que pretendemos abordar, os quais representam o objetivo último desta pesquisa: o legado da inspiração fascista no pensamento político da extrema direita no Brasil atual. Situadas as ideias, foi possível entender o que deu causa ao fascismo, como este desenvolveu-se e propagou-se pela Europa e pelo mundo, até chegar ao Brasil. Logo, pudemos avaliar as consequências que este fenômeno provocou no país, ao inspirar o pensamento e a atitude de adeptos da corrente política à extrema direita do espectro, o que representou uma ameaça de extrema gravidade à democracia, às instituições democráticas e à própria Constituição Federal.

O Brasil, em pleno século XXI, bebeu das águas do fascismo e seus cidadãos puderam experimentar as trágicas consequências de se tolerar este tipo de regime. Os seus efeitos foram sentidos por todos - alguns na própria pele, em razão de violência; outros, na consciência, diante da intolerância generalizada; e nem os concretos ficaram isentos da depredação. A catástrofe alastrou-se de norte a sul do país. Está aí a razão de ser deste estudo: o que buscamos, após incansáveis dias de estudo e dedicação, foi alcançar um nível de compreensão do contexto em que surgiu e se expandiu o fascismo, de suas principais características e peculiaridades, para então entender de que maneira ele se manifesta no Brasil, de modo a facilitar que movimentos de cunho fascista em atuação no país sejam identificados e imediatamente erradicados. É certo que a compreensão de cada faceta deste fenômeno exige um estudo minucioso e aprofundado da temática e, dada a sua contemporaneidade, exaurir o tema não é factível. Ainda assim, conhecer os impactos sociais promovidos pelo fascismo, as suas bases ideológicas e repercussões jurídicas mostra-se essencial para fortalecer os mecanismos de defesa da democracia, dos direitos fundamentais, da Constituição Federal e do Estado democrático de direito. Afinal, ao analisar o passado, somos capazes de entender o presente e, por conseguinte, de evitar a repetição de erros, o que somente é imaginável em uma sociedade consciente e preparada para lidar com tais questões.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Mobilização fascista, abismo democrático e ruptura institucional**. Revista Espaço Acadêmico, 2020, p. 133-145. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54864>. Acesso em 06 fev. 2023.

BOLSONARO volta a dizer que não cumprirá decisões do STF e ataca ministros da Corte. **Uol**, 2022. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/49695_bolsonaro-volta-a-dizer-que-nao-cumprira-decisoes-do-stf-e-ataca-ministros-da-corte.html. Acesso em: 24 jun. 2023.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. 1 ed. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. 1 ed. Recurso online (212 p.): ePub, il. ISBN: 978-65-5652-013-1.

LIMA, Danilo Pereira. Argumentos pseudojurídicos alimentaram os ataques de 8 de janeiro. **Consultor Jurídico**, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-21/diario-classe-argumentos-pseudojuridicos-alimentaram-ataques-janeiro#author>. Acesso em 23 jun. 2023.

MANN, Michael. **Fascistas**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MELO, Damian. O BOLSONARISMO COMO FASCISMO DO SÉCULO XXI. 2020, In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R.; CHABALGOITY, D. (Org.). **(Neo)fascismo e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/45637190/O_bolsonarismo_como_fascismo_do_XXI. Acesso em 06 fev. 2023.

NETO, Odilon Caldeira. **Neointegralismo e as direitas brasileiras**: entre aproximações e distanciamentos. Locus (UFJF), 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/2252634/Neointegralismo_e_as_direitas_brasileiras_entre_aproxima%C3%A7%C3%B5es_e_distanciamentos. Acesso em 25 jan. 2023.

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SOUSA, Kátia Menezes de; OLIVEIRA, Rafael Camargo de. Fascismo e bolsonarismo: aproximações teóricas e discursivas entre as duas práticas. **Revista Heterotópica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 115–140, 2020. DOI: 10.14393/HTP-v2n2-2020-56627. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/56627>. Acesso em: 25 jun. 2023.

TEIXEIRA, Felipe Charbel *et al.* **Metodologia da Pesquisa Histórica**. v. único. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/d52c9e6523788d91b65aac212a122404.pdf>. Acesso em 26 jan. 2023.

TRINDADE, Héliogio. Integralismo: **o fascismo brasileiro na década de 30**. 2. ed. São Paulo, SP: DIFEL, 1979. 379 p. Disponível em: <https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php>. Acesso em 25 jan. 2023.

TROTSKY, Leon; MANDEL, Ernest. O que é o Fascismo e como combatê-lo. LeBooks Editora, 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_que_%C3%A9_o_Fascismo_e_Como_combat%C3%AA_lo.html?id=jdDSDwAAQBAJ&redir_esc=y. Acesso em 24 jun. 2023.

VASCONCELLOS, Jorge. Bolsonaro ameaça agir fora das "quatro linhas da Constituição". **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4941803-investigado-pelo-stf-bolsonaro-volta-a-ameacar-as-eleicoes-de-2022.html#google_vignette. Acesso em 24 jun. 2023.

MODELOS OSTIANOS DE JUIZ DIANTE ATAQUES ANTIDEMOCRÁTICOS: O CASO DO MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES⁵⁹

Rafa Ella Brites Matoso⁶⁰
Gabriel Eidelwein Silveira⁶¹

Resumo: Como reage o poder judiciário aos ataques antidemocráticos? Nesta reflexão inicial, feita no âmbito de uma agenda de pesquisa na sociologia política de instituições judiciais, ensejamos realizar uma articulação entre os modelos de juiz de François Ost (2007) e a análise de conteúdo de Bardin (1977) e Spink (2010) para aferir, em quatro discursos do ministro Alexandre de Moraes, quais modelos de atuação judicial se sobressaem em sua enunciação. Longe de uma conclusão, inferimos uma tendência mista de elementos dos modelos ostianos da magistratura na atuação de Moraes, bem como demarcamos a necessidade de continuidade deste estudo.

Palavras-chave: Magistratura; Tipologia; Antidemocrático; Sociologia Política; TSE.

Resumen: ¿Cómo reacciona el poder judicial ante los ataques antidemocráticos? En esta reflexión inicial, realizada como parte de una agenda de investigación en sociología política de las instituciones judiciales, intentamos articular los modelos de juez de François Ost (2007) y los análisis de contenido de Bardin (1977) y Spink (2010) para averiguar, en cuatro discursos del ministro Alexandre de Moraes, qué modelos de actuación judicial destacan en su enunciación. Lejos de una conclusión, inferimos una tendencia mixta de elementos de los modelos ostianos de judicatura en la obra de Moraes, además de destacar la necesidad de que este estudio continúe.

Palabras clave: Magistratura; Tipología; Antidemocrática; Sociología Política; TSE.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da iniciação científica realizada na sociologia política de instituições judiciais – essa encruzilhada –, amparando nossas leituras em tipologias da magistratura

⁵⁹ Trabalho realizado dentro da agenda de pesquisa fomentada pelo PIBIC/CNPQ no âmbito do projeto “O ativismo judicial como *enjeu de luttés* do campo jurídico contemporâneo”, sob orientação do prof. Gabriel Eidelwein Silveira.

⁶⁰ Estudante do bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política, na Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS - Brasil. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: rafa.ella.britesmatoso@gmail.com

⁶¹ Professor da Universidade Federal do Pampa e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (PPGS/UFPI), doutor em Sociologia (UFRGS). São Borja/RS - Brasil. E-mail: gabrielsilveira@unipampa.edu.br

capazes de ofertar bons repertórios interpretativos e teóricos para conceitualizar os padrões de atuação judicial, nos perguntamos se não era momento de ensinar uma primeira análise empírica dentro dos marcos com os quais trabalhamos.

O Brasil nos disse que sim.

A conjuntura política brasileira levanta questionamentos e imprime inquietações naquelas e naqueles que tentam acompanhar seus fatos ou conjecturar qualquer interpretação acerca dos rumos que nosso país toma. Este esforço teórico-analítico nada mais é que uma tentativa de elaborar as preocupações de forma a construirmos, coletivamente na academia, respostas, pistas, possibilidades de entendimento que possam aprofundar na nossa sociedade as bases democráticas.

Os ataques antidemocráticos sistematicamente realizados no Brasil, os quais se agravaram durante o período da presidência de Jair Bolsonaro, suscitam das instituições um tipo de reação – especialmente do poder judiciário. Há uma agenda por justiça ecoando pelas arenas públicas e nas próprias instituições judiciais⁶². Como responder às tentativas de desestabilização e desconstrução da democracia e suas instituições? Evidentemente, não há uma única forma – tampouco não foram pontuais, mas sim sistemáticos, os ataques antidemocráticos e neofascistas.

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por diversas turbulências. Para além da covid-19, que assolou milhares de brasileiras e brasileiros, o Estado estava sob direção de uma ideologia política pouco afeita ao jogo democrático. Carlos Daniel Machado aferiu, analisando discursos do ex-presidente, “que Jair Messias Bolsonaro, militar reformado, simpatizante do regime ditatorial brasileiro, não possui qualquer apreço pelas regras democráticas e suas instituições” (Machado, 2023, p. 88). É da ordem institucional que haja alguma tensão entre os poderes, na tentativa de encontrar o equilíbrio de suas funções⁶³; no entanto, o mandato presidencial passado ocorreu sob inúmeros posicionamentos conflituosos com o poder judiciário, em especial, com um de seus membros.

Machado (Ibid.) averiguou que “além da simples retórica, aproveitando-se do

⁶² <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=518984&ori=1>

⁶³ <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/barroso-assume-presidencia-do-stf-em-momento-de-tensao-com-o-congresso/>

populismo, Bolsonaro investia reiteradamente contra os limites [da] democracia, atacando o Poder Judiciário, muitas vezes na pessoa do Ministro Alexandre de Moraes”. No dia 08 de janeiro de 2023, as sedes dos Três Poderes foram depredadas por civis, vestidos com as cores da bandeira do Brasil, por meses organizados em acampamentos e em manifestações contra o resultado das eleições presidenciais, com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A poltrona do ministro Alexandre de Moraes foi encontrada fora do plenário do Supremo Tribunal Federal, sendo que diversos vídeos com tom jocoso e de ataque ao ministro foram gravados e publicados nas redes sociais⁶⁴. Tamanha animosidade contra o ministro se materializou em violência física, contra ele e sua família, no aeroporto de Roma⁶⁵, em 2023.

As bases antidemocráticas (Miguel, 2002) dos ocorridos o são não apenas pela contestação de decisões eleitorais livres e garantidas na vontade do povo, mas sobretudo pelo ataque às instituições que atendem às decisões do povo. Entendemos tais instituições como sendo, evidentemente, as que compõem o quadro principal dos poderes Executivo e Legislativo (governos, ministérios, parlamentos), mas também “o sistema de justiça e a polícia, a burocracia estatal, os partidos políticos e os militares” (Norris, 1999, p. 11).

Neste trabalho, privilegiamos o poder judiciário, visando observá-lo nessa conjuntura de vultos antidemocráticos, mas também por ter sido alvo. Massuchin (*et al.*, 2021) perceberam que no “cenário brasileiro e durante o momento de coleta de dados, quando distintos atritos entre os poderes ocorreram, percebeu-se que houve a constituição de alguns inimigos-alvo desses ataques. Primeiramente, as instituições – o STF e o legislativo federal” (Massuchin *et al.*, 2021, p. 66). Machado demonstrou, ao analisar nove discursos do ex-presidente Bolsonaro, que o nome de Alexandre de Moraes foi a segunda citação mais recorrente, seguida por “Ministro(s)” (Machado, 2023, p. 72), indicando a energia despendida, pelo então presidente, ao enfrentamento não só com a cúpula do poder judiciário, mas diretamente com o ministro Alexandre de Moraes – batizado, por bolsonaristas, de *Xandão*.

⁶⁴

<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/403298/homem-que-sentou-na-cadeira-de-moraes-no-stf-nos-a.htm>

⁶⁵https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/15/interna_politica,1520578/autoridades-repercutem-agresao-ao-ministro-alexandre-de-moraes-em-roma.shtml

Com este trabalho, apresentamos nossas reflexões iniciais acerca da utilização da tipologia da magistratura de François Ost (2007), como categorias analíticas para a análise de conteúdo (Bardin, 1977; Spink, 2010; 2013a; 2013b) de discursos proferidos pelo ministro Alexandre de Moraes enquanto presidente do Tribunal Superior Eleitoral – a fim de responder, como reage o poder judiciário aos ataques antidemocráticos?

Nossos resultados apontam para uma tendência e para uma nova agenda de pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO

Considerando o judiciário, como diria o ministro Luís Roberto Barroso (2018), a nova arena dos debates públicos – e consequentes decisões e resoluções para tais debates; considerando o mandato do ministro Alexandre de Moraes na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão máximo da Justiça Eleitoral, iniciado em agosto de 2022; nos interessa, aqui, propor uma análise sobre comportamento judicial desde a tipologia da magistratura de François Ost (2007) através da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977) e Mary Jane Spink (2010; 2013a) aplicada a quatro discursos do ministro Alexandre de Moraes enquanto presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Para este trabalho, foram selecionados quatro discursos de Moraes enquanto incumbido da Justiça Eleitoral: três pronunciamentos em solenidades e uma coletiva de imprensa. Vamos analisar i) o discurso de posse⁶⁶ como presidente do TSE, proferido em cerimônia histórica no dia 16 de agosto de 2023; ii) a coletiva de imprensa⁶⁷ realizada antes da apuração dos votos no segundo turno das eleições gerais de 2022, no dia 30 de outubro de 2022; iii) o discurso feito na diplomação⁶⁸ da chapa presidencial eleita, no dia 12 de dezembro de 2022 e iv) o discurso de reabertura do judiciário⁶⁹, no dia 01 de fevereiro de 2023. Nosso intuito é identificar, em tais discursos, as posturas, atitudes e elementos que possam

⁶⁶ <https://www.poder360.com.br/justica/leia-a-integra-do-discurso-da-posse-de-alexandre-de-moraes-no-tse/>

⁶⁷ <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/30/entrevista-do-presidente-do-tse-alexandre-de-moraes>

⁶⁸ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/leia-a-integra-do-discurso-de-alexandre-de-moraes-na-diplomacao-de-lula/>

⁶⁹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/01/leia-a-integra-do-discurso-de-alexandre-de-moraes-na-reabertura-do-tse.htm>

caracterizar o comportamento judicial de Alexandre de Moraes, não só enquanto dirigente de um tribunal de cúpula, mas sobretudo enquanto magistrado.

Mobilizamos nessa análise a tipologia da magistratura de François Ost (2007). O filósofo do direito belga nos oferece categorias analíticas pertinentes ao nosso intento, no tocante à conceitualização da atuação do magistrado e sua forma de se relacionar com o direito, bem como à criação/recriação de repertórios interpretativos – desde esta encruzilhada a qual chamamos de sociologia política de instituições judiciais – capazes de aprofundar, defender e promover as bases democráticas de nossa institucionalidade intencionalmente fragilizada.

Os tipos de juiz foram conhecidos a partir de “Júpiter, Hércules, Hermes: tres modelos de juez”, publicado por François Ost originalmente em 1993. Nele, o jusfilósofo elabora o que ele batizou de *teoría lúdica do direito*, categorizando as formas de atuação judicial a partir de uma análise comparativa-evolutiva da ordem jurídica em Estados de Direito e, de maneira criativa e instigante, da mitologia greco-romana. Fazendo esse exercício tripartite, nos são apresentados o juiz Júpiter, marcado pelo distanciamento legalista, o juiz Hércules, centralizador e decisionista, e o juiz Hermes, neoconstitucional e pós-moderno.

O juiz Júpiter é aquele cuja presença subjetiva nas decisões judiciais deveria ser nula ou o mais próximo da nulidade. Trata-se de um modelo que caracteriza a atuação judicial “longe da política e dos problemas sociais” (Silveira; Eidelwein, 2022, p. 44). É o juiz do Estado Liberal de Direito, herdeiro do legalismo e comprometido em com a enunciação do legislador (Gabriel, 2017), que apreende o direito como um código divino piramidal, irradiando do mais alto para a aplicação e reprodução em todas as instâncias judiciais.

Tomemos el modelo de la pirámide o del código. Lo llamaremos el derecho jupiterino. Siempre proferido desde arriba, de algún Sinaí, este derecho adopta la forma de ley. Se expresa en el imperativo y da preferencia a la naturaleza de lo prohibido. Intenta inscribirse en un depósito sagrado, tablas de la ley o códigos y constituciones modernas (Ost, 2007, p. 102).

Júpiter é o deus que vive no alto do Monte Olimpo. É ele quem guarda a defesa da retidão e faz irradiar, do alto, a norma que organiza a vida social. O Júpiter ostiano, enquanto um tipo ideal, simboliza atitudes judiciais resguardadas à letra da lei, a codificação do processo decisório e a diluição da presença do magistrado atrás de institucionalidades

legalistas.

O juiz Hércules, por sua vez, é a representação de seu nome: empreende seus feitos em tom de salvação. Atua como um herói que mantém a sociedade em ordem e protege a todos de si mesmos. É o juiz do Estado Social de Direito, cujo fazer mira na realização da justiça social, “corrigindo desigualdades materiais causadas pela mecânica de funcionamento do capitalismo em seus moldes liberal-individualistas” (Silveira; Eidelwein, 2022, p. 48), trazendo para si a tarefa de conduzir normativamente a sociedade em um esquema de pirâmide invertida – o funil, mitologicamente representando a abundância da materialidade e judicialmente simbolizando a primazia do próprio juízo nas decisões. “A partir de aquí no hay más derecho que el jurisprudencial; es la decisión y no la ley la que crea autoridad. Al código lo sustituye el dossier; la singularidad y lo concreto del caso se superponen a la generalidad y abstracción de la ley” (Ost, 2007, p. 102).

Há argumentos dissonantes no que tange a associação do modelo herculeano com o Estado Social de Direito e as suas implicações. Silveira e Eidelwein (2022, p. 52) argumentam que “é o poder executivo – não o judiciário – que potencialmente (sob certas circunstâncias) tende a exacerbar o seu poder nos Estados Sociais. Quando isto acontece, é o executivo – não o judiciário – que age como Hércules”. Lenio Streck critica o reducionismo da teoria de Ost, apontando para o

excessivo esforço em enquadrar o “modelo herculeano” no modelo de direito do Estado Social, colocando-o como uma antítese do juiz que caracterizaria o modelo de Estado Liberal (o modelo jupiteriano), como se o modelo do “juiz do estado Liberal” fosse o juiz do positivismo primitivo (fase exegética do positivismo) e o segundo fosse o do modelo que simplesmente supera esse modelo, ou seja, no primeiro o “juiz seria a boca da lei” e seu superador seria o “juiz que faz a lei” (Streck, 2010, p. 22-23).

Em nossa proposta de um tipo ideal herculeano, caracterizamos as atitudes que flertam com uma abordagem gerencialista, com foco na decisão e no próprio poder do magistrado de tomar tais decisões. A personalidade do magistrado indica sua mobilização do direito, sempre a decidir primeiro e justificar depois.

Nosso juiz Hermes, por fim, é articulado e se molda às diferentes formas e saberes que o direito pode tomar, em sua concepção. A institucionalidade de sua voz pública abre espaço para agentes diversos e suas perspectivas acerca dos direitos e das normas. O magistrado da

pós-modernidade, “que adota a forma de rede; nem um polo, nem dois, isto é, nem a pirâmide e nem um funil, e tampouco a superposição dos dois, senão uma multiplicidade de pontos de inter-relação (Streck, 2010, p. 22) e caminha pelo campo jurídico como quem costura uma colcha de retalhos, onde todos os pontos são importantes e carregam potencial de ancorar o processo decisório. “El derecho posmoderno, o derecho de Hermes, es una estructura de red que se traduce en infinitas informaciones disponibles instantáneamente y, al mismo tiempo, difícilmente matizables, tal como puede serlo un banco de datos” (Ost, 2007, p. 104). O tipo ideal hermesiano, neste trabalho, se coloca disponível ao jogo democrático, mesmo que sem intenção explícita de projeção da própria imagem, como um agente público capaz de fazer da legalidade do processo e da defesa da justiça social uma forma de aprofundar a democracia através da institucionalização dos principais debates públicos, com vistas a ofertar resoluções e repertórios interpretativos aos problemas sociais que assolam a sociedade. Uma forma de atuação que, assim como Hermes, se coloca como um mediador entre os mundos.

Os tipos de juízes, aqui, ganham forma como tipos ideais sociológicos (Weber, 1999). Não ensejamos uma descrição estritamente verossímil, verdadeira, o mais exata, da realidade, mas conceitos precisos, em sua idealidade, com os quais se pode comparar, por aproximação, inferir e teorizar (Silveira e Eidelwein, 2022). Neste trabalho, a comparação com os tipos ideais se dará por meio da análise do conteúdo dos discursos selecionados e apresentados previamente.

Laurence Bardin (1977, p. 31) compreende a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos” que podemos implementar para aferir, em nossa proposta, qual dos modelos de juiz mais se associa às posturas enunciadas por Alexandre de Moraes. A tarefa de interpretar já se inicia com a organização da coleta (Spink; Lima, 2013).

Utilizando os mapas de associação de ideias (Spink, 2010; 2013b), dividimos o processo de análise em etapas. Primeiramente, definimos descritivamente as categorias que buscamos aferir nos discursos – os modelos ostianos de juiz –, que serão as colunas do mapa.

Quadro: Definindo as categorias temáticas do mapa de associação de ideias.

JÚPITER	HÉRCULES	HERMES
Direito como pirâmide e código. Distanciamento pessoal. Ênfase no direito. Literalidade legislativa. Primazia do direito enquanto sistema normativo que irradia institucionalidade.	Direito como funil e dossiê. Decisionismo. Mobilização de personalidade nas ações. Direito justificando posturas e decisões tomadas. Heroísmo.	Direito como rede e banco de dados. Articulação. Escutatória. Postura que se posiciona de forma elaborada, com argumentação que compõe o direito junto de outras fontes.

Fonte: elaboração dos autores com base na tipologia de Ost (2007).

Para a operacionalização técnica da análise, definimos, já mirando na segunda etapa, cores para cada tipo de juiz. Cada modelo tem uma cor, sendo utilizadas duas tonalidades da cor de cada modelo – úteis para a análise posterior. Tendo a estrutura do mapa, iniciamos a aplicação dos discursos às colunas, em um primeiro momento tentando manter os parágrafos e movê-los inteiros para as categorias. A ideia é justamente tentar preservar os contextos de cada frase com potencial de identificação com algum modelo, ainda sem a utilização das cores, apenas mantendo a sequência das frases.

Quadro: Exemplo de primeiro enquadramento dos discursos – *A diplomação*.

JÚPITER	HÉRCULES	HERMES
A diplomação da chapa presidencial eleita – Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Vice-Presidente Geraldo Alckmin – consiste no reconhecimento da lisura do pleito eleitoral e na legitimidade política conferida soberanamente pela maioria do povo brasileiro por meio do voto direto e secreto.	A Justiça Eleitoral se preparou para garantir, com coragem e segurança, a transparência e lisura das eleições e a legitimação dos vencedores por meio da presente diplomação, como o faz há 90 (noventa) anos, desde sua criação.	A Justiça Eleitoral tem a honra de recebê-los, no Tribunal da Democracia, para a celebração da vitória da Democracia, do respeito ao Estado de Direito e da fiel observância da Constituição Federal.

Fonte: CNN Brasil (2022).

Feita essa primeira análise com os quatro discursos, partimos para uma categorização mais minuciosa. Quais elementos daqueles blocos, daqueles parágrafos, consistiam em elementos atribuídos a um dos modelos? Aqui, as cores entram no método: os tons mais suaves demarcam frases onde o contexto, o encadeamento das palavras, remete ao modelo,

bem como os tons mais intensos demarcam as palavras ou frases que concentram o significado atribuído ao modelo, como sendo o núcleo semântico do modelo dentro do contexto da frase.

Discurso I – *A posse*

Hoje, no dia 16 de agosto de 2022, tomo posse no honroso cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral com os mesmos ideais com os quais iniciei minha formação acadêmica pela tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1986: respeito à Constituição Federal, devoção aos direitos e garantias fundamentais, realização de uma Justiça rápida, efetiva e eficiente, fortalecimento das instituições e concretização e aperfeiçoamento da democracia, pressupostos essenciais para o desenvolvimento do Brasil. Com humildade e serenidade, firmeza e transparência, juntamente com meus colegas de Tribunal (PODER360, 2022).

E com a presença, eu faço questão aqui de agradecer nominalmente, com a presença de 22 governadores de Estado [...] E também a presença de inúmeros prefeitos municipais, que cumprimento em nome dos prefeitos de 3 grandes capitais: a minha capital São Paulo, prefeito Ricardo Nunes; Rio de Janeiro, prefeito Eduardo Paes; e Belo Horizonte, prefeito Fuad Noman, demonstrando a força e a importância da presença dos Estados, dos municípios, a força e importância do nosso federalismo para justiça a eleitoral (PODER360, 2022).

A posse do ministro Alexandre de Moraes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em agosto de 2022, foi considerada histórica⁷⁰ na cena pública. Ele próprio articulou, como vimos através da imprensa e das mídias, a cerimônia, os convidados, a disposição desses convidados e a tônica de seu discurso. É visível uma associação com o modelo de Hércules logo de começo, trazendo ideias de força, de firmeza, de atitude. A própria articulação – interlocutores e comentaristas midiáticos assinalaram a quantidade de autoridades das mais diversas hierarquias e o ineditismo de um evento geralmente monótono restrito à comunidade jurídica ter sido coberto por tom e verniz político.

No entanto, ele demarca sua posição herculeana fazendo uso de elementos hermesianos, como a importância do federalismo. Posicionar a justiça eleitoral como parte de um todo imbuído do federalismo figura, no contexto, como um elemento típico de Hermes.

70

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/08/17/posse-historica-no-tse-foi-articulada-pelo-proprio-alexandre-de-moraes.ghml>

Nesse cenário, a livre circulação de ideias de pensamentos, de opiniões, de críticas, essa livre circulação visa a fortalecer o Estado democrático de direito e a democratização do debate no ambiente eleitoral, de modo que a intervenção da Justiça Eleitoral deve ser mínima, em preponderância ao direito à liberdade de expressão dos candidatos, das candidatas e do eleitorado. É a plena proteção constitucional da exteriorização da opinião e não permite censura prévia pelo poder público. Entretanto, essa plena proteção constitucional da exteriorização da opinião não significa impunidade. Não significa a impossibilidade posterior de análise e responsabilização por eventuais informações injuriosas, difamantes, mentirosas, fraudulentas, pois o direito à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas (PODER360, 2022).

A passagem acima coroa a complexidade de seus posicionamentos. Inicia uma argumentação aos moldes de Hermes, mobiliza de forma jupiteriana a dimensão constitucional da justiça eleitoral – e a pretensão de intervenção mínima, que pouco combina com Moraes – incrementando, com a postura de Hércules, o imperativo de punição – beirando a imagem de um “justiceiro” – e encerrando, novamente, com a postura habilidosa de Hermes.

De forma geral, na totalidade do discurso, foram mais recorrentes os modelos de Hermes e de Hércules, com passagens de Júpiter.

Discurso II – *A coletiva*

Antes da apuração dos votos no segundo turno das eleições gerais de 2022, Alexandre de Moraes, presidente do TSE, dá uma coletiva de imprensa. A apreensão coletiva e pública era com operações⁷¹ da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em ônibus que transportavam, de forma regular e ordeira, eleitores. Operações, estas, concentradas na região nordeste do Brasil. PRF, está sob comando direto do incumbente e candidato à reeleição.

Antes de abrir para perguntas, Moraes – além de reclamar do vento no local da coletiva – começa trazendo informações que considerava relevantes. Para este ponto do trabalho, fizemos a utilização da plataforma Escriba⁷² para a transcrição da entrevista, disponível apenas em áudio⁷³ no ambiente virtual.

⁷¹ <https://www.conjur.com.br/2022-out-30/operacoes-prf-concentraram-nordeste-reduto-lula/>

⁷² <https://escriba.app/pt-br/>

⁷³ <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/30/entrevista-do-presidente-do-tse-alexandre-de-moraes>

0:04:20

Um dos pontos que é importantíssimo, e nós estamos aprimorando, nós que eu falo, o Tribunal Superior Eleitoral e o próprio Poder Judiciário combate as fake news. Com base na resolução editada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que todos acompanharam, a resolução que passou a permitir a retirada direta pela presidência, a determinação da presidência no caso de questões institucionais, postagens, publicações contra a democracia, contra o Estado de Direito, contra o sistema eleitoral, passou

0:05:01

a permitir também a extensão de decisões judiciais, para que se desse mais celeridade ao cumprimento dessas decisões, e se retirasse das redes não só aquela notícia falsa, fraudulenta, aquele discurso de ódio que foi determinado na decisão judicial, mas todos idênticos, conteúdo idêntico, que se replicassem (ESCRIBA, 2023).

Temos que considerar as implicações de seu cargo, especialmente neste discurso. A presidência de um tribunal, especialmente neste caso, que conduz um processo que envolve muita gerência, impõe em seu discurso – e a mídia espera isso dele – elementos gerencialistas, a elucidação de decisões, a mobilização de verdadeiros dossiês para justificar escolhas. No entanto, podemos observar na forma como ele articula as implicações do cargo com sua personalidade e a centralidade de suas decisões na condução dos trabalhos – típico modelo herculeano.

0:11:29

Assim que tomei conhecimento disso, o presidente do metrô da companhia lá, a Companhia de Trânsito Metropolitano, em São Paulo é diferente, são separados, eu oficieei imediatamente, determinando o cumprimento imediato sob pena de multa pessoal de 150 mil reais por hora e crime eleitoral. (ESCRIBA, 2023).

0:19:50

São as duas questões. A questão de aonde é feita a operação, isso não é da alçada do TSE.

0:21:58

Obviamente, qualquer desvio de finalidade, qualquer abuso de poder, se caracterizado for, a responsabilidade é civil e criminal, crime comum e também é crime de abuso de autoridade, além do crime eleitoral. (ESCRIBA, 2023).

0:26:03

Para isso, exatamente, foi vedado essa divulgação espalhafatosa. Segundo ponto, também, nós partimos de premissas diversas. Eu não consigo imaginar que a garantia do transporte público gratuito seja só para eleitores de uma candidatura.

0:26:25

É impossível achar que o transporte gratuito em Belo Horizonte, o metrô, favorece A ou B, favorece a democracia, favorece o eleitor. É impossível achar que o transporte gratuito de ônibus favorece A ou B, favorece a democracia. (ESCRIBA, 2023).

Majoritariamente herculeano, o discurso na coletiva demonstrou passagens de Júpiter e de Hermes marcantes, apesar de pontuais. Podemos observar um momento de mobilização dura do direito, enquadrando criminalmente, bem como um momento de elaboração da democracia, argumentando em defesa do transporte público gratuito para eleitores.

Discurso III – *A diplomação*

O clima pós-eleições de 2022 abrigava ânimos diversos, fossem de celebração, fossem de contestação – ambos intensos. Em seu discurso na diplomação dos Presidente e Vice-Presidente eleitos, o padrão Hermes-Hércules com pitadas jupiterianas se manteve.

Estabilidade democrática e respeito ao Estado de Direito não significam ausência de turbulências, embates ou mesmo – como se verificou nas presentes eleições – ilícitos ataques antidemocráticos ao sistema eleitoral e a própria Democracia. Estabilidade democrática e respeito ao Estado de Direito significam observância fiel à Constituição, pleno funcionamento das Instituições e integral responsabilização de todos aqueles que pretendiam subverter a ordem política, criando um regime de exceção.

A utilização das redes sociais como instrumento democrático de acesso a livre manifestação de pensamento – surgido principalmente nas famosas “primaveras democráticas” – foi desvirtuada por extremistas, no intuito de desacreditar as notícias veiculadas pela mídia tradicional.

Coube à Justiça Eleitoral, estudar, planejar e se preparar para atuar de maneira séria e firme no sentido de impedir que a “desinformação” maculasse a liberdade de escolha das eleitoras e eleitores e a lisura do pleito eleitoral (CCN Brasil, 2022).

Há um legalismo e um heroísmo, como podemos averiguar, que se repete em seus discursos, sempre contextualizado em um verniz hermesiano. A preponderância de elementos ligados ao modelo de Hermes não inibe – por vezes complementa – a marcante presença jupiteriana e herculeana em seus posicionamentos, repetidamente ornamentando sua postura em momentos solenes.

Esses extremistas, autoritários, criminosos não conhecem o Poder Judiciário brasileiro.

[...]

Nas eleições de 2022, a presente diplomação tem um duplo significado, pois, além do reconhecimento da regularidade e da legitimidade da vitória da chapa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-Presidente Geraldo Alckmin; essa diplomação atesta a vitória plena e incontestável da Democracia e do Estado de Direito contra os ataques antidemocráticos, contra a desinformação e contra o discurso de ódio proferidos por diversos grupos organizados que, já identificados, garanto serão integralmente responsabilizados. Para que isso não retorne nas próximas eleições (CNN Brasil, 2022).

Os elementos jupiterianos, como o reconhecimento da legitimidade na citação acima, se apresentam como adornos às posturas herculeanas de Moraes. Posturas, estas, sempre articuladas aos floreios hermesianos, não só pela ordem jurídica neoconstitucional, mas sobretudo pela forma como encadeia os elementos de seu discurso.

Discurso IV – *A reabertura*

O primeiro discurso em solenidade após os ataques de 08 de janeiro de 2023 de Alexandre de Moraes foi na reabertura do judiciário, em 01 de fevereiro de 2023. A dobradinha Hermes-Hércules se manteve, empunhando a espada jupiteriana do império da lei.

A Democracia é uma construção coletiva daqueles que acreditam na liberdade, daqueles que acreditam na paz, que acreditam no desenvolvimento, na dignidade da pessoa humana, no pleno emprego, no fim da fome, na redução das desigualdades, na prevalência da educação e na garantia da saúde de todos os brasileiros e brasileiras

[...]

O comportamento ilegal e criminoso desses vândalos não se confunde com o direito de reunião ou livre manifestação de expressão e se reveste, efetivamente, de caráter terrorista, com a omissão, conivência e participação dolosa de autoridades públicas para propagar o descumprimento e desrespeito ao resultado das Eleições Gerais de 2022, com consequente rompimento do Estado Democrático de Direito e a instalação de um regime de exceção

[...]

Os financiadores, incentivadores e agentes públicos que se portaram dolosamente, pactuando covardemente com a quebra da Democracia e a instalação de um estado de exceção, serão responsabilizados, pois como ensinava Winston Churchill, um apaziguador é alguém que alimenta um crocodilo esperando ser o último a ser devorado. Absolutamente TODOS os envolvidos serão responsabilizados civil, política e criminalmente pelos atos atentatórios à Democracia, ao Estado de Direito e às Instituições, inclusive pela dolosa conivência por ação ou omissão motivada pela ideologia, dinheiro, fraqueza, covardia, ignorância, má-fé ou mau-caratismo (UOL, 2023).

Embora mais sucinto, seu pronunciamento não deixou de ser marcante. Os três modelos apresentam elementos bastante concentrados, mesmo com a disparidade de ocorrências deles em um contexto geral. As três passagens acima, proferidas em um mesmo discurso – uma diferença de poucos minutos – talvez sejam as frases que mais representam os modelos de juiz idealizados e mobilizados neste trabalho.

A abertura com elementos profundamente nucleares do juiz Hermes. Uma afirmação categórica do direito como bem o faria Júpiter. Uma (praticamente) declaração de caçada aos envolvidos nos atentados de 08 de janeiro de 2023 em um afã totalmente revestido de Hércules. O discurso analisado mantém o padrão Hermes-Hércules com notas de Júpiter, no entanto, provavelmente pela memória recente do momento e da própria expectativa em cima de seu posicionamento, as marcas de cada modelo foram acentuadas no encadeamento de palavras e ideias.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os quatro discursos analisados, diante da abordagem, do método e dos materiais mobilizados, podemos aferir que o ministro Alexandre de Moraes, enquanto representante da cúpula da Justiça Eleitoral, reage aos ataques antidemocráticos – e, pelo o que tudo indica, se comporta judicialmente de forma geral – dentro dos modelos de Hermes e Hércules, com notas menos acentuadas de Júpiter.

Fazemos essa afirmação sustentados na ocorrência de elementos nucleares do modelo Hermes em seus discursos, majoritariamente presentes em três dos quatro discursos analisados, e na quase mesma recorrência de elementos do modelo Hércules, marcantes em todos os discursos, preponderante em um deles. Elementos do modelo Júpiter figuram como recursos ou ferramentas que ele mobiliza discursivamente a depender do contexto.

Podemos induzir que o ordenamento jurídico baseado em nossa Constituição de cunho neoconstitucionalista crie uma tendência para a preponderância de elementos hermensianos de forma geral nos discursos. Ao mesmo tempo, podemos considerar que o acúmulo de função administrativa – na presidência do TSE –, (mas também a liderança na condução de

investigações sobre milícias digitais e *fake news*⁷⁴) pode estar induzindo uma maior presença de elementos herculeanos.

No entanto, é razoável conformar o padrão que se manteve nas análises feitas. Um Hermes demarcado, sempre presente, que age como Hércules quando julga necessário (especialmente diante dos ataques antidemocráticos) e empunha elementos jupiterianos quando julga pertinente não só ao seu discurso no momento, mas para o ordenamento jurídico nacional. Igualmente razoável é a eleição desta análise como uma agenda de pesquisa profícua para refletir a realidade brasileira e vislumbrar novos repertórios interpretativos e teóricos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, Luís Roberto. Contramajoritário, Representativo e Iluminista: Os papéis dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 4, 2018, p. 2171-2228.

CNN BRASIL. **Leia a íntegra do discurso de Alexandre de Moraes na diplomação de Lula**. 12/12/2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/leia-a-integra-do-discurso-de-alexandre-de-moraes-na-diplomacao-de-lula/>>. Acesso em nov. 2023.

ESCRIBA. Entrevista do Presidente do TSE, Alexandre de Moraes. 30/10/2022. Disponível em: <<https://escriba.app/pt-br/transcription/editor/f72ffbbe-4fe6-43fd-b8e7-0935f6b4d6fa/>> Acesso em nov. 2023.

GABRIEL, Anderson de Paiva. Juiz Hermes e o estado democrático de direito. **Jota**, 2017. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/juiz-hermes/juiz-hermes-e-o-estado-democratico-de-direito-08052017>>. Acesso em: nov. 2023.

MACHADO, Carlos Daniel Araújo. Bolsonaro e o Flerte com a Ditadura: O Papel da Jurisdição Neoconstitucional na Proteção do Estado Democrático de Direito. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí.

MASSUCHIN, M. G.; ORSO, M.; SALEH, D. M. Valores antidemocráticos e ataques às

74

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/03/31/alexandre-diz-que-inquerito-das-fake-news-foi-acerto-historico-do-stf.htm>

instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas “Direita Brasil” e “Verde e Amarela” no Twitter. **Política & Sociedade**, Florianópolis, Vol. 20, Nº 49, 2021, p. 39 a 72.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 3, 2002, p. 483 a 511.

OST, François. Júpiter, Hércules, Hermes: tres modelos de juez [1993]. **Academia: Revista de Enseñanza del Derecho**. Buenos Aires, Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, ano 4, n. 8, 2007, pg. 101-130.

PODER360. **Leia a íntegra do discurso da posse de Alexandre de Moraes no TSE**. 17/08/2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/justica/leia-a-integra-do-discurso-da-posse-de-alexandre-de-moraes-no-tse/>>. Acesso em nov. 2023.

RÁDIO SENADO. **Entrevista do presidente do TSE, Alexandre de Moraes**. 30/08/2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/30/entrevista-do-presidente-do-tse-al-alexandre-de-moraes>>. Acesso em nov. 2023.

SILVEIRA, Gabriel E.; EIDELWEIN, Tamires. Estado de Direito e tipos de juiz: por uma tipologia ideal do ativismo judicial no Estado Constitucional. **Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**. Rio Grande, v. 4, n. 1, 2022, p. 30-63.

SPINK, M. J. P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Cap. III, As múltiplas faces da pesquisa sobre produção de sentidos no cotidiano. p. 38-59. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em nov. 2023.

SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, E-book. Disponível em: <www.bvce.org> Acesso em: novembro de 2023.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Capítulo IV, Rigor e Visibilidade. In.: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, E-book. Disponível em: <www.bvce.org> Acesso em: novembro de 2023.

SPINK, Peter. Capítulo V, Análise de Documentos de Domínio Público. In.: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, E-book. Disponível em: <www.bvce.org> Acesso em: novembro de 2022.

STRECK, Lenio Luiz. O (pós-)positivismo e os propalados modelos de juiz (Hércules, Júpiter e Hermes) – dois decálogos necessários. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**. Vitória, n. 7, p. 15-45, jan./jun. 2010.

UOL. **Leia a íntegra do discurso de Alexandre de Moraes na reabertura do TSE**. 01/02/2023. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/01/leia-a-integra-do-discurso-de-alexandre-de-moraes-na-reabertura-do-tse.htm>>. Acesso em nov. 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, UnB, 1999, 464p.

O EXPONENCIAL CRESCIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS COMO UM DOS FATORES RESULTANTES DA POLÍTICA ESTATAL DE ENCARCERAMENTO EM MASSA

EL CRECIMIENTO EXPONENCIAL DE LAS ORGANIZACIONES CRIMINALES COMO UNO DE LOS FACTORES RESULTANTES DE LA POLÍTICA DE ESTADO DE ENCARCELAMIENTO MASIVO

Ariane Barreto Nunes⁷⁵

Flávio Marcelo Rodrigues Bruno⁷⁶

Resumo: O presente estudo relata como o encarceramento em massa tem sido uma realidade preocupante em inúmeros países da sociedade contemporânea, incluindo o Brasil. Em meio ao contexto brasileiro, a política estatal de encarceramento em massa tem gerado inúmeras consequências negativas, uma das quais é o fortalecimento das organizações criminosas. Não somente o sistema de justiça criminal brasileiro, mas também o sistema carcerário vem sendo pautado, há décadas, por essa política de encarceramento desenfreado. Esse sistema adotado, se baseia na ideia de que o encarceramento em massa é a solução mais adequada e eficaz ao combate à criminalidade. Foi utilizada a metodologia baseada na dedução, primeiro identificando os princípios fundamentais da área do Direito Penal e as leis relacionadas ao tema pesquisado. Seguidamente, foi utilizado a revisão bibliográfica com aprofundamento de leitura do aparato doutrinário, legislativo, bem como de estudos e artigos científicos sobre o tema, avaliando a validade e a aplicabilidade dos princípios e leis identificados. De mesmo modo, foram analisados os regulamentos relacionados à pena de prisão, combate à criminalidade e relatórios de organizações governamentais. Ao final, foram analisadas todas as informações coletadas para enfim chegar à conclusão sobre a validade da hipótese, apresentando argumentos e evidências para apoiá-la. O objetivo central da pesquisa é

⁷⁵ Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito, do campus de São Borja da UNIPAMPA. Estudante-Pesquisadora integrando do Projeto de Pesquisa sobre os *Direitos Fundamentais*: da efetividade e da consolidação dos direitos fundamentais na perspectiva crítica do pensamento jurídico, vinculado ao Grupo de Pesquisas (DGP/CNPq/UNIPAMPA-SB): *Observatório de Direitos Fundamentais* na perspectiva do Constitucionalismo, do Socioambientalismo e da Geopolítica Internacional, ambientado no campus de São Borja da UNIPAMPA. E-mail: arianenunes.aluno@unipampa.edu.br

⁷⁶ Pós-Doutor em Direito pelo *Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Messina* (IIES/Itália); Doutor em Direito (PPGD/UERJ); Mestre em Direito (PPGD/PUC-PR); Mestre em Economia (PPGE/Unisinos-RS); Especialista em Direito e Economia (PPGD-PPGE/UFRGS); Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (UFPI); Especialista em Ciências da Natureza e suas Tecnologias (UFPI); Graduado em Direito (Unisinos-RS). É pesquisador-Líder do “*Observatório de Direitos Fundamentais na perspectiva do Constitucionalismo, do Socioambientalismo e da Geopolítica Internacional*” (UNIPAMPA). Professor Adjunto dos Cursos de Bacharelado em Direito e Licenciatura em Ciências Humanas no campus de São Borja da UNIPAMPA. Professor Permanente credenciado ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologias para Inovação (PROFNIT/UFOB) e Professor Permanente credenciado ao Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS/UFOB). Jurista. E-mail: flaviobruno@unipampa.edu.br

comprovar que o crescimento das organizações criminosas está ligado ao encarceramento em massa no Estado do Rio Grande do Sul, sob uma ótica crítica da política estatal de encarceramento em massa e a sua relação com a consolidação e fortalecimento das organizações criminosas.

Palavras-chave: Direito Penal; Criminologia; Direitos Fundamentais; Sistema Prisional; Organizações Criminosas.

Resumén: El presente estudio informa cómo el encarcelamiento masivo ha sido una realidad preocupante en numerosos países de la sociedad contemporánea, incluido Brasil. En el contexto brasileño, la política estatal de encarcelamiento masivo ha generado numerosas consecuencias negativas, una de las cuales es el fortalecimiento de las organizaciones criminales. No sólo el sistema de justicia penal brasileño, sino también el sistema penitenciario se han guiado, durante décadas, por esta política de encarcelamiento irrestricto. Este sistema adoptado se basa en la idea de que el encarcelamiento masivo es la solución más apropiada y eficaz para combatir el crimen. Se utilizó una metodología basada en la deducción, identificando primero los principios fundamentales en el área del Derecho Penal y las leyes relacionadas con el tema investigado. Seguidamente se utilizó una revisión bibliográfica con una lectura profunda del aparato doctrinal y legislativo, así como de estudios y artículos científicos sobre el tema, evaluando la validez y aplicabilidad de los principios y leyes identificados. Asimismo, se analizaron normas relacionadas con penas de prisión, combate a la delincuencia e informes de organismos gubernamentales. Al final se analizó toda la información recopilada para finalmente llegar a una conclusión sobre la validez de la hipótesis, presentando argumentos y evidencias que la sustentan. El objetivo central de la investigación es demostrar que el crecimiento de las organizaciones criminales resta vinculado al encarcelamiento masivo en el Estado de Rio Grande do Sul, desde una perspectiva crítica de la política estatal de encarcelamiento masivo y su relación con la consolidación y fortalecimiento de organizaciones criminales.

Palabras-clave: Derecho penal; Criminología; Derechos fundamentales; Sistema Penitenciario; Organizaciones Criminales.

1. INTRODUÇÃO

Com um sistema prisional superlotado, carente em infraestrutura e recursos de ressocialização dos detentos, o Brasil tem consolidado as penitenciárias do país, em verdadeiras escolas do crime.

Diante da corrupção, das falhas institucionais nos órgãos governamentais e de Estado, como a SUSEPE, bem como a violação dos direitos fundamentais durante o cumprimento das

penas privativas de liberdade, as organizações criminosas têm se deparado com um terreno fértil para o seu fortalecimento e expansão, na prática de crimes. Aliás, a ociosidade, a falta de oportunidades de ressocialização, aliadas com a ausência de expectativas futuras dentro e fora do cárcere, tem apresentado alvos fáceis para o recrutamento dos grupos criminosos.

Segundo o sociólogo brasileiro, Adorno (2002, p.7).:

Não é estranho que desde o início dos anos 80, em várias capitais brasileiras, aumentaram os motins e as rebeliões de presos em cadeias públicas, distritos policiais, casas de detenção e penitenciárias. Alguns desses eventos foram controlados e vítimas poupadas. Em outros, sobretudo naqueles estabelecimentos que concentravam grande número de presos, os resultados foram quase sempre deploráveis, resultaram em mortos e feridos dentre os presos ou agentes do sistema penitenciário, além da destruição do patrimônio público. (...) No domínio das prisões, esses fatos são indicativos de uma crise há tempos instalada no sistema de Justiça criminal. Todas as imagens de degradação e de desumanização, de debilitamento de uma vida cívica conduzida segundo princípios éticos reconhecidos e legítimos, parecem se concentrar em torno dessas “estufas de modificar pessoas e comportamentos”. As prisões revelavam a face cruel de toda essa história: os limites que se colocam na sociedade brasileira à implementação de uma política de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, nela incluído o respeito às regras mínimas estipuladas pela ONU para tratamento de presos

É possível atrelar o encarceramento em massa como um fator contribuinte ao fortalecimento das organizações criminosas, tornando essencial a implementação de políticas e estratégias que visem reduzir a superlotação das penitenciárias, melhores condições de vida e o acesso regular a programas de ressocialização adequada dos presos.

Para o sociólogo Lima (2018 *apud* MACHADO, 2018. p.2), acredita que: *“O sistema prisional brasileiro é uma fábrica de delinquentes, que tem como resultado a reprodução da violência e o fortalecimento das organizações criminosas.”*

Há décadas a política estatal de encarceramento em massa tem sido apontada como um fator contribuinte para o fortalecimento das organizações criminosas de dentro para fora das penitenciárias. Imprescindível destacar que isso ocorre devido às condições precárias e superlotadas das prisões, que permitem que líderes criminosos continuem a controlar seus negócios ilegais mesmo enquanto segregados.

Além disso, o encarceramento em massa também proporciona oportunidades únicas para o “recrutamento” de novos membros para as organizações criminosas, uma vez que

muitas pessoas que cumprem pena se tornam ainda mais vulneráveis e dispostas a se juntar a grupos criminosos, muitas vezes, apenas para ter direitos básicos garantidos.

Ainda, como uma das causas do encarceramento em massa, originou-se uma das principais organizações criminosas do Brasil, o Primeiro Comando da Capital, com o pretexto de reivindicar os maus-tratos sofridos nos presídios, o desrespeito à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a corrupção e a violência policial. Assim, é possível constatar que no Brasil, o sistema extremamente punitivista e desumano adotado, é ineficaz e injusto em vários aspectos, bem como desigual, em virtude, de grupos sociais marginalizados que têm maiores probabilidades de serem presos, punidos mais severamente e com grandes chances de serem recrutados pelas organizações criminosas.

Para a realização do presente trabalho, foi utilizada a metodologia baseada na dedução, primeiro identificando os princípios fundamentais da área do Direito Penal e as leis relacionadas ao tema pesquisado. Seguidamente, foi utilizado a revisão bibliográfica com aprofundamento de leitura do aparato doutrinário, legislativo, bem como de estudos e artigos científicos sobre o tema, avaliando a validade e a aplicabilidade dos princípios e argumentos identificados. Do mesmo modo, foram analisados os regulamentos relacionados à pena de prisão, combate à criminalidade e relatórios de organizações governamentais. Ao final, foram analisadas todas as informações coletadas para enfim chegar à conclusão sobre a validade da hipótese, apresentando argumentos e evidências para apoiá-la.

O objetivo geral da pesquisa proposta, é comprovar que o crescimento das organizações criminosas está ligado ao encarceramento em massa no Estado do Rio Grande do Sul, visando uma abordagem crítica. Assim, com a questão presente no atual estado de discussão acadêmica, teórica e prática sobre o tema, encontra-se o principal questionamento levantado pela pesquisa proposta: A partir de uma abordagem crítica, é possível comprovar que o crescimento das organizações criminosas é diretamente ligado ao encarceramento em massa, no Estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, o tema do encarceramento em massa e seu impacto no crescimento das organizações criminosas é importante para o debate, uma vez que fornece uma compreensão das consequências das políticas de encarceramento em massa e das implicações legais dessas

políticas. Outrossim, permite o desenvolvimento de críticas, para assim, analisar e debater questões relacionadas à problemática.

2. O SISTEMA PRISIONAL E A POLÍTICA ESTATAL DE ENCARCERAMENTO EM MASSA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, com uma taxa de encarceramento crescente ao longo das últimas décadas. Esse fenômeno é resultado de uma série de fatores, como a adoção de políticas de segurança pública centradas na repressão e no encarceramento, a falta de investimentos em alternativas penais e a desigualdade social.

O encarceramento em massa traz consigo uma série de consequências negativas para o sistema prisional e para a sociedade como um todo. As unidades prisionais estão superlotadas, com condições precárias, falta de infraestrutura e violações dos direitos humanos. Além disso, a prisão acaba funcionando como uma escola do crime, pois a falta de programas de ressocialização e de oportunidades de educação e trabalho dentro das prisões contribui para a reincidência criminal.

Destacam-se as contribuições de Baratta (2017), renomado jurista e criminólogo italiano, que abordou a relação entre o sistema penal e as estruturas sociais. O autor discute a seletividade e a arbitrariedade do sistema penal, enfatizando como determinados grupos sociais são mais afetados pelo encarceramento em massa (BARATTA, 2017).

Outro autor de grande relevância Wacquant (2001), sociólogo francês conhecido por suas pesquisas sobre pobreza, racismo e punição. Argumentando que o encarceramento em massa não é apenas uma questão de criminalidade, mas está intrinsecamente ligado a políticas estatais e sociais que resultam na marginalização e no aprisionamento de certos grupos vulneráveis da sociedade (WACQUANT, 2001). Além de resultar em uma precarização dos estabelecimentos prisionais, o encarceramento em massa está intrinsecamente associado ao exponencial crescimento e fortalecimento das organizações criminosas, que por sua vez geram inúmeros impactos negativos e significativos nas sociedades contemporâneas.

O sistema prisional brasileiro é uma parcela essencial do sistema de justiça, tendo em mente que a execução da pena é a última etapa da persecução penal e possui como principais objetivos: o fiel cumprimento da sentença e a ressocialização dos apenados em ambiente digno. Contudo, ao longo das últimas décadas, muitos estudiosos afirmam que o sistema prisional brasileiro encontra-se à beira de um colapso, devido ao seu significativo aumento na população carcerária, ambientes insalubres, cerceamento de condições básicas e um déficit de vagas cada vez maior.

Nesse contexto, é possível afirmar que o sistema prisional gaúcho também se encontra neste cenário alarmante, tendo em vista que vem enfrentando uma grande crise com desafios significativos e adversidades, como a superlotação carcerária, a falta de infraestrutura e a violência. Nesse sentido, conforme leciona Mirabete (2008, p.110):

A falência de nosso sistema carcerário tem sido apontada, acertadamente, como uma das maiores mazelas do modelo repressivo brasileiro, que, hipocritamente, envia condenados para penitenciárias, com a apregoada finalidade de reabilitá-lo ao convívio social, mas já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais despreparado, desambientado, insensível e, provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere.

No Estado do Rio Grande do Sul, o sistema prisional é administrado pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), que tem como objetivo principal planejar e executar a política penitenciária do Estado. A rede prisional da SUSEPE é subdividida e classificada em albergues, penitenciárias, colônias penais e institutos penais, assim colhe apenados dos regimes semiaberto, fechado e aberto.

Segundo dados do sistema GEOPRESÍDIOS, apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o sistema prisional do Rio Grande do Sul possui 114 estabelecimentos prisionais, totalizando 29.280 mil vagas (CNJ, 2023).

No ano de 2018, o Estado do Rio Grande do Sul alcançava a marca de 40.057 mil pessoas presas, sendo 37.655 mil homens e 2.402 mil mulheres, possuindo assim, um déficit de pelo menos 12 mil vagas. Esses dados mostram-se alarmantes, tendo em mente que essa soma da população carcerária do estado, supera o número de habitantes de 444 municípios dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. (DORNELES, 2018)

Com uma população carcerária que excede a capacidade das unidades prisionais, é evidente que haja uma série de consequências negativas da superlotação, como a falta de higiene, a insalubridade, a violência e principalmente a falta de efetivo, o que acaba ocasionando uma enorme dificuldade em manter a ordem e o controle das penitenciárias.

Assim, a política de encarceramento em massa adotada pelo sistema prisional gaúcho, caracterizada pelo punitivismo penal e o aumento significativo do apenados, vem se mostrando uma das principais causas de um possível colapso prisional.

Desse modo, é necessário enfatizar que apenas a construção de novos estabelecimentos prisionais, não resolveria o contexto caótico vivido, devendo ser desenvolvidos projetos desde a prevenção dos crimes, até a ressocialização completa do detento.

Dentre os diversos estabelecimentos prisionais gaúchos que se encontram em situação de superlotação, déficit de vagas e falta de infraestrutura, se destaca o Presídio Central de Porto Alegre.

O Presídio Central de Porto Alegre começou a ser construído no ano de 1959, tendo a sua denominação alterada por meio do Decreto n. 53.297 de novembro de 2016 (RIO..., 2023), passando a ser chamado de Cadeia Pública de Porto Alegre (PCPA). Originalmente a penitenciária foi projetada para possuir uma infraestrutura sofisticada, no entanto, pela falta de verba foi inaugurada precariamente em 1962, com metade dos prédios que estavam previstos na planta.

No ano de 2019, o PCPA possuía uma população de 4.276 mil pessoas encarceradas, sendo que a capacidade de engenharia era de 1.824 mil. Com um aumento de 77,9% acima da sua capacidade, o PCPA ficou marcado pela superlotação, pela falta de higiene e principalmente pelas condições degradantes e desumanas que os presos viviam. (LEÃO e RODRIGUES, 2019)

Além disso, a violência é um dos grandes problemas enfrentados pelo PCPA, com constantes motins, confrontos entre presos e os poucos recursos tornando quase que impossível manter a ordem e o controle dos detentos.

Em 2021 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul anunciou a demolição do PCPA e a construção de uma nova Cadeia Pública em Porto Alegre com capacidade de 1.856 vagas (DIHL, 2021).

Evidentemente que a falta de investimentos adequados em infraestrutura e programas sociais para a ressocialização dos apenados contribuiu negativamente para o cenário retratado, além de gerar insegurança para a sociedade em geral.

Assim, torna-se imperativo a necessidade de repensar as políticas punitivas estatais e investir em políticas para a prevenção de crimes, reabilitação e reintegração social, bem como promover medidas alternativas ao encarceramento em massa, começando pelos crimes de menor potencial ofensivo.

Imprescindível destacar que também é fundamental fortalecer a atuação do sistema de justiça na busca da redução das desigualdades sociais e da garantia do acesso à justiça para toda a população.

3. O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO ÂMBITO DAS PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Uma realidade presente no sistema prisional gaúcho que tem se mostrado significativa e preocupante é o fortalecimento das organizações criminosas dentro das penitenciárias gaúchas.

Seguindo o exemplo de facções criminosas que atuavam em presídios do Rio de Janeiro e São Paulo, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), os criminosos resolveram usar a máquina do Presídio Central para manter operações criminosas do lado de fora do xadrez. “Eles se deram conta que permanecer em estado de guerra atrapalhava os negócios. Por isso se tornaram mais organizados e começaram a respeitar o espaço um do outro dentro da prisão”, afirma Dorneles. O Casarão virou um grande QG do crime organizado (RUAS, 2016, p.2).

Há décadas as organizações criminosas têm se consolidado e expandido sua influência dentro das penitenciárias brasileiras, visando estabelecer os seus tentáculos para além dos muros. A superlotação e a falta de controle dos presos, aliada com a falta de separação adequada da massa carcerária, tem se mostrado uma oportunidade única para o recrutamento

das organizações criminosas, além de que essas condições precárias permitem que os líderes criminosos continuem a controlar seus negócios ilegais mesmo enquanto segregados.

Em vista desse cenário caótico enfrentado pelo sistema penitenciário gaúcho, na maioria das vezes associar-se a organizações criminosas dentro das penitenciárias, tem se mostrado um requisito fundamental para a garantia de direitos básicos dentro do cárcere.

Para Machado da Silva (1999, p.12), *“a criminalidade organizada é uma realidade social com lógica própria, até agora não estudada, e que funciona com certa independência em relação a outros problemas e fenômenos sociais, como a crise do Estado”*

De acordo com Dornelles (2008), no Rio Grande do Sul, as organizações criminosas tiveram como partida os anos 80, mais precisamente o ano de 1987, com a origem da Falange Gaúcha.

A Falange Gaúcha foi uma facção criminosa composta por um grupo de apenados do Presídio Central de Porto Alegre, que teve a sua estrutura inspirada na facção criminosa denominada Comando Vermelho (CV).

Alguns anos mais tarde, com o fim de lideranças originais e a polarização entre os presos, a Falange Gaúcha teve seu término em 1996. Diante disso, surgiram mais organizações criminosas, dentre elas Os Manos, nas acomodações do antigo Presídio Central, no final da década de 1980 (PORTO, 2008).

A facção criminosa Os Manos, foi criada no Presídio Central de Porto Alegre no ano de 1990 e se consolidou através de uma base territorial na região do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente, a facção Os Manos, possui tentáculos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, consolidando-se no mais alto grau de organização ente as facções que atuam no estado.

A facção Os Manos é a mais antiga e articulada do estado, sendo conhecida pelo seu envolvimento com o tráfico internacional de drogas, roubos e comércio ilegal de armas, bem como pelo seu requinte de crueldade no cometimento dos crimes, assassinando os seus rivais a tiros, facadas, apedrejamento e até mesmo de tanto bater.

Outrossim, outra facção criminosa que tem ganhado notoriedade é o grupo, independente V7 que originalmente nasceu como uma quadrilha de traficantes na Vila 27, Bairro Santa Tereza (DORNELES, 2022). Para alcançarem o status de facção criminosa, os V7 tiveram que expandir os seus tentáculos por todas as regiões da cidade de Porto Alegre,

chegando até a conseguir uma galeria no Presídio Central de Porto Alegre. No ano de 2022, a cidade de Porto Alegre enfrentava uma onda de violência e de homicídios, gerada pela guerra das facções entre os V7 e Os Manos, na qual as ordens de execução partiam de três penitenciárias diferentes, trazendo insegurança a 19 bairros da cidade de Porto Alegre.

Além do terror instalado nas ruas da capital gaúcha, o conflito entre as facções também gerou efeitos no sistema prisional, uma vez que confrontos no dia 19 de abril, resultaram em sete apenados feridos no Presídio Central.

Por meio do Atlas da Violência divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as cidades de Porto Alegre, Viamão, Alvorada e Sapucaia do Sul ficaram entre as 100 mais violentas de todo o país. (CERQUEIRA, 2021)

Em meio a um sistema prisional carcerário falido e após anos de falta de políticas públicas, investimento em vagas dos estabelecimentos prisionais e a fragilidade das estruturas carcerárias, pode-se afirmar que, inúmeras organizações criminosas nasceram e se fortalecem dentro das penitenciárias gaúchas, como meio que os apenados buscaram para terem suas necessidades básicas supridas e não apenas para si, mas também para suas famílias.

Assim, existem inúmeras razões para o fortalecimento das organizações criminosas dentro das penitenciárias gaúchas, o que exige uma abordagem multidimensional e efetiva para combater e retardar esse fortalecimento.

4. O ENCARCERAMENTO EM MASSA COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Conforme explanado nos capítulos anteriores, as organizações criminosas no Estado do Rio Grande do Sul, tem se consolidado e se fortalecido progressivamente dentro das penitenciárias gaúchas.

Com índices altos de criminalidade no estado, o encarceramento em massa surge como uma resposta comum das autoridades competentes, todavia gera muitos efeitos negativos significativos, como o fortalecimento das organizações criminosas.

Conforme lecionam Machado *et al* (2023, p.20):

O sistema penitenciário gaúcho é extremamente conhecido e comentado nas mídias sociais, sociedade e judiciário, especialmente no que tange suas deficiências, como, por exemplo, no quesito insalubridade, precariedade e superlotação das celas, fatores que auxiliam na proliferação de epidemias e o contágio de doenças, dentre elas o HIV, sífilis, sarnas e outras. Atualmente, os presídios gaúchos têm por finalidade recuperar e ressocializar o indivíduo encarcerado para voltar a viver em sociedade. No entanto, a justiça gaúcha enfrenta dificuldades para exercer esse papel, diante do enorme número de presos e da influência do crime organizado que se agrava com o descaso com a segurança pública.

Segundo dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários (RIO...,2022), no ano de 2022, o Estado do Rio Grande do Sul possuía cerca de 13 mil presos provisórios, sendo que muitos desses indivíduos muitas vezes estavam envolvidos em crimes de menor potencial ofensivo, sendo ainda réus primários. Além disso, esse aprisionamento também proporciona oportunidades únicas para o “recrutamento” de novos membros para as organizações criminosas, uma vez que muitas pessoas que cumprem pena se tornam vulneráveis e dispostas a se juntar a grupos criminosos para sobreviver dentro das penitenciárias.

Ademais, o contexto caótico do encarceramento em massa no sistema prisional gaúcho propicia um espaço muito específico e benéfico para a formação de alianças entre facções criminosas adversárias, considerando que os membros dessas facções são obrigados a conviver e interagir em um mesmo espaço físico, 24 horas por dia.

De acordo com Thompson (2002, p.36):

O uso generalizado da privação da liberdade humana como forma precípua de sanção criminal deu lugar ao estabelecimento de grande número de comunidades, nas quais convivem, de dezenas a milhares de pessoas. Essa coexistência grupal, como é óbvio, teria de dar origem a um sistema social. Não se subordinaria este, porém, à ordem decretada pelas autoridades criadoras, mas, como é comum, desenvolveria um regime interno próprio, informal, resultante da interação concreta dos homens, diante dos problemas postos pelo ambiente particular em que se viram envolvidos.

Outrossim, os apenados têm a oportunidade de aprimorar o seu *modus operandi*, trocando experiências de condutas criminosas já praticadas e táticas de como se adaptar ao sistema, considerando que muitas pessoas que entram no sistema prisional têm contato com

criminosos experientes e violentos, o que acabam facilitando a influência e o recrutamento pelas organizações criminosas já consolidadas.

Com a fragilidade enfrentada pelo sistema prisional do Rio Grande do Sul, o tráfico de drogas se mostra promissor na consolidação e na expansão das organizações criminosas dentro das penitenciárias gaúchas, dado que o baixo efetivo proporciona um descontrole em relação à massa carcerária em muitos estabelecimentos prisionais.

No sistema prisional gaúcho não é diferente, por vezes o indivíduo acaba preso por um determinado crime e, por não ter um apoio estatal dentro da cadeia, acaba tendo que pedir favores às facções, como, às vezes, um simples colchão ou uma manta para dormir. Quando esta pessoa consegue sair da prisão, ela está devendo esse determinado colchão para a facção, que acaba cobrando em forma de um tráfico de drogas, por exemplo (MACHADO *et al*, 2023. p.34)

A criminalização de questões sociais surge como mais uma das consequências negativas do encarceramento em massa, na medida em que na grande parte dos casos, o encarceramento falha na abordagem das causas fundamentais da criminalidade, como a pobreza, a desigualdade social, a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a falta de acesso à educação, bem como a exclusão social. A vista disso, o sistema prisional visa criminalizar essas questões sociais, especialmente no que tange a grupos marginalizados e periféricos.

A forma de punir do estado tem demonstrado a criação de um ciclo vicioso, onde a criminalização alimenta, consolida e fortalece as organizações criminosas, devido a dificuldade que as pessoas encarceradas e egressas têm em se reintegrar à sociedade de forma positiva.

Como forma de solucionar essa problemática, é indispensável repensar as políticas de justiça criminal, visando novas alternativas ao encarceramento para crimes de menor potencial ofensivo, por exemplo, bem como investir em programas de prevenção aos crimes, reabilitação e reintegração social.

Imperativo destacar que, é fundamental promover uma abordagem multidimensional, que não compreenda apenas a segurança e a punição, como também o apoio social, a educação, a capacitação profissional e o acesso a serviços básicos de saúde. Além de que, o fortalecimento do sistema de justiça se mostra primordial para a garantia da seletividade

penal, auxiliando no combate a corrupção e a imunidade e promovendo a cooperação entre as instituições responsáveis pela segurança pública e sistema penitenciário.

Antes de falar de educação e reinserção é necessário, portanto, fazer um exame do sistema de valores e dos modelos de comportamento presentes na sociedade em que se quer reinserir o preso. Um tal exame não pode senão levar à conclusão, pensamos, de que a verdadeira reeducação deveria começar pela sociedade, antes que pelo condenado: antes de querer modificar os excluídos, é preciso modificar a sociedade excludente, atingindo assim, a raiz do mecanismo de exclusão (BARATTA, 2017. p.186).

O encarceramento em massa possui diversos e irreparáveis impactos na sociedade, bem como auxilia de diversas maneiras o fortalecimento e a consolidação das organizações criminosas no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, apenas com uma abordagem abrangente e efetiva, assentada em políticas públicas que buscam a reinserção social e a redução de reincidência, será possível construir o sistema de justiça justo, eficiente e humano que as legislações competentes esboçam em seus textos normativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encarceramento em massa no Brasil enfrenta desafios significativos, como a superlotação das prisões, a falta de estrutura adequada e a violação dos direitos humanos dos detentos, o que compromete a possibilidade de ressocialização e reinserção na sociedade.

O impacto do encarceramento em massa é alarmante, contribuindo para o fortalecimento das facções criminosas. Nas prisões, essas organizações encontram um ambiente propício para recrutar novos membros, planejar ações criminosas e expandir sua influência, resultando em um aumento da violência e do crime nas ruas.

A presente pesquisa buscou examinar e debater o exponencial crescimento das organizações criminosas como um dos efeitos resultantes da política estatal de encarceramento em massa. No corpo do texto, foram evidenciados diversos elementos que denotam a relação complexa entre os dois fenômenos supramencionados, focado principalmente no cenário do Estado do Rio Grande do Sul.

Foi possível compreender a política de encarceramento em massa adotada pelo Estado brasileiro, que essencialmente é fundamentada na convicção que o encarceramento

desenfreado é a solução mais adequada para o combate ao crime, bem como as consequências indesejadas em vista dessa política. A superpopulação nos presídios, falta de infraestrutura básica, a ausência de políticas eficazes na ressocialização, da mesma forma que a morosidade da persecução penal no âmbito do sistema judiciário, foram alguns dos fatores apontados como contribuintes ao fortalecimento das organizações criminosas.

Durante a pesquisa, foi possível analisar que o Estado, ao adotar a política de encarceramento em massa, criou um terreno fértil nas penitenciárias, para a expansão das atividades ilícitas dos grupos criminosos. Como demonstrado, os presídios se tornaram espaços propícios ao recrutamento, treinamento e troca de informações acerca de modus operandi, assim, consolidando as organizações criminosas, que em meio ao sistema carcerário falido, conseguem operar as atividades ilícitas de dentro das prisões.

Como analisado, esse fortalecimento das organizações criminosas originou um ciclo vicioso de violência e insegurança pública, atingindo à sociedade por completo. Em vista desse panorama, se tornou evidente e crucial o debate sobre a modificação das estratégias adotadas no combate ao crime e ao encarceramento em massa.

Diante desse cenário, o encarceramento em massa adotado, não apenas no Estado do Rio Grande do Sul, mas também em todo o Brasil, mostra-se extremamente ineficiente ao seu propósito, ou seja, na promoção da segurança pública e combate ao crime organizado.

Destarte, é fundamental destacar que o acareamento do exponencial crescimento das organizações criminosas obriga a uma abordagem multifacetada, que englobe não somente o sistema de justiça criminal, mas sobretudo, a educação, a saúde, a inserção da população marginalizada ao mercado de trabalho e essencialmente a garantia da efetivação dos direitos básicos fundamentais, inerentes a todos seres humanos. Ainda, é fundamental promover a ressocialização completa dos apenados, propiciando-lhes maneiras de se reintegrar à sociedade de forma digna.

Em suma, somente com um esforço conjunto e efetivo de todos, aliado a uma mudança de paradigma, será possível um vislumbre de futuro, no qual, o sistema de justiça e a segurança pública serão eficazes e igualitários. Dessa forma é possível apontar que a relação intrínseca entre o aumento da população carcerária e a consolidação das organizações criminosas, é complexa e demanda uma análise minuciosa e multidimensional.

Em conclusão, o encarceramento em massa possui diversos e irreparáveis impactos na sociedade, bem como auxilia de diversas maneiras o fortalecimento e a consolidação das organizações criminosas no Estado do Rio Grande do Sul. Carecendo uma abordagem abrangente e efetiva, assentada em políticas públicas que buscam a reinserção social e a redução de reincidência.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. Jornal de Psicologia-PSI, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Dados das Inspeções nos Estabelecimentos Penais**. Geopresídios é uma Radiografia do Sistema Prisional. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php Acesso em: 23/06/2023.

DIHL, Bibiana. Governo do RS anuncia demolição do Presídio Central e construção de nova cadeia pública em Porto Alegre. **GZH Segurança**, 19 de novembro de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/11/governo-do-rs-anuncia-demolicao-do-presidio-central-e-construcao-de-nova-cadeia-publica-em-porto-alegre-ckw6l8zjt005n014cihnmfh6r.html> Acesso em: 23/06/2023.

DORNELES, Renato. Número de presos no Rio Grande do Sul ultrapassa 40 mil. **GZH Segurança**, 02 de setembro de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/09/numero-de-presos-no-rio-grande-do-sul-ultrapassa-40-mil-cjlikqgt9063901qkj1xl7cb9.html> Acesso em: 23/06/2023.

DORNELES, Renato. Quem são as facções e por que estão em guerra em Porto Alegre. **Extra Classe**, 11 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/justica/2022/05/nova-guerra-de-faccoes-leva-tensao-e-morte-a-periferia/> Acesso em: 23/06/2023.

MACHADO, Ana Paula. As raízes da violência no Brasil e sua solução, por Renato Sérgio de Lima. **Exame**, 9 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/as-raizes-da-violenciano-brasil-e-a-sua-solucao-por-renato-sergio-de-lima/> Acesso em: 24/05/2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

MACHADO, Moike Stredr Ferreira *et al.* **Sistema Penitenciário Gaúcho: superlotação carcerária, direitos sociais e os efeitos da prisionização.** São Paulo: Arche, 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN):** Levantamento nacional de informações penitenciárias, período de janeiro a junho de 2020. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/sisdepen> Acesso em: 24/05/2023.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Decreto n. 53.297, de 10 de novembro de 2016.** Cria, extingue e altera a denominação de estabelecimentos prisionais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2053.297.pdf> Acesso em: 23/06/2023.

RIO GRANDE DO SUL. Presos provisórios do sistema penitenciário gaúcho exercerão seu direito de voto neste domingo. Secretaria de Sistema Penais e Socioeducativos. **Superintendência dos Serviços Penitenciários**, 29 de setembro de 2022..

RUAS, Carla. Bem-vindo ao inferno do Presídio Central. **Fisca Faca**, 21 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://riscafaca.com.br/comportamento/a-chave-do-casarao/> Acesso em 23/06/2023.

THOMPSON, Augusto. **A questão Penitenciária.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TREZI, Humberto. Livro "Falange Gaúcha" mapeia as origens das facções do Estado. **GZH Livros**, 21 de junho de 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2017/06/livro-falange-gaucha-mapeia-as-origens-das-faccoes-do-estado-9821721.html> Acesso em: 23/06/2023.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

QUESTÃO AGRÁRIA E TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

CUESTIÓN AGRARIA Y TRABAJADORES RURALES ESTABLECIDOS EN EL MUNICIPIO DE SÃO BORJA/RS

Mariana Guimaraes Vianna⁷⁷

Leandra Rodrigues Escobar⁷⁸

Monique Bronzoni Damascena⁷⁹

Maurin Jaqueline Andrade Bonatto⁸⁰

Larissa Nunes Cavalheiro⁸¹

Resumo: A proposta do trabalho tem como objetivo apresentar dados da fase exploratória e do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado ‘Braços fortes que rasgam o chão’, que estuda assentamentos rurais advindos da resistência e luta pela terra no município de São Borja/RS. Evidencia-se que o estudo possui caráter interdisciplinar, incluindo as áreas do Serviço Social, da Geografia, da Sociologia, de Relações Públicas e do Direito. As realizações do projeto de pesquisa permitiram caracterizar as comunidades rurais do interior de São Borja, além de proporcionar conhecimentos de relevância para a sociedade, entre elas: dar visibilidade aos temas como questão agrária, movimentos sociais e luta pela terra. Contendo como metodologia uma fase da pesquisa bibliográfica, que produziu levantamento de obras. Para esta fase foram desenvolvidas as seguintes metodologias: ciclo de estudos; reuniões para estudo e debates; elaboração de fichamentos com quadro de sistematização. A partir do quadro foi possível caracterizar os conceitos teóricos, dentre eles a questão agrária, reforma agrária e movimentos sociais, que foram sistematizados e estudados.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Projeto de Pesquisa. Reforma agrária, São Borja.

Resumen: El objetivo del trabajo tiene como objetivo presentar datos de la fase exploratoria y de desarrollo del proyecto de investigación 'Armas fuertes que rasgan la tierra', que estudia los asentamientos rurales surgidos de la resistencia y la lucha por la tierra en el municipio de São Borja/RS. Se evidencia que el estudio tiene un carácter interdisciplinario, incluyendo las

⁷⁷ Estudante de Direito, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), curso de Direito, São Borja/RS - Brasil. E-mail: marianavianna.aluno@unipampa.edu.br

⁷⁸ Estudante de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), curso de Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. Email: Leandraescobar.aluno@unipampa.edu.br

⁷⁹ Doutora em Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), curso de Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. E-mail: moniquedamascena@unipampa.edu.br

⁸⁰ Estudante de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), curso de Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. Email: maurinbonatto.aluno@unipampa.edu.br

⁸¹ Doutora em Direito. Professora na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), curso de Direito, São Borja/RS - Brasil. E-mail: larissacavalheiro@unipampa.edu.br

áreas de Servicio Social, Geografía, Sociología, Relaciones Públicas y Derecho. Los logros del proyecto de investigación permitieron caracterizar las comunidades rurales del interior de São Borja, además de brindar conocimientos relevantes para la sociedad, entre ellos: dar visibilidad a temas como la cuestión agraria, los movimientos sociales y la lucha por la tierra. Conteniendo como metodología una fase de investigación bibliográfica, que produjo un levantamiento de obras. Para esta fase se desarrollaron las siguientes metodologías: ciclo de estudio; reuniones de estudio y debate; elaboración de registros con tabla de sistematización. A partir del cuadro fue posible caracterizar los conceptos teóricos, entre ellos la cuestión agraria, la reforma agraria y los movimientos sociales, que fueron sistematizados y estudiados.

Palabras clave: Asentamientos Rurales, Proyecto de Investigación, Reforma agraria, São Borja.

1. INTRODUÇÃO

Ao buscar a apreensão do tema questão agrária, com a sua extrema complexidade advinda do contexto histórico do Brasil, a temática se relaciona estruturalmente com a concentração fundiária, a desigualdade e a pobreza no meio rural. Logo, a questão agrária se funda como estruturante no modo de produção capitalista dependente do país e também da América Latina. No que se refere à superestrutura política e jurídica do capitalismo dependente brasileiro, a reforma agrária emerge como política pública resultado das conquistas da população rural que não tem acesso à terra, em contraposição aos grandes latifúndios do país. É nessa luta pela terra que emergem os movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra - MST e os assentamentos rurais.

Quando observado o município de São Borja no Rio Grande do Sul, o contexto histórico e social se materializa nessa estrutura rural de latifundiários do agronegócio, que dispõem de amplas áreas de propriedade privada que deixam espaços sem uso e que provavelmente possuem potencial produtivo. A presença de assentamentos rurais no município de São Borja é uma realidade e com muito êxito, principalmente, quando nos deparamos com tantas atividades de produção de pequenos produtores rurais, de forma diversificada e exponencialmente significativa, voltadas para a produção de alimentos de subsistência e comercialização do excedente. Atualmente são 05 assentamentos rurais, com o número de constituintes variando entre 15 a 28 famílias assentadas.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar o que vem sendo realizada no âmbito do projeto de pesquisa “Braços Fortes que Rasgam o Chão: Características Sociais dos Assentamentos Rurais no Município de São Borja/RS”, promovido pelo Curso de Serviço Social, UNIPAMPA, Campus São Borja - RS - e que também tem em sua equipe pesquisadores dos cursos de Ciência Política, Ciências Humanas e Direito. O projeto de pesquisa encontra-se ainda na sua fase exploratória e desenvolvimento o levantamento bibliográfico para a sua fundamentação.

A pesquisa em desenvolvimento que dá origem a este trabalho é de natureza qualitativa e busca adensar os estudos acerca da concepção teórica da questão agrária. Para dar conta do proposto à metodologia do estudo, mescla coleta bibliográfica, documental e de campo. Neste momento está em processo o trabalho de análise das bibliografias elencadas em que se busca refletir sobre a produção do conhecimento no âmbito das ciências sociais aplicadas. Sendo assim, o artigo está estruturado no primeiro momento, na perspectiva de realizar um adensamento teórico sobre a questão agrária e movimentos sociais na luta pela terra. No segundo momento, relata a fase exploratória junto aos assentamentos rurais no município de São Borja/RS e às demais atividades desenvolvidas pelo do projeto de pesquisa "Braços Fortes que Rasgam o Chão".

2. QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA TERRA

Frente ao cenário rural, é importante a sua compreensão para se repensar políticas públicas voltadas para as demandas envolvendo este ambiente, seu desenvolvimento em consonância com a realidade socioambiental. Para tanto, o território torna-se o parâmetro para entender analisar o rural, para além de base física, mas também como espaço resultante de relações e ações sociais, econômicas e políticas, assim revelando diferentes configurações espaciais, conforme as dinâmicas que são estabelecidas (PONTE, 2004).

Em especial, ao buscar compreender a questão agrária, fica nítido a sua extrema complexidade tendo em vista o contexto e processo histórico brasileiro, onde está relacionada a desigualdade social e pobreza no âmbito rural. A questão agrária é o movimento que junta

os problemas advindos do desenvolvimento desenfreado e agressivo da agropecuária e as lutas por terra e de resistência dos trabalhadores frente a realidade de desigualdade onde estão inseridos, que envolvem fatores como a terra, o social, o capital, os meios de produção e de mão de obra. Neste cenário, a agropecuária mostra-se como “um setor plural, onde participam grandes, mas também milhares de pequenas e médias propriedades, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais – extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, dentre outros” (FRANÇA, GROSSI, MARQUES, 2006, p.1).

Os problemas decorrentes dessa questão estão ligados à posse da terra e ao avanço de um modelo de desenvolvimento pautado nos valores capitalistas, o que leva à concentração fundiária, à expulsão de camponeses, à reforma agrária e ao atual movimento da agropecuária do Brasil. Neste sentido:

A questão agrária nos revela o fundamento das disputas, das guerras e das históricas formas-conteúdos de ocupação territorial pelos sujeitos que geram vida, e muita morte, ao longo da história. Dar centralidade à questão agrária é demarcar o momento na história em que a concepção originária foi, através de múltiplas guerras por diversos territórios, suplantada, massacrada, aniquilada pela concepção mercantil em transição na Europa (TRANSPADINI, p. 5, 2018).

Quando ao avanço do sistema econômico capitalista, em seu modo de produção, a dinâmica territorial tem o propósito de acumulação de capital, que não absolutamente segue o modo capitalista, mas o mesmo pensamento de acúmulo. Essa dinâmica acaba por evidenciar a desigualdade no acesso a terras no país. Além dessa questão, o processo de trabalho no campo evidencia a teoria de Marx em “O Capital”, que contextualiza a forma como o capitalismo se desenvolve no campo, implicando no estudo da renda da terra. Na obra, o autor discorre que o modo de produção agrícola tira a propriedade do trabalhador rural e o submete a trabalhar para um capitalista que explora para conseguir cada vez mais lucros. Dessa forma, compreende-se a questão agrária enquanto contexto envolvendo questões social, política e econômica.

Emerge do conhecimento e contextualização da questão agrária a consciência de classe dos trabalhadores inseridos no campo. Consequentemente, começam as discussões sobre a reforma agrária, um termo muito debatido no atual contexto brasileiro, que leva ao

tópico da importância dos movimentos sociais de luta pela terra. O meio rural brasileiro é marcada pela diversidade em diferentes dimensões, quais sejam, econômica, social e cultural e que numa sociedade democrática desdobram-se em demandas por reconhecimento de direitos, por meio de políticas públicas ao encontro de interesses socioambientais, que por muito tempo foram silenciados por estruturas de dominação política e econômica organizadas e dirigidas pelas elites rurais (FRANÇA, GROSSI, MARQUES, 2006).

Não há como negar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ocupa um lugar de destaque neste processo, como movimento social rural organizado que representa mais um grande passo na longa marcha dos camponeses brasileiros na luta pela terra. Os movimentos sociais estão em luta pela terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor ou reserva às classes dominantes. É importante salientar que o MST não foi o único movimento social na história da luta pela terra no Brasil, pois há um grande número de movimentos de luta, dos quais, apontam-se: a luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios, a luta pela terra de trabalho, a luta dos peões contra a peonagem, etc. O MST é parte do movimento do campesinato brasileiro, destacando-se como o principal movimento desta natureza, por ter uma organização mais sólida, logo, configura-se como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da Lei da Reforma Agrária – Lei nº 8.629/1993.

O MST tem destaque e chama a atenção da sociedade porque apresenta características que o diferenciam em sua trajetória de movimento social, como por exemplo: a radicalidade e multiplicidade de sua luta, assim como a mobilização em massa. O movimento combina a sua luta pelo acesso à terra com outras lutas sociais, tornando-se uma organização social de massas. (CALDART, 2001).

De tal modo, o MST é um movimento que articula a espacialização da luta, possui e dá importância à sua estrutura organizativa e de base, é também uma estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e possui um coletivo nacional representante das diferentes regiões onde o movimento trabalha (OLIVEIRA, 2001). Compreender a questão agrária no Brasil implica em entender a estrutura fundiária do País, e o impacto dos movimentos sociais na disputa que configura a luta pela terra, dentre os quais destaca-se a presença do MST.

Os estudos desenvolvidos acerca da questão agrária, ainda em sua fase documental e bibliográfica, têm apontado, entre outros aspectos, para a importância dos movimentos sociais e em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela divisão social da terra no País. Logo, entende-se por oportuno que essa discussão é também relevante para os estudos no âmbito da zona rural do município de São Borja/RS, a fim de compreender em que medida os assentamentos rurais ali estabelecidos têm relação com os movimentos sociais e quais movimentos. Então, como resultado dessa fase da pesquisa (exploratória) identificaram-se muitas vezes a categoria movimentos sociais e a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que direcionam seus esforços em uma lógica contraditória da dinâmica capitalista, em que se configuram os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil.

3. ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS: DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA "BRAÇOS FORTES QUE RASGAM O CHÃO"

A questão agrária tem perpassado diferentes modos de produção dentro do capitalismo dependente brasileiro, denotando a posse e propriedade privada da terra. Ganha uma dimensão que não começa no capitalismo mas, adquire novas formas de um conteúdo centrado na propriedade privada da terra (TRANSPADINI, 2018). Ou seja, da propriedade de uma parcela pequena da população brasileira que se tornou detentora dessa propriedade, a classe dominante. Nesse sentido, apreender como essa dimensão de posse da terra se estabelece na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul se mostra fundamental para a construção de uma resistência a essa superestrutura que privilegiou historicamente alguns segmentos da população. A posse privada de grandes extensões de terra no território brasileiro denomina-se como latifúndios, que no Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, são definidos como propriedades maiores que imóveis rurais, propriedades familiares, módulos rurais e minifúndios, sendo classificados como: [...] V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

- a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;
- b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural; (BRASIL, 2023, s/p).

Os latifúndios ainda são uma realidade no Brasil, apesar do Estatuto da Terra ter previsto a sua extinção progressiva. O que se observou foi somente uma mudança na nomenclatura para imóvel rural na Lei da Reforma Agrária, Lei nº 8.629/93 (BRASIL, 2023). Portanto, ainda existem latifúndios, dos quais no território gaúcho presentes 2.164 latifúndios, segundo dados levantados por Talaska e Etges (2017). E, quando observado os latifúndios por dimensão (os dados seguem a métrica do Estatuto da Terra), há 02 latifúndios por dimensão encontrados no Estado, onde um se encontra em São Borja/RS, e outro em Camaquã/RS.

Com referência aos latifúndios por dimensão, estes imóveis rurais possuem área territorial superior a 600 vezes o valor do módulo fiscal do município e/ou a área média dos imóveis rurais da região. Especificamente, estes dois latifúndios por dimensão estão localizados nos municípios de São Borja, microrregião da Campanha Ocidental, e de Barra do Ribeiro, microrregião de Camaquã (FIGURA 03-A). Respectivamente, esses dois latifúndios por dimensão, possuem 15.362,4ha em município com valor de módulo fiscal de 20ha e 10.153,7ha, em município com valor de módulo fiscal de 16ha. (TALASKA; ETGES, 2017, p. 12).

Diante da discussão e dados apresentados, a presente pesquisa tem como perspectiva caracterizar os espaços de resistência à posse concentrada da terra na região, onde assentamentos rurais foram estabelecidos no município de São Borja/RS. O referido município, em seu contexto social e histórico, apresenta uma estrutura rural marcada pela presença do latifúndio agropecuário, que por possuir a característica de extensas propriedades privadas, acaba por muitas vezes ser uma terra improdutiva, mas que potencialmente teria total capacidade de produção.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o assentamento rural "[...] é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhadores rurais sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural" (BRASIL, 2022,

s/p). Portanto, as pessoas que participam da luta pela terra, ganham seu lote, geralmente advindo de terras improdutivas, com o intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que realiza a compra desses lotes e distribui para os assentados que não possuem condições de compra desta terra, posteriormente iniciando algum tipo de atividade agrária que irá culminar no sustento dos assentados. Quanto ao funcionamento do assentamento rural:

Os agricultores que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até a emissão do título de domínio, o lote pertence ao Incra. Portanto, sem o documento o beneficiário não pode vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros (BRASIL, 2022, s/p).

Portanto, os assentados usam o lote de terra destinado a eles para gerar seu próprio sustento e da família, sem poder vender, emprestar ou alugar esta terra, antes de possuir documentação que regulamenta a posse da terra pelo assentado e não mais como posse do Incra. Quanto ao município de São Borja/RS, historicamente, pertencente à região das Missões, mas geograficamente possui fatores que a identificam com municípios da Fronteira Oeste. O município é dividido em quatro distritos: sede em São Borja; Samburá; Nhu-Porã e Sarandi (PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE (2017-2020) DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, 2017, p. 10).

São Borja/RS possui território de 3.616,690 km², sendo a população local constituída de 59.768 habitantes, distribuídos entre a zona urbana e rural (IBGE, 2021). Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), fornecidos através do levantamento do Perfil das Cidades Gaúchas, possuindo 1017 propriedades rurais, até o ano de 2018, e em torno de 6.229 habitantes morando na zona rural do município. Os assentamentos rurais do município de São Borja/RS estão localizados na zona rural da cidade, com o número de constituintes variando entre 15 a 28 famílias assentadas, sendo o menor assentamento em número de famílias o Conquista das Missões, o mais recentemente formado no município. O que possui o maior número de famílias assentadas e também configura-se como o mais antigo é o Cambuchim, com 28 famílias (INCRA, 2017).

Os assentamentos rurais no município de São Borja, segundo às informações do INCRA (2017) são:

- SÃO MARCOS: 17 famílias assentadas; data de criação, 03/12/1997; área 402 ha; PA (Projeto de Assentamento Federal);
- CAMBUCHIM: 30 famílias assentadas; data de criação, 14/12/1998; área 600.63 ha; PA (Projeto de Assentamento Federal);
- CRISTO REDENTOR: 15 famílias assentadas; data de criação, 02/12/1999; área 255 ha; PAE/PE (Projeto de Assentamento Agroextrativista);
- FAZENDA CASSACAN: 15 famílias assentadas; data de criação, 16/04/2002; área 395.3157 ha; PAE/PE (Projeto de Assentamento Agroextrativista);

A partir das aproximações do projeto de extensão "Educon - Educação Permanente e Formação Continuada", que trata de estabelecer um trabalho na linha da educação permanente e formação no âmbito das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), ficou evidenciada a presença de propriedades de agricultura familiar oriundas de assentamentos rurais que configuram a luta pela terra. As ações desenvolvidas no âmbito da política de Assistência Social na zona rural do município de São Borja/RS oportunizou uma importante aproximação com alguns dos assentamentos locais.

O vínculo entre pesquisadores, estudantes e assentados se constituiu através das atividades desenvolvidas pelo "Educon", a convite da equipe volante do Centro de Referência em Assistência Social, conjuntamente com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural -Emater. No total foram realizadas um total de 05 (cinco) visitas com atividades de grupo operativo em que foram trabalhados temas como: formação dos assentamentos, violência intrafamiliar, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, e saúde mental da mulher rural. Além destas atividades de grupo, o Educon esteve presente no Encontro da Mulher Rural organizado pela Emater, que reuniu grande parte das mulheres trabalhadoras rurais das localidades visitadas.

As atividades do projeto de extensão realizadas no interior de São Borja, oportunizaram conhecer as comunidades rurais, algumas oriundas de assentamentos e outras não. No total, as atividades realizadas consistiram em visitas a três assentamentos: Conquista

das Missões, Cambuchin e Cassacan, onde foi possível perceber as distintas configurações entre eles, os assentamentos mais recentes, como é o caso do Conquista das Missões, possuem maior vulnerabilidade socioeconômica que culmina diretamente nas condições de vida da população assentada, a água encanada e energia elétrica, por exemplo, chegaram tardiamente, há pouco mais de dois anos. Já no assentamento Cambuchin, o qual é o mais antigo dentre os territórios visitados, indicou maior estabilidade nas condições de vida, com maior assessoria da Emater e fontes de renda mais estabilizadas e coletivas.

A diversidade de configurações e histórias dos assentamentos, bem como sua condição de organização em um município marcado pelo latifúndio foi o que motivou a elaboração do projeto de pesquisa em questão. Dentre as questões de relevância social destacam-se:

- a) dar visibilidade aos assentamentos rurais do município de São Borja;
- b) identificar quantos e quem são;
- c) conhecer suas histórias e compreender a formação de comunidades rurais de agricultura familiar oriundas da luta pela terra neste município;
- d) conhecer as migrações dos trabalhadores rurais sem terra nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul;
- e) fortalecer a relação entre comunidade e Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja/RS;
- f) comunicação da realidade e vivências dos assentados no município de São Borja/RS.

A fase exploratória da pesquisa constitui-se em fazer visitas aos assentados que vivenciaram os primeiros movimentos de luta pela terra, que culminaram nos assentamentos existentes no município de São Borja/RS, que se destaca pelo latifúndio agropecuário. Através destas aproximações ficou explicitada a riqueza histórica que os assentamentos do município possuem, com personagens que foram essenciais na luta política pela terra desde os primeiros movimentos até a constituição destes assentamentos, que em sua maioria, foram formados no final dos anos 90 e início dos anos 2000. São muitas décadas de movimentos de resistência e luta pela terra, que foram nitidamente narrados pelos assentados, e que carregam um enorme potencial para a produção de recuperação destes momentos históricos para o município, que resultam não apenas em resgate da história da zona rural local, como

serviriam de base ao tripé de pesquisa, ensino e extensão no campus São Borja voltados ao estudo deste tema. Também importa ressaltar a relevância do desenvolvimento de pesquisa nos assentamentos de São Borja/RS, dada a estrutura agro latifundiária da cidade, uma vez que se debruçar ao estudo dos assentamentos locais obrigatoriamente implica em debater sobre o movimento de luta pela terra no seu sentido mais político, como foi possível ouvir pelos relatos dos moradores de todos os assentamentos visitados.

Neste momento está em processo o trabalho de análise das bibliografias elencadas em que se busca refletir sobre a produção do conhecimento no âmbito das ciências sociais aplicadas. Para esta fase foram desenvolvidos: seleção de produções teóricas acerca da temática da questão agrária e da luta pela terra no Brasil, ciclo de estudos com pesquisadores convidados, reuniões de trabalho de pesquisa, debates e elaboração de fichamentos organizados em um quadro que sistematiza as principais categorias teóricas encontradas. Para além de participações em eventos como o Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) e a Jornada Acadêmica Integrada (JAI) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ocorreram ciclos de estudos com profissionais especializados na área que aborda a zona rural.

A partir das sínteses elaboradas foi possível caracterizar alguns conceitos teóricos, dentre eles a questão agrária, reforma agrária e movimentos sociais. Como metodologia, uma fase da pesquisa bibliográfica, que produziu levantamento de obras. Para esta fase foram desenvolvidas as seguintes metodologias: ciclo de estudos; reuniões para estudo e debates; elaboração de fichamentos com quadro de sistematização. A partir do quadro foi possível caracterizar os conceitos teóricos, dentre eles a questão agrária, reforma agrária e movimentos sociais, que foram sistematizados e estudados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto do artigo foi de resgatar conceitos como a questão agrária, contextualizar com a importância da luta pelo acesso à terra no Brasil e apresentar às fases de desenvolvimento da pesquisa "Braços Fortes que Rasgam o Chão". A fase exploratória da pesquisa, que inicia com sua vinculação ao projeto de extensão "Educon", constitui-se em

ouvir os assentados que vivenciaram os primeiros movimentos de luta pela terra, que culminaram nos assentamentos existentes no município de São Borja, que se destaca pelo latifúndio agropecuário. Por meio destas aproximações ficou explicitada a riqueza histórica que os assentamentos do município possuem, com personagens que foram essenciais na luta política pela terra desde os primeiros movimentos até a constituição destes assentamentos, que em sua maioria, foram formados no final dos anos 90 e início dos anos 2000.

São muitas décadas de movimentos de resistência e luta pela terra, que foram nitidamente narrados pelos assentados, e que carregam um enorme potencial para a produção de recuperação destes momentos históricos para o município, que resultam não apenas em resgate da história da zona rural local, como serviriam de base para a pesquisa e extensão no campus São Borja voltados ao estudo deste tema.

Também importa ressaltar a relevância do desenvolvimento de pesquisa nos assentamentos de São Borja, dada a estrutura agro-latifundiária do município, uma vez que se debruçar ao estudo dos assentamentos locais obrigatoriamente implica em debater sobre o movimento de luta pela terra no seu sentido mais político possível, como foi possível ouvir pelos relatos dos moradores de todos os assentamentos visitados. Destacamos como relevância acadêmica: a. estudar em que medida a luta dos movimentos sociais (Movimentos dos Trabalhadores sem Terra) contribuíram, para a divisão social da terra no município de São Borja; b) produzir conhecimento sobre a realidade local no que se refere ao tema dos assentamentos rurais e à luta pela terra na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul - região de latifúndios; c) elaboração de novos projetos de extensão à partir dos conhecimentos gerados pela pesquisa "Braços Fortes que Rasgam o Chão"; d) formação discente na extensão, pesquisa e ensino sobre o tema da pesquisa; e, e) desenvolvimento da cartografia social dos assentamentos.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Scielo, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 5 de out. de 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

DE OLIVEIRA, Umbelino Ariovaldo. A longa marcha do campesinato brasileiro: **movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. 2001

DOMINCZAK, Pedro Rozales Rodero, et al. **A questão agrária em Marx e sua assimilação no Brasil**. Trabalho Necessário, 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42810/24105>. Acesso em 6 de nov. de 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/QUESTAO%20AGRA-RIA-PESQUISA-MST.pdf> . Acesso em: 30 de out. de 2023.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. A agricultura familiar faz bem ao Brasil. **Biblioteca da Questão Agrária**. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/?tipo=Artigo%20e%20ensaio> Acesso em: 16 nov. 2023.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Nera, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4896/3972>. Acesso em: 6 de nov. de 2023.

PONTE, Karina Furini da. (Re)pensando o conceito do rural. In: **Revista NERA**, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Ano 7, n. 4, janeiro – julho, pp. 20 – 28, 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1477> Acesso em: 16 nov. 2023.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. **Aspectos históricos da Questão Agrária no Brasil** REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA – NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/ NURBA – Vol. 2 N. 1 (JUNHO, 2016).

Eixo 2 - Transformações societárias e suas repercussões na formação e trabalho profissional do/a assistente social:

Formação profissional; Trabalho docente; Curricularização da extensão no Serviço Social; Relações e condições do trabalho profissional; Estágio supervisionado; e, Intervenção profissional e espaços sócio-ocupacionais.

A INTERVENÇÃO DO/DA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ADOÇÃO TARDIA

LA INTERVENCIÓN DE PROFESIONALES DE SERVICIOS SOCIALES EN ADOPCIÓN TARDÍA

Miriam Raquel Rodrigues Vera ¹
Elisângela Maia Pessôa ²

Resumo: O artigo em tela, propõe reflexões quanto as intervenções dos/as profissionais do Serviço Social junto a adoção tardia. O objetivo geral da pesquisa desenvolvida girou em torno de analisar os desafios interventivos que enfrentam os/as profissionais do Serviço Social junto as a adoção tardia no Brasil, para instrumentalizar a pratica do/a profissional assistente social no processo de adoção. A pesquisa foi realizada através de pesquisa bibliográfica, com enfoque de pesquisa de tipo qualitativa, tendo como norte o método dialético crítico. Os dados foram interpretados a partir da análise de conteúdo. Foi possível compreender com o resultado da pesquisa, não somente a intervenção do/a profissional que atua junto a demanda de adoção tardia, acionada pelo Poder Judiciário da Vara da criança e do adolescente, mas como ocorre o acolhimento das famílias e o acompanhando desde abertura do processo até sua conclusão. Foram observados os principais desafios encontrados pela profissão sobre a demanda da adoção tardia, sendo que o principal, é constituído pela morosidade do judiciário no julgamento dos processos, o que desrespeito aos prazos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990).

Palavras-chaves: serviço social; adoção; adoção tardia.

Resumen: El artículo en cuestión propone reflexiones sobre las intervenciones de los profesionales del Servicio Social en la adopción tardía. El objetivo general de la investigación desarrollada giró en torno a analizar los desafíos intervencionistas que los profesionales del Servicio Social enfrentan en la adopción tardía en Brasil, para equipar la práctica de los trabajadores sociales profesionales en el proceso de adopción. La investigación se realizó a través de una investigación bibliográfica, con un enfoque de investigación cualitativa, basada en el método dialéctico crítico. Los datos fueron interpretados con base en el análisis de contenido. Se logró comprender con los resultados de la investigación, no sólo la intervención del profesional que trabaja con la demanda de adopción tardía, desencadenada por el Poder Judicial del Tribunal de Niñez y Adolescencia, sino cómo las familias son acogidas y acompañadas desde el proceso de apertura hasta su finalización. Se observaron los principales

¹ Acadêmica do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, São Borja/RS - Brasil. E-mail: miriamvera.aluno@unipampa.edu.br.

² Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS); Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS- Brasil. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br.

desafios encontrados por la profesión en relación con la demanda de adopción tardía, siendo el principal la lentitud del poder judicial en juzgar los casos, que desconoce los plazos establecidos en el Estatuto del Niño y del Adolescente – ECA (1990).

Palabras clave: trabajo social; adopción; adopción tardía.

1. INTRODUÇÃO

A aproximação com o referido tema deu-se pelo fato da filha de uma das autoras sempre ter interesse em adotar, sendo que como acadêmica do Curso de Serviço Social, o tema passou a gerar maior atenção na autora, no sentido de buscar compreender como seria a intervenção do/a profissional do Serviço social junto adoção. Emergiu o interesse em descobrir quais seriam os desafios interventivos que os/as profissionais enfrentam para a concretização de uma adoção tardia no Brasil. Torna-se relevante analisar, a realidade da intervenção do/a profissional do Serviço Social no processo de adoção tardia, pois tem-se a necessidade de esclarecimento sobre a demanda abordada.

Destaca-se que a adoção é um processo jurídico que busca concretizar o direito de todas as crianças e adolescentes em ter uma família, permitindo que pessoas com dificuldades de gerar filhos/as biológicos ou com outras necessidades de maternidade e paternidade, tenham o direito ao reconhecimento legal de ter um filho/a adotivo/a. A adoção é realizada através da inserção, dos/as chamados/as postulantes, no CNA - Cadastro Nacional de Adoção.

Geralmente as pessoas tem uma opinião formada sobre a adoção, ainda mais sobre uma adoção tardia, considerando inclusive valores e sentimentos externados como sendo de amor e gratidão e ao mesmo tempo medo de os/as novos/as integrantes não adaptarem-se as famílias adotivas. A adoção de acordo com o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº13.257, de 2016 deve garantir o “direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio familiar e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Brasil, 2016, art. 19, s.p).

O processo de adoção no Brasil tem como uma das dificuldades a preferência por

crianças com determinado perfil, outra é a burocracia no processo de adoção. No Estatuto da Criança e do Adolescente (2016) menciona-se que “o prazo máximo para conclusão da ação de adoção será de 120 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamental da autoridade judiciária” (Brasil, 2023, art. 47, & 10, s.p.). Após transcorridos os 120 dias é possível abertura de prorrogação para mais 120 dias, mediante decisão jurídica. A abertura do processo é gratuita e deve ser realizada junto a Vara de Infância e Juventude. A idade mínima para ser adotante é de 18 anos, sendo que o/a postulante deve ser independente, com trabalho fixo, e com diferença de 16 anos entre o/a adotante e a criança ou adolescente a ser adotado (Conselho Nacional de Justiça, 2019, s.p.).

Diante do interesse inicial pelo tema, emergiu o seguinte problema de pesquisa para o projeto que foi executado no componente curricular de Pesquisa Social II: Quais os desafios interventivos enfrentados pelos/as profissionais do Serviço Social junto as a adoção tardia no Brasil? Já o objetivo geral foi: Analisar os desafios interventivos que enfrentam os/as profissionais do Serviço Social junto as a adoção tardia no Brasil, para instrumentalizar a pratica do/a profissional assistente social no processo de adoção tardia. E os objetivos específicos foram: a) levantar informações sobre adoção tardia; b) verificar as expressões da questão social que emergem na adoção tardia; c) identificar como o profissional do Serviço Social utiliza a rede de atendimento junto aos processos de adoção tardia; e d) averiguar as ações que os profissionais do Serviços Social desenvolvem junto às famílias que desejam realizar uma adoção tardia.

As intervenções do/a profissional do Serviço Social junto a adoção tardia é um tema que representa uma temática significativa para categoria profissional, pois através deste profissional deve ser possível promover um ambiente seguro para os/as adotados/as, assim como para as famílias que desejam iniciar o processo de adoção. O/a assistente social, torna-se um profissional fundamental, pois se faz presente em todas as etapas do processo de adoção, desde a conferência da documentação dos/as adotantes, a entrevista social, expedição de parecer social, acompanhamento do curso de habilitação até no acompanhamento e convivência junto a família após a concessão da adoção provisória.

Metodologicamente a pesquisa desenvolvida, teve como base o método dialético crítico para por meio da pesquisa bibliográfica compreender o tema do ponto de vista do

Serviço Social, com a meta de proporcionar entendimento do problema, a partir das categorias do método, sendo essas a totalidade, historicidade e contradição. Destaca-se que a apreensão do fenômeno social influencia o direcionamento do olhar sobre a realidade social, bem como, para com os dados que são analisados em uma pesquisa. A dialética crítica, nesse sentido, é uma das formas de explicação do movimento da realidade social, sendo uma das poucas que “permite uma reflexão crítica por meio do entendimento dos tipos de mediações do fenômeno com a totalidade e a construção de tipos categoriais” (Damascena, Neto, Silva, 2023, p. 3).

Quanto ao enfoque da pesquisa foi qualitativa, pois visa a “compreensão detalhada de significados e características de determinada situação” (Richardson, 2011, p. 23). A pesquisa foi de tipo bibliográfica, abrangendo leituras da literatura que abordassem o tema com o conhecimento atual do problema. Já o tipo de abordagem foi a exploratória que tem como objetivo principal aprimoramento de ideias e descobertas de intuições (Gil, 2006, p. 15).

As obras de estudo foram materiais bibliográficos publicados sobre tema intervenção do/a profissional do Serviço Social junto a Adoção tardia no Brasil. Os critérios de inclusão giraram em torno de: a) trabalhos publicados nos últimos três anos; b) oriundos da língua portuguesa; c) da área de Ciências Sociais Aplicada; e d) publicados na modalidade Trabalho de Conclusão de Curso. Os TCCs foram buscados na plataforma Google Acadêmico. Enquanto critério de exclusão, foram eliminados os TCCs com estudos de caráter quantitativo.

Foram usados os seguintes descritores de busca: serviço social e adoção tardia; serviço social e adoção; intervenção do serviço social em adoções. A amostra não probabilística foi de tipo intencional, sendo essa uma técnica de amostragem “filtrada”, a partir do interesse do/a pesquisador/as. A técnica de coleta de dados utilizada foi a observação, sendo o ato de observar, perceber o objeto alvo para obter informações à realidade, “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (Marconi; Lakatos, 2006, p. 88). A observação estruturada tem regras relacionadas a determinado instrumento para coleta de dados, “realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos, porém as normas não precisam ser rígidas ao extremo” (Marconi, Lakatos, 2006, p. 89).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro norteador que contribuiu

para identificação das necessidades, planejamento e avaliação, geralmente utilizado em pesquisas documentais e bibliográficas. Trata-se de um roteiro de pesquisa que o pesquisador elabora “perguntas em busca das respostas para seu problema e objetivos para uso próprio [...] tanto pode conter questões fechadas como abertas dependendo do enfoque do estudo” (Richardson, 2011, p.198).

A análise ocorreu via, análise de conteúdo, por meio da autora Minayo (2004) a partir do desenvolvimento de três fases: a primeira fase foi exploratória, no qual se amadurece o objetivo do estudo, busca-se a origem dos pontos de atenção que foram identificados; a segunda fase foi constituída pela coleta de dados, “descrição” é a fase mais longa e a terceira fase, girou em torno da interpretação dos dados coletados, nessa fase deve-se buscar desvendar o conteúdo que foi manifesto.

Cabe enfatizar novamente a relevância da pesquisa realizada à medida que visibiliza o trabalho do/a assistente social que atua na adoção. O processo de adoção tem como principal objetivo responder as demandas dos/as usuários/as, nesse caso possibilitar o exercício da maternidade e paternidade, seja de forma conjunta, solo ou entre casais homoafetivos, assim como a necessidade de preservar o direito de crianças e adolescentes. Os/as profissionais do Serviço Social intervenção fundamental, no que refere-se ao apoio e orientação técnica das famílias que estão atravessando o processo de uma adoção tardia, pois é o/a assistente social que tem o primeiro contato com os/as postulantes a adoção, prestando esclarecimentos quanto a realidade, processo e os procedimentos.

Ainda o tema adoção tardia torna-se relevante para ser estudado pelos mais diferentes profissionais, considerando os índices de efetivação de adoção de crianças mais velhas, pois no Brasil conforme o Sistema Nacional de Adoção e acolhida existem 31.886 crianças acolhidas entre elas 4.315 crianças em adoção e 5.437 crianças em processo de adoção, sendo que se tem 33.631 pretendentes disponíveis, que nem sempre desejam adotar uma criança considerada “mais velha” (Conselho Nacional de Justiça, 2023, s.p.).

Quanto ao perfil das crianças e adolescentes na fila da adoção os dados por etnia indicam que as crianças e adolescentes são constituídos por pardos 2.326 (53.9%), pretos 710 (16.5%) e brancos 1.215 (28.2%). Quanto ao gênero dividem-se em: masculino 2.375 (55%) e feminino 1940 (45%). Quanto a divisão por doenças temos: infectocontagiosa 35 (0,8%),

deficiência física 55 (1,3%), deficiência física e intelectual 183 (4,2%); deficiência intelectual 547 (12,7%), problemas de saúde 806 (18%) e 81.3% com saúde. Quanto a faixa etária: até 2 anos (392), 2 a 4 anos (285), 4 a 6 anos (322), 6 a 8 anos (331), 8 a 10 anos (391), 10 a 12 anos (511), 12 a 14 anos (615), 14 a 16 anos (726) e maior de 16 (737). Por fim, por grupo de irmãos: sem irmãos (1.864), um irmão (907), dois irmãos (724), três irmãos (396) e mais de 3 (424) (Conselho Nacional de Justiça, 2023, s.p.).

Observa-se que a maioria das crianças em situação de adoção tardia são de cor parda com 2.326 (53.9%). Também visualizamos um aumento considerável de crianças e adolescentes com idade superior de 12 anos sem serem adotadas. Assim o/a assistente social exerce um papel necessário por meio de seus conhecimentos e formação no acompanhamento do/a adotado/a no processo de aceitação e inclusão. A partir desse acompanhamento, cabe aos/as profissionais a necessidade de compreensão das expressões da questão social, que pautam a atuação profissional, visto que a modalidade de adoção tardia carrega consigo particularidades envoltas em estigmas e preconceitos.

2. DESENVOLVIMENTO

Foram selecionados 3 (três) TCC -Trabalho de Conclusão de Curso, sendo eles: 1. Adoção tardia no distrito federal: processo de trabalho do assistente social na adoção tardia (Silva, 2018). 2. Adoção e Serviço Social: atuação do/a assistente social nos processos de adoção de crianças e adolescentes (Falcão; Souza, 2022) e 3. As condições dos processos de adoção e as mediações no trabalho do/a assistente social (Costa, 2020).

Buscou-se compreender nos Trabalhos de Conclusão de Cursos analisados possíveis informações sobre a adoção tardia. A maioria dos TCCs atrela esse tipo de adoção a crianças acima de dois anos de idade, a “adoção tardia quando ocorre está atrelada a adoção de crianças com idade superior a dois anos, em famílias substitutas” (Falcão; Souza, 2022, p. 11). Tal determinação cronológica chama atenção pelo fato, que predomina no “imaginário social” a ideia de que a adoção tardia estaria atrelada a crianças ou adolescentes mais velhos.

Não foi encontrado nos TCCs, aprofundamento teórico quanto ao conceito de adoção tardia. O que foi evidenciado, a partir da leitura dos textos, reside no fato de estar atrelada a

adoção de “crianças maiores”, utiliza-se esse termo por já terem autonomia e interação com o mundo. Costa (2020, p.38) vai além, pois diz que “não possui definição teórica, porém é utilizado para se referir a adoções de crianças maiores, que já possuem uma certa independência do adulto para satisfazer suas necessidades básicas e uma maior percepção sobre si”.

Quanto aos procedimentos para a adoção tardias todos os três autores usam o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) como legislação fundamental para embasar procedimentos processuais. O trabalho de TCC de Silva (2018) indica que os processos iniciam no ato de inscrição dos/as candidato/as à adoção, nessa fase é determinado pelo ECA que o/a postulante à adoção seja preparado/a por uma equipe da Justiça da Infância e da Juventude composta por assistente social, psicólogo, dentre outros profissionais.

O/a candidato é preparado, por meio de cursos obrigatórios para os desafios que a maternidade/paternidade requerem (SILVA, 2018, p. 34). Portanto, são promovidas importantes discussões atreladas aos desafios da opção pela adoção tardia, bem como, quanto a necessidade de garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), como sendo determinantes aos processos de adoção.

Buscou-se entender quais seriam as expressões da questão social presentes no processo de adoção tardia, sendo que essas, aparecem de formas distintas nos TCCs . Costa (2020, p. 11) aponta que “as diversas situações de violações de direitos das crianças e adolescentes se configuram como uma das expressões da questão social”. Já no TCC de Falcão e Souza (2022, p.40) indica-se que “o profissional trabalha com diversas expressões da questão social que afetam famílias, crianças e adolescentes [...] ligadas ao trabalho infantil, dependência química e situações de abuso sexual”.

Cabe destacar que segundo Piana (2009, p.85), o Serviço Social é uma profissão inserido na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada. O objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social e suas expressões definem as desigualdades da sociedade, como Iamamoto (2015, p. 160) escreve:

A questão social expressa, portanto, desigualdade econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por disparidades nas relações de gênero-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a via dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania

A questão social no Serviço Social é base para a profissão, segundo Iamamoto, (2003, p. 27) é “a base de sua fundação como especialização do trabalho”. O assistente social identifica e age ao intervir diante do problema social. Assim, cabe destacar, que os/as “assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da questão social tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos” (IAMAMOTO, 2015, p. 160).

Por fim, o TCC de Silva (2018, p.11, 12) aponta como expressões da questão social “o abandono, maus-tratos ou negligências que emergem no ambiente familiar que apresentam-se no âmbito de intervenção das/os profissionais do Serviço Social”. Assim, as expressões da questão social que surgirão foram abandono, maus tratos, negligência, trabalho infantil, abuso sexual, etc.

Os TCCs apontam de uma forma significativa que a vulnerabilidade, trabalho infantil, dependência química, abuso sexual, abandono, maus tratos, violação e negligência agem sobre as pessoas indicando que as famílias tendem a deixar os seus “filhos/as” para adoção por incapacidade de criar e proteger a criança e ao adolescente, tirando-lhes o direito a convivência familiar biológica. Nesse sentido, apresenta-se nos trabalhos analisados, uma lacuna quanto uma perspectiva crítica de discussão, no que diz respeito a responsabilização estatal e falhas no sistema de proteção social brasileiro, que não contribuem para que as famílias tenham condições de manter seus filhos/as no lar, perpetuando uma noção de responsabilização individual, julgadora e punitiva sob a família, tendo como maior culpabilizada a mulher.

Buscou-se compreender, como os/as profissionais do Serviço Social utilizam a rede de atendimento nos processos de adoção tardia. Os/as profissionais de Serviço Social utilizam a rede atrelada principalmente ao campo sociojurídico, ligada ao sistema judicial que atua nos processos de adoção tardia, conforme cita no TCC de Silva (2018) esclarece. Várias são as etapas durante todo o processo de adoção em que o/a Assistente Social intervém. Inicia-se na

inscrição do/a candidato à adoção, nessa fase, conforme já apontado anteriormente, é determinado pelo ECA (1990) que o/a postulante à adoção seja preparado por uma equipe da Justiça da Infância e da Juventude (assistente social, psicólogo, dentre outros profissionais).

O TCC de Costa (2020, p.68) reflete sobre a importância do acolhimento, indicando a necessidade de interação com os Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que não raro, realizaram atendimento de crianças e adolescentes e seus familiares vítimas de violência sexual, de cumprimento de medidas socioeducativas entre outras demandas em que os vínculos sociais já foram rompidos, que dependendo da gravidade podem ter levado a perda do poder familiar.

Por fim, o TCC de Falcão e Souza (2022, p.43) aborda que por meio da rede de proteção prevista no sistema de garantias de direitos, deve-se fortalecer a perspectiva de entrega voluntárias, nesse sentido destaca-se que essa entrega pode ser motivada por “razões: econômicas, falta de apoio familiar, ausência de parceiro, impossibilidade afetiva etc. (...) à mulher que decidir entregar a criança que está gerindo à adoção, é dever do Estado, zelar para que essa entrega seja realizada sem críticas ou julgamentos”. Sentiu-se falta, nas obras analisadas, da indicação de busca de trabalho em rede com o Conselho Tutelar, importante órgão no serviço de proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Quanto as ações dos/as profissionais do Serviço Social, junto as famílias que desejam optar pela adoção tardia, percebeu-se que emergem questões bastante desafiadoras, pois contribuir com o processo de fortalecimento de vínculo familiar, perpassa sucessivas aproximações, nem sempre possibilitadas pela estrutura judicial.

Emergiu nas obras, reflexão quanto a intervenção da/o assistente social – a partir de seus conhecimentos técnicos – enquanto possibilitadora de subsídios para que os/as magistrados/as tomem as decisões adequadas nos processos judiciais –. Tais decisões são capazes de alterar o rumo da vida dos sujeitos envolvidos e por isso exigem um comprometimento profissional que possibilitem suporte a este ato jurídico, por meio de relatórios, pareceres, visitas domiciliares, etc.

Portanto, essa prática profissional requer um profundo entendimento acerca dos fundamentos teórico-metodológicos, éticos-políticos e técnicos-operativos (Silva, 2018, p. 28) da profissão.

Ainda sobre as ações dos/as profissionais do Serviço Social, essas devem ser pautadas, segundo as obras, na garantia do direito da criança e adolescente ter uma família que proteja e possibilite as condições materiais e afetivas adequadas a seu desenvolvimento. Dentre as ações que os/as profissionais do Serviço Social desenvolvem junto as famílias, emergiu com maior intensidade o acolhimento, sendo que esse deve ser realizado em conjunto com a equipe do poder judiciário. Porém, é o/a profissional assistente social, que de fato acompanha a família até o fim do processo, junto ao período de convivência entre o/a adotante e o/a adotado/a.

Um dos TCCs indica que na fase de inserção da criança ou adolescente em família substituta, no estágio de convivência, os/as envolvidos/as serão acompanhados/as por uma equipe multidisciplinar que realizará relatório detalhado a respeito da convivência entre a criança e a família e validarão a medida adotada (Silva, 2018, p. 33), porém é fato que as visitas domiciliares aparecem como atribuição privativa dos/as assistentes sociais.

Quanto aos desafios da intervenção o TCC de Falcão e Souza (2022, p. 32) salienta que embora a criação do Sistema Nacional de Adoção (SNA) tenha sido possibilitada com intuito de acelerar os processos de adoção, na prática os aspectos burocráticos, ainda causam evidente morosidade na possibilidade de conclusão da adoção. Outro desafio evidenciado reside no fato da adoção tardia estar envolta em um cenário de preconceitos que acabam influenciando os processos de adoção, pois muitas famílias optam pela escolha de um bebê ao invés de uma criança ou adolescente mais velho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados conclui-se que o objetivo central deste trabalho foi para dar visibilidade a prática do/a profissional assistente social no processo de adoção tardia. Nota-se ser um tema denso, portanto necessita de maiores estudos. Torna-se evidente que o trabalho do/a profissional do Serviço Social, é essencial.

Contemplamos que o/a profissional de Serviço Social tem um papel muito importante, observou-se que há uma necessidade de mediação constante junto as famílias. O/a profissional do Serviço Social tem um papel articulador, demandado pelas varas de atendimento da criança

e do adolescente. Dessa forma, a pesquisa comprovou-se relevante, pois indica que o/a assistente social tem um papel significativo, não impedindo de que crianças e adolescentes com o avançar da idade tenham seus direitos violados.

As informações sobre a adoção tardia remetem ao fato de que tratam-se de crianças a partir dos dois anos de idade, considerando seu desenvolvimento, pois a partir dessa idade pressupõe-se que tais crianças já teriam certa autonomia. As expressões da questão social que surgirão no âmbito de atendimento junto a adoção tardia foram abandono, maus tratos e negligência etc.

O principal desafio enfrentados pelos/as profissionais do Serviço Social junto a adoção tardia no Brasil revelava-se diante da morosidade do Judiciário, com o desrespeito aos prazos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), com os processos e a insegurança jurídica.

Cabe ressaltar, que o Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/93, possui como norte interventivo um Código de Ética (1993) regido por um Projeto Ético Político que orientam a atuação profissional, em prol da garantia de direitos sociais, políticos e civis que são constantemente violados. Cabe destacar que o processo de adoção é regulamentado atualmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), assim como pela Lei Nacional da Adoção, Lei nº 13.509 (2017).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº13.257, de 2016. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 03 jul 2023.

BRASIL. **Lei da adoção**. Lei nº 13.509 (2017). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm. Acesso em: 05/07/2023.

CFESS – Conselho Nacional de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/93. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 03 jul 2023.

CNJ - **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/passo-a-passo-da-adocao/>. Acesso em: 07 mai. 2023.

COSTA, Lidiania Leite da. **As contradições dos processos de adoção no Brasil e as mediações no trabalho do/a assistente social**. Trabalho de conclusão de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Serviço Social. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/225968>. Acesso 25 de jun. 2023.

DAMASCENA, Monique Bronzoni, NETO, Guilherme Howes, SILVA, Jorge Alexandre da. **Notas a respeito da investigação e da Exploração no Método de Marx**. In: DAMASCENA, Monique Bronzini; SILVA, Jocenir de Oliveira; SILVA, Jorge Alexandre (Org.) *Temas Sem Fronteiras: apreensão crítica e proteção social na América Latina*. Rio de Janeiro: MC&G, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**. Ed. 9ª-São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed. - São Paulo, Cortez, 2003.

FALCÃO, Cassia Luana Santos Costa; SOUZA, Marcycleia da Silva Holanda. **Adoção e serviço social: atuação do/a assistente social nos processos de adoção de crianças e adolescentes**. 2023. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10837>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas em pesquisa**. São Paulo, Ed. Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Teoria, método e Criatividade**. 23º ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do Assistente Social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo, Editora Atlas, 2011.

SILVA, Lea Mota. **Adoção tardia no Distrito Federal: o processo de trabalho do assistente social na adoção tardia**. 2018. 50 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27687>. Acesso em 27 de jun. 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

**ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CARTILHA
“CONHECENDO A REDE SUAS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA”**

**ACCESO Y DEMOCRATIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN : FOLLETO
"CONHECENDO A REDE SUAS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA".**

**Valesca Vargas Mattos³
Rosane Janczura⁴**

Resumo: Este artigo aborda parte das discussões realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “A qualidade da informação como garantia de acesso aos direitos sociais: cartilha “Conhecendo a rede Suas no município de Santa Maria”, apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que aborda a importância da rede na assistência social, destacando a implantação da Rede SUAS em Santa Maria como uma forma de garantir o acesso dos/as usuários/as aos serviços socioassistenciais e promover uma cultura de participação e diálogo entre os/as usuários/as e os trabalhadores do SUAS. A cartilha "Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria" é apresentada como um instrumento para socializar informações sobre os direitos sociais vigentes e orientar os/as usuários/as sobre como acessá-los. Além disso, destaca-se que o trabalho em rede pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao promover a inclusão social, a proteção dos direitos humanos e a redução das desigualdades sociais. No entanto, o trabalho em rede na política de assistência social apresenta desafios, como a necessidade de articulação entre diferentes setores, instituições e atores, a superação de preconceitos e estereótipos, além da necessidade de desenvolver habilidades interpessoais dos/as profissionais, para lidar com as demandas dos usuários. Por fim, é fundamental investir na formação dos/as profissionais envolvidos visando garantir uma atuação mais qualificada e efetiva, na garantia dos direitos sociais do público alvo desta política social pública.

Palavras-chave: Rede Suas. Acesso à informação. Qualidade dos serviços socioassistenciais.

Resumen: Este artículo aborda parte de las discusiones realizadas en el Trabajo de Conclusión de Curso (TCC), titulado "La calidad de la información como garantía de acceso a los derechos sociales: folleto "Conhecendo a rede Suas no município de Santa Maria", presentado al Curso de Servicio Social de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM), que aborda la importancia de la red en la asistencia social, destacando la implementación de la Red SUAS en Santa Maria como una forma de garantizar el acceso de los usuarios a los servicios socioasistenciales y promover una cultura de participación y diálogo entre los

³Graduanda da Universidade Federal de Santa Maria, Serviço Social (UFSM-RS), Santa Maria - Brasil. E-mail: Valeskatkg@gmail.com

⁴Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), Santa Maria - Brasil. E-mail: rosane.janczura@ufsm.br

usuários y los trabajadores del SUAS. El folleto "Conhecendo a rede Suas no município de Santa Maria" se presenta como una herramienta para socializar información sobre los derechos sociales vigentes y guiar a los usuarios sobre cómo acceder a ellos. Además, se destaca que el trabajo en red puede contribuir a la construcción de una sociedad más justa e igualitaria, promoviendo la inclusión social, la protección de los derechos humanos y la reducción de las desigualdades sociales. Sin embargo, el trabajo en red en la política de asistencia social presenta desafíos, como la necesidad de articular diferentes sectores, instituciones y actores, superar prejuicios y estereotipos, y desarrollar habilidades interpersonales de los profesionales para hacer frente a las demandas de los usuarios. Por último, es fundamental invertir en la formación de los profesionales involucrados para garantizar una actuación más calificada y efectiva en la garantía de los derechos sociales del público objetivo de esta política social pública.

Palabras clave: Red SUAS. Acceso a la información. Calidad de los servicios socioasistenciales.

1. INTRODUÇÃO

A rede SUAS é um sistema cujo objetivo é garantir o acesso aos direitos sociais para todos/as cidadãos/ãs brasileiros/as. No entanto, muitas vezes as pessoas não têm conhecimento sobre os serviços oferecidos pela rede ou não sabem como acessá-los. É nesse contexto, que a cartilha se torna uma ferramenta valiosa para disseminar informações sobre os serviços ofertados pela rede SUAS no município.

A cartilha é uma importante fonte de informação não apenas para os/as usuários/as dos serviços da Rede SUAS em Santa Maria, mas também para profissionais e estudantes da área social que buscam conhecer melhor o funcionamento do sistema e as formas de atuação na promoção dos direitos sociais.

Após essas considerações introdutórias, apresentamos a seguir a Política de Assistência Social no Brasil e sua trajetória histórica. Além disso, é tratado neste momento a seguridade social pós-Constituição Federal de 1988. O texto constitucional de 1988 dedicou um capítulo à seguridade social, que inclui as políticas de saúde, previdência social e assistência social, representando um avanço na proteção da população em todas as fases da vida humana, já que proporcionou à seguridade social o status de política pública. É importante, ainda, apresentar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que organiza a

oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, designando as competências das três esferas de governo: União, Estados e Municípios, num modelo de gestão participativa e descentralizada.

Com isso, no item seguinte, aborda-se o trabalho em rede na assistência social que traz desafios e o compromisso ético-político. No entanto, a rede na política de assistência social apresenta desafios, como a necessidade de articulação entre diferentes setores, instituições e atores, a superação de preconceitos e estereótipos, além da necessidade de desenvolver habilidades interpessoais dos/as profissionais, para lidar com as demandas dos/as usuárias/as. Além disso, destaca-se que o trabalho em rede na assistência social pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao promover a inclusão social, a proteção dos direitos humanos e a redução das desigualdades sociais.

Dando continuidade a seguir, o projeto de intervenção “A qualidade da informação como acesso aos direitos sociais”, sobre a visibilidade das políticas sociais, com base no acesso e democratização da informação. Além disso e como último item, apresenta-se a gestão do SUAS no município de Santa Maria, que está sob a responsabilidade da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social e a implantação da cartilha “Conhecendo a rede suas no município de Santa Maria” na rede socioassistencial.

Por fim, nas considerações finais, retoma-se os principais aspectos tratados ao longo do artigo como o acesso à informação de qualidade ser crucial para garantir os direitos sociais, que o município de Santa Maria implementa por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A cartilha “Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria” é uma ferramenta importante para promover os direitos sociais e democratizar o acesso aos serviços da rede socioassistencial. Profissionais e gestores envolvidos com a rede SUAS devem estar familiarizados com as informações contidas na cartilha para potencializar ações e garantir atendimento qualificado e eficaz ao público-alvo.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Segundo Fernandes e Hellmann (2016), o caminho percorrido pela Assistência Social

no Brasil é datado da época colonial, iniciando como ajuda, assistencialismo e caridade religiosa à população em desigualdades sociais, por esmolas. No século XIX, a pobreza estava associada à criminalidade e, no século seguinte, após a abolição da escravidão, aumenta-se o índice de pobreza, onde grande parte dos trabalhadores ficam excluídos do processo de trabalho. Na década de 1930, iniciaram-se ações conjuntas da Igreja, do Estado e da Sociedade Civil para o enfrentamento das expressões da questão social, dando início, a partir dessa década, às ações governamentais de assistência à população.

Com o passar do tempo e as mudanças pelas quais o país passou, a assistência social também se adaptou. Em 7 de dezembro de 1993, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), regulamentando os artigos 203 e 204 da Constituição Federal. A LOAS trouxe um novo formato para a assistência social com relação ao seu caráter de direito não contributivo, mas de uma forma lenta em sua concretização.

A assistência social é um direito humano e um dever do Estado, garantido pela Constituição Federal de 1988, capítulo da Segurança Social. O artigo 194 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo único, define como competência do poder público organizar a Seguridade Social, com base nos seguintes objetivos:

- I – Universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – Equidade na forma de participação no custeio;
- VI – Diversidade da base de financiamento;
- VII – Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988).

A assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993. O acesso aos serviços de assistência social possibilita a conquista de direitos sociais, melhorias na qualidade de vida e autonomia pessoal.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, marcou um novo momento da política de assistência social no país, redefinindo suas diretrizes e

consolidando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como política pública. Entre os principais objetivos do SUAS estão a matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para a relação Estado e sociedade civil, financiamento, controle social, política de recursos humanos e informação, monitoramento e avaliação.

O SUAS é um instrumento para regulamentos, organiza e padroniza em todo o território nacional as ações socioassistenciais. A apresentação do SUAS foi um momento histórico para a Assistência Social no Brasil, pois essa organização buscava estabelecer uma base para as consolidações da rede socioassistencial, capaz de fornecer serviços de qualidade à população mais vulnerável.

2.1 A REDE SOCIOASSISTENCIAL E SEUS DESAFIOS

Segundo Sposati (2006, p. 98), a rede socioassistencial nasceu de iniciativas isoladas de estados e municípios e organizações sociais. Porém, essas demandas são muitas e passaram a ser responsabilidade também do Estado, que por sua vez integra as entidades prestadoras de serviços com os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A rede socioassistencial é uma rede de ações interconectadas que oferece serviços, programas, projetos e benefícios de iniciativa pública e da sociedade, e exige a integração de diferentes instituições e atores de diversos setores para promover os direitos sociais dos cidadãos. Para enfrentar essa complexidade, é necessária a adoção de uma perspectiva de trabalho em rede, que implica a construção de parcerias e o estabelecimento de relações cooperativas, com o objetivo de ampliar a efetividade das políticas sociais e reduzir as desigualdades sociais.

Nesse contexto, os /as assistentes sociais assumem um papel importante como articuladores/as dos serviços socioassistenciais, atuando com um compromisso ético-político na defesa dos direitos humanos e da justiça social. Para tanto, é fundamental que um profissional assuma a postura de agente de transformação social, com capacidade para analisar e intervir nas diversas situações encontradas na rede socioassistencial.

O compromisso ético-político dos /as assistentes sociais, nesse sentido, implica na valorização das relações interpessoais fundamentadas no respeito à diversidade, na promoção dos direitos humanos e no reconhecimento da cidadania em sua plenitude. Para tanto, um profissional deve atuar em conjunto com outros atores da rede, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar em equipe, com a finalidade de ampliar a efetividade das políticas públicas e de contribuir para o desenvolvimento social e o bem-estar dos/as usuários/as dos serviços e programas sociais.

Portanto, a rede socioassistencial está intrinsecamente relacionada com o trabalho em rede e o compromisso ético-político dos/as assistentes sociais, que devem atuar como agente de transformação social, promovendo a justiça social e a defesa dos direitos humanos em todas as intervenções da rede.

2.2 A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO COMO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS

O projeto de intervenção “A qualidade da informação como acesso aos direitos sociais” realizado durante o estágio curricular obrigatório na Secretaria de Município de Desenvolvimento Social que é responsável pela gestão do SUAS no município de Santa Maria⁵ decorre da necessidade de tornar mais acessíveis as informações sobre os direitos sociais dos cidadãos, em especial aqueles específicos para a área da assistência social. Em particular, este projeto tem como objetivo a implantação da cartilha “Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria” na rede socioassistencial da cidade, de forma a disseminar informação de qualidade e confiável que oriente o acesso aos serviços e programas socioassistenciais.

A visibilidade das políticas sociais, baseada no acesso e democratização da informação, é um desafio a ser enfrentado na promoção dos direitos sociais. No Brasil, o acesso às informações dos órgãos públicos é garantido pela Constituição Federal 1988 (artigo 5º, incisos XIV e XXXIII) e pela Lei (9.784/1999, artigo 2º, § único, inc. V). O direito à

⁵ Realiza o planejamento, a coordenação, a execução e o monitoramento das ações da assistência social.

informação não se restringe ao que consta nas repartições públicas, mas também na obrigação do Estado em produzir a informação, quando inexistente.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Com isso, a informação aparece como um direito fundamental, portanto a informação pode ser considerada uma cidadania, devendo existir mecanismos para esse acesso. Ao fornecer informações, é possível orientar os/as usuários/as a compreenderem suas situações, identificarem suas necessidades e explorarem as opções disponíveis para atender a essas necessidades. Isso permite que os/as usuários/as tenham maior autonomia e participação ativa na busca de soluções para seus problemas.

A qualidade da informação está diretamente relacionada à transparência e à ética na prestação dos serviços. Os/as usuários/as têm o direito de receber informações claras e compreensíveis sobre os serviços disponíveis, seus direitos e deveres, os critérios de elegibilidade e os procedimentos envolvidos. Isso permite que os/as usuários/as tenham uma visão clara e realista das possibilidades e limitações dos serviços oferecidos.

O papel do/a assistente social é garantir que o indivíduo tenha acesso a informações claras e precisas sobre seus direitos. Isso é essencial para que ele possa utilizá-los em sua própria proteção. O/a assistente social, através da prática reflexiva, incentiva o usuário a refletir sobre seus direitos e a lutar pelo direito à informação. A informação é um conteúdo político e uma ferramenta técnica importante na prática do Serviço Social.

Segundo o Código de Ética do Serviço Social atribui a democratização da informação como estratégia e ferramenta de intervenção da profissão no seu Artigo 5º, nos incisos b, c, d, e, e f.

- b. Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste código;
- c. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e. Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f. Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Ao utilizar esse conhecimento, o/a profissional fortalece as relações democráticas e qualifica os direitos, políticas e serviços. Isso inclui o conhecimento dos direitos institucionais e constitucionais dos/as usuários/as, levando em consideração sua experiência de vida, comportamento, valores e opiniões.

A cartilha “Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria” foi produzida com o objetivo de socializar informações sobre os direitos sociais vigentes e orientar os cidadãos e usuários da assistência social sobre como acessá-los. Ela contém informações claras e objetivas sobre os serviços, programas e benefícios oferecidos pelo SUAS no município, suas formas de acesso e os procedimentos necessários para acessá-los.

A implantação dessa cartilha na rede socioassistencial é necessária, visto que isso aumentará a visibilidade das políticas sociais e garantirá o acesso aos direitos sociais dos cidadãos. Sua distribuição foi realizada por meio eletrônico para a rede socioassistencial e instituições do município. Essa iniciativa é importante para garantir que as informações cheguem ao maior número possível de pessoas que precisam desses serviços. A disponibilização da cartilha em formato digital também é uma forma de democratizar o acesso à informação. Isso porque muitas pessoas não têm acesso a materiais impressos ou não têm condições financeiras para adquiri-los.

Portanto, a cartilha informativa sobre os programas e benefícios vinculados e não vinculados ao CadÚnico e os serviços da rede SUAS no Município de Santa Maria é uma importante ferramenta para a promoção dos direitos sociais dos cidadãos. Ela pode ajudar a

esclarecer dúvidas sobre os serviços oferecidos pelo SUAS no município, bem como orientar as pessoas sobre como acessá-los.

Diante da realização da revisão sobre as informações prestadas no material, no dia 16/01/2023 finalmente foi efetuado o envio para a rede socioassistencial e instituições do município de Santa Maria sendo elas:

Tabela 1: Rede socioassistencial e instituições do município de Santa Maria/RS.

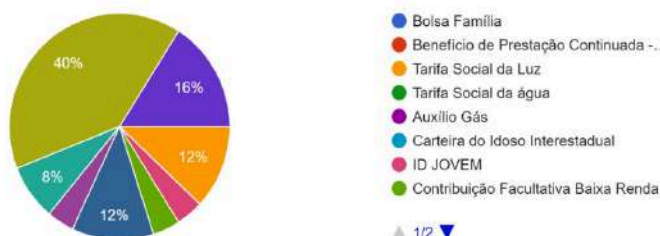
REDE SOCIOASSISTENCIAL E INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS	
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Casa Civil
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS OESTE, LESTE, NORTE	Centro de Referência da Mulher – CRM
Defensoria Pública Estadual	Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Santa Maria
Casa de Passagem Maria Madalena	Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Conselhos Tutelares (OESTE, CENTRO, LESTE)	Conselho Municipal do Idoso
Casa 13	GT POP Rua (SMDS)
Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Curso Serviço Social – UFSM
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/UFSM
Secretaria Municipal de Saúde	Centros de Atenção Psicossocial Infantil – CAPS Infantil (O Equilibrista)
Câmara dos Vereadores Do Município de Santa Maria	CAPS – Álcool e Drogas II Caminhos do Sol
8ª Coordenadoria da Educação (Escolas Estaduais)	CAPS – Álcool e Drogas Companhia do Recomeço
Centro Social Marista	CAPS II – Prado Veppo
Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável – SAEMA	Secretaria Municipal da Educação – SMED (Escolas Municipais)
Lar de Miriam	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Maria – CEDEDICA
Rede Norte (Educação, Saúde, Assistência, etc..)	Lar Vila Itagiba
Rede Oeste (Educação, Saúde, Assistência, etc..)	Secretaria de Município de Desenvolvimento Social
Santa Maria ACOLHE	Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas
Secretaria de Município de Esporte e Lazer	

Fonte: Elaborada por MATTOS, V. V., 2023.

Conforme o alcance da cartilha entre os serviços, foi elaborado um formulário-em questão que teve como objetivo coletar informações sobre o conhecimento dos benefícios e programas vinculados ao CadÚnico citados na cartilha “Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria”. O formulário foi elaborado utilizando o Google Forms como ferramenta para coleta de dados e encaminhado para os profissionais e instituições acima mencionadas e para as turmas de estudantes regularmente matriculados no curso de Serviço Social da UFSM sendo em setembro finalizado, totalizando 25 formulários respondidos sendo um total de 58,13 % dos formulários respondidos.

Figura 1

Dos benefícios e programas vinculados ao CadÚnico citados na cartilha, qual deles você não tinha conhecimento?
25 respostas



Fonte: Pesquisa sobre a cartilha "Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria"

As respostas obtidas foram analisadas e interpretadas para identificar as possíveis lacunas no conhecimento dos/as profissionais sobre os serviços, programas e benefícios vinculados ao cadastro único, benefícios eventuais, as cozinhas comunitárias e a carteira intermunicipal da pessoa com deficiência. Abaixo, apresenta-se os gráficos referentes às respostas obtidas pelo formulário aplicado:

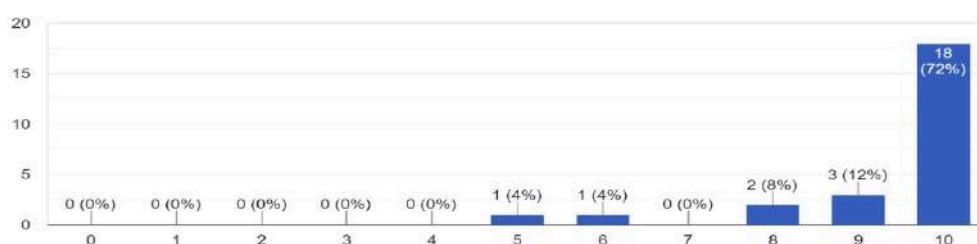
De acordo com as respostas dos participantes, a cartilha trouxe informações sobre uma grande variedade de benefícios e programas relacionados ao CadÚnico. 16% dos participantes já afirmou conhecer todos os benefícios e programas indicados no material, o que sugere que a cartilha atingiu seu objetivo de informar. Entretanto, 84% dos participantes disseram ter

conhecido alguns benefícios e programas apenas após terem lido a cartilha, o que pode indicar que ela foi útil para divulgar informações sobre esses tópicos para essas pessoas.

Os resultados da pergunta sobre o nível de conhecimento dos serviços oferecidos pela rede SUAS mostraram que 92% dos participantes da pesquisa possuíam um bom conhecimento sobre os serviços dessa rede. Isso sugere que essas pessoas estão familiarizadas com as possibilidades de assistência e serviços prestados, o que pode aumentar o acesso aos serviços, visto que o conhecimento é fundamental para esse processo. No entanto, 8% dos participantes informou ter conhecimento limitado sobre os serviços oferecidos pela rede SUAS, diminuindo a necessidade de melhores estratégias de difusão de informações e promoção do acesso aos serviços.

Figura 3

De 0 a 10 qual o seu nível de satisfação em relação a cartilha "Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria"?
25 respostas

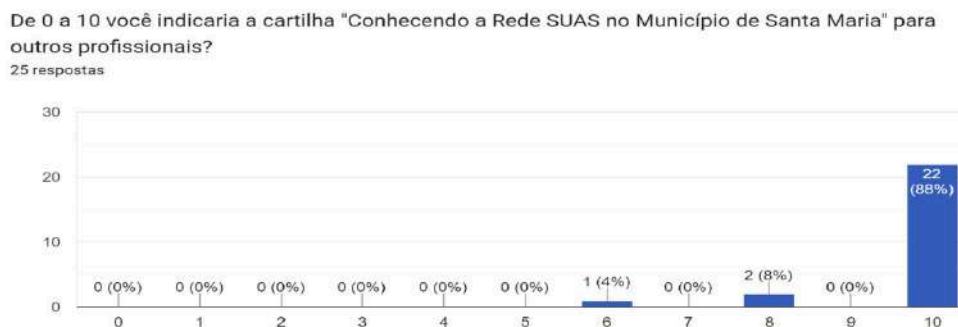


Fonte: Pesquisa sobre a cartilha "Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria"

A pergunta sobre o nível de satisfação dos participantes com a cartilha “Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria” revelou que 92% dos participantes estavam bastante satisfeitos com ela. Os participantes deram notas altas à cartilha, mostrando que cumpriu seu objetivo de fornecer informações confidenciais e úteis sobre a Rede SUAS para o público interessado. As respostas positivas sugerem que a cartilha foi eficaz na promoção do conhecimento sobre os programas, serviços e benefícios da Rede SUAS, e em divulgar

informações sobre os serviços prestados pela rede de uma forma acessível ao público que a utilizou.

Figura 4



Fonte: Pesquisa sobre a cartilha "Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria"

A pergunta sobre a intenção dos participantes em recomendar a cartilha “Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria” para outros profissionais revelaram que 96% dos participantes estariam dispostos a indicá-la para outras pessoas, indicando que a cartilha é considerada uma fonte útil de informações sobre a rede SUAS, e que muitos estariam interessados em indicá-la a outros profissionais. A indicação da cartilha pode ser uma fonte importante de distribuição de informações confiáveis e úteis sobre a rede SUAS, contribuindo para a melhoria no acesso aos serviços prestados.

Com base nas respostas dos profissionais, estudantes e instituições, pode-se concluir que a cartilha "Conhecendo a rede SUAS no município de Santa Maria" é uma ferramenta útil para aumentar o conhecimento sobre os serviços oferecidos pela rede SUAS. A maioria dos participantes já tinha algum conhecimento prévio, mas ficaram satisfeitos com o conteúdo da cartilha e recomendariam para outros profissionais. Embora as respostas sejam limitadas, elas sugerem que a cartilha pode ajudar os profissionais a entender melhor como acessar e utilizar os serviços da rede SUAS. No entanto, são necessárias mais pesquisas para avaliar sua eficácia. A cartilha não foi apresentada aos usuários, pois seu objetivo era capacitar os trabalhadores do SUAS para repassar as informações aos usuários. Para os estudantes de

Serviço Social da UFSM, a cartilha teve o objetivo de conhecer e ampliar o conhecimento sobre a rede SUAS e a política de assistência social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conteúdo apresentado na cartilha “Conhecendo a Rede SUAS no Município de Santa Maria”, podemos concluir que a democratização da informação é um fator chave para a promoção da inclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A cartilha se apresenta como uma ferramenta importante para garantir o acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais, promover uma cultura de participação e diálogo entre os usuários e os trabalhadores do SUAS.

Porém, o trabalho em rede na assistência social apresenta desafios que precisam ser superados, como a necessidade de articulação entre diferentes setores, instituições e atores, uma superação de preconceitos e estereótipos, além da necessidade de desenvolver habilidades interpessoais dos profissionais. É fundamental investir na formação dos profissionais envolvidos no trabalho em rede na assistência social, visando garantir uma atuação mais comprometida e efetiva na garantia dos direitos sociais do público-alvo desta política social pública. Em resumo, a cartilha apresentada é uma importante fonte de informação e pode contribuir para a promoção dos direitos sociais na cidade de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023.

_____. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.** Brasília, DF: Presidência da República, [2021c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm. Acesso em: 16 set. 2023

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004. Disponível em: Acesso em: 18 set. 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 15 de março de 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023

FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Orgs.). **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Coleção CEGOV. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

MATTOS, Valesca Vargas. **A qualidade da informação como garantia de acesso aos direitos sociais**: cartilha “Conhecendo a rede suas no município de Santa Maria”. Orientador: Rosane Janczura. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Graduação Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Maria, [S. l.], 2023.

SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.87. São Paulo: Cortez, 2006.

AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

AMBULATORIO MUNICIPAL DE ATENCIÓN A LA POBLACIÓN LGBTQIAPN+Y LAS POSIBILIDADES DE INTERVENCIÓN POR PARTE DE LA ASISTENTE SOCIAL

Lisiane Pinto Correia⁶
Karine Lucero Carvalho⁷
Bárbara Nunes Domingues⁸
Lins robalo⁹

Resumo: O presente artigo evidencia o trabalho do assistente social na saúde mental, em especial no Ambulatório Municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+ (Pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais), em uma cidade do interior do RS. Estudo de caráter qualitativo, possui como fundamentação teórica o materialismo histórico-dialético para conduzir as discussões dos processos de trabalho permeados de contradições e desafios no âmbito da saúde mental. Especialmente no atendimento à população LGBTQIAPN+ que é historicamente estigmatizada, silenciada e vulnerabilizada. O Serviço Social é fundamental neste processo, pois possui como direcionamento ético a defesa intransigente dos direitos humanos, garantias estas tão caras para o público em questão e toda a complexidade que envolve a saúde mental e as definições e garantia de liberdade na cena contemporânea.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+, Serviço Social, Saúde Mental.

Resumen: Este artículo destaca el trabajo de los trabajadores sociales en salud mental, especialmente en el Ambulatorio Municipal que atiende a la población LGBTQIAPN+ (Lesbianas, Gays, Bi, Trans, Queer/Cuestioning, Intersex, Asexual/Aromantic/Agender,

⁶Assistente Social (Serviço Social UFSM/CCS/Santa Maria/RS/BR). Residente em Saúde Mental (Residência Multiprofissional UFN/Santa Maria/RS/BR) Santa Maria/RS/BR. E-mail: correialisiane@gmail.com.

⁷Assistente social (Unipampa/CCS/São Borja/RS/BR) Mestre em Ciências da Saúde (UFSM/CCS/Santa Maria/RS/BR) - Assistente social Hospitalar, Santa Maria/RS/BR. E-mail: assistentesocialkarine@gmail.com.

⁸ Assistente Social. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PUCRS). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política (PUCRS/Bolsista CAPES/PROEX) e no Programa de Política Social e Direitos Humanos (UCPEL). Docente no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: nunesbarbara1@gmail.com.

⁹ Mestre em Ciências Sociais pela Puc Rio Grande do Sul (2011/12), Especialista em Políticas em Violência Intrafamiliar pela Universidade Federal do Pampa (2012/13), graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (2010). Com Formação no Curso Normal com habilitação à Docência. Profissional com artigos publicados e participação em livros, com experiência na criação e aplicação de projetos sociais, atuante dos Movimentos Sociais voltados a discussão de gênero, sexo, LGBTT e identidade cultural. E-mail: linsrobalo@gmail.com.

Pan/Poly, No-binaries y más), en una ciudad del interior de RS. Se trata de un estudio cualitativo, que tiene como base teórica el materialismo histórico-dialéctico para realizar discusiones sobre procesos de trabajo permeados por contradicciones y desafíos en el campo de la salud mental. Especialmente cuando se atiende a la población LGBTQIAPN+, la cual es históricamente estigmatizada, silenciada y vulnerable. El Servicio Social es fundamental en este proceso, ya que su dirección ética es la defensa intransigente de los derechos humanos, garantías apreciadas por el público en cuestión y toda la complejidad que involucra la salud mental y las definiciones y garantías de la libertad en el escenario contemporáneo.

Palabras-clave: LGBTQIAPN+, Trabajo Social, Salud Mental.

1. INTRODUÇÃO

O assistente social é um profissional inserido na divisão sociotécnica do trabalho¹⁰, influenciando e sendo influenciado pelo espaço que ocupa. Tem a prática regulamentada pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993 (lei de regulamentação da profissão), bem como é um profissional que tem sua atuação direcionada pelas premissas do Código de Ética (1993) e Projeto Ético Político.

Dentre os diferentes espaços ocupacionais que o Assistente Social está inserido, o seu objeto de trabalho será sempre atuar junto às diferentes formas da questão social, encontrando e incitando a população usuária às formas de resistência e rebeldia, e viabilizar o acesso às políticas públicas, garantindo a cidadania. As expressões da questão social sempre estiveram presentes nas civilizações mundiais, em cada período com suas características próprias nos diferentes modos de produção e relações sociais. Porém com a expansão do capitalismo, vivencia-se na atualidade, as formas mais nocivas de expressões da questão social já vividas. O que Iamamoto denomina a: “Renovação da velha questão social sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução” (Iamamoto, 2001, p. 28). Sendo elas: todos os tipos de negligências, maus-tratos e violências.

¹⁰ Divisão social do trabalho é um termo cunhado por Karl Marx para designar a especialização das atividades presentes em todas as sociedades complexas, são atividades necessárias para a reprodução da vida, é o caráter específico do trabalho humano. A divisão sociotécnica do trabalho é típica do modo de produção capitalista, é a fragmentação de uma especialidade produtiva e resulta em uma grande quantidade de operações executadas por trabalhadores individuais em cada tarefa. (Pires, 2023)

A presente análise tem por objetivo evidenciar o trabalho do assistente social na saúde mental, em especial em um ambulatório municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+¹¹ (Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais), em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. Cabe dizer que este espaço socio-ocupacional, não possui o profissional Assistente Social contratualizado na sua equipe multiprofissional, assim, esta análise parte da atuação do residente multiprofissional em saúde mental da Universidade Franciscana no período de março do corrente ano até o momento desta escrita.

Portanto, o presente artigo além de apresentar à população geral a práxis do Serviço Social junto à população LGBTQIAPN+, busca orientar e problematizar a atuação profissional dos assistentes sociais com este público e desmistificar atuações “conservadoras e assistencialistas” agregadas culturalmente à gênese da profissão para profissionais de outras áreas. Sendo assim, busca-se explicar as competências, atribuições e as possibilidades de intervenção profissional do assistente social neste campo.

Para isto, este estudo está estruturado em três partes: A primeira irá remontar a trajetória do assistente social no Brasil, logo, apresentar o Ambulatório Transcender enquanto um serviço de saúde especializado dentro da política de saúde mental do município, evidenciando as especificidades do serviço e o olhar singular da profissão e por fim, concluir apontando as potencialidades que podem ser exploradas e desenvolvidas pelo profissional no serviço.

2. A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930, sob influência do serviço social americano, altamente vinculado à igreja católica. O país vivia um momento de grandes

¹¹Neste trabalho será utilizada a sigla LGBTQIAPN+ em consideração e homenagem à luta dos movimentos sociais desta população, embora a Política Nacional de saúde integral apresenta somente a sigla LGBT+ (Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), mas os serviços incluídos nesta política, assistem a toda pessoas que os acessam e se identificam com a Política.

reivindicações por parte da classe trabalhadora, que lutava por melhores condições de trabalho e justiça social. Nesse embate, a classe dominante e o Estado, por meio da igreja católica, no intuito de defender seus interesses e manter a harmonia social, passou a oferecer cursos de desenvolvimento de ações sociais para moças de famílias tradicionais, as chamadas “damas da caridade” (Martinelli, 2000).

Criou-se então o Curso Intensivo de Formação Social para Moças sob influência da corrente positivista, onde se trabalhava o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Com uma prática altamente higienista, essa abordagem permaneceu durante as décadas de 40 e 50, realizando atendimentos individuais e focalizados, desvinculado da prática reflexiva. É essa a “identidade atribuída” na qual Martinelli (2000) se refere:

Assim, o conjunto de expressões que se tem como manifestações específicas de sua prática, são exteriorizações de sua identidade atribuída. Envolvendo seus agentes na ilusão de servir e seus destinatários de sua prática na ilusão de que eram servidos, a classe dominante procurava mascarar as reais intenções do sistema capitalista, impedindo que este se tornasse transparente. (Martinelli, 2000, p. 67)

As décadas de 60 e 70, momento político em que o Brasil passava pela ditadura, levaram os profissionais a repensarem os objetivos da atuação profissional, iniciou-se então, o Movimento de Reconceituação da Profissão. O Serviço Social buscou alterar o modo tradicionalista de atuação, movimento que culminou no Congresso da Virada, em São Paulo, 1979, marco histórico do Serviço Social no Brasil, onde ocorreu a ruptura da profissão com o conservadorismo (Casali *et al*, 2013). A profissão passou a fazer parte das Ciências Sociais e a desenvolver sua prática com características políticas de esquerda, participando ativamente, na década de 80, do processo de redemocratização no país, reforma sanitária e psiquiátrica, finalizando na implementação do Código de Ética de 1993, seguido até os dias atuais.

O Assistente Social é um profissional que atua diretamente com as políticas públicas, é responsável pela gestão, planejamento, desenvolvimento e avaliação de políticas, projetos e programas sociais nas mais diversas áreas. E pode atuar no desenvolvimento pesquisas nas áreas da saúde, assistência, educação, previdência, entre outras. Trabalha em conjunto com a

população usuária no enfrentamento das expressões da questão social¹² e na mediação das relações sociais de poder, viabilizando o acesso da população aos seus direitos. Direcionado pelo Código de Ética de 1993 contemplando duas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A dimensão teórico-metodológica se apoia na teoria social crítica¹³ e compreende a interlocução entre história, teoria e método para o desenvolvimento de um conhecimento que apreenda a realidade no movimento histórico-dialético. Nessa direção, a profissão, de acordo com Benevides (2018, p. 09):

Parte do entendimento de que a história não se resume a um compilado de fatos sequências pré-determinados pela fatalidade casual, mas, resulta das relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas pelas sociedades na qual o Serviço Social está inserido, portanto, faz-se necessário compreender e interpretar as determinações históricas e as multicausalidades. (Benevides, 2018, p. 9)

Desse modo, o Serviço Social possui enquanto fundamentação teórica o método dialético crítico para interpretar a sociedade e a história, na análise crítica do movimento real, as contradições existentes nos processos sociais, políticos e econômicos, a totalidade concreta e as particularidades da realidade brasileira que subsidiam a emergência das expressões da questão social.

A dimensão ético-política é o balizador da prática profissional, compreende uma atuação propositiva, comprometida com os objetivos e com a defesa dos direitos dos usuários. Institui-se na década de 1980, quando a profissão rompe com a alienação e nega a identidade atribuída pelo capitalismo, posicionando-se então, a favor da classe trabalhadora e por uma nova configuração de sociedade. Em relação a esta dimensão o Código de Ética se refere no princípio VIII: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de

¹²Expressões da questão social são as contradições que se apresentam na sociedade contemporânea, fruto da relação capital x trabalho. É uma perspectiva de análise da sociedade a partir da análise das desigualdades, o que essas desigualdades produzem e o impacto dessas desigualdades na subjetividade. “[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”. (Carvalho; Iamamoto, 1983, p. 77)

¹³Teoria social crítica fundamenta-se na teoria social de Marx e analisa a emergência da burguesia, bem como as bases de produção e reprodução das desigualdades na sociedade capitalista, a partir do método crítico-dialético como forma de interpretação do contexto sócio-histórico que os sujeitos estão inseridos. (Benevides, 2018, p. 9.)

uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, p. 24).

A dimensão técnico-operativa é a materialização dos princípios e diretrizes no trabalho do assistente social, compreende o instrumental técnico utilizado pelo profissional na sua prática. Condensa, assim, todas as dimensões já expostas que se constituem como mecanismos de fortalecimento e desenvolvimento de habilidades essenciais para o exercício profissional. Contudo, essa análise crítica da realidade não surgiu organicamente, é resultado de muitas lutas dos movimentos sociais e anos em que a atuação profissional se submetia sem reflexão e/ou resistência aos domínios da ordem burguesa (Paula, 2009, p 25)

Na contemporaneidade, o Serviço Social segue na luta pela garantia dos direitos da sua população usuária em diferentes espaços de atuação. Com o passar das décadas, os modos de produção e as relações sociais sofreram mudanças com a chegada do modernismo, do capitalismo e do neoliberalismo, e diante disto as expressões da questão social também ganharam novas “roupagens”. Impondo ao Serviço Social atualizações e estratégias de atuação a fim de assistir a população nas suas diversas demandas, vulnerabilidades e fragilidades. Em suma é a “Renovação da velha questão social sob outras roupagens e novas condições socio-históricas de sua produção/reprodução” (Iamamoto, 2001, p. 28).

3. CONTEXTUALIZANDO O AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

O ambulatório municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+ é um serviço público de saúde voltado para esta população usuária da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais (LGBT), com ênfase no “T” devido ao processo transexualizador (PT). Faz parte da política de saúde mental, no âmbito da atenção especializada, de uma cidade do interior do RS e iniciou suas atividades no ano de 2020. O trabalho é desenvolvido por uma equipe que compreende dois psicólogos, uma enfermeira, um técnico em saúde mental, um psiquiatra e um médico clínico geral. O serviço também é campo de estágio para o curso de Psicologia de diferentes instituições do município e para

Residentes da ênfase de saúde mental vinculados à Universidade Franciscana (UFN): Psicologia e Serviço Social.

As atividades desenvolvidas são regulamentadas pela Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o processo transsexualizador no Sistema Único de Saúde (Brasil, 2013) e na Política Nacional de Saúde Integral à Saúde de LGBTs (Brasil, 2011). No projeto deste serviço, os custos para o funcionamento devem ser previstos no Plano Municipal de Saúde, sendo de responsabilidade do município, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, definir e elaborar o planejamento necessário para execução desta política.

Cabe destacar que este serviço é fruto de reivindicações da população de homens transexuais do município que sentiam a necessidade de ter um espaço especializado em atender suas necessidades. O projeto de instalação do ambulatório foi uma proposição da ONG Igualdade e demais entidades que representam o público LGBTQIAPN+ no município, sendo o projeto aprovado em 2019, e o início das atividades a partir de janeiro de 2020. Inicialmente eram disponibilizados 10 atendimentos a cada quinze dias (inicialmente acolhimento, atendimento psicológico e encaminhamentos para a rede). A partir de 2021 os atendimentos se constituíram de modo multiprofissional pela equipe supracitada neste trabalho, que compõem o serviço.

O público atendido no serviço são moradores do município, inclusive crianças e adolescentes, além de maiores de 18 anos, familiares destes e/ou responsáveis e companheiros(as) de pessoas LGBTQIAPN+. Além do atendimento direto de portas abertas, o serviço também desenvolve ações, entre elas, o matriciamento em serviços da rede municipal de diferentes políticas e públicos interessados na temática, e como se dá o acolhimento, atendimentos, encaminhamentos e fluxos na rede de saúde. Segundo o projeto do ambulatório, o objetivo principal do atendimento é auxiliar as pessoas, usuárias ou não, a ressignificar e construir uma identidade de forma ampla, podendo incluir também as identidades de gênero e os aspectos sexuais no seu sentido amplo, ou seja, acolher, auxiliar e reconhecer as necessidades específicas dos usuários LGBTQIAPN+.

Atualmente o ambulatório desenvolve várias atividades de promoção, prevenção e recuperação da saúde por meio de serviços oferecidos como: grupo com adolescentes, grupos

de afirmação de gênero para adultos, arteterapia, psicoterapia individual, acompanhamento psiquiátrico, clínico geral e consulta com Enfermagem, atividades que visem a psicoeducação e fortalecimento das redes através do matriciamento e de cursos de capacitação voltado para gestores das escolas e equipes da atenção básica. As redes sociais também são parte importante no acesso à informação, pois através do *instagram*, muitos usuários buscam ter o primeiro contato com o espaço.

O serviço é considerado “portas abertas”, ou seja, os atendimentos se dão por demanda espontânea e não é necessário encaminhamento de outros serviços para garantir o atendimento, contudo, os outros equipamentos podem encaminhar usuários. O primeiro contato se dá com o acolhimento, momento de escuta onde o profissional compreende o motivo que o levou a buscar o serviço, sua demanda e contexto sócio-familiar, a partir de então é encaminhado para participar dos grupos, da psicoterapia ou se deseja para a hormonização¹⁴.

O processo transexualizador não é realizado no ambulatório, este é garantido pelo SUS em outro serviço da rede, com consultas com Endocrinologista, Psiquiatria e acompanhamento psicológico. Este serviço diferente do ambulatório, é regional, subsidiado por recursos do estado, através do “programa Assistir” e atende também os municípios da região, com acesso por meio do sistema nacional de regulação (SISREG), já o ambulatório municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+ realiza encaminhamento direto por ser no mesma rede de saúde municipal.

4. AS POTENCIALIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

O ambulatório municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+ é um espaço em constante transformação, buscando prezar por um atendimento com qualidade, humanizado e resolutivo às demandas dos seus usuários. Isto dentro de um contexto

¹⁴ Processo em que se utilizam hormônios para a pessoa trans desenvolver mais características da sua identidade de gênero.

contemporâneo, com desafios importantes na garantia da cidadania da população em geral, mas principalmente desta em particular, usuária do serviço, historicamente e culturalmente excluída. E é neste cenário que o Assistente Social, tem um espaço potencializador para a prática de estratégias que auxiliem na intervenção junto a realidade, buscando ações que os empoderem, e os integrem nos diferentes espaços da sociedade. Em relação a atuação do Serviço Social na saúde mental:

[...]. a inserção do Serviço Social na saúde mental não é marcada por especificidades dos saberes “psi”, já que carregam a marca “social” da profissão, possibilitando a construção de ações que contribuam para viabilizar direitos dos usuários, sendo também parte do processo de reinserção social. Neste sentido, a atuação crítica do assistente social nesta política distancia-se das chamadas práticas terapêuticas ou do chamado Serviço Social Clínico [...] (Trindade, et al, 2018, p. 6)

Desse modo, a práxis do assistente social na saúde mental, ou em qualquer outro espaço, se materializa por meio da intervenção na realidade, atuando nas expressões da questão social, com os aspectos sociais inerentes à saúde mental com o objetivo de identificar e minimizar as vulnerabilidades e riscos sociais presentes na história dos sujeitos. Trata-se da intervenção com os usuários e suas famílias, orientando e “conectando” os pontos de atenção das redes de saúde, assistência, educação e outras de forma intersetorial às demais políticas públicas, serviços, projetos e programas sociais. Para tanto, é necessário que a atuação profissional seja alinhada ao Projeto Ético Político e ao Código de Ética da profissão a partir da perspectiva da realidade que esses usuários estão inseridos.

Assim no ambulatório municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+, o Assistente Social atuaria, entre outras, em quatro categorias principais a serem explanadas no decorrer do texto: o empoderamento e a autonomia do sujeito e do seu núcleo familiar como já citado no parágrafo anterior, o trabalho intersetorial do Assistente Social como articulador do trabalho em rede, a atuação do Assistente Social em movimento sociais como forma de incitar a resistência e a rebeldia e o profissional viabilizando e efetivando a educação permanente em saúde em prol da temática (identidades de gênero), direitos e execução da política LGBT.

Em relação a intersectorialidade, destaca-se o seu carácter polissêmico e até mesmo banalizado. Pois, tornou-se usual sua utilização para definir “ações” “articuladas” e “reuniões de rede” sem aprofundar e problematizar seu significado no âmbito das políticas públicas sociais. Esta categoria não se limita a articulação, e contato da rede intersectorial, mas o trabalho intersectorial no âmbito das políticas públicas corresponde a:

[...] vai além da mera articulação entre os setores institucionais consistindo, sobretudo, no planejamento das políticas tendo como princípio o coletivo de sujeitos, tanto profissionais, como usuários, de modo que sejam enfrentadas, a partir dessa premissa, as práticas profissionais burocratizadas, hierarquizadas para que seja alcançado a ampliação dos direitos, a garantia do acesso e a integralidade no atendimento (Rodrigues, Oliveira, 2017, p.6).

A intersectorialidade está presente tanto no Sistema Único de Assistência Social-SUAS quanto no Sistema Único de Saúde-SUS, sendo estas as políticas que mais empregam os assistentes sociais, portanto, maior campo de atuação profissional. Considerando também a rede parceira que constitui a extensão destes equipamentos públicos. Portanto, a intersectorialidade é fundamental na garantia de direitos e integralidade do atendimento no âmbito da saúde mental, tendo em vista as implicações dos determinantes sociais de saúde que condicionam a saúde/saúde mental e bem-estar da população atendida.

Nenhuma política consegue dar conta das demandas e necessidades da população, por isto a necessidade deste trabalho articulado intersectorialmente, que ultrapasse práticas viciadas na burocratização, que limitam seu alcance a depender de coleguismos e relações personalizadas. O trabalho junto às expressões da questão social, exige ações humanizadas, mas também profissional. Pois, independente do profissional e da relação estabelecida com ele, o que deve prevalecer é o interesse e os direitos da população atendida.

Considerando a sua realidade no território e as complexidades apresentadas cotidianamente, que também exigem uma articulação teórico-prática para a compreensão da realidade e proposições de estratégias de resistência e transformação. É inquestionável que o serviço social deve estar articulado ao projeto coletivo, pois a garantia dos direitos sociais, historicamente, somente ocorreu com muita mobilização e resistência.

Desse modo, a saída é coletiva e estes espaços precisam ser tensionados e mobilizados. Sendo os movimentos sociais os espaços ideais para estas articulações, do projeto profissional com os projetos coletivos, que a categoria também faz parte enquanto classe trabalhadora. A articulação do serviço social com os movimentos sociais ocorre a partir do “[...] “congresso da virada” e a articulação e aproximação com os movimentos sociais e os sindicatos constituiu um marco para o desenvolvimento do projeto ético-político profissional nos anos 1990” (Duriguetto, Bazarelo, 2015, p. 138).

Os movimentos sociais foram desde então presentes e articulados com os assistentes sociais, que foram também fundamentais na mobilização e garantia dos direitos sociais. Na cena contemporânea tem-se a fragilização dos movimentos e da participação dos assistentes sociais nestes espaços, contudo:

[...] faz-se necessária a ênfase em uma rearticulação do movimento em suas bases. A importância de garantir espaços de discussão política no cotidiano dos serviços de saúde mental e o incentivo à criação e ao fortalecimento de associação de usuários e familiares são compreendidos como o caminho para a construção do protagonismo de seus atores. Não há luta sem consciência política e a consciência do potencial de transformação determina o protagonismo. Desta forma, entende-se tal ação como [...] estratégia de cuidado – de garantia do cuidado como emancipação [...] Esta emancipação está voltada, não apenas aos usuários, mas também aos trabalhadores [...] esta ferramenta nos permite sair do lugar de espectadores passivos para um outro, onde se possa tomar as rédeas de nossos caminhos e escolhas no campo individual e coletivo. (Guljor, Amarante, 2017, p. 654-655)

Ou seja, a sua atuação é multiprofissional e intersetorial, de caráter multidimensional, com o dever de pensar as diferentes vulnerabilidades do sujeito dentro dos mais variados contextos e a integralidade do cuidado através das práticas em território. Isso se dá através da articulação com a rede, encaminhamentos e a viabilização do acesso dos usuários aos direitos sociais, contribuindo para o pleno desenvolvimento da cidadania. Atividades estas que já são desenvolvidas e são intrínsecas desde o projeto pioneiro do ambulatório e da sua ideação partindo de movimentos sociais.

Sendo assim, favorece ao assistente social, e é importante deixar aqui registrado, da contratação de um profissional para compor a equipe multiprofissional do serviço, que hoje conta com o cumprimento de carga horária de uma residente em saúde mental. De forma alguma, pretende-se desvalorizar o trabalho desta profissional em formação de especialização,

mas a relevância de um profissional com vínculo efetivo, traria diversos ganhos tanto para o serviço, como para o usuário e a população em geral frente a fomentação de espaços de lutas, participação e controle social e comprometimento com a causa.

Pois se tem na atuação do Assistente Social a tarefa de atuar neste espaço, como principal articulador intersetorial, juntamente com os dispositivos do território e socializar conhecimentos sobre saúde mental e demais direitos, além de desenvolver estratégias que possibilitem percepção dos usuários sobre a realidade e sua participação ativa na sociedade, haja vista, ao amplo conhecimento sobre as políticas e das necessidades dos sujeitos que o profissional tem.

Com esse aparato teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social, que outro destaque de atuação deste profissional é que ambulatório municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+ se torna também um campo ímpar para a execução da educação permanente em saúde a ser realizada pelo Serviço Social, haja vista que:

Considera-se que a EPS é uma estratégia que potencializa a integração ensino-serviço e a busca de respostas aos problemas, provocando interesses na participação de grupos e atividades, em temáticas de novas pesquisas científicas, de participações em eventos científicos, projetos e atividades. E, sobretudo, o exercício da EPS possibilita problematizar interesses, sentimentos, e integrar os sujeitos para o desafio coletivo de aprender a (re)construir saúde. (Sarreta et al, 2015, p. 24)

E assim se torna possível, através dos grupos e da criação de dispositivos de interesse e fortalecimento de parcerias com os movimentos sociais, buscar estratégias que incentivem a população LGBTQ+ a ocupar o espaço, transformando-o em um espaço de convivência, onde os usuários se sintam seguros para expor seus sonhos, dores e aspirações. Além disso, também pode incentivar o controle social através do compartilhamento de informações e a organização dos usuários e famílias na participação social nos conselhos, conferências e espaços de decisão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a apresentação do trabalho, visualizou-se que o ambulatório municipal de atendimento à população LGBTQIAPN+ é um espaço com um grande potencial para a prática profissional do Assistente Social. Contudo é necessário que o profissional tenha uma postura propositiva em suas ações, que além de gestão, seja executor das propostas de mudanças, por meio das suas competências, atribuições, conhecimentos singulares, atuando de forma multiprofissional para promover a autonomia do sujeito. Ciente dos desafios do espaço, mas explorando suas potencialidades.

A maioria das atividades anteriormente expostas já são desenvolvidas no ambulatório, isso indica que a equipe está alinhada pelo mesmo objetivo e que a inserção do profissional Assistente Social de forma efetiva como integrante da equipe, se faz necessária com o intuito de fortalecer o trabalho já está em andamento. Considerando que a atuação profissional do assistente social da saúde se destaca neste espaço a partir da intencionalidade das suas ações, com fins sociais, indo ao encontro das necessidades da população usuária, histórica e culturalmente invisível na sociedade.

Os assistentes Sociais não são simples executores das políticas sociais, sua prática se diferencia na forma de intervenção ideológica na vida dos sujeitos, e no desenvolvimento de ações que possibilitem sua autonomia. As atividades que o ambulatório desenvolve, bem como as demais atividades que serão idealizadas futuramente devem seguir esse propósito e incitar impactos na vida micro e macro do usuário.

Diante do exposto, é evidente a pertinência deste trabalho que corrobora para motivar outros estudos e problematizações sobre o atendimento prestado no município em questão, bem como futuros serviços a serem criados nos demais municípios visando a garantia da cidadania de populações em vulnerabilidade e risco sociais. Sendo imprescindível considerar para além das questões de gênero, também as questões de raça e classe. Pois, as populações historicamente vulnerabilizadas tem lugar e cor.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Geis Oliveira. **Trabalho Profissional e gestão no Serviço Social**: Subsídios teóricos para compreensão da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social. *In*: 16º Encontro Nacional De Pesquisadores Em Serviço Social. XVI, 2018, UFES. **Anais**.

Vitória- ES. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23505>. Acesso em 23 de julho de 2023.

BRASIL. **Código de Ética do assistente social**. Lei Nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. 10.ed.Brasília: CFESS, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria** nº 2.803 de 19 de novembro de 2023. Redefine o processo transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em 29/07/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria** nº 2.836 de 1 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em 29/07/2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. **Brasília**. 1993.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. **Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate**. Temporalis, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 133–155, 2015. DOI: 10.22422/2238- 1856.2015v15n29p133-155. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9414>. Acesso em: 15 out. 2022.

GULJOR, Ana Paula. AMARANTE, Paulo. **Movimentos sociais e luta antimanicomial: contexto político, impasses e a agenda prioritária**. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 242, p. 635-656, set./dez., 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS, ano 2, n. 3, jan./jul. Brasília: Grafile, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

MIRANDA, Monize Rodrigues. FREITAS, Leana Oliveira. **A incompletude das políticas sociais e a exigência da intersectorialidade na garantia de direitos**. II Seminário Nacional

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180110/102_00396.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 nov. 2023.

MIRANDA, Monize Rodrigues. FREITAS, Leana Oliveira. A incompletude das políticas sociais e a exigência da intersetorialidade na garantia de direitos. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180110/102_00396.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 nov. 2023.

PAULA, Luciana Gonçalves. **Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação** / Luciana Gonçalves Pereira de Paula; orientadora: Maria Lúcia Duriguetto – Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2013/04/luciana.pdf>. Acessado em 05 nov. 2023.

PEREIRA Casali, Jessica. et al. Serviço social no Brasil: das décadas de 30 a atualidade. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 3, n. 1, 3 fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/62745#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Social%20surge%20no,de%20trabalho%20e%20justi%C3%A7a%20social>. Acesso em 23 de julho de 2023.

PIRES, Elvira Denise. **Divisão Social do Trabalho**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Verbetes. 2023. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoetra.html#:~:text=Designa%20a%20divis%C3%A3o%20do%20trabalho,car%C3%A1ter%20espec%C3%ADfico%20do%20trabalho%20humano>. Acesso em: 18/07/2023.

SARRETA, Fernanda de Oliveira. ETO, Fumie. BRENTINI, Daiane Cristina dos Santos. NOGUEIRA, Danielle de Oliveira. BISCO, Gabriela Cristina Braga. **Serviço Social e Educação Permanente em Saúde: a potencialidade para integração ensino-serviço**. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, vol. 04, núm. 01, pp. 17-25, 2016. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497950105003/html/>. Acessado em 05 nov. 2023.

TRINDADE, Rosa Lúcia *et al.* **O Serviço Social na Política de Saúde Mental e na Política sobre Drogas na Atualidade**. In: 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL. XVI, 2018, UFES. **Anais**. Vitória- ES. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22967/15504>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: COMO GARANTIR OS DIREITOS HUMANOS?

Raquel Velmud¹⁵
Cibele Almeida de Bitencourt¹⁶

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise do Bolsa Família como forma de garantia de direitos, o qual apresenta como tema o trabalho do assistente social junto ao Programa Bolsa Família, na perspectiva de garantir os direitos humanos. Nesse sentido, problematizam-se as atribuições e competências desses profissionais que atuam neste espaço, de modo que se possa visualizar a contribuição dos mesmos, no que se refere ao trabalho desenvolvido. O Bolsa Família é um dos programas que está vinculado ao Cadastro Único e fonte de renda de diversas famílias brasileiras, está ligado à política de assistência social e é um programa de transferência de renda.

Palavras-chave Bolsa Família, Direitos Humanos e Assistente Social

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el programa Bolsa Familia como una forma de garantizar los derechos. El tema es el trabajo de los trabajadores sociales en el programa Bolsa Familia, con vistas a garantizar los derechos humanos. En este sentido, se problematizan las atribuciones y competencias de estos profesionales que actúan en este espacio, de modo que se pueda ver su contribución al trabajo realizado. Bolsa Familia es uno de los programas vinculados al Registro Único y una fuente de ingresos para muchas familias brasileñas. Está vinculado a la política de asistencia social y es un programa de transferencia de efectivo.

Palabras clave: Bolsa Familia, derechos humanos y el trabajador social;

1. INTRODUÇÃO

A assistência social se desenvolveu em um longo processo, na sociedade brasileira, como forma de benemerência, voltada aos pobres, doentes e incapazes de trabalhar, em que a Igreja católica exercia influência no sentido de “ajudar” e suprir “carências” dessas pessoas. Assim, com a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho, as práticas

¹⁵Assistente Social, Universidade Federal do Pampa, Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. raquelvelmud2@gmail.com

¹⁶ Discente, Universidade Federal do Pampa, Serviço Social, São Borja/RS - Brasil. cibelebitencourt.aluno@unipampa.edu.br

assistencialistas foram assumidas pelo Estado, direcionando-as para a sociedade civil como forma de solidariedade social. As décadas de 1930 e 1940, no governo Vargas, conforme Behring e Boschetti (2007), dá início a organização de políticas sociais no país, num período em que há a regulamentação das relações de trabalho, ou seja, a criação das leis trabalhistas. A primeira grande regulação da assistência social no Brasil foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS - criado em 1938, mas quanto a política de assistência social, possuía ainda um caráter indefinido e instável nas suas configurações. Deste modo, vem adquirir certa centralidade a partir da criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência, em 1942. Esta foi a primeira instituição de assistência social, que conforme Yasbek (2006), tinha como finalidade prestar serviços às famílias dos pracinhas que foram para a guerra, estendendo-se aos segmentos mais pauperizados da sociedade, de maneira emergencial e paliativa.

Com sucessivas mudanças políticas e econômicas no país e após várias articulações e debates, a assistência social teve reconhecimento e visibilidade na Constituição Federal de 1988, em que trouxe em sua base legal, uma nova concepção de política social, entre elas a política de Assistência Social, integrante da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Previdência, estando ela expressa nos artigos 203 e o 204 desta Constituição.

A Constituição Federal de 1988, sendo eixo norteador da política de assistência social, resultou na aprovação da Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que regulamenta a assistência social como uma política da seguridade Social, se caracteriza por ser uma política não contributiva e pelas ações integradas, de iniciativas públicas e privadas, vem a prover o atendimento das necessidades básicas, como proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa com deficiência, quando dela necessitar. Conforme Couto (2006), a assistência social passa a ser uma política social pública, portanto como um direito e não mais como “ajuda”, “caridade”.

Após este processo, emergiu-se uma estruturação com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, implantada em 2004, para funcionamento de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades e tendo como objetivos promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, assegurando que as

ações tenham centralidade na família, a partir de seu território de vivência. Estabelece princípios e diretrizes para o Sistema único de Assistência Social – SUAS, modelo de gestão da Política de Assistência, para todo o território nacional, foi implantado em 2005, com o objetivo de proporcionar às famílias em vulnerabilidade social e pessoal garantias de maior acesso aos programas sociais (SIMÕES, 2007).

Os programas de transferência de renda ganham ênfase neste contexto, o qual se evidencia o Programa Bolsa Família, que foi criado no primeiro mandato do presidente Lula, em 2004, com a ampliação de programas sociais, bem como incremento de recursos orçamentários, enfatizando o enfrentamento à pobreza e extrema pobreza. Assim, o Programa Bolsa Família caracteriza-se por um programa assistencial, situado no campo da proteção social brasileira, uma vez que o acesso destina-se ao público-alvo da assistência social.

A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, em que se utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Para dar visibilidade ao tema, o artigo está organizado a partir de três itens: o primeiro corresponde à presente introdução; o segundo discorre sobre o Serviço Social e o programa Bolsa Família; o terceiro sobre o perfil da população usuária e o trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família. Por fim, realizadas as considerações finais.

2. SERVIÇO SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

Na perspectiva do sistema de proteção social brasileiro, os programas de transferência de renda mínima foram ampliados no país, com o foco principal na erradicação da pobreza. Nesta direção, por sua amplitude nacional, destaca-se o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (PBF) constitui o Plano Brasil Sem Miséria do governo federal, instituído pelo Decreto nº 7.492/ 2011, que apresenta como finalidade superar a situação de extrema pobreza da população, em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, executadas pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade. Nesse contexto, o programa compõe um dos eixos de atuação do Plano, que é a garantia de renda à população mais pobre do país (BRASIL,

2011).

O PBF foi instituído pela Lei nº 10.836 de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209 do mesmo ano. Conforme Silva; Yazbek; Giovanni (2014), constitui-se pelo principal programa de transferência de renda, para o enfrentamento da pobreza no país. Nesse sentido tem como objetivos o combate à fome, a pobreza e as desigualdades, por meio da transferência do benefício, associando mecanismos para o acesso a direitos básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar. Além desses, promover a inclusão social, bem como a emancipação das famílias beneficiárias, construindo condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade que se encontram.

Assim, o Programa estrutura-se a partir de três dimensões fundamentais: a transferência de renda, para amenizar a dificuldade financeira da família; as condicionalidades, para assegurar a garantia dos cidadãos ao acesso a direitos sociais básicos na área da educação, saúde e assistência social; e, ações e programas complementares, para o desenvolvimento integral das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF seleciona as famílias, a partir de informações inseridas por uma equipe de gestão municipal, na base de dados do Cadastro Único, instituído pelo Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em que dispõe em seu art. 2º

O Cadastro Único para programas sociais é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2013, p. 62).

Desse modo, o MDS busca nesses dados, para a seleção de famílias que serão incluídas no recebimento do benefício, sendo que seu principal critério é a renda, prevalecendo o valor atual de até R\$ 218,00 reais per capta, conforme Decreto nº 11.566/2023 (BRASIL, 2023).

O PBF apresenta condicionalidades, as quais estão designadas na Portaria nº 251/2012, que prevê na área da educação, a frequência escolar de crianças e adolescentes deve permanecer entre 75% a 85%, na área da saúde as famílias devem estar em monitoramento

nutricional, consultas de pré-natal às gestantes, promoção do aleitamento materno, revisão de calendários de vacinação de crianças até 7 anos de idade e principalmente o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Já na área da assistência social, volta-se um olhar para crianças e adolescentes em risco de trabalho infantil (BRASIL, 2013).

O PBF, estruturado em eixos básicos, com objetivos ditos estratégicos, ou seja, também econômicos e ações programáticas, visa combater principalmente a miséria, a exclusão social e promover a emancipação das famílias num contexto brasileiro de desigualdade social. Para o alcance dessas prioridades o programa dispõe de um conjunto de profissionais, entre eles, os assistentes sociais.

O Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, pois “afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo” (IAMAMOTO, 2007b, p. 88). Isso significa que a profissão de assistente social é reconhecida pela sociedade no momento em que é socialmente necessária, sendo que este profissional desenvolve um processo de trabalho.

Partindo desta premissa, o processo de trabalho do assistente social, conforme Prates (2003), é composto por uma atividade para se chegar a uma finalidade, ou seja, composto por seu próprio trabalho, por um objeto e que se reúne meios juntamente a instrumentos e técnicas para que este processo se desenvolva. Nesse sentido, segundo Prates (2003), define-se que o objeto de trabalho do assistente social constitui-se da questão social,

Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 28).

Neste programa o assistente social integra uma equipe responsável pela gestão e operacionalização. Este profissional, conforme seu Código de Ética, instituído pela Resolução CFESS nº 273/93, atua no campo das políticas sociais com o compromisso de defesa e garantia dos direitos sociais da população.

2.1 Perfil da População Usuária que demanda a intervenção do Serviço Social

Na cidade de São Borja o índice de procura para realizar o cadastramento no sistema no CadÚnico é alto, pois o município possui vários bairros onde a população vive em extrema vulnerabilidade social e com isso procuram os programas sociais que o Cadastro Único oferece. A Questão Social tornou-se um forma de expressar o conflito entre capital x trabalho, é uma categoria que expressa a contradição oriunda do modo de produção capitalista em razão de os trabalhadores produzirem riqueza e os capitalistas se apropriarem dela, a mesma é o objeto de trabalho dos Assistentes Sociais, nos termos de Carvalho e Iamamoto;

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO et.al CARVALHO, p. 1993).

As principais expressões da Questão Social que se expressam dentro da instituição do Cadastro Único do município de São Borja/RS são: a pobreza ou extrema pobreza, o desemprego e situações de trabalho informal. O desemprego que atinge em média 13,5 milhões de pessoas no Brasil, o termo desemprego de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia (2021) refere-se às pessoas;

O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego (IBGE, 2021).

O desemprego é um dos fatores do emprego informal. Ressalta-se que um dos critérios para o acesso ao CadÚnico é o valor da renda que uma família ou pessoa solo deve declarar ao requerer o cadastramento, as expressões da Questão Social estão interligadas umas às outras, por exemplo, uma pessoa em situação de pobreza às vezes têm que evadir da escola para inserir-se no mercado de trabalho, a fim de satisfazer as necessidades suas e

de sua família.

A Assistência Social representa uma alternativa de garantia ao acesso aos programas, benefícios e projetos aos usuários/as que dela necessitarem a fim de suprir suas demandas imediatas. O cadastramento é realizado através de um questionário auto declaratório ao qual contém perguntas que são realizadas pelos entrevistadores ou pela Assistente Social da instituição, através deste instrumento é possível ter conhecimento acerca da composição familiar, características do domicílio, despesas mensais, situação no mercado de trabalho, entre outras informações, ou seja, desta forma há a possibilidade do governo federal constatar e caracterizar a situação social e econômica das famílias de baixa renda, pobreza ou extrema pobreza, de acordo com Barros;

Em função do seu elevado grau de cobertura da população pobre do país, pela ampla variedade de informações sobre suas condições de vida e por contar com nome e endereço dessa população, o CadÚnico figura certamente entre as mais importantes fontes de informação sobre a população pobre. As informações sobre renda podem ser utilizadas de variadas formas, além de servir diretamente para a seleção dos beneficiários do PBF (BARROS, 2008, p. 8).

Dado o exposto, percebe-se que o cadastro único além de ser um dispositivo que possibilita o acesso de famílias aos programas sociais, auxilia também como um mecanismo de coleta de dados do governo federal, dado que, muitas pessoas que estão cadastradas não são contempladas com os programas ou benefícios, deste modo, ficam apenas com suas características cadastradas na plataforma.

3. O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO PBF E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

O conceito de direitos humanos tem se universalizado e alcançado importância jurídica com a criação das Nações Unidas, em 1945, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, definindo-se como direitos fundamentais do homem, na sua dignidade, no valor da pessoa humana, na igualdade e das liberdades básicas das quais devem gozar todas as pessoas (COMPARATO, 2005).

No Brasil, os direitos humanos são expressos como garantias fundamentais a partir da Constituição Federal de 1998, incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros (BRASIL, 1988).

No PBF, associa-se a transferência direta de renda com o acesso a direitos humanos fundamentais como alimentação, saúde, educação e assistência social. Além disso, as famílias possuem a liberdade na aplicação do dinheiro, bem como uma autonomia na manutenção de seu benefício (SILVA; YASBEK; GIOVANNI, 2014)

A profissional assistente social da instituição do Cadastro Único e o programa Bolsa Família utiliza diversos instrumentos e técnicas em seu cotidiano de trabalho que a auxiliam na condução da intervenção profissional e também na gestão da instituição. Segundo Guerra (2007):

A instrumentalidade do Serviço Social é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. [...] Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho (GUERRA, 2007, p. 2).

Nesse sentido, considera-se este ponto relevante no programa, em que se dá autonomia aos beneficiários em gerenciar o próprio dinheiro e o que isso significa para cada família, pois conforme Silva; Yasbek; Giovanni (2014) o Bolsa Família representa um significado real, uma vez que para muitas famílias essa é a única obtenção de renda.

Porém, considerando os direitos humanos em relação às condicionalidades, que já são direitos positivados, segundo a ótica de estudiosos do PBF, não podem ser impostos como contrapartidas e isso vem se tornando alvo de críticas. Todavia, tem de se considerar que o que parece a “negação” de um direito, como refere Silva; Yasbek; Giovanni (2014), pode ser visto como condição que propicia o acesso a outros direitos, como é o caso da saúde, educação e trabalho. Tais garantias constitucionais requerem responsabilidade estatal, pois o Estado tem o dever de oferecer serviços de qualidade aos usuários das políticas públicas. Assim, tais condicionalidades apontam para o fortalecimento de uma perspectiva educativa e não punitiva.

Frente a isso, o compromisso ético-político dos assistentes sociais, bem como de outros profissionais, na luta pela ampliação dos direitos sociais e por sua materialização em

políticas sociais, vem sendo desafiador, mas fundamental para que estas avancem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da política de assistência social está vinculada à formação sócio-histórica do país, considerando as prioridades dos governos em diferentes momentos. Enquanto política pública, após Constituição de 1988 e nessa ótica, programas de transferência de renda foram ganhando espaço dentro das ações governamentais, como o Programa Bolsa Família.

O Programa tem avançado no sentido do combate à pobreza e extrema pobreza, apresentando possibilidades concretas de melhorias de condições imediatas de vida em parte mais pauperizada da população brasileira. Mas o que se procurou demonstrar, como ponto central deste artigo, é de como vinha se desenvolvendo o trabalho do assistente social no programa, na perspectiva de suas atribuições e competências, na garantia de direitos humanos.

Nesse viés, há que considerar alguns aspectos limitadores do programa, que assim como a política de assistência encontra-se em fase de implementação, o PBF caminha em consonância com ela. A legislação precisa avançar no tocante aos profissionais, pois não há uma demarcação do trabalho do assistente social nessas bases jurídicas que norteiam o programa em linhas gerais.

Quanto aos direitos humanos, ou melhor, a efetividade dos direitos humanos a partir das ações realizadas por profissionais assistentes sociais no Programa Bolsa Família, não foi possível analisar esta questão uma vez que não ficou precisamente demonstrada.

Para avançar nesse sentido, é preciso compreender a política pública brasileira no momento, assim construir propostas e estratégias. Isso a partir do compromisso ético-político das assistentes sociais e demais profissionais, na luta pela ampliação dos direitos sociais e por sua materialização em políticas sociais mais universais, preventivas e distributivas. Deste modo, construir instrumentos, como o presente documento, sempre vale a pena.

REFERÊNCIAS

BARROS, R; CARVALHO, M; MENDONÇA, R. **Sobre as utilidades do cadastro único**. Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2653/1/TD_1414.pdf> Acesso em 17/01/2023

BRASIL. Decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001. Institui o cadastramento único para programas sociais do governo federal. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3877&ano=2001&ato=06akXQU90MNpWT145>> Acesso em: 11/11/2023

BRASIL. Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm#art14 > Acesso em: 11/11/2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Coletânea da Legislação Básica do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família**. 3ª edição. 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Coletanea_LegislacaoBasica.pdf> Acesso em: 18/11/2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. 3ª edição. 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf> Acesso em: 14 /11/2023

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de Outubro de 1988**. Brasília; Senado Federal, 1988.

Política Nacional de Assistência Social. Brasília, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, Secretaria nacional de assistência social, novembro de 2004.

Lei Orgânica da Assistência Social. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região, 2005.

Orientações Técnicas/Centro de Referência da Assistência Social. Brasília: MDS, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro. **O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011.** In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Organizadores: Teresa Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília: Ipea, 2013.

YASBEK, Maria Carmelita. **A Assistência Social na prática profissional: história e perspectivas.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 85, ano XXVII, p. 123-132, mar. 2006.

GRUPOS DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS E A PERSPECTIVA CRÍTICA DO ENVELHECIMENTO ATIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

GRUPOS DE VIDA PARA PERSONAS MAYORES Y LA PERSPECTIVA CRÍTICA DEL ENVEJECIMIENTO ACTIVO: UN INFORME DE EXPERIENCIA EXTENSIONISTA

Luísa Pizzutti Beulck¹⁷
Elisângela Maia Pessôa¹⁸
Rosilaine Coradini Guilherme¹⁹

Resumo: Considerando o aumento da expectativa de vida de pessoas idosas, em nível mundial, tem sido recorrente discussões sobre a melhor forma de viver o processo de envelhecimento. Emergem nos últimos anos discussões em torno da importância do fortalecimento de ações do chamado envelhecimento ativo. O presente artigo objetiva apresentar experiência de extensão universitária desenvolvida junto a um grupo de convivência para pessoas idosas, a fim de tecer considerações críticas sobre o envelhecimento ativo. Metodologicamente realizou-se levantamento bibliográfico sobre o tema de discussão proposto. Na prática, foram realizadas cinco oficinas reflexivas sobre o Estatuto da Pessoa Idosa (2003). Optou-se por encontros na modalidade oficina, com o uso de um roteiro para cada atividade com um teto máximo de até duas (2) horas, divididos em três (3) momentos de atividades. Foi possível notar a importância de ações dirigidas a longevidade e o alcance dessas informações chegarem até seu público alvo de uma maneira direta. Ainda, foi possível proporcionar um espaço de discussão crítica acerca das temáticas apresentadas, sendo que as atividades foram executadas de maneira coletiva com a participação de pessoas idosas. Cabe referendar que a perspectiva da maturidade ativa, deve ser pensada com o intuito de reconhecimento do processo de envelhecimento ao invés de se enaltecer apenas a preservação da jovialidade.

Palavras-chave: grupos de convivência; velhices; envelhecimento ativo.

Resumen: Ante el aumento de la esperanza de vida de las personas mayores en todo el mundo, ha habido discusiones recurrentes sobre cuál es la mejor manera de vivir el proceso de

¹⁷ Discente de graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS - Brasil. E-mail: luisabeulck.aluno@unipampa.edu.br

¹⁸ Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS); Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS- Brasil. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br

¹⁹ Doutora em Serviço Social (PUCRS); Mestre em Política Social (UCPel); Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina – GTFOPSS; Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS-Brasil. E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br

envejecimiento. En los últimos años han surgido discusiones en torno a la importancia de fortalecer acciones para el llamado envejecimiento activo. Este artículo tiene como objetivo presentar una experiencia de extensión universitaria desarrollada con un grupo comunitario de personas mayores, con el fin de realizar consideraciones sobre el envejecimiento activo. Metodológicamente se realizó un levantamiento bibliográfico sobre el tema de discusión propuesto. En la práctica se realizaron cinco talleres de reflexión sobre el Estatuto de las Personas Mayores (2003). Se optó por reuniones en formato taller, utilizando un guión para cada actividad con un límite máximo de hasta dos (2) horas, divididas en tres (3) momentos de actividades. Se pudo constatar la importancia de las acciones orientadas a la longevidad y el alcance de que esta información llegue a su público objetivo de forma directa. Se logró brindar un espacio de discusión crítica sobre los temas presentados y las actividades se realizaron de manera colectiva. Cabe mencionar que se debe considerar la perspectiva de la madurez activa con el objetivo de reconocer el proceso de envejecimiento en detrimento de acciones de preservación de la juventud.

Palabras clave: grupo de convivencia; vejez; envejecimiento activo.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os desafios de envelhecer no Brasil, consta a busca pela execução de políticas de proteção social eficazes no atendimento desse crescente segmento populacional, o qual requer atendimento especializado segundo suas características cronológicas, econômicas e emocionais, sendo que sua autonomia deve prevalecer na tomada de decisão. Cabe referendar o fato de que no Brasil, atualmente, existem cerca de 22 milhões de pessoas idosas, e a expectativa de vida gira em torno dos 77 anos (Ibge, 2023).

Importante refletir que existem evidentes diferenças entre envelhecimento e velhices. A definição de envelhecimento humano se expressa como um fenômeno biopsicossocial, não é apenas um processo marcado pelas aparências, mas também por desigualdades sociais, marcando a trajetória dos indivíduos e o modo como envelhecem. Já as velhices, se expressam como um fenômeno biológico, apresentando singularidades e acarretando, ainda, consequências psicológicas. Assim como todas as situações humanas, possui uma dimensão existencial, onde modifica a relação do indivíduo com o tempo e a sua relação com o mundo e com sua história. Segundo Minayo (2006), não existe “o” processo de envelhecimento, mas “os” processos, que se configuram como experiências subjetivas e individuais que, por sua

vez, são influenciadas pela história de vida do sujeito e o contexto cultural na qual as pessoas idosas estão inseridas.

Considerando a importância quanto reflexões e ações voltadas as velhices, em 2020 foi criado no âmbito da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS o Programa de Extensão LongeVIVER, objetivando promover ações dirigidas a aspectos que envolvem a longevidade, a fim de fomentar estratégias de proteção social para o envelhecimento. Dentre as reflexões realizadas pelo programa, emergiu a importância de adensamento teórico sobre a categoria envelhecimento ativo – visto que este passou a desenvolver ações em parceria com o projeto de extensão Formação e Assessoria em Políticas Sociais no município de São Borja-RS, junto ao Grupo Maturidade Ativa do Sesc do município de São Borja –, considerando a repercussão que tal concepção pode trazer para compreensão sobre as velhices. A partir das ações vivenciadas junto ao referido Grupo, o artigo em tela objetiva apresentar experiência de extensão universitária desenvolvida junto a um grupo de convivência para pessoas idosas, a fim de tecer considerações críticas sobre o envelhecimento ativo

Metodologicamente, em um primeiro momento foi realizado levantamento bibliográfico sobre o tema de discussão proposto. Optou-se por encontros na modalidade oficina que, segundo Figueiredo (2003), baseia-se em um espaço democrático, sendo esse, decorrente de atividades e dinâmicas coletivas e individuais que proporcionam aos/as participantes expor o seu conhecimento e trocar saberes entre si. Todas as oficinas de alguma forma deveriam gerar um produto executado pelo grupo foco da ação. A equipe executora das ações extensionistas, por meio de planejamento, estabeleceu que seria elaborado um roteiro para cada atividade realizada, sendo que cada encontro teve duração máxima de até duas (2) horas, divididos em três (3) momentos de atividades, sendo esses divididos em: a) apresentações gerais – sinalizando os objetivos do programa e apresentação da equipe; b) apresentação da temática – adentrando no tema proposto para reflexão e c) desenvolvimento de dinâmica – propondo o envolvimento dos/as participantes para que as reflexões realizadas fossem expostas segundo a entendimento das pessoas idosas.

Cabe destacar que projetos de extensão universitária que buscam reflexões quanto ao envelhecimento, tornam-se relevantes à medida que o Estatuto da Pessoa Idosa, no art. 22,

indica a previsão de que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos.

Para além da introdução e considerações finais, o artigo em tela apresenta dois itens descritivos nas seções de desenvolvimento sendo que no primeiro item são tecidas considerações a partir do levantamento bibliográfico e no segundo item apresenta-se a experiência de extensão desenvolvida.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Grupos de Convivência para pessoas idosas e o chamado “envelhecimento ativo”

Chegar às velhices²⁰, fenômeno que antes era privilégio somente dos países mais desenvolvidos, tornou-se algo possível para os países mais pobres, ainda que, essa conquista esteja longe de irradiar-se de forma equitativa nos diferentes contextos socioeconômicos. Esse processo deu-se, com a redução na taxa de mortalidade e posteriormente nas taxas de natalidade, o que provocou alterações na estrutura etária da população, exigindo assim, respostas do Estado por meio de políticas públicas. De forma especial, a partir da década de 1970 emerge preocupação com a “problemática das velhices”, principalmente, considerando as necessidades de atendimento às famílias e instituições voltadas ao atendimento da pessoa idosa. Assume-se o aumento da expectativa de vida, como determinantes para o aumento dos gastos públicos, bem como ineficiente para o capital, assim o aumento do número de pessoas idosas poderia representar uma “ameaça” para os cofres públicos e para o mercado (Teixeira, 2008).

Destaca-se que as políticas sociais têm como objetivo assegurar o desenvolvimento

²⁰ Usaremos o termo velhices no plural no entendimento de que “a velhice se mostra heterogênea, sendo possível entender que o processo biológico do envelhecimento é permeado por condicionantes sociais que lhe imprimem características específicas de cada sociedade, de cada momento histórico, além de fatores extremamente relevantes como classe social, etnia, gênero, papéis e significados distintos (Costa; Soares, 2016, P.61).

social e econômico de forma contínua com garantia da dignidade humana. Foi somente nos anos de 1980 que significativos debates começaram a aparecer em torno das necessidades das pessoas idosas, como por exemplo a criação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (1987), Associação Nacional de Gerontologia (1996), e a própria Constituição Federal (1988), que demarcava avanços no atendimento à pessoa idosa (Teixeira, 2008).

O ano de 1982, marcou, ao ser declarado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o “Ano Internacional do Idoso”, com o intuito de considerar o envelhecimento como um problema global - embora tenha sido considerado um problema, pelo menos abriu discussão sob o tema e necessidade de acesso a direitos - e envolver a família, sociedade civil e Estado em suas soluções (Teixeira, 2008).

Ao final do século XIX e início do século XX com a necessidade de regularização de aposentadorias, as velhices assumem lugar de destaque, passando, nesse sentido, a ter “poder econômico” de renda, portanto não mais “decadentes”. Tanto que, assume-se a nomenclatura idoso nos documentos oficiais (Teixeira, 2008). Destaca-se que, em 2022, o Estatuto do Idoso passou por atualização, sendo definido seu novo título como Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 14.423 – e assim toda terminologia a ser utilizada quando refere-se a uma pessoa com mais de 60 anos de idade deverá optar-se pelo termo “pessoa idosa”.

Ao se revisitar dados históricos, quanto ao surgimento de grupos de convivência, os anos de 1960 foram marcados pela inauguração de um trabalho pioneiro no Serviço Social do Comércio (SESC), com o olhar mais focado para as pessoas idosas em um contexto que, na época, predominava o assistencialismo (Figueiredo, 1991). Tais grupos foram desenvolvidos a partir da perspectiva do “envelhecimento ativo”, tanto que seus grupos atualmente são denominados Maturidade Ativa.

Quanto à perspectiva do envelhecimento ativo, cabe refletir que existem várias questões em torno do termo, sendo essa considerando como “parte natural da vida”. Essa abordagem destaca a importância de criar ambientes favoráveis ao envelhecimento, para que as pessoas possam envelhecer com dignidade e qualidade de vida, abordando não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional, social e econômico das pessoas idosas (Teixeira, 2014).

A grande crítica, porém, ao envelhecimento ativo – apontada por Teixeira (2008,

2014, etc.), por conta das exigências de adequação social – levam ao fato de que “não há uma valorização da pessoa idosa, por sua experiência de vida [...] mas há um reforço à indução comportamental, de atitudes ativas aquelas em que os idosos usam a máscara da juventude de espírito e negam a velhice” (Teixeira, 2008, p.236).

Assim, tal perspectiva coloca em pauta não o reconhecimento das velhices, mas as possibilidades de manutenção da juventude enquanto responsabilidade individual. Embora, os grupos de convivência, sejam fundamentais enquanto espaço de socialização para pessoas idosas, é necessário aprimorar os objetivos em torno da manutenção de tais grupos, os mesmos devem ter como premissa a valorização do Ser e Estar da pessoa idosa. Devem agir enquanto espaço de garantia de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão social e o bem-estar da pessoa idosa e uma perspectiva de resistência, fomento a lutas sociais e busca das pessoas idosas que não tem suas necessidades satisfeitas por meio de grupos de convivência.

2.2 A experiência de extensão universitária junto ao Grupo Maturidade Ativa Sesc

A parceria entre o Grupo Maturidade Ativa do Sesc – São Borja - RS, o Projeto de Formação e Assessoria em Políticas Públicas e Programa LongeVIVER - ambos de cunho universitário - buscou a perspectiva de reconhecimento de direitos a partir de reflexões focadas no Estatuto da Pessoa Idosa (2022). As oficinas oportunizaram para as/os participantes um espaço de reflexão, fomentando a participação coletiva em todo o processo de desenvolvimento das ações, reconhecendo a valorização do conhecimento da pessoa idosa, a partir da troca de saberes. Para isso, cada oficina estabeleceu não só uma temática base extraída da legislação, mas como também uma dinâmica específica para o envolvimento das/as participantes, assim, garantindo a interação e o processo de síntese

Estabeleceu-se enquanto o pré-evento: a concepção de cada uma das oficinas, bem como o seu planejamento com elaboração de roteiro, de apresentação, de dinâmica, de organização do local e de arrecadação dos materiais de uso. Já o trans-evento: caracterizou-se como momento de execução das atividades planejadas para cada oficina. Por fim, o pós-evento foi marcado pela devolução dos produtos das oficinas e dos materiais utilizados.

Para cada oficina, foi elaborado um roteiro base, no qual foi demarcado três momentos principais – retomada aqui a partir das indicações da metodologia exposta na introdução do artigo – Momento 1) Apresentação geral/acolhida: compreendeu as primeiras aproximações, a identificação da equipe responsável pela oficina para as/as participantes ou retomada das oficinas anteriores. No momento 2, ocorria a apresentação da temática, o qual compreendeu um momento de aproximação com discussões específica, ou seja, o objeto de discussão da oficina, efetivado, preferencialmente, por apresentação de slides, conforme figuras abaixo:

Figura 1: Momento de Apresentação/Acolhida



Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

Figura 2: Momento de Exposição da Temática



Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

E por fim, no Momento 3, desenvolvia-se uma dinâmica, o qual compreendia explicação e efetivação da dinâmica entre as pessoas idosas, estabelecimento de acordos e do tempo de duração da atividade. Posteriormente realizava-se apresentação de resultados na objetivação/materialização dos saberes das/as participantes, seguidas do processo de síntese e posteriormente o encerramento da oficina, conforme fotos abaixo:

Figura 3: Momento da Dinâmica e Apresentação de Resultados



Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

Nas apresentações da equipe, em um primeiro momento apresentava-se o artigo do Estatuto da Pessoa Idosa (2003) que seria discutindo, sendo que posteriormente apresentavam-se recortes reportagens que apresentavam notícias ou situações que envolviam o artigo apresentado. Tais recortes, também objetivaram aproximar ou exemplificar vivências de proteção e desproteção de direitos. Tal estratégia mostrou-se positiva, devido não só instigar as participantes a contribuir e mediar com experiências semelhantes, mas como também estabeleceu eixo nivelador no processo de desenvolvimento de dinâmica, conforme foto 4.

Figura 4: Momento Apresentação de Slides e Notícias



Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

Foram selecionados pela equipe diferentes artigos do Estatuto da Pessoa Idosa (2003), sendo que na primeira oficina foi debatido sobre o capítulo “Do Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade”, foram apresentadas informações do artigo 10º, sendo que esse versa sobre o direito à liberdade, direito ao respeito, abrangendo sua integridade física, psíquica e moral, e direito à dignidade. Emergiram relatos, em sua maioria, no sentido do fato das mesmas sentirem uma desproteção desse direito “os jovens não respeitam a gente no trânsito”, “ainda esses dias um guri gritou para mim vai ficar empacando veia?” ou “os jovens não param mais pra nos escutar, eles ignoram o que a gente fala” (Relatório de atividade 1, 2022, s.p.).

Sobretudo, foram através desses relatos que a proposta de dinâmica para presente oficina consistia em desenhar duas árvores, a primeira referindo-se à proteção, já a segunda referindo-se à desproteção dos direitos à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. Para isso, as pessoas idosas foram divididas em dois grandes grupos, para que então cada grupo fosse responsável por confeccionar uma das árvores. As categorias/palavras que indicavam a proteção ou desproteção foram confeccionadas em frutas – separadamente- e coladas com fita adesiva na sua respectiva árvore conforme fotos a seguir:

Figura 5: Confeção e Finalização da Árvore da Proteção e (Des)proteção da pessoa idosa:



Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

Posteriormente, as participantes foram convidadas a refletir sobre suas construções –momento de síntese –, como por exemplo: “O que você sente em relação a árvore da proteção?” “O que você sente em relação a árvore da desproteção?”, esse movimento objetivou proporcionar espaço de discussão crítica acerca da temática apresentada, baseando-se em uma produção material sensível, própria das participantes, sendo feita de maneira coletiva. Assim, cada grupo elegeu suas representantes e estas articularam suas falas e reflexões, apresentando suas produções para as demais participantes.

Outra oficina realizada versou sobre “A Garantia de Prioridade”, foram apresentadas informações do artigo 3º do Estatuto da Pessoa Idosa (2003). Emergiram exemplos do cotidiano das participantes, tais como “desrespeitam a gente na fila do mercado”, “fingem que nem vêm a gente”, “tem uns jovens que xingam, chamam de veio mesmo” (Relatório de Atividade 2, 2023, s.p.).

Figura 6: Confeção e Finalização da Árvore da Proteção e (Des)proteção da pessoa idosa:



Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

Em seguida as participantes – majoritariamente mulheres idosas – elaboraram um mapa conceitual, cada grupo efetivou sua apresentação, contando com todas as integrantes. Na grande maioria destacou-se o lazer, saúde como direitos realizáveis. Entretanto, um determinado grupo apresentou categorias singularizadas, que remetiam na reprodução do individualismo e da meritocracia, emanando-se por exemplo, “se eu quero eu vou lá e compro, os filhos que moram comigo comem na minha mão”; “tenho várias empresas, açougues, mercados, trabalhei muito, se eu tenho é porque trabalhei” (Relatório de Atividade 2, 2023, s.p.).

A oficina seguinte foi sobre o “Direito à Saúde”, foram abordadas informações do artigo 9º do Estatuto da Pessoa Idosa (2003), sendo que o mesmo elenca que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde. Ao passo que se trouxeram os artigos foram emergindo dados da realidade das participantes, como por exemplo, “não se tem médico especialista nos postinhos para nos atender”, “antes tinha até médico, mas agora parece que não é do interesse de ter, de contratar” (Relatório de Atividade 3, 2023, s.p.). Porém, o que se destacou entre tantas foi, “Tem Conselho do Idoso aqui na cidade? O que o Conselho do Idoso faz? Ele nos representa em que?” (Relatório de Atividade 2, 2023, s.p.).

Diante disso, foi feita explicação acerca do Conselho de Direito da Pessoa Idosa –

municipal, estadual e federal –, sobre sua constituição paritária, e como ele opera como forma de construção de cidadania/meio de resistência, mesmo permeado de contradições e relações de poder. Dessa forma, emergiu-se do grupo a necessidade de mediação com o Conselho Municipal do Idoso de São Borja, quanto a possibilidade de uma reunião com o conselho para apresentação da constituição e atividades desenvolvidas pelo mesmo²¹.

Na oficina com a temática “Crimes em espécie”, foram abordadas informações expressas do artigo 95º ao artigo 108º. Ao longo da apresentação da temática proposta, contou-se com a interação bastante ativa de alguns/as participantes, onde foi questionado pelos/as mesmos “Como é possível os familiares abandonarem os idosos no hospital?”, Também surgiram debates trabalho análogo à escravidão e a omissão de outros diante à esses crimes, emergindo alguns relatos de preconceito vivenciados, como por exemplo, “além de eu ser idoso, sou deficiente, então sofro duplamente com o preconceito” (Relatório de Atividade 4, 2023, s.p.). As participantes elaboraram uma cruzadinha com o objetivo de relacionar situações de proteção ou desproteção, relacionando temática abordada na palestra, conforme foto abaixo:

Figura 7: Confecção da Cruzadinha



²¹ Tal momento foi organizado em parceria com o Programa LongeVIVER, Sesc e Conselho Municipal do Idoso de São Borja, o grupo passou uma tarde com o conselho conhecendo sua estrutura e possibilidades de atendimento.

Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

De acordo com cada manifestação, foram emergindo opiniões sobre a dinâmica, falas como “é muito importante para nós termos alguém como vocês para nos trazerem essas informações de modo que seja de fácil entendimento, que fale de uma forma que a gente entenda”; “existem muitos idosos que conhecem o Estatuto do Idoso, porém não entendem as metades das coisas que está escrito nele” (Relatório de Atividade 4, 2023, s.p.).

Por fim, a oficina realizada sobre “Dos Alimentos”, expôs informações expressas no artigo 11º ao artigo 14º. Inicialmente, foram distribuídos papéis para as participantes responderem a seguinte pergunta: "O quê é família para você?". Diversos temas foram abordados pelas participantes durante a discussão da presente temática, como por exemplo: a importância das cotas raciais, a importância da assistência familiar para a pessoa idosa e a importância do acesso à informação. De acordo com cada manifestação, foram emergindo opiniões, falas como “não adianta a gente ter informações e os outros não, por isso nosso papel é passar adiante para aqueles que não tem a mesma oportunidade que nós temos de estar aqui ouvindo vocês” (Relatório de Atividade 5, 2023, s.p.).

Para a execução da presente dinâmica, foi dada continuidade à pergunta elaborada no momento inicial da oficina. Emergindo respostas como: “são pessoas que se reúnem com um objetivo comum. Temos o nosso grupo familiar a que pertencemos desde o nosso nascimento. E outros grupos que podemos considerar nossa família onde trocamos ideias, compartilhamos sentimentos e emoções como este grupo da maturidade ativa”, “família para mim é um elo de duas ou mais pessoas que se amam e se respeitam, pode não ser de sangue” (Relatório de Atividade 5, 2023, s.p.). Nesse último dia de realização das oficinas foi proporcionado momento de avaliação, confraternização e despedida do grupo. A avaliação consiste em um momento importante de revisão de metas da equipe, foi aplicada de uma forma lúdica e acessível para a pessoa idosa, considerando a escolha de *emotius*, conforme foto abaixo:

Figura 8: Momento Avaliação das atividades realizadas



Fonte: Arquivo da Equipe, 2022.

Por meio da experiência apresentada, foi possível constituir vínculos mais diretos com as participantes, dando visibilidade aos direitos da pessoa idosa de uma forma mais dinâmica e com uma linguagem de fácil entendimento. Ao serem realizadas oficinas em grupo, foi possível criar um ambiente de troca de saberes e relatos pessoais de acordo com as vivências de cada participante, indo na contramão da perspectiva do envelhecimento ativo que não estimula a perpetuação da jovialidade em detrimento de fortalecimento de movimento de resistência e reconhecimento da pessoa idosa a partir da sua realidade, além de estimular momentos de lazer e diversão entre os/as participantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e atividades teórico-práticas realizadas permitem visualizar que existem diferentes concepções de envelhecimento ativo, concluindo-se também que a política de envelhecimento ativo tem diversas potencialidade, entre as quais destaca-se a promoção do empoderamento das pessoas idosas, mas tem a idade como grande obstáculo, surgindo diversos riscos como o moralismo, etnocentrismo político e irrealismo, assim como a perpetuação do envelhecimento ativo voltado para mercado, estimulando a pessoa idosa consumir serviços sejam de lazer ou estéticos em busca de uma “falsa juventude”.

Conclui-se também, a importância de ações dirigidas a longevidade, sendo que o alcance das informações deve atingir o público alvo de uma maneira sucinta e de fácil entendimento, sobretudo, de uma maneira dinâmica, nesse sentido percebe-se a importância de projetos e programas de extensão que cumpram com o papel de interação entre comunidade e universidade.

Foi possível proporcionar um espaço de discussão crítica acerca das temáticas apresentadas, através de uma produção de material sensível, sendo as atividades executadas de maneira coletiva. Foi surgindo ao longo dos encontros, uma curiosidade em relação aos/as participantes do grupo Maturidade Ativa, assim como o grupo sentiu necessidade de participar de movimentos acerca do envelhecimento, sinalizando a importância do papel de repassar as informações adiante e se fazerem presentes no Conselho Municipal da Pessoa Idosa do município de São Borja-RS, opiniões que se fortaleceram ainda mais ao longo da apresentação das temáticas. Almeja-se uma sociedade, que possa ver no envelhecimento ativo a oportunidade de escuta sensível, troca de saberes e acima de tudo a garantia do direito das pessoas idosas. Para tanto, torna-se necessário se pensar nas diversas velhices, pois muitos sujeitos não dispõem de recursos materiais como financeiros e acesso a políticas de proteção social para usufruírem de uma velhice que permita um “envelhecimento ativo”.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei Nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 06 nov., 2023.

MINAYO, Maria Cecília. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

TEIXEIRA, Ana Rita. **Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica**. 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange. **Envelhecimento, família e políticas públicas**. Piauí: UFPI, 2020.

MARTINS, Ludson. **A questão dos documentos profissionais no Serviço Social**. Brasília:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

Temporalis, 2017.

FIGUEIREDO, Betania. **A criação do Sesi e Sesc**. São Paulo: Unicamp, 1991.

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E AS PERSPECTIVAS IDEOPOLÍTICAS NO SINDICALISMO DOCENTE: UMA ANÁLISE DOS SINDICATOS DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ

LOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS Y LAS PERSPECTIVAS IDEOPOLITICAS DEL SINDICATO DOCENTE: UN ANÁLISIS DE LOS SINDICATOS DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN EL ESTADO DO CEARÁ

Ariel Cristina de Araújo Nascimento²²

Sâmabra Paula Marcelino Ribeiro²³

Resumo: A docência no ensino superior público cearense, como nos demais estados brasileiros, tem sido algo extremamente desafiador, exigindo muito esforço intelectual e dedicação pessoal para atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, há muita capacidade de resistência e organização coletiva para defender direitos e garantir as mínimas condições de trabalho na vivência acadêmica, bem como, assegurar um projeto de educação pública, de qualidade, laica e referenciada nas necessidades da classe trabalhadora. Isto porque, especialmente na última década, a educação pública superior vem sendo duramente atacada pelos governos estadual e federal. Até mesmo durante a pandemia do COVID-19, a luta por melhores condições de trabalho se faz necessária, ainda que com restrições para reuniões, encontros, congressos e dos atos públicos, ações essenciais no desenvolvimento das lutas sociais. Para compreender quais os caminhos que o sindicalismo docente no ensino superior público cearense seguiu para o enfrentamento do desmonte da política de educação pública, o presente estudo busca compreender os referenciais teóricos e as perspectivas ideopolíticas dos sindicatos das Instituições de Ensino Superior Cearense durante o período de 2010 a 2020.

Palavras-chave: Fundamentos teóricos. Perspectivas ideopolíticas. Sindicalismo docente.

Resumen: La enseñanza en la educación superior pública en Ceará, como en otros estados brasileños, ha sido extremadamente desafiante y ha requerido mucho esfuerzo intelectual y dedicación personal para satisfacer las demandas de la enseñanza, la investigación y la extensión. Por otro lado, existe una gran capacidad de resistencia y organización colectiva para defender derechos y garantizar condiciones mínimas de trabajo en la experiencia

²² Graduanda, Universidade Estadual do Ceará, Serviço Social, Fortaleza/Ceará - Brasil. E-mail: ariel.cristina@aluno.uece.br

²³ Doutora, Universidade Estadual do Ceará, Serviço Social, Fortaleza/Ceará - Brasil. E-mail: sambara.paula@uece.br

académica, así como asegurar un proyecto de educación pública, de calidad, laica y referenciada a las necesidades de la clase trabajadora. . Esto se debe a que, especialmente en la última década, la educación superior pública ha sido duramente atacada por los gobiernos estatal y federal. Incluso durante la pandemia de COVID-19, la lucha por mejores condiciones laborales es necesaria, aún con restricciones a reuniones, encuentros, congresos y eventos públicos, acciones esenciales en el desarrollo de las luchas sociales. Para comprender los caminos que siguió la enseñanza del sindicalismo en la educación superior pública de Ceará para enfrentar el desmantelamiento de la política educativa pública, este estudio busca comprender los referentes teóricos y las perspectivas ideopolíticas de los sindicatos en las Instituciones de Educación Superior de Ceará durante el período de 2010 a 2020.

Palabras clave: Fundamentos teóricos. Perspectivas ideopolíticas. Sindicalismo docente.

1. INTRODUÇÃO

O sindicalismo no contexto contemporâneo brasileiro é fruto de um longo processo histórico de organização da sociedade civil, marcado pelas formas de resistência e lutas classistas até a década de 1970, bem como, pela rearticulação da classe trabalhadora com a anistia política e o surgimento dos novos movimentos sociais na década de 1980. A partir daí, vai se desencadear um complexo reordenamento das lutas sociais no decorrer dos anos de 1990 e nas duas primeiras décadas do século XXI. Este último período, ao mesmo tempo em que carrega as referências de um movimento classista expresso pelo movimento operário do início do século XIX, traz para o universo dos movimentos, matizes do pensamento que exercem influência sobre as novas formas de luta, as quais têm sinalizado caminhos para a negação das classes sociais. O campo educacional é afetado por tais embates, especialmente, as entidades sindicais relacionadas ao movimento docente do ensino superior.

O objetivo geral da pesquisa é o de analisar e compreender quais os fundamentos teóricos e as perspectivas ideopolíticas do sindicalismo docente, tendo como foco os sindicatos do ensino superior no Ceará, representado pelas entidades sindicais ADUFC (Associação de Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará), SINDSIFCE (Sindicato dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará) e SINDUECE (Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará), três sindicatos que,

em décadas de existência, construíram uma jornada de dedicação na luta pelos direitos dos professores e de suas respectivas Instituições.

Os objetivos específicos da pesquisa se configuram na busca de 1- Analisar os referenciais teóricos presentes nas concepções e ações da ADUFC, SINDSIFCE e SINDUECE no processo de organização dos trabalhadores em educação superior no Ceará; 2- Compreender o significado histórico da ADUFC, SINDSIFCE e SINDUECE na luta em defesa do ensino superior público no Ceará; 3- Desvelar a relação dessas entidades do movimento docente com as centrais sindicais nos seus processos de auto-organização e fortalecimento político; 4- Abordar a relação de cada um desses sindicatos pesquisados com os partidos políticos na constituição dos seus princípios e referenciais teóricos e 5- Investigar a articulação das entidades sindicais do movimento docente com as demais organizações políticas na luta pela educação e na defesa do serviço público.

O debate e a elaboração que tem como fundamento a teoria marxista e enfoque no par conceitual, classe social e lutas de classes, nas últimas décadas, não vem desfrutando de largo espaço no contexto acadêmico. Embora a referida abordagem prossiga na reafirmação da vitalidade desses conceitos, ganha destaque a perspectiva pós-moderna que nega sua validade analítica para a compreensão da realidade, a exemplo das análises inspiradas em Jean-François Lyotard, Daniel Bell, Alan Touraine, Boaventura de Sousa Santos, entre outros. Nesse sentido, é que buscamos aqui fazer uma apresentação dos elementos teóricos centrais referentes às perspectivas marxista e pós-moderna, que balizaram a análise da pesquisa.

A teoria marxista parte da premissa que afirma a essencialidade das classes sociais e da luta entre estas para o entendimento da vida social passada e presente. Nesses termos é que recorre-se ao caminho da recuperação histórica dessa matriz, apresentando algumas das suas contribuições mais significativas acerca da questão.

É a partir do século XIX, que tais conceitos são identificados como fundamentais para compreender o funcionamento da sociedade e a dinâmica da ordem societária, pois Marx atribui-lhe um estatuto científico ao considerar o seu papel vital na explicação da sociedade e de sua história. O filósofo, porém, não os sistematiza formalmente, o que é visto muitas vezes como um dos motivos para confusões interpretativas de sua obra.

Na abordagem das classes sociais e suas lutas, percorremos a obra de Marx e Engels, bem como, alguns dos seus intérpretes. Para a dupla germânica, o conceito de classe não é isolado, mas extraído das determinações ônticas dos diferentes modos de produção que as realizam e tal categoria só é compreensível na totalidade do contexto social.

A metodologia desenvolvida no decorrer da pesquisa, consistiu na leitura de textos e apreciação de filmes que abordam a luta de classes e as condições de existência da classe trabalhadora na atualidade. As pesquisas bibliográficas e filmicas foram essenciais para fundamentar os debates sobre a perspectiva de classe, umas das primeiras categorias analíticas a ser abordada na pesquisa sobre os aspectos teóricos e ídeo-políticos do sindicalismo docente.

O trajeto de leitura parte dos textos iniciais de Marx, abrangendo um período que vai da "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" ([1842]2005) até o "Manifesto Comunista" ([1848]1998), passando pela "Questão Judaica" ([1843]2010), "Manuscritos econômicos-filosóficos" ([1844]2010), "A Sagrada Família" ([1845]2003), "Ideologia Alemã" ([1846]2007) e pela "Miséria da filosofia" ([1847]2009). Esses textos expressam um caráter - essencialmente controverso - voltado à filosofia de Hegel e seus legatários. Destacamos que de início Marx refuta a suposta identidade entre Estado e sociedade civil contida na filosofia hegeliana, procurando assinalar a oposição entre a esfera política e a vida civil no mundo moderno. É com a "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" ([1842]2005) que Marx consolida os pressupostos que orientarão a produção do seu pensamento, afirmando sua perspectiva dialética na articulação entre teoria e prática, ao tratar ainda dos direitos na Alemanha com uma ampla visão para as suas relações com as classes sociais e o processo de desenvolvimento econômico do país. Na "Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" ([1844]2005), o autor aborda a questão da emancipação com atenção para a importância dos elementos filosóficos e as armas da classe proletária.

A pesquisa documental também fez parte desse processo, incluindo a análise de documentos políticos históricos de cada um dos três sindicatos investigados, como notas políticas, convocação para atos públicos, artigos de jornais e revistas, impressos ou revistas online. Contamos também com a observação participante, assegurando presença em

assembleias e eventos realizados pelos sindicatos durante os meses de agosto de 2022 até agosto de 2023.

A revisão bibliográfica dos principais autores que tratam das lutas de classes foi realizada a partir das leituras debatidas através de encontros semanais e presenciais, com a professora e orientadora da pesquisa. Essas obras contribuíram para a compreensão acerca das lutas de classes, ilustrada pelos elementos da realidade sindical dos docentes do ensino superior e também da totalidade social na cena contemporânea, são eles: Karl Marx e Friedrich Engels, Ricardo Antunes, Marcelo Badaró Mattos, Mauro Luis Iasi e Kênia Aparecida Miranda. Preparamos uma revisão bibliográfica referente ao texto “O Marxismo e os Sindicatos”, utilizando os autores Marx, Engels, Lênin e Trotsky.

Já a pesquisa de campo foi realizada, como fase inicial, por meio de entrevistas estruturadas. A amostra foi definida como sendo a realização de entrevistas com, pelo menos, dois representantes de cada gestão da ADUFC, SINDSIFCE e SINDUECE no período de 2010 a 2020. Essa pesquisa de campo, de caráter qualitativo, buscou ouvir esses representantes, através da aplicação de um questionário com doze questões, em relação aos principais elementos constitutivos dos sindicatos, o papel dos professores dentro desses espaços de debate, os determinantes históricos, as perspectivas política e ideológicas que os orientam e, por fim, as suas opiniões acerca da fundamentação teórica adotada e também como se dá a percepção de novos sindicalizados à instituição. A dupla composta por bolsista e professora orientadora analisou semanalmente as conjunturas políticas atuais e o histórico de lutas do sindicalismo docente brasileiro.

Foram contactados, ao total, cinquenta e um docentes, até o momento, para que pudessem contribuir com a pesquisa e responder às questões anteriormente citadas. Sendo quatro, desse total, docentes da ADUFC, dezesseis do SINDSIFCE e trinta e um da SINDUECE. Os docentes entrevistados, dessa primeira fase da pesquisa, em respeito ao sigilo de suas identidades, estão sendo representados por números que vão do 1 ao número 14.

O levantamento sobre os Sindicatos existentes em Fortaleza e Ceará foi elaborado através do site Ministério Estadual e Federal do Trabalho e assim sistematizamos os dados coletados como prática da pesquisa.

A adesão foi pequena devido ao curto espaço de tempo que tivemos nesse momento da pesquisa de campo. Mas a proposta é que a pesquisa em questão consiga manter-se por mais tempo com o objetivo de alcançar todas as entrevistas pensadas.

2. DA LUTA DE CLASSES AO SINDICALISMO

O sindicalismo no contexto contemporâneo brasileiro é fruto de um longo processo histórico de organização da sociedade civil, marcado pelas formas de resistência e lutas classistas até a década de 1970, bem como, pela rearticulação da classe trabalhadora com a anistia política e o surgimento dos novos movimentos sociais na década de 1980. A partir daí, vai se desencadear um complexo reordenamento das lutas sociais no decorrer dos anos de 1990 e nas duas primeiras décadas do século XXI. Este último período, ao mesmo tempo em que carrega as referências de um movimento classista expresso pelo movimento operário do início do século XIX, traz para o universo dos movimentos, matizes do pensamento que exercem influência sobre as novas formas de luta, as quais têm sinalizado caminhos para a negação das classes sociais. O campo educacional é afetado por tais embates, especialmente, as entidades sindicais relacionadas ao movimento docente do ensino superior. Portanto, desenvolver uma análise das referências e influências teóricas das lutas sociais no âmbito da educação, constitui uma contribuição fundamental para entender os determinantes e os impasses na organização da classe trabalhadora, sobretudo no atual contexto histórico.

A teoria marxista parte da premissa que afirma a essencialidade das classes sociais e da luta entre estas para o entendimento da vida social passada e presente. Nesses termos é que recorre-se ao caminho da recuperação histórica dessa matriz, apresentando algumas das suas contribuições mais significativas acerca da questão.

Quando Marx e Engels analisaram a sociedade capitalista-industrial, definiram que a concreticidade dos conceitos “classe” e “lutas de classes” se fazia essencial para o exame do contexto social, possibilitando a compreensão das desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista, pressupondo um momento de auto representação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação à(s) outra(s) classe(s) (MATTOS, 2007, p. 34).

É a partir do século XIX, que tais conceitos são identificados como fundamentais para compreender o funcionamento da sociedade e a dinâmica da ordem societária, pois Marx atribui-lhe um estatuto científico ao considerar o seu papel vital na explicação da sociedade e de sua história. O filósofo, porém, não os sistematiza formalmente, o que é visto muitas vezes como um dos motivos para confusões interpretativas de sua obra. Karl Marx buscou compreender os principais movimentos da classe trabalhadora e as suas formas de enfrentamento ao trabalho precarizado e mal remunerado. Em 1847, através da já citada obra “Miséria da filosofia” — referência e crítica direta ao livro de Pierre Joseph Proudhon, “Filosofia da miséria” — Marx desenvolveu pensamentos discordantes aos de Proudhon em relação às coalizões e greves, maneiras encontradas pelos trabalhadores de reivindicar mudanças no trabalho e nas suas qualidades de vida.

Proudhon buscava uma aceitação em relação à sua repreensão às coalizões e greves de trabalhadores. Sua principal justificativa seria de que “essas coalizões resultam numa carestia geral” (MARX, 2009 apud PROUDHON, 1946), gerando um caos na sociedade e também considera que “as greves dos operários como um ato ilegal” (MARX, 2009 apud PROUDHON, 1946). Proudhon prezava por uma “sociedade ordenada pelo sistema econômico e que os operários tenham anseios individuais, mas a partir de organização em massa já é proibido e intolerável” (MARX, 2009 apud PROUDHON, 1946), numa tentativa de criminalizar e evitar que a classe trabalhadora adquirisse uma unidade ideológica e emancipatória que os libertasse do trabalho alienado e superassem o modo de produção capitalista. Criminalizando esses movimentos, os donos das propriedades privadas ficariam mais tranquilos e não precisam se preocupar com a aceitação da classe trabalhadora ao modo econômico-social vigente, ou seja, o operariado seria completamente controlado.

Mas Marx percebeu uma contradição nos argumentos de Proudhon, pois, como o liberalismo, vigente na época, valorizava a livre concorrência de mercado, seria incoerente privar o ser humano genérico de seus anseios e, portanto, as legislações que proibiriam as coalizões tiveram que ser modificadas para criar um Estado mais “livre”. Marx também faz um alerta: “quanto mais se desenvolvem a indústria moderna e a concorrência, mais elementos existem que provocam as coalizões” (MARX, 1946), ou seja, uma ação é inerente a outra.

Na época, a opinião dos economistas era unânime: as coalizões impediam o trabalho daqueles que não queriam participar, perturbavam o comércio, faziam com que as máquinas adquirissem espaço mais rápido dentro das indústrias e achavam uma ação inútil, que não geraria mudanças. As opiniões dos socialistas também tinham uma justificativa parecida, mas com outra direção: entrar em greve apenas para aumentar os salários? e em caso de concessão desses aumentos, as altas nos salários seriam temporárias e, depois de um breve tempo, as baixas permanentes e a concessão de futuras melhorias seria mais difícil, ou seja, se for para participar de uma coalizão, que seja para superar a sociedade capitalista de vez e para criar uma nova sociedade sem classes sociais (MARX, 1946).

É interessante lembrar que a própria burguesia também passou por coalizões antes de dominar o modo de produção. Marx finaliza sua crítica parafraseando a autora George Sand: “o combate ou a morte: a luta sanguinária ou nada. É assim que inelutavelmente se apresenta a questão” (MARX, 2009 apud SAND, 1946), como uma forma de expressar que somente através da luta que a revolução pode acontecer.

E para entender como as classes se organizam e por quais objetivos, é de grande relevância entender também o conceito de ‘classe’. O autor Mauro Luis Iasi, no capítulo V da sua obra “Ensaio sobre a consciência e emancipação”, destaca as diversas definições de classe que Karl Marx traz em sua principal obra, “O Capital”, são elas: “1) a classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção, 2) pela posição no interior de certas relações sociais de produção, 3) pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe e 4) pela ação social dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social” (IASI, 2007 apud MARX, 1978).

A construção do conceito de classe em Marx leva em conta a conjuntura político-social da sociedade em que cada indivíduo está inserido, assim como as suas posições atuais dentro do modo de produção vigente. Percebe-se, então, que o conceito de classes é relacional, não é definitivo e muda de acordo com as necessidades mais essenciais das pessoas. Como Iasi (2007) destaca, “as classes são síntese de múltiplas particularidades” e as suas “atuações é que definem o caráter delas”. O autor também ilustra essa síntese de múltiplas particularidades com alguns exemplos: 1- a existência do burguês coletivo, uma

pessoa que não é dona dos meios de produção, é apenas um assalariado, mas decide atuar para os interesses burgueses; 2- o próprio Karl Marx, que não era proletário, não vendia sua força de trabalho, mas toda a sua vida foi dedicada às lutas da classe trabalhadora com o apoio ideológico de suas obras emancipatórias. Esses exemplos demonstram que a “consciência e a ação são fatores importantes que constituem as classes” (IASI, 2007).

Os professores, mesmo não gerando um produto ou mercadoria a partir do seu trabalho, como trata Miranda (2011, p. 337), com base no Capítulo inédito de Karl Marx, são “trabalhadores improdutivos e trabalhadores intelectuais não manuais” — também são impactados por todas essas teorias acerca da constituição da classe e da consciência de classe. A consciência nasce a partir do momento em que eles atuam teleologicamente na sociedade, entendendo que eles são os principais sujeitos que preparam a mão de obra para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que reivindicam melhorias para a sua própria profissão, tendo em mente o caráter emancipatório dessas melhorias e desprendimento da iniciativa privada.

Antunes (1980) evidencia que, para que a burguesia mantenha-se no poder, é preciso que a outra classe social — proletariado — continue no obscurantismo, com uma falsa consciência de si. É a partir daí que entram os conceitos de ‘classe em si’ e ‘classe para si’. A ‘classe em si’ ocorre quando os movimentos do proletariado não conseguem ultrapassar os campos corporativo e econômico, ou seja, quando os trabalhadores reivindicam apenas melhorias salariais que não transformarão suas condições de vida, já a ‘classe para si’ ocorre no momento em que a classe trabalhadora adquire um conhecimento acerca da totalidade social em que vive e impõe um projeto político revolucionário (ANTUNES, 1980, p.13-16).

3. O SINDICALISMO DOCENTE BRASILEIRO

Miranda (2011) expressa que as questões salariais e baixas remunerações são temas discutidos até os dias de hoje dentro do sindicalismo docente. São pautas que moldaram a história dos sindicatos e mantêm-se recorrente nos debates das assembleias gerais e com a ascensão das políticas neoliberais, os sindicatos vão sendo cada vez mais necessários. De acordo com Miranda (2011, p. 311) “o PT (Partido dos Trabalhadores) e o governo Lula tiveram papel singular na desorganização da classe trabalhadora”, pois, sua política

governamental facilitou a ofensiva neoliberal iniciada pelos governos anteriores, selando um pacto com a aceitação de políticas destrutivas de direitos sociais.

A autora, ao ressaltar o importante trabalho educativo dos professores, lembra que “não é da natureza da escola ser capitalista, senão que por ser o modo de produção social da existência dominante capitalista, tende a mediar os interesses do capital” (MIRANDA, 2011, p. 317 apud FRIGOTTO, 1989), ou seja, até mesmo as instituições de educação são afetadas pelo modo de produção capitalista, que transfere para o professor essa responsabilidade de formar a mão de obra.

Aqui se apresentam, portanto, os elementos centrais acerca das classes sociais e lutas de classes em Marx. Na continuidade da nossa pesquisa iremos transcorrer a análise sobre a perspectiva pós-moderna, trilhando o estudo das obras daqueles autores que incorporam essa forma de abordagem no estudo das lutas sociais.

Contrariamente à análise marxiana acerca das lutas sociais, o pensamento pós-moderno parte da ideia de que a sociedade contemporânea atravessa um conjunto de mudanças que não permite mais aquelas formas de identificação tradicional, como a de classe, que motivou os movimentos sociais e políticos do século XIX e início do século XX. Considera-se que ocorre uma erosão da identidade de classe que consistia na unidade ampla das(os) trabalhadoras(es), compreendendo as diferenças identitárias como sendo aquelas que predominam na atualidade. Estas se legitimam à medida que estão sendo redimensionadas de acordo com novos e múltiplos interesses, com outros referenciais, sempre parciais e não mais universais. Assim, os interesses universais e de classe dão lugar aos desígnios grupais específicos e localistas, configurando-se nos chamados novos movimentos sociais.

As classes sociais e as lutas de classes teriam sido deslocadas como suporte estrutural da política e do poder do Estado. Surgem em seu lugar os novos movimentos sociais. A proposta pós-moderna, dos novos movimentos sociais, privilegiaria as formas de intervenção extraparlamentares, opondo as intervenções comunitárias ao estatismo, o que apontaria na perspectiva de um Estado minimalista. (EVANGELISTA, 2007 p. 178). Essa ideia política e pós-moderna se fundamenta no fracasso da perspectiva reformista (social democrata) e o revolucionário (experiências do chamado socialismo real). Para os pós-modernos, portanto, é

de que a derrota desses projetos macros societários implica no fim da política de classes que dá lugar às políticas de identidade.

4. OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS, IDEOLÓGICOS E POLÍTICOS DO SINDICALISMO DOCENTE CEARENSE

Durante o período em que nos aproximamos das entrevistas, elaboramos uma proposta de Grupo de Estudos sobre Sindicalismo e Seguridade Social. Na presença de estudantes, professoras e sindicalistas debatemos sobre a cultura da crise, focando na previdência e assistência social brasileira durante os anos 80 e 90; aprofundamos as discussões com os ensaios sobre estado, política e sociedade e também debatemos o histórico do SUS e a importância da luta da classe trabalhadora para a sua conquista. O objetivo do Grupo de Estudos era compreender o papel das organizações sindicais na luta dos comunistas, bem como a incorporação dessas entidades pelo Estado burguês. Os textos foram essenciais para compreender a resistência contra o processo de burocratização na perspectiva da independência de classe no sindicalismo contemporâneo. Por isso, o grupo de estudos trata-se de compreender os elementos essenciais da luta sindical na construção da seguridade social no Brasil. A partir daí buscamos estudar a história da Seguridade Social brasileira elucidando os determinantes econômicos e políticos nesse processo, assim como os resultados da organização da classe trabalhadora.

Os encontros ocorrem semanalmente às segundas-feiras, no turno da tarde e são ministrados entre professora/contribuição das inscritas. Foram 10 temas abordados no primeiro período do grupo, que ocorreu no semestre 2023.1, cujo os temas em questão foram: 1. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, do autor Friedrich Engels; 2. Papel econômico imediato dos sindicatos, e 3. As greves e as coligações de operários, ambos do autor Karl Marx; 4. A luta entre o capital e o trabalho e os seus resultados, 5. Sindicatos e greves, também do autor Friedrich Engels; 6. Sindicatos na Era da Reestruturação Produtiva, do autor Ricardo Antunes; 7. A cultura da Crise e Seguridade Social, de autoria de Ana Elizabete Mota; 8. Seguridade Social e Trabalho, de Ivanete Boschetti; e por último 9. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos de Jairnilson Silva Paim.

Durante o semestre de 2023.2, o debate fortalece o sindicalismo e prontifica-se na discussão da atualidade, porque entende-se que a atuação dos sindicatos continua cumprindo papel importante para as conquistas da classe trabalhadora. Apesar de atuante, o sindicalismo, na atualidade, enfrenta os desafios da pós-modernidade, a atualidade das contradições entre capital e trabalho, que se intensificam com o avanço da tecnologia e do neoliberalismo.

Posto isso, o grupo de estudos em questão, busca compreender os desafios que o sindicalismo enfrenta, buscando estudar a história do sindicalismo brasileiro e os determinantes econômicos e políticos desse processo. Os encontros também acontecem às segundas-feiras, no turno da tarde e são ministrados pela professora Doutora Sâmbara Paula Francelino Ribeiro. Propomos 10 encontros, sendo eles orientados pela obra de Ricardo Antunes em "O Privilégio da Servidão: o novo proletário de serviço na era digital. ”

Estruturou-se os encontros com as perspectivas temáticas: 1. Para onde foi o novo sindicalismo? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical; 2. Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negociar; 3. Quem é a classe trabalhadora hoje?; 4. A subjetividade operária, as reificações inocentes e as reificações estranhadas; 5. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o abstrato; 6. A sociedade dos adoecimentos no trabalho; 7. A precarização do trabalho como regra; 8. A (des) construção do trabalho no Brasil do século XXI; 9. Há futuro para os sindicatos?; E 10. Há futuro para o socialismo? Por um novo modo de vida na América Latina. A pesquisa documental trouxe o conhecimento sobre a legislação, a memória e alguns princípios políticos de cada um dos três sindicatos investigados, com a análise de estatutos, regimentos, registros históricos, notas políticas, convocação para atos públicos, artigos de jornais e revistas, impressos ou revistas online. Contamos também com a observação participante em assembleias e eventos realizados pelos sindicatos durante os meses de agosto de 2022 até agosto de 2023. Isso rendeu ricos aprendizados sobre os debates e polêmicas presentes na dinâmica dos sindicatos.

O resultado da pesquisa de campo será apresentado aqui como uma análise prévia dos primeiros questionários aplicados entre docentes, diretores(as) e ex-diretores(as) das últimas 5 gestões dos sindicatos investigados. Iniciamos as perguntas, indagando sobre a origem do sindicato. Podemos classificar as respostas obtidas em dois tipos de manifestação. A primeira que foge da questão, afirmando não ter participado desse momento na história do sindicato; e

a segunda, onde, tanto aqueles sujeitos que não estiveram presentes nesse momento, como os que estiveram na fundação compreendem os determinantes gerais para o surgimento do sindicato, apresentam as informações de maneira precisa com a devida dimensão do significado sócio-político do surgimento da entidade.

Sobre o lugar da categoria de classes na origem de cada sindicato investigado podemos tabular três ordens de respostas. Uma primeira que também foge a questão, argumentando não ter acompanhado esse momento, outra que confunde a categoria teórica de classe social com a própria classe trabalhadora, e uma terceira que identifica a presença central da categoria classe social na existência do sindicato ainda que, por vezes, não a conceituando adequadamente.

Outra questão que compõe o questionário diz respeito ao debate sobre a categoria teórica de trabalho no universo da docência. Nesse sentido, também apontamos três perspectivas nas respostas. A maioria não tem apropriação sobre o debate que atravessa a construção da identidade docente, mesmo quando compreende o professor como trabalhador e outra que pensa em tratar apenas da dicotomia entre trabalho intelectual e manual.

Todos os narradores, ressaltam que um sindicato combativo é importante para a construção ideológica da luta de classes, mesmo cada um falando à sua maneira. Associado a esse pensamento, identificamos a noção de uma construção teórico metodológica crítica e dialética que se fortalece através da construção coletiva da realidade observada e vivenciada por cada sindicato analisado, buscando perpassar o entendimento imediato da modernidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de investigar os fundamentos teóricos e ideo-políticos não será facilmente alcançado, dado a composição heterogênea dos sindicatos na contemporaneidade, bem como o aprofundamento das contradições e da complexidade que constitui a realidade social, especialmente quando se trata de organizações políticas.

As próprias entrevistas podem expressar essa complexidade do objeto investigado requerendo a completude da coleta de dados, bem como uma série de cruzamentos com

outros analisados nesse contexto por meio da pesquisa documental e análises teóricas. Nesse sentido se destaca os argumentos trazidos para identificar quanto esforço requer uma análise dessa envergadura. Um complexo debate teórico. Ao indagarmos sobre a presença do marxismo no sindicato observamos que “se pegarmos as categorias luta de classes, revolução, socialismo e comunismo, termos bem próprios do "marxismo" é possível afirmar que exista no movimento docente um desvio da curva marxista”. (ENTREVISTA 8, 2021)

Esse desvio poderia se “manifestar mais claramente, compreende as questões relacionadas ao identitarismo, isto é, quando temas relacionados ao gênero, etnia e a diversidade sexual chegam desprovidos do seu recorte de classe. ” As lutas ao seguir essa linha se dão de forma isoladas pautadas por grupos específicos e centrada em processos de subjetivação que perdem o horizonte da luta de classes, havendo assim sua negação, portanto a negação do marxismo. ” (ENTREVISTA 8, 2021). No entanto, tem se presenciado um esforço bastante significativo dos sindicatos classistas para incorporar a questão das opressões sem desvinculá-las do referencial classista.

Por outro lado, podemos atestar na realidade e no depoimento que segue “o burocratismo sindical, no caso brasileiro mais recente da história do sindicalismo e do movimento docente, advindo com a política de conciliação de classes, promove manifestações claras de negação do marxismo com a atomização dos atores sociais, o que gerou o sindicalismo de resultados e negação da transformação social via revolução, passando se a crer falsamente que a mudança viria por meio da política institucional, seja com as ações dos poderes executivo, legislativo e judiciário ao agirem em harmonia. No sindicalismo de resultados, filhote da política de conciliação, temos a negação da luta de classes, como característica fortíssima de rejeição do marxismo. ” (ENTREVISTA 8, 2021)

Como indicação inicial apontamos a possibilidade de não se chegar a um referencial único, específico e bem delimitado na orientação teórica e ideo-política dos sindicatos pois isso varia de acordo com a composição da diretoria - e em geral essa composição não tem como critério inicial de aglutinação de pessoas ter fundamentos teóricos comuns (o que pode acarretar problemas, inclusive). Em geral, sempre há marxistas nas gestões, mas isso não é uma obrigação e não significa que os marxistas sejam sempre maioria. A forma como

construímos as lutas, relação com a base, as greves, e sobretudo na forma como é concebido o papel do sindicato estão marcas dessa perspectiva teórica.

De todo modo, a investigação se mostrou bastante instigante e promissora na busca do entendimento acerca dos aspectos que determinam e influenciam a dinâmica organizativa das entidades pesquisadas. Pois esta apresenta uma diversidade de elementos que confluem para os refletores que a realidade aponta, ao mesmo tempo que revela fatores antes desconhecidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Capítulo 1 - A emergência da consciência de classe ('A Teleologia do Trabalho' e 'Espontaneidade e Vanguarda Operária'). In: _____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a Consciência de Classe (1930-35)**. 1980. 269 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Privilégio da Servidão: o novo proletário de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

VANGELISTA, J. E. **Teoria social pós-moderna- introdução crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

IASI, Mauro Luis. Capítulo V - O conceito e o "não conceito" de classes em Marx. In: _____. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 99-121.

MARX, Karl. Capítulo II - A Metafísica da Economia Política (§ V - As greves e as coalizões dos operários). In: _____. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. São Paulo: Editora Flama Ltda, 1946. Tradução e Introdução de Miguel Macedo.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe Trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2019.

_____. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. Rio de Janeiro: UERJ, **Revista em Pauta**, n. 20, 2007.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011. 400 f. Dissertação (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2011.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

TOURAINÉ, Alan. **O pós-socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONSTRUÇÃO DA CARTILHA "COMBATE AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA"

RELATO DE EXPERIENCIA: CONSTRUCCIÓN DE LA CARTILLA "COMBATE A LA VIOLACIÓN DE VULNERABLES CONTRA NIÑOS Y ADOLESCENTES EN EL MUNICIPIO DE SANTA MARIA"

Franciele Strossi Pedrolo²⁴
Cristiane Matiazzi Posser²⁵

Resumo: O referido trabalho tem como objetivo analisar o contexto da dimensão do crime de estupro de vulnerável no Brasil. Para tanto, tem como base a construção do projeto de intervenção de estágio em Serviço Social. A partir desse processo, evidenciou-se os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes de até 14 anos no Brasil e reflexões das vivências no processo de estágio. Nesse sentido, entende-se que a partir da elaboração e divulgação de cartilha informativa, destinada para a rede de proteção da infância e adolescência de Santa Maria/RS, será possível ampliar a discussão desta temática, bem como, evidenciar a problemática da gestação precoce enquanto uma das consequências, assim como os direitos que devem ser garantidos às vítimas.

Palavras-chave: Relato de experiência, estupro de vulnerável, crianças e adolescentes.

Resumen: El referido trabajo tiene como objetivo analizar el contexto de la dimensión del crimen de violación de vulnerable en Brasil. Para ello, tiene como base la construcción del proyecto de intervención de pasantía en Servicio Social. A partir de ese proceso, se evidenció los datos de violencia sexual contra niños y adolescentes de hasta 14 años en Brasil y reflexiones de las vivencias en el proceso de prácticas. En ese sentido, se entiende que a partir de la elaboración y divulgación de cartilla informativa, destinada para la red de protección de la infancia y adolescencia de Santa Maria/RS, será posible ampliar la discusión de esta temática, así como poner de relieve la problemática de la gestación precoz como una de las consecuencias, así como los derechos que deben garantizarse a las víctimas.

Palabras clave: informe de experiencia, violación de una persona vulnerable, niños y adolescentes.

²⁴ Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Serviço Social - Bacharelado, Santa Maria/RS - Brasil. E-mail: strossifranciele@gmail.com.

²⁵ Mestra em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre - RS, Brasil. Doutoranda, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis - SC, Brasil. E-mail: cristianematiazziposser@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade discorrer sobre um relato de experiência da vivência oportunizada no decorrer da realização do estágio obrigatório em Serviço Social²⁶. Este ocorreu nos ambulatorios do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), no qual planejou-se a elaboração de uma cartilha denominada “Combate ao Estupro de Vulnerável²⁷ contra crianças e adolescentes no município de Santa Maria”, direcionada aos profissionais que atuam na rede de proteção de crianças e adolescentes. Esta encontra-se em processo de implantação e implementação, de modo a ser divulgado na rede do referido município.

Para tanto, primeiramente explana-se sobre a definição de violência sexual e as suas formas de manifestação. Assim, é discutido sobre como o estupro ainda é o crime com maior proporção na vida de crianças e adolescentes entre 0 a 13 anos. Sendo as principais vítimas meninas e tendo como principal autor familiares. Com isso, compete analisar que grande parte dos agressores tem contato prévio com a vítima.

Em segundo momento, discorre-se sobre a gravidez na adolescência enquanto um problema social e de saúde pública. Observou-se a necessidade de tal discussão devido a muitos profissionais normalizarem as ocorrências, de modo que por vezes, não viabilizam informações sobre os direitos das gestantes vulneráveis, seja interromper ou não a gestação, ou até mesmo a entrega voluntária para adoção.

No último subitem do trabalho, é apresentado sobre a necessidade da elaboração do projeto de intervenção no estágio I e II e o processo de construção da cartilha. Baseado nisso, elucida-se sobre a delimitação do material para os casos de violência sexual, apenas contra crianças e adolescentes até 14 anos. Sustentando sua elaboração e aplicação com base nos casos mais recorrentes no HUSM através da identificação de negligência e informações precárias passadas ou não pela rede de atenção a crianças e adolescentes, além dos números

²⁶ “O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais” (PNE, 2011, p. 11).

²⁷ “Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos” (Brasil, 2009).

referentes ao estupro de vulnerável de crianças e adolescentes divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023.

2. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A CONJUNTURA DA REALIDADE BRASILEIRA

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)²⁸ defina no artigo 5º que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...]”, dados recentes sobre as notificações de estupro de vulnerável divulgadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2023 e utilizados para a elaboração do projeto de intervenção demonstram o contrário. Cabe, antes disso, elucidar algumas definições e conceitos a respeito da violência sexual e suas classificações.

Desse modo, a Lei nº13.431, a qual estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, considera em seu artigo 4º, parágrafo III, que a violência sexual é entendida como “qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não [...]” (Brasil, 2017). Devido a isso, o estupro é um tipo de violência sexual, sendo um dos maiores atos de violência e controle do corpo dos indivíduos, em sua maioria mulheres, tendo em vista a cultura patriarcal em que está inserida.

Dentre as formas de manifestação de violência sexual a Lei nº13.431 compreende o abuso sexual. Este se expressa por meio do uso de crianças e adolescentes para fins sexuais, seja com conjunção carnal ou outro ato libidinoso, podendo ser praticado de forma presencial ou eletrônica, para estimular sexualmente um adulto (Brasil, 2017). Esta forma de violência pode ser intrafamiliar, cometido por alguém da mesma família ou, extrafamiliar, mas, ainda podendo ocorrer por meio de conhecidos próximos da família ou da vítima (Childhood, 2020). A exploração sexual comercial é entendida como o uso de criança ou adolescente em

²⁸“O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi institucionalizado pela Lei Federal nº 8.069 de 1990. Caracterizado por ser um conjunto de normas para preservar e garantir os direitos das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, é reconhecido como o maior marco na proteção da infância e adolescência no país, envolvendo não somente as famílias, mas também o Estado e toda a sociedade brasileira” (Childhood Brasil, 2022).

atividade sexual, mediante remuneração ou qualquer outro benefício, podendo ocorrer de maneira independente ou por meio do apoio de terceiros, seja de modo presencial ou eletrônico (Brasil, 2017).

A principal diferença entre abuso e exploração sexual é que, esta baseia-se no pagamento²⁹, seja em dinheiro ou por meio de outro benefício, ou seja, o corpo da criança e do adolescente passa a ser visto como objeto e mercadoria. Dentre as modalidades de exploração sexual, tem-se o tráfico de crianças e adolescentes, por meio de rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada. Nessa perspectiva, pauta-se em qualquer forma de trabalho sexual de crianças ou adolescentes, sejam agenciadas ou não, baseando-se em fatores culturais, econômicos e sociais (Childhood, 2020).

Tal forma de violência sexual reflete a sociedade capitalista contemporânea, na qual as relações sociais baseiam-se na venda e no consumo daquilo que é oferecido, inclusive, do próprio corpo. Por vezes, a exploração sexual infantojuvenil ocorre em meio à pobreza, a título de exemplo, existem casos em que uma família vulnerável explora sexualmente dos(as) filhos(as) como uma estratégia de sobrevivência em meio a uma situação econômica precária.

Essa estratégia, em outros casos, é uma escolha do próprio adolescente, devido a predominância do consumo e pela rede familiar não possuir condições de arcar com todas as despesas impostas pela população desde cedo (Childhood, 2020). Por outro lado, não há como normalizar essas ocorrências mas sim, problematizar esta questão, de modo a visibilizá-la para demonstrar a importância da ampliação e/ou efetivação de políticas públicas que possam trabalhar a pobreza que levam determinado núcleo familiar ou a própria vítima a pensar no trabalho sexual infantil como única alternativa, preservando a sua proteção integral e, também, sua rede de apoio familiar e comunitária.

Com base nesse contexto, a partir dos registros foi possível verificar que a maior parte das notificações de estupro em 2022 correspondem ao estupro de vulnerável. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023, foi observado que entre os casos de estupro

²⁹“Essa prática tem sido milenarmente denominada de “prostituição”. Entretanto, o termo prostituição engloba várias modalidades de práticas sexuais mediadas por dinheiro ou troca de favores. No caso de crianças e adolescentes, desde o I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado na Suécia em 1996, passou-se a denominar essa forma de violência como exploração sexual de crianças e adolescentes, considerando que eles são explorados por um adulto” (Childhood, 2020, p. 115).

praticados em 2022, 61,4% das vítimas tinham até 13 anos. Além disso, a respeito do local em que ocorreu a agressão, foi analisado que 72,2% aconteceram dentro de casa. Sendo que em 71,5% das vezes o estupro de vulnerável é cometido por um familiar. Dentre esses registros, existe um pico de casos no sexo feminino entre 3 e 4 anos de idade, tendo um aumento dos 9 aos 13 anos. Já no sexo masculino, o maior índice se dá aos 4 anos. Por meio desses dados é possível afirmar que a maior parte das vítimas são meninas entre 10 a 13 anos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

A partir disso é possível evidenciar que a maior parte da violência sexual praticada contra vítimas de até 14 anos passa despercebida, pois acontece dentro da própria casa, podendo ser cometida por membros da família ou conhecidos da criança. Por isso, grande parcela dos agressores tem fácil acesso ao ambiente doméstico das vítimas. Nessa perspectiva, parte das violências sexuais no Brasil têm como agressor familiares, vizinhos e amigos, os quais possuem contato prévio com as vítimas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Ainda, conforme elucida Taquette et al. (2021), em muitos casos, o estupro não é notificado pelo não reconhecimento da família ou da vítima como uma violência sexual. Isso ocorre devido a relação da vítima com o agressor possuir o conhecimento da família e ser praticada, em determinadas situações, com o consentimento da vítima. Por outro lado, a legislação do Brasil considera que uma pessoa só é capaz de consentir a partir dos 14 anos com qualquer relação sexual (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Pereira (2022) também afirma que a adolescência corresponde a um período de maturação biológica, psíquica e social.

Além disso, existem outros fatores para os baixos índices de notificações, sendo estes o medo do agressor, medo do julgamento e descrença no sistema judiciário (Souza et al. 2005). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, os órgãos de proteção e serviços públicos responsáveis pelo acolhimento e registros de estupros, ainda são conservadores e culpabilizam a vítima pela violência sofrida.

A partir disso é possível compreender as dificuldades que as vítimas enfrentam ao denunciarem uma modalidade de violência sexual em equipamentos públicos com bases ainda machistas e conservadoras. Partindo dessa análise, cabe capacitar os órgãos envolvidos, através da destinação de orçamento público para qualificar os profissionais e equipamentos

necessários ao atendimento das violências infantojuvenis, garantindo a prioridade absoluta a esse público, como previsto no artigo 4º do ECA³⁰.

2.1 GRAVIDEZ PRECOCE: UM PROBLEMA SOCIAL E DE SAÚDE PÚBLICA

A gravidez na adolescência, apesar de normalizada entre os séculos, XVII e XVIII, onde a infância era uma etapa curta na vida das pessoas, na modernidade passou a ser vista como um problema social. Isso ocorre, devido ao surgimento de novas concepções sobre adolescência, cabendo a eles o avanço na escolarização, preparação para o trabalho e a construção da identidade (Santos et al. 2017).

Taquette et al. (2021), ressalta que o número de gestantes, vítimas do crime de estupro de vulnerável, podem estar fora das estatísticas oficiais. Tendo em vista que muitos dos casos ocorrem no âmbito familiar, grande parcela das violências estão nos números de subnotificação e, por vezes, são escondidos pela própria família. De acordo com a autora, fatores como desigualdade social e difícil acesso aos serviços de aborto legal também tornam-se facilitadores para que essa estatística de gestação ocorra longe do alcance dos números de violência sexual.

Nesse sentido, quando gestantes, a ausência de informações facilitadas nos serviços enquadra-se como uma violência obstétrica³¹. Pois, segundo Diniz et al. 2015, o termo “violência obstétrica”, pode ser utilizado para descrever as variadas formas de violência, as quais podem ocorrer durante a gravidez, no parto, pós-parto e abortamento. Além disso, o viés racial implícito contribui para possíveis práticas de violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil, por ter sido construído no contexto sócio-histórico que legitimou a escravidão negra no Brasil. Essa ideologia da inferioridade e coisificação, herdada da escravidão, faz com que a subalternidade da população negra seja naturalizada, inclusive

³⁰ “A garantia de prioridade compreende: d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude” (ECA, 1990, p. 1).

³¹ Entende-se por violência obstétrica a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres (D’ Oliveira et al. apud Diniz et al. 2015, p. 3).

manifestada nas diferentes instituições e, também, no Sistema Único de Saúde (SUS) (Assis, 2018).

Com base nisso, o racismo institucional³² atua de forma sutil na discriminação e preconceito e se expressa nas desigualdades de acesso aos serviços e benefícios (López, 2012). Assim, gestantes negras já são negligenciadas nos equipamentos, quando adolescentes a situação pode se agravar, devido ao fato dos profissionais colocarem esse grupo em uma posição de inferioridade e conformação, mesmo que de forma não intencional, seja pelas suas condições socioeconômicas e territoriais, por se tratar de um grupo, na sua maioria, originário de uma realidade social vulnerável.

Essa situação, somada a outros fatores de violação de direitos, pode ser considerada “[...] um poderoso desestímulo para as mulheres procurarem e usarem os serviços de assistência obstétrica” (OMS, 2014, p. 1). Além disso, contribui para que gestantes vulneráveis e as próprias famílias não procurem os serviços de proteção de crianças e adolescentes, por serem submetidos a situações violência institucional e revitimização³³.

Ademais, muitos casos de gravidez na adolescência, abaixo de 14 anos, são escondidos pela família ou pela própria adolescente por não se sentir violentada (Taquette et al. 2021). Cabe considerar que a maternidade é um fenômeno social e possui significados diferentes dependendo da sociedade e do momento histórico em que ocorre, por isso

Estudos demonstram o quanto a maternidade é uma construção social que orienta os conceitos, as práticas e os afetos, estabelecendo normatizações para sua ocorrência nas diversas faixas etárias, como a adolescência (Santos et al. 2017, p. 17).

Diante do exposto, uma das estratégias da mudança de vida das adolescentes como a única forma de superarem a condição de vulnerabilidade e também, impostas pela família para proteger a reputação da mesma em casos de gravidez precoce, é aderir ao casamento. Como menciona Pereira (2022, p. 40)

³² O racismo institucional diz respeito ao funcionamento das instituições que atuam, mesmo que indiretamente, de acordo com vantagens ou desvantagens com base na raça (ALMEIDA, 2019).

³³ Os conceitos de violência institucional e revitimização encontram-se no Decreto nº 9.603/2018 art. 5º, o qual estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

[...] uma das questões que se impõe é que adolescentes mais vulnerabilizadas projetam para o futuro a maternidade e a conjugalidade como forma de se reafirmarem enquanto adultas e, mesmo que a gravidez se dê inesperadamente, ela faz parte do repertório e não é interpretada, necessariamente, como “algo fora de lugar” em todas as situações.

Sendo assim, segundo Pereira (2022), existe uma tendência de grupos com condições socioeconômicas precárias entrarem nas ocorrências de gravidez na adolescência, afirmando que “[...]grande parcela das adolescentes grávidas se encontra em situação socioeconômica precária, o que se associa à ausência de condições adequadas de saúde, higiene, alimentação e habitação (p. 18).” A partir disso, acreditam que a maternidade e a conjugalidade é o único caminho para a emancipação e valorização (Santos et al. 2017), mesmo que ainda não se esteja no tempo exato para realizar tamanha aspiração.

Esse processo passa a ser visto como um problema social e de saúde pública com base na análise da realidade social em que encontram-se as gestantes precoces. Pode-se considerar, também, os problemas de saúde que estas meninas podem enfrentar na gestação e maternidade, como aborto precoce, sobrepeso, parto prematuro, depressão pós parto, entre outras complicações. Além disso, cabe mencionar a evasão e o abandono escolar, desemprego, entrada precoce no mundo do trabalho e outras adversidades que colocam esses adolescentes a uma maior exposição de vulnerabilidade social (Santos et al. 2017).

Mediante isso, cabe considerar que muitas dessas gestações são resultado do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, a gestação na juventude já é vista como algo negativo na sociedade e quando consequência de um abuso torna-se ainda mais complexo. Conforme Santos et al. (2017): “Em alguns casos as meninas são vistas como vítimas, em outros como responsáveis pelo ocorrido” (p. 69). Nos casos em que os abusos são decorrentes de relações intrafamiliares, Santos et al. (2017) também afirma que “Há relatos em que a família acolhe a adolescente e outros em que acolhe o suposto autor da violência” (p.69).

Com base no exposto, apesar do sistema judiciário afastar o agressor da vítima, a fim de assegurar a proteção integral da criança ou adolescente, isso não impede que o mesmo deixe de conviver dentro da esfera familiar, especialmente em casos que mantém proximidade

com a família (Azambuja, 2006). Diante desses casos, existe a decisão de afastar a criança abusada do seu núcleo familiar³⁴, infelizmente “Não raras as vezes nos deparamos com situações em que a mãe não consegue reconhecer o abuso a que foi submetida sua filha [...]” (Azambuja, 2006, p. 11).

Tal estereótipo de culpabilização da vítima pelo abuso sofrido acaba por normalizar os casos em que ocorre gravidez de meninas entre 10 a 13 anos. Há casos em que a vítima de violência sexual não é orientada quanto aos seus direitos pela rede de atenção à infância e adolescência, seguindo com a gestação e não responsabilizando judicialmente o agressor. Ademais, mesmo que obtenham os direitos de proteção assegurados e a escolha de seguir ou não com a gestação ou maternidade, segundo Santos et al. (2017) corresponde um processo longo e complicado, além de poder sofrer

[...] interferência dos vários agentes responsáveis pelo trâmite, cuja concepção sobre essa prática pode operar a favor ou contra a lei. Vencida a etapa judicial, a execução do aborto vai depender das condições dos serviços de saúde local. Todo esse processo pode durar mais tempo do que os 3 meses nos quais a interrupção da gravidez é permitida (p.68).

Portanto, os serviços de saúde, educação, assistência, dentre outros, devem manter a atenção em casos de meninas gestantes, garantindo ações de prevenção da gravidez precoce, além de contribuir para a educação sexual e denúncias em casos de abuso sexual. Por isso, cabe aos profissionais aplicarem as devidas orientações e prescrições frente a essas situações, inclusive se responsabilizando pela notificação, uma vez que for identificada uma relação de suspeita de violência sexual. Não sendo ético por parte do profissional julgar e/ou criticar as meninas gestantes que procuram os serviços, visto que tal atitude pode contribuir para a impunidade nos casos de violência que geram gravidez em muitas adolescentes (Santos et al. 2017). Com base nesse contexto, foi identificada a necessidade de um material informativo que sirva de referência para a equipe técnica da rede de proteção de crianças e adolescentes do

³⁴ Diante dessas situações, é pertinente analisar como crianças e adolescentes ainda são vistas como meros objetos de intervenção do Estado. Isto pois, se opta por institucionalizá-las sem pensar em outras alternativas. É essencial destacar o previsto no artigo 19 do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, a qual estabelece a colocação da criança ou do adolescente sob os cuidados da família extensa, de família substituta ou de serviço de acolhimento familiar e, somente em últimos casos, considera o acolhimento institucional (Brasil, 2017).

município de Santa Maria/RS, de modo a contribuir para um atendimento de qualidade as vítimas de violência sexual, o qual terá seu processo de construção abordado a seguir.

2.2 O PROJETO DE INTERVENÇÃO “COMBATE AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA”

A cartilha “Combate ao Estupro de Vulnerável contra crianças e adolescentes no município de Santa Maria”, foi pensada a partir do crime de estupro de vulnerável, apenas quando aplicada a violência sexual de vítimas com até 14 anos. Isso foi delimitado com a aproximação dos registros mais recorrentes no HUSM a partir do estágio supervisionado nos ambulatórios. Nesse sentido, foi realizada a coleta de dados de notificações no Brasil, com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 e pela ferramenta de tabulação “TabNet”³⁵ do DATASUS.

Este material ainda encontra-se em processo de implementação e será aplicado, de início, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Diácono João Luiz Pozzobon, localizada no Bairro Maringá, no município de Santa Maria/RS, tendo em vista que esta constitui parte da rede de profissionais que atuam com crianças e adolescentes. Foi observado durante o processo do estágio I a necessidade do planejamento da cartilha devido os constantes entraves no que tange às informações divulgadas sobre o crime de estupro de vulnerável e suas configurações, pelos profissionais, entidades e instituições da rede de proteção. A necessidade da construção da cartilha surgiu também da observação da ausência de notificações e orientações corretas diante de violência sexual contra vítimas de até 14 anos, principalmente quando identificado gravidez precoce decorrente desse crime.

Durante o planejamento do referido projeto de intervenção, foi realizada análise de dados disponíveis no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, identificando um aumento significativo dos registros de estupro de vulnerável em relação aos últimos anos no

³⁵ “O TabNet é uma ferramenta de tabulação desenvolvida pelo DATASUS que permite tabulações on-line de dados e geração de planilha, com rapidez e objetividade, da base de dados do SUS [...]” (SIOPS – Manual TabNet, 2012).

Brasil. Também foi realizada a tabulação dos números de gravidez de meninas até os 14 anos com base nos registros do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, visto que se configura como uma gestação de vulnerável, mesmo quando o genitor corresponde como “companheiro”. Dentre os macrofatores responsáveis pelas causas/motivos da gestação na adolescência, foi identificado, a necessidade de mudança de status social, resultando em gravidez estratégica, o descuido na relação sexual, resultando em gravidez não planejada e a violência sexual, gerando uma gravidez indesejada (Santos et al. 2017).

Assim, alguns desses macrofatores foram identificados nos acompanhamentos de pré-natal do HUSM. Partindo dessa análise, mesmo que a gravidez não decorra de uma violência sexual, ainda se configura no crime de estupro de vulnerável quando identificada em crianças e adolescentes de até 14 anos. Apesar disso, a rede de proteção nem sempre caracteriza esses casos como um abuso e acaba não notificando tais violações. Dito isto, a cartilha foi pensada e elaborada para os técnicos, justamente para orientá-los frente a essas situações, pois, conforme o artigo 13 da Lei nº 13.431/2017

Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público (Brasil, 2017).

A partir disso, o material foi planejado com base nas demandas identificadas durante o estágio I e II em uma instituição considerada a referência de atendimentos em violência sexual de crianças e adolescentes no município de Santa Maria/RS e região. Dito isto, na cartilha elaborada, será possível encontrar conceitos que determinam as diferenças entre os crimes de abuso sexual e exploração sexual contra vulneráveis. Sendo abordado, também, a legislação do estupro de vulnerável, além do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Quanto o que mostram os dados do último Anuário Brasileiro, também foram elucidados no informativo, junto aos principais sinais de identificação de violência sexual e como o profissional da educação deve acolher a vítima, enfatizando o que prevê a escuta especializada de acordo com o Decreto nº 9.603/2018, no seu artigo 19. Além disso, explana-se os canais de denúncia de Santa Maria/RS, conforme o funcionamento do fluxo no município.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das observações durante o processo de estágio obrigatório no HUSM, foi possível aproximar-se da problemática do crime de estupro de vulnerável e da gestação precoce, decorrente de abuso sexual. Através dessa inserção, analisou-se a realidade e o contexto social em que as vítimas e o seu núcleo familiar encontram-se. Desse modo, foi identificado as falhas de articulação entre as redes de proteção de crianças e adolescentes para garantir a sua proteção diante de violência sexual.

Ademais, identificou-se números ainda alarmantes de violência sexual contra vulneráveis no Brasil e gestação de meninas entre 10 a 14 anos. Sendo assim, para preservar os direitos desse público, torna-se essencial, também, realizar o atendimento da família, visto que maior parte das infrações são decorrentes de relações intrafamiliares, podendo gerar outros tipos de violência dentro do âmbito privado. Grande parcela das negligências apresentadas partem de diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. Assim sendo, é fundamental analisar a rede de apoio familiar infantojuvenil, devido os principais agressores terem fácil acesso a vítima, favorecendo a manipulação, sedução com promessas e ameaças a esse público. Além disso, muitas crianças e adolescentes não se reconhecem como vítimas, em alguns casos, nem mesmo os familiares consideram a violência como um crime. Por vezes essas relações têm a consciência e/ou aprovação da própria família, mesmo que a legislação no Brasil define que esse público só é capaz de consentir com 14 anos.

Isso se dá por diversos fatores, inclusive culturais, pois, por muito tempo a infância foi vista como uma curta etapa da vida, sendo a prioridade na vida da mulher assumir responsabilidades domésticas. Porém, na sociedade contemporânea, essa prática passa a ser problematizada, considerando a gravidez precoce, por exemplo, como um problema de saúde pública. Na atualidade cabe assegurar o desenvolvimento integral desse público, respeitando todas as fases do seu processo de maturação. Uma gestação na adolescência pode resultar em diferentes intercorrências e interromper a continuidade da evolução dessas fases.

Dessa maneira, compete investigar os fatores que colocam em risco a proteção infantojuvenil. Dentre estes, tem-se a exposição a pobreza e as estratégias de sobrevivência da família e/ou da própria vítima para alterar esse cenário. Nesse contexto, foi observado a

gravidez enquanto um facilitador para a mudança de status social, possibilitando a conjugalidade e a emancipação social de muitas adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Em outros casos, a gravidez é fruto de uma violência sexual, sendo essencial orientar a gestante sobre os seus direitos, tanto de interromper a gestação como dar continuidade a mesma, podendo entregar o recém nascido para a adoção, e responsabilizando o agressor.

Outro ponto que deve ser elucidado é o quanto determinadas práticas e comportamentos dos profissionais são impeditivos para que essas violências sejam responsabilizadas. Fatores como culpabilização e críticas diante de gravidez decorrente de abuso são o reflexo de concepções sobre a adolescência e a sexualidade, desestimulando vítimas e familiares, os quais já passam por diversos processos burocráticos e cansativos durante as denúncias. Dessa forma, a violência institucional também contribui para a impunidade das violências sexuais, colaborando para a normalização da gravidez precoce, por exemplo. É nesse contexto que as políticas públicas e as estratégias de prevenção passam a ter uma grande influência na saúde sexual e reprodutiva de muitos adolescentes, pois são as formas de garantir ou não as ações de prevenção e atenção em casos de gravidez (Santos et al. 2017).

Diante do exposto, é a partir desse processo de prevenção e enfrentamento que se sustenta a elaboração e a divulgação da cartilha “Combate ao Estupro de Vulnerável contra crianças e adolescentes no município de Santa Maria”. Assim, por meio desse material amplia-se os direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, além de contribuir para a propagação dos direitos de adolescentes gestantes em decorrência de abuso sexual. Através da cartilha é possível auxiliar os técnicos da rede de atenção a como identificar e prosseguir diante de algum tipo de violência sexual, destacando os canais de denúncias que podem ser utilizados.

Com esse material, pode-se contribuir para a articulação entre os órgãos de proteção, principalmente da saúde, assistência e educação, sendo possível colaborar para que se tenha a integração de diferentes setores que atuam com crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violência sexual. Conclui-se, ainda, a necessidade de capacitar os profissionais da rede de proteção para atender e prevenir casos de violência infantojuvenil, de modo a executar o ECA na sua plenitude e garantir a prioridade absoluta prevista no seu art. 4º (Brasil, 1990).

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS**, 2011. Disponível em: <https://abre.ai/g97Y>. Acesso em: 28 out. 2023.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ASSIS, Jussara Francisca de. **Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica**. Serviço Social & Sociedade, p. 547-565, 2018.

BRASIL, CHILDHOOD. **Guia de Referência Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual**. 4ª Edição, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/g97W>. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kEJLV>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. **Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência**. Brasil, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://abre.ai/g97Z>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores**. Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <https://abre.ai/g971>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. **Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)**. Brasília, DF, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://abre.ai/g975>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. Brasília, DF, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://abre.ai/g976>. Acesso em: 30 out. 2023.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/g979>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CHILDHOOD BRASIL. **ECA 32 anos: origem e avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://abre.ai/g98j>. Acesso em: 28 out. 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

DE AZAMBUJA, Maria Regina Fay. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 5, n. 1, p. 1-19, 2006.

DINIZ, Simone Grilo et al. **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção**. J Hum Growth Dev, v. 25, n. 3, p. 377-376, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/g98l>. Acesso em: 16 out. 2023.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, p. 121-134, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014. Disponível em: <https://abre.ai/g98o>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PEREIRA, LETÍCIA MENDES. **ADOLESCÊNCIA PRIMEIRO, GRAVIDEZ DEPOIS? O COMPORTAMENTO SEXUAL E REPRODUTIVO DE ESTUDANTES DE 13 A 17 ANOS NO BRASIL**.

SANTOS, B. R. et al. **Gravidez na adolescência no Brasil: vozes de meninas e de especialistas**. Brasília: Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA); 2017. Disponível em: <https://abre.ai/g98x>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SIOPS. **Manual sobre o uso da Ferramenta de Tabulação TABNET**, 2012. Disponível em: <https://abre.ai/g98D>. Acesso em: 18 out. 2023.

SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE, Leila. **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. In: Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios. 2005.

TAQUETTE, Stella Regina et al. **A invisibilidade da magnitude do estupro de meninas no Brasil**. Revista de Saúde Pública, v. 55, 2021.

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ADOECIMENTO MENTAL NO SÉCULO XXI

SOCIAL SERVICE AND MENTAL HEALTH: PROFESSIONAL EXERCISE AND MENTAL ILLNESS IN THE 21st CENTURY

Marisa Camargo³⁶
Hélder Boska de Moraes Sarmento²
Eliete Cibele Cipriano Vaz³
Fernanda Hoeppers de Araujo⁴

Resumo: Este artigo proposto pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS) vinculado aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (PPGSS) do Departamento de Serviço Social (DSS) do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trata sobre o tema exercício profissional em Serviço Social e o adoecimento mental no século XXI. Tem como objetivo geral explicitar a relação do exercício profissional em Serviço Social com o adoecimento mental dos (as) assistentes sociais de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul no século XXI, tendo em vista contribuir na identificação de estratégias de prevenção e enfrentamento em saúde mental. Trata-se de uma pesquisa com enfoque misto, baseada em pesquisa bibliográfica e de campo, fundamentada no método dialético crítico e suas principais categorias.

Palavras-chave: Serviço Social; exercício profissional; saúde mental.

Abstract: This proposed article by Group of studies and Research in Social Service (GEPSS), linked to Graduation Course and Postgraduate (PPGSS) of the Department of Social Service of the Socioeconomic Center (CSE) of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), deals with the topic of professional practice in Social Service and mental illness in the 21st century. Its general objective is to explain the relationship between the Social Service professional activity and the mental illness of social workers in Santa Catarina, Paraná and Rio Grande do Sul in the 21st century, with a view to contributing to the identification of prevention and coping strategies in mental health. This research has a mixed focus, based on bibliographical and field research, on the critical dialectical method and its main categories.

³⁶ Doutora em Serviço Social, Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Serviço Social (DSS), Florianópolis/SC - Brasil. E-mail: marisa.camargo@ufsc.br

² Doutor em Serviço Social, Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Serviço Social (DSS), Florianópolis/SC - Brasil. E-mail: helder.boska@ufsc.br

³ Doutora em Serviço Social, Docente na Universidade Federal de Santa Catarina, curso de Serviço Social, Florianópolis/SC - Brasil. E-mail: eliete.vaz@ufsc.br

⁴ Graduanda da 8ª fase, Bolsista PIBIC/CNPq, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), curso de Serviço Social, Florianópolis/SC. Brasil. E-mail: fearaujo2803@gmail.com

Keywords: Social Service; professional exercise; mental health.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo materializa o interesse em pesquisar a temática do exercício profissional em Serviço Social e o adoecimento mental no século XXI. Portanto, compõe o conjunto dos demais estudos em desenvolvimento pelo GEPSS/UFSC, vinculando-se à linha de pesquisa “Exercício profissional na contemporaneidade”, para a qual um grupo de professores (as) e estudantes de graduação e pós-graduação vem se dedicando ao estudo e à pesquisa, contando com participantes de Universidades interessados (as) na temática.

A inserção de novas tecnologias ao mundo do trabalho, organizadas e geridas nos moldes da sociedade capitalista, especialmente, as utilizadas para a elevação da produtividade, reduzindo mão de obra, num contexto recessivo, tem modificado as formas de trabalho e das relações sociais e irão influenciar na estrutura física e emocional dos (as) trabalhadores (as). Expressões da questão social, como o desemprego, a precarização do trabalho e salarial têm sido fatores estruturantes para o adoecimento mental dos (as) trabalhadores (as), principalmente das assistentes sociais que necessitam lidar com as expressões da questão social dos (as) usuários (as), mas também com suas próprias expressões da questão social. Tais expressões reúnem múltiplas desigualdades nas relações de gênero, étnico-raciais e atingem visceralmente a vida dos sujeitos na luta pelo reconhecimento dos direitos civis, sociais e políticos, incidindo, portanto, diretamente nas condições de trabalho do (a) assistente social. Como bem pontuado por Raichelis (2017), também tem destaque a tensão posta da defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com efetivas implicações nas condições e relações de trabalho desse (a) profissional.

Com o agravamento das expressões da questão social e as poucas respostas do Estado para enfrentá-las, considerando-se que a política neoliberal o desresponsabiliza do atendimento às necessidades básicas da população, repassando, muitas vezes, a execução dessa função precípua às organizações sociais; o processo de trabalho vincula-se, cada vez mais, ao processo saúde-doença, constituindo-se como fonte de adoecimento e, nesse

contexto, são apontadas como causas de sofrimento de assistentes sociais, situações envolvendo assédio moral nas instituições, além de referências ao esgotamento profissional e quadros depressivos. Vale destacar que, para um grande número de profissionais, o trabalho coloca-se como principal eixo organizador da vida dessas pessoas.

Nesse contexto, Mészáros (2007) adverte que é inglório o esforço e tentativa de correção de defeitos da ordem estabelecida, ou seja, dos quadros estruturais da sociedade capitalista enquanto uma “totalidade reguladora sistêmica”, pois suas determinações fundamentais são “irreformáveis”. Assim, faz-se necessário uma mudança estrutural para o alcance de uma transformação social qualitativa.

O artigo encontra-se organizado em duas partes, além desta introdução. A segunda parte diz respeito ao desenvolvimento no qual discute-se sobre o adoecimento mental, em particular de assistentes sociais. Por fim, apresentam-se as conclusões com algumas problematizações relacionadas à temática, seguidas pelas referências bibliográficas.

2. DESENVOLVIMENTO

Significativas transformações societárias e no mundo do trabalho marcaram o último quartel do século XX e início do século XXI nas sociedades capitalistas.

A reestruturação produtiva do capital no século XX foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços (Alves, 2008, p. 28).

Na condição de relação social histórica e contraditória que orienta a dinâmica e a inteligibilidade da vida social, o capitalismo apresenta movimentos cíclicos de crise e reconfiguração no decorrer do processo histórico, a exemplo do final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX.

Sabe-se que a globalização neoliberal e a reestruturação produtiva em curso nas últimas décadas impuseram mudanças profundas na produção e reprodução social, interferindo na dinâmica das relações entre capital e trabalho, mas também nas relações com o Estado (Vicente, 2017, p.128).

A eclosão da denominada crise mundial do capitalismo deveu-se ao esgotamento do referencial teórico Keynesiano de formulação das políticas econômicas e sociais e à saturação do modo de gestão e organização do trabalho taylorista-fordista. Para Dejours (1992, p. 26) “por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidades etc.”. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva emergiram como condições necessárias à retomada do padrão de acumulação capitalista, com significativos impactos ao mundo do trabalho.

Como repercussão da crise mundial do capitalismo, na década posterior, registram-se profundas transformações nas formas de inserção na matriz produtiva, representação sindical e política, atingindo não apenas a materialidade, mas, a subjetividade (mente e corpo) da classe trabalhadora. “O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a objetividade e a subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados” (Alves, 2008, p. 120)

A automação, a robótica e a microeletrônica invadem o mundo do trabalho, sendo introduzidas e desenvolvidas nas relações de trabalho e produção do capital. Além disso, segundo Alves (2008), a instituição de redes informacionais como inovação para base técnica da produção de mercadorias tem proporcionado importantes alterações no processo de trabalho e produção do capital.

Uma das dimensões cruciais do novo complexo de reestruturação produtiva do capital é o que denominamos inovações sócio-metabólicas, mudanças no metabolismo social que contribuem para o novo clima ideológico (e emocional) dentro das grandes empresas (Alves, 2008, p. 94).

Uma múltipla processualidade se desencadeia no mundo do trabalho: a) desproletarização: diminuição da classe operária industrial tradicional; b) expansão assalariamento no setor de serviços; c) heterogeneização: crescente incorporação do contingente feminino; e d) subproletarização: expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, precário, etc. (Antunes, 1998).

Em vez do fim do trabalho na era digital, “[...] estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI” (Antunes, 2020, p. 32). No atual contexto, marcado

pela mundialização do capital, desregulamentação, liberalização da economia na égide das finanças e uberização, o capital assume a forma mistificada de capital fetiche. A relação social do capital consoma-se por meio da relação do dinheiro na forma jurídica do contrato, cuja execução pode ser imposta pelo Estado.

O modo de produção capitalista coloca a necessidade histórica da transformação do processo de trabalho em um processo social. A força produtiva do trabalho social, como observou Marx, é uma força gratuita, apesar de seu desenvolvimento por meio das redes informacionais ter significado vultosos investimentos em ciência, tecnologia e infraestrutura social. (Alves, 2008. p.34)

Na versão dinheiro, o capital é emprestado sem cedência de propriedade, tampouco compra ou venda, sendo que parte do lucro ou mais valia é retirada da circulação sob a forma de juro distribuído entre pessoas diferentes (Iamamoto, 2008).

[...] Portanto, a “longa transformação” do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose (Antunes, 2020, p. 32).

Sob o signo da privatização restringem-se às responsabilidades público-estatais e os recursos orçamentários destinados à atenção das necessidades sociais, desmontam-se direitos historicamente conquistados e radicalizam-se desigualdades sociais. “As mutações sócio-materiais do capitalismo global alteram as determinações categoriais do ser social” (Alves, 2008, p. 32). Os pressupostos teóricos neoliberais adotados pelo Estado, destoantes do projeto ético-político profissional do Serviço Social e dos Movimentos de Reforma Sanitária e Psiquiátrica, consolidam-se a partir da metade da década de 90 do século XX, refletindo a articulação da saúde à lógica do mercado privado. Nesse ínterim firma-se como função do Estado a garantia mínima de condições de saúde àqueles que não dispunham de recursos para pagá-la, tornando-se prerrogativa do setor privado o atendimento dos demais (Bravo; Matos, 2006).

A produção recente que tem o próprio Serviço Social como objeto de pesquisa centra-se na realidade concreta e particular do trabalho, aspecto que demanda considerar a tensa relação entre a condição de trabalhador assalariado e o projeto ético-político profissional,

dilema este que reside numa dupla dimensão. Por um lado, na relativa autonomia do (a) assistente social na condução da atividade profissional regulada, socialmente legitimada como ‘liberal’, condicionada pelas lutas hegemônicas inerentes ao modo de produção capitalista que ampliam ou reduzem as bases sociais que sustentam sua direção social e teleologia. Por outro, no fato de o exercício profissional se realizar pela mediação do trabalho assalariado, sob a forma de mercantilização da força de trabalho, subordinado aos ditames do trabalho abstrato e dilemas dos processos de alienação.

Na condição de trabalhador assalariado, o (a) assistente social vende sua força de trabalho especializado para os empregadores em troca de um equivalente expresso em uma forma monetária, intermediando as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais na linha de intersecção entre a esfera pública e a privada. Não obstante aos demais sujeitos da classe trabalhadora:

Na era da globalização, a fragmentação das atividades laborais, aliada à competitividade no mercado de trabalho e o medo do desemprego, induz o trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pelas empresas. Esses são fatores que contribuem para o surgimento de sintomas ansiosos e depressivos nos trabalhadores (Fernandes et al., 2018, p. 278)

Um primeiro desafio nesse cenário é o rompimento das unilateralidades presentes nas interpretações enviesadas que concebem o trabalho do (a) assistente social tanto na *perspectiva fatalista*, superestimando “[...] a força e a lógica do comando do capital no processo de (re) produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades” (IAMAMOTO, 2008, p. 417), quanto na *perspectiva messiânica*, deslocando a ênfase dos determinantes histórico-estruturais concretos para “[...] a vontade política do coletivo profissional, que passa a ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu*” (IAMAMOTO, 2008, p. 417).

Um segundo desafio é trazer o exercício profissional cotidiano do (a) assistente social para o centro do debate coletivo no âmbito da profissão e para a agenda da pesquisa e produção acadêmica da área (IAMAMOTO, 2008). Ademais, a compreensão do exercício profissional do (a) assistente social não pode distanciar-se das atuais perdas decisivas vividas

nas conquistas históricas pela classe trabalhadora, em prol das quais atua mediando o acesso às condições necessárias para a materialização de direitos sociais.

A totalidade desses elementos vem impactando as configurações do exercício profissional do (a) assistente social, delimitando particularidades nos diversos espaços sócio ocupacionais nos quais o (a) profissional se insere em um contexto marcado, contraditoriamente, pela luta em prol da efetivação do projeto ético-político profissional, na contramão dos ditames do capital fetiche de orientação neoliberal que traduzem o projeto societário hegemônico vigente, o qual subjuga e adocece os (as) trabalhadores (as) em prol da produção de mais-valia. Nesse contexto, apesar das inúmeras evidências de que as condições de trabalho na atualidade geram adoecimento mental nos trabalhadores, as produções teóricas que tomam o Serviço Social enquanto objeto de estudo e pesquisa precisam ser ampliadas, pois:

[...] A falta de enfrentamento das situações de trabalho que geram um processo de adoecimento físico e mental nos trabalhadores está relacionada com as atuais formas de organização financeira e produtiva, a implementação de novos mecanismos de gestão e a maneira como as avançadas tecnologias são utilizadas. [...] O trabalho na atualidade passou a exigir um maior envolvimento da subjetividade dos trabalhadores. Nesse contexto, o cotidiano laboral vem se caracterizando pela contradição entre discursos gerenciais bastante sedutores e práticas extremamente exigentes que tendem a enfraquecer a organização coletiva (Souza; Bernardo, 2019, p. 02).

Os instrumentos legais da profissão asseguram “direitos e deveres dos assistentes sociais e representam uma defesa da autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos” (Iamamoto, 2008, p. 224). Portanto, o compromisso ético-político profissional configura a direção social da profissão e o desafio maior está calcado na consolidação dessa base que é, ao mesmo tempo, ética e política. Considerando que a profissão é produto do protagonismo individual e coletivo dos sujeitos que a ela se dedicam, assim como reflexo das estruturas dinâmicas nas quais se constituem as respostas às necessidades sociais, no atual cenário pós pandemia do novo coronavírus (COVID-19) urge identificar a relação do exercício profissional em Serviço Social e o adoecimento mental dos (as) assistentes sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto ético-político profissional do Serviço Social é fruto “da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior” (IAMAMOTO, 2008, p. 224). Para tanto, o trabalho profissional dos (as) assistentes sociais, deve:

Orientar-se para a superação da cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, de controle e disciplinarização de condutas, da reprodução de posturas conservadoras, moralizadoras e preconceituosas frente aos diferentes grupos com os quais trabalham: mulheres, comunidades LGBTI, jovens negros e negras moradores/as das periferias das cidades, rompendo com visões que naturalizam ou criminalizam a pobreza e com as variadas formas de discriminação, violência e violação de direitos da classe trabalhadora, sobretudo de seus grupos mais subalternizados (RAICHELIS, 2020, p. 38).

Para isso, faz-se necessário que os/as assistentes sociais, bem como os demais trabalhadores (as) possam insurgir-se coletivamente contra as estratégias de intensificação do trabalho e resistir ao mero produtivismo institucional, que contribui para a alienação do (a) trabalhador (a). Tal processo, implica o/a assistente social como intelectual capaz de desvendar criticamente a realidade e os processos de trabalho nos quais se insere (RAICHELIS, 2020).

O desemprego e a precarização do trabalho se posicionam como elementos estruturais decorrentes das relações sociais capitalistas, em que trabalhadores (as) são excluídos (as) no processo de distribuição da riqueza socialmente produzida, implicando fortemente no seu adoecimento físico e mental, dado o cenário de incertezas e insegurança do emprego, das frágeis formas de contratação, da desvalorização salarial, da excessiva carga horária atrelada ao acúmulo de funções; determinações próprias do capitalismo que impactam a subjetividade dos sujeitos.

Considerando o trabalho como a principal forma de inserção social dos sujeitos sociais, busca-se a finalidade de explicitar a relação do exercício profissional em Serviço Social com o adoecimento mental dos (as) assistentes sociais e contribuir na identificação de estratégias de prevenção e enfrentamento em saúde mental, vislumbrando ampliar e fortalecer

estratégias de resistência, a dimensão política da participação na vida social e a relevância da organização coletiva.

São cada vez mais frequentes os relatos de assistentes sociais, em várias áreas, sobre a relação entre condições de trabalho e sofrimento que resultam em licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissões em massa, intensificação do ritmo do trabalho, excesso de responsabilização, desqualificação/desprofissionalização do trabalho etc.” (Vicente, 2017, p. 129). Reforça-se que o projeto ético-político profissional do Serviço Social é fruto “da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior” (Iamamoto, 2008, p. 224). Para isso, faz-se necessário que os/as assistentes sociais, bem como os demais trabalhadores (as) possam insurgir-se coletivamente contra as estratégias de intensificação do trabalho e resistir ao mero produtivismo institucional, que contribui para a alienação do (a) trabalhador (a), evitando se adaptar ao sistema sócio-metabólico do capital . Tal processo implica o/a assistente social como intelectual capaz de desvendar criticamente a realidade e os processos de trabalho nos quais se insere (Raichelis, 2020).

Acredita-se que a articulação profissional coletiva e intersetorial da categoria profissional na proteção e defesa da vida humana, com outras áreas e organizações, possa ser sinalizada como caminho possível para pensar a relação: serviço social e saúde mental, resgatando-se o trabalho de base com os/as usuários (as) dos serviços, em uma ação política e pedagógica, das múltiplas destituições e da insuficiência de respostas do Estado e das políticas públicas às necessidades e direitos da classe trabalhadora (Raichelis, 2020). Ressaltando que o trabalho de base aqui referenciado é educativo na direção de uma reflexão crítica sobre as condições deste processo, mas, também, auto educativa, na mesma proporção enquanto o (a) profissional, e também trabalhador (a), é atravessado (a) pelas mesmas questões em que se situam os (as) usuários (as) dos serviços.

Esta posição, para além do reconhecimento da condição de trabalhador (a) e, portanto, de relativa igualdade no processo de precarização, não é reforço de um discurso de aparente redução de desigualdades. O que se pretende indicar é que os processos desse trabalho, cada vez mais opressores e alienantes, reduzem a cada dia, os (as) trabalhadores (as) a uma massa de objetos à disposição do capital, fragmentados (as) pela regulação do mercado

(autodenominado de livre), e lesados (as) em sua integralidade enquanto sujeitos, isto é, são destituídos (as) de todos os direitos trabalhistas, previdenciários e das condições de trabalho profissional, ficando, por vezes, sem controle social e sem participação no planejamento das ações, sobretudo, governamentais.

Nesse contexto, faz-se urgente a produção científica do Serviço Social que contemple as mediações concretas que marcam o cotidiano profissional do (a) assistente social, impulsionando e potencializando reflexões, posicionamentos e mudanças.

Portanto, retomando, o referenciado trabalho de base não é apenas resposta simples de apoio mútuo e cooperação, é muito mais, é adentrar em novas formas complexas de relações de trabalho, que exigem compreensão crítica e práxis coletiva, para restabelecer unidade e integralidade entre os sujeitos, encampando as clausuras do aprisionamento individual.

REFERÊNCIAS

Alves, Giovanni Antonio Pinto. Trabalho E Subjetividade: O Metabolismo Social Da Reestruturação Produtiva Do Capital. Marília: Boitempo, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998. 155 p.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CAMPOS, Célia Maria Sivalli; Soares, Cássia Baldini. A produção de serviços de saúde mental: a concepção de trabalhadores. **Rev. Ciências Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 621-628, 2003.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. ampliada. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez Oboré, 1992.

FERNANDES, Márcia Astrês et al.. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Rev. Bras. Med. Trab.** 2018; 16 (3): p. 277-286. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio966063>>. Acesso em 02 mai. 2020.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofacismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495 p.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. 41 p. In: CFESS/ABEPSS. Conselho Federal de Serviço Social/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 1, livro 1, 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. 1996, capítulo 1, p.09-29. In: SOUZA, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; Neto, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. 5.ed. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, 80 p.

PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saúde Pública**, v. 32, n. 4, 1998, p. 299-316.

RAICHELIS, Raquel et al. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a práxis de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. **Rev. Bras. Saúde Ocup.** 2019; n. 44, 8 p.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbso/v44/2317-6369-rbso-44-e26.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

VICENTE, Damares. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 127-149.

SERVIÇO SOCIAL E TRANSVERSALIDADE: UM ESTUDO ACERCA DOS TEMAS TRANSVERSAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

SOCIAL SERVICE AND TRANSVERSALITY: A STUDY ABOUT TRANSVERSAL THEMES IN SOCIAL SERVICE UNDERGRADUATE AND POSTGRADUATE IN BRAZIL

Tamires Durigon Almeida³⁷

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca³⁸

Matheus Fabrício da Silva³⁹

Resumo: O presente trabalho tem como propósito apresentar os resultados preliminares e parciais da pesquisa realizada no ano de 2022 sob orientação da coordenadora do projeto vinculado ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, Hegemônicas. O estudo tem como objetivo conhecer e identificar nos currículos dos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social do Brasil, os componentes curriculares de temática transversal. A partir deste levantamento, é possível compreender acerca das contribuições destes componentes na formação de assistentes sociais, os quais concretizam os princípios das Diretrizes Curriculares em Serviço Social estabelecidas pela ABEPSS no ano de 1996. A pesquisa busca compreender o processo de formação profissional no país, através dos conteúdos das disciplinas obrigatórias e/ou eletivas de temática transversal. A metodologia adotada trata-se do tipo quanti-qualitativa, condensando os dados e materiais coletados para posterior análise e revisão literária, processo o qual viabilizou o alcance dos objetivos propostos. Destaca-se que o método dialético crítico de Marx iluminou a investigação e exposição do estudo. Nas Considerações Finais, será possível visualizar os resultados parciais obtidos, bem como vislumbrar os possíveis desdobramentos da pesquisa quando esta atingir sua fase final de análise dos resultados quantificáveis e dos componentes curriculares transversais, os quais possuem como previsão para sua conclusão o ano de 2023.

Palavras-chave: Transversalidade. Serviço Social. Formação Profissional.

³⁷ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, e-mail tamires.dalmeida06@gmail.com.

³⁸ Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGSS/PUCRS, Mestre em Política Social, pela Universidade de Brasília - UnB. Graduação Superior em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. Professora Associada - Classe D - na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH, no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq. Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais - UFSM. Coordenadora Substituta do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSM. Coordenadora do Curso e Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFSM. Coordenadora Substituta do Curso de Graduação em Serviço Social do CCSH/UFSM. E-mail laurafonseca.22@gmail.com

³⁹ Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, e-mail matheusfdasilva03@gmail.com.

Abstract: The purpose of this paper is to present the preliminary and partial results of the research carried out in 2022 under the guidance of the coordinator of the project linked to the Group of Teaching, Research and Extension in Gender, Social Politics and Social Movements, Hegemonics. The study aims to understand and identify, in the curricular of undergraduate and postgraduate courses in Social Service in Brazil, the curricular components with transversal themes. From this survey, it is possible to understand the contributions of these components in the professional qualification of social assistants, which implement the principles of the Curricular Guidelines in Social Service established by ABEPSS in 1996. The research seeks to understand the process of professional qualification in the country, through the contents of mandatory and/or elective subjects with a transversal theme. The methodology adopted is quantitative-qualitative, condensing the data and materials collected for subsequent analysis and literary review, a process which made it possible to achieve the proposed objectives. It is noteworthy that Marx's critical dialectical method illuminated the investigation and exposition of the study. In the Final Considerations, it will be possible to view the partial results obtained, as well as glimpse the possible developments of the research when it reaches its final phase of analysis of quantifiable results and transversal curricular components, which are expected to be completed in 2023.

Keyword: Transversality, Social Service, Professional Qualification

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a pesquisa *“Serviço Social e Transversalidade: um estudo acerca dos temas transversais nos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil”* e os seus resultados preliminares. Trata-se de um relato parcial de análise da pesquisa iniciada no ano de 2022 e realizada pelas autoras, a professora coordenadora do projeto e docente no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM com bolsistas de graduação, vinculadas ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social – *Hegemônicas*. O projeto recebeu financiamento do Fundo de Incentivo à Pesquisa – FIPE, modalidade “Sênior”, selecionado em Edital da Pró-Reitoria Pós-graduação e Pesquisa – PRPGP da UFSM.

A pesquisa tem por escopo conhecer e identificar nos currículos dos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no país, os componentes curriculares, que garantam conteúdos transversais à formação específica e à educação pós-graduada. A partir da questão central de qual contribuição à formação de Assistentes Sociais os conteúdos de transversalidade nos componentes curriculares dos projetos pedagógicos dos Cursos,

materializam os pressupostos e os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares em Serviço Social, estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Ao considerar também, a formação e a educação permanente nos programas de pós-graduação stricto-sensu e os estudos transversais como questão estruturante para reatamento na formação em nível da graduação.

A metodologia da pesquisa, de tipo quanti-qualitativa, utiliza dados que demonstram o objeto do estudo; material para análise de conteúdo, a partir da consulta aos currículos disponíveis nas páginas dos Cursos, nos sites oficiais das instituições de ensino superior; consulta bibliográfica e documental. O Universo estudado está delimitado nas instituições públicas e particulares-comunitárias do país. A escolha destas instituições cumpre referência àquelas que, ao longo dos oitenta e seis anos da história do Serviço Social brasileiro, consolidam a graduação e a pós-graduação na área. O método dialético crítico de Marx, enquanto método de investigação e de exposição contempla o rigor da análise. As categorias nucleares do método sustentam o percurso metodológico: totalidade, contradição e mediação; singularidade, universalidade e particularidade.

Com atenção ao pretendido neste artigo, o relato está organizado em cinco tópicos: 1. Justificativa, Objetivos e Metodologia da Pesquisa; 2. Quadro teórico-conceitual e o conjunto das normativas do Serviço Social; 3. Resultados Preliminares do Estudo; 4. Considerações finais.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

O Serviço Social no Brasil completou em 2023, oitenta e sete anos de criação do seu primeiro curso de educação superior e no mesmo ano vinte e sete anos da sua última reforma curricular proposta e de abrangência para todo país, as Diretrizes Curriculares Nacionais (1996), aprovada no Conselho Nacional de Educação – CNE, há vinte anos (2002). Neste período, destacadamente, nas duas décadas que seguiram o novo currículo para a graduação, expandiu-se a pós-graduação brasileira na área, acompanhando um movimento ascendente na formação profissional específica e pós-graduada no Serviço Social.

No âmbito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, o Curso de graduação em Serviço Social foi criado no ano de 2010, na conjuntura de expansão da educação superior brasileira, protagonizada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁴⁰. O Curso completou a sua primeira década no ano de 2020, e neste mesmo ano, encaminhou a sua proposta de mestrado acadêmico *stricto sensu*, aprovada na UFSM e com parecer favorável da CAPES no ano de 2023. No ano de 2018, a reforma curricular foi aprovada no âmbito da Universidade, contemplando componentes curriculares transversais, obrigatórios e complementares, na formação específica de assistentes sociais. A nova versão do currículo tornou o processo formativo mais flexível e qualificado, contemporâneo e socialmente referenciado no projeto ético-político do Serviço Social.

Assim, conhecer e identificar como se apresentam temáticas transversais nos Cursos brasileiros de Serviço Social, níveis de graduação e pós-graduação, atende a necessária atenção permanente com a formação profissional, contribuindo na atualização curricular dos componentes curriculares obrigatórios e dos complementares e/ou eletivos.

Através da pesquisa nas páginas e sites dos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, objetiva-se conhecer os currículos das escolas, bem como identificar as temáticas transversais que são estudadas nos Cursos, agrupando os componentes curriculares de acordo com as suas finalidades, como: disciplinas obrigatórias, disciplinas complementares, e/ou disciplinas eletivas, formando um mapeamento nacional, que permita medições e correlações entre currículos e instituições de ensino superior. Ainda, analisar os eixos formativos, previstos nas diretrizes curriculares da graduação em Serviço Social e a transversalidade curricular, situando os componentes curriculares transversais nos núcleos formativos: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Por fim, analisar a integração das linhas de pesquisa dos Cursos de pós-graduação em Serviço Social e a transversalidade curricular, situando os componentes

⁴⁰ O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O programa foi fundamental para criação de novos Cursos Superiores no país. As ações do REUNI contemplavam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, o combate à evasão, entre outras metas que tinham o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

curriculares transversais relacionados a elas.

Já o percurso metodológico inicia-se com a definição do tema Serviço Social e Transversalidade, qualifica a atenção com a coleta de material e a análise dos dados apurados; a revisão dos documentos normativos e legislações sobre o tema da pesquisa; estudo dos conteúdos dos currículos pesquisados; e revisão sistemática da literatura que aborda a temática, compondo os principais marcadores da investigação.

O método dialético crítico de Marx, enquanto método de investigação e de exposição, contempla esses dois momentos da análise, pressupondo que o objeto só pode ser exposto depois de ser investigado, analisado, criticamente em suas determinações essenciais. As categorias nucleares do método crítico dialético de Marx: totalidade, contradição e mediação; singularidade, universalidade e particularidade são basilares no processo de investigação e de exposição.

Netto (2011), discorrendo acerca do método de Marx, afirma que o pensador alemão ao entregar a teoria do capital deu-nos a reprodução ideal do seu movimento real:

[...] E para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (*perspectiva*) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as múltiplas determinações (Netto, 2011, p. 52-53).

Com efeito, para este estudo, ao partir do método, a proposta da pesquisa é do tipo quanti-qualitativa, coletando dados que demonstrem o objeto do estudo de modo a ser quantificado e permitindo a análise qualitativa do conteúdo, a partir da consulta aos currículos disponíveis nas páginas dos Cursos e nos sites das instituições de ensino superior; consulta bibliográfica e documental. Os dados quantitativos buscam auxiliar a caracterização e a distribuição regional e nacional do Cursos, demonstrando a concentração de oferta da pós-graduação em Serviço Social no Brasil como um ponto de partida para a análise dos projetos pedagógicos e seus componentes curriculares em conformidade com linhas de pesquisa e produção científica da área.

A base quantitativa resulta de operações estatísticas dos dados. Desse modo, a delimitação do universo da pesquisa da graduação é definida a partir da “presença” da pós-

graduação. Essa escolha busca conhecer se há relação entre os estudos da pós-graduação e a formação profissional na graduação em Serviço Social, no que tange os conteúdos transversais. O conteúdo para análise qualitativa, dos componentes curriculares, se detém nos seus enunciados principais: denominações e ementas. Para a exploração e tratamento do conteúdo utiliza-se das regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2011).

O Universo a ser estudado será delimitado nas instituições públicas e particulares comunitárias. A escolha destas instituições assegura consistência do material da análise, pois ao longo dos oitenta e seis anos da história do Serviço Social brasileiro, estas instituições em diferentes momentos consolidaram a graduação e a pós-graduação da área.

3. QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL E O CONJUNTO DAS NORMATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL

3.1 Educação, produção e reprodução social

A formulação teórica em Karl Marx⁴¹ indica uma concepção ampliada para compreender a educação na sociedade, para além da sua dimensão escolar. Segundo sua forma de conceber “a educação como processo de produção e reprodução social da condição humana” (MARX, 2006). Um processo que resulta da relação entre ser humano e natureza, possível pela mediação do trabalho. A categoria trabalho é central na análise marxiana, ela é a base para entender o processo de produção e reprodução da vida social.

Em Marx (2004), o trabalho e o sentido amplo da educação na formação do processo sócio-histórico e econômico de produção e reprodução social, surge inicialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (Marx, 2004), quando o autor identifica o trabalho como a base do processo.

⁴¹ Karl Marx (Tréveris – Alemanha, 5 de maio de 1818 – Londres, 14 de março de 1883), foi um dos maiores pensadores do século XIX, nos mais variados campos do conhecimento: filosofia, economia, política e sociologia para citar os principais de reconhecimento mundial. Suas obras permanecem atuais e com fôlego para elucidar a sociedade capitalista contemporânea. Seus estudos, no contexto do capitalismo industrial, permitem conhecer o sistema capitalista e a engrenagem da produção e reprodução social. “Há várias leituras possíveis de Marx” (COLLIN, 2019, p.12)

Marx e Engels⁴² retomam a categoria trabalho nas obras, a *Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 2007) e o *Manifesto Comunista* (Marx e Engels, 2006). Ambos autores problematizam a alienação no trabalho, a interpretação do que chamam de trabalho alienado e acrítico como a base de toda alienação humana, que é condição indispensável para a dominação da classe burguesa e a acumulação de riqueza nas mãos dos capitalistas. Assim, cumpre esta função alienante, requisito basilar do Capital. O contraponto possível ao trabalho alienado, não se cumpre, sem a ruptura do sistema de exploração e acumulação capitalista, mas, requer pensar o trabalho como elemento *humanizado* para emancipação humana na passagem de toda produção social à classe trabalhadora. A eliminação dos antagonismos de classe, também, convoca uma unidade entre “instrução” e trabalho, no sentido atribuído à educação naquele contexto estudado pelo autor (MARX, 2012).

Lukács⁴³ em sua obra *Ontologia do Ser Social* (2018) sublinha a importância do papel da educação na reprodução social, ressaltando que cabe a esta o papel de capacitar os homens a “reagir adequadamente aos acontecimentos e as reações novas que vierem a surgir em sua vida”. Nesse sentido, há estreita aproximação entre o que Marx e Engels (2006) entendem por educação na perspectiva mais ampliada do mero instruir, e o que defende Lukács (2018).

O ser social nasce então constituído por outros complexos, porém, o trabalho é o complexo fundante. Lukács (2018) afirma:

⁴² Friedrich Engels, Barmen, 28 de novembro de 1820 — Londres, 5 de agosto de 1895. Foi coautor de diversas obras com Marx. Após a morte de Marx, os dois últimos volumes de *O Capital*, principal obra de seu amigo. Engels também organizou as notas de Marx em *Teorias sobre a Mais-Valia*, que depois foram publicadas como o 4º volume de *O Capital*.

⁴³ Budapeste, 13 de abril de 1885 — Budapeste, 4 de junho de 1971. Foi um filósofo e historiador literário húngaro. Suas duas obras da maturidade mais importantes são *A Estética* e *Para Uma Ontologia do Ser Social*, nas quais identifica uma estética e uma ontologia em Marx.

Já que se trata do complexo concreto da socialidade enquanto forma de ser, pode ser legitimamente afluída a questão de por que precisamente destacamos, nesse complexo, o trabalho e lhe subscrevemos um lugar de tal modo preferencial no processo e para o salto da gênese. A resposta é ontologicamente considerada, mais simples do que parece à primeira vista: porque todas as outras categorias dessa forma de ser já são, em sua essência, de caráter puramente social; suas qualidades, seu modo de operatividade surge apenas no ser social já constituído, o tipo de sua manifestação, por mais primitivo que possa ser, pressupõe o salto já consumado. Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria- prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2018, p. 9).

Amorim (2018), baseada em Lukács (2018), acrescenta que a educação lato e estrito estão associadas ao fato de que a qualquer momento podemos nos deparar com acontecimentos e situações nunca experimentados, em que o indivíduo poderá não reagir adequadamente, e isso impulsionaria a busca de conhecimentos que respondessem a isso.

Para Amorim (2018), a função que a educação exerce em sentido lato e estrito só pode ser essencialmente compreendida a partir do lugar onto-histórico de constituição das sociedades, tanto a primitiva como a de classe, em que o trabalho assume formas próprias de produção. Estas cumprem papéis diferentes, porém, existe uma influência mútua entre as duas dimensões. Assim, de acordo com os estudos da pesquisadora em questão, a atribuição ontológica da educação nos dois aspectos seria influenciar e induzir à tomada de decisões, mediando o desenvolvimento da pessoa, permitindo-lhe alcançar patamares mais elevados de pertencimento ao gênero humano.

O pensamento de Marx, Engels e Lukács são fundamentais para situar, no campo teórico marxista, o sentido do trabalho na vida social, antes de mercadoria fetichizada no capitalismo, como forma material da construção humana ao longo da história, dialeticamente em movimento da ação ao conhecimento.

Ao pensar a educação e seu caráter na produção e na reprodução social torna-se indispensável contextualizar seu marcador fundante: o trabalho na vida social. O trabalho no seu significado ontológico e teleológico é anterior a educação. É ele quem impulsiona o modo como os outros elementos sociais se desenvolvem.

O trabalho, assim, exerce o momento predominante no processo de gênese do ser

social, porque é no seu interior, nos processos próprios ao ato do trabalho, que nasce a exigência do desenvolvimento social como, por exemplo, a necessidade da fala. A este aspecto Lessa lembra que “a fala surge porque os homens têm algo a dizer uns aos outros. E eles têm algo a dizer, porque o processo de trabalho cria ininterruptamente, o qual é espontaneamente generalizado pelo fluxo da práxis social” (LESSA, 2012, p.185).

A realidade concreta do trabalho profissional, histórica e socialmente determinada, por se efetivar na vida social, aponta os desafios da formação graduada e pós-graduada, ao mesmo tempo, revela as potencialidades da área, reafirmadas na materialidade do projeto ético-político da profissão.

Ao caminhar no estudo, importa conhecer o conceito de transversalidade que sustenta a pesquisa. Objetiva-se a sustentação conceitual que espelha a referência teórica e crítica, denunciando a armadilha do uso vulgar da noção do que é “transversal”, que desloca o “conhecimento específico”, uno disciplinar, para o marcador interdisciplinar da transversalidade no campo do conhecimento.

3.2 O conceito de transversalidade

A área da educação cunha o termo como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. Um tipo de “princípio” e, ao mesmo tempo concepção de abrangência da formação profissional (na área educacional) atravessada por saberes e conhecimentos gerais e de contribuição multidisciplinar e interdisciplinar.

De modo sucinto, trata-se de “princípio teórico que busca uma intercomunicação entre as disciplinas, tratando efetivamente de um tema comum (transversal)” (MENEZES, 2001). Ou seja, na transdisciplinaridade não existem fronteiras entre as disciplinas.

Para tal, ampara-se no conceito de transversalidade⁴⁴ que emerge dos movimentos de renovação pedagógica nas últimas três décadas do século XX, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar

⁴⁴ O termo transdisciplinaridade foi criado pelo educador Jean William Fritz Piaget (Neuchâtel, 9 de agosto de 1896 - Genebra, 16 de setembro de 1980) e divulgado pela primeira vez no I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade, que aconteceu em 1970, na Universidade de Nice, na França.

também os conteúdos que são ensinados.

A partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foram definidos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs,

[...] a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, os PCNs sugerem alguns “temas transversais” que correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural (MENEZES, 2001).

Ademais, faz-se necessário para entender o conceito, no que a transversalidade se difere da interdisciplinaridade, porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a educação se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento referentes à realidade.

Santos e Pini (2013) abordam a formação profissional do/a Assistente Social, com o objetivo de ressaltar o ensino da prática e sua relação com o estágio curricular em Serviço Social. As autoras apresentam o debate ocorrido no Projeto ABEPSS itinerante, no transcorrer do ano de 2012, identificando três princípios fundantes das diretrizes curriculares de 1996 e contidos nos princípios do estágio presentes na Política Nacional de Estágio - PNE (ABEPSS, 2010):

1. Há uma transversalidade do ensino da prática em nossa proposta de diretrizes curriculares, esta entendida como ensino teórico--prático que envolve diferentes tipos de conhecimentos;
2. O estágio é um dos componentes curriculares desse ensino da prática que dá materialidade ao nosso projeto de formação profissional, ou seja, é um momento privilegiado na relação teoria/prática;
3. O estágio supervisionado em Serviço Social tem centralidade nas

Diretrizes Curriculares (Estágio obrigatoriamente acompanhado de supervisão acadêmica e de campo) (SANTOS; PINI, 2013, p. 134-135).

As autoras partem destes princípios para argumentarem o caráter transversal do ensino da prática na estrutura curricular do projeto de formação profissional e na PNE. Isso porque, prática e teoria estão em constante movimento, de modo que os conteúdos teóricos, prevalentes nos projetos pedagógicos, é para onde a prática se volta. Ou, nas palavras de Santos e Pini (2013):

[...]. Nessa perspectiva, a prática é o lugar para o qual o pensamento se volta. Podemos afirmar, então, que teoria e prática constituem uma unidade na diversidade, isto é, são categorias distintas, mas que mantêm uma relação visceral entre elas. Não podem ser vistas em separado. [...]. Nessa direção, toda formação é teórico-prática, no sentido de que os conteúdos que tratam da teoria assim o fazem por ser esta uma interpretação da realidade com a qual vamos atuar como profissionais (SANTOS; PINI, 2013, p. 137).

Previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs – os núcleos/eixos da formação profissional, são: *Núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social*, que trata dos conteúdos de fundamentos teórico-metodológicos e éticos; *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, que objetiva o conhecimento da formação sócio-histórica do Brasil; *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*, que se volta para conteúdos mais diretamente relacionados ao exercício profissional, inserindo-se nesse núcleo componentes curriculares mais relacionadas à intervenção do assistente social.

Esses núcleos são considerados como indissociáveis entre si em uma relação de horizontalidade entre eles na formação profissional, articulando os “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.64). Toda proposta curricular encontra-se estruturada a partir desses núcleos/eixos temáticos. Eles detêm a possibilidade de instrumentalizar o/a assistente social para a intervenção profissional. Isso busca a real compreensão do significado social da profissão na sociedade capitalista.

Na pós-graduação seja em Serviço Social, ou em outra área, a natureza dos programas stricto-sensu é modulada a partir de uma “organização curricular flexível”, que

expressam a relação entre linhas de pesquisa, os componentes curriculares estruturados em cada Curso e a produção acadêmica do corpo docente e discente.

A diversidade das linhas de pesquisa corresponde à variedade das áreas de ênfase dos Cursos (Serviço Social, Política Social, Direitos Sociais, Direitos Humanos, Políticas Públicas etc.). E, por sua vez, essa característica acompanha a produção dos programas, impulsionada com as pesquisas e publicações que são fomentadas. Mas, a concepção de transversalidade acompanha o mesmo entendimento de que o objeto da ênfase do Curso perpassa a proposta curricular, contemplando assim a especificidade nuclear da pós-graduação, com duas estratégias pedagógicas: componentes curriculares que abrangem temas transversais e de interfaces; desenvolvimento e fomento de pesquisas que abrangem temas transversais e de interfaces.

Os objetivos, o público e a finalidade da produção do conhecimento na pós-graduação estão para além da área privativa do Serviço Social, o que implicam interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na essência e finalidade desse tipo de formação.

4. RESULTADOS PRELIMINARES DE ESTUDO

A pesquisa nos documentos encontrados nas páginas e sites oficiais das instituições de ensino superior, e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no primeiro momento de análise, apresenta os dados quantificados e distribuídos regional e nacionalmente. São dados que auxiliam na caracterização dos Cursos de Pós-graduação e graduação em Serviço Social, concentração regional e distribuição no território nacional.

De acordo com os dados quantificáveis até então obtidos, é possível observar que existe um grande concentração de Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social em determinadas regiões do país. Assim, a região Sudeste concentra cerca de 34% das escolas e programas, seguida pela região Nordeste com 33%. A região Sul concentra 17% dos programas, seguida pelas regiões Norte e Centro-Oeste com 8% cada. Estes dados confirmam a concentração da pós-graduação e Cursos de graduação no Brasil nas regiões

Sudeste e Nordeste, o que chama à atenção é a quase paridade entre ambas. Contudo, é importante registrar que há maior oferta de Cursos, considerando a quantidade de instituições e unidades da federação que oferecem Cursos na região Nordeste. Relevante observar que são quantitativos institucionais, não acompanhados de dados sobre matrículas efetivas nos Cursos, o que pode ser o diferencial entre as regiões do país.

A análise do conteúdo dos componentes curriculares está em desenvolvimento, e prevista para interpretação e conclusão no ano de 2023. O material qualitativo contempla os enunciados e ementas dos componentes curriculares, agrupados nos projetos pedagógicos dos Cursos, a natureza dos componentes curriculares, se obrigatórios ou complementares/eletivos, as bibliografias e demais informações que permitam qualificar o estudo do objeto da análise.

Entretanto, é possível adiantar quatro aspectos que são evidenciados com a análise do conteúdo dos componentes curriculares: a limitada presença de temas transversais na graduação indicados nas ementas e ausência de referência à transdisciplinaridade como princípio e/ou metodologia de aprendizagem na formação profissional; a presença residual de temas transversais na pós-graduação em oposição no que é anunciado em boa parte dos programas de pós-graduação – PPGs.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social brasileiro assume a perspectiva crítico-dialético como matriz para a formação profissional e como embasamento para o exercício da profissão, após questionar e propor mudanças na formação profissional, a partir da problematização do modelo dominante até a segunda metade do século XX.

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais, elaboradas no âmbito da ABEPSS, a formação de assistente social passa a ser requisito fundamental à materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Para tal, a formação requer competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, garantindo condições para apreensão crítica dos processos sociais, analisando-os sob uma perspectiva de totalidade. Essa formação é tarefa primeira dos Cursos de Graduação, os quais tornam-se permanentemente atualizados e

qualificados com a participação indispensável da Pós-graduação.

A pesquisa em andamento, apresentada em resumo neste artigo, busca compreender a formação profissional graduada e pós-graduada, considerando a centralidade do trabalho profissional na relação com a educação, desvendando a contribuição da perspectiva da transversalidade, temas e conteúdos transversais, nos projetos pedagógicos dos Cursos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL – ABESS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social – CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez, n. 7, p. 58-76, 1997.

AMORIM, M.G. R. de. **Educação para o trabalho no capitalismo: o Pró-Jovem como negação da formação humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, MEC/CNE – **DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002**, Brasília: DF.

COLLIN, D. **Compreender Marx**. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K., ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. **O Capital**. 7ª Edição Resumida. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes transversalidade**. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** -EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/transversalidade/>>. Acesso em 01 mar 2023.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS. C.M., PINI, F. **A Transversalidade do Ensino da Prática na Formação Profissional do Assistente Social e o Projeto Abepss Itinerante**. Temporalis. Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 133-153, jan./jun. 2013.

Eixo 3 - Estado, questão social e políticas de proteção social:

Controle social e participação social: Proteção social e seguridade Social; Fundo público e orçamento das políticas sociais; Políticas de trabalho e de renda; Pobreza e políticas de enfrentamento; e, (In)segurança e nutricional e produção de alimentos.

A (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS E DOS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL AO SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA- RS

LA (IN)EFICACIA DE LAS POLÍTICAS E INSTRUMENTOS NORMATIVOS DEL DERECHO SOCIAL FUNDAMENTAL AL SANEAMIENTO BÁSICO NEL MUNICIPIO DE SÃO BORJA-RS

Lucas de Quadros Alves Lopes¹
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno²

Resumo: O presente artigo tem como objeto de estudo, trazer para o debate a ideia de dignidade humana e a relação com os direitos humanos, fundamentais e sociais, em face as políticas e instrumentos regulatórios do direito fundamental social ao saneamento básico, bem como sua (in)efetividade, dentro da realidade do município de São Borja, através de métodos de pesquisa da área jurídica como, análise bibliográfica e jurisprudencial, buscando como base legislações vigentes no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro e internacional, bem como visitas aos bairros com registros fotográficos que evidenciam o tema proposto, caracterizando de maneira concreta ao fim do estudo a necessidade de reconhecer a ineficácia do acesso aos serviços de saneamento básico, com foco por exemplo, nas redes de escoamentos pluviais inadequadas, ligações irregulares de esgotos, falha na coleta e descarte de resíduo em locais inadequados. Para a realização do trabalho foram utilizados métodos de pesquisa típicos da área jurídica, como análises bibliográficas, jurisprudencial, com base em legislações vigentes no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Trazendo ao entendimento final, dessa maneira que o alcance da efetividade nesses serviços deve ser um objetivo comum dos órgãos reguladores, tanto jurídico quanto públicos, do município com harmonia e cooperação da sociedade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Direitos Fundamentais; Saneamento Básico; Políticas

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Direito, do campus de São Borja da UNIPAMPA. Estudante-Pesquisador integrando do Projeto de Pesquisa sobre o *Socioambientalismo*: da transdisciplinaridade das relações entre o ser humano e a natureza a partir da concepção do meio ambiente como um direito fundamental, vinculado ao Grupo de Pesquisas (DGP/CNPq/UNIPAMPA-SB): *Observatório de Direitos Fundamentais* na perspectiva do Constitucionalismo, do Socioambientalismo e da Geopolítica Internacional, ambientado no campus de São Borja da UNIPAMPA. E-mail: lucasquadros.aluno@unipampa.edu.br

² Pós-Doutor em Direito pelo *Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Messina* (IIES/Itália); Doutor em Direito (PPGD/UERJ); Mestre em Direito (PPGD/Puc-PR); Mestre em Economia (PPGE/Unisinos-RS); Especialista em Direito e Economia (PPGD-PPGE/UFRGS); Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (UFPI); Especialista em Ciências da Natureza e suas Tecnologias (UFPI); Graduado em Direito (Unisinos-RS). É pesquisador-Líder do “*Observatório de Direitos Fundamentais na perspectiva do Constitucionalismo, do Socioambientalismo e da Geopolítica Internacional*” (UNIPAMPA). Professor Adjunto dos Cursos de Bacharelado em Direito e Licenciatura em Ciências Humanas no campus de São Borja da UNIPAMPA. Professor Permanente credenciado ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologias para Inovação (PROFNIT/UFOB) e Professor Permanente credenciado ao Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS/UFOB). Jurista. E-mail: flaviobruno@unipampa.edu.br

Públicas; São Borja.

Resumén: El objeto de este estudio es traer al debate la idea de dignidad humana y la relación con los derechos humanos, fundamentales y sociales, a la luz de las políticas e instrumentos normativos del derecho social fundamental al saneamiento básico, así como su (en) efectividad, dentro de la realidad del municipio de São Borja, a través de métodos de investigación en el área jurídica, tales como análisis bibliográfico y jurisprudencial, buscando como base la legislación vigente en el ámbito del ordenamiento jurídico brasileño e internacional, así como visitas a barrios con registros fotográficos que evidencien la temática propuesta, caracterizando concretamente al final del estudio la necesidad de reconocer la ineficacia del acceso a los servicios de saneamiento básico, con foco, por ejemplo, en redes inadecuadas de drenaje pluvial, conexiones irregulares de alcantarillado, falla en la recolección y disposición de residuos en lugares inadecuados. Para la realización del trabajo se utilizaron métodos de investigación típicos del área jurídica, como análisis bibliográficos y jurisprudenciales, basados en la legislación vigente en el ámbito del ordenamiento jurídico brasileño. Llevando al entendimiento final, de esta forma, el alcance de la eficacia en estos servicios debe ser un objetivo común de los órganos reguladores, tanto jurídicos como públicos, del municipio con la concordia y cooperación de la sociedade.

Palabras-clave: Derechos humanos; Derechos fundamentales; Saneamiento; Políticas públicas; São Borja.

1. INTRODUÇÃO

A garantia dos direitos fundamentais sociais é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual cada indivíduo seja reconhecido e respeitado em sua dignidade. O estudo da confluência entre a dignidade humana e os direitos fundamentais sociais permite compreender como esses princípios interagem e se complementam, fornecendo uma base sólida para a construção de um sistema jurídico e social mais inclusivo e humano. Importante destaque merece a reflexão inicial de Piovesan (2009. p.107-108.) sobre a dignidade humana:

[...] os direitos humanos nascem quando devem e quando podem nascer.
[...] o valor da dignidade humana é um valor intrínseco à condição humana e não um valor extrínseco, a depender da minha condição social, econômica, religiosa, nacional ou qualquer outro critério.

Garantir o acesso ao saneamento básico para todas as pessoas é fundamental, pois é um direito humano essencial que promove saúde, dignidade e qualidade de vida para as comunidades em todo o mundo. No entanto, o desafio de proporcionar acesso ao saneamento básico para todos é complexo, exigindo investimentos significativos em infraestrutura, políticas públicas eficientes e conscientização da população sobre a importância da higiene e do tratamento adequado dos resíduos.

Ao superar esse desafio e oferecer acesso universal ao saneamento básico, podemos reduzir as desigualdades sociais, promover a igualdade de gênero e proteger o meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a humanidade.

Entende Bobbio (2000) que os direitos humanos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Para Arendt (1995) os direitos humanos não são um dado mas são um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução. Compõe esse construído axiológico, fruto da nossa história, do nosso passado, do nosso presente, a partir sempre de um espaço simbólico, de luta e ação social.

Numa percepção crítica contemporânea, para Herrera Flôres (2009) os direitos humanos compõem a nossa racionalidade e resistência, traduzindo esses processos que abrem e consolidam espaço de luta pela dignidade humana, evocando uma plataforma emancipatória voltada de um lado à proteção à dignidade humana e por outro à prevenção ao sofrimento humano.

Dentro das condições humanas apropriadas para garantia aos direitos humanos, está o acesso ao saneamento básico de forma igualitária para toda a sociedade, visto que a precariedade deste acesso é um fator prejudicial ao desenvolvimento dos indivíduos. Além disso, este acesso é um direito assegurado pelo ordenamento jurídico internacional, ficando evidente a importância de compreendermos como as políticas estatais podem mudar realidades que afetam o crescimento e desenvolvimento da dignidade humana.

Para a realização do trabalho foram utilizados métodos de pesquisa típicos da área jurídica, como análises bibliográficas, jurisprudencial, com base em legislações vigentes no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Visando desenvolver uma análise crítica sobre as

políticas e regulamentações do direito fundamental social ao saneamento básico no município de São Borja.

O direito fundamental ao saneamento básico é um direito humano universal, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo governo brasileiro. No entanto, apesar da legislação existente, há muitas áreas no Brasil que ainda sofrem com a falta de acesso a serviços básicos de água e esgoto, o que acarreta inúmeros problemas de saúde pública.

Na avaliação das políticas de saneamento em São Borja, é possível identificar alguns avanços recentes, como a implementação do comitê de organização e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, por meio do decreto nº 19.565 de 27 de julho de 2022, em conformidade com a Lei Federal nº 14.026/2020. Esse plano traçará metas e diretrizes para a universalização do acesso a serviços de água e esgoto na cidade, com prazos definidos.

A partir da observação de bairros do município será possível compreender se os dados se confirmam, constatando assim, se existe (in)efetividade da prática dos instrumentos regulatórios, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro. Neste sentido, observando a problemática social do tema estudado é possível observar a necessidade de pesquisas como o presente trabalho que busca, através da realidade do município de São Borja, no interior da região oeste da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, estudar as políticas e instrumentos regulatórios do direito fundamental social ao saneamento básico. Assim, pretende-se concluir que mesmo com as inúmeras regulamentações desenvolvidas em âmbito federal e estadual, ainda há grande ineficácia na garantia ao acesso ao saneamento básico no município de São Borja.

2. AS POLÍTICAS E REGULAMENTAÇÕES DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL AO SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, À LUZ DO PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE HUMANA

O direito fundamental social ao saneamento básico é uma das preocupações mais urgentes na atualidade. O saneamento básico é um conjunto de medidas adotadas para garantir

a qualidade de vida da população, através da promoção da saúde e preservação do meio ambiente. Inclui ações como tratamento de água e esgoto, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos e drenagem urbana. A falta de saneamento básico tem um impacto direto na saúde pública, com a ocorrência de doenças como diarreia, cólera, dengue e leptospirose, além de aumentar o risco de deslizamentos de terra em épocas de chuva. Ainda, mesmo com regulamentações e leis que trazem a responsabilidade do poder público na garantia desse direito, ainda existem muitas regiões do País que não possuem saneamento básico adequado. Isso se deve, em grande parte, à falta de investimentos por parte do poder público e à falta de fiscalização eficiente sobre o assunto, consequentemente, muitas pessoas ainda são expostas a riscos sanitários e ambientais.

As regulamentações sobre saneamento básico no âmbito municipal são de extrema importância por várias razões. Inicialmente em razão de os municípios serem os responsáveis pela gestão direta ou indireta dos serviços de saneamento básico em seu território. Por meio de leis e regulamentações municipais, é possível estabelecer diretrizes claras para a prestação desses serviços, como o abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Além disso, as regulamentações municipais podem definir metas e prazos para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, bem como estabelecer critérios de qualidade e eficiência na sua prestação. Isso é essencial para garantir a melhoria da saúde pública, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável dos municípios. As leis e políticas públicas municipais também desempenham um papel fundamental na captação de recursos financeiros, tanto por meio de financiamentos nacionais e internacionais como por meio da destinação de recursos próprios do município. Esses recursos são essenciais para investimentos em infraestrutura, expansão dos serviços de saneamento e melhoria das condições sanitárias.

O direito fundamental social ao saneamento básico é um direito humano que deve ser garantido a todos, sem exceção. No município de São Borja, localizado no Rio Grande do Sul, existem políticas e regulamentações que visam assegurar o acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. As regulamentações sobre

saneamento básico no âmbito municipal são fundamentais para estabelecer diretrizes claras, promover a universalização dos serviços, garantir a qualidade e eficiência na sua prestação, além de captar recursos para investimentos. Por meio de leis e políticas públicas municipais, é possível enfrentar os desafios e promover melhorias significativas no saneamento básico, impactando diretamente a qualidade de vida da população e contribuindo para um desenvolvimento urbano mais sustentável.

As leis municipais de regulamentação do saneamento básico são ferramentas fundamentais para garantir a efetividade da dignidade humana. Essas leis estabelecem diretrizes, metas e prazos para a prestação de serviços essenciais de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana, impactando diretamente a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas (BAYER; URANGA e FOCHEZATTO, 2021).

Ao regulamentar o saneamento básico, as leis municipais visam assegurar o direito humano à água e ao saneamento, reconhecido internacionalmente. Elas estabelecem a responsabilidade do poder público em garantir o acesso universal aos serviços, independentemente da condição socioeconômica dos cidadãos, promovendo a igualdade e a inclusão social.

Como bem explicam Meneguín e Prado (2018), as leis municipais de regulamentação do saneamento básico também desempenham um papel importante na preservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável. Elas estabelecem critérios de sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos e na destinação adequada dos resíduos, contribuindo para a proteção dos ecossistemas e a mitigação dos impactos ambientais.

Portanto, fica evidenciado que as leis municipais de regulamentação do saneamento básico são instrumentos indispensáveis para garantir a efetividade da dignidade humana, assegurando o acesso a serviços essenciais, promovendo a igualdade social e contribuindo para a sustentabilidade ambiental. Essas leis têm o poder de transformar a realidade das pessoas, possibilitando uma vida mais saudável, segura e digna para todos os cidadãos.

Desta forma, as leis e diretrizes em vigor no município de São Borja estão de acordo com o princípio da dignidade humana, que é o valor fundamental que deve orientar a

construção de toda a política pública. Conforme abordado Milaré e Milaré (2023) o saneamento básico é questão de dignidade humana e age diretamente na inclusão social, ademais é essencial principalmente para qualidade na saúde dos indivíduos.

3. SOBRE AS POLÍTICAS E OS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL AO SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

A Lei nº 15.246 de 02 de janeiro de 2019 definiu a responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura por coordenar a política estadual de saneamento. O saneamento básico compreende o conjunto de serviços públicos e infraestrutura destinado a prover: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

No estado do Rio Grande do Sul, a Divisão de Saneamento - DISAN é o ponto focal do tema de saneamento básico dentro da estrutura da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. As leis e diretrizes do município de São Borja respondem a esta estrutura estadual e são embasadas no princípio da dignidade humana, buscando assegurar um ambiente saudável e adequado para a população, conforme estima a Carta Constitucional anteriormente referida.

A Lei nº 4.236, de 9 de junho de 2010, que estipula o Plano Municipal de Saneamento Básico, por exemplo, foi criada com o objetivo de garantir o acesso aos serviços de saneamento básico, como abastecimento de água e esgotamento sanitário, que conforme contrato, é de responsabilidade da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, já a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é responsabilidade da prefeitura municipal.

A cidade de São Borja conta com um conjunto de políticas e regulamentações que visam garantir o direito humano fundamental ao saneamento básico, em consonância com o princípio da dignidade humana. Porém é possível observar que ainda há muito a melhorar, além disso, é necessário que haja um comprometimento também por parte da comunidade.

Entretanto, ainda que existam muitas leis, diretrizes e regulamentações que destinam obrigações aos governantes, essas, não garantem o seu cumprimento. Desta forma, é fundamental que essas políticas sejam efetivamente implementadas e principalmente acompanhadas, a fim de garantir o acesso universal aos serviços de saneamento básico, contribuindo para a promoção da qualidade de vida e saúde da população.

Ademais, a conscientização da população também é um processo fundamental para a conservação do meio ambiente, uma vez que a destinação inadequada de resíduos e o consumo desenfreado de água podem comprometer a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (MENEGUIN e PRADO, 2018).

Entre as políticas e regulamentações em vigor em São Borja, destaca-se a Lei nº 4.236, de 9 de junho de 2010, que dispõe sobre o exercício da titularidade dos serviços de saneamento básico, água e esgoto, além de sua execução, nos termos da legislação federal e dá outras providências. Também o Decreto nº 19.565, de 27 de julho de 2022, que Cria e nomeia os integrantes para compor o Comitê de Coordenação e o Comitê de Execução do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A fim de colocar em prática o disposto pelas leis federais e estaduais, pode-se destacar a criação do Plano Municipal de Saneamento Básico de São Borja, uma política com origem na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, como uma importante ferramenta para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de saneamento básico no município.

A Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico, e as leis citadas por esta, estabelecem as diretrizes nacionais para o saneamento básico, incluindo a obrigatoriedade de elaboração de planos municipais de saneamento básico. Vale ressaltar que a implementação dessas políticas e regulamentações é fundamental para a garantia do direito social ao saneamento básico.

A relevância da criação de diretrizes nacionais, estaduais e municipais para o saneamento básico, dimensiona a necessidade de políticas públicas de saneamento básico como de extrema importância para garantir o acesso universal a serviços essenciais como abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e

drenagem urbana. As políticas públicas nesse âmbito são responsáveis por estabelecer diretrizes, metas e prazos para a melhoria dos serviços de saneamento, bem como definir estratégias de investimento e gestão.

A conscientização das instituições governamentais sobre a importância do saneamento básico reflete-se na priorização e destinação de recursos para investimentos, na elaboração de planos municipais de saneamento básico, na realização de estudos técnicos para identificar as necessidades locais, na busca por parcerias e cooperação técnica, entre outras ações. Além disso, a conscientização também envolve a promoção de campanhas de educação e conscientização da população sobre a importância do saneamento básico e dos seus direitos relacionados a ele.

A consolidação das políticas públicas municipais de saneamento básico é essencial para garantir que os serviços sejam prestados de forma adequada, com qualidade, eficiência e equidade. Além disso, contribui para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável dos municípios. Portanto, é crucial que as instituições governamentais estejam conscientes e engajadas na consolidação e implementação das políticas públicas de saneamento básico.

4. A (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS E DOS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS DO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL AO SANEAMENTO BÁSICO, A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA EM BAIRROS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

Ainda que acesso ao saneamento básico e água potável seja um direito fundamental assegurado por um complexo ordenamento legal, e que atualmente, no município de São Borja seja possível leis e políticas municipais, e até um Comitê de Execução do Plano Municipal de Saneamento Básico, é notório pela observação simples ao percorrer a cidade a precariedade na garantia deste direito.

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE no ano de 2020, 1,09% das famílias não obtinham água canalizada em suas residências ou terrenos (SISTEMA, 2020). Ademais, foi observado em 2020 pelo Censo escolar, que mesmo podendo ser encontrado abastecimento de água pela rede pública, 27 escolas de zona urbana ou rural não obtinham acesso à água potável, o que possivelmente apresenta risco para saúde pública (BRASIL, 2023)

No que diz respeito a relação do saneamento básico e a saúde pública do município, entre os anos de 2015 e 2021 houve 412 internações por doenças relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (BRASIL, 2023), que são um conjunto de agravos transmissíveis à saúde, relacionados ao contexto ambiental, à infraestrutura, aos serviços e às instalações operacionais que contribuem ou dificultam a reprodução da vida. Além disso, também entre os anos de 2015 e 2021 houve 12 mortes pelo mesmo motivo. (BRASIL, 2023).

O serviço de esgotamento sanitário municipal também se mostra ineficiente visto que dados coletados no ano de 2020 demonstram que a cidade apresenta um índice de apenas 15,07% de coleta de esgoto (SISTEMA..., 2023). Ademais, em grande parte das residências ainda são encontradas fossas como forma de esgotamento, o que representa risco de contaminação e proliferação de doenças advindas da falta de acesso correto à saneamento básico (INSTITUTO..., 2023).

Outro potencial de risco a saúde e segurança dos moradores das localidades ribeirinhas, são as inundações de correntes das enchentes do Rio Uruguai, que mesmo havendo ações por parte da gestão do município, esse problema se faz presente nos últimos anos. Em 2020, 300 domicílios apresentavam riscos de sofrer inundação, enxurradas, alagamentos e deslizamentos nos períodos de chuvas ou cheias do rio, sendo esse, um grande alerta as autoridades públicas (SISTEMA..., 2023).

Como proposição de verificação da efetividade ou constatação da (in)efetividade das políticas e dos marcos regulatórios que fundamentam o direito ao saneamento básico, foi realizada uma observação de sua implementação efetiva em bairros do município de São Borja.

Durante visita nos bairros mais carentes da cidade, foi possível observar que os dados apontados nas pesquisas ainda refletem a realidade atual do município, salientando o impacto

social gerado pela falta do serviço mínimo de saneamento básico, que se torna fator gerador dos problemas já citados anteriormente e registrados nos dados atuais do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Ao realizar a visita aos bairros da cidade, foram feitos alguns registros do acesso ao saneamento inadequado nessas regiões, onde pode-se verificar que as políticas públicas na cidade ainda não estão sendo utilizadas em níveis necessário de efetividade social. As observações passam a ser registradas em figuras, e sua abordagem e análise crítica, servem a dimensionar visualmente, a partir da observação *in loco* da (in)efetividade das políticas e dos instrumentos regulatórios do direito fundamental social ao saneamento básico, a partir da observação de sua implementação efetiva em bairros do município de São Borja.

A Figura 01, demonstra o descarte irregular de resíduos orgânicos e não orgânicos ao lado do cemitério municipal e na

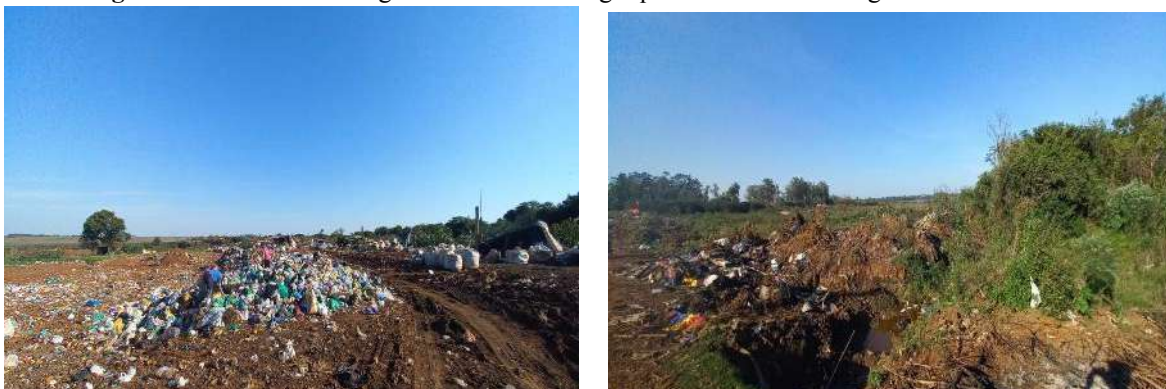
Figura 01: Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Capturada pelo autor, em 22 de junho de 2023.

Na Figura 02, é possível observar o aterro irregular de descarte do lixo urbano. É possível observar na Figura 03, o córrego contaminado por descarte irregular no aterro

Figura 02 e 03: Aterro irregular de lixo e Córrego que cruza o aterro irregular de lixo.



Fonte: Capturada pelo autor, em 22 de junho de 2023.

A partir da Figura 04, é verificável como ocorre o descarte irregular de diversos tipos de resíduos de lixos, ao lado do estádio municipal de São Borja, no bairro Florêncio Aquino Guimarães.

Figura 04: Descarte irregular de material e lixo, bairro Florêncio Aquino Guimarães.



Fonte: Capturada pelo autor, em 23 de junho de 2023.

Em visita ao Bairro do Passo, é possível observar o escoamento pluvial irregular contaminado por ligações de esgoto sem condições de saneamento regularizadas pela prefeitura bem como, o descarte irregular de lixo nas ruas, conforme demonstram as Figuras de 05 a 06.

Figura 05 e 06: Escoamento pluvial e ligações de esgoto, vila da paria, bairro do passo.



Fonte: Capturada pelo autor, em 20 de junho de 2023.

Os problemas centrais da falta de saneamento em bairros vulneráveis do município de São Borja, também são verificados conforme demonstram as Figuras 07 e 08, onde se observa escoamento pluvial irregular e descarte de resíduos de lixo nas ruas, tanto na vila Arneldo Matter como na vila Mário Roque Weis.

Figura 07: Escoamento pluvial e ligações de esgoto, vila Arneldo Matter, bairro do passo.



Fonte: Capturada pelo autor, em 19 de junho de 2023.

Figura 08: Escoamento pluvial e ligações de esgoto, vila Mario Roque Weis, bairro do passo.



Fonte: Capturada pelo autor, em 19 de junho de 2023

É possível, a partir da observação evidenciada nesta pesquisa, perceber que a Política Municipal de Saneamento do município de São Borja, muito embora, orientando-se pelos seguintes princípios: a melhoria contínua da qualidade ambiental e dos serviços executados; o combate à miséria e seus efeitos prejudiciais à saúde individual e à salubridade Ambiental; a participação social nos processos de planejamento, fiscalização e controle dos serviços; a universalização, a equidade e a integralidade dos serviços de saneamento básico e ambiental – não atinge as diretrizes estipuladas em sua própria política.

De modo que, perante a inefetividade das políticas e dos instrumentos regulatórios do direito fundamental social ao saneamento básico, a partir da observação de sua implementação efetiva em bairros do município de São Borja cumpre ao poder público e, em especial, aos usuários dos serviços públicos de água e esgoto do município que tiverem seus direitos violados ou tiverem conhecimento de violação da ordem jurídica, envolvendo a prestação de tais serviços, poderão representar, denunciar ou reclamar o fato ao poder concedente ou agência reguladora, mediante normas e procedimentos específicos e amplamente divulgados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo apresentado, percebe-se que o saneamento básico como direito fundamental social é fator determinante para que haja garantia do que chamamos de mínimo existencial comum, onde o indivíduo da sociedade alcança uma vida digna, com saúde, alimentação, educação, acesso água potável, tratamento de esgoto, coleta de lixo, somente assim, podendo desenvolver seu projeto de vida, concretizando sua existência humana digna em face aos direitos humanos e sociais.

O sistema que se encontra hoje em nossa realidade, o qual foi elucidado aqui e analisado, está em constante processo de evolução, entretanto de forma tardia em face ao crescimento desordenado e sem planejamento do meio urbano. Ao analisarmos a realidade do município de São Borja, foi possível constatar esse fato, os índices apresentados revelaram que há muito o que se fazer a respeito, muitas políticas e medidas sociais ainda não suprem as demandas reais da comunidade, que muitas vezes se encontra quase em situação de abandono social, acarretando ainda no aumento da desigualdade, não só social, mas econômica expondo aos indivíduos uma condição de miséria, com precariedades de moradia e infraestrutura que impossibilitam qualquer oportunidade digna para seu desenvolvimento socioeconômico.

O desafio de proporcionar acesso ao saneamento básico nos bairros mais vulneráveis de São Borja requer um olhar atento e a implementação de políticas públicas eficazes. É necessário investir em infraestrutura adequada, como redes de esgoto e sistemas de abastecimento de água, além de promover a conscientização sobre práticas de higiene e manejo de resíduos nessas comunidades.

Ao superar o desafio de prover acesso ao saneamento básico nos bairros mais vulneráveis de São Borja, se está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, prevenindo doenças relacionadas à falta de saneamento e fortalecendo a inclusão social. Além disso, essa ação refletirá positivamente no desenvolvimento sustentável do município como um todo.

Além de constatar que o poder público municipal não atinge 100% de sua competência sobre as políticas e diretrizes de saneamento básico por ele estabelecidos e também

estabelecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e internacional, foi perceptível no estudo que a população mais afetada e carente, também não possui conhecimento correto sobre as políticas para implementação destes serviços básicos, bem como os direitos e deveres a eles atribuídos enquanto indivíduos da sociedade, não buscando assim a melhora da sua realidade, que muitas vezes é agravada pelo mal uso dos recursos naturais ao seu redor, com descartes de resíduos de maneira irregular e descontrolada, por ligações inadequadas de fossas residências nas redes de escoamento pluvial, e outras ações que aumentam a dificuldade da coleta e do tratamento adequado a esses resíduos e dejetos, produzidos no meio urbano, aumentando os riscos de contaminação dos recursos hídricos e proliferação de doenças.

É imprescindível assegurar o acesso ao saneamento básico como um direito humano para todos os habitantes de São Borja, especialmente para os moradores dos bairros mais vulneráveis da cidade. Isso não apenas garantirá melhores condições de vida, mas também promoverá a equidade e a inclusão social. Desta forma, ao considerarmos o conteúdo elucidado nesse estudo, é fundamental que o município busque reconhecer que há ineficácia na garantia ao acesso ao saneamento básico, apesar das medidas e políticas adotadas, se faz necessário um maior comprometimento por parte da gestão municipal, e também dos moradores das áreas afetadas, maiores diálogos e ações conjuntas, para priorizar assim a efetividade no alcance dos elementos integrantes da dignidade humana em face aos direitos fundamentais sociais do nosso ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. Tradução: Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BAYER, Natássia Molina; URANGA, Paulo Ricardo Ricco; FOCHEZATTO, Adelar. Política Municipal de Saneamento Básico e a ocorrência de doenças nos municípios brasileiros. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Estabelece o novo marco legal do saneamento básico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 jul.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art6 Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Sistema Único de Saúde – SUS**. Internações Hospitalares – SIH/DATASUS, 2023.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MENEGUIN, Fernando; PRADO, Iván Pereira. **Os serviços de Saneamento Básico, sua regulação e o Federalismo Brasileiro**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, maio de 2018.

MILARÉ, Édis; MILARÉ, Lucas Tamer. **O Marco Regulatório do Saneamento Ambiental**. 2020. ISSN 1983-392X. Disponível em: MILARÉ, Édis; MILARÉ, Lucas Tamer. O Marco Regulatório do Saneamento Ambiental. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos**: Desafios e Perspectivas contemporâneas. Rev. TST, Brasília, vol. 75, no 1, jan/mar de 2009

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.246 de 02 de janeiro de 2019**. Introduz modificações na Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2015.246.pdf> Acesso em: 21/06/2023.

SÃO BORJA. **Decreto nº 19.565, de 27 de julho de 2022**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/decreto/2022/1957/19565/decreto-n-19565-2022-cria-e-nomeia-os-integrantes-para-compor-o-comite-de-coordenacao-e-o-comite-de-execucao-do-plano-municipal-de-saneamento-basico> Acesso em: 21/06/2023.

SÃO BORJA. **Lei nº 4.236, de 9 de junho de 2010**. Dispõe sobre o exercício da titularidade dos serviços de saneamento básico, água e esgoto, sua execução de forma direta ou indireta, nos termos da legislação federal e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/lei-ordinaria/2010/424/4236/lei-ordinaria-n-4236-2010-dispoe-sobre-o-exercicio-da-titularidade-dos-servicos-de-saneamento-basico-agua-e-esgoto-sua-execucao-de-forma-direta-ou-indireta-nos-termos-da-legislacao-federal-e-da-outras-providencias> Acesso em: 21/06/2023.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. **Diagnóstico dos serviços de água e esgotos**. Site institucional, 2020. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/> Acesso em: 21/06/2023.

A DESPROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO CREAS E DO CONSELHO TUTELAR

THE LACK OF PROTECTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN BRAZIL AND THE IMPORTANCE OF CREAS AND THE GUARDIAN COUNCIL

Yasmin Amorim Coelho Oliveira³
Andréia Cristina da Silva Almeida⁴

Resumo: Considerando a necessária proteção ofertada pelos órgãos como o Conselho tutelar e o Centro de Referência Especializado do Serviço Social destinam seus serviços para a proteção das crianças e adolescentes o artigo tem por objetivo problematizar as atribuições destes órgãos e sua capacidade de materializar suas responsabilidades protetivas às crianças e aos adolescentes brasileiros em situação de violência. Essa proposta faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Entre ser e fazer: a especificidade do CREAS e do Conselho Tutelar na proteção da criança e do adolescente”, que trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa e documental. Utilizará dados dos relatórios do Disque 100 nos últimos 5 anos, pois pode evidenciar ou não o aumento e a permanência da desproteção da criança e do adolescente âmbito brasileiro. A pesquisa busca chamar a atenção dos profissionais e da sociedade a reforçarem as proteções necessárias para coibir as violências em que crianças e adolescentes estão vulneráveis. Busca-se ainda chamar atenção para o aprimoramento das funções dos principais profissionais e agentes políticos, como o conselheiro tutelar, sobre as responsabilidades diante das situações de riscos que as crianças e adolescentes brasileiros estão inseridos. Com isso, este estudo questiona não apenas a eficácia desses órgãos, mas também propõe uma reflexão sobre a necessidade premente de estratégias mais efetivas para garantir o bem-estar, saúde, segurança da juventude, escolaridade, entre diversos direitos que esses sujeitos adquirem logo antes de seu nascimento, mas muitas vezes é negado e até mesmo desconhecido.

Palavras-chave: Conselho Tutelar, CREAS, Desproteção,

Abstract/Resumen: necesidad de estrategias más eficaces para garantizar el bienestar, la salud, la sanidad y la Considering the necessary protection offered by bodies such as the Guardianship Council and the Specialized Social Service Reference Center, which dedicate their services to the protection of children and adolescents, the article aims to problematize the attributions of these bodies and their ability to materialize their protective responsibilities

³ Discente do curso de Serviço Social pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal yasmin.amorim@ufu.br

⁴ Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais, Professora do magistério superior do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, e-mail andreia.almeida@ufu.br

towards children. and Brazilian adolescents in situations of violence. This proposal is part of the research project entitled “Between being and doing: the specificity of CREAS and the Guardianship Council in the protection of children and adolescents”, which involves research with a qualitative and documentary approach. It will use data from Dial 100 reports over the last 5 years, as it may or may not show the increase and persistence of lack of protection for children and adolescents in Brazil. The research seeks to draw the attention of professionals and society to reinforce the necessary protections to curb violence to which children and adolescents are vulnerable. The aim is also to draw attention to the improvement of the functions of the main professionals and political agents, such as the guardianship counselor, regarding their responsibilities in the face of risk situations in which Brazilian children and adolescents are involved. Therefore, this study questions not only the effectiveness of these bodies, but also proposes a reflection on the pressing need for more effective strategies to guarantee the well-being, health, safety of youth, education, among several rights that these subjects acquire shortly before of his birth, but is often denied and even unknown.

Keyword/palabras clave: Consejo Tutelar, CREAS, Protección,

1. INTRODUÇÃO

Os direitos estabelecidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988, preconiza que crianças e adolescentes sejam considerados cidadãos de direitos, de prioridade de proteção integral e que deve ser protegido pelo Estado, família e sociedade.

Com a instituição de um estatuto específico que promove um conjunto de direitos e responsabilidades a serem cumpridas, principalmente pelo Estado, enquanto ente público e provedor de política pública, como forma de enfrentar as diversas situações de violência que estes sujeitos estão ameaçados na vida em sociedade. Dessa forma, instituiu-se órgãos como o Conselho Tutelar (1990) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (2003) a fim de promover atenções específicas à criança e ao adolescente de prevenção e proteção permanente e com prioridade integral e absoluta.

No entanto, o que a realidade nos revela é que há um cenário de muitas demandas relacionadas à negligência, violência física, psicológica e sexual, negligência e inibição de direitos, que vem se ampliando ao longo do tempo, deixando danos irreparáveis à nação brasileira.. Atos recorrentes são informados pela mídia nacional, de ausência e violação de

direitos contra criança e o adolescente, inclusive demonstrando desinformações sobre os princípios da proteção integral e dos órgãos de proteção. , Os dados apresentados no relatório do disque 100 mostram somente a realidade que é denunciada, mas sabemos que muitas situações ainda estão invisibilizadas e desconhecidas pelos órgãos competentes e responsáveis a tomarem atitudes de responsabilização e proteção da criança e do adolescente brasileiro,

2. A DESPROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

À medida que nos aprofunda-se de violação de direitos e negligência, evidencia-se argumentos sobre a atuação dos órgãos de proteção - ou seja - porque ainda temos uma crescente demanda de violações de direitos contra criança e o adolescente, mesmo após a instituição do ECA que determina a criação dos Conselhos Tutelares e de serviços públicos que devem promover ações de prevenção contra qualquer tipo de risco a esses sujeitos?. Questões como estas sustentam o nosso debate neste artigo.

Comparando os dados do Disque Denúncia (Disque 100, 1997) do ano de 2022 com os de 2023, é possível evidenciar um cenário de graves situações de violência em constante evolução. Assim, se buscarmos pelos registros do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos referentes ao ano de 2022 em seu primeiro semestre encontramos a violência contra crianças e adolescente com o maior número de registro de denúncias que marcaram 78.538 e violações que chegam a 367.345, apresentando em primeiro lugar de violações é em relação a integridade 72.187 denúncias enquanto o número de violações é de 307.014, posteriormente os direitos sociais onde as denúncias chegam a 22.301 enquanto as violações atinge 31.779 e em terceiro se tem a violação à liberdade onde as denúncias chegam a 17.286 enquanto as violações alcançam 27.041.

Desse modo, tendo como contrapartida o ano de 2023, o número de denúncias s de violência realizadas diante do grupo de crianças e adolescente encontrar novamente em primeiro lugar em questões de números, assim no primeiro trimestre de 2023 registrando um

número devastador de 106.849 de denúncias enquanto as violações documentações chegam a 613.184 casos, deste modo a classificação dessas violações se encontra em primeiro lugar a integridade obtendo 90.366 denúncias e 253.930 violações, em seguida se tem a questão de liberdade desses indivíduos onde se registra 19.216 denúncias enquanto as violações chegam ao marco de 33.907 violações e em terceira posição se encontra os direitos sociais com 15.337 denúncias enquanto as violações chegam a 26.284, assim existindo outras categorias relevantes com números avassaladores de violações.

Com isso, o número de dados do segundo trimestre do ano de 2022 ainda não pode ser comparado com o de 2023 por não ter finalizado e dessa forma não contendo com precisão os valores referentes às denúncias e violações. Porém, além dos dados por meio das denúncias vistas pelo Disque 100, não se pode anular o fato de que há diversas situações de violações no dia a dia que não são registradas por medo e até mesmo desconhecimento tanto dos responsáveis como dos próprios indivíduos em questão sobre as leis e direitos para crianças e adolescentes de todo o país.

Com isso, é de extrema preocupação haver ainda reportagens como a do programa Fantástico do ano de 2019 divulgada no site G1, chamada “Direitos das crianças ainda não são respeitados em muitas partes do Brasil” que diante das diversas trajetórias de vida das próprias crianças, em distintos estados e idades, são minuciosamente evidenciadas as violações cometidas, posteriormente são apresentadas as leis que destacam que as experiências enfrentadas por essas crianças, como a carência de saneamento básico, a falta de segurança, o trabalho infantil, entre outros, estão em desacordo com normativas legais exibidas.

Ademais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 1946) que tem como sua missão fundamental assegurar que cada criança, independentemente de sua etnia, classe social, orientação sexual, entre outros, tenham acesso aos direitos fundamentais necessários para um desenvolvimento saudável e digno anuncia um alerta um número alarmante de crianças e adolescentes que se encontram em múltiplas situações de pobreza no Brasil, onde se é relatado que há 32 milhões de crianças e adolescentes que se encontram nessa situação e trazem a explicação da Liliana Chopitea, chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e

Avaliação do UNICEF no Brasil que diz: "A pobreza na infância e na adolescência vai além da renda. Estar fora da escola, viver em moradias precárias, não ter acesso a água e saneamento, não ter uma alimentação adequada, estar em trabalho infantil e não ter acesso à informação são privações que fazem com que crianças e adolescentes estejam na pobreza multidimensional".

Assim, outra notícia aflige nossos cotidianos como em nove meses o conselho tutelar de Curitiba registra mais de 10 mil casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes (G1 Paraná, 2023), enquanto isso o estado do Mato Grosso do Sul (MS) apresenta mais de mil denúncias de exploração sexual infantil, em síntese é explícito que a violação é presente até os dias atuais e tendo um crescente diante aos anos.

Diante desses problemas que permeiam desde o início da sociedade, podemos verificar que há diversos fatores para a construção e desenvolvimento dessas violações, como: pobreza estrutural, falta de acesso à educação, cultura e normas sociais, fragilidade institucional, normalização desses atos, falta de acesso a recursos básicos e sistema de proteção ineficaz.

Logo, com esses fatores e com a grande quantidade de casos como os mostrados anteriormente se criou órgãos como o Conselho Tutelar (CT, 1990) e Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS, 2004), assim o CT partiu da publicação da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), com o intuito de assegurar a promoção de direitos e proteção das crianças e adolescentes, assim inspecionar se os mesmos estavam sendo atendidos de forma devida, assim o Conselho encontra-se como um órgão autônomo, portanto o direito de agir sem nenhuma forma de constrangimento e/ou impedimento, desde que esteja agindo de forma coerente com a lei.

Assim, podemos encontrar esses deveres, responsabilidades e direitos a partir do Art.131 ao 140, em suma as decisões e ações tomadas pelo CT só poderá ser revista por autoridades judiciais diante do pedido legítimo de interesse (Estatuto da Criança e Adolescente, 1990, p.57-59). No artigo 132 que se é necessário ter no mínimo um conselho tutelar em cada Município (Estatuto da Criança e Adolescente, 1990, p.57), logo o Brasil

apresenta 5.956 CT diante dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Brasil, 2022, 1ºparágrafo).

Deste modo, o CREAS teve início no ano de 2004 como parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 1998), porém foi estabelecida pela Política Nacional de Assistência Nacional (PNAS, 1915) por meio da resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, 1993) nº109, com o intuito de oferecer um atendimento especializado e contínuo com o indivíduo e família em situações de riscos pessoais e sociais inclusive aqueles que não tem seus direitos concebido (PNAS, 2004). O documento PNAS possui diversas orientações, deveres e obrigações sobre o CREAS onde podemos ver: objetivo, dever e atribuições para com os serviços de proteção social as famílias, assim como a orientação sociofamiliar e comunitário, deve-se atender casos de média complexidade e a ampliação de CREAS a fim de tratar casos como abuso, exploração e violência sexual de criança e adolescente (PNAS, 2004, p. 103).

Neste contexto, destacamos também que os agentes do Conselho Tutelar são vistos como “monstros” para toda a sociedade que não conhece de fato seus serviços, e também por aqueles que já tiveram seus primeiros contatos com esse órgão. Por muitas vezes, os indivíduos possuem desconhecimentos sobre as ações, deveres e serviços das instituições vitais para sua promoção de direitos, com isso por múltiplas vezes a falta de conscientização sobre o CREAS e o CT acabam resultando na limitação ou anulação desses recursos.

Percebe-se também que a falta de informação contribui para ignorância sobre a importância dessas entidades na garantia do bem-estar, assim não atribuindo reconhecimento para esses órgãos, logo a divulgação eficaz das atividades desenvolvidas pelo CREAS e pelo Conselho Tutelar é de extrema importância para ampliar a consciência coletiva e regar a sociedade com informações necessárias para construção de comunidades mais seguras e justas.

Desse modo, exige-se investimentos em ações educativas de toda a comunidade e principalmente, das crianças e dos adolescentes desde as pré-escolas para que possam ser multiplicadores de informações essenciais sobre os seus direitos. . Importante também serem realizadas campanhas de sensibilização e conscientização dos cidadãos em locais como

empresas, comércio e templos religiosos que concentram as pessoas adultas e a comunidades de modo geral, para informar sobre os direitos da criança e do adolescente, os mecanismos de proteção, os meios de denúncia e o papel dos serviços públicos como CREAS e CT.

Importante também que ações como a do livro infantil “Binho, o menino que tinha medo do Conselho Tutelar” (Costa L; Costa M, 2016), sejam multiplicadas. O livro foi escrito para instruir as crianças sobre o papel do Conselho Tutelar e, por meio da narrativa de uma história sobre a visita de um conselheiro a escola do protagonista, e apresenta um momento marcante onde o menino Binho vai perguntar a sua mãe e amigos o que é o Conselho Tutelar, que alegam “ser aquelas pessoas que levaram outra criança para um abrigo, pois sua mãe bebia e batia no filho” (Costa L; Costa M, 2016, p. 6-7). Conclui-se com isso, que mesmo que de forma indireta o medo cresceu no Binho, e essa fala acaba por representar o que se é visto pela sociedade de forma atual sobre o papel desses conselheiros, onde podemos ouvir relatos de pais que alegam que ameaçam seus filhos afirmando que os profissionais do CT irão buscá-los e levando seus filhos para esses órgãos, assim parecendo uma ameaça de punição e esperando que de fato as crianças e adolescentes sejam punidos de forma verbal e amedrontadora, assim acarretarem medo e vergonha nas crianças para com os agentes em questão.

Diante do exposto, ressaltamos que os próprios agentes fortalecem essa imagem que é construída pela sociedade, pois o dever de proteção muitas vezes acabam se tornando de punição onde os mesmos acabam exercendo o abuso de poder, logo não só acontece com os conselheiros, mas também ocorre com os profissionais do CREAS, desta forma ambos apresentam diversos casos de abuso de autoridade por meio de: ações excessivamente punitivas, falta de transparência nas decisões, discriminação, negligência na prestação de serviços, discriminação no atendimento, falta de respeito aos direitos dos assistidos ou qualquer forma de conduta inadequada por parte dos profissionais, e em alguns casos, o uso da autoridade de forma arbitrária, assim os indivíduos que deveriam ser protegidos e contribuírem para uma vida mais digna e saudável, além de garantir o direitos de todos acaba por ser um dos principais contribuidores para o fortalecimento do problema, pois os

profissionais que abordam essa postura acabam por enfatizar um serviço que não se deve ser executado, sendo que o papel dos CT se baseia na seguinte afirmação:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 3º, determina que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-lhes por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de promover o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Para dar efetividade ao que está disposto no dispositivo legal, é essencial a presença de um profissional em específico: o conselheiro tutelar. De acordo com o ECA, são atribuições do Conselho Tutelar e, portanto, dos membros que o compõem, atender crianças e adolescentes com direitos violados ou ameaçados. Além disso, o conselheiro tutelar é responsável por promover o encaminhamento de situações aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade. (Brasil, 1990)

Ressaltar-se que CT o CREAS também arca com essa responsabilidade de garantir os direitos dos indivíduos e protegê-los independente de sua classe social, etnia, orientação sexual, e qualquer outro critério de discriminação, sendo o é objetivo e dever atribuir serviços de proteção social as famílias, assim como a orientação sociofamiliar e comunitário, deve-se atender casos de média complexidade e a ampliação de CREAS a fim de tratar casos como abuso, exploração e violência sexual, entre outros de criança e adolescente (PNAS, 2004, p. 103) e sendo apontado pelo próprio Estatuto da Criança e adolescente que deixa claro:

§ 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016) (Brasil, 1990)

Além disso, por mais que esses órgãos existam para a proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes de todo Brasil, os mesmos não executam uma fiscalização robusta em cerca de averiguar esses atendimentos e ações cometidas pelos profissionais, logo por mais que cheguem ao conhecimento de algumas partes da população suas posturas

incoerentes não se é muito divulgado de forma direta, porém ainda se pode notar o registro de maneira indireta, assim essas ações realizadas frequentemente não resultam em nenhuma medida corretiva efetiva ou consequência aplicada.

Conclui-se que a ausência de uma supervisão vigorosa permite brechas que podem comprometer a execução e das leis referentes a medidas de proteção, resultando não apenas no enfraquecimento da integridade, ética e profissionalismo do sistema, mas resultando na em uma desproteção para as crianças e adolescentes que precisam receber atenção, ação e acima de tudo proteção por meio desses órgãos. Em outras palavras, os mecanismos de supervisão insuficientes podem criar lacunas e a ocorrência de diversas práticas inadequadas que podem persistir sem detecção e ao invés de gerar proteção o ato de desproteção e até mesmo de abuso de poder poderão ser mais recorrentes gerando diversos impactos negativos sobre esse grupo tão vulnerável em meio a sociedade.

Não apenas esses pontos, mas ainda podemos citar mais um dos problemas vinculados a esses órgãos que seria a falta de estrutura e materiais, deste modo a grande maioria dos Conselhos Tutelares enfrentam problemas em seis meios de funcionamento por motivos como: a falta de estrutura para atendimento com privacidade e tamanho apropriado do ambiente (G1, 2020), escassez de investimento social, falta de equipamentos que se julga básicos como textos legais, como ECA, computadores, acesso à internet, entre outros (G1, 2021), falta de recursos financeiros e de profissionais aptos (JUSBRASIL, 2021), além da falta de conhecimento e conscientização sobre os direitos da criança e adolescente (JUSBRASIL, 2019).

Deste modo, há diversas pendências que acabam por afetar e/ou atrasar o trabalho dos profissionais, prejudicando assim a imagem do órgão e seus profissionais como também a vida dos indivíduos que estão passando por determinadas situações e que não estão sendo atendidos de forma apropriada. Da mesma maneira, podemos falar do CREAS que tem problemas semelhantes ao CT, como: altas de recurso financeiro que por consequência acaba por afetar a contratação de profissionais qualificados, prejudicando também a estrutura e gerando falta de equipamentos para o atendimento (CMBH, 2019), além da falta de conhecimento da população diante aos órgãos públicos que por consequência prejudica tanto

o próprio CREAS e seus deveres quanto ao indivíduo que acredita não ter a quem ou ao que recorrer, sem reconhecer seus próprios direitos como cidadão.

Além disso, possuem sobrecarga de demanda (HORA, 2014, p.96,.), falta de envolvimento e comunicação apropriada entre outros profissionais (ex: psicólogo, polícia, advogados, CT, etc.), que acaba por reprimir o trabalho que deve ser executado e podendo atrapalhar e/ou atrasar a ação que está sendo exercida pelos profissionais, logo esses problemas não são encontrados em apenas uma localidade, mas sim por todo o país, e com isso a garantia da privacidade, conforto, responsabilidade, proteção e conclusão do caso de um indivíduo seja comprometido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a evolução constante da sociedade, é notável a necessidade de novas abordagens referentes à questão de direitos à proteção de crianças e adolescentes. Assim, a revisão e implementação diante as leis mais atualizadas, são cruciais para fortalecer os esforços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Conselho Tutelar, que de certa forma, venha garantir uma proteção com mais eficiência e adaptada para as complexidades contemporâneas.

O CREAS se destaca com seu papel na assistência a famílias em situações de vulnerabilidade, contudo, para que haja a execução do seu papel, é de suma importância que as leis estejam alinhadas com os desafios atuais e suas evoluções, também é de suma importância a criação de legislações mais específicas e adaptadas às nuances sociais e familiares, que proporciona ao CREAS uma base legal e mais robusta, gerando assim uma intervenção mais precisa e com bastante eficácia.

Com tudo, o Conselho Tutelar, como guardião dos direitos infanto-juvenis, necessita de uma melhoria em sua base legal, para que se capacite ao ponto de lidar com as diversificadas formas de vulnerabilidade que as crianças e adolescentes enfrentam nos dias atuais, contudo novas leis podem conferir ao Conselho Tutelar os instrumentos necessários

para que haja questões emergentes, como por exemplo: o impacto da tecnologia e mudanças dinâmicos familiares. A interconexão entre leis modernizadas sob o trabalho do CREAS e Conselho Tutelar é fundamental para fortalecer o sistema de proteção, logo a legislação deve aprender a abordar não apenas as reações e situações de crise, mas também a prevenção efetiva, gerando o desenvolvimento saudável desde o início.

REFERÊNCIAS

Câmara Municipal de Belo Horizonte. **"Problemas de acesso e infraestrutura dificultam atendimento no CREAS"**. In: Câmara Municipal de Belo Horizonte. 2019. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunicacao/noticias/2019/06/problemas-de-acesso-e-infraestrutura-dificultam-atendimento-no-creas>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

G1 Globo. **Direitos das crianças ainda não são respeitados em muitas partes do Brasil**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/11/17/direitos-das-criancas-ainda-nao-sao-respeitados-em-muitas-partes-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

G1 Globo. **Em 2023, MS registrou mais de mil denúncias de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/05/17/em-2023-ms-registrou-mais-de-mil-denuncias-de-exploracao-sexual-envolvendo-criancas-e-adolescentes.ghtml>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

G1 Rio de Janeiro. **"Falta de manutenção em prédio do Conselho Tutelar na Zona Norte do Rio traz risco à população"**. In: G1. 11 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/11/falta-de-manutencao-em-predio-do-conselho-tutelar-na-zona-norte-do-rio-traz-risco-a-populacao.ghtml>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

G1 Rio de Janeiro. **"Seis conselhos tutelares do Rio paralisa atendimento presencial por falta de salários e estrutura"**. In: G1. 3 mar. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/03/seis-conselhos-tutelares-do-rio-paralisam-atendimento-presencial-por-falta-de-salarios-e-estrutura.ghtml>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

Governo Federal do Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - 9ª edição. 2021. Disponível em

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwibmcPG88uCAxX1rJUCHT3JC7oQFnoECBgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fmdh%2Fpt-br%2Fassuntos%2Fnoticias%2F2021%2Fjulho%2Ftrinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca%2FECA2021_Digital.pdf&usg=AOvVaw02Zdk6I02J8CX2o0BglSFS&opi=89978449>. Acesso em: 18 novembro 2023.

Jusbrasil. **A falta de conhecimento da população em relação aos seus direitos e a inclusão do direito constitucional nas escolas.** Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-falta-de-conhecimento-da-populacao-em-relacao-aos-seus-direitos-e-a-inclusao-do-direito-constitucional-nas-escolas/771965454>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

Jusbrasil. Rodrigues, Jhulia Lana Valmini; Souto Junior, Adroaldo Leão. **"A falta de conhecimento específico dos agentes do Conselho Tutelar e sua possível contribuição para ocorrência de casos de abuso e descuido"**. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-falta-de-conhecimento-especifico-dos-agentes-do-conselho-tutelar-e-sua-possivel-contribuicao-para-ocorrencia-de-casos-de-abuso-e-descuido/783672393>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

Livre de Trabalho Infantil. **Binho, o menino que tinha medo do Conselho Tutelar.**

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiQzPSP8suCAxUbpJUCHTc-CccQFnoECAGQAQ&url=https%3A%2F%2Fli-vredetrabalho infantil.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F09%2F2015_binho-o-menino-que-tinha-medo-do-conselho-tutelar.compressed-1.pdf&usg=AOvVaw0eQ9RYAOGaj01HQLzbmpOi&opi=89978449>. Acesso em: 18 novembro 2023.

Ministério da Cidadania. **"Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - 2004"**. In:

Ministério da Cidadania. Disponível em

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjYnfm678uCAxVKq5UCHbMZC0MQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fwebarquivos%2Fpublicacao%2Fassistencia_social%2FNormativas%2FPNAS2004.pdf&usg=AOvVaw0-Oie_i5soifORbh_-a-Mn&opi=89978449>. Acesso em: 18 novembro 2023.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **"Eleitores vão às urnas para escolher cerca de 30 mil novos conselheiros tutelares"**. 2019. Disponível em:

<[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/eleitores-vao-as-urnas-para-escolher-cerca-de-30-mil-novos-conselheiros-tutelares#:~:text=Atualmente%20existem%205.956%20Conselhos%20Tutelares,dos%20Direitos%20Humanos%20\(MMFDH\)](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/eleitores-vao-as-urnas-para-escolher-cerca-de-30-mil-novos-conselheiros-tutelares#:~:text=Atualmente%20existem%205.956%20Conselhos%20Tutelares,dos%20Direitos%20Humanos%20(MMFDH))>. Acesso em: 18 novembro 2023.

Prioridade Absoluta. **Crianças veem Conselho Tutelar como órgão repressor, diz educador.** Disponível em:

<<https://prioridadeabsoluta.org.br/noticias/criancas-veem-conselho-tutelar-como-orgao-repressor-diz-educador/>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

R7. **Campinas abre investigação interna sobre criança acorrentada em tonel.** Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/sao-paulo/campinas-abre-investigacao-interna-sobre-crianca-acorrentada-em-tonel-02022021>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

UNICEF. **Há 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza no Brasil, alerta UNICEF.** Disponível em:

<<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef>>. Acesso em: 18 novembro 2023.

A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) DE SANTA ROSA - RS

ESTRUCTURACIÓN DE LA RED DE ATENCIÓN PSICOSOCIAL (RAPS) EN SANTA ROSA - RS

Scheila Adriani Richter⁵

Edemar Rotta⁶

Resumo: O conceito de saúde mental ampliou muito nas últimas décadas, assim como políticas públicas direcionadas ao atendimento de pacientes com transtornos mentais. Legislações, normativas e serviços se desenvolveram e fortaleceram o atendimento às pessoas com sofrimento mental em nível mundial, nacional e local. Em 2011, a partir de uma portaria nacional, foi instituída a RAPS – Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste contexto, realizou-se uma pesquisa com o objetivo central de compreender o processo de estruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Santa Rosa/RS, através de um estudo de caso, com a utilização de diferentes fontes de dados, como análise de documentos, observação e relatos de experiência profissional. Através de abordagem qualitativa, trabalhou-se as informações obtidas no sentido de caracterizar os processos e os atores envolvidos, refletindo e construindo inferências. Identificou-se que a Rede implantada em Santa Rosa significou a ampliação dos serviços; melhorou a integração intersetorial centrada na necessidade dos usuários; e sinaliza uma melhoria significativa na qualidade do cuidado em saúde mental. Entende-se que ainda se faz necessário fortalecer a estruturação da rede; ampliar o processo de integração das políticas intersetoriais; e garantir a todos os cidadãos o acesso e a qualidade do atendimento em saúde mental. Trata-se de uma caminhada que demanda cuidados permanentes e ações constantes do poder público e da população para garantir direitos e efetivar cidadania.

Palavras-chave: Efetivação de direitos, saúde mental, relações sociais.

Resumen: El concepto de salud mental se ha ampliado enormemente en las últimas décadas, al igual que las políticas públicas destinadas a atender a los pacientes con trastornos mentales. La legislación, la normativa y los servicios han desarrollado y reforzado la atención a las personas que sufren enfermedades mentales a nivel mundial, nacional y local. En 2011, una ordenanza nacional creó la RAPS - Red de Atención Psicosocial para personas con sufrimiento o trastornos mentales y con necesidades derivadas del consumo de crack, alcohol

⁵ Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS, campus Cerro Largo/RS – Brasil. Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar, UNIPAMPA, campus São Borja/RS – Brasil. E-mail: scheiladrich@hotmail.com

⁶ Doutor, com Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social, PUCRS – Brasil. Mestre em Sociologia, UFRGS - Brasil. Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – Mestrado e Doutorado, UFFS, Campus Cerro Largo/RS – Brasil. E-mail: erotta@uffs.edu.br

y otras drogas, en el ámbito del Sistema Único de Salud (SUS). En este contexto, se realizó un estudio con el objetivo central de comprender el proceso de estructuración de la Red de Atención Psicosocial (RAPS) en Santa Rosa/RS, a través de un estudio de caso, utilizando diferentes fuentes de datos, como análisis de documentos, observación e informes de experiencia profesional. A partir de un abordaje cualitativo, las informaciones obtenidas se utilizaron para caracterizar los procesos y los actores involucrados, reflexionando y construyendo inferencias. Se identificó que la Red creada en Santa Rosa significó una ampliación de los servicios; mejoró la integración intersectorial centrada en las necesidades de los usuarios; y significó una mejora significativa en la calidad de la atención en salud mental. Se entiende que aún es necesario fortalecer la estructuración de la red; ampliar el proceso de integración de las políticas intersectoriales; y garantizar a todos los ciudadanos el acceso y la calidad de la atención en salud mental. Este es un camino que requiere atención permanente y la acción constante de los poderes públicos y de la población para garantizar los derechos y hacer efectiva la ciudadanía.

Palabras clave: Observancia de los derechos, salud mental, relaciones sociales.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental possui um percurso histórico traçado nacionalmente no sentido da garantia, efetivação e ampliação do direito dos sujeitos com transtornos mentais. Ao longo dos anos, a compreensão da saúde mental tem se transformado significativamente, buscando romper com concepções ultrapassadas que limitavam o cuidado a abordagens puramente medicamentosas ou hospitalocêntricas. A partir de uma perspectiva mais ampla e humanizada, foram desenvolvidas políticas públicas que visam a promoção da saúde mental, a prevenção de transtornos e a garantia dos direitos das pessoas que vivenciam essas condições.

No Brasil, esse movimento ganhou força com a reforma psiquiátrica, que teve seu marco inicial na década de 1980. A partir dela, iniciou-se uma transformação no modelo de assistência em saúde mental, com a proposta de substituir os manicômios por serviços comunitários, pautados na atenção psicossocial e na integração dos usuários na sociedade, sendo promulgada a legislação no início dos anos 2000. Nesse contexto, a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em 2011, representou um avanço significativo no cuidado em saúde mental, buscando articular os diversos dispositivos de atenção e cuidado, tanto na área

da saúde como em outros setores, visando garantir uma assistência integral para as pessoas em sofrimento ou com transtornos mentais.

Estas transformações introduzidas na concepção da política pública e no seu aporte legal, especialmente com a reforma psiquiátrica e a criação da RAPS, geraram mudanças significativas no campo da saúde mental, tanto em nível nacional quanto regional. Este artigo procura retratar como foi este processo no município de Santa Rosa, a partir da análise de documentos, observações de prática profissional e informações obtidas em diálogos com a gerente da RAPS do município. Nestes, se teve atenção especial para compreender o processo de estruturação da Rede de Atenção Psicossocial do município de Santa Rosa/RS; verificar como está organizada a rede de atendimento à saúde mental; conhecer quais são os equipamentos existentes dentro da RAPS; e analisar a integração da RAPS com as políticas intersetoriais do município de Santa Rosa.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto está estruturado em mais duas seções. Na primeira delas se aborda o processo de estruturação da política de saúde mental no Brasil, com atenção especial para as transformações geradas nas duas últimas décadas. Na segunda, evidencia-se como se dá o processo de estruturação deste setor no município de Santa Rosa, de forma especial a partir da estruturação da RAPS.

2. A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL

A saúde se constitui como uma das mais importantes áreas de discussão no cenário nacional e internacional, ao menos a partir do século XX. Também se transformou em uma área prioritária da ação do Estado, na formulação de políticas públicas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, muito além do que a simples ausência de doença. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2023), a saúde mental pode ser definida como um estado de bem-estar no qual uma pessoa é capaz de realizar suas capacidades, enfrentar o estresse comum da vida, manter a produtividade e contribuir para sua comunidade.

Na história, a garantia de políticas públicas pautadas no direito do sujeito com transtorno mental é muito recente, tendo avançado, mesmo que a passos lentos, em direção à sua efetivação, especialmente nas três últimas décadas. No século XIX e no início do século XX, a forma de condução de pacientes com transtornos mentais era amplamente influenciada pelas perspectivas e práticas predominantes na época, marcadas por fortes traços de preconceito e exclusão (Fonte, 2012). Conforme a autora, pacientes com doenças mentais eram internados em asilos ou hospitais psiquiátricos, com condições de tratamento frequentemente precárias. Práticas como contenção física, isolamento social e terapias agressivas eram comumente empregadas, com o objetivo de controlar e restringir os sintomas dos pacientes.

Com o avanço do século XX e o desenvolvimento da psiquiatria e da psicologia, surgiram abordagens mais humanizadas, como a psicoterapia e o tratamento baseado na compreensão dos processos mentais e emocionais. Engel (2001, p. 175) destaca que a década de 1920 “marcaria a ampliação e o aprofundamento da influência dos princípios eugênicos no âmbito da psiquiatria brasileira, que, sem romper com os referenciais organicistas, passaria a caracterizar-se cada vez mais, pela presença de perspectivas preventistas”.

Em meados da década de 1960 iniciou-se uma mobilização nacional que gerou o primeiro movimento de trabalhadores de saúde mental, com a crítica à internação asilar e à mercantilização da loucura, no qual os jovens médicos dos principais hospitais psiquiátricos do país foram impedidos de atuar nas instituições (Ministério da Saúde, s/a). Logo após, teve-se a transformação do sistema asilar e a ampliação de atendimentos em saúde mental fora dos hospitais, com denúncias à violência e ineficácia do tratamento abusivo pautado no modelo hospitalocêntrico, que excluía do tratamento a maior parte da população e transformava a loucura em mercadoria. Através dessa mobilização foi criado o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) (Fonte, 2012).

Mesmo com críticas e movimento em contrário, no Brasil, até a década de 1980, ainda era predominante a forma de cuidado aos pacientes com sofrimento e transtorno mental pelo viés da internação psiquiátrica, sendo os pacientes retirados do convívio da sociedade, segregados e isolados para receber o “cuidado”. Já na década de 1990, diante do processo de

redemocratização do país e a criação do SUS, houve a construção da Política Nacional de Saúde Mental que permitiu a reforma psiquiátrica e o desenvolvimento de propostas de substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção psicossocial. Nesse contexto, o Ministério da Saúde lançou a primeira regulamentação que regeu a nova ótica do cuidado em saúde mental.

A promulgação da Lei nº 10.216/2001, que instituiu a reforma psiquiátrica brasileira, mudou o modo de tratamento e as perspectivas intervencionistas com pacientes de saúde mental. Antes desse período, a literatura aponta que não existia nenhum tipo de estruturação, organização ou disposição para cuidar de pessoas com doenças mentais como indivíduos enfermos que necessitavam de atenção especializada, e, após esse momento, é redirecionado o modelo assistencial em saúde mental com equipamentos territorializados, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, seguindo a lógica do SUS, centrado no atendimento na região territorial em que o usuário vive, com recursos multisetoriais e multiprofissionais, envolvendo vários saberes, o que resultou na expansão da rede de atenção psicossocial. O tratamento passou a enfatizar a recuperação, a inclusão social e a participação ativa dos pacientes em seu próprio processo de cuidado com uma variedade de opções terapêuticas disponíveis, incluindo terapias psicossociais, medicamentos, suporte familiar e comunitário, programas de reabilitação psicossocial e abordagens integrativas. O objetivo passa a ser ofertar suporte abrangente, individualizado e coletivo aos pacientes, promovendo sua recuperação, qualidade de vida e bem-estar (Albuquerque, 2019).

Em 2011, a partir da Portaria nº 3.088, o Ministério de Saúde instituiu a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, indo ao encontro às discussões fomentadas pela Reforma Psiquiátrica que ocorrera há 10 anos. A RAPS tem as suas diretrizes baseadas especialmente no cuidado continuado de modo humanizado, equânime e integral por equipe multiprofissional à pessoa com sofrimento ou transtorno mental. Traz objetivos gerais e específicos que buscam englobar o acesso e garantia de atendimento territorializados, estrategicamente pensados para oportunizar uma melhor qualidade de vida aos usuários (Brasil, 2011).

No contexto contemporâneo, observa-se uma fragilização crescente da saúde mental das pessoas, em decorrência do aumento de responsabilidades e cobranças socialmente impostas no cotidiano, pela celeridade das mudanças, pelas relações interpessoais cada vez mais voláteis e escassas, gerando um aumento do isolamento social, além da competição desenfreada e da incessante busca pela felicidade com base em modelos vendidos instantaneamente nas redes sociais. Para lidar com essa questão complexa, é fundamental a implementação de políticas públicas efetivas, que garantam a promoção da saúde mental e o acesso a serviços de qualidade. Nesse contexto, a intersetorialidade emerge como uma abordagem estratégica, com o potencial de promover uma resposta abrangente às demandas cada vez mais presentes de saúde mental, estando as decisões institucionais atreladas diretamente a planejamento e execução de políticas públicas (Wanderleya; Martinelli; Paz, 2020).

A atenção à saúde mental dentro da política pública de saúde é um passo significativo na promoção da equidade, acesso igualitário aos serviços e no fortalecimento do sistema de saúde como um todo. Isso implica na disponibilidade de serviços e recursos especializados, além de uma abordagem integrada que leva em consideração os determinantes sociais, psicológicos e ambientais. Desse modo, é de suma importância a promoção de fomento estratégico por meio da realização de diagnóstico territorial para uma abordagem efetiva e direcionada. Esse diagnóstico permite avaliar os recursos disponíveis em determinada região e identificar lacunas, proporcionando dados e evidências que respaldem as demandas e necessidades da população. Nesse sentido, Santos e Rigotto (2010) argumentam que é necessário ir além da análise fragmentada do território e considerar os elementos constitutivos da vida social em sua relação com o espaço geográfico e diante disso adotar métodos que permitam a identificação das singularidades e problemas de saúde e ambientais, a partir de uma abordagem territorial.

A saúde mental é multifatorial e não pode ser reduzida a um único aspecto isolado. O sofrimento e o adoecimento mental são consequências de uma interação complexa de diversas causas e condições que se entrelaçam, e ao agir sobre os diversos aspectos que afetam a saúde mental, é possível proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento e o bem-estar

das pessoas. Reitera-se que a saúde mental além de ser uma questão individual e particular de cada indivíduo, ela rege todas as decisões e atitudes que os indivíduos tomam, tanto em relação a sua vida privada como na decisão que envolve os outros – o coletivo.

Isso implica em desmistificar estigmas e preconceitos associados a doenças mentais e destacar a importância do autocuidado, do bem-estar emocional e das estratégias de promoção da saúde mental no cotidiano. Além disso, é essencial fortalecer a rede de apoio intersetorial, pois cada dispositivo e ator envolvido desempenha um papel específico, porém integrado, na condução de políticas inclusivas e efetivas de saúde mental, envolvendo uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, onde profissionais de diferentes áreas, educação, assistência social e serviços de saúde além de outros setores trabalham juntos para fornecer suporte e assistência adequada às necessidades individuais e coletivas.

A estruturação da política pública em saúde mental deve ser permanentemente construída e revisada em conjunto com profissionais de saúde intersetoriais, familiares, usuários, acadêmicos e grupos de pesquisa, com o fortalecimento do controle social. Isso implica em criar espaços de participação e diálogo, onde a comunidade possa expressar suas vivências, discutir a política sob diferentes perspectivas e contribuir para a construção de soluções comunitárias (Coelho, 2012). Afirmar a igualdade de pessoas diferentes é o mais importante legado da reforma psiquiátrica. Saúde mental é um direito de todas as pessoas. Na sequência, busca-se evidenciar como o cuidado com a saúde mental se dá no espaço específico do estudo, o município de Santa Rosa/RS.

3. SAÚDE MENTAL NO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA RAPS DE SANTA ROSA/RS

A área de saúde mental engloba um conjunto de conhecimentos, práticas e políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de indivíduos com sofrimento ou transtorno mental. Nas últimas décadas, houve um significativo avanço no reconhecimento da importância da saúde mental como um componente essencial do bem-estar e qualidade de vida das pessoas.

A saúde mental é influenciada por diversos fatores, como biológicos, psicológicos, sociais e ambientais. Nesse sentido, políticas públicas têm sido desenvolvidas em diferentes níveis, desde o âmbito mundial até o local, com o objetivo de promover o acesso equitativo aos serviços de saúde mental, fortalecer a prevenção de transtornos mentais, melhorar a qualidade do tratamento e assegurar a inclusão social das pessoas com sofrimento mental. Neste sentido, a realização da pesquisa vem ao encontro da geração de informações e subsídios para a gestão da RAPS de Santa Rosa e demais atores envolvidos, no sentido de fortalecer a estruturação da rede, promover a efetividade das políticas intersetoriais e, consequentemente, melhorar o acesso e a qualidade do atendimento em saúde mental para a população local.

O estudo da experiência de implantação da RAPS em Santa Rosa se deu a partir da análise de documentos, da observação decorrente da prática profissional no Rede e das informações prestadas pela gerente da Rede de Atenção Psicossocial do município de Santa Rosa. Foi conduzido com base na abordagem qualitativa, buscando evidenciar os aspectos institucionais e organizativos da Rede, bem como suas estruturas criadas para dar conta dos serviços e garantir o direito dos sujeitos atendidos.

O município de Santa Rosa está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e, diferentemente da maior parte dos municípios brasileiros que possui uma Secretaria de Saúde, desde 1995, criou a Fundação Municipal de Saúde (FUMSSAR). Criada pela Lei Municipal de nº 2.912/1995, a FUMSSAR está vinculada diretamente ao Prefeito Municipal, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e sede na cidade de Santa Rosa. Com isso o município assumiu a gestão plena de atendimento aos serviços de saúde em seu território, a partir dos princípios da universalização, da gestão descentralizada, do controle social e da participação efetiva da população na formulação da política pública nesta área.

Até 2008, os atendimentos às pessoas demandantes de serviços na área da saúde mental estavam integrados aos demais serviços, especialmente realizados nas Unidades Básicas de Saúde, pelos profissionais a elas alocados. A partir de 2008, Santa Rosa iniciou a organização das estruturas para atendimento em saúde mental com a contratação de

profissionais de psicologia, para atuação no SUS, atendendo diretamente pacientes nas Unidades Básicas de Saúde. Logo em seguida foi criado o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que passou a contemplar, além do profissional médico, o enfermeiro e o técnico de enfermagem nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com ampliação do atendimento psiquiátrico especializado no território (Brasil, 2010).

Também em 2008 Santa Rosa implementou o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), inicialmente custeado pelo município, sem financiamento federal. “A construção do processo de implantação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Novo Rumo vem ao encontro do contexto das políticas nacionais que surgiram após o Movimento da Reforma Psiquiátrica” (Fumssar, s/a, s/p). Na página oficial da Fundação Municipal de Saúde é mencionado ainda que “o objetivo do serviço é atuar como articulador da rede de atenção em saúde mental do município promovendo o cuidado integral nos diversos níveis de atenção” (Fumssar, s/a, s/p). Nesse sentido, há um atendimento especializado pautado na humanização do cuidado em saúde mental com a manutenção dos ideais de cuidar em liberdade e diminuir o abismo da hierarquia nas relações, com a necessidade de reconhecer o outro como legítimo além de produzir encontros e cuidados nesse contexto.

A área Técnica de Saúde Mental da FUMSSAR implementou, em abril de 2012, uma Equipe de Redução de Danos financiada pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Fumssar, s/a). Em 2013, foi encaminhada a habilitação de um CAPS AD – Álcool e Outras Drogas junto ao Ministério da Saúde, sendo oficialmente habilitado pela Portaria nº 789, de 17 de junho de 2015 (Fumssar, s/a). Com essas estruturações possibilitou a consolidação e ampliação das equipes, com a contratação de assistente social, terapeuta ocupacional, psicólogo, passando a compor equipe multiprofissional com a possibilidade de ampliação dos serviços.

Em 2021, através de portaria do Ministério da Saúde, o CAPS Novo Rumo tem ajuste da classificação dos estabelecimentos no CNES, passando de porte I para o porte II (Brasil, 2002). Como forma de organizar o financiamento federal, a Portaria nº 336/GM/MS, de 2002, descreve a equipe mínima para o funcionamento de Centro de Atenção Psicossocial de tipo II. Essa portaria estabelece as diretrizes e normas para o funcionamento dos CAPS no âmbito do

SUS e define a composição mínima da equipe de profissionais para a atuação nesse nível de cuidado em saúde mental.

Em relação à organização da rede de atendimento à saúde mental no município de Santa Rosa, diante da criação da gerência em 2022, através da lei complementar nº 177, a RAPS surge para articular todos os serviços de saúde mental e intersetorialmente (Santa Rosa, 2022), pois até então o município tinha serviços de saúde mental, mas que por vezes não se articulavam entre si, através dos CAPS, dos leitos psiquiátricos, das comunidades terapêuticas, cada um trabalhando em suas particularidades, de modo fragmentado, não ocorrendo um trabalho em conjunto. Até então, os CAPS estavam vinculados à diretoria da atenção primária, que também contempla a farmácia municipal e 18 UBS, entre outros serviços. A partir daí se estrutura uma gerência em saúde mental, fazendo com que os serviços desse campo passem da atenção primária para a rede complementar. Dentro da atenção primária, estariam as unidades de saúde, o NASF e o consultório de rua. Com a criação da gerência da RAPS, a ideia é ampliar esse olhar, para que se tenha alguém que olhe para esses serviços e os pense de forma integrada e articulada.

O Ministério da Saúde propôs a organização da atenção em saúde mental por meio de linhas de cuidado, que são estratégias que buscam articular ações e serviços de forma integrada e contínua, visando a atenção integral e a garantia dos direitos das pessoas em sofrimento mental (Brasil, s/a). Juntamente com os serviços de saúde mental disponíveis no território, existe uma Linha do Cuidado para pensar estratégias de prevenção e intervenção em saúde mental, que dá a diretriz do cuidado. A linha de cuidado em saúde mental da Fumssar é composta por enfermeiro, psicólogo, assistente social, médico e um técnico de enfermagem. A ideia é um profissional de cada área do conhecimento, de diversos pontos – da atenção básica, do CER, do CAPS, para que cada um traga o seu olhar e, a partir disso, construa esse itinerário terapêutico.

A linha de cuidado serve para conduzir e delinear como o sujeito entra e por onde ele transita dentro dos serviços. Diante disso tem estabelecido o fluxograma, no qual o paciente entra via UBS, que é a porta de entrada no SUS, onde a equipe técnica do serviço faz o acolhimento inicial e o preenchimento de instrumento de avaliação em saúde mental, de

criança, de adolescente e de adulto, que estratifica o risco e analisa qual é o serviço de referência para atendê-lo, conforme a sua demanda e necessidade. Através da linha de cuidado em saúde mental e do comitê de prevenção ao suicídio, são propostos treinamentos e capacitações para a rede e serviços locais para que consigam ter uma visão ampliada para poder identificar a demanda do paciente em saúde mental e qual o serviço que os mesmos devem ser inseridos.

Santa Rosa conta com leitos psiquiátricos em hospital geral, adultos e infanto juvenil, e um residencial terapêutico com capacidade para 10 usuários, estando no momento com a sua lotação máxima, com pacientes enquadrados dentro do que diz a legislação de ter longas internações psiquiátrica, não ter suporte familiar e social (Brasil, 2011). Para compor a rede se tem também os serviços de urgência e emergência, que são o SAMU, a UPA e a sala de estabilização dentro do hospital, que é para os casos de urgência e emergência no caso da crise ou da emergência psiquiátrica. Esses dispositivos encaminham para seguimento do tratamento aos CAPS. A RAPS de Santa Rosa possui equipamentos de saúde mental articulados com a atenção primária, através das UBS, o CAPS II e o CAPS AD, os leitos de internação hospitalar, as comunidades terapêuticas, o residencial terapêutico e os serviços de urgência e emergência – UPA e SAMU, além da sala de estabilização nos quadros crise.

Em relação à integração da RAPS com as políticas intersetoriais no município de Santa Rosa, verifica-se que ainda precisa melhorar, mas que já se ampliou muito desde novembro/22, pois vem sendo feitas reuniões intersetoriais, com participação das secretarias de educação, desenvolvimento social, conselho tutelar, hospital, entre outros componentes que integram e interagem com a rede. Antes da constituição estrutural municipal, os serviços eram fragmentados, estando as UBS e os CAPS de um lado e o hospital do outro lado, sendo que constituem uma única rede. Considera-se que se o fluxo de referência e contrarreferência precisa estar alinhado pois se chegar errado no hospital, bem como se o hospital não fizer a parte dele, volta errado para seguimento do acompanhamento nos demais serviços. Ainda está se ampliando o modelo apoiado em rede, voltado ao atendimento especializado, porém não pautado no simples encaminhamento como forma de repasse de demanda, mas sim, no trabalho em conjunto.

Nesse sentido, “as ações em saúde mental devem acontecer em rede na lógica da integralidade em todos os níveis de atenção à saúde, articulando-se com outras políticas sociais” (Clemente *et al*, 2015, p. 301). Intersetorialmente quando se abre a porta da comunicação e do diálogo, provoca-se reflexões, participação, contatos mais próximos e em consonância, a melhora dos encaminhamentos, visto que quando chegam demandas que não são prioritárias, quem precisa de atendimento deixa de ter o acesso.

A estruturação de uma rede de serviços de saúde mental é bastante complexa e necessita de um cuidadoso planejamento, articulação e integração entre os diversos atores envolvidos. É fundamental considerar as particularidades e demandas locais, bem como as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas. É essencial promover a participação ativa dos usuários, familiares, profissionais de saúde e demais agentes da comunidade, visando garantir a efetividade e qualidade dos serviços prestados. A construção e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial requer um compromisso contínuo e o constante aprimoramento das práticas e estratégias adotadas, com foco na promoção da saúde mental e no respeito aos direitos humanos. Somente assim será possível oferecer um atendimento integral, acolhedor e inclusivo às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar o desenvolvimento da Rede de Atenção Psicossocial de Santa Rosa é possível observar a trajetória de construção e extensão dos serviços de saúde mental no município. Ao longo dos anos, Santa Rosa avançou na organização de sua rede de saúde mental, buscando integrar os diversos serviços e promover a articulação intersetorial. A contratação de psicólogas para atuação nas Unidades Básicas de Saúde, a criação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e a implantação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) foram passos importantes nesse processo.

A criação da gerência da RAPS em 2022 evidencia o compromisso do município em promover uma visão integrada e articulada dos serviços de saúde mental. A partir dessa nova

estrutura, busca-se superar a fragmentação e promover uma atuação conjunta, considerando a complexidade e as necessidades específicas de cada usuário. A linha de cuidado em saúde mental e o comitê de prevenção ao suicídio são estratégias importantes para orientar o atendimento e a intervenção nesse campo. Por meio dessas iniciativas, são propostos treinamentos e capacitações para os profissionais da rede, visando ampliar a compreensão e identificação das demandas em saúde mental, bem como direcionar os pacientes aos serviços adequados.

No que se refere aos equipamentos de atendimento à saúde mental, o município possui uma articulação abrangente, envolvendo tanto a atenção primária por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), quanto os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos de internação hospitalar, comunidades terapêuticas, residencial terapêutico e serviços de urgência e emergência. Essa diversidade de dispositivos permite uma abordagem em diferentes níveis de complexidade, assegurando uma resposta efetiva às necessidades dos usuários.

A integração da RAPS com as políticas intersetoriais é um desafio que vem sendo enfrentado em Santa Rosa. A realização de reuniões intersetoriais e a criação de canais de comunicação contribuíram para melhorar o fluxo de encaminhamentos e o trabalho conjunto entre os diferentes setores envolvidos. A abertura do diálogo e o fortalecimento do matriciamento são fundamentais para a construção de uma rede mais integrada e efetiva. Todavia, embora tenham sido realizadas reuniões intersetoriais e criados canais de comunicação, é necessário avançar no sentido de aprofundar e consolidar essa interação. É fundamental a ampliação de espaços de discussão e articulação que envolvam representantes de diversas áreas, visando à construção de uma visão compartilhada sobre a importância da saúde mental e a responsabilidade conjunta na promoção do bem-estar psicossocial da população.

Por fim, é fundamental a promoção da participação e o protagonismo dos usuários e suas famílias no planejamento e na implementação das políticas intersetoriais. Essa participação ativa permite que as políticas e os serviços sejam mais adequados às reais necessidades da população, garantindo a efetividade e a sustentabilidade das ações desenvolvidas. A ampliação e responsabilização conjunta das políticas intersetoriais em saúde

mental em Santa Rosa requerem o fortalecimento do diálogo, a ampliação das parcerias, o desenvolvimento de mecanismos efetivos de trabalho conjunto, o fortalecimento do matriciamento, a troca de conhecimentos e a participação dos usuários e suas famílias. Ao avançar nesse sentido, será possível construir uma rede mais integrada, efetiva e responsável, capaz de promover a saúde mental e o bem-estar de forma abrangente e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia Michelle Pereira. *Políticas Públicas de Saúde Mental como promotoras de cidadania e (re)inserção Social - um novo lugar para ser feliz?* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2019.

BRASIL. *Lei N° 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe Sobre a Proteção e os Direitos das Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais e Redireciona o Modelo Assistencial em Saúde Mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. Ministério da Saúde. *Linhas de Cuidado*, Secretaria de Atenção Primária. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/>. acesso em: 03 nov. 2023.

_____. Ministério da Saúde. *Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.

_____. Ministério da Saúde. *Rede de Atenção Psicossocial – RAPS*. Brasília: Ministério da Saúde. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/caps/raps#:~:text=A%20rede%20%C3%A9%20composta%20por,os%20leitos%20de%20sa%C3%BAde%20mental](https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/caps/raps#:~:text=A%20rede%20%C3%A9%20composta%20por,os%20leitos%20de%20sa%C3%BAde%20mental.). Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. *Portaria N° 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Dispõe sobre as modalidades de CAPS e seu funcionamento. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

_____. *Portaria N° 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 14 abr. 2023.

CLEMENTE, Anselmo; LAVRADOR, Maria Cristina Campello; ROMANHOLI, Andrea Campos. Desafios da Rede de Atenção Psicossocial: Problemática de uma Experiência Acerca da Implantação de Novos Dispositivos de Álcool e Outras Drogas na Rede de Saúde Mental da Cidade de Vitória/ES. *Caderno Humaniza SUS*, Brasília, v. 05, p. 299-316, 2015.

COELHO, Juliana Sousa. Construindo a Participação Social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, p. 138-151, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4Wt8xWdgTMWXNkyqBmkpR7G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 352 p. ISBN: 85-85676-94-9.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. Da institucionalização da loucura à reforma psiquiátrica: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Pernambuco, v. 1, n. 18, p. 01-24, 2012. ISSN Eletrônico 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235235/28258>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FUMSSAR. *Unidades de Saúde*. Disponível em: http://www.fumssar.com.br/?page_id=8095. Acesso em: 22 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Política para melhorar a saúde mental*, Washington: OPAS, 2023.

SANTA ROSA. *Lei Complementar Nº 177*. Altera a Lei Complementar no 61, de 1º de novembro de 2010, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa – FUMSSAR, cria e extingue funções gratificadas que especifica, com alterações nos respectivos Anexos III e VIII. Santa Rosa: Poder Executivo, 2022.

SANTOS, Alexandre Lima; RIGOTTO, Raquel Maria. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 387-406, nov.2010/fev.2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/H5BtBJTGvQZgSXXvNrTKphp/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

WANDERLEYA, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias O. da. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020.

A FOME E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO DO PROGRAMA LEVE LEITE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

HAMBRE Y DERECHO A LA ALIMENTACIÓN EN BRASIL: UNA REFLEXIÓN DEL PROGRAMA TOMA LECHE DE LA CIUDAD DE SÃO PAULO

Breno da Silva Oliveira⁷
Jaina Raqueli Pedersen⁸

Resumo: O presente artigo visa promover uma reflexão sobre a fome e seus diferentes graus de manifestações no território brasileiro, o que demanda um resgate histórico de seu desenvolvimento, bem como de seu agravamento no modo de produção capitalista. A fome é uma realidade no contexto contemporâneo nacional intensificada em decorrência do contexto pandêmico da Covid-19, que atingiu diversas famílias, privando-os do acesso a diversos direitos e, por conseguinte, privou crianças e seus familiares do acesso à alimentação adequada. O direito constitucional à alimentação e os programas sociais existentes que visam assegurar esse direito bem como reduzir a insegurança alimentar, representam alternativas necessárias de combate à fome. Nesse sentido, o Programa Leve Leite da Prefeitura de São Paulo constitui-se enquanto uma política pública para a atenuação da fome oculta⁹ das crianças no município. A metodologia de desenvolvimento deste trabalho foi um levantamento bibliográfico e as informações foram analisadas a partir da abordagem qualitativa. Nessa perspectiva o artigo está estruturado em dois itens. No primeiro reflete-se sobre a fome como uma categoria não natural, intensificada no modo de produção capitalista e agudizada em território nacional. Já no segundo item é abordado a insegurança alimentar e seus diferentes níveis evidenciando o Leve Leite enquanto um programa estratégico para o enfrentamento da problemática.

Palavras-chave: Fome; Insegurança Alimentar; Programa Leve Leite.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo promover una reflexión sobre el hambre y sus diferentes grados de manifestación en el territorio brasileño, lo que exige una revisión histórica de su desarrollo, así como de su agravamiento en el modo de producción capitalista. El hambre es una realidad en el contexto nacional contemporáneo, intensificada a raíz del contexto de pandemia Covid-19, que afectó a varias familias, privándolas del acceso a diversos derechos y, en consecuencia, privando a los niños y sus familias del acceso a una alimentación adecuada. El derecho constitucional a la alimentación y los programas sociales

⁷ Egresso do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS. Email:brenodasilvaoliveira5@gmail.com. Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS.

⁸ Mestre e Doutora em Serviço Social; Professora Associada do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS.

⁹ “A fome oculta não acomete apenas pessoas que vivem em situação de escassez de comida. Ela pode impactar quem consome alimentos em quantidades adequadas (ou em excesso) e também àqueles que ingerem alimentos que saciam, mas não nutrem. Por isso, mesmo que a pessoa coma bastante, ela não está equilibrando os micronutrientes necessários para sua saúde” (Cerquetani, 2021, s/p).

existentes que apuntan a garantizar este derecho así como a reducir la inseguridad alimentaria representan alternativas necesarias para combatir el hambre. En este sentido, el Programa Leve Leite de la Municipalidad de São Paulo constituye una política pública para aliviar el hambre oculta entre los niños del municipio. La metodología para desarrollar este trabajo fue una encuesta bibliográfica y la información se analizó mediante un enfoque cualitativo. Desde esta perspectiva, el artículo se estructura en dos puntos. La primera reflexiona sobre el hambre como una categoría antinatural, intensificada en el modo de producción capitalista y exacerbada en el territorio nacional. El segundo ítem aborda la inseguridad alimentaria y sus diferentes niveles, destacando Leve Leite como programa estratégico para abordar el problema.

Palabras clave: Hambre; Inseguridad Alimentaria; Programa Toma Leche.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema de estudo a fome e seus diferentes graus de manifestação, evidenciando o papel que o Estado brasileiro desempenha na atenuação desse fenômeno, dando ênfase ao Programa Leve Leite da Prefeitura de São Paulo.

A fome constitui-se enquanto um fenômeno presente ao longo do desenvolvimento da sociedade civil, metamorfoseando apenas suas determinações. Em modos de produção primitivos, a mesma ocorria por conta da falta de alimentos suficientes e na sociabilidade capitalista, com o excedente de produção de alimentos, milhares de pessoas¹⁰ precisam lidar diariamente com o não acesso a alimentos e/ou uma alimentação inadequada, convivendo com a insegurança alimentar.

Nesse contexto, o Estado tem a responsabilidade legal de desenvolver mecanismos capazes de enfrentar a fome, no entanto, as políticas sociais conquistadas historicamente, com muita resistência coletiva, são atravessadas e impactadas pelo Estado neoliberal, tornando tais políticas meramente redistributivas, atuando apenas na diminuição e não na erradicação. O Programa Leve Leite constitui-se enquanto uma política com caráter redistributivo, no entanto, consolidou-se enquanto uma importante política social no combate à fome, com foco na primeira infância do município de São Paulo.

Nessa perspectiva, o artigo é resultado de uma pesquisa exploratória, de natureza

¹⁰ De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022) a “fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global.”

qualitativa, que se utilizou do levantamento bibliográfico para responder o objetivo proposto. As discussões e reflexões são fundamentadas pelo método dialético crítico, que parte da materialidade do fenômeno e, a partir da capacidade de abstração, desvenda o mesmo numa perspectiva crítica, considerando suas determinações estruturais e conjunturais.

O texto está estruturado em dois itens. No primeiro reflete-se sobre o fenômeno da fome ao longo dos diferentes contextos históricos, particularizando no contexto brasileiro, sobretudo no período pandêmico da Covid-19, que agudizou o cenário de fome nacional. Já no segundo item são discutidas as diferentes manifestações da fome e as respostas que o Estado tem apresentado diante dessa realidade existente no país.

2. REFLEXÕES SOBRE À FOME E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

Comer é uma necessidade humana genérica e, portanto, a fome decorre da falta das condições objetivas para atender essa necessidade, o que pode incorrer na desnutrição e esta pode levar à morte. Para refletir sobre a problemática da fome, a partir de uma análise crítica é preciso fazer o exercício de identificar a mesma como uma categoria não natural e sim um produto oriundo das desigualdades geradas pela maneira em que a sociedade está organizada.

A história da fome está intrínseca a história da humanidade, desde a sociedade primitiva, que tinha como característica a organização social de pequenos bandos migratórios “como a produtividade era muito pequena, e todos normalmente passavam fome, não havia qualquer possibilidade econômica de exploração do homem pelo homem” (Lessa; Tonet, p.30, 2004). Assim, é possível identificar que a fome surge antes mesmo de relações sociais complexas estabelecidas, ou seja, desde a sociedade primitiva e é intensificada nos modos de produções que surgem posteriormente, o asiático e o escravista em que as relações de exploração do homem pelo homem ocorriam de forma direta e com o aval do Estado por meio das legislações, no modo de produção feudal e sobretudo no modo de produção capitalista, que

[...] Traz em seu seio a marca da desigualdade, da posse privada de bens, da exploração da força de trabalho, realizou sua marcha expansionista sob o signo da contradição. Através de um sinuoso percurso, marcado por crises cíclicas, cuja intensidade crescia, à medida que se reproduziam, o capitalismo foi acentuando a diferenciação entre as classes e fazendo do movimento de valorização do capital o movimento fundamental da sociedade burguesa constituída. [...] É bem verdade que o tributo social que se estava pagando por toda essa onda de progresso era muito alto, principalmente quando se considera que somente os donos do capital dele se beneficiavam, o que trazia como resultado o empobrecimento da classe trabalhadora [...] O crescimento da classe trabalhadora excederá a demanda de mão-de-obra, hipertrofiando o exército industrial de reserva e produzindo o inquietante fenômeno da generalização da pobreza, pelos riscos sociais implícitos. (Martinelli, p. 69, 2011).

Assim, a fome resulta da apropriação privada da riqueza que é produzida socialmente e, que portanto, possibilita a extração do excedente, tornando-se uma mercadoria fundamental no processo de acumulação. Configura-se como um problema que decorre das relações de produção, ou seja, da exploração da força de trabalho, que é privada do acesso às mercadorias que produz. Portanto, à fome é muito mais do que um problema da falta de políticas de distribuição de alimentos, é um problema que tem origem nas relações desiguais das classes em disputa, em que o acesso aos alimentos depende de emprego, da venda da força de trabalho em troca de um salário, para que então, apenas numa relação de consumidor, o cidadão possa trocar dinheiro por comida. Portanto, a fome passa a ser compreendida como uma expressão da questão social.

São as múltiplas manifestações da “questão social” que chegam para os assistentes sociais como demandas de moradia, de creches, de alimentação, de trabalho, de leitos hospitalares, de assessoria aos movimentos sociais, de consultoria às organizações, etc. Neste sentido, vemos que a profissão tem nos seus fundamentos históricos as formas de enfrentar a “questão social”. (Guerra *et al.*, p.21, 2007)

À fome, diretamente atrelada com a não materialização do direito à alimentação é um problema que precisa ser enfrentado, o trabalho profissional do assistente social é de extrema importância, pois intervém diretamente nas expressões da questão social, que atingem os sujeitos de forma direta ou indiretamente em dimensões diferentes, de acordo com a particularidade vivida.

No bojo das reflexões sobre a problemática da fome no mundo, sabe-se que a mesma atinge o cotidiano de uma parcela da população brasileira e nessa perspectiva destaca-se a importância do Estado, para que, por meio de políticas sociais, possa atender essa demanda recorrente. A Constituição Federal de 1988 tipifica o direito à alimentação na esfera dos direitos sociais.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988, s/p).

O direito à alimentação, apesar de estar exposto no ordenamento jurídico brasileiro, não é materializado para toda a população. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), um total de 10,3 milhões de brasileiros foram atingidos pela privação de alimentos, ou seja, passaram fome em alguns momentos dos anos de 2017 e 2018. Dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar, que ocorre quando a disponibilidade de alimento é escassa, atingindo 84,9 milhões de pessoas.

Nesse sentido, considerando que a problemática da fome ainda atinge uma grande parte da sociedade brasileira, é necessário a implementação e expansão de políticas sociais e públicas que contribuam para a erradicação desse problema. Destaca-se o programa Fome Zero, criado no ano de 2003, no primeiro governo Lula (2003-2007), visava garantir a segurança alimentar e o combate à fome, assegurando o direito à alimentação por meio de diversas ações, entre elas o programa de transferência de renda Bolsa Família. O mesmo tinha e tem como objetivo transferir um valor (que pode variar), às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza de todo o país, a fim de que possam superar a situação de vulnerabilidade. Foi com este programa que o Brasil saiu do mapa da fome no ano de 2014, sendo o relatório das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que indicou a redução da fome no Brasil.

[...] o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. De 2002 a 2013, caiu em 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação. A redução estava incluída entre os Objetivos do Milênio da ONU e faz com que a FAO indique o País como exemplo a ser seguido no tema.

O relatório também mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu no Brasil nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome. (Brasil, 2014, s/p).

No entanto, este cenário foi alterado a partir do avanço dos governos neoliberais de Temer (2016-2019) e Bolsonaro (2019-2023), além da gestão negacionista diante o contexto pandêmico da Covid-19. Assim, “em 2022, o Brasil retornou ao Mapa da Fome. Legado de um governo que negava a existência do problema e fez o país contabilizar 33 milhões de pessoas passando fome” (Brasil, 2023).

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), metade das crianças menores de cinco anos do país (ou 6,5 milhões de crianças nessa faixa etária) viviam em domicílios com algum grau de insegurança alimentar, logo conclui-se que novas medidas precisam ser implementadas. Porém, a garantia e oferta de direitos é de maneira contínua reduzida pelo Estado neoliberal¹¹ que dita de acordo com as necessidades do capital o grau de desenvolvimento das políticas sociais, ora com avanços ora com retrocessos, e programas como o Bolsa Família e o Leve Leite da Prefeitura de São Paulo tentam de forma tímida reduzir a insegurança alimentar e combater a fome.

O contexto de fome intensifica-se no cenário nacional em decorrência da pandemia da Covid-19. De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2020) 19,1 milhões de pessoas, ou seja, 9% da população passou fome no final do respectivo ano, em grau de insegurança alimentar grave. Também de acordo com os dados da Rede PENSSAN (2020), um total de 43,4 milhões, que

¹¹ Observa-se que a partir da intensificação do neoliberalismo, sobretudo após o ano de 2016, o modelo neoliberal atuou na o execução por meio do Estado de contrarreformas agindo com o intuito de atenuar direitos que foram conquistados ao longo dos anos, atingindo a classe trabalhadora.

representa 20,5% da população, não contavam com alimentos em quantidade suficiente, ou seja, estavam em grau de insegurança alimentar moderada ou grave.

Juntamente com o contexto pandêmico, assistiu-se o recrudescimento do Estado neoliberal, também denominado de ultraneoliberal, em que medidas de desmontes materializadas a partir de subsequentes contrarreformas¹² foram sendo realizadas ao longo dos anos. No governo Temer, houve a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95 que limita por 20 anos os gastos públicos, ou seja, os gastos federais foram congelados, o governo tem um teto, não podendo ultrapassá-lo em gastos. A EC afetou diversas áreas, principalmente as sociais, dentre elas, a alimentação. O site Uol (2022, s/p) destaca que,

Com a verba federal sem reajuste desde 2017 e a inflação dos alimentos, relatos de racionamento e cortes de merenda escolar se multiplicam pelo Brasil. Alunos que tiveram a mão carimbada para não repetir o prato, ovo dividido para quatro crianças e corte de itens básicos, como arroz e carne, estão entre as queixas. Com o alto número de pais sem trabalho, a merenda é uma chance de refeição equilibrada para parte das crianças.

Foi nesse contexto em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2023) negou por diversas vezes a existência da fome no território nacional com falas que vão na contramão dos dados. O ex-presidente afirmou: “alguém já viu alguém pedindo um pão na porta, ali, no caixa da padaria? Você não vê, pô” em outro momento o então presidente fala “Fome no Brasil? Fome para valer, não existe da forma como é falado.” (G1, 2022). Discurso esse difundido e reproduzido por seus pares de governo. A ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, afirmou que os brasileiros não passam muita fome porque têm “manga nas cidades” (Tarja, 2023, s/p)..

Com a replicação de discursos negacionistas o Governo Bolsonaro atuou na contramão do desenvolvimento e execução de políticas sociais importantes para a segurança alimentar dos brasileiros/as. No ano de 2019 é vetado pelo ex-presidente e ratificado pelo Congresso a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. “A extinção do Consea representa uma grande perda para os brasileiros. Inúmeras ações que resultaram em

¹² O termo contrarreforma é empregado, pois a “reforma” atua na retirada de direitos conquistado por um conjunto de lutas, logo não ocorre uma “reforma”.

uma alimentação mais saudável e sustentável para milhões de pessoas passaram ou foram iniciadas dentro do conselho” (Arantes, s/a, s/p apud IDEC, 2019, s/p).

Evidencia-se que ao longo dos anos foi realizado um desmonte das políticas sociais existentes para a atenuação das diferentes manifestações da fome. A responsabilidade do Estado em garantir o acesso à alimentação, tipificada no arcabouço jurídico brasileiro, tem ocorrido de forma tímida, com a necessidade de ampliação.

3. INSEGURANÇA ALIMENTAR E O PROGRAMA LEVE LEITE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

A fome, insegurança alimentar e seus diferentes níveis são fenômenos que possuem diferenças significativas e que, portanto, precisam ser consideradas para a construção de estratégias visando o enfrentamento nas diferentes manifestações. Abaixo um quadro que evidencia estas diferenças.

Quadro 1: Manifestações da fome

Insegurança alimentar aguda	Insegurança alimentar encontrada em uma área específica em um momento específico e de gravidade que ameaça vidas ou meios de subsistência, ou ambos, independentemente das causas, contexto ou duração. Tem relevância na orientação estratégica de ações que focam em objetivos de curto prazo para prevenir, mitigar ou diminuir a insegurança alimentar grave.
Fome	Uma sensação desconfortável ou dolorosa causada pelo consumo insuficiente de calorias. Privação alimentar. Nesse relatório, o termo fome é sinônimo de subalimentação crônica.
Má nutrição	Condição fisiológica anormal causada pela ingestão inadequada, desequilibrada ou excessiva de macronutrientes e/ou micronutrientes. A má nutrição inclui desnutrição (desnutrição crônica e desnutrição aguda infantil e deficiências de vitaminas e minerais), bem como sobrepeso e obesidade.
Insegurança alimentar	Um nível de gravidade da insegurança alimentar em que as pessoas enfrentam incertezas sobre sua capacidade de obter alimentos e foram

moderada	forçadas a reduzir, em alguns momentos do ano, a qualidade e/ou quantidade de alimentos que consomem devido à falta de dinheiro ou outros recursos. Refere-se à falta de acesso consistente aos alimentos, o que diminui a qualidade da dieta e interrompe os padrões normais de alimentação. Medido com base na Escala Internacional de Insegurança Alimentar (Fies).
Insegurança alimentar grave	Um nível de gravidade da insegurança alimentar em que, em algum momento do ano, as pessoas ficaram sem comida, passaram fome e, no mais extremo, ficaram sem comida por um dia ou mais. Medido com base na Escala Internacional de Insegurança Alimentar (Fies).
Subalimentação	Condição na qual o consumo alimentar habitual de um indivíduo é insuficiente para fornecer a quantidade de calorias necessárias para manter uma vida normal, ativa e saudável. A prevalência de subalimentação é usada para medir a fome (indicador ODS 2.1.1).

Fonte: UNICEF (2022, s/p).

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo (Carvalho, 2022). Nesse cenário controverso, diversos brasileiros sofrem todos os dias com a falta total e/ou parcial de alimentos. No quadro acima é tipificado os diferentes graus da manifestação da fome e suas consequências que impactam na singularidade de cada sujeito e no coletivo de uma sociedade que reiteradamente sofre com a perda de direitos conquistados ao longo dos anos. O grau de incidência da fome na vida de cada sujeito irá depender única e exclusivamente das condições que o sujeito tem para acessar a mercadoria alimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990, s/p).

Para além dessa atribuição o Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica em seu artigo 54 o dever do Estado em assegurar à criança e ao adolescente: “atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” exposto no inciso VII (Brasil, 1990, s/p).

Segundo o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), a família é, na sociedade atual, a instituição que desempenha o papel central e insubstituível de atender as necessidades de desenvolvimento da criança, ou seja, os cuidados que a criança precisa receber, emergem das famílias. A Constituição Federal dispõe em seu artigo 226 que “a família é a base da sociedade”, dessa forma o PNPI e a Constituição Federal se corroboram, para a garantia de direitos da criança em diversas esferas.

Contudo, muitas vezes os vínculos familiares aos quais as crianças estão inseridas estão fragilizados, principalmente pelas relações de conflito e de violência que se manifestam no cotidiano das mesmas e que se agravam diante de dificuldades socioeconômicas. Este fator é um dos mais recorrentes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2019, s/p apud Jiménez, 2019, s/p) o Brasil possui 13,5 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, entre esses números estão inseridos as crianças e suas famílias. Os vínculos familiares fortalecidos demandam ambientes com condições objetivas e subjetivas para garantir o atendimento das necessidades dos sujeitos, que podem ser dificultados quando a pobreza se faz presente. À medida que famílias estão nessa situação, por conseguinte impactos são causados na vida das crianças, ou seja, para além de investimentos econômicos e sociais voltados às crianças é importante que as famílias, por meio do Estado, tenham garantias para que possam fortalecer esses vínculos. Outro fator de destaque é a falta de políticas públicas voltadas à primeira infância, a Lei nº 13.257 dispõe sobre a implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, porém os gestores públicos afirmam que faltam recursos para a criação e implementação dessas políticas. O fato é que a temática é pouco discutida no âmbito político.

De acordo com o exposto, é de extrema importância o apoio do Estado por meio de investimentos em políticas que visem o desenvolvimento das famílias e da primeira infância, é fundamental o fortalecimento dessas políticas e que os programas sociais tenham profissionais devidamente habilitados para suas funções, que respeitem os diferentes arranjos familiares e considerem o contexto de vulnerabilidade social enquanto determinante para as condições de saúde e desenvolvimento infantil.

Nesta perspectiva, visando contribuir para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar, sobretudo de crianças e conseqüentemente garantir que as crianças estejam inseridas na rede de ensino, o programa Leve Leite da Prefeitura de São Paulo foi criado a partir do Decreto nº 35.458 de 31/08/95, pela gestão do então prefeito Paulo Maluf, o decreto trazia como apontamentos em sua ementa “plano de saúde preventiva do escolar programa leve leite orientação sobre a distribuição de leite em pó”.

De acordo com informações contidas no site da Prefeitura de São Paulo (Acesso em 2023), atualmente o programa Leve Leite contempla crianças, a partir dos 4 meses de idade, que estejam matriculadas na Educação Infantil da Rede Municipal. Para fornecer à criança uma infância saudável, com seus direitos garantidos é preciso uma rede de apoio conjunta da família, dos profissionais de saúde e educação e do Estado, é vantajoso para toda a sociedade o enaltecimento da primeira infância, visto que é a partir de uma infância saudável que a sociedade começa a se moldar de maneira diferente, com os investimentos necessários os reflexos serão alcançados não apenas em um primeiro momento na faixa etária de 0 a 6 anos que corresponde a primeira infância.

Para acessar o benefício as famílias devem estar inscritas no Cadastro Único¹³ para Programas Sociais no Município de São Paulo, além de precisarem morar na capital paulista e assinar na escola o termo de adesão ao programa. O programa atende ainda às crianças com deficiência, matriculadas até o 5º ano da Educação Fundamental e residentes no município. Para esse público a inscrição no CadÚnico não é obrigatória. A fórmula láctea é entregue em casa, a cada quatro meses.

A primeira infância é o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança. São nos primeiros anos de vida que ocorrem o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, além da iniciação social e afetiva. Estudos mostram que quanto melhores forem as experiências da criança durante a primeira infância e quanto mais estímulos qualificados ela receber, maiores são as chances de ela desenvolver todo o seu potencial. Pesquisas têm demonstrado que essa fase é extremamente sensível para o desenvolvimento do ser humano, pois é quando ele forma toda a sua estrutura emocional e afetiva e desenvolve áreas

¹³ O Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita (Brasil, 2023).

fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado. (Brasil, s/a, s/p).

No ano de 2018, foi anunciado pelo então prefeito Bruno Covas, a ampliação do Programa para contemplar o acesso ao leite também as crianças que estão fora das creches, segundo o site da secretaria municipal da educação (Acesso em 2023) “a medida é um marco nas políticas de primeira infância e tem foco direto nos menores mais vulneráveis”, incluindo crianças cadastradas no Bolsa Família, de quatro meses a quatro anos, que de acordo com os números apontados pela secretaria municipal de educação somam um total de 105.960 crianças, ainda segundo a secretaria, o Programa Leve Leite atende 310 mil crianças, com custo de R\$ 68 milhões por ano e a ampliação terá investimento de R\$ 23 milhões a mais por ano, a logística de entrega permanece o recebimento do leite pelos correios, assim, dispensando o deslocamento da família oferece comodidade e evitando gastos com condução.

Observa-se que o programa constitui-se enquanto uma política redistributiva¹⁴ que visa a atenuação da fome oculta vivenciada diariamente pelas crianças da cidade de São Paulo, no entanto, apresenta-se como uma alternativa tímida quando contraposto aos dados divulgados pelo relatório da Organização da ONU para Agricultura e Alimentação que indicam que 23,5% da população brasileira tenha vivenciado insegurança alimentar moderada ou severa entre 2018 e 2020, um crescimento de 5,2% em comparação com o último período analisado, entre 2014 e 2016.

Assim, o Programa Leve Leite enquanto uma política social com caráter redistributivo não constitui-se enquanto ação resolutiva da problemática da fome das crianças no município de São Paulo, mas materializa-se enquanto um programa importante para a garantia da segurança alimentar das crianças beneficiárias, atuando no combate à fome oculta existente na vida desses sujeitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁴ É importante destacar que as políticas sociais são compreendidas em duas perspectivas, a tradicional e a marxista. De acordo com Pastorini (1997) na perspectiva tradicional as políticas sociais são concebidas para diminuir e corrigir as desigualdades sociais que são entendidas como naturais. Na perspectiva marxista são entendidas para além de meros instrumentos redistributivos.

Diante das informações e reflexões apresentadas, evidencia-se que a fome constitui-se enquanto uma categoria não natural, mas sim social, ou seja, é produto da forma como as relações sociais se constituem e se estruturam em diferentes contextos históricos. Sua manifestação ocorre de maneira singular na vida de cada sujeito que é obrigado a conviver diariamente sem o acesso adequado a alimentos.

Na sociabilidade capitalista onde tudo vira mercadoria, o acesso às riquezas produzidas socialmente é mediada pelo dinheiro e, portanto, pessoas que não conseguem acessar o mercado formal ou informal de trabalho, não possuem renda e/ou o acesso a renda é mínimo, enfrentando assim, as diversas expressões da questão social, a exemplo da fome, visto que o alimento assume a forma de mercadoria.

Assim, a insegurança alimentar, a subalimentação, a má nutrição e todas as denominações para o fenômeno da fome tem sido uma realidade vivenciada por muitas pessoas ao redor do mundo, sem perspectiva de mudança desse cenário. Tal situação se agrava com governos neoliberais, que desenvolvem suas políticas para atender as necessidades do capital em detrimento das necessidades e direitos sociais.

O Brasil saiu do mapa da fome no ano de 2014 e, logo após, teve na gestão do Governo Federal períodos em que os ideários neoliberais eram a regra para o desenvolvimento das políticas sociais, como consequência disso houve o desmonte gradual de diversos direitos conquistados ao longo dos anos e a volta do país ao mapa da fome.

O Estado tem a obrigação constitucional de viabilizar o acesso à alimentação adequada, e a execução de políticas sociais capazes de materializar esse direito. O Programa Leve Leite da Prefeitura de São Paulo apresenta-se enquanto uma estratégia capaz de ser replicada em diferentes municípios do país, a fim de assegurar às crianças da faixa etária que engloba a primeira infância a atenuação da manifestação da fome na vida desses sujeitos. Entende-se que o programa não é capaz de erradicar o fenômeno da fome no território nacional, programa este criado sob o viés redistributivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Primeira Infância**. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Relatório indica que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014**. Casa Civil. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Acesso em: 02 nov. 2023.

G1. **Bolsonaro nega, por duas vezes, escalada da fome no Brasil: 'Não existe da forma como é falado'**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/08/26/ja-viu-alguem-pedindo-pao-na-porta-da-padaria-pergunta-bolsonaro-ao-falar-sobre-fome-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CARVALHO, Carla. Entenda por que o Brasil está entre os maiores produtores mundiais de alimentos. 2022. Disponível em: <https://blog.terrainvestimentos.com.br/o-brasil-esta-entre-os-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CERQUETANI, Samantha. **Fome oculta: a carência nutricional silenciosa que causa problemas de saúde**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/09/08/fome-oculta-a-carencia-nutricional-silenciosa-que-causa-problemas-de-saude.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. **A Criança e Os Outros - A família.** Primeira Infância em Pauta. Disponível em: <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-os-outros-a-familia.htm>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GUERRA, Yolanda *et al.* **O Debate Contemporâneo da Questão Social.** III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

IDEC. **Consea permanece extinto após a manutenção do veto de Bolsonaro.** 2019. Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>. Acesso em: 19 nov. 2023.

JIMÉNEZ, Carla. **Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13, 5 milhões de miseráveis.** São Paulo. EL PAÍS. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html. Acesso em: 13 nov. 2023.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 16. Ed. São Paulo: Cortez. 2011.

ONU. **Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global.** 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XVIII – Nº. 53, 1997. (p.80- p.101).

REDE PESSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 14 out. 2023.

SÃO PAULO. **Programa Leve Leite.** Cidade de São Paulo Educação. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/codae/programa-leve-leite/>. Acesso em 15 out. 2023.

TARJA; Alex. **"Brasileiros não passam fome porque têm mangas nas cidades", diz ministra.** 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/04/09/brasileiros-na-o-passam-fome-porque-tem-mangas-nas-cidades-diz-ministra.htm>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

UNICEF. **Relatório da ONU: Números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021>. Acesso em: 29 out. 2023.

UOL. **Merenda escolar sem reajuste faz com que crianças dividam até ovo**. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/09/16/merenda-escolar-sem-reajuste-faz-com-que-criancas-dividam-ate-ovo.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 nov. 2023.

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA

Ana Lucia de Freitas Azambuja¹⁵

Solange Emilene Berwig¹⁶

Muriel Pinto¹⁷

Resumo: Este trabalho envolve a análise da importância da política de assistência social no campo de proteção à pessoa idosa no Brasil. A presente pesquisa busca verificar a relevância da política de assistência social nesta área de ação. A coleta dos dados ocorreu de forma bibliográfica, através de pesquisas em livros, artigos científicos, dissertações, entre outros. Esta análise demonstra a precariedade em que se encontra a política de assistência social em relação às pessoas idosas e que ainda há muito a se fazer, para que as pessoas possam ter algum tipo de assistência ao envelhecer e ter uma vida digna. Esta análise expõe que para dar um amplo atendimento a este público, é preciso ações por parte do Estado, dependendo grandemente da gestão pública. Almejamos que a sociedade e o poder público possam, cada vez mais, debater sobre esta parte da população, identificando suas necessidades, para que se possa reunir as redes de atenção e cuidados à pessoa idosa.

Palavras-chave: Envelhecimento; Assistência social; Proteção; Pessoa idosa.

Resumen: Este trabajo implica analizar la importancia de la política de asistencia social en el campo de la protección de las personas mayores en Brasil. Esta investigación busca verificar la relevancia de la política de asistencia social en este ámbito de acción. La recolección de datos se produjo de manera bibliográfica, a través de investigaciones en libros, artículos científicos, disertaciones, entre otros. Este análisis demuestra la precariedad de la política de asistencia social en relación a las personas mayores y que aún queda mucho por hacer, para que las personas puedan tener algún tipo de asistencia a medida que envejecen y tengan una vida digna. Este análisis muestra que para brindar una atención amplia a este público son necesarias acciones por parte del Estado, dependiendo en gran medida de la gestión pública. Esperamos que la sociedad y los poderes públicos puedan debatir cada vez más sobre esta

¹⁵ Bacharel em Administração. Mestranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: anaazambuja.aluno@unipampa.edu.br

¹⁶ Doutora em Serviço Social. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja-RS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq. Membro do GT Seguridad Social CLACSO. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

¹⁷ Doutor em Geografia. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais - Ciência Política e Ciências Humanas Licenciatura – da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Campus São Borja-RS. E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br

parte de la población, identificando sus necesidades, para que se puedan articular redes de atención y cuidados a las personas mayores.

Palabras clave: Envejecimiento; Asistencia social; Protección; Anciano.

1. INTRODUÇÃO

Analisar o quanto é importante a política de assistência social na proteção à pessoa idosa, demanda compreender o desenvolvimento dela pelos responsáveis e o entendimento por parte dos usuários, pois muitos desses indivíduos e seus familiares desconhecem os seus direitos, pois, na atualidade, cresce o número de pessoas idosas no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a estimativa é de que a tendência nos próximos anos seja de um aumento considerável, pois, a redução das taxas de natalidade e a melhora na expectativa de vida do ser humano, conseqüentemente, aumenta a longevidade das pessoas, que se manifesta através da tecnologia, com os avanços na área da medicina, melhorando a qualidade de vida.

No Brasil, país em desenvolvimento, a pessoa é reconhecida “oficialmente” idosa, de acordo com o Estatuto da pessoa idosa (BRASIL, 2017, p. 8), como mostra o “**Art. 1º** É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. Portanto, sabendo disso, temos ciência de que cada vez mais, essa parte da população, será dependente da política de assistência social, voltada para o amparo e proteção desse público, por consequência, poderá ocorrer uma grande desigualdade social, e é fato, com grande chance de exposição à vulnerabilidade, o qual nos leva a verificar as políticas sociais existentes para assegurar a devida proteção a esta camada da sociedade. Logo, este estudo visa obter subsídios suficientes na busca de compreender e entender sobre esse tema, tão relevante para nossa sociedade – qual o papel das políticas de assistência social em nossa sociedade, no âmbito da proteção à pessoa idosa? Será que os programas propostos atingem aos que realmente necessitam dele?

2. ENVELHECIMENTO E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA

Há algum tempo, vem se discutindo a respeito dos direitos e cuidados às pessoas idosas, pois, de acordo com estudos já realizados em relação a esse tema: esta faixa etária cresce visivelmente, devido à alguns fatores que estão contribuindo para isso, um deles é a decrescente expressão na taxa de natalidade no Brasil, outro é devido ao avanço da tecnologia, com relação a medicina, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Estudos revelam que daqui a 35 ou 40 anos, provavelmente, pouco mais de ¼ dos brasileiros terá idade superior a 65 anos.

Então, de acordo com dados baseados nas pesquisas atuais, a expectativa de vida das pessoas no Brasil é de 76 anos, além disso, a probabilidade é de que em 2060, teremos (ou seremos) um quarto da população brasileira (25,5%) que terá mais de 65 anos e poderá viver até 81 anos (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 2021).

Apesar da nossa população estar envelhecendo, temos uma parcela ativa, que contribui financeiramente para o “sustento” da família, e muitas vezes alguns desses são os principais responsáveis por ele, “[...] 91% dos brasileiros com mais de 60 anos contribuem financeiramente para o sustento da casa, sendo que 52% são os principais responsáveis, um aumento de 9 pontos percentuais em relação a 2018” (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 2021).

Conforme expõe, o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL (2021),

Não é só a crise econômica que explica esses números, mas também uma mudança demográfica e comportamental dessa população. “Há muitos casos em que a renda do aposentado é a única maneira para sustentar o lar de uma família que perdeu emprego, principalmente nesse momento de crise e de aumento do desemprego, mas o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, o avanço da medicina e suas atitudes nesta fase da vida também são fatores importantes. Hoje, os idosos são mais ativos, têm mais autonomia financeira e trabalham por mais tempo, seja por necessidade ou porque se sentem dispostos e mais felizes desenvolvendo alguma atividade produtiva”, explica. (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 2021).

Neste sentido, aqui falamos, tanto da pessoa idosa, que ainda trabalha ativamente, como aqueles que recebem algum tipo de benefício, e já não fazem parte do mercado formal, mas também daqueles que prestam algum tipo de trabalho informal. Como exemplo, temos os vigias, os que cortam grama ou limpam pátios, os que prestam serviços de pedreiro, com pequenos reparos ou ainda serviços gerais, e que apesar de alguns, já receberem aposentadoria (seja por idade, algum tipo de invalidez ou por tempo de contribuição) ou pensão, ainda assim, necessitam trabalhar para complementar a renda.

Temos ainda as pessoas idosas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC, nesse tipo de benefício é garantida uma renda mínima para os idosos com 65 anos ou mais, para aqueles que não conseguiram completar ou nunca fizeram as contribuições necessárias para a aposentadoria; estes indivíduos devem possuir uma renda mensal familiar per capita de valor igual ou menor a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo vigente no ano base da solicitação.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome **“BPC não é aposentadoria**. Para ter direito a ele, não é preciso ter contribuído para o INSS. Diferente dos benefícios previdenciários, o BPC não paga 13º salário e não deixa pensão por morte” (BRASIL, 2019, grifo original).

3. POPULAÇÃO IDOSA MAIS VULNERÁVEL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA

Envelhecer faz parte da vida, e todos temos o direito de envelhecer com dignidade, a pessoa idosa tem direitos sociais, regidos pela Lei nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2017, p. 8), ela dita que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público garantir aos mesmos, o cumprimento: do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Está na CF/88 que a política de assistência social deve oferecer proteção social básica e especial às pessoas idosas, a partir dos 60 anos de idade, implicando ao Estado federal, estadual e municipal, realizá-los através de programas, dito isto, sentimos a necessidade de

explorar de quais formas se desenvolvem estas políticas e como atingem esta parcela da população.

Conforme Berzins; Giacomini; Camarano (2016, p. 107),

Recorrendo à Constituição Federal de 1988 (CF/1988) constata-se que, no texto, estão expressos os direitos individuais e coletivos que visam à garantia de uma cidadania plena, incluindo o direito a: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, cuidado ambiental, entre outros. Portanto, para a efetivação desses direitos, torna-se necessária a oferta de políticas sociais, sendo responsabilidade do Estado oferecê-las, inclusive e especialmente, no que tange à garantia do direito à seguridade social.

Conforme Berzins; Giacomini; Camarano (2016, p. 108), no art. 1º da CF/1988, a seguridade social compreende “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Os autores deixam explícito que a seguridade social tem o dever de dispor às pessoas garantias para que não fiquem à mercê de riscos e vulnerabilidades sociais, oportunizando condições igualitárias para que todos os brasileiros vivam com dignidade.

De acordo com Silva et al (2019, p. 26) “[...] tendo como marco inicial a década de 1930, a qual não se registra uma intervenção do Estado na área social e toda prática assistencial era desenvolvida pela Igreja Católica e organizações de caridade”.

Segundo Silva et al (2019, p. 27), “A Constituição Federal de 1988 possibilitou trazer uma nova concepção para a Assistência Social no país, a partir daí posicionou-se como uma política de seguridade social”, estabelecendo que, a saúde, deve ser direito de todos, previdência: onde todos contribuem com parte do seu salário, e assistência social, para aqueles que dela necessitarem. “Ao compor o tripé da seguridade social, houve a possibilidade de indivíduos da classe pauperizada passasse a ter seus direitos sociais garantidos” (Silva et al, 2019, p. 27).

Para Berzins; Giacomini; Camarano (2016, p. 108), “constitucionalmente, a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituída como política pública não contributiva, integrante da seguridade social.” A primícia histórica da assistência social no Brasil é caracterizada pela filantropia e caridade.

Juliana Medeiros, diz que:

O surgimento da Assistência Social enquanto política de governo no Brasil, ocorreu na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, as bases ideológicas do Serviço Social estavam relacionadas com os interesses da classe trabalhadora e suas necessidades. Mas também com os interesses das classes dominantes, de cunho moral e religioso, onde a doutrina social era direcionada ao trabalhador e sua família, num contexto que visava uma perspectiva de ajuste e enquadramento social (BLOG GESUAS, 2020).

Para Juliana Fialho, a assistência social agia em prol das famílias, dos soldados (praças), que atuavam na Segunda Guerra Mundial, com o intuito de atender a área materno-infantil,

A Assistência Social no Brasil, até a década de 1940 estava baseada, na caridade e solidariedade religiosa, atendendo famílias em situações de vulnerabilidade advindas da Segunda Guerra Mundial, inicialmente com foco no atendimento materno-infantil (BLOG GESUAS, 2020).

A história da assistência social, conforme Juliana Medeiros carrega sob alguns aspectos históricos características de caridade, donativos, para então chegarmos aos dias de hoje, pois “[...] Sua história é marcada por lutas e grandes conquistas, transitando entre a simples doação de esmolas para um sistema único no país que hoje garante o direito à proteção social para todos os cidadãos que dela precisar” (BLOG GESUAS, 2020).

Da criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência) à fundação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), muitas mudanças contribuíram para que 100% dos municípios brasileiros tivessem acesso aos serviços da Assistência Social, e para que milhares de pessoas saíssem da linha de pobreza. (BLOG GESUAS, 2020).

A história nos mostra que a Legião Brasileira de Assistência - LBA foi criação da esposa do presidente Getúlio Vargas, Darcy Vargas, primeira-dama na época, visando alicerçar as famílias dos soldados que foram para a guerra. “Em 1946, a LBA passa por um reordenamento, ampliando suas ações e objetivos, mas, mantém seu caráter assistencialista, legitimando-se como uma resposta institucional à pobreza. Caracterizava-se pelo assistencialismo, envolvendo religiosas e o primeiro damismo” (Boscari; Silva, 2015, p. 110).

Naquele tempo, este tipo de trabalho, organizado pela primeira-dama com a ajuda de voluntárias, era associado à mão de obra das mulheres, pois assim, se dedicariam a fazer a caridade, e não teria respaldo político. Esta organização auxiliava com vários produtos, óculos, alimentos, próteses, entre vários outros itens. Deste modo, a assistência era interpretada como caridade, filantropia por parte destas senhoras e não como um direito do povo. Para Silva et al, 2019, p. 19 “O que se confirma o fato de que a assistência social no Brasil além de ser permeada pela influência religiosa foi também por influência governamental, levando-se então muito tempo para ser instaurada como uma política pública.”

Na mesma época, surge a criação do Conselho Nacional Serviço Social - CNSS cujo propósito era dar sustentação as entidades de filantropias e privadas que fomentavam a assistência.

Assim, durante a ditadura militar, não houve desenvolvimento na área da assistência social, pois as atividades eram desagregadas, desordenadas e momentâneas, sem regras para uniformizar e organizar, sem normas para definir algum tipo de política.

Mas, retornando a CF/88, como vimos anteriormente, de acordo com Berzins; Giacomini; Camarano (2016, p. 108),

Em 1993, a Política de Assistência Social inicia seu trânsito para um campo novo, o campo de direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade do Estado na implementação e execução das ações. Caracteriza-se como uma política de proteção social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Esse sistema de proteção social resulta da ação pública que visa resguardar a sociedade dos efeitos de riscos. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei no 8.742, de 7 dezembro de 1993, cria uma nova matriz para a assistência social, tendo como perspectiva torná-la visível como política pública e como direito dos que dela necessitam.

Então, criou-se a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS para dar a devida regulamentação e concretizar a realização dos artigos que tratam da assistência social na CF/88, fomentando um padrão descentralizado, aberto a participação dos Governos: Federal, Estadual e Municipal; são eles,

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- VI** - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (BRASIL, 1988, ART. 203).

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I** - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
 - II** - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- Parágrafo único.** É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
- I** - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
 - II** - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
 - III** - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (BRASIL, 1988, ART. 204).

A partir daí, conforme Juliana Medeiros, surge o SUAS,

O SUAS é deliberado na quarta Conferência Nacional, em 2003, e tem o objetivo de materializar a política descrita na LOAS. Com caráter descentralizado e participativo, cria serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, como o Bolsa Família, por exemplo (BLOG GESUAS, 2020, grifo do autor).

Já em 2005, é aprovado um novo texto, contemplando a família como centro primordial das atenções, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS); onde orienta que a família é o centro fundamental para que todas as ações e serviços da Política Nacional de Assistência Social - PNAS sejam efetivos. E para compreender a situação de vulnerabilidade e riscos sociais, há que se entender a importância da territorialidade nos processos, conforme demonstrado na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2012, art. 17, XIV, p. 40).

Seguindo esta linha do tempo, temos em 2009 a publicação de um documento essencial dos que integram as normativas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, pois, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, reconhecem e apontam os serviços específicos da proteção e assistência social, expondo seus propósitos e o atingimento deles.

Estes serviços específicos são os serviços socioassistenciais, desenvolvidos por tempo indeterminado através de ações contínuas para as pessoas que deles necessitarem, com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e da comunidade, conforme descrito na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, art. 1, p. 5-6);

Art. 1º. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- Abrigo institucional;
- Casa - Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Desses serviços de proteção básica, em um primeiro momento, podemos destacar com relação à pessoa idosa, de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 12);

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), pois o mesmo,

Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 12).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nesse tipo de serviço, mostrando particularmente sobre:

[...] tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 16).

Este serviço aponta os tipos de usuários, que no caso das pessoas idosas: são os beneficiários do benefício de prestação continuada (BPC), pessoas idosas de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas idosas com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, pois:

O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 25).

Portanto, temos que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, veio para contribuir com aqueles que necessitam de atendimento especializado, determinando a identificação e indicando os serviços essenciais de proteção e assistência social, revelando seu intuito, para atingir seus objetivos, ou seja, mantém serviços ofertados constantemente, por tempo indeterminado para atender a demanda dos seus usuários, estimulando o fortalecimento dos vínculos familiares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao cenário observado nesta análise da importância da política de assistência social no campo de proteção à pessoa idosa no Brasil, vimos o quanto é essencial o comprometimento e o desenvolvimento de ações por parte do Estado no bem-estar dos usuários e o conhecimento dos seus direitos por parte deste público, pois muitos desconhecem as obrigações do Governo para com os mesmos.

Esta pesquisa observa a relevância da política de assistência social nesta área de ação, pois no Brasil, segundo o Estatuto da pessoa idosa, a pessoa é considerada idosa, a partir dos 60 anos, e como atualmente, temos grande parte desta população ativa, em prol dos avanços da medicina, proporcionando uma melhor qualidade de vida, sabemos que num futuro próximo, teremos um alto percentual de nossa população, que dependerá dessa política e consequentemente, poderá ocorrer a desigualdade social, com possibilidade de exposição dos mesmos à vulnerabilidade.

Este estudo demonstra a fragilidade e instabilidade da política de assistência social em relação às pessoas idosas e que necessita de implantação e implementação, para que no futuro estas pessoas tenham algum tipo de proteção ao envelhecer, para envelhecer com dignidade.

Através desta análise, podemos atentar para a dependência destes indivíduos em relação ao Estado; por parte da gestão pública esperamos, que ela, proceda em prol da população idosa.

Aspiramos que exista discussões a respeito desse tema, para que possamos identificar as reais necessidades, desenvolvendo-se assim, uma ampla rede de proteção e cuidados à pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva; GIACOMIN, Karla Cristina; CAMARANO, Ana Amélia. A assistência social na política nacional do idoso. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira, **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p.107-133. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9083>. Acesso em: 17 jan. 23.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. **A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública.** Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, UNIARP. RIES, ISSN 2238-832X, Caçador: SC, v.4, n.1, p. 108-127, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/download/341/326>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 jan. 23.

BRASIL. Estatuto do idoso (2003). **Estatuto do idoso de 2003.** Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria Editorações e Publicações, Coordenação de Edições Técnicas, [2017], disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530232/estatuto_do_idoso_1ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Benefício de Prestação Continuada (BPC).** Brasília, DF, [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 18 jan. 23.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB - Suas.** Brasília, DF, [2012]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 29 jan. 23.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, DF, [2014]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 29 jan. 23.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS. **52% dos idosos são os principais responsáveis pelo sustento da casa, revela pesquisa da CNDL/SPC Brasil, c2019.** Brasília, DF: Políticas Públicas 4.0, [2021]. Disponível em: <https://cndl.org.br/politicaspublicas/52-dos-idosos-sao-os-principais-responsaveis-pelo-sustento-da-casa-revela-pesquisa-da-cndl-spc-brasil/>. Acesso em: 15 jan. 23.

FIALHO, Juliana. **Assistência Social x Assistencialismo.** Blog do GESUAS, 08 jun. 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/assistencia-social-x-assistencialismo/>. Acesso em 20 jan. 23.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

MEDEIROS, Juliana. **A História da Assistência Social no Brasil**. Blog do GESUAS, 15 maio 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/historia-da-assistencia-social/>. Acesso em 20 jan. 23.

SILVA, Cristiane Aparecida de Souza; ALMEIDA, Dabla Tais Souza de; BASTOS, Rafaella; SOARES, Vanessa Miranda; BARROS, Jaqueline de Melo. **A construção da política de assistência social brasileira: Uma Reflexão Necessária**. Revista EDUC - Faculdade de Duque de Caxias, vol. 06, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210618113949.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA ABRANGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO BRASIL

THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND ITS SCOPE IN ADDRESSING WORK LIKE SLAVERY IN BRAZIL

Maurin Jaqueline Andrade Bonatto¹⁸

Nileia dos Santos Liscano¹⁹

Rosilaine Coradini Guilherme²⁰

Jorge Alexandre da Silva²¹

Resumo: Este texto tem como tema o Trabalho Análogo ao de Escravo e a Política de Assistência Social no Brasil, e parte das aproximações teóricas por meio de projeto de pesquisa que se encontra em fase exploratória. Objetiva problematizar o trabalho análogo ao de escravo como uma expressão da questão social, no intuito de evidenciar a abrangência da proteção social na perspectiva de prevenção e enfrentamento a partir do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Entende-se que o trabalho análogo ao de escravo no contexto brasileiro ainda necessita de um debate ampliado no que diz respeito aos seus aspectos conceituais e em torno das possíveis ações existentes para seu enfrentamento. Trata-se de estudo exploratório com abordagem qualitativa mediante acesso a bibliografias e documentos, além de articular dados quantitativos. Também se ampara no método dialético crítico que contribui para uma análise crítica, a partir das suas categorias explicativas da realidade. Ao final do estudo, foi possível evidenciar que o enfrentamento desta expressão da questão social ainda necessita de medidas estruturais, já que envolve correlação de forças existentes no modo de produção capitalista com a prevalência da hegemonia do capital. Em relação às ações da política de assistência social, essas ainda não abrangem todo território nacional e são pouco específicas para o enfrentamento do trabalho análogo ao de escravo, restringindo-se em

¹⁸ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - Campus São Borja RS-Brasil; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, na Pesquisa: “Relações de Trabalho e a Realidade Social do Trabalhador: a exploração análoga à de escravo no Brasil”. E-mail: maurinandrade@gmail.com

¹⁹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - Campus São Borja RS-Brasil; Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, na Pesquisa: “Relações de Trabalho e a Realidade Social do Trabalhador: a exploração análoga à de escravo no Brasil”. E-mail: niliscano18@gmail.com

²⁰ Doutora em Serviço Social (PUCRS); Mestre em Política Social (UCPel); Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina – (GTFOPPS); Coordenadora da Pesquisa “Relações de Trabalho e a Realidade Social do Trabalhador: a exploração análoga à de escravo no Brasil”. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS-Brasil. E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br

²¹ Doutor e Mestre em Serviço Social (PUCRS). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS-Brasil. E-mail: jorgealexandre@unipampa.edu.br

atenuar os danos causados à vítima por meio de acompanhamento psicossocial e reinserção no mercado do trabalho, com estas ações podendo variar de região para região e do nível de complexidade da demanda.

Palavras-chave: Trabalho Análogo ao de Escravo; Questão Social; Proteção Social; Política de Assistência Social; SUAS.

Abstract: This text's theme is Slave-Like Work and Social Assistance Policy in Brazil, and starts from theoretical approaches through a research project that is in the exploratory phase. It aims to problematize slave-like work as an expression of the social issue, with the aim of highlighting the scope of social protection from the perspective of prevention and coping based on the Unified Social Assistance System-SUAS. It is understood that slave-like work in the Brazilian context still requires an expanded debate regarding its conceptual aspects and around the possible existing actions to combat it. This is an exploratory study with a qualitative approach through access to bibliographies and documents, in addition to articulating quantitative data. It is also supported by the critical dialectical method that contributes to a critical analysis, based on its explanatory categories of reality. At the end of the study, it was possible to demonstrate that confronting this expression of the social issue still requires structural measures, as it involves the correlation of forces existing in the capitalist mode of production with the prevalence of capital hegemony. In relation to social assistance policy actions, these do not yet cover the entire national territory and are not very specific for combating work similar to slavery, restricting themselves to mitigating the damage caused to the victim through psychosocial support and reintegration into the market. of work, with these actions varying from region to region and the level of complexity of the demand.

Keyword: Work Similar to That of a Slave; Social Issues; Social Protection; Social Assistance Policy; YOUR.

1. INTRODUÇÃO

O debate do trabalho em condições análogas ao de escravo pode ser considerado ainda incipiente no Brasil, em vista dos marcos regulatórios que se situam em tempo recente. Por outro lado, essa modalidade de superexploração do trabalho remete à traços históricos que permeiam a formação sociohistórica do Brasil como a escravidão e a colonização. Importante referir que a América-Latina – o que inclui o Brasil – além de representar um espaço territorial regional congrega diversos países colonizados. Como refere Furtado (1961) a escravidão impulsionou a acumulação – pela via da apropriação indevida do excedente de produção – por parte da classe dominante.

Entretanto, embora a escravidão tenha sido abolida no Brasil nos anos de 1888, propiciando a liberação da força de trabalho e, com isso, sinalizando para a constituição de um mercado de trabalho livre assalariado, na contemporaneidade nos marcos do modo de produção capitalista persistem formas de exploração em condições análogas à de escravo. O que se caracteriza como uma expressão da questão social por ser um produto do modo de produção capitalista na sua relação antagônica com o trabalho.

Frente a essas determinações, o presente trabalho objetiva problematizar o trabalho análogo ao de escravo como uma expressão da questão social, no intuito de evidenciar a abrangência da proteção social na perspectiva de prevenção e enfrentamento a partir do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. O termo trabalho análogo ao de escravo “é usado para designar a condição em que o trabalhador estará sujeito às jornadas de trabalho exaustivas, trabalho forçado, jornada extenuante, condições degradantes de trabalho e todos os seus sinônimos modernos” (Silva; Silva, 2023, p. 280).

O presente artigo resulta de estudos junto ao projeto de pesquisa cadastrado na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS, intitulado “Relações de Trabalho e a Realidade Social do Trabalhador: a exploração análoga à de escravo no Brasil”. Trata-se de estudo exploratório cuja abordagem se caracteriza como qualitativa, além de se basear em fontes bibliográficas e documentais articulando dados quantitativos. Também se ampara no método dialético crítico que contribui para uma análise crítica, mediante atenção para as suas categorias explicativas da realidade: totalidade, historicidade e contradição. Logo, pretende apresentar o debate sobre trabalho análogo ao de escravo como uma expressão da questão social e o alcance da proteção social no âmbito do sistema único de assistência social. Daí a relevância do estudo, visto que irá tratar de uma expressão da questão social com atenção as ações de proteção social. .

Para organizar as linhas de raciocínio, considerando o objetivo do estudo, o artigo está organizado da seguinte maneira, além da presente introdução: inicialmente pretende contextualizar o debate a respeito do Trabalho Análogo ao de Escravo no Brasil, visando dar visibilidade a essa expressão da questão social e produzir subsídios teórico-prático para o seu enfrentamento; na sequência estima caracterizar a política de assistência social no Brasil -

SUAS, a fim evidenciar a abrangência da proteção social na perspectiva de prevenção e enfrentamento a partir do Sistema Único de Assistência Social. Por fim, as considerações sobre o estudo.

2. TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A escravidão no Brasil se deu no período da colonização, sendo que esses processos são determinantes para a formação sócio-histórica do Estado nacional, na qual persistem níveis de desigualdades. Nesse contexto, a população africana foi “importada” como mercadoria escrava para a exploração da sua mão de obra, de modo subsequente, a população negra brasileira. A escravidão permeia a história da humanidade “tendo em vista a sua existência em sociedades pré-capitalistas. O trabalho escravo foi política de Estado no Brasil colonial (Estado português) e assim continuou após a Independência, até 1888” (Filgueiras, 2015, p. 137 *apud* Almeida, 2019, p. 4). O que indicava o fim de exploração desumana quando da abolição da escravidão, se revela o início de uma luta que parece não terminar.

A exploração da força de trabalho como mercadoria é entendida como a gênese da questão social²², sendo essa decorrente do modo de produção capitalista. Desde a instauração do Brasil como um país, a escravidão de um povo traz resquícios de discriminação racial, desigualdade econômica e política. Entende-se que a desigualdade socioeconômica e política decorrem desta formação histórica na qual o Brasil se gerou, que ainda repercute na extrema exploração do capital na vida do trabalhador, mesmo com a escravidão sendo abolida no ano de 1888. Ou seja, com a abolição da escravatura, se origina uma suposta “liberdade”. O que chamamos de liberdade em prol da servidão gerada pelo modo de produção capitalista.

²² “A gênese da questão social encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização (Iamamoto, 2018, p, 209)”.

Neste sentido, o trabalho análogo à de escravo constitui-se como uma das expressões da questão social, decorrente dos resquícios sócio históricos da formação da sociedade brasileira e do processo de produção e reprodução do capitalismo para extração de mais valor, através da exploração do trabalho conformada na lógica da expansão ampliada do capital, calçada na máxima precarização social do trabalho e violação aos direitos humanos (Almeida, 2019, p. 5).

No Brasil, o trabalho análogo ao de escravo aparece especificado como crime no Código Penal pela primeira vez em 1940, na redação do Decreto-lei n. 2.848. Os artigos 197 e 198, respectivamente, caracterizavam de forma ampla e generalista os atos de constrangimento por meio de violência e ameaça, estabelecendo a pena de reclusão de dois a oito anos para quem o praticasse, conforme prescrito no artigo 149 (Gomes, 2012 *apud* Almeida, 2019). De forma tardia, em 2003, houve a necessidade de uma reformulação da redação do art. 149 do Código Penal de 1940, a fim de delimitar as características de redução do trabalhador a situação análoga à escravidão, envolvendo quatro condutas: trabalho forçado; jornada exaustiva; condições degradantes de trabalho e, por fim, submetido à restrição de sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador, preposto ou intermediário. Não é preciso identificar a presença das quatro condutas para se caracterizar a tipificação penal, sendo suficiente a identificação de uma das condutas isoladamente (Almeida, 2019).

Cabe lembrar que a diferença da escravidão moderna para a escravidão antiga praticada no Brasil durante os períodos colonial e imperial pressupõe que, no período da escravidão antiga, a lei permitia que uma pessoa fosse propriedade da outra, um objeto que poderia ser negociado em troca de dinheiro. Hoje o Código Penal Brasileiro não permite que uma pessoa seja tratada como mercadoria. Entretanto, o que permanece de semelhante entre os dois períodos são as formas intimidadoras e punitivas aplicadas às pessoas em situação de trabalho análogo ao de escravo e sua condição de subserviência.

Esta condição imposta de subserviência representa uma forma de evidenciar as várias faces da exploração do trabalho pelo modo de produção capitalista, sendo estrutural e reincidente, sobretudo na atual conjuntura que facilita a precarização, com a flexibilização do trabalho e a informalidade, resultado das reformas trabalhistas que a cada dia trilha em direção ao retrocesso da garantia de direitos. Assim, tem-se no atual estágio do modo de produção capitalista “condições extremamente precárias, com a intensificação do trabalho

(imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada, polivalência etc.) sustentada na gestão pelo medo, nas formas de abuso de poder, no assédio moral e na discriminação criada pela terceirização" (Antunes, 2018, p. 178).

Essa lógica contemporânea do capital se pauta no modo de gestão do trabalho toyotista, o que resulta na terceirização e uberização seguida da precarização, o que incide no aumento da jornada de trabalho e na extração da mais-valia, beneficiando o capitalista. Segundo Alves (2016), o toyotismo vai além de um sistema de produção, é também uma ideologia orgânica que organiza as relações sociais na empresa tal como o metabolismo social das relações cotidianas. Por sua vez, Antunes refere que “o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos” (Antunes, 2011, p, 37). O aumento do trabalho flexibilizado e as contratações sem vínculos empregatícios deixa parte da população em condições de desemprego e em desvantagem diante da classe dominante. Logo, propiciando a caírem em condições de exploração extrema seguida trabalho análogo ao de escravo.

Conforme o Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil (2022), cerca de 61,8% dos trabalhadores que foram resgatados em condições análogas à de escravo estavam em atividades na agropecuária, em condições desumanas: alojamentos insalubres, sem água, luz, e alimentação. Esses trabalhadores não usufruem dos seus direitos básicos, desta maneira o trabalho análogo ao de escravo contribui para o aumento da pobreza e da vulnerabilidade social. No que se refere ao perfil dos resgatados – Conforme o Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil (2022) – cerca de 34.4% das pessoas resgatadas não possuem o 5º ano completo. Logo, é possível relacionar essa defasagem no ensino à evasão escolar, a qual se constitui uma expressão da questão social. Tais informações possibilitam a identificação de vulnerabilidades e o perfil socioeconômico dos resgatados. Tem-se que a:

[...] ausência desse alinhamento coloca o trabalhador em posição de desvantagem, na medida em que a desigualdade socioeconômica e política entre ele e o empregador/intermediário não assegura os meios necessários para exigir o cumprimento das cláusulas acordadas, evidenciando o terreno propício para falsas promessas de bom emprego, salário e alegação de dívida contraída (Filgueiras, 2015 *apud* Almeida, 2019, p. 6-7).

Embora haja avanços na legislação brasileira acerca do tema, percebe-se que há fragilidade em se visibilizar dados quantitativos que demonstrem as particularidades desta forma de extrema exploração do trabalho, e a falta de divulgação dos respectivos canais de denúncia, dificultando com que muitos casos não sejam registrados, e até mesmo que os próprios trabalhadores não identifiquem suas condições de trabalho como análoga à de escravo. Ainda, segundo dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil (2022), desde os anos 1995 até 2022, cerca de 60.251 trabalhadores foram encontrados em situação de trabalho análogo ao de escravo, havendo uma média de 2.063,3 trabalhadores resgatados por ano – fora os casos que não são registrados, pela falta de informação.

O Governo Federal com intuito de combater o trabalho análogo ao de escravo lançou em 2003 o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo criando a Lista do Trabalho Escravo, mais conhecida como “lista suja”, para divulgar os nomes dos empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, sendo autuados a partir da fiscalização do Ministério do Trabalho, se legitimando após um processo administrativo trabalhista. Após essa legitimação que o nome do empregador é cadastrado na lista suja e lá permanece durante dois anos, para que a população tenha conhecimento. A lista constitui um instrumento de transparência da ação do Estado, que tem a obrigação de fiscalizar e garantir direitos trabalhistas. Em relação à penalidade, já que o Código Penal Brasileiro determina que reduzir alguém à condição análoga à de escravo é crime, se faz cumprir:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (BRASIL, 2022, p. 34).

Vale ressaltar que apesar da lei ter seus avanços na garantia de direitos no que se refere a trabalho análogo ao escravo, o Sistema Judiciário Brasileiro é muito moroso, ou seja, não tendo uma estrutura que consiga atender as demandas da justiça no ritmo necessário, o que deixa a classe trabalhadora a mercê de condições de trabalho precarizadas. Evidenciando-se condições sociais e econômicas precárias e a falta de perspectivas de acesso ao mercado formal de trabalho por meio de uma relação de emprego – embora essa relação também seja permeada pela exploração – a qual pressupõe garantias e direitos relacionados a exemplo dos vinculados à política da previdência social. Logo, desempenha um importante papel no aumento da vulnerabilidade ao trabalho à escravidão moderna, além de fatores como a desigualdade social, pois muitas vezes, parcela da classe trabalhadora é submetida a essa forma de extrema exploração em vista da subsistência.

Frente a este fenômeno que se constitui e materializa diversas expressões da questão social que decorrem da exploração do trabalho pelo capital - mas também pressupõe resistências por parte da classe trabalhadora - pretende-se abordar na próxima seção uma das políticas de proteção social que pode fazer frente à garantia de direitos e ao combate à exploração, em específico a política de assistência social.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

A trajetória sócia histórica para a consolidação da Política de Assistência Social no Brasil nem sempre foi linear e intrinsecamente ligada à garantia de direitos, já que historicamente surge no campo da filantropia e da caridade, e os critérios de seleção do público atendido variavam muito e estavam longe de ser universalistas. No período de redemocratização, após o contexto da ditadura militar, em meados da década de 1980, se revela aumento dos níveis de desigualdade social no país, o que faz com que a pobreza ganhe espaço na agenda pública. Resulta desse processo de resistência da classe trabalhadora, em 1988, a inclusão da Assistência Social no tripé da Seguridade Social:

[...] em 1988, o Brasil criou a partir da Constituição Federal, o sistema de Seguridade Social, por meio do qual institucionalizou a Assistência Social ao incluí-la no tripé da Seguridade Social. Em seus artigos 203 e 204 respectivamente, a supracitada Constituição define que tal política deve ser provida com recursos financeiros públicos, de direito a quem dela necessitar, sob responsabilidade em primazia do Estado e, concomitantemente, de toda a sociedade (Barbosa, 2016, p. 5)

Como forma de materializar a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, promulgada em 1993, passa a existir o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no início dos anos 2000. Sendo responsável pela articulação entre a união, estados e municípios no que tange a Assistência Social, dispõe de serviços, programas e benefícios que vão ao encontro da proteção social de famílias e indivíduos que tiveram direitos violados ou buscam algum tipo de proteção (Brasil, 2020). Ao pressupor gestão participativa e com ações socioassistenciais que abrangem o território nacional, o SUAS atua com os pilares de Vigilância Social, Proteção Social e Defesa Social e Institucional (Brasil, 2005). Importante referir que uma das inovações da Política de Assistência Social com o advento do SUAS, a partir do ano de 2005, se refere a criação de um sistema organizado por níveis de complexidade: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Porém, a Assistência Social não conseguiria se consolidar como política pública sem a promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo que, ao contrário da Política de Saúde, essa não configura uma política universal pelo fato de se dirigir “a quem dela precisar”. Existem diversas condicionalidades para que o público usuário acesse esta política e seus benefícios, programas e serviços. Embora se tenha avanços com a LOAS e a criação do SUAS, a lógica neoliberal prevalecente instiga a mercantilização de direitos sociais. É incoerente dizer que existe plena aplicabilidade da política de assistência social em razão do acesso ser condicionado à comprovação da renda *per capita familiar*. O que pressupõe estar em condições de trabalho informal, já que o trabalho, apesar de ser um direito garantido por lei, não é uma realidade que abrange toda classe trabalhadora (Boschetti, 2009).

No que se refere ao desmonte da política de assistência social, importante tratar do projeto neoliberal que ganhou força a partir da década de 1990. O maior aliado desse projeto de precarização e flexibilização de direitos preconizados pela Constituição Federal são os casos de contrarreformas, assim como o enfraquecimento do incentivo à participação popular

na tomada de decisões e o corte de verba pública destinada a serviços, programas e benefícios. O que configura uma das infindas formas de precarizar serviço público que poderia contribuir no enfrentamento das diversas expressões da questão social, sem recorrer à filantropia e à caridade como é estimulado pelo ideário neoliberal.

Entre as expressões da questão social consta o trabalho análogo ao de escravo, sendo que as medidas de proteção ao trabalhador que vivencia essas condições, na abrangência da Política de Assistência Social ainda são incipientes, em vista das ações que irão ao encontro da prevenção e denúncia. As ações mais conhecidas estão centralizadas em determinados municípios que realizam projetos ou programas direcionados para atenuar danos psíquicos, sociais e físicos ao trabalhador superexplorado. Logo, se distancia no atuar, propriamente, na prevenção dos casos. Uma das medidas mais propagadas, na tentativa de combater o trabalho análogo ao de escravo ocorre no estado do Mato Grosso, e se caracteriza como:

[...] para além do direito ao recebimento de três parcelas do seguro-desemprego, após o resgate (Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002); é o programa chamado Projeto Ação Integrada - PAI. O PAI tem como objetivo precípua prestar assistência aos trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo ou àqueles em situações consideradas vulneráveis, por meio de ações educativas que visam prevenir e combater a prática ilícita da escravidão contemporânea, particularmente, buscando a reinserção das vítimas no mercado de trabalho (Almeida, 2019, p. 4).

Por sua vez, o SUAS prevê, por meio de equipe multiprofissional, enfoque em ações de resgate ao trabalhador em situação análoga à de escravo após as denúncias, agindo em casos onde geralmente os direitos já foram violados, uma vez que as ações na Proteção Social Básica da Política, que caberia executar ações de prevenção, ainda são incipientes. O trabalho análogo ao de escravo se caracteriza por submeter o trabalhador a jornadas exaustivas e demais condições degradantes de trabalho (Brasil, 2003), para além do trabalho preventivo em torno destas condições de trabalho, existem as formas de denúncia quando há o crime tipificado como trabalho análogo ao de escravo, como consta no *site* do Ministério do trabalho e Emprego, indicando o link de acesso para o Sistema Ipê. Esse é definido como um sistema para coleta, concentração e tratamento das denúncias de trabalho em condições análogas às de escravo no território brasileiro (Ministério do Trabalho e Emprego, 2020), possibilitando ainda que as denúncias sejam feitas em 3 idiomas: português, inglês e espanhol. Outra forma

de denúncia é o Disque 100, que aceita denúncias relacionadas aos direitos humanos.

Quanto à rede socioassistencial, a qual inclui a política de assistência social, precisa atuar de forma conjunta em todo território nacional – na perspectiva intersetorial – para que os casos de trabalho superexplorado na forma análoga à de escravo sejam identificados, denunciados e que o resgate a essas vítimas ocorra de forma multiprofissional, amparando os mais diversos danos físicos, psíquicos e morais. Como especificado em documento selecionado para o presente estudo, no formato de cartilha publicada pela Secretaria Nacional de Assistência Social no ano de 2020, quanto aos encaminhamentos das denúncias e quais órgãos da política de assistência social irão ser responsáveis pelo manejo dos casos:

Todos os casos de resgate de trabalho escravo e de tráfico de pessoas devem ser encaminhados ao Órgão Gestor da Assistência Social do município de resgate. Este, por sua vez, deve encaminhar prioritariamente os casos para o PAEFI, devido ao papel deste Serviço no atendimento às situações de violência e violação de direitos. Optou-se por este desenho, pois esta orientação técnica destina-se a todo o Brasil e muitos municípios ainda não possuem CREAS, o que implica a decisão direta da gestão sobre como o atendimento se dará (Brasil, 2020, p. 34).

A política de assistência social possui diferentes abordagens: no âmbito da proteção social básica, e da proteção social especial de média e de alta complexidade, a depender da complexidade da demanda. Na proteção social básica tem como objetivo preservar os vínculos familiares e comunitários estabelecidos e propiciar o amparo necessário para que estes não sejam rompidos. No que se refere à superexploração do trabalhador em condições análogas à de escravo, as práticas são direcionadas a conscientização, tanto para a vítima, quanto para quem possa denunciar. Na proteção social especial de média complexidade, esta fica quase que totalmente detida aos Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, uma vez que esse é a unidade pública estatal responsável pela atenção às famílias e sujeitos em situação de violação de direitos e violência, ofertando obrigatoriamente o PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, onde o trabalhador irá ser acolhido e orientado para se desvincular do ciclo de exploração. Por fim, a proteção social especial de alta complexidade irá acolher o trabalhador em situação de resgate, e o encaminhamento será feito de acordo com a necessidade da vítima: faixa de vulnerabilidade ela está colocada (idoso, criança, mulheres, faixa etária, etc.); e o serviço garantirá a

integridade e segurança da vítima por no mínimo 24 horas após o resgate (Brasil, 2020).

Na cartilha do “2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo”, publicada em 2008, existem algumas especificações quanto às ações de enfrentamento e repressão, além de ações de reinserção e prevenção e seus respectivos órgãos responsáveis. Em suma o Ministério do trabalho e Emprego - MTE é o órgão responsável por fiscalizar, assim como disponibilizar aperfeiçoamento das equipes fiscalizatórias e garantir o repasse financeiro necessário para a realização deste trabalho, mantendo ações contínuas para que existam meios de diagnosticar e intervir em situações análogas à de escravo (Brasil, 2008).

No que tange ao enfrentamento e a repressão da exploração dos empregadores, o MTE segue sendo um dos responsáveis pelos procedimentos pós-conhecimento das condições de trabalho, porém há um maior envolvimento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e dos Municípios onde o crime ocorre. Dentre as práticas de repressão, o Plano Nacional estipula que exista, em todo território nacional, políticas de reinserção do trabalhador ao mercado formal de trabalho, para que este não careça de retornar às condições degradantes de trabalho. Assim como instigar o desenvolvimento de emprego e renda, como corroborar para que toda vítima consiga ter acesso ao programa Bolsa Família e, ainda na abrangência da política de assistência social: “implantar centros de atendimento ao trabalhador nos municípios que são focos de aliciamento e libertação de trabalhadores. Buscar articulação com os centros de referência de assistência social” (Brasil, 2008, p. 20).

Mesmo com a existência do referido Plano Nacional desde 2008, e as especificidades combativas e repressivas ao trabalho análogo ao de escravo, as denúncias podem ser muito incipientes quanto a expressividade de pessoas trabalhando nestas situações no território nacional, por mais que os CRAS trabalhem na perspectiva de orientar o público usuário a identificar, prevenir e denunciar, as medidas preventivas ainda parecem não dar conta de suprir todos os casos existentes no país. Dado os altos índices de desemprego que assolam o território nacional é equivocadamente normalizado que o trabalhador em situação de vulnerabilidade socioeconômica se submeta a condições insalubres, mesmo que estas sejam inconstitucionais e o coloquem em situação equiparada à de escravo.

Em relação à política de assistência social e sua abrangência em atender e prevenir o

trabalho análogo ao de escravo por meio de medidas de enfrentamento preconizadas pelo SUAS, ainda não abrangem todo território nacional e são pouco específicas para o enfrentamento deste crime, atendo-se a medidas que tentam atenuar os danos causados à vítima por meio de acompanhamento psicossocial e reinserção no mercado do trabalho, e estas ações podendo variar de região para região e do nível de complexidade da demanda. Há um histórico de superexploração do trabalhador sem grandes consequências aos seus feitores e sem significativa provisão de proteção diante da seguridade social que pressupõe dispor das políticas da saúde, previdência e assistência social. Logo, configura-se um solo fértil para que o trabalhador se submeta a estas condições degradantes de trabalho e, fatalmente, possa reincidir a estas condições de trabalho em vista de prover a sua subsistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível destacar que o trabalho análogo ao de escravo se configura uma expressão da questão social de significativo impacto na vida da classe trabalhadora, já que no modo de produção capitalista se constitui uma das formas de superexploração do trabalho, que vão desde a falta de pagamento de remuneração até dívidas advindas da locomoção ao trabalho. Além disso, ainda são pouco disseminadas informações que tratem do trabalho análogo ao de escravo de maneira uniforme no país. Identificou-se iniciativas como a dita “lista suja” e o pagamento de três parcelas que visam ressarcir o trabalhador exposto a esta violência, ou seja, há medidas a serem postas em todo território nacional. Medidas estas que possuem ainda mais especificações quanto às ações, órgãos responsáveis e prazo de implementação no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho escravo, mas que ainda assim, encontram dificuldades de articulação com a rede socioassistencial, o que fragmenta a padronização dos serviços de diagnósticos, denúncias e apoio ao trabalhador vítima.

Sendo então um dos objetivos do estudo verificar como a política de assistência abrange os casos de trabalho análogo ao de escravo, assim como trata os danos causados e quais ações preventivas existem, buscou-se algumas ações que fossem implementadas em âmbito nacional, e não apenas ações em regiões específicas, como é o caso do PAI - Programa de Ações Integradas, que ocorre no recorte regional do Mato Grosso e tem a perspectiva de

reabilitar o trabalhador que foi sujeito a essas condições de trabalho a retornar ao mercado de trabalho, e a como não ser reincidente nestes casos. Na abrangência preventiva no nível de atendimento da proteção social básica da política de assistência social, e em nível de suporte a vítima após o resgate de condição de trabalho análogo à de escravo, necessita-se avançar visando que o trabalhador tenha de fato assegurado seus direitos e sejam protegidos, ao ponto de não carecer ser exposto a condições degradante, por meio do fomento a geração de emprego e renda que possibilitem o acesso e a permanência do trabalhador no mercado formal de trabalho, assim como o acesso a benefícios e serviços, como o Programa Bolsa Família.

A penalização dos que contratam trabalhadores e os expõem a condições análogas à de escravo também precisa ser rígida, e de fato penalizar o empregador que submete o trabalhador vítima deste crime. Já que a “lista suja” não parece dar conta de culpabilizar os contratantes ao ponto de que estes não voltem a vitimizar trabalhadores, muito menos, elimina essa forma de exploração de trabalhadores que se encontram diante de um contexto distante de um trabalho protegido. Cabendo, então, o maior aporte financeiro possível aos órgãos fiscalizatórios para que possam diagnosticar situações de trabalho análogo ao de escravo, como também investir na educação da população quanto ao tema, para que saiba como proceder diante dessa superexploração. Além de dispor da seguridade social para que esse articule as políticas da saúde, assistência e previdência social de forma protetiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lorena Neris. **Trabalho análogo à escravidão: algumas considerações sobre a realidade brasileira**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, Maranhão.

Universidade Federal do Maranhão: Centro de Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2019. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1664_16645cca4d382cda0.pdf. Acesso em: 05 de nov. de 2023.

ALVES, Giovanni. **A tragédia de Prometeu: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório**. 1 ed. São Paulo, canal 6 editora: 2016. 304 p.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1 ed. São Paulo, boitempo: 2018. 364 p.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.;

FRIGOTTO, G. (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BARBOSA, Amanda Cardoso. Reflexões sobre a Política de Assistência Social Brasileira: assistencialismo, política social e cidadania. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais – 80 anos de Serviço Social: tendências e desafios, 2016, Belo Horizonte, MG. Disponível: <https://www.cress-mg.org.br/hotsites/4-simposio-mineiro-de-assistentes-sociais?mn=83>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **A política social da seguridade social no Brasil. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p. 323-p.337).

BRASIL. **Código Penal e de Processo Penal**. 3 ed. Brasília. edições câmara, 2022. 268 p.

BRASIL. Lei Nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. **Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo**. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **O Sistema Único de Assistência Social no Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2020. Acesso em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/06/Combate_Trabalho_Escravo_01.06.pdf. Acesso em: 03 de nov. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 03 de nov. de 2023.

BRASIL. Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Disponível em: <http://observatorioescravo.mpt.mp.br>. Acesso em: 05 de nov. de 2023.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/novoplanonacional.pdf>. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Liberdade**, Juiz de Fora, Minas Gerais v.18, n.2, p. 204-226, ago. a dez. / 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18603/9729/77564>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Atualização do Sistema de Denúncia de Trabalho Análogo ao de Escravo e Implementação do Módulo Migrante (Sistema Ipê Trabalho Escravo)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/trabalho-sustentavel/ipe>. Acesso em 18 de nov. de 2023.

SILVA, Ana Claudia Lima da; SILVA, Aida Maria Monteiro. **Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: violação de direitos humanos, impunidade e reincidência**. Revista Direitos, Trabalho e Política Social, 2023, Cuiabá. Universidade Federal de Mato Grosso: Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56267/rdtps.v9i16.15384>. Acesso em: 07 de set. de 2023.

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO IMIGRANTE E REFUGIADA NO BRASIL

Bárbara de Cácia dos Santos Gomes²³

Viviane Isabela Rodrigues²⁴

Resumo: A intensificação contemporânea dos fluxos migratórios faz com que milhares de pessoas de diferentes nacionalidades deixem seus países de origem em busca de melhores condições de vida e de segurança. Na última década o número de imigrantes e refugiados vindos ao Brasil cresceu exponencialmente. Tal realidade tencionou o delineamento de novas agendas à política social brasileira, sobretudo no que tange a garantia dos direitos humanos desses coletivos interpelado por diversas expressões da Questão Social. Desse modo, a presente ensaio de cariz qualitativo, nível exploratório e tipologia bibliográfica buscou identificar como se consolida o atendimento a migrantes e refugiados no âmbito da Política de Assistência Social brasileira contemporânea, e, quais as potencialidades e desafios postos aos serviços, programas e projetos dirigidos a esses coletivos.

Palavras-chave: Imigrantes e Refugiados; Direitos dos Imigrantes e Refugiados; Política Nacional de Assistência social.

Resumen: La intensificación contemporánea de los flujos migratorios hace que miles de personas de distintas nacionalidades abandonen sus países de origen en busca de mejores condiciones de vida y seguridad. En la última década, el número de inmigrantes y refugiados que llegan a Brasil ha crecido exponencialmente. Esta realidad ha llevado al desarrollo de nuevas agendas para la política social brasileña, especialmente en lo que se refiere a la garantía de los derechos humanos de estos grupos que son desafiados por diversas expresiones de la Cuestión Social. Así, este ensayo cualitativo, exploratorio y bibliográfico buscó identificar cómo se consolida la atención a migrantes y refugiados dentro de la Política Brasileña de Asistencia Social contemporánea, y cuáles son las potencialidades y desafíos de los servicios, programas y proyectos dirigidos a estos grupos.

Palabras Clave: Inmigrantes y Refugiados; Derechos de los Inmigrantes y Refugiados; Política Nacional de Asistencia Social.

²³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: barbara.gomes@fsso.ufal.br

²⁴ Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: viviane.rodrigues@fsso.ufal.br

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos muitos países que acolhem imigrantes e refugiados diariamente. Na última década, o número de imigrantes no Brasil tem crescido de forma exponencial. Em busca de melhores condições de vida e até mesmo para refúgio, centenas de pessoas têm se direcionado para o Brasil. De acordo com Cavalcanti, Oliveira e Silva (2021) estima-se que ao final da década de 2010 cerca de 1,3 milhão de imigrantes residiam no Brasil, sendo destes, 53.235 refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro, sendo em sua maioria venezuelanos e haitianos. Dadas às circunstâncias que levaram ao deslocamento destas pessoas de um país para outro, muitos imigrantes são afetados pelas expressões da Questão Social, sobretudo na forma da vulnerabilidade social e econômica.

O crescimento do número de imigrantes e as dificuldades para acessar as políticas e programas sociais têm demandado atuação dos Assistentes Sociais no acolhimento e integração destes usuários junto às políticas sociais e públicas nos diversos municípios e estados brasileiros. Contudo, observa-se a escassez de estudos e de espaços de debates específicos acerca do tema alusivo ao acesso dos imigrantes e refugiados às políticas sociais no Brasil. Desse modo, com o objetivo de investigar sobre o tema é que o presente ensaio retrata nuances do acesso de imigrantes e refugiados a Política Nacional de Assistência Social. A partir de uma pesquisa qualitativa, de nível exploratório e tipologia bibliográfica, ensejou-se através das lentes analíticas do método dialético crítico demonstrar a conjuntura socioeconômica, política e cultural que circunda a população imigrante e refugiada, identificando a totalidade dos processos sociais que os permeiam, tal como será detalhado a seguir.

2. DESENVOLVIMENTO

Desde os primórdios as pessoas se deslocam de um lugar para outro, buscando garantir sua sobrevivência. Nas civilizações antigas os indivíduos deslocavam-se geralmente em grupos, em busca de água, alimento e abrigo. Mediante o processo de evolução humana, as migrações passaram a ocorrer por meio da atração por melhores condições de vida, tais como:

acesso à educação, saúde, cultura e melhores salários; como também, em decorrência de causas mais complexas manifestas nas expressões da Questão social, tal como: a fome, a pobreza, o desemprego, por motivo de guerras, perseguições políticas e religiosas, vítimas de genocídios, em decorrência de catástrofes naturais e etc. Segundo Góes (2018, p.67) “Quem migra é aquele que se vê despossuído de mecanismos de sobrevivência em sua terra de origem: são forçados a deixar tudo para trás e tentar outra vida a partir de um projeto migratório, muitas vezes gestado durante anos.”.

A crise global de 2008, considerada por grandes economistas e estudiosos como o maior desastre econômico desde a Grande Depressão de 1929, atravessou continentes e desencadeou no aumento do desemprego, na falência de diversas instituições financeiras, no aumento da desigualdade social, na redução do salário dos trabalhadores, dentre outras consequências. De acordo com Santos (2018, p.2) esse cenário teve como resultado “[...] um aumento das migrações voluntárias e forçadas, que empurrou para fora dos países em desenvolvimento pessoas dispostas a vender sua mão-de-obra para além dos territórios nacionais.”. Sendo assim, as expressões da Questão Social que interpelam imigrantes e refugiados agravam-se continuamente, diante da intensificação dos fluxos migratórios, requerendo respostas do Estado para provimento da proteção social e garantia de direitos humanos.

É esta seara que evidencia a necessidade do desenvolvimento de ações atreladas aos sistemas de proteção social que facilitem o acesso desses coletivos às políticas públicas, tais como saúde, educação, habitação, cultura, lazer e segurança, assim como, às políticas sociais brasileiras, sobretudo a Política Nacional de Assistência Social, que dispõe de serviços e programas destinados ao enfrentamento das expressões da Questão social, dos quais imigrantes e refugiados possuem direito de total acesso.

Diante do exposto, para se analisar os princípios e as diretrizes fundantes da Política Nacional de Assistência Social no Brasil, cabe situarmos a concepção de política social ora retratada. Compreende-se que as Políticas Sociais mostram-se como respostas e alternativas adotadas pelo Estado no que concerne à minimização das expressões da Questão social, diante do tensionamento interposto pela luta de classes, representando o binômio *conquista X*

concessões. Posto isto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) exerce um papel de suma importância para a efetividade da assistência social como política pública brasileira.

Em respeito à historicidade desta política, inicialmente, a Constituição Federal de 1988 instituiu a seguridade social brasileira, sendo elucidado no artigo 194 que é papel da seguridade social, por intermédio de ações e políticas sociais, assegurar a viabilização dos direitos alusivos “[...] à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988). Desse modo, com vistas a embasar os serviços, ações, programas e projetos que consolidam a assistência social, foi instituída a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, intitulada de Lei Orgânica Da Assistência Social (LOAS), a partir da qual a assistência social se inseriu enquanto política social de seguridade social não contributiva, sendo direito de todo cidadão e dever do Estado, cujo objetivo é garantir que a sociedade tenha acesso ao mínimo necessário para garantir sua subsistência, por meio de ações de iniciativa pública, assim como, da sociedade. (BRASIL, 1993).

Em se tratando dos objetivos da assistência social, a LOAS apresenta:

- I - A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos [...];
- II - A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e
- III – A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (BRASIL, 1993).

Assim sendo, a LOAS tornou oportuna a tentativa de rompimento com o histórico assistencialista, patrimonialista, clientelista e punitivista que impregnava as ações assistenciais direcionadas ao enfrentamento das expressões da Questão social. No entanto, contraditoriamente, nos dias atuais ainda é possível reconhecer ações assistencialistas difundidas equivocadamente no âmbito da assistência social. Yazbek (2008) pontua que a LOAS se tornou uma lei que possibilita a defesa e atendimento dos interesses e necessidades da população mais vulnerável, se caracterizando enquanto método de combate às expressões da Questão social, tal como a pobreza, a discriminação e a subalternidade econômica, cultural e política. (YAZBEK, 2008).

Após a realização de fóruns e debates que visavam à estruturação da assistência social de maneira participativa e descentralizada, foi criada em 1998 a primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS), porém, esta permaneceu como medida provisória até o ano de 2004, quando como consequência das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência, realizada em de 2003, foi finalmente aprovada, buscando incorporar as demandas da sociedade e tornar claras as diretrizes para efetivação da assistência social enquanto direito, de maneira que seja possível enxergar a realidade dos usuários mediante a dimensão ética de inclusão dos “invisíveis”, dos que foram tidos como casos individuais, quando são parte de uma coletividade interpelada pela Questão social (BRASIL, 2005).

Configurada mediante a perspectiva socioterritorial, a PNAS assegura maior alcance de usuários em situação de vulnerabilidade e risco social, sejam famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual, pessoas excluídas em razão da pobreza, pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, pessoas que sofrem ou sofreram diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos, dentre outros. (BRASIL, 2005).

Destarte, os princípios democráticos da PNAS elucidam a igualdade e equivalência de direitos no acesso ao atendimento e serviços, de maneira que não haja discriminação alguma, assim como, em sua segunda diretriz é mencionado que deve haver a participação da população através das organizações representativas nas formulações de políticas e no controle social das ações (BRASIL, 2005). Posto isto, compreende-se que a PNAS foi um grande marco no que se refere ao acesso dos usuários aos seus direitos, uma vez que os seus princípios e diretrizes pautam-se na promoção de serviços, programas e projetos de proteção social para todo aquele que deles necessitam, sem discriminação.

Ademais, a IV Conferência Nacional de Assistência Social exerceu um papel significativo para a efetividade da assistência social, assim como, para a construção e implementação de um sistema que respaldasse a proteção social. Após anos de lutas dos movimentos sociais que buscavam findar com o assistencialismo conservador enraizado há décadas no Brasil, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no ano de

2005, com a finalidade de gerir e organizar as demandas relacionadas à Assistência Social, no que concerne às proteções afiançadas.

As proteções afiançadas são direcionadas à proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice, à crianças e adolescentes carentes, como também, direcionadas à integração de pessoas no mercado de trabalho, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, devendo garantir, de acordo com a PNAS (BRASIL, 2005, p.40) “[...] segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de acolhida.”. Neste sentido, tais proteções são subdivididas em dois níveis de complexidade para sua operacionalização, sendo tais a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Quadro 1: Serviços ofertados na Proteção Social Básica.

Serviços	Funcionalidade
Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)	Prestação continuada de ações socioassistenciais, realizadas através do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, objetivando a prevenção do rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, buscando garantir o direito à convivência familiar e comunitária.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Realização de atendimentos em grupo, por meio de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, visando fortalecer as relações familiares e comunitárias, assim como, promover a integração e a troca de experiências entre os usuários.
Serviço de Proteção Social Básica no domicílio	Destinado às pessoas idosas e com deficiência, este serviço promove o acesso e inclusão social dos usuários.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Serviços e Informações do Brasil (BRASIL, 2023).

Ademais, a Proteção Social Básica tem como principal equipamento de operacionalização da política o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), “a existência do CRAS está estritamente vinculada ao funcionamento do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que constitui condição essencial e indispensável para o funcionamento do CRAS”.

No que concerne à Proteção Social Especial, esta se destina aos casos em que houve violação de direitos. Divide-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade.

Quadro 2: Serviços ofertados na Proteção Social Especial.

Serviços ofertados na Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviços ofertados na Proteção Social Especial de Alta Complexidade
PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti; Programa Liberdade Cidadã.	Acolhimento Institucional para: crianças, adolescentes, jovens, famílias, mulheres em situação de violência, pessoas com deficiência e pessoas idosas; Acolhimento em Repúblicas para: jovens, adultos e pessoas em processo de saída de rua; Acolhimento em Família Acolhedora para: criança e adolescente; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências para: famílias e indivíduos; Programa Crescer em Família.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pelo Governo do Estado do Paraná (2023).

Sendo os principais equipamentos de operacionalização da política o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no qual são realizados todos os tipos de atendimento direcionados a pessoas que tiveram direitos violados, de maneira articulada com o sistema de garantia de direitos e o Centro POP, que é a unidade de referência para pessoas em situação de rua. Em se tratando de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, estes são identificados por meio de busca ativa do SEAS, como também, através da busca de serviços pelo próprio usuário. Após identificação dos usuários é realizado o registro na instituição e uma entrevista na qual são identificadas as necessidades do usuário, assim como, se há a necessidade de encaminhamento para outros órgãos e serviços. (OIM, 2018).

De acordo com o Guia de orientação para os escritórios regionais do Governo do Paraná em parceria com a Secretaria da Justiça, Trabalho e Família (SEJUF), intitulado “Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na Modalidade Casa de Passagem Regionalizada” (2021), no ano de 2021, no Estado do Paraná, haviam 72 unidades cadastradas

como Acolhimento para Adultos e Famílias na modalidade Casa de Passagem, das quais apenas três eram destinadas apenas a imigrantes e refugiados.

Tendo em vista o atendimento ao coletivo imigrante e refugiado, no ano de 2021 a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo divulgou um edital de chamamento público direcionado à seleção de propostas para efetivação de República para Migrantes estrangeiros, refugiados e vítimas do tráfico de pessoas. No edital é mencionado que o serviço é destinado a este coletivo mediante situação de vulnerabilidade, no qual o tempo de permanência previsto será de 90 dias, podendo se estender até 180 dias, mediante estudo dos casos. (SEDS-SP, 2021).

Diante do exposto, cabe a análise de como a PNAS preconiza o atendimento a imigrantes e refugiados no Brasil através de serviços, programas e projetos. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem como um de seus objetivos “Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.” (BRASIL, 2005, p. 34). Assim sendo e partindo do princípio “[...] Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.” (BRASIL, 2005, p. 32), compreende-se que, tal qual o brasileiro nato, a população imigrante e refugiada possui o direito de acesso a serviços, programas e benefícios sociais garantidos pela PNAS. Estando estes coletivos distantes de seus países de origem e, muitas das vezes, enfrentando as mais diversas expressões da Questão social, a procura pelos serviços socioassistenciais, assim como, benefícios e programas de transferência de renda ofertados pelo governo têm aumentado substancialmente.

De acordo com o Guia “O Papel da Assistência Social no Atendimento a Migrantes” (BRASIL, 2016), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece serviços em rede para usuários imigrantes e refugiados, tendo como base a proteção social básica e especial (de média e alta complexidade), sendo o atendimento aos migrantes garantido em todos os níveis de proteção, de acordo com as demandas apresentadas. Para acessar os serviços, programas e projetos assistenciais garantidos pela PNAS, é imprescindível a inscrição no Cadastro Único para

Programas Sociais – CadÚnico, cujo cadastro, recadastro, atualização cadastral e desbloqueio, podem ser realizados no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) mais próximo do usuário.

De acordo com os dados do OBMigra (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021), no ano de 2020 cerca de 205.643 imigrantes estavam inscritos na base do CadÚnico. A inscrição no CadÚnico não garante o acesso aos serviços, programas e benefícios, no entanto, o usuário só pode acessá-los mediante a inscrição e atualização do cadastro, sendo estas um pré-requisito. Ao inscrever-se, assim como o brasileiro nato, a população imigrante e refugiada poderá acessar programas e benefícios, como o Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílios Emergenciais, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros.

Além disso, no ano de 2020, 44% das famílias inseridas no Programa Bolsa Família eram compostas por imigrantes ou refugiados, segundo o OBMigra (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021). O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda viabilizado através da articulação entre diferentes políticas públicas, como a assistência social, esporte, ciência e trabalho, visando o rompimento com a pobreza, assim como, a superação social dos usuários (BRASIL, 2023), no qual as famílias cadastradas devem receber o valor mínimo de R\$ 600 (seiscentos reais), sendo necessário para ingresso no programa possuir renda mensal por pessoa de até R\$ 218 (duzentos e dezoito reais). Estão inseridos no programa os seguintes benefícios:

Quadro 3: Benefícios inseridos no Programa Bolsa Família

Benefícios	Informações
Benefício de Renda de Cidadania	Benefício no valor de R\$ 142 por pessoa, disponibilizado para todos os componentes da família.
Benefício Complementar	Benefício disponibilizado às famílias caso o Benefício de Renda de Cidadania não seja o bastante para alcançar o valor mínimo de R\$600 por família.
Benefício Primeira Infância	Benefício no valor de R\$ 150 por criança que possua idade entre 0 (zero) e 6 anos.
Benefício Variável Familiar	Benefício disponibilizado às famílias que possuam gestantes e/ou crianças, com idade entre 7 (sete) e 12 (doze) anos incompletos e/ou adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos

	em sua composição, sendo pago o valor de R\$ 50 por pessoa que cumpra algum destes critérios.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas na Cartilha Bolsa Família (BRASIL, 2023).

Ademais, o OBMigra (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021) acrescenta que em 2020, 21% das pessoas inseridas no benefício de Tarifa Social de Energia Elétrica eram imigrantes ou refugiados. A Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) é um desconto disponibilizado pelo Governo Federal aplicado nas contas de energia. Tem direito a este benefício famílias de baixa renda que possuam inscrição no CadÚnico ou que tenham em seu núcleo familiar algum beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC). (BRASIL, 2019). Além disso, neste mesmo ano 4% dos beneficiários do BPC eram pessoas imigrantes ou refugiadas. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021). O BPC está garantido por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e é destinado à pessoa idosa (igual ou superior a 65 anos), como também a pessoa com deficiência (deficiência que cause impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo) independente de idade, sendo garantido o pagamento no valor de um salário mínimo/mês. (BRASIL, 2019).

No que se refere ao BPC, através de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a condição de imigrante ou refugiado não impede o recebimento do BPC, no entanto, não há previsão legal para tal concessão, podendo o INSS negar tal solicitação. Atualmente, está em trâmite o Projeto de Lei 2328/2021, apresentado no dia 25/06/2021, sob autoria do Deputado federal Eduardo Barbosa, cuja ementa “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993²⁵, para identificar expressamente os destinatários do benefício de prestação continuada.” (BRASIL, 2021).

O Projeto de lei visa tornar o benefício mais transparente e defende que imigrantes e refugiados tenham acesso ao BPC, desde que sejam cumpridos os requisitos constitucionais legais para a concessão. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), “São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício às inscrições no Cadastro

²⁵ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: Lei Orgânica Da Assistência Social – LOAS, a qual regulamenta a assistência social, assim como, estabelece normas e critérios para organização da mesma.

de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), conforme previsto em regulamento.” (BRASIL, 1993).

Todos os serviços, benefícios e programas citados anteriormente podem ser acessados por esse público no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) mais próximo, sendo este a porta de entrada para acesso aos serviços assistenciais. Assim sendo, compreende-se que tal qual o brasileiro nato, a população imigrante e refugiada tem direito aos mais diversos programas, benefícios e serviços garantidos pela PNAS, porém, diante das características estruturais da sociedade capitalista de seletividade de acesso aos direitos condicionadas à classe social, cor, etnia etc., até que ponto esses benefícios são garantidos? Quais as probabilidades de que este coletivo consiga acessar os direitos garantidos junto a PNAS/SUAS?

Dadas às particularidades deste coletivo e diante da expressiva limitação dos gastos públicos, a viabilização destes direitos via SUAS tem sido cada vez mais morosa. O guia *O Papel da Assistência Social no Atendimento a Migrantes*” (BRASIL, 2016) aponta que um dos desafios para a oferta de serviços, programas e projetos para imigrantes e refugiados na rede socioassistencial é sistematizar a demanda dos imigrantes e refugiados no rol dos serviços que são disponibilizados pela rede, através da utilização de metodologias que atendam às especificidades deste coletivo sem que haja discriminação ou segregação no atendimento.

Tal fato reforça a necessidade de conhecer e compreender a demanda de imigrantes e refugiados que estão inseridos nos programas e projetos assistenciais e que utilizam os equipamentos do SUAS, monitorando a evolução destes atendimentos, para que sejam construídas e implementadas ações que atendam as particularidades deste público e, eventualmente, sejam redesenhadas ações já existentes buscando maior eficiência nos atendimentos e maior alcance dos serviços ofertados.

Diante disso, é comum que os governos estaduais e municipais criem conselhos, comitês, grupos de trabalho e demais ações voltados para a articulação de políticas públicas, assim como, para a eficácia destas na garantia de direitos dos imigrantes e refugiados residentes no Brasil. São alguns dos conselhos e comitês brasileiros direcionados para a garantia de direitos

de imigrantes e refugiados: Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM/RJ); Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes no Estado de Paraná (Cerm); Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (Cerma); Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul (Comirat-RS); Comitê Nacional para os Refugiados (Conare); Comitê Estadual para Refugiados (CER); Comitê Municipal Intersetorial de Atenção aos Migrantes.

A existência de comitês e conselhos destinados a esta população são de suma importância uma vez que são uma forma de organização/ resistência frente às expressões da Questão social para tencionar o poder público, assim como, influenciam no aumento de políticas públicas locais direcionadas para imigrantes e refugiados de modo que sejam eficazes e alcancem o maior número de usuários possíveis.

Além disso, outro desafio pontuado pelo guia O Papel da Assistência Social no Atendimento a Migrantes (BRASIL, 2016) para o atendimento de imigrantes e refugiados são as barreiras linguísticas, que acabam por dificultar a prestação dos serviços socioassistenciais em todos os níveis de proteção. Posto isto, uma forma de maior eficácia nos atendimentos e alcance dos serviços socioassistenciais se dá através da qualificação dos profissionais que atuam no SUAS, podendo estas qualificações ocorrerem por meio de ações de capacitação do CapacitaSUAS²⁶. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o CapacitaSUAS “[...] contempla ações de capacitação e formação, de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, que devem impactar na carreira do trabalhador do SUAS, além de potencializar e dar visibilidade a novas práticas profissionais.” (BRASIL, 2019). As capacitações profissionais podem inserir as demandas e particularidades identificadas no dia a dia dos atendimentos dos usuários imigrantes e refugiados, a fim de que sejam disponibilizadas estratégias e métodos de atendimento e qualificação dos profissionais para que sejam mais eficazes diante deste contexto, seja pela oferta de cursos de línguas para

²⁶ Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) cujo objetivo é assegurar a oferta de formação e capacitação perene para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS. (BRASIL, 2019).

os profissionais que atuam diretamente com estes usuários e até mesmo pela contratação de profissionais imigrantes e/ou refugiados.

Como exemplo, o documento “MIGRACIDADES: Governança Migratória Local” (OIM, 2020), elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) cita um Protocolo de Assistência a Migrantes em situação de vulnerabilidade, criado na cidade de Foz do Iguaçu, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com a finalidade de combate ao tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes por meio da coordenação e cooperação com os profissionais atuantes na assistência a imigrantes. O Protocolo reforça o acesso dos imigrantes e refugiados aos serviços de assistência, detalhando as ações e encaminhamentos, tais como, a locais de abrigo e acomodação, inserção no mercado de trabalho, assistência legal, reintegração e documentação, dentre outros. (OIM, 2018). Outro exemplo de ação trazido no documento MIGRACIDADES (OIM, 2020) aconteceu na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, em que ocorreu a contratação de imigrantes em seus serviços. As contratações foram feitas para facilitar o acesso de imigrantes às políticas assistenciais, assim como, educacionais, uma vez que estando estes na linha de frente dos serviços, acabam por facilitar a divulgação de informações para os demais grupos de imigrantes e refugiados da região. (OIM, 2020).

Em se tratando dos limites para a realização dos serviços socioassistenciais no atendimento de imigrantes e refugiados residentes no Brasil, muitos profissionais se deparam com entraves no que concerne às particularidades deste coletivo, que muitas das vezes ocasionam dificuldades de compreensão das demandas apresentadas pelo usuário. Sendo assim, há a necessidade, assim como, a possibilidade de aprendizagem de novos idiomas para melhor comunicação com o usuário e compreensão das demandas, como também, há a premência de criação de novas metodologias de trabalho dos profissionais, de maneira que seja ofertado um serviço estruturado e de qualidade respeitando a cultura e particularidade dos usuários imigrantes e refugiados. Estes entraves acabam por evidenciar a desqualificação de algumas redes de serviços, principalmente quando se trata de municípios pequenos, em que a demanda de usuários imigrantes e refugiados não é tão numerosa e, sendo assim, não

corroboram com a criação de unidades de atendimento exclusivas para este coletivo. (GOVERNO DO PARANÁ, 2021).

Um entrave que se destaca e permeia o firmamento da Assistência Social como direito, não se limitando a um desafio particular do atendimento de imigrantes e refugiados, é, de acordo com Paula (2013, p. 98), que a Política de Assistência social é “[...] uma política que lida com aspectos relacionais da vida social, e, que como tal, encontra dificuldades de ser acolhida no escopo da gestão pública quando o paradigma predominante não é o do pluralismo, mas sim da razão instrumental.”.

Em síntese, ainda são grandes os limites para a oferta dos direitos humanos e sociais junto a PNAS/SUAS, uma vez que, dado o espaço de disputa de interesses de classes antagônicas, os serviços assistenciais disponibilizados pela PNAS e SUAS acabam não alcançando todo aquele que deles necessita. Entretanto, os conselhos, comitês e ações ora citadas anteriormente, contribuem para que uma pequena parcela de imigrantes e refugiados afetos pela Questão social tenham acesso pleno aos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), assim como, atuam como vetor de correlação de forças/tensionamento pela visibilidade das necessidades sociais e direitos destes coletivos. Diante do alto índice de imigrantes e refugiados que têm se direcionado para o Brasil na última década e levando-se em consideração os limites que integram as condições objetivas de atuação do Assistente Social, tais ações corroboram com possibilidades de extensão das políticas sociais através do tensionamento produzido por esses comitês para o reconhecimento e ampliação dos direitos destes coletivos que, em muitos dos casos, buscam no Brasil melhores condições de vida e de trabalho.

Para além dos entraves ora mencionados, a promoção e garantia dos direitos humanos e sociais de imigrantes e refugiados junto à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem sido cada vez mais comprometidas, dado o cenário de desfinanciamento constante das políticas e ações socioassistenciais que implica na indisposição de condições objetivas para a realização do trabalho profissional dos Assistentes Sociais nos espaços de atendimento deste coletivo, demonstrando, assim, a nítida distinção acerca do que é estabelecido normativamente pelo SUAS e PNAS.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista a realidade de deslocamento em busca de melhores condições de vida, moradia e estudo, imigrantes e refugiados se deslocam de seus países de origem, muitas das vezes de maneira forçada, mediante situações de extrema pobreza, desigualdade social, fuga da fome e demais condicionantes que perpassam questões políticas e econômicas, sendo mais precisamente a agudização das manifestações da Questão social o motivo propulsor dos fluxos migratórios na atualidade. Tendo em vista que os movimentos migratórios são processo situados na própria estrutura produtiva e na ordem sociometabólica estabelecida pelo capital, as expressões da Questão social ora mencionadas estão inteiramente atreladas à contradição que cerca o modo de produção capitalista, uma vez que na mesma proporção em que se aumenta a capacidade de produção de riquezas, aumenta-se também a concentração de renda e a pobreza, sendo tal um dos principais motivos que levam aos movimentos migratórios.

Contudo, mesmo num novo país as expressões da Questão Social ainda percorrem a vida dos imigrantes e refugiados. O desemprego ou acesso a trabalhos precários, o não acesso à moradia e educação, a xenofobia, o racismo, a aporofobia e demais violências estruturais da sociedade contemporânea evidenciam o negligenciamento dos direitos humanos e sociais do coletivo imigrantes e refugiados. Considerando os 205.643 imigrantes e refugiados cadastrados na base do CadÚnico no ano de 2020 que acessam programas e benefícios, como o Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílios Emergenciais e Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, no decorrer desta pesquisa foi possível visualizar expressamente o papel significativo dos serviços consolidados pelo SUAS e a importância da realização de ações atreladas aos sistemas de proteção social que facilitem o acesso deste coletivo às políticas socioeconômicas, com a finalidade de minimizar a vulnerabilidade socioeconômica e as demais expressões da Questão social que os circundam.

Pautando-se na igualdade e equivalência de direitos no acesso ao atendimento e serviços, de maneira que não haja discriminação alguma, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio das proteções afiançadas possibilita um maior alcance de usuários

em situação de vulnerabilidade e risco social, entretanto, a contradição expressiva que perpassa a assistência social por meio de práticas assistencialistas de cunho filantrópico frente às demandas sociais, impactando desfavoravelmente os serviços consolidados pelo SUAS. É notável a grande dificuldade de acesso aos sistemas de proteção social e às políticas sociais pela própria população nativa brasileira, principalmente diante do cenário de minimização do Estado diante das políticas sociais e de recorrentes contrarreformas pautadas no primado neoliberal que incide na ameaça de desmonte constante que permeia o SUAS e a PNAS. É com base neste cenário que a sociedade civil tem se organizado através de comitês e conselhos para atuarem como vetores de correlação de forças/tensionamento pela visibilidade das necessidades sociais e direitos dos imigrantes e refugiados do Brasil.

Dito isto, foi possível concluir que, embora estejam amparados por legislações específicas que visam assegurar seus direitos, imigrantes e refugiados também podem recorrer aos demais direitos humanos e assistenciais, tal qual o brasileiro nato. Contudo, a previsão normativa não assegura a viabilização dos direitos e o acesso aos serviços garantidos junto à PNAS, mas possibilita que ao menos uma parcela dos imigrantes e refugiados afetados pelas expressões da Questão social consigam ter alguns dos seus direitos viabilizados. Entretanto, diante da notável depreciação dos direitos sociais influenciada pelo desmonte que tem permeado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, consequentemente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) manifesta-se o seguinte questionamento: Quais são as estratégias do Estado brasileiro adota para ampliar e qualificar as políticas socioassistenciais de maneira a reconhecer o valor intrínseco de cada indivíduo frente à demanda cada vez mais crescente de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

Logo, diante da certa invisibilidade de dados oficiais que acabaram por dificultar o aprofundamento desta pesquisa e da escassez de estudos e de espaços de debates específicos acerca do tema alusivo, espera-se que os elementos destrinchados no decorrer deste trabalho contribuam para os próximos estudos acerca desta temática, como também, sirvam de subsídio para o trabalho do Assistente Social no que concerne a sua atuação frente aos usuários imigrantes e refugiados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CapacitaSUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social** – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS - Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. **O Papel da Assistência Social no Atendimento a Migrantes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Projeto de Lei 2328/2021. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para identificar expressamente os destinatários do benefício de prestação continuada**. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2034151&filename=PL%202328/2021. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-1>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e

Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 14 jun. 2022.

GOES, Alisson. A cultura do capitalismo e as migrações internacionais contemporâneas. **Sinais - Revista de Ciências Sociais**, Espírito Santo, v. 22, n. 1, p. 63-79, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/19311>. Acesso em: 19 jun. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Serviço de Acolhimento Institucional**. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), Alagoas, 2023. Disponível em: social/gerencia-da-protecao-social-especial/alta-complexidade/servico-de-acolhimento-institucional. Acesso em: 13 jun. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Chamamento Público: República para Migrantes estrangeiros, refugiados e vítimas do tráfico de pessoas**. Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/chamamento-publico-republica-para-migrantes-estrangeiros-refugiados-e-vitimas-do-trafico-de-pessoas/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GOVERNO DO PARANÁ. **Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na Modalidade Casa de Passagem Regionalizada: Com Foco em Migrantes e Refugiados (demanda de município Pequeno Porte e Determinação Judicial)**. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). Curitiba, 2021. Disponível em: https://www.ceas.pr.gov.br/sites/ceas/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/guia_fluxo_casa_de_passagem_regionalizada_-_25.03.2021.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

GOVERNO DO PARANÁ. **Serviços de Proteção Social Especial**. Secretaria do Desenvolvimento Social e Família. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Servicos-de-Protecao-Social-Especial>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime; fundo das nações unidas para a infância; secretária extraordinária de direitos humanos e relação com a comunidade. **Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade**. Secretária Municipal de Assistência Social. Foz do Iguaçu, PR, 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLO-ACT/OIM_Protocolo_1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **MIGRACIDADES: Governança Migratória Local**. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: [Folder-Migracidades-8-Versao-Web.pdf](#). Acesso em: 03 ago. 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

PAULA, R. F. S. Assistência Social: direito público e reclamável. In: COLIN, D. R. A. et al. (Org.) **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2013. p. 88-99. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/20anosLOAS.pdf. Acesso em 12 ago. 2023.

SANTOS, Tathiana Costa dos. Refúgio e assistência social: os limites da proteção no município do Rio de Janeiro. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20084>. Acesso em: 20 nov. 2022.

YAZBEK, C. M. Estado e Políticas Sociais. **Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2017/03/Carmelita-Yazbek.pdf>. Acesso em 10 jun. 2023

A PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E A INFERÊNCIA NEOLIBERAL DAS AGÊNCIAS MULTILATERAIS DO DESENVOLVIMENTO

Viviane Isabela Rodrigues²⁷

Resumo: Os países da América Latina adotaram e prosseguem adotando a matriz neoliberal, direcionando suas políticas econômicas e políticas sociais às pautas do desenvolvimento econômico internacional, compactuadas com economias centrais e com agências multilaterais do desenvolvimento, endossando a posição periférica dessa região e distanciando-se, paulatinamente, das lutas sociais. Esse cenário impõe desafios de grande monta a despreterida proteção social, sobretudo na cena contemporânea, onde a conjunção de forças ultraneoliberais e neofacistas se manifestam na cena política e social. Desse modo, o presente ensaio teórico, de cariz qualitativo, nível exploratório e tipologia bibliográfica, parte do método dialético crítico para analisar de que forma as inferências neoliberais difusas pelas agências multilaterais do desenvolvimento impactaram e impactam a proteção social da América Latina.

Palavras-chave: Proteção Social; América Latina; Agências Multilaterais; Neoliberalismo.

Resumen: Los países latinoamericanos han adoptado y continúan adoptando la matriz neoliberal, orientando sus políticas económicas y sociales hacia las directrices internacionales de desarrollo económico, en acuerdo con las economías centrales y los organismos multilaterales de desarrollo, refrendando la posición periférica de la región y distanciándose progresivamente de las luchas sociales. Este escenario plantea grandes desafíos a la desprotección social, especialmente en el escenario contemporáneo, donde la combinación de fuerzas ultraliberales y neofascistas se manifiestan en la escena política y social. Este ensayo teórico, cualitativo, exploratorio y bibliográfico, utiliza el método dialéctico crítico para analizar cómo las inferencias neoliberales difundidas por las agencias multilaterales de desarrollo han impactado y continúan impactando la protección social en América Latina.

Palabras Clave: Protección social; América Latina; Agencias multilaterales; Neoliberalismo:

1. INTRODUÇÃO

O delineamento assumido pela proteção social latino-americana nas últimas três décadas possui estreita relação com a inferência das recomendações das agências multilaterais de desenvolvimento para a região. Tendo como ponto de partida as caracterizações gerais da

²⁷ Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: viviane.rodrigues@fsso.ufal.br

proteção social a discussão em voga se caracteriza como um ensaio de cariz qualitativo, nível exploratório e tipologia bibliográfica que enseja problematizar a partir das lentes analíticas do método dialético crítico de que maneira as recomendações internacionais de cunho neoliberais incidiram no delineamento das políticas sociais no contexto de capitalismo dependente impedindo o avanço das políticas sociais universais direcionadas a classe trabalhadora da América Latina.

2. DESENVOLVIMENTO

A região latino-americana no último quartel do século XX possibilitou o aumento significativo dos escopos de proteção social, especialmente no território de países que se redemocratizavam após a superação de regimes ditatoriais. A ampliação destes lastros protetivos superou a características histórica de políticas assistenciais e unicamente centradas no trabalhador formal, tendo redimensionada a atuação dos Estados e governos, alinhando-os às promessas civilizatórias cidadãos e democráticas.

Contudo, o avanço do modo produtivo capitalista ao suscitar a homogeneidade dos padrões de produção e consumo, determinou a decadência do “estatismo”, a qual é percebida mediante a intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos coadunada à unificação financeira e monetária, a qual, inevitavelmente desencadeou a perda de autonomia dos Estados. Tal perda é perceptível através da redução da efetividade das políticas econômicas e da precarização das políticas sociais. É diante destas bases que se instaura a crise do Estado capitalista, a qual teve como resposta teórica e ideológica as teses monetaristas e neoliberais. Ambas passaram a nortear mundialmente as políticas econômicas (SOARES, 2009).

Inegavelmente, a recondução da atuação do Estado nos tempos de intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos sob a regência dos princípios teóricos neoliberais é perceptível. Tais movimentos acrescidos da histórica condição de dependência econômica latino-americana (denunciada por Ruy Marini) e das frágeis experiências democráticas dessa região, acenam a um cenário preocupante, especialmente no

que tange à preterida proteção social.

Sob tal prisma, situar as imbricações existentes entre o avanço das orientações neoliberais e os redesenhos assumidos pela proteção social, pressupõe resgatar os enlaces históricos que possibilitaram a ampliação da matriz teórica neoliberal diante da ação do Estado, assim como, a construção de uma racionalidade neoliberal que passou a impregnar a conduta dos governantes e governados, na América Latina e no mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). Dentre os marcos históricos que possibilitaram o avanço do neoliberalismo, situam-se o enfraquecimento do *Welfare State* nos países centrais e a crise do *petróleo* aguçada na década de 1970.

O alastramento da matriz teórica neoliberal ocorreu em momentos alternados no contexto europeu. O primeiro país capitalista a implementar medidas neoliberais foi a Inglaterra, diante do pleito de Margaret Hilda Thatcher no ano de 1979. Em meados de 1980, Ronald Wilson Reagan, ao assumir o governo dos Estados Unidos, também adotou o neoliberalismo como matriz teórica das ações do Estado. Contudo, as orientações neoliberais e os ajustes decorrentes não foram efetivados da mesma forma entre países centrais e periféricos, visto que os primeiros “transferiram sua crise para a periferia via dívida externa, mantendo protegidas suas economias” (SOARES, 2009, p. 14).

A esse respeito, o deslocamento do ônus das crises das economias centrais aos países periféricos se trata de uma prática desnudada pela Teoria da Dependência pelo conceito de transferência de valor e do intercâmbio desigual. Nessa perspectiva, o capitalismo, portanto, nunca foi tão capitalista e suas contradições nunca foram tão explícitas (BEHRING, 2007). Em acréscimo, situando a problemática o neoliberalismo como a razão (ainda contemporânea) do capitalismo, pode-se afirmar que “O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

A respeito da inferência da matriz neoliberal nas políticas econômicas e sociais, observa-se que as respostas ofertadas pelo neoliberalismo versaram sobre a reestruturação produtiva, o ajuste fiscal e o fomento da financeirização econômica (abertura e flexibilidade dos mercados). Ambos os fatores resultaram em um novo estágio de globalização, cujas contradições do mundo do capital e diferenças econômicas e sociais entre o centro e a

periferia foram intensificadas. Nesse sentido, inaugura-se um novo ciclo de expansão da taxa de lucros em um contexto de fragilidade dos trabalhadores com um custo social alto (BEHRING, 2007).

Assim, a adoção da matriz teórica neoliberal nos países latino-americanos diante das suas políticas econômicas ocorreu sob a influência direta das agências multilaterais de desenvolvimento, especialmente pelo FMI e BM. Para compreender as amarras econômicas e políticas que aproximaram as economias da América Latina do poder econômico das economias centrais, torna-se necessário situar o contexto histórico constitutivo de tais agências e sua aproximação com o neoliberalismo.

O surgimento das agências multilaterais de desenvolvimento remonta ao contexto histórico posterior a II Guerra mundial, mediante a liderança imperialista assumida pelos Estados Unidos (EUA) na cena mundial, devido à sua condição de vencedor nesse embate bélico. Assim, a partir da conferência de Bretton Woods realizada no ano de 1944 (em New Hampshire, Estados Unidos), acordou-se o fim do lastro do ouro e a eleição do dólar americano, como moeda de referência nas relações comerciais internacionais, devendo ter lastreado em ouro as suas emissões²⁸. Tal posição conferiu aos norte-americanos o protagonismo diante dos grandes impérios econômicos. Desse acordo foram criados no ano de 1945 o Banco Mundial (BM²⁹)³⁰ e o Fundo Monetário Internacional (FMI³¹), com o intento de prover o financiamento as economias atingidas pelas guerras e enquanto via de garantia à estabilidade monetária mundial.

O FMI despontou internacionalmente como a agência multilateral de desenvolvimento responsável pela promoção da cooperação monetária global dirigida à garantia da estabilidade financeira, à facilitação do comércio, à promoção de altos níveis de emprego e ao crescimento econômico sustentável³². Já o Banco Mundial se apresenta como uma organização voltada a

²⁸ A esse respeito, os EUA abandonaram unilateralmente a regra de conversão do dólar em ouro no ano de 1971.

²⁹ Mantém-se pela captação de recursos no mercado financeiro internacional.

³⁰ Criou-se também o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) vinculado ao Banco Mundial tornando-se responsável por prover o financiamento dos países em desenvolvimento.

³¹ Mantém-se pela contribuição de seus 189 países-membros.

³² Informação oficial das Nações Unidas do Brasil, 2019. Situam-se também neste sítio a explicitação das três missões institucionais, a qual versa sobre o **monitoramento do sistema monetário internacional; empréstimos aos países-membros** e provimento de **capacitação** (auxilia os países-membros a desenhar e implementar políticas econômicas que promovam a estabilidade).

assistência para o desenvolvimento e o fomento a empréstimos e doações aos 187 países-membros. Seu correlato, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), atua como uma cooperativa de países, disponibilizando recursos financeiros, pessoal treinado e conhecimentos de apoio às nações em desenvolvimento frente ao alcance do crescimento duradouro, sustentável e equitativo. Nesse sentido, o seu objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2019).

No âmbito das agências multilaterais de desenvolvimento e as suas instituições correlatas na América Latina, destaca-se a atuação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), como órgão vinculado às Nações Unidas³³. Essa instituição direciona a sua atuação na busca do desenvolvimento econômico da América Latina pela coordenação das ações encaminhadas à sua promoção e ao reforço das relações econômicas dos países entre si e com outras nações do mundo. Devido à importância destas agências frente à questão do desenvolvimento das economias centrais e periféricas, inegavelmente, a condução adotada por tais instâncias impactou diretamente nos países latino-americanos. Sob a premissa de recomendações³⁴, tais agências invariavelmente promovem a designação de diretrizes tacitamente impositivas³⁵ e comumente coadunadas a matriz teórica neoliberal.

Ao encontro de tais premissas, tem-se como marco da imposição das políticas econômicas de cariz neoliberal aos países latino-americanos, o Consenso de Washington realizado no ano de 1989 nos EUA. Esse encontro teve como objetivo problematizar aspectos do desenvolvimento e da ampliação do mercado como lócus referencial das relações

³³ Neste sentido, ressalta-se também atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) a qual é uma organização internacional formada por países em torno da questão da paz e do desenvolvimento mundiais. Dentre a frente de ação desta instituição que convergem com a proteção social, ressalta-se a formulação dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) criados no ano de 2012, que se baseiam nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) formulados no ano de 2000. Tais objetivos remetem-se a expressões da Questão Social a serem observadas por atores sociais e institucionais. Tais objetivos versam sobre a extinção da fome, ao fomento de educação, a igualdade de gênero, a redução da mortalidade infantil, ações de prevenção e tratamento em saúde (saúde gestantes e controle epidemiológico), garantia de qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, bem como, parcerias para o desenvolvimento. (AGENDA 2030, 2019)

³⁴ Nesta produção se optou pela utilização da terminologia “recomendações”, em que pese o reconhecimento de que tais possam ser igualmente interpretadas como “ingerências”.

³⁵ Define-se o caráter impositivo devido à condição de dependência econômica dos países latino-americanos diante dos financiamentos providos por tais agências, imprescindíveis para a manutenção do controle econômico e fiscal destes países.

econômicas e diminuição da ação do estado como produtor de bens e serviços nos países da região. A partir dessas orientações, foram formuladas medidas para a América Latina, sob a forma de reformas necessárias para enfrentar a crise e readequar-se aos requisitos da ordem econômica central globalizada. Dentre as diretrizes ratificadas pelo Consenso de Washington se situam um conjunto de ideias compartilhadas nos círculos de poder de Washington (EUA) e pelas agências multilaterais do desenvolvimento. Dez pontos são pactuados nesse consenso:

O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual (LOPES, 2011, p. 4).

No que tange às políticas sociais, o ajuste prescrevia a redução do déficit público com o corte de gastos no custeio da máquina administrativa, a redução dos subsídios ao consumo popular, a retração do custo per capita dos programas existentes, a reorientação da política social para a saúde primária e educação básica (entendidos como mínimos sociais) e a focalização das políticas nos grupos em extrema pobreza (PEREIRA, 2018). Nesse sentido, houve a “[...] incorporação de saúde primária e educação básica como insumos mínimos indispensáveis ao aumento da produtividade dos pobres no Terceiro Mundo e à formação de capital humano” (PEREIRA, 2018, p. 191). Evidencia-se, nesse momento, o primeiro enlace dos delineamentos da proteção social as teses do capital humano e do desenvolvimento como liberdade do liberal Amartya Sen.

Destarte, é nesse contexto que os modelos de ajuste estrutural neoliberal propostos às economias periféricas desencadeiam a perda da substância dos estados nacionais. O ensejo de tornar-se “competitivo” à economia globalizada implicou na contenção do mercado interno, no bloqueio do crescimento dos salários (e dos demais direitos sociais), na aplicação de políticas macroeconômicas monetaristas (altas taxas de juros), ocasionando o desaparecimento de pequenas empresas e empregos. Diante de uma interpretativa mais alargada acerca do neoliberalismo, os escritores franceses Dardot e Laval (2016) afirmam que

o neoliberalismo não se restringe a uma ideologia ou a um tipo de política econômica, mas se trata de uma racionalidade que pretende organizar não somente as ações dos governantes e da atuação dos governados. Nesse sentido, o neoliberalismo estendeu a lógica do capital a todas as esferas da vida, “a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

A partir dessa perspectiva, amplia-se a noção de neoliberalismo compreendendo-o como o conjunto de “discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Para além do modo de governo, o neoliberalismo define normas da vida social das sociedades *modernas*, não se limitando à esfera econômica, do contrário, totaliza as dimensões da vida humana, impondo um universo de competição generalizada envolvendo os trabalhadores. Ademais, “ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). Há mais de trinta anos “essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade e remodela a subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Diante dessa perspectiva, o sucesso normativo do neoliberalismo se materializa no âmbito político, mediante à conquista do poder pelas forças do neoliberalismo; no âmbito econômico, no que tange ao rápido crescimento do capitalismo financeiro mundializado; sob o seu aspecto social diante da individualização das relações sociais na contramão das solidariedades coletivas, bem como a polarização de classes e, por fim, sob o seu aspecto subjetivo, com o surgimento de um novo sujeito social e o desenvolvimento de novas patologias (DARDOT; LAVAL, 2016). Ao identificar que a racionalidade neoliberal condiciona a nova razão do mundo - do micro ao macro -, os autores defendem que, diante da sua perspectiva totalizadora, nada escapa a sua ordem, nem mesmo o Estado.

Nesse sentido, depreende-se que, factualmente, o neoliberalismo infere no contexto

dos Estados nacionais, direcionando a sua atuação ao mercado internacional e às exigências decorrentes dessa dinâmica. A autonomia do Estado nacional se restringe, visto que ao se pautar pelas deliberações internacionais passa a fomentar as estruturas, os incentivos fiscais, a liberalização e a desregulamentação interna, com vistas à competitividade no mercado de investimentos internacionais. Nesse contexto, os processos de desregulamentação do mercado de trabalho, de desmonte da seguridade social, de regressão dos direitos trabalhistas e de privatização do que é público, torna-se a agenda do dia, de forma consoante às exigências propostas por organismos internacionais. O Estado deixa de ter como a sua primazia a defesa do interesse geral, o interesse público e se volta ao resguardo dos interesses de vocação particular atinentes ao poder econômico internacional. Identifica-se a subalternização do poder político nacional ao poder econômico mundializado. Nesse sentido, tem-se “[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas” (BEHRING, 2008, p. 60).

Pode-se aferir que a mundialização pressupõe a diminuição do controle democrático, delineando um Estado com tendências antidemocráticas. A peculiar concepção de democracia latente na conjuntura da mundialização, não raramente, resume-se a participação nos processos eleitorais, de reforço do poder executivo em relação aos outros poderes, e, especialmente, de freio a sociedade civil frente ao seu caráter de tensionamento coletivo às decisões. Tais características foram mais percebidas em regiões em que o processo constitutivo das democracias possuiu interditos históricos. A esse respeito se pode mencionar o caso latino-americano, cujo alastramento das ditaduras civis e militares decorridas no século XX promoveram limites incontestes à sua democracia³⁶.

A histórica condição de subordinação política e de dependência econômica das economias periféricas frente às economias centrais alocaram os países latino-americanos em

³⁶ A este respeito, “Primeiramente é importante recordar que as chamadas transições para os regimes democráticos foram fortemente marcadas pelo legado autoritário das ditaduras militares que as antecederam. Os governantes militares e seus colaboradores civis provenientes do mundo dos negócios ou da política desempenharam um papel essencial na definição da negociação das condições de transição. Como resultado [...] se manteve intocado o sistema socioeconômico autoritário baseado no controle elitista da comunicação das massas, dos sistemas financeiro e produtivo. (PETRAS, 1999, p.61)

condição de relativa subordinação aos seus organismos (tal como as agências multilaterais do desenvolvimento) e as suas recomendações de cariz neoliberal. Nesse sentido, a existência de significativas dívidas externas dos países periféricos diante de credores ligados a importantes organismos internacionais os diligenciou a executar, no âmbito político e econômico, as recomendações formuladas, especialmente pelo FMI e BM. Dentre as diretrizes que mais ressonaram nas economias latino-americana e nos seus lastros protetivos, ressalta-se a reestruturação produtiva³⁷, a transformação das funções do Estado (reformas) e a financeirização do Capital (SILVA, 2012, p. 36).

As primeiras reformas e ajustes no contexto latino-americano se apresentaram temporalmente alternadas entre os países. O primeiro país a iniciar os ajustes foi o Chile na década de 1970, posteriormente, nas duas décadas subsequentes, outros países latino-americanos efetivaram as reformas requisitadas. A conjuntura permeada por processos reformistas desencadeou a remodelação das concepções de proteção social vigentes, abdicando das defesas pela universalidade das políticas. Os ajustes e reformas estruturais, coadunados às diretrizes do Consenso de Washington³⁸ (1989), versam especialmente sobre dois pontos:

a) um pacote de reformas estruturais, comportando a liberalização da conta corrente do balanço de pagamentos e de sua conta de capitais, a desregulamentação dos controles de preços na economia (particularmente, salários, taxas de juros e taxas de câmbio) e a privatização de áreas importantes da atividade produtiva; e; b) de políticas macroeconômicas de estabilização, com o objetivo de superar a crise da dívida externa, eliminando os desequilíbrios econômicos, com alto déficit de inflação). (WILLIAMSON; KUCZYNSKI, 2004 *apud* REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 51).

³⁷ No âmbito da reestruturação produtiva vislumbrou-se a decorrência de transformações no mundo do trabalho. “A reestruturação produtiva mudou o mundo do trabalho. Sob o padrão da acumulação flexível, as metamorfoses ocorridas apresentaram-se sob um novo modo de produzir, com métodos e processos de trabalho baseados em tecnologias avançadas; modos de gestão da força do trabalho direcionados à conciliação de classes; e medidas que reduziram a criação da oferta de empregos estáveis e aprofundaram o desemprego e o trabalho precário. Esse quadro tornou a composição da classe trabalhadora mais heterogênea e complexa e exigiu um perfil de trabalhador capaz de usar intensamente o seu poder intelectual em favor do capital, elevando os níveis de exploração sobre o trabalho e dos lucros dos capitalistas.” (SILVA, 2012, p.35)

³⁸ Diante a consolidação do Consenso de Washington e em preocupação a sua aceitabilidade “Na América Latina, rapidamente novas coalizões de poder viabilizaram a eleição de governos comprometidos com a agenda neoliberal em países como México, Venezuela, Colômbia, Peru, Argentina e Brasil”. (PEREIRA, 2018, p. 2192)

Sob tal prisma, identifica-se a adoção de três ordens de proposições que caracterizam o conjunto de políticas adotados na América Latina desde 1990, no intuito de se inserir na nova ordem mundial globalizada, são eles: adoção de políticas macroeconômicas relacionadas aos programas de corte nos gastos públicos, reformas administrativas, previdenciárias e fiscais; adoção de políticas microeconômicas, com vistas a desonerar o capital, aumentando a sua competitividade no mercado internacional e, por fim, mudança no modelo de industrialização adotado pelos países latino-americanos a partir de 1950, com vistas à retomada do crescimento econômico (REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 43).

As reformas³⁹ incorporadas pelos Estados de remodelar os seus sistemas protetivos, especialmente os de seguridade social, mantendo a prevalência do trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização (desconcentração e desresponsabilização), mediante a execução das ações. Nesse sentido, as políticas sociais se tornaram ações pontuais e compensatórias (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Ao encontro de tais premissas, “[...] o novo padrão de regulação estatal substitui as *políticas de integração* de cunho universalista e distributivo pelas chamadas *políticas de inserção*, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis [...]” (REIS; LIMA; ARREGUI; JORGE; 2014, p. 43).

O desmonte dos escopos de proteção social da América Latina, escopos esses que há longa data se mostram insuficientes, assumem passos largos na atualidade. Remonta a esse cenário a atuação dos Estados nacionais latino-americanos, diante da condução de políticas econômicas e sociais atreladas à incorporação dos receituários das agências multilaterais diante de uma guinada política ultraneoliberal e neofacista que impõe interditos de grande monta aos sistemas de proteção social. Desse modo, depreende-se que o as forças neoliberais mantêm-se vivas e se fazem intensificadas diante do seu “último suspiro” na cena política

³⁹ Estas medidas impactaram diretamente os escopos protetivos latino-americanos. As políticas universais incipientes disputam o fundo público com a medidas de investimento a base produtiva, comumente, perdendo espaço e deixando de tornar-se uma agenda dos Estados. “A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos. A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social.” (SALVADOR, 2010, p.2)

contemporânea, a conjunção das forças da extrema direita neofascista e do ultraneoliberalismo simbolizam esse momento, o qual requer análises qualificadas do tempo presente e o fortalecimento das lutas sociais coletivas frente a expropriação de direitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, a proteção social latino-americana se adequou às recomendações/ingerências internacionais e aos ciclos econômicos mundiais. Desde o início do século XX, o surgimento dos sistemas protetivos nascentes esteve associado aos ciclos econômicos da região, inicialmente alicerçado no modelo liberal-primário (1929), após o modelo de substituição das importações (1929 a 1980) e, a partir de 1990, vinculado à perspectiva neoliberal. Destarte, não somente a proteção social esteve condicionada aos ciclos econômicos, mas também estiveram os próprios ciclos políticos da região, dinâmica justificável pela notória condição de dependência econômica latino-americana às economias centrais.

Desse modo, reafirma-se que os países da região a adotaram e prosseguem adotando a matriz neoliberal, direcionando as suas agendas políticas às pautas do desenvolvimento econômico internacional, compactuadas com economias centrais e com as recomendações das agências multilaterais do desenvolvimento, endossando a posição periférica dessa região e distanciando-se, das lutas sociais e das necessidades da classe trabalhadora. Esse cenário impõe desafios de grande monta a despreterida proteção social, a qual, mediante as ingerências neoliberais se fazem continuamente desmontadas, desfinanciadas, espoliadas e expropriadas dos trabalhadores latino-americana.

Desse modo, o presente ensaio buscou traçar breve panorama histórico conceitual de avanço das ideias neoliberais no mundo e na América Latina, compreendendo o lugar das economias dependentes frente às forças do neoliberalismo representadas pelas agências multilaterais do desenvolvimento. Tais premissas podem mediar a análise do tempo presente, em que, a conjunção entre neoliberalismo e neofascismo demonstra o seu alto teor nocivo frente ao dismantelamento dos sistemas de proteção social existentes e o endossamento da

expropriação dos direitos da classe trabalhadora, requerendo a organização coletiva e o endossamento da luta social em prol da defesa e ampliação dos sistemas de proteção social da América Latina.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-Reforma** – desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. *In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2008, p. 1-26.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos Santos. Questão social e direitos. *In: Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009.CEPAL.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 18 nov 2021

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado. Tradução de Fernando Savella. **Revista Problemas del Desarrollo**, Coyoacán/México, v. 11, n. 42, p. 29 - 42, maio/jul. 1980.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; REIS, Carlos Nelson; Arregui, Carola C.; TRIPIANA, Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. *In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.) Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe*. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, Carlos. Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de

Washington. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, Coimbra/PT, n. 94, p. 03 - 20, Out 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1475>_ Acesso em: 18 jun. 2019.

MARINI, Rui. **A dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>_ Acesso em: 21 dez. 2019.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>_ Acesso em 02 mar. 2019.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social, 2020. *In*: PEREIRA, Potyara. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo**: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. São Paulo: Cortez: 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2187 - 2196, Jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2187.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina**. Local: São Paulo: Xamã VM, 1999.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social no Brasil (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

ACESSO À JUSTIÇA DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ACCESS TO JUSTICE FOR PEOPLE WITH DISABILITIES AND REDUCED MOBILITY: CHALLENGES AND PROSPECTS

João Tailor da Luz Saraiva⁴⁰
Luisa Abigail da Cruz Sorteia⁴¹
Vagner de Mattos Poerschke⁴²

Resumo: O presente artigo busca estabelecer um estudo sobre o acesso à justiça pelas pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Trata-se de uma abordagem acerca das dificuldades existentes para a efetivação deste direito, de modo a elencar com a realidade enfrentada por essa parcela da população para exercer esse direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Diante deste cenário, o texto abordará aspectos sobre os entraves que ocasionam esta dificuldade de acesso ao poder judiciário, elencando problemas públicos que contribuem para a não efetivação deste direito de forma digna e adequada. Neste viés, estarão inseridos o Direito processual, as políticas públicas e o Estatuto da Pessoa com deficiência, pontos chave para a elaboração deste artigo. Como problema, o estudo abordará as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no acesso ao sistema judiciário. Nesse sentido, foi empregada a metodologia dedutiva por meio de revisão de literatura com base em decisões judiciais e legislação referente às especificidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Conclui-se, portanto, que as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência são inúmeras, principalmente no acesso ao Poder Judiciário, necessitando de medidas que tornem esse direito efetivamente garantido como um todo.

Palavras-chave: Direito; Poder Judiciário; Pessoas com deficiência; Acesso à justiça.

Abstract: This article seeks to establish a study on access to justice for people with disabilities and reduced mobility. It deals with the difficulties that exist in making this right a reality, in order to list the reality faced by this section of the population in exercising this fundamental right guaranteed by the 1988 Federal Constitution. Given this scenario, the text will address aspects of the obstacles that cause this difficulty in accessing the judiciary, listing public problems that contribute to the failure to realize this right in a dignified and adequate manner. This will include procedural law, public policies and the Statute of the Person with a Disability, which are key points for the preparation of this article. As a problem, the study will

⁴⁰ Discente do curso bacharel em Direito, Campus São Borja, Unipampa. São Borja/RS – Brasil. *E-mail:* joaotailor.aluno@unipampa.edu.br.

⁴¹ Discente do curso bacharel em Direito, Campus São Borja, Unipampa. São Borja/RS - Brasil *E-mail:* luisasorteia.aluno@unipampa.edu.br.

⁴² Professor Substituto da Unipampa do Curso de Direito de São Borja/RS, discente do PPG Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Campus São Borja, Unipampa. *E-mail:* vagnerpoerschke@unipampa.edu.br. Advogado - OAB nº 106314, seccional RS, subseção São Borja.

address the difficulties faced by people with disabilities and reduced mobility in accessing the justice system. In this sense, a deductive methodology was employed by means of a literature review based on court decisions and legislation relating to the specificities of people with disabilities and reduced mobility. It is therefore concluded that the difficulties encountered by people with disabilities are numerous, especially when it comes to accessing the Judiciary, and that measures are needed to ensure that this right is effectively guaranteed as a whole.

Keywords: Law; Judiciary; People with disabilities; Access to justice.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Apesar da garantia, a prática no universo judiciário não ocorre em consonância com este direito. Para as pessoas com deficiência a ineficácia deste aspecto é ainda maior, visto que, esses indivíduos, na maioria das vezes, ficam sem condições de exercer este direito por conta da inacessibilidade ao poder judiciário, o que diga-se de passagem, não está relacionada a atividade jurisdicional carreada na perspectiva da inafastabilidade da jurisdição.

É inerente que o judiciário tenha suas próprias formas e regras para reger o andamento das demandas e procedimentos judiciais, bem como, estabelecer políticas judiciárias estruturantes de acesso à justiça. Nesse sentido, o mundo jurídico, por muitas vezes, é tido de maneira inacessível para as pessoas com deficiência, seja por problemas de infraestrutura física ou virtual, seja pelo provimento jurisdicional indeferido (o que é um ônus da judicialização) ou ainda, pela necessidade de reforma da governança e gerenciamento desse problema público por parte do poder judiciário. Esses pontos são apenas alguns exemplos que reforçam a necessidade emergente de uma intervenção para que o efetivo exercício do acesso à justiça seja estabelecido, não de maneira a conduzir apenas a atividade provocativa da jurisdição, mas de estabelecer sua efetividade.

A existência do aparato judiciário, estruturado e institucionalizado, não implica diretamente o acesso a ele (FOHRMANN e DE SOUSA, 2022). Nesse sentido, é insuficiente a existência do judiciário se este não dispor de mecanismos que garantam o acesso igualitário por toda população, seja ela com ou sem deficiência. Sob este viés, o Estatuto da Pessoa com

Deficiência estabelece em seu Artigo 79⁴³ o comprometimento do Estado em garantir o acesso justo e igualitário e efetivo ao judiciário. Desta forma, é visível que a postulação da lei não é suficiente para garantir a efetividade do acesso. Para tanto, é primordial a existência de políticas públicas eficazes para a garantia do acesso à justiça pelas pessoas com deficiência.

Portanto, o presente artigo abordará aspectos acerca do acesso à justiça por parte das pessoas com deficiência e as barreiras enfrentadas por essa parcela da população, perante a efetivação deste direito. Diante do exposto, o estudo pretende responder a seguinte problemática: *“A estrutura atual do poder judiciário é suficientemente inclusiva para efetivar o acesso à justiça para as pessoas com deficiência?”*. Dentre esta perspectiva, o presente trabalho torna-se de suma importância pois a área abordada ainda é pouco explorada e precisa de novos estudos científicos, principalmente na área jurídica, de modo a tornar o assunto mais difundido.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Portadores de Deficiência, Mobilidade Reduzida e contexto das políticas públicas

Em primeiro lugar, é trivial esclarecer o que é a pessoa “portadora” de deficiência e mobilidade reduzida. Importa frisar que a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida é parte ativa da sociedade, é pessoa capaz de exercer plenamente atos da vida civil dependendo de sua deficiência, evidentemente. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no dia a dia, nota-se uma crescente demanda por parte desses indivíduos no quesito de inclusão social, dito isto, a mercê dos déficits públicos de acesso à justiça, seja no sentido formal e no sentido material, é possível observar a necessidade de reavaliar as políticas públicas e observar a necessidade de “inclusão judiciária”.

Para tanto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e mobilidade reduzida, define e traça as seguintes definições para se considerar o indivíduo portador de deficiência, a saber:

⁴³ Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Deste modo, percebe-se que as comorbidades ou mobilidades reduzidas são inúmeras e podem se manifestar de modos distintos para cada indivíduo. Embora a legislação de proteção e detentora de direitos esteja presente, nota-se que, na maioria dos casos, o amparo jurídico se mostra insuficiente na prática. Não basta os legisladores criarem normas e garantias que amparem essa parcela da população sem uma maneira efetiva de pôr em prática o que está escrito na lei. Principalmente, no tocante da acessibilidade aos serviços prestados em sociedade, como exemplo, o acesso ao judiciário - foco central deste artigo.

É possível também observar a Falta de Acessibilidade Física nos Tribunais, haja vista que, muitos prédios judiciais não estão adequadamente adaptados para pessoas com mobilidade reduzida. A ausência de rampas, elevadores acessíveis e banheiros adaptados pode dificultar o acesso físico aos tribunais. Barreiras na Comunicação e a falta de recursos de comunicação acessíveis pode ser um problema significativo. Por exemplo, audiências judiciais que não oferecem intérpretes de língua de sinais para pessoas surdas podem comprometer a compreensão e participação efetiva. Processos Digitais Inacessíveis à medida que muitos sistemas judiciais migram para plataformas digitais, a acessibilidade online torna-se crucial. Se os sites dos tribunais não forem desenvolvidos considerando as diretrizes de acessibilidade, pessoas com deficiências visuais podem encontrar dificuldades na obtenção de informações ou na apresentação de documentos. Custos associados à acessibilidade e a instalação de recursos acessíveis, como rampas e sistemas de áudio, pode representar custos adicionais. Em alguns casos, os tribunais podem resistir à implementação dessas mudanças devido a preocupações financeiras, o que impacta diretamente na acessibilidade.

Os operadores do Direito, tais como, juízes, advogados e demais funcionários do sistema judiciário precisam estar cientes das necessidades específicas das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, além de compreenderem a importância de garantir um ambiente inclusivo. A falta de efetividade na implementação das normas de acessibilidade pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a falta de recursos, a falta de

conscientização e a resistência a mudanças. Nesse sentido, é fundamental que a sociedade como um todo esteja envolvida na promoção da inclusão, pressionando por mudanças reais e cobrando a implementação efetiva das medidas previstas em lei.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões de destaque no âmbito da acessibilidade, principalmente relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional e em concursos públicos. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357, o Plenário do STF considerou constitucionais as normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelecendo a obrigatoriedade de escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular sem repassar custos financeiros aos alunos.

Em outra decisão, referendando uma liminar concedida por Dias Toffoli na ADI 6590, o Plenário suspendeu o Decreto 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. O entendimento prevalecente foi de que a norma poderia fragilizar o imperativo da inclusão de alunos com deficiência.

Além disso, o ministro Luís Roberto Barroso deferiu uma medida cautelar na ADI 6476, declarando a inconstitucionalidade de interpretações do Decreto 9.546/2018 que retiravam o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos. A decisão ressaltou a garantia constitucional de reserva de vagas e o direito à adaptação razoável nos processos seletivos. Outro julgamento relevante ocorreu na Segunda Turma do STF, que considerou válida uma lei do município do Rio de Janeiro tornando obrigatória a adaptação de computadores para pessoas com deficiência visual em lan houses, cyber cafés e estabelecimentos similares. O entendimento foi de que na ausência de legislação nacional e estadual sobre a questão, o município tem competência para regulamentar o tema em seu território.

Diante dessas decisões judiciais pode-se perceber uma mudança significativa da Suprema Corte Brasileira, no sentido de atender as demandas públicas sociais das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, indicando uma guinada na observância dos Direitos dessa categoria vulnerável.

2.2. Conceito legal e social

Conforme fora exposto no tópico anterior, a definição, bem como as condições que identificam uma pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida se encontram no Artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tal lei, assim como as diversas que foram feitas antes e depois de sua publicação, foi elaborada a fim de garantir de maneira mais eficaz os direitos que pertencem ao grupo portador de deficiência e mobilidade reduzida.

Depois que houve uma atenção, dada pelos poderosos, ao número existente de pessoas com deficiência no decorrer da nossa história, a legislação foi aprimorada com a elaboração de diversas leis destinadas a esse público, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Entre elas, podemos destacar:

- Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência: Decreto nº 3.956/2001;
- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto nº 6.949/2009;
- Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras): Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005;
- Lei da Regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais: Lei nº 12.319/2010;
- Lei de Benefícios da Previdência Social e Cotas para Pessoas com Deficiência: Lei nº 8.213/1991;
- Lei do cão-guia: Lei nº 11.126/2005 e Decreto nº 5.904/2006;
- Leis do Atendimento Prioritário e da Acessibilidade: Lei nº 10.048/2000, Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2004;
- Medidas de acessibilidade comunicacional no âmbito das produções e ações da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: Instrução Normativa SECOM nº 3, de 14 de setembro de 2023;
- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver Sem Limites): Decreto nº 7.612/2011;

- Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Piana): Lei nº 12.764/2012 e Decreto nº 8.368/2014;
- Procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS): Portaria nº 2.776/2014 do Ministério da Saúde;
- Programa Nacional do Livro e do Material Didático em formato acessível: Decreto nº 9.099/2017;
- Tratado de Marraqueche, acesso a obras publicadas às pessoas com deficiência visual em versão impressa: Decreto nº 9.522/2018; e
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): Lei nº 13.134/2015.

Não obstante a existência de diversas leis que visam garantir os direitos do público portador de deficiência ou mobilidade reduzida, essa garantia só se concretiza na teoria, em meio ao texto legislativo, a prática real desses direitos na vida de uma pessoa com deficiência é bem diferente levando em conta o cenário social em que estamos inseridos.

As leis supra existem com o propósito de garantir a inclusão da pessoa com deficiência a fim de que ela possa viver em sociedade, no mercado de trabalho, no acesso à educação, à saúde e, logicamente, no acesso à justiça. Essa inclusão da pessoa com deficiência, a fim de que ela participe da vida cotidiana e tenha uma rotina ativa, deve ocorrer, por exemplo, com implementação de políticas públicas, projetos de conscientização, construção de uma boa estrutura com acessibilidade para a locomoção, comunicação e, conseqüentemente, a integração da pessoa com deficiência, podendo, dessa forma, possibilitar a sua autonomia, o exercício dos seus direitos de maneira igualitária e o seu desenvolvimento como pessoa.

No entanto, a iniciativa para investir no desenvolvimento de ideias práticas para permitir a participação da pessoa com deficiência de forma autônoma, implementando maneiras de auxiliar suas limitações, deve partir das pessoas, da sociedade em si, pelas diversas instituições existentes e do Estado, o que, infelizmente, não acontece com a eficácia esperada e exigida pela lei. É de suma importância que haja maior disseminação acerca das legislações vigentes para garantia de vida digna da pessoa com deficiência, principalmente

para o exercício do acesso à justiça. As normas vigoram com o intuito de proteção e garantia de direitos e deveres aos indivíduos, mas em muitos casos são falhas.

No artigo 13 da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência⁴⁴ está posto a garantia do acesso digno à justiça por essa parcela da população, inclusive com capacitação dos profissionais e adaptações processuais, mas essa não é a realidade enfrentada. O mundo jurídico tende a ser fechado aos conhecedores das normas e terminologias jurídicas, assim como os aspectos relativos ao âmbito processual, o que por muitas vezes acaba sendo limitante ao indivíduo e este acaba não participando de forma efetiva nos assuntos referentes aos seus direitos.

Aspectos sociais impactam significativamente na forma que a pessoa é vista perante a sociedade. Diante da inclusão gradativa da pessoa com deficiência no meio social, surge inúmeras indagações acerca da capacidade para realizar determinados atos da vida, principalmente na fase adulta onde não cabe tutela e na maioria dos casos, não são indivíduos que precisam de curatela, visto as diretrizes do código civil de 2002 que estabelecem a possibilidade de curatela a determinadas pessoas⁴⁵.

Sob esse viés percebe-se que as pessoas com deficiência ainda são vistas como incapazes perante a sociedade, apesar do avanço já alcançado, ainda é necessário que tais garantias já mencionadas e previstas em lei tenham como foco a sua implantação efetiva, com as adaptações adequadas para os direitos sejam alcançados na totalidade, principalmente diante da participação na esfera jurisdicional. Assim como há necessidade de realização de mais projetos e adaptações para aumentar a inclusão do público PCD na esfera social e no âmbito jurídico, a sociedade em si deve ser conscientizada de que a pessoa portadora de deficiência não se resume apenas em suas limitações (físicas, mentais, etc), ela possui

⁴⁴ 1. Os Estados Partes assegurarão o efetivo acesso das pessoas com deficiência à justiça, em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas à idade, a fim de facilitar o efetivo papel das pessoas com deficiência como participantes diretos ou indiretos, inclusive como testemunhas, em todos os procedimentos jurídicos, tais como investigações e outras etapas preliminares.

2. A fim de assegurar às pessoas com deficiência o efetivo acesso à justiça, os Estados Partes promoverão a capacitação apropriada daqueles que trabalham na área de administração da justiça, inclusive a polícia e os funcionários do sistema penitenciário.

⁴⁵ O artigo 1.767 do código civil de 2002 exprime que estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, os ébrios ou dependentes químicos e os pródigos.

capacidade para exercer os atos da vida civil, trabalhar, estudar, ter sua própria moradia, viver sua vida de forma autônoma e, sucessivamente, exigir que seus direitos sejam exercidos de forma satisfatória e justa.

A atenção necessária e o empenhamento essencial para construir maneiras eficazes de tornar os direitos da pessoa com deficiência, bem como o seu acesso à justiça, efetivos, devem sair do papel e ser colocados em prática.

2.3. Dificuldades enfrentadas no dia a dia

As dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência são oriundas de diversos aspectos da vida em sociedade. A realidade vivida por um PCD é desafiadora desde o início da vida, seja em meio ao ambiente familiar - às vezes os próprios familiares restringem a capacidade desses indivíduos, o que acarreta numa maior dificuldade em outras áreas da vida social -, no ambiente de trabalho ou escolar.

Tendo em vista que a educação é um dos pilares fundamentais do ser humano, direito garantido pela Constituição Federal de 1988, é essencial que o ambiente escolar esteja preparado para tais desafios. No entanto, a realidade é outra, conforme apresentam (DOS SANTOS & GOMES, 2020), no estudo realizado em uma universidade de Vitória da Conquista/BA:

É fundamental no profissional da educação a sensibilidade e a capacidade em promover constantes diálogos com e sobre seus alunos com deficiência. Ademais, é importante destacar que muitos dos desafios vivenciados por professores deve-se a falta de preparação e formação para lidar com as demandas dos alunos com deficiência.

Nesse contexto, é primordial que as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, de educação básica, nível médio ou superior, estejam preparadas para suprir as necessidades dos alunos com deficiência.

Não somente no quesito de estrutura física propícia para pessoas com deficiência física, mas também que disponham de profissionais capacitados em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), estrutura capacitada para pessoas com baixa visão ou perda completa da

mesma e também profissionais capacitados para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. Essas são apenas algumas das situações mais recorrentes no meio acadêmico ou escolar, podendo existir outras possibilidades. Diante deste cenário, é visível que nem todas as instituições de ensino do país estão preparadas para enfrentar as demandas desses estudantes. Dessa forma, a evasão escolar é constante, gerando atraso no desenvolvimento intelectual desses indivíduos. Ademais, até mesmo se tratando de universidades, nem todas dispõem de profissionais capacitados para o devido direito à educação das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, LIBRAS é disciplina obrigatória apenas nos cursos de formação em docência, conforme o artigo 3º do decreto nº 5.626⁴⁶ de 22 de dezembro de 2005, sendo optativa nas demais áreas, o que invalida o direito de comunicação dos surdos, por exemplo, pois grande parte dos estudantes de graduação não estariam capacitados para manter uma comunicabilidade efetiva com as pessoas com deficiência auditiva. A respeito da inserção do portador de deficiência ou mobilidade reduzida no mercado de trabalho, deve-se levar em consideração fatores já mencionados no presente trabalho que dificultam tanto a contratação de uma pessoa com deficiência em determinada empresa ou instituição quanto a sua eficiência em exercer o cargo que lhe foi atribuído.

Apesar da existência da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), o número de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho ainda permanece baixo, pois a iniciativa para o oferecimento de vagas a esse grupo social por parte das empresas e instituições (públicas e privadas) não ocorre com a frequência esperada; não há acessibilidade suficiente e ferramentas adequadas nesses locais para promover o progresso da pessoa portadora de deficiência como funcionária, permitindo ela a obter experiência até findar o seu contrato; e a recepção por parte dos demais funcionários, bem como o seu modo de agir trabalhando junto de uma pessoa com deficiência, nem sempre é acolhedora, justamente por causa de opiniões, olhares e pensamentos enraizados em nossa sociedade que rotulam a pessoa com deficiência

⁴⁶ Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

de um modo que as façam ser vistas como inferiores e incapazes de trabalhar, sendo vítimas das diversas formas de discriminação.

Essa discriminação direcionada as pessoas com deficiência, bem como as circunstâncias mencionadas até aqui, apenas demonstram que o direito ao trabalho, o qual também pertence à pessoa portadora de deficiência, também não é cumprido em sua totalidade conforme o que está determinado pela legislação vigente. Nesse contexto, a exigência por mudanças positivas em favor da população portadora de deficiência ou mobilidade reduzida aumenta e a necessidade de maior atenção para efetivar a garantia dos direitos dessa população cresce.

A evolução e inclusão da pessoa com deficiência ou de qualquer pessoa na esfera social deve ser motivada e atingida com as melhores ações, podendo ser produzidas por seu núcleo familiar, local de trabalho, círculo social em que está inserida, e pelo próprio Estado. Dessa forma, os fatores dificultantes para alcançar tais objetivos poderão diminuir gradativamente até a sua extinção. Porém, “a eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana” (SILVA, 2015).

2.4. Avaliação geral sobre o estado atual do acesso à justiça para portadores de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Para começar a falar das dificuldades do acesso à justiça pelas pessoas com deficiência, vale ressaltar a esmagadora diferença acerca dos indivíduos portadores de alguma deficiência ou mobilidade reduzida que chegam a assumir cargos públicos dentro do Poder Judiciário.

Segundo um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizado no ano de 2021, o quadro de membros do Poder Judiciário que possuem alguma deficiência é ínfimo comparado com a totalidade dos entrevistados. O total de servidores entrevistados foi de 319.350 (Trezentos e dezenove mil e trezentos e cinquenta) pessoas, as quais correspondem os seguintes dados:

A proporção de pessoas com deficiência é maior entre os(as) servidores(as): 1,97% deles(as); seguido do grupo de magistrados(as) com 0,42%. Todavia, é necessário observar que os(as) estagiários(as) têm o maior percentual de não informação. A não informação totaliza 7,32% dos dados encaminhados. (CNJ, 2021)

Analisando esses dados, percebe-se o quanto o estigma da incapacidade do indivíduo prevalece até mesmo dentro dos órgãos públicos, que devem acima de tudo, ser inclusivos e respeitar o direito de cada um. Sob este viés, adentra-se na falta de preparo do Poder Judiciário para comportar tais necessidades das pessoas com deficiência, sejam estas servidoras ou cidadãos comuns. As dificuldades não se restringem apenas a aspectos físicos e questões de estruturação dos órgãos, os problemas são vivenciados em diversas circunstâncias.

Desde a falta de estrutura adequada na questão de adaptações necessárias em banheiros, portas com a largura menor do que a ideal para cadeirantes, falta de estruturas de apoio no ambiente do sanitário. Essas são apenas algumas das dificuldades encontradas com recorrência com relação à estrutura física dos estabelecimentos. A Constituição Federal de 1988 dispõe no seu artigo 244⁴⁷ a garantia das adaptações necessárias em edifícios públicos e transporte coletivo para garantir o efetivo acesso da inclusão social da pessoa portadora de deficiência. Mas a realidade é outra principalmente em cidades menores, a falta de comprometimento com essas demandas é alarmante, vias em situações degradantes, falta de adaptação para locomoção em calçadas, inexistência de piso tátil para pessoas portadoras de comorbidades visuais são outros exemplos recorrentes. Todos esses fatores afetam diretamente o acesso à justiça por essa parcela da população.

2.5. Políticas públicas e ações governamentais no acesso à justiça para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida

O Governo Federal do Brasil reconhece a importância de promover acessibilidade e autonomia para os cerca de 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência,

⁴⁷ A lei dispõe sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

representando aproximadamente 24% da população do país, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em uma entrevista com o secretário nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Cláudio de Castro Panoeiro, foram destacadas as políticas públicas destinadas a esse grupo.

O marco normativo para essas políticas inclui a Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência, incorporada pelo Decreto Legislativo nº 186 e pelo Decreto nº 6949 de 2009, formando a base da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146). A Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pertencente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, é responsável pela implementação dessas políticas.

As políticas incluem a Avaliação Biopsicossocial, que padroniza critérios para reconhecimento de deficiência, eliminando a necessidade de avaliações múltiplas; o Cadastro de Inclusão, facilitando a coleta e análise de dados para melhor direcionamento das políticas; e a Política Nacional de Tecnologia Assistida, que utiliza a tecnologia para superar barreiras e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Os números destacam a significativa população de pessoas com deficiência no Brasil, enfatizando a importância dessas políticas. A prevenção da discriminação é abordada por meio de canais de comunicação, como a ouvidoria nacional de direitos humanos, Disque 100 e Disque 180, possibilitando denúncias e ações corretivas.

Datas como o Dia de Luta das Pessoas com Deficiência são essenciais, proporcionando reflexão sobre os avanços já realizados na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e motivando esforços futuros para superar desafios restantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto do presente trabalho, ainda existem diversos fatores que dificultam o exercício dos direitos do público PCD e a sua participação na vida cotidiana. Tais fatores englobam diversos elementos como a recepção e a inclusão social, a atividade jurisdicional, estrutura adequada para a acessibilidade dos portadores de deficiência em locais públicos e instituições, entre outros.

Neste artigo foram trazidos diversos dados e informações que relatam uma pequena parcela da difícil realidade que uma pessoa com deficiência vive em seu cotidiano, bem como demonstram os reais motivos que comprovam a necessidade de atitudes que facilitem o acesso das pessoas com deficiência aos seus direitos, principalmente o acesso à justiça.

Diante desse contexto, é possível concluir que o acesso à justiça para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ainda é um fator que, mesmo com evoluções significativas até a atualidade, ainda exige-se mudanças para tornar esse direito efetivamente garantido como um todo.

Logo, foram apresentadas possibilidades, com referências, para solucionar o problema trazido neste trabalho, possíveis soluções, que podem ser colocadas em prática, da maneira correta, bem como podem aprimoradas, a fim de enfatizar com mais veemência que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possuem direitos e garantias constitucionais para manter sua vida com dignidade como qualquer outra pessoa, os quais podem ser exigidos tanto no ambiente social quanto judiciário.

Para tanto, é necessária a atenção, a conscientização, e a cooperação entre todos os lados (o governo, a sociedade, organizações, instituições, etc), concedendo, assim, um acesso à justiça igualitário para todas as pessoas independentemente de suas capacidades e limitações.

Além das ideias mencionadas aqui, outras inovações podem surgir no futuro para a progressão da garantia desses direitos com investimento de políticas públicas e adaptações físicas, mas isso também pode se realizar de maneiras mais simples e sem (ou pouco) custo monetário.

No meio social por exemplo, motivando o aumento de conhecimento e informação de cada pessoa a respeito do público PCD, a fim de eliminar os estereótipos que são usados para rotular as pessoas portadoras de deficiência e a discriminação sofrida por essa população, podendo gerar uma sociedade sem preconceitos, mas sim com a mente aberta, considerando uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida como um ser independente, capaz de fazer valer seus direitos, tomar suas decisões, satisfazer suas vontades, aproveitar as oportunidades disponíveis a ela e viver a vida da forma que desejar por conta própria sem

precisar da ajuda de terceiros. Dessa forma, talvez em um futuro próximo, possa ser possível dizer que vivemos em um mundo mais igualitário, com as iniciativas certas e com muita dedicação para essa igualdade ser e permanecer concretizada tanto na lei quanto na vida real.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Planalto (Portal da Legislação). Disponível em

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Planalto (Portal da Legislação). Disponível em

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Planalto (Portal da Legislação). Disponível em

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Planalto (Portal da Legislação). Disponível em

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Leis sobre os direitos das pessoas com deficiência**.

Disponível em

<<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/legislacao-2/leis-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa: Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário**, 2021. Disponível em

<<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/pesquisa-pcd-no-pj-1.pdf>>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

DA SILVA, Luzia Felix. A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho: Desafios e Superações no Ambiente de Trabalho. **Monografias Brasil Escola**, 2015.

Disponível em

<<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/a-inclusao-pessoa-com-d-eficiencia-no-mercado-trabalho.htm>>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

DOS SANTOS, Chrislane Nascimento; GOMES, Almiralva Ferraz. Desafios enfrentados por alunos com deficiência, professores e intérpretes: um estudo na UESB, Câmpus Vitória da Conquista. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 7, n. 15, p. 251-272, 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10167>>. Acesso em 05 de novembro de 2023.

FOHRMANN, Ana Paula Barbosa; DE SOUSA, Alessandra Moraes. Acesso à justiça inclusivo para pessoas com deficiências psicossocial e intelectual. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, 2022. Disponível em <<https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1787>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, setembro de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

Políticas públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia>>. Publicado em 27/09/2021, acesso em: 13 de Novembro de 2023.

CONTROLE SOCIAL: FERRAMENTAS À DEMOCRACIA E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CONTROL SOCIAL: HERRAMIENTAS PARA LA DEMOCRACIA Y EL SEGUIMIENTO DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Iana Patricia Pandolfo⁴⁸
Scheila Adriani Richter⁴⁹
Neusete Machado Rigo⁵⁰

Resumo: O controle social, como processo que permite à sociedade monitorar e influenciar o Estado, ganhou respaldo constitucional com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e tem sido impulsionado por orientações governamentais que o posicionam como estratégia central para fiscalizar a implementação de políticas públicas. Essa abordagem envolve a ativa participação da sociedade civil na governança e na supervisão das ações estatais. O controle social é um mecanismo que promove a transparência, a responsabilidade e a participação dos cidadãos, fortalecendo, por conseguinte, os alicerces da democracia e garantindo que as políticas públicas atendam eficazmente às demandas da sociedade. Este estudo, fundamentado em uma abordagem crítica dialética, visou compreender o status do controle social nos municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa objetivou obter informações relacionadas à legislação, normativas, composição e representatividade da sociedade civil, bem como examinar resoluções, pareceres e cronogramas de reuniões dos conselhos municipais. Para tanto, foram consultados os sites desses municípios onde revelou que a maioria dos municípios da região oferece informações superficiais, muitas vezes inadequadas para atender aos princípios de transparência, conforme preconizado na legislação brasileira. Esse achado destaca a necessidade premente de aprimorar a disseminação de informações sobre o controle social nos âmbitos municipais, a fim de fortalecer a participação dos cidadãos e garantir que as políticas públicas sejam eficazes, equitativas e que possam ter a amplitude que o texto constitucional prevê.

Palavras-chave: Gestão social, esfera pública, participação social.

Resumen: El control social, como proceso que permite a la sociedad monitorear e influenciar al Estado, ganó respaldo constitucional con la promulgación de la Constitución Federal de

⁴⁸ Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS, campus Cerro Largo/RS – Brasil. Especialista em Serviço Social e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA, campus São Borja/RS – Brasil. E-mail: iana-pandolfo@susepe.rs.gov.br

⁴⁹ Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS, campus Cerro Largo/RS – Brasil. Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar, UNIPAMPA, campus São Borja/RS – Brasil. E-mail: scheiladrich@hotmail.com

⁵⁰ Doutora em Educação, UFSM. Professora do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – Mestrado e Doutorado, UFFS, Campus Cerro Largo/RS – Brasil. E-mail: neuseterigo@gmail.com.

1988 y ha sido impulsado por directrices gubernamentales que lo posicionan como una estrategia central para supervisar la implementación de políticas públicas. Este enfoque implica la participación activa de la sociedad civil en la gobernanza y la supervisión de las acciones del Estado. El control social es un mecanismo que promueve la transparencia, la rendición de cuentas y la participación ciudadana, fortaleciendo así las bases de la democracia y asegurando que las políticas públicas respondan efectivamente a las demandas de la sociedad. Este estudio, basado en un enfoque dialéctico crítico, tuvo como objetivo comprender la situación del control social en los municipios que integran el Consejo Regional de Desarrollo (COREDE) de la Frontera Noroeste del estado de Rio Grande do Sul. La investigación tuvo como objetivo obtener información relacionada con la legislación, los reglamentos, la composición y la representatividad de la sociedad civil, así como examinar las resoluciones, los dictámenes y los calendarios de reuniones de los consejos municipales. Para ello, se consultaron los sitios web de estos municipios, lo que reveló que la mayoría de los municipios de la región ofrecen información superficial, que a menudo es inadecuada para cumplir con los principios de transparencia, tal como se propugna en la legislación brasileña. Esta constatación pone de manifiesto la urgente necesidad de mejorar la difusión de información sobre el control social en el ámbito municipal, con el fin de fortalecer la participación ciudadana y garantizar que las políticas públicas sean eficaces, equitativas y tengan la amplitud que prevé el texto constitucional.

Palabras clave: Gestión social, esfera pública, participación social.

1. INTRODUÇÃO

O Estado democrático de direito republicano brasileiro reconhece a participação da sociedade civil para o fortalecimento da democracia. A democracia, como forma de governo fundamentada na participação e no empoderamento do cidadão, é um sistema político que valoriza não apenas a voz do povo, mas também a capacidade de influenciar o processo de tomada de decisões que afeta a sociedade como um todo. Nesse contexto, a força de um Estado democrático não reside apenas em sua capacidade de governar, mas também em sua habilidade de assegurar que os cidadãos tenham as ferramentas necessárias para fiscalizar, orientar, formular e reformar as políticas públicas.

Os conselhos de direitos são uma das formas de controle social, constituindo-se como mecanismos de construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas, onde a sociedade civil tem um papel estratégico na medida em que tem seu espaço no aparato estatal garantido. Entretanto, a sociedade civil precisa se organizar e se empoderar para que seu protagonismo

seja efetivado. O envolvimento da sociedade civil nesse processo desempenha um papel crucial na promoção da transparência, da responsabilidade e na construção de um governo que seja verdadeiramente orientado para o bem-estar público. Portanto, ao investir no aprimoramento do controle social, podemos pavimentar o caminho para políticas públicas mais eficientes e igualitárias, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo fazer uma discussão acerca da importância da participação cidadã, funcionamento e divulgação digital dos conselhos municipais. A metodologia que o constitui possui abordagem qualitativa crítico-dialética, utilizando pesquisa bibliográfica acerca da participação social e gestão pública na democracia, e dados dos municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Noroeste/RS, os quais foram obtidos nos sites oficiais de cada município.

Além desta breve introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em mais duas partes. A primeira resgata os fundamentos da participação cidadã na gestão pública a partir da democracia. Na segunda parte apresenta-se uma pesquisa realizada através dos sites dos municípios que fazem parte do COREDE Fronteira Noroeste/RS, objetivando encontrar informações acerca da legislação, normativas, estatuto, composição, representatividade da sociedade civil, resoluções, pareceres e cronogramas de reuniões dos conselhos municipais.

2. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA GESTÃO PÚBLICA

O exercício do poder de participação e acompanhamento da gestão pública representa uma conquista relativamente recente em âmbito nacional, considerando que o país adotou a forma de república federativa em 1889, há um pouco mais de cento e trinta anos. De lá para cá, vimos que a nação brasileira testemunhou avanços significativos no que concerne aos direitos individuais e coletivos. Questões como o direito de ir e vir, o sufrágio universal, o divórcio, a liberdade religiosa e a expressão de opiniões e desejos ganharam espaço e proteção nas legislações brasileiras, sobretudo na Constituição Federal de 1988, que se tornou um marco na consolidação do Estado Democrático de Direito no país.

A trajetória histórica do Brasil, desde a proclamação da República, é caracterizada por um processo contínuo de evolução no que tange aos direitos e garantias fundamentais. Contudo, é a partir da promulgação da Constituição de 1988 que se observa uma mudança paradigmática, em que a participação cidadã e o controle social emergem como princípios basilares do sistema democrático brasileiro. A Carta Magna de 1988 não apenas reconhece uma ampla gama de direitos individuais e sociais, mas também estabelece os fundamentos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e participativa. Esse período também levou em consideração algumas demandas apresentadas por grupos sociais e organizações populares que desempenharam um papel ativo na elaboração da nova constituinte (Francisco; Villela, 2018).

A democracia, como sistema de governo, é fundamentada na soberania do povo, e, portanto, a participação ativa da sociedade na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas é essencial para o pleno exercício dessa soberania. Promulgada após um período de regime autoritário no Brasil, a Constituição de 1988 estabeleceu um novo paradigma ao enfatizar a importância do controle social como um dos pilares do Estado Democrático de Direito. A partir desse marco legal, uma série de mecanismos e estruturas foram criados para viabilizar a participação da sociedade na gestão pública, com o intuito de assegurar maior transparência, responsabilidade e efetividade nas ações governamentais. Outrossim, apenas a existência de uma constituição democrática não é suficiente para garantir a plena realização do Estado Democrático de Direito, é preciso que a cidadania se engaje ativamente no controle e na fiscalização das ações do poder público, a fim de assegurar que os princípios de justiça, igualdade e transparência sejam efetivamente aplicados.

Todos esses princípios preconizados e defendidos acontecem dentro da esfera pública, na qual Jürgen Habermas é o principal autor citado nas discussões que influenciou notadamente as pesquisas sobre a temática. Habermas por meio de sua elaboração do conceito de esfera pública, contribui para ressaltar a significativa influência da participação das associações voluntárias e dos movimentos sociais na consolidação do sistema democrático. A esfera pública, assim, desempenha um papel crucial como mediadora entre a sociedade civil, de um lado, e o sistema político-administrativo, de outro (Faria, 2010).

Como afirmam Persson e Moretto Neto (2015), a concepção habermasiana da esfera pública sustenta que "as discussões não governam", mas exercem influência por meio do poder comunicativo sobre o processo decisório, que permanece sob o domínio do poder administrativo estatal. Nesse contexto, surge a indagação sobre como a autoridade de decisão pode ser compartilhada entre os participantes de uma ação coletiva se a prerrogativa de decisão ainda se encontra nas mãos da burocracia estatal.

Portanto, conforme salienta Persson (2016) em sua análise, a esfera pública mantém sua posição fundamental em uma teoria social crítica e na prática política democrática, ressaltando a complexidade inerente a ela, uma vez que a esfera pública "real" não pode ser considerada como uma arena de condições comunicativas "ideais", mas sim como um espaço marcado por conflitos e desigualdades. É fundamental reconhecer que a própria esfera pública, ao longo da história, também foi um palco de opressão, injustiça e discriminação, direcionada a grupos como mulheres, negros e outras minorias sociais e culturais, como salienta Melo (2015). Por outro lado, a dinâmica de distribuição de poder não determina previamente o sucesso ou o fracasso das lutas sociais, pois a natureza democrática ou não dessa distribuição de poder é variável. Todavia, essa dinâmica revela a ambiguidade prática inerente ao conceito de esfera pública, a qual uma teoria crítica da democracia deve considerar.

Os últimos anos do século XX e os anos iniciais do século XXI foram períodos de construção, aperfeiçoamento e ampliação de espaços públicos e mecanismos de participação da população por meio da gestão social. Com a concepção de Cançado, Tenório e Pereira (2011), como um processo de tomada de decisão coletiva, pautado na ausência de coerção, na compreensão da linguagem, na abertura ao diálogo, no entendimento esclarecido, com a transparência como um requisito fundamental, e a emancipação como o objetivo primordial.

Considerando a perspectiva de que cada pessoa desempenha um papel no processo que impulsiona os mecanismos de controle que a sociedade exerce sobre si própria, Martins (1989, p. 12) alude que “podemos dizer que cada um de nós é, simultaneamente, objeto do controle (exercido pelos outros), agente do controle (exercido sobre os outros) e sujeito do controle (exercido sobre si mesmo)”. Diante desse controle, conforme apontado por Silva e

Cançado (2018), a participação comunitária no âmbito do controle social transcende os espaços formais estabelecidos, como conselhos gestores, conferências, audiências públicas e plebiscitos. Os autores destacam a necessidade de estabelecer parcerias com movimentos populares, organizações não governamentais e órgãos públicos de fiscalização, alinhando-se a uma nova perspectiva para o desenvolvimento local, incorporando os conceitos de gestão social, governança participativa e a criação de redes como fundamentos para a efetiva atuação do controle social da sociedade sobre o Estado.

Dentro do vasto espectro de possibilidades de participação popular, identificamos uma diversidade de mecanismos que fortalecem o envolvimento cívico e a fiscalização das ações governamentais. Esses incluem, entre outros, os conselhos de direitos e políticas públicas, que existem em diversas configurações, abrangendo temas variados; as conferências e fóruns que se constituem em espaços cruciais de deliberação, onde cidadãos, especialistas e representantes governamentais se reúnem para discutir e moldar políticas públicas. O orçamento participativo é uma prática que empodera os cidadãos ao permitir que eles influenciam diretamente as alocações de recursos em projetos e programas locais. As ouvidorias públicas, por sua vez, desempenham um papel vital na recepção de queixas, sugestões e feedback da população, promovendo uma comunicação direta entre os cidadãos e o governo. Além desses mecanismos, o acesso é facilitado a instâncias de monitoramento, como os planos plurianuais, que estabelecem metas e diretrizes para o desenvolvimento a longo prazo, e sistemas de transparência que oferecem acesso público a informações sobre gastos, contratos, receitas e outras atividades do governo.

Conforme destacado por Allebrandt; Kohler (2018), no controle institucional, os agentes públicos detêm a autoridade e a obrigação legal de fiscalizar e supervisionar as ações estatais, por outro lado, no controle social, os cidadãos não estão legalmente obrigados a exercer funções de fiscalização e supervisão, mas a Constituição lhes confere o direito de adentrar na esfera da Administração Pública com o intuito de fiscalizá-la, submetendo-a à vontade soberana do povo.

O orçamento participativo foi concebido com o propósito de promover a participação ativa da população no processo decisório, combater as desigualdades sociais e fortalecer o

capital social, atribuindo aos cidadãos a autoridade para tomar decisões. Sua origem remonta a 1989, quando foi implantado na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. A partir desse marco, evoluiu-se uma modalidade de administração local que se fundamenta na participação direta da população na formulação do orçamento público, destacando-se a participação ativa na definição das prioridades para os investimentos municipais (Fedozzi, 1998). No período de 1989 a 2004, o orçamento participativo difundiu-se em âmbito nacional e internacional, sendo adotado por mais de 300 municípios e implementado em cerca de 30 países (Wampler, 2008).

Através da promulgação da Lei nº 11.179 de 1998, o Estado do Rio Grande do Sul estabeleceu o mecanismo da Consulta Popular para a definição dos investimentos e do orçamento estadual, permitindo a participação efetiva da população na identificação das prioridades de interesse tanto municipais como regionais (Rio Grande do Sul, s/a). O processo se inicia com a apresentação de propostas por parte dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs⁵¹ e demais cidadãos, nas quais são destacadas as prioridades. Em seguida, a população tem a oportunidade de exercer seu direito de voto, escolhendo as propostas que considera mais relevantes para o desenvolvimento de sua região, nos diversos ramos, como: agricultura, turismo, justiça e direitos humanos, meio ambiente, cultura, entre outros (Rio Grande do Sul, s/a).

Em democracias, a presença de um Estado com capacidade efetiva de controle social requer uma sociedade civil igualmente robusta, dotada de habilidades para exercer o controle social. Uma sociedade civil forte não se caracteriza por ser oligárquica ou hostil à autoridade do Estado, mas sim por estar integrada a ele e desempenhar um papel ativo no processo de orientação da governança e reforma do Estado (Pereira, 1998).

Todavia, “a adoção de políticas inovadoras de modo algum é uma garantia de que resultados similares se produzam em contextos distintos” (Wampler, 2008, p. 68). Do mesmo modo, observamos uma tendência à terceirização de serviços públicos, que frequentemente é justificada como uma medida para reduzir a burocratização e aumentar a eficiência. No

⁵¹ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.

entanto, essa abordagem levanta questões significativas sobre a capacidade de controle social e participação cidadã. À medida que serviços públicos são transferidos para o setor privado, a sociedade civil pode se encontrar em uma posição de menor influência sobre esses serviços. A terceirização muitas vezes resulta em uma estrutura complexa e opaca, tornando mais desafiador para os cidadãos acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços, o que pode enfraquecer a capacidade da sociedade de orientar e reformar o Estado em direção a políticas que atendam ao bem comum. Portanto, a busca pelo equilíbrio entre eficiência e a preservação da participação cidadã é um dos desafios contemporâneos nas democracias sob a lente do neoliberalismo.

Faria (2010) caracteriza esse movimento como confluência perversa, que é quando ocorre a transferência de responsabilidades que, originalmente, seriam do Estado para a sociedade civil, muitas vezes através de organizações não governamentais (ONGs) e iniciativas de "filantropia empresarial". Essa prática pode ter como consequência a evasão do debate sobre estratégias de longo prazo e de natureza estruturante. Em vez de abordar as causas subjacentes dos problemas, essa transferência de responsabilidades pode resultar em soluções paliativas e superficiais que não abordam as questões fundamentais que perpetuam o fazer público.

O controle social é um processo com metas bem definidas, e sua implementação eficaz em nível local culminará no aprimoramento da democracia e no estímulo à cidadania deliberativa. Ele emerge como uma estratégia essencial e qualificada para o monitoramento e acompanhamento de políticas públicas de alta qualidade. Ao permitir que os cidadãos exerçam sua voz, participem ativamente na tomada de decisões e fiscalizem ações governamentais, o controle social não apenas fortalece a democracia, mas também assegura que as políticas públicas atendam eficazmente às necessidades da sociedade.

3. OS CONSELHOS MUNICIPAIS NO COREDE FRONTEIRA NOROESTE

Como amostra de uma parte dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e por fazer parte da residência das pesquisadoras, para fins de discussão do tema, realizou-se uma

pesquisa através do método qualitativo efetuando uma busca nos sites oficiais dos 20 municípios que compõem o COREDE Fronteira Noroeste/RS, objetivando encontrar informações acerca da legislação, normativas, estatuto, composição, representatividade da sociedade civil, resoluções e pareceres e cronogramas de reuniões dos conselhos municipais. A análise de conteúdo proporcionou elaborar reflexividade crítica quanto às possibilidades de acesso e divulgação da atuação que os conselhos municipais apresentam nos sites das prefeituras, considerando que são instâncias de controle social extensas a todos os cidadãos, sendo ou não representantes oficiais da sociedade civil.

Dos 20 sites dos municípios, verificou-se que 7 deles não trazem nenhuma informação sobre os conselhos municipais. Nos 13 restantes encontrou-se apenas informações parciais, tais como: leis de criação, regimento interno, portarias, resoluções, composição, informações acerca das reuniões. É importante frisar que o acesso nos sites de alguns municípios no ícone dos conselhos municipais é dificultoso, exigindo atenção na busca.

É válido salientar que nenhum dos municípios que trazem algumas informações pertinentes aos conselhos fazem-nas no portal da transparência. Ou seja, o controle social não está atrelado nos sites como fiscalização das políticas públicas no portal de transparência. Ademais, destes 13 municípios que disponibilizam o acesso à informação sobre os conselhos municipais, 5 apresentam a numeração entre 12 e 23, indicando a possibilidade de ser o número de conselhos ativos. Por outro lado, os demais 8 municípios que apresentam menos de 5 conselhos, também pode ser incerto o número. Nesta averiguação, a quantidade é duvidosa, visto que alguns conselhos como por exemplo, o da assistência social e o da saúde estão previstos na Constituição Federal de 1988, exigindo a participação da população no processo de formulação e controle das ações governamentais. Tais conselhos possuem caráter decisório, logo são denominados como deliberativos, exercendo maior influência nas políticas públicas.

Para visualizar e compreender os dados da pesquisa, segue um quadro com o nível de informações sobre os municípios e seus conselhos.

Quadro 1 - Municípios do COREDE Fronteira Noroeste, nível de informações dos conselhos municipais encontrados nos sites oficiais.

Município	Nível de informações sobre conselhos	Quantidade de conselhos encontrados nos sites
Alecrim	Parcial	02
Alegria	Parcial	03 ⁵²
Boa Vista do Buricá	Parcial	01
Campina das Missões	Parcial	01
Cândido Godói	Parcial	03
Dr. Maurício Cardoso	Parcial	15
Horizontina	Parcial	23
Independência	Nenhuma	0
Nova Candelária	Nenhuma	0
Novo Machado	Nenhuma	0
Porto Lucena	Nenhuma	0
Porto Mauá	Parcial	4
Porto Vera Cruz	Nenhuma	0
Santa Rosa	Parcial	12
Santo Cristo	Parcial	21
São José do Inhacorá	Parcial	01
Senador Salgado Filho	Parcial	05
Três de Maio	Parcial	19 ⁵³
Tucunduva	Nenhuma	0
Tuparendi	Nenhuma	0

⁵² Apenas conselhos inerentes aos servidores. Ex.: Conselho do Fundo de Assistência Médico - Hospitalar dos Servidores Públicos ativos e inativos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Alegria – RS (FAHMA)

⁵³ Constam outros 3 conselhos inerentes a questões internas, como por exemplo o Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria do Servidor.

Fonte: elaborado pelas autoras.⁵⁴

O fato de 7 municípios não constarem nenhuma informação para fins de acesso é preocupante, porém, não se pode concluir que tais municípios neguem acesso, uma vez que podem disponibilizar informações por outros meios quando solicitado, como por exemplo, via e-mail ou contato telefônico. Da mesma forma, os 13 municípios que disponibilizam algumas informações, também não podem ser aceitos como transparentes, visto que, muitas informações não são disponibilizadas. A priori, compreende-se que disponibilizar digitalmente o acesso inerente ao funcionamento dos conselhos é uma escolha do gestor, ainda que esteja sob o crivo da lei. A publicidade além de estar prevista na Constituição Federal, como prevê o art. 37 de que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Brasil, 1988), também está em outras duas leis complementares, Lei Federal Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Corroborando com a ideia de gestão responsiva em face às informações digitais, Pinho (2008), sinaliza a importância de os governos disponibilizarem as informações e também oferecerem possibilidades de interação e participação mútua, pois, apenas apresentar digitalmente as informações não impede que se esconda ou não se mencione o que não se quer mostrar. Essa postura de sequer informar dados básicos dos conselhos pode denotar omissão. Acontece que, somente com o protagonismo da sociedade civil ou com a fiscalização de setores de controle do próprio governo em base a legislação, poderá ser identificada essa falta.

Embora o acesso aos portais e plataformas digitais seja bastante excludente, visto que uma parcela dos cidadãos brasileiros não tem acesso à internet⁵⁵, perante a evolução tecnológica tais meios são necessários. Marco e Terci (2022, p. 315) argumentam que, “[...] essa perspectiva repousa sobre dois princípios fundamentais do regime democrático: o da soberania popular, que constitui o povo como única fonte do poder; e o da participação, direta

⁵⁴ Todas as informações contidas na referida tabela foram coletadas nos sites oficiais dos municípios.

⁵⁵ Segundo pesquisa do Cetic.BR realizada em 2022, 80% dos domicílios possuem acesso à internet. Nas áreas urbanas chega a 82% e rurais a 68%.

ou indireta, como forma efetiva de expressão da vontade popular”. No entanto, cabe questionar: o povo tem consciência da força e da responsabilidade que possui perante aos órgãos e entidades do poder públicos?

Os autores Marco e Terci (2022), alertam que mesmo com a Constituição Federal de 1988, a cultura política brasileira continua com resquícios do Estado autoritário, indicando ser um dos entraves da participação política da sociedade civil. Por outro lado, “[...] não se pode ter uma visão romântica de que todos os representantes da sociedade civil estão defendendo os mesmos princípios e o interesse público” (Behring; Boschetti, 2007, p. 183). Então, qual o caminho para promover a participação cidadã da sociedade civil? Essa tarefa vai além da institucionalização dos conselhos, pois, demanda de um processo de empoderamento da população, de exercer a cidadania em todas as dimensões, e não apenas pelo voto em eleições.

Assegurar que os conselhos no município funcionem com transparência, deve ser compromisso da gestão pública. Quando este contrato não é cumprido, ainda que seja papel da sociedade civil organizada pautar esta lacuna, a educação pode ser o elo de mobilização.

A educação pode auxiliar neste processo de mudança à cultura política brasileira, alterando a postura da sociedade civil e também do poder público, ou seja, daqueles que governam e ocupam cargos públicos. O fato de as escolas reconhecerem a participação e a cidadania como elementos estruturantes do seu currículo escolar é um indicativo que contribui para este processo. É possível que as escolas, por exemplo, proporcionem espaços de participação na própria escola, destacando a importância dos seus próprios conselhos, como o Conselho Escolar ou outras associações como o grêmio estudantil. Tudo é espaço para exercício democrático da participação social que exploraria a vida escolar inserindo-se na sociedade em geral. E claro, ainda destacando, trazendo informações sobre como funciona a estrutura social que possibilita a participação dos cidadãos em geral na sociedade.

Sentir-se parte e responsável pelas escolhas políticas do município de residência é exercer a cidadania. Olívio Dutra, governador do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1999-2003, enfatiza que “a democracia é construída de baixo para cima, o povo precisa ter vez e voz”⁵⁶. A democracia faz parte da educação, e só é compreendida quando praticada.

⁵⁶ Fala realizada por Olívio Dutra durante uma aula da disciplina “Seminários” do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS em

O processo de participação da sociedade civil, é simples, porém, demanda de esforços conjuntos, contínuos e criativos. Na mesma linha de pensamento, Santos (2002, p. 76) compreende que “é na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas”. A democracia não é estática nem linear, para ser efetiva ela deve ser ativa e motivadora de capital social. Aliás, é o capital social que pode impulsionar a participação da sociedade civil no controle social, visto que, “[...] a sociedade civil será tanto mais democrática quanto maior for o capital social existente na sociedade, quanto maior for o número de associações representativas da sociedade civil existentes nessa sociedade” (Pereira, 1998, p. 33).

Com efeito, embora o fato de remeter o nível de participação da sociedade civil no controle social não esteja propriamente atrelado ao fato da publicidade digital das informações concernentes aos conselhos municipais, pode ser um indício de depreciação. Ora, enquanto os municípios precisarem da deliberação de alguns conselhos para receber recursos financeiros em prol da efetivação das políticas públicas, a participação da sociedade civil será obrigatoriamente necessária na esfera pública. A escolha está entre apenas cumprir a lei ou alargar os espaços de participação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão instigada pela universidade sobre o controle social desencadeou um processo de investigação abrangente, com foco na acessibilidade digital dos conselhos municipais que compõem o COREDE Fronteira Noroeste. Esta pesquisa não apenas lançou luz sobre o estado atual do controle social, mas também provocou importantes questionamentos e inquietações, apontando para a necessidade contínua de estudos aprofundados nesse campo.

Os resultados desta pesquisa revelam uma lacuna significativa no cumprimento do preceito da transparência por parte da maioria dos municípios analisados, especialmente no que diz respeito à divulgação das reuniões e discussões promovidas pelos conselhos

03/10/2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

municipais. Esse achado suscita preocupações importantes, uma vez que a transparência é um elemento-chave para fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil, permitindo que os cidadãos participem ativamente no processo de tomada de decisões.

As tecnologias digitais oferecem uma oportunidade valiosa para conectar as pessoas e acelerar a disseminação da informação, no entanto, a eficácia dessas tecnologias depende do acesso e da interação das pessoas. Portanto, esta pesquisa destaca a necessidade premente de aprimorar a acessibilidade digital dos conselhos municipais, a fim de fortalecer o controle social, promover a transparência e garantir que as políticas públicas atendam de forma eficaz às necessidades da sociedade. Ao fazer isso, contribuiremos não apenas para a construção de uma democracia mais robusta, mas também para que o acesso a políticas públicas seja uma realidade para todos os cidadãos.

A participação cidadã é o cerne da democracia, com efeito, o controle social é a efetivação deste viés democrático. Embora as omissões e o jogo de interesses permeados por projetos políticos desmobilizem e dificultem o exercício do controle social, encontra-se na educação um potente instrumento de fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Sérgio Luis; KOHLER, Romualdo. **A Dinâmica de Participação Social e Promoção do Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Coredes e Comudes**. In: *Controle social de territórios: teoria e prática*. Org. Sérgio Luís Allebrandt; Fernando Guilherme Tenório. Ijuí: Ed. Unijuí, v. 2, 2018. p. 45-70.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 131, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F.; PEREIRA, J. R. **Gestão social:** reflexos teóricos e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 681-703, set. 2011.

FARIA, Cláudia Feres. **Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo:** construindo uma sinergia positiva? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 187-204, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GrdfVB5TTcqympRgDPDXsdx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

FEDOZZI, Luciano. **Inovações Democráticas na Gestão Pública:** A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre (Brasil). *Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, n. 118, jun. 1998. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178373/000600687.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 out. 2023.

FRANCISCO, Daniel Neto; VILLELA, Lamounier Erthal. **Políticas Públicas e Sociais do Governo Federal (2014 - 2016):** Em um território de mudanças. Itaguaí – Rio De Janeiro – Brasil. In: *Controle Social de Territórios Teoria e Prática*, v. 1, Palmas/TO: Universidade Federal do Tocantins, EDUFT, 2018.

MARCO, Cláudio Augusto Ferreira Di; TERCI, Eliana Tadeu. **Transparência municipal e controle social:** a visão dos Observatórios Sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/byG7XjncXBgvkxMGpkmrvvgK/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MARTINS, Carlos Estevam. **Governabilidade e controles.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, v. 23. p. 5-20, 1º trim. jan. 1989.

MELO, Rúrion. **Repensando a esfera pública:** esboço de uma teoria crítica da democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 94, p. 11-39, 2015.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **Sociedade civil:** sua democratização para a reforma do Estado. Brasília: ENAP, 1998.

PERSSON, Erik.; MORETTO NETO, Luís. **Implicações da apropriação da noção habermasiana de esfera pública na gestão social à luz das refrações da burocracia.** *XXXIX ENCONTRO DA ANPAD*, 2015, Belo Horizonte. Anais, Belo Horizonte: Anpad, 2015.

PINHO, José Antônio Gomes de. **Investigando portais do governo eletrônico de estados no Brasil:** muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/j8dGWgrkM8KVBwm5gzXhSJr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 05 nov. 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. ***Democratizar a democracia***: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias**. *Questão social e políticas públicas no Brasil contemporâneo*. Org: Luciana Jaccoud; Frederico Barbosa da Silva, et.al. Brasília: IPEA, 2005.

WAMPLER, Brian. **A Difusão do Orçamento Participativo Brasileiro**: 'Boas Práticas' Devem ser Promovidas? *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008. p. 65-95.

CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NAS POLÍTICAS SOCIAIS

SOCIAL CONTROL: A REFLECTION ON CITIZEN PARTICIPATION IN SOCIAL POLICIES

Ruth Pereira de Melo⁵⁷
Cristiane Andrade da Costa⁵⁸
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira⁵⁹
Damázio Liza da Cruz Junior⁶⁰
Izequiel de Brito Santos⁶¹

Resumo: O presente artigo é uma reflexão teórica sobre o tema controle social, um conjunto de mecanismos de participação do cidadão e da cidadã na gestão das políticas. Tem como objetivo analisar a importância da participação da sociedade civil nas políticas sociais. O estudo foi bibliográfico, numa abordagem de caráter qualitativo, além disso, trata-se de uma pesquisa explicativa. Com efeito, o estudo nos revelou que o controle social é umas das formas mais efetivas da participação popular que fortalece a democracia e a cidadania.

Palavras-chave: controle social; política pública; participação popular.

Abstract: This article deals with a theoretical reflection on the subject of social control, a set of mechanisms for citizen participation in the management of public policies. It aims to analyze the importance of civil society participation in social policies. The study was bibliographic, in a qualitative approach, in addition it is an explanatory research. Indeed, the study revealed that social control is one of the most effective forms of popular participation that strengthens democracy and citizenship.

Keywords: social control; public policy; popular participation.

1. INTRODUÇÃO

Na atual fase da democracia não existe outra forma que possibilita uma maior participação da sociedade nos destinos públicos que o controle social. O controle social é um

⁵⁷Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Coari/Amazonas-Brasil, ruthpmoliveira@gmail.com

⁵⁸Mestra em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Coari/Amazonas-Brasil, cristianeparintins@hotmail.com

⁵⁹Serviço Social e especialização em Gestão da Assistência Social e Saúde, Universidade Norte do Paraná, Coari/Amazonas-Brasil, nildes46praia@gmail.com

⁶⁰Serviço Social, Universidade Norte do Paraná, Coari/Amazonas-Brasil, juniorcruz180@icloud.com

⁶¹Pedagogia e especialização em Gestão educacional e práticas pedagógicas. Universidade Estadual do Amazonas, Coari/Amazonas-Brasil, prof.ibsantos2@gmail.com

instrumento carregado de valor e salutar em todos os tempos uma vez que promove a participação garantido pela Constituição Federal de 1988, descrito no princípio “participação popular”. A participação social proporciona o diálogo entre sociedade e o governo no processo decisório das políticas públicas, contudo, esbarra em desafios no ato de efetividade dessa participação. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a importância da participação da sociedade civil no controle da gestão das políticas sociais. O uso eficaz do controle social por parte da sociedade civil organizada pode ser tanto uma mediação para a incorporação de interesses da mesma quanto para a vigilância e fiscalização dos meios utilizados para prática das políticas públicas.

A pesquisa adotada foi a de revisão bibliográfica. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizados em duas fases, a saber: levantamento bibliográfico e análise dos dados. Além disso, o estudo bibliográfico foi numa abordagem de caráter qualitativo e de cunho explicativo.

Enfim, o presente artigo apresenta uma reflexão teórica sobre controle social, em três seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção, denominada caracterizações dos instrumentos legais e espaços públicos para o controle social na gestão das políticas públicas, aborda os principais instrumentos legais e espaços públicos, a segunda seção intitulada a importância da participação popular: alguns apontamentos, traz uma reflexão da relevância da apropriação desse direito e a última aborda sobre a cidadania: reflexões e definições do papel da sociedade.

2. CARACTERIZAÇÕES DOS INSTRUMENTOS LEGAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Discorrer sobre controle social é um desafio em virtude dos ataques a democracia nos últimos anos, contudo é de suma importância uma vez que o controle social é considerado um instrumento valioso na defesa da democracia e da cidadania, além de expressar o acesso aos processos que informam decisões da sociedade política, viabilizando a participação da sociedade civil. Deste modo, entender e defender o controle social como uma forma de

expressão de cidadania, bem como um conjunto de mecanismo que permite a ligação política entre o Estado e a comunidade de modo efetivo e pleno é de extrema relevância.

Em termos gerais, controle social deve ser entendido como a participação do cidadão e da cidadã na gestão pública a qual tem por finalidade fiscalizar, monitorar e controlar as ações da Administração Pública (CGU, 2012). Dito de outra forma é mecanismo garantidor da sociedade civil organizada fazer parte da gestão das políticas públicas, o direito à participação.

Importa dizer que, a Constituição Federal de 1988, no artigo 204, assegura a participação da sociedade civil nas políticas públicas, através dos instrumentos legais e espaços públicos. Diga-se, um conjunto que compõe mecanismos necessários que configuram instrumentos legais e espaços públicos exclusivos para a participação da população nas políticas sociais, e dentre eles destacam-se, os conselhos, as conferências, as audiências públicas e o orçamento participativo. Para melhor compreender tais instrumentos de controle social algumas definições são necessárias, a saber:

Os conselhos são essencialmente espaços de interlocução política, negociação e deliberação, lugares de disputa de projetos e recursos, mecanismos de partilha de poder e de democratização da vida social. Os conselhos são espaços essencialmente democrático, locais de confluência de visões e interesses plurais, que devem ser compartilhados na perspectiva da construção de concordâncias. Logo, espaços de negociação, alianças, parceria, acordos e diálogos, que funcionam como instrumentos entre representante poder públicos e da sociedade civil.

Destaca-se também as conferências como espaços importantes para participação popular uma vez que “as conferências são instâncias periódicas de debate, formulação e avaliação sobre temas específicos e de interesse público, com ampla participação de representantes do governo e da sociedade civil” (Brasil, 2014, p. 9). De acordo com Braun (2009, p. 82) “conferências são eventos periódicos, organizado para discutir e propor ações relacionadas a política em cena, nas três esfera do governo”. Elas permitem abrir o diálogo com a sociedade civil e com os outros conselhos. Além disso, as conferências têm sido pautadas pelo princípio da participação dos diversos segmentos da sociedade visando avaliar e

definir propostas e prioridades no que dizem respeito às políticas públicas (Guizardi et al., 2004).

Ademais, os conselhos e as conferências, com representação paritária, legitimam a participação social na gestão, implementação e implantação de políticas sociais, assim importantes mecanismos para o fortalecimento da democracia e cidadania.

Outrossim, as audiências públicas, “eventos participativos de caráter presencial, consultivos, abertos a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes” (Brasil, 2014, p.11). Essa por sua vez tem por escopo um amplo debate com os atores sociais, de forma a engajá-los na busca de formas para a solução de problemas que afligem esse núcleo social. Convém ainda como instrumento para colheita de mais informações ou provas, depoimentos, pareceres de especialistas, documentos, sobre determinados fatos (Mazzilli, 1996).

Destarte, são através das audiências públicas que obtemos mais informações sobre o problema social, onde poderá redefinir seu modo de atuação na solução da questão, exercendo o papel de interlocutor social e construindo uma solução que atenda aos anseios de toda a sociedade envolvida.

Essa prática representa um avanço democrático, pois sinaliza caminho para participação social em pautas dos problemas de relevante interesse social, exercendo-se um diálogo com os diversos atores sociais. Com efeito, as audiências públicas não só têm servido como resposta aos reclamos dos cidadãos como também permitem que as autoridades melhorem a qualidade da gestão pública.

Igualmente o orçamento participativo é um mecanismo que evidencia o exercício da democracia. É onde a população pode discutir e decidir sobre os rumos do orçamento público. Este processo supera a mera participação do cidadão somente no momento do voto, e não tendo que esperar mais quatro anos para exercer sua voz novamente. Aqui, o cidadão controla o Estado e participa da gestão das políticas públicas, um controle vertical, ou seja, a sociedade dialogando quanto aos recursos destinados às ações do Estado. Através do orçamento participativo, a participação da população é direta e não via Entidades. Sua participação é direta através das assembleias públicas independente de seu partido, religião, etc.

Ressalta-se que, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu Art 48, parágrafo único estabelece: "A transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos".

A participação do cidadão no assunto relativos às políticas sociais é um direito conquistado e uma responsabilidade a ser cumprida. Para o Brasil ser de fato um país de direito democrático como se é assegurado em nossa Carta Magna é necessário que a sociedade ocupe seu lugar de fala nas deliberações políticas, tendo em vista que a “participação é um instrumento da garantia de participação população no processo de discussão e formulação das políticas, como também no acompanhamento da execução” (Pereira, 2013, p. 114).

Assim sendo, tais instrumentos constituem espaços públicos efetivos para a participação da população, deste modo no viés para o controle social das políticas sociais, como saúde, assistência social e outras. Nas palavras de Teixeira (2002, p. 38) “a participação é um instrumento de controle social do Estado pela sociedade, portanto, de controle social e político possibilitando os cidadãos definirem critérios e parâmetros para orientar a ação pública”, ou seja, participação na gestão pública.

3. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: ALGUNS APONTAMENTOS

Para ponderar a importância da participação social faz-se necessário conceituar participação popular. De acordo com Souza “a participação é requisito de realização do próprio ser humano e para seu desenvolvimento social requer participação nas definições e decisões da vida social” (Souza, 1991, p. 83).

A participação popular é como uma prática social que supõe a participação das classes sociais, principalmente a dos trabalhadores do campo e da cidade, em todos os níveis de organização da sociedade, sendo que essa participação não se dá de forma difusa, mas organizada, devendo envolver associações, comitês, fóruns, conselhos, sindicatos, partidos, movimentos e organizações, dentre outros mecanismos, nos diferentes níveis de organização do Estado e nas diferentes áreas de atuação (Oliveira; Almeida, apud Arouca, 2009, p.15-16).

Dallari (1996) elucida que:

A participação popular prevista na Constituição Federal de 1988 é um princípio inerente à democracia, garantindo aos indivíduos, grupos e associações, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa de seus interesses. Possibilita-lhes, ainda, a atuação e a efetiva interferência na gestão dos bens e serviços públicos. (Dallari, 1996, p.13-14).

Com a Constituição Federal de 1988 emerge essa grande conquista para sociedade, visto que, participar torna-se um direito constitucional, abre um “leque” para participação nas esferas públicas das políticas sociais e em outras instâncias deliberativas. Valla et al (1993) afirmam:

Participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar as formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.). Outros sentidos mais correntes de participação são a modernização, a integração dos grupos ‘marginalizados’. (Valla et al., 1993, p.09).

A participação da população se torna uma força social imprescindível para fazer sair do papel os projetos e as conquistas, e, impulsionar as mudanças necessárias. A participação popular torna o governo responsável diante da sociedade e cria cidadãos mais sábios, capazes de perseguir o interesse público, um controle no sentido vertical, sociedade-Estado e não somente Estado-sociedade. A participação requer instrução e preparação para o exercício pleno da cidadania, informada e que seja utilizada de forma responsável. Além disso, participar abre um caminho complementar às reivindicações e às demandas por uma melhor distribuição do dinheiro público e outras deliberações. Decerto, a participação popular é também uma forma de reivindicar os direitos sociais em diversas áreas, como: da saúde, da assistência social, educação, entre outras.

Ademais, a participação popular é uma das formas de democracia, promove o envolvimento da sociedade na arena das políticas públicas, assim, configura-se uma estrutura institucional para chegar a decisões de políticas públicas, consequentemente um garantidor de acesso aos direitos sociais.

Segundo Benevides (1994) a ampliação dos direitos políticos através da instituição da

participação direta dos cidadãos, democratiza o Estado. Nesse sentido, exercer o papel de cidadão é lutar em busca dos direitos sociais, como a saúde, educação, à liberdade, à propriedade, à igualdade e entre outros direitos. É também participar no destino da sociedade, votar, e também ser votado, ter direitos políticos e sociais.

As definições do verdadeiro papel de cidadania enquanto participação cívica nos interesses públicos, no que diz respeito a toda coletividade, é extremamente assumir uma importante responsabilidade nas políticas sociais de interesse de todos. O papel da sociedade nas políticas sociais é uma vitória, é de suma importância à democratização ocorrida no Brasil, diga-se o sistema é democrático participativo, no qual existe uma lógica entre a sociedade civil e o Estado, portanto não pode-se retroceder, contudo avançar, não pode-se destituir direitos, mas conquistar e efetivar mais direitos, e, isso, é possível quando existe controle social, sendo participe do processo de gestão das políticas públicas, enfim, exercendo sua cidadania.

4. CIDADANIA: REFLEXÕES E DEFINIÇÕES DO PAPEL DA SOCIEDADE

Note-se que a cidadania e sua contextualização histórica no decorrer dos tempos, se transforma constantemente, a cidadania atualmente não é só exercer o papel de cidadão quando tem eleições, mas sim, participar ativamente, nas transformações das políticas públicas. Segundo Bonavides et al (2009, p. 07):

O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático.

Após anos de lutas tem-se o direito de participar, de intervir com opiniões. A cidadania como um direito fundamental para que se possa expressar ideias, como também de democracia. De acordo com autor Baracho (1994), esclarece o seguinte:

A palavra “cidadania” provém do latim *civitas* que significa cidade. Isto nos remete a expressão grega *polis*, cidades-estados antigas; tipo de organização a que é atribuído, pela maioria dos historiadores, o conceito tradicional de cidadania. Nesta fase cidadania se restringia à participação política de determinadas classes sociais. Cidadão era o que morava na cidade e participava de seus negócios. (Baracho, 1994, p.01)

Segundo Bobbio (1999) “a cidadania é uma luta diária, e que hoje não basta apenas elencar e fundamentar direitos é preciso efetivá-los”. Portanto,

cidadania é capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (Coutinho, 2005, p. 2).

De acordo Dalmo Dallari (1998, p.11):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Para efetivar-se de fato e definir o papel da sociedade sobre as políticas públicas, é necessário superar alguns desafios que limitam a realização plena deste direito, a necessidade de superação de uma cultura política autoritária, que historicamente marcou as relações de poder no Brasil por muitos anos antes da Constituição Federal de 1988, sabemos que para se conseguir a cidadania de fato de direito foram anos de lutas profundas de mudanças econômicas, políticas que provocou a mudança de novas demandas sociais, lutas por um país mais democrático, e que nos últimos anos depara-se com iniciativas que ferem tal direito constitucional.

Vale frisar que todos os cidadãos e cidadãs possuem direitos e deveres, e que para exercermos o controle social das políticas públicas também é um dever enquanto cidadão. Mas, qual é o papel da sociedade frente ao controle social? Por que é importante?

O papel da sociedade para tornar possível o controle social, é necessário que os representantes da sociedade tenham uma opinião bastante clara sobre a política pública a ser discutida, quais devem ser as suas prioridades, o que ela precisa ter ou fazer para garantir os direitos da comunidade e suprir suas demandas. Para isso, é importante que os movimentos, associações, fóruns e outras entidades da sociedade civil sempre busquem informações e discutam as políticas públicas, programas, ações e o orçamento de um determinado setor para depois dialogar com o Estado. Assim, ao chegar nos espaços de participação, defendem melhor uma posição discutida previamente. (Serafim; Texeira, 2008, p. 3).

Destarte, a cidadania e democracia andam lado a lado e para que isso ganhe plenitude é preciso que a sociedade compreenda o seu real papel, seguindo a concepção das autoras Serafim e Texeira (2008):

Para discutir com qualidade e intervir melhor nas políticas públicas, também é fundamental que os representantes da sociedade conheçam seus direitos, os espaços de participação em que podem atuar, de que maneira é possível incidir nestes espaços, e que outras formas de pressão e monitoramento existem sobre as políticas públicas. Com o tempo, as pessoas envolvidas no controle social passam a entender melhor como funcionam as políticas, e passam a intervir com mais qualidade, apropriando-se dos termos utilizados, regras que se deve cumprir, como funciona a burocracia, os prazos que o poder público precisa cumprir, etc. O importante é ter em mente que este processo de aprendizado e formação é contínuo e permanente, e deve ser alimentado nos espaços autônomos de organização da sociedade. (Serafim; Texeira, 2008, p. 3).

O papel da sociedade e da participação deve ser entendido como um processo continuado de democratização. Além do papel da sociedade civil nas práticas participativas inovadoras que se institucionalizam com os anos 90, cada vez mais, surgem novos movimentos baseados em ações que viabilizem a participação de todos que queiram expor suas ideias na esfera governamental das políticas públicas.

A sociedade também tem o papel importante de cobrar para que sejam garantidos os mecanismos de controle social previstos em lei, bem como o acesso as informações necessárias para efetivar o controle. Deve pressionar para que se criem novos mecanismos, para que se amplie o alcance do controle social e a democratização do estado, tanto nas políticas em que já existem mecanismos de controle social como em outras áreas onde estes mecanismos não avançaram ainda. Em casos de não cumprimento do que está previsto em lei e esgotadas as possibilidades de diálogo, o Ministério Público pode ser acionado para cumprir papel importante na defesa de direitos e do controle social. (Serafim; Texeira, 2008, p. 3).

O papel da sociedade nas políticas sociais é uma vitória, é de suma importância à

democratização ocorrida no Brasil, contudo, “a concretização da cidadania plena também dependerá da revolução interna ou conscientização de cada indivíduo, ao passo de se exigir primeiramente, que haja democracia e luta [...], conforme afirma Covre (2005, p. 73).

Exercer o papel de cidadão é lutar em busca dos direitos sociais, como a saúde, educação, à liberdade, à propriedade, à igualdade e entre outros direitos, bem como participar no destino da sociedade. De acordo com Covre (2005, p. 11):

[...]a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo.

As definições do verdadeiro papel de cidadania enquanto participação cívica nos interesses públicos, no que diz respeito a toda coletividade, é extremamente assumir uma importante responsabilidade nas políticas públicas sociais de interesse de todos e não só de uma parte que o cidadão deseja almejar nos direitos sociais. Não adianta só a sociedade exercer o seu papel sem que haja parceria entre o Estado e a população, ou seja, os atores sociais, é no campo da cidadania que exigimos direitos para termos direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia, no Brasil, é um direito recentemente conquistado, somente a partir da aprovação da Carta Magna de 1988, após mais de duas décadas de um regime político centralizador e que pouco possibilitou a participação cidadã nos rumos do país; no entanto, nas últimas décadas, é notório o direcionamento estabelecido em relação a uma sociedade democrática e participativa, em que todos têm o direito de participar do destino nacional, quer seja por meio do voto direto, quer seja por meio da intervenção popular nas decisões do Estado.

Neste sentido, percebe-se um avanço no que concerne às oportunidades concedidas à população para efetivo controle social, ou seja, um elemento fundamental da democracia tem sido garantido, por lei, a todos os cidadãos, que agora – mais do que meros expectadores das

ações do Estado e da classe política, têm a possibilidade de intervir na gestão de políticas públicas e na aplicação de verbas, de modo a assegurar a sua destinação àquilo que realmente importa, em termos socioeconômicos, para o bem-estar da população.

Como mecanismos utilizados para controle social e participação popular, podem ser mencionados os conselhos, os fóruns e as audiências públicas, que permitem a efetivação da intervenção popular em relação à elaboração, execução, fiscalização e financiamento de ações de interesse social. No caso das audiências públicas, é oportuno enfatizar que se configuram como espaços onde os cidadãos podem expor suas angústias e dificuldades, além de sugerir ações interventivas que estejam estreitamente alinhadas ao bem-estar do povo.

Sendo assim, é pertinente atuar no sentido da construção de uma cultura popular alicerçada na participação política de todas as parcelas da população, haja vista que é uma das maneiras mais eficazes de assegurar a atuação do Estado em consonância com os anseios do povo, em atendimento às suas maiores necessidades. Para tanto, o presente artigo aponta as audiências públicas, essencialmente, como espaços ímpares no que se refere à consolidação da cidadania; desse modo, os representantes públicos, em todos os entes federativos, precisam considerar como legítima e constitucional a intervenção direta do povo em suas decisões, uma vez que a política, na democracia, deve atender ao único interesse de atuar para o bem público – o que é garantido apenas quando todos os cidadãos podem exercer direitos e deveres de maneira concreta.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. M. **Cidadania e democracia**. In Lua Nova, revista de cultura e política, nº 33, 1994.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral da cidadania, a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais**. Saraiva. 1994, p.01-10.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. Texto de José Luis Quadros de Magalhães.

BRASIL. **Cartilha da Política Nacional de Participação Social**. 2014. Disponível <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/CartilhaPNPS1.pdf>. Acesso em 23 ago.2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título VIII Da ordem Social. Brasília:1988.

BRAUM, Edna. **Fundamentação de gestão social: serviço social/ Edna Braun**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **Controle Social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Coleção Olho Vivo Brasília, DF. ISBN n.º 978-85-61770-07-5 Reimpressão – 3.ª edição. 2012. Disponível em: [Programa_Control_Social.indd\(www.gov.br\)](http://Programa_Control_Social.indd(www.gov.br)). Acesso em: 23 ago. 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. Revista **Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**. Ano 2, n. 3, dezembro 2005.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 3º ed., São Paulo – SP: Brasiliense, 2005.

DALLARI, Pedro B. de Abreu. **Institucionalização da participação popular nos municípios brasileiros**. Instituto Brasileiro de Administração Pública, Caderno n. 1, p. 13-51, 1996

GUIZARDI, FRANCINI LUBE et al. **Participação da Comunidade em Espaços Públicos de Saúde: uma Análise das Conferências Nacionais de Saúde**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14(1):15- 39, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/FxGXXKMggbGfvzkrNHSzNvmy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 ago. 2023.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime Jurídico do Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, M. L.; ALMEIDA, E. S. **Controle Social e Gestão Participativa em Saúde Pública em Unidades de Saúde do Município de Campo Grande, MS, 1994-2002**. Saúde e Sociedade. vol.18, n. 1, São Paulo. Jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n1/14.pdf>. Acesso em 23 ago.2023.

PAZ, Rosângela Dias O. da. **Código de Ética: reafirmar a função pública de conselheiros e conselheiras**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: n.85, mar. 2006, p. 117-122.

PEREIRA, Maria Lucimar; ZAMBON, Rodrigo. **Política Sociais II**. São Paulo: Pearson,

2013.

SERAFIM, Lizandra. TEIXEIRA, Ana Claudia C. **Controle social das políticas públicas.** Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – nº 29 – Agosto 2008. Disponível em <http://www.polis.org.br>. Acesso em 06 out. 2023.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 3o ed. São Paulo: Cortez, 1991.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VALLA, V. V., ASSIS, M. & CARVALHO, M. **Participação Popular e os Serviços de Saúde: O Controle Social como Exercício da Cidadania.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. 1993.

OS RETROCESSOS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL DURANTE GOVERNOS DE DIREITA

THE SETBACK OF MENTAL HEALTH POLITIC IN BRAZIL DURING RIGHT-WING GOVERNMENTS

Leandra Rodrigues Escobar ⁶²

Jocenir de Oliveira Silva ⁶³

Resumo: Durante o governo de Jair Bolsonaro, a política de saúde mental no Brasil enfrentou uma série de desafios e ataques frontais, o que resultou em consequências significativas para a sociedade. Uma das questões problemáticas foi o fato de o ex-presidente ter feito declarações negacionistas em relação à saúde mental, minimizando a importância de doenças psicológicas e emocionais. Além disso, houve um redirecionamento de recursos para comunidades terapêuticas com um viés religioso, em detrimento de abordagens científicas e baseadas em evidências. Isso levou a um enfraquecimento da política de saúde mental, com investimentos sendo direcionados para métodos questionáveis e sem fundamentos sólidos. A metodologia utilizada para a realização do artigo foi desenvolvida como uma pesquisa de caráter exploratório, com base em materiais bibliográficos, consultados na plataforma Google Acadêmico, com recorte temporal de 2018 a 2022. A escrita tem base no método dialético crítico, que tem como característica estudar a realidade para além da sua totalidade, ou seja, para além do aparente, revelando a necessidade de uma política de saúde mental que seja amplamente embasada em estudos científicos e pautada em princípios de respeito à diversidade, cuidado integral e comunitário. Como resultados apontados até aqui, verifica-se impactos na Política de Saúde Mental no período pesquisado, especialmente no que refere-se a diminuição dos investimentos resultantes da EC 95 que determinou congelamento dos gastos por 20 anos especialmente na área da Saúde. Também houve mudanças paradigmáticas, que atacam a Reforma Sanitária, com a aprovação da Resolução nº 32/2017 e a Portaria 3.588/2017, que impuseram retrocessos no tratamento de usuários com transtornos mentais e a usuários de álcool e drogas. Dentre as alterações se destaca o retorno da internação de pessoas com transtornos em hospitais psiquiátricos e a ampliação e financiamento das Comunidades Terapêuticas.

Palavras-chave: Saúde mental; Reforma Psiquiátrica; Luta Antimanicomial; Comunidades Terapêuticas.

Abstract: During Jair Bolsonaro's government, mental health policy in Brazil faced a series of challenges and frontal attacks, which resulted in significant consequences for society. One

⁶² Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS - Brasil. leandraescobar.aluno@unipampa.edu.br

⁶³ Doutor em Serviço Social pela PUCRS, professor adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA, São Borja/RS - Brasil. E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br

of the problematic issues was the fact that the former president made denialist statements regarding mental health, minimizing the importance of psychological and emotional illnesses. Furthermore, there has been a redirection of resources towards therapeutic communities with a religious bias, to the detriment of scientific and evidence-based approaches. This led to a weakening of mental health policy, with investments being directed towards questionable methods without solid foundations. The methodology used to produce the article was developed as an exploratory research, based on bibliographic materials, consulted on the Google Scholar platform, with a time frame from 2018 to 2022. The writing is based on the critical dialectic method, which has as a characteristic of studying reality beyond its totality, that is, beyond what is apparent, revealing the need for a mental health policy that is largely based on scientific studies and based on principles of respect for diversity, comprehensive and community care. As results highlighted so far, there are impacts on the Mental Health Policy in the period researched, especially with regard to the decrease in investments resulting from EC 95 which determined a spending freeze for 20 years, especially in the area of Health. There were also paradigmatic changes, which attacked the Health Reform, with the approval of Resolution No. 32/2017 and Ordinance 3,588/2017, which imposed setbacks in the treatment of users with mental disorders and alcohol and drug users. Among the changes, the return to hospitalization of people with disorders in psychiatric hospitals and the expansion and financing of Therapeutic Communities stands out.

Keyword/palabras clave: Mental Health; Psychiatric Reform; Anti-Asylum Fight; Therapeutic Communities.

1. INTRODUÇÃO

Durante o governo Temer (2016), houve uma aceleração dos processos de contrarreforma e a continuidade do processo de privatização na área da saúde, intensificados pelo congelamento de recursos orçamentários para as políticas sociais por vinte anos, cortes na política de saúde; propostas de retrocessos na política de saúde mental etc. Em síntese, o governo de Michel Temer repete na saúde tática para o conjunto da gestão.

Já durante o governo de Jair Bolsonaro (2018) os ataques se intensificaram, ataques esses que acabaram ocasionando em grandes perdas para a sociedade, como por exemplo as falas integracionistas do ex presidente, também o investimento robusto em comunidades terapêuticas com viés religioso e entre tantas outras formas de desmoralizar a política de saúde mental no Brasil.

Uma das principais consequências dessas medidas se deu no dia 4 de fevereiro de 2019, quando foi publicada a Nota Técnica n. 11/2019, pois deixava clara a intenção de transformar o modelo assistencial vigente, se apresentando como uma “Nova Política Nacional de Saúde Mental” (Brasil, 2019). A nota afirma a necessidade de aumento do número de leitos psiquiátricos e repudia a ideia de fechar os hospitais.

O presente estudo tem como objetivo analisar os retrocessos que foram ocasionados por governos de extrema direita nos anos de 2016 a 2022 e investigar o vínculo desses retrocessos com um projeto de sociedade que fortalece o mercado privado de saúde. Para alcançar esse objetivo, foi analisado alguns dos principais retrocessos ocorridos durante governos de extrema direita, quais as suas implicações para a sociedade e qual o papel que o Estado deve cumprir diante dessa política.

Espera-se que este contribua para um maior entendimento dos retrocessos na política de saúde mental e estimule ações que visem proteger e fortalecer a saúde mental da população, garantindo uma abordagem mais justa, humanizada e baseada em evidências comprovadas cientificamente.

2. REFORMA PSIQUIÁTRICA EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Para entender sobre os ataques que a política nacional de saúde mental sofre, primeiro precisa-se entender o que é a política de saúde mental e como ela surgiu no Brasil. A política de saúde mental é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Saúde, que adota diretrizes e estratégias para dar assistência para pessoas com transtornos mentais e pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas.

A Reforma Psiquiátrica iniciou no final dos anos 1970, sendo um movimento Social dos Trabalhadores em Saúde Mental, dos usuários e familiares da Saúde e dos técnicos e administradores. Teve como lema fundante o seguinte objetivo: "por uma sociedade sem manicômios". Este movimento visou criar uma política de saúde mental de Substituição, ou seja visava substituir os grandes e antigos hospitais psiquiátricos por unidades psiquiátricas, bem como a substituição do modelo de atendimento baseado até então na hospitalização e no

isolamento por uma atenção integrada aos cidadãos. Para isto visava construir e solidificar outras estratégias de entendimento sobre a loucura, consequentemente promovendo práticas diferenciadas, para além dos muros hospitalares.

Com a aprovação da Constituição de 1988, que ampliou direitos para a população visando garantir a cidadania, na área da saúde encontramos pilares para os avanços da Saúde Mental. Vejamos “**Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, p. 33)”

Para garantir o que foi constituído, houve a criação do Sistema Único de Saúde que passou a ser regulado em 1990 por meio da Lei nº 8080 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes, e também por meio da Lei nº 8142 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências de recursos financeiros na área da saúde. Este chão teórico e legal trilhou caminho que somado ao movimento de reforma Sanitária, resultou em outros desdobramentos que visavam a garantia ampliada na área de Saúde Mental.

Em 2001, a Lei nº 10.216, que foi proposta pelo deputado federal Paulo Delgado, conhecida como Lei Paulo Delgado, ou Lei da Reforma Psiquiátrica instituiu um novo modelo de tratamento aos portadores de transtornos mentais no Brasil, que redireciona a assistência em saúde mental oferecendo o tratamento de forma humanitária e com base comunitária, dispondo sobre a proteção e o direitos das pessoas com transtornos mentais. Porém, é somente em 2001 que a Lei Paulo Delgado é sancionada, depois de passar 12 anos no Congresso Nacional. No entanto, essa aprovação é um substitutivo do Projeto de Lei original. Assim, a Lei nº 10.216 não institui mecanismos claros para a extinção dos manicômios, mas ainda sim, impulsiona um novo ritmo para o processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil. É a partir dessa Lei, e da III Conferência Nacional de Saúde Mental que a política de saúde mental do governo federal, alinhada com a Reforma Psiquiátrica, se consolida e ganha visibilidade e sustentação. (BRASIL, 2005, online).

Dentre os avanços desta política, pode-se observar que os hospitais gerais foram incumbidos a prestar atendimentos a pessoas com transtornos mentais, bem como houve a diminuição gradativa de pessoas internadas em “Manicomios”. Também houve a criação de uma Rede de Atenção Psiquiátrica em todos os territórios municipais do país, CAPS, CAPS AD, Unidades de Saúde Mental, Residenciais Terapêuticos, Programa de volta para casa, Hospital Dia, Serviços de Urgência em Hospital Geral, entre outros, necessários para atender a população em seus locais de origem. No entanto, este movimento ainda demanda de processos que alterem as práticas institucionalizadas em Saúde Mental durante o período de segregação em que prevaleciam estigmas e superem os moldes ultrapassados do campo da saúde.

Os governos conservadores, tendem no processo histórico brasileiro, resgatar estes modelos centrados na hospitalização e segregação das pessoas que demandam atendimento na área de Saúde Mental. É este processo que observamos durante o período Temer e Bolsonaro.

Durante o governo do Michel Temer, o mesmo instituiu uma medida provisória, que posteriormente se tornou a então Emenda Constitucional 95/2016, que determinou o congelamento por 20 anos dos recursos destinados a diversas políticas sociais, entre as quais o SUS. Iniciou-se um período, agravado nos anos seguintes, de redução do financiamento do sistema público de saúde, que já era frágil. Esses retrocessos e desmontes relativos às políticas sociais e a política de saúde mental tem vínculo com um projeto de sociedade marcado pelo fortalecimento do mercado privado de saúde. A proposta de governo de Temer era de centralizar a política de saúde mental nos hospitais psiquiátricos e no financiamento descontrolado das comunidades terapêuticas com viés religioso propicia inúmeros retrocessos, retomando a lógica da medicalização dos usuários, além do lucro para as iniciativas privadas como instituições religiosas e indústrias farmacêuticas. (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020). Durante a era do governo Temer, se apresenta desde o início do golpe (2016) uma grande aceleração e intensificação do Estado neoliberal, que contribuem com o desmonte da política brasileira, configurando uma nova forma de gerir o país, acentuando o processo de contrarreforma, que, atingem diretamente as políticas públicas sociais. Então é com o golpe do governo Michel Temer, que a contrarreforma do Estado Brasileiro se inicia, mais

precisamente na política de saúde mental. Essa nova era Temer apresenta um conjunto de alterações que configuram a maior e mais grave ofensiva ocorrida desde o movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil.

No referido governo esses retrocessos na política de saúde mental andaram a passos largos, que dentre deles se destacam a Resolução nº 32/2017 e a Portaria 3.588/2017, que foram aprovadas sem discussão da sociedade civil, e que impõe severos retrocessos no tratamento de pacientes com transtornos mentais e a usuários de álcool e drogas. Dentre as alterações se destaca o retorno da internação de pessoas com transtornos em hospitais psiquiátricos. Partindo desse ponto, a agenda de desconfiguração da Política Nacional de Saúde Mental no Governo Temer está estruturada em dois acontecimentos que merecem destaque: Dia 14 de dezembro de 2017, na reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) foi aprovada a desconfiguração da Política Nacional de Saúde Mental, que centraliza novamente a internação em Hospitais Psiquiátricos e na ampliação do financiamento das Comunidades Terapêuticas; No dia 22 de dezembro de 2017, o Ministério da Saúde publicou a Resolução n. 32 e a Portaria n. 3588 que oficializou as medidas que desconfiguram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e, em conjunto com o Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Justiça, publicaram a Portaria Interministerial n. 2, que inicia um redesenho na política de drogas, que tem como base o financiamento e ampliação das comunidades terapêuticas.

As alterações feitas na política de Saúde Mental são ameaças constantes às conquistas da Reforma Psiquiátrica no país. Através da Portaria nº. 3.588/2017, o governo Temer criou mudanças na Rede de Atenção Psicossocial, que fortalecem as internações em hospitais psiquiátricos. Se observa uma postura antidemocrática devido à exclusão do Conselho Nacional de Saúde dos processos de decisão. Isso indica que não se reconhece o Conselho como um espaço de tomada de decisão, apesar de ser uma parte das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, é evidente o descrédito em relação ao Movimento Nacional de Luta Manicomial, que se opõe explicitamente às mudanças impostas pelo governo. (SILVA, 2019). No que diz respeito aos retrocessos na Política de Saúde Mental, foi publicada uma Portaria 3.588/2017, que prevê o fortalecimento das internações em hospitais

psiquiátricos, ampliando os recursos para isso. Essa medida se confronta diretamente com o princípio da desinstitucionalização presente no Projeto da Reforma Psiquiátrica. Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016 e o golpe do governo de Michel Temer, sinaliza um retorno ao modelo manicomial uma vez que a resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017 apoia e incentiva financeiramente as comunidades terapêuticas e a portaria nº 3.588 de 21 de dezembro de 2017, introduz o hospital psiquiátrico como parte integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Um outro aspecto importante mencionado nesta nota se refere ao apoio financeiro dado às comunidades terapêuticas (CTs), que já desde 2016, através da Portaria SAS/MS nº 1.482 de 25/10/2016, foram reconhecidas como instituições de saúde e, conseqüentemente, receberam financiamento do SUS para prestação de serviços. A falta de uma equipe técnica própria nas CTs (Clínicas de Tratamento) cria uma dinâmica desafiadora no sistema de saúde. Nesse contexto, as equipes do Sistema Único de Saúde (SUS) frequentemente se tornam a principal fonte de acesso a esses serviços. Isso pode resultar em uma interação complexa entre o setor público e privado na prestação de cuidados de saúde. Vale destacar alguns pontos que essa situação pode implicar, como por exemplo a sobrecarga do SUS, A dependência do SUS para cuidados em CTs pode sobrecarregar ainda mais o sistema público de saúde, que muitas vezes já enfrenta limitações de recursos, pessoal e infraestrutura, a qualidade dos serviços também fica prejudicada, uma vez que as equipes do SUS podem não ter controle total sobre as práticas e padrões das clínicas privadas e isso pode afetar a consistência e a qualidade do atendimento ao paciente, e também a Regulamentação e Fiscalização, que é um dever do Estado, e exige regulamentações sólidas e fiscalização adequada para garantir que os pacientes recebam um atendimento seguro e de qualidade. Em resumo, a falta de equipes técnicas próprias e especializadas nas CTs e a dependência do SUS para acesso a esses serviços podem criar desafios significativos na gestão do sistema de saúde. É importante que as autoridades de saúde e o governo trabalhem para garantir uma cooperação eficaz entre as partes, monitorando de perto a qualidade do atendimento e buscando maneiras de garantir um acesso equitativo e eficiente aos serviços de CTs para todos os usuários.

Já no período de 2019, durante o governo Bolsonaro, algumas alterações aconteceram no financiamento da Atenção Primária em Saúde no Brasil, por meio do Programa Previnde Brasil. A nova portaria determina que o valor enviado para cada prefeitura deve levar em consideração o número máximo de potenciais usuários da Atenção Primária à Saúde. Em 2020, as cidades passaram a receber verbas referentes à população cadastrada nas respectivas UBS. Um ponto importante dentro desse contexto é de que o tempo exigido para o cadastramento da população não possibilitou alcançar a toda a população que precisa, e condicionou a redução do financiamento. A partir do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, foram ainda mais reduzidos os investimentos para atuação que é pautada no viés terapêutico, ampliando o discurso que banaliza a vida e criando limites objetivos à construção do trabalho profissional. (MEDEIROS; MORAES, 2022).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, vários ataques frontais ao que diz respeito às lutas por direitos humanos e pela humanização do tratamento de pessoas com transtornos mentais foram feitos, com suas inúmeras falas banalizando a luta antimanicomial e outras diversas conquistas que foram adquiridas por décadas de lutas dos movimentos sociais, profissionais na área da saúde, os usuários e seus familiares e etc. O ex-presidente também fortaleceu discursos autoritários e mentirosos, que estiveram em bastante evidência durante a pandemia do COVID-19. O ex -presidente se referiu a doença do COVID como uma simples “gripezinha” e sempre reforçava para as pessoas continuarem as suas vidas normalmente pois ele não era “coveiro”. Além de fomentar o discurso da lógica da medicalização dos usuários, além de desqualificar as investigações científicas. O negacionismo científico fez parte dos 4 anos de gestão do governo de Jair Bolsonaro, que ganhou força durante a pandemia da Covid-19. (MEDEIROS; MORAES, 2022).

Já no ano de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19 e as medidas de prevenção, tal qual o isolamento social, acabou trazendo mudanças significativas no dia a dia das famílias e dos cuidados diários. A população que é usuária do serviço de saúde mental é muitas vezes marcada pela desigualdade social, e na grande maioria das vezes não possui uma rede de apoio para o cuidado diário. Levando em consideração esses fatores, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), por exemplo, muitas vezes acaba se tornando o único espaço

de acolhimento e proteção dos usuários, considerando que esse local oferta alimentação, troca de experiências, refúgio e etc. A centralidade do modelo de governo que Jair Bolsonaro defendeu e defende até hoje é pautado na hospitalização em ambiente psiquiátrico, que vai na contramão do acúmulo de conhecimento, da pesquisa, da humanização do tratamento ao usuário etc. (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

Por fim, se destaca então que as medidas tomadas pelo Governo Federal nos anos de 2016 a 2022 tinham como objetivo no campo da saúde mental a volta dos hospitais psiquiátricos como forma de tratamento de pessoas com transtorno mental, além de ampliar e fortalecer espaços como as comunidades terapêuticas com vínculo religioso, com foco no desmonte do SUS e do projeto da reforma psiquiátrica. (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à saúde mental é, na maioria das vezes, elitizado, condicionando o acesso a quem tem condições de arcar com os custos. Já a política pública que tange a saúde mental é, na grande maioria das vezes, sucateada, e vem trabalhando com poucos recursos desde os governos neoliberais e de extrema direita, como a exemplo do governo de Michel Temer (2016-2018) que tinha como plano de governo a Resolução nº 32/2017, que propõe a ampliação das comunidades terapêuticas ligadas ao setor privado e de caráter religioso, para atender dependentes químicos, que vai na contramão da política nacional de saúde mental.

Dentro desse contexto, urge a necessidade de debate e estudo sobre o tema como uma forma de preservar a vida e integridade dos usuários, atuando na defesa do Sistema Único de Saúde e políticas de saúde mental gratuitas e de qualidade, longe da doutrinação religiosa. Esse debate precisa ser expandido de maneira que se desmistifique que as políticas de saúde mental são para “loucos”, termo que ao longo da Reforma Psiquiátrica foi muito utilizado. Para isso deve haver o fortalecimento das mesmas para que se obtenha sucesso no tratamento e na vida de quem usufrui. O estudo sobre esse tema faz com que tenhamos conhecimentos mais vastos e finalmente consigamos entender que precisa se pensar na política de saúde

mental para além da saúde mental, mas também a saúde física e as relações sociais dos usuários, afinal a saúde mental não se limita somente ao tratamento psicológico.

Um usuário com a saúde mental fragilizada acaba tendo sua vida afetada, portanto, urge a necessidade de debater e melhorar as políticas de saúde mental, de forma que não seja nunca banalizada. Esse projeto pode desempenhar um papel fundamental ao fornecer uma plataforma para discussões acadêmicas ou entre a sociedade civil de forma que se use dele para construir diálogos baseados em dados rigorosamente avaliados. Além disso, ele pode contribuir para uma compreensão mais profunda dos retrocessos que ocorreram durante o governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro em relação a essa área.

Um aspecto crítico do ensaio é a análise do impacto das políticas de saúde mental, alocando recursos e mudanças na qualidade do atendimento. Isso poderá fornecer uma base sólida para as recomendações futuras. À medida que o projeto avança, é importante adotar uma abordagem transparente e inclusiva, compartilhando suas descobertas e recomendações com o público em geral.

Esse tema se faz de extrema importância na área do Serviço Social, a fim de que a partir desse trabalho os profissionais possam ter uma leitura de como governos de extrema direita impactam diretamente na intervenção profissional, através de corte de gastos, aumento do debate sobre comunidades terapêuticas e religiosidade, dentre tantas outras formas que podem interferir no tratamento que afeta diretamente os usuários. Diante de tudo isso, o diálogo e estudo se tornam importantes aliados em tempos de governos ultra neoliberais, pois governos de direita, normalmente, prezam por outro tipo de tratamento. Em resumo, o trabalho em questão tem o potencial de gerar um impacto significativo na área da saúde mental no Brasil, ao seguir uma abordagem abrangente que abrange pesquisa, colaboração, engajamento da comunidade e ações concretas, ele pode contribuir de maneira substancial para a melhoria das políticas de saúde mental e, conseqüentemente, para o bem-estar das pessoas que enfrentam transtornos mentais no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde**, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 4 de out. de 2023.

DE OLIVEIRA CRUZ, Nelson Falcão; WEBER GONÇALVES, Renata; GODINHO DELGADO, Pedro Gabriel. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Scielo**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxZ6hgQqBH/>. Acesso em: 4 de out. de 2023.

MEDEIROS DOS SANTOS, Cristiane; DE SOUZA MORAES, Carlos Antonio. Ataques e retrocessos na política de saúde mental, álcool e outras drogas, no período de 2016 a 2021, no Brasil. **Vértices (Campos dos Goitacazes)**, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625773845012/625773845012.pdf>. Acesso em: 5 de out. de 2023.

DA SILVA, B. L.; DA SILVA, A. X. A Política Nacional de Saúde Mental: uma reflexão acerca dos retrocessos nos governos Temer e Bolsonaro. **Serviço Social em Revista**, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38697>; Acesso em: 6 de out. de 2023.

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

SOCIAL PROTECTION SYSTEMS AND SOCIAL PROTECTION POLICIES IN THE CAPITALIST STATE

Jocenir de Oliveira Silva⁶⁴

Luísa Righi Fonseca⁶⁵

Taina Julia da Silva Karsburg⁶⁶

Resumo: O presente estudo pretende problematizar os sistemas de Proteção Social como base principalmente nas correntes Keynesiana e Beveridgiana. Para isto serão apresentados os principais modelos de proteção social. Destacando que o sistema de Proteção Social brasileiro enfrenta diversos agravos, especialmente em decorrência das estratégias ultraliberais adotadas recentemente no Brasil. Nesta direção houve redimensionamento das estratégias de gestão, controle social, financiamento e distribuição que significaram restrição na garantia do acesso as Políticas Sociais para a população brasileira neste período. Pode se afirmar também que tal processo foi agravado pela coincidência de ocorrer a pandemia do SARS/COVID-19, pois quanto menor for a estrutura do Estado nos sistemas de Proteção Social, mais sensível ficará a população nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho, Habitação, Saneamento, Previdência Social, etc.

Palavras-chave: Proteção Social, Proteção Social no Estado capitalista, Seguridade Social.

Abstract: The present study intends to problematize Social Protection systems based mainly on Keynesian and Beveridgian currents. To this end, the main models of social protection will be presented. Highlighting that the Brazilian Social Protection system faces several problems, especially as a result of the ultra-liberal strategies recently adopted in Brazil. In this direction, there was a resizing of management, social control, financing and distribution strategies that meant restrictions in guaranteeing access to Social Policies for the Brazilian population during this period. It can also be said that this process was aggravated by the coincidence of the SARS/COVID-19 pandemic, as the smaller the State structure in Social Protection systems, the more sensitive the population will be in the areas of Health, Education, Social Assistance, Work, Housing, Sanitation, Social Security, etc.

Keyword: Social Protection, Social Protection in the Capitalist State, Social Security.

⁶⁴ Doutor em Serviço Social pela PUCRS, professor adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA, São Borja/RS - Brasil. E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br

⁶⁵ Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa. luisarighifonseca@gmail.com

⁶⁶ Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS - Brasil. tainakarsburg.aluno@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Os sistemas de proteção social no Brasil têm como base principalmente as correntes Keynesiana e Beveridgiana, encontrando na teoria keynesiana a exemplificação da lógica da oferta criar sua própria demanda contraditória, onde a mesma não se sustenta devido não conseguir assegurar seu próprio equilíbrio, sendo necessário um agente externo para regular as chaves do consumo, que surgem através de plenas condições de empregos movidas por forças externas do mercado, ou seja, o estado. Entretanto, através da corrente Beveridgiana a proteção social tem eixos contributivos e distributivos, como explica Pereira (2008), entre eles há seguro e assistência, que preveem auxílio-doença, auxílio-desemprego, auxílio-maternidade, aposentadorias e criação de uma normativa de Assistência, Sistema Nacional de Saúde Universal. Através disso, busca-se que a classe trabalhadora melhore suas condições de vida, tendo atendidas demandas de promoção e prevenção em saúde, além de enfermidades. Na visão do Estado centrado no capital, a classe trabalhadora tem o mínimo como padrão de sobrevivência, com uma perspectiva de incentivo ao trabalho.

Como objetivo geral busca-se “verificar como foram configurados os sistemas de Proteção Social, bem como as características das Políticas de Keynes e Beveridge. Também visa estudar como surgiram e quais são os principais sistemas de Proteção Social. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma busca por artigos nas Revistas da área de Serviço Social, sobre os temas de Proteção Social no período de 2019 a 2022. Nesta pesquisa considera-se o processo de pesquisa qualitativo a melhor alternativa para responder as necessidades de pesquisar políticas com características particulares, inerentes do processo histórico de construção das mesmas. Para trabalhar as informações coletadas, utilizar-se-á análise e interpretação de dados. Os dados qualitativos serão interpretados através da análise de conteúdo que:

é um conjunto de técnicas de análise da comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Esta abordagem tem como finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas,

referentes às mensagens que o entrevistado nos remete, levando em consideração o emissor em seu contexto. A sistematização divide-se em sete etapas: reconstrução, análise, interpretação, conceitualização, generalização, conclusão e elaboração de propostas. A socialização dos dados é consequência dentro do processo de pesquisa, comprometido com o referencial dialético crítico, bem como com o Código de Ética do Serviço Social.

2. PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

Os sistemas de proteção social foram constituídos historicamente desde o processo civilizatório a fim de resguardar partes ou conjunto dos seus membros. Proteger necessidades causadas pela vida natural ou social, como por exemplo: a velhice, a doença, o infortúnio e as privações, alimentação e renda, que irão dar aos cidadãos a sobrevivência e a integração.

Expoente no modo de vida contemporâneo, os sistemas de proteção social que ganharam maior importância foram aqueles desenvolvidos nas sociedades capitalistas europeias, principalmente a partir das últimas três décadas do século XIX e que deram base aos sistemas de seguridade social vigentes. A proteção social exercida através do Estado é socialmente assumida como função do poder público, e representa a existência de um conjunto de garantias, mais ou menos extensas, através da intervenção política e administrativa não excluem a persistência ou a constituição de outras formas de proteção, privadas, nas quais o alcance dos mesmos objetivos está confiado a acordos entre sujeitos, seja na base de relações mercantis ou fundada em vínculos tradicionais. As sociedades pré-capitalistas não privilegiam as forças de mercado e assumiram algumas responsabilidades sociais com o fim de garantir o bem comum, mas sim com a intenção de manter a ordem social e punir o que chamavam de “vagabundagem”.

Do lado da caridade privada e das ações filantrópicas, algumas iniciativas assistências que se identificam como “políticas sociais”, as mais frequentemente citadas como legislações seminais são as leis inglesas, que se desenvolveram na Revolução Industrial, como por exemplo: Estatuto dos trabalhadores, de 13349; Estatuto dos Artesões, de 1563; Leis dos pobres elisabetanas, entre 1531 e 1601; Lei do Domicílio, de 1662; Speenhamland Act, de

1795; Lei Revisora das Leis dos Pobres, ou Nova Lei dos Pobres, de 1834. Essas legislações não eram de caráter protetor, mas sim de um caráter punitivo e repressivo, e estabeleciam um “código coercitivo do trabalho”. Essas regulamentações que se espalharam pela Europa no período que antecedeu a Revolução Industrial, tinham fundamentos comuns como: estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver, obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido, regular a remuneração do trabalho, de modo com que o trabalhador pobre não poderia negociar suas formas de remuneração, proibir mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos “oferecidos”. (Castel, 1998:99).

Segundo Polanyi (2000) os princípios estruturadores dessas leis era obrigar o exercício do trabalho para todos aqueles que tivesse condições de trabalhar, e as ações assistenciais previstas tinham o objetivo de induzir o trabalhador a se manter por meio do seu trabalho.

Essas legislações estabeleciam distinção entre: pobres merecedores e não merecedores, os merecedores eram os incapazes de trabalhar e os nobres empobrecidos, já os não merecedores eram os que tinham capacidade mesmo que mínima de trabalhar, ou desenvolver qualquer atividade laborativa. A lei de Speenhamland (1795), se difere das outras leis pois tinham um caráter menos repressor, ela estabelecia o pagamento de um abono financeiro, em complementação dos salários, cujo valor se baseava no preço do pão, e diferente das leis dos pobres a lei de Speenhamland garantia assistência social aos empregados e desempregados que recebessem a baixo de determinado rendimento, e também permitia aos trabalhadores negociar o pagamento pela sua mão de obra.

A liberdade e competitividade na compra e venda da força de trabalho fez com que o capitalismo regredisse, mesmo em relação a essas formas restritivas de “proteção assistencial” a população nobre. A descoberta do trabalho livre como produtor de valor de troca e sua potencialidade para a acumulação capitalista precisou o significado de trabalho para as relações sociais. A força de trabalho ao ser tratada como mercadoria no capitalismo, possui um duplo caráter: o de valor de uso, e o de valor de troca. Ou como explica Marx (1987:54) “todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido filosófico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ao abstrato, cria valor de mercadorias.

Todo trabalhador, por outro lado, e dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valor de uso”.

As relações de origem capitalistas são baseadas em produção de valor e troca, através da exploração da mais-valia adicionada ao valor pelo trabalho livre, condição da produção capitalista e razão pela qual se provoca a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. As políticas sociais e a criação dos padrões da proteção social são desdobramentos, até mesmo respostas e formas de enfrentamento, as questões sociais do capitalismo, onde o seu fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. É importante destacar que quando se fala em produção e reprodução das relações sociais de um momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, se trata da produção e da reprodução de condições e vida, de cultura e de produção de riqueza.

O estabelecimento da jornada normal de trabalho foi o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. Do século XIX até a terceira década do século XX é um período marcado pelo predomínio do liberalismo e de seu principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. O liberalismo formula uma justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz então uma tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo.

O histórico da proteção social, de acordo com Pereira (2001), é baseado na questão social e seus movimentos, partindo da lei do mercado que transforma tudo em mercadoria e sucessivamente a sociedade, trazendo efeitos a classe trabalhadora que cria alianças visando proteger seus interesses humanos. A partir de então, surge a proteção aos pobres, sempre pautada nos interesses do capital e trabalho, inicialmente chamada de Estado de bem-estar social, também conhecida como Welfare State. Diante disso, Pereira (2001) identifica alguns fatores que percorreram a história da construção do Estado de bem-estar social, entre eles: A introdução do seguro social na Alemanha governada pelo chanceler Otto von Bismarck, em 1883, como uma indicação do reconhecimento de que a incapacidade das pessoas para ganhar

a vida, não mais era considerada fruto da preguiça, da vagabundagem, da fraqueza moral e do espírito de imprevidência, como pregavam intelectuais do porte de Malthus e Spencer. A partir de então, as contingências sociais começaram a serem visualizadas e legitimadas, tais como a idade avançada, enfermidades e desemprego, cabendo ao Estado proporcionar à classe trabalhadora o amparo coletivo devido à perda de renda causada por tais contingências, tendo o amparo do Estado visto como parte do conjunto de direitos e deveres, refletindo inclusive no aumento dos gastos públicos com o desenvolvimento das Políticas Sociais. Entretanto no Brasil, é apenas a partir de 1930 que a política social incidiu a ter o Estado como financiador, pois foi quando o estado passou a regular a economia, visando ter a sociedade como principal fonte para o desenvolvimento do capitalismo, sendo considerado como um fenômeno contraditório, que ao mesmo tempo que atende necessidades sociais, impõe limites que preservam a integridade do capitalismo. Foi através da economia mista que o estado e o mercado se articularam e dividiram a responsabilidade de oferecer emprego à classe trabalhadora, junto com alguns benefícios na perspectiva de direito, como: seguro social obrigatório, leis de proteção de trabalho, salário mínimo, serviços de saúde e educação, sendo através das grandes forças sindicais que os direitos de cidadania se multiplicaram, sendo notável que o enfraquecimento dos sindicatos contribuiu para a redução das políticas sociais.

Mészáros (2002) diz que a sociedade capitalista não mais consegue mascarar com reformas o rastro da destrutividade deixado pelo capital em sua busca incessante por valorização, o que impõe a humanidade tarefas revolucionárias. Daí o porquê das opções opostas atualmente não serem mais “socialismo ou barbárie”, mas sim “socialismo ou destruição da humanidade”. Nesse cenário a “Proteção Social” não significa automaticamente e exclusivamente à segurança social dos trabalhadores e dos pobres no geral, garantindo como direito contra o despotismo do poder do capital, que nada tem de social, público, civilizatório e muito menos assistencial. Com esse poder estrutural a proteção social que é pensada como o bem-estar coletivo, tem sofrido injunções, ou em outros termos “desmoralizações”, principalmente quando se destina aos mais pobres: é tratada como tutela ou paternalismo estatal, o que desqualifica a sua imagem de política pública e estigmatiza tanto os que com ela trabalham quanto os que necessitam. Mesmo com todo esse destratamento ela

não é descartada pelo sistema capitalista, mas sim colocada aos serviços da satisfação das suas necessidades.

Este é um expediente tecnocrático, habitado por organismo internacionais, e adotado inclusive no Brasil para diminuir “artificialmente” a pobreza, a fome e a desigualdade, e por consequência, o montante de demandantes credenciados ao acesso às políticas sociais, agora focalizados. Com isso se passa ser liberada estatisticamente, uma parte da população que não bastante “pobre” passa ser chamada de “classe média”. O irônico desse sistema é que ele é avalizado por grande parcela da sociedade, as quais inseridas nos princípios e valores antissociais da economia política clássica dominante, absorvem e retêm os mantras liberais que dão legitimidade e força para o poder estrutural do capitalismo, como por exemplo: o cidadão deve ser incentivado a se auto satisfazer as suas necessidades, é da nossa natureza maximizar o prazer por meio da competição e do consumo constante, não existe instituição mais eficiente, eficaz e democrático de provisão do bem-estar humano do que o mercado.

Essa crença tem como finalidade apenas um fundamento: a concepção liberal de que “não há” melhor forma de bem-estar humano do que o trabalho, já que é por meio dele que se criam os meios corretos de autossustentação, portanto havendo trabalho como conceito único, não há necessidade de proteção social pública, pois se todos trabalharem todos tem uma forma de se sustentar.

Efetivamente um sistema que louva o trabalho como atividade dignificante, o mercado livre, o individualismo possessivo, o mérito como antítese do direito e a ética hedonista do prazer imediato e fugaz, o comprometimento de dever público com a garantias dos direitos sociais se torna algo desacreditado. Isso porque a linguagem e a cultura dos direitos sociais, diferente dos direitos individuais, trazem para o ambiente da exploração do trabalho assalariado o questionamento de seus abusos. (PEREIRA, 2013, p. 06).

O desgaste gerenciado pelo Estado e o capital da proteção social, é tão eficiente que os governantes têm preferido ser vistos como os remediadores dos males sociais produzidos pelo capitalismo, do que os protetores das vítimas desses males. Exatamente como Winston Churchill cita quando foi ministro em 1908: “não tem sido a nossa intenção levar o trabalhador a terra firma, mas sim colocá-lo em um salva-vidas”. (Timms, 2000, p.29).

Com esse pensamento exposto é possível entender que quanto mais a proteção social

capitalista se desvincula do trabalho assalariado ou remunerado, e de situações vistas como vagabundagem, mais essa proteção é vista de forma negativa, sem dignidade e alvo de desqualificações. Em compensação disso quanto mais essa proteção se vincula ao trabalho assalariado e se mercantiliza, mais é bem-vista e merecedora de credibilidade e prestígio social. Esse fato explica por si só porque o grande dilema da proteção social capitalista de ontem e de hoje, seja o de lidar com o exército de reserva criado pelo próprio sistema para se produzir, ou de como fazer para evitar que os pobres que possam trabalhar, mas não trabalham, ao serem protegidos com seus direitos fiquem mal-acostumado, deixando de produzir sua mão de obra para o capitalismo, de acordo com o pensamento de que só o trabalho enobrece o homem e o livra da miséria material e moral. (Higgins, 1981). As formações sociais pré-capitalistas que instituíram as chamadas “Leis dos Pobres”, para regular a pobreza que se acentuava por ocasião da lenta passagem da ordem feudal para a capitalista. Porém de forma de um conhecimento geral, a força motriz dessas leis – “grotescas e terroristas”, no dizer de Marx (1984, p.277) – era a preocupação com os pobres aptos para o trabalho, aponto de a última dessas leis, de filiação liberal, criada em 1834, ter radicalizada essa preocupação.

São dessa Lei dos Pobres de 1834, as seguintes medidas contrárias a proteção social pública:

- a. A distinção conceitual entre pobreza e indigência, para focalizar a assistência pública nos mais pobres entre os pobres.
- b. A ativação compulsória dos pobres capazes de trabalhar para atividades produtivas, remuneradas, geralmente providenciadas pelo próprio estado.
- c. A instituição dos testes de meios ou famigeradas comprovações de pobreza para selecionar os merecedores da ajuda pública dos não merecedores.
- d. A adoção de condicionalidades e do princípio da menor elegibilidade de acordo com o qual o valor monetário dos benefícios sociais terá de ser menor que o pior salário.

Essas medidas de controle da pobreza, que pune os pobres eram e continuam sendo, funcionais aos objetivos capitalistas de fortalecer a economia do mercado e o trabalho assalariado. No capitalismo a proteção social tem funcionalidade ao processo de acumulação, embora contraditoriamente ela tenha constituído um meio de defesa dos trabalhadores contra a exploração do capital. O objetivo do bloco no poder que a cultiva e a regula, não é

propriamente o alívio da pobreza, de um lado os conflitos gerados pelo desemprego, e do outro manter a força de trabalho assalariado de baixa remuneração.

Ditch (1999, p.59) aponta que existem três métodos básicos pelos quais qualquer estado pode alocar recursos para indivíduos e famílias. Em primeiro lugar estão os benefícios “universais”, não relacionados a qualquer renda ou situação de emprego, mas destinados aos cidadãos que estão em uma categoria social específica. Em segundo lugar, há benefícios de seguro social, relacionados ao emprego e à prática contributiva. Em terceiro lugar há os benefícios relacionados a renda, onde existe uma escolha através de testes e entrevistas, então para o acesso a um desses benefícios relacionados a renda depende de uma avaliação atualizada de bens, às chamadas condicionalidades.

2.1 Proteção Social Keynesiana e a doutrina Beveridgiana

O *Welfare State* teve sua origem marcada no século XIX junto com o surgimento das questões sociais, dos direitos políticos e das primeiras conquistas do campo dos direitos sociais. Porém o seu auge só foi acontecer no período marcado entre os anos 1945 a 1975, período esse conhecido por Gough (1982) como período de Ouro. Foi nesse momento que o Estado capitalista passa a colocar em prática um papel regulador da economia e da sociedade, e a se constituir na principal fonte de provisão e de financiamento do bem-estar social.

Essa mudança ocorre pela depressão econômica do início dos anos 1930, com o surgimento do fascismo e a ameaça do comunismo, onde no período das entre guerras (1918 a 1939) era preparado um terreno para o estabelecimento político entre as classes e partidos, que visava a criação de uma economia mista e um sistema de bem-estar ligados na doutrina Keynesiana e a doutrina Beveridgiana.

A doutrina Keynesiana desde os anos 1930 defendia a intervenção do estado na economia para assegurar um alto nível de atividade econômica, de consumo e de emprego. Já a doutrina Beveridgiana recomendava a construção de um novo sistema de seguridade social, que contemplaria o seguro social e os serviços sociais afins de natureza distributiva. O resultado reconhecido desse consenso político foi a introdução de três grupos de medidas no

sistema de proteção social, que persistiram até meados dos anos 1970: O primeiro deles é o compromisso com o pleno emprego (se bem que masculino), como objetivo político principal; O segundo é a introdução e a ampliação de uma série de benefícios fiscais e do bem-estar ocupacional, provido pelas empresas aos seus empregados; O terceiro é o estabelecimento de uma rede de segurança (*safety net*), onde a principal função seria de impedir que pessoas socialmente vulneráveis “resvassem para baixo de um umbral socioeconômico”, considerado satisfatório pelo conjunto da sociedade.

A ocorrência de mudanças estruturais e econômicas que eram contrárias a lógica do padrão keynesiano que propiciou um período de crescimento sustentado da economia internacional pós-guerra, e o surgimento de forças políticas e ideológicas contrárias do *Welfare State*, lideradas pela “Nova Direita” fundamentadas nas formulações do teórico do neoliberalismo, o austríaco Friderich Hayek, fez com o padrão de bem-estar de estilo Keynesiano e Beveridgiano entrassem em declínio a partir dos anos 1970. A “Nova direita” exagerou o quanto pode nos seus ataques ao *Welfare State*, colocando nele a culpa de todas as consequências morais sofridas pelo sistema capitalista a partir dos anos 1970, com isso defender fortemente a desregulação do mercado, o corte e a orientação dos gastos públicos, a redução do estado a administração da justiça, segurança externa, manutenção da ordem interna e a privatização das demais funções públicas, incluindo as políticas de proteção social. Com isso os sindicatos passaram a ser vistos como uma organização indesejável e arcaica, por interferirem no funcionamento eficaz e “moderno” da economia, então a proteção social é acusada de promover o paternalismo e o desestímulo ao trabalho.

Desde então resulta por cerca de 20 anos nas políticas anti: empregos, sindicais, investimento produtivo e proteção social públicas. O que se torna atualmente responsável pela taxa de desemprego, aumento da pobreza, insegurança de renda, trabalho informal, emprego precarizado, desindustrialização e o desarranjo das estruturas de bem-estar defendidas há mais de um século. Análises mostram que, mesmo que o consenso político pós-guerra tenha desmoronado, isso não foi motivo para destruir o reconhecimento da importância de os governos continuarem mantendo os esquemas públicos de proteção, mesmo no auge de um capitalismo desregulado. Então ao invés de um adeus as políticas sociais, o que se tem

percebido após os anos 1970 é a revalorização de uma modalidade de proteção, que agora é chamada de “pluralismo de bem-estar” (*welfare pluralism*) ou bem-estar misto, onde vem se colocando como uma alternativa as políticas sociais do *Welfare State*. O motivo desse novo modelo de proteção é acatado pelos setores de esquerda, e o Estado ao invés de continuar exercendo um papel dominante na provisão coletiva, passará a atuar articulado a três setores não oficiais, ou não governamentais: o voluntariado, o comercial e o informal.

Os que defendem o pluralismo de bem-estar não protestam contra a retração das funções do Estado, e bem menos sobre a restrição de gastos públicos na parte social, eles usam pelo contrário disso como argumento o fortalecimento e a ampliação de uma rede de proteção para o coletivo, onde existe uma articulação que faz parceria entre: o Estado com o seu recurso de poder, o mercado com o capital, e a sociedade com o recurso da solidariedade. Porém, com o passar do tempo ficou evidente que a revalorização dos meios voluntário, comercial e informal dentro do campo da política social, trazia sim exigências neoliberais da diminuição das provisões oficiais, da desregulamentação dos serviços de caráter sociais e da seletividade dos direitos de cidadania. Com isso se percebeu que na realidade se tratava então de se instituir um pluralismo de bem-estar residual, onde se usaria a classificação de Mishra (1990), que dispensa então a participação do Estado na provisão social, e não um pluralismo institucional, que tem por origem dar ao Estado o comprometimento com o bem-estar da sociedade.

Esse propósito trouxe outros desafios para os governos, com as resistências que foram feitas nas tentativas de desmonte dos direitos sociais já adquiridos, que eram associadas a necessidade do governo de encontrar meios de enfrentar as questões sociais que eram dramáticas e explosivas, como por exemplo a exclusão social e o desemprego, que obrigou tais governos a reassumirem o papel relevante na regulamentação de novas políticas sociais, que foram então chamadas de “políticas de última geração”. Com o discurso neoliberal da redução do papel do Estado e dos governos, é visível os empenhos destes em realizar a criação de medidas para a correção dos desequilíbrios que foram causados pelas modificações que ocorram na economia a nível mundial, como por exemplo: o seguro desemprego, programas de renda mínima, criações de empregos no setor público, treinamento e reciclagem

de profissionais, oferta de crédito para as pequenas empresas, incentivo ao trabalho autônomo, entre outros.

2.2 Proteção Social no Brasil

A proteção social brasileira é, sem dúvida, permeada de muitas particularidades. O período colonial e a experiência de escravidão prolongada traçaram marcas permanentes aos direitos sociais. A herança histórica e o processo tardio de modernidade democrática são partes constituintes da formação sócio histórica da política brasileira e acabam por influenciar na execução das políticas públicas e na efetivação de direitos aos cidadãos. O acesso a bens e serviços sociais se caracteriza por ser desigual, heterogêneo e fragmentado (YAZBEK, 2014).

Um modelo de proteção social instaura-se no Brasil em meados da década de 1930, período este que se tornou um marco no país. As políticas sociais públicas implantadas caracterizaram-se por respostas fragmentadas aos setores combativos – movimentos classistas e sociais – de modo a controlá-los, uma vez que emergem a cena pública as demandas e necessidades sociais. Dessa forma buscava-se evitar a formação de sujeitos políticos fora da arena de controle do Estado, e, por consequência, a conversão de direitos em concessões (TEIXEIRA, 2007). Em contrariedade, os primeiros moldes estatais de políticas sociais vêm ao encontro dos ideais desenvolvimentistas a fim de abrandar as lacunas de desigualdade.

Essa forma de enfrentamento da questão social formaliza o estatuto de “cidadania” para determinados segmentos sociais e atribui a categoria de subcidadão a todos aqueles que são pobres ou não têm sua atividade laboral reconhecida pela legislação trabalhista (TEIXEIRA, 2007, p. 48).

Como corrobora Yazbek (2012), observa-se que, historicamente, a proteção social brasileira estruturou-se em parte vinculada a proteção formal ao trabalho e parte à mercê de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil. A inserção ao sistema protetivo baseava-se na lógica da benesse, qualificada pela precariedade, ou, conforme afirma Yazbek (2012, p. 297) “para os pobres qualquer coisa basta”.

Durante três décadas, entre os anos 1930 e 1964, sendo a última demarcada por uma política ditatorial, as políticas sociais brasileiras tiveram uma direção estatal voltada ao atendimento prioritário das demandas do trabalho urbano-industrial. Mediando, dessa forma, a relação entre capital e trabalho (COUTO, 2008). Nas décadas entre 1945 e 1964 uma nova roupagem veio à tona, ações das políticas públicas combinadas entre ações higienistas, assistencialistas com outras de caráter participativo, comunitário e desenvolvimentista.

No período ditatorial que se arrastou entre os anos de 1964 e 1985, as políticas sociais tiveram a mera função de firmar o controle civil e manter a população regradada às medidas governamentais. Apesar de haver um chamado “novo” sistema político, foram décadas demarcadas por intensos ideais de dominação e reprodução de ideologias neoliberais (FALEIROS, 1991). O período ditatorial, quando se volta à análise para as políticas públicas, teve-se um reordenamento das ações repressivas. No regime militar, apesar de ter havido o denominado milagre econômico com aumento industrial, de renda e, conseqüentemente, do capital privado, a liberdade de expressão, a repressão e direitos políticos eram coibidos de todas as formas. Faleiros (2011, p. 70) reitera que as políticas sociais estavam voltadas aos “controles seletivos, fragmentados, excludentes e setorizados”. Foi na década de 1980, que a coletividade, propulsada pela mobilização dos movimentos sociais, foi às ruas reivindicar a ruptura política.

A luta por uma sociedade democrática e de direito, onde o Estado, enfim, assumisse as políticas sociais para o social, demarcou os anseios da população nesse período histórico. No fim da ditadura militar o país vivenciou uma redemocratização política, representada pela consolidação da luta dos movimentos sociais e da sociedade civil por direitos sociais, civis e políticos.

O processo de redemocratização da sociedade brasileira levou à instalação da Assembleia Nacional Constituinte e à possibilidade de se estabelecer uma outra ordem social, em novas bases, o que fez com que esses movimentos se articulassem para tentar inscrever na Carta Constitucional direitos sociais que pudessem ser traduzidos em deveres do Estado, através de políticas sociais (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 13).

Höfling (2001) pontua que políticas sociais referem-se a ações desenvolvidas pelo Estado que irão, de alguma forma, implementar um padrão de proteção social no país. Essas

ações voltam-se, em princípio, à redistribuição de benefícios sociais que visam diminuir as desigualdades estruturais ocasionadas pela relação entre capital e trabalho. Apesar da objetivação estatal de minimizar os impactos da questão social⁶⁷, o tempo e a história têm demonstrado ao contrário. Pereira (2009) contribui, ao afirmar que, as políticas sociais, ao longo dos anos, vêm ao encontro da satisfação das necessidades sociais, entretanto, sem deixar de atender aos interesses das elites econômicas do poder.

As políticas sociais brasileiras estão diretamente relacionadas às condições políticas, econômicas e sociais do país. Permeadas de contradições, ora mostram-se como conquista aos trabalhadores e ora enquanto instrumentos de garantia de aumento da riqueza. Na década de 1990, nesse cenário contraditório, legislações sociais na ótica do direito foram promulgadas. Em paradoxo, garante medidas de proteção social e atende aos anseios neoliberais (HÖFLING, 2001). Em uma arena de contrassensos e fragmentos, as políticas sociais nos anos de 1990 foram segmentadas por grupos etários, gêneros e necessidades a fim de combater os níveis de vulnerabilidades, mesmo que as ações utilizadas para esse fim reafirmassem (e reafirmam) a desigualdade social. Quando em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã, demarcou-se no Brasil um novo redirecionamento político e social, possibilitando, agora, que direitos fossem estabelecidos legalmente (MELIM, 2006).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de proteção social continuam em pauta, basta saber como desenvolve-las em um contexto histórico, político e teórico, onde não comporte mais os paradigmas ancorados no keynesianismo. Com isso podemos entender que não é através da privatização e mercado livre, que a pobreza, o desemprego, a fome, a desagregação social, e os desastres causados em decorrência do capitalismo, serão enfrentados. E então se torne algo de grande

⁶⁷ Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a questão social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

importância e urgência pensar e idealizar alternativas, sem desprezar a ação reguladora e provedora do Estado, em nome da defesa dos direitos e da justiça social.

Ao realizar este artigo, podemos perceber que a política social tem novas questões e um novo significado. O papel da política social não é “uma ajuda para os pobres”, mas sim garantir os direitos dos cidadãos, entregando a ele o direito da saúde, de estudar, de se alimentar, dentre tantas outras coisas básicas que grande parte da sociedade não tem acesso. Então precisamos sim de um Estado que se comprometa com as novas questões sociais, e com a garantia dos direitos sociais. Por isso se torna cada vez mais necessário pensar em formas de defesa dos direitos sociais, buscar e lutar pela mudança do nível de desemprego, da desigualdade de classes, da desigualdade de gênero, da desigualdade racial, contra a naturalização da pobreza, da fome, dentre tantas outras lutas que tem de ser travadas dia após dia para que os cidadãos tenham seus direitos exercidos.

REFERÊNCIAS

APS, Luana Raposo de Melo Moraes; et.al. **Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação**: uma análise crítica. Rev. Saúde Pública. São Paulo, SP, 2018. p.52:40. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052000384>

BISCO, Gabriela Cristina Braga; SARRETA, Fernanda de Oliveira. **A construção do direito à saúde e do SUS no cenário neoliberal e a contribuição do Serviço Social**. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre – RS, 2019. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/31738/18799>

BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6a ed. São Paulo, Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **A política social da seguridade social no Brasil**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-comp-etencias-profissionais/

BRAVO, M. I. S. **Política de saúde no Brasil**: Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. PAIM, Jairnilson Silva. A crise da Saúde pública e a utopia da saúde coletiva. Salvador: Casa da qualidade, 2000.

CUNHA, E.P., CUNHA, E.D.M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A. (org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2002.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HÖFLING. Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA. Camila. **Proteção social no capitalismo - crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo. Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Diego de Oliveira. **O caráter ontológico da determinação social da saúde**. Revista Serviço Social e Sociedade n. 137, São Paulo Jan./Abr. 2020: Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n137/0101-6628-sssoc-137-0174.pdf>

YAZBEK, Maria Carmelita; Et.al. **A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 5-12, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.234>

PERSPECTIVA TERRITORIAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS: A ABORDAGEM DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LA PERSPECTIVA TERRITORIAL DE LAS POLÍTICAS SOCIALES: EL ENFOQUE DE LA POLÍTICA NACIONAL DE ASISTENCIA SOCIAL

Aline Flach Santos⁶⁸
Solange Emilene Berwig⁶⁹

Resumo: Os territórios ocupados pela população, sobretudo no cenário urbano, são mais do que um mero recorte geográfico, são também um espaço social e cultural, no qual a vida cotidiana é reproduzida. Este artigo apresenta uma revisão teórica sobre o tema do território e sua implicação para as ações no campo da política pública de assistência social. As políticas públicas que possuem uma dimensão territorial são executadas geralmente com o intuito de facilitar o acesso da população, atuar de forma a reconhecer as particularidades de cada localidade e buscar a superação das dificuldades diagnosticadas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui dimensão territorial e os locais de implantação das estruturas físicas previstas na política são definidos através de indicadores, que apontam o nível de vulnerabilidade do local. Ao pensar a abordagem territorial é preciso tomar cuidado para não limitar os usuários apenas ao seu território e é necessário fomentar a participação popular nos espaços disponibilizados pela política.

Palavras-chave: território, políticas públicas, assistência social.

Resumen: Los territorios ocupados por la población, especialmente en el ámbito urbano, son más que un mero espacio geográfico, son también un espacio social y cultural, en el que se reproduce la vida cotidiana. Este artículo presenta una revisión teórica sobre el tema del territorio y sus implicaciones para acciones en el campo de la política pública de asistencia social. Las políticas públicas que tienen una dimensión territorial se implementan generalmente con el objetivo de facilitar el acceso de la población, actuando de manera que reconozcan las particularidades de cada lugar y buscando superar las dificultades diagnosticadas. La Política Nacional de Asistencia Social (PNAS) tiene una dimensión territorial y la ubicación de las estructuras físicas previstas en la política se define a través de indicadores, que indican el nivel de vulnerabilidad del lugar. Al pensar en el enfoque territorial, se debe tener cuidado de no limitar a los usuarios sólo a su territorio y es necesario

⁶⁸ Assistente Social. Especialista em Políticas Públicas. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – PPGPP/UNIPAMPA. Membro do grupo de pesquisa Trabalho, Formação em Serviço Social e Política Social na América Latina – GTFOPPS. E-mail: alineflach.aluno@unipampa.edu.br

⁶⁹ Doutora e mestra em Serviço Social. Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa. São Borja/RS. Brasil. Vice-líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina - GTFOPPS. Membro do GT Seguridade Social y Sistemas de Pensiones CLACSO. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

fomentar la participación popular en los espacios que la política pone a disposición.

Palabras clave: territorio, políticas públicas, asistencia social.

1. INTRODUÇÃO

O território é uma construção entre o espaço geográfico ocupado e a população residente nele, que se dá através de relações de trabalho, pessoais e de classe. A ocupação desses territórios obedece à lógica capitalista, e seu valor de compra é estipulado pelo mercado imobiliário. Dessa forma, espaços urbanos com melhor infraestrutura são destinados à população com maior poder aquisitivo, que não utiliza as políticas públicas ofertadas, ou possui formas de se locomover e acessar os serviços dos quais necessita.

Neste contexto, à parcela vulnerável da população restam os territórios irregulares, distantes do centro da cidade que em sua maioria apresentam problemas estruturais, dos quais podemos destacar: falta de rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação e riscos ambientais. Esta parte da população tem seus direitos básicos violados, como subemprego, falta de segurança, estigmas impostos pelo senso comum e uma série de fatores que faz com que sua condição social, somada à localização de residência, coloque as pessoas em uma situação próxima à de risco social.

O presente artigo traz uma reflexão sobre as políticas públicas territorializadas, sob a perspectiva do atendimento da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Na primeira parte, busca contextualizar o que é política pública, qual o conceito de território é utilizado e quais são os territórios vulneráveis, além de trazer o entendimento do que são políticas territoriais e como elas atuam na solução dos problemas públicos.

Na segunda parte, é tratada especificamente a dimensão territorial da política de Assistência Social, de que forma é definido o que é território vulnerável, a importância do olhar sensível para o território de vida da população e as possíveis falhas de entendimento em relação à condução da política nas localidades.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

O conceito de política pública é amplo e envolve sobretudo a intervenção do poder público na sociedade. Secchi (2016), diz que a finalidade da política pública é a solução de um problema público, que pode ser definido como a distância entre o status quo e o cenário ideal de determinada situação. Para além da aplicação prática na política, as políticas públicas compõem uma área de estudos, de caráter multidisciplinar, que busca explicar os processos políticos decisórios, seus desdobramentos e suas resoluções.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza 2006, p. 26).

As políticas públicas podem ser classificadas em: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitucionais, e podem ser aplicadas a qualquer ente federativo, ou até mesmo em territórios específicos, como áreas de proteção ambiental, por exemplo.

As políticas sociais estão dentro do espectro das políticas públicas redistributivas, e no Brasil passaram a ser desenvolvidas de forma incisiva nos territórios a partir da década de 90, através dispositivos constitucionais que direcionaram à municipalização das ações, a partir de uma concepção de aproximação do usuário dos serviços às instâncias decisórias e do entendimento de que as necessidades da população seriam melhor atendidas dentro do seu território de vida (Sposati, 2013).

A partir disso, principalmente nos anos 2000, o governo federal buscou estabelecer ações regionais de desenvolvimento, através de dispositivos legais e da destinação de recursos para a criação de políticas públicas territorializadas. Com base nisso, Silva (2013) elaborou uma tipologia para definir os tipos de abordagem territorial das políticas públicas, de acordo com a centralidade que o território possui no seu planejamento:

Quadro 1. Tipologia para definir os tipos de abordagem territorial das políticas públicas.

Tipo	Definição
Território como meio	Políticas setoriais que definem recortes territoriais específicos para alcançarem maior efetividade na sua implementação
Território como fim	Políticas baseadas em estratégias intersetoriais e articuladas para o desenvolvimento de territórios específicos com graves deficiências estruturais e alta incidência de pobreza.
Território como regulação	Políticas que se utilizam de uma abordagem territorial para estabelecer normatizações para o uso público e privado do espaço geográfico nacional.
Território como direito	Políticas que visam assegurar a grupos sociais específicos o direito a recursos territoriais imprescindíveis para sua reprodução social

Fonte: adaptado de Silva (2013).

As políticas que se enquadram nessas categorias de análise possuem suas características próprias em relação à implementação, resultados, seus processos e contradições no território (Silva, 2013). Aos formuladores de políticas públicas, é essencial que compreendam a centralidade e o papel do território em cada uma dessas categorias. Além da presença do Estado, a análise territorial é fundamental para o acesso da população às instituições garantidoras de direito, e para subsidiar o planejamento das ações a serem desenvolvidas. A participação da comunidade local no processo de planejamento e fiscalização da política também é uma importante forma de fortalecimento territorial.

[...] o desafio de construir políticas includentes na esfera pública não é fácil. Trata-se aqui do reconhecimento público e da construção dos direitos sociais dos segmentos mais empobrecidos de nossa sociedade. Direitos que [...] sendo públicos tem a universalidade como perspectiva, envolvem interesses coletivos, têm visibilidade pública, transparência e exigem o controle social, a participação e a democratização (Yazbek, 2009, p. 27).

Para que uma política seja democrática e efetiva, deve compreender a realidade do seu local de implementação e contar com a participação dos usuários na construção e execução da sua proposta, assim como do desenvolvimento territorial. Koga (2011) diz que a presença de uma política pública por si só no território não garante o cumprimento da sua finalidade. É necessário o entendimento do contexto territorial em que ela está inserida, como questões culturais e a participação efetiva da população residente na localidade na sua construção e implementação.

Há um consenso mundial sobre as virtudes da participação nas gestões públicas e nos planos urbanos. Agências internacionais como a ONU,^a Habitar, e mesmo o Banco Mundial, o BID, a Usaid, a OCDE, todos são unânimes em defender a participação social nos destinos de uma comunidade. Muito papel foi gasto para discorrer sobre o “planejamento participativo”. Diante da frágil condição de cidadania e participação que persiste nos PCPs, constata-se que é preciso ir além dos discursos que não incorporam as contradições, as controvérsias e os conflitos (Maricato, 2015. p. 93-94).

A autora reflete que, geralmente, nas regiões periféricas não há um amplo debate sobre os conflitos sociais, e sim uma única versão dominante, no sentido de criminalizar e reprimir a população, principalmente quando há antagonismo de classes. Portanto, para que uma política seja efetiva dentro de um território, deve compreender qual é a centralidade do território em sua execução, e a necessidade de controle social, principalmente por parte das pessoas que ocupam os territórios.

2.1 A formação dos territórios vulneráveis

O território de vida da população vai além da simples ocupação do espaço geográfico. Consiste na formação de um espaço social em que ocorrem trocas e se estabelecem relações de poder. Dentro do perímetro urbano, os territórios são heterogêneos entre si, mas homogêneos em seu interior, formando uma identidade comunitária.

De acordo com Silva (2013), o território é uma construção histórica e social, que dá expressão política e social ao espaço, caracteriza a estrutura de uma sociedade relacionada

com seu ambiente, cria instituições, economias, relacionamentos e redes. Pode ser definido como um espaço de construção social e poder instituído, formado por lugares contíguos ou em rede, que estabelecem elementos de identidade a quem nele habita.

O território representa o chão da vida cotidiana, o local permeado por relações sociais repletas de significados objetivos e subjetivos, também é o lugar onde se exerce a cidadania, onde se concretizam as relações de solidariedade e de poder, onde o estado de direitos se realiza ou se ausenta. Entendemos o território enquanto o resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais que promovem condições particulares para a construção dos indivíduos que dele compartilham (Costa, 2020, p. 147).

A formação das cidades brasileiras expõe as desigualdades vivenciadas, que culminam com a divisão destes territórios: de um lado, uma pequena parcela da população consegue residir em locais que atendam os padrões urbanísticos previstos em lei, como a existência de serviços de tratamento de água, coleta de esgoto, iluminação pública, pavimentação das vias etc. De outro lado, a maior parte da população ocupa áreas muitas vezes irregulares, sem saneamento básico, de difícil acesso, cercadas de vulnerabilidades (Nakano, 2009).

Observa-se que, em virtude desta tendência de expansão das cidades, loteamentos habitacionais são criados em regiões cada vez mais periféricas. Dentre as consequências dessa expansão não planejada, está a grande distância percorrida diariamente pelos moradores para acessar os serviços urbanos como trabalho, saúde, educação etc. Neste sentido, a precariedade do transporte coletivo torna-se mais um agravante na condição de vida de quem ocupa os territórios segregados por imposição.

Essa diferença de acesso ocorre pela exploração do uso do solo pelo capital, que determina qual porção de terra vale mais e qual não tem valor para o mercado imobiliário. Ainda de acordo com Nakano (2009), esse processo ocorre em virtude de políticas clientelistas e do favorecimento de particulares.

Com o avanço de políticas e incentivos à aquisição da casa própria, a exploração do uso do solo pelo capital foi a outro patamar, e qualquer ação do Estado sobre o território faz com que seu valor de troca aumente. A existência de parques, escolas, áreas de lazer, tratamento de esgoto, pavimentação e diversas outras estruturas fazem com que a procura por terrenos aumente, assim como seu preço. Dessa forma, o Estado que deve garantir o direito à

moradia é o mesmo que permite a superexploração do solo urbano e contribui para isso, de forma direta e indireta.

Para Sposito (2018), a cidade reflete como as forças se estabelecem e como surgem os conflitos, nos planos político, econômico e ideológico, de acordo com as classes sociais. A diferenciação entre territórios se dá, para além destas distinções entre classes, pela intolerância com os valores diferentes, de natureza cultural, étnica e religiosa.

Em virtude destas desigualdades e conflitos que o Brasil historicamente vivência, as políticas públicas são, ou deveriam ser pautadas na inclusão social, requerida em um estado democrático de direitos.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi criada através da Lei nº 8.742/93, com a função de normatizar o previsto na Constituição Federal (Capítulo II, artigos 194 a 204), em relação à Seguridade Social e especificamente, à Assistência Social. A primeira versão da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) foi aprovada no ano de 1998 e tinha o objetivo de dar as diretrizes da Política Pública de Assistência Social.

Apesar de sua aprovação no ano de 2008, a política teve pouco avanço nos anos seguintes. Para Couto, Yazbek e Raichelis (2012), isso ocorreu em virtude da existência de um programa paralelo, considerado prioritário pelo governo, e da insuficiente abrangência prevista pela política. Apenas no ano de 2004, com a aprovação de uma nova proposta, é que a PNAS passa a ser implementada e priorizada no campo da Assistência Social. Nos moldes da política, são considerados os seguintes eixos estruturantes: matricialidade sociofamiliar; descentralização político administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; financiamento; controle social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; a política de recursos humanos; a informação, o monitoramento e a avaliação (Brasil, 2004).

Dentre estes eixos, está a descentralização político-administrativa e territorialização,

que consiste na ampliação das instituições deliberativas participantes da política, e a territorialização consiste no entendimento de que o território é o local onde ocorrem as relações e a partir de onde é feito o acesso aos serviços públicos. Sobre a importância da territorialização, de acordo com a NOB SUAS

Considerando a alta densidade populacional do País e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre os seus 5.561 Municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso (Brasil, 2004, p. 43).

Em virtude da grande diferença entre os territórios, conforme já explicado na parte inicial do artigo, é de extrema importância a presença física da PNAS, através dos seus Centros de Referência⁷⁰ nas localidades em maior vulnerabilidade social.

Para a escolha dos territórios vulneráveis, é realizado o mapeamento de uma série de indicadores, como o porte demográfico dos municípios e dados censitários do IBGE⁷¹. De acordo com a PNAS, quanto maior a concentração populacional, maior é a necessidade de considerar as diferenças entre os territórios de um mesmo município. Essa construção configura uma “medida de desigualdade intraurbana”, que sofrerá variações de abrangência de acordo com as características de cada cidade (Brasil, 2004). “A compreensão que incorpora a dimensão territorial das políticas públicas reconhece os condicionamentos de múltiplos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, nos diversos territórios” que levam segmentos sociais e famílias a situações de vulnerabilidade e risco social (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012, p. 73).

⁷⁰ Centro de Referência da Assistência Social: unidade pública estadual de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de Assistência Social (Brasil, 2004, *online*, s/p).

⁷¹ São apuradas variáveis referentes à infra-estrutura da residência, renda familiar per capita, existência ou não de pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes fora da escola e em situação de trabalho infantil. Além disso, são indicadores para a análise socioterritorial a taxa de vulnerabilidade social do município, receita corrente líquida municipal per capita e recursos transferidos pelo ministério responsável pela Assistência Social para os municípios, destinados à Proteção Social Básica (Koga, 2009).

Ou seja, a definição do território de abrangência passa pelo diagnóstico do perfil da população que reside nele, e do município em si, de acordo com o número de habitantes, dentre outras características. A construção dessas referências, de acordo com Koga (2009), apresenta um significado importante para a afirmação da assistência social como política pública, por ser uma área que não produzia indicadores para processos de monitoramento e avaliação.

O mapeamento dos territórios vulneráveis é um importante instrumento para a execução da política de Assistência Social, mas também pode trazer uma série de questões, que podem comprometer os objetivos da política. Algumas ações podem acentuar estigmas e imagens negativas, vinculadas ao conceito de território de pobreza, segregados compulsoriamente. Esses efeitos da segregação socioespacial impedem a convivência entre grupos e a vivência por completo de tudo o que a cidade oferece. Sobre o conceito de segregação,

[...] só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (Sposito, 2018, p. 65).

Em virtude da precificação dos territórios, a população vulnerável busca locais financeiramente acessíveis para residir, o que implica, na maioria das vezes, em grandes distâncias até a região central das cidades. Além da dificuldade de acesso, há a diferenciação social, representada pelo preconceito e por rótulos como favelados e suburbanos, que segregam essa parcela da população do restante da cidade.

Outro fator importante é que grande parte das vulnerabilidades vem de situações estruturais e não necessariamente do território, como a condução da política econômica do país, por exemplo (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012). Um Estado mínimo dificilmente investirá em políticas que visem a redução da desigualdade social e ampliem os direitos dos trabalhadores, o que possivelmente acentuará a desigualdade social e as diferenças nos territórios. Outra questão, de acordo com as autoras, trata do conceito de risco social. O risco a que os residentes dos territórios vulneráveis estão sujeitos não são os riscos imprevisíveis,

que todos os cidadãos correm, mas sim, riscos que estão fora do alcance da “rede de segurança” da rede de proteção social, e estão expostos a uma série de fatores estruturais influenciadores da questão social (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012).

Os territórios vulneráveis, por estarem à margem do capital, são locais que podem estar à mercê de desastres naturais e/ou frutos de ocupações irregulares que, na maioria das vezes, não contam com a oferta de infraestrutura adequada pelo poder público, como rede de água e esgoto, iluminação pública e pavimentação nas ruas, além da inexistência de segurança pública. Uma última questão, se refere à territorialização como cerceadora do acesso à cidade. As políticas territorializadas têm o objetivo de trazer os serviços para perto da população, de fazer com que o território pertença à cidade, e não de cercear a mobilidade dos sujeitos residentes nele (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012).

Em muitas situações, os usuários acabam se limitando a permanecer em seu bairro, por diversos motivos, como a falta de mobilidade e até mesmo pela sensação de não pertencer àquele espaço. São questões estruturais, e parte do trabalho realizado pela política de assistência social é informar aos usuários sobre as possibilidades que a cidade oferece, a partir do seu território de origem, e não limitar o sujeito àquela esfera.

Apesar das limitações, a abordagem territorial baseada na classificação dos territórios pelo nível de risco social, através da construção de indicadores, demonstra que há cientificidade na construção da PNAS. Ao mesmo tempo em que segue diretrizes nacionais, a possibilidade de fazer um diagnóstico dentro de um microterritório e de contar com profissionais de diferentes formações, faz com que a política faça parte daquele território, e estabeleça uma relação com um grupo específico de pessoas, compreendendo suas particularidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a territorialização das políticas públicas é recente no governo brasileiro e ainda há muito a ser avaliado em relação a isso. Apesar da realização de estudos sobre os territórios vulneráveis e da presença das estruturas físicas da Assistência Social, a participação

efetiva da população enquanto instância de controle social ainda é baixa. Dessa forma, há o entendimento de que o estudo e o diagnóstico do território são importantes formas de alcançar a população e efetivar as ações, mas é preciso também ter como objetivo o protagonismo dos moradores, através da participação social, em instituições de controle, como conselhos e centros comunitários. É através da participação ativa que a comunidade realiza trocas e cresce enquanto sujeito coletivo, capaz de reconhecer e buscar seus direitos.

Para que ocorra a emancipação dos sujeitos é necessário que os formuladores e executores das políticas e, nesse caso específico, da PNAS, tenham o entendimento de que território não é apenas o espaço físico, mas também o espaço de cultura e compartilhamento de anseios, fragilidades e forças. Nas palavras de Sposati (2013) as políticas sociais se concretizam por meio de serviços distribuídos em espaços, mas precisam também construir relações intersetoriais, com a rede de políticas existentes e a população usuária, para compreender a abrangência, o impacto dos serviços ofertados e as demandas existentes.

Para além disso, é necessário compreender como os territórios vulneráveis se formam e qual é o papel do Estado no surgimento deles. A desigualdade social por vezes é fomentada por políticas públicas, a exemplo dos incentivos à aquisição da casa própria, que geram forte especulação imobiliária, o que afasta a população mais pobre das áreas centrais das cidades, produzindo segregação social e espacial.

Da mesma forma, a reafirmação da vulnerabilidade através das políticas sociais implementadas perpetuam a desigualdade, ao invés de reduzi-la. Diferentes estudos indicam, por exemplo, que a qualidade das escolas públicas é maior em áreas centrais das cidades do que no subúrbio. A rede de transporte público e serviços estruturais, como pavimentação, rede de esgoto, coleta de lixo e iluminação pública também tendem a apresentar fragilidades em territórios vulneráveis.

Aos formuladores de políticas públicas é fundamental que haja a compreensão sobre como se formam os territórios vulneráveis e qual é sua dinâmica de funcionamento, a partir das relações existentes entre as pessoas que vivem nele. Podem ser territórios permeados por violência, pobreza extrema, expostos à intempéries climáticas, e por outro lado ter também um grande capital social. Um ambiente democrático e participativo pode fazer com que as

políticas sociais comprem seu papel e mudem a lógica do desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB/SUAS**. Brasília, 12 de dezembro de 2012.

COSTA, Carlos Roberto Marinho. **A política de assistência social e o processo de territorialização dos serviços:** entre concepções e práticas sociais. In: Território e políticas sociais. Acesso em: 10 jan. 2022. disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/378/388/1145>

COUTO, Berenice Rojas. YAZBEK, Maria Carmelita. RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS:** apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades:** Entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Dirce. **O território para além das medidas e conceitos:** a efetivação na Política de Assistência Social. In: Cidades e questões sociais. 2. ed. São Paulo: Terracota, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NAKANO, Kazuo. **O planejamento e a gestão territorial no Brasil:** entre o tecnocratismo e o direito à cidade. In: Cidades e questões sociais. 2. ed. São Paulo: Terracota, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas:** diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SILVA, Sandro Pereira: **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil**, Texto para Discussão, No. 1898, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília: 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Acesso em: 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>

SPOSATI, Aldaíza. **Território e gestão de políticas sociais.** Acesso em: 10 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/105206W43ac8A78E4c81.pdf>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas sociais inclusivas: desafios e possibilidades**. In: Cidades e questões sociais. 2. ed. São Paulo: Terracota, 2009.

POBREZA E AS POLÍTICAS DE (DES)PROTEÇÃO SOCIAL

POLÍTICAS DE POBREZA Y FALTA DE PROTECCIÓN SOCIAL

Debora Moreira Valente⁷²

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de refletir acerca da proteção social materializada por políticas sociais voltadas para o enfrentamento à extrema pobreza, dentro do contexto neoliberal, sob a perspectiva de naturalização dessa condição de pobreza e desigualdades, que se expressam tanto nas gestões de governos conservadores como em governos progressistas. Esta análise foi construída a partir de pesquisa bibliográfica e parte da reflexão acerca do conceito de pobreza, considerando sua complexidade e a forma como é apropriado pelas políticas sociais contemporâneas, pensando em como se constitui o sistema protetivo brasileiro atual, desenhado a partir do período pós-redemocratização, sendo possível demonstrar a tendência do Estado à culpabilização dos sujeitos pela condição de pobreza, assim como a responsabilização destes mesmos sujeitos pela superação dessa condição e da provisão de proteção social.

Palavras-chave: Pobreza; enfrentamento; políticas sociais

Resumen: El presente trabajo pretende reflexionar sobre la protección social materializada por las políticas sociales orientadas al combatem a la pobreza extrema, dentro del contexto neoliberal, desde la perspectiva de naturalizar esta condición de pobreza y desigualdades, que se expresan tanto en la gestión de gobiernos conservadores como de gobiernos progresistas. Este análisis se construyó a partir de una investigación bibliográfica y parte de la reflexión sobre el concepto de pobreza, considerando su complejidad y la forma en que es apropiado por las políticas sociales contemporâneas, pensando en cómo se constituye el actual sistema protector brasileño, diseñado desde el post - -redemocratización, que permita demostrar la tendencia del Estado a culpar a los individuos por la condición de pobreza, así como responsabilizar a esos mismos individuos por la superación de esta condición y la provisión de protección social.

Palabras clave: Pobreza; albardilla; política social

⁷² Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); mestranda em política social no Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). Campos dos Goytacazes (RJ) – Brasil. Email: deboramv12@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Em se tratando de política social, para que se faça qualquer reflexão mais aprofundada do tema dentro da realidade brasileira, é fundamental identificar o público ao qual estas ações estão sendo direcionadas. Diante do perfil que estas políticas têm assumido dentro do contexto neoliberal, o tema política social é indissociável da temática da pobreza, tendo em vista que a população alvo da intervenção do Estado é exatamente a população pobre, sendo a pobreza o produto da sociabilidade capitalista, da mesma forma como a concentração de riquezas o é. Todavia, há de se pensar o conceito de pobreza para desvendar sobre quais parâmetros estão embasados aquilo que se torna agenda da política social, sendo que as políticas sociais implementadas, com o foco na renda e no combate à extrema pobreza se tornam insuficientes quando se trata de assegurar o acesso a direitos conquistados e normatizados.

Neste sentido, o presente artigo pretende abordar, ainda que brevemente, a conceituação de pobreza, refletindo acerca da complexidade que permeia este tema para que em seguida, possamos refletir sobre sua intrincada relação com as políticas sociais contemporâneas, sendo estas políticas o meio pelo qual se materializa a proteção social pública.

Assim, buscando construir as bases que deverão sustentar a análise que se propõe neste artigo é que se faz necessário uma breve reflexão sobre o também complexo tema da proteção social.

Muito embora a proteção social da qual tratamos aqui, como foco da nossa análise, seja aquela que se desenha no contexto da economia capitalista de orientação neoliberal assumida pelo Brasil e praticada na atualidade, é preciso reconhecer que as bases fundamentais do sistema protetivo são bem anteriores ao modelo que conhecemos.

Di Giovanni (1998, p.9) nos esclarece que “não houve sociedade humana que não tenha desenvolvido um sistema de proteção social”. Pereira (2013) corrobora, dizendo que desde seus primórdios, a humanidade tinha na produção, acumulação e distribuição de bens

materiais, o objetivo de criar reservas protetoras para situações de carências pessoais ou coletivas.

Desde as sociedades mais antigas, a história demonstra e registra formas de solidariedade social. Seja no passado, com organizações mais rústicas, ou nas sociedades modernas, já com altos índices de sofisticação organizacional, os sistemas de proteção têm percorrido o tempo e o espaço “como um processo recorrente e universal” (Di Giovani, 1998, p. 9).

Pereira (2013), ao refletir sobre a forma como as relações sociais foram se constituindo e dos rumos tomados pela humanidade conforme foi se desenvolvendo e aprimorando sua capacidade de produzir bens e riquezas, traz à tona uma reflexão interessante. Estranhamente, à medida em que a sociedade avançou na construção e acumulação de riqueza, o que ocorreu não foi a socialização dos ganhos e ampliação do sistema de proteção, mas a ampliação da pobreza. E por conta deste revés, que tomou proporções ainda maiores depois da Revolução Industrial do século XVIII, é que se exigiu maior sofisticação quando o assunto era proteção social.

É certo que no decorrer do tempo, a partir de então, a proteção social sofreu alterações consideráveis dentro das economias capitalistas, centrais ou periféricas, respondendo à realidade de cada contexto sócio-histórico, tendo como característica comum às suas diferentes configurações, o compromisso com a política econômica.

Aqui, privilegiaremos o debate no cenário nacional, pensando o sistema protetivo brasileiro, desenhado dentro de um contexto de profundas desigualdades sociais. Essa desigualdade sempre foi uma realidade no país e tem se mantido, sob um sistema político e socioeconômico neoliberal, que é extremamente propício às injustiças e desigualdades de oportunidades.

A proteção social brasileira atual é acessada, essencialmente, por três vias: a primeira delas compreende as relações de mercado, por meios privados de compra e venda de serviços e produtos. A segunda, são as relações sociais de solidariedade, que além das relações comunitárias e redes de apoio que os sujeitos constroem em suas vivências em sociedade, a família ganha um destaque enquanto uma unidade social fundamentalmente protetora e

provedora de cuidado. A terceira forma diz respeito à proteção social pública, ou seja, as medidas protetivas geridas e providas pelo Estado, por meio de políticas sociais.

Assim, este trabalho tem o objetivo de refletir acerca da proteção social materializada por políticas sociais voltadas para o enfrentamento à extrema pobreza, dentro do contexto de política neoliberal sob a perspectiva de naturalização dessa condição de pobreza e desigualdade, nas gestões de governos conservadores e também progressistas.

E para nos aprofundarmos um pouco mais na discussão da relação da pobreza produzida pela sociedade do capital com as políticas sociais, este artigo se estrutura da seguinte forma: no primeiro momento, nos dedicaremos a pensar o conceito de pobreza com base em estudiosos do assunto. Em seguida, prosseguiremos na reflexão das políticas sociais que se destinam ao enfrentamento da pobreza, dentro do sistema protetivo brasileiro constituído no período pós-redemocratização para, em fim, serem apresentadas as considerações finais.

2. ENFRENTAMENTO À POBREZA. DE QUE POBREZA FALAMOS

A compreensão da realidade atual por certo exige que nos aproximemos do conceito de pobreza e de como ele vem sendo tratado enquanto agenda social nas economias liberais modernas.

Rocha (2003, p. 9), ao refletir sobre o fenômeno da pobreza reconhece sua complexidade, assumindo que possa ser definido genericamente como “situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”, mas a autora admite que é necessário maior empenho neste exercício de pensar o conceito, uma vez que a partir desta vaga definição possa se questionar quais necessidades são essas e que tipo de atendimento poderia ser considerado adequado. Sendo assim, o conceito de pobreza está ligado à condição e padrão de vida em cada contexto socioeconômico, podendo variar a depender das especificidades dos grupos sociais. Daí a importância dos critérios de conceituação e medição da pobreza em cada contexto pois, disso depende a efetividade de políticas antipobreza (ROCHA, 2003, p. 10).

Existem, no entanto, diferentes formas de abordagem para conceituar e medir a pobreza. Uma das abordagens diz respeito aos conceitos de pobreza relativa e pobreza absoluta. A pobreza absoluta está ligada essencialmente às necessidades físicas para a sobrevivência, àquilo que é minimamente necessário para manter-se vivo. Já o conceito de pobreza relativa surgiu mediante a realidade de países ricos onde a garantia do básico à sobrevivência já não era um problema e a pobreza passa a ser medida a partir do contexto social e ser delimitada pela noção de desigualdade social, ou seja, pobreza relativa está ligada às necessidades que se têm em função de um modo de vida de uma determinada sociedade (ROCHA, 2003, p.10-11).

Rocha (2003, p.12-13) também informa que nas economias modernas é comum o critério de renda como forma de medir a pobreza. Assim, a partir da renda da população é medida sua capacidade de suprir suas necessidades. Dessa forma, aqueles com renda abaixo da capacidade de suprir as necessidades vitais, são os que vivem abaixo da linha de extrema pobreza (são os indigentes) e aqueles que as necessidades estão relacionadas ao conjunto mais amplo de necessidades mediante contexto socioeconômico de uma dada sociedade, são os pobres, ou aqueles que vivem na linha da pobreza.

Entretanto, há ainda outra forma de medir a situação de pobreza que é a partir da abordagem de insatisfação de necessidades básicas de uma população, onde se implica reconhecer a necessidade de acesso a alimentação e todo o necessário para subsistência, mas também acesso a serviços como educação, saúde, habitação, saneamento, entre outros. Assim, o critério aqui pensado para medir a situação de pobreza relaciona-se aos resultados efetivos de serviços ofertados, de garantia de acesso a bens e serviços como necessidades básicas (ROCHA, 2003, p. 20).

Pereira (2002, p. 37-50), após realizar uma reflexão sobre o conceito de necessidades básicas, analisando algumas concepções que se baseiam em diferentes abordagens teóricas, nos chama atenção para um fato bastante relevante ao dizer que “não existe um conceito universal e objetivo de necessidades sociais”, mas trata de reconhecer a importância desse conceito tendo em vista que “necessidades básicas” têm tido um papel importante na justificação dos direitos sociais e, conseqüentemente, de políticas públicas.

Há, no entanto, nesta reflexão, alguns perigos sinalizados por Pereira (2002), sendo que a tendência ao relativismo e defesa do subjetivismo ao tratar o conceito de necessidades humanas básicas é o maior deles, sobretudo pelo questionamento de quais atores determinam quais são estas necessidades, com base em que são feitas estas determinações e, especialmente, o meio pelo qual essas necessidades devem ser supridas, sendo que a tendência, para muitos, é a diminuição do papel do Estado nestas funções, estando os indivíduos – a sociedade – mais capacitados para ditar quais necessidades são básicas aos seres humanos e que estas devem ser atendidas por meio do mercado, inclusive sob a crença de que o sistema capitalista é sinônimo de justiça social (PEREIRA, 2002, p. 37-56).

A lógica neoliberal, mantendo seu compromisso com a economia de mercado, traça as estratégias e dá o tom das políticas sociais nas sociedades capitalistas modernas em que o Estado assume a função de prover os mínimos sociais, adotando como meta o enfrentamento à extrema pobreza.

Já no cenário mais contemporâneo, ao conceito de pobreza são agregadas novas concepções que alteram definitivamente o desenho das políticas sociais. Passa-se, sob o referencial dos estudos de Amartya Sen (2000), inferir que ser pobre não está ligado somente à privação material, mas que as privações podem afetar diversas esferas da vida das pessoas, sem, no entanto, deixar de assentir que o não acesso à renda, ou baixa renda, pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa.

Entende-se que o não desenvolvimento das potencialidades individuais influencia na capacidade dos sujeitos de auferir renda para a provisão de suas necessidades e principalmente, de exercer seu papel social, como o papel do cuidado que é atribuído à família, por exemplo, o que está diretamente ligado à configuração da proteção social nos moldes neoliberais de orientação dos organismos internacionais.

Em suma, é necessário chamar atenção para a dificuldade que há na conceituação da pobreza. No contexto de economia globalizada e monetizada como o da atualidade, o critério da renda tem sido o mais utilizado nessa conceituação, e consequentemente, para orientar a formulação das políticas sociais contemporâneas e especialmente para delimitar o público alvo das ações a serem implementadas, sob novas bases teóricas com tendência à

culpabilização dos sujeitos pela condição de privação de acesso a oportunidades. É sobre essas políticas sociais que passaremos a refletir a seguir.

2.1 POLÍTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA: PROTEÇÃO OU DESPROTEÇÃO SOCIAL

Ao pensarmos as políticas sociais contemporâneas, é preciso admitir que elas têm assumido configurações bastante específicas em conformação à ordem social capitalista, sendo moldadas muito mais pela ordem econômica, cedendo às investidas do capital. O que fatalmente tem significado a supressão de direitos, com ataques à proteção social pública.

Para falar da proteção social no Brasil contemporâneo, portanto, não se pode furtar de mencionar o fato de que a Constituição Federal de 1988, ao “introduzir o conceito de seguridade social na Carta Magna, significou um dos mais importantes avanços na política social brasileira, com possibilidade de estruturação tardia de um sistema amplo de proteção” (Behring; Boscheti, 2011, p. 156).

Conforme nos elucidou Boscheti (2009), a proteção social brasileira, nos moldes da seguridade constitucional, se estrutura em um sistema híbrido que incorpora o princípio do seguro (modelo bismarckiano) e da assistência, pela universalidade de direito (modelo beveridgiano). Os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde e de assistência social. Fleury (2008, p. 10), complementa dizendo que “nossa proposta de seguridade articulou três sistemas previamente existentes, regidos por lógicas diversas: a saúde pela necessidade, a previdência pela condição de trabalho e a assistência pela incapacidade”.

Há uma importância inegável no fato de que a partir de então, temos um desenho de proteção social estabelecido. No entanto, não obstante tal avanço e a necessidade de reconhecer os benefícios das salvaguardas jurídico-políticas trazidas pela onda de redemocratização brasileira, o cenário político que se seguiu a este período certamente não

permitiu que a proteção social se alargasse tanto quanto pretendido. Fleury (2008), ao fazer um balanço sobre o cenário da época pondera que:

A implantação da Seguridade Social se deu em um contexto altamente desfavorável, em que o predomínio do pensamento liberal colocou inúmeros obstáculos à efetivação dos preceitos constitucionais. A correlação de forças sociais que havia sido responsável pela aprovação da Seguridade na constituição deu lugar a um novo pacto de poder, para o qual o Estado passa a ser visto como um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, devendo transferir parte de suas atribuições econômicas e sociais às empresas e a organizações comunitárias (Fleury, 2008, p. 16).

A autora faz uma análise da capacidade protetiva das políticas da seguridade social, concluindo que a proteção social implementada no Brasil diverge do modelo pretendido e desenhado na Carta Magna, sendo que a universalização dos direitos acaba cedendo lugar aos modelos de seguro privado, e o Estado, passando a focalizar suas ações nos pobres e indigentes, com um apelo à mobilização de recursos voluntários de empresas, organizações e indivíduos.

Assim, o cenário da proteção social no Brasil pós-redemocratização vem sendo construído em um terreno hostil e completamente adverso, já que o espaço conquistado pelos ideais progressistas passa a ser rapidamente reivindicado e tomado pela direita, iniciando um processo de expropriação dos direitos conquistados, orientados por princípios liberais, antes mesmo de serem materializados.

É neste sentido que se assume que uma das principais tendências das políticas sociais atuais é a sua *direitização*, ou seja, sua apropriação pelos ideais neoliberais da direita, marcando sua submissão ao crescente poder do capital sobre o trabalho e da capacidade daquele de impor as definições das necessidades pessoais e sociais (Pereira, 2013, p. 20).

Sobre isso, Sposati (2018) nos lembra do fenômeno ocorrido a partir dos anos de 1990, quando a proteção social brasileira segue os descaminhos neoliberais em contraponto às orientações distributivas e redistributivas da Constituição Federal de 1988, na perspectiva de supressão da garantia de proteção social com orçamento público em nome de um discurso de déficit orçamentário, que prega a eliminação de medidas protetivas vistas como populistas, tuteladoras e assistencialistas.

Verdadeiramente, o boicote à concretização da seguridade social, deve-se, em muito, à questão do financiamento, já que não foi cumprido aquilo que foi definido constitucionalmente, selando o descaso com as políticas sociais.

Desde o início, no pós-constituição, já se apresentava o problema da inexistência de um orçamento específico para a seguridade social, conforme deveria ter ocorrido, sendo as fontes de recursos especializadas e direcionadas às políticas setoriais, de forma segmentada. Assim também, como a posterior flexibilização destes recursos, que são destinados às outras áreas alienadas às suas finalidades originais, inclusive na utilização em política econômica destinados a pagamentos de juros de dívida pública. Outra questão ligada ao financiamento diz respeito, ainda, aos contingenciamentos dos recursos destinados ao social, também com finalidade de privilegiar a política econômica (Fleury, 2008, p. 17-19).

A consolidação do mercado nos países de economia em desenvolvimento passa a ser prioridade neste contexto de ajuste que se instala a partir do avanço neoliberal. No primeiro momento de ajustes econômicos, o direcionamento dado às políticas sociais mantém-se as orientações das instituições multilaterais – especialmente FMI e Banco Mundial –, que passaram a estabelecer medidas sendo que as contenções orçamentárias reduziram as políticas sociais a políticas focalizadas em prol de um suposto crescimento econômico. Resultado disso foram as políticas residuais e compensatórias, já que, segundo Mauriel (2013, p. 102-103):

A lógica era compensar as populações mais vulneráveis à estagnação econômica, às elevadas taxas de desemprego, à falta de perspectiva de futuro, mas também contrabalancear os efeitos perversos dos cortes orçamentários impostos pelas políticas de ajustamentos.

Tais promessas, quando colocadas sob um olhar crítico, rapidamente podem ser questionadas já que o sentido dessas ações se encontra justamente no corte de gastos sociais com uma focalização, que se traduziu no encolhimento da oferta de proteção social pública. Neste cenário mais atual, quando já falamos de ajuste do ajuste, ou seja, a segunda geração de ajuste, o Estado tem a função de fortalecer os mecanismos liberais de mercado. O conceito de pobreza ganha um novo sentido nesse tempo, já que as ações de enfrentamento à pobreza são a principal estratégia. Mas é importante pensar nos termos em que isso ocorre.

Tais ações passam a se sustentar em uma ideia despolitizada de desenvolvimento e autorrealização social do indivíduo. Defende-se que deve haver liberdade para que o cidadão possa conquistar e ampliar possibilidades econômicas. Tudo isso, sustentado no argumento de que o pobre deve ser inserido nas relações de mercado, desde que criem suas próprias estratégias para isso, já que, conforme afirma Mauriel (2013, p. 106):

Nessa sociedade, define-se pobreza por carência de capacidades e de poder dos pobres ou por falta de acesso a titularidades (*entitlements*), ou pelo enfoque participativo (ou (in) capacidade) de participação), baseados nos conceitos de agência e em torno de “carteiras de ativos”, ambos desenvolvidos por Amartya Sen (2000).

Observa-se aí que o fato de a condição de pobreza estar ligada às capacidades individuais, serve muito bem ao propósito do projeto societário vigente quando descaracteriza a pauperização enquanto um processo fruto das relações sociais, colocando na conta dos sujeitos as responsabilidades por suas próprias mazelas, sendo uma condição intransponível, insuperável, e por isso, naturalizada. Mais do que nunca a noção de pobreza está ligada às características individuais dos sujeitos, sua capacidade de, mediante sua não participação dos lucros da economia de mercado, se utilizar dos parques benefícios garantidos pelo Estado para se promover. A ideia da mobilidade social passa a ser vendida como uma possibilidade para aquele que trabalha, se esforça, se dedica, e que na seara do mercado as possibilidades são iguais para todos que façam por merecer, sendo que a superação das privações é uma questão de escolha e vontade própria de cada indivíduo.

Assim, conclui-se que aquele que não possui habilidade de produzir, inevitavelmente se manterá na pobreza por sua incapacidade e conseqüentemente, com acesso limitado à proteção social devido à crescente tendência de privatização. É preciso pensar, portanto, nessa concepção que trata o pobre como aquele indivíduo que, devido suas ditas limitações pessoais e à forma como leva a vida, são incapazes de alcançar resultados positivos, já que reproduzem um padrão de comportamento que os impede de prosperar e superar a pobreza.

Por isso, a naturalização da pobreza é uma ideia tão bem aceita, já que se conclui que nem todos teriam nascido capacitados para a prosperidade. A noção de meritocracia tem, cada vez mais, justificado com maestria as injustiças e desigualdades sociais.

Nestes moldes, ocorre a redução da proteção social à uma poupança individual, ou, à individualização da responsabilidade pela garantia de acesso a bens e serviços para que sejam supridas as necessidades humanas. Assim, a proteção social pública, materializada pelas políticas sociais, colocada em prática em atenções por meio de “serviços ou benefícios que tendem a ser vistas, pelos conservadores, como benesse de cunho esmolar. Sua insignificância de valor monetário é dirigida a quem tem menos” (Sposati, 2018, p. 2316-2317).

No viés de políticas neoliberais, em que altos índices de pobreza precisam ser combatidos, pois representam riscos para o desenvolvimento e consolidação do mercado, entende-se que a pobreza não pode ser definitivamente superada já que é inevitável. Logo, o que se propõe é sua mitigação. Neste cenário, a preocupação não é mais produzir proteção social, mas a autoproteção. O conceito de justiça social aparece com novos significados: o indivíduo deve promover o autocuidado, ser capaz de garantir recursos que lhe possibilitem acessar bens e serviços pela via do mercado (Mauriel, 1997, p. 64).

E neste caso, as políticas voltadas para grupos específicos, que se dedicam a causar impacto nos índices de extrema pobreza do país, se sobressaem em detrimento das universais. Assim, conforme afirma Mauriel (1997, p. 61):

[...] as políticas públicas deixam de ser uma possibilidade de mudança na estrutura de renda e propriedade e, transformando-se numa forma de compensação das desvantagens de capacidade, atuando – caso a caso, grupo a grupo – onde a focalização funciona para tornar mais eficiente o uso dos recursos, mas não resolve o problema nem muda a ordem social estabelecida, pois cada indivíduo é que deve fazer sua mudança. Nesse “novo paradigma liberal” as políticas públicas sociais têm uma importância central: elas se tornam uma aliada do mercado e não uma forma de proteção contra ele.

Os programas de transferência direta de renda tem sido estratégia muito utilizada dentro deste contexto. Não obstante tais programas tenham uma inegável relevância na garantia de acesso a uma renda mínima para famílias pobres, de forma que possibilita um avanço quanto à garantia de subsistência de muitos, é preciso ponderar que além de sua clara insuficiência para garantir autonomia das famílias beneficiárias, acaba se tornando um instrumento de controle social já que para acessar o benefício é necessário cumprir condicionalidades. Aqui, é preciso, no entanto, ponderar sobre a importância dos

acompanhamentos realizados em saúde e frequência escolar de crianças, por exemplo, que são condições impostas às famílias para a manutenção de benefícios. Mas é preciso também ponderar que tais ações devem se materializar enquanto direito, sem que assumam um viés de controle com exigências de contrapartidas por parte dos beneficiários e sob uma lógica punitiva ao seu descumprimento, em detrimento do acesso ao benefício pelo exercício de cidadania.

Salvo esse adendo, quando pensamos acerca da proteção social nesses moldes, há ainda uma importante questão, que se impõe como necessidade de reflexão na realidade brasileira, que se refere ao fato de que, se as políticas sociais em sua natureza contraditória se materializam em favor do capital, mas também como respostas às necessidades sociais, o fato é que na sociedade do capital não existe uma resposta permanente. O acesso aos direitos sociais ocorre por meio de respostas transitivas e transitórias, já que cada gestão e governo assume um programa distinto e o conteúdo das políticas sociais influenciam seu alcance, sendo o cidadão atravessado por incertezas quanto à proteção social (Sposati, 2016, p. 6).

Cada governo, cada gestão imprime sua ideologia (mais ou menos conservadora) nas políticas sociais, impondo ao cidadão limites de acesso à proteção social. Mas não se pode perder de vista o fato de que mesmo nos cenários mais progressistas de nossa história recente, nos governos de esquerda, a criação e expansão de programas sociais se mantiveram pautados na perspectiva de combate à pobreza de orientação dos organismos internacionais.

Quanto a isso, Behring (2018), ao fazer uma análise do comportamento do Estado brasileiro nos anos dos governos petistas em que ocorreu certa expansão do social, conclui que não obstante tenham sido percebidos impactos positivos sobre a vida dos que vivem em condição de pobreza extrema ou pobreza absoluta, a gestão favoreceu ainda mais os ricos (em especial agronegócio e capital portador de juros). Os parâmetros de ajuste fiscal permaneceram, constituindo um novo momento do neoliberalismo no Brasil, não havendo qualquer sinal de ruptura com a agenda neoliberal.

Destarte, tendo em vista que a conjuntura política que se seguiu trouxe consigo novas ofensivas aos direitos sociais, mediante governos conservadores, é necessário concordar que a ideologia que embasa as gestões neoliberais atuais, pautadas em agenda de combate à extrema

pobreza sob o discurso da redistribuição de capacidades humanas individuais, tem servido tanto aos conservadores quanto aos que se dizem mais progressistas, já que tais concepções:

fazem com que pareça que houve uma “convergência” das agendas da “direita” e “esquerda” no trato com a questão social: saúde, educação, combate às privações, aumento da democracia e da participação, fortalecimento das mulheres enquanto agentes sociais, etc (Mauriel, 1997, p. 61).

No entanto, é importante pontuar que ainda que a proposta de desenvolvimento humano contida nestes discursos pareça atrativa e sedutora, é necessário pensar que tal desenvolvimento não será possível sem que sejam criadas condições materiais e imateriais para tanto, sendo que o abismo da desigualdade de oportunidades ainda permanece em proporções que, ao invés de diminuir, se agigantam continuamente

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões aqui empreendidas, a construção de políticas que sejam de fato capazes de possibilitar a superação da pobreza exige que este conceito seja considerado em suas múltiplas dimensões, com seus múltiplos determinantes e que seja, enfim, considerado as fraturas sociais que se formam pela desigualdade de oportunidades.

As profundas desigualdades sociais e desigualdades de oportunidades acabam sendo desconsideradas no processo de individualização de responsabilidades pela superação de situações de privações. O sistema protetivo, que se estabelece sobre um discurso de fomento do empoderamento e emancipação humana, acaba se tornando tão desumano quanto pode ser, ainda que travestido de geração de oportunidades.

O efetivo combate à pobreza certamente exige políticas mais abrangentes e comprometidas com a reparação social, dentro de uma perspectiva universalista, em detrimento da usual estratégia focalizada de transferência direta de renda.

Para além disso, diante da obrigação de admitir que ainda que insuficientes, as políticas de enfrentamento à pobreza dos últimos anos significaram a possibilidade de acesso ao mínimo necessário à manutenção da vida para muitos, também é preciso ponderar

criticamente o fato de serem ações descontinuadas, demonstrando pouca ou nenhuma preocupação dos governos com resultados de médio e longo prazo.

Isso resulta da naturalização da pobreza, o que mais uma vez revela a face desumana da estratégia de depositar no sujeito a responsabilidade pela condição de pobreza e miséria. A estratificação social funcional ao sistema do capital garante assim, sua continuidade e perpetuação.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Roussetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Roussetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (Org). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018, p.39-72.

BOSCHETTI, Ivanete - Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação, In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

DI GIOVANI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: Reformas do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp. 1998, p.9-29.

FLEURY, S. Seguridade social, um novo patamar civilizatório. In: DANTAS, B.; CRURÊN E.; SANTOS, F.; LAGO, G. Ponce de Leon. (Org.). **A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã**. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, p. 178-212. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudoslegislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/seguridade-social-seguridade-social-um-novopatamar-civilizatorio/view>. Acesso em 25 set 2023.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. In: Em pauta, v11, n13, Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7561> >. Acesso em 20 de novembro de 2022

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Combate à pobreza e (des) proteção social: dilemas teóricos nas “novas” políticas sociais In: **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social** /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social -

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

Vol. 1, n.1 (1997) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 1997. p. 48- 71.

PEREIRA, PAP. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. Cap. II: A contribuição do conceito de necessidades humanas básicas à formulação de políticas sociais. P. 37-56.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo, Contribuição à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. Tese (Doutorado em Política Social). Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 307 p. 2013.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003. Caps. 1 e 2. P.9-41.

SPOSATI, Aldaíza. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? **Argum**, Vitória, V 8, n 2. p. 6-15, maio /ago. 2016. Disponível em:< <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12776>>. acesso em: 09 out. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n 7. p. 2315 – 2325. 2018

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EXPRESSÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

POLÍTICA DE ATENCIÓN AL ESTUDIANTE: EXPRESIÓN DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA

Renilza Carneiro Disconci⁷³
Solange Emilene Berwig⁷⁴

Resumo: Este artigo deriva de um recorte da pesquisa em andamento a nível de mestrado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa - São Borja e tem como objetivo analisar de que forma a proteção social e o enfrentamento à pobreza se expressam na Política de Assistência Estudantil (PAE), bem como apresentar alguns dados já coletados sobre a implementação da PAE no Instituto Federal Farroupilha que é o lócus do estudo. Através da pesquisa documental e bibliográfica em marcos legais, artigos científicos e trabalhos acadêmicos que abordam a perspectiva protetiva exercida pelos ambientes escolares este artigo dará ênfase ao PNAES por se tratar do objeto de pesquisa da autora e, sobretudo, por ser uma política voltada aos jovens estudantes oriundos das classes menos favorecidas da sociedade brasileira, numa perspectiva de ampliar as condições de permanência e êxito na trajetória escolar. Constatou-se que, ao utilizar o critério da renda mínima como pré-requisito para acesso ao Programa, fica evidenciado que a política possui caráter focalizado e que está voltada ao atendimento das necessidades básicas de cunho financeiro dos estudantes das instituições federais de ensino. Os resultados do estudo demonstram que se faz urgente o fortalecimento e consolidação de uma PAE que considere as especificidades dos estudantes, atentando para o perfil dos ingressantes através das políticas de Ações Afirmativas e, sobretudo de um orçamento público robusto destinado a proporcionar condições efetivas de permanência e êxito nas instituições públicas de ensino.

Palavras-chave: Assistência estudantil, Proteção social, Educação pública.

Resumen: Este artículo deriva de un extracto de una investigación en curso a nivel de maestría del Programa de Posgrado en Políticas Públicas de la Unipampa- São Borja y tiene como objetivo analizar cómo la protección social y el combate a la pobreza se expresan en el Estudiante de Políticas Asistenciales (PAE), además de presentar algunos datos ya recopilados sobre la implementación del PAE en el Instituto Federal Farroupilha, que es el lugar del

⁷³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Servidora do Instituto Federal Farroupilha. São Borja/RS. Brasil. Integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Formação profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina - GTFOPPS. E-mail: renilzadisconci.aluno@unipampa.edu.br

⁷⁴ Doutora e mestra em Serviço Social. Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa. São Borja/RS. Brasil. Vice-líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina - GTFOPPS. Membro do GT Seguridad Social y Sistemas de Pensiones CLACSO. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

estudio. A través de investigaciones documentales y bibliográficas en marcos legales, artículos científicos y trabajos académicos que abordan la perspectiva protectora que ejercen los ambientes escolares este artículo enfatizará el PNAES porque es el objeto de investigación del autor y, sobre todo, porque es una política dirigida a jóvenes estudiantes de las clases menos favorecidas de la sociedad brasileña, con miras a ampliar las condiciones de permanencia y éxito en su carrera escolar. Se encontró que, al utilizar el criterio de ingreso mínimo como requisito previo para el acceso al Programa, se evidencia que la política tiene un carácter focalizado y está dirigida a satisfacer las necesidades financieras básicas de los estudiantes de las instituciones educativas federales. Los resultados del estudio demuestran que existe una necesidad urgente de fortalecer y consolidar una Política de Atención al Estudiante que considere las especificidades de los estudiantes, prestando atención al perfil de los nuevos ingresantes a través de políticas de Acción Afirmativa y, sobre todo, un presupuesto público robusto diseñado para Proporcionar condiciones efectivas de permanencia y éxito en las instituciones educativas públicas.

Palabras clave: Asistencia al estudiante, Protección social, Educación pública.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 trouxe, há 35 anos atrás, uma nova concepção de proteção social para o país, ampliando para além da vinculação com o mercado de trabalho formal, introduzindo uma perspectiva de Seguridade Social e englobando as políticas de saúde, previdência e assistência social. Para além disso, instituindo-as como direitos sociais e dever do estado (Couto, 2010). Da mesma forma, a Constituição Cidadã incorporou também o direito à educação como um direito social, conforme descrito no Art. 205, cap. III [...] A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Constata-se que o debate sobre proteção social divide opiniões e mostra-se bastante complexo devido às diferenças do que é compreendido como proteção social, bem como sobre os níveis de cobertura e segurança e as transferências entre a esfera pública e privada na efetivação dessas garantias (Moraes, 2021). A luz de alguns autores que tratam da temática em questão, observou dois vieses de compreensão no que se refere à proteção social.

Para Sposati (2013) e Jaccoud (2009), a proteção social está centrada no atendimento daqueles que necessitam de proteção como os dependentes, desvalidos, as pessoas que

vivenciam situações de dependência ou risco social (doenças, acidentes, invalidez, e desemprego temporário) e ou encontram-se incapazes de garantir -la pelo trabalho remunerado (velhice, impossibilidade definitiva ou temporária de trabalhar). Os autores enfatizam ainda, as ações assistenciais do Estado e consideram a seguridade social (políticas de saúde, previdência e assistência social) inaugurada após a Constituição Federal de 1988 como o centro da proteção social no país.

Observou-se ainda que há uma concepção de proteção social mais ampla, pois incorpora a política de educação junto às políticas para atendimento das necessidades básicas de uma população. Nessa perspectiva, Aureliano e Draibe (1989, p. 120) e Boschetti (2012) indicam a educação pública na composição do sistema de proteção social brasileiro. Para eles, a educação pública precede as demais áreas, pois entendem que as legislações e as redes públicas de educação (principalmente básica) antecedem ações estatais nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Para Boschetti (2012), o acesso universal aos direitos de educação, saúde, previdência e assistência social acrescido às transferências sociais (aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, prestações assistenciais em situações específicas) designam um sistema de proteção social. Essas duas percepções elencadas aqui tratam da proteção social como papel do Estado, numa conjuntura de atendimento de uma política que se quer pública e de direitos.

Encontra-se na literatura diversos artigos e trabalhos acadêmicos que abordam a temática das expressões da proteção social no âmbito da política de educação. O estudo de Moraes (2021), aponta alguns exemplos: a política de educação infantil; a participação das escolas na rede de proteção integral às crianças e adolescentes no enfrentamento de situações de violência e violações de direitos; a contribuição para a garantia da segurança alimentar e nutricional; e os programas de assistência estudantil ofertados pelas Universidades e Institutos Federais, no caso específico dos jovens e adultos.

Após uma breve discussão conceitual, o artigo se propõe a analisar como as políticas de proteção social se expressam nas políticas educacionais, mais especificamente no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que é voltado aos estudantes regularmente matriculados nas instituições federais de ensino e que atendam aos

pré-requisitos fixados pelo Decreto 7234/2010.

Considerando o foco do artigo, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória quanto aos objetivos e documental e bibliográfica quanto aos seus procedimentos. Segundo Gil (2002, p.41) “pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, incluindo levantamento bibliográfico e entrevistas”. Ainda segundo o autor, entende-se por pesquisa bibliográfica a leitura, a análise e a interpretação de material impresso.

Neste estudo, que apresenta um recorte da pesquisa em andamento a nível de mestrado⁷⁵ do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa - São Borja, utilizou-se como fontes bibliográficas artigos científicos relevantes acerca do tema em questão, pois estes auxiliam o pesquisador a se apropriar da literatura já existente, a elaborar uma cronologia da evolução do objeto de estudo e a construir fundamentação teórica para a pesquisa que se deseja desenvolver. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica possibilita a construção de novos conhecimentos a partir do que já foi produzido sobre um determinado tema e se apresenta como um dos principais meios para a atualização e desenvolvimento de novas abordagens, diferentes enfoques, assim como de novos pesquisadores no assunto. Quanto à pesquisa documental, realizou-se a análise do marco legal da política a nível nacional, bem como do documento norteador da PAE do Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

2. PROTEÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS

As demandas por proteção social estão presentes no cotidiano das famílias e, conseqüentemente das escolas públicas que cada vez mais são requeridas a atuarem nesse

⁷⁵ A pesquisa intitulada “As políticas públicas de Assistência Estudantil no enfrentamento a pandemia de Covid-19 no Instituto Federal Farroupilha, Campus São Borja” foi aprovada pelo COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA (CEPSH UNIPAMPA), através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 73786323.2.0000.5323, Parecer nº 6.422.896 emitido em 11/10/2023, e pelo COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DO IFFar, através do CAAE nº 73786323.2.3001.5574, Parecer nº 6.481.575 emitido em 01/11/2023.

campo devido às condições de vida do público atendido, pela focalização e seletividade das políticas sociais como resultado da contrarreforma do Estado, pela visão de que o espaço escolar é profícuo para a execução de distintos projetos sociais que buscam alcançar os estudantes das escolas públicas, e mais ainda, pela vinculação entre educação e superação da pobreza (Moraes, 2021). A partir dessas demandas, múltiplas expressões da proteção social se manifestam na política de educação, principalmente no cotidiano das escolas públicas.

Conforme Von Dentz (2022), a materialização da proteção social nas escolas pode ocorrer por meio das diferentes políticas que transversalizam a escola, como é o caso da Política de Assistência Social apontada com maior ênfase pela autora. Existe uma gama de experiências, realizadas no espaço escolar bem como em outros espaços, que agem intersetorialmente com a educação básica, principalmente aquelas voltadas para contextos de vulnerabilidade social.

A articulação entre educação, assistência social, esporte, lazer, dentre outras políticas sociais é frequentemente apontada por estudiosos e por documentos legais como uma importante intervenção para a proteção social, prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente, e, também, para melhoria do desempenho escolar e da permanência na escola, principalmente em territórios mais vulneráveis (Brasil, 2009, p. 25).

Em contraponto a esse entendimento, Libâneo (2016, p. 3), aponta que as políticas educacionais aplicadas nas últimas décadas têm sido influenciadas por orientações de organismos internacionais, o que provoca dissonâncias nas concepções de escola e conhecimento escolar, impactando na formulação dos currículos. Refere ainda que uma das orientações mais presentes nos documentos do Banco Mundial é a institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social, trazendo como um dos elementos a implementação de um currículo instrumental ou de resultados. O autor afirma que,

A escola pública continua sendo o melhor lugar e o melhor caminho para a luta política pela igualdade e inclusão social. Uma visão de escola democrática aposta na universalidade da cultura escolar no sentido de que cabe à escola transmitir os saberes públicos que apresentam um valor, independentemente de circunstâncias e interesses particulares, em função do desenvolvimento humano. Junto a isso, permeando os conteúdos, cabe também considerar a diversidade cultural, a coexistência das diferenças e a interação entre indivíduos de identidades culturais distintas. Uma escola desprovida de conteúdos culturais substanciais e densos reduz as possibilidades dos pobres de ascenderem ao mundo cultural e ao desenvolvimento das capacidades intelectuais, deixando de promover, desse modo, a justiça social que pode vir da educação e do ensino (Libâneo, 2016, p. 22).

Perante as abordagens trazidas pelos autores supracitados, convém salientar que é unânime a compreensão da importância do espaço escolar na perspectiva de inclusão social e de emancipação dos sujeitos. Há de se salientar que os dilemas quanto às formas de funcionamento, objetivos, formação dos currículos escolares é problemática recorrente na história da educação, pois as práticas educativas estão atreladas ao contexto político, econômico e social que atravessamos (Libâneo, 2016). Nessa direção, Nóvoa (2009) chama a atenção para o que ele denomina de “escola transbordante”, uma escola com a função tão ampliada que dilui a sua finalidade maior que consiste em ser lugar de escolarização e de desenvolvimento de capacidades intelectuais e de desenvolvimento afetivo e moral. Em seu lugar surge uma escola responsabilizada por uma multiplicidade de funções, inclusive a de prover serviços sociais.

Diante do exposto, constata-se que as concepções de proteção social e da finalidade da escola não encontram apenas uma definição, mas muitas linhas de pensamento e de debates, porém todas elas fazem referência à escola, de modo geral, como lugar de acolhimento e proteção; com espaços criativos tanto nos sistemas formais quanto fora deles; com programas de educação básica que intensifiquem esforços para aperfeiçoar o status; com o desenvolvimento de programas adaptáveis e flexíveis; com modalidades e currículos diversificados para atender a população excluída; com políticas educacionais articuladas com políticas intersetoriais de superação da pobreza (Von Dentz, 2022).

Nesse sentido, com o intuito de abordar como as políticas educacionais articulam ações de proteção social destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como estratégia do Ministério da Educação para “a democratização das condições de

permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior” (BRASIL, 2010, s/p).

2.1 PNAES: A urgência de uma política fortalecida e consolidada

Em tempos de crise na sociedade capitalista e, sobretudo em um país com tamanha desigualdade social como é o caso do Brasil que é reconhecidamente o nono País mais desigual do mundo, segundo dados da Síntese de indicadores sociais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Nesse cenário, descortinam-se consequências perversas na vida das famílias trabalhadoras e dos estudantes em função da desresponsabilização do papel do Estado na efetivação da proteção social (Braga; Dal Prá, 2021). A política de educação integra formalmente o sistema de proteção social à medida em que ecoa o conjunto de condições econômicas, sociais e políticas particularmente no contexto neoliberal (Aureliano; Draibe, 1989, Boschetti, 2012).

Essa ligação entre a política de proteção social e de educação se intensifica pela confluência perversa dos efeitos do neoliberalismo com a exaltação do mercado em detrimento do Estado no âmbito do social. Exatamente quando os seus efeitos são deletérios para as políticas sociais, passa-se a intensificar as demandas de proteção social nas escolas e essa condição imprime redirecionamentos das atuações desses equipamentos públicos (Moraes, 2021, p. 4).

De acordo com Araújo (2003, p.99) os estudos sobre AE no Brasil são de grande relevância a medida em que somos um dos países onde se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato que está representado também nos espaços universitários, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do acesso ao ensino já ingressa em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos. Emerge assim, a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do abandono escolar e da evasão dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Com esse objetivo o PNAES localiza-se como política social marcada pela trajetória

de contrarreformas do Estado, no movimento histórico de reconfiguração da educação superior, visando à reorganização da universidade, como espaço social e se estabelece, em termos legais, como uma política de educação superior, vinculada às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a fim de contribuir para a permanência dos discentes em sua trajetória acadêmica em cursos de graduação presencial (Braga; Dal Prá, 2021).

Mocelin (2019) entende as ações de AE das IFES como proteção social a partir da noção de seguridade social ampliada e intersetorial. Para a autora, a AE compreende a dimensão assistencial da política de educação. Ao traçar um paralelo com as seguranças sociais garantidas pela política de assistência social (sobrevivência – rendimento e autonomia, acolhida, e convívio ou vivência familiar) identifica que tais seguranças também estão presentes na política de AE.

Na visão de um dos atores sociais fundamentais na luta pela regulamentação da AE no Brasil, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a AE deve ser compreendida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das instituições de ensino, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012).

Segundo o Decreto 7234/2010, o qual regulamenta a AE no Brasil, os objetivos do PNAES são: i) a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; ii) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior; e iii) reduzir as taxas de evasão e contribuir para a inclusão social pela educação. O documento define ainda as dez áreas de atuação do programa: alimentação, moradia, transporte, creche, inclusão digital, esporte, saúde, cultura, apoio pedagógico e inclusão de estudantes com deficiência física e déficit de aprendizagem constituindo-se como um importante mecanismo de acesso a direitos sociais básicos para que os estudantes tenham condições de permanência e de conclusão de seus estudos.

O decreto define como requisitos para atendimento no âmbito do programa os alunos

oriundos da rede pública da educação básica, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo dos demais critérios fixados pelas instituições (Brasil, 2010). Nesse marco legal, a AE é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada (Imperatori, 2017).

Além disso, o Decreto 7234/2010 sinalizou que as despesas do programa [...] correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC ou às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados pela legislação orçamentária vigente (Brasil, 2010). Em face dessa regulamentação, infere-se que serão beneficiados estudantes na medida dos recursos disponíveis e não que os recursos são disponibilizados conforme demanda existente. Essa lógica reveste o programa de caráter seletivo e focalizado, restando aos executores a “eleição dos mais pobres entre os pobres” (Palavezzini; Alves, 2019).

No IFFar, a regulamentação interna referente à PAE preconizada pelo PNAES é a Resolução Consup 012/2012 que dispunha sobre os programas, serviços, projetos e ações de assistência estudantil a serem ofertadas pela instituição. A PAE do IFFar compreende as diretrizes, objetivos e princípios que compõem a oferta dos serviços, programas, projetos e ações na instituição e trata-se de um direito de todos os estudantes matriculados. As ações de assistência estudantil voltadas à saúde, cultura, esporte e lazer e apoio didático-pedagógico são para todos os estudantes regularmente matriculados na instituição.

Quanto às ações ofertadas estão alocadas em seis eixos de atuação, a saber: Eixo 1) ampliação do acesso, realizado por meio de ações afirmativas (reserva de vagas no processo seletivo) e isenção de taxas de inscrição no processo seletivo. Eixo 2) permanência dos estudantes na instituição, realizada por meio das ações de moradia estudantil, alimentação, transporte, apoio aos estudantes pais e apoio à permanência. Eixo 3) apoio pedagógico e acompanhamento de egressos. Eixo 4) Atenção à saúde. Eixo 5) Promoção do esporte, cultura e lazer. Eixo 6) monitoramento e avaliação da PAE (IFFar, 2012). O público destinatário das ações descritas acima são: candidatos aos cursos regulares oferecidos pela instituição, pela

isenção da taxa de inscrição no processo seletivo, estudantes regularmente matriculados, ex-estudantes, por meio do acompanhamento de egressos, pais ou responsáveis. Prioritariamente são atendidos estudantes cujo grupo familiar se encontra em situação de vulnerabilidade.

Quanto às formas de oferta dos auxílios que se destinam aos estudantes mais vulneráveis, identificados por meio de avaliação socioeconômica, têm como finalidade propiciar condições favoráveis à permanência dos alunos no IFFar. São destinados aos estudantes que comprovam a situação de vulnerabilidade socioeconômica e apresentam renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e cumpram com os demais pré-requisitos estabelecidos em regulamento e edital específico. (IFFar, 2022)

Esses auxílios se dividem em: Auxílio permanência: destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais e à Distância (EAD), Auxílio transporte: para estudantes matriculados em cursos presenciais, com valores definidos pela distância da moradia, Auxílio eventual: para estudantes matriculados em cursos presenciais, que em período fora de editais de seleção passem a se encontrar em situação de vulnerabilidade social. Auxílio à participação em eventos: prevendo diárias que variam conforme o local do evento e Auxílio ao estudante atleta: para estudantes matriculados em cursos presenciais ou EAD.

Vale destacar que cada campus do IFFar possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), composta por uma equipe multiprofissional que, articulada com os demais setores da instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, à permanência, ao êxito e à participação dos estudantes no espaço escolar. (IFFar, 2012).

Os programas e ações da AE têm o desafio de proporcionar condições concretas de permanência aos estudantes, porém o contexto atual em que são desenvolvidos tem sido marcado pelo repasse financeiro em detrimento da oferta de equipamentos de permanência, como moradia estudantil, restaurante universitário e serviços de apoio ao discente (Nascimento, 2014). Braga e Dal Prá (2021), apontam que

As respostas sociais por meio das ações das universidades na assistência estudantil têm assumido um forte viés compensatório fortalecido pela transferência de renda geralmente vinculada a um recorte residual. Dessa forma, refletem os direcionamentos impostos pelas políticas sociais com ênfase na superação da pobreza, com viés da seletividade, e nas subvenções sociais, por meio de programas de transferência de renda direta para o estudante (Braga; Dal Prá, 2021, p. 3).

Nesse sentido, Freitas e Cavalcante (2022), destacam que para garantir equidade no processo de ensino e aprendizagem é preciso se preocupar não só com o suporte material (financeiro) mas com as adaptações pedagógicas, sejam elas métodos, técnicas ou recursos ou ainda no próprio currículo ofertado a esses estudantes. Nesse sentido, Silva et al. (2021), trata dessas duas perspectivas de atendimento da AE como suportes materiais e simbólicos, destacando que para que se consolide o verdadeiro processo de democratização da educação é necessário se avaliar se as ações ofertadas asseguram a permanência do público estudantil ingressante pela política de ações afirmativas.

Santos, Abrantes e Zonta (2021), apresentam o seguinte questionamento: apesar dos avanços advindos com o PNAES, as políticas voltadas para AE ainda são residuais, estabelecidas por meio de programas governamentais, com orçamento insuficiente para cobrir a crescente demanda. Os autores ressaltam ainda que [...] é importante dar ênfase à necessidade da consolidação da assistência estudantil como política pública de Estado (Santos, Abrantes e Zonta, 2021, p. 217).

Diversos estudos apontam para o descompasso que há entre a ampliação do acesso à educação, proporcionados pela Lei de Cotas e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a política voltada para a permanência desses estudantes nos cursos escolhidos (Nogueira, et al, 2017; Silva, Costa, 2018), pois a cobertura da Política de Assistência Estudantil não comporta a demanda gerada pela expansão e democratização do ensino público ocorrida nos últimos anos.

Diante do exposto, percebe-se o grande desafio que se impõe às instituições públicas de ensino: para além do acesso é primordial proporcionar condições de permanência para os estudantes, além de ofertar ensino de qualidade. O direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a ampliação e a garantia dos demais direitos humanos e sociais, e condição para a própria democracia, e a escola pública universal materializa esse direito"

(BRASIL, 2009, p. 13).

A fim de que a AE torne-se uma política de estado consolidada e efetiva para o fim a que se destina, é fundamental compreendê-la como direito social e romper-se com “[...] a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do estado” (Sposati, 2002, p.23), forma como as políticas de assistência vem sendo vistas e compreendidas. Nessa perspectiva, cada vez mais as pesquisas, os debates e os estudos acadêmicos colaboram no sentido de dar visibilidade para a temática, trazendo o engajamento de diversos atores sociais para a luta por uma educação que cumpra com o seu real propósito. Conforme Libâneo (2016), uma escola democrática que aposta na universalidade da cultura escolar no sentido de que cabe à escola transmitir os saberes públicos que apresentam um valor, independentemente de circunstâncias e interesses particulares, em função do desenvolvimento humano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das divergências teóricas e políticas no debate sobre a forma como a proteção social vem sendo incorporada nas políticas educacionais, principalmente nas escolas públicas, não há discordância quanto ao entendimento de que a articulação entre as políticas sociais configura uma rede de proteção social mais ampla e com mais chances de efetividade. O que fica evidente através da pesquisa realizada é a preocupação dos pesquisadores e profissionais da educação com a “desfiguração”, perda de identidade do real sentido da escola que é promover, por meio do ensino e da aprendizagem, o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes concorrendo para o desenvolvimento moral, intelectual e afetivo dos sujeitos.

É inquestionável a compreensão de que não se educa somente na escola, porém a educação escolarizada é premissa do ambiente escolar e de seus profissionais, principalmente para as classes menos favorecidas que não possuem condições de acesso a outras formas e locais que ofertam práticas educativas, ou seja, a educação que terão condições de acesso é a que se apresenta na escola pública. Nessa perspectiva, é necessário atenção ao fazer da escola um espaço de atendimento de demandas externas que possam prejudicar o andamento da sua

principal função.

Evidentemente, não estamos afirmando que a escola não poderá/deverá ser palco para a articulação entre políticas e projetos sociais. Muito pelo contrário! A articulação e a intersetorialidade são princípios fundamentais das políticas sociais. Porém, o que se quer pontuar é que não se pode descaracterizar o verdadeiro sentido e papel da educação, principalmente na perspectiva de ser uma prática social que se concretiza pelo provimento das condições efetivas de formação e desenvolvimento científico, cultural, ético-político e afetivo das crianças e jovens, principalmente daqueles que mais necessitam dela, a população pobre.

Ademais, constata-se que com a política de reestruturação e expansão das IFES e das políticas de ações afirmativas que se coadunam no objetivo da ampliação das condições de acesso à educação pública para todos, consequentemente, aumentou a demanda por uma AE que atenda de forma efetiva aos estudantes advindos de classes sociais com menos condições de permanência e êxito no percurso acadêmico. Ressalta-se ainda, que com o empobrecimento da sociedade brasileira nos últimos anos e, principalmente após a pandemia de Covid-19, um contingente ainda maior de estudantes corresponde ao perfil proposto pelo PNAES no que concerne ao principal critério para concessão dos benefícios, a renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos.

Diante disso, amplia-se o desafio dos gestores e executores das PAE em implementar medidas que proporcionem condições de permanência aos estudantes da Rede Federal de Educação nos mais diversos níveis e modalidades. Para isso, é necessário que o PNAES seja consolidado como uma política e que lhe seja dada a devida importância em termos de recursos financeiros para a implementação das ações que são cada vez mais demandadas pela população que acessa os bancos escolares.

REFERÊNCIAS

AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. A especificidade do “Welfare State” brasileiro. In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (B). Projeto: **A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização**. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989. p. 186-179. Disponível

em:https://repository.eclac.org/bitstream/handle/11362/9111/LCbrsL12_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 out. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out/dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/KpwwS8L8Fs7r3Pj83NZrcjJ/?format=pdf> Acesso em: 23 out. 2023.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e. DAL PRÁ, Keli Regina. A incorporação da família e de metodologias de acesso na assistência estudantil no contexto do PNAES. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 39. Palmas, 2021. Disponível em: A INCORPORAÇÃO DA FAMÍLIA E DE METODOLOGIAS DE ACESSO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DO PNAES | Humanidades & Inovação Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: Constituição Acesso em 02 ago. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil, PNAES**. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/Link%20para:%20http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm Acesso em 18 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral**. Brasília: MEC, 2009. (Série Mais Educação.) Disponível em: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf Acesso em: 25 out. 2023.

DENTZ, Marta Von. Proteção social nas políticas de escolarização: algumas digressões teórico-políticas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270055> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qwyvQQx9TwnHH8FJybxRnFJ/> Acesso em: 20 out. 2023.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. ANDIFES. Universidade Federal de Uberlândia, PROEX: 2012. Disponível em: <http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf> Acesso em: 05 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar) Resolução CONSUP 12/2012, **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha**. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/1533/6248614b230ee7d18d6d680ef83c43a1> Acesso em 20 out. 2021

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016. <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 out. 2023.

MORAES, Patricia Maccarini. O debate entre proteção social e educação: demandas, conceitos e problematizações. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n.39, Palmas, 2021. Disponível em: O DEBATE ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: DEMANDAS, CONCEITOS E PROBLEMATIZAÇÕES | Humanidades & Inovação Acesso em: 24 out. 2023.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. et al. Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**, v. 33, p. 33:e161036, 2017. Disponível em: promessas e limites: o sisu e sua implementação na universidade federal de minas gerais Acesso em: 03 out. 2023.

PALAVEZZINI, Juliana. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba , v. 26, n. 1, p. 217-236, jan. 2021 . Disponível em: A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR Acesso em 22 set. 2023. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772021000100012>.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: DESAFIOS À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA | Santos | Cadernos Cajuína Acesso em: 19 abr.2023.

SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 166–192, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.número. Disponível em: Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil Acesso em: 11 out. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/Unesco, 2009, p. 13-56. Disponível em: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil; 2009 Acesso em: 24 out. 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS DE GÊNERO: DEZESSETE ANOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

Eva Terezinha Ferreira Jornada⁷⁶

Resumo: O objeto de estudo desse artigo é instigar sobre a relevância de discutir-se nas instituições escolares esse tema. Apresenta-se como objetivo geral: Reconhecer a importância de políticas públicas protetivas. Enquanto, pontua-se os seguintes objetivos específicos: Conceituar gênero; Identificar a Lei Maria da Penha como imprescindível na defesa da mulher. Compreender que as pessoas devem apreender sobre as políticas públicas sociais protetivas pelo Estado; Distinguir as diferentes tipificações de violência doméstica sofridas por mulheres. A metodologia desse transita entre a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Vários autores conceituam melhor esses procedimentos metodológicos. Entre eles Demo, Gil etc. Assim, é imprescindível entender que a mulher deve ser bem tratada. Ela merece ser respeitada. E que tem direitos constitucionais legitimados. E pode viver com dignidade na sociedade. As pessoas precisam entender que a Lei Maria da Penha foi uma luta árdua para essa conquista. Foi implementada para ser usada para defender-se nos casos de maus tratos, abusos, torturas etc. Urge a necessidade de fortalecer o diálogo dessa temática. Desse modo, homens devem respeitar suas namoradas, companheiras ou esposas. A fim de mitigar esse problema. Pois há uma onda crescente de feminicídio aumentando no país. Um menino deve aprender desde pequenino, que a menina deve ser respeitada, para que na fase adulta saiba respeitar a mulher. Mulheres merecem ser empoderadas e tratadas com dignidade humana. E cabe a pessoa que observar um chamado de ajuda denunciar.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gênero; Lei Maria da Penha; Instituições Escolares

Abstract: The object of study of this article is to instigate the relevance of discussing this theme in school institutions. The general objective is: To recognize the importance of protective public policies. On the other hand, the following specific objectives are highlighted: To conceptualize gender; Identify the Maria da Penha Law as essential in the defense of women. Understand that people must learn about the public social policies that are protected by the State; Distinguishing the different typifiers of domestic violence suffered by women. Its methodology moves between exploratory, bibliographic and documentary research. Several authors better conceptualize these methodological procedures. Among them Demo, Gil etc. Thus, it is essential to understand that women must be treated well. She deserves to be respected. And that it has legitimate constitutional rights. And they can live

⁷⁶ Professora Graduada em Letras: Português e Espanhol. Professora Efetiva da Rede Municipal e Estadual. Especialista em Alfabetização e Letramento. Especialista em Imagem, Memória e História das Missões: Educação para o Patrimônio. Mestra em Políticas Públicas. Egressa do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, da UNIPAMPA, Campus São Borja/RS.

with dignity in society. People need to understand that the Maria da Penha Law was an uphill struggle for this. An uphill struggle for this achievement. It was implemented to be used to defend oneself in cases of ill-treatment, abuse, torture, etc. There is an urgent need to strengthen the dialogue on this issue. Thus, men should respect their girlfriends, partners, or wives. In order to mitigate this problem. Because there is a growing wave of femicide increasing in the country. A boy must learn from an early age that the girl must be respected, so that in adulthood he knows how to respect the woman. Women deserve it. They deserve to be empowered and treated with human dignity. And it's up to the person who observes a call for help to report it.

Keywords: Public Policies; Gender; Maria da Penha Law; School Institutions.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desse artigo é Políticas Públicas Sociais de Gênero: Dezessete anos da Implementação da Lei Maria da Penha. Justifica-se pela necessidade de instigar essa temática nas instituições escolares tanto pública, quanto privada. Porque a violência doméstica não é distinta pela classe social, credo religioso, ideologia, etnia etc. Está, infelizmente, enraizada na sociedade. Ou seja, é perceptível pelos números crescentes, de feminicídios, em diferentes regiões e cidades da nação brasileira.

É carregada por parte de alguns pais, irmãos, companheiros, namorados e esposos o machismo, que vem desde o patriarcado existente no Brasil colônia. E que veio de outras nacionalidades. Isto é, o patriarcado, no qual a mulher era vista apenas como um objeto de cobiça, de conquista do homem ou uma escrava de afazeres domésticos. “O patriarcado ou relação de gênero baseada na desigualdade, é a estruturação política mais arcaica e permanente da humanidade. Ela molda a relação entre posições de prestígio e de poder” (SEGATO, 2016 p.17). Visto que, antigamente, as pessoas eram castigadas em seus corpos, punidas em praças públicas sem direito à defesa e sem julgamentos, pois não existiam as leis para que fossem cumpridas. E a mulher não era vista como um ser humano.

E ainda hoje no século XXI essas vítimas são tratadas com naturalidade por parte da falta de sensibilidade das pessoas que atuam em órgãos públicos. E que não estão preparadas para tratar respeitosamente nas Delegacias ou nas ocorrências. Pois essas vítimas são seres

humanos, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade, da família e de outras instituições.

Por isso nesse apresenta-se como objetivo geral: Reconhecer a relevância de Políticas Públicas Protetivas. Enquanto, pontua-se os seguintes os objetivos específicos: Conceituar gênero, identificar a Lei Maria da Penha como imprescindível na defesa da mulher e distinguir as diferentes tipificações de violência doméstica sofridas por mulheres. Acredita-se que essa temática pode ser dialogada desde os Anos Iniciais, Finais, no Ensino Médio e no Ensino Superior, porque é muito relevante entender que a mulher deve ser bem tratada. Ela deve ser respeitada. Isto é, e tem direitos constitucionais legitimados a viver com dignidade na sociedade.

Precisam conhecer o que é a Lei Maria da Penha. Como ela foi criada. Quem é a pessoa que lutou para que fosse implementada foi uma luta árdua para essa conquista, que deve ser usada para defender-se nos casos de maus tratos, abusos, torturas etc. Há diferentes tipificações e toda pessoa tem de saber. O foco deste é instigar e fortalecer o diálogo dessa temática. Os homens devem respeitar suas namoradas, suas companheiras ou a sua esposa. E pais tem de respeitar as suas filhas. Há violência de patrimônio, que pode ocorrer quando pais não quiserem fazer inventário, no caso da perda da mãe. Pensando que as filhas devem apenas arrumar dinheiro e não usufruir de seus direitos nos negócios familiares. Além disso, existem, porém são raros os casos de incesto.

Portanto, há uma onda crescente de feminicídio aumentando no país. Um menino deve aprender desde pequenino, que a menina deve ser respeitada. Para que na fase adulta saiba respeitar a mulher.

A violência contra a mulher, como outras formas de violência, é resultado de uma complexa relação entre cultura, indivíduo, relacionamento, contexto e sociedade. Assim, quando se pensa em quão amplo é o fenômeno da violência contra a mulher, compreende-se que esse não interessa apenas à pessoa ou à família que passa por essa situação, interessa a todos nós (Almeida, 2020, p. 15).

A mulher deve exigir que seus direitos sejam respeitados. Caso sofrer violência doméstica deve denunciar o agressor. E qualquer pessoa pode ajudar a socorrer a vítima acionando os órgãos competentes, visto que esse problema interessa a todos indivíduos da

sociedade. Esse artigo está dividido em Resumo; Abstract; Introdução; Metodologia e nas seguintes Seções: Políticas Públicas Sociais; Conceituando Gênero na atualidade; O Histórico da Violência Doméstica e suas Tipificações; Dezesete Anos da Lei Maria da Penha: Uma Breve Explicação; Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

2. METODOLOGIA

A metodologia transita entre a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Vários autores conceituam esses procedimentos metodológicos. “Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2002, p.42). Em relação à pesquisa bibliográfica ele afirma que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002, p. 43).

Salienta o autor sobre pesquisa documental o seguinte:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002, p. 45).

Desse modo, outras inferências de autores sobre esse objeto de estudo serão elencadas no decorrer deste artigo.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Constata-se que as Políticas Públicas Sociais entre as outras brasileiras são

representadas por uma série de decisões. As quais entram na agenda, na tomada de decisão, na implementação, na análise e na mitigação dos problemas públicos. Elas são constituídas atualmente de metas e de programas empreendidos pelo Estado, para contemplar as demandas da sociedade. Nesse aspecto, é coerente abordar-se os direcionamentos adotados pelas Políticas Públicas Sociais, visando refletir sobre o papel da função da mulher na sociedade exercido desde os primórdios dos tempos até a atualidade.

Para revisitar-se essas concepções, instiga-se a repensar-se a maneira que se procedeu desde um resgate histórico a respeito da configuração da sociedade brasileira. E as suas implicações desde o Período Colonial, perpassando pelo Período do Império até o Período da República. No entanto após a promulgação da Constituição Federal de 1988, no capítulo 1- Dos Direitos e Deveres Coletivos Art.5º afirma que: “Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Neste pretende-se defender-se a ideia de que a partir da Constituição há embasamento legal de Políticas Sociais Protetivas às Mulheres. Porque todas têm direito à vida e à segurança entre outros direitos humanos. Atualmente, deve nas instituições escolares disseminar as Políticas de Ações Afirmativas às mulheres brasileiras, no seu contexto histórico. Para que todas as pessoas possam compreender que tais políticas se constroem, se engendram ou se articulam por meio de direitos assegurados ao longo da história. E atualmente pela CF/1988.

Nessa seção indaga-se e questiona-se a relevância de orientar os estudantes para que possam escutar e dialogar sobre as trajetórias das ações afirmativas, relações de desigualdade, de violências e como o movimento feminista envolveu-se nessas questões. Até o surgimento da Lei Maria da Penha. Nesse sentido, é importante situar o que se entende por Políticas Públicas. E conceituar Políticas Públicas Sociais. Para Höfling (2001) as políticas públicas constituem o “Estado em ação”, por meio de programas pensados para setores específicos da sociedade: Acrescenta que:

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado - quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da

sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais (Höfling, 2001, p. 31).

A pesquisadora estabelece que as Políticas Sociais:

[...] se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (Höfling, 2001, p. 31).

Conforme explica em relação a Políticas Públicas. Azevedo (2004, p. 05):” [...] a concepção de políticas públicas é definida, implementada, reformulada ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado”. Nessa dimensão, constitui-se como fundamental a força dos movimentos feministas, a pressão social na memória da sociedade ou do Estado, com estreita relação às representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria na busca da garantia de seus direitos.

Assim, adverte-se que as Políticas Públicas Sociais são medidas destinadas a atender as diferentes demandas específicas da população. Principalmente grupos discriminados e vitimados por algum mecanismo de exclusão. Tais políticas pretendem atuar de forma reparatória nas diversidades e nas desvantagens congestionadas durante o percurso histórico de alguns grupos. Procurando assegurar ou ampliar o acesso à escolarização, bens materiais e culturais, saúde, trabalho e segurança. Principalmente às meninas e mulheres. Assim conseguem receber informações pelo viés de Políticas Públicas Educacionais. Cabe as escolas e as universidades fazerem debates sobre a violência doméstica.

4. CONCEITUANDO GÊNERO NA ATUALIDADE

Ao falar da perspectiva desse gênero faz-se referência há uma ferramenta conceitual que busca mostrar que eventuais diferenças entre as mulheres e os homens ocorrem não apenas por sua determinação biológica, mas também pelas diferenças atribuídas aos seres

humanos. No discorrer dessa seção é feita uma reflexão sobre a questão de gênero. Porque é imprescindível observar-se que historicamente⁷⁷ por meio do patriarcado; antigamente a mulher não era conhecida com direitos igualitários aos homens. Ela devia obediência. Não poderia tomar decisões próprias. Primeiramente seus pais faziam escolhas por elas. Depois de casadas eram literalmente governadas pelos maridos. E para esses elas eram como se fossem apenas objetos ornamentais de cada casa. Deveriam cuidar da casa, dos filhos, ir à igreja e ajudar em alguma obra social do local onde viviam.

Encontra-se um conceito de gênero⁷⁸ que diz respeito aos papéis sociais e comportamentais. Porque culturalmente foram associados ao sexo biológico das pessoas. Como por exemplo: uma pessoa que nasce com o seu sexo biológico feminino. É criada e socializada como uma menina. Ainda hoje, há grupos conservadores que pensam assim, infelizmente.

As questões de gênero estão vinculadas às expressões do masculino e do feminino, atribuídas historicamente, por meio de imposições sociais e culturais. Essas imposições de caráter biológico, em nossa cultura, estão estritamente ligadas aos papéis que cada um/a tem que assumir socialmente. Acabam sendo injunções sociais e culturais, convenções de naturalização de papéis que designaram poder ao homem e promoveram, como resultado, uma sociedade machista e sexista. Desse modo, a discussão sobre gênero e violência é fundamental para evidenciar os determinismos impostos na sociedade (Poggio, 2012).

Apresenta-se a seguir um outro conceito sobre gênero:

O conceito de gênero enfatiza, assim, a dimensão cultural que apresenta um papel estruturante no processo de tornar-se homem ou mulher. Observa-se, portanto, que ao se falar em gênero, não se fala exclusivamente de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diferentes masculinidades e feminilidades. Gênero, assim, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais, bem como simbólicas que abrangem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, des/construções de representações e imagens, distintas distribuições de recursos e de poder entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é - e o que não é - considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo. (Santana, 2015, p. 124).

⁷⁷ <https://radar.ibegesp.org.br> Acesso em 16 nov de 2023.

⁷⁸ <httpppps://www.significados.com.br>

Após um breve entendimento conceitual sobre gênero há a possibilidade de entender que as mulheres sofrem violência doméstica pelo fato de serem femininas. E consideradas sexos frágeis. Isso faz com que se reporte ao passado histórico do machismo e do patriarcado.

5. O HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS TIPIIFICAÇÕES

Esse tema já vem sendo discutido há décadas em âmbito internacional. “Porém, ao contrário, o governo está em vias de efetuar mudanças e se envolve e persiste em modos de agir cuja legalidade e constitucionalidade estão expostas a graves dúvidas” (Arendt, 2004, p. 23). Uma das principais teses de Hannah Arendt contida em seu ensaio intitulado *Desobediência civil*, presente no livro *Crises da República* (2004): “[...] é a de que o referido fenômeno não se reduz a objeção de consciência, tampouco encontra sua razão de ser na utilização da violência” (Arendt, 2004, p. 28). Visto que, na sociedade americana já se observava, que muitas pessoas agiam de maneira violenta. Porém, quando eram abordadas não queriam obedecer às leis. Pareciam não ter consciência da gravidade da transgressão ocorrida. Além disso, a desobediência civil, de acordo com Arendt (2004), pressupõe a existência de um grupo que via o homem agredir, mas não se metia, nas brigas.

Literalmente, com o tempo no universo da política, do direito e de conversações teóricas abre-se espaço para discussões sobre a violência. Estabelece-se as novas relações políticas. Consequentemente, pode ser entendido como um potencial de ação. Inclusive, nota-se que é capaz de resgatar a alegria pública da coletividade, no interior das sociedades contemporâneas conscientizando as pessoas de que as mulheres não deveriam sofrer violência. Contudo, as lutas dos movimentos sociais feministas questionaram esse poder e essa cultura. Tendo em vista que a cultura não é estanque, se modifica através dos tempos. Há atualmente uma série de debates acerca dessas violências. Ou seja, muitos costumes antes aceitos, hoje se modificaram, assim a inferiorização e a violência contra as mulheres não são mais culturalmente aceitas. Esclarece o autor que:

Todavia é preciso compreender que as diferenças entre homens e mulheres ainda pertencem ao reino da natureza biológica. A prova de que os gêneros masculino e feminino são construções sociais está na própria escola, que já chegou a separar meninos e meninas em salas distintas, contribuindo para fabricar sujeitos diferentes. (MISKOLCI, 2005, p. 14).

Porque cabe ao Estado a punição ou a prisão do agressor, após os encaminhamentos processuais e sentenças jurídicas. Para que se concretize essa meta é necessário um trabalho de rede. Que atuem no enfrentamento de violência contra as mulheres. Aos poucos as discussões internacionais também começaram a refletir-se em âmbito nacional embora com muita lentidão.

Quadro 01: Tipificações de Violência doméstica

Física	Qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Exemplos: atirar objetos, sacudir e apertar os braços; espancamento; estrangulamento ou sufocamento; lesões com objetos cortantes ou perfurantes; ferimentos causados por armas de fogo; tortura.
Psicológica	Entendida como qualquer conduta que cause danos emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher, ou vise degradar ou controlar as suas ações, comportamentos, crenças e decisões Exemplos: ameaças, constrangimento, humilhação, insulto, vigilância constante, manipulação. Isolamento (proibir de viajar e de estudar ou de falar com amigos e parentes). Vigilância, perseguição, limitação do direito de ir e vir, insultos, ridicularização, chantagem, exploração, tirar a liberdade de crença, distorcer fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua sanidade.
Moral	Entendida por qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Exemplos: Acusar constantemente de traição, emitir juízos morais sobre a conduta, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima; rebaixar por meio de xingamentos que incidem sobre a sua índole e desvalorizar pelo seu modo de vestir.
Patrimonial	Consiste na exploração imprópria ou ilegal ou ao uso não consentido pela mulher de seus recursos financeiros e patrimoniais.

Fonte: ALMEIDA, 2020, p.28 a 51.

Acredita-se que para serem felizes as mulheres não devem sofrerem nenhum tipo de

violência, pois devem ser respeitadas.

A palavra violência tem origem no verbo latino violare, que significa tratar com violência, profanar, transgredir. Faz referência ao termo *vís*: força, vigor, potência, violência, emprego da força física em intensidade, qualidade, essência. Na tradição greco-romana, violência significava o desvio, pelo emprego da força externa, do curso natural das coisas. Hoje, o termo é empregado de modo polissêmico. Designa fatos e ações humanas que se opõem, questionam ou perturbam a paz ou a ordem social reconhecida como legítima. Seu uso corrente compreende o emprego de força brutal, desmedida, que não respeita limites ou regras convencionadas (Arendt, 2016, p. 7).

Toda a mulher consegue reconhecer as diferentes tipificações de violência doméstica que são: física, patrimonial, psicológica e moral. É imprescindível que esse problema seja mitigado urgentemente. Porque a mulher não precisa sofrer violência doméstica sabendo que recebeu informações concretas e reais do que seja uma violência.

6. DEZESSETE ANOS DA LEI MARIA DA PENHA: UMA BREVE EXPLANAÇÃO

Atualmente, já existe a Lei Maria da Penha. Ela implica que quem agride a mulher vai ter de responder pelo ato da agressão. Muitas vezes, na Delegacia da Mulher ou em outra. O agressor recebe a advertência. E pode ser enquadrado pelo ato criminoso. O autor Bobbio (2004) esclarece que o homem tem de deixar de ser machista. Porque deve ser obediente a lei. E saber que ele deve aceitar as normas jurídicas impostas e legitimadas. Não adianta contestação à lei, mas respeito e aceitação que existe lei para ser obedecida. O sujeito deve conscientizar-se de que ao agir errado poderá sofrer punição. “Tem o poder de tocar no fundamento da obrigação que leva à obediência ou à aceitação de uma norma de que o contrário da resistência é a obediência, o contrário da contestação é a aceitação” (BOBBIO, 2004, p. 152).

A partir dessa afirmação é perceptível que o agressor tem de saber que se agredir comete uma desobediência constitucional. O indivíduo necessita entender que a Lei Maria da Penha existe para proteção da mulher. Pode ser entendida da seguinte maneira: Há necessidade de registros de ocorrências para que o sujeito agressor aceite a contestação da

vítima. E procure mudar. Porque a lei existe para ser cumprida. Cabe ao homem machista e agressor reeducar-se. Pois, a mulher tem direito garantido a sua integridade e a sua vida. Sabe-se que em 07 de agosto de 2023 a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, completou 17 anos. Ela cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e vem sendo modificada e desenvolvida ao longo dos anos. É considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três mais avançadas do mundo.

A violência é uma espécie de coação, consistente no emprego de força física ou arma de fogo para a obtenção de um resultado, contrário à livre vontade do sujeito passivo. A violência comporta modalidades diversas nos diferentes ramos do direito, na esfera penal é grande o número de crimes que se caracterizam pelo emprego da violência, o feminicídio é um crime que costuma utilizar variadas formas de violação até evoluir para as vias de fato. (BRASIL, 2006, p.44).

Quadro 2: Trajetória da linha do tempo cronológico até a promulgação

ANO	ACONTECIMENTOS:
1983	Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por Marco Antonio Heredia Viveros.
1991	Primeiro julgamento do agressor, sentenciado a 15 anos de prisão, mas devido a recurso solicitados pela defesa, saiu do fórum em liberdade .
1996	Segundo julgamento de Marco Antonio Herenia Viveros, condenado a 10 anos e 6 meses de prisão. Contudo, a defesa alegou irregularidade processual e a sentença não foi cumprida.
2001	Após receber quatro ofícios da CIDH/OEA, o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras.
2002	Foi formado um Consórcio de ONGs feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.
2006	Sancionada a Lei nº 11.340 - Lei Maria da Penha

Fonte: ALMEIDA, 2020, p. 76 a 131.

Constata-se que em cerimônia realizada no dia 07 de agosto de 2006, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na presença de Maria da Penha Maia Fernandes,

promulgou a Lei 11.340/2006, que entrou em vigor em 22 de setembro de 2006. Nessa lei apresentava-se os meios específicos para atender a demanda tão dolorosa e complexa, que é a violência doméstica. Essa lei apresenta-se muito mais como promotora de Políticas Públicas de apoio e assistência às vítimas, do que uma lei com caráter punitivo aos agressores. Seu objetivo é bem mais preventivo, possibilitando assim salvaguardar os direitos humanos das vítimas. Por isso deve ser debatida nas instituições escolares.

A Lei Maria da Penha atribui à mulher tratamento diferenciado, promovendo sua proteção de forma especial em cumprimento às diretrizes constitucionais e aos tratados ratificados pelo Brasil, tendo em vista que, a mulher é a grande vítima da violência doméstica, sendo as estatísticas com relação ao sexo masculino tão pequenas que não chegam a ser computadas (CAVALCANTI, 2008, p. 33).

Em relação a essa seção super instigante de ser debatida, Cavalcanti lembra que:

Não há dúvidas de que o texto aprovado constitui um avanço para a sociedade brasileira, representando um marco indelével na história da proteção legal conferida às mulheres. Entretanto, não deixa de conter alguns aspectos que podem gerar dúvidas na aplicação, e até mesmo, opções que revelam uma formulação legal afastada da melhor e das mais recentes orientações criminológicas e de política criminal, daí a necessidade de analisá-la na melhor perspectiva para as vítimas, bem como discutir a melhor maneira de implementar todos os seus preceitos. (Cavalcanti, 2008, p. 21).

Consequentemente, a Lei Maria da Penha, ainda tem gerado inúmeros debates e discussões por evidenciar a mulher como a única vítima de violência doméstica, o que poderia estar gerando um privilégio e uma desigualdade. Ainda segundo Cavalcanti:

A Lei Maria da Penha atribui à mulher tratamento diferenciado, promovendo sua proteção de forma especial em cumprimento às diretrizes constitucionais e aos tratados ratificados pelo Brasil, tendo em vista que, a mulher é a grande vítima da violência doméstica, sendo as estatísticas com relação ao sexo masculino tão pequenas que não chegam a ser computadas (Cavalcanti, 2008, p. 33).

Muitas vantagens e algumas inovações foram oriundas do advento da Lei Maria da Penha, conforme artigo de Flávia Piosevan:

Houve mudança de paradigma no enfrentamento da violência contra a mulher, incorporação da perspectiva de gênero para tratar de desigualdade e da violência

contra a mulher, incorporação da ótica preventiva, integrada e multidisciplinar, fortalecimento da ótica repressiva, harmonização com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, consolidação de um conceito ampliado de família e visibilidade ao direito à livre orientação sexual e ainda, estímulo à criação de bancos de dados e estatísticas (Piosevan, 2007, p. 11)

Verifica-se sem dúvida nessa lei uma mudança de paradigma jurídico, da transição democrática e da institucionalização dos Direitos Humanos no Brasil. Elucida dentre os objetivos fundamentais: promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme dispõe o artigo 1º, IV, que também garante que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. O Brasil deixou de ser o único país a não ter uma legislação específica que desse respaldo aos casos de violência contra a mulher.

Portanto, se não é realizada uma intervenção de acolhimento à mulher que sofre violência doméstica pode ser causado um feminicídio. O feminicídio tipifica uma prática já antiga na sociedade, uma vez que inúmeras mulheres morrem de formas trágicas diariamente. São violentadas, espancadas e agredidas até a morte. A palavra feminicídio passou a ser usada no Brasil em 2015, para definir o crime de homicídio de vítimas de violência doméstica, menosprezo ou discriminação em razão da condição do sexo feminino, já que nele existe uma particularidade. A seguir conceitua-se:

O feminicídio não deve ser visto como um evento isolado e nem tão pouco repentino, muito ao contrário ele faz parte de um processo de violências diárias, repetidas e cujas origem caracteriza o uso de violência bruta e extrema, que inclui abusos dos mais diversos tipos (ALMEIDA, 2010, p. 76).

A Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015 altera o Capítulo I – Dos Crimes Contra a Vida- do Código Penal, para prever o feminicídio. Como circunstância qualitativa do crime de homicídio e para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Nem todo homicídio praticado contra as mulheres caracteriza feminicídio. Pois deve reunir elementos que especifiquem a forma como o crime foi cometido e a motivação que teve o autor para cometer o crime. Como por exemplo, o comportamento da vítima, que não aceita conviver mais com o seu ex-companheiro. O crime de feminicídio, isto é, o homicídio contra a mulher por razões

de condição de sexo feminino. Reverbere-se, quando o crime envolve violência doméstica e familiar. Ou seja, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena poderá ser de reclusão de doze a trinta anos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as Políticas Públicas Sociais nesse artigo é muito importante. Porque elas servem para ajudar a mitigar um problema público. No caso que se refere esse é em relação ao problema da violência doméstica que afeta muitas mulheres da sociedade brasileira. Lógico que em outros países também.

Mas a prioridade desse é instigar uma disseminação dessa temática.

Na qual muitas mulheres sofrem violência doméstica e permanecem caladas pelo fato de precisar da ajuda financeira dos maridos. Para o sustento familiar delas e de suas crianças. Urge a necessidades de que haja financiamento e melhor distribuição de Políticas Públicas Sociais em todos os Municípios, Estados e Distrito Federal dessa nação brasileira. Para que acolham com empatia, responsabilidade e ajudem-na a ter um lugar seguro para morar como prevenção de um feminicídio.

Entender o funcionamento desse processo de ajuda das Políticas Sociais é relevante. Principalmente buscar ajuda da Delegacia da Mulher para obter esse enfrentamento diante da violência Doméstica. Denunciar é essencial. Para que esses homens não criem um círculo vicioso agredindo sempre as outras mulheres, após o término do relacionamento com a vítima. Nesse sentido, o foco primordial é dialogar sobre quais políticas afirmativas dizem respeito as mulheres. Os fundamentos teóricos e metodológicos embasados servem de literatura às pessoas poderem entender e ajudar as mulheres. Muitas vezes elas nem percebem que estão sofrendo um dos tipos de violência doméstica.

No término dessa discussão é relevante perceber que foram utilizados na escrita desse uma linguagem coesa e de fácil entendimento até mesmo para pessoas leigas sobre esse objeto de estudo. Após o entendimento de Políticas Públicas Sociais discorreu-se em conceituar com base nos referenciais teóricos as questões de Gênero.

Esse é um tema amplo que merece muito destaque. Há muitos sujeitos e sujeitas que têm muitas dúvidas sobre essa questão. Nesse foram citadas inferências que abrangem os estudos das relações de gênero; movimentos sociais, políticas públicas e inclusão social. Ressalta-se que nesse debate-se a fim de compreender essas violências como violações dos direitos humanos e, por isso, atingem todas as classes sociais.

Contempla-se com dois quadros ilustrativos, a fim de demonstrar quais são as tipificações em relação a violência. E o segundo a ordem cronológica que levou até que surgisse a implementação da Lei Maria da Penha.

Ela protege as mulheres que sofrem violência. Mas acredita-se que haja necessidade de haver um acompanhamento psicológico também aos homens para que talvez parem de machucar suas companheiras. Muitas vezes essa violência era feita em casa com sua mãe. Ela naturalizou-se nesse agressor. E passou a agredir também. Embora deixa-se nítido que não se defenda o ato que praticou o agressor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulcielly Nóbrega de. **Violência contra a mulher** [recurso eletrônico] / Dulcielly Nóbrega de Almeida, Giovana Dal Bianco Perlin, Luiz Henrique Vogel. Alessandra Nardoni Watanabe (Org). -Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. Disponível em: Livro violência contra a mulher.PDF: Acesso em 17 nov. 2023.

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. 2ª. ed. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**/Hannah Arendt [tradução André de Macedo Duarte].-7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. –Nova ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 20 nov 2023.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica contra a mulher no Brasil.** Ed. Podivm. 2ª ed. Salvador, Bahia, 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** -4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** In: Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539> >. Acesso em 19 nov. 2023.

MISKOLCI, Richard. Um Corpo Estranho na Sala de Aula. In: Abramowicz, Anete; Silvério, Valter Roberto (Org.). **Afirmando Diferenças: Montando o Quebra Cabeça da Diversidade da Escola.** Campinas: Papirus, 1ed., v. 1, 2005. p. 13-26.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional.** 10 ed. Rev. Atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

POGGIO, Inês Soares Nunes. **A construção das relações de gênero.** In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 88-101.

SANTANA, Anabela Maurício de. **Fragmentações e permanências: gênero e diversidade na escola.** Retratos da Escola, Brasília, jan. 2015. p.123-13

PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROTECCIÓN INTEGRAL DE LA INFANCIA: POSIBILIDADES DE ACCIÓN ENTRE LAS POLÍTICAS DE EDUCACIÓN INFANTIL Y LA ASISTENCIA SOCIAL

Danise Tatiane Reck Arnoud⁷⁹

Solange Emilene Berwig⁸⁰

Resumo: A assistência Social através da proteção social apresenta iniciativas que visam combater os riscos e privações sociais da sociedade; sociedade esta, que está inserida nas escolas. Tendo em vista esta demanda, considera-se relevante o impacto da articulação da Assistência Social no ambiente escolar concebendo tal iniciativa como um ato preventivo a um conjunto de vulnerabilidades. Esta temática aborda a importância da intersetorialidade entre a Assistência Social e a Educação, mais especificamente abrangendo o público da Educação Infantil, crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos de idade, visando a necessidade da comunicação destes setores na garantia e promoção dos direitos sociais destes indivíduos e de seus responsáveis. Este estudo partindo de pesquisas terá como metodologia revisões bibliográficas, a fim, de analisar as contribuições da Assistência Social na Educação garantindo os direitos destes discentes. A intersetorialidade entre essas duas áreas se mostra um caminho possível para a superação de problemas históricos, reconhecendo condições territoriais, culturais e sociais as quais os discentes estão introduzidos. Tomando decisões coerentes e viáveis, onde as equipes de trabalho tenham condições de tornar possíveis as ações que visem garantir o bem-estar social destes cidadãos, reconstruindo padrões e comportamentos visando um melhor aproveitamento das aprendizagens e refreando a evasão escolar.

Palavras-chave: Proteção, Infância, Assistência Social, Educação.

Resumen: La asistencia social a través de la protección social presenta iniciativas que tienen como objetivo combatir los riesgos y las privaciones sociales de la sociedad; esta sociedad, que está inserta en las escuelas. Ante esta demanda, se considera relevante el impacto de articular la Asistencia Social en el ámbito escolar, concibiendo tal iniciativa como un acto preventivo frente a un conjunto de vulnerabilidades. Este tema aborda la importancia de la intersectorialidad entre Asistencia Social y Educación, abarcando más específicamente al

⁷⁹ Pedagoga. Discente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP – mestrado) da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja – RS. Membro do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: danisearnoud.aluno@unipampa.com

⁸⁰ Doutora e mestra em Serviço Social. Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa. São Borja/RS. Brasil. Vice-líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina - GTFOPPS. Membro do GT Seguidad Social y Sistemas de Pensiones CLACSO. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

público de Educación Infantil, niños entre 4 y 5 años, apuntando a la necesidad de comunicación entre estos sectores para garantizar y promover los derechos sociales de estas personas y sus tutores. Este estudio, basado en la investigación, tendrá como metodología revisiones bibliográficas, con el fin de analizar los aportes de la Asistencia Social en la Educación garantizando los derechos de estos estudiantes. La interseccionalidad entre estas dos áreas aparece como una forma posible de superar problemas históricos, reconociendo las condiciones territoriales, culturales y sociales en las que se introduce a los estudiantes. Tomar decisiones coherentes y viables, donde los equipos de trabajo sean capaces de posibilitar acciones encaminadas a garantizar el bienestar social de estos ciudadanos, reconstruir patrones y comportamientos encaminados a un mejor aprovechamiento del aprendizaje y frenar las tasas de deserción escolar.

Palabras clave: Protección, Infancia, Asistencia social, Educación.

1. INTRODUÇÃO

O cenário atual da infância nos direciona para uma situação de discriminação, de violação de direitos, marginalização da realidade, e a descontextualização de condutas, estes dentre outros fatores, tem ocasionado a exclusão social destes indivíduos e seus familiares. À vista disso, o presente artigo abordará a relevância do desenvolvimento integral e o provimento de direitos a esta faixa etária, revelando o quão pertinente se mostra o trabalho intersetorial entre as Políticas Nacionais da Educação Infantil e Assistência Social como protetores da infância.

No âmbito da educação infantil se inicia uma nova etapa de ensino/aprendizagem, além da sua importância pedagógica no desenvolvimento integral de crianças entre 4 e 5 anos de idade. Esta política vem demonstrando ser um importante meio de proteção à infância, pois é na sala de aula que as manifestações de violação dão seus primeiros sinais, e é neste espaço que o vínculo protetivo se constitui entre os sujeitos que ali circulam – professores, estudantes e demais trabalhadores do espaço escolar. Tais implicações e consolidação deste vínculo levou a construção do texto da Política Nacional de Educação Infantil (PNEI, 1994) definir que os profissionais que atuam nesta etapa de ensino tenham formação específica, para que eles estejam preparados para atuar no reconhecimento destas situações que oferecem risco, através de sinalizações que a criança pode apresentar em seus comportamentos e atitudes

cotidianas.

Para Sena (2018) o importante papel da escola em respeitar e considerar as condicionantes impostas aos discentes, advindas de suas realidades e abordá-las dentro e fora da sala de aula a fim de, promover condições adequadas para o desenvolvimento das habilidades e aprendizagens. Todavia, faz-se necessário muito mais que a interpretação destes comportamentos e a promoção de adequações curriculares, faz-se necessário haver conhecimento por parte da instituição escolar, sobre as políticas públicas de proteção existentes para fazer os encaminhamentos necessários e cabíveis a cada situação. Nesse contexto, uma estratégia muito próxima, porém pouco reconhecida e utilizada, são os trabalhos em rede, a intersetorialidade vista como resolução de problemas, viabilizadora de ações e estratégias.

Considerando a realidade das escolas e o território em que estão inseridas, é possível evidenciar a vulnerabilidade social a qual seus discentes estão cada vez mais expostos, frente a estas demandas entendemos que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) tem sido a principal alternativa de enfrentamento, ou acolhimento das demandas de crianças (e adolescentes) que vivenciam violência intrafamiliar em todas as suas formas e mesmo a ausência das condições materiais – alimentação insuficiente/inadequada, moradias precárias, falta de saneamento entre outras questões). Neste sentido aponta-se a potencialidade da articulação em rede entre as políticas de educação e de assistência social na intervenção das demandas escolares, afinal, ambas prezam pela proteção integral à infância.

Sabendo que as crianças representam um número expressivo nos atendimentos e serviços prestados pela Assistência Social, e que estas mesmas crianças são o público inserido nas escolas, a intersetorialidade entre estas áreas se torna imprescindível na efetivação e viabilidade na garantia de direitos e oferta dos mínimos sociais (pelo menos).

2. POLÍTICAS PÚBLICA COMO PRINCÍPIO PARA A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA

A proteção à infância tem sido um tema abordado por diferentes setores, visto a sua

relevância e o seu impacto na sociedade. Este artigo discorre sobre a vulnerabilidade em que os discentes da Educação Infantil, crianças entre 4 e 5 anos estão expostos. Afinal, os mesmos, devido às suas características infantis necessitam de constante auxílio no provimento de cuidados e garantia de direitos que muitas vezes acabam sendo negligenciados por seus responsáveis ou são resposta do meio em que estão inseridos., ambiente este, que muitas vezes retrata o desemprego ou o emprego informal, trabalho infantil, baixa renda, fome, desnutrição, maus-tratos, violência e a violação de direitos.

Por esta razão, diferentes estratégias vêm sendo criadas como meio de promoção de mudança e proteção social a estes indivíduos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na Lei da Primeira Infância, nº 13.257, de 8 de março de 2016, no Art. 5º, diz:

Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica (Brasil, 2016, *online*, s/p).

Assim como, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) em seu artigo 29 a educação básica em sua primeira etapa é apresentada com a finalidade precípua do desenvolvimento infantil – “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, *online*, s/p).

Não é apenas a área da educação que apresenta o público infantil como prioritário, à assistência social, através da redação da PNAS (2004) apresenta como prioridade a infância, a adolescência, a velhice e as pessoas com deficiência. A PNAS prevê ainda na caracterização de seu público usuário afirmando que todos aqueles cidadãos expostos a situações de vulnerabilidade e riscos, com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza, ou por questões culturais ou sexuais, uso de substâncias psicoativas, ou até mesmo por estarem inseridas nos ciclos da vida, infância, juventude, terceira idade, todos estes possuem seus direitos e estão amparados por esta política. Dessa forma a relação entre as políticas - assistência social e educação -, se

interligam a fim de promover a garantia destes direitos pois compartilham de uma mesma direção que se trata de viabilizar mudanças que reflitam sobre o campo da proteção social e integral dos sujeitos atendidos diante de suas vulnerabilidades.

Um marco importante para a educação da infância é a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998). O documento entre outros aspectos incorporou em sua redação a compreensão da criança de 0 a 6 anos como sujeito detentor de direitos, visando sua proteção integral, com liberdade, respeito e dignidade que todo ser humano deve lograr durante seu processo de desenvolvimento, com direitos civis, humanos e sociais, garantidos por lei. Tal incorporação reverbera sobre o campo das políticas sociais constitucionais, que têm na redação da CF (1988) os princípios que servem de ponto de partida para suas regulamentações – isso vai ocorrer para todas as políticas aprovadas a posteriori: educação, assistência social, saúde, habitação, previdência social.

Em 1994 é implementada a Política Nacional da Educação Infantil, ela reformula e estrutura a efetivação da garantia do direito a uma educação de qualidade, pensando a criança como um ser social e histórico, capaz de estabelecer relações e criadora de cultura (Brasil, 1994). Partindo desta nova maneira de enxergar a infância, passa-se a prever a reestruturação de espaços, ofertando e exigindo formação específica aos professores atuantes desta área, considerando as vivências de sala de aula para elaboração de propostas pedagógicas adequadas a cada faixa etária, sem desvincular-se do cuidar, assim como, amplia a oferta de vagas para este nível de escolaridade.

As diretrizes da PNEI (1994) preveem a indissociabilidade entre a educação e o cuidado nesta faixa etária da vida, a necessidade de comunicação constante entre família e escola, pois ambos trabalham de maneira complementar. A política define como dever do estado a oferta de vagas gratuitas em instituições infantis, considerando também o grande avanço do acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Garante ainda a formação continuada de professores a fim, de promover a qualidade de ensino, definindo a necessidade da avaliação das metodologias aplicadas baseada nas diretrizes curriculares nacionais, por todos aqueles que compõem o ambiente escolar, funcionários, professores, alunos, gestores, pais e a comunidade em que a instituição está inserida.

Neste sentido, se reforça a necessária articulação entre a Política Nacional da Educação Infantil com outras políticas sociais e setoriais como saúde, assistência social, justiça, direitos humanos, cultura, habitação, entre outras, a fim de estabelecer a intersetorialidade entre si visando a garantia dos direitos e bem-estar social em sua integralidade.

Logo, em seus objetivos a política de educação infantil prenuncia o credenciamento das instituições de educação infantil aos conselhos municipais e estaduais de educação (Brasil, 1994). Visando garantir e fortalecer as relações entre as instituições e os responsáveis pelos discentes. Expandindo o atendimento educacional, e assegurando a qualidade deste serviço, desde os espaços físicos, brinquedos, e equipamentos necessários. Realizando estudos e pesquisas de diagnósticos da realidade da educação infantil no país para definir e orientar políticas públicas para esta área, com interesse em aumentar e garantir novos investimentos e recursos orçamentários, garantindo sobretudo, a valorização dos profissionais que atuam nesta etapa de ensino, incluindo nos cargos e salários do magistério.

Visando a proteção integral à infância considerando as demandas da esfera escolar e a sociedade civil nela inserida, e o que até o presente estudo foi abordado sobre a Política Nacional da Educação Infantil, vale ressaltar as oportunas contribuições que as demais políticas dispensam ao público infantil. Entre elas está a Política Nacional da Assistência Social que apresenta mecanismos indispensáveis voltados à infância, como a criação de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica ou especial para famílias, indivíduos ou grupos que deles necessitem (Brasil, 2004).

A política de assistência social dá visibilidade às classes mais desfavorecidas e desprovidas de seus direitos sociais, atentando-se às desigualdades territoriais e elencando ao estado seus deveres com seus cidadãos. De maneira inicial a assistência social partiu de movimentos puramente assistencialistas, entretanto, desde que foi estruturada está consolidando-se como uma importante política pública, que provê a garantia dos mínimos sociais e oferta serviços para aqueles que dela necessitem.

Baseada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) e na Constituição Federal (1988), a Política Nacional de Assistência Social (2004) prevê em suas diretrizes a:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais (Brasil, 2015, online, s/p).

Do mesmo modo que antevê e compreende a participação da população na criação e implementação de suas ações, programas e serviços. Em seus objetivos, esta política deseja prover programas e projetos que gerem inclusão e equidade entre seus usuários, sempre visando o fortalecimento e reestruturação dos vínculos familiares. Para isso conta com serviços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SCFV é um serviço preventivo que tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares e proporcionar a troca de vivências entre os usuários de uma mesma comunidade a fim de dar voz a estes indivíduos e valorizar suas experiências. O Serviço de Proteção Social Básico, é organizado em grupos, e garante entre seus usuários crianças de até 6 anos de idade.

Este mesmo serviço (SCFV), acontece de forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O PAIF é caracterizado por um serviço continuado que visa o fortalecimento e ao não rompimento de vínculos familiares, a famílias em vulnerabilidade social, sendo ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), é destinado a indivíduos que já tiveram seus direitos violados, e necessitam de acompanhamento e proteção do Estado, este serviço é ofertado no (CREAS) Centros de Referência Especializado de Assistência Social.

Entendendo as articulações realizadas pelos serviços ofertados pela Assistência Social, percebe-se a relevância destas ações para o âmbito escolar, já que os discentes são influenciados e se constituem como cidadãos através de suas vivências. De acordo com Rego (2013) nessa abordagem o sujeito receptor de conhecimento não é apenas um receptáculo que absorve verdades de um plano ideal, pelo contrário, é um sujeito ativo em sua relação com o

mundo, reconstruindo seus objetos de estudo constantemente.

Por esta razão, considerando que as aprendizagens advêm do ambiente, as ações que proporcionam a superação e o enriquecimento destes laços familiares a crianças em situação de vulnerabilidade, servem como suporte e qualificam o trabalho realizado na escola, oportunizando as crianças a superação e desenvolvimento de suas habilidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais. Consequentemente, pode-se vislumbrar a intersectorialidade entre os setores da Educação e da Assistência Social como uma junção benéfica e viável na garantia da proteção integral da infância.

3. A INTERSETORIALIDADE COMO PRINCÍPIO PARA A PROTEÇÃO INTEGRAL DA INFÂNCIA

Esta nova maneira de ação vem expandindo-se por diferentes esferas, saúde, empresas, associações, permitindo resultados eficazes, de qualidade, exigindo menos tempo e recursos financeiros. A intersectorialidade vêm nestes últimos anos, provando-se uma maneira exequível de atingir determinados resultados, pois conta com a participação de diferentes setores e saberes, em prol de um mesmo objetivo, apresentando soluções satisfatórias. Pereira e Teixeira (2013) abordaram a intersectorialidade como saberes integrados e articulados, através de serviços e redes de apoio às demandas sociais. Para Bidarra (2009, p. 485) a ação intersectorial “[...] traduz a intenção política de investir num processo socialmente construído, o qual requer o conhecimento da realidade e a análise das demandas explicitadas pelos sujeitos que partilham compromissos e projetos políticos comuns”.

Observamos no contexto da política de assistência um princípio que destacamos dos demais pela sua intencionalidade de fortalecimento da proteção social. Para a materialização da proteção social é preciso um conjunto de direitos que sejam legalmente instituídos, nesse sentido, as políticas de educação e de assistência não dão conta sozinha por tal garantia, já que proteger uma sociedade requer fortes políticas de habitação, geração de trabalho e renda, política econômica fortalecidas. Mas chamamos a atenção para a intersectorialidade e sua capacidade de articular a partir da atuação da assistência social um conjunto de políticas e

ações no campo da proteção, e no caso desta reflexão somada às ações da política de educação e seus princípios para o desenvolvimento infantil.

A intersectorialidade configura-se como uma abordagem ampla para a problemática social no seu caráter complexo e multidimensional. Com isso, pode ser vista como uma articulação de saberes e experiências para o planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas. Pode ainda, significar uma ação que está para além do “ato de articular-se ou comunicar-se entre os diversos setores sociais, constituindo-se, também, ação integradora” (Rodrigues 2011), considerando que a problemática da vulnerabilidade ou mesmo da exclusão social exige que diversos conjuntos atuem entre si e consigo para o enfrentamento das multífaces da questão social.

Apesar das dificuldades em tornar a intersectorialidade como prática cotidiana, a articulação intersectorial tem sido uma das estratégias mais utilizadas no processo de viabilização de direitos dos usuários das políticas públicas. Nessa perspectiva, a opção pelo processo de intersectorialidade remete à noção de que as políticas públicas não podem desenvolver-se de forma desarticulada, sobretudo, quando se trata de políticas voltadas para o combate à pobreza e à exclusão social (Rodrigues, 2011, p. 3).

A articulação por meio de ações intersectoriais, configura uma forma de promover benefícios e serviços de saúde e assistência social em resposta às necessidades identificadas pelo estado. Entretanto, vem ao encontro, também, de um mecanismo de regulação que demarca o padrão de cidadania existente no Brasil. Ressalta-se que a implantação de ambas as políticas – de educação e assistência social –, vem possibilitando a articulação de responsabilidades, hierarquias e vínculos que representam importantes mudanças no atendimento às demandas da população.

Aspirando o fortalecimento das ações entre educação e assistência social, torna-se possível a qualificação e ampliação do trabalho desenvolvido na comunidade onde ambos estejam inseridos, compartilhando e viabilizando estratégias de ação que favoreceram o desenvolvimento desses indivíduos, tanto dos discentes da educação infantil, quanto de seus familiares.

Esta rede de apoio dará suporte às famílias que se encontram em situação vulnerável, relembrando que, a vulnerabilidade não se aplica apenas a condição de extrema pobreza, mas

compreende todos aqueles que estão desprotegidos e expostos a qualquer situação de violação e desamparo. Permitindo assim a reestruturação destes sujeitos que refletirá diretamente no ambiente escolar e na comunidade como um todo, evitando a exclusão social deles.

Neste caso, a ação conjunta da assistência social com a educação permitirá o enfrentamento dos desafios sociais que assolam o ambiente escolar, como discorre Junqueira (2000), para que se tenha uma qualidade de vida, os problemas sociais necessitam ser vistos de forma integrada, onde novas possibilidades surgem para resolver problemas territoriais e sociais, de maneira a otimizar e viabilizar recursos que já são tão escassos.

Compreende-se a importância da relação entre estas duas áreas, a fim, de superar problemas históricos, conhecer as condições territoriais, culturais e sociais as quais os discentes estão introduzidos. Tomando decisões coerentes e viáveis, onde as equipes de trabalho tenham condições de tornar possíveis as ações que visem garantir o bem-estar social destes cidadãos. Ainda, conforme Bidarra (2009), ambos setores devem desvincular-se da ideia de competitividade, mas se ater a ideia de uma interação horizontal, pautada no fortalecimento de atitudes cooperativas entre aqueles que acreditam e defendem que o trabalho em rede, potencializa os aprendizados e interfere na produção de mudanças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as aproximações sucessivas com o campo das políticas públicas e as demandas oriundas do ambiente escolar, tornou-se essencial compreender as políticas que potencialmente tem possibilidades de contribuir na atenção das crianças que vivenciam situações de risco e vulnerabilidades. Neste sentido, se compreende a intersetorialidade entre as políticas de assistência social e educação infantil como caminho para superação de situações de risco, garantia e proteção dos direitos sociais, principalmente quando estes direitos se referem à infância, vulnerável por sua própria natureza seguindo os pressupostos constitucionais que determinam a proteção da infância como responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, visando assegurar a este público um atendimento como absoluta prioridade na defesa da “[...] vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1988, online, s/p).

Através da revisão das literaturas consultadas, é possível destacar a oportunidade de trabalho entre estas duas políticas, que atendem em sua maioria cidadãos excluídos da sociedade e/ou privados de seus direitos fundamentais, vulneráveis e desamparados em suas demandas, que se atendidos em suas necessidades mostram-se seres capazes de reescrever seu processo histórico assim como o da comunidade onde estão inseridos. A intersetorialidade é potencialmente uma possibilidade de intervenção mais efetiva, ou que oferece mais chances de acolher as crianças e suas necessidades de forma mais abrangente e completa visto que intersetorializar é articular saberes e experiências que tem o intuito de alcançar um melhor nível de desenvolvimento social. Entende-se que uma trabalho intersetorial, em rede, possibilita compartilhamento de responsabilidades e na organização de atribuições necessárias à gestão, enquanto importante ferramenta no processo de materialização dos direitos fundamentais inscritos na Constituição Federal de 1988. Considerando que a intensificação de ações intersetoriais, ofertará maior conhecimento destas práticas, que consequentemente atingirão um maior número de cidadãos trazendo ainda mais visibilidade às políticas públicas e para os sujeitos acolhidos por elas – como no caso deste estudo para as crianças atendidas pela educação infantil.

REFERÊNCIAS

BIDARRA, Z. S. Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, v. 99, p. 483–497, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.9. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Governo Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

BRASIL. **Lei orgânica da assistência social (LOAS). Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Lei da Primeira Infância. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Brasília: Governo Federal, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm>. Acesso em 12 out. 2023.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 35–a, 2000.

PEREIRA, K. Y. d. L.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 12, n. 1, p. 114–127, 2013.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** [S.l.]: Editora Vozes Limitada, 2013.

RODRIGUES, J. M. S. **A intersetorialidade entre as políticas públicas de saúde e assistência social pós Constituição Federal de 1988.** Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. Universidade Federal do Maranhão, Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/A_INTersetorialidade_entre_as_politicas_publicas_de_saude.pdf> Acesso em 01 nov. 2023.

SENA, L. R. **O trabalho do assistente social, direito à educação e intersetorialidade.** Porto Alegre: Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PROTEÇÃO SOCIAL DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROTECCIÓN SOCIAL DE LAS MUJERES PRIVADAS DE LIBERTAD: APORTES DE LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL

Irene Margarete Correa Soares Pino⁸¹
Jaqueline Carvalho Quadrado⁸²

Resumo: O texto em tela é resultado das reflexões realizadas no componente curricular Políticas de Assistência Social do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – mestrado, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise sobre os serviços da Política de Assistência Social, em especial aos programas desenvolvidos para mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, como forma de refletir em que medida esta política contribui no processo de ressocialização das apenadas e ex-apenadas. Compreender a dinâmica desta política pública no campo da proteção social busca motivar a formulação e execução de políticas públicas inclusivas para a mulher reclusa, de forma colaborativa à sua ressocialização, preparação para o trabalho e consequente desenvolvimento regional. As aproximações sucessivas com a temática das mulheres reclusas e a relação com a política de assistência social apontam para um campo incipiente, em que a política oferece maiores subsídios de acolhimento e atenção para os familiares (especialmente aos filhos) destas mulheres do que programas e ações que contribuam efetivamente para sua ressocialização e não atendem diretamente mulheres privadas de liberdade.

Palavras-chave: Assistência Social; Políticas Públicas; Mulheres, Privação de liberdade.

Resumen: El texto en pantalla es resultado de reflexiones realizadas en el componente curricular Políticas de Asistencia Social del Programa de Posgrado en Políticas Públicas – maestría, de la Universidad Federal de Pampa (UNIPAMPA). Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis de los servicios de la Política de Asistencia Social, en particular los programas desarrollados para mujeres privadas de libertad y liberadas del sistema penitenciario, como una forma de reflexionar sobre en qué medida esta política contribuye a la resocialización en el proceso de penados y ex penados. Comprender la dinámica de esta política pública en el ámbito de la protección social busca motivar la formulación y ejecución de políticas públicas inclusivas para las mujeres privadas de libertad, de manera colaborativa para su resocialización, preparación para el trabajo y consecuente desarrollo regional. Los

⁸¹ Advogada. Professora do curso de Direito na Faculdade do Baixo Parnaíba, MA. Especializada em Processo Civil pela Universidade Federal da Bahia. Salvador BA. Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Pampa. São Borja, RS. Brasil. E-mail: irenepino.aluno@unipampa.edu.br

⁸² Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS. E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

sucesivos enfoques sobre la cuestión de las mujeres privadas de libertad y la relación con la política de asistencia social apuntan a un campo incipiente, en el que la política ofrece mayor apoyo y cuidado a los familiares (especialmente a los hijos) de estas mujeres que programas y acciones que contribuyan efectivamente a su resocialización y no atienden directamente a mujeres privadas de libertad.

Palabras clave: Asistencia Social; Políticas públicas; Mujeres, Privación de libertad.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa o sistema de proteção social, instituído pela Constituição Federal de 1988, que apresentou um modelo de proteção social amplo, onde integra políticas de renda, de emprego, educação, moradia e as políticas de seguridade, ou sistema de seguridade social: saúde, previdência social e assistência social – o chamado tripé da seguridade social -, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos sociais da população. Nesta perspectiva analisamos a política de assistência social e os projetos oferecidos para mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, buscando compreender a necessidade de políticas públicas voltadas e pensadas exclusivamente para as mulheres em situação de cárcere, haja vista as particularidades de gênero.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além da rede pública e privada estarão abertas para o público para atendimentos específicos e a integração da rede prestadora ao SUAS. Assim, cabe analisar os avanços da integração da rede socioassistencial privada do SUAS, ou seja, o chamado vínculo SUAS, bem como os programas de grande escala: o Benefício da Prestação Continuada (BPC), e o Programa Bolsa Família (PBF), que são programas de proteção aos segmentos marcados pela inatividade, pessoas com deficiência e em situação de extrema pobreza.

Dessa forma, cabe analisar as políticas públicas de inserção social e econômica que podem auxiliar a mulher reclusa a buscar alternativas de vida, que não seja o crime. Nessa perspectiva, os espaços formativos, dialógicos e interdisciplinares, com a participação de

colaboradores interessados em discutir, e fomentar práticas inclusivas e inovadoras é fundamental. Considerar as peculiaridades deste universo é o grande desafio para não reafirmar uma visão estigmatizada e ineficiente que, em muitos casos, não prepara as mulheres para a reinserção social, ao contrário, aprofunda traumas na experiência carcerária, infringindo as garantias de direitos fundamentais.

Buscamos então refletir sobre os serviços da Política de Assistência Social, em especial aos programas voltados para as mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, como forma de refletir em que medida esta política contribui no processo de ressocialização das mulheres em situação de privação de liberdade e ex-apenadas, para dar conta deste objetivo buscamos estudar a perspectiva da proteção social a partir da política de Assistência e o campo dos direitos sociais das mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional.

2. PROTEÇÃO SOCIAL PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 se dirige aos cidadãos como sujeitos de Direito, impondo-lhe limites e obrigações, promovendo o Estado Democrático de Direito e nos apresenta um modelo de proteção social amplo, em que integra políticas de renda, de emprego, educação, moradia e as políticas de seguridade, ou, sistema de seguridade social: saúde, previdência social e assistência social. Conforme o artigo 194 da CF (1988) “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988, s/p).

O modelo de proteção social no Brasil ao longo de décadas excluiu os grupos sociais não participantes do mercado formal de trabalho – o que é inconcebível se pensarmos nas taxas de informalidade. A dimensão da cidadania social, ou seja, proteção social não contributiva, surge apenas com a Constituição de 1988. A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações

sociais (Jaccoud, 2009, p. 58). Conforme disposto pela Constituição Federal brasileira, a “previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial” (Brasil, 1988, *online*, s/p). No que se refere a prestação de assistência social e seus objetivos,

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - O amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - A redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza (Brasil, 1988, *online*, s/p).

O modelo de proteção social não contributiva, surge apenas com a Constituição Federal de 1988 que incorpora o sistema de proteção social brasileiro na agenda governamental. Porém, apesar da criação de novas legislações, observa-se que pouco tem evoluído em relação à atenção aos direitos das mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional. Neste sentido, o sistema de proteção social brasileiro é resultado do percurso histórico para enfrentamento das demandas oriundas da dinâmica da proteção social e deve garantir a redução da vulnerabilidade através da promoção da integração ao mercado de trabalho.

Quanto a atenção ao egresso prisional, a Lei de Execuções Penais (LEP) – Lei n.º 7.210 de 11 de julho de 1984 -, estabelece as modalidades de assistência destinadas ao egresso, o prazo dos serviços, a definição de egresso do sistema prisional e estabelece a obrigatoriedade da assistência social de auxílio na obtenção de trabalho nos artigos de 25 a 27.

Art. 25. A assistência ao egresso consiste:

I – Na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; II – Na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses. Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I - O liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; II - O liberado condicional, durante o período de prova.

Art. 27. O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho (Brasil, 1984, *online*, s/p.).

Conforme o artigo 27 da referida lei, o serviço de assistência social deve colaborar com o egresso para a obtenção de trabalho. Logo, as políticas públicas de educação para o trabalho podem ser desenvolvidas durante o período de reclusão e se prorrogar no período de reinserção. A política de Assistência Social deverá prover o acolhimento do conjunto de trabalhadores nas diversas formas de inserção laboral. Nesta perspectiva, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criou uma rede de prestação de serviços.

2.1 A importância do SUAS na prestação dos serviços

Segundo a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, o Benefício do Auxílio Reclusão é um benefício voltado apenas aos dependentes (filhos, pais, irmãos e cônjuges) dos segurados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que estão presos em regime fechado. O valor pago é o correspondente a um salário-mínimo vigente em âmbito nacional. Porém, caso a pessoa cumpra pena em regime aberto ou semiaberto, a família não tem direito ao auxílio-reclusão.

Desta forma, cabe analisar a prestação de assistência social para a mulher em situação de privação de liberdade e egressa do sistema carcerário e sua família, uma vez que muitas destas mulheres são responsáveis pelo sustento da família e não fazem parte do sistema contributivo do INSS. A configuração da assistência social como sistema descentralizado, previsto na LOAS, ganhou novo patamar com a aprovação da PNAS em 2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS) em 2005. No esforço de demarcar o âmbito estrito de suas competências contra a amplitude e diversidade

da filantropia, as normativas estabeleceram bases para a organização da política: distribuição de responsabilidades entre os entes federativos, arranjos inovadores de financiamento, de governança e de produção de serviços e benefícios, além de fortalecimento das capacidades políticas e institucionais (Jaccoud 2009).

Conforme os eixos organizadores das ofertas serão amparadas as seguintes seguranças: sobrevivência ou renda, de convívio familiar e de acolhida. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além da rede pública e privada, estarão abertas para o público para atendimentos específicos e a integração da rede prestadora ao SUAS. Assim, o governo avançou no sentido de integrar a rede socioassistencial privada do SUAS, a LOAS, criando o chamado vínculo SUAS.

Na atenção básica, a regulação da expansão da oferta pública de serviços volta-se às vulnerabilidades do ciclo de vida, de arranjos familiares, de deficiências ou de falta de acesso a direitos e oportunidades. Na atenção especial, direciona-se à proteção de situações relacionadas à violência, abandono e isolamento, além de contextos de violação de direitos. A determinação política de priorizar o tema da pobreza na agenda pública ampliou o escopo da assistência social. A exemplo disto, dois programas de grande escala, demonstram a determinação política de priorizar o tema pobreza na agenda pública: o Benefício da Prestação Continuada (BPC), que é um programa de proteção aos segmentos marcados pela inatividade e pessoas com deficiência e em situação de extrema pobreza e o Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei n.º 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209/2004, que é descentralizado e compartilhado entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios.

Estes programas consolidaram a garantia de renda para além das situações de não trabalho, pois as transferências não contributivas introduziram uma importante inovação, flexibilizando sua base contributiva, ampliando a cobertura e a capacidade redistributiva. Porém, os direitos sociais da mulher em situação de privação de liberdade ou egressa do sistema prisional deve ser colocado em pauta devido às suas peculiaridades e a sua inviabilidade social e política.

3. OS DIREITOS SOCIAIS DAS MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

O acesso às ferramentas educacionais são direitos sociais e se trata de condição fundamental para a garantia da dignidade da pessoa humana. Este é o desafio que se coloca frente às políticas públicas para as mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, pois se trata de direitos sociais de educação e trabalho, amparados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Neste contexto, a luta incessante pelos direitos sociais pressupõe a construção paulatina de novos padrões de sociabilidade.

Referenciado, portanto, por todo um arcabouço legal, de caráter internacional, é o Estado o responsável pela garantia do direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal; de não ser torturado nem escravizado; de não ser detido ou exilado arbitrariamente; à igualdade jurídica e à proteção contra discriminação; ao julgamento justo; às liberdades de pensamento, expressão, religião, locomoção e reunião; à participação na política e na vida cultural da comunidade; à educação, ao trabalho e ao repouso; a um nível adequado de vida, abrangendo questões de saúde, moradia, seguridade social, proteção do meio ambiente, da família, da velhice, da infância e da adolescência, do incapaz, dentre outros. Contudo, a efetividade desses direitos – especialmente que dizem respeito à proteção social e à garantia de acesso igualitário a bens e serviços socialmente produzidos – cuja materialidade se traduz através de políticas públicas executadas na órbita do Estado, está atrelada às condições econômico-políticas e à base fiscal estatal (Medeiros, 2003, p. 107-109).

As políticas públicas de inserção social e econômica podem auxiliar a mulher reclusa a buscar alternativas de vida, que não seja o crime. A discriminação de gênero acentua-se na classe de mulheres encarceradas, enquanto, poucas políticas públicas são desenvolvidas para este público-alvo, logo este é um público invisível para a classe política e a sociedade. A respeito das estruturas, dos tipos de encarceramento e a legalidade de seu funcionamento.

A prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificações dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu, ao mesmo tempo, a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos (Foucault, 1987, p. 196).

A primeira penitenciária feminina construída no Rio Grande do Sul foi a Madre

Pelletier, o “castelo rosa”, construída na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul em 1947, “fundada por freiras da igreja católica – até então mulheres dividiam cadeias mistas, compartilhando celas com homens, sendo frequentemente estupradas e forçadas à aceitação como forma de sobreviver naquele meio” (Diehl; Andrade, 2020, p. 210).

Dedicada às prendas domésticas de todo tipo (bordado, costura, cozinha, cuidado da casa dos filhos e marido). Assim, o objetivo da instituição prisional era dar formação de prendas domésticas para o retorno ao convívio do lar, ou preparação à vida religiosa, visando sua ressocialização ao convívio social após o cumprimento da pena. A congregação era remunerada pelo Estado para a prestação do serviço. O tipo de serviço prestado era filantrópico e não levava em consideração as necessidades individuais da mulher encarcerada.

O Brasil ocupa a 4ª posição do ranking de população carcerária feminina e segundo o (DEPEN, 2014) há no Brasil 139 unidades destinadas ao encarceramento feminino, porém muitas não são adequadas e inclusive mistas - desta forma a mulher encarcerada ainda corre o risco de estupro, assédio e todo tipo de violência, praticada nas prisões mistas, que desrespeitam princípios basilares constitucionais como o princípio da dignidade da pessoa humana.

As celas são superlotadas, de fato, um desrespeito à dignidade da pessoa humana, contudo não há, estabelecimentos para o atendimento da demanda global, masculina e feminina. Obrigando que presídios destinados para o encarceramento das mulheres tornem-se mistos. Igualmente, quando há falta de presídios femininos, acabam sendo encarceradas em presídios masculinos” (Diehl; Andrade, 2020, p. 224, 225).

Por estes elementos, discutir a categoria gênero demonstra esta invisibilidade e a falta de projetos políticos que considerem a realidade das unidades prisionais femininas, tornando essencial o papel do estado para suprir estas necessidades. Outro tópico de grande discussão sobre a temática envolve o fato de a maior parcela da população carcerária feminina se encontrar em idade reprodutiva e possuir pouco conhecimento e acesso aos métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis (IST), o que torna relativamente alto o número de mulheres gestantes nesse cenário, bem como gestações sucessivas, tendo filhos das mais variadas idades e necessidades. Muitas ingressam ao sistema carcerário grávidas, é comum esquecer que mulheres são mulheres sob a desculpa de que todos os criminosos

devem ser tratados de maneira idêntica. “Mas a igualdade é desigual quando se esquecem das diferenças. É pelas gestantes, os bebês [...] que temos que lembrar que alguns desses presos, sim, menstruam” (Queiroz, 2015, s/p).

Quanto aos avanços na implementação de políticas públicas para mulheres, temos o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), elaborado a partir de 2004, em que as políticas públicas com recorte de gênero obtiveram maior centralidade. Para a transformação dos espaços de opressão e da invisibilidade das mulheres dentro do aparato estatal, faz-se necessário adotar uma política pública pautada na transversalidade e uma ressignificação de conceitos (Brasil, 2013).

A implementação de berçários para as mães encarceradas cuidarem dos seus filhos recém-nascidos até os primeiros 6 (seis) meses de vida é uma grande conquista, pois impede o rompimento dos laços maternos entre a mãe e o recém-nascido nos seus primeiros meses de vida.

Art. 83 § 2º. Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Parágrafo único. São requisitos básicos da seção e da creche referidas neste artigo: I – atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e, II – horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável (Brasil, 2009, *online*, s/p).

Cabe lembrar que o amparo social não termina no cumprimento da pena, mas se estende a egressa do sistema prisional. Sendo que a maioria das mulheres encarceradas, vem de realidades historicamente marginalizadas, faz-se necessário o apoio social na reinserção, tendo em vista os vieses jurídico, sociológico, econômico.

Através da minimização do Estado, amplos segmentos sociais têm seus direitos sociais, civis e políticos negados e paulatinamente retroagidos. Dentre tais coletividades, ressalta-se a (des)proteção social direcionada ao egresso prisional, os quais, não se tornam sujeito alvo de políticas focalizadas, nem tampouco seletivas. Identifica-se que a não garantia de direitos ao egresso prisional se relaciona a conjuntura de retração do Estado no campo social, ademais, também alude ao estigma e a meritocracia, ambos os quais, endossam o receituário punitivo direcionado a sujeitos que outrora promoveram contravenções penais. Destes sujeitos são retirados por completo os resquícios de proteção social que lhe são devidas, relegando-os as ações de filantropia, caridade, (des) proteção e não raramente, a reincidência criminal (Rodrigues, 2017, p.58).

A atenção social ao egresso prisional foi regulamentada em 1984 pela Lei de Execuções Penais (LEP) com definição das áreas de assistência ao egresso,

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa (Brasil, 1984, online, s/p).

Nestes termos, a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade e nos termos parágrafo único, a assistência estende-se ao egresso. Logo, a formação para o trabalho na reinserção social do egresso é um direito amparado em lei.

O retorno das mulheres à sociedade estará carregado das experiências vividas por elas durante o período de execução da pena, e estas são entendidas de maneiras distintas por homens e mulheres. Nesta categoria torna-se essencial o papel do Estado, via políticas públicas, em contemplar as especificidades de gênero. O desrespeito aos tratados internacionais e à legislação nacional compromete o processo de retorno à sociedade, pois um sujeito que já não se reconhece e que vivenciou a perda de vínculos familiares e pessoais torna-se estigmatizado e sem perspectivas para dar prosseguimento à sua vida. As realidades vivenciadas por essas mulheres demarcam a prisão como um espaço legítimo, onde se trava um desafio das sequelas de um espaço gerador de identidades estigmatizadas (Souza; Costa; Lopes, 2019, p. 376).

A desconsideração das peculiaridades deste universo reafirma uma visão estigmatizada e ineficiente que, em muitos casos, não preparando a mulher para a reinserção social, ao contrário, aprofundando traumas na experiência carcerária, infringindo as garantias de direitos fundamentais. Assim, faz-se necessário a criação de uma agenda de debates. Nas palavras de Bracaleon *et. al.* (2015, p. 3, aspas no original) “a definição de agenda implica determinado

governo reconhecer que um problema é uma questão “pública” digna de sua atenção”.

É, portanto, de extrema relevância a atuação do Estado ao realizar parcerias e promover o desenvolvimento de oportunidades de trabalho e capacitação profissional às apenadas, a fim de que a população carcerária feminina possa ser reinserida na sociedade de maneira digna, provendo condições mínimas de autonomia financeira, evitando que o crime seja, novamente, a única opção de vida dessas pessoas. Na relação de apoio, as comunidades de atores, os grupos de interesse e as redes de políticas públicas compostas de representantes públicos e privados trazem ao debate o interesse público.

É relevante um amplo debate, levando em consideração a opinião e a cultura das interessadas, para serem protagonistas de sua própria história, na busca da ressocialização e busca de solução para as suas necessidades. Sendo que, conforme dados estatísticos, algumas unidades destinadas ao encarceramento feminino ainda não são adequadas e inclusive mistas. A segurança pública necessita ser compreendida como um processo articulado no qual há uma interdependência institucional e social. A diversidade presente nos presídios femininos deve impulsionar a diversificar os projetos de assistência social, as estratégias de ensino com métodos adaptados àquela realidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 se dirige aos cidadãos como sujeitos de direito, impondo-lhe limites e obrigações, promovendo o estado democrático de direito e nos apresenta um modelo de proteção social amplo, onde integra políticas de renda, de emprego, educação, moradia e as políticas de seguridade, ou sistema de seguridade social: saúde, previdência social e assistência social - tripé da seguridade social. O modelo de proteção social ao longo de décadas excluiu os grupos sociais não participantes do mercado formal de trabalho (é inconcebível se pensarmos nas taxas de informalidade). A dimensão da cidadania social, ou seja, proteção social não contributiva, surge apenas com a Constituição de 1988.

A taxa de encarceramento feminino vêm crescendo significativamente nos últimos anos no nosso país, portanto, é de extrema relevância a atuação do Estado ao realizar parcerias

e promover o desenvolvimento de oportunidades de trabalho e capacitação profissional às apenadas, a fim de que a população carcerária feminina possa ser reinserida na sociedade de maneira digna, com condições mínimas de autonomia financeira, evitando que o crime seja, novamente, a única opção de vida da mulher regressa do sistema penitenciário. O benefício do Auxílio Reclusão é um avanço importante, contudo, atende apenas aos dependentes (filhos, pais, irmãos e cônjuges) dos segurados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que estão presos em regime fechado, o que limita consideravelmente o acesso a este benefício.

A determinação política de priorizar o tema da pobreza na agenda pública ampliou o escopo da assistência social, a exemplo disto, dois programas de grande escala, demonstram a determinação política de priorizar o tema pobreza na agenda pública - o Benefício da Prestação Continuada (BPC), que é um programa de proteção aos segmentos marcados pela inatividade e pessoas com deficiência e em situação de extrema pobreza e o Programa Bolsa Família (PBF). Porém, os direitos sociais da mulher em situação de privação de liberdade ou egressa do sistema prisional deve ser colocado em pauta devido às suas peculiaridades e a sua inviabilidade social e política. Neste sentido, deve-se buscar perspectivas que englobe as especificidades de gênero no encarceramento feminino, considerando a vivência produzida, que marcará definitivamente a vida destas mulheres, destacando-se a relação com o ensino-aprendizagem, que as prepara para o retorno à sociedade e para o mercado de trabalho.

Apesar de avanços significativos, a inserção da questão de gênero na formulação das políticas públicas ainda é recente e insuficiente no que tange à especificidade do cárcere feminino e o atendimento individualizado. Cabe lembrar que o amparo social não termina no cumprimento da pena, mas se estende a egressa do sistema prisional. Sendo que a maioria das mulheres encarceradas vem de realidades historicamente marginalizadas e vulneráveis, faz-se necessário o apoio social na reinserção, tendo em vista os vieses jurídicos, sociológico, econômico. A não garantia de direitos ao egresso prisional se relaciona a conjuntura de retração do Estado no campo social, ademais, também alude ao estigma e a meritocracia, ambos os quais, endossam o receituário punitivo direcionado a sujeitos que outrora promoveram contravenções penais. Destes sujeitos são retirados por completo os resquícios de proteção social que lhe são devidas, relegando-os as ações de filantropia, caridade,

(des)proteção e não raramente, a reincidência criminal.

O retorno das mulheres à sociedade estará carregado das experiências vividas por elas durante o período de execução da pena, e estas são entendidas de maneiras distintas por homens e mulheres, o que torna essencial o papel do Estado, via políticas públicas, em contemplar as especificidades de gênero. A desconsideração das peculiaridades deste universo reafirma uma visão estigmatizada e ineficiente que, em muitos casos, não preparando a mulher para a reinserção social, ao contrário, aprofundando traumas na experiência carcerária, infringindo as garantias de direitos fundamentais. Assim, faz-se necessário a criação de uma agenda de debates.

Defendemos a relevância da atuação do Estado através da assistência social e da educação, realizar parcerias e promover o desenvolvimento de oportunidades de trabalho e capacitação profissional às apenadas, a fim de que a população carcerária feminina possa ser reinserida na sociedade de maneira digna, provendo condições mínimas de autonomia financeira, evitando que o crime seja, novamente, a única opção de vida dessas pessoas.

Da mesma sorte, fomentar estudos, desenvolver pesquisas sobre as políticas de encarceramento feminino no Brasil em busca de ações integrada ou multidisciplinares, programa de capacitação de agentes educacionais, tornou-se primordial, para a promoção de políticas públicas educacionais, com novas práticas pedagógicas inclusivas de ressocialização. Assim, por conseguinte, deverá impactar no desenvolvimento da região da fronteira pela realização de parcerias com empresas locais e promoção de oportunidades de trabalho e capacitação profissional, fazendo com que ao final do cumprimento da pena a mulher reclusa possa ressocializar-se.

Com relação à política de assistência social cabe destacar que ela não chega até as mulheres encarceradas, mas acaba por acolher em alguma medida seus familiares (filhos, familiares de primeiro grau) pois estes são os sujeitos vulnerabilizados e que estão no território de atuação da política de Assistência Social. Uma das possibilidades de atuação do SUAS seria a inclusão de filhos familiares, em programas de proteção como o PAIF, SCFV, locus de intervenção e acompanhamento de famílias e indivíduos vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

BRACALEON, B.; YAMANAKA, J. S.; CASTRO, J. M. de COUGUI, K. G., PASCOALOTTO, M. A. C. Políticas Públicas conceitos básicos. **Material didático para Ensino a Distância, Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações Disciplina de Didática-** Abril de 2015. Disponível em: <https://Users/Usuário/Downloads/Mestrado/analisedepp/conceitos> . Acesso em: 29 jun.2022.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984** – Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/226123-politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-privacao-de-liberdade-e-egressas-do-sistema-prisional>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Plano Nacional de Políticas Públicas para s Mulheres: 2013 – 2015. Brasília. 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. Distrito Federal, 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 05 jul. 2022.

DIEHL, B. T.; ANDRADE, M. G. B. de, et. al. O sistema carcerário feminino: origens e associação à criminalidade. In. COLVERO, J. (Org). **Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades**. e. 5. Assis. Triunfal. 2020.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir: **Nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Textos para o Debate – IPEA. 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1598/1/TD_1372.pdf Acesso em: 05 jan. 2022.

MEDEIROS, M. B. de M. O Estado e os Direitos Humanos: uma visão em perspectiva. **Revista textos & Contextos**, nº 2, 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/954/734/3462> Acesso

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

em 05 jan. 2022.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam. Histórias de mulheres que são tratadas como homens nas prisões paulistas.** Editora Record, São Paulo, 2015

RODRIGUES, Viviane Isabela: Entre grades invisíveis A (DES) Proteção Social: ao egresso prisional. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.** Disponível: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7276/2/DIS_VIVIANE_ISABELA_RODRIGUES_COMPLETO.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. M.; LOPES, B. C. **Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente.** Cadernos EBAPE.BR, v. 17, n. 2, p. 362-374, 2019.

REDE DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS-SC

Paloma Kiara Mate⁸³
Fabiana Luiza Negri⁸⁴

Resumo: O presente artigo tem como tema a pessoa com deficiência e as políticas de atendimento. Tem por finalidade tecer reflexões sobre a rede de atendimento à pessoa com deficiência no município de Florianópolis/SC, identificando avanços e limites das políticas públicas. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, referenciada na perspectiva teórica histórico-dialética, que visa desvelar o real concreto, suas determinações, contradições, compreendendo a totalidade. Os principais resultados apontam que embora se configure um esforço na criação de uma rede de atendimento, ela ainda se caracteriza por ações fragmentadas e não consegue efetivar acessibilidade para as demandas da população com deficiência do município.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência, Políticas públicas, Rede de atendimento.

Abstract: This article focuses on people with disabilities and care policies. Its purpose is to reflect on the care network for people with disabilities in the city of Florianópolis/SC, identifying advances and limits of public policies. To this end, bibliographical and documentary research was carried out, referenced in the historical-dialectic theoretical perspective, which aims to reveal the concrete reality, its determinations, contradictions, understanding the totality. The main results indicate that although there is an effort to create a service network, it is still characterized by fragmented actions and is unable to provide accessibility to the demands of the city's disabled population.

Keyword: People with disabilities, Public poltics, Service network.

1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar esta temática surge da experiência do estágio, o qual ocorreu em uma instituição de atendimento a pessoas com deficiência visual, e igualmente por termos interesse em desvelar a real situação da rede de atendimento às pessoas com deficiência no município de Florianópolis/SC, visto as recorrentes denúncias de pessoas com deficiência que

⁸³ Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Serviço Social, Florianópolis/SC, Brasil, E-mail: palomakiaram@gmail.com

⁸⁴ Doutora, Docente, Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Serviço Social, Florianópolis/SC, Brasil, E-mail: fabiana.negri@ufsc.br

frequentavam a instituição e relatavam dificuldades de acesso.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a rede de atendimento à pessoa com deficiência em Florianópolis/SC, identificando avanços e limites das políticas públicas.

Foi na Constituição Federal de 1988 que se definiu a pessoa com deficiência como aquela que, em médio ou longo prazo, sofre impedimentos de ordem: física, mental, sensorial ou intelectual e que devido a barreiras presentes no cotidiano impedem sua participação plena na vida em sociedade (Brasil, 1988). Na mesma esteira, segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146 de 06 de junho de 2015, a deficiência é compreendida como resultado da interação entre impedimentos, que são condições presentes nas funções e estruturas do corpo, e barreiras que podem ser urbanísticas, arquitetônicas, barreiras nos transportes, comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas. Assim, a deficiência é compreendida pela experiência de obstrução do gozo pleno e efetivo na sociedade em igualdade de condições.

O artigo ora apresentado é resultado de uma pesquisa teórica documental qualitativa, com fundamento no método histórico-crítico-dialético, que teve como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, em que se buscaram informações que possibilitassem a compreensão da rede de atendimento às pessoas com deficiência no município de Florianópolis/SC, nos documentos disponíveis no *site* da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Plano Municipal de Assistência Social e no *Site* da Secretaria Municipal de Saúde.

Este trabalho se estrutura em quatro partes, além desta introdução, o desenvolvimento que apresenta o processo histórico de constituição de políticas de atendimento a pessoa com deficiência no Brasil, em seguida a rede de atendimento à pessoa com deficiência em Florianópolis, e a conclusão, que analisa avanços e limites das políticas públicas instituídas no município de Florianópolis/SC.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil ocorreram muitos momentos em

que pessoas com deficiência foram eliminadas e excluídas. Relatos históricos apontam que os indígenas brasileiros praticavam a eliminação de recém-nascidos e crianças que apresentavam alguma característica de deficiência.

Os relatos históricos atestam condutas, práticas e costumes de eliminação ou o infanticídio de crianças que nascessem com alguma deficiência ou daquelas que viessem a adquirir algum tipo de limitação física ou sensorial. O ato era praticado em rituais de sacrifício com o objetivo de conservar as tradições de seus antepassados. (Pereira; Saraiva, 2017, p. 11).

No período colonial as pessoas com deficiência viviam confinadas pela família e se demonstrassem alguma agressividade eram recolhidas às Santas Casas ou mesmo às prisões, não havia nenhuma política pública para estas pessoas, eram compreendidos como problemas e até vergonha. (Junior, 2010).

A concepção que se tinha da pessoa com deficiência era carregada de preconceitos, os “termos genéricos como: ‘inválidos’, ‘incapazes’, ‘aleijados’ e ‘defeituosos’ foram amplamente utilizados e difundidos até meados do século XX” (Siqueira, 2010 Apud Junior, 2010, p. 15). Ou seja, a percepção que se tem da pessoa com deficiência, neste período, é de algo inútil, tinha-se uma ideia de coisificação, não produtiva, que se torna um peso para a sociedade.

O Decreto nº 82 de 18 de julho de 1841 determinou a fundação do primeiro hospital ‘destinado privativamente para o tratamento de alienados’, trata-se do Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro (Junior, 2010).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Brasil, 2008, p. 02).

São estas instituições que serviram de base para a formação das políticas públicas que seriam criadas posteriormente, obviamente que neste período histórico distanciavam-se da perspectiva da garantia de acessibilidade e do direito, mas são as primeiras iniciativas que

consolidam uma política de atendimento, ainda que se fundamentassem na estigmatização.

Nas décadas de 1930 e 1940, resultado do processo de industrialização e urbanização do país, surgem os primeiros programas e serviços para o atendimento de pessoas com deficiência, organizados e geridos por instituições da sociedade civil. Ressalta-se que em 1954 no Rio de Janeiro, criou-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), instituição que ao longo dos anos seguintes se espalhou pelo Brasil.

Um movimento importante de luta em defesa dos interesses das pessoas com deficiência foi o movimento dos surdos, que em 1930 por meio da organização de um grupo de estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundou a Associação Brasileira de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, a qual teve um papel fundamental na defesa da adoção da língua de sinais para os surdos-mudos do país.

Destaca-se que com a ditadura cívico-militar os movimentos que vinham se organizando ao longo dos anos anteriores a 1964, foram silenciados pelo autoritarismo, contudo, com o processo de redemocratização do Brasil, em meados da década de 1970, a sociedade civil mobilizada se reorganizou, emergindo os novos movimentos sociais, “vários setores da sociedade gritaram [por] participação: negros, mulheres, indígenas, trabalhadores, sem-teto, sem-terra e as pessoas com deficiência” (Junior, 2010, p. 34).

No que tange a proteção, a inserção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, destaca-se a luta antimanicomial, que teve seu início em 1987 na Europa e influenciou diretamente a criação da Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001 no Brasil, que diz respeito ao tratamento de pessoas acometidas de transtornos mentais. A Lei garante que as pessoas com deficiência devem ser tratadas de forma humanizada, contrapondo-se a política manicomial que existia no país, na qual a população com este tipo de deficiência recebia tratamentos com a finalidade de hospitalização e não de cuidados e convivência familiar e social (Brasil, 2001). A luta antimanicomial reforça um dos principais pontos da luta das pessoas com deficiência, que é a não exclusão destas pessoas, e o atendimento pautado somente no ponto de vista médico, luta-se pelo modelo social, o qual prevê um atendimento que articule o campo médico e social no mesmo nível de importância.

Resultado das lutas e organização coletiva dos movimentos sociais a Constituição

Federal de 1988 pela primeira vez na história do país trata as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, reconhecendo-os enquanto demandatários de políticas públicas.

No ano de 2015 foi publicado no Brasil o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a partir da Lei nº 13.146/2015, documento este, de extrema importância para toda a sociedade, já que ele tem o intuito de normatizar alguns dos direitos básicos das pessoas com deficiência, como diz em seu texto:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Brasil, 2015, p. 1).

Estes avanços na forma de se compreender as pessoas com deficiência são fundamentais para que se ampliem as discussões no que se refere aos acessos desta população aos espaços de convivência públicos e privados da cidade, bem como às políticas públicas, consolidando uma rede de atendimento.

No Brasil, além da adoção da carta dos direitos humanos como documento que auxilia na normatização da garantia de direitos para todas as pessoas, há também algumas políticas públicas que garantem atendimentos especializados voltados para as questões específicas da pessoa com deficiência. Sendo assim, é garantido pelo texto da Constituição Federal de 1988 que “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;” (Brasil, 1988). Sendo assim, é obrigação de todos os entes federativos garantirem serviços que atendam de forma ampla e capacitada esse público.

3. AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC

A pessoa com deficiência sofreu durante longos anos com diferentes formas de preconceito e discriminação, inclusive atentando-se contra a sua própria vida, sendo excluídas tanto do convívio social, como das políticas públicas de acesso a benefícios básicos de saúde, educação, lazer, etc., muito embora ainda persista a necessidade de luta pela acessibilidade e

pelos direitos desta população até os dias atuais. Porém atualmente muito se tem avançado na elaboração e implementação de leis e normas que pretendem fazer com que os espaços públicos e privados promovam um atendimento humanizado e inclusivo para todos, além de promover a inserção desse público em determinados espaços de trabalho, esporte, cultura e lazer. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da pessoa com deficiência nº 13.146/15, garante a preferência no atendimento da pessoa com deficiência em vários serviços públicos e privados, como cita em seu texto: “Art. 9º - a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário [...]” (Brasil, 2015). Nessa perspectiva, a Lei 13.146/15 tem por finalidade garantir:

- I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
 - II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;
 - III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;
 - IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;
 - V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;
 - VI - recebimento de restituição de imposto de renda;
 - VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.
- § 1º Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.
- § 2º Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico. (Brasil, 2015).

Embora a LBI se caracterize como um expressivo avanço no campo normativo-jurídico, a estruturação das políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência, ainda apresenta grandes desafios para sua efetiva consolidação.

Algumas ações são mais presentes no cotidiano do que outras, algumas são regulamentadas em âmbito nacional, e outras abrangem estados e municípios específicos, nos quais as necessidades observadas podem variar de acordo com as demandas postas por seus habitantes, configurando uma heterogeneidade de políticas de atendimento para estes sujeitos.

A partir da pesquisa realizada nos documentos disponíveis nos *Sites* da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Saúde de Florianópolis/SC e no Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025), identificamos uma rede de proteção social instituída a qual descrevemos a seguir.

Na política de saúde, para o atendimento da pessoa com deficiência são adotadas algumas estratégias pela Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, como cita a LBI:

Suas principais diretrizes, a serem implementadas solidariamente nas três esferas de gestão e incluindo as parcerias interinstitucionais necessárias, são: a promoção da qualidade de vida, a prevenção de deficiências; a atenção integral à saúde, a melhoria dos mecanismos de informação; a capacitação de recursos humanos, e a organização e funcionamento dos serviços. (Brasil, 2015, p. 7).

Cabe ao Ministério da Saúde, por intermédio do SUS, garantir que as propostas sejam efetivadas de acordo com as instruções apresentadas, fazendo com que os atendimentos aconteçam de forma ampla e com a devida efetividade, respondendo as necessidades humanas das pessoas com deficiência.

Algumas das medidas se iniciam já no processo gestacional, quando se tem início determinadas políticas de acompanhamento neonatal para que se possam mapear possíveis deficiências gestacionais e se possível evitá-las, utilizando-se de programas que garantam a segurança alimentar do público gestante, esse exemplo, se refere a uma política de prevenção de deficiências evitáveis. Caso não sejam detectadas deficiências no feto as consultas de rotina se mantêm, caso haja necessidade o SUS poderá realizar intervenções ainda com o feto em gestação, para que se garanta a segurança da gestante e do feto.

Mesmo após o nascimento continuam se efetuando procedimentos para que se possa avaliar o desenvolvimento infantil, com a finalidade de se garantir o desenvolvimento da melhor forma possível, sendo nesse período que se iniciam as propostas de desenvolvimento precoce e estimulação infantil, programas esses que são garantidos por meio de políticas públicas vinculadas ao SUS. São oferecidas de forma gratuita para qualquer usuário que após ser avaliado por uma equipe devidamente capacitada demonstrar ser público alvo para receber as terapias.

Em caso de deficiência adquirida, ou seja, aquele que em algum momento de sua vida após seu nascimento passou a vivenciar algum tipo de deficiência, o SUS trabalha com propostas de inserção em redes de ensino especializadas que buscam promover a independência laboral deste usuário, capacitando-o para que possa ter uma vida autônoma e

sem comprometimentos maiores em suas atividades diárias, como exemplo, temos os Centros de Reabilitação. Estes auxiliam na promoção da autonomia das atividades diárias e na compra de próteses e órteses custeadas totalmente pelo SUS, com a finalidade de garantir benefícios e também em alguns casos promover a autoestima dos usuários.

Além do atendimento à pessoa com deficiência em si, a política de saúde pública promove ações que auxiliam a família e cuidadores a lidar com as questões particulares das pessoas com deficiência, como o luto que se gera após processos de perda. Igualmente na garantia do acesso a informações de direitos desses usuários, para que toda a sua rede de apoio possa ser assistida de forma adequada.

Em Florianópolis, no que concerne a política de saúde, buscou-se identificar a rede de atendimento psicossocial na área da saúde mental e de locomoção, sendo esta composta pela seguinte estrutura:

- Saúde Mental: na rede de atenção básica à saúde temos em Florianópolis 05 equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, composto por equipe multidisciplinar, os quais após atendimento encaminham as demandas para a rede de atenção psicossocial.
- Rede de Atenção Psicossocial: composta pelos 04 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os quais se dividem em: CAPS II na Ponta do Coral, CAPSi no Centro, CAPSad Ilha no bairro Pantanal e CAPSad Continente no bairro Jardim Atlântico. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços referência para os casos que necessitem de cuidado intensivo e/ou de reinserção psicossocial, além da retaguarda às equipes de Saúde Mental e Saúde da Família, nas suas especificidades. Oferecem atendimento diário a pacientes em sofrimento psíquico, permitindo o planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua (Florianópolis/SMS, 2022).

Nos casos de necessidade internação, conta-se com o Instituto de Psiquiatria (IPQ), é uma unidade hospitalar pública, que tem cerca de 35 profissionais, com equipe multiprofissional, destina-se ao tratamento de emergências psiquiátricas, é gerenciado pelo Estado, mas funciona na região da grande Florianópolis, na cidade de São José.

- Equipamentos Auxiliares de Locomoção, Marcha e Saúde Auditiva: Trata-se de um serviço da secretaria municipal de saúde que foi criado em 2018 com o objetivo de possibilitar aos

usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) a concessão dos meios auxiliares de locomoção, como por exemplo: cadeira de rodas, andadores e bengalas (Florianópolis/SMS, 2022). Esses equipamentos são fundamentais para a garantia de qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscam viabilizar a habilitação e reabilitação, bem como a superação de barreiras físicas, permitindo uma integração social para estes usuários.

A Secretaria Municipal de Saúde também presta atendimento aos usuários com alguma perda auditiva, por meio do Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva (SASA), que viabiliza e fornece aparelho auditivo e acompanhamento especializado, oferecendo orientações.

Na política de Assistência Social, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, a pessoa com deficiência é foco de atendimento tanto na garantia de habilitação e reabilitação, como na promoção de sua integração à vida comunitária, assim como na garantia de um salário mínimo mensal, por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁸⁵ (Brasil, 2011).

No campo da política de assistência social destacam-se os seguintes serviços, programas e benefícios no município de Florianópolis:

- Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (SEPREDI): foi implementado para ofertar atendimento especializado aos/às usuários/as com deficiência e idosos e suas famílias, com algum grau de dependência que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos (SMAS, 2022). O SEPREDI, conta com equipe multiprofissional, que realiza estudos e averiguações de denúncias através de estudos e diagnósticos psicossociais, prestando acompanhamento e orientações aos idosos e às pessoas com deficiência e seus familiares (SMAS, 2022).
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): é executado dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem por objetivo desenvolver o trabalho social com famílias num determinado território, com a finalidade de fortalecer a

⁸⁵ O Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), disponibiliza o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para aquelas pessoas cuja deficiência impede a sua manutenção financeira, e que a família não possui renda *per capita* maior que 1/4 do salário mínimo, seguindo também os critérios de qualquer idade, pessoas que apresentem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2020).

função protetiva das famílias, prevenir ruptura de seus vínculos e promover acesso aos direitos, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida, ainda que não seja um serviço voltado diretamente às pessoas com deficiência, este público é prioritário nos atendimentos prestados, na medida em que consitui público da política de assistência social, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Este serviço atua diretamente no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da condição socioeconômica, da falta de acesso às políticas públicas e da fragilidade dos vínculos familiares e comunitários. Tem como público usuário as famílias atendidas pelos programas de transferência de renda, aquelas em situação de vulnerabilidade social, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco social (SMAS, 2022).

- Benefícios de Transferência de Renda: muitas deficiências podem causar a impossibilidade da execução de função laboral da pessoa com deficiência, com isso são ofertados pelos governos alguns benefícios de ordem econômica para auxiliar o usuário e sua rede de apoio. De acordo com as informações do Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025) o Programa Bolsa Família em Florianópolis atende 7.876 famílias distribuídas nos territórios dos 11 CRAS, com o repasse em média de R\$ 684,17. Igualmente o município atende por meio do BPC e Renda Mínima Vitalícia 4.885 pessoas, com o repasse de 01 salário mínimo por mês, sendo que 28,64% dos beneficiários são pessoas com deficiência (PMAS, 2022). O INSS, além do BPC, tem em seus benefícios, o acréscimo de 25% para as aposentadorias por invalidez para os casos em que as pessoas necessitem de cuidados de terceiros, pois se encontram impossibilitados de cumprir suas tarefas diárias.

- Renda Extra do Idoso: no município de Florianópolis especificamente, é ofertado este benefício instituído pela Lei Municipal nº 5.330/1998. Trata-se de um benefício de transferência de renda no valor de 01 salário mínimo vigente ao idoso em situação especial de saúde, com doenças incapacitantes (Florianópolis, 1998). Este benefício não é exclusivo para a pessoa com deficiência, mas beneficia este público devido ao seu critério de elegibilidade, que inclui questões de saúde comumente presentes no cotidiano da deficiência, além do fator de renda que não pode ultrapassar o valor de meio 1/2 mínimo *per capita*, em 2021 o Programa atendeu 80 pessoas (PMAS, 2022).

- Centro Dia da Pessoa Idosa (CDPI): foi criado em 28 de outubro de 2018, localizado no Parque Ecológico do Córrego Grande, para idosos e idosas que apresentam algum grau de deficiência ou não, mas que as famílias não tenham condições de cuidá-los durante o dia. Este serviço é oferecido em parceria com a Federação Catarinense de *Basketball*, mantido pela Trimania. O serviço promove integração social e orientação aos responsáveis, assim como, oferece acompanhamento e estímulo aos idosos com ou sem deficiências (SMAS, 2022).

-Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência: estão voltadas para a integração da pessoa com deficiência na vida comunitária, visando à redução das incapacidades e desenvolver suas potencialidades. Em Florianópolis essas ações são executadas pela rede de entidades sociais complementares, Organizações Sociais que prestam serviços socioassistenciais. São 05 entidades que atendem 353 pessoas com serviços específicos de acordo com as deficiências (PMAS, 2022).

Considerando a acessibilidade elemento essencial, destacamos aqui o programa de gratuidade do transporte público para as pessoas com deficiência, programa que viabiliza o acesso a outras políticas públicas (saúde, assistência social, educação, etc.), tornando-se muito importante na garantia dos direitos desta população.

Vale destacar que o governo Federal no ano de 1994 assinou a Lei nº 8.899 que determina que a pessoa com deficiência que comprovar ser de baixa renda terá direito a gratuidade no transporte interestadual, atualmente se mantém a gratuidade no transporte via rodovia, ferrovia e barco, se aplicando o critério de renda familiar de um salário mínimo *per capita* e comprovação por meio de documento médico, ser pessoa com deficiência. Por ser um benefício oferecido pelo governo federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, Trânsito e Transportes este deve ser solicitado diretamente junto ao Ministério, não havendo a necessidade de intermédio dos estados e municípios.

Em Santa Catarina, a gratuidade no transporte público, no território do estado é regulamentada de acordo com o Decreto nº 1.792, de 21 de outubro de 2008 o qual determina:

Art. 1º O benefício da gratuidade do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dos serviços de navegação interior de travessias assegurado a pessoas portadoras de deficiência será concedido de acordo com as normas estabelecidas neste Decreto, observadas as especificidades da Lei nº 8.038, de 18 de julho de 1990, Lei nº 1.162, de 30 de novembro de 1993, e Lei nº 11.087, de 30 de abril de 1999. (Santa Catarina, 2008).

A gratuidade é garantida por meio de apresentação de documento que comprove a deficiência, atualmente é emitida carteira de identificação pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE. Na qual considera pessoa com deficiência: Deficiência física permanente, com dificuldade de locomoção; Deficiência Intelectual Moderada, Severa ou Profunda; Deficiência Visual (cegueira, baixa visão ou visão monocular); Deficiência Auditiva Neurossensorial Moderada, Severa ou Profunda (bilateral); Transtorno do Espectro Autista e Atraso Global do Desenvolvimento; Pacientes Renais Crônicos. Também é garantida no estado a gratuidade em transportes marítimos, como ficou estabelecido na Lei nº 18.060 de 2021 que traz em seu texto:

Art. 113. A pessoa com deficiência poderá utilizar gratuitamente qualquer meio de transporte fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa, *ferry boat*, canoa ou similar, de propriedade do Estado, de Municípios ou privada, que funcione por concessão e com fiscalização do Poder Público. (Santa Catarina, 2021).

Sendo essa gratuidade estendida para seu acompanhante, desde que sinalizada a necessidade em laudo médico.

Para o transporte municipal em Florianópolis, a gratuidade é garantida conforme Lei nº 3.969 de 1993 que diz:

Art. 1º Fica criado o Cartão Deficiente, garantindo a todos os deficientes e seus responsáveis, se este for necessário para o transporte, o direito de, por necessidade ou conveniência, transpor a catraca dos ônibus que integram o sistema urbano de transporte coletivo do município de Florianópolis. (Florianópolis, 1993).

Deve o usuário procurar a Secretaria de Mobilidade Urbana para que seja emitida a carteira de passe livre e também para que sejam feitas as devidas análises documentais para a liberação da mesma. Ou seja, a acessibilidade diante deste conjunto de leis possibilita à pessoa com deficiência a mobilidade, no entanto é necessário destacar o desafio de todos os obstáculos que existem para o efetivo encaminhamento dos documentos e a concessão do

benefício.

Na análise dos documentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Saúde, observou-se que embora se consolide uma estrutura de atendimento das políticas públicas que permite o acesso às demandas básicas das pessoas com deficiência, um fato é notório, em todos os serviços e programas tem filas de espera, na medida em que a capacidade de atendimento não é suficiente diante da quantidade de usuários/as e suas necessidades, fato constatado no diagnóstico do Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025).

Outro elemento observado foi a ausência de interlocução entre serviços e programas, há uma indicação, tanto nos Planos como nos Relatórios, da perspectiva intersetorial das políticas públicas, mas pouco avança-se na sua efetivação. Não aparecem descrições ou relatos de quais os procedimentos se realizam para efetivar a intersetorialidade, assim permanecendo um limite de atuação, visto que isso inviabiliza, em grande medida, maior agilidade e atendimento qualificado.

As pessoas com deficiência ainda se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, mesmo havendo um número significativo de legislações que concedem direitos a essas pessoas e de algumas políticas públicas que, na prática, funcionam precariamente, existe a necessidade de políticas específicas para cada demanda desse segmento. A invisibilidade que envolve essas pessoas possivelmente dificulta a identificação de problemas que fazem parte de sua rotina, assim como a escassez de pesquisa nessa temática provavelmente provoca entraves na implementação de políticas públicas [...]. (Pereira; Alves, 2019, p. 30).

Portanto, é fundamental que gestores, trabalhadores, usuários, sociedade civil e movimentos sociais organizados, promovam debates, reflexões e pesquisas, que dêem a visibilidade necessária às demandas das pessoas com deficiência, para enfrentar os entraves e lacunas, tanto na consolidação da rede de atendimento das políticas públicas, como no que se refere a sua constituição, e especialmente no âmbito de sua articulação e interlocução, promovendo de fato os direitos das pessoas com deficiência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante também ressaltar que a inserção da pessoa com deficiência se deu em

parte, com a necessidade de inserir mais força de trabalho em momentos de crise da economia, sendo clara a influência do capitalismo nesta relação de imposição de trabalho como objeto de valorização humana. Além disso, configura-se uma ideia de “cuidar” destas pessoas, tidas como “coitadas” e carentes de atenção, modos de visão fortemente ligados à religiosidade que se perpetuou por longo período.

No âmbito jurídico podemos observar a importância da criação de leis gerais que garantem uma gama de benefícios e normatizam os serviços oferecidos para a pessoa com deficiência, como atendimentos direcionados ao usuário com deficiência e também para a sua rede de apoio, assegurando assim seu tratamento humanizado, e criminalizando qualquer tipo de discriminação que possam sofrer.

As políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência são heterogêneas, variam entre os Estados e entre os Municípios, dependem de diversos fatores, mas os desafios recorrentes se vinculam às questões econômicas de investimento na estruturação das políticas.

Observamos no que se refere ao município de Florianópolis, que as pessoas com deficiência possuem um expressivo número de leis que promovem benefícios e facilidades, porém não são aplicadas de fato em sua totalidade, como é o caso da acessibilidade nos espaços de cultura, esporte e lazer.

Por fim, constatou-se que as políticas públicas instituídas concretizam uma significativa rede de atendimento, mas precisam ser aperfeiçoadas no sentido de garantir a atuação intersetorial e superar o déficit no atendimento, visto que se mantêm longas filas de espera. Onde a possibilidade de novos estudos, especialmente sobre a perspectiva da intersetorialidade como estratégia de qualificação destas políticas públicas, assim como estudos que possibilitem a visibilidade das necessidades das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**. Brasília – DF: Câmara dos Deputados/CDI, 1988.

BRASIL, **Lei nº 8.899**. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília: Presidência da República, 29 de junho, 1994.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm#:~:text=L8899&text=LEI%20N%C2%BA%208.899%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%201994.&text=Concede%20passe%20livre%20%C3%A0s%20pessoas,sistema%20de%20transporte%20coletivo%20interesse%20estadual.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Brasília-DF: MEC/SECADI, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>

BRASIL, Lei nº 12.435 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília – DF:

Casa Civil, 06 de julho, 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm

BRASIL, Lei nº 13.146, Estatuto da Pessoa com Deficiência. 06 de julho, Brasília-DF:

Presidência da República – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

BRASIL, Lei nº 10.216, Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Presidência da República, 06 de abril, 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm

FLORIANÓPOLIS, Lei nº 3.969, Dispõe sobre a gratuidade no Transporte Coletivo da Municipalidade para Deficientes. Florianópolis/SC: Câmara de Vereadores, 13 de janeiro de 1993. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1993/397/3969/lei-ordinaria-n-3969-1993-dispoe-sobre-a-gratuidade-no-transporte-coletivo-da-municipalidade-para-deficientes-fisicos>

FLORIANÓPOLIS, Lei nº 5.330, Institui o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima para Atendimento de Idosos em situações especiais de saúde. Florianópolis: Gabinete da Prefeita, 17 de julho de 1998. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1998/533/5330/lei-ordinaria-n-5330-1998-institui-o-programa-de-garantia-de-renda-familiar-minima-para-atendimento-de-idosos-em-situacoes-especiais-de-saude>

FLORIANÓPOLIS, Lei nº 8.093, Dispões sobre a caracterização de usuários dos centros de atenção psicossocial (CAPs) como pessoas portadoras de deficiências temporária. 21 de dezembro, Florianópolis: PMF, 2009. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qhebi>. Acesso em 30 nov. 2022.

JUNIOR, Mário Cleber M. L. (Org.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília – DF: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de

Promoção dos **Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2010.

PEREIRA, Guilherme V.; ALVES, Maria Dolores F. Cenário de Políticas Públicas Destinadas a Pessoa com Deficiência. **Revista Plurais – Virtual**, Anápolis-GO: UEG, Vol. 9, n1, Jan-Abr, p. 25-41, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br>

PEREIRA, Jaqueline de A.; SARAIVA, Joseana M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **Revista Ser Social**, Brasília: UNB, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan-jun, 2017.

PMAS, **Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025)**, Florianópolis/SC: SMAS, 2022. Disponível em:
<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=plano+municipal+de+assistencia+social+2022+2025&menu=0>

SANTA CATARINA. **Lei nº 1.792**, Regulamenta o benefício da gratuidade do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dos serviços de navegação. Florianópolis: Gabinete do Governador de Estado, 21 de outubro de 2008. Disponível em:
<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2008/001792-005-0-2008-003.htm>

SANTA CATARINA. **Lei nº 18.060**, de 4 de janeiro de 2021. “Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência”, para restabelecer à pessoa com deficiência o benefício da gratuidade do transporte fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa, ferry boat, canoa ou similar. Santa Catarina; Casa Civil, 2021. Disponível em:
http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18060_2021_lei.html#:~:text=%E2%80%9CArt.,com%20fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Poder%20P%C3%BAblico Acesso em 30 nov. 2022.

SMAS, Secretaria Municipal de Assistência Social. Florianópolis/SC: *Site*, 2022. Acesso em:
<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servlistagem&menu=2&submenuid=servicos>

SMS, Secretaria Municipal de Saúde. Saúde Mental. Florianópolis/SC: *Site*, 2022. Acesso em:
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?cms=saude+mental&menu=5>

REGIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, RS

REGIONALIZACIÓN DE LAS UNIDAD DE SALUD PÚBLICA EN EL MUNICIPIO DE SÃO BORJA, RS

João Paulo Gonçalves de Oliveira Junior⁸⁶

Eduardo Cechin da Silva⁸⁷

Roberto Barboza Castanho⁸⁸

Resumo: A pesquisa em progresso tematiza sobre a regionalização das unidades de saúde pública na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, objetivando conhecer tais objetos urbanos no presente momento, a fim de realizar, mais tarde, um mapeamento dos mesmos. Caracteriza-se por uma abordagem quanti-quali, dividida em revisão bibliográfica do tema, busca pelas informações necessárias, tabulação/quantificação e análise das mesmas. Discute-se, primeiramente, a historicidade da política de saúde no Brasil até o advento da pandemia e como isso levitou a reprodução das desigualdades sociais e econômicas entre os usuários da política. São explicados os conceitos geográficos para apreensão da regionalização, a qual é o processo histórico de diferenciação de áreas, não apenas dividindo países, mas originando neles próprias regiões desiguais que se articulam entre si, produzindo uma totalidade. Em sequência, são dispostos os conceitos de geotecnologia e mapeamento, imprescindíveis técnicas metodológicas geográficas. Na seção específica ao tema de estudo, analisa-se alguns dados tabulados como o número de ESFs, que são dezenove (19); o número de atendimentos mensais, que apenas no centro se tem cerca de 10.000 a 15.000; o total de duzentas e trinta e oito (238) funcionários. Sob desfecho, são refletidos criticamente: o número expressivo de atendimentos, a falta de profissionais específicos a certas especialidades como a ginecologia e nutrição, assim como, a sobrecarga nos atendimentos realizados mensalmente pelos serviços de saúde pública, dificultando a proteção à saúde da população são-borjense.

Palavras-chave: Saúde Pública; Políticas Sociais; Regionalização; São Borja; Serviço Social.

Resumen: La investigación en curso se centra en la regionalización de las unidades de salud pública de la ciudad de São Borja, en el estado de Rio Grande do Sul, con el objetivo de

⁸⁶Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja. Bolsista PIBIC/CNPq no Laboratório de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental (LEPETRACS). E-mail: joaopgdoj.aluno@unipampa.edu.br.

⁸⁷Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja. Bolsista PROBIC/FAPERGS no Laboratório de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental (LEPETRACS). E-mail: joaopgdoj.aluno@unipampa.edu.br.

⁸⁸Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja. Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental (LEPETRACS). E-mail: robertocastanho@unipampa.edu.br.

conocer estos objetos urbanos en el momento actual para poder mapearlos posteriormente. Se caracteriza por un enfoque cuantitativo y cualitativo, dividido en revisión bibliográfica del tema, búsqueda de la información necesaria, tabulación/cuantificación y análisis de la misma. En primer lugar, se discute la historia de la política de salud en Brasil hasta el advenimiento de la pandemia y cómo esto ha llevado a la reproducción de las desigualdades sociales y económicas entre los usuarios de la política. Se explican los conceptos geográficos para comprender la regionalización, que es el proceso histórico de diferenciación de áreas, no sólo dividiendo países, sino creando regiones desiguales dentro de ellos que se articulan entre sí, produciendo una totalidad. Siguen los conceptos de geotecnia y cartografía, técnicas metodológicas geográficas esenciales. En la sección específica del objeto de estudio, se analizan algunos datos tabulados, como el número de ESFs, que son diecinueve (19), el número de asistencias mensuales, que hay alrededor de 10.000 a 15.000 sólo en el centro, y el número total de empleados, que son doscientos treinta y ocho (238). En definitiva, se reflejan críticamente: el importante número de asistencias, la falta de profesionales específicos para determinadas especialidades como ginecología y nutrición, así como la sobrecarga de asistencias mensuales, dificultando la protección de la salud de la población são-borjense.

Palabras clave: Salud Publica; Politicas Sociales; Regionalización; São Borja; Trabajo Social.

1. INTRODUÇÃO

Conhecer a localização de oferta de serviços, principalmente a saúde, é imprescindível para a otimização do tempo que os cidadãos dispõem para a busca de auxílio de situações adversas relacionadas à temática saúde e bem estar. Nesse sentido, esta pesquisa versa sobre a regionalização das unidades de saúde pública na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul. Objetiva-se com o presente trabalho o estudo da regionalização das unidades de saúde pública de São Borja, para futuramente, ser elaborado um mapeamento de todas unidades de saúde pública da cidade. Portanto, a pesquisa em construção é quanti-quali, dado a quantificação do número das características das ESFs e a análise crítica das mesmas.

Metodologicamente, a pesquisa estruturou-se em etapas, sendo elas: a) revisão bibliográfica de publicações teóricas sobre a história da saúde pública até a crise sanitária pandêmica; b) busca pelos dados em sites do governo e da prefeitura da cidade, tal como foram feitas ligações as instituições de saúde para conhecimento sobre o número de profissionais, horário de atendimento, órgão responsável, especialidades, atendimentos semanais e mensais; c) tabulação dos dados sobre os serviços de Saúde da Família (ESFs), os

quais foram obtidos por meio da saúde pública em São Borja; e d) análise crítica dos números obtidos.

Frente as técnicas deste procedimento, as geotecnologias, apoiadas pelos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que são sistemas de Hardware, Software, informação espacial, procedimentos computacionais e recursos humanos, dispõem de importantes tecnologias para aprimorar a formulação e avaliação de políticas públicas, portanto, a análise das unidades de saúde pública sob o mapeamento do município gaúcho de São Borja, concerne uma leitura científica da distribuição espacial das unidades básicas de saúde nesta cidade, em face de fatores de classe, raça, etnia e sexo. Com finalidade de saber quem tem acesso a esses pontos de saúde pública, os tipos de usuários que conseguem ou não acessá-la, com a finalidade de compreender socioambiental e socioeconomicamente tal região, junto a sua relação com os serviços de saúde pública.

No Brasil é dever do Estado ofertar saúde pública de qualidade para a população, com isto, é direito de todos terem acesso a rede pública de saúde, através de políticas sociais para a melhoria da vida dos brasileiros. Através de várias pesquisas constata-se que a grande parte da população utiliza a rede de saúde pública, que é ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ao invés da saúde privada, mesmo que haja menor número de usuários da saúde paga segue tendo números expressivos de clientes.

É preciso notar que com os resultados a serem obtidos com a presente pesquisa, será feita a mediação entre macro e micro, do qual o Serviço Social defende tanto, isto é, analisar o perfil dos usuários da saúde, não é apenas olhar para sua individualidade, mas para as relações sociais que os rodeiam (Ferreira; Nabozny, 2020), as quais fazem o mesmo ter de acessar mais e, também, encontrar obstáculos quando demandando uma saúde pública de qualidade.

2. A CONQUISTA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Ao discutir a política pública e brasileira de saúde, é necessário fazer um recorte histórico sobre dois momentos: “antes e depois da consolidação do SUS” (Santos, 2013, p.

234). Também, para entender a saúde enquanto política pública no Brasil, deve ser compreendido que a mesma é um direito social, constituinte dos direitos fundamentais.

Anteriormente à Carta Magna de 1988 – que será debatida mais adiante –, a saúde nasce no Brasil atrelada às Caixas de Aposentadoria e Pensões da política da previdência social, sendo por muito tempo, um direito particularista, quer dizer, quem tinha acesso saúde eram os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho (Santos, 2013).

É relatado por Verdi *et al.*, (2016) que a primeira tentativa de implementar um Sistema desta política pública supracitada, foi em 1975 após a 5ª Conferência Nacional de Saúde, com a criação da Lei nº 6.229 que contemplava sobre o Sistema Nacional de Saúde, contanto, não foi concretizado para além do papel.

A época dos anos 1970 e 1980 presencia o abalo causado pela crise estrutural do capital, que alavancaram a competitividade entre os trabalhadores, devido ao crescimento do desemprego em massa, surgindo também, a evolução de velhas enfermidades, acarretando para a vulnerabilização das camadas mais baixas da população (Santos, 2000).

A consolidação de uma política universal de saúde é resultado do embate entre duas forças, o complexo médico-industrial e o movimento sanitário no ano de 1976, com a fundação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), com o objetivo de democratizar e universalizar a política de saúde. (Verdi *et al.*, 2016).

Isso resultou no Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (Prev-saúde), o que possibilitou a criação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) como porta de entrada para a saúde. Sendo que nesta época, tal conquista era chamada pelo presidente do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência (INAMPS) como algo “estatizante, [que] estragava a profissão médica e era coisa de comunistas” (Verdi *et al.*, 2016, p. 41).

Após muita luta, nasce a preocupação em conceituar a saúde enquanto política pública no Brasil pela primeira vez, “em razão das necessidades de planejar ações de saúde, individuais ou coletivas” (Scliar, 1997, p. 93).

Frente a isto, a política de saúde no Brasil tem um caráter universal, fazendo parte do tripé da seguridade social, tendo sido influenciado pelo modelo beveridgiano proposto do Plano Beveridge de 1942, na Inglaterra (Behring; Boschetti, 2011), independente de sua

condição financeira, de classe, gênero, raça, orientação sexual e deficiência (Brasil, 1988), ainda que existam específicas legislações na atualidade, que tipificam o atendimento especializado para específicos segmentos sociais, dada a carecida atenção para as minorias.

Essa primazia é instituída no art. 196 da Constituição Federal de 1988, como sendo um dever do Estado garantir que a mesma materialize-se como um direito de todos, devendo ser acessada igualitária e universalmente através das políticas sociais, que promovam a proteção dos usuários desta política pública (BRASIL, 1988). Disto, a saúde pública universal e de qualidade passa ser regulamentada com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, legitimando o Sistema Único de Saúde (SUS) no país (BRASIL, 1990).

Tal conquista, enquanto política social pública é uma resposta privilegiada à questão social, frente a relação Estado e classes sociais, bem como resultante das expressões do objeto de trabalho das/os assistentes sociais, as desigualdades sociais e as resistências em suas múltiplas manifestações (Iamamoto, 2000), principalmente as que chegam para os profissionais do setor público de saúde.

Diante das informações publicadas pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, junto com o Ministério da Saúde, quase 70% das pessoas que procuram o mesmo serviço de saúde recorrem aos estabelecimentos públicos, ou seja, 7 de cada 10 pessoas (IBGE, 2019).

Em todas regiões do Brasil percebe-se uma concentração dos sujeitos sem planos de saúde e uma diversidade na proporção de usuários do SUS, entre pessoas com planos e sem planos, ou seja, é mais provável alguém com condição de arcar com um convênio de saúde acessar o SUS, pois essa política pública destina-se a 100% da nação, quando em comparação com um cidadão com baixa escolaridade, trabalho informal e baixa renda, o qual utiliza cotidianamente a política social do SUS, que tem menos chances de pagar pelos serviços privados de saúde (Ribeiro *et al.*, 2006).

Apenas 28,5% da população do país (59,7 milhões de pessoas) tinham algum plano de saúde, médico ou odontológico em 2019. Na população com rendimento mensal de até ¼ de salário mínimo, somente 2,2% tinham plano de saúde médico. Já na faixa de mais de cinco salários mínimos, 86,8% tinham plano (IBGE, 2019).

Isso mostra o quão distante está a população mais empobrecida de ter acesso à saúde paga, fortalecendo a importância de ser operada uma política social pública de qualidade de

vida, que oferte serviços gratuitos para todos, especialmente a quem não tem condições de contratar convênios para cuidar e proteger sua saúde. Podendo se fazer relação entre pretos e pardos, bem como a renda abaixo de 1/2 salário mínimo da maioria dos sujeitos atendidos (IBGE, 2019; Ribeiro *et al.*, 2003), pois “quase 80% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra (preta e parda)” (ONU, 2018).

Características que perpetuam a história brasileira, a exemplo do Brasil ter sido a última nação a abolir a escravidão, sem proporcionar na operacionalização dos direitos, uma equidade entre brancos e negros, bem como referente às condições mínimas de vida para os escravizados na época, em razão da busca por uma branqueamento da cultura e da sociedade brasileira, fazendo com que os mesmos fossem marginalizados socialmente. “As desigualdades têm raça, cor e etnia, à medida que se trata de um país estruturado pelo racismo, fincado no passado escravocrata” (Mendes, Carnut, Melo, 2023).

Essas desigualdades estruturais puderam ser vistas pelo ângulo da saúde durante a pandemia, com os movimentos de defesa à vida, como a quarentena e o isolamento social, que podiam ser seguidos eficazmente apenas por sujeitos com condições materiais (Ferreira; Nabozny, 2020).

Neste cenário pandêmico, refletiu-se o projeto da gestão do governo Bolsonaro na esfera da saúde em geral, que acarretou ao desmonte da universalidade do SUS por meio do desfinanciamento da saúde pública, através do seu plano neofascista, negacionista e genocida, que matou mais de 680 mil brasileiros, que 80% destes poderiam ter sido salvos, caso não houvesse uma má gestão sanitária do ex-governo (Braz, 2022).

Concomitante ao que Mendes, Carnut e Melo (2023, p. 9) enfatizam, pois:

Ao ser declarado estado de calamidade pública em 2020 em função da pandemia, houve a suspensão da regra do teto de gastos da EC nº 95/2016. Porém, mesmo com esta suspensão, o gasto para o enfrentamento da crise sanitária foi baixo, correspondendo a apenas R\$39,4 bilhões (valores pagos), ou seja, 31,5% do total do orçamento do [Ministério da Saúde] MS para 2020.

A partir da exposição, observa-se o quanto a população que necessita dessas políticas sociais sofreram consequências drásticas, como foi ressaltado acima, essa mesma população que é composta por pretos, pardos e de baixa renda, vítimas de um modo de produção que tem

em sua essência gerar pobreza e consequentemente desigualdades. Afetando a grande maioria da população, em razão que 76,5% da população costuma procurar atendimento, serviços de saúde no mesmo lugar (IBGE, 2019), concretizando uma rotina na procura dos pontos de atendimento conhecidos, fazendo-se fundamental saber a localização destes estabelecimentos de saúde pública.

2.1 Categorias geográficas para regionalização da saúde pública brasileira

Para a elaboração de um mapeamento dos pontos de saúde pública em determinado espaço geográfico, é necessário explanar os conceitos que o envolvem, por exemplo, a região e a regionalização segundo a Geografia. Perante isto, como Corrêa (1986, p. 22) denota

A região está ligada à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. A utilização do termo os geógrafos, no entanto, não se faz de modo harmônico: ele é muito complexo. Queremos dizer que há diferentes conceituações de região.

Esta diversidade conceitual acerca da região, se dá devido às diferentes formas em que a Geografia é utilizada, por meio do Determinismo Ambiental, do Possibilismo, da Nova Geografia e, também, da Geografia Crítica (Corrêa, 1986). Esta última que é fundamental para a interdisciplinaridade junto ao Serviço Social, porque conforme Santos (2010), a Geografia Crítica usa o materialismo histórico da dialética marxista, assumindo um caráter revolucionário com suas análises e seus estudos, a fim de romper com visões empiristas sobre as desigualdades entre as regiões.

Em vista disso, para o conhecimento dessa representação geográfica, as geotecnologias são de grande importância para o desenvolvimento da sociedade, tais modernizações trazidas pela globalização e a influência da ciência e, sua extensão, a tecnologia. Possibilitando a leitura da regionalização para diversas áreas, com isto, os estudos no âmbito geográfico foram abrangidos e facilitados com o conjunto dessas tecnologias, com destino à coleta, análise, processamento e disponibilização de referências espaciais

Várias tecnologias são englobadas nessa concepção e aqui descrevemos as que recentemente têm tido maior aplicação: técnicas de Sensoriamento Remoto (SR), que incluem o uso de imagens (de satélites e de aeronaves tripuladas ou não), bem como aplicações de análise multicritério para informações geográficas e as plataformas SIG suportando todas estas tecnologias (Ferraz *et al.*, 2015, p. 42).

Portanto, ressalta-se novamente que as geotecnologias podem ser aplicadas em qualquer área, devido ao seu variado leque de conjuntos tecnológicos, o que aumenta a velocidade de pesquisas e no que mais for encarregada de ser usada. Por ter uma enorme capacidade de analisar e utilizar informações geográficas, a geotecnologia é essencial para a humanidade nos dias de hoje, fazendo com que, assim, possamos utilizar dela até mesmo para desenvolvermos a sociedade, pois com diversas pesquisas sendo feitas de maneiras rápidas, devido ao uso desta tecnologia tão fascinante, temos como construir um futuro de certa maneira “mais” seguro, visto que também com o uso da geotecnologia possamos estudar ainda mais o meio ambiente, não só ele como outras áreas que são de grande importância para a humanidade.

As geotecnologias são extremamente importantes para se planejar o espaço urbano, permitindo assim, o uso racional do espaço e consequentemente subsidiar a estruturação de uma cidade que possa oferecer melhor qualidade de vida para sua população. E com toda a problemática socioambiental urbana que encontra-se hoje, a aplicação do geoprocessamento pode ser uma técnica para reduzir esses problemas (Leite, 2006, p. 64).

Junto com a geotecnologias uma peça fundamental para pesquisa é o mapeamento, essa ferramenta pode ser considerada uma técnica metodológica para investigações. O mapeamento pode ser feito através do Sistemas de Informações Geográficas (SIG), composto por sistemas de Hardware, Software, informação espacial, procedimentos computacionais e recursos humanos, que representam uma valiosa tecnologia para aprimorar a formulação e avaliação de políticas públicas, ele permite a integração, armazenamento, manipulação e exibição de dados georreferenciados, possibilitando entender relações complexas entre variáveis dentro de um contexto espacial (Leite, 2006)

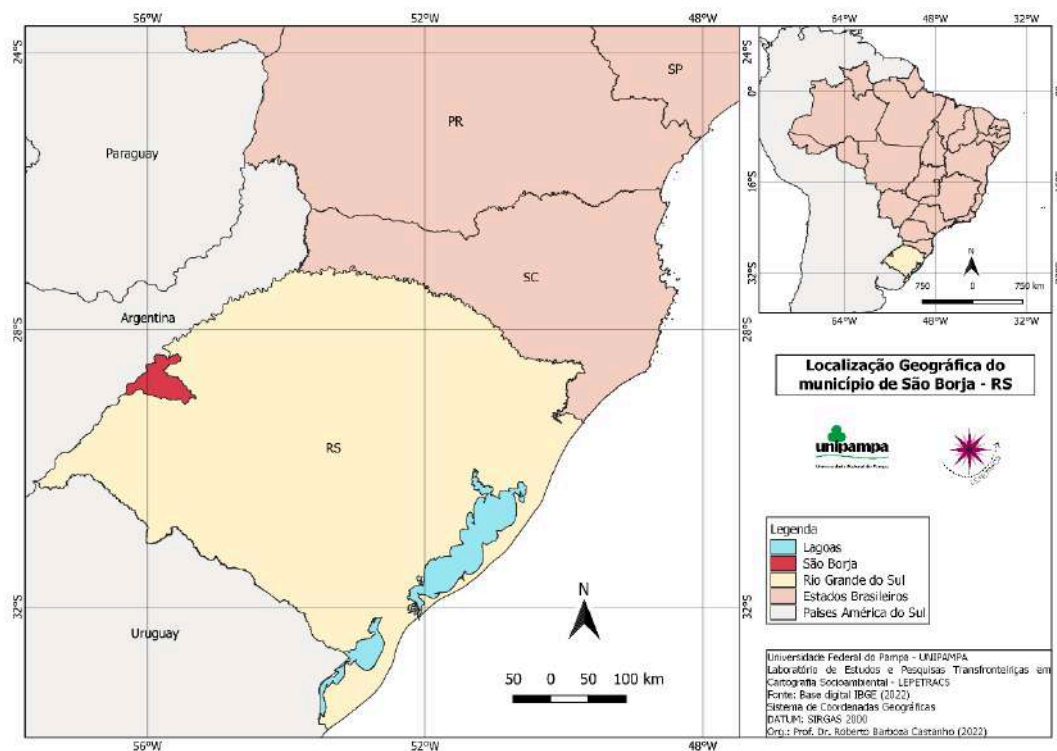
Isso tudo em vista de que, futuramente, em outra publicação e conclusão do trabalho, a partir da utilização dos SIG, será usado especificamente o software de código aberto Quantum Gis, com o objetivo de elaborar um mapa contendo a localização geográfica de tais objetos

urbanos de atendimento à saúde, junto às informações vitais. Para tanto, no decorrente momento, serão analisados na sequência, sendo apenas expostas os dados tabulados em relação à saúde primária na cidade em estudo.

2.1.1 As unidades de saúde pública na cidade de São Borja, RS

O município de São Borja, no Rio Grande do Sul – também conhecido como a “terra dos presidentes”, em decorrência de sua influência política no passado, com os ex-governantes Getúlio Vargas e João Goulart – compõe uma extensão territorial de 3.616,690 km², a mesma tem uma população de 59.676 habitantes (IBGE, 2022) (Figura 1).

Figura 1 - Localização geográfica do município de São Borja, RS



Fonte: Castanho (2022)

Por ser uma aproximação inicial, sendo a mesma constituída por resultados parciais sobre o objeto de estudo, a exposição dos dados tabulados será apenas em relação às Equipes de Saúde da Família (ESFs), que estão na cidade gaúcha de São Borja, a qual, relatada por

Trindade (2012, p. 8) “é composta por oito bairros, além dos sub-bairros e vilas. Os bairros que compõem a cidade são: Centro, Vila Cabelereira, Bettim, Passo, Pirahy, Paraboí, Itacherê e Maria do Carmo” (Trindade, 2012, p. 8).

Perante as breves observações, entende-se que existe um vasto território para a distribuição de Unidades de Saúde Pública pelo solo são-borjense, com o propósito de atender os habitantes da cidade. Contanto, existem obstáculos que dificultam o acesso popular à política social proveniente do direito à saúde universal e de qualidade, no que tange os estabelecimentos que viabilizem a prevenção e cuidados à integridade física e psicológica das pessoas, podendo ser exemplados: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégia de Saúde em Família (ESF) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

No território estudado, existem dezenove (19) ESFs, desses um (1) é uma equipe móvel, que atende vinte e quatro (24) localidades no interior do município, que não possuem unidade de atendimento fixa, como forma de viabilizar o acesso à saúde pública para a população rural, especialmente para crianças e adolescentes, dada a atenção necessário ao desenvolvimento de sua saúde e, de pessoas idosas, visto sua vulnerabilização durante a velhice, em vista das desigualdades geradas ao longo do desenvolvimento de tais segmentos sociais (Figura 2).

Figura 2 - Mosaico de fotos de algumas ESFs em São Borja, RS.



Fonte: fotografias de autoria dos pesquisadores (2023)

De acordo com a tabulação realizada, dois (2) ESFs não disponibilizaram as informações das especialidades sobre o corpo profissional que integra estas unidades, as quais são dos sub-bairro Nhu Porã e do bairro Maria do Carmo. Assim como, outros três (3) não dispõe da quantidade de atuantes destes serviços de saúde, fazendo parte deles áreas como Leonel Brizola, Pirahy e Centro.

Com isto, apura-se apenas dezesseis (16) unidades que disponibilizaram a quantidade de funcionários, totalizando duzentas e trinta e oito (238), assim, conclui-se que há uma média de quinze (15) trabalhadores em cada instituição.

Nestas dezesseis (16) instituições averigua-se a presença de quatorze (14) Clínicos Gerais, nove (9) Pediatras, um (1) Ginecologista, nove (9) Enfermeiros, onze (11) Técnicos em Enfermagem, um (1) Psicólogo, treze (13) Dentistas, sete (7) Auxiliares Bucais, um (1)

Nutricionista, sessenta e nove (69) Agentes da Saúde, oito (8) Higienistas e quatorze (14) Agentes Operacionais. Com isso, averigua-se uma falta de Ginecologistas e Nutricionistas na saúde pública de São Borja, o que concerne um descaso com a saúde de pessoas do sexo feminino, e também, em relação a tratamentos físicos e acompanhamentos para a obesidade e reeducação alimentar.

De acordo com o Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde publicado pelo Ministério de Saúde em 2008, acerca dos ambientes que integram tais unidades, corrobora-se o local onde cada procedimento e atendimento é feito por determinados profissionais, em relação aos profissionais da saúde, excluindo recepcionistas e outros que recebam os usuários, na parte do Atendimento Clínico, encontra-se o consultório médico, a sala de vacinas, sala para coleta, sala de curativo, os quais enquadram profissionais como o clínico geral, os técnicos de enfermagem e os enfermeiros.

Há uma outra parte, do Atendimento Odontológico, em vista do procedimentos clínico-cirúrgicos odontológicos, com consultório odontológico, escovário, área de serviços e depósitos de material de limpeza, central de material de material e esterilização, encontrando-se os dentistas e auxiliares bucais (Ministério da Saúde, 2008).

Também devem ter áreas do Consultório Ginecologista, a Sala dos Agentes Comunitários de Saúde, além das que não compõem a relação direta profissionais-usuários, mas organizam a gestão da unidade de atendimento básico à saúde, como Área Administrativa, Área de Recepção, Sala de Espera (Ministério da Saúde, 2008).

Destacando o quadro de trabalhadores que efetivam a funcionalidade dos serviços prestados pelo SUS, o qual atende milhares de indivíduos na cidade, em relação fluxo mensal de atendimentos de treze (13) ESFs, os quais possibilitaram acesso a dados quantitativos diante aos serviços feitos por estas mesmas instituições. Em doze (12) ESFs foi somado dez mil e cento e setenta e seis (10.176) atendimentos, separadamente à unidade de saúde do centro, que além de abranger o bairro onde situa-se, atende aos arredores, somente esta recepciona cerca de dez mil (10.000) à quinze mil (15.000) pessoas por mês.

Nota-se uma enorme demanda com esta amostra dos ESFs na região centro, com apuramento expressivo de atendimentos mensais, sendo assim, cerca de 15% dos moradores

da cidade são atendidos apenas nesta unidade. Acarretando em uma sobrecarga não apenas aos serviços oferecidos, mas também aos profissionais, devido ao número não tão expressivo destes, cuja dedicação é diária, visando a melhoria da qualidade de vida e de proteção à saúde dos moradores de São Borja.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da saúde no Brasil compreende o “antes” e “depois” da criação do SUS, este que foi importante conquista da classe trabalhadora que por muito tempo vinha lutando pela implementação de uma política universal e democrática de saúde no país, junto ao eleitorado de esquerda, sendo alvos de acusações de desmerecer os médicos e de serem “comunistas”.

Contanto, nada impediu que a partir da Ditadura Militar se intensificassem os movimentos sanitaristas a favor da saúde pública, resultando no art. 196 da Constituição Cidadã e do Sistema supracitado, bem na criação dos estabelecimentos destes serviços, especialmente as UBSs e ESFs. Conquistas estas que fazem com que o Brasil tenha o maior sistema de saúde pública no mundo, atendendo a maioria da população de diferentes classes, etnias, gêneros, gerações e "deficiências".

É notado que a grande parte dos usuários da rede pública de saúde, possuem alguns aspectos semelhantes, devido classe social, etnia e escolaridade, sendo indivíduos afro-brasileiros, da classe trabalhadora, diferentemente dos clientes da rede privada, que são majoritariamente brancos e com mais de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com isto intensifica-se a relevância do SUS, pois 80% dos usuários dessa política social são brasileiros que se autodeclaram negros.

O processo de dimensionar visualmente a diferenciação de regiões e suas desigualdades, isto é, a regionalização, é possível fazer através das geotecnologias com programas de software e hardware, a exemplo do Quantum Giz, onde é possível além de ver as localidades, desenhar as mesmas, fazendo mapas sobre o que é de interesse, algo que será feito futuramente na pesquisa em progresso, notado que os dados não estão finalizados, fazendo-se necessário a obtenção de mais informações pertinentes ao tema.

Nessa questão, denota-se que São Borja é uma cidade com uma população com mais de 50 mil habitantes, ao lado de uma grande extensão territorial, de forma que as localidades entre as ESFs sejam afetadas, principalmente aos moradores de vilas e os trabalhadores rurais, sendo os mesmos atendidos, na maioria das vezes, pela Equipe Volante. Sobre a dimensão numérica, existem dezenove (19) unidades de saúde do mencionado tipo, ao total, são duzentos e trinta (238) funcionários de saúde para a cidade, que compreendem todos os bairros da cidade. Ainda que seja em relação às informações obtidas, há uma falta, por exemplo, de Ginecologistas e Nutricionistas para os usuários da política pública de saúde. E também, o total médio de atendimentos mensais das ESFs são altos, fazendo com que haja uma sobrecarga na demanda por atendimentos de baixa e média complexidade.

Perante tais observações, o mapeamento da regionalização das unidades de saúde pública na cidade de São Borja, que será feito no próximo trabalho a ser publicado, se mostra como a forma mais eficiente para conhecer esses objetos urbanos, com a finalidade de apreender as suas informações específicas que compõem a relação usuário e profissionais, sabendo da diversidade dos profissionais e as diferentes formas de intervenção e atendimento das diferentes demandas da população respectivos bairros, sub-bairros e vilas onde encontram-se as ESFs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 62 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. 267 p.

BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 18055, 20 set. 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 213.

BRAZ, Marcelo. **Diálogos do cotidiano - assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Brasília: CFESS, 2022. 57 p.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1986. 93 p.

FERRAZ, Carlos Augusto de Melo; VIEIRA, Rherman Radicchi Teixeira Vieira; BERBERIAN, Cynthia de Freitas; NÓBREGA, Rodrigo Affonso de Albuquerque; DIAS FILHO, Nivaldo. O uso de geotecnologias como uma nova ferramenta para o controle externo. **Revista do TCU**, n. 133, p. 40-53, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1304>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FERREIRA, Isabela Zane; NABOZNY, Lucimara. Serviço Social e saúde: a profissão entre a década de 1970 até a crise sanitária pandêmica. **Revista Hydra**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 88-113, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/10903/8006>. Acesso em: 12 out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000. 325 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 132 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. IBGE Cidades, [S.l], 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>. Acesso em: 24 out. 2023.

LEITE, Marcos Esdras; ROSA, Roberto. Geografia e Geotecnologias no estudo urbano. **Caminho De Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 17, p. 180-186, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15396/8695>. Acesso em: 17 out. 2023.

MINISTÉRIO da Saúde. **Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde Pública**: Saúde de Família. Biblioteca Virtual em Saúde, [S.l], 2008. 51 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_fisica_ubs.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra. **Nações Unidas Brasil**, 2017, Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/78576-quase-80-da-popula%C3%A7%C3%A3o-brasileira-que-dep%C3%A9nde-do-sus-se-autodeclara-negra>. Acesso em: 12 out. 2023

RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida; Último Sobrenome, Nome e Sobrenome; BARATA, Rita Barradas; ALMEIDA, Márcia Furquim; SILVA, Zilda Pereira. Perfil sociodemográfico e padrão de utilização de serviços de saúde para usuários e não-usuários do SUS – PNAD 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 1011-1022, 2006.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001571794>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SANTOS, Genésio José dos. **Teoria da Região e Regionalização**. 1. ed. São Cristão, Sergipe: Universidade Federal do Sergipe, CESAD, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.

SANTOS, Marta Alves. Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 233-240, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sk3wMnW6NFQWWWNjQ3YNNrB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social: trajetória da saúde pública**. 2 ed. São Paulo: Senac, 2005. 160 p.

TRINDADE, Fernanda de Magalhães. Análise da paisagem urbana edificada de São Borja - RS: potencial turístico não explorado. *In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, 16, 2012, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos** [...] Caxias do Sul: UCS, 2012, p. 1-16. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/13/04_22_18_Tri ndade.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

VERDI, Marta Inez Machado; ROS, Marco Aurélio da; CUTOLO, Luiz Roberto Agea; SOUZA, Thaís Titon de. **Saúde e Sociedade: reconhecimento da realidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. 96 p.

Eixo 4 - Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades:

Movimentos Sociais; Sexualidades, identidades de gênero; Capacitismo; Questão social e gerações; Violências; e, Relações patriarcais de gênero

A INFÂNCIA E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA CONTRA O PATRIARCADO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

CHILDHOOD AND THE POSSIBILITIES OF RESISTANCE AGAINST PATRIARCHY AND GENDER INEQUALITY

Andreia Cristina da Silva Almeida¹

Maria Clara Rezende Andrade²

Maria Eduarda Ferreira Gomes³

Yasmin Amorim Coelho Oliveira⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar sobre as expressões do patriarcado na infância, sendo este o objeto do projeto de pesquisa intitulado “A Infância e as Possibilidades de Resistência Contra o Patriarcado e a Desigualdade de Gênero”, que está em desenvolvimento. A proposta do projeto é analisar as ações ofertadas nas Políticas Sociais. Debater sobre o patriarcado é necessário para o seu enfrentamento desde a infância, considerando ser esta a fase da vida que se iniciam as primeiras aproximações às regras, aos valores, aos costumes e aos comportamentos instituídos e exigidos como padrão de normalização da sociedade burguesa. Assim, debater sobre essa expressão na infância, contribui para que profissionais possam rever suas práticas educativas que, por vezes, estão fundamentadas nos anseios patriarcais e que promovem desigualdades de gênero desde a infância. Como forma de resistência, é preciso alterar essas práticas e inserir um novo cenário que permita a liberdade e igualdade enquanto elementos principais nas ações com a infância.

Palavras-chave: Patriarcado. Infância. Gênero.

Abstract/Resumen: This article aims to discuss the expressions of patriarchy in childhood, which is the object of the research project entitled “Childhood and the Possibilities of Resistance Against Patriarchy and Gender Inequality”, which is under development. The project's proposal is to analyze the actions offered in Social Policies. Debating about patriarchy is necessary to confront it from childhood, considering that this is the stage of life in which the first approaches to the rules, values, customs and behaviors established and required as a standard of normalization of bourgeois society begin. Therefore, debating this

¹ Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais, Professora do magistério superior do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, e-mail andreia.almeida@ufu.br

² Discente do curso de Serviço Social pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal, mariaclararezendea@ufu.br

³ Discente do curso de Serviço Social pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal maria.gomes4@ufu.br

⁴ Discente do curso de Serviço Social pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal yasmin.amorim@ufu.br

expression in childhood helps professionals to review their educational practices, which are sometimes based on patriarchal desires and promote gender inequalities from childhood. As a form of resistance, it is necessary to change these practices and insert a new scenario that allows freedom and equality as main elements in actions with children.

Keyword: Patriarchy. Infancy. Gender.

1. INTRODUÇÃO

Considera-se o patriarcado enquanto um sistema social fundamentado por relações estruturais que favorecem, principalmente, homens, com destaque aos brancos, cisgêneros, heterossexuais, e, sobretudo, os de maiores poderes econômicos, resulta em relações sociais de poder destes sobre as mulheres, desde o início da sua vida. Essa estrutura, que agudizou com o capitalismo, fortalece, desde o início da história da Humanidade, e vem promovendo consequências devastadoras na vida dos grupos que não são favorecidos pelos privilégios do patriarcado, como as mulheres em todas suas faixas etárias. A socióloga francesa Christine Delphy, define o patriarcado como:

Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões ‘subordinação’ ou ‘sujeição’ das mulheres, ou ainda ‘condição feminina’. (Delphy, 2009, p. 173-178)

O patriarcado pode ser manifestado na vida social da mulher em todas suas faixas etárias, inclusive desde a infância, por meio de diversas expressões como a subalternidade e a desigualdade de gênero, típicas de uma sociedade desigual e classista. Essas manifestações ocorrem nas principais relações sociais da vida humana, assim como nos principais espaços de convivência cotidiana e precisam ser denunciadas e enfrentadas, por meio de estratégias de lutas e resistências para o alcance de transformações desse cenário patriarcal.

Pelas Ciências Sociais, a infância pode ser enxergada como uma construção social que perpassa relações de poder entre gerações dentro da sociedade e, por um prisma científico, o conhecimento acerca da fase infantil é, predominantemente, masculino. Quanto aos debates das categorias de gênero e infância, é possível considerar que a evolução epistemológica sobre a infância tem sido fundamentada, principalmente pelos estudos críticos da Sociologia

da Infância, que faz um movimento teórico de inserir a temática da infância em equidade conceitual, comparada a outros grupos sociais.

O patriarcado pode ser manifestado na vida social da mulher em todas suas faixas etárias, inclusive na infância, por meio de diversas expressões como a subalternidade, a desigualdade de gênero, típicas de uma sociedade desigual e classista. Essas manifestações ocorrem nas principais relações sociais da vida humana, assim como nos principais espaços de convivência cotidiana e precisam ser denunciadas e enfrentadas, por meio de estratégias de lutas e resistências para o alcance de transformações desse cenário patriarcal. Sendo assim, defende-se que desde a infância é preciso reconstruir as relações sociais sob os pilares da igualdade, equidade e justiça entre os indivíduos, sem a prevalência do poder de um sobre o outro.

É preciso ainda instigar o respeito, a solidariedade e a empatia perante as particularidades de cada indivíduo, sem a necessidade de empoderamento de um sobre o outro. Assim, o presente artigo trata das expressões do patriarcado na infância, principalmente por meio das ações desenvolvidas com crianças, o que contribui para que relações machistas, sexistas, desiguais e subalternizadas sejam valorizadas desde a primeira infância.

2. PATRIARCADO E SUAS EXPRESSÕES

O conceito e as expressões do patriarcado perpassam séculos da história humana e se tornam parte indissociável da estrutura social capitalista contemporânea. Apesar do que se conhece como normalizado no cotidiano, as expressões patriarcalistas se adaptaram juntamente com todas as nuances da história da sociedade, para que se mantivessem como forma de dominação por todas as épocas em que a humanidade transitou. É, portanto, um pensamento estruturado e enraizado nas relações sociais e, por consequência, aquilo que se produz acerca do patriarcado, também é atravessado por seu caráter supremacista.

De acordo com Bourdieu (2002), em sua obra “A Dominação Masculina”, uma alternativa para desvencilhar-se dessa ótica cíclica de análises sobre o patriarcado, faz-se necessário transformar a reflexão em experiência vinculada em análises etnográficas, leituras

de totalidade, resgate histórico, entre outros pontos indispensáveis para uma observação crítica.

A dominação social masculina, se pauta essencialmente na divisão social do trabalho e na distribuição de espaços frequentados, uma vez que na construção da contemporaneidade, esses eram fatores determinantes para a perpetuação da figura masculina enquanto superior. Diante disso, compreende-se a distinção entre sexos como puramente anatômica, contudo, não é o falo (ou sua falta) que caracteriza a dominação - apesar de ser a justificativa comum para a naturalização dessa hierarquia -, mas sim as simbologias de virilidade, a priorização da honra, dentre outros comportamentos característicos da figura masculina. A partir disso, Pierre Bourdieu (2002) observa que há um paradoxo presente em legitimar uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica, que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.

O processo de delimitar as simbologias da dominação masculina, é feito através da imposição da diferenciação do uso dos corpos, sobretudo o que perpassa a sexualidade, uma vez que se exclui de um gênero tudo que pertence ao outro. Essa prática é inscrita nos corpos dentro do cotidiano, sendo uma ação pedagógica explícita e expressa, quando se observa os padrões de gênero.

Ao observar as sociedades primitivas, anteriores às civilizações sedentárias, as famílias nômades possuíam uma configuração matriarcal, uma vez que o parentesco era ligado somente à mãe, excluindo a figura masculina da criação e reprodução humana. Com o desenvolvimento das atividades agrícolas e consolidação das sociedades sedentárias, nota-se que a ocupação da mulher se conceituou nas atividades maternas, como o cuidado com os filhos e o zelo pelo espaço e alimentos produzidos, enquanto as atividades dos homens se configuraram em aprimoramento das habilidades de caça.

A partir dessas configurações sociais, é possível analisar o papel da família e de seus respectivos membros. Etimologicamente, a palavra “família” (famulus), faz menção a um conjunto de servos responsável pela criação de uma mesma pessoa. Ao associar a definição primitiva da família com o papel feminino na criação dos filhos, infere-se que a mãe era ilustrada como serva do patriarca para manutenção de sua linhagem, que é uma forte

simbologia da dominação masculina e do zelo por sua honra. Como afirma o Caderno de Atenção Básica - Violência Intrafamiliar, de 2001:

A “domesticação” da mulher foi consequência da necessidade dos homens de assegurar a posse de sua descendência. O fato de que a maternidade é certa e a paternidade apenas presumível (ou incerta) sempre foi um fantasma para a organização da cultura patriarcal. O controle da sexualidade e da vida reprodutiva da mulher garante a imposição das regras de descendência e patrimônio e, posteriormente, um sistema rígido de divisão sexual do trabalho. Assim, a mulher passa a ser tutelada por algum homem, seja pai, ou marido. Este tipo de pensamento sempre justificou o autoritarismo masculino, interpretando a violência do homem contra a mulher como algo natural (Ministério da Saúde, 2001, p. 14 – 15).

Por uma óptica mais ampliada, os clãs patriarcais são analisados por Oliveira Vianna como constituídos por uma família estendida, chefiada por um patriarca (grande proprietário de terras), circundado por uma gama de aparentados e/ou dependentes sem parentesco. Nessa configuração, os clãs eram perpassados por um forte sentimento de comunidade e pertencimento, uma vez que a delimitação territorial desses espaços, tornavam esses clãs ainda mais íntimos, sem vínculos com outros. Nota-se, portanto, que no decorrer daquilo que se conhece hoje, existe uma conexão entre a dominação masculina e a posse de terras, onde se possibilitou o cultivo de sua subsistência e o firmamento de uma família e linhagem.

Dentro de uma análise histórica, Gilberto Freyre afirma que o patriarcado como se conhece hoje, foi estabelecido no Brasil como forma de colonização portuguesa. Visto que a invasão européia nas terras brasileiras gerou o epistemicídio da cultura local, a configuração familiar que se estabeleceu no Brasil, foi similar à portuguesa tradicional. Com a exploração dos recursos naturais do país, como ouro, minério e pau-brasil, a urbanização cresceu abruptamente, mudando a dinâmica dos nativos e inserindo a mão-de-obra africana escravizada no modo de produção colonial.

Não é possível discorrer sobre as configurações familiares do Brasil colônia e, posteriormente, contemporâneo, sem contemplar as distinções de classe e raça dessas famílias. Apesar da forte presença do catolicismo imposto pela Coroa Portuguesa, as famílias não seguiam na prática o modelo familiar da Igreja, com quebra de celibatos e diversos filhos fora do casamento, especialmente os advindos de estupro contra mulheres negras escravizadas por parte de seus senhores de engenho. Dessa forma, além da dominação masculina quanto ao

papel dos sexos na dinâmica familiar, apresenta-se uma forma de violência patriarcal regada pelo racismo.

Desta forma, quando se é buscado no dicionário o significado da palavra gênero encontra-se sua definição como: uma particularidade ou características em que um grupo, classe, seres ou coisas que possuem algum ponto em comum, sendo assim é importante salientar que em anos anteriores a definição de mulher, também diante ao dicionário se encontrava as referenciando como: um indivíduo do sexo feminino que possuía ovários e que se pode gerar outros seres humanos (Ferreira, 1986, p.1168).

Enquanto quando se tratava da definição do homem se encontrava: indivíduo com o maior grau de complexidade da escala evolutiva, assim nos levando a identificar a relevância e impacto histórico-cultural ao redor dessas palavras, e com isso como e porque a séculos a sociedade encara ambos os gêneros, sendo as mulheres seres para reproduzir outros seres, enquanto os homens são evoluídos e descritos como complexo e de extrema inteligência.

Por conseguinte, em meio ao século XIX se iniciou os movimentos feministas, que desde início se teve muitas lutas sociais, como exemplo a luta feministas foi um marco para abertura de discussões sobre gênero e seu significado, seu reconhecimento, suas diferenças e visibilidade para as mulheres e suas especificidades.

Além disso, abordaram o desejo pela sua igualdade e direitos que até então não possuíam, logo expressando seu conhecimento diante a importância da palavra gênero e seus resultados diante ao padrão histórico-cultural, assim apontando reconhecerem suas desigualdades e também já se identificavam a enraizada questão de poder entre homens e mulheres já estabelecida (Lattanzio; Ribeiro, 2017, p.411).

É importante esclarecer que a pesquisa em questão baseia-se no conceito de gênero, limitando-se a considerar as distinções “tradicionais” entre os gêneros masculino e feminino, pois embora reconheçamos a diversidade de gêneros existentes, o propósito desta discussão se concentrará nos papéis socialmente atribuídos aos gêneros masculino e feminino, sem a intenção de menosprezar ou excluir outros gêneros e reconhecendo a diferença do gênero e identidade de gênero.

Diante disso, se eram questionadas de onde se originava as diferenças desses gêneros e sua naturalização, tais dúvidas eram explicadas por fatores biológicos e também ligado ao

desejo do divino (Deus, diante a igreja católica), por outro lado uma das pioneiras dessa luta pelo feminismo e também a autora Mary Wollstonecraft (1792/1998) reconhecida como uma das fundadoras do feminismo apresentou através da sua obra *A Vindication of the Rights of Woman*, as questões de desigualdade de gênero que têm por origem o ensinamento desde o nascimento.

Desse modo, contribui para a criação e desenvolvimento da cultura de desigualdade, assim resultando na distinção entre essas classes de forma tão assertiva, onde por consequência, os homens usam, falam e agem de uma forma, pois acreditam ter o dever e obrigações de serem e se portam dessa maneira, sendo incentivados e ensinados pela família desde de o nascimento, obrigações como: devem ser os provedores da família, não se deve demonstrar sentimentos, não devem possuir responsabilidades afetivas (sendo esse o papel da mulher), entre outros pontos.

No entanto, por outro lado as mulheres seguem um caminho totalmente oposto, mas também seguindo suas obrigações em meio a sociedade, notando assim uma construção cultural que atravessa os meios sociais agindo como uma representação cultural em todos os locais, logo desde o berço familiar, até escolas, locais de serviços, igrejas entre outros que fortalecem e normatizam essas características e personalizações de determinados gêneros.

3. DESIGUALDADE DE GÊNERO ENQUANTO EXPRESSÃO DO PATRIARCADO NA INFÂNCIA

Considerando Simone de Beauvoir (2009, p.16), a humanidade é masculina, “o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ela, ela não é considerada um ser autônomo”. Logo identificamos as relações desiguais de gênero. Isto vem ao encontro das discussões sobre o patriarcado, considerando que a desigualdade de gênero é um resultado da forma como o patriarcado compreende a superioridade do homem sobre a mulher.

Mas, afinal como estamos compreendendo gênero, já que estamos usando demasiadamente nos tempos atuais?

Segundo Joan Scott (1989), em seu artigo “Gênero? Uma categoria útil para análise histórica”, gênero pode ser compreendido enquanto “uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”. No entanto, consideramos que gênero é uma construção social, na qual se elaboram diferenças entre os seres humanos - masculino e feminino, e que se alteram de acordo com os debates e comportamentos incorporados pelas fases de desenvolvimento da sociedade, ao que tange a religião, raça, etnia, valores e crenças. É preciso distanciar o debate sobre gênero das discussões sobre sexo, ou seja, falar de gênero não está se relacionando com as questões biológicas.

Considerando o artigo “As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade” de Vivian da Veiga Silva, gênero pode ser compreendido a partir da defesa da pesquisadora marxista Heleieth Saffioti, como

[...] uma gramática sexual, que regula as condutas femininas e masculinas e as respectivas relações sociais. Destaca também que o gênero não regula apenas as relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres. Portanto, essa categoria regula os papéis sociais que os indivíduos desempenham em sociedade e como os mesmos estabelecerão as relações sociais. (SILVA, 2019, p. 18)

Ainda Saffioti, defende que a relação de gênero se manifesta enquanto uma predominância de poder do masculino e de dominação sobre as mulheres.

[...] No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência [...] (SAFFIOTI, 2001, p. 115)

Assim, podemos afirmar que a construção social do que é ser feminino e masculino está vinculada à questão de gênero e também, suas diferenças, determinam sua forma de ser, agir e pensar na sociedade e acabam por delimitar o modo de ser do indivíduo, desde o seu nascimento.

De acordo com Huback (2016) a primeira infância é a fase crucial para construção da personalidade da criança, assim como para criação de estereótipos, dentre eles as diferenças sobre o que é ser masculino e feminino, por vezes, equivocadamente, compreendido como gênero e que fundamentam o modo de ser do indivíduo.

A primeira e a segunda infância são fases cruciais no desenvolvimento e na construção da personalidade e da identidade do indivíduo, nelas que deveriam ser trabalhadas a desconstrução de padrões, só que infelizmente são nelas que são alimentadas, incentivadas e transferidas atitudes e comportamentos e atitudes presentes nos adultos, criando assim, crianças impregnadas de estereótipos padronizados e preconceitos e através dos brinquedos e brincadeiras, esses padrões se definem como normais. (Huback, 2016, p. 31)

Diante disso, desde a primeira infância os brinquedos definem e distinguem o gênero da criança, já formulando de forma inconsciente como ela vai crescer, ser vista e como terá de agir em meio a sociedade, assim como alega:

O brincar se relaciona com a cultura, com o tempo, com a memória e com a linguagem – e neste sentido, ele ensina o que é ser homem ou ser mulher, de um modo mais ou menos inconsciente para os sujeitos, comunicando, operando com cadeias associativas, instituindo imagens, modelos de identificação, significados coletivos e normativos que reproduzem o modelo patriarcal e as tradicionais convenções sobre papéis de gênero. (Caikosk; Dal Moro, 2021, p. 55)

Assim, por meio dos brinquedos e ações tomadas pelos responsáveis, que se inicia a delimitar a aprendizagem e reconhecimento dos papéis de identidade de gênero, além disso contribui para a ideia de como ser homem e ser mulher em meio a sociedade, como exemplo o uso pela menina de bonecas com detalhes delicados, com um padrão corporal (magra, loira, corpo escultural), e com vestes, como vestidos e saias quase sempre na cor rosas, maquiadas e produzidas. Também as meninas são motivadas a brincarem com atividades da vida diária, quase sempre vinculadas a cuidados, alimentação, limpeza da casa, cozinhar e prover um lar feliz.

Em contrapartida os brinquedos masculinos contam com carrinhos , bonecos que mantêm um estilo controverso do mundo feminino, com características avantajadas por músculos , roupas escuras e um olhar marcante e aparentemente raivoso, além disso os brinquedos se evoluíram para videogames com lutas e guerras expressando ódio e poder.

Com isso, é evidente que as brincadeiras e brinquedos acabam por privar e designar como desde a primeira infância as crianças já devem se pôr e ser em meio a sociedade, sendo desde suas vestes e aparências físicas, como também modos de agir, pensar e ser no futuro, pois os brinquedos e brincadeiras também se limitam para profissões que devem seguir.

Segundo Guacira Lopes Louro (2003, p. 55):

Se observarmos as propagandas de brinquedos dirigidos às meninas, veremos que elas investem de forma importante na ideia de cultivo a beleza como algo inerente ao feminino, aliado sempre ao supérfluo, ao consumo desenfreado, ou seja, não basta ter apenas a boneca tal, é preciso ter todos os modelos e variações da mesma boneca e seus respectivos acessórios. Outros itens se somam aos brinquedos, tais como produtos de maquiagem, roupas e calçados, perfumes e etc., na tentativa de reafirmar a beleza e a vaidade como algo natural.

Além disso, a estrutura de conversa também é diferente desde o começo da vida dos indivíduos diante de cada gênero, frases como: “feche as pernas como uma mocinha”, “você é menina não pode fazer isso”, “você tem que se vestir melhor para ter um namoradinho”, são feitas para meninas, enquanto para os homens são frases como: “vai usar rosa? não é homem”, “homem não chora”, “fala direito, engrossa essa voz”, logo essas frases fizeram e fazem parte da vida de muitas crianças e adolescentes diariamente, assim incentivando e enraizando padrões, onde as meninas devem se portar de forma educada e meiga, possuírem um físico que acompanhe os padrões sociais, serem boas mães e não necessariamente terem um emprego, serem frágeis, entre outras formulações, por outro lado os homens devem ser fortes, provedores, bem sucedidos, protetor, entre outros; é importante ressaltar que essas ações são repassadas de geração em geração e são incentivadas pelo Estado, que possui em suas raízes a cultura patriarcal, bastante expressivas nas ações das Políticas Sociais.

Isso contraria a lógica da democracia, do direito, da proteção, da igualdade que devem estar presente nas propostas promovidas pelo Estado, que é imprescindível atuar como um canal de direito, de liberdade, de respeito à orientação sexual. No entanto, o que percebemos é

o contrário disso, muitas práticas promovidas pelos serviços públicos corroboram com a manutenção de um padrão sexista, desigual e violento entre os sujeitos.

Apesar da compreensão crítica sobre a contradição sobre as políticas sociais e seu uso pelo Estado de cunho neoliberal, é necessário defendê-las enquanto um canal de promoção da igualdade, do bem-estar e da justiça social e atender as demandas dos (as) cidadãos (as) brasileiros independente de raça, cor, sexo e condição de renda.

Sendo assim, é questão para as políticas sociais a discussão e o enfrentamento das situação de desigualdade de gênero, pois configura-se enquanto uma grave situação de violação de direito das mulheres em razão do poder do homem, sendo diminuídas e oprimidas em suas decisões, escolhas e liberdades e assim, colocando-a à margem da sociedade.

Isso configura-se enquanto uma expressão da questão social, que deve ser atendida pelas políticas sociais do Estado, como forma de reparação e resistência ao cenário em que estão submetidas.

Desse modo, é preciso que a história da submissão das mulheres seja refletida no bojo das políticas sociais para que sejam criadas estratégias de resistência e conquista de uma nova realidade às mulheres perante aos homens, considerando o papel das políticas sociais enquanto canal de garantia de direitos.

Por fim, é necessário a criação de políticas sociais que desenvolvam ações que favoreçam a igualdade de gênero, principalmente pela lógica da liberdade do indivíduo poder expressar suas escolhas, sem estereótipos e rótulos previamente determinados pela cultura patriarcal. É preciso um políticas sociais fundamentada na democracia e capaz de enfrentar a assimetria de gêneros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância é uma construção social atravessada pelas relações assimétricas de poder e ação entre as gerações na sociedade e, no campo científico, pela perspectiva adultocêntrica e predominantemente masculina (androcêntrica) do conhecimento. Essa problemática precisa ser investigada e debatida a partir da realidade concreta das ações públicas, uma vez que podem ser reprodutoras de aspectos que contrariam os princípios básicos da cidadania e de

uma sociedade igualitária. Logo, essa pesquisa tem como objetivo propor ações com crianças, assim sendo imprescindível que sejam direcionadas para a construção de uma nova sociabilidade, como forma de enfrentamento as manifestações produzidas e/ou agravadas na/pela sociedade capitalista, como as relações patriarcais e a desigualdade de gênero. Considera-se ainda que, a presente pesquisa irá envolver a primeira infância, que compreende a faixa etária até os 6 anos, destacando que é o primeiro estágio da vida, que será desenvolvido a parte física (crescimento, aquisições de movimentos) e o mental (amadurecimento do cérebro, da capacidade de aprendizado, início da interação social e afetiva). Todas essas experiências vividas nessa fase são levadas para o resto da vida, sendo então determinantes até para o perfil de adulto que essa criança um dia irá se tornar, portanto, quando durante a primeira infância contém os cuidados, orientação e estímulos adequados, pavimentam para um caminho onde a criança possa aproveitar todo seu potencial e construir valores e hábitos essenciais para vida.

REFERÊNCIAS

SILVA, André Luís da, **Teoria de Aprendizagem de Vygotsky**. Infoescola, [S. l.], p. 1. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/teoria-de-aprendizagem-de-vygotsky/>. Acesso em 22 out 2023.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. São Paulo: Papirus, 1994.

HUBACK, Fauve, **Gênero e brinquedo, uma relação possível e real**, Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pedagogialivre.com.br/wp-content/uploads/2020/05/4-G%C3%80NERO-E-BRINQUEDOS-UMA-RELA%C3%87%C3%83O-POSS%C3%80VEL-E-REAL.pdf>. Acesso em 21 de out 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. 18. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero**. *Psicol. clin.* [online]. 2018, vol.30, n.3, pp. 409-425. ISSN 0103-5665. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiYh-Py2NCCAxUorJUCHSH6DRAQFnoECAkQAw&url=http%3A%2F%2Fpepsic.bvsalud.org%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0103-56652018000300002%23%3A~

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

%3Atext%3DNa%2520d%25C3%25A9cada%2520de%25201950%252C%2520John%2Cele
%2520considerava%2520o%2520sexo%2520psicol%25C3%25B3gico.&usg=AOvVaw39TR
litKjgD_mVQPkOn487&opi=89978449. Acesso em 10 de out de 2023

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós Estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PASQUALETO, Olívia. **Garantir igualdade salarial ainda é um desafio no mercado de trabalho brasileiro**. FGV, p. 1, 22 Maio 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/garantir-igualdade-salarial-ainda-e-desafio-mercado-trabalho-brasileiro..> Acesso em 05 de nov de 2023

FAE. Gênero, **Brinquedos Infantis e Divisão de Papéis Sociais**. 2021. Autores: CAIKOSKI, Jéssica Borges; DAL MORO, Rafael Amboni. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj16cmF2tCCAxVKH7kGHdLgCYUQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistapsicofae.fae.edu%2Fpsico%2Farticle%2Fview%2F334&usg=AOvVaw2O_itKaNkYfYurjpxxp8f2&opi=89978449. Acesso em 28 de set de 2023

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT Joan, **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA**, disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf, Acesso em 20 de nov 2023

SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Saúde Mental Infantojuvenil territórios, políticas e clínicas de Resistência**. In: O QUE nos Conta o Programa Bpc na Escola Sobre Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes com Deficiência e Seus Familiares. [S. l.]: Editora UNIFESP, 2019. v. 1, cap. 10, p. 117-127. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dI0qUGf583yvZTXYLngsOeqGSo1vLT56/view>. Acesso em 28 out 2023

Wollstonecraft, Mary (1792/1998). **Discusión acerca de la opinión preponderante de un carácter sexual**. In: Vindicación de los derechos de la mujer, p. 65-90. Madrid: Debate.

A INTERSECCIONALIDADE NA ANÁLISE ACERCA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: MULHERES BRASILEIRAS, VULNERABILIDADES E RESISTÊNCIA FEMININAS

THE INTERSECTIONALITY IN THE ANALYSIS OF SOCIAL GENDER RELATIONS: BRAZILIAN WOMEN, VULNERABILITIES AND FEMALE RESISTANCES

**Tamires Durigon Almeida⁵,
Larissa Ramalho Pereira⁶,
Matheus Fabrício da Silva⁷.**

Resumo: O presente artigo abordará a questão das opressões de gênero vivenciadas por mulheres, enquanto um segmento social exposto a situações de maior vulnerabilidade na sociedade brasileira. Para realizar esta análise, será necessário estabelecer um recorte interseccional entre raça e classe, que compreende o próprio segmento, mulheres brancas *versus* mulheres negras e indígenas, bem como as relações sociais de gênero. Diante do exposto, é imprescindível apreender as múltiplas expressões da questão social que circundam a temática, especialmente, no que tange às desigualdades entre gêneros e as manifestações da resistência feminina ao longo de diferentes momentos históricos. Para tanto, a metodologia adotada neste estudo é de caráter qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, orientada pelo método dialético crítico, uma vez que apreende a realidade em suas múltiplas dimensões e em constante movimento, dando ênfase aos sujeitos e suas histórias. Cabe ainda destacar que este artigo origina-se de uma atividade da disciplina de Família e Segmentos Sociais Vulneráveis, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, disciplina esta que se distingue por sua relevância na formação acadêmica de futuros assistentes sociais, por meio de reflexões e apropriação teórico-prática em torno do tema.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero; Serviço Social; Questão Social.

Abstract: The present article will address the issue of gender oppressions experienced by women, as a social segment exposed to greater vulnerability in Brazilian society. To carry out this analysis, it will be necessary to establish an intersectional focus on race and class, which includes the segment itself: white women versus black and indigenous women, as well as gender social relations. Given the above, it is essential to grasp the multiple expressions of the social issue surrounding the theme, especially regarding gender inequalities and manifestations of female resistance throughout different historical moments. To do so, the

⁵Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, e-mail tamires.dalmeida06@gmail.com.

⁶Doutora em Serviço Social pela Escola de Humanidade da Pontifícia Universidade Católica – PUCRS. Professora da Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde Mental da UFSM e Assessora em Políticas Públicas da Empresa Entrenós, Santa Maria, Rio grande do Sul, e-mail larissa.ramalho.pereira@gmail.com.

⁷Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, e-mail matheusfdasilva03@gmail.com.

methodology adopted in this study is the qualitative nature, in the form of a literature review, guided by the critical dialectical method, as it captures reality in its multiple dimensions and constant motion, with an emphasis on individuals and their stories. It is also worth noting that this article originates from an activity in the "Family and Vulnerable Social Segments" academic discipline of the Federal University of Santa Maria's Social Service program, this discipline stands out for its relevance in the academic training of future social assistants through theoretical and practical reflections on the subject.

Keywords: Intersectionality; Gender; Social Service; Social Issues.

1. INTRODUÇÃO

O estudo interseccional das relações sociais de gênero é de extrema importância para compreender as opressões vivenciadas pelo gênero feminino, com recorte interseccional de classe e étnico-racial. Neste horizonte, o objetivo do presente estudo é realizar um debate acerca das relações sociais de gênero, com recortes étnico-raciais e de classe social, no contexto brasileiro, para que assim seja possível compreender a magnitude das expressões da questão social, no que tange às desigualdades socioeconômicas e às lutas e resistências femininas.

As relações sociais de gênero possuem um caráter histórico-social e necessitam de análises profundas para que sejam compreendidas em sua magnitude, observando que, para além de relações sociais que envolvem gênero, elas envolvem poder e opressão de homens em relação às mulheres. É notório que, em diferentes sociedades capitalistas, estas experiências de opressões são ainda mais intensificadas e se encontram fortemente ligadas ao sistema de produção adotado pelas sociedades, onde corpos femininos são objetificados, sexualizados e coisificados.

Portanto, na atualidade, é necessário apreender as múltiplas dimensões que envolvem o campo das resistências femininas e dos direitos conquistados, a fim de identificar as expressões da questão social e seus reflexos para mulheres brasileiras trabalhadoras, quando observadas a questão étnico-racial e de classe, elementos chave à análise do Serviço Social brasileiro. À vista disso, quando se entende que as relações de gênero se interligam enquanto

raça, classe e gênero torna-se mais viável estabelecer estratégias à promoção de políticas públicas voltadas à igualdade e equidade de gênero.

Neste horizonte, com vistas a responder aos objetivos deste artigo, bem como elaborar estratégias aos desafios impostos ao objeto estudado, o presente artigo está organizado em duas sessões, seguidas das considerações finais. A primeira seção abordará acerca das opressões de gênero, a partir de um olhar interseccional das relações sociais de gênero, raça e classe, com base em um resgate sócio-histórico e conceitual sobre as categorias elencadas. Na sequência, a segunda seção apresentará um estudo acerca das lutas e resistências femininas ao longo da história das sociedades capitalistas, em particular, da sociedade brasileira. Por fim, as considerações finais indicarão os pontos centrais discutidos no texto, bem como os desafios e perspectivas acerca da interseccionalidade, relações sociais de gênero e questão social.

2. OPRESSÕES DE GÊNERO: RECORTE ÉTNICO-RACIAL E DE CLASSE SOCIAL

Nesta seção, busca-se contemplar o debate acerca das opressões de gênero, através de um recorte étnico-racial e de classe na sociedade contemporânea, em virtude de que tais categorias interseccionais se fazem essenciais para compreender a estruturação atual das sociedades modernas. Com isso, considera-se as mulheres enquanto parte de um segmento social que, por ora, está exposto a determinadas situações de vulnerabilidades no Brasil e, a partir dessa concepção, o presente estudo propõe, por meio da análise interseccional e dialética, apreender a respeito das relações sociais de gênero, e como essas se articulam na perpetuação da desigualdade entre gêneros no atual contexto brasileiro. Assim, analisar os fatores inerentes a tais desigualdades se faz pertinente, para traçar a atual conjuntura social do país e, em suma, vislumbrar os desafios e as perspectivas da temática.

Posto isso, o estudo sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil demonstra indicativos de precarização dos postos de trabalho e a defasagem salarial das mulheres. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, no ano de 2019, publicada no ano de 2021, a taxa de ocupação de mulheres é de 54,5%, enquanto a taxa de ocupação de homens é de 73,7%. Ainda de acordo com esta pesquisa, a desigualdade

salarial entre homens e mulheres é significativa, uma vez que mulheres recebem cerca de 77,7% do rendimento dos homens, porém esta desigualdade salarial é ainda mais acentuada quando analisados os cargos de gestão (direção e gerência). Estes dados publicizados pelo IBGE não possuem quaisquer indicativos de etnicidade-racial nas desigualdades, mas, de acordo com um estudo realizado pela teórica Flávia Biroli (2018), a precarização dos postos de trabalho possuem interconexões de gênero e raça/etnia, dado que, em relação à ocupação de postos de trabalho precarizado, 39% são ocupados por mulheres negras; seguidas por homens negros, 31,6%; mulheres brancas, 27%, e, homens brancos, 20,6%.

Diante dos dados expostos, percebe-se que desigualdades de gênero possuem, de fato, um viés étnico-racial que deve ser refletido e compreendido em sua magnitude. Logo, ao optar-se pela interseccionalidade para analisar a temática proposta, é necessário salientar que tal vertente surge como uma abordagem teórica e metodológica que reconhece diferentes formas de opressões, incluindo aquelas relacionadas ao gênero, classe e etnicidade-racial, buscando entender como tais fatores corroboram com a violência de gênero e desigualdades. Tal abordagem foi refletida inicialmente pelo feminismo negro, e é tida como uma teoria que reconhece as interligações existentes entre gênero, raça e classe social, a fim de viabilizar o reconhecimento existente entre diferentes segmentos sociais e possibilitar uma abordagem inclusiva para cada uma, neste caso, mulheres negras.

Nesse contexto, o estudo das desigualdades e das relações sociais de gênero através da interseccionalidade viabiliza a compreensão das diferenças e as desigualdades na categoria analisadas no presente estudo, as quais, como já dito anteriormente, constituem-se enquanto parte de um segmento social em atual situação de vulnerabilidade, sujeitas a diversas formas de discriminações e desigualdades. À vista disso, ao se debater sobre as opressões de gênero, apresentando suas definições e manifestações na sociedade, pode-se perceber como a categoria é discutida na legislação brasileira, por exemplo, destacando sua influência na vida das mulheres negras e como elas podem restringir suas escolhas e oportunidades.

Todavia, as leis antirracistas, assim como as pautas do movimento negro, também ignoram o marcador de gênero informante da opressão, o mesmo se dá nos movimentos feministas com a insistência do marcador de gênero que não enxerga raça, acentuando as experiências de opressões feminizadas. O Artigo 5º da

Constituição Brasileira assegura o direito fundamental de todas e todos serem tratados iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza. Em tese, caso os instrumentos protetivos do nosso país queiram, de fato, combater as discriminações que impedem o exercício das liberdades fundamentais, precisam averiguar as performances sexistas e racistas de seus expedientes usando a abordagem interseccional (AKOTIRENE, 2019, p. 38-39).

Desse modo, a forma de estruturação da sociedade brasileira é problematizada, pois suas legislações, organização e distribuição do poder perpetuam desigualdades pautadas em gênero, raça e classe social, onde a disparidade salarial e o acesso a oportunidades são discutidos como formas de manifestações dessas opressões que acentuam a divisão sexual do trabalho no país. Bem como, destaca-se que a violência de gênero não é restrita apenas às desigualdades socioeconômicas, às quais este artigo se detém, mas também engloba a violência doméstica e familiar que causam danos físicos, sexual, psicológico, moral ou patrimonial (BRASIL, 2006). Portanto, é neste sentido que a compreensão desses aspectos é essencial para minimizar e combater as opressões de gênero e caminhar em busca da igualdade entre mulheres e homens. Desse modo, cabe uma breve reflexão sobre um dos escritos de Saffioti

Cabe chamar a atenção para o fato de que os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte de seus sujeitos, não somente em virtude de ser a sociedade brasileira dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/ etnia. Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, estes três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um nó (SAFFIOTI, 2004, p. 61).

O recorte de classe destaca a relação entre diferenças socioeconômicas e as opressões de gênero, as quais contribuem para a perpetuação das desigualdades, limitando o acesso das mulheres a recursos e serviços básicos. Além disso, a dupla jornada de trabalho e a sobrecarga doméstica são questões que devem ser discutidas, evidenciando como as mulheres enfrentam o desafio de conciliar responsabilidades profissionais e domésticas. Assim, a interseccionalidade reconhece que as mulheres não são um grupo homogêneo, mas atravessadas por diferentes formas de opressões e discriminações, onde as brasileiras

enfrentam desafios específicos decorrentes da interação entre classe social, etnicidade-racial e gênero, haja vista a construção sócio-histórica, cultural, política e ideológica em que o país se constitui.

No que tange ao recorte étnico-racial, enfatiza-se a discriminação racial e suas interseções com a opressão de gênero, em que as mulheres negras são alvo de estereótipos e representações negativas, o que reforça sua marginalização na sociedade. Outrossim, mulheres negras enfrentam uma forma específica de violência de gênero, resultado da interação entre opressões raciais e de gênero, que demandam uma abordagem sensível às suas experiências particulares. Logo, a compreensão dessas questões é fundamental para combater a opressão de gênero de forma inclusiva e abrangente

Assim, tanto as questões de gênero como as raciais têm lidado com a diferença. O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas freqüentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade (CRENSHAW, 2004, p. 9).

À vista disso, ao compreender as relações entre classe, etnicidade-racial e gênero, torna-se evidente que as mulheres enfrentam desigualdades múltiplas e cumulativas que afetam diversos aspectos de suas vidas, indo desde a vida privada até a vida pública. Portanto, é essencial reconhecer e abordar as desigualdades interseccionais vivenciadas pelas mulheres brasileiras, promovendo políticas e ações inclusivas que considerem as complexidades e particularidades de suas experiências. Analisar as relações sociais de gênero considerando a interseccionalidade revela que as mulheres brasileiras enfrentam desafios complexos e interligados de opressão. Tais correlações entre classe, etnicidade-racial e gênero resultam em desigualdades múltiplas e cumulativas, afetando o acesso a recursos, oportunidades e garantia de direitos básicos. Compreender estas interconexões é fundamental para promover políticas sociais e políticas públicas para este grupo social, pois considera-se que, somente através de

uma abordagem crítica, abrangente e com ações afirmativas, pode-se avançar em direção à equidade de gênero e raça e ao empoderamento de mulheres brasileiras.

3. A LUTA E A RESISTÊNCIA FEMININAS

Com esta seção, busca-se a luta e a resistência travada pelo gênero feminino, em busca de melhores condições de vida e por direitos ao longo de diferentes momentos históricos. Para melhor discorrer sobre esta temática, faz-se pertinente o entendimento referente à concepção de *questão social* e suas variadas formas de expressões. À vista disso, aportado na conceituação da teórica Marilda Iamamoto focando o conceito de questão social, entende-se que esta, para além de expressões de desigualdade social e econômica, possui na luta, na resistência e na rebeldia formas de manifestações da questão social. Iamamoto também afirma que questões além de classe social e de poder aquisitivo influenciam na condição de desigualdade de um sujeito ou de um grupo social.

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Assim, a questão social é atrelada à exploração do capital sob a força de trabalho, e suas múltiplas formas de expressão condensam conjunturas engendradas por desigualdades socioeconômicas, variadas formas de violências e opressões, e também condensam a disputa político-ideológica em oposição à exploração/superexploração da vida e da força de trabalho dos sujeitos, constituindo-se enquanto um movimento dialético entre opressão/desigualdade e luta/resistência. Logo, apontar que fatores inerentes ao gênero e etnia corroboram para a incidência de tais circunstâncias viabiliza perceber os desafios e as perspectivas sobre a temática na atualidade. Observa-se que o modo como as relações sociais de gênero foram sendo forjadas no decorrer da história das sociedades capitalistas modernas, calcadas em preceitos patriarcais e machistas, exigindo que as mulheres resistissem e lutassem contra as

múltiplas formas de opressão por elas vividas. É deveras importante elucidar o porquê adotou-se para este debate a terminologia *relações sociais de gênero*.

Ao utilizar-se das categorias gênero e relações sociais de gênero, para referir-se a um conjunto de estudo acerca da organização da sociedade no que tange às relações de poder entre homens, mulheres e demais vivências do gênero feminino, debruçar-se apenas no estudo do sexo biológico como forma de apreender as relações desiguais em sociedades patriarcais é negar as correlações entre diferentes fatores produzidos socialmente. Concorde-se, portanto, que a categoria gênero é sim uma construção sócio-histórica que corrobora para a opressão e invisibilização de umas/uns em relação a outras/os/es.

[...] o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. [...] o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição na organização da vida social (SORJ, 2019, p. 96).

Com base no escrito supracitado, reconhece-se que relações de poder permeiam as relações concebidas pelos gêneros na sociedade. Logo, aderir à definição de gênero como uma construção histórica, social, cultural, ideológica e política corrobora, junto ao conceito de interseccionalidade adotado neste estudo, pensar acerca dessas relações e na forma como esta atinge a vida cotidiana das mulheres.

Sabe-se que o patriarcado e o machismo são armas utilizadas pela sociedade e legitimada por esta para controlar, objetificar e coisificar corpos femininos, colocando-os na margem de uma sociedade que se firma em um modo de produção que expropria e superexplora a força de trabalho de sujeitos. Sabe-se também que esta superexploração da força de trabalho é indiferente do gênero do sujeito, mas constata-se que mulheres são ainda mais oprimidas e exploradas do que homens, assim como a raça/etnia, orientação sexual e classe social corroboram para esse cenário. Por conseguinte, a participação de mulheres inseridas no mercado de trabalho é inquestionavelmente menor do que a participação de homens. Esta desigualdade no acesso ao mundo do trabalho apresenta, por conseguinte, um recorte de gênero e étnico-racial, conforme observado abaixo.

Em 2019, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,7%, uma diferença de 19,2 pontos percentuais. O patamar elevado de desigualdade se manteve ao longo da série histórica e se manifestou tanto entre mulheres e homens brancos, quanto entre mulheres e homens pretos ou pardos [...]. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação – menos de 50% em 2019 –, ao passo que, entre as mulheres brancas, a proporção foi de 62,6%. Para aquelas sem a presença de crianças nesta faixa etária, os percentuais foram de, respectivamente, 63,0% e 72,8% (IBGE, 2021, p. 2-3).

À vista disso, a interseccionalidade na análise das relações gênero e das desigualdades produzidas e reproduzidas entre os distintos gêneros e raças/etnias é de grande importância, visto que assim como outras instâncias e instituições da vida pública e privada, os postos de trabalho não são pensados e estruturados para receber e empregar mulheres, sobretudo se esta for uma mulher preta e/ou mãe. Estas instâncias e instituições são organizadas de modo a suprir as necessidades e as demandas masculinas; logo, a estrutura social é desigual no que tange à participação econômica de mulheres no mercado de trabalho formal.

Para isto, com vistas a apreender acerca do movimento feminista e a luta travada por mulheres em reivindicação por direitos civis, políticos e sociais, é primordial refletir também a respeito das três ondas feministas que constituem a história do movimento, salientando que algumas teóricas da área vislumbram nos anos 2000 a existência de uma quarta onda, todavia, como não existe um consenso entre a categoria, opta-se por abordar apenas as três primeiras ondas do movimento feminista neste estudo. Posteriormente, busca-se apresentar as pluralidades das correntes existentes na luta feminista, que se constituem de formas distintas, pautando determinados preceitos fundamentais, os quais podem ou não ser comuns a outras correntes. Aqui, concentra-se o debate sobre as quatro principais vertentes: o feminismo radical, feminismo liberal, feminismo marxista e feminismo negro.

Com relação às ondas feministas, pode-se ressaltar que estas se constituem como importantes marcos na luta das mulheres e remetem ao final do século XIX e início do século XX, momento em que a primeira onda se inicia. A primeira onda feminista, também conhecida como movimento sufragista, inicia na Europa e América do Norte, e é marcada pela reivindicação das mulheres por maior participação social, educação, trabalho, direitos sociais, políticos e civis, etc. Esta é uma onda construída por mulheres brancas de classe

média e classe média alta. No que tange a segunda onda feminista, com início nos anos de 1960 até o final da década de 1980, destaca-se que esta busca captar as desigualdades e injustiças sociais às mulheres, através da união entre fatores tridimensionais, não apenas atravessadas pelo gênero e/ou sexo biológico.

[...] Rejeitando tanto o foco exclusivo do marxismo na economia política quanto o foco do liberalismo na lei, elas desvendaram injustiças localizadas em outros lugares – na família e em tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana. As feministas da segunda onda ainda ampliaram o número de eixos que poderiam abrigar injustiças. Rejeitando a primazia das classes, as feministas-socialistas, as feministas negras e as feministas anti-imperialistas se opuseram aos esforços de feministas radicais para colocar o gênero em uma mesma posição de privilégio categórico. Focando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa “interseccional” que é amplamente aceita hoje. As feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados, como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres (FRASER, 2019, p. 32).

Finalmente, a terceira onda datada em torno de 1980 e 1990, contempla uma gama ainda mais vasta de diversidade dentro do movimento feminista, quando contraposta às ondas que a antecederam. Esta onda questionou (ou questiona, para aquelas/es que não veem a existência de uma quarta onda) as estruturas das sociedades da época, onde a feminilidade, cisgeneridade e heterossexualidade eram tidas como padrões impostos às mulheres e homens, bem como questiona-se, durante esse período, as próprias estruturas do movimento feminista. Assim, a união do movimento LGBT e negro com o feminismo se intensifica.

As feministas da terceira onda, período que se iniciou nos anos 80, trazem consigo um caráter pós-modernista e pós-estruturalista, ou seja, têm na essência da luta uma resistência à categorização, ao essencialismo. O conceito de gênero passa a ser amplamente discutido, transpondo a visão binária e configurando uma nova forma de pensar a identidade (NOGUEIRA, 2001) (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021, p. 66).

Em consonância ao debate das ondas feministas, concomitante, surgem as diferentes abordagens teóricas de cada contexto histórico, social e político que contribuíram para o debate. Neste horizonte, em primeira instância, apresenta-se o feminismo liberal e suas contribuições ao movimento. Esta corrente tem seu início nos anos de 1960 nos Estados

Unidos e possui sua teoria fundada na ideia de “[...] incorporação das mulheres à vida pública, às empresas, ao comércio, à educação e à política. Não obstante, cabe recordar que tal incorporação também passa pela inclusão dos homens à vida privada” (STOLZ, 2014, p. 39). Esta corrente surge em um contexto de busca por direitos políticos, sociais e civis das mulheres, onde o acesso à educação e ao trabalho eram vistos como alternativa para melhor *igualdade de oportunidade* entre homens e mulheres, dado que a ausência de educação e de trabalho era concebida como a razão comum a estas desigualdades socialmente produzidas.

Com o início do movimento marcado entre as décadas de 1960 e 1970, durante a chamada segunda onda, o feminismo radical fundamenta-se sob a Teoria do Patriarcado, a qual reconhece no sistema patriarcal e na subordinação das mulheres a origem das desigualdades e das opressões. Posto isso, o feminismo raiz caracteriza-se como

[...] uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes (SILVA, 2008, p. 27).

Já o feminismo negro surge nos Estados Unidos em meados de 1970. É uma corrente feminista interseccional pautada na busca pela justiça social e empoderamento, em especial das mulheres negras, enquanto estas estiverem ocupando local de opressão e subordinação em relação aos demais segmentos sociais, - homens brancos, mulheres brancas e homens negros. Para esta corrente e suas teóricas, as injustiças sociais alicerçam-se sob a égide e união de gênero, etnicidade-racial e classe social, e é por isso que uma corrente de feminismo com enfoque na negritude surge, dado que muitas mulheres negras não se viam representadas pelas outras correntes feministas, as quais surgem oriundas das demandas inerentes às classes médias e altas, ocupadas primordialmente por famílias brancas; logo, mulheres brancas feministas. Posto isso, o feminismo negro, dentre outras coisas, busca construir um campo de luta pela equidade de gênero, étnica-racial e de classe, articulando as lutas antirracistas, de classe e feminista para proporcionar oportunidades iguais entre homens e mulheres de diferentes etnias e classes sociais.

Por fim, a corrente feminista marxista é fundamentada no método de análise do materialismo histórico-dialético, vindo na análise da construção sócio-histórica a possibilidade de compreender a realidade dialética que a sociedade se encontra. A tese do feminismo marxista se dá em cima da ideia de que a opressão de gênero vivenciada por mulheres ocorre devido à organização social, a qual é pautada em uma sociedade de classe. Nesse sentido, de acordo com a corrente feminista marxista, para extinguir as opressões de gêneros é necessário abolir com a sociedade de classes, ou seja, por fim no sistema capitalista, construindo uma nova ordem societária, que é alternativa para o fim do patriarcado e, consequentemente, da opressão de homens em relação às mulheres.

O feminismo marxista vai teorizar o gênero baseando-se nas categorias filosóficas constituintes do marxismo, partindo do princípio materialista da dialética, da centralidade, entre outras questões, às articulações entre vida material e simbólica, estabelecendo as conexões entre produção e reprodução social, entre divisão social e sexual do trabalho, em última análise, entre o sistema de gênero e o de classe social. [...] No plano político, o feminismo marxista/socialista parte do postulado da indissociável conexão entre a luta das mulheres e a luta de classes, pelo facto do capitalismo ser uma totalidade social, essa luta deve-se travar não só no plano económico mas também no da cultura, o que inclui a ciência (SANTOS; NÓBREGA, 2004, p. 2).

Após apresentar as três ondas feministas e as quatro principais correntes feministas da atualidade, percebe-se a relevância da análise interseccional e sócio-histórica a respeito da categoria gênero, relações sociais de gênero e as desigualdades e lutas femininas. Entende-se, portanto, que o contexto social, político, cultural e ideológico de cada sociedade possui influência na determinação das relações sociais de gênero e nas difusas formas de enfrentamento às desigualdades entre gêneros. Igualmente, é possível observar uma gradativa alteração dentro do cenário de luta feminista nas últimas décadas, dado que, sob a influência dos diferentes contextos sociais, as correntes buscam, em sua maioria, rever suas teorias e focos de luta, buscando aprimorar estratégias na busca pela equidade de gênero.

Entretanto, no que tange à aproximação com as autoras e autor deste artigo, e em conformidade com a análise que inicialmente se propõem a realizar, conclui-se que as correntes de feminismo radical e liberal não contemplam a magnitude das opressões vivenciadas por mulheres e por demais pessoas parte do gênero feminino dentro do atual

contexto político e cultural das sociedades modernas. Por fim, no que tange ao feminismo marxista e feminismo negro, entende-se que estas são as duas correntes que mais incluem vivência distintas na atualidade. As feministas marxistas, assim como as feministas negras, veem na classe social, na etnia e no gênero, fatores atenuantes no que tange à opressão de gênero e desigualdades sociais e econômicas de mulheres. Neste horizonte, ao ter o feminismo como uma luta política e ideológica necessária à sociedade, vê-se também, na luta anticapitalista, anticlassista e antirracista a alternativa necessária para, futuramente, alcançar-se a equidade entre gêneros e raças/etnias. No que tange à classe social, na sociedade almejada, essa estaria extinta.

Conclui-se que a luta e a resistência de mulheres ao longo dos séculos se dá de maneiras distintas, ao se analisar questões territoriais, de raça/etnia e de classe social. Em suma, infere-se também que a luta feminista deve ser coletiva e inclusiva. Lutar por direitos e por espaços coletivamente e incluindo a pluralidade do “ser mulher” é o farol que deve guiar qualquer luta feminista. É neste horizonte que cita-se Simone de Beauvoir (1967, p. 9) “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, uma vez que a construção social em cima do gênero e do sexo coloca a existência da mulher subjugada a do homem e corrobora para as opressões dela. Afinal, “lutar” por igualdade/equidade de gêneros sem contemplar questões étnico-raciais e de classe social não efetivará “luta” alguma, apenas irá cooperar com a reprodução de um sistema que segrega, que mata, que exclui e que oprime corpos e vivências. Lutar pelos direitos das mulheres é também lutar pelo fim do sistema capitalista, é lutar pela igualdade/equidade racial e étnica e pela extinção de classes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo de análise bibliográfica teve como objetivo geral realizar um debate acerca das relações sociais de gênero com recortes étnico-raciais e de classe social no contexto brasileiro, e como objetivo central compreender a magnitude das expressões da questão social no que tange às desigualdades socioeconômicas e a lutas e resistências femininas. Para uma análise mais profunda, fez-se necessário considerar as interconexões existentes entre questões

étnico-raciais, gênero e classe social, pautando-se por uma análise interseccional das relações sociais de gênero e do contexto de opressão de mulheres.

O presente estudo tratou de apresentar as diferentes manifestações que a questão social pode assumir quando observado o segmento social a que este artigo se propôs: mulheres trabalhadoras brasileiras com recorte interseccional de raça/etnia e classe social. Neste horizonte, foi possível evidenciar a desigualdade de gênero existente no Brasil e, em um movimento dialético, a resistência e luta feminina em busca de direitos sociais, políticos e civis. Logo, ao tratar do movimento feminista, suas ondas e teorias, fez-se pertinente para pensar os desafios e perspectivas futuras no que tange à busca por equidade de gênero. Também, pode-se considerar que a pesquisa bibliográfica desenvolvida alcançou seus objetivos e se fez pertinente para compreender como as expressões da questão social entre mulheres pode assumir diferentes facetas, influenciadas por relações de poder e de discriminação, pautadas em raça/etnia e classe social, destacando assim a relevância da interseccionalidade na análise das relações sociais de gênero, especialmente, no contexto das mulheres brasileiras.

Por fim, observa-se que os desafios centrais, na atual conjuntura do Brasil, na busca pela equidade de gênero e pelo fim das violências e opressões ao gênero feminino é amplo, dado que as formas de opressão ao gênero são fundadas sob a égide patriarcal, machista, racista e classista, onde corpos femininos são objetificados e coisificados em diferentes esferas sociais. Assim, o fomento à ações afirmativas, políticas sociais e públicas se fazem pertinentes na luta por direitos às mulheres, bem como a construção e o fortalecimento de uma luta feminista inclusiva que abranja as diferentes vivências femininas na atualidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade; In: **Feminismos Plurais**, RIBEIRO, D. (coord.). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 38-39.

BEAUVOIR, S, D. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão européia do livro, 2º ed, 1967.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

BRASIL, **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**, (Lei Maria da Penha).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

IAMAMOTO, M, V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, nº 21, 2008. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/93/85> Acesso em 23 jun 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>. Acesso em 02 nov 2023.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. Audre Lorde [et al.]; organização de Heloisa Buarque de Hollanda. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.25-48.

RIBEIRO, D; NOGUEIRA, C; MAGALHÃES, S, I. **As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro**. 2021. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf>. Acesso em 02 nov 2023.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 2, p. 59–79, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i2.18789. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18789>. Acesso em 25 jun. 2023.

SANTOS. E; NÓBREGA. L. **Ensaio sobre o feminismo marxista e socialista**. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 05. N. 11, jul./set. de 2004. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em 23 jun 2023.

SILVA, E, Z. Feminismo Radical - **Pensamento e Movimento**. Textura, Cruz das Almas-BA, ano 3, n.º 1, p. 24-34, Jan./Jul., 2008. Disponível em <https://textura.emnuvens.com.br/textura/article/view/251/225>. Acesso em 23 jun 2023.

SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In Angela Arruda... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 96-104.

STOLZ, S. Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos. in **Disciplinas formativas e de fundamentos: diversidade nos direitos humanos**. Editora FURG, 2013. Disponível em https://pgedhuab.furg.br/images/Ebooks/Cadernos_vol8.pdf#page=31. Acesso em 23 jun 2023.

ANÁLISE CRÍTICA DO CONCEITO CISGENDERIDADE E A RESISTÊNCIA DE TRAVESTIS NEGRAS

CRITICAL ANALYSIS OF THE CISGENDERITY AND THE RESISTANCE OF BLACK TRAVESTYS

**Tamires Durigon Almeida⁸,
Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da Fonseca⁹,
Matheus Fabrício da Silva¹⁰.**

Resumo: A discussão acerca da temática cisgenderidade foi proposta inicialmente na disciplina “*Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*”¹¹ e no 3º encontro do Grupo de Estudos¹² em Gênero, organizado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais (Hegemônicas). O presente estudo possui como metodologia a análise bibliográfica do artigo “*Cisgenderidade: identidade de gênero ou a materialização da necropolítica contra corpos dissidentes? entre navalhas e doçuras, travestis negras lutam contra a transfobia racista*”, de Gilmar Silva de Oliveira¹³ e Valéria dos Santos Noronha¹⁴, publicado nos anais do V Seminário Internacional “DESFAZENDO GÊNERO”¹⁵, bem como

⁸ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, e-mail tamires.dalmeida06@gmail.com.

⁹ Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGSS/PUCRS, Mestre em Política Social, pela Universidade de Brasília - UnB. Graduação Superior em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. Professora Associada - Classe D - na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH, no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq. Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais - UFSM. Coordenadora Substituta do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSM. Coordenadora do Curso e Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFSM. Coordenadora Substituta do Curso de Graduação em Serviço Social do CCSH/UFSM, e-mail laurafonseca.22@gmail.com.

¹⁰ Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, e-mail matheusfdasilva3@gmail.com.

¹¹ Disciplina Complementar de Graduação inclusa no Curso de Graduação em Serviço Social da UFSM.

¹² O Grupo de Estudos em Gênero é um grupo proposto a partir do interesse de acadêmicas/os do curso de Serviço Social da UFSM para aprimorar conhecimento na temática, e está vinculado ao NEPEGPSMS, Núcleo Hegemônicas. O grupo de estudos faz parte das estratégias pedagógicas do Projeto de Ensino nº 060900/PEN-SIE, ligado ao Departamento do Curso de Serviço Social da instituição.

¹³ Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA (2022); Consultora Educacional em Diversidade de gêneros e sexualidade, com foco no combate à transfobia institucional; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em violência, raça/etnia Maria Quitéria (NUPEQ/UFBA); Especialista em Serviço Social: Competência Profissional, Política Social e Práticas Contemporâneas - Centro Universitário Filadélfia - Londrina (2018-2019). Graduada em Serviço Social - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (2012-2018), e-mail silva86gil@gmail.com.

¹⁴ Pós-doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ (2009), Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2002) e Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense- UFF (1995), e-mail valerianoronha@gmail.com.

¹⁵Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_S

demais autoras e autores referências na temática. A partir disto, a obra se propõe a refletir e reconhecer, de maneira crítica, o conceito de cisgeneridade, e como esta pode ser utilizada como mecanismo de opressão nas sociedades capitalistas, que consideram a heteronormatividade como padrão imposto e a ser seguido. As autoras da obra baseiam-se teórica e metodologicamente no feminismo e transfeminismo negro. Com isso, o presente estudo tem como objetivo geral promover um debate acerca da categoria cisgeneridade para, posteriormente, enquanto objetivo específico, compreender como este padrão normativo se apresenta na atual conjuntura brasileira. Bem como conhecer e identificar, através de uma pesquisa bibliográfica, os atuais índices de violência e desigualdade vivenciados por corpos que fujam do padrão cis-heteronormativo.

Palavras-chave: Cisgeneridade, Travestis Negras, Direitos.

Abstract: The discussion on the theme of cisgenderity was initially proposed at the 3rd meeting of the Gender Studies Group, organized by the Research and Extension Center on Gender, Social Policies, and Social Movements (Hegemonic). This study employs a methodology of bibliographic analysis of the article "Cisgender: Gender identity or the materialization of necropolitics against dissident bodies? between razors and sweetness, black transvestites fight against racist transphobia", by Gilmara Silva de Oliveira and Valéria dos Santos Noronha, published in the proceedings of the V International Seminar "UNDOING GENDER," as well as other authors who are references in the subject. From this, the work aims to critically reflect upon and recognize the concept of cisgender and how it can be used as a mechanism of oppression in capitalist societies that uphold heteronormativity as imposed and followed standards. The authors of the work draw theoretical and methodological foundations from feminism and black transfeminism. Thus, the overall objective of this study is to promote a debate about the cisgender category and, as a specific objective, to understand how this normative pattern manifests in the current Brazilian context. Additionally, the study seeks to explore, through bibliographic research, the current levels of violence and inequality experienced by bodies deviating from the cis-heteronormative standard.

Keyword: Cisgenderity, Black Travestys, Rights.

1. INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre a temática da população trans no Brasil, torna possível identificar a escassez de dados e de pesquisas passíveis de serem utilizadas na elaboração de estudos relacionados ao assunto. Nessa direção, o presente estudo visa recuperar, através de uma pesquisa qualitativa, dados e índices imprescindíveis à formulação e alcance dos objetivos aqui propostos, bem como busca apreender acerca da categoria cisgeneridade enquanto um

A_ID_13122021195431.pdf. Acesso em: 15 nov 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

mecanismo de opressão na sociedade brasileira, por ora analisada. Para isso, faz-se imprescindível realizar um estudo com ênfase na etnicidade-racial da população trans, visto que pessoas trans e travestis negras fazem parte de um segmento social exposto, sendo vítimas dos maiores índices de violência no que tange às suas condições de vida no país.

Diante disso, o presente estudo busca analisar o contexto de violência vivida por mulheres trans e travestis no Brasil, com ênfase em travestis negras, bem como dissertar acerca da categoria cisgeneridade e, posteriormente, observar a resistência e a luta LGBTQIAPN+, emergidas das expressões da questão social. Para isso, realizar uma melhor apreensão da categoria cisgeneridade na realidade concreta, possibilita a formulação de intervenções assertivas e efetivas para esta população, no que tange à criação e melhoria de políticas públicas e sociais. Além de possibilitar o diálogo de crítica entre tal categoria e as demais que se constituem como farol importante no entendimento da manutenção do sistema opressor e expropriador, a qual a população é objeto deste estudo se expõe diariamente. Destaca-se, portanto, que o conceito e categoria de cisgeneridade, junto com a heteronormatividade, potencializa a perpetuação de estigmas e de paradigmas acerca de vivências que fogem do padrão cis-heteronormativo.

À vista disso, este artigo propõe-se contribuir para a diminuição da lacuna e do abismo existente na pesquisa e no estudo da temática em questão, concentrando-se na exploração da cisgeneridade como um mecanismo de opressão que permeia as estruturas sociais brasileiras. Além disso, busca-se contextualizar essa opressão no âmbito étnico-racial, reconhecendo a cisgeneridade como um elemento crucial para compreender a amplitude das desigualdades enfrentadas por travestis no Brasil, em particular, as negras. Nesse ínterim, encontra-se organizado em duas seções e as Considerações Finais. A primeira seção, Cisgeneridade e opressão, detém-se na discussão sobre a categoria cisgeneridade e na fundamentação teórica, a fim de embasar o entendimento de sua essencialidade na propagação e manutenção de opressões para com a população ora analisada. Em um segundo momento, Violências experienciadas pela população trans e travestis no Brasil: luta pelo direito de ser e de existir, buscando-se compreender o recorte étnico-racial a população trans e travesti, e como a questão racial a influência na maneira como vive no país, bem como dissertar acerca da luta pelo direito de serem e existirem, sendo que a discussão a respeito das formas de luta por

direitos e pela vida se constituem como ponto central na seção. Por fim, nas Considerações Finais, busca-se sintetizar e apontar as perspectivas futuras ligadas à temática, bem como destacar a concretização do objetivo deste estudo.

2. CISGENERIDADE E OPRESSÃO

Para dar início à discussão, é válido salientar o conceito de cisgeneridade. Baseando-se em alguns apontamentos feitos pelas autoras estudadas, Oliveira e Noronha, essa se relaciona com a compreensão da experiência cisgênero na sociedade. Além disso, analisá-la proporciona uma base essencial para explorar a maneira como as relações cisgêneras são percebidas e internalizadas na construção da identidade de gênero, lançando luz sobre as dinâmicas sociais que permeiam tais experiências na sociedade.

Pensar cisgeneridade é também compreender nossos lugares de mulheres cis, na perspectiva do compromisso ético, político, profissional e aliado frente a importância de somar forças em uma combinação coletiva de nos manter de pé, vivas, enquanto mulheres cis, trans, travestis e tantas outras possibilidades de expressar a feminilidade para além de uma genitália, considerando a diversidade das nossas experiências como tal (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 3-4).

Com base na passagem supracitada, é possível observar que as autoras veem nas expressões das múltiplas formas de feminilidades a possibilidade de travar batalhas coletivas pela vida de mulheres. Para isso, Oliveira e Noronha relacionam o conceito de cisgeneridade com um conceito já existente, a noção de Amefricanidades, trazida pela teórica Lélia Gonzalez nos seus escritos de 1980. O conceito de Lélia buscava uma forma de unir a população negra, pensando em suas vivências comuns, sua totalidade, e ultrapassando limites impostos pelo colonialismo europeu.

[...] valorizamos o caráter teórico, metodológico e de vivências do conceito político e cultural de Amefricanidade, apresentado pela filósofa e ativista negra Lélia Gonzalez, pela amplitude das suas implicações que nos permite ultrapassar as limitações a nível territorial, linguístico e ideológico de nossas experiências enquanto mulheres negras, na busca de resgatar uma unidade forjada nas diversas identidades, que sofrem influências estabelecidas pela hierarquia racial e de gênero, construída por uma suposta superioridade cisheteropatriarcal branca (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 4).

Neste horizonte, após dissertar sobre a importância do debate ligado à cisgeneridade enquanto uma construção sócio-histórica, política e cultural, bem como da interligação com a conceituação de Amefricanidade, Oliveira e Noronha incluem um novo conceito com vistas a contribuir com a discussão da cisgeneridade e na violência sofridas por mulheres trans e travestis, nomeado “*Palavras-Navalhas-Doçuras*”¹⁶. O conceito é utilizado para lembrar as histórias violentas vividas por esta população, outrossim, um lembrete para toda a comunidade sobre as lutas históricas das travestis negras em busca de direitos humanos, e as resistências até hoje encontradas em sociedade.

Nenhum/a pesquisador/a privilegiou, em conjunto, as experiências em torno das violências, da repressão e da censura para analisar como as travestis constituem ou constituíram para si novas subjetividades, novas relações de si para consigo ao longo de um período marcado pela violência do Estado, pela truculenta ação do aparato de repressão política e policial, pelas violações aos direitos humanos, pela censura política e moral, pelas ações e projetos de caça às prostitutas (mulheres e travestis) em defesa da moral pública, das rondas policiais e as prisões arbitrárias em nome dos bons costumes da “família tradicional brasileira” (LOPES, 2016, p. 147-148).

A problemática central pautada pelas autoras, a qual se reflete neste artigo, é relativa à opressão causada pela cisgeneridade, no momento em que se invisibiliza a história da comunidade transexual e travesti; outrora manifestada pela hegemonia binária e cisheteropatriarcal¹⁷, que exclui qualquer vivência fora do binarismo europeu.

¹⁶ “Seguindo essa linha de argumentação, as navalhas e doçuras propostas no tema representam, respectivamente, histórias de sofrimento, humilhação exploração, constrangimentos, morte física, silenciamento e invisibilidade epistemológicas sofridas por mulheres cis e travestis negras brasileiras, ao tempo que reafirmamos histórias de resistências e a criatividade na luta contra múltiplas violências e violação de direitos fundamentais, por meio da escrita como prática de liberdade, ou seja, do que chamamos de Palavras-Navalhas-Doçuras que libertam.” (OLIVEIRA, NOGUEIRA, 2021, p. 4)

¹⁷O espectro seria o Outro que no pensamento ocidental tem uma multiplicidade de características e identidades em contraste à estrutura dual que o olhar ocidental impõe. A matriz heterossexual é um desse criador do Outro, uma visão de mundo que busca entender o real a partir de seus pares antagônicos que se relacionam: pênis/vagina; homem/mulher; heterossexualidade/homossexualidade. Dentro desses pares há uma hierarquização que gera desigualdades; o que foge destes pares conceituais é desconsiderado, desacreditado e/ou desvalorizado, gerando mais outras desigualdades. A matriz heterossexual é, portanto, uma ideologia que aqui chamaremos de cisheteropatriarcal. (FREITAS, 2019, p. 7-8)

[...] é importante compreender que o não reconhecimento de que os corpos são múltiplos para além de normas regulatórias de gênero expõe as pessoas trans e travestis a um jogo hierárquico, que produz opressões diversas, processo de adoecimentos e mortes. No contexto das relações de poder, é preciso questionar os privilégios de corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero e romper com a harmonia do silêncio cisgênero é uma urgência[...] (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 7)

A perspectiva dos estudos queer também desempenha um papel fundamental, ao desafiar as normas tradicionais de gênero e problematizar as estruturas sociais que perpetuam a marginalização. A integração dessas abordagens nas políticas públicas e nos discursos das relações sociais é essencial para promover uma compreensão mais inclusiva e equitativa das identidades de gênero

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; [...] Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001, p. 546)

Trazendo-se esta terminologia para um contexto brasileiro, depara-se com o conceito de não-binário, como o próprio nome já intitula, refere-se a uma identidade de gênero que não se enquadra nos padrões binários da sociedade. De acordo com PADILHA (2017, p. 5), a não binariedade “é a não identificação com o binário de gênero. [...] O não-binário, amplamente falando, diz respeito a um pensamento e a um modo de vida que não esteja pautado em uma dualidade.”

Portanto, entende-se como essencial o reconhecimento dos referidos conceitos trazidos pelas autoras à compreensão da discussão proposta. Nesse sentido, a respectiva análise crítica colabora não apenas a uma compreensão aprofundada da temática, como também evidencia a

complexidade atribuída a essa categoria, a qual tem passado por um processo dialético ao longo dos últimos anos, que, na atualidade, possui fatores interseccionais.

3. VIOLÊNCIAS EXPERIENCIADAS PELA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTIS NO BRASIL: LUTA PELO DIREITO DE SER E DE EXISTIR

Nesta seção, disserta-se sobre as experiências de violência vivenciadas pela população trans e travesti, em especial trans e travestis negras, em sintonia com o artigo ora analisado, de autoria de Oliveira e Noronha. Para tanto, é válido trazer o seguinte dado publicizado por Benevides (2023, p.6) “Em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas”. Tratando-se de uma afirmação e quantificação de números que se faz relevante na discussão, inferindo-se que pessoas trans e travestis se encontram em situação de vulnerabilidade no Brasil, a qual é vivenciada de forma distinta de pessoas cisgêneros.

Através dos dados apontados, pode-se ressaltar o apagamento da população LGBTQIAPN+ das políticas públicas e sociais do país, pela falta de pesquisas e dados a seu respeito, bem como pela pactuação da cis-heteronormatividade enquanto padrão social. Entende-se, com a falta de dados estatísticos, que há pouco reconhecimento desta categoria e suas vivências, corroborando assim com a perpetuação de violências, bem como pela negligência e violência do Estado e das instituições para com pessoas trans e travestis.

[...] os dados não refletem exatamente a realidade sobre os assassinatos e/ou a violência contra pessoas trans devido as próprias limitações dessa pesquisa na busca dos dados, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica, onde os estados e o governo federal insistem em uma política de manutenção da subnotificação sistêmica para negar a violência específica contra essa população, mas demonstram, a partir das informações alcançadas, que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação a forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans (BENEVIDES, 2023, p. 17).

A partir do exposto, quando se propõe pensar as violências contra pessoas trans e travestis no Brasil, sob uma perspectiva pautada na etnicidade racial, constata-se que os abismos sociais propostos pelo racismo, por vezes institucional, somado à transfobia, perpetuam-se de forma cada vez mais violenta e transformando a realidade vivida por esta

população, visto que, no ano de 2020, o Brasil ocupou o primeiro lugar no ranking dos países que contabilizaram assassinatos à população trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Quando denunciemos a violência racista no Brasil, casos como o da polícia da cidade de São Paulo (São Paulo) contra a travesti Verônica Bolina em 2015 e os assassinatos de três travestis negras – uma teve seu corpo carbonizado – em julho de 2021 em Recife (Pernambuco) não podem ser escamoteados. Afinal, a sobreposição do preconceito potencializa o processo de exclusão e aumenta consideravelmente a exposição à violências, simbólicas e físicas, como as que atingem travestis e mulheres transexuais negras, vítimas da transfobia e do racismo. (BENEVIDES, 2023, p. 103)

Neste horizonte, compreende-se que a violência transfóbica e racista perpassa inteiramente a vida de trans e travestis, interferindo, inclusive, em sua expectativa de vida. Baseando-se nos dossiês de assassinatos de pessoas trans de 2017 a 2021, organizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) trazidos por BENEVIDES (2023) a cada 48 horas, uma travesti ou mulher transexual é assassinada no Brasil, onde aproximadamente 70% destas pessoas têm entre 17 e 29 anos, o que contribui para uma baixa expectativa de vida, cerca de 35 anos.

[...]Também são as pessoas trans negras que sofrem, de forma recorrente, maior dificuldade de acesso a políticas públicas e são maioria que não tem acesso a retificação de nome e gênero nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. No caso das travestis e mulheres trans negras, sabemos que são a maioria daquelas em situação de rua, na prostituição, vivendo com HIV e no sistema prisional. Quando consideramos o pertencimento racial da população de travestis e transexuais, essa expectativa de vida média cai para cerca de 28 anos, justamente porque 80%, das vítimas de transfeminicídio no Brasil são pretas ou pardas, ratificando o triste quadro de extermínio da juventude negra no Brasil. (BENEVIDES, 2023, p. 104)

Com base no exposto, dentro do contexto contemporâneo, é crucial entender a influência do transfeminismo e reconhecer sua conexão intrínseca com as lutas feministas históricas. As críticas e reflexões provenientes desses movimentos não apenas destacam a importância da diversidade de perspectivas feministas, mas também oferecem ferramentas conceituais para enfrentar as complexas interseccionalidades presentes nas experiências das travestis negras.

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (JESUS & ALVES, 2010, p. 15).

Neste horizonte, a luta transfeminista contribui para a diversificação do movimento feminista, bem como na busca por condições de vida e direitos humanos para a população trans e travesti. Com base nessa perspectiva, embasando-se nos dados da violência e expectativa de vida, constata-se a aversão e criminalização expressas pela sociedade brasileira em relação à situação de prostituição, representando, portanto, um desafio significativo. Para reverter essa realidade, é essencial promover a conscientização e o diálogo público sobre a dignidade e os direitos das pessoas envolvidas nessa atividade profissional, e que se encontram à mercê, visto que a situação de marginalização assim as coloca.

É importante chamar atenção para o fato de que não acreditamos que não é a prostituição que necessariamente coloca pessoas trans em situação de vulnerabilidade, mas a transfobia e as condições que lhe retiraram as oportunidades que antecedem a sua busca pela prostituição como única opção. Inclusive, urge discutirmos o fato de que nem toda profissional do sexo está em vulnerabilidade social e que muitas encontraram ali uma saída frente aos processos de empobrecimento impostos a corpos trans pela ausência de oportunidades. (BENEVIDES, 2023, p. 41)

Conforme citado, por si só, a prostituição não coloca travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade, mas sim os estigmas a eles associados, desaguando nesta comunidade, o trabalho sexual como a única opção. O engajamento de organizações da sociedade civil, pesquisadoras/es, movimentos sociais e formuladores de políticas desempenha um papel crucial na promoção de uma mudança cultural e legislativa na contemporânea sociedade racista e transfóbica.

Tendo em vista a baixa expectativa de vida de travestis negras no Brasil, a luta para uma intervenção imediata se faz necessária. A violenta realidade faz com que as resistências da comunidade transexual e travesti se efetivem como fundamentais para a intervenção na realidade.

É na direção de uma conotação de resistências e insurgências, entre navalhas e doçuras, que travestis negras reinscrevem suas histórias, visto que ainda há muito o que fazer para combater a lógica da necropolítica nas vidas desta população, principalmente no contexto político e ideológico atravessado de racismo, transfobia e outras opressões que vivenciamos no Brasil[...] (OLIVEIRA, NORONHA, 2021, p. 9).

No cenário contemporâneo, a compreensão das críticas advindas dos transfeminismos revela-se como um processo intrinsecamente vinculado às históricas lutas feministas, notadamente aquelas travadas pelos feminismos das diferenças, como os movimentos negro e lésbico. Além disso, é imprescindível reconhecer a influência das profundas reflexões advindas dos estudos queer, que promoveram diversas problematizações sobre gênero

Se é fundamental reconhecer que as energias críticas dos transfeminismos vêm de históricas lutas feministas — em particular, dos feminismos das diferenças (o negro e lésbico, por ex.) — e de potentes reflexões dos estudos queer — como diversas problematizações de gênero —, também é necessário que as perspectivas críticas sobre identidades de gênero trazidas por transfeminismos transformem, em alguns graus e formas, as epistemologias feministas e queer (SIMAKAWA, 2015, p. 190).

Nesse contexto, torna-se evidente que a sociedade brasileira expressa aversão, busca criminalizar e adota um comportamento moralista em relação à população trans e travestis negras, especialmente no que tange àquelas que desempenham essa atividade profissional. Perfazem desse modo atitudes contemporâneas de subjugar as vidas dessas pessoas, conduzindo-as a situações extremas que podem resultar em morte, uma vez que são vítimas, sujeitas a diversas formas de violência e a condições subalternas que tiram-lhes a dignidade, conferindo-lhes o status de mortas-vivas (MBEMBE, 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da escassa formulação de dados e de pesquisa relacionada à população trans e travesti, bem como acerca da problemática da cisgeneridade e da heteronormatividade, este artigo se propôs a explorar a cisgeneridade como um mecanismo de opressão, destacando sua interseção com a questão étnico-racial. A análise revelou-se fundamental para compreender as dinâmicas sociais que permeiam a experiência cisgênera na sociedade brasileira, visto que a

cisgeneridade é tida como uma construção sócio-histórica, cultural e política, em sociedades onde o patriarcado e a cisgeneridade ditam o modo de ser, de viver e de se expressar enquanto mulher.

Assim, ao contextualizar a cisgeneridade no âmbito étnico-racial, considerando a contribuição do conceito de Amefricanidade de Lélia Gonzalez, foi possível ampliar a compreensão das desigualdades enfrentadas por travestis, no país, especialmente, quando negras. O conceito de *palavras-navalhas-doçuras* acrescentou uma dimensão memorialística, lembrando os casos hediondos vividos por essa população e enfatizando resistências memoráveis. A reinvenção das histórias por parte das travestis negras, marcada por uma dualidade entre navalhas e doçuras, é um ato de força que desafia a lógica opressiva da sociedade. Contudo, para que essa reinvenção alcance seu potencial transformador, é necessário o engajamento que envolva não apenas a comunidade trans, mas também setores governamentais, organizações não governamentais e a sociedade em geral. Em suma, para reverter a condição de "mortas-vivas" imposta às travestis negras, é necessário um esforço coletivo que transcenda as fronteiras das comunidades afetadas. Isso requer uma abordagem que integre ações imediatas para combater a violência e a discriminação, bem como mudanças estruturais que abordem as raízes profundas de tais injustiças.

Logo, a análise crítica dos conceitos apresentados pelas autoras contribuiu significativamente para a compreensão da temática, revelando a complexidade atribuída à cisgeneridade ao longo dos anos. A discussão sobre a violência enfrentada por pessoas trans e travestis no Brasil, com um recorte étnico-racial, evidenciou os abismos sociais propostos pelo racismo e aprofundados pela transfobia.

Os dados alarmantes sobre os índices de violência, incluindo assassinatos e suicídios, ressaltam a vulnerabilidade dessas comunidades, enquanto a falta de reconhecimento e subnotificação perpetuam as violências. A expectativa de vida reduzida, especialmente para travestis negras, revela a urgência de intervenções imediatas.

Diante da urgência evidente de intervenção para melhorar a expectativa de vida das travestis negras no Brasil, é crucial expandir a discussão para abordar estratégias práticas e políticas que possam efetivar mudanças significativas. No documento intitulado “*Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*”, é possível

identificar algumas ações afirmativas propostas pela ANTRA, no enfrentamento de tais violências, como a elaboração de uma política que garanta o atendimento a travestis e transexuais vítimas de violência doméstica. Também é imperativo estimular a participação de travestis nas políticas afirmativas à população negra, como por exemplo, cotas raciais em universidades e concursos públicos; instituir programas de cuidado específico para mulheres trans e travestis negras na saúde mental, com a finalidade de superar os estigmas patologizantes de sua transição. (BENEVIDES, 2023)

Diante do cenário atual brasileiro, as resistências e insurgências das travestis negras emergem como fundamentais para enfrentar a lógica da necropolítica. A compreensão das críticas advindas dos transfeminismos, relacionadas às históricas lutas feministas e aos estudos queer, destaca-se como um processo intrinsecamente vinculado à transformação das epistemologias feministas e queer.

Em síntese, este artigo buscou preencher uma lacuna na literatura acadêmica, oferecendo uma análise aprofundada da cisgeneridade como mecanismo de opressão, com enfoque étnico-racial, explorando as resistências da população trans. Espera-se que a presente contribuição possa embasar intervenções assertivas e efetivas para promover a igualdade e dignidade historicamente marginalizada da comunidade em destaque.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em 18 nov. 2023.

BENEVIDES, Bruna. G; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** - São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 18 nov 2023.

FREITAS, Laleska Costa De. **IDEOLOGIA CISHETEROPATRIARCAL, CONTENÇÃO (CISHETERO)TERRITORIAL E O VIDEOCLÍPE "FLUTUA"**; Anais IV

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

DESFAZENDO GÊNERO...Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64140>>. Acesso em: 16 nov. 2023

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010.

LOPES, Fábio Henrique. **Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira**: Apontamentos de uma pesquisa. Revista ESBOÇOS: histórias em contextos globais. v. 23 n. 35, 2016
Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p145> Acesso em: 16 nov. 2023

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer**: uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, Gilmaria Silva De, et al. **Cisgeneridade**: identidade de gênero ou a materialização da necropolítica contra corpos dissidentes? entre navalhas e doçuras, travestis negras lutam contra a transfobia racista. Anais V Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:
<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/79272>. Acesso em: 14 nov. 2023

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade / Viviane Vergueiro, Salvador, 2015.

AVANÇOS E ENTRAVES ACERCA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIA+

Maina Saldanha Garcia 1¹⁸
Jocenir de Oliveira Silva 2¹⁹

Resumo: Este estudo aborda sobre os direitos das crianças e adolescentes LGBTQIA+. Trata-se de um recorte do trabalho de conclusão de curso em serviço social, que tem como objetivo discorrer sobre os impactos das violações de direitos humanos à saúde mental desses sujeitos. Esta é uma pesquisa exploratória, que conta com revisão bibliográfica e documental, através da abordagem qualitativa, guiada pelo método dialético-crítico. Tem-se como considerações transitórias que, ao abordar os direitos e legislações que deveriam proteger crianças e adolescentes LGBTQIA+, constata-se que a proteção destes só se efetivará com a defesa e garantia da liberdade e autonomia dos indivíduos, necessitando de um Estado verdadeiramente comprometido com este segmento populacional.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; LGBTQIA+; Violações de direitos.

Abstract: This study addresses the rights of LGBTQIA+ children and adolescents. This is an excerpt from the course completion work in social work, which aims to discuss the impacts of human rights violations on the mental health of these subjects. This is an exploratory research, which includes a bibliographic and documentary review, through a qualitative approach, guided by the dialectical-critical method. The transitory considerations are that, when addressing the rights and legislation that should protect LGBTQIA+ children and adolescents, it appears that their protection will only be effective with the defense and guarantee of the freedom and autonomy of individuals, requiring a truly committed State with this population segment.

Keyword: Children and teenagers; LGBTQIA+; Rights violations.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso em serviço social, na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus São Borja, o qual buscou discorrer sobre os impactos das violações de direitos humanos à saúde mental de crianças e

¹⁸ Assistente Social pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS - Brasil. Residente no programa de Atenção à Saúde Mental do Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre/RS. E-mail: maina.saldanhagarcia@gmail.com.

¹⁹ Assistente Social doutor em Serviço Social pela PUCRS, professor adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS - Brasil. E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br.

adolescentes²⁰ LGBTQIA+²¹ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, entre outras orientações sexuais e identidades de gênero). A fim de apontar as violações de direitos que esse grupo populacional é historicamente vitimizado e suas consequências, a fim de superar preconceitos, dar visibilidade à temática e encontrar formas para o seu enfrentamento.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, que conta com revisão bibliográfica e documental, através da abordagem qualitativa, guiada pelo método dialético-crítico. A revisão bibliográfica, se deu a partir do portal Scielo-Brasil, considerando os critérios de seleção, e contando com roteiro para revisão, alcançando o total de três (03) artigos para compor o estudo. A revisão documental, abarcou propostas da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, e demais legislações e políticas públicas que constam nas plataformas do Governo Federal, que estão em consonância com os direitos das crianças e adolescentes LGBTQIA+, totalizando onze (11) documentos.

Este estudo estrutura-se em três (03) itens, sendo o primeiro deles a presente introdução. O segundo item discorre sobre os direitos das crianças e adolescentes, com ênfase nas LGBTQIA+ e as violações de direitos acometem esses indivíduos. Por fim, apresenta-se algumas considerações transitórias, não para por fim as discussões apresentadas, mas expondo alguns elementos essenciais identificados na investigação.

²⁰ A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, considera-se neste trabalho, “criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

²¹ A escolha pela sigla LGBTQIA+, se dá, reconhecendo a urgência da representatividade de toda diversidade humana e das identidades de gênero. Salienta-se que a sigla escolhida não contempla toda a diversidade, visto que a todo momento novas existências emergem. No entanto, tem-se a intenção de dar visibilidade para todas as pessoas, não invisibilizando ninguém, com isso usa-se o símbolo “+”, para assim unificar as lutas e interligar todas as identidades e orientações sexuais, abrangendo todas as existências, desde as que compõe a sigla, e quem ainda não está representada aqui, mas que não se encaixam no sistema cis-heteronormativo.

2. DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIA+

No Brasil²², o reconhecimento das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos se deu a contar da Constituição Federal de 1988, no entanto, faz-se necessário discorrer sobre a visão menorista anterior a este processo, que contribui até os dias atuais, para as violações de direitos desses indivíduos. Anterior à instituição da Carta Magna, crianças e adolescentes eram guiados pelo Código de Menores. A datar o primeiro Código de Menores de 1927, conhecido como Código de Mello Mattos, “deu início à etapa tutelar, uma vez que concentrava a autoridade no juiz de menores – figura que detinha o poder de decisão sobre o que era melhor para a criança e o adolescente”, posteriormente, no ano de 1979 decreta-se um novo Código de Menores, prolongando “a filosofia menorista do Código de Menores de 1927, referia-se à ‘situação irregular’, seja pela condição de pobreza das famílias, seja pelas situações em que ocorria a detenção de crianças e adolescentes por suspeita de ato infracional” (ALMEIDA; PEDERSEN; SILVA, 2020, p.4).

O novo Código de Menores, foi instituído pela Lei 6.679/1979²³, e previa a Doutrina da Situação Irregular, sendo destinado a crianças e adolescentes em situação irregular com a premissa de criminalizar a pobreza. Como apontam Almeida, Pedersen e Silva (2020, p.5), as práticas de intervenção estatal eram voltadas para os jovens considerados “em situação de ‘perigo moral’ e ‘com desvio de conduta’, e mesmo com sentido vago, eram consideradas ‘ante salas’ para a criminalidade” (grifos dos autores). Conforme Kocourek (2009, p.102), os avanços sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, teve como marco importantíssimo o processo de redemocratização no país, dando um salto nos anos 1982 e 1984, que com as novas lideranças, emergiram grupos e movimentos sociais, que visavam outros rumos e legislações sobre a infância e a juventude. Nos levando à atual Constituição Federal de 1988, que traz as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, incluindo o

²² A nível mundial cita-se o Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (s/a), trazendo a partir do ano de 1959, “A Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração dos Direitos da Criança, que reconhece, entre outros direitos, os direitos das crianças à educação, à brincadeira, a um ambiente favorável e a cuidados de saúde”. Do mesmo modo, no ano de 1978, “A Comissão de Direitos Humanos desenvolve um rascunho de uma Convenção sobre os Direitos da Criança para consideração por um grupo de trabalho dos Estados Membros, agências e organizações intergovernamentais e não governamentais” (UNICEF, s/a, s/p). Ressalta-se que a Convenção sobre os Direitos da Criança apenas foi adotada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e o Brasil ratificou a Convenção a partir de 1990.

²³ Revogada pelo atual Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990.

artigo específico sobre seus direitos, cabendo estar protegidos para seu pleno desenvolvimento.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, s/p).

Conquistando esse respaldo legal, após muita luta em busca dos direitos de crianças e adolescentes, a garantia de proteção para esses sujeitos começam a ganhar novos rumos, sendo dever da família, sociedade e agora a inserção do Estado para protegê-los. Inicia-se, assim, a criação de legislações e políticas públicas, para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, como é o caso da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 - ECA, o qual em seu art.7 indica que “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990).

Os direitos de crianças e adolescentes passaram a ganhar visibilidade, não sendo tolerável permanecerem ou estarem expostos às diversas formas de violações que ferem sua dignidade, devendo estar a salvo de qualquer violência, negligência, abandono, opressão e exploração. No entanto, como é sabido, estamos inseridos na sociedade capitalista, que divide-se entre extremos de desigualdade, com diferentes infâncias e adolescências.

Há modos e condições de viver a infância e a adolescência que historicamente são bastante diferentes e, por que não dizer, desiguais. E é justamente essa característica que determinou, por muito tempo, o tratamento também desigual de crianças e adolescentes, levando-nos a pensar sobre a existência de Infâncias e Adolescências. Como referem Moreira e Vasconcelos (2003, p. 165), “[...] não se pode tratar a infância de forma indiferenciada, idílica, a-histórica, mas inserida em relações sociais concretas, situadas em especificidades e cotidianos singulares”(ALMEIDA; PEDERSEN; SILVA, 2020, p. 3).

Portanto, faz-se necessário reconhecer a diversidade²⁴ existente entre crianças e adolescentes, dado que são inúmeras formas de violações de direitos que os atingem de

²⁴ Cabe aqui o uso da diversidade, para apontar as diversidades existentes desde a classe, raça/etnia, gênero, território, identidade de gênero, orientação sexual, entre outras.

diferentes maneiras. Referente às violações dos direitos de crianças e adolescentes LGBTQIA+, em 2020:

15 anos foi a idade com que a mais jovem adolescente trans foi assassinada em 2020, exatamente como aconteceu em 2018. Dos 175 assassinatos desse ano, 8 vítimas tinham entre 15 e 18 anos. O assassinato precoce é o início da tentativa de destruição sistemática de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 39).

As crianças e adolescentes LGBTQIA+, se diferenciam dos padrões cis-heteronormativos impostos socialmente, estando assim, mais propensos a sofrerem inúmeras violências e violações de direitos, as quais podem vir a gerar danos a sua saúde mental, e também levar a morte seja através das violências ou mesmo suicídio. Observou-se, que no Brasil o ECA enfrenta um desafio no combate aos preconceitos e violências que atingem as crianças e adolescentes LGBTQIA+, ao longo de sua legislação não aborda-se em seus artigos a diversidade de crianças e adolescentes, sendo um entrave para o enfrentamento das violências direcionadas à população LGBTQIA+ desde as infâncias.

No item a seguir cita-se as legislações e políticas públicas que são destinadas à proteção de crianças e adolescentes LGBTQIA+ no Brasil, apontando as conquistas desde 1988 até a atualidade.

2.1 LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A DIVERSIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Buscou-se instrumentos normativos sobre a proteção de crianças e adolescentes LGBTQIA+, desde as propostas da Constituição Federal de 1988; O Estatuto da Criança e do adolescente - ECA; e demais legislações e políticas públicas nos portais do Governo Federal, nas plataformas GOV.BR e no Portal da Legislação. A investigação se deu a partir das palavras-chave: “crianças e adolescentes lgbt”, “crianças lgbt”, “adolescentes lgbt”. Foram considerados onze (11) documentos, os quais após roteiro de revisão documental, integram este trabalho.

Parte-se da Constituição Federal de 1988, pois, como afirmado anteriormente, foi a partir de então, que crianças e adolescentes foram reconhecidos enquanto sujeitos de direitos. Ainda que ao longo de seus artigos, não aborda-se a diversidade humana de crianças e adolescentes LGBTQIA+, podemos apontar que, diante dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu artigo 3º, visa “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). No mesmo sentido, dispõe o artigo 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Ambos artigos expostos, agem no sentido de não discriminar as pessoas, sejam pelo gênero, orientação sexual e identidade de gênero, uma vez que, todos somos iguais perante a lei.

A respeito do ECA (1990), trata-se da legislação específica para a proteção integral de crianças e adolescentes, garantindo-lhes que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Reforça-se que as crianças e adolescentes, independente da identidade de gênero ou orientação sexual, devem estar protegidos, tendo “direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990).

O ECA, contribuiu para a criação no ano de 1991, da lei nº 8.242/1991, referente ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), qual fica responsável por “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução”, e dentre outras competências, deve “apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos” (BRASIL, 1991).

Em contrapartida, os direitos das pessoas LGBTQIA+, apenas começaram a serem abordados legalmente no ano de 2004, quando o governo instituiu o “Brasil Sem Homofobia:

Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB²⁵ e de Promoção da Cidadania Homossexual”, contando

com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (BRASIL, 2004).

Através deste programa, pela primeira vez discorre-se ações destinadas a adolescentes e jovens LGBTQIA+, ainda que com pouca maturidade cita-se uma política para juventude, entre as quais:

Apoiar a realização de estudos e pesquisas na área dos direitos e da situação socioeconômica dos adolescentes GLTB, em parceria com agências internacionais de cooperação e com a sociedade civil organizada.

Apoiar a implementação de projetos de prevenção da discriminação e a homofobia nas escolas, em parceria com agências internacionais de cooperação e com a sociedade civil organizada.

Capacitar profissionais de casas de apoio e de abrigos para jovens em assuntos ligados a orientação sexual e ao combate à discriminação e à violência contra homossexuais, em parceria com agências internacionais de cooperação e a sociedade civil organizada (BRASIL, 2004, p. 25).

Posteriormente, lança-se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2009, orientando-se pela “construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT” e também, “combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2009, p.10). No referido documento, aborda-se entre suas diretrizes a “Prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e jovens em razão da orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2009, p.15). Tal plano dividiu-se em dois (02) eixos estratégicos, primeiro designado “Promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT”, e o segundo, “Implantação sistêmica das ações de promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT”. As estratégias destacadas para as crianças e adolescentes foram:

²⁵ Na época esta era a sigla destinada a gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais pelo documento.

Realizar o monitoramento das crianças e jovens que vivem nas ruas, manifestando atributos de gênero dissociados do seu sexo biológico, favorecendo sua proteção especial nos abrigos mantidos pelas secretarias municipais de assistência social. Estabelecer, especialmente para crianças e jovens, programas sociais de apoio para o enfrentamento à vulnerabilidade oriunda da falta de moradia, da exclusão social, da violência doméstica e outras formas de violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero, e implementar planos de apoio e segurança em redes sociais que fortaleçam a participação das organizações LGBT como protagonistas, abrindo espaços para debates sobre políticas urbanas e rurais que incorporem o recorte de orientação sexual e identidade de gênero, dando ênfase às políticas voltadas para a transformação da realidade das travestis (BRASIL, 2009).

Tendo em vista os prazos para a realização deste estudo, não pode-se investigar como se deu a efetivação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, porém, é possível afirmar que houve um salto no reconhecimento das crianças e adolescentes LGBTQIA+, incluindo-os nas estratégias para políticas públicas LGBTQIA+.

Na sequência dos avanços, identificou-se a portaria nº 2.836 de 2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, visando “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação, o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (BRASIL, 2011). Dentre os objetivos específicos da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), destina-se no seu art.2º, ‘X - oferecer atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos que façam parte da população LGBT’; do mesmo modo, que em seu art.5º, o qual compete ao Ministério da Saúde:

V - articular junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais para a definição de estratégias que promovam a atenção e o cuidado especial com adolescentes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, garantindo sua saúde mental, assim como acolhimento e apoio (BRASIL, 2013, p. 23).

Demonstra-se o compromisso com as políticas públicas para a população LGBTQIA+, seguindo o caminho traçado pelo Programa Brasil sem Homofobia (2004). Desenvolvendo a política de saúde LGBTQIA+, reafirma-se a necessidade de reconhecer suas especificidades, dado que, esta população historicamente é negligenciada e invisibilizada. Cabendo assim, “instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres” (BRASIL, 2013, p.20).

No ano de 2013, destaca-se, a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, um sistema lançado pelo governo federal para compor as políticas públicas contra os preconceitos da população LGBTQIA+. Instituído pela Portaria nº.766, de 03 de julho de 2013, tem “a finalidade de organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade” (BRASIL, 2013).

Para dar sequência, cabe destacar que este trabalho é produzido em área do serviço social, a qual é atuante pelos direitos da população LGBTQIA+, tendo em vista o posicionamento da profissão faz-se pertinente expor as políticas que vêm sendo desenvolvidas na área, as quais englobam as crianças e adolescentes LGBTQIA+. Referente a política de assistência social, O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - CNCD/LGBT, mais o Conselho Nacional De Assistência Social - CNAS, no ano de 2018, firmam a resolução conjunta de nº 01/2018, “Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social – SUAS” (BRASIL, 2018). Dentre os seus parâmetros destinados às crianças e adolescentes LGBTQIA+, destacam-se:

Art. 3º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também para crianças e adolescentes, em diálogo com os responsáveis.

Art. 10 Os Serviços Socioassistenciais deverão dirigir especial atenção em relação as crianças e adolescentes LGBT, em particular para a trajetória de construção da identidade mulheres transexuais/travestis e homens trans, comumente cercada por incompreensões, falta de informação, violência e violação de direitos no seio intrafamiliar, que frequentemente ocasionam o rompimento de vínculos familiares e comunitários destas pessoas (BRASIL, 2018).

O serviço social está em consonância com as garantias dos direitos das pessoas LGBTQIA+, o atual código de ética profissional prevê a construção de uma sociedade justa e democrática, onde não exista preconceitos, seja pela origem, raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação (BRASIL, 2012). Neste sentido, o Conselho Federal do Serviço Social - CFESS, no ano de 2018, assume o compromisso através da Resolução CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, o qual

“Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador”²⁶ (CFESS, 2018), evidenciando em seu art.8, que,

Cabe à(ao) assistente social atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social (CFESS, 2018).

Demonstra-se assim, que cabe ao profissional assistente social, proporcionar nas instituições um ambiente acolhedor, considerando as pessoas através das identidades de gênero, respeitando “o direito à autodesignação das/os usuáries do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros” (CFESS, 2018).

Observa-se o imenso retrocesso que foi a extinção do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, tendo sido criado em 2010, o qual guiava o decreto nº 7.388. O referido decreto, tinha por finalidade, “formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT” (BRASIL, 2010). Sendo substituído pelo então decreto nº 9.883, de 2019, o qual “Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação”, visando formular e propor diretrizes para as “minorias étnicas e sociais”, “as vítimas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância” (BRASIL, 2019). O atual Conselho Nacional de Combate à Discriminação, não cita ao longo de seus artigos, nenhum mecanismo de defesa aos direitos LGBTQIA+, excluindo esse segmento populacional da luta pelos direitos, anulando suas especificidades.

Na contramão das legislações e políticas públicas expostas, os dados de violência contra as pessoas LGBTQIA+ revelam que o país está longe de cumpri-las, ainda mais referente às violências praticadas contra crianças e adolescentes. O Grupo Gay da Bahia (2022), denuncia que no ano de 2021, ocorreram 300 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, e de acordo com o perfil das vítimas por orientação sexual, os gays são “153 casos (51%), enquanto as travestis, transexuais e mulheres trans aparecem com 110 casos

²⁶ Neste estudo não dou ênfase ao processo transsexualizador, no entanto, para aprofundar a leitura sugiro a portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html.

(36,67%), lésbicas com 12 casos (4%), bissexuais e homens trans (4 casos – 1,33%), heterossexual e não binário com 1,33%”. Das vítimas, 19 pessoas tinham entre 10 e 19 anos. Quando consideradas a cor das vítimas em “30% dos casos aparecem sem informação”, já “28,67% vítimas sendo consideradas brancas”, e “41% atribuídos às pardas e pretas”, números que não devem ser tomados como dados fidedignos, pois, o Grupo Gay da Bahia aponta que os dados oficiais não esclarecem a cor das vítimas. Sobre a profissão das vítimas de morte violenta no Brasil em 2021, a quantidade de vítimas mais alta são profissionais do sexo, totalizando 32 mortes (OLIVEIRA; MOTT, 2022).

O referido relatório, evidencia a morte da,

[...] criança trans Karon, 13 anos, assassinada por um adolescente de 17 anos, a pauladas, chutes e socos, em Camocim (CE), no dia 04 de janeiro de 2021, execução ainda mais chocante ao sabermos o motivo: a cobrança de uma dívida de R\$ 50, decorrente de um programa sexual não pago pelo agressor, que sem o recurso para quitar o combinado, trucidou-a (OLIVEIRA; MOTT, 2022, p. 36).

Estes dados são do ano de 2021, dois anos após o Supremo Tribunal Federal em 2019, decidir a favor de criminalizar a homofobia e a transfobia²⁷, equiparando-as ao crime de racismo, onde as práticas homofóbicas e transfóbicas passam a ser punidas como crimes de racismo. Os crimes contra a população LGBTQIA+, até que exista uma lei específica, passa a ser enquadrado na lei 7.771/89, que aponta o crime de racismo como inafiançável e imprescritível, tendo pena de um (01) a três (03) anos de detenção e multas (BRASIL, 1989).

Diante desta investigação, indica-se carência na proteção das violações de direitos quando consideramos as identidades de gênero e orientações sexuais de crianças e adolescentes, evidenciando que esta é uma pauta urgente para as políticas públicas e demais órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, uma vez que, vêm a contribuir para as violações de direitos humanos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirma-se que este as discussões deste estudo não se esgotam em si, cabendo aqui apontar algumas considerações transitórias. A partir deste artigo, acredita-se contribuir com a

²⁷ Inteiro Teor do Acórdão do Supremo Tribunal Superior sobre a criminalização. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&ext=.pdf>.

construção do enfrentamento ao conservadorismo e aos preconceitos, ainda tão atuais, e que contribuem para as mais diversas violações dos direitos de crianças e adolescentes LGBTQIA+.

Crianças e adolescentes são sujeitos que historicamente têm seus direitos violados sendo vítimas das maiores barbáries, e isso ainda piora, quando se identificam LGBTQIA+, passando a não corresponder a norma cis-heteronormativa, indo contra as convenções da ideologia burguesa. Ao abordar os direitos e legislações que deveriam proteger crianças e adolescentes LGBTQIA+, constata-se que a proteção só se efetivará com a defesa e garantia da liberdade e autonomia destes indivíduos. Necessita-se também, de um Estado comprometido com as infâncias e com a diversidade humana, contrário ao pensamento conservador e LGBTfóbico, com ações de enfrentamento aos processos que causam o sofrimento psicossocial.

Aliados ao Estado, devemos estar todos, enquanto profissionais, acadêmicos, famílias e sociedade, comprometidos em romper com padrões binários impostos pela cis-heteronormatividade, atentos ao respeito pela diversidade através da autoderminação dos corpos. Por fim, cabe à sociedade enquanto coletivo fiscalizar as ações, programas e políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes LGBTQIA+, e também cobrar ampliação e investimentos nestas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andreia Cristina da Silva; PEDERSEN; Jaina Raqueli; SILVA, Jorge Alexandre da. **Estatuto da Criança e do Adolescente: os (des) caminhos na efetivação da proteção de crianças e adolescentes**. Emancipação, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-24, e2016513, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de ago. de 2022.

BRASIL. **Lei nº8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 de ago. de 2022.

BRASIL. **Portaria nº2.836, de 01 de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 06 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p. : il.

BRASIL. **Portaria n.º 766, de 03 de julho de 2013**. Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- LGBT e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portaria-no-766-de-3-de-julho-de-2013>. Acesso em: 06 de jan. de 2023.

BRASIL. **Portaria n.º 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 07 de jan. de 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 7.388, de 9 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Discriminação - CNCD. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7388.htm Acesso em: 07 de jan. de 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 9.883, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9883.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.883%2C%20DE%2027,que%20lhe%20confere%20o%20art.. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTfobia**: CFESS entrevista assistente social e explica por que a profissão está inserida nessa luta. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1372>. Acesso em: 11 de jul. de 2022.

CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito: transfobia**. Brasília(DF), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 11 de jul. de 2022.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

CFESS.**RESOLUÇÃO CFESS N° 845, de 26 de fevereiro de 2018.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2023.

KOCOUREK, Sheila. **Nas dobras da história: O desafio dos direitos da criança e do adolescente na construção da cidadania para o século XXI.** - Porto Alegre: Faith, 2009.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil : relatório 2021.** José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (organizadores).- 1. ed. - Salvador : Editora Grupo Gay da Bahia , 2022. -- (Relatórios do Grupo Gay da Bahia; 1).

COMBATE AO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

LUCHA CONTRA EL RACISMO EN EL ENTORNO ESCOLAR

Márcia Cristina de Souza Pereira²⁸

Shayene Jordão Matias²⁹

Elisângela Maia Pessoa³⁰

Resumo: No ambiente escolar pode-se estabelecer ações de fortalecimento das possibilidades de cidadania, pois a escola é um dos primeiros lugares em que crianças e jovens começam a conviver com as diferenças raciais. Assim podem começar a surgir “brincadeiras” inoportunas, de cunho racista que inferiorizam os/as alunos/as negros/as. Esses manifestos racistas têm ocorrido constantemente e com maior frequência entre os alunos/as nas escolas, conforme a mídia televisiva vem apontando. Diante deste contexto, a pesquisa realizada teve como objetivo geral analisar como se constitui o combate ao racismo nas escolas, para dar visibilidade as possibilidades de resistência ao racismo no ambiente escolar. Metodologicamente utilizou-se o enfoque qualitativo, sendo a pesquisa de tipo bibliográfica, através do mapeamento de artigos publicados nos últimos 10 anos no Brasil. Foi utilizado um roteiro norteador, por meio da técnica de observação indireta, sendo os dados analisados sob a orientação do método dialético crítico, por meio da análise de conteúdo. O racismo está sendo combatido nas escolas através do uso da literatura negra e dança africana, sendo que vêm intensificando-se diálogos entre professores/as e alunos/as em torno do referido tema. A comunidade escolar está combatendo o racismo através de projetos, que visem a valorização da cultura afro-brasileira e a diminuição de atos racistas. Conclui-se que é muito importante combater o racismo entre alunos/as, sensibilizado para o fato de que brincadeiras inoportunas podem configurar racismo, desqualificando colegas negros/as. Diante desse cenário, emerge a necessidade de movimentos de resistência ao racismo escolar.

Palavras-chave racismo; resistência, escola.

Abstract/Resumen: En el ámbito escolar se pueden establecer acciones para fortalecer las posibilidades de ciudadanía, la escuela es uno de los primeros lugares donde los niños y jóvenes comienzan a lidiar con las diferencias raciales. Es así como pueden empezar a surgir “bromas” inapropiadas de carácter racista que hagan inferiores a los estudiantes negros. Estos manifestos racistas se han producido de forma constante y con mayor frecuencia entre los alumnos de los centros educativos, tal y como han señalado los medios televisivos. Ante este contexto, la investigación realizada tuvo como objetivo general analizar cómo se constituye la lucha contra el racismo en las escuelas, para dar visibilidad a las posibilidades de resistencia

²⁸ Acadêmica do curso de Serviço Social da UNIPAMPA, São Borja/RS - Brasil. E-mail: marciapereira.aluno@unipampa.edu.br

²⁹ Acadêmica do curso de Serviço Social da UNIPAMPA, São Borja/RS - Brasil. E-mail: shayenematias.aluno@unipampa.edu.br

³⁰ Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS); Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS - Brasil. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br

al racismo en el ámbito escolar. Metodológicamente se utilizó un enfoque cualitativo, con investigación bibliográfica, a través del mapeo de artículos publicados en los últimos 10 años en Brasil. Se utilizó un guión guía, utilizando la técnica de observación indirecta, siendo los datos analizados bajo la guía del método dialéctico crítico, a través del análisis de contenido. El racismo se combate en las escuelas mediante el uso de la literatura negra y la danza africana, y los diálogos entre profesores y estudiantes sobre este tema se han intensificado. La comunidad escolar lucha contra el racismo a través de proyectos destinados a valorar la cultura afrobrasileña y reducir los actos racistas. Se concluye que es muy importante combatir el racismo entre los estudiantes, conscientes de que los chistes inapropiados pueden constituir racismo, descalificando a los compañeros negros. Ante este escenario, surge la necesidad de movimientos que resistan el racismo escolar.

Palabras clave: racismo; resistência, escuela.

1. INTRODUÇÃO

A escravidão no Brasil iniciou-se através dos colonizadores portugueses que trouxeram da África homens, mulheres e crianças para trabalharem como escravos/as nas plantações de cana de açúcar e café. Essas pessoas foram retiradas à força e através de atos de violência. Foram trazidas em navios negreiros que atravessavam os oceanos. Durante a viagem os/as africanos/as sofriam todos os tipos de violência, mulheres sofriam violência física e sexual pela tripulação, os homens eram acorrentados nos porões, obrigados a fazer suas necessidades fisiológicas ali mesmo onde estavam amarrados. Muitos nem conseguiam chegar ao Brasil pois morriam durante a viagem e seus corpos eram lançados ao mar (Gomes, 2019). Os que sobreviviam, nessa viagem, eram vendidos aos homens brancos senhores de engenho. Esses/as escravos/as passavam a ser propriedade de seus senhores, até suas vidas pertenciam a eles. Viviam em senzalas, em condições desumanas, dormiam no chão, vestiam trapos, se alimentavam mal, sofriam todos tipos de violência física e sexual e trabalhavam de sol a sol (Gomes, 2019).

O povo africano não só trabalhou nas lavouras, mas trabalhou também nas construções de casas, igrejas, nas minas de minérios, ou seja, eles/as construíram o Brasil. A escravidão durou 358 anos (1.500 a 1.888). Com abolição da escravatura os escravos foram substituídos pelos imigrantes italianos/as. Os/as negros/as foram deixados à própria sorte não os/as indenizaram pelo seu trabalho. Migraram para as cidades, indo morar nas periferias. A sociedade brasileira não os/as aceitava como cidadão, devido a cor da sua pele e pelo

histórico de escravidão, pois achavam que os/as negros/as eram inferiores aos brancos, desprovidos de inteligência, sendo assim foi negado aos ex-escravos e seus descendentes o direito a educação (Gomes, 2019). Após tantas décadas poder-se-ia esperar que tal passado poderia ter sido superado, porém:

O racismo de hoje não é diferente daquele praticado no passado, mesmo o negro tendo outra condição de vida, ou seja, mesmo não estando mais na condição de escravo e nem ser propriedade de ninguém. Assim, racismo enquanto prática nociva é atual porque o negro ainda é considerado e tratado como um ser inferior sendo atacado de várias maneiras tanto no ambiente social (mercado de trabalho diferenciado por aparência física) quanto no ambiente escolar (piadas racistas) ou através de outras situações de discriminação racial (Alves, 2012, p. 9).

Em consequência disso, é possível notar que o racismo é a crença de que uma raça, etnia ou certas características físicas são superiores a outras, pois o racismo pode manifestar-se tanto a nível individual como a nível institucional através de ações como a escravidão, o apartheid, o holocausto, o colonialismo, o imperialismo, outros. Segundo o autor Almeida (2019, s.p.) o racismo:

Parte do princípio de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável. Para o autor, advogado estudioso da teoria social, "racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade". O racismo, afirma, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

Compreende-se que o racismo no Brasil é estrutural, constituindo uma forma de preconceito, que se manifesta em todo ambiente em que se vive. Tanto que em 2018, o estudo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil mostrou que a taxa de analfabetismo entre negros era de 9,1%, cinco pontos percentuais superior à da população branca. A taxa de negros/as fora das escolas chega a 19%" (Brasil de Fato, 2023, s.p.). Portanto, esses índices mostram o quanto a sociedade brasileira é racista e desigual, mostrando a relevância do projeto ora apresentado.

Considerando os casos de racismo que persistem na sociedade brasileira, mesmo havendo conquistas através de leis que consideram o racismo um crime, ainda há pessoas que praticam o racismo inclusive em ambientes escolares e acadêmicos, pois atos racistas são

relatados diariamente em telejornais e nas redes sociais.

Diante desse contexto, emergiu o interesse em entender quais ações a comunidade escolar está utilizando para combater o racismo nas escolas enquanto um movimento de resistência, pois a partir da educação podem ser pensadas possibilidades de sensibilização para o fortalecimento de cidadãos que respeitem a diversidade étnico- racial.

Nesse sentido, estabeleceu-se um projeto de pesquisa no componente curricular de Pesquisa Social II do Curso de Serviço Social com o seguinte problema de pesquisa: Como está constituído o combate ao racismo nas escolas? Já o objetivo geral foi analisar como está constituído o combate ao racismo nas escolas, para dar visibilidade sobre a possibilidade de resistência ao racismo no ambiente escolar. A partir desse, desenvolveram-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar quais projetos existem nas escolas para combater o racismo; b) entender como a comunidade escolar envolve-se no combate ao racismo; e c) verificar a importância de combater o racismo entre alunos/as.

O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o método dialético crítico, que analisa a realidade e dela extrair dados para análise do objeto de estudo, no caso, o racismo. Dentre as categorias do método utilizado, pode-se destacar, por exemplo, a categoria totalidade, que indica a maneira de apreender a realidade em seu íntimo movimento, para além do fenômeno aparente, adentrando na sua essência, nas conexões internas das partes, bem como do todo que a compõem. Nessa perspectiva, pode-se entender a totalidade como a união das partes que interconecta um todo (Kosik, 2002).

A categoria contradição, possibilita o movimento, a dinâmica e a resistência diante dos contextos estabelecidos, assim a “contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa” (Lefebvre, 1991, p. 238). E por último, mas não de forma isolada, buscou-se a categoria historicidade que:

Para atingir a história, ele não faz parte de um estudo histórico. Vamos repetir mais uma vez: parte da lógica. Extrai uma forma, o valor de troca. Mostra sua estrutura (um conjunto de equivalências) e seu funcionamento (troca, circulação, constituição do dinheiro e da moeda). Depois, passa para o conteúdo: o trabalho social produtivo, com suas percepções coerentes, os meios sociais (produtividade média de uma sociedade determinada, etc.) Atinge, assim, o histórico (divisão do trabalho, acumulação do capital, formação da burguesia) (LEFEBVRE, 1991, p. 22).

O enfoque da pesquisa foi o qualitativo que segundo a autora Martinelli (1999, p.

23-24), “tem por objetivo evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito (Martinelli, 1999, p. 23-24). Cabe destacar, que mesmo pesquisas que não realizam contato direto com os sujeitos, podem valer-se desse enfoque em uma perspectiva de contato direto com a realidade e contexto do fenômeno estudado.

Dentro do enfoque qualitativo foi realizada uma pesquisa de tipo bibliográfica que, de acordo com o autor Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Cabe salientar que a

principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas (Gil, 2002, p. 45).

Quanto a amostra utilizada, optou-se pela amostra de tipo internacional nesta o/a “pesquisador estará interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos delas (uma vez que pode-se delimitar um pequeno contingente de sujeitos” (Marconi; Lakatos, 2007, p. 52), o mesmo tipo de amostra pode ser aplicada na escolha de referencial bibliográfico ou documental.

Como já referido, optou-se pelo objeto de estudo, combate ao racismo no meio escolar, sendo que o universo desta pesquisa foram materiais bibliográficos publicados sobre o tema. A unidade de observação foram referenciais publicados online. Quanto aos critérios de seleção da fonte de coleta foram estabelecidos: a) artigos online publicados no portal Scielo e Google acadêmico; b) obras publicadas nos últimos 10 anos; c) publicações na língua portuguesa; e, d) publicações na área ciências sociais.

Os critérios de exclusão deram-se por meio da eliminação de artigos que continham pesquisas com enfoque quantitativo e retratavam experiências em escolas particulares, visto que optou-se pelo aprofundamento de estudo no ensino público. Os descritores utilizados na busca bibliográfica foram: racismo na escola; resistência ao racismo na escola e combate ao racismo nas escolas.

O instrumento de coleta ocorreu por meio da aplicação de um roteiro norteador, através de perguntas abertas respondidas pelas próprias pesquisadoras à medida que realizava-se a leitura dos artigos. A técnica usada para a coleta foi a observação estruturada indireta que “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (Marconi; Lakatos, 2006, p. 88). E observação indireta realiza-se a partir de meios, como, por exemplo, a análise de mapas, de fotografias de paisagens, de esboços, de textos e de filmes (Marconi; Lakatos, 2006, p. 88). Em termos de análise dos dados coletados, foi realizada análise de conteúdo, esta trabalha com interpretação de dados, conceitualmente implica um:

Conjunto de técnicas das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 1979, p. 31).

Para análise de dados da pesquisa realizada, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo da autora Minayo (2007). A autora cita três etapas para análise de conteúdo: a primeira é a ordenação de dados, etapa que organiza o material analisado para torná-lo processável e estruturar as ideias do início de análise.

Inicialmente procuramos fazer uma leitura compreensiva do conjunto do material selecionado, de forma exaustiva. Trata-se de uma leitura de primeiro plano para atingirmos níveis mais profundos. Nesse momento, deixamos-nos impregnar pelo conteúdo do material. Através dessa leitura buscamos: (a) ter uma visão de conjunto; (b) apreender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; (c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para a análise e a interpretação do material; (d) escolher formas de classificação inicial; (e) determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise (Minayo, 2007, p. 91).

A segunda fase é de exploração do material, é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc. (Minayo, 2007, p. 92). Na parte final, terceira fase, “elaboramos uma síntese interpretativa através de uma redação que possa dialogar com os temas com objetivos, questões e pressupostos da pesquisa” (Minayo, 2007, p.92.).

Ainda quanto a relevância de estudos em torno do racismo, o Atlas da Violência

(2020) mostra que a taxa de homicídios entre negros cresceu 11,5% de 2008 a 2018, enquanto a de não negros caiu 12%. Ao todo, os negros somam 75,9% dos assassinados entre este período. Ou seja: para cada indivíduo não negro morto, 2,7 negros são assassinados. Esses números ficam ainda mais alarmantes quando olhamos a faixa etária e gênero: em 2018, 68% das mulheres mortas eram negras. Os homens negros jovens representam mais da metade do número de jovens mortos.

Debater o tema combate ao racismo torna-se relevante, pois, vemos os dados da desigualdade racial que ainda existe no Brasil. Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou uma pesquisa chamada “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça” que mostra que pretos e pardos, são 56% da população brasileira, têm os piores indicadores de renda, moradia, escolaridade, serviços, etc.

Para além dos dados da desigualdade, cabe também estudos que deem visibilidade a estratégias de resistência, pois foi através de movimentos antirracista que a luta pela igualdade racial teve ganhos, como por exemplo o direito ao exercício da religião, “no Brasil[...] no século XX, houve o Movimento Negro que contou com forte atuação de pessoas, como artista, escritor, políticos e ativista [...] que defendeu o culto do candomblé” (Brasil de Fato, 2023, s.p).

Como resultado da atuação de tais movimentos temos, por exemplo, a Lei 12.711 e a Lei 12.990, popularmente conhecidas como Leis de Cotas. A primeira prevê a reserva de 50% das vagas em cursos de universidades e institutos federais para estudantes de escola pública e estudantes que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas. A segunda prevê a reserva de 20% das vagas ofertadas em editais de concursos públicos federais para pretos, pardos e indígenas.

Também foi sancionada a Lei 7.716, popularmente conhecida como Lei Caó, que prevê detenção de um a cinco anos para crime de discriminação racial. Essa lei veda a recusa ao acesso a estabelecimentos públicos ou privados, o impedimento de acesso aos transportes públicos, a recusa à matrícula em instituições de ensino, ofensas, agressões e tratamento desigual por motivação racial; também veda a confecção e publicação da cruz suástica para a promoção do nazismo, bem como a propagação de ideias nazistas” (Brasil de Fato, 2023, s.p.).

2. DESENVOLVIMENTO

Durante o processo de mapeamento das obras emergiram três artigos que cumpriam com os critérios de inclusão. A pesquisa buscou verificar se o racismo está sendo combatido nas escolas, sendo que cada autor trouxe uma perspectiva diferente no combate ao racismo. Silva (2022) trouxe a literatura negra como uma possibilidade de combate ao racismo, porque através da literatura as crianças podem alterar concepções sobre as questões raciais.

Já, a autora Moraes (2016) indica a dança como estratégia de combate ao racismo, com isso os/as estudantes aproximam-se da cultura afrodescendente, entendendo e valorizando a cultura afro-brasileira. O autor/a Pastoriza (2020) traz como combate ao racismo o diálogo coletivo, conversando com os/as alunos/as sobre o fato de o racismo ser crime previsto em lei e que essas ações afetam negativamente os/as alunos/as negros/as em sua autoestima e identidade racial. Dentre as ações de combate ao racismo cabe referendar que:

Por meio da exploração de literatura específica negra, temas contemplados pela legislação e que precisam ser intensificados, poderão contribuir significativamente para que crianças se reconheçam em suas negritudes com maior naturalidade. Trabalhar literatura infantojuvenil com alunos do ensino fundamental muda a percepção das crianças em relação a questões racistas (Silva, 2022, p. 168).

Também buscou identificar quais os projetos existentes nas escolas para combater o racismo, sendo que os/as autores/as trouxeram projetos diferentes que foram utilizados nas escolas para combater o racismo. Silva (2022) traz além da literatura a utilização de estratégias lúdicas como contar histórias, rodas de conversas, músicas, desenhos, com temas que abordam o racismo, assim a "[...] A literatura pode contribuir no processo de construção da identidade étnica racial de crianças" (Silva, 2022, p. 180).

Moraes (2016) traz projetos de combate ao racismo para além da dança, como o uso de textos, jogos e a música da cultura africana "[...] Esse projeto de intervenção primou pela valorização da cultura afro-brasileira, para o exercício da cidadania de seus descendentes com dignidade, e a busca da própria identidade da cultura negra em nossa comunidade escolar" (Moraes, 2016, p.14).

Por fim a autora Pastoriza (2020) traz como projeto a valorização da estética afro, exaltando a beleza dos/as negros/as, de seus cabelos, do biotipo físico, valorizando as pessoas

negras não só no mês de novembro – mês alusivo a questões étnico raciais –, mas o ano todo, dessa forma resgata-se o orgulho e a autoestima dos/as alunos/as afrodescendentes (Pastoriza, 2020), dessa forma a autora reforça a necessidade de “elevar a autoestima dos alunos afrodescendentes, através da valorização da estética negra, imprimindo a seus corpos, harmonia, beleza física e incorporação positiva do estilo afrobrasileiro” (Pastoriza, 2020, p. 13).

Também, buscou-se entender se a comunidade escolar está envolvida no combate ao racismo nas escolas, e conhecer o papel dos/as professores/as, pais e alunos/as nesse combate. Os autores/as Silva (2022), Moraes (2016) e Pastoriza (2020) mostram que a comunidade escolar está envolvida no combate ao racismo nas escolas.

A autora Silva (2022) traz a importância da educação familiar e a participação dos pais na vida escolar dos/as filhos/as. A autora salienta que aos/as alunos/as cabe falar aos/as professores/as sobre os atos racistas, aos/as professores cabe o papel de ouvir, ter uma visão humaniza crítica para poder combater os atos racistas que acontece entre alunos/as, “[...] Cabe à escola, juntamente com a família e sociedade, exercer o papel social na luta contra o racismo, discriminação e preconceito de qualquer natureza” (Silva, 2022, p. 180).

A autora Moraes (2016), traz em seu artigo, que os/as alunos/as precisam aprender a valorizar a cultura afro-brasileira para mudar a visão preconceituosa do mundo e o/a professor/a tem o papel de ensinar os/as alunos/as a valorizar a cultura afro-brasileira. Em seu artigo a autora não traz o papel da família no combate ao racismo (Moraes, 2016).

No entanto, Pastoriza (2020) trouxe no seu artigo que pais, alunos/as e professores/as tiveram o mesmo papel no combate ao racismo na escola que foi dialogar com os alunos/as que praticavam atos racistas, “[...] os passos metodológicos para amenizar essas situações conflituosas, passam por uma conversa franca, visando a conscientização, tanto dos alunos/as agressores/as, como também, das suas vítimas” (Pastoriza, 2020, p. 14).

A pesquisa realizada, buscou conhecer com qual frequência a escola fala de racismo com os/as alunos, Silva (2022) e Moraes (2016) dizem nos seus artigos que a escola fala sobre racismo com as crianças semanalmente, “[...] a apresentação das obras de literatura infantojuvenil com as temáticas sobre as representações dos/as negros/as serão realizadas semanalmente” (Silva, 2022, p.169). Já Pastoriza (2020) diz em seu artigo que ficou combinado

com os/ professores/as que quando perceberem atos racista, eles/as param as aulas e começam a falar sobre o assunto.

Ficou combinado em uma decisão pedagógica da escola que, no momento em que qualquer professor ouvisse ou soubesse de alguma manifestação preconceituosa, deveria paralisar sua aula e iniciar uma reflexão dialógica coletiva, ressaltando que atos intimidatórios raciais são crimes, previstos na legislação brasileira, além de afetarem negativamente os alunos afrodescendentes, com relação a sua autoestima e identidade racial (Pastoriza, 2020, p. 13).

Por fim, a pesquisa buscou verificar a importância de combater o racismo entre alunos/as. O autor Silva (2022) trouxe que o combate ao racismo entre alunos/as através da literatura produzida para crianças negras, contribui para que esses alunos/as se identifiquem e aceitem-se com naturalidade e amem-se com o seu biotipo. Isso faz com que diminua significativamente os atos racistas e o bullying nas escolas (Silva, 2022).

Moraes (2016), também traz a importância de se combater o racismo entre alunos/as através do conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, pode-se melhorar a maneira de ver essa cultura, e com isso diminuir a discriminação racial nas escolas (Moraes, 2016).

Pastoriza (2020) trouxe a importância de se combater o racismo entre alunos/as através do diálogo, pois os/as alunos/as passaram a entender que suas atitudes racistas não eram “brincadeiras”, mas sim formas de desqualificar racialmente seus colegas afrodescendentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos artigos mapeados durante o processo de pesquisa, entende-se, que a comunidade escolar analisada está realizando ações combatendo o racismo. A pesquisa mostra que as escolas também possuem projetos que são utilizados para se combater o racismo, esses projetos giram em torno de: contar histórias, utilizar música africana, realizar roda de conversa, promover jogos e a valorização da beleza negra durante o ano todo, etc.

A pesquisa realizada aponta possibilidades de como a comunidade escolar pode estar envolvida no combate ao racismo. As experiências analisadas indicam que as famílias têm participado da educação escolar dos/as filhos/as.

Os/as alunos/as têm um papel importante de comunicar aos/as professores/as sobre os atos racistas que acontecem entre a comunidade escolar, e de aprender a valorizar a cultura afro-brasileira. Já os/as professores/as devem estar abertos a ouvir os/as alunos/as e ter uma visão humanizada, crítica, assim podem conseguir dialogar com os/as alunos/as que praticam “brincadeiras” racistas, sensibilizando e mostrando a esses/as alunos/as que suas atitudes depreciam colegas e envolvem discriminação racial.

Portanto, a pesquisa nos trouxe que é de extrema importância combater o racismo envolvendo alunos/as, pois é através desse combate pode-se diminuir significativamente os atos racistas, assim como demais ações de bullying nas escolas.

Conclui-se que os resultados obtidos por essa pesquisa foram satisfatórios e de muita relevância, pois eles mostram que há combate ao racismo no ambiente escolar, mas percebeu-se que mesmo havendo esse combate ainda acontecem atos racista entre alunos/as, isso prova que devemos continuar resistindo e fortalecendo possibilidades de resistência, pois nem todas as escolas brasileiras vivem a mesma realidade de reconhecimento da necessidade de ações voltadas as questões étnico raciais.

Portanto propõe-se que o tema racismo continue sendo debatido nas instituições de ensino, para que possamos formar uma sociedade livre de preconceitos raciais, para tanto torna-se essencial o reconhecimento de que o Estado precisa envolver com a referida pauta. O racismo não pode ser visualizado como uma pauta isolada, mas enquanto determinante de uma estrutura social discriminatória que inferioriza pessoas negras, tendo como pano de fundo características históricas colonizadoras, que trazem marcas de um povo escravizando com fins exploratórios e desumanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural (Feminismos Plurais)**. E-book - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em 30 de mai., 2023.

ALVES, Cynthia Cristina de Souza. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. Guarabira: UEPB, 2012.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. IPEA, 2020. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 30 de mai., 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa Edições, 1979.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 de nov., 2023.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Dispõe sobre Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 03 de nov., 2023.

BRASIL DE FATO. **O racismo estrutural na escola e a importância de uma educação antirracista**. Disponível em:
<https://www.cenpec.org.br/noticias/o-racismo-estrutural-na-escola-e-a-importancia-de-um>. Acesso em: 20 de mai., 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**. V. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-o-u-raca.html>. Acesso em: 30 de mai., 2023.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um desafio instigante**. São Paulo: Veras, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORAES, Marlene Faeda. A Discriminação da dança Afro no contexto escolar. 2016, p.14. **Cadernos PDE**. Disponível em:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_uenp_marlenefaedamoraes.pdf.

Acesso em: 27 de jun. de 2023.

PASTORIZA, Ronildo Neumann. Discriminação racial no âmbito escolar / Racial discrimination at school. **Brazilian Journal of Development**, 6(9), 68506–68521. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-335>. Acesso em: 27 de jun., 2023.

SILVA. Márcia Gomes Tavares. Representação Negra na literatura infanto juvenil no espaço escolar do ensino fundamental I. **Building the way - Revista do Curso de Letras da UEG**, v. 12 n. 1 (2022): Literatura Afro, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/buildingtheway/article/view/13329>. Acesso em: 10 jun., 2023.

MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E SUAS REDES FAMILIARES: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

WOMEN DEPRIVED OF FREEDOM AND THEIR FAMILY NETWORKS: EXPRESSIONS OF THE SOCIAL ISSUE

Clarissa Iensen Boff³¹
Vanelise de Paula Alorald³²

Resumo: O presente artigo destaca a importância de preservar e fortalecer os laços familiares das mulheres privadas de liberdade, considerando as complexidades que envolvem essa população e analisando a partir da perspectiva da Interseccionalidade que inclui questões de gênero, raça/etnia, classe social e desigualdades socioeconômicas. O objetivo é promover um debate sobre a realidade deste segmento social e necessidade de fortalecimento das suas redes familiares, refletindo sobre os desafios e possibilidades de intervenções profissionais, bem como problematizar a responsabilidade do Estado e das políticas públicas com esses sujeitos. A metodologia do estudo envolveu a realização de um levantamento bibliográfico e a coleta de dados quantitativos em fontes oficiais de segurança pública. A análise de dados foi qualitativa e baseada no Método Dialético-Crítico. O artigo destaca a crescente população carcerária feminina no Brasil, os desafios que enfrentam e a importância de preservar os laços familiares em contexto de privação de liberdade, pois a separação de seus vínculos afetivos tem um impacto significativo em sua saúde mental, levando ao isolamento, abandono e rupturas de vínculos. Além de reforçar a importância de políticas públicas eficazes que protejam os direitos destas mulheres e de suas famílias, abrangendo habitação, assistência social, educação, trabalho e saúde, com o objetivo de assegurar-lhes dignidade e cidadania, uma vez que ainda possuem direitos civis, sociais e políticos. Em última análise, o texto chama a atenção para a necessidade de uma abordagem mais sensível e justa em relação às mulheres privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: Mulheres privadas de liberdade; Fortalecimento de vínculos; Direitos Humanos; Questão Social; Serviço Social.

Abstract: This article highlights the importance of preserving and strengthening the family ties of women deprived of their liberty, considering the complexities involving this population and analyzing them from the perspective of Intersectionality, which includes issues of gender, race/ethnicity, social class and socioeconomic inequalities. . . The objective is to promote a debate about the reality of this social segment and the need to strengthen their family networks, reflecting on the challenges and possibilities of professional interventions, as well

³¹ Acadêmica do curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Maria, bolsista no Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gerontologia, Serviço Social e Saúde do Serviço Social. Santa Maria/RS/Brasil. E-mail: clarissaiensenboff@gmail.com

³² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Assistente social formada pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Professora do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR) setor litoral. Matinhos/PR/Brasil. E-mail: vanelise.alorald@gmail.com

as problematizing the responsibility of the State and public policies towards these subjects. The study methodology involved carrying out a bibliographic survey and collecting quantitative data from official public security sources. Data analysis was qualitative and based on the Dialectical-Critical Method. The article highlights the growing female prison population in Brazil, the challenges they face and the importance of preserving family ties in the context of deprivation of liberty, as the separation of their emotional ties has a significant impact on their mental health, leading to isolation, abandonment and broken bonds. In addition to reinforcing the importance of effective public policies that protect the rights of these women and their families, covering housing, social assistance, education, work and health, with the aim of guaranteeing them dignity and citizenship, since they still have civil rights, social and political. Ultimately, the text draws attention to the need for a more sensitive and fair approach towards women deprived of liberty in the Brazilian prison system.

Keyword: Women deprived of liberty; Strengthening bonds; Human rights; Social issues; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é apresentar um debate sobre a manutenção e fortalecimento de vínculos familiares das mulheres privadas de liberdade, expor os desafios para manter esses laços e identificar as negligências do Estado para com essas famílias. O desenvolvimento do presente trabalho surge de uma avaliação da disciplina *Família e segmentos vulneráveis*, que ocorreu no 1º semestre de 2023 no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e suscitou reflexões sobre um segmento social particular no sistema prisional brasileiro: as mulheres que são afastadas do convívio familiar. A partir disso, realizou-se pesquisas por meio das atividades de ensino em sala de aula.

Existem inúmeras formas de configurações e composições familiares (monoparentais, nuclear com filhos naturais, formada por casais heterossexuais, formada por casais homoafetivos, famílias adotivas, pessoas sem laços legais, famílias reconstituídas, famílias extensas, famílias acolhedoras (temporárias), etc.), bem como existe a singularidade das dinâmicas familiares, o que exige políticas públicas que garantam direitos a essas múltiplas redes afetivas e um olhar crítico das profissionais para a totalidade da vida social e respeito à diversidade cultural, socioeconômica, religiosa, territorial e política das famílias atendidas e os indivíduos que a constituem.

No imaginário coletivo existe a imagem de uma “família ideal”, a qual fazem parte desse núcleo um pai mantenedor que é a autoridade do lar, a mãe cuja invisibilidade do

trabalho doméstico não permite que seja identificada sua superexploração no trabalho em tempo integral de cuidado (sem tempo para desfrutar do direito ao lazer), e seus filhos descendentes, que deveriam seguir os padrões ideais e universalizantes: etnia branca, heterossexual e de classe social distinta, sob verniz monogâmico.

Trata-se de um imaginário muito enraizado na sociabilidade capitalista, com fortes influências europeias, que contribui para a exclusão e moralização das famílias diferentes desse padrão (como exemplo, pode-se citar famílias indígenas, negras, quilombolas, homoafetivas, não monogâmicas, com deficiência, usuárias de serviços de saúde mental, imigrantes e refugiadas, etc.), nas quais, sofrem em tempos de autoritarismos, perseguições, ameaças e, até mesmo, mortes a depender da conjuntura histórica, política, econômica e social.

O núcleo familiar torna-se importante para a construção das histórias pessoais, para vínculo de pertencimento e formação da identidade no processo de socialização que, ao longo do tempo, vai influenciando a forma de ser e ver o mundo. Nesse sentido, encara-se a

[...] família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dado os seus distintos lugares e momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida (Sarti, 2013, p. 37).

Ao analisar as dinâmicas familiares, é necessário o olhar da interseccionalidade de gênero, classe social e raça/etnia, tripé fundamental para compreender como os referenciais sociais e culturais afetam os vínculos afetivos, pois “não há realidade humana exterior à cultura” (Sarti, p. 37, 2013), ou seja, a visão de mundo que temos está constantemente atravessada pelos valores e discursos dos sistemas dominantes: o capitalismo e o patriarcado. Estruturas excludentes e repressoras que enxergam os seres humanos como descartáveis, máquinas para gerar dinheiro, corpos para serem dominados e explorados. Os grupos sociais mais oprimidos por estes sistemas são constituídos pela classe trabalhadora, especialmente as mulheres, crianças, povos originários e comunidade LGBT. Ao tomar consciência desses atravessamentos nas realidades humanas, entende-se a importância do fortalecimento de

vínculos familiares e comunitários como direito mínimo e fundamental de sobrevivência e resistência para existir numa sociedade capitalista e patriarcal.

As reflexões aqui apresentadas são para instigar um olhar ampliado sobre a pluralidade das famílias entendendo-as conectadas a estruturas de poder e contradições que refletem no acesso ou negação de direitos humanos, assim como na possibilidade de fortalecimento de suas redes afetivas. O processo socio-histórico de desumanização e exclusão advindos do sistema patriarcal e capitalista necessita ser encarado com o recorte interseccional para ampliação da análise sobre as raízes que a sociedade brasileira se estruturou e seus rebatimentos no cotidiano das famílias e sujeitos periféricos. Alguns indivíduos têm sua vida atravessada por várias marcas das opressões, como a mulher negra, lésbica e de território periférico que carrega consigo várias violências, soma-se ainda mais quando diz respeito àquelas cuja primeira e única resposta do Estado é seu confinamento. Aos assistentes sociais que direcionam suas ações e intervenções amparados no Projeto ético-político e com a finalidade de efetivar direitos, contribuindo para dar visibilidade ao que antes era invisível, impõe-se a necessidade de compreender as contradições presentes nas políticas públicas. Segue-se agora reflexões sobre a condição e as contradições das mulheres privadas de um valor ético central: sua própria liberdade.

2. MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E OS ROMPIMENTOS DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS

“A injustiça em qualquer lugar do mundo é uma ameaça à justiça de todo o mundo” Angela Davis

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e China, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen). Ultrapassou a Rússia em junho de 2016 quando atingiu 726.712 pessoas presas no país e desde então, continua a estar acima dela. Segundo os dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o Brasil fechou o ano de 2022 com 832.295 pessoas presas. No período entre Janeiro a Junho de 2023, o total foi de 839.672 pessoas presas (SENAPPEN). Essas pesquisas levantam números preocupantes, pois “o encarceramento significa a negação de uma série de outros direitos e uma situação de

aprofundamento de vulnerabilidades” (BRASIL, p.9, 2019). Além disso, existem dados que apontam esse aprisionamento de corpos humanos ocorrendo principalmente, em grupos sociais específicos: 67,78% das pessoas presas são negras ou pardas (com referência ao número total de apenados durante o período entre Janeiro e Junho de 2023) e grande maioria não tem o Ensino Básico completo (dados do SENAPPEN).

Esses fatos nos fazem questionar os reais intuitos dos presídios e penitenciárias brasileiras. Porque as pessoas negras e pardas são o maior número dessa população? Porque a via da punição e da tortura é a única forma de lidar com essas pessoas? Qual ideologia se esconde atrás dos discursos sobre a existências das prisões para a segurança nacional? As prisões estão sendo espaços reais de ressocialização como se dispõem?

Tais indagações surgem junto à necessidade de compreender as formas existentes das redes e vínculos familiares dessa população “alvo” do Estado punitivo, desvendando assim, múltiplas expressões da questão social que perpassam a vida dessas mulheres, tanto privadas de liberdade, quanto de seus familiares. A vontade de destacar essas vivências surge através do acompanhamento de algumas mulheres apenadas no Presídio Regional de Santa Maria (PRSM) que realizam atividades de autocuidado envolvendo danças, alongamentos e aplicações coletivas de Reiki³³. Os encontros, são acompanhados desde maio de 2023, a partir de projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ligada ao Laboratório de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (LAPICS) em parceria com o Observatório de Direitos Humanos (ODH). Assim surgiram as primeiras indagações que despertaram a necessidade de pesquisa e investigação a cerca deste segmento social frequentemente invisibilizado e estigmatizado socialmente.

O encarceramento existe como forma de controle social, é o reflexo de uma sociedade capitalista que castiga corpos que não correspondem com as atitudes desejadas e “certas”, tirando o bem mais precioso dos seres humanos: a liberdade. Um de seus objetivos é docilizar e moldar os comportamentos e os corpos das pessoas. Para Foucault (2014, p. 134), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que poder ser transformado e aperfeiçoado”. Não por acaso, os dados sobre a maioria da população carcerária ser negra,

³³ Por meio da portaria nº 145 do ano de 2017, o Ministério da Saúde aumentou as opções de tratamentos complementares ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) considera 19 terapias integrativas como “ações de promoção e prevenção em saúde”, dentre elas, encontra-se o Reiki que é ofertado por profissionais do laboratório do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal de Santa Maria.

parda e periférica, é um sistema de dominação sobre os grupos sociais mais vulneráveis vistos como potencialmente ameaçadores para a ordem social, pois “[...] Adestrar corpos perigosos, imperativo de saúde; obter oficiais competentes, imperativo de qualificação; formar militares obedientes, imperativo político; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de moralidade” (2014, p. 169). Como traz Juliana Borges em seu livro *Encarceramento em massa*, a lógica de punição tem sido historicamente naturalizada no imaginário social que se acredita ser essencial a existência das prisões, uma vez que as pessoas confinadas lá dentro, assim merecem. A autora traz em seu livro uma constatação muito importante:

O sistema de justiça criminal é pouco discutido mesmo entre ativistas que lutam por justiça e igualdade social. Com isso, esse tema arenoso e difícil de ser tratado na sociedade, mas de fundamental importância sistêmica na reprodução de injustiças e desigualdades étnico-raciais, econômicas, sociais e políticas, acaba por ser deixado de lado mesmo entre uma produção e construção de lutas progressistas na sociedade (Borges, 2018, p. 31-32).

A população carcerária brasileira é mergulhada em expressões da Questão Social que refletem nos dados levantados com recortes de raça/etnia, gênero, geração e classe social. Dentre as expressões, encontram-se a fragilização da rede familiar e dos vínculos comunitários, pois inúmeras violências e conflitos surgem, frequentemente pela ausência de um Estado social e presença apenas de um Estado penal, punitivo e repressor em territórios específicos. No diálogo com mulheres privadas de liberdade, encontram-se expressões de saudades dos próprios filhos, de suas ancestralidades, famílias de origem, extensas, ampliadas. Segundo Miotto e Dal Prá (2012) as famílias que se encontram em dificuldades quanto à sua função protetiva, por múltiplos fatores, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, e que enfrentam riscos pessoais e sociais por violação de direitos (agravadas quando convivem com a miséria e desemprego), são as mais frequentemente atingidas por fragilização de vínculos em seu grupo familiar.

Por outro lado, a sociedade tem produzido debates sobre a importância do apoio familiar para o bem-estar e fortalecimento dos laços afetivos importantes para o desenvolvimento das juventudes e saúde mental da população adulta e idosa. Entretanto, a questão do rompimento de vínculos das apenadas de suas famílias pouco tem sido tratada no debate público. Aliado a este fato, a responsabilidade do Estado em viabilizar formas de

atender e garantir esse direito humano básico de convivência familiar e comunitária tem sido secundarizado. Os vínculos e redes familiares são essenciais para constituição da coletividade, para o exercício do cuidado mútuo, bem-estar e fazer a mediação com outros grupos sociais. A seguir, discutir-se-á sobre sobrevivências e resistências diante das inúmeras violações acometidas nas trajetórias invisíveis de mulheres privadas de liberdade.

3. MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: REFLEXÕES DIANTE DO CERCEAMENTO DE DIREITOS HUMANOS BÁSICOS

“Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada. Nem é livre nenhuma de vocês”- Audre Lorde

A taxa de aprisionamento feminino quadruplicou em apenas 20 anos, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) contabiliza 40 mil mulheres encarceradas nos últimos anos no país. No final de 2022 foi revelado, pela pesquisa do World Female Imprisonment List, que o Brasil possui a terceira maior população carcerária feminina do mundo. Pelos dados atuais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), no período entre Janeiro e Junho de 2023, o total da população feminina nos presídios e penitenciárias era de 27.375, dessas 16.273 são mulheres negras ou pardas e a maioria não tem o Ensino Fundamental completo.

A realidade das mulheres privadas de liberdade é bastante complexa, como elucida Juliana Borges (2018, p. 61) “a situação das mulheres encarceradas sofre uma dupla invisibilidade, tanto pela invisibilidade da prisão quanto pelo fato de serem mulheres”, e às vezes até mesmo uma tripla ou quádrupla invisibilidade, se ela for negra, indígena, mãe e/ou lésbica. Por isso torna-se importante analisar suas realidades a partir da perspectiva da Interseccionalidade, utilizando-a como instrumento teórico-metodológico.

A noção de Interseccionalidade, segundo Crenshaw (2002), busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, acrescentando a forma pela qual ‘o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe dentre outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes outras’ (AKOTIRENE, p. 22, 2014).

As pessoas privadas de liberdade são notoriamente invisibilizadas na sua condição e abandonadas pela intersectorialidade nas políticas públicas que ainda atendem de maneira fragmentada e residual esta questão. Os presídios e as penitenciárias são um reflexo das estruturas sociais, ou seja, todas as desigualdades em relação à classe sexual, social e racial se fazem presentes dentro desses espaços (como confirmam os dados da SENAPPEN). Dessa forma, deve-se compreender que as casas prisionais foram feitas por e para homens (sujeitos do sexo masculino) assim, como quase todos os espaços existentes em nossa sociedade, ou seja, não foram criadas para acomodar mulheres (DAVIS, 2019). Então, quando as mulheres começaram a ser punidas ao contrapor a ordem estabelecida e as normas sociais, foram alojadas em penitenciárias masculinas, o que tornou algumas em espaços mistos e separados pelas alas femininas e masculinas. No decorrer dos anos, com a grande quantidade de mulheres apenadas se fez necessário construir presídios exclusivamente femininos, mas são em menor número (comparados aos masculinos).

Diante desse contexto, compreende-se que as mulheres privadas de liberdade são colocadas no esquecimento por terem suas existências atravessadas pelo ser mulher numa sociedade onde a dominação masculina é muito enraizada. Angela Davis traz em seu livro *Estarão as prisões obsoletas?* sobre a criminalidade masculina ser considerada mais aceita e “normal” do que a feminina, ela argumenta que: “sempre houve uma tendência a encarar as mulheres que foram punidas publicamente pelo Estado como significativamente mais anormais e muito mais ameaçadoras para a sociedade do que suas numerosas contrapartes masculinas” (Davis, 2019, p. 71). Tais condições e relações de poder se apresentam diante do reflexo da socialização feminina, onde mulheres são formadas na sociabilidade do capital e do patriarcado para serem dóceis, obedientes, corretas e submissas. Sendo assim, é inadmissível para setores tradicionais e conservadores, fundamentalistas religiosos e moralistas que o gênero feminino tenha atitudes consideradas exclusivas e permitidas apenas pela classe masculina, nesse caso: cometer atos ilegais, considerados criminosos e serem presas. Ao

observar os dias de visitas nas casas prisionais, quando é no masculino, há filas enormes repletas especialmente de mulheres: suas mães, companheiras, filhas, filhos, avós, primas, irmãs, etc. Por outro lado, no setor feminino, as filas são bem menores e as mulheres apenas sofrem com o abandono de seus companheiros e suas famílias. Conforme Barcinski (2012, p. 56) “uma vez invisíveis socialmente pela sua posição econômica, de classe, e de cor, elas [as mulheres] constroem suas identidades criminosas como forma de resistência a sua posição marginalizada e, principalmente, contra a própria invisibilidade das mulheres criminosas”.

O abandono familiar que as mulheres encarceradas sofrem, também derivam dos poucos recursos financeiros que a família das mesmas possuem, dificultando a locomoção até o espaço prisional, este que, geralmente, é bem afastado do centro e bairros das cidades. Nos presídios femininos é comum a falta de produtos higiênicos tais como, absorventes, sabonetes, pasta de dente, papel higiênico, além da falta de roupas íntimas e do dia a dia, pois a grande maioria das mulheres apenas são de classe periférica e suas famílias não têm apoio financeiro para auxiliá-las e o Estado não se responsabiliza, pelo menos não de forma efetiva, na garantia de direitos fundamentais básicos no atendimento de suas necessidades muitas vezes emergenciais. Angela Davis argumenta que:

A prisão funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que aflige essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Este é o trabalho ideológico que a prisão realiza - ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo, e cada vez mais, pelo capitalismo global (Davis, 2019, p.17).

Por essa lógica, outro fato importante a ser destacado é que os delitos mais comuns entre as mulheres encarceradas são o tráfico de drogas e roubos advindos, em inúmeros casos, da necessidade de renda complementar para a família. Uma tese em alta entre ativistas dessa área é que a emancipação das mulheres como chefes de casa, sem a equiparação de seus salários com os dos homens, tem aumentado a urgência para conseguir dinheiro e assim, muitas acabam indo para os crimes (Queiroz, 2015, p. 36). Essa é mais uma das negligências do Estado que deveria assegurar a segurança e garantir direitos básicos como moradia,

alimentação, transporte, acesso à saúde e geração de trabalho e renda para toda a população. No entanto, como se observa:

A falta de acesso à educação, à informação, a direitos sexuais e reprodutivos garantidos e respeitados, a condições dignas de moradia e a empregos dignos tem levado essas mulheres a recorrerem a outros escapes para manter a vida de seus filhos, de suas mães e demais familiares (BORGES, p. 76, 2018)

Existem políticas públicas e projetos que auxiliam financeiramente a classe mais empobrecida, que corroboram para a construção de habitações, que, oferecem cursos profissionalizantes como forma de obtenção de renda complementar, que tentam viabilizar o acesso à educação infantil para que mulheres possam participar do mercado de trabalho, entre outros, porém são diminutos projetos e poucos recursos humanos e materiais para atendimento de uma demanda de trabalhadores precarizados e com condições de vida sub-humanas cada vez maior. Os investimentos financeiros do Estado para ampliação de políticas públicas acabam não atingindo um contingente fruto do exército industrial de reserva que a acumulação de capital produz refletindo em produção de miséria, pauperismo, e famílias excluídas de diversos direitos. Diante da ausência de alternativas que tragam um retorno financeiro razoável e rápido, muitas mulheres aceitam adentrar no mundo organizado e articulado do tráfico de drogas que viabiliza renda e pertencimento a um grupo com poder e visibilidade (só não poderá garantir até quando). Assim, conseguem acessar uma estratégia de sobrevivência de sua família bem como, amenizar as exclusões de um sistema social que não reconhece sua existência no cotidiano. Ao poder ter direito à educação infantil e materiais escolares para os filhos, acesso a bens materiais e vestimentas novas que lhe darão o consumo necessário para se tornarem visíveis, bem como acesso a bens duráveis que para muitas famílias é sonho inalcançável e longínquo: casa própria, automóvel para seu deslocamento, eletrodomésticos, dentre outras coisas consideradas hoje bens essenciais, mas difíceis de serem adquiridas com um salário mínimo. No entanto, quando ocorre o aprisionamento dessa mulher, responsável por garantir os bens materiais na família que antes eram distantes (e cuja visibilidade tradicionalmente esteve reservada aos homens), sua situação se complexifica e agudizam as expressões da Questão Social presentes em seu cotidiano.

4. REDES FAMILIARES DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E SUAS CONTRADIÇÕES

“Entre uma contração e outra, ela foi observando a rua, as pessoas olhavam o carro com medo, com curiosidade, com hipocrisia. A ninguém importava Gardênia ou o bebê que carregava. Eles eram o resto do prato daquela sociedade.

O que ninguém quis comer. E seu filho já nascia como sobra.” Presos que menstruam - Nana Queiroz

As situações vivenciadas pelos familiares das pessoas privadas de liberdade são diversas e merecem um olhar empático, ampliado e problematizador da profissional que irá atendê-los. A vergonha, o medo e a tristeza, são fortes sentimentos vivenciados pelos familiares. Muitas vezes passam por ameaças e acabam tendo medo de sair de suas casas, o que reflete na exclusão social dessas pessoas (Leopoldino, 2021, p.53). Os olhares de julgamento, de nojo, as atravessam diariamente e afetam seus trabalhos, suas amizades e os laços familiares, pois sempre tem alguém da família que passa a lhe direcionar esses olhares. A prisão da filha, filho, neto, neta, irmã, irmão ou mãe (podendo ter outras definições) também acarreta em problemas financeiros, pois o dinheiro que aquela pessoa levava para casa fazia diferença nas despesas. Muitas outras mudanças ocorrem na vida da família da pessoa privada de liberdade e precisam ser discutidas e vistas por um olhar crítico entendendo a totalidade social, as relações e as estruturas que as envolvem.

A família e as redes familiares têm um papel fundamental na vida dos sujeitos. Tendo em vista essa afirmação, a Lei da Execução Penal, lei nº7.210 (Brasil, 1984) tem estabelecido que a visita é um direito da pessoa apenada no Art.41, porém nem sempre esse direito (assim como vários outros) é de fato garantido. O processo de visita é constrangedor, burocrático, exige enfrentar filas gigantescas, usar roupas específicas, viajar por longas horas, chegar num horário determinado, planejar financeiramente os gastos com passagens do transporte, vestimentas e produtos higiênicos para a familiar apenada, etc. Todas essas demandas nem sempre são explicadas aos familiares e muitos não sabem como proceder para realizar as visitas (Leopoldino, 2021). Além de várias famílias não terem condições financeiras para arcar com todos esses gastos.

O afastamento da pessoa privada de liberdade de sua família “gera consequências na vida de ambos, o vínculo familiar fica fragilizado e há maior dificuldade de ressocialização da(o) apenada(o)” (Leopoldino, 2021, p. 57). Nas falas das pessoas encarceradas é muito comum escutar sobre a saudade de seus familiares (filhas, filhos, primas, primos, irmãs, irmãos, mães, pais, tias, tios, etc), a revolta e mágoa de serem abandonadas (principalmente as mulheres) e a tristeza de não conseguir ver com frequência seus familiares. As instituições responsáveis têm consciência desse fato, porém é quase nula a vontade de desenvolver iniciativas para manter e fortalecer os laços familiares das pessoas apenadas (Akotirene, 2014, p. 78).

Ao fazer o recorte de gênero, percebemos que as mulheres quando presas “ ‘levam’ toda a sua família para o aprisionamento também, marcando assim a família durante todo o processo de pena” (Costa; Barbosa, 2010, p. 7), isso acontece em decorrência destas mulheres assumirem além do “ papel de manter a unidade da família, a responsabilidade econômica do grupo familiar” (Costa; Barbosa, 2010, p. 4). Como citado anteriormente, muitas das mulheres encarceradas foram detidas por tráfico de drogas e roubos advindo da necessidade de conseguir dinheiro para sustentar sua família:

Essas mulheres no decorrer de suas vidas, até o momento do aprisionamento, compõem redes familiares que vivenciam situações de extremo risco e vulnerabilidade social. O marco neoliberal exacerba as sequelas das desigualdades, inerentes às relações sociais capitalistas. O acesso às políticas públicas no que tange moradia, educação, trabalho, saúde, cultura, dentre outras, é negado desde o ventre materno (Costa; Barbosa, 2010, p. 4).

No Art.89 da Lei de Execução Penal dispõe que as penitenciárias femininas serão dotadas de creche abrigar crianças menores de seis meses e menores de sete anos. Em 2009 a redação da lei foi alterada e foi considerada um avanço para os direitos das mulheres privadas de liberdades na assistência aos seus filhos. O artigo *Creche penitenciária: a inclusão que exclui* traz a contradição dessa lei, pois ela permite que as crianças vivam no ambiente prisional, excluindo-as do meio social. Ou seja, poderão viver os primeiros anos da infância com sua mãe, porém privados de liberdade igual a ela. Assim, também significa uma violação dos direitos das crianças, como o artigo traz:

Na mais cruel sucessão, permite-se a violação dos direitos da criança infringindo a ela as penas impostas à sua mãe, condicionando seu desenvolvimento primário aos efeitos da prisionalização. Isso porque a criança crescerá circunscrita ao ambiente carcerário com todas as privações inerentes a esse, além de estar sujeita à violência institucional que fere a autodeterminação do sujeito a partir da imposição de regras disciplinares, limites e toda sorte de violências (Aleixo; Penido, 2017, p. 319).

A existência das crianças nas instituições prisionais é um assunto de bastante complexidade. Por um lado há várias estudiosas do tema argumentando os malefícios para o desenvolvimento da criança, enquanto sujeito, que tem seus primeiros anos de idade vivenciados dentro de um presídio. Como relatam Klelia Canabrava Aleixo e Flávia Ávila Penido:

Se é na primeira infância que ela desenvolve sua identidade a partir das interações com o ambiente (físico e social), é preocupante a situação da criança nascida na prisão e que muitas vezes, desde a gestação, já é influenciada por estímulos deletérios: sejam por limitações espaciais sejam por condicionamentos que anulam a individualização da identidade dos sujeitos (Aleixo; Penido, p. 328, 2017).

Há também críticas sobre essa lei que trazem um olhar problematizador a partir do entendimento dos perfis da grande maioria das mulheres presas: negras, de baixa escolaridade, pobre e da periferia. Sendo assim, as crianças que nasceram de seus ventres e acabam tendo, também, sua liberdade restringida, não por acaso, são em sua maioria negras e pobres (Aleixo; Penido, 2017, p. 3019). Como diz Juliana Borges “as prisões são depósitos do que a sociedade marginaliza e nega” (Borges, 2018, p. 74). Por outro lado há os relatos das mulheres encarceradas que convivem com suas filhas e seus filhos nas penitenciárias. No artigo *Vivências da maternidade em uma prisão feminina do estado do Rio Grande do Sul* a autora Daniela Canazaro Mello entrevista algumas mulheres e percebeu que “a companhia do filho durante o aprisionamento é percebida como um aspecto positivo, o qual a mulher projeta no filho a minimização das dificuldades enfrentadas durante este período (Mello, 2011, p. 117). A presença de suas filhas e seus filhos as deixam mais felizes, tranquilas e dão esperança de saírem das instituições prisionais melhores do que entraram. Além de minimizar a culpa de já não ter acompanhado o crescimento das suas outras crianças. Muitas mulheres apenas relatam que ali dentro, mesmo que precário, elas têm assistência de médicas,

enfermeiras, psicólogas e assistentes sociais, coisas que quando estão “do lado de fora”, muitas vezes não tem e, também, não vão atrás, pois estão ocupadas com outras demandas, como por exemplo garantir a comida do dia para sua família.

O espaço prisional não é adequado para se criar uma criança, não tem estrutura condizente com a que precisa para os primeiros anos de desenvolvimento de personalidade. Mesmo assim, muitas mulheres privadas de liberdade relatam que ter o direito à convivência com seus filhos, alivia o desconforto e estresse gerado pelo cárcere. Isso mostra a carência de políticas públicas que possam garantir direitos reais para essas mães e seus filhos, elas precisam de acesso a políticas que atendam suas reais necessidades e de olhares profissionais que percebam a complexidade dessas histórias de vida. É necessário um olhar interdisciplinar, que assegure direitos à criança para a convivência familiar, assegurado pelo Estatuto da Criança e Adolescente como também, para que a mãe possa ter o direito de maternar e exercer o cuidado de seus filhos em ambientes favoráveis ao desenvolvimento, seguros e acesso à direitos sociais básicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população carcerária brasileira, especialmente as particularidades das questões de gênero, precisam ser ampliadas entre estudantes do Serviço Social, ativistas sociais, e pesquisadores(as) para oferecer mais visibilidade a esse segmento social que pouco tem sido contemplado nas propostas de políticas públicas. As ideologias punitivistas estão internalizadas e presentes na sociedade que se normaliza a existência das prisões com métodos repressivos e violadores de direitos. Além do medo que se enfrenta ao encarar as realidades que as prisões criam e cultivam (Davis, p. 16, 2019).

Ao utilizar a Interseccionalidade como instrumento teórico-metodológico para encarar as realidades das pessoas privadas de liberdade, principalmente das mulheres privadas de liberdade, percebe-se como suas existências já eram mergulhadas em expressões da Questão Social antes mesmo de entrarem nas casas prisionais. E ao alongar-se o olhar, compreende-se que suas redes familiares também estão. A atuação dos assistentes sociais, é tentar desvelar a complexidade das realidades das pessoas encarceradas e de suas famílias para tentar minimizar os rebatimentos do sistema prisional em seus vínculos familiares, garantindo

espaço para que essas mulheres possam fortalecer seus laços afetivos e consciência de classe para mobilização de políticas públicas garantidoras desses direitos ignorados atualmente, mas assegurados formalmente. Chama-se à luta por melhores condições e apoio a essas mulheres com ações continuadas que abrangem a realidade complexa das suas famílias que devem ter sua dignidade preservada.

A família deve ser compreendida pelo contexto em que vive e pela complexidade em que se encontra. Entender que ela é um eixo central na vida das pessoas é fundamental para trabalhar com os vínculos familiares, assim, olha-se para os indivíduos presentes nessas redes como seres individuais, mas também coletivos e para as políticas sociais serem efetivas e causarem grandes mudanças é necessário mobilização junto dessas famílias e cobrança da responsabilidade do Estado social e não punitivo.

Torna-se urgente pesquisas, mobilizações, debates nos diversos espaços e financiamento do Estado para que as mulheres privadas de liberdade mergulhadas em diversas expressões da Questão Social, possam sair da condição de invisibilidade e violação dos seus direitos básicos. Entender a realidade das pessoas privadas de liberdade, combater o preconceito e compartilhar as pesquisas realizadas sobre essa temática a fim de proporcionar mudanças transformadoras, é fundamental para que o Serviço Social siga caminhando na direção do projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Ó PA Í, Prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminino de Salvador**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

ALEIXO, Klelia Canabrava; PENIDO, Flávia Ávila. **Creche penitenciária: a inclusão que exclui**. Percurso Acadêmico, v. 7, n. 14 (2017): Exclusão X Inclusão: paradoxos do mundo contemporâneo, PUC Minas do Barreto jul/dez. 2017.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, v. 5, n. 1, p. 52-61, 2012.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2018. Feminismos Plurais.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

BRASIL, Julia Rocha de Assis. **Costurando histórias silenciadas: mulheres privadas de liberdade e o cuidado em saúde**. Orientador: Luiz Fernando Calage Alvarenga. 2019. TCC (graduação)- curso de Fisioterapia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/238716/001110940.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 23 de junho de 2023.

COSTA, Marina Amoedo; BARBOSA, Anália da Silva. **Mulheres encarceradas e o exercício da maternidade: discutindo o trinômio mulher, criança e rede familiar**. Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 9, p. 1-9, agosto. 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277859738_ARQUIVO_Trab.Oral-17junho.pdf . Acesso em: 24 de junho de 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

JORNAL DA USP. **Pesquisa mostra que o Brasil tem a terceira maior população carcerária feminina do mundo**. Publicado no dia 7 de agosto de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo/>.

LEOPOLDINO, Fabiana Cristina Zacarias Gomes. **Familiares de pessoas privadas de liberdade: ações extensionistas multidisciplinares e a contribuição do Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16615>

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MELLO, Daniela Canazaro; GAUER, Gabriel. **Vivências da maternidade em uma prisão feminina do estado do Rio Grande do Sul**. Saúde & Transformação Social. ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.1, n.3, p.113-121, 2011. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11297/2/Vivencias_da_maternidade_em_uma_prisao_feminina_do_Estado_do_Rio_Grande_do_Sul.pdf

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres -tratadas como homens- nas prisões brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015

SARTI, Cynthia A. **Famílias enredadas**. Família: redes, laços e políticas públicas, p. 31-48. São Paulo: Cenpec, 2013

SENAPPEN. **Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário**: período de julho a dezembro de 2022. Disponível em:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTQ2ZDc4NDAtODE5OS00ODZmLThlYTEtYzI4YTk0MTc2MzJkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection045531d3591996c70bde>

SENAPPEN. Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário: **Mulheres e grupos específicos**. Período de Janeiro a Junho de 2023. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTczNWl4M2EtZTAwMS00Y2M2LWEyMjEtYzFlNTZlMzgyMTllIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

SISDEPEN. Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário. **Relatório de Informações Penais - RELIPEN**. 1º semestre de 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2023.pdf> .

RACISMO ESTRUTURAL: SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

RACISMO ESTRUCTURAL: SALUD MENTAL DE LA POBLACIÓN NEGRA BRASILEÑA

Nayra da Silva Oliveira³⁴
Jocenir de Oliveira Silva³⁵

Resumo: Este artigo tem como tema o racismo estrutural e a saúde mental da população negra brasileira, sendo o racismo um elemento de opressão no Brasil. Resulta de uma pesquisa bibliográfica exploratória com abordagem qualitativa. O estudo está amparado pelo método dialético crítico, utilizando as categorias do método: totalidade; mediação e contradição, e a análise foi construída com base na análise de conteúdo. Os principais aspectos observados pelo estudo apresentam que o racismo estrutural impacta de múltiplas formas a saúde mental da população negra brasileira, restringindo o acesso e/ou permanência na política de Educação, Saúde, Trabalho/renda, quanto também na perspectiva de pertencimento e relacionamentos afetivos. Ainda segundo a coleta de dados, o Brasil demanda mais estudos sobre a população negra, para contribuir com a construção de políticas públicas e estas venham a ser de fato eficazes na sua implementação.

Palavras-chave: População Negra; Negros; Racismo; Saúde Mental.

Resumen: Este artículo se centra en el racismo estructural y la salud mental de la población negra brasileña, siendo el racismo un elemento de opresión en Brasil. Resulta de una investigación bibliográfica exploratoria con enfoque cualitativo. El estudio se sustenta en el método dialéctico crítico, utilizando las categorías metodológicas: totalidad; mediación y contradicción, y el análisis se construyó a partir del análisis de contenido. Los principales aspectos observados por el estudio muestran que el racismo estructural impacta la salud mental de la población negra brasileña de múltiples maneras, restringiendo el acceso y/o la permanencia en las políticas de Educación, Salud, Trabajo/ingresos, así como desde la perspectiva de pertenencia y afectividad. relaciones. Aún según la recopilación de datos, Brasil exige más estudios sobre la población negra, para contribuir a la construcción de políticas públicas que sean realmente efectivas en su implementación.

Palabras clave: Población negra; Negros; Racismo; Salud mental.

³⁴ Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS - Brasil. nayraoliveira.aluno@unipampa.edu.br

³⁵ Doutor pela PUCRS, professor adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA, São Borja/RS - Brasil. E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que tem como tema a saúde mental da população negra brasileira. O que motivou a sua realização foi a importância para o desenvolvimento da sociedade mais equânime, visando o direito da pessoa negra. Também tem como o intuito mostrar o quanto o racismo estrutural vem afetando a saúde mental das pessoas negras a séculos, situação a qual também faço parte, como mulher e pessoa negra. O trabalho também resgata os processos históricos sobre a pessoa negra, já que a poucas bibliografias e documentos que abordam esta temática, e as poucas produções do Serviço Social sobre o assunto. Nesse sentido, o projeto de pesquisa que resultou neste trabalho teve como delimitação do tema, pessoas negras brasileiras que sofreram alguma violência e como isso afeta a saúde mental das vítimas.

Apesar dos avanços no campo da legislação no Brasil que amparam e protegem a população negra, ainda são muito comuns as denúncias em todo o território nacional sobre as diversas violências sofridas por esses sujeitos. Consoante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) realizada no 2º trimestre de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra é maioria no Brasil, que corresponde a 55,8% dos brasileiros (Dieese, 2022, s.p.). A população negra brasileira historicamente ocupou as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias.

O estudo acerca da saúde mental de negros brasileiro se torna relevante de modo a refletir sobre políticas públicas, voltados para atender as respectivas demandas desses indivíduos. Torna-se fundamental pesquisar sobre o tema como as múltiplas formas da violência cometida contra pessoas negras brasileiras afetam a saúde mental das vítimas para assim destacar o assunto e dar visibilidade às demandas e as formas de proteção estabelecidas.

2. RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: MÚLTIPLAS FORMAS DA VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA PESSOAS NEGRAS BRASILEIRAS

A organização Mundial de Saúde (OMS), define a violência como uma ação que resulta em dano, nos seguintes termos:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

A violência configura-se como uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Sacramento; Rezende, 2016, s.p.).

A violência pode se apresentar de diversas formas contra a população negra brasileira, sendo que no Brasil é histórica a construção de hierarquias sociais através de critérios atribuindo distintas ocupações de lugares, espaços de fala sendo os referenciais de raça pilares de desigualdade, segundo Almeida (2018, p.22) “o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.

Com a proibição da escravização indígena, os colonizadores começaram a escravizar a mão-de-obra africana, vítimas de trabalho forçado, perda de liberdade e violência. É fato incontestável que a escravização de pessoas negras é raiz da formação brasileira, portanto, as origens do racismo estão no período colonial, onde os europeus criaram uma hierarquia no mundo para justificar a escravização e o reassentamento forçado de africanos ao Brasil. Este processo descaracterizou sujeitos, colocando-os como inferior em suas crenças, produção cultural e sua organização social, desta forma seus direitos e a sua dignidade como ser humano lhes foram retirados.

O escravismo não se tornou apenas um sistema econômico, mas também existe na sociedade por meio dos significados, símbolos e linguagens, subalternizando até hoje os/as descendentes dos/as escravizados/as. Essa formação econômica, social, cultural e política nunca foi desestruturada, perpetua-se de várias maneiras, retratada pelas persistentes desigualdades sociorraciais e por atitudes naturalizadas do racismo, estruturante da sociedade brasileira, persistente na modernidade e obstáculo à igualdade (Madeira e Medeiros, 2018, p. 218 apud Silva, 2020, p. 46).

Essa proibição ocorreu para a efetivação da industrialização, sendo assim com a modificação das relações de trabalho e de mercado consumidor, manter a escravização de pessoas não era vantajoso para o novo modo de produção vigente, desta forma, “o trabalho escravo e o monopólio — práticas comuns da exploração colonial — pareciam ultrapassados ao novo modelo, fomentado a partir da industrialização” (Andrade, 2023, s.p.). No Brasil, em 1850, o Parlamento Brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu a entrada de

peças para serem escravizadas no Brasil, foi uma das três leis que aboliram gradualmente a escravização no Brasil.

A lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país (Brasil, 2016).

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir o trabalho escravo, com a Lei Áurea assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, sendo assim a lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brasil, possuindo apenas dois artigos: Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil e Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário (Brasil, 1888).

O fim da escravização no Brasil não foi por um ato de bondade da monarquia brasileira, foi uma conquista realizada por meio resistência dos negros escravizados e do engajamento popular, contudo, romantizar esse processo ou dar um ar de “leveza” à escravização faz com que não enxerguemos como esse regime foi um sistema de desumanização, onde negros escravizados não eram vistos como pessoas e sim como propriedade, a abolição da escravatura não implementou quaisquer políticas públicas que amparasse essas pessoas. Os 300 anos de escravização tem impacto até hoje no cotidiano de diversas pessoas negras, sendo a pobreza, violência e a discriminação que atinge essa parte da população brasileira um reflexo de um país que normalizou de certa forma o preconceito e a violência contra essas pessoas.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), uma das expressões mais cruéis do racismo nosso de cada dia se manifesta nos números da violência. O Brasil carrega uma história de 300 anos de escravização, onde ficou implantado no inconsciente coletivo da sociedade brasileira um pensamento que marginaliza as pessoas negras.

Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), as taxas de homicídio são elevadas e tem como principal vítima a população negra, isso ocorre porque o racismo é antes de tudo estrutural. Negros é o grupo racial brasileiro mais vulnerável a morte por homicídio, na última década 408.605 pessoas negras foram assassinadas no Brasil de maneira violenta, representando 72% de todos os homicídios no país, reduzindo a expectativa de vida de pessoas negras no Brasil. Essa porcentagem fica muito alarmante quando se compara a

vítimas brancas, onde em 2022 os homicídios de pessoas brancas caíram 26,5%, já o homicídio de pessoas negras cresceu 7,5%.

a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (Santos, 1983 apud Ribeiro, 2019, p. 11)

Quando se trata de ações policiais os negros continuam sendo os alvos prioritários da polícia, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), indicam que em 2021 pessoas negras representavam 84,1% dos mortos pelos policiais, sendo isso uma face do racismo institucional. Em contrapartida, os policiais negros, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), representam 67,7% dos policiais assassinados, isso se deve segundo Lima (2023, apud O popular, 2020, s.p), pois “os policiais negros moram onde moram os demais negros, em geral bairros pobres e de periferia, lugares onde há taxa de violência”. As mulheres negras são a principal vítima em face da violência de gênero no Brasil, de acordo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio. Os dados apontam que mulheres negras representam 70,7% das vítimas das demais mortes violentas intencionais e 52,2% das vítimas de estupro e estupro de vulnerável, mulheres negras também sofrem mais assédio representando 43,3% e as mulheres brancas representam 30%.

O Brasil teve avanços significativos na garantia dos direitos à população negra, no entanto, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), ressaltam que em 2021 o Brasil registrou 13.830 casos de injúria racial. Em 2023, a lei 14.532/2023, publicada em janeiro deste ano, “equipara a injúria racial ao crime de racismo. Com isso, a pena tornou-se mais severa com reclusão de dois a cinco anos, além de multa, não cabe mais fiança e o crime é imprescritível” (Brasil, 2023).

Os registros de crimes raciais nos estados brasileiros, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), em 2021 o Brasil registrou 6.003 casos de racismo, onde “o racismo está ligado à ideia absolutamente equivocada de que há diferenças externas e corporais entre os seres humanos, que manifestariam superioridade ou inferioridade de determinados grupos em relação a outros” (Brasil, 2023). A vista disso, a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Brasil, 1989).

A sensação de insegurança também afeta a sociedade de formas distintas, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, s.p.), 85,3% das pessoas negras sentem medo de morrer assassinado, em contrapartida, entre pessoas brancas essa porcentagem representa 78,5%, ademais, 69,2% de pessoas negras tem medo de ser vítima de violência por parte da polícia militar, entre pessoas brancas essa porcentagem é de 53,9%. Toda essa violência dirigida a pessoas negras no Brasil, acabam por afetar a sua saúde mental, portanto o racismo quando não mata adoece suas vítimas, fragilizando e debilitando-as.

3. SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

A saúde pública é um tema frequentemente abordado na sociedade brasileira, conforme a Constituição Federal de 1988, a garantia da saúde resulta em assegurar o acesso universal e igualitário dos cidadãos aos serviços de saúde.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Brasil, 1988).

Em relação à saúde mental de pessoas negras no Brasil, antes da Reforma Psiquiátrica os manicômios enquanto instituição reproduz uma lógica racista que serviu para o encarceramento da população negra brasileira ao longo dos anos, sendo que em sua maioria não existia nenhum diagnóstico que justificasse algum tratamento.

O racismo institucionalizado é determinante no acesso diferenciado dos afro-descendentes aos equipamentos sociais e gera conflitos nas relações inter-raciais, provocando desigualdades na forma de inserção dos grupos racialmente oprimidos, com impactos perversos em sua dinâmica psíquica (Silva, 2004, p.130)

No que se refere à saúde mental, o racismo desencadeia sofrimento, pois a sensação de exclusão, de não pertencimento e as múltiplas formas de violência que a população negra

brasileira enfrentam e o não acesso adequado aos tratamento, impacta negativamente a saúde mental dessa população.

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas consciente ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam. (Almeida, 2018, p.22)

Mesmo que uma pessoa negra não tenha passado por alguma situação de racismo ao longo da sua vida, o fato de presenciar conhecidos ou até pessoas desconhecidas passando por essa situação pode afetar a sua mental desse indivíduo, pois a sensação de insegurança e medo imaginado que em algum momento ele pode passar por esta situação fica em seu inconsciente. Segundo Varella (2022, s.p) “isso tem nome: trauma vicário, que é quando você não sofreu diretamente uma violência, mas testemunhou alguém que passou por ela”. A falta de representatividade negra na TV, nas redes sociais e nas demais esferas da sociedade pode afetar a construção da identidade de crianças negras, fazendo-as rejeitar seus próprios semelhantes

A criança negra vivencia a retirada do seu direito ao estético, ao belo, sofrendo ao perceber que tudo que lhe diz respeito é entendido comumente de menor valor, o que pode levar a um processo de negação de quem é, de não querer pertencer ao corpo que habita (Santiago, 2020, s.p.).

Consequentemente, a importância da representatividade negra para as crianças está na construção de uma identidade saudável com um impacto positivo na saúde mental das crianças, conforme o Papo de Primeira (2023, s.p.) “a representatividade é fundamental para que as crianças negras possam desenvolver uma autoestima saudável e um senso de pertencimento”.

Promover a representatividade negra para as crianças não é apenas uma questão de justiça social, mas também de cuidado com a saúde mental e emocional dessas crianças. Ao construir um ambiente inclusivo e diverso, estamos construindo um mundo onde todas as crianças possam se sentir aceitas, valorizadas e capazes de alcançar seu pleno potencial (Silva, 2023, s.p.).

No esporte pode-se notar casos de racismo ao longo dos anos, de acordo com Ciaramicoli (2023, s.p.) “aproximadamente 41,8% dos jogadores de futebol ou trabalhadores

negros do futebol do Brasil disseram ter sido vítimas de racismo durante o exercício de sua atividade relacionada”. No futebol predomina o racismo nas arquibancadas, ultrapassando para mensagens racistas nas redes sociais

Em 21/05, deste ano, torcedores do Valencia chamaram o jogador brasileiro do Real Madrid, Vinicius Junior, de macaco desde a chegada do ônibus ao estádio, continuando os insultos e durante o jogo. No segundo tempo, o brasileiro apontou dois torcedores que estavam imitando sons do animal e cometendo racismo contra ele. (Ciaramicoli, 2023, s.p.).

O racismo mata e adocece, onde desculpas não apagam a dor e a humilhação a qual as pessoas negras foram vitimadas, infelizmente permanece a ideia de que, no futebol, as ofensas “fazem parte do jogo”, encarando o racismo como algo admissível. A discriminação racial nas compras pode fazer com que pessoas negras evitem ir às compras, com medo de serem perseguidos dentro dos estabelecimentos com uma vigilância racista e de serem acusados de roubo. Segundo a pesquisa produzida pela Globo (2023 apud Alma preta 2023) “79% dos consumidores negros acreditam que vivenciar situações de discriminação racial no momento das compras impacta diretamente na sua saúde mental e autoestima”. Com medo de comportamento discriminatório, abordagens inadequadas e racistas, pessoas negras estão evitando ir até os estabelecimentos, preferindo por cada vez mais fazer compras online.

O racismo estrutural direcionado a população negra afeta sua saúde mental de diversas maneiras, reforçando assim a necessidade de discutir seus efeitos no cotidiano dessa parte da população, já que situações de discriminações sejam elas “explícitas sejam sutis, produzem estresse e traumas. E esses traumas, acumulados ou vivenciados de maneira mais intensa, podem desencadear, no longo prazo, transtornos psicológicos” (Hospital Santa Mônica, 2022, s.p). Por conta do impacto que o racismo tem na saúde mental das pessoas negras se faz tão necessárias políticas públicas que amparam adequadamente as pessoas.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

As políticas públicas têm um enorme impacto em uma sociedade marcada pela desigualdade, visando garantir os direitos dos cidadãos em diversas áreas, por meio das

políticas públicas, "o governo pode estabelecer diretrizes nacionais e providenciar recursos necessários para alcançar tanto objetivos específicos quanto amplamente definidos" (CNN Brasil, 2023, s.p.).

Segundo Saravia (2006, p. 29 apud Fonseca, 2018, p. 23), as políticas públicas são:

um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

As políticas públicas afetam a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de raça, religião, nível educacional ou nível social, contudo, a população negra é a que mais tem dificuldade em acessar políticas públicas, com a forma do racismo institucional sendo utilizado pelos racistas para impedir a população negra de ter acesso às políticas públicas, principalmente quando se trata ao acesso à saúde.

a população negra e quilombola tem um diferente acesso à saúde, devido ao processo histórico brasileiro que escravizou essa população. Posteriormente, a abolição trouxe liberdade, mas não garantiu os direitos básicos. Todo esse processo acarreta problemas específicos para essa população e, por isso, faz-se necessário o desenvolvimento de uma política específica para a população negra e quilombola (Campos, 2018, s.p.).

Na tentativa de diminuir as iniquidades raciais no Brasil, foram criadas políticas sociais, conforme Höfling (2001, apud Fonseca, 2018, p.34) às “políticas sociais referem-se a ações desenvolvidas pelo Estado que irão, de alguma forma, implementar um padrão de proteção social no país”. Em 2003, foi constituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída por meio do Decreto nº 4.886/2003, tendo como objetivo (Gov.br, 2021, s.p.):

a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária

A vista disso, o Movimento Negro e a população negra tem lutado por qualidade e acesso ao sistema de saúde no Brasil, discutindo influência do racismo e suas práticas no

campo da saúde e saúde mental, desta forma com o intuito da redução das desigualdades o Ministério da Saúde desenvolveu políticas de promoção da equidade. Uma delas é a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída pela portaria nº 992, de 13 de maio de 2009.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da saúde da população negra de forma integral, considerando que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais – em destaque, o vigente racismo – que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras (Ministério da saúde, 2017, p.7).

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) também reconhece o racismo, a desigualdade étnico-racial e o racismo estrutural como determinantes sociais do estado de saúde mental da população negra, tendo como um dos seus princípios:

V – Fortalecimento da atenção à saúde mental das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos negros, com vistas à qualificação da atenção para o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e envelhecimento e a prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e exclusão social; (Ministério da saúde, 2017, p.33).

No Brasil, a discussão de saúde mental da população negra deve acontecer em todas as esferas da sociedade, para que ocorra a criação e fortalecimento de políticas públicas de saúde mental contribuindo para a redução das desigualdades no Brasil em relação à saúde da população negra, tanto em termos individuais quanto coletivos. Quando se analisa a eficácia da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2003), e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009), verifica-se que a implementação de ambas as políticas se mostram precárias, os profissionais de maneira geral não têm estudado sobre o racismo e, este conhecimento faz-se necessário para que os profissionais estejam preparados para lidar com as demandas da realidade de pessoas negras no Brasil.

vítimas de preconceito racial e discriminação recebem pouca atenção da Psicologia clínica. Ele acredita que a Psicologia brasileira tem muito a produzir no conhecimento do racismo e suas consequências na estrutura psíquica tanto das pessoas-alvo quanto das perpetradoras do racismo (Munanga, 2003, s.p, apud Damasceno; Zanello, 2018, p.453).

A contemporaneidade destas políticas nos faz pensar, que no Brasil desde o fim da escravidão das pessoas negras, apenas neste século apontou políticas voltadas para essas pessoas, sendo um tema negligenciado pela sociedade brasileira. A vista disso, se faz importante a representatividade negra na política, pois, a baixa representatividade de negros na política no Brasil, representa a exclusão dessa população nos espaços de poder. Segundo Campos (2023, s.p.) "a ausência de negros e negras reflete não apenas as desigualdades raciais existentes na sociedade, mas também o acesso desigual deles a recursos de campanha, como dinheiro e tempo de televisão". Portanto, a inclusão de negros na política fortalece a pauta antirracista, fazendo com que as políticas públicas instituídas para diminuir a desigualdade racial no Brasil, sejam debatidos em vários setores da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível verificar que a violência contra pessoas negras brasileiras afeta a saúde mental das pessoas e indicam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas para essas pessoas. Apesar dos avanços no campo da legislação no Brasil que recentemente passaram a amparar e proteger a população negra, ainda são muito comuns os casos em todo o território nacional de diversas violências sofridas.

A proposta metodológica da pesquisa possibilitou evidenciar a invisibilidade da produção sistemática de conhecimento e das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra. Este trabalho sinaliza para a importância de discutir e pesquisar o racismo e a saúde mental da população negra na sociedade brasileira. Vale ressaltar que os resultados aqui apresentados, são preliminares, pois, se trata de uma pesquisa que ainda está em andamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Editora Pólen Livros. São Paulo, 2019.
Disponível em:

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf Acesso em: 27 de out.2023

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Abolição da escravidão pela Inglaterra**. 2023. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/abolicao-da-escravidao-pela-inglaterra/#:~:text=A%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Industrial%20iniciada%20na,relacionada%20ao%20processo%20de%20industrializa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 03 de nov.2023

BRASIL. Constituição Federal (Artigos 196 a 200): Seção II DA SAÚDE. 1988. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaofederal.pdf Acesso em: 27 de out.2023

BRASIL. **Lei Áurea**. Publicado em 11 de Novembro de 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/276-lei-aurea>

BRASIL. Constituição Federal (Artigos 196 a 200): Seção II DA SAÚDE. 1988. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaofederal.pdf Acesso em: 28 de out.2023

BRASIL. **LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888**. Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/5/1888, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3353-13-maio-1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20declarada%20extincta%20desde,como%20n'ella%20se%20cont%C3%A9m>. Acesso em: 28 de out.2023

BRASIL. **LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor. Acesso em: **12/09/2023**

CIARAMICOLI, Amanda. **Como o racismo impacta na saúde mental de atletas**. PUBLICADO EM 26/09/2023 Disponível em: <https://marianakotscho.uol.com.br/saude/como-o-racismo-impacta-na-saude-mental-de-atletas.html> Acesso em: 28 de out.2023

CNN BRASIL. **Políticas Públicas: entenda o que são, para que servem e veja exemplos**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/politicas-publicas/#:~:text=Por%20meio%20dessas%20pol%C3%ADticas%2C%20o,objetivos%20espec%C3%ADficos%20quanto%20amplamente%20definidos>. Acesso em: 30 de out.2023

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

CAMPOS, Vívian . **Políticas públicas voltadas para saúde da população negra são essenciais para minimizar os efeitos do racismo.** 2018.

Disponível em:

<https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/10727-politicas-publicas-voltadas-para-saude-da-populacao-negra-sao-essenciais-para-minimizar-os-efeitos-do-racismo#:~:text=efeito%20do%20racismo-,Pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20voltadas%20para%20sa%C3%BAde%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20s%C3%A3o,minimizar%20os%20efeitos%20do%20racismo.> Acesso em: 02 de nov.2023

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos.**

Gouveia, M. & Zanello, V. (2018). Saúde Mental e Racismo: Produção Brasileira. Acesso em: 01 de nov.2023

DIEESE. BRASIL: **A inserção da população negra em mercado de trabalho.** 2022.

Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=1> Acesso em: 03 de nov. 2023

FONSECA, Luísa Righi. **POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA: UM OLHAR PARA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** SÃO BORJA, 2018. Acesso em: 27/10/2023

Governo.br. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.** 2021 Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/politica-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o,das%20demandas%20mais%20imediatas%2C%20bem> Acesso em: 27 out.2023

Hospital Santa Mônica: Ensino e Pesquisa. **Saúde mental da população negra: o que você precisa saber.** Publicado em 8 de novembro de 2022. Disponível em:

<https://hospitalsantamonica.com.br/saude-mental-da-populacao-negra-o-que-voce-precisa-saber/> Acesso em: 19/10/2023

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A Violência contra Pessoas Negras no Brasil

2022. Tipo de publicação: Infográfico de divulgação. Ano da publicação: 2022. Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contrapessoas-negras-no-brasil-2022/ Acesso em: 28 de out.2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma Política do SUS.** 3 Edição . Brasília, 2017. Disponível em:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf Acesso em: 18 de out.2023

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

SACRAMENTO, Livia de Tartari ; REZENDE , Manuel Morgado. **Violências: lembrando alguns conceitos**. Aletheia n.24 Canoas dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20foi%20definida%20pea,morte%2C%20dano%20ps%C3%ADquico%2C%20altera%C3%A7%C3%B5es%20do Acesso em: 27 de out.2023

SILVA, Larissa Maria do Nascimento da. **DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL: a reiteração do racismo estrutural na sociedade brasileira**. João Pessoa- PB. 2020. Acesso em: 28 de out.2023

SILVA, Maria Lúcia da . (2005). **Racismo e os efeitos na saúde mental**. In: **L. E. Batista, S. Kalckmann (Orgs.)**, Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo 2004 (pp. 129-132). São Paulo, SP: Instituto de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sec_saude_sp_saudepopnegra.pdf Acesso em: 28 de out.2023

SANTIAGO, Viviana. **Como a falta de representatividade negra afeta todas as crianças?** Publicado em 20.11.2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/falta-de-representatividade-negra-afeta-todas-as-criancas/> Acesso em: 28 de out.2023

VARELLA, Drauzio. **COMO O RACISMO NO TRABALHO IMPACTA A SAÚDE MENTAL?** Publicado em: 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/psiquiatria/como-o-racismo-no-trabalho-impacta-a-saude-mental/> Acesso em: 28 de out.2023

Papo de Primeira. **A Importância da Representatividade Negra para a Saúde Mental das Crianças**. Publicado em: 22/05/2023. Disponível em <https://www.folhape.com.br/colunistas/papo-de-primeira/a-importancia-da-representatividade-negra-para-a-saude-mental-das-criancas/37504/> Acesso em: 28 de out.2023

RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

RELACIONES SOCIALES SEXUALES Y VIOLENCIA DE GÉNERO

Bibiana Miler Andrade³⁶
Monique Bronzoni Damascena³⁷

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a caracterização das categorias relações sociais de sexo e a violência de gênero, a partir da exposição do referencial teórico levantado para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso que tem como temática “Relações sociais de sexo e Violência de Gênero”, com intuito de dar conta de um dos seus objetivos específicos: Levantar as produções bibliográficas que tratam sobre as relações sociais de sexo e violência de gênero na área do Serviço Social. Buscou-se então apresentar as categorias centrais e de que maneira o Serviço Social aborda essa temática. Para a construção do referencial teórico com base na apreensão das categorias centrais da pesquisa, foi realizado um estado da arte na plataforma Scielo e Periódicos CAPES, no qual observou-se a escassa produção bibliográfica publicada pelo Serviço Social sobre o tema de estudo, por isso, este artigo tem como justificativa o interesse em dar maior visibilidade a importância do Serviço Social em articular teoricamente estas categorias. Será destacado ao longo do artigo aspectos que tratam da violência de gênero e das relações sociais de sexo, já que essa violência se mostra como uma espécie de efeito colateral resultante dessa relação, também, as relações sociais de sexo constituem uma diferença social construída entre homens e mulheres que se torna a chave para violência de gênero, por isso a percepção de violência e gênero estão ligadas.

Palavras-chave: Relações Sociais de sexo; Violência de Gênero; Patriarcado

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la caracterización de las categorías de relaciones sociales sexuales y violencia de género, a partir de la presentación del marco teórico planteado para la elaboración del Trabajo de Finalización del Curso cuyo tema es “Relaciones sociales sexuales y violencia de género”. con el fin de lograr uno de sus objetivos específicos: Relevar las producciones bibliográficas que abordan las relaciones sociales de sexo y violencia de género en el área del Servicio Social. Luego buscamos presentar las categorías centrales y cómo el Trabajo Social aborda este tema. Para construir el marco teórico a partir de la aprehensión de las categorías centrales de la investigación, se realizó un estado del arte en la plataforma Scielo y Periódicos CAPES, en el que se observó la escasa producción bibliográfica publicada por el Servicio Social sobre el tema de estudio. , por lo tanto, este artículo se justifica por el interés de dar mayor visibilidad a la importancia del Trabajo Social en la articulación teórica de estas categorías. A lo largo del artículo se destacarán los aspectos que abordan la violencia de género y las relaciones sociosexuales, ya que esta violencia aparece como una especie de efecto colateral resultante de dicha relación, y

³⁶ Discente de Graduação, Universidade Federal do Pampa, Serviço Social, São Borja/Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: bibianaandrade.aluno@unipampa.edu.br

³⁷ Docente, Universidade Federal do Pampa, Serviço Social, São Borja/Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: moniquedamascena@unipampa.edu.br

las relaciones sociosexuales constituyen una diferencia social construida entre hombres y mujeres que se convierte en el clave para la violencia de género, por lo que la percepción de violencia y género están vinculadas.

Palabras clave: Relaciones sexuales sociales; violencia de género; patriarcado

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade apresentar o referencial teórico levantado a partir do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, buscando dar conta do objetivo específico número 1 (um) que refere-se a: Levantar as produções bibliográficas que tratam sobre às relações sociais de sexo e violência de gênero na área do Serviço Social. Tendo como tema “Relações Sociais de sexo e violência de gênero”, buscou-se através desse artigo apresentar as duas categorias centrais, sendo elas relações sociais de sexo e violência de gênero e de que maneira o Serviço Social articula teoricamente essas duas categorias.

Considerando que o Serviço Social está sempre ligado a pautas de acontecimentos reais que ocorrem na sociedade e rebatem em forma de demandas no cotidiano dos assistentes sociais, por isso, para o Serviço Social como uma profissão interventiva, principalmente nas relações sociais, aproximar-se criticamente de categorias como as relações sociais de sexo possibilitará aos profissionais da área um mecanismo a mais no desvendamentos das expressões da questão social difusas na sociedade, principalmente em casos de violência de gênero.

Para apreender as relações sociais de sexo, primeiramente é necessário expor que elas são construídas social e historicamente a medida em que se entrelaçam por entre as questões de classe, gênero e raça/etnia, constituindo padrões organizacionais de uma sociedade. Assim, tornando-se um elemento fundamental para a vida social, sendo uma construção social permeada pelos conflitos e antagonismos de classe, e é nessa relação que encontramos traduzidos os tipos de opressão, exploração e subordinação das mulheres aos homens que foram perpassando e se fortalecendo por entre os modos de produção que existiram na sociedade. Diante disso, buscaremos expor ao decorrer deste artigo aspectos que tratam da violência de gênero e das relações sociais de sexo, já que essa violência se mostra como uma

espécie de efeito colateral resultante dessa relação.

As relações sociais de sexo constituem uma diferença social construída entre homens e mulheres que se torna a chave para violência de gênero, por isso a percepção de violência e gênero estão ligadas. Assim, identificar a violência de gênero em seus diferentes desdobramentos embasam uma discussão necessária para que sejam elaboradas maneiras de intervir em casos de violência de gênero que se apresentam como demanda ao profissional de Serviço Social.

Para a construção do referencial teórico com base na apreensão das categorias centrais da pesquisa, foi realizado um estado da arte na plataforma Scielo e Periódicos CAPES, no qual observou-se a escassa produção bibliográfica publicada pelo Serviço Social sobre o tema de estudo.

Por fim, buscaremos por meio deste artigo caracterizar as relações sociais de sexo e a violência de gênero, expondo seus aspectos e conceitos atribuídos. Também demonstrar por meio da exposição do referencial teórico o ponto de encontro dessas duas categorias.

2. RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

É necessário acentuar que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social que foi e é construída a partir do modelo de produção em que a sociedade atual se insere.

Para autores como Costa e Pinheiro (2016) as relações sociais de sexo são dialéticas, refletem contradições e concepções que foram definindo ao longo da história determinados papéis para o homem e para a mulher e a partir dessa designação, da consagração da relação dominante e dominado é que foram estabelecidas as desigualdades entre os gêneros, em palavras dos autores isso ocorreu “quando se depositou valor numa suposta superioridade masculina e numa inferioridade feminina, sobressaindo a violência contra a mulher” (Costa; Pinheiro, 2016. p. 365-366).

As relações sociais de sexo conforme exposto pela autora francesa Anne-Marie Devreux (2005), incluem e traduzem todos os tipos de opressão, exploração e de subordinação das mulheres aos homens (Devreux, 2005). Ao dar ênfase nessa análise, a autora discorre sobre o conceito do termo relações sociais de sexo:

O conceito de “relação social de sexo” se firmou pouco a pouco como uma ferramenta de análise, representando a síntese teórica dessas múltiplas dimensões da dominação masculina. No singular, é uma representação científica que traduz a unicidade da lógica da organização do social que constitui essa dominação das mulheres pelos homens e a irredutibilidade dessa dominação a outra relação social (Devreux, 2005, p. 565)

Reiterando, enquanto o termo “relação social de sexo” no singular explica as diversas formas da dominação do homem sobre a mulher, esse termo “relações sociais de sexo” no plural demonstra que essa relação não se constitui apenas no âmbito familiar (pai e mãe/pai e filha) ou âmbito conjugal (marido e mulher), mas sim:

Tratava-se de falar das formas diversas assumidas por essas relações, das formas materiais na exploração do trabalho das mulheres, por exemplo, e das formas simbólicas de opressão ligadas à definição de imagens negativas da mulher e de suas atividades. Assim apreendidas, as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens (Devreux, 2005, p. 565)

Seguindo a mesma autora acima, existe um sistema pelo qual as relações sociais de sexo se expressam em suas atividades e que em conjunto essas modalidades á constituem (ou á constituíram em algum momento, considerando que a sociedade evolui de diversas formas), os primeiros modos de ação expressados por essa relação se configuram em: a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo (Devreux, 2005).

A divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade articulando os campos de trabalho produtivo e reprodutivo, é uma divisão social, é a organização social do compartilhamento do trabalho, consequentemente também do emprego. Portanto, não separa o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo

ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva. O trabalho reprodutivo, cujo reconhecimento como trabalho é resultado de longas pesquisas feministas, diz respeito não somente ao trabalho doméstico propriamente dito, mas, também, ao trabalho parental e a todas as tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas (trata-se do *care* anglo-saxão) (Devreux, 2005, p. 568)

O segundo modo, a divisão sexual do poder é transversal, segundo a autora, pois

perpassa pelos outros dois modos, pautada por pesquisa feminista, a autora expõe que a repartição dos poderes entre os sexos, ou seja, a divisão sexual não adivinha de processos vindos da capacidade física do homem ou da mulher, mas sim de mecanismos criados ao decorrer da história para que os homens se apropriem do poder na divisão de funções produtivas (no trabalho) e reprodutivas, (na família).

Por exemplo, a cidadania respectiva dos homens e das mulheres, isto é, seus direitos e seus deveres perante a comunidade nacional, é definida em função do lugar que eles e elas, supostamente, ocupam na esfera do trabalho e na família. Em outras palavras, também no corte que a sociedade instaura entre o domínio do público e o domínio do privado (Devreux, 2005, p. 568)

Para o terceiro modo, a categorização é criada quando há uma divisão sexual do trabalho ou do poder, é necessário que haja participação do “homem” e da “mulher”, seguindo uma organização pautada em um sistema de normas, valores, estreitando uma oposição entre os gêneros. Como exemplo, a autora usa da função do trabalho parental, onde a mulher é responsável pela “função maternal” por conta de sua função biológica de reprodução sem ter uma parcela do homem nesse trabalho. Essa categorização instituída por meio das relações sociais de sexo fixa na sociedade padrões sociais como:

[...] estabelecer o que é um homem e o que é uma mulher; estabelecer o que é trabalho e o que não o é; o que é produção e o que não o é. Estabelecer, também, o que é normal para uma mulher e o que não o é; estabelecer o que é possível para uma mulher e o que não o é; estabelecer o que é socialmente aceitável e o que é desvalorizável, etc. Tal trabalho de categorização é assimétrico: a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é o masculino, pois o masculino é a norma de referência. É necessário, para essa dominação masculina, ditar o que não é suficientemente viril (por exemplo, com relação à homossexualidade) para consolidar a norma de referência (Devreux, 2005, p. 569)

As relações sociais são resultantes de um sistema de apropriação sobre as mulheres, sistema esse que configura o patriarcado. É importante salientar que o patriarcado se refere ao regime de dominação-exploração feminina e ao poder dos homens sobre as mulheres, é um regime que se prova assegurando o homem de que, eles próprios e seus dependentes irão deter os meios necessários a produção diária e deter também a reprodução da vida. É um sistema que está em constante transformação, mas que não se desprende da sua lógica de poder do homem sobre a mulher, sua base não foi destruída, como afirma Saffioti (2015):

De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc (Saffioti, 2015, p. 48)

Para Cisne (2015), o que qualifica as relações sociais de sexo é o patriarcado, quando determina uma relação de dominação e exploração do homem sobre a mulher, é nesse sistema patriarcal que estamos inseridos que nomeia as desigualdades traduzidas pelas relações sociais de sexo permanentes na sociedade, conforme dito por ela “O patriarcado qualifica as relações sociais de sexo ao explicitar o vetor de dominação e exploração do homem sobre a mulher presente nesta sociedade” (Cisne, 2015, p. 64).

Saffioti (2015) explica que o sistema patriarcal mantém um controle sobre as mulheres a partir do medo a ele associado, e que é essa dinâmica controle/medo que o mantém regente, para ela “não se trata de uns serem melhores que os outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo” (Saffioti, 2015, p. 129)

Assim, o estabelecimento de um sistema patriarcal na sociedade foi e é de fundamental utilidade para o modelo de produção vigente, gerando como consequência a coisificação das mulheres, e reafirma a constante ideia de que a mulher é submissa às vontades do patriarcado.

Entretanto não seria impossível imaginar que em algum momento haja mudanças significativas nesse sistema, “uma vez que ele não ‘cristaliza’ esta dominação, apenas a explicita claramente” (Cisne, 2015, p. 66). Portanto, ainda para a autora, é necessário expor esse sistema opressor das mulheres para que seja possível manifestar criticamente e politicamente o estabelecimento de relações igualitárias (Cisne, 2015).

3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Refletir a violência de gênero na contemporaneidade brasileira é essencial para compreendermos de que maneira os resultados da desigualdade social caracterizam a nossa realidade. Tornando necessário entender que as mulheres têm sido expostas, ao longo da história, a opressões e violações de seus direitos que se agravam constantemente.

Ao desenvolver o conceito de violência de gênero e como ela se constitui, é pertinente aqui relaciona-la às relações sociais de sexo, e aponta-la como seu efeito colateral, pois é nessa categoria que se concentra a explicação para a exploração e opressão. Dito isso, Teles e Melo (2003, p. 18 apud, Carneiro; Fraga, 2012) ao definir o conceito de violência de gênero dizem que significa “uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher (Teles; Melo, 2003, p.18, Apud, Carneiro; Fraga, 2012, p. 376), ainda apontam que essa violência é consequência da imposição e definições de papéis para os homens e para as mulheres, que com os reforços ideológicos do patriarcado se induziu, e é preciso afirmar que ainda induzem, relações violentas entre os sexos e que essa violência não é fruto da natureza dos sexos, onde o homem é mais forte e a mulher é mais fraca, mas sim de um processo de socialização (Teles; Melo, 2003, apud, Carneiro; Fraga, 2012).

Cabe a partir disso, identificar brevemente como as relações sociais de sexo influenciam na violência de gênero, se faz relevante relacionar a fala dos autores acima com o terceiro modelo de ação das relações sociais de sexo apresentado pela socióloga francesa Anne Marie Devreux (2005), a categorização, pois é nesse modo que se faz a imposição de papéis à sociedade. Papéis esses que ditam como devem ser os homens e como devem ser as mulheres, em que lugar elas pertencem em um sistema patriarcal, onde o homem detém o poder de exploração e dominação sobre a mulher, constituindo relações desiguais e que são fortalecidas pelo modo de produção capitalista, que mercantiliza as relações sociais e mantém forte os processos de dominação e exploração depositando valor a superioridade masculina e como consequência fortalecendo a violência de gênero (Costa; Pinheiro, 2016).

Para Teresa Lisboa (2014), o conceito violência de gênero vai para além da força física, se desdobrando em meio a imposições sociais e pressões psicológicas, entre outras tipagens de violência que segundo a autora, tem efeitos que causam tal trauma que é possível gerar mais sofrimento para a vítima do que a ação física. Entre os tipos de violência de gênero, ressalta Lisboa:

a violência emocional, invisível, simbólica, econômica, entre outras [...] violência de gênero engloba várias formas de violência: violência doméstica, violência contra a mulher, violência familiar ou intrafamiliar, violência conjugal, violência sexual (no interior da família e em diferentes âmbitos da comunidade), violência psicológica, patrimonial, tráfico de mulheres e de meninas para fins de prostituição etc. As temáticas mais específicas como o abuso sexual de crianças e adolescentes, maus-tratos infantis, incesto (violências exercidas especialmente pelo fato de serem mulheres) também estão incluídas nesse vasto “guarda-chuva” que abriga a diversidade de tipologias que cabem no conceito (Lisboa, 2014, p. 36).

A violência de gênero engloba em seu total significado todo ato de discriminação que acaba por submeter as mulheres aos diferentes aspectos de violação, configura todo o ataque, seja ele simbólico ou material, que afete sua liberdade, assim como sua intimidade, segurança e integridade moral e/ou física. Para Velasquez (2006, apud Lisboa, 2014, p. 39) violência em seu significado “indica uma maneira de proceder que ofende e prejudica a alguém mediante o uso exclusivo da força” (Velazquez, 2006, p. 27, apud Lisboa, 2014, p. 39).

Assim, ao ponto em que se define que a violência de gênero é causa da diferença social entre homens e mulheres, conforme dito por Lisboa “a desigualdade entre homens e mulheres é a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero”, (Lisboa, 2014, p. 39).

Para as autoras Carneiro e Fraga (2012), a violência de gênero é passada de geração para geração, mantendo o poder com o homem fazendo com que esse seja usado para oprimir e dominar a mulher, fixando o modelo patriarcal familiar na sociedade (Carneiro, Fraga 2012). Pois o patriarcado é um regime de dominação-exploração feminina e de poder dos homens sobre as mulheres. Neste artigo nos direcionamos principalmente a violência de gênero contra a mulher.

Entretanto, trazendo brevemente outra perspectiva da violência de gênero em contraponto ao que foi dito por outras autoras citadas acima que consideram a violência de gênero apenas em relação homem-mulher pois é o homem o autor central da violência, a autora Saffioti (2015), que apesar de ressaltar que o que move a violência de gênero é sim a relação de poder do homem contra a mulher, mas também aponta que:

A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de gênero. Esta, teoricamente, **engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens**, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2015, p. 46-47, grifo nosso).

Ainda afirma que a desigualdade entre os gêneros não é previamente estabelecida, ela é construída frequentemente ao longo da vivência e por tanto, o gênero é relativo nessa relação de desigualdade, não necessariamente sendo homem-mulher (embora a autora afirme que de fato a violência de gênero se configure de forma mais difundida em uma relação homem-mulher), mas podendo essa relação se dar por homem-homem mulher-mulher, como se trata de relações dadas pela gramática sexual para a autora “isto não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sob a rubrica de violência de gênero”, (Saffioti, 2015, p. 75).

A violência de gênero, principalmente nas modalidades familiar e doméstica, não surge de forma aleatória, ela é construída a partir de uma organização social de gênero, que é benéfica obviamente ao sexo masculino. Saffioti (2015), aponta que nas duas modalidades citadas acima, a violência de gênero “ignora fronteiras de classes sociais, de grau de industrialização, de renda per capita, de distintos tipos de cultura (ocidental x oriental) etc” (Saffioti, 2015, p. 87-88). Portanto, a violência de gênero, independe de classe social, ela acontece e não é “privilegio” da classe menos abastada, porém para a classe que detém um certo poder econômico e político a facilidade de abafar um caso de violência é maior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente diante deste estudo, destacar que ao se falar de violência de gênero, se faça diretamente a ligação com uma violência de gênero contra a mulher. Como já dito a violência de gênero advém de uma diferença social entre homens e mulheres, a chamada relações sociais de sexo, é de conhecimento comum que as mulheres vêm sendo submissas de um sistema patriarcal machista que nos oprime e nos explora em nome de uma suposta “superioridade masculina”.

As mulheres historicamente vêm sofrendo com essas violações de integridade física e mental, sendo oprimidas e diminuídas ao longo dos anos, em diferentes modelos de produção, principalmente nesse modo de produção vigente, o modo de produção capitalista, em que nos tornamos meras mercadorias e objetos de reprodução. É necessário para nossa independência e para que consigamos nos desprender das amarras desse sistema patriarcal que dita regras de como devemos nos comportar e o que devemos suportar pelo bem da família e da sociedade, estarmos cientes e integradas a movimentos que busquem nossa liberdade e lutem pelos nossos direitos.

Diante do exposto, para além de compreender os efeitos das relações sociais de sexo na violência de gênero, esse artigo possibilitou verificar de que forma o Serviço Social vem se articulando teoricamente às categorias violência de gênero e relações sociais de sexo, considerando essa uma profissão crítica engajada nas lutas sociais, que trabalha na defesa de uma sociedade livre e igualitária. Também, demonstrar a importância da profissão em se aproximar ainda mais dessa temática, dada a escassa produção de bibliografias levantadas para a produção deste artigo, considerando este um assunto que rodeia a realidade atual e se apresenta como demanda nos espaços ocupacionais em que o Serviço Social está inserido.

Por fim, este referencial teórico apresentado será importante para dar base e sustentabilidade para a pesquisa que ainda está sendo desenvolvida para o componente Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

REFERÊNCIAS

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o Gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p.268-286, maio/ago. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4BsYkfms3cs63MHs6pWsYBC/?format=pdf&lang=pt>

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA Cristina Kologeski. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 369-397, abr./jun. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zPkd4nCFLC98THTyXhmYLLB/?format=pdf&lang=pt>

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. 1 ed. São Paulo : Cortez, 2015.

COSTA, Renata Gomes da; PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7389/10112>

DEVREUX, Anne-Marie. A TEORIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/MMP766vNSt4kG5fQskyxrMD/?format=pdf&lang=pt>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/?format=pdf&lang=pt>

LISBOA Teresa Kleba. VIOLÊNCIA DE GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEU ENFRENTAMENTO E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>

SAFFIOTI, Heleieth. **GÊNERO PATRIARCADO VIOLÊNCIA**. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2015

TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

TRATA DE PERSONAS CON FINES DE EXPLOTACIÓN SEXUAL EN BRASIL

Maria Eduarda Reis dos Santos³⁸

Elisângela Maia Pessoa³⁹

Resumo: O tráfico de pessoas é um dos que mais gera lucros, por isso existe um número significativo de vítimas. Considerando tal fato, estabeleceu-se enquanto objetivo: analisar como está constituído o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil, para dar visibilidade à referida temática no âmbito do Serviço Social. Para esse fim, realizou-se uma pesquisa exploratória qualitativa, que foi executada a partir de pesquisa bibliográfica em produções que discutem o tema com coleta de dados na plataforma Google Acadêmico. O recorte temporal foram produções dos últimos cinco anos que levaram em conta o território brasileiro. Descobriu-se que as vítimas geralmente são do sexo feminino, possuem filhos/as, têm faixa etária entre 15 a 27 anos, são oriundas de classes populares e foram vítimas de algum tipo de violência. Os motivos que levam as vítimas a serem traficadas são o desemprego, a procura por melhores empregos e salários, a busca por melhores condições de vida e a situação socioeconômica. O perfil dos/as aliciadores/as na maioria das vezes são homens, brasileiros, próximos das vítimas, possuem mais de 30 anos, têm negócios em casa de shows, bares e agências de turismo. Os fatores que influenciam esse crime são a globalização, as redes sociais/internet e a eficiência das redes de comunicação. Constituem-se enquanto desafios o fato de que as pessoas que deveriam aplicar as penalidades estão em algumas circunstâncias envolvidas com o crime, as leis não são aplicadas conforme previstas, há falta de informação, as rotas mudam constantemente e persiste uma incidência baixa de denúncias.

Palavras-chaves: tráfico de pessoas; exploração sexual; violência.

Resumen: La trata de personas es una de las que más ganancias genera, por lo que existe un número importante de víctimas. Considerando este hecho, se estableció el objetivo: analizar cómo se constituye la trata de personas con fines de explotación sexual en Brasil, para dar visibilidad a la temática mencionada en el ámbito del Servicio Social. Para ello se realizó una investigación exploratoria cualitativa, la cual se realizó a partir de una investigación bibliográfica sobre producciones que tratan el tema con recolección de datos en la plataforma Google Scholar. El cronograma fue de producciones de los últimos cinco años que tuvieron en cuenta el territorio brasileño. Se conoció que las víctimas en general son mujeres, tienen hijos, tienen entre 15 y 27 años, provienen de clases populares y han sido víctimas de algún tipo de violencia. Los motivos que llevan a las víctimas a ser objeto de trata son el desempleo, la

³⁸ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA- Campus São Borja/RS. E-mail: mariaerds.aluno@unipampa.edu.br.

³⁹ Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS); Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br

búsqueda de mejores empleos y salarios, la búsqueda de mejores condiciones de vida y la situación socioeconómica. El perfil de los reclutadores suele ser masculino, brasileño, cercano a las víctimas, mayor de 30 años, con negocios en salas de conciertos, bares y agencias de turismo. Los factores que influyen en este delito son la globalización, las redes sociales/internet y la eficiencia de las redes de comunicación. Los desafíos incluyen el hecho de que las personas que deberían aplicar sanciones están en algunas circunstancias involucradas con el crimen, las leyes no se aplican como se espera, hay falta de información, las rutas cambian constantemente y persiste una baja incidencia de denuncias.

Palabras clave: trata de personas; explotación sexual; violencia.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo vai dissertar sobre uma temática que por momentos, remete ao tempo do “Brasil Colônia”, uma vez que resquícios da escravidão ainda persistem em materializar-se, uma vez que, o terceiro tráfico mais lucrativo do mundo, trata-se do tráfico de pessoas (Assessoria de Imprensa, 2021), possuindo ênfase no mais comum que é para fins de exploração sexual. Para dar conta da pesquisa realizada, esse trabalho foi elaborado a partir de um objetivo geral que foi de analisar como está constituído o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil, para dar visibilidade à referida temática no âmbito do Serviço Social. Ainda, foram estabelecidos três objetivos específicos que foram: a) entender o perfil das pessoas envolvidas no crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil; b) identificar os principais fatores que influenciam o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil e c) investigar quais são os desafios encontrados para combater o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil.

Este artigo possui esse tema e esses objetivos em razão do tráfico de pessoas segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) ser o terceiro tráfico mais lucrativo, o qual movimentava 32 bilhões de dólares em todo o mundo, sendo que desse valor, 85% provêm da exploração sexual (Conselho Nacional De Justiça, s/a).

Outro motivo desse trabalho dissertar sobre esse assunto é que segundo o Relatório sobre o Tráfico de Pessoas (2022) em 2021, o governo brasileiro relatou ter identificado 441 vítimas do tráfico de pessoas, porém não foi identificado para que fins (U.S. Mission Brazil, 2022). Segundo a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (PESTRAF) o Brasil possui 241 rotas de tráfico, sendo 131 internacionais

e 110 domésticas (Barros, *et al.*, s/a). Ainda, acrescenta-se o fato, de que de acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública/Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (MJSP/CGETP) 29 pessoas foram traficadas para fins de exploração sexual em 2020 (Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021).

Em consequência desses dados torna-se de extrema relevância esse artigo para que as pessoas possam saber do que trata-se essa temática e possam compreender que trata-se de um fenômeno presente no Brasil. Por fim, o estudo torna-se importante, para que os/as assistentes sociais elaborem e coloquem em prática projetos de prevenção e combate baseados nas informações encontradas no referido trabalho.

Para dar conta dessa temática foi realizada uma pesquisa no componente de Pesquisa em Serviço Social II, com enfoque qualitativo (Minayo, 2004), uma abordagem exploratória (Cervo; Bervian; Da Silva, 2007), com um recorte bibliográfico (Lima; Miotto, 2007). A pesquisa foi elaborada e realizada a partir do método dialético crítico e suas categorias totalidade, historicidade e contradição.

Quanto a coleta de dados a pesquisa teve uma amostra não probabilística, intencional (Richardson, 2008; Soriano, 2001), sendo que essa amostra possuiu como objeto de estudo como se constitui o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil. Teve-se como universo de estudo materiais bibliográficos brasileiros que discutem sobre essa temática e possuiu como unidade de observação artigos publicados online.

Para a escolha desses materiais os critérios de seleção de inclusão foram: artigos online, disponíveis no Google Acadêmico, publicados nos últimos cinco anos e oriundos da língua portuguesa. Quanto aos critérios de exclusão, foi estabelecido que não seriam selecionados artigos com experiências de tráfico fora do Brasil. Consequentemente foram encontrados três artigos que cumpriram com esses critérios, dessa forma esses fizeram parte da amostra que foi analisada. Para facilitar e padronizar o mapeamento dos artigos dentro da plataforma google acadêmico foram utilizados os seguintes descritores: tráfico de pessoas; tráfico para fins de exploração sexual e tráfico de pessoas no Brasil.

Quanto a técnica de coleta de dados foi utilizada a observação indireta e estruturada (Marconi; Lakatos, 2006), pois os dados foram obtidos indiretamente por meio de leituras e interpretação em três artigos sendo utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro

norteador. A análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo (Minayo, 2004) em três artigos, que tiveram seus conteúdos analisados a partir de três fases que segundo Minayo, (2004) são divididas em: ordenação dos dados; classificação dos dados e análise final.

O desenvolvimento do artigo está organizado em subtítulos que versão sobre: tráfico de pessoas no território brasileiro, perfil das pessoas envolvidas no tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil, motivos que levam as vítimas a serem traficadas para fins de exploração sexual no Brasil, fatores que influenciam o tráfico de pessoas no Brasil, evolução da legislação sobre tráfico de pessoas, desafios para combater o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil e considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Tráfico de Pessoas no Território Brasileiro

O tráfico de pessoas não é uma coisa nova no Brasil, pois teve início no século XVI com a chegada “acidental” dos portugueses nesse território, já que esses não tinham pessoas suficientes em seu território para virem realizar trabalho considerado “braçal”, visto que com o ciclo econômico da cana-de-açúcar que estava surgindo era preciso um contingente significativo pessoas para realização do trabalho. Tais circunstâncias, foi um dos fatores motivadores do tráfico de pessoas que foram retiradas do território africano a força para serem exploradas no Brasil (Costa, 2019; Trabalhos Gratuitos, 2017). Infelizmente, atualmente o Brasil é um dos países que mais trafica pessoas para fins de exploração sexual.

2.2 Perfil das pessoas envolvidas no tráfico de pessoas para fins de Exploração Sexual no Brasil

As vítimas geralmente são do sexo feminino, tem faixa etária entre 15 a 27 anos (Carvalho, 2022), são mulheres e crianças, a maioria das mulheres possuem filhos/as, são oriundas de classes populares, apresentam baixa escolaridade, possuem atividades laborais de baixa exigência (Leal; Leal, 2002 apud Silva; Siqueira, 2021), passaram por situação de vulnerabilidade socioeconômica e sofreram algum tipo de violência interfamiliar e

extrafamiliar (OIT, 2005, apud Macêdo, 2021, p. 25). Embora o perfil predominante, seja o feminino, porém como ressalta Silva e Siqueira (2021, p.11) existem casos em que homens, travestis e gays também são vítimas da rede de tráfico.

Os/as aliciadores/as na maioria das vezes são homens, possuem mais de 30 anos (Dias, 2015 apud Silva; Siqueira, 2021), brasileiros/as, sendo próximos/as das vítimas, possuem “grau de escolaridade de nível médio a superior, facilitando a prática do crime, tendo em vista a complexidade de negociar com o mercado exterior e diferentes ramificações mercantis” (OIT, 2005, apud Macêdo, 2021, p. 23), têm negócios comerciais com casa de shows, bares e agências de turismo.

O fato de as vítimas geralmente serem do sexo feminino e os/as aliciadores/as do sexo masculino reforça, o fato de viver-se em numa sociedade patriarcal, onde homens têm domínio e poder sobre as mulheres e demais sujeitos. Esses homens, também podem ver as mulheres como um objeto sexual que têm que servir suas vontades, isso vem desde quando o Brasil foi colonizado pelos portugueses, pois eles traziam as mulheres da África e da Europa para servirem como objetos sexuais (Silva, 2021). As crianças também são bastante traficadas por serem mais fáceis de serem manipuladas (Silva; Siqueira, 2021).

Vivermos numa sociedade machista em que as mulheres têm a responsabilidade com os afazeres domésticos e têm que cuidar dos/as filhos/as, muitas vezes sozinhas. Já os homens, não raro, abandonam a família, sem obterem a mesma forma de julgamento destinado as mulheres. Perdura, na sociedade, o fato dos salários das mulheres, na maioria das vezes, serem mais baixos do que o dos homens devido ao machismo enraizado na sociedade. Sendo assim essas mulheres, acabam tornando-se alvos, já que os/as aliciadores/as vão usar esse fato como estratégia para enganar essas vítimas com propostas ilusórias de trabalho com salários superior ao mercado de trabalho.

Outra característica é que as vítimas são de classes populares, pois vivemos numa sociedade capitalista que divide-se as classes sociais, entre os proprietários dos meios de produção que acumulam muita riqueza, porém esses são um número muito pequeno da população e os/as trabalhadores/as “privados” dessa propriedade, que vendem sua forma de trabalho, sendo a maioria da população, os quais recebem salários muito baixos que não possibilitam a sobrevivência básica. Dessa forma, a maioria da população possui uma situação socioeconômica baixa, inseridos/as de forma intensa, nas mais diversas facetas do

trabalho informal. Tal situação é agravada pelo fato de viverem em um país com uma ideologia neoliberal que prega que a responsabilidade é individual, em uma perspectiva liberalista.

Outro aspecto que as vítimas possuem é a baixa escolaridade, o que facilita a incompreensão quanto ao fato de estarem aliciadas. Muitas vezes não têm conhecimento sobre essa temática ficando mais vulneráveis em cair no discurso alienante desses/as criminosos/as.

Até o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 esse acesso à educação foi negado para a maior parte da população brasileira, pois os/as únicos/as que tinham acesso às escolas estatais eram a elite. Apesar do ensino ter avançado em termos de ser universalização, não existem políticas eficazes para a permanência das pessoas na escola, pois várias pessoas abandonam à escola para poder auxiliar no sustento básico da família. Isso tende a ocorrer, como indicado anteriormente, porque o país não possui uma política de pleno emprego, por possuir uma ideologia neoliberal que influencia na redução de investimentos nas políticas sociais.

Porém, na contramão, os/as aliciadores/as possuem um grau de escolaridade de nível médio a superior o que facilita os trâmites necessários para aliciar e locomover as vítimas. Nesse sentido o Brasil precisa investir mais na política da educação e criar um mecanismo para que as pessoas consigam não apenas entrar, mas permanecer na escola, o que abria mais oportunidades e esclarecimentos quanto possíveis engodos que levam ao tráfico de pessoas.

2.3 Motivos que levam as vítimas a serem traficadas para fins de Exploração Sexual no Brasil

Os motivos que levam essas pessoas a serem traficadas são a pobreza que é uma expressão da questão que emerge a partir do conflito entre capital e trabalho (Montaño, 2012). Isso aconteceu devido a acumulação privada do capital que ocorre no sistema capitalista, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas é o causador do empobrecimento da população que se torna um dos motivos, inclusive, para as vítimas serem traficadas, pois com isso elas se tornam mais vulneráveis às informações indicados pelos/as aliciadores/as.

Outro motivo é o desemprego que também é gerado por esse sistema, já que ele precisa do exército industrial de reserva, constituído por pessoas desempregadas. Dessa forma, oferta-se salários baixos, porque infelizmente, vai ter alguém, que mesmo sob condições precárias, irá trabalhar por um salário irrisório, pois as pessoas precisam de dinheiro para sobreviver.

Esse fator piora no Brasil, por não ser um país, dessa forma grande parte da população não possui uma situação socioeconômica favorável e assim vão procurar empregos com salários mais altos em outros lugares para conseguirem ter melhores condições de vida. Assim, quando os/as aliciadores/as trazem propostas que giram em torno da oferta de ótimos salários, que proporcionariam evidente melhoria na condição de vida das vítimas, essas acreditam nas propostas apresentadas (Carvalho, 2022). Para amenizar esses fatores, o Brasil e outros países precisam criar políticas de pleno emprego e com salários condizentes com a inflação. Outro motivo dessas pessoas serem traficadas é porque passaram por algum tipo de violência, o que facilita sujeitarem-se a emergirem em um cenário desconhecido em busca de alívio de dores emocionais e econômicas.

2.4 Fatores que influenciam o Tráfico de Pessoas no Brasil

Dentre os fatores, impulsionadores do tráfico de pessoas, os artigos analisados apontam a globalização enquanto estimuladora, pois enquanto um fenômeno do modelo econômico neoliberal, que consiste na mundialização do espaço geográfico por meio da interligação econômica, política, social e cultural (Guitarrara s/a), possibilitou a integração dos países, possibilitando “amadurecimento” do capitalismo no contexto internacional, potencializando, o aumento de uma população, cada vez mais desigual.

Esse processo também facilitou a locomoção das pessoas entre os países, está cada vez mais fácil a comunicação entre pessoas a quilômetros de distância, embora esse fato possa trazer benefícios, também passou a facilitar o tráfico de pessoas, pois os/as aliciadores/as se comunicam e locomovem as vítimas pelo mundo com maior agilidade (Ary, 2009, apud Macêdo, 2021, p. 45). As pessoas procuram em outros lugares, geralmente outros países, melhores condições de vida, tornam-se acessíveis aos/as aliciadores/as, mesmos que esses

estejam a quilômetros de distância, o que também não possibilita que as vítimas obtenham informações precisas sobre as informações prestadas pelos/as aliciadores/as.

Em consequência disso essas pessoas muitas vezes acabam indo residir em lugares piores do que elas viviam, contraindo dívidas altíssimas com os/as aliciadores/as, pois eles/as fazem todo o processo de locomoção e as vítimas só podem voltar ao seu país de origem, quando pagarem tudo, porém os juros estabelecidos pelos/as aliciadores/as são muito altos e dessa forma quase nunca conseguem pagar.

Outro fator influenciador, conforme apresentado pelos artigos, são as redes sociais, pois as pessoas acabam postando detalhes de seu cotidiano, fica fácil para os/as aliciadores/as acharem todas as informações necessárias para enganar vítimas (Pinto, 2016 apud Silva; Siqueira, 2021). Tal situação indica que as redes sociais deveriam ter um maior monitoramento preventivo, que possa constatar contatos internacionais suspeitos.

2.5 Evolução da Legislação sobre Tráfico de Pessoas

Em consequência dos dados apresentados acima, foram criadas leis no Brasil em torno do tráfico de pessoas. A primeira lei que trouxe menção ao tráfico de pessoas, bem diferente do conceito atual, foi datada em 1915, com a retificação da redação do código penal de 1890 no artigo 278 em conjunto com o artigo 277, o qual penalizava a atividade de favorecer a prostituição de outrem. O primeiro parágrafo do artigo 278 tratava sobre casos de tolerância, falando no desencaminho de mulheres e sinalizava preocupações com deslocamentos de mulheres para prostituição, ainda que com o seu consentimento (Cardoso, 2021). O tráfico de pessoas recebe um artigo específico pela primeira vez em 1940 com a elaboração do novo código penal com a seguinte redação no artigo 231:

Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha a exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro. Pena [...]. Se a apontada vítima tivesse entre 14 e 18 anos de idade, se (o) agente fosse ascendente, descendente, marido, irmão, tutor ou curador ou afim, se houvesse emprego de violência, grave ameaça ou fraude, ou se fosse cometido com fim de lucro, aumentava-se a pena (Brasil, 1940, s/p).

Até aqui podemos ver que as leis só se preocupavam com o tráfico de mulheres, isso somente mudou em 12 de março de 2004 quando o Brasil aprovou o texto do Protocolo de

Palermo em português. Trata-se de um instrumento internacional que determina padrões mínimos que precisam ser respeitados na luta contra o tráfico de pessoas (Cardoso, 2022; UNODC, s/a), o qual estabelece em seu artigo 3º, “a”, a primeira definição, aceita no cenário internacional, de tráfico de pessoas:

Por “tráfico de pessoas” entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a extração de órgãos (Brasil, 2004, s/p).

Mesmo após a validação do Protocolo de Palermo no Brasil, não houve a mudança esperada no ordenamento jurídico brasileiro, em consequência disso em 6 de outubro de 2016 foi promulgada a Lei nº 13.344, sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil para retificar a falha legislativa e proporcionar a garantia dos três fundamentos internacionalmente aconselhados: a) prevenção, b) repressão e c) atendimento às vítimas. O artigo 149-A abordando o tráfico de pessoas revogou os artigos 231 e 231-A que tratavam da mesma matéria (Cardoso, 2022; Torres, 2016). O artigo 149-A do código penal indica enquanto tráfico de pessoas:

Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I - remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; II submissão a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submissão a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; V - exploração sexual (Brasil, 1940, s/p).

Apesar de existir essas leis é muito complexo combater o tráfico de pessoas, pois existem alguns desafios que serão relatados no próximo item.

2.6 Desafios para combater o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual no Brasil

Os desafios encontrados para combater esse crime, segundo artigos analisados, são que as pessoas que deveriam aplicar as penalidades estão envolvidas nesse crime (Silva;

Siqueira, 2021), esse fato acontece como dito anteriormente, pois vivemos numa sociedade capitalista, dessa forma as pessoas querem cada vez mais acumular dinheiro. Assim, profissionais que deveriam aplicar as penalidades aos/as aliciadores/as que estão a frente do tráfico de pessoas, acabam envolvendo-se no referido crime ao colaborarem com a perpetuação do tráfico por meio do recebimento geralmente de propina. Em decorrência desse fato deveria ter uma inspeção nos órgãos que tratam desse crime para que isso não ocorra, ou pelos menos seja minimizando, autuando os/as profissionais envolvidos.

As leis não são aplicadas (Dias, 2005 apud Silva; Siqueira, 2021), isso ocorre por vivermos num país com ideologia neoliberal que influencia na redução de investimentos nas políticas de proteção social. As legislações, embora bem estruturadas, não recebem recursos suficientes para serem colocadas em prática, dessa maneira as leis direcionadas para esse crime nem sempre são aplicadas ou quando são aplicadas são pautadas na precariedade de recursos, principalmente quanto a fiscalização e políticas de atendimento alternativo as vítimas.

Outra dificuldade encontrada para combater esse crime é a falta de informação (Silva; Siqueira, 2021), pois apesar de existir vários trabalhos sobre esse tema, algumas campanhas acabam não chegando até as pessoas com maior vulnerabilidade social, pois muitas dessas estratégias de combate são realizadas através das mídias, as quais um número significativo da população não possui acesso, dessa forma poderiam ser feitas atividades sobre essa temática nos Centros de Referência da Assistência Social (CRASS) e nas Estratégias Saúde da Família (ESFs), pois são lugares que as pessoas mais vulneráveis acessam em algum momento de procura por auxílios.

Outro complicador, reside no fato das rotas de tráfico mudarem constantemente (Silva; Siqueira, 2021), assim, fica mais difícil de conseguir acabar com esse crime, por isso o Brasil deveria ter uma fiscalização maior com quem entra e sai do país. Por fim, outro fator que dificulta o combate desse crime é a incidência baixa de denúncias (Carvalho, 2022), pois muitas vezes as vítimas vão para lugares isolados e não conseguem comunicar-se com ninguém ou por ameaças de morte acabam não denunciando, porque não possuímos leis adequadas que consigam proteger essas vítimas por um longo tempo depois que fazem a denúncia. Outro fator, seria por vergonha do ocorrido, sendo que emerge um sentimento de

culpa, portanto deveriam ter políticas de proteção para as vítimas mais rígido, já que os/as aliciadores/as apesar de serem presos/as, não ficam muito tempo na prisão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, relata sobre como surgiu o tráfico de pessoas no território brasileiro, qual é o perfil das vítimas, os motivos que levaram essas a serem traficadas, o perfil dos/as aliciadores/as, os fatores que influenciam o tráfico de pessoas, a evolução da legislação sobre tráfico de pessoas e os desafios encontrados para combater esse crime.

Tal modalidade de crime surgiu no período colonial quando os portugueses precisaram de mais mão de obra, optando por tirar o povo africano a força de seu território via tráfico de pessoas.

Constatou-se que atualmente, as vítimas desse crime geralmente são do sexo feminino, geralmente mulheres e crianças, a maioria das mulheres possuem filhos/as, têm faixa etária entre 15 a 27 anos, são oriundas de classes populares, apresentam baixa escolaridade, possuem atividades laborais de baixa exigência, passaram por algum tipo de violência e por situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os motivos que levam essas vítimas a serem traficadas são o desemprego, a procura por melhores empregos e salários, a busca por melhores condições de vida, portanto a necessidade de melhorarem situação socioeconômica expressa por meio da pobreza.

Os/as aliciadores/as na maioria das vezes são homens, brasileiros, próximos das vítimas, possuem mais de 30 anos, possuem grau de escolaridade de nível médio a superior, têm negócios como casa de shows, bares e agências de turismo.

Os fatores que influenciam esse tráfico são a globalização, as redes sociais/internet e a eficiência das redes de comunicação que facilitam acessos e locomoção de pessoas. Para enfrentar esse crime foi preciso criar leis, porém quando foi criada uma legislação para esse crime só era considerado tráfico quando uma mulher era deslocada para a prostituição.

Atualmente o tráfico de pessoas é reconhecido como recrutamento, a transferência, o acolhimento de pessoas, a partir de formas de coação e entrega ou aceitar benefícios para obter o consentimento de uma pessoa para fins de exploração. No entanto existem desafios para combater esse crime, pois as pessoas que deveriam aplicar as penalidades estão

envolvidas nesse crime, as leis não são aplicadas, há falta de informação, as rotas mudam constantemente e por ter uma incidência baixa de denúncias muitos crimes ficam no anonimato.

A execução da pesquisa realizada, não foi difícil, já que existia um projeto de pesquisa para ser seguido, acrescido de ter vários artigos que falam sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Apesar de ser um assunto que recentemente teve visibilidade, porém a maioria dos artigos são da área do Direito, não foi encontrado nenhum da área do Serviço Social. Portanto é preciso ter mais pesquisas sobre essa temática no Serviço Social, pois a violência que é gerada, a exploração e as violações de direitos que acontecem nesse crime são objetos de trabalho dos/das profissionais dessa área.

Dessa forma esse tema torna-se importante para que os/as futuros/as profissionais e os/as que estão atuando entendam esse processo, para saberem como intervir no atendimento das vítimas e suas famílias de forma adequada, criando grupos que falem sobre esse assunto orientando a comunidade, elaborando e colocando em prática projetos de prevenção e combate ao tráfico de pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE IMPRENSA. Tráfico humano é o terceiro crime mais lucrativo do mundo. **Jornal Nordeste**, 2021. Disponível em: <https://jornalnordeste.com/pagina/variedades/trafico-humano-e-o-terceiro-crime-mais-lucrativo-do-mundo>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

BARROS, Victória; JORDÃO, Shayene; OLIVEIRA, Cristina; PEREIRA, Márcia; REIS, Maria Eduarda; ROBALO, Tiago. **Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual**. Não publicado.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=codigo+penal+1940&oq=codigo+penal+1940&aqs=chrome..69i57.25701j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 06 de maio de 2023

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

CARDOSO, Nathália Flaviana. Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 14 abril 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56352/trfico-de-pessoas-para-fins-de-explorao-sexual-no-brasil>. Acesso em: 07 maio 2023.

CARVALHO, Nathalia Abreu. **Tráfico de Pessoas Para Fins de Exploração Sexual**. Orientadora: Prof. Bárbara Gonzalez Dias Lopes. 2022. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/29690>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

CERVO, Amado L; BERVIAN. Pedro A; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Tráfico de Pessoas**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/trabalho-escravo-e-traffic-de-pessoas/traffic-de-pessoas/>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

COSTA, Renata Ferreira Felix. **Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual**. Orientador: Prof. Me. Rui Edsiomar Alves de Souza. 2019. 51f. TCC (Graduação) Curso de Direito da Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus-ES, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/150>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Dados 2017 a 2020**, 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/relatorio-de-dados-2017-2020.pdf. Acesso em: 29 de abril de 2023.

GUITARRARA, Paloma. "Globalização: o que é, causas, características, efeitos"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/globalizacao.htm>. Acesso em 27 de junho de 2023.

LIMA, Telma Cristiane; MIOTO, Célia T. Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katályse**. v.10 Florianópolis, 2007.

MACÊDO, Gabriel Santana. **Tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual**. Orientador: Eduardo Granzotto Mello. 2021. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Unisociesc, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/20122>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração,**

análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsH/>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Higor Marques. **Tráfico humano Para Fins De Exploração Sexual.** 2021. 23f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Direito) - Faculdade de Três Pontas-UNIS/MG, Três pontas, 2021. Disponível em: <http://192.100.247.84/handle/prefix/2336>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

SILVA, Larissa Andrade Cunha.

Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual no Brasil. Orientador: Profa. Me. Giovana Gleice Gomes dos Santos Gurpilhares. 2021. 46f. Trabalho de Graduação (Bacharel em Ciências Jurídicas) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5795>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TORRES, Hédel De Andrade. **Avaliação do Impacto Legislativo da Lei Nº 13.344, de 06 de Outubro de 2016 – Lei De Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil.** Orientadora: Karin Kässmayer. 2016. 69f. TCC (Pós Graduação Lato Sensu em Direito Legislativo) Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533857/TCC_Hedel%20Torres.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 de maio de 2023.

TRABALHOS GRATUITOS. **Relato sobre o Documentário Brasil uma História Inconveniente, 2017.** Disponível em:

<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Pedagogia/Relato-sobre-o-Documen%C3%A1rio-Brasil-uma-Hist%C3%B3ria-Inconveniente-1325135.html>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

UNODC. **Prevenção ao Crime e Justiça Criminal: marco legal.** Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

U.S. MISSION BRAZIL. **Relatório sobre o Tráfico de Pessoas 2022 – Brasil.** Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil, 2022. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/relatorio-sobre-o-trafico-de-pessoas-2022-brasil/>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

VINTE E UM ANOS DE VIOLÊNCIA ARMADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

TWENTY-ONE YEARS OF ARMED VIOLENCE IN BRAZILIAN SCHOOLS

Eduardo Cechin da Silva⁴⁰
Ana Carolina Alves Minuzzo⁴¹
Jaina Raqueli Pedersen⁴²

Resumo: A violência armada nas escolas brasileiras é um fenômeno que vem crescendo nos últimos anos, apresentando para o conjunto da sociedade desafios complexos para o seu enfrentamento. Neste texto, são apresentados resultados parciais de pesquisa em andamento, objetivando-se identificar o perfil dos autores e vítimas da violência armada nas escolas, a fim oferecer subsídios que contribuam para o desvendamento deste fenômeno. Assim, o método dialético crítico orienta esse processo, a partir de pesquisa documental de matérias jornalísticas de diferentes veículos de comunicação brasileiros, sob abordagem qualitativa. A amostra constituiu-se de sessenta e seis (66) publicações, possibilitando apresentar as seguintes informações: entre 2002 a setembro de 2023 presenciou-se trinta e dois (32) episódios de violência armada nas escolas brasileiras, 53,1% destas ocorreram nos quatro últimos anos desta década. Em relação ao perfil das vítimas e dos autores, evidencia-se que dos alvos sobreviventes e mortos, 40,1% eram do sexo feminino, enquanto ao perfil dos perpetradores, todos eram do sexo masculino. Quanto à faixa etária dos autores, 48,5% tinham entre 15 a 19 anos; seguido por 31,4% de sujeitos de 10 a 14 anos de idade; apenas um autor estava na faixa etária dos 50 a 54 anos. Denota-se que o perfil dos autores, diferente das vítimas, é heterogêneo, sendo perceptível traços de nocividade em alguns, outros não, os quais eram alunos exemplares, muitos haviam sofrido intimidação sistemática na escola, se confinavam na internet por meio de “jogos violentos” ou grupos extremistas, que estimulavam a violência armada nas escolas.

Palavras-chave: Violência escolar; Violência armada; Capitalismo; Brasil.

Abstract: Armed violence in Brazilian schools is a phenomenon that has been on the rise in recent years, presenting society as a whole with complex challenges to tackle. This article presents the partial results of ongoing research aimed at identifying the profile of the perpetrators and victims of armed violence in schools, in order to provide information that will contribute to unraveling this phenomenon. The sample consisted of sixty-six (66) publications, making it possible to present the following information: between 2002 and

⁴⁰ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Bolsista FAPERGS no Laboratório de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental (LEPETRACS). Voluntário na pesquisa “Violência armada: uma análise crítica do fenômeno”. E-mail: eduardocechin.aluno@unipampa.edu.br.

⁴¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Bolsista FAPERGS na pesquisa “Violência armada: uma análise crítica do fenômeno”. E-mail: anaminuzzo.aluno@unipampa.edu.br.

⁴² Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-RS. Professora Associada de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: jainapedersen@unipampa.edu.br.

September 2023 there were thirty-two (32) episodes of armed violence in Brazilian schools, 53.1% of which occurred in the last four years of this decade. Regarding the profile of the victims and perpetrators, it is clear that of the surviving and dead targets, 40.1% were female, while the perpetrators were all male. As for the age range of the perpetrators, 48.5% were aged between 15 and 19, followed by 31.4% aged between 10 and 14, and only one perpetrator was aged between 50 and 54. It can be seen that the profile of the perpetrators, unlike the victims, is heterogeneous, with traces of harmfulness being noticeable in some, others not, who were exemplary students, many of whom had suffered systematic bullying at school, confined themselves on the internet through "violent games" or extremist groups that encouraged armed violence in schools.

Keyword: School violence; Armed violence; Capitalism; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Os resultados parciais deste trabalho fazem parte da pesquisa em andamento “Violência armada nas escolas: uma análise crítica do fenômeno”. O objetivo do trabalho consiste em identificar o perfil dos autores e vítimas da violência armada nas escolas, a fim oferecer subsídios que contribuam para o desvendamento deste fenômeno. É fundamental a pesquisa sobre o tema, por entender que este vem gerando obstáculos para a educação brasileira, o que demanda conhecimento da realidade para que ações de prevenção e enfrentamento destas situações sejam planejadas e executadas.

Orientado pelo método dialético crítico, realizou-se uma pesquisa documental, sob uma abordagem qualitativa dos dados, tendo como fonte matérias jornalísticas de diferentes veículos de comunicação brasileiros. Assim, foram tabuladas e analisadas sessenta e seis (66) publicações, em média, duas (2) matérias por evento.

Sinteticamente, as etapas da pesquisa foram constituídas de: 1) revisão bibliográfica e documental sobre os temas da “violência armada” e a “violência escolar”; 2) busca em jornais eletrônicos do que vem sendo denominado no Brasil de ataques, chacinas e/ou massacres escolares; 3) tabulação das informações referentes ao ano, local do incidente, tipo de escola, arma utilizada, número de vítimas, de autores dos ocorridos e a motivação da violência.

Nesta perspectiva, foram identificados trinta e dois (32) episódios de violência armada nas escolas durante o período de 2002 a setembro de 2023. Em comparação com as duas décadas que antecederam o período de 2002 a 2023, 53,1% dos casos ocorreram durante o

atual período, sendo que a maioria deles foram praticados nos quatro últimos anos desta década.

Para tanto, o conteúdo do atual trabalho consistente em duas seções, a primeira é composta pela explicação da violência armada como reflexo da formação sócio-histórica do Brasil: desde a exploração aos tempos atuais, que possibilitaram o crescimento da violência com o uso de armas, tal como as ações estatais contemporâneas para combater a violência escolar. Também, serão expostos e analisados os números referentes aos estados em que estes eventos ocorreram e o tipo de dependência administrativa das instituições de educação.

Na última seção, é estudada a relação dos dados informados sobre o perfil das vítimas e dos autores desta violência, com alguns dos principais determinantes da realidade que constituem o trinômio capitalismo-racismo-patriarcado, o qual vêm sendo reproduzido historicamente e, mais recentemente, para manter sua hegemonia conta com a ação de grupos extremistas, que incitam diversas formas de violência, a exemplo da violência armada nas escolas.

2. VIOLÊNCIA ARMADA: REFLEXO DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

Para conceituar a violência, deve ser reconhecida sua polissemia, que de acordo com Stelko-Pereira e Williams (2010, p. 46), com os aspectos históricos e culturais da sociedade se levados em consideração, do mesmo modo como os individuais de quem teoriza a violência, esta pode “se expressar de múltiplas formas e ser compreendida de maneiras diversas”.

Diferente do que é comumente disseminado, conforme Patou-Mathis (2020), a violência não é a-histórica, não sendo intrínseca à origem humana, foi apenas no período neolítico, com a mudança do nomadismo ao sedentarismo, da caça à produção, junto a subsequente acumulação de excedente, é que se tem a violência coletiva como a primeira forma deste fenômeno social.

Sob este fato, viabilizou-se neste artigo, a conceituação de violência da Organização Mundial da Saúde (OMS), sistematizada por: 1) violência coletiva, referindo-se a atos cometidos por grupos, sendo subdividida em social (crime organizado, atos terroristas, linchamentos, entre outros), política (guerras e práticas de extermínio) ou econômica (em

vista da obtenção de lucro); 2) violência interpessoal, estando no âmbito das relações cotidianas, subdivide-se em familiar (praticada por parentes e companheiros) e comunitária (realizada por estranhos ou conhecidos); 3) violência autoinfligida, remete àquelas realizadas contra si, a exemplo da automutilação e da tentativa de suicídio (Krug *et al.*, 2002).

Tais violências podem ser concebidas a partir de uma leitura “macro” e “micro”. A primeira é em maior escala, quando inflige um grupo de pessoas, sendo organizada, como massacres escolares; e não-organizados, como o caso de uma “grande fome”. Em contrapartida, a violência micro refere-se a cotidiana e em menor escala, presente nas relações interpessoais entre os indivíduos, por exemplo, o bullying, abarcando a agressão verbal e/ou física (Pedro-Silva, 2012).

“Desde o surgimento das sociedades de classes, ainda anterior ao capitalismo, a violência é instrumento de disciplinamento e enquadramento dos sujeitos aos sistemas vigentes” (Dantas, 2023, p. 39). Contudo, no capitalismo, a violência se torna indispensável para constituição deste modo de produção, ao contribuir para a estruturação das relações baseadas nas desigualdades de classe, raça e gênero do sistema capitalista, heteropatriarcal e racista da modernidade (Dantas, 2023), bem como pelas questões de geração e “deficiência”.

Esse trinômio capitalismo-racismo-patriarcado faz parte da estrutura brasileira, onde desde a edificação do Brasil enquanto um país, instalou-se uma hierarquização entre homens hétero branco frente ao “outro” através da violência, podendo ser exemplado brevemente, o extermínio dos povos originários – que ainda é muito presente com a cultura do apagamento – e a exploração dos escravos africanos. Informação exposta por Darcy Ribeiro (2015, p. 91), quando detalha: “Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para [o escravo] não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente”.

Percebe-se, portanto, a crueldade disposta na violência da cultura brasileira, com o uso de ferramentas para a prática sádica, objetivando a submissão de uma pessoa ou grupo à ordem, repercutindo na transição da acumulação primitiva para a capitalista no Brasil, pois “[...] nessas condições históricas específicas, que surgiu, ‘com as mãos banhadas de sangue’, a figura do capitalista e com ele, a figura do trabalhador assalariado” (Alves, 2007, p. 39).

Através da trivialização e naturalização da violência, principalmente da violência

incruenta, que se manifesta por meio da corrupção e da negligência estatal, a título de referência, o abandono da grande massa de negros após a abolição da escravidão, que deixou-os sem recursos para sobreviver, obrigando os mesmos a formar favelas em torno das cidades (Mendes, 2017).

Lugares estes que, no imaginário social, são os “únicos” complexos violentos de moradia, decorrentes de uma suposta natureza criminosas das pessoas negras, que contribuem ainda mais para a estigmatização e demonização da cultura afro-brasileira, da marginalização e criminalização da população negra e periférica, como reprodução cultural das antigas teorias da superioridade.

Ainda que as favelas sejam lugares de frequente ocorrência de tráfico de drogas, roubos, mortes por bala perdida e conflitos armados entre organizações criminosas e policiais, tudo isto corresponde à falta de alternativas na vida dessas pessoas, as quais vivem no seu cotidiano com os efeitos das diversas expressões da questão social, a exemplo do desemprego, da informalidade e de formas diversas de inserção precária no mundo do trabalho.

Por esta e outras razões, é que se estabelece uma sociedade armada, fazendo da difusão das armas, do conflito armado e da violência física nas relações pessoais, parte integrante da formação e do funcionamento da sociedade brasileira (Almeida, 2015). Não por acaso, o histórico legislativo em torno do porte de armas e munições no Brasil, começa durante a Ditadura Militar⁴³.

Noutra quadra histórica, com o governo Lula, é criada a Lei nº 10.826 de 2003, que à época, pôs mais critérios e dispunha sobre as responsabilidades da Polícia Federal e do Exército no controle do armamento, sendo uma resposta do presidente Lula em priorizar projetos de leis que discutiam o porte e posse de armas no país (Langeani, 2022).

De acordo com Souza (2022), com a disponibilização das armas, as diferentes violências têm sido dispersadas na realidade, diversificando-se, fazendo que tais ferramentas tenham a possibilidade de estar presentes sob dois contextos na escola: quando o aluno leva a arma de fogo para mostrar e se gabar aos amigos; e quando esta é usada em um ato de violência.

⁴³ No final da década de 1990, vigoraram movimentos sociais em prol do controle do armamento e da rigorosidade estatal com a proteção da população, dada a expoente violência no país, visto que uma parcela da população passou a perceber que mais armas trazem mais violência (Langeani, 2022). Nessa época, a violência escolar passa a ser comum, vista inicialmente como um problema interno da instituição (Ristum, 2010).

Cabe destacar, quando se trata da violência armada nas escolas, que não há um consenso entre os pesquisadores, do ponto de vista conceitual, sobre os referidos incidentes, a exemplo de Abramovay e Rua (2002) que abordam a “violência extrema nas escolas”, tal como Khozam, Miziara e Miziara (2022) classificando-os por tiroteios escolares. Tais terminologias não são empregadas neste trabalho, por entender que estes acontecimentos não resultam especificamente em mortes, e que o principal instrumento usado nos incidentes não são apenas armas de fogo, por isso, a violência armada conduz a uma leitura mais ampla e profunda desta forma de violência escolar.

Conforme Souza (2014, p. 96) indica, a “violência armada” era inicialmente exclusiva para analisar conflitos armados presentes nas Guerras Mundiais, mas com “a corrupção, os totalitarismos, as discriminações raciais, étnicas e religiosas, as alterações nas políticas devidas à economia [...] o fácil acesso a armas e munições, têm gerado relações entre conflitos armados, violência armada, terrorismo e criminalidade organizada.”

A partir de tal contexto, surge a necessidade de elaborar uma conceituação pujante sobre o tema (Souza, 2014). Esta que foi elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2009, a qual passa a definir que a

Violência armada inclui o uso ou ameaça de uso de armas para infligir ferimentos, mortes ou danos psicossociais, os quais prejudicam o desenvolvimento. Para legisladores, a perspectiva da violência armada oferece uma visão mais ampla do que apenas relacionado aos conflitos armados, ao incluir situações de crime violento crônico e violência interpessoal. Em razão que, a violência armada sob contextos que não existe conflito, esta pode ter mais impacto na segurança e no desenvolvimento do que em sociedades afetadas pela guerra (OCDE, 2009, p. 13).⁴⁴

Mediante isto, a violência armada enquanto abrangência de diversos tipos de violência que envolvam o uso de arma de fogo ou branca, com a finalidade de prejudicar a integridade física ou psíquica de uma ou mais pessoas, considera-se a “violência armada nas escolas”, um espectro desta conceituação. Tal consideração clama aprofundar sobre o que é violência escolar e porquê a violência armada cada vez mais está a fazer parte do cotidiano interno do ambiente escolar no país.

⁴⁴ Armed violence includes the use or threatened use of weapons to inflict injury, death or psychosocial harm, which undermines development. For policy makers, the armed violence perspective offers a broader view than armed conflict alone by also including situations of chronic violent crime and interpersonal violence. This is because armed violence in non-conflict settings can have as significant an effect on security and development as it does in societies affected by war.

Segundo Ristum (2010), a violência escolar pode ser dividida em três formas: 1) Violência contra a escola, a qual ocorre principalmente pela desvalorização e empobrecimento da categoria profissional dos professores, tal como atos cometidos contra a estrutura escolar; 2) Violência da escola, que é praticada grandemente pela violência simbólica, onde o professor é, ao mesmo tempo, alvo e autor, sendo efetivada apenas se seu caráter arbitrário for ignorado, devendo se tornar um hábito; 3) Violência na escola, referente a violência verbal como xingamentos, ameaças, atos de roubo e as imagináveis formas de violência física, sendo praticada por diversos “autores escolares”.

Sob este roteiro, a “violência armada nas escolas” se enquadra como o tipo de violência que ocorre na escola, pois é cometida propositalmente contra as pessoas que trabalham ou estudam no ambiente educacional, que não há vítimas sem vínculo empregatício ou estudantil ao local, a exemplo, de pais ou pessoas aleatórias que estariam no momento dos eventos.

Assim sendo, com base nas matérias de diferentes veículos de comunicação do país, foi observado a notificação de trinta e duas (32) ocorrências de violência armada dentro de instituições educacionais do Brasil no período de 2002 a setembro de 2023, dos quais, 53,1% ocorreram entre 2020 e 2023. De 2002 a 2019 presenciou-se 37,5% dos casos, seguido pela década de 2002 e 2009, a qual foi palco de 9,4% destes.

Antes de avançar sobre os dados obtidos com a pesquisa, é importante destacar quais foram e quais têm sido as ações que o Estado brasileiro tem promovido positiva ou negativamente em relação aos números crescentes da violência supracitada no país, principalmente sobre o discurso político em torno da questão em pauta.

"Bolsonaro não tira a arma da boca. Se o questionam sobre a fome ou o preço do feijão, ele fala de armas, caso o questionamento seja sobre o desmatamento da Amazônia, ele arranjará um jeito de falar de armas [de fogo]" (Langeani, 2022, p. 84).

Durante o ex-governo, a segurança pública foi operacionalizada estatalmente através da militarização e do armamento da população brasileira, sendo concebida sob aspectos individualistas e repressivos, reproduzindo a superioridade social do grupo hegemônico – posto a necessidade de sua proteção, do “cidadão do bem” – impactando na vitimização de pessoas negras e na vulnerabilização das mulheres, estipulado que 30% dos casos de feminicídios são praticados por donos dessas ferramentas (Kolody; Lima, 2022).

Isto foi agravado, como aponta Fontes (2019, p. 6), pela “exclusão de ilicitude para assassinatos realizados por “homens do bem”, a difusão e o estímulo aos cursos de tiro, cuja sociabilidade tende a ser policialesca e, enfim, a policialização da existência apontam para a constituição de uma milicialização contra a população”.

As falas pró-armas proferidas por Bolsonaro e seus aliados onde quer que estivessem, acarretaram aos adventos do seu mandato presidencial, ao serem criados trinta e quatro (34) Decretos e treze (13) Portarias, com a finalidade de liberar, facilitar e flexibilizar ainda mais, o porte de armas de fogo e munições para a população brasileira (Oliveira, 2022).

Essa prática compactua com os interesses empresariais, tornando os deveres estatais de proteção social em proteção individual por meio do mercado. Confirmando a despreocupação com os “problemas sociais” explícitos, afetados pela centralização dos Ministérios, os quais perdem a sua capacidade de debater e informar a população, em face que a fidelidade está acima da verdade, bem como a obediência está acima das questões nacionais (Fontes, 2019).

Sob este preceito, não apenas a segurança social foi militarizada e policializada, mas a maioria dos Ministérios existentes à época do governo bolsonarista também foram, sobretudo o da Educação e o da Saúde, através de diversas Portarias e Leis que possibilitaram inserção de militares dentro da política governamental, provocando um aumento do número destes indivíduos em “cargos civis no governo Bolsonaro [o qual] era de 6.157 e que o referido número representava um aumento de 108,22% em relação a 2016” (TCU, 2020 *apud* ANDES-SN, 2021, p. 10).

Consequentemente, a política partidária brasileira, mais especificamente, a sua parte bolsonarista, é constituidora da tríade estupidez-insensatez-insanidade, que lutam pela contínua regulação mercadológica da sociedade e suas instituições públicas, baseada no fundamentalismo religioso, político e de mercado, tornando a agenda política em uma antipolítica, com o congelamento de 20 anos de investimentos no setor público e da contrarreforma do Ensino Médio, corroborando com a criminalização dos opositores do bolsonarismo, discriminadamente chamados de petralhas, defendendo o ódio ao diferente, ao crítico e ao pobre (Frigotto, 2021).

Em questão do sucateamento da educação pública, a indiferença com a mesma foi intensificada pela violência armada nas escolas brasileiras, pois a dependência administrativa

das instituições de educação que foram palco desses atos violentos – incluindo creches, escolas e/ou colégios –, as administradas estadualmente tiveram 42,4% ou quatorze (14) experiências do tipo, seguido pelas municipais com 39,4% ou treze (13) e as particulares, que foram lugar de 18,2% ou dos seis (6) atos violentos do tipo. Fatos que vão contra a pauta defendida pelo Serviço Social, que a mais de uma década está à frente da campanha pelo investimento de 10% do PIB na educação pública (CFESS, 2014), luta que paulatinamente vem se distanciando do debate, por causa da privatização das responsabilizações estatais advindas da gestão genocida do governo anterior.

3. O PERFIL DAS VÍTIMAS E DOS AUTORES DA VIOLÊNCIA ARMADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Perante os dados disponibilizados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, sobre os números de “mortes violentas intencionais”, estes foram menores em 2022 comparados aos de 2021. Contudo, tais dados não devem gerar a falsa sensação de que os brasileiros estariam cada vez menos a conceber a violência como a forma mais eficaz de resolver conflitos. Longe disso, o total de 47.398 assassinatos durante o ano passado, mostram estatisticamente o quão violenta a sociedade brasileira continua sendo e as razões disso devem ser desvendadas.

Para tanto, propõe-se na presente seção revelar as características acerca da violência armada nas escolas, no que tange a relação entre os valores socioculturais embutidos na cultura brasileira e os perfis dos alvos e dos autores deste tipo de violência supracitada, a fim de desmistificar as apreensões imediatas que geralmente se tem quando imaginado de maneira empírica a questão em fato. Ainda assim, devido ao fato de ser uma pesquisa em andamento, não pretende-se dizer que as características aqui discutidas sejam definitivas.

Elucidar a designação dos autores desses atos infracionais e suas vítimas sob o perfil do sexo, não é devido a um posicionamento reacionário dos pesquisadores, mas ao contrário, denotar que nas matérias analisadas houve o recorrente uso do “sexo” para classificar os corpo dos sujeitos, e não pelo gênero ou identidade de gênero.

Diante disto, das cento e setenta e duas (172) vítimas feridas e assassinadas, 40,1% foram identificadas como do sexo feminino, enquanto 37,2% não tiveram suas informações

divulgadas e 22,7% eram do sexo masculino. Em contraponto, ao que se refere ao perfil dos trinta e cinco (35) autores desses atos infracionais, todos foram identificados como sendo do sexo masculino.

Em analogia, o primeiro episódio de violência armada escolar no Brasil, ocorreu em outubro de 2002, em Salvador, na Bahia, no qual as duas vítimas eram alunas, as quais foram assassinadas após o autor da mesma idade prometer se vingar contra elas, em razão de ter se sentido humilhado pelas mesmas durante uma gincana escolar (Francisco, 2002).

Verifica-se que as mulheres são as mais acometidas pela violência escolar, por exemplo, compõem 77,5% dos educadores do ensino fundamental, médio e superior (Inep, 2022 *apud* Ministério da Educação, 2023). Confirmando-se pelo número do total de professores feridos e mortos por este tipo de violência escolar, onde as docentes do sexo feminino eram 85%.

Pertinente a discussão, Saffioti (2015) enfatiza que a violência de gênero, mesmo podendo ser praticada entre pessoas do mesmo sexo, inevitavelmente, devido ao caldo da cultura brasileira, a falocracia, ou seja, a defesa da superioridade masculina na sociedade, faz com que as mulheres sejam as mais afetadas pela violência de gênero, incluindo nesta violência, o feminicídio.

A vingança enquanto motivo da violência foi vista em casos em que a maioria dos alvos eram mulheres, devido a rejeição social e amorosa por parte de garotas e/ou pela influência de grupos misóginos, alicerçando-se com “uma sociedade que exerce influência sobre os jovens do sexo masculino, incentivando-os a se tornarem violentos para provar sua masculinidade e, assim, se sentirem valorizados” (Khozam; Miziara; Miziara, 2022, p. 81).

Realizando um apanhado geral, os autores deste tipo de violência escolar foram descritos como introvertidos, alvos de intimidação sistemática (bullying ou cyberbullying), alguns deles apresentavam sinais de nocividade, outros não apresentavam e eram considerados alunos exemplares. Também havia os que se confinavam na internet, alguns por meio de “jogos violentos”, outros pela participação em grupos extremistas, onde disseminavam discursos de ódio contra mulheres, contra a comunidade LGBTQIAPN+, contra a comunidade negra e as minorias políticas em geral, bem como tinham uma obsessão pelo Massacre de Columbine nos Estados Unidos, de 1999 e, pelos brasileiros, como o

Massacre de Realengo, em 2011, e os últimos praticados desde a pandemia eram fortemente influenciados pelo Massacre de Suzano, ocorrido em 2019.

Percebe-se que “os ataques às escolas possuem um alto impacto midiático, servindo como estratégia de disseminação de práticas extremistas” (Ferreira; Santos; Oriente, 2023, p. 9). Ainda assim, considerar a influência de apenas um evento como fator propulsor a outros incidentes, é velar a realidade. Tal como considerar o bullying e o cyberbullying como único fator, é ter uma visão simplista deste fenômeno multidimensional e complexo (Khozam; Miziara; Miziara, 2022).

Por outro lado, foi identificado que em três (3) casos, os perpetradores desta violência tinham algum problema psicológico, um tomava remédios controlados, um foi diagnosticado com esquizofrenia, outro havia pedido atestado para cuidar de sua saúde mental antes do crime, tendo alucinações no processo. Concomitante a isto, a discussão do fenômeno em pauta não é apenas em relação a área das ciências sociais e humanas, mas também das ciências da saúde, num trabalho interdisciplinar, a fim de descobrir as fontes e prevenir comportamentos nocivos a si e a outros.

Com relação a idade dos autores de violência armada nas escolas – usando o padrão da “pirâmide etária” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – foi esquematizado o seguinte: em primeiro lugar, com 48,5% está a faixa etária dos adolescentes de 15 aos 19 anos; seguido por 31,4% de sujeitos em crescimento e desenvolvimento, de 10 a 14 anos; 11,4% de jovens adultos, com 20 a 24 anos; com menos estão, os autores de 25 a 29 anos, que constituem 5,7%; enquanto com apenas 2,9%, ou melhor, apenas um (1) autor entre 50 a 54 anos.

Importante abrir um parênteses aqui e destacar que, o autor mais velho destes atos violentos era o único sujeito com vínculo empregatício na instituição de educação que teve seus alunos assassinados, tal como foi o único caso em que o perpetrador não usou uma arma de fogo ou arma branca, mas fez uso de álcool combustível para atear fogo em alunos e professoras de uma creche.

Desse modo, a maioria dos perpetradores estão na fase da adolescência, a qual é vista como um período biopsicossocial, em que as mudanças biológicas, cognitivas e sociais, repercutem nas relações sociais, junto a família e a comunidade, existindo várias adolescências mediante o aspecto social e histórico do sujeito, isto é, formas variadas de

vivê-la, sendo a escola, proporcionadora de recursos que são aproveitados diversificadamente (Schoen-Ferreira; Aznar; Silvaes, 2010).

O desenvolvimento múltiplo faz com que estes sujeitos sejam os mais vulneráveis aos conteúdos disseminados pelas tecnologias digitais e informacionais, que desempenham papel fundamental na organização da (re)produção social. As quais são consumadas pela hegemonia capitalista, pois a ideologia dominante é a da classe burguesa, que constitui seus aparatos de dominação hegemônica, em prol de capturar a subjetividade humana e manipular o indivíduo social (Marx; Engels, 1998).

Consoante a Pedro-Silva (2012), a modernidade situa a todos num contexto de diferenciação entre valores morais como coragem, dignidade, fidelidade e respeito e valores não-morais como beleza, status financeiro e social, podendo a violência ser vista enquanto um instrumento de ascensão social e recomposição de uma autoimagem ideal.

Assim, em determinados casos, quando um aluno menor de idade comete um ato violento contra seus colegas e/ou professores, este talvez esteja a defender valores não-morais, pois suas ações e, possível, morte por suicídio ou em confronto policial, passam a significar um “marco” para grupos extremistas na internet, que defendem uma “luta dos oprimidos” contra o sistema, os quais passam a venerar estes sujeitos como deuses, pois os mesmos venceram morrendo em guerra, em outras palavras, antes de morrerem, eles cumpriram o seu dever: infligir dano físico contra sujeitos próximos ou contra as pessoas àquelas que lhe causaram sofrimento no passado.

Sabe-se que inúmeras análises podem ser feitas a partir da singularidade de cada episódio de violência armada nas escolas brasileiras. Este artigo, no entanto, se propôs a identificar determinadas características, considerando os 32 casos deste tipo de violência, sobretudo em relação ao perfil das vítimas e dos autores, o que acaba evidenciando algumas das principais causas deste fenômeno e que, portanto, revelam sua gravidade e complexidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da violência ser trivializada e normalizada na sociedade capitalista moderna, dando a entender que esta advém da “natureza humana”, a sua gênese está entrelaçada a acumulação primitiva, passando a ser a égide do capitalismo, pois é através dela, que são

mantidas as relações desiguais de poder, perante classe, raça, gênero, geração e deficiência.

Perante este fato, é através de acontecimentos como o extermínio de povos originários, a crueldade disposta nas surras contra os escravos africanos e negros, a transição para o capitalismo tardio no Brasil, as ações estatais dos últimos anos, a defesa da militarização da segurança pública, da policialização da vida, do armamento da população brasileira, que a violência se torna prática dispersada e diversificada, como forma eficaz para resolver quaisquer problemas.

Portanto, a violência escolar não é apenas reflexo disso, mas também (re)produz diferentes contradições, em razão da violência contra a escola, ser incruenta, praticada contra a instituição ou professores, os quais podem ser vítimas-agressores através da “violência da escola”, cometida contra alunos, confirmando as relações de poder entre pessoas de desiguais posições sociais. Além disso, a violência na escola, conhecida usualmente pelas manifestações do bullying, abarca a atos instrumentais nas suas disposições de ataques, chacinas e/ou massacres, com o uso de armas de fogo e/ou armas brancas, geralmente praticada por alunos e ex-alunos.

Nos últimos anos, a educação brasileira tem sido acometida por contrarreformas de políticos conservadores, não só isso, mas também com o crescimento da violência armada nas escolas, protagonizando metade dos casos noticiados, no que compreende 2020 a 2023; também, as instituições públicas de ensino foram palcos com maior números de incidentes do tipo.

A mão da extrema-direita não apenas acarretou no sucateamento da educação pública e de qualidade, mas igualmente, a vulnerabilização das mulheres, tanto de professoras e estudantes, que foram as maiores vítimas de sujeitos adolescentes em sua maioria, os quais foram classificados de maneira heterogênea, sendo alguns dos exemplos, indivíduos introvertidos, que apresentavam sinais de nocividade e, às vezes, não; tinham contato com grupos extremistas ou “jogos violentos”.

O que não concerne apenas a estes, pois observou-se nas matérias jornalísticas, características diversas em todos autores, devendo, em futuras pesquisas, ser analisadas as particularidades de cada caso, sem criar generalizações sobre causas e motivações, sem deixar de notar que os interesses do trinômio capitalismo-racismo-patriarcado são os principais porquês para o crescimento dos episódios de violência escolar com armas, em virtude de os

autores serem todos do sexo masculino – ainda que sejam vítimas do sistema, por meio da intimidação sistemática – das vítimas serem em sua maioria do sexo feminino, da classe trabalhadora; bem como, as motivações mais recorrentes consistirem da aversão ao diferente e da inconformidade com decisões femininas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas escolas**. Brasília. UNESCO, 2002. 88 p.

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino**. Brasília: ANDES-SN, 2021. p. 132.

ALMEIDA, A. J. Sociedade armada: o modo senhorial de atuação no Brasil Império. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 93-138, jul./dez. 2015.

ALVES, G. **Dimensões de Reestruturação Produtiva**: Ensaio de Sociologia do Trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007. 288 p.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta**: Encontro Nacional de Educação. CFESS, Rio de Janeiro, p. 1-2, 2014.

DANTAS, M. H. Violência na sociedade de classe: uma contribuição marxista. Botucatu, São Paulo: **Revista Interface**, v. 20, n. 1, p. 35-57, jan./jun. 2023.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. 357 p.

FERREIRA, V. de J.; S., M. S.; ORIENTE, S. B. O cenário da violência em destaque: discutindo os atuais ataques nas escolas de educação básica no Brasil. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2023.

FONTES, V. O protofascismo e policialização da existência. **Marxismo21**, [S.l.], p. 01-08, 2019.

FRANCISCO, L. Arma usada por estudante para matar colegas pertencia a seu pai. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u61747.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2023.

FRIGOTTO, G. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Desenvolvimento e Civilização**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 118-138, jul./dez. 2021.

KHOZAM, K. T.; MIZIARA, C. S. M. G.; MIZIARA, I. D. Análise comportamental de

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

atiradores em escola e bullying. **Saúde, Ética e Justiça**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 75-83, 2022.

KOLOGY, A.; LIMA, B. E. B. A questão da segurança pública no Brasil de Bolsonaro. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-19, 2022.

KRUG, E.; DAHLBERG, L.; MERCY, J.; ZWI, A.; LOZANO, R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. 1. ed. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002. 351 p.

LANGEANI, B.. Violência armada no Brasil e a performance do Estado brasileiro no combate ao tráfico de armas e munições. *In*: FREITAS, Felipe da Silva (Org.). **Violência no Brasil: desafio das periferias**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022. p. 83-95.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 07-46, 1998.

MENDES, E. R. P. Raízes da violência no Brasil: impasses e possibilidades. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 48, v. 1, p. 33-24, 2017.

MINISTÉRIO da Educação. Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. **Site do Governo Federal**, [S.l], 07 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 31 out. 2023.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Armed Violence Reduction: Enabling Development**. 1. ed. Paris: OECD Publishing, 2009. 136 p.

OLIVEIRA, C. Após mais de 40 decretos de Bolsonaro, brasileiros compram 1.300 armas por dia. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/apos-mais-de-40-decretos-de-bolsonaro-brasileiros-compram-1-300-armas-por-dia/>. Acesso em: 30 out. 2023.

PATOU-MATHIS, M. As origens da violência. **Correio da Unesco**, n. 1, v. 1, Paris, p. 39-41, jan./mar. 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 369 p.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. *In*: **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; FIOCRUZ, 2010. p. 65-93.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160 p.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr./jun. 2010.

SOUZA, A. Violência armada nas escolas: porque os casos aumentaram? **Portal Lunetas**, [S.l], 2022. Disponível em: <https://lunetas.com.br/violencia-armada-nas-escolas/>. Acesso em: 24 out. 2023.

SOUZA, F. X. A evolução do conceito de violência armada. *In*: Observare (Org.). **Janus 2014**: metamorfoses da violência. 1. ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2014.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2010, p. 45-55.

VIOLÊNCIA ARMADA NAS ESCOLAS: REFLEXÕES SOBRE SUAS CAUSAS

VIOLENCIA ARMADA EN LAS ESCUELAS: REFLEXIONES SOBRE SUS CAUSAS

Ana Carolina Alves Minuzzo⁴⁵

Gabrielle Vieira Sosa⁴⁶

Eduardo Cechin da Silva⁴⁷

Jaina Raqueli Pedersen⁴⁸

Resumo: O texto em tela aborda a violência armada nas escolas, esta que faz parte de um universo de outras violências que ocorrem no ambiente escolar, mas que vêm crescendo significativamente nos últimos anos no Brasil. Portanto, apresenta resultados parciais da pesquisa em andamento “Violência armada nas escolas: uma análise crítica do fenômeno” que tem como objetivo geral identificar as determinações sociais para a ocorrência desse tipo de violência, a fim de oferecer uma análise crítica sobre o fenômeno. Referindo-se a um de seus objetivos específicos, o artigo discorre sobre as principais causas para a ocorrência de violência armada em escolas, sendo resultado de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e que conta com o método dialético para uma leitura crítica da realidade. Os resultados indicam como principais causas dessa violência a influência do território; o porte de armas; a desigualdade social; a influência da mídia; políticas punitivo-penais em detrimento de políticas sociais que promovem a proteção social e a presença de grupos de ódio e extremismo.

Palavras-chave: Escolas, Violência Armada, Extremismo.

Resumen: El texto en pantalla aborda la violencia armada en las escuelas, que forma parte de un universo de otras violencias que ocurren en el ambiente escolar, pero que viene creciendo significativamente en los últimos años en Brasil. Por lo tanto, se presentan resultados parciales de la investigación en curso “La violencia armada en las escuelas: un análisis crítico del fenómeno” cuyo objetivo general es identificar las determinaciones sociales para la ocurrencia de este tipo de violencia, con el fin de ofrecer un análisis crítico de la fenómeno. Haciendo referencia a uno de sus objetivos específicos, el artículo discute las principales causas de la ocurrencia de la violencia armada en las escuelas, siendo resultado de una

⁴⁵ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja. Bolsista PIBIC/FAPERGS na pesquisa “Violência armada: uma análise crítica do fenômeno”. E-mail: anaminnuzzo.aluno@unipampa.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0919174363896927>.

⁴⁶ Bolsista CNPQ - Ensino Médio do projeto de pesquisa “Violência armada nas escolas: uma análise crítica do fenômeno”. E-mail: gabriellevieirasosa@gmail.com.

⁴⁷ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja. Bolsista PIBIC/FAPERGS no Laboratório de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental (LEPETRACS). Voluntário na pesquisa “Violência armada: uma análise crítica do fenômeno”. E-mail: eduardocechin.aluno@unipampa.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3047253662759539>.

⁴⁸ Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora Associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: jainapedersen@unipampa.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2603615490605090>.

investigación bibliográfica, de carácter cualitativo y que se apoya en el método dialéctico para una lectura crítica de la realidad. Los resultados indican que las principales causas de esta violencia son la influencia del territorio; portar armas; desigualdad social; la influencia de los medios de comunicación; políticas punitivo-penales en detrimento de políticas sociales que promueven la protección social y la presencia de grupos de odio y extremismo.

Palabras clave: Escuelas, Violencia Armada. Extremismo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa em andamento “Violência armada nas escolas: uma análise crítica do fenômeno” que tem como objetivo identificar as determinações sociais para a ocorrência desse tipo de violência, a fim de oferecer uma análise crítica sobre o fenômeno. Portanto, apresenta neste trabalho uma reflexão inicial sobre este tipo de violência, enfatizando conceitos e causas. O estudo deste tema justifica-se pelo fato de que nos últimos anos, tal violência vem crescendo no Brasil, o que vem demandando a necessidade de estudos e de políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa demanda. Do ano de 2002 até o mês de outubro de 2023 já foram registrados 36 casos de violência armada nas escolas (BRASIL, 2023).

Resultado de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, amparada pelo método dialético crítico, pretende-se discutir as violências que se manifestam no ambiente escolar, com destaque para a violência armada e suas causas. A coleta de dados se deu em treze (13) artigos, localizados nas plataformas Scielo e google acadêmico, considerando o período de 2002 a 2023 e selecionados até a página 3 das referidas plataformas. Para tanto foram usados os seguintes descritores de pesquisa: violência armada dentro das escolas; violência armada nas escolas; ataques armados em escolas; escolas e violência extrema; e school shooters.

Nesse sentido, o primeiro item apresenta as diferentes definições e caracterizações sobre as violências que se manifestam nas escolas, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura recente. No segundo item, considerando os resultados da pesquisa bibliográfica, problematiza-se a violência armada e suas causas. Por fim, apresenta-se as considerações finais, seguida pelas referências utilizadas para a construção deste artigo.

2. AS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Conforme Abramovay e Rua (2003, p. 21) não há como definir, ou caracterizar de maneira específica o que é violência na escola, visto que ela pode se manifestar de diferentes formas, envolvendo diferentes sujeitos e instituições, e determinada por diversas mediações. “A percepção da violência no meio escolar muda de acordo com o olhar pelo qual esse meio é abordado”.

Contudo, mesmo com a significativa dificuldade em conceituar a violência, devido ao fenômeno ser amplo e complexo, é preciso levar em consideração o que é violência dentro da escola para cada pessoa, em especial, os alunos. Também é preciso existir uma maneira de não banalizar e/ou minimizar a gravidade de certos casos de violência, mas reconhecer as particularidades das diferentes violências que se manifestam no meio escolar.

[...] ao adotar uma definição excessivamente limitada, pode-se acabar excluindo a experiência de algumas vítimas no processo de reflexão sobre o problema, o que, [...] deve ser evitado, pois a voz das vítimas deve ser levada em consideração na definição de violência, que diz respeito tanto a incidentes múltiplos e causadores de stress, que escapam à punição, quanto a agressão brutal e caótica (Alves; Cubas; Ruotti, 2006, p. 24).

Com isso, Abramovay e Castro (2006) trazem o conceito de violência simbólica, ou seja, existe mas não é vista por muitos como uma violência, como o bullying por exemplo, o que se contradiz com o que é tipificado pelo Código Penal como violência, pois o mesmo dá ênfase apenas na violência física e extrema.

[...] violências delimitadas pelo Código Penal consistem apenas em um dos níveis da violência – o mais elevado, sem dúvida; mas elas não são as mais comuns, nem as mais frequentes e não são necessariamente as que causam angústia e perturbam os sujeitos no seu dia-a-dia (Abramovay; Castro, 2006, p. 17)

Essa violência simbólica ou institucional geralmente não é identificada pela vítima como uma violência, por estar enraizada no contexto escolar há muito tempo, e configura as violências expressas nas relações de poder existentes dentro de uma sala de aula, a minimização da importância do professor enquanto fonte de ensino para os educandos, etc.

(Oliveira; Ristum, 2010).

Portanto, essa tipificação acaba por excluir outras formas de violência, como os preconceitos, que decorrem das características de gênero, raça e classe, sendo que suas manifestações, nos dias de hoje, também são consideradas violências e apresentam-se no cotidiano das escolas de forma rotineira, sendo resultado das históricas desigualdades que estruturam o conjunto das relações sociais na sociabilidade capitalista.

Sendo assim, Valverde (2006, p. 76) trazem diferentes tipos e conceitos de violência que ocorrem no ambiente escolar, como a violência que ocorre na escola, ou seja, “[...] é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada às atividades da instituição escolar [...]”, o que significa que a escola é apenas o lugar onde ocorre a violência, não sendo o autor, podendo ser vítima de uma invasão, por exemplo. Alves, Cubas e Ruotii (2006), juntamente com o UNICEF (2019), concordam com esse conceito, sendo assim, a violência na escola ocorre quando a instituição se torna o local da violência, porém, sua origem é externa a ela “[...] quando um grupo invade a escola para brigar com alguém que está nas dependências da escola, nesse caso, a escola é invadida por uma violência que anteriormente acontecia apenas fora de seus portões, ou na rua” (Alves; Cubas; Ruotti, 2006, p. 27)).

Já a violência contra a escola “[...] está relacionada com a natureza e as atividades da instituição escolar e toma a forma de agressões ao patrimônio e às autoridades da escola [...]” (Valverde; Barbosa, 2006, p. 76), nesse caso, a violência toma a forma de danos ao patrimônio e também aos profissionais inseridos na mesma, o que pode ocorrer devido a ressentimentos de alunos, ex-alunos e familiares sobre o funcionamento da escola. Neste caso Alves, Cubas e Ruotti (2006) irão chamar de “violência à escola”, que se trata de violência direta contra a instituição e seus membros.

Já a violência da escola estaria relacionada a violência institucional simbólica, “[...] a qual se manifesta por meio do modo como a escola se organiza, funciona e trata os alunos (modo de composição das classes, de atribuição de notas, tratamento desdenhoso ou desrespeitoso por parte dos adultos, entre outras coisas)” (Valverde; Barbosa, 2006, p. 77) onde as vítimas são os próprios alunos “[...] exemplificada no tipo de relacionamento estabelecido entre professores e alunos ou nos métodos de avaliação e de atribuição de notas que refletem preconceitos e estigmas, ou seja, outros critérios que não os objetivos de desempenho” (Alves; Cubas; Ruotti, 2006, p. 27)

Os autores Priotto e Boneti (2009) definem a violência no contexto escolar como aquela que abrange todos os comportamentos que, de alguma forma, lesam a instituição escolar ou os indivíduos que a compõem. Estes autores também buscam trazer à tona uma diferenciação quanto ao caráter do que se configura como violência escolar, tendo em vista a ampla abrangência do termo, separando os tipos de violência dentro da instituição escolar, também como violência na escola, da escola e contra a escola.

No entanto, diferente dos autores citados anteriormente, estes entendem que a primeira classificação da violência é aquela que se expressa entre os indivíduos que participam na construção do caráter educacional da escola (educadores, alunos, pais, equipe diretiva, entre outros) e caracteriza-se pelos atos de violência física, como agressões e o uso ou oferta de drogas, e as incivilidades, que são comportamentos violentos expressos de forma verbal e que geralmente são tratados de forma leviana, como as intimidações e humilhações. A violência da escola é expressa pelo sistema e pela configuração da escola contra os membros que a compõem, como é o caso da hierarquização sofrida pelos alunos por parte dos educadores e as desigualdades no ensino ofertado aos alunos considerados bons e aos considerados ruins. Já a violência contra a escola, configura-se como todo e qualquer ato que impacte negativamente o patrimônio escolar, como os vandalismos e furtos.

Outra forma de caracterizar a violência é apresentada por Oliveira e Ristum (2010), que trazem a perspectiva de que a violência no ambiente escolar apresenta-se de forma explícita e implícita, sendo a primeira relativa à disputas de poder, repressões e palavras, já a segunda referindo-se aos olhares, expressões, conversas, entre outras manifestações. Destas duas, a violência implícita é, geralmente, praticada quando há uma presença adulta por perto, já a explícita ocorre quando o indivíduo encontra-se a sós com sua vítima. Além disso, as autoras expõem também a ideia de que a violência na escola ocorre por dois meios principais: as vias objetivas, que configuram atos de agressão física e abuso sexual, e as vias subjetivas, aquelas relativas à violência simbólica e psicológica. Oliveira e Ristum também afirmam que: “O conceito de violência escolar pode ser classificado em três níveis: o da violência propriamente dita, o das incivilidades e o da violência simbólica ou institucional (Oliveira, Ristum, 2010, p. 235).

Para as autoras, a “violência propriamente dita” seria aquela de fácil identificação, a que está presente no senso comum, ou seja, as agressões físicas, abusos sexuais, golpes,

ferimentos, etc. As incivildades abrangem os atos tidos como errados no cotidiano escolar, mas que não são considerados pela sociedade como uma violência propriamente dita, como é o caso das humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito, entre outros exemplos.

Outra perspectiva de caracterização da violência dentro das escolas pode ser observada na citação que segue:

[...] a violência escolar, por inserir-se no fenômeno da violência mais geral, também incorpora em seu conceito essa violência sutil, estrutural, que diminui as possibilidades de o indivíduo de classe popular ascender socialmente e transformar sua realidade (Skelo-Pereira; Williams, 2010, p. 48).

A violência escolar, como apontado pelas autoras, é, em parte, reflexo da violência presenciada na sociedade atual, pois corrobora para a reafirmação das desigualdades socioeconômicas, visto que até mesmo dentro das escolas existe uma separação dos educandos em classes determinadas a partir de renda familiar, nível de aprendizagem, entre outros fatores. Em concordância com esta linha de pensamento, temos a perspectiva de Prudente (2017), que expõe o papel da instituição escolar em reafirmar as desigualdades da sociedade atual, aplicando-as em seu próprio sistema:

O sistema educacional assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista (Prudente, 2017, p. 23).

Com base nesse entendimento, observa-se que a escola é um espaço de reprodução das relações sociais presentes na sociedade capitalista, em que atitudes apresentadas por alunos, assim como a própria instituição escolar, reproduzem o sistema em que estão inseridos. Ou seja, os atos violentos praticados por alunos e demais sujeitos da comunidade escolar, nada mais são do que um reflexo da violência que se manifesta entre familiares, amigos e demais sujeitos que fazem parte desta sociedade.

3. A VIOLÊNCIA ARMADA NAS ESCOLAS: EM EVIDÊNCIA AS SUAS CAUSAS

Nos artigos selecionados para a pesquisa bibliográfica apenas um (01) qualifica e/ou

define o que é violência armada nas escolas, o que já aponta uma lacuna na produção bibliográfica. Deste modo, o material encontrado traz o conceito de que a violência armada nas escolas se trata de uma “[...] ação direcionada ao outro, instrumentalizada e tipificada, na qual o indivíduo impõe sua vontade ao outro por meio de ameaças à integridade física e que pode gerar efeitos à integridade psíquica [...]” (Moraes, 2021, p. 34).

Cabe destacar que em 2006, a Assembléia Mundial da Saúde juntamente com UNICEF, OMS, PNUD, UN-Habitat, UNODC e as Nações Unidas conceituaram a violência armada da seguinte forma:

[...] o uso intencional de força física com armas, por meio de ameaça ou de fato, contra si mesmo, outra pessoa, grupo, comunidade ou Estado que resulte em perda, ferimento, morte e/ou dano psicossocial a um indivíduo ou indivíduos e que possa prejudicar a segurança e o desenvolvimento de uma comunidade, país ou região (Unicef, 2006, p. 5).

Com isso, é importante ressaltar que independente de uma conceituação específica, “[...] o conceito de violência armada abrange o espectro de violência que inclui conflito, pós-conflito, crime, relações interpessoais e gênero” (Unicef, 2006, p. 5). Neste artigo opta-se pela categoria violência armada nas escolas⁴⁹, para caracterizar este fenômeno que vem se agravando nos últimos anos no Brasil, e que consiste no uso de armas de fogo e armas brancas para atingir indivíduos que integram o ambiente escolar, especialmente alunos/as.

No que se refere às causas que são atribuídas à violência armada nas escolas, destacou-se em primeiro lugar - identificado em sete (7) artigos, a influência do território, do bairro onde a escola está localizada, locais estes que, na maioria dos artigos, foram caracterizados como ocupados por grupos de traficantes, os quais se utilizam da violência armada para disputa do território, o que produz terror e medo social na comunidade. É também caracterizada como a violência do entorno escolar, mas que adentra o cotidiano da escola, ultrapassando os seus muros. Nesse sentido, a violência que ocorre no território aumenta a vulnerabilidade da escola. “[...] ‘quando o bairro é presa da violência, é maior a probabilidade de que a escola seja atingida por essa violência’, isto é, o território de trabalho é parte de um território mais amplo que precisa ser mais bem compreendido, sobretudo por

⁴⁹ Durante a realização da pesquisa, foi possível observar em seis (06) títulos dos artigos selecionados a predominância desta terminologia - violência armada. No entanto, também estão presentes as terminologias violência na escola; violência escolar extrema; massacres e atentados armados e ataques nas escolas.

aqueles que vivenciam seu cotidiano” (Charlot, 2002 apud Moraes, 2021, p. 22).

Sobre o território e sua ocupação por traficantes, é importante refletir sobre o quanto estes espaços são constituídos por sujeitos que, antes de serem identificados e/ou qualificados como criminosos, grupos ilegais, devem ser percebidos como sujeitos que também foram e são vítimas de um tipo de violência - a violência estrutural, que se constitui pelas desigualdades sociais produzidas pela sociedade capitalista. Quando se olha para esses territórios, com a presença do tráfico, é necessário pensar essa realidade enquanto expressão da questão social, ou seja, são indivíduos, que em suas trajetórias vivem a condição de proletariado, ou seja, são homens e mulheres alienados da propriedade dos meios de produção da vida (Alves, 2008).

A desigualdade social, também foi referida em quatro (4) artigos, relacionando também com a pobreza e privações. “No Brasil, o problema da pobreza e o tráfico de drogas aparecem entre os fatores mais frequentemente apontados como diretamente relacionados à violência na escola” (Vieira; Mendes; Guimarães, 2009, p. 499). Outro artigo fala da “[...] conexão entre desigualdade social, condição de pobreza e letalidade juvenil com a presença marcante de políticas punitivo-penais e escassez de políticas assistenciais” (Cavalcante et al, 2021, p. 32).

Sobre a letalidade juvenil dados que compreendem o período de 2016 a 2020, revelam que ocorreram nestes cinco anos “34.918 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes” (Unicef, 2021, p. 5), sendo a maioria das vítimas adolescentes, na faixa etária entre 15 e 19 anos. “Meninos negros foram a maioria das vítimas em todas as faixas etárias” (Unicef, 2021, p. 5), cabendo ressaltar a seguinte informação: “[...] na faixa etária entre 10 e 19 anos, 91% das vítimas eram meninos; 80% eram negras; 13% morrem em casa; 83% das mortes ocorreram em decorrência do uso de armas de fogo” (Unicef, 2021, p. 5). Para além do perfil das vítimas, que revelam, sobretudo, as determinações das relações de gênero, de raça/cor/etnia, chama atenção o grande percentual de mortes provocadas por armas de fogo e também o fato de que esta violência ocorre fora do ambiente doméstico⁵⁰.

A violência armada nas escolas é um fenômeno que contribui para elevar os índices de

⁵⁰ Quando se considera as vítimas até 9 anos de idade, 40% morreram dentro de casa, sendo a arma de fogo responsável por 46% das mortes (Unicef, 2021). Nesse sentido, observa-se que na infância a violência tende a se manifestar mais no espaço doméstico e na adolescência, a vulnerabilidade aumenta na rua, no espaço público.

letalidade infanto-juvenil, no entanto, nesse tipo específico de violência, há uma mudança no perfil das vítimas, sendo a maioria do sexo feminino. “[...] os ataques prioritários às pessoas do sexo feminino não se devem, apenas, ao fato de serem maioria nas escolas. As mulheres são escolhidas, intencionalmente, por episódios alimentados pela imoralidade da misoginia” (BRASIL, 2023, p. 73).

Em citação apresentada anteriormente, as autoras destacam a presença de políticas punitivo-penais e escassez de políticas assistenciais, o que foi destacado em 4 artigos, evidenciando o descaso do Estado com a segurança pública e com políticas sociais que possibilitam acesso aos direitos sociais básicos da população, tendo em vista a hegemonia neoliberal. Esse descaso reflete em situações em que os próprios alunos/as perdem suas vidas no trajeto de ida para e escola ou escolas são fechadas devido ao perigo em que estão expostas. Dados revelam que em relação às mortes violentas, referidas anteriormente, “[...] 10% de todas as mortes de adolescentes de 15 a 19 anos de idade foram decorrentes de intervenção policial” (Unicef, 2021, p. 12) e o alerta é que este tipo de ocorrência vem crescendo, pois no ano de 2020, 15% das mortes na faixa etária entre 10 e 19 anos, resultaram desta intervenção.

Presente em seis (6) artigos, identificou-se a influência do porte de armas, por parte de adolescentes e jovens, sobretudo como uma forma de afirmação de poder, da masculinidade e busca por reconhecimento, processo este que se complexificou com o afrouxamento das regras para posse de armas e munições. Consequentemente há um crescimento de brigas nas escolas, com uso de armas de fogo e arma branca, sendo esta praticada por meninos, o que vai ao encontro do que foi mencionado nos artigos, ou seja, a busca pela afirmação do poder masculino. Estes aspectos podem ser observados nas seguintes passagens:

O envolvimento em brigas com uso da arma de fogo e arma branca, em todos os anos da PeNSE, foi, no mínimo, duas vezes maior para os adolescentes do sexo masculino em comparação com o feminino. Esse fato revela as diferenças socioculturais em relação aos papéis de gênero, em que as armas são utilizadas para materializar o poder e a submissão dos outros, no exercício da masculinidade hegemônica, relacionada à virilidade, competição e agressividade (Pinto et al. 2018, p. 10).

Assim, faz-se necessário uma reflexão sobre o governo Bolsonaro, que defendia e defende a política armamenista, aprovando decretos que fizeram crescer o mercado legal e

ilegal de armas no Brasil, ao ponto de haver, a partir de 2017, um “[...] descontrole na política de armas de fogo no Brasil, [...] mas que se intensificou sobremaneira a partir de 2019”, quando “[...] foram editadas dezenas de medidas com o objetivo de facilitar a aquisição de grandes quantidades de armas e munições, assim como o acesso a armas de calibres que até então eram restritos” (Marques; Uchôa, 2023, p. 226).

Inversamente proporcional foram as medidas de fiscalização e controle, que se manteve a mesma e até diminuiu, não havendo investimento, impactando negativamente na política de segurança pública. Assim, se “[...] não houvesse o aumento do número de armas de fogo em circulação a partir de 2019, teria havido 6.379 homicídios a menos no Brasil” (Marques; Uchôa, 2023, p. 230). Fica evidente que, mais armas nas mãos dos cidadãos representa o aumento da violência letal, que atingiu recorde histórico em 2017, reduzido entre 2018 e 2021. Já quando se pensa na relação entre armas de fogo e crimes contra o patrimônio, “[...] não encontramos relação estatisticamente significativa [...] o que evidencia a falácia do argumento armamentista, segundo o qual a difusão de armas faria diminuir o crime contra a propriedade”, bem como os homicídios (Cerqueira et al, 2022, p. 24).

A influência da mídia foi outro fator identificado na pesquisa, aparecendo em quatro (4) artigos. As produções fazem referência às redes sociais, as plataformas digitais, aos fóruns, e demais espaços virtuais utilizados, sobretudo, por adolescentes e jovens, dos quais se têm pouco controle e acabam impactando nas práticas desenvolvidas pelos mesmos, como por ser observado na seguinte reflexão:

[...] as características desse mundo que se apresenta para as crianças, pouco se parece com um palco de trocas e interações humanas, passa antes por imposição de vontade, violências sistematizadas, banalização do mal, descolamento do senso de pertença à comum idade imediata e aproximação de uma realidade imaginada, produzidas pelos grupos de redes sociais, bolhas de pares em que a circulação de notícias falsas impera, em que existe estímulo para se colocar fim à vida dos outros, seja pela via ideológica, seja pelo incentivo à posse e uso de armas de fogo (Portes; Araújo, 2023, p. 14).

Relacionado a influência da mídia, um dos artigos pesquisados fez referência aos grupos que propagam discursos de ódio na internet, os quais foram potencializados, como refere o estudo, por “[...] questões políticas e sociais em andamento no país, bem como a propagação e falta de controle das mídias em relação a reunião e difusão de grupos de ódio na

internet” (Ferreira; Santos; Oriente, 2023, p. 8)⁵¹. Quando este ódio é associado ao discurso e às práticas, tem-se

[...] o uso público da linguagem orientado aos crimes da palavra (difamação, injúria e calúnia), estigmas, preconceitos, discriminações e intolerâncias. O discurso de ódio assenta-se no uso coletivo da linguagem para salientar repetidamente códigos de comoção e gramáticas de pertencimento e segregação, incitando uma ação coletiva que propaga, escala e intensifica a repetição e o contágio e, consequentemente, o risco e dano contra pessoas, comunidades ou populações (BRASIL, 2023, p. 24).

Quanto às vítimas dos discursos de ódio e do extremismo, estas são pessoas e comunidades já vitimizadas pelos sistemas de opressão e desigualdades que se reproduzem na sociedade brasileira. Estudo apresentado por Vinha, quando analisa o perfil dos autores de violência armada nas escolas do Brasil, indica que estes apresentam valores opressores, ou seja, misoginia, homofobia, racismo e supremacia branca. Nesse sentido, há uma relação dos casos de violência armada com a “[...] escalada do ultraconservadorismo e extremismo de direita no país e a falta de controle e/ou criminalização desses discursos e práticas, bem como de sua difusão através de meios digitais” (BRASIL, 2022, p. 3).

Outra motivação identificada na amostra, refere-se aos fatores sociais e emocionais dos adolescentes e jovens, presente em quatro (4) artigos pesquisados. Um deles refere que “Acontecimentos marcantes da vida do indivíduo (rompimentos familiares, abusos, perdas, etc.), bem como possíveis psicopatologias, aparecem como o quarto fator” (Vieira; Mendes; Guimarães, 2009, p. 500), que pode aumentar a vulnerabilidade para outros fatores. De forma complementar, destaca-se que, adolescentes vulneráveis aos grupos de extrema-direita e seus métodos de cooptação, apresentam “[...] problemas com autoestima, ideias persecutórias ou paranóides, traços antissociais, obsessão e traços rígidos, narcisismo e traços de grandiosidade, senso de direito (justiça), entre outros” (Brasil, 2022, p. 6).

Na sequência, três (3) artigos fazem referência a banalização da vida e da morte, como pode ser observado na citação que segue: “ao optarem pelo extermínio da vida de colegas, [...] estão distantes da construção do senso de pertencimento a uma comunidade maior, sendo a

⁵¹ A esse respeito, vale apresentar uma caracterização do que seja ódio nesse contexto, ou seja, “[...] uma estratégia de poder que move sentimentos e práticas negativas, como o estigma, a discriminação, o preconceito, a segregação, o medo individual e compartilhado, entre outras efeitos danosos à vida em comum e à democracia” (BRASIL, 2023, p. 24).

vida e a morte tão fúteis a eles, que o recurso aos ataques passa a ser uma possibilidade e um desejo real; o mal passa a ser uma opção banal” (Portes; Araújo, 2023, p. 15). Tais situações revelam o quanto os grupos de ódio, que operam, sobretudo, pelas tecnologias digitais, exercem influência na vida de adolescentes e jovens, que passam, numa relação objetificada, a reproduzir discursos e práticas de forma alienada. “É nessa situação de propagação dos discursos de ódio que se estabelece a desumanização da vítima, e passa-se legitimamente a apontar o quão as vítimas são abjetas, perigosas e precisam ser eliminadas” (BRASIL, 2023, p. 24).

Em menor destaque (dois artigos) foi indicado a família como fator que contribui para a violência armada nas escolas, enfatizando que há raízes para a violência que ocorre na escola, e entre elas evidencia a violência na família, que em seguida é caracterizada como negligência da família. Outro artigo fala do ambiente familiar, destacando que há diferentes estilos parentais e práticas educativas que podem ser reproduzidas ao longo de várias gerações.

Por fim, em menor proporção, ou seja, em apenas um (1) artigo, foram referidas as seguintes causas: violências que ocorrem dentro das escolas; cultura da violência; e sentimento de vingança à comunidade escolar, enfatizando-se aqui o último, que é atribuído ao fato do agressor ter vivenciado alguma experiência na escola - que pode ter sido alguma manifestação de violência - e que lhe trouxe sofrimento. Corroborando com esta situação, Vinha refere, em entrevista, que os episódios de violência armada, denominado por ela como violência extrema, que ocorrem no Brasil desde o ano de 2001, “caracterizam-se como crimes de ódio e/ou movidos por vingança” (Welle, 2023, s/p.). Para os autores de violência armada nas escolas, a escola era palco de sofrimento, sendo vítimas de exclusão, humilhação e bullying.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados, observa-se o quão complexo é desvendar as determinações sociais da violência armada nas escolas, fenômeno este que se agravou no período recente, marcado por um contexto político de grande polarização no país, de avanço da extrema-direita, do conservadorismo, do neoliberalismo, entre tantos outros processos que

agravaram as históricas desigualdades sociais do país, demandando seu desvendamento crítico.

A escola historicamente foi e é palco de inúmeras formas de manifestação da violência, que como destacam os/as autores/as mencionados no trabalho, pode ser classificada como violência na escola, da escola e contra a escola. Nesse sentido, a violência armada aqui estudada, que têm como principais autores alunos e ex-alunos do estabelecimentos educacionais, pode ser resultado das violências cotidianas e rotineiras que ocorrem no espaço escolar e que, estão relacionadas com as violências que ocorrem fora dela, na família, no bairro, no trabalho, nas instituições, na sociedade como um todo. É preciso sublinhar que são as desigualdades sociais, determinadas, sobretudo pelas relações de classe, gênero, raça/cor/etnia e sexualidade que provocam as diferentes manifestações de violência e também se utilizam dela para a reprodução dessas desigualdades.

O esforço pela manutenção e aprofundamento destas desigualdades, é evidenciada pela ação manipuladora dos grupos de ódio e extremismo que ganharam força nesta conjuntura histórica, operando através das tecnologias digitais e tendo ao seu favor, uma política armamentista, que facilitou o acesso às armas de fogo, esta que até o momento é o principal instrumento utilizado pelos perpetradores de violência armada nas escolas. Estes fatores histórico-conjunturais fazem com que a violência armada nas escolas seja entendida como uma manifestação de ódio e de extremismo, a qual precisa ser enfrentada pelo conjunto da sociedade, o que demanda ações de diversas ordens e complexidades, destacando-se aqui apenas três: 1) ações de prevenção e intervenção nas diversas formas de violência que invadem os muros escolares, das mais sutis às extremas, enfatizando-se a necessidade do respeito aos direitos humanos e à diversidade humana; 2) controle dos grupos de ódio e extremismo e, 3) controle e combate ao uso de armas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS. 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Positivo/Desktop/pesquisa%20viol%C3%Aancia%20armada%20nas%20escolas/Miriam%20Abramovay%20-%20viol%C3%Aancia%20nas%20escolas.pdf>. Acesso em: 08/11/23.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Caleidoscópio das violências nas escolas**. Disponível em:
file:///C:/Users/Positivo/Desktop/pesquisa%20viol%C3%Aancia%20armada%20nas%20escolas/viol%C3%Aancia-nas-escolas_13agosto%20-%20miriam%20abramovay.pdf. Acesso em: 05/11/23.

ALVES, Giovanni Alves. **A condição de proletariedade na modernidade salarial** – por uma analítica existencial do proletariado. Revista Pegada – vol. 9 n. 2, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1672/1610>. Acesso em: 20/11/23.

BRASIL. **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental**. 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf Acesso em: 16/11/23

BRASIL. **Relatório de Recomendações para o Enfrentamento do Discurso de Ódio e o Extremismo no Brasil**. - 1. ed. - Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1u9gU06ZWbZaOfqbzcatqo8yDwWTC1et/view?pli=1> Acesso em: 16/11/23

BRASIL. **Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para ação governamental**. Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência na Escola. Ministério da Educação. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf> Acesso em: 18/11/23

CAVALCANTE, Laisa Forte; NUNES, Larissa Ferreira; FREITAS, Ingrid Rabelo. **Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza**. 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Positivo/Downloads/Dialnet-Forum Escolas Grande Bom Jardim-8141448.pdf](file:///C:/Users/Positivo/Downloads/Dialnet-Forum%20Escolas%20Grande%20Bom%20Jardim-8141448.pdf). Acesso em: 05/11/23.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Armas de fogo e homicídios no Brasil**. Fórum de Segurança Pública. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/informe-armas-fogo-homicidios-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15/11/23.

FERREIRA, Valdirene Jesus; SANTOS, Mayra Silva; ORIENTE, Silvana Barreto. **O cenário da violência em destaque: discutindo os atuais ataques nas escolas de educação básica no Brasil**. Revista Transmutare. 2023. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rtr/article/viewFile/17237/9741> Acesso em: 02/11/23.

MORAIS, Karla Barros. **Trabalho e saúde de professores(as) de escola pública em território de violência armada: sobre cenas da vivência docente**. 2021. Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49685/karla_barros_morais_ensp_mest_2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 02/11/23.

PINTO, Isabella Vitral et al. **Tendências de situações de violência vivenciadas por adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009, 2012 e 2015**. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/gWj76CJm7LMvqT7zw6zGTnM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03/11/23.

PRIOTTO, Elis Palmas; BONETTI, Lindomar Wessler. **Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola**. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a12.pdf> Acesso em: 03/11/23

PRUDENTE, Alessandro Batista. **A Violência Escolar no Brasil: conceitos, expressões e alguns determinantes**. 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9422/2/Alessandro_Batista_Prudente.pdf. Acesso em: 03/11/23.

RUOTTI, Caren; ALVES, Renato. CUBAS, Viviane de Oliveira. **Violência na escola: um guia para pais e professores**. 2006. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down235.pdf>. Acesso em: 10/11/23.

SKELO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lucia Cavalcante de Albuquerque. **Reflexão Sobre o Conceito de Violência Escolar e a Busca por uma Definição Abrangente**. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a05.pdf>. Acesso em: 10/11/23.

SILVA, Joelma Oliveira; RISTUM, Marilena. **A violência escolar no contexto de privação de liberdade**. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wS6k9BDpxRzSVbNY6kYdsgQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10/11/23.

VALVERDE, Danielle Oliveira et al. **Cotidiano das escolas: entre violências**. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44835608_Cotidiano_das_escolas_entre_violencias?enrichId=rgreq-9d6b92539a008d94aaeb9094a36bca81-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdldOzQ0ODM1NjA4O0FTOjQ5MDA0NzUxNTQzNTAwOEAxNDkzODQ3ODQwNjM4&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf. Acesso em: 03/11/23.

UNICEF. **Sistematização dos resultados alcançados pela intervenções para a redução do impacto da violência armada na vida de crianças e adolescentes nos territórios do Ibura (Recife/PE), Maré e Pavuna(Rio de Janeiro/RJ) e Cidade Operária (São Luis/MA)**. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Positivo/Downloads/sistematizacao-intervencoes-para-reducao-do-impacto-da-violencia-armada-na-vida-de-criancUNICEF.pdf>. Acesso em: 10/11/23.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2021 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 16/11/23.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

VIEIRA, Timoteo Madaleno; MENDES, Francisco Dyonísio Cardoso; GUIMARÃES, Leonardo Conceição. **De Columbine à Virgínia Tech: Reflexões com Base Empírica sobre um Fenômeno em Expansão**. Faculdades Alfa/Universidade Católica de Goiás. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/yS4t7zpXbwTKRbQ9Cgzmtbg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10/11/23.

WELLE, Deutsche. **Ressentimentos e preconceitos motivam ataques a escolas**. 2023.

Disponível em:

<https://istoedinheiro.com.br/ressentimentos-e-preconceitos-motivam-ataques-a-escolas/>. Acesso em: 18/11/23.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A DOR TAMBÉM TEM COR

OBSTETRIC VIOLENCE: PAIN ALSO HAS COLOR

Aíne Pinheiro Rodrigues⁵²
Anastácia Souza Severo da⁵³
Larissa Ramalho⁵⁴

Resumo: Subexposta no Brasil, a violência obstétrica é uma violação com mulheres que se encontram no ciclo-gravídico puerperal (pré-natal, parto e pós-parto), e não se refere apenas aos profissionais envolvidos, mas também às falhas estruturais do sistema de saúde. Conforme o Ministério da Saúde, mulheres negras têm três vezes mais chances de morrer durante o parto, sendo que as negligências começam desde a desinformação no pré-natal até o momento do pós-parto. Em tal cenário, aquelas que buscam a possibilidade de um parto por via vaginal enfrentam dificuldades e resistências, na medida em que a possibilidade do parto normal é simbolizada como algo antigo, atrasado ou mesmo perigoso. Neste estudo, tem-se o objetivo de sistematizar os dados públicos sobre violência obstétrica e as principais vítimas desse crime, tendo como recorte principal de análise a variável raça/etnia. Como objetivos específicos, pretende-se analisar as disparidades raciais no atendimento e no cuidado de mulheres negras no período de gestação, parto e pós-parto, bem como dar visibilidade às mulheres negras e às dificuldades que elas enfrentam em seu direito de acesso à saúde de qualidade. A pesquisa é baseada nos relatos das vítimas e no levantamento de dados que aqui perfazem a base metodológica. Nesta ordem, mediante um estudo caracterizado por sua natureza qualitativa com dados quantificáveis, do tipo bibliográfico e documental. Espera-se, por conseguinte, dar visibilidade às opressões vivenciadas por mulheres em seu ciclo-gravídico puerperal, em particular, às mulheres negras, as quais são duplamente vítimas do sistema.

Palavras-chave: violência obstétrica; mulheres negras; disparidades raciais e de gênero.

Abstract/Resumen: Still little discussed in Brazil, obstetric violence is a violation involving women who are in the pregnancy-puerperal cycle (prenatal, childbirth and postpartum), this violation refers not only to the professionals involved, but also to the structural flaws of the health system. This study aims to systematize public data on obstetric violence and the main victims of this crime, with racial and ethnic violence as the main analysis section. According to the Ministry of Health, black women are three times more likely to die during childbirth. Negligence starts from misinformation during prenatal care until postpartum. In this scenario,

⁵² Acadêmica do 5º semestre do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: aine.rodrigues@acad.ufsm.br

⁵³ Acadêmica do 5º semestre do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: anastacia.severo@acad.ufsm.br

⁵⁴ Doutora em Serviço Social pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica - PUCRS. Professora da Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde Mental da UFSM e Assessora em Políticas Públicas pela empresa Entrenós Assessoria e Consultoria em Políticas Públicas. E-mail: larissa.pereira@ufsm.br

women who seek the possibility of having a natural birth face difficulties and resistance, against the possibility of natural birth has been symbolized as something old, delayed or even dangerous. In this sense, the present study has the specific objectives of analyzing racial disparities in the care of black women during pregnancy, childbirth and postpartum; as well as giving visibility to black women and the difficulties they face in accessing their right to quality health. The research is based on victim's reports and data collection, which are the methodological basis of the study. In this order, this study is characterized by its qualitative nature with quantifiable data, of the bibliographic and documentary type. This study is expected to give visibility to the oppression experienced by women in their puerperal pregnancy cycle, particularly black women who are double victims of this system.

Keywords/palabras-clave: obstetric violence; black women; racial and gender disparities.

1. INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva histórica, Silva (2020) destaca que, tradicionalmente, no Brasil, as mulheres foram relegadas a um papel social secundário, e que, no caso das mulheres negras e mestiças, enfrentaram e ainda enfrentam uma dupla discriminação. Na sociedade, essas mulheres eram vistas como meras prestadoras de serviços, desqualificadas devido a níveis educacionais mais baixos e a condições sociais desfavorecidas. Como resultado, eram frequentemente limitadas a um papel de subalternidade e de inferiorização social, resultando em formas de discriminação histórica racial e de gênero, com impacto significativo nas oportunidades e na qualidade de vida das mulheres negras no Brasil.

A violência contra a mulher negra é uma realidade trágica e profundamente enraizada na história da sociedade brasileira. Desde a chegada dos primeiros escravos, foram submetidas a terríveis explorações, abuso e violência, incluindo a objetificação sexual por parte dos senhores de escravos e, mais tarde, por coronéis e fazendeiros, sendo frequentemente violentadas e tratadas como propriedade de seus senhores. Ainda hoje, em tempos de capitalismo dependente, são objetos de exploração e coisificação. A escravidão no país trouxe consigo uma carga pesada de opressão e discriminação racial e de gênero, sendo que esse padrão de violência deixou uma marca profunda na história do país.

Após a abolição da escravatura, a Proclamação da República no Brasil, em 1889, trouxe junto uma nova constituição que, apesar de garantir a liberdade da população negra, não assegurou seus direitos, de forma a não oferecer reais ganhos materiais ou simbólicos a

essa parcela da população, mantendo, assim, o *status quo* da branquitude e a marginalização do negro.

Souza (2008) destaca que a solidão vivida pelas mulheres negras é uma experiência que vai além do âmbito individual, abrangendo também as esferas comunitária e coletiva. Essa solidão não é apenas um sentimento pessoal, mas uma construção histórica, social e política enraizada nas dimensões de gênero e étnico-raciais. Ou seja, a sensação de isolamento enfrentada pelas mulheres negras é profundamente influenciada pelo contexto histórico, social e político, marcado pelas intersecções complexas de gênero e raça.

A escolha do presente tema para análise e discussão justifica-se pelo da violência obstétrica ainda ser pouco abordada, especialmente no âmbito do Serviço Social, apresentando-se como uma manifestação da questão social cada vez mais latente na atualidade, com particular destaque à delimitação do recorte étnico-racial. Com isto, optou-se por realizar o estudo, com o objetivo de sistematizar os dados públicos sobre violência obstétrica e as principais vítimas deste crime, tendo como recorte principal de análise a variável raça/etnia. Para além, dividindo-o em dois subtópicos referentes aos objetivos específicos: analisar as disparidades raciais no atendimento e no cuidado de mulheres negras no período de gestação, parto e pós-parto, bem como dar visibilidade às mulheres negras e às dificuldades que enfrentam no acesso ao seu direito à saúde de qualidade. O estudo tem como suporte os relatos das vítimas, pesquisa bibliográfica, bem como o levantamento de dados que perfazem sua base metodológica. Nesta ordem, caracteriza-se por sua natureza qualitativa com dados quantificáveis, do tipo bibliográfica e documental.

2. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E MULHERES NEGRAS COMO ALVOS DO CRIME

A voz de minha filha Recolhe em si
A fala e o ato.
O ontem- o hoje -o agora.
Na voz da minha filha
Se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade
(EVARISTO, vozes-mulheres, 2017, p. 24-25).

No fragmento do poema acima, a autora procura transmitir a ideia de que a voz de sua filha é símbolo de grande relevância e significado, não se limitando apenas a palavras ou expressões verbais, mas também compreende a fala e suas ações. A filha é uma representação do passado, do presente, que significa carregar consigo a história, as experiências e os momentos pelas quais suas antepassadas viveram. Para além, é possível perceber que, através da voz da filha, será possível ouvir a ressonância e o eco da vida e da liberdade. Ou seja, a voz utilizada com um veículo para transmitir a importância da resistência e da luta pela liberdade, e que suas palavras e ações têm um significado profundo que ressoa e ecoa na sociedade.

[...] parte dos líderes que tomam decisões e comandam organizações públicas e grandes corporações age como manipuladores perversos, que não se interessam pelo bem comum e pelo outro. Destroem as instituições democráticas e adoram a necropolítica, que atinge majoritariamente a população pobre, indígena e negra. Assim, relembrar trechos da história da violência na construção da herança que sustenta e perpetua a supremacia branca pode auxiliar a compreender os abismos econômicos e sociais entre as populações negra, branca e indígena no Brasil, que inviabiliza a democracia ao consolidar um sistema que perpetua a geração de bônus para uns e ônus para outros (BENTO, 2022, p. 119-120).

Em consonância ao exposto, é facilmente constatado que apesar dos inúmeros avanços legais e garantias constitucionais para as mulheres, as demandas e necessidades das mulheres negras seguem marginalizadas, a exemplo de garantias no âmbito da política de saúde. Sabe-se que, nos espaços de debate e construção de ações públicas, é notável a elaboração de uma nova ordem social assentada na valorização e reconhecimento da mulher como uma cidadã de direitos, tendo como base que essa garantia requer que as situações de violência sejam enfrentadas, pois, em Estados Democrático e de Direitos, como bem determina a Constituição Federal do Brasil (1988) em seu Art. 5º “todos são iguais perante a lei”, e conforme reza o inciso III, ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 2013, p. 9).

Quando se trata de violência obstétrica, é importante destacar que as mulheres negras representam a maioria das quais relatam tê-la experienciado durante a gravidez. Esta violência caracteriza-se por meio da apropriação dos processos reprodutivos das mulheres, que envolve um tratamento desumanizado, incluindo a utilização excessiva de intervenções médicas e a tendência a patologizar processos naturais. Podendo ser praticada por profissionais de saúde, o que resulta na retirada da autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos e na limitação

de sua capacidade de fazer escolhas livres em relação aos seus processos reprodutivos; familiares, por meio de violências físicas ou verbais, privação de atendimento médico etc.

A violência obstétrica tem raízes profundas nas relações desiguais de gênero, moldadas pela ideia do patriarcado, sistema de dominação que apresenta uma longa história, e que estabelece relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, encontrando seus primeiros fundamentos no mito fundador da humanidade, ou seja, ideias profundamente enraizadas, perpetuando a desigualdade de gênero e justificando práticas abusivas durante o processo de gestação e parto.

A intersecção de raça e gênero coloca as mulheres negras em situações de opressão e vulnerabilidade. Elas enfrentam experiências e trajetórias de vida distintas das mulheres brancas, devido à interação do racismo e do sexismo. O racismo é um elemento estruturante que molda as condições de vida da população negra. Isso significa que elas enfrentam desafios adicionais devido à discriminação racial e as mulheres pela soma-se a questão de gênero, o que molda suas experiências únicas e sua posição na sociedade.

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e indígenas, estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural (CARNEIRO, 2011). Partindo dessas premissas e horizonte teórico até aqui explanados, o próximo subitem tratará de discutir acerca das desigualdades raciais aplicadas no atendimento de mulheres negras durante uma das fases mais sensíveis e que requer maior cuidado de suas vidas: gestação, parto e pós-parto.

2.1 DISPARIDADES RACIAIS NO ATENDIMENTO E CUIDADO DE MULHERES NEGRAS NO PERÍODO DE GESTAÇÃO, PARTO E PÓS-PARTO

Problematiza-se neste item o modo como se deu a construção social referente à categoria gênero, com ênfase nas questões étnico-raciais, que se vinculam às desigualdades sócio-históricas produzidas em solo brasileiro. Para tanto, é premente registrar que no Brasil a luta contra as múltiplas formas de desigualdades no eixo étnico-racial vem se ampliando, tomando lugar na cena política e pautando a agenda pública ao longo dos últimos anos.

Entretanto, isso não garante em tempo algum que os avanços e conquistas sociais sejam irreversíveis, pois o apagamento histórico de algumas etnicidades tratou-se de uma estratégia de dominação e exploração de brancos para com negros e indígenas, perpetuando uma visão de mundo eurocêntrica, influenciando até hoje na formulação e implementação de políticas públicas.

Dando visibilidade a expressões ora invisibilizadas como a etnicidade e a identidade negra, sem perder de vista a importância e relação acerca do conceito que carrega “raça” como categoria historicamente implicada com a descendência da população brasileira e do “racismo” como instrumento de desigualdade nos diversos segmentos da sociedade. O conceito de “etnia” ao tratar-se da população negra se configura com o enfoque político cultural, construindo na relação histórica de uma ascendência africana diversa, marcada pela trajetória de luta e exploração no âmbito do escravismo e racismo. Tal marca dá-se a partir do entendimento da crueldade do período colonial e do escravismo sobre os povos africanos de etnias diversas que foram sequestrados e trazidos ao país (ALORALDO; BORGES; MACHADO; PEREIRA, 2023, p. 70-71)

Os achados da pesquisa revelaram expressões como: violência de gênero no parto e aborto, violência no parto, abuso obstétrico, violência institucional de gênero no parto e aborto, desrespeito e abuso, crueldade no parto, assistência desumana/desumanizada, violações dos direitos humanos das mulheres no parto, abusos, desrespeito e maus tratos durante o parto.

Tratamento diferencial com base em atributos considerados positivos (casada, com gravidez planejada, adulta, branca, mais escolarizada, de classe média, saudável etc.), depreciando as que têm atributos considerados negativos (pobre, não escolarizada, mais jovem, negra) e as que questionam ordens médicas. (DINIZ et al., 2015, p. 3).

Esse fato evidencia “uma hierarquia sexual, de modo que, quanto maior a vulnerabilidade da mulher, mais rude e humilhante tende a ser o tratamento oferecido a ela” (Idem, p. 4). As pesquisadoras citam que “mulheres pobres, negras, adolescentes, sem pré-natal ou sem acompanhante, prostitutas, usuárias de drogas, vivendo em situação de rua ou encarceramento, estão mais sujeitas a negligência e omissão de socorro” (Idem, p. 4).[1]

O documentário “A dor reprimida: violência obstétrica e mulheres negras”, realizado pela jornalista Mariana Sales de Oliveira (2017), traz o relato de mulheres pretas de diferentes faixas etárias que foram vítimas de violência obstétrica. Nele, as mulheres relatam a sua dor e vulnerabilidade na falta de acompanhamento médico durante o parto, fazendo com que elas se

sentissem objetos e, para além disso, a desumanização da vida que ali estava por vir. Uma das entrevistadas, que deu à luz aos 21 anos, relata ter ouvido das enfermeiras: “quanto mais você gritar, menos elas vão te atender”.

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte [...]. (BENTO, 2022, p.14- 15).

No Brasil, as principais causas de morte materna são doenças hipertensivas, sendo a população negra o público mais afetado. Já o diabetes tipo 2, que, segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, afeta 50% mais as mulheres negras do que as mulheres brancas, além dos riscos maiores que uma mãe preta carrega, também há preocupações com a vida que está por vir, crianças negras têm maior probabilidade de desenvolver anemia falciforme, sendo estas também as mais afetadas por doenças infecciosas e parasitárias, sendo 60% maior probabilidade de morrer antes dos 5 anos, por questões que poderiam ser evitadas se a população negra tivesse acesso a melhores condições de saneamento básico, mas ainda são estes que vivem em situações precárias e sem o mínimo para sobrevivência.

Segundo o Instituto de Estudo para Política de Saúde (IEPS), é considerado pré-natal inadequado o caso em que a assistência médica começou apenas após o terceiro mês de gestação, ou em que foram realizadas menos de seis consultas durante toda a gravidez, sendo então as mulheres negras as mais desassistidas, mesmos os dados comprovando maior probabilidade de desenvolvimento de doenças durante a gestação, reforçando o sistema de desigualdade alimentado pelo capitalismo.

Os dados aqui apresentados reforçam o abismo social que persiste na sociedade brasileira, revelando nitidamente mais uma manifestação do racismo estrutural existente. Por tais razões, um dos grandes desafios postos à saúde é o cuidado e a promoção de equidade para o grupo racializado. O subitem a seguir apresentará os desafios para mulheres negras acessarem saúde pública de qualidade no Brasil.

2.2 DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE DE QUALIDADE ÀS MULHERES NEGRAS

O viés racial implícito que sugere a presença de racismo institucional e o sexismo são fenômenos interligados que criam uma teia complexa de desigualdades, especialmente, no contexto de acesso à saúde. O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), de 2014, revelou que as mulheres negras são o grupo mais afetado pela mortalidade materna no Brasil, destacando que as complicações que levam à mortalidade materna estão diminuindo entre as mulheres brancas, mas aumentando entre as mulheres negras. “O capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógica de raça, etnia e gênero para expropriação” (BENTO, 2022, p. 41).

Dados apurados nesse contexto mostraram que, entre os anos 2000 e 2012, o número de mortes maternas por hemorragia caiu de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos entre as mulheres brancas, enquanto entre as mulheres negras esse número aumentou de 190 para 202 casos. Trata-se de um indicativo alarmante das disparidades no acesso a cuidados de saúde de qualidade, com a hipótese de que isso ocorra mediante a falta de alinhamento dos profissionais de saúde com todas as técnicas necessárias para garantir consultas de pré-parto e pós-parto de qualidade a mulheres negras. Isso destaca a importância da capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde para atender todas as necessidades das gestantes, independentemente de sua raça ou etnia.

As causas obstétricas diretas, como hipertensão, hemorragia e infecção são as mais comuns entre as mortes maternas, sendo compreendidas como aquelas que ocorrem devido a complicações durante a gravidez, parto ou puerpério (BRASIL, 2002). Importante ressaltar que 92% dos casos de mortes maternas por causas diretas são evitáveis, o que torna ainda mais crucial a necessidade de melhorar o acesso, a qualidade e a igualdade nos cuidados de saúde materna, especialmente para as mulheres negras, a fim de combater essa preocupante disparidade na mortalidade materna no Brasil.

Há de se cuidar uso do estereótipo que trata a mulher negra como a “forte”, capazes de suportar as condições mais adversas sem sentir “dor”, esse tipo de narrativa colabora para que

medidas efetivas não sejam adotadas e que cenário caótico do atendimento em saúde a esse grupo populacional perdure.

A ideia da “supermulher de pele escura”, para usar o termo de Kathleen, pode, por um lado, ser vista como uma estratégia política para superar as representações negativas das mulheres *negras* no mundo *branco*. Mas, por outro lado, aprisiona as mulheres *negras* numa imagem idealizada que não nos permite manifestar as profundas feridas do racismo. Kathleen fala dessa ambivalência, de ter de preencher imagens empoderadas - imagens que podem, na verdade, ser experienciadas como desempoderadas, na medida em que silenciam os danos psicológicos do racismo cotidiano (KILOMBA, 2019, p. 192).

A autora chama a atenção para o racismo cotidiano como não sendo um evento ou ataque isolado, mas sim uma constante, o qual segue um “padrão contínuo de abusos” que se repete incessantemente ao longo da vida do sujeito negro em diferentes espaços, a exemplo dos atendimentos em saúde. No decorrer da história, tem sido empenhado um estigma em cima da população afrodescendente no Brasil, onde diz-se que elas têm maior probabilidade de desenvolver doenças como diabetes e hepatite b, mas não há comprovação científica para justificar este indicativo. A população negra ainda é a que está na base da pirâmide social, sendo assim, a que mais consome alimentos industrializados e ultraprocessados, é também a que tem menor acesso à saúde básica e saneamento, por conta disso, a que mais com o descaso do estado brasileiro com a saúde pública.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi construído a partir de reflexões e fundamentações teóricas com base em bibliografias de autoras negras, haja vista direcionar-se à maior visibilidade à temática da Violência Obstétrica, com recorte étnico racial. Essa escolha também se deu por uma opção ético-política das autoras deste trabalho.

Deste modo, conclui-se que a violência obstétrica é mais uma expressão do racismo estrutural brasileiro presente nas maternidades, manifestando-se em situações e ações que comprometem a integridade das mulheres durante o pré-natal, o parto, o pós-parto, a cesárea e o abortamento. Essas violações podem se manifestar de diversas maneiras, incluindo violência simbólica, física, moral, psicológica e sexual, frequentemente ocorrendo em uma combinação simultânea de duas ou mais dessas formas. A população negra segue sendo afetada até os dias atuais pelas consequências da colonização e escravidão, sendo assim, é de

suma importância que haja investimento do Estado em políticas de equidade, voltados essencialmente às mulheres pretas, que são duplamente vítimas do sistema.

Durante a análise documental, percebe-se a falta de preparo da equipe médica com o atendimento às mulheres negras. Além disso, infere-se a necessidade do preparo desse profissional, seja por meio de debates no ambiente de trabalho, investimento em uma graduação e ensino técnico humanizado, com um olhar voltado à saúde e cuidado com as mulheres negras.

É evidente que a população negra continua a ocupar a base da pirâmide social no contexto brasileiro. Dentro dessa estrutura, igualmente observa-se uma ampla desigualdade de gênero, já que as mulheres não são apenas parte integrante, mas a base dessa pirâmide. Tal realidade ressalta a interseccionalidade das discriminações enfrentadas pelas mulheres negras, que são afetadas não apenas pelo racismo, mas também pelo sexismo.

Essa desigualdade de gênero e racial deve ser reconhecida e enfrentada de forma vigorosa pela sociedade, pelos governos e pelas instituições. É imperativo trabalhar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres negras não apenas sejam reconhecidas como cidadãs de plenos direitos, mas com acesso a oportunidades iguais em todas as esferas da vida, incluindo educação, emprego, saúde e participação política.

Embora tenham ocorrido avanços significativos na promoção da igualdade de gênero, ainda há muito trabalho a ser feito para combater estereótipos de gênero prejudiciais, promover a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente do gênero, e erradicar a violência de gênero. A conscientização, a educação e a mudança cultural desempenham papéis fundamentais na transformação dessas questões e na busca por uma sociedade mais igualitária no século XXI.

Em conclusão, somente através do reconhecimento dessas desigualdades e do compromisso contínuo com a promoção da igualdade racial e de gênero, será possível construir uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva, onde cada indivíduo, independentemente da raça ou gênero, tenha a oportunidade de alcançar pleno potencial e viver uma vida digna e equitativa. Além disso, esta análise apresenta a perspectiva enriquecedora sobre o papel do assistente social no referido contexto, ofertando estratégias abalizadas para enfrentar com eficiência tais desafios, promovendo significativas mudanças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamires Durigon; FONSECA da, Laura R. da, S. C. M; PEREIRA, Larissa Ramalho; RODRIGUES, Aíne Pinheiro; SILVA da, Matheus Fabrício . Capítulo 2-Gênero e Marxismo: Debates em Curso no Serviço Social. **HEGEMÔNICAS: Apontamentos sobre gênero, raça, classe e diversidade para o Serviço Social.**, p. 32- 46, 2022.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude - 1^a ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Manual dos Comitês de Mortalidade Materna/Ministério da Saúde.** Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. 2. ed. — Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

DINIZ, Carmen Simone Grilo et al. **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção.** Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Vozes-mulheres.** In: Poemas de recordação e outros movimentos, 2017. Editora Malê 3. ed., p. 24-25.

IEPS (Instituto de Estudo para Políticas de Saúde). **Mulheres negras tiveram menos acesso ao pré-natal e maiores índices de mortalidade materna entre 2014 e 2020.** São Paulo. 2022.

Disponível:<https://ieps.org.br/mulheres-negras-tiveram-menos-acesso-ao-pre-natal-e-maiores-indices-de-mortalidade-materna-entre-2014-e-2020-aponta-pesquisa-do-ieps/>. Acesso em 01 de novembro de 2023.

KALCKMANN S, Santos CG, Batista LE, et al. Racismo Institucional: um desafio para equidade no SUS? Saúde Soc. São Paulo. 2007; 16(2):146-155.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SALES, Marina. **A Dor Reprimida: violência obstétrica e mulheres negras. 2017.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vSisihZCnHg>. Acesso em 27 de outubro de 2023.

SILVA, Cintia Danielle Lauriano da. **As insurgências do feminino negro: reflexões sobre a violência as mulheres negras na Literatura brasileira** / Cintia Danielle Lauriano da Silva. - João Pessoa, 2020. 46 f.

Anais do 2º FÓRUM INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina - 6 a 8 de dezembro de 2023 - Unipampa, Campus São Borja - RS/Brasil

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra - sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

ALORALDO, Vanelise; BORGES, Nathália; BRENDA, Amaral; PEREIRA, Larissa Ramalho. **Questão Social e Questão Étnico-Racial: reflexões sobre a formação sócio-histórica brasileira**. IN: Hegemônicas: apontamentos sobre gênero, raça, classe e diversidade para o Serviço Social. Bagé: editora Faith, 2023.



Anais do **2º FISS** Fórum Internacional de Serviço Social

Questão Social, Neofascismo e as resistências na América Latina

Eixo 1 - Modo de Produção Capitalista, Relações Sociais e América Latina

Eixo 2 - Transformações societárias e suas repercussões na formação e trabalho profissional do/a assistente social

Eixo 3 - Estado, questão social e políticas de proteção social

Eixo 4 - Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades

